Quarta-feira, 20 de maio de 2015

RELATO INTEGRAL DOS DEBATES DE 20 DE MAIO DE 2015

(2023/C 88/03)

Índice Página

1. Abertura do período de sessões . . . 461

2. Medidas de execução (artigo 106.º do Regimento): Ver Acta . . . 461

3. Atos delegados (artigo 105.º, n.º 6, do Regimento): Ver Acta . . . 461

4. Entrega de documentos: ver Ata . . . 461

5. Transferências de dotações: ver Ata . . . 461

6. Surto da bactéria Xylella fastidiosa que afeta as oliveiras (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta . . 461

7. Agenda Europeia em matéria de Migração (debate) . . . 461

8. Composição dos grupos políticos: Ver Acta . . . 502

9. Composição das comissões e delegações . . . 502

10. Período de votação . . . 503

10.1. Eleição de um vice-presidente do Parlamento Europeu (votação) . . . 503

10.2. Calendário dos períodos de sessão do Parlamento - 2016 (votação) . . . 503

10.3. Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação com a África do Sul (Protocolo para ter em conta a adesão da Croácia à UE) (A8-0146/2015 - Davor Ivo Stier) (votação) . . . 504

10.4. Prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo (A8-0153/2015 - Krišjānis Kariņš, Judith Sargentini) (votação) . . . 504

10.5. Informações que acompanham as transferências de fundos (A8-0154/2015 - Timothy Kirkhope, Peter Simon) (votação) . . . 504

10.6. Processos de insolvência (A8-0155/2015 - Tadeusz Zwiefka) (votação) . . . 504

10.7. Autocertificação de importadores de certos minerais provenientes de zonas de conflito e de alto risco (A8-0141/2015 - Iuliu Winkler) (votação) . . . 504

10.8. Diretiva delegada da Comissão que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o Anexo III da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a uma isenção para a utilização de cádmio em aplicações de iluminação e de retroiluminação de monitores (B8-0464/2015) (votação) . . . 504

10.9. Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º …/…, que altera o Regulamento (CE) n.º 376/2008 no que diz respeito à obrigação de apresentar um certificado de importação de álcool etílico de origem agrícola, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 2336/2003 que estabelece certas normas de execução do Regulamento (CE) n.º 670/2003 do Conselho que estabelece medidas específicas relativas ao mercado do álcool etílico de origem agrícola (B8-0440/2015) (votação) . . . 504

10.10. A licença de maternidade (B8-0453/2015) (votação) . . . 505

Índice Página

10.11. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (B8-0460/2015) (votação) . . 505

10.12. Surto da bactéria Xylella fastidiosa que afeta as oliveiras (RC-B8-0451/2015, B8-0450/2015, B8-0451/2015, B8-0451/2015, B8-0452/2015, B8-0456/2015, B8-0457/2015, B8-0458/2015) (votação) 505

11. Declarações de voto 505

11.1. Calendário dos períodos de sessão do Parlamento - 2016 505

11.2. Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação com a África do Sul (Protocolo para ter em conta a adesão da Croácia à UE) (A8-0146/2015 - Davor Ivo Stier) 509

11.3. Prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo (A8-0153/2015 - Krišjānis Kariņš, Judith Sargentini) 526

11.4. Informações que acompanham as transferências de fundos (A8-0154/2015 - Timothy Kirkhope, Peter Simon) 556

11.5. Processos de insolvência (A8-0155/2015 - Tadeusz Zwiefka) 573

11.6. Autocertificação de importadores de certos minerais provenientes de zonas de conflito e de alto risco (A8-0141/2015 - Iuliu Winkler) 593

11.7. Diretiva delegada da Comissão que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o Anexo III da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a uma isenção para a utilização de cádmio em aplicações de iluminação e de retroiluminação de monitores (B8-0464/2015) 631

11.8. Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º …/…, que altera o Regulamento (CE) n.º 376/2008 no que diz respeito à obrigação de apresentar um certificado de importação de álcool etílico de origem agrícola, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 2336/2003 que estabelece certas normas de execução do Regulamento (CE) n.º 670/2003 do Conselho que estabelece medidas específicas relativas ao mercado do álcool etílico de origem agrícola (B8-0440/2015) 651

11.9. A licença de maternidade (B8-0453/2015) 666

11.10. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (B8-0460/2015) 702

11.11. Surto da bactéria Xylella fastidiosa que afeta as oliveiras (B8-0450/2015, B8-0451/2015, B8-0451/2015, B8-0452/2015, B8-0456/2015, B8-0457/2015, B8-0458/2015) 734

12. Correções e intenções de voto: ver Ata 764

13. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta 764

14. Relatório de 2014 referente aos progressos realizados pela Turquia (debate) 764

15. Situação na Etiópia (debate) 791

16. Situação na Antiga República Jugoslava da Macedónia (debate) 800

17. Cimeira da Parceria Oriental (21-22 de maio) (debate) 816

18. Composição das comissões e delegações : Ver Acta 832

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Índice Página

19. Cimeira UE-CELAC (de 10-11 de junho) (debate) 832

20. Iniciativa para o Emprego dos Jovens (debate) 840

21. Atividades baleeiras japonesas na Antártida (debate) 854

22. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Ata 859

23. Encerramento da sessão 859

RELATO INTEGRAL DOS DEBATES DE 20 DE MAIO DE 2015

VORSITZ: MARTIN SCHULZ

Präsident

1. Abertura do período de sessões

(Die Sitzung wird um 9.05 Uhr eröffnet.)

2. Medidas de execução (artigo 106.º do Regimento): Ver Acta

3. Atos delegados (artigo 105.º, n.º 6, do Regimento): Ver Acta

4. Entrega de documentos: ver Ata

5. Transferências de dotações: ver Ata

6. Surto da bactéria Xylella fastidiosa que afeta as oliveiras (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta

7. Agenda Europeia em matéria de Migração (debate)

Der Präsident. – Als nächster Punkt der Tagesordnung folgt die Aussprache über die Erklärungen des Rates und der Kommission zur Europäischen Agenda für Migration (2015/2648(RSP)).

Zanda Kalniņa-Lukaševica, *President-in-Office of the Council***.** – Mr President, Commissioners, honourable Members, there is a time for words and there is a time for deeds. I am very proud that today I can speak about concrete actions the European Council and the Council have taken recently in response to the dramatic loss of lives of those seeking shelter in Europe, and I am sure that the Commission will complement that by presenting its view.

Let me recall that, at its special meeting of 23 April 2015, the European Council tasked the Presidency and the Commission with ensuring appropriate follow-up to the orientations for tackling this issue and with reporting back to the European Council in June. The Presidency and the Council indeed ensured a swift follow-up. Already by the end of April we prepared, together with the Commission and the European External Action Service, a comprehensive document – a roadmap for the orientations given by the European Council.

The Commission, too, did not hesitate. Last week, it presented the expected European Agenda on Migration, earlier than initially planned. I would like to thank the Commission for the comprehensive and immediate action. The roadmap and the agenda contain a number of proposals with a view to strengthening the European presence at sea, fighting traffickers, preventing illegal migration flows and reinforcing internal solidarity and responsibility.

As an immediate action, in order to prevent further loss of lives at sea, a tripling of the resources allocated to Frontex has been recognised as a matter of priority. Hence, tomorrow, in the Committee on Budgets, the Presidency will start its first examination of the Commission's proposal for budgetary amendments. In order to disrupt trafficking networks, special attention in the Council is devoted to stepping up EU efforts in this field.

Let me recall that this Monday at the joint meeting of Foreign Affairs and Defence Ministers, the Council decided to establish an EU military operation – EUNAVFOR Med – as a part of a comprehensive approach to solving the migration crisis in the Mediterranean. The operation aims at breaking the 'business model' of human smugglers and traffickers in the Mediterranean.

In the medium and long term, we will focus on measures aimed at stopping illegal migration flows. Preventive and comprehensive cooperation with countries of origin and transit, development cooperation, and strengthening of EU delegations in third countries, are matters of particular importance. The necessity to deal with the root causes of the migration flows was emphasised at the joint meeting of Foreign Affairs and Defence Ministers this Monday.

Efficient response to the migration-related challenges is an issue of highest priority for the Council. Yesterday, the General Affairs Council held a thorough discussion on the follow-up to the special meeting of the European Council, and a first exchange of views on the European Agenda for Migration. The issue of broadening the development-migration linkage will be addressed during the meeting of EU Development Ministers on 26 May. The Justice and Home Affairs Council will continue this debate and examine the Migration Agenda on 16 June.

The policy debate covering both immediate and mid-term measures would serve as a contribution to the debate of the Heads of State or Government in the June European Council. The Presidency takes this task very seriously and stands ready to facilitate work in the Council. I can only underline that both the roadmap and the European Agenda on Migration serve as a very important contribution to the current discussion on the EU migratory policy launched by the European Council.

Before concluding, let me assure you that the Council and the European Parliament share the same objectives: fair and robust migration policy, assuming responsibilities and showing solidarity.

A European solution is necessary, based on solidarity and responsibility, and combining internal and external policies. All contributions are therefore welcome and deserve thorough examination. This is what we will do in the coming weeks.

I would like to conclude by noting that this is at least the fifth time under our Presidency that we have had a migration-related debate at the plenary. This is clear evidence of the prominent place this issue occupies in our agenda.

Frans Timmermans, *First Vice-President of the Commission.* – Mr President, following the terrible loss of life in the Mediterranean last month, the European Council stood for a minute's silence. Leaders made a firm commitment to solidarity among Member States to address the common migratory challenges Europe faces.

The European Agenda on Migration is about turning words into action. It provides for the measures that are urgently needed to deal with a crisis in the Mediterranean and to build a structured response that can be used in cases of extreme pressure on other parts of our shared external border.

The input and support this House gave us in your resolution last month was very important to us in finalising the agenda. We have reacted with more funding and resources for Triton to help it manage borders and save lives. We are taking measures to disrupt the brutal people-smuggling trade and we are proposing hotspot teams to give support on the ground in Member States where the pressure is worse, to help identify, register and fingerprint incoming migrants. The Commission agrees with this House that we must do more to make a reality of the commitment to solidarity and to open up legal channels for those who are most in need of international protection.

Next week, the Commission will propose a temporary relocation mechanism by triggering the emergency clause in Article 78 of the Treaty to help relieve the immediate and exceptional pressure on frontline countries. This Parliament will be formally consulted and we count on your support, and later on we will come back to you to co-decide a standing mechanism for relocation that is automatically triggered whenever there are these extreme crisis situations. Let me underline that this is not about migration in general; it is about extreme crisis situations that demand a clear response. Under the relocation scheme, people of identified nationalities who are most desperately in need of sanctuary will be distributed to other Member States who will then take care of their reception and asylum processing.

The Commission has tabled a distribution key showing what this intra-EU solidarity means in concrete terms for each Member State and the Union as a whole. In parallel, we want to create safe and legal channels for those who really need protection to get to Europe without risking abuse, exploitation and their very lives in the hands of smugglers. We are therefore proposing a humanitarian resettlement scheme working with UNHCR. We are putting an extra EUR 50 million into the scheme, which should result in resettling an additional 20 000 people into the EU over two years.

Beyond the immediate crisis we are setting out a longer-term strategy to address the more fundamental issues of migration in a comprehensive way. These are complex matters and we need to act on all aspects if we want to be effective. That means tackling irregular migration at its source and all along the routes. It means securing our borders and saving lives, but it also has to mean applying our common asylum rules properly. Solidarity can be asked if responsibility is at the same time also taken by all Member States.

Everyone who needs sanctuary should find it in Europe, but those who have no justified claim should be quickly identified and quickly returned to their home country. Effective action on return and limiting the scope for abuse are crucial for the credibility and societal acceptance of migration policy. All too often in our countries people who deserve asylum because they flee war or prosecution are seen as profiteers because we have not been effective enough in having people who do not deserve asylum return to their countries of origin and this needs to change.

Getting these rules working correctly is also a necessary precondition for the serious debate we need to have on the legal migration Europe will need in the future. We will only get citizen support for legal migration if we get all the aspects of a comprehensive migration policy working together. If our people do not trust our asylum policy they will not trust a policy of legal migration. If they do trust our asylum policy because it is effective, they will be more relaxed about the necessity and possibilities of legal migration.

This European Agenda on Migration mobilises all the tools at the EU's disposal. Our internal policies and our various European agencies should work together. But also, development policy needs to be put in place to address the root causes of migration, as well as a coherent and united foreign policy to bring migration management onto the agenda in our relations with key third countries. Third countries sometimes do not do what they need to do in taking back their nationals who do not have the right to asylum. It is a holistic agenda; an example of the benefits of the new working methods under the Juncker Commission.

These are bold proposals and they are already attracting debate, including among the Member States. But in our view, it is not acceptable for people to say 'yes, we want you to stop people from drowning', but at the same time stay silent on where these people should go once they have been rescued.

What the Commission is doing today is putting into practice the commitment the European Council made last month: more responsibility and effective application of our common rules to prevent abuses, going hand—in—hand with more solidarity. I know these are challenging proposals; I know they will prompt debate and controversy in Member States, but it is really not acceptable for people around the EU to say 'stop the drowning', and at the same time, to say 'but do not bring the people here'.

We are setting out today a set of targeted and balanced measures and we will work closely with this Parliament and each of our Member States to match words with action.

Dimitris Avramopoulos, *Member of the Commission***.** – Mr President, after years in which we have seen migrants dying on our doorstep and in which we have seen the trust of our citizens in the European institutions diminish, it was time to be visionary, to be bold. It was time for the Commission to fulfil its fundamental role as the engine of European integration, taking action on the big challenges of our times.

Migration is one of these big challenges. Last year, as Members know, over 620 000 people asked for protection in Europe. The numbers for 2015 show that even that peak may be mild in comparison to the one we will record this year. Seventy thousand asylum applications have already been lodged every month in the European Union since the beginning of 2015. More than 80 000 migrants have reached our shores.

Let me be clear: this is not due to any 'pull factor'. This is because our immediate neighbourhood is on fire. It is because we are living in a time of instability and Europe is seen as a refuge in times of crisis. It is time we started being responsible about it, recognising that we need to start acting together in Europe.

The Agenda we have adopted is more ambitious than that. We are proposing to act together on the global stage because managing migration is a shared responsibility across the world. The approval of a common security and defence policy mission in the Mediterranean on Monday by the Council and the efforts of Federica Mogherini to get the United Nations to pass a resolution that will allow Europe to take decisive actions against the criminal networks is a perfect example of this global approach, of this global vision.

This effort is part of the immediate response that the European Agenda on Migration suggests in order to deal with the pressure in the Mediterranean and to give an immediate and solid follow-up to the deliberations of this Parliament and of the Heads of State and Government. We are doing so by expanding our capacity to save lives through the tripling of Frontex–led joint operations Triton and Poseidon and by adopting an action plan to fight migrant smuggling in order to respond to two fundamental, understandable and simple questions that we felt remained open.

The first question is: 'What do we do with those we rescue?' We thought it was time to give a true European response to such fundamental questions, one where every Member State would do its fair share in order to promote the fundamental values of humanity and solidarity on which the European Union is built. This is why, next week, the Commission will propose the triggering of Article 78(3) of the Treaty, an emergency mechanism that was conceived precisely for situations such as those we are facing today: 'a sudden inflow of nationals of third countries'. The mechanism will allow the transfer of those who are in clear need of protection from the frontline states towards the other Member States.

In the past few days, since the adoption of the Agenda, I have heard many complaining that this system is far too oriented to the Mediterranean. Let me be very clear: what we are building today is not only an emergency response to the current pressure, but it is also an emergency mechanism to be applied in the future wherever pressure emerges. Those who help today will be those who may need help tomorrow. I think that this is what solidarity truly means in practice.

The second question is: 'What do we do with those that today use smugglers in order to seek the protection they deserve?' If we are really serious about the fight against the smugglers, to the point of going to the United Nations Security Council, we need to be equally serious in opening alternative and legal avenues to come to Europe. Again, this is an effort where Europe needs to act as one, with a common and consistent approach.

This is why the Commission has proposed a resettlement scheme to transfer 20 000 refugees to Europe from third countries, showing much needed solidarity with our neighbours which are already bearing the brunt of the crisis in Syria and Libya. The Commission will make available EUR 50 million in order to support the Member States. These two mechanisms will be based on a distribution key developed according to objective and clear criteria. I am ready to discuss the criteria retained but, let us be clear, we should not hide behind this discussion to do nothing.

Beyond the immediate actions, the European Agenda on Migration also responds to the more fundamental challenges that European society faces. It is an agenda that looks at the medium to long term, in order to lead the way towards a truly common European migration policy in the European Union.

In line with the priorities identified by President Juncker in his political guidelines we have built around four key pillars. Firstly, strengthening our capacity to fight irregular migration: in order to do that the Commission will adopt an action plan on smuggling next week and will reinforce the role of Frontex in return operations.

Secondly, protecting migrants in need of international protection: the Commission will promote and monitor the full implementation of the Common European Asylum System and will take action to fight abuses.

Thirdly, strengthening the shared management of our external borders: Frontex will be reinforced and more coherent standards will be developed.

Fourthly, the European Union's demographic and skill needs mean that legal migration will be a necessary part of our future. So the Commission intends to develop a new policy on legal migration starting with revision of the Blue Card Directive.

The principle is very simple. Europe will extend a helping hand to those in need and will strive to attract those we need, but this will be balanced by strong and targeted action for those who try to abuse our system. As I said, our objective is to give a comprehensive response and one that also encompasses the enormous demographic challenges Europe faces. While the working age population in the European Union will decline by 17.5 million, foreign skilled workers who can complement our own will be important to support Europe's economic development.

The Agenda is about concrete actions and initiatives, which are realistic and can be implemented if we all take part consistently in this shared effort. To do this, I need the support of this House, which has always been in the forefront in advocating true and effective solidarity.

More than ensuring that the current system delivers its full potential, the Agenda finally launches parallel reflections for deepening our future European cooperation in the field of migration. This includes ideas such as the establishment of a European single asylum decision-making process or a European border guards system.

I look forward to hearing your reactions.

Manfred Weber, *im Namen der PPE-Fraktion***.** – Herr Präsident, meine sehr verehrten Herren Kommissare, liebe Ratsvertreter, meine lieben Kolleginnen und Kollegen! Bevor ich auf das Thema eingehe, möchte ich eine Minute meiner Redezeit opfern und einen kurzen Rückblick auf die britischen Wahlen machen. Ich freue mich, dass David Cameron mit seinem Ansatz der Haushaltskonsolidierung und auch mit seinem Reformansatz einen guten Wahlerfolg eingefahren hat.

Ich möchte aber vor allem den Wahlverlierer willkommen heißen, nämlich unseren Kollegen Farage. Ich möchte den großen Wahlverlierer von Großbritannien hier wieder willkommen heißen. Ich möchte unterstreichen, dass er ja mittlerweile etwas Positives an Europa gefunden hat, nämlich die Tatsache, dass Europa offensichtlich ein viel besseres Wahlsystem hat als Großbritannien. Denn wenn Europa kein proportionales Wahlsystem hätte, hätte er heute keinen Arbeitsplatz mehr – das halten wir mal fest – weil seine britischen Wähler ihn nicht gewählt haben.

Und ich halte fest, dass Kollege Farage jede Glaubwürdigkeit verloren hat. Er hat angekündigt, wenn die britischen Wähler ihn nicht wählen, dann wird er als Parteichef zurücktreten. Er hat gesagt, er wird zurücktreten und das Amt nicht mehr weiterführen. Sie brauchen das gar nicht damit zu rechtfertigen, dass Ihr toller Parteivorstand Sie bekniet hat, weiterzumachen. Tatsache ist: Sie, Herr Farage, halten ihre Wahlversprechen nicht ein. Sie sind weiter hier, Sie sind weiter als Parteichef hier und haben damit ein wichtiges Wahlversprechen gebrochen. Welcome back, und es ist gut, dass Sie der große Wahlverlierer sind.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Das war es mir wert, eine Minute Redezeit zu opfern, liebe Kolleginnen und Kollegen. Aber jetzt geht es um die Migrationsdebatte, und da möchte ich der Kommission – Frans Timmermans, dem Kollegen Avramopoulos und unserem Kommissionspräsidenten Jean-Claude Juncker – Danke sagen, weil die Vorschläge, die auf dem Tisch liegen, einen Gesamtentwurf ergeben, wie wir die große Herausforderung Migration angehen können. Und die zentrale Frage ist zunächst einmal, auch wenn wir uns die Debatten im Rat vergegenwärtigen: Wie sehen die Bürger diese Frage? Wenn die Bürger jeden Abend im Fernsehen die Bilder aus dem Mittelmeer sehen – in Großbritannien, in Polen, in Deutschland, in Spanien: Wie sehen die Bürger das? Wenn die Menschen die Fernsehbilder sehen, entsteht ein Gefühl, dass sie sagen: Das geht mich als Brite, als Pole, als Österreicher etwas an? Und ich bin überzeugt, dass die meisten Menschen in Europa sagen: Ja, diese Bilder lassen mich nicht kalt, das geht mich etwas an. Und wenn man das im Bewusstsein hat, dann ist auch klar, dass wir europäische Antworten darauf brauchen, dass wir Europäer gemeinsam gefordert sind, diese Herausforderung anzugehen.

Wir begrüßen den Solidaritätsmechanismus, vor allem im Hinblick auf den UNHCR, wir begrüßen die Kriterien, die angedacht worden sind. Auch in meiner Fraktion, das möchte ich zum Ausdruck bringen, gibt es bei der Frage der Ausgestaltung des Solidaritätsmechanismus noch harte Debatten, noch viele Diskussionen. Aber der Grundansatz wird begrüßt.

Wir müssen den Schleusern das Handwerk legen. Dazu liegen konkrete Vorschläge vor. Auch die militärische Option muss auf dem Tisch bleiben. Wir begrüßen die Partnerschaft mit den Herkunftsländern: Dass wir in Malta zusammenkommen, um auf dem gemeinsamen Gipfel mit den Partnerländern zu reden, ist gut. Und wir begrüßen auch, dass deutlich wird, dass wir das Recht auch durchsetzen müssen.

Ausdrücklich möchte ich den beiden Kommissaren danken, dass sie angesprochen haben, dass wir auch die, die eben noch im rechtsstaatlichen Verfahren abgelehnt worden sind, rückführen müssen, dass wir Recht in der Europäischen Union auch durchsetzen müssen. Sonst kann es passieren, dass wir langfristig das Vertrauen der Bürger in unsere Rechtsstaatlichkeit verlieren.

Und ich möchte noch ergänzen, dass in einigen Staaten der Europäischen Union die Flüchtlinge aus dem Balkan – also aus Europa heraus – eine relevante Flüchtlingsgruppe sind. Auch das muss angesprochen werden. Es ist schwer erklärbar, dass aus Staaten, mit denen wir Beitrittsgespräche zur Europäischen Union führen, Flüchtlinge kommen, die Asyl beantragen. Deswegen müssen wir uns auch diesen Themen, die schwieriger sind, zuwenden.

Danke an die Kommission. Es wurden viele Themen des Europäischen Parlaments aufgenommen. Das zeigt auch die enge Partnerschaft, und dafür bedanke ich mich.

Und jetzt an den Rat: Dort haben wir eine Fülle von Neinsagern, von Bedenkenträgern, von Leuten, die jetzt schon wieder wissen, was alles nicht funktioniert. Es ist kleinkrämerisch, was wir dort erleben, nämlich nur das Blicken auf die eigenen Zahlen, auf die eigene persönliche Situation, und leider Gottes kein Blick für die gemeinsame Aufgabe, die vor uns steht. Ich hoffe, dass der Europäische Rat das im Juni überwinden kann, dass wir im Europäischen Rat wirklich einen europäischen Blick bekommen, dass auf die Vorschläge der Kommission Bezug genommen wird und dass dann auch der Wille erkennbar wird, dass wir die Antworten gemeinsam geben.

Ich möchte an die Medien appellieren, nicht immer zu sagen – wenn dann diese Äußerungen aus dem Rat kommen –, Europa hat versagt, weil hier im Europäischen Parlament ein klarer Wille da ist, weil in der Kommission ein klarer Wille da ist. Und deswegen: Wenn hier versagt wird, dann sind es die Mitgliedstaaten, die gemeinsame europäische Initiativen nicht mittragen. Wir sind bereit, den guten Job, den die Kommission jetzt vorgelegt hat, weiterzuführen, und ich möchte die Kommission bitten, ambitioniert weitere Vorschläge ..

(Unruhe)

Ich möchte, meine sehr verehrten Damen und Herren, zum Schluss einfach nur noch mal der Kommission Rückendeckung signalisieren, weil der Vorschlag gut ist. Sie können, wenn jetzt mit den Mitgliedstaaten beraten wird, auf meine Sicht, auf die Sicht der EVP-Fraktion verweisen, dass wir diese Initiativen gemeinsam mittragen, die jetzt vorgelegt worden sind.

(Der Redner ist damit einverstanden, eine Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte" gemäß Artikel 162 Absatz 8 der Geschäftsordnung zu beantworten.)

Der Präsident. – Meine Damen und Herren! Ich würde Sie bitten, sich ein bisschen zu mäßigen. Ich bin auch bei Ihren Redezeiten sehr großzügig. Wenn Sie die Redezeiten überschreiten, Frau Ferrara zum Beispiel, schreite ich bei Ihnen auch nicht ein. Das habe ich gestern auch nicht gemacht. Ich habe Ihnen gestern auch mehr Redezeit gegeben. Deshalb sollten Sie in dieser Frage ein bisschen fairer sein.

Bill Etheridge (EFDD), *blue-card question***.** – Mr Weber, my question is this: do you not realise that the kind of intervention you made at the start of your speech is exactly why UKIP's vote trebled in the elections in the UK. Four million people do not want this kind of intervention from people from the outside, like you, talking about our domestic issues, telling us – and I will be more pertinent to this discussion than you were – about what kind of immigration we can have, what we can do with our own borders, and then intervening in our own domestic politics and spending a minute and a half of your own time poking fun at us. They do not want that. Four million people said: Sorry, Mr Weber, go away!

Manfred Weber (PPE), *Antwort auf eine Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte"***.** – Ich kann die Emotion, wie gesagt, verstehen. Ich habe darauf verwiesen, dass Sie persönlich und auch der Kollege Farage endlich mal danke sagen sollten, dass Europa so ein tolles Wahlsystem hat. Im Vergleich mit dem britischen haben Sie hier einen Arbeitsplatz, werden vom europäischen Steuerzahler bezahlt. Sie sollten mal danke dafür sagen, bevor Sie hier laut auftreten, dass Europa so gut ist.

Und das Zweite: Mir geht es nur ganz einfach um die Tatsache, dass Kollege Farage angekündigt hat, dass er als Parteichef zurücktritt, wenn er verliert. Das war die These, die im Raum stand. Und er sitzt hier als Parteivorsitzender. Insofern ist die Glaubwürdigkeit vom Kollegen Farage zerstört.

James Carver (EFDD). – Mr President, this is a point of order. Irrespective of the emotions and the response across the Chamber with regards to these comments from Mr Weber, he started his speech saying: I am prepared to sacrifice a minute of my speaking time to speak on the British domestic general election. And yet, Mr President, with respect, you allowed him to speak for a minute over his allocated speaking time. So how did he sacrifice any speaking time?

Gianni Pittella, *a nome del gruppo S&D***.** – Signor Presidente, onorevoli colleghi, io credo che si possa dire senza retorica che il pacchetto sull'immigrazione presentato dalla Commissione europea rappresenta un punto di svolta per questa legislatura e voglio dare atto a questo Collegio, e in particolare al Presidente Juncker, al Vicepresidente Timmermans, al Commissario Avramopoulos, a Federica Mogherini, di aver agito con coraggio.

Se una parola dovesse riassumere questa strategia, io direi «solidarietà»: solidarietà nei confronti degli uomini e delle donne che attraversano il Mediterraneo, solidarietà nei confronti dei popoli e degli Stati membri più esposti ai fenomeni migratori.

La strategia della Commissione contiene in sé tutte le risposte alla sfida dell'immigrazione. Nel breve periodo, l'istituzione di un sistema di quote per i richiedenti asilo garantirà una gestione più solidale e responsabile dei flussi, il rafforzamento di Poseidon e di Triton aiuterà a evitare nuove tragedie del mare, la mobilitazione dell'Unione europea a fianco delle Nazioni Unite dovrà puntare invece a sconfiggere i trafficanti di vite umane e gli scafisti.

Su questo punto voglio esser chiaro: per noi socialisti in ballo non c'è un intervento militare in Libia. L'obiettivo della nostra azione deve essere quello di distruggere le filiere dei trafficanti e a questo fine dobbiamo dotarci di tutti gli strumenti possibili. Nessun pietismo, nessuna timidezza con i mercanti della morte che lucrano sui migranti.

Nel testo presentato c'è anche una visione di lungo periodo, costruita attorno a tre pilastri. Bisogna, innanzitutto, rafforzare il sistema comune di asilo riformando Dublino. Il secondo pilastro è la creazione di un sistema condiviso di gestione delle frontiere che controlli i nostri confini, senza cadere nell'illusione che possano o debbano essere chiusi ermeticamente. Non c'è, infatti, alcun rapporto diretto tra terrorismo e immigrazione. E poi, finalmente, una politica europea per l'immigrazione legale.

Queste sono le tappe di fronte a noi. Inizia un percorso, un percorso finalmente olistico, unitario.

E vorrei concludere con un appello agli Stati membri. Mi rivolgo a tutti i capi di governo, soprattutto a quelli più riluttanti: non gettate all'aria quest'opportunità, non piegatevi al ricatto di chi fomenta la paura. Si è spesso rimproverato all'Europa di parlare, di parlare, di parlare ma di non agire. Con queste misure finalmente dimostriamo che l'Europa può funzionare. Non perdiamo questa occasione.

(L'oratore accetta di rispondere a una domanda «cartellino blu» (articolo 162, paragrafo 8, del regolamento))

João Ferreira (GUE/NGL), *pergunta segundo o procedimento «cartão azul»***.** – Senhor Presidente, o Sr. Pittella falou-nos aqui numa resposta solidária. Eu queria perguntar-lhe se no seu conceito de solidariedade cabe o envio de vasos de guerra para o Mediterrâneo, para além de meios aéreos e terrestres, violando a soberania e integridade territorial de Estados soberanos e o direito internacional para afundar barcos que visam transportar os imigrantes.

E já agora, o que tem a dizer do que disse o Conselho Europeu de Refugiados e Exilados, que alertou para o risco de mais vítimas com estas soluções, seja por se afundarem barcos com imigrantes, seja por estes serem obrigados a procurar outras soluções mais arriscadas para chegarem à Europa? É este o seu conceito de solidariedade? É este o conceito do seu grupo de resolver o problema na origem?

Gianni Pittella (S&D), *risposta a una domanda «cartellino blu»***.** – On. Ferreira, probabilmente lei ha perso un passaggio del mio intervento, in cui ho detto chiaramente che per noi socialisti non è in ballo una missione militare. Quindi nessuna azione di forza o di violenza nei confronti di questa situazione, ma solo uso di altri strumenti per combattere e sconfiggere gli scafisti.

Timothy Kirkhope, *on behalf of the ECR Group***.** – Mr President, in saving lives, addressing the criminality of human trafficking and stabilising the EU's external borders through cooperation are vital factors. We have a moral duty to assist one another, but I do not believe that this assistance should undermine the key international principle of humanitarian and asylum law: that an individual should be able to seek sanctuary in the first safe country reached.

True solidarity is offering assistance because it is the right thing to do – not through compulsion. I do not believe that quotas and forced relocation are sustainable, democratic or fair to the individuals in question. It is a mistake to have a strategy which addresses all kinds of migration in one document. Economic migration and asylum are two very different issues, with separate challenges, and this joint strategy blurs lines which should be clear.

We do agree on the important role of Frontex, EASO, returns and Eurodac, and the need for increased funding in tackling the issue at source, and we look forward to working with the Commission on this important issue.

(The speaker agreed to take a blue-card question under Rule 162(8))

Vicky Ford (ECR), *blue-card question***.** – We are very lucky to have Mr Kirkhope here because he has been a minister with responsibility for immigration in a British Conservative government. Mr Kirkhope, could you explain, for the benefit of others, the difference between having a Conservative immigration minister back in the Council and one from some of the other parties that might perhaps have been there?

Timothy Kirkhope (ECR), *blue-card answer***.** – Mr President, I wonder whether that is a hostile question; I think perhaps it is not. My reaction to it is that I am very proud of what I did when I was Immigration Minister; I am proud of the fact that we have a Conservative Government. I am also proud of the fact that it is a government which deals with immigration issues by mixing humanitarian approaches with responsibility and security.

Were we to have seen a different outcome in our elections recently, with any need to concur with some of the more extreme views that certain parties have expressed, I would be a very disappointed man, and it would not help those who sought sanctuary or those who wish to deal with immigration rules for their benefit.

Der Präsident. – Meine Damen und Herren! Der Vorgang, den wir jetzt gerade erlebt haben, ist interessant. Die ECR-Fraktion nutzt das Instrument der Zwischenfragen, um ein Stück des britischen Wahlkampfs fortzusetzen und zugleich ihre eigenen Redezeiten ein bisschen auszuweiten. Dafür haben wir das Instrument nicht eingeführt. Deshalb gehen Sie mal davon aus, dass ich nicht jede blaue Karte, nicht jede Zwischenfrage hier akzeptieren kann. Sie müssen das einfach auch mal einsehen, dass das nicht das Instrument ist, mit dem wir die Debatten lebhafter machen wollten, indem wir hier einzelnen Fraktionen die Möglichkeit geben, wie in diesem Fall Vertretern des Vereinigten Königreichs, interne Spielchen zu spielen. Ich werde mir also genau überlegen, in welcher Form wir mit diesem Instrument weiter umgehen.

Guy Verhofstadt, *on behalf of the ALDE Group***.** – Mr President, firstly I have to tell Mr Weber that he does not understand how this works. He is a man of his word, Nigel Farage. He has sent a letter to Nigel Farage saying 'I resign'. Nigel Farage has responded to Nigel Farage saying 'I refuse your resignation.' That is the way it works!

So, that said, let us come to the topic of today. Mr Timmermans, I strongly support the Commission's proposal of last week on migration, because I think the Commission has assumed your responsibility, and that is not the case with the Council. The Commission has, in fact, taken a stance that is absolutely necessary because it promotes the interest of all, rather than focusing on single Member States, and that is what we have to do to tackle this problem. We cannot continue to say it is only the Italians who have to do their job; we cannot say it is the European Union which is at the source of this problem. What we need is a European solution to a European problem.

I want to condemn very strongly those Member States who say officially that they are in solidarity but are already stating, as we have heard, that they will object to the use of the temporary protection procedure. With regard to the temporary protection procedure, I think, Commissioner, that Article 78(3) of the Treaty was especially created for that purpose. So let us use it now: it is only right that the Commission should exploit it. What I do not understand is those – like the Prime Minister of France, Mr Valls, last Sunday I think – who say 'I am against quotas but I am for solidarity in this field.' I do not understand this. It is either one thing or the other.

Secondly, I agree with the Commission that the right approach is to start first with temporary protection and only then, at a later stage, to work on a permanent procedure to replace the Dublin rules. However, I think it shall be necessary to replace Dublin, and to do so not by recommendations, Commissioner, but through real legislation.

Let us also be clear in this debate that we cannot go down the road of what we are currently hearing: anti-European, xenophobic talk in which people are mixing everything up – asylum seekers, refugees, economic migrants. It is simply not acceptable to do as some people are doing and equate migrants with terrorists.

So, colleagues, we have a responsibility as the European Union because – and let us be honest among ourselves – if we have such flows coming to Europe it is in part because of European Union inaction in our neighbourhood. We did nothing, after all, in Libya, and we did nothing in Syria, and that is one of the reasons why so many refugees are now seeking to enter the Union. We have to learn from that, which means we need to assume our responsibilities in our neighbourhood.

Our Group supports the Commission proposals as a first step. Action is needed, Commissioner – joint action, common action, and that means European action.

(The speaker agreed to take a blue-card question under Rule 162(8)).

Εμμανουήλ Γλέζος (GUE/NGL), *ερώτηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Λυπούμαι που απευθύνομαι μονάχα σε εσάς. Έχω θέσει από καιρό, σε όλους που ως τώρα μίλησαν από τις παρατάξεις, το εξής ερώτημα που έχει σχέση και με τις εισηγήσεις: για τις αιτίες των μεταναστών, των οικονομικών μεταναστών, και για τις αιτίες των προσφύγων δεν άκουσα ως τώρα καμία λέξη. Παρακαλώ, άλλη μια φορά, επειδή φαίνεται ότι το αριστερό μάτι του προεδρείου δεν με βλέπει, να προσέχει και λιγάκι προς τα εδώ. Ευχαριστώ!

Der Präsident. – Herr Verhofstadt! Sie können im Namen aller Abgeordneten antworten, denn die Frage war an alle Abgeordnete gerichtet. Nutzen Sie die einmalige Chance!

Guy Verhofstadt (ALDE), *blue-card answer***.** – Mr President, it is a little difficult for me to speak on behalf of the whole Parliament. I would have to sit in your seat to do that!

Der Präsident. – Gut. Aber ich bin dankbar, Herr Glezos, dass Sie mich kritisieren, ich wäre auf dem linken Auge blind. Sonst werde ich immer kritisiert, ich wäre auf dem rechten Auge blind. Das hat sich jetzt also ausgeglichen.

Gabriele Zimmer, *im Namen der GUE/NGL-Fraktion***.** – Herr Präsident! Lassen Sie mich mit der Vision von George Orwell beginnen. Winston Smith, Orwells Held, beginnt sein geheimes Tagebuch am 4. April 1984: „Gestern Abend im Kino", lautet die erste Eintragung, „lauter Kriegsfilme; ein sehr guter über ein Schiff von Flüchtlingen, das irgendwo im Mittelmeer bombardiert wird; Zuschauer höchst belustigt."

Nun gehe ich nicht davon aus, dass irgendjemand hier in diesem Raum dieses Drama auf dem Mittelmeer belustigt verfolgt hat. Aber aus der Fiktion kann durchaus Realität werden. Der Beschuss oder das Versenken von Flüchtlingsbooten als Teil des Gesamtpakets nimmt zumindest – und das muss man hier auch deutlich sagen – sogenannte Kollateralschäden in Kauf, nämlich den Tod von Menschen – Flüchtlingen, Bootsführern und auch Angehörigen der beteiligten Streitkräfte.

Grundsätzlich möchte ich aber auch die Kritik am Verhalten der Mitgliedstaaten hier benennen. Die Basis für das, was wir heute diskutieren, und den Rahmen hat der Gipfel der Regierungschefs gelegt. Und wenn die Kommission von realistischen, durchsetzbaren Maßnahmen spricht, dann ist ihr Realismus vom Verhalten der Mitgliedstaaten geprägt und daran ausgerichtet. Und darin liegt zugleich aber auch die Krux. Bei allem guten Willen: Das vorgelegte Paket verändert nicht den Blickwinkel auf das Leid der Flüchtlinge. Es behandelt die Flüchtlingsfrage nach wie vor vor allem unter Sicherheitsaspekten und vor ökonomischen Hintergründen.

Die grundsätzliche Frage drängt sich mir hier auf: Was verstehen wir eigentlich unter Sicherheit? Kann Sicherheit wirklich erst dann erreicht werden, wenn wir unsere eigenen Grenzen abschotten und Europa dicht machen? Das Paket und die Einigung der Außen- und Verteidigungsminister zielen in erster Linie auf repressive Maßnahmen gegenüber Beteiligten ab. Repressionen aber, die die Existenzbedingungen von Menschen zerstören, tragen nicht zu mehr Sicherheit bei, sondern zu weniger. Sie treiben weiterhin Menschen auch in die Fänge von Terroristen und schützen sie nicht vor ihnen. Die Geschäftsgrundlage organisierter Schlepperkriminalität entziehen wir nicht mit militärischem Eingreifen. Das Flüchtlingsproblem bleibt.

Und so stellt sich mir die Frage: Warum schreien wir nicht auf, wenn es darum geht, dass z. B. das Welternährungsprogramm gekürzt wird? Warum schreien wir nicht auf, wenn wir sehen, in wie vielen Flüchtlingslagern außerhalb der Europäischen Union Menschen unter unwürdigsten Bedingungen leben? Das Flüchtlingsproblem, wie gesagt, bleibt. Wir verdrängen es bloß aus unserer Sicht und aus unserem Blickwinkel vom Mittelmeer hinter die libysche Grenze. Und wer gesehen hat, dass allein in den letzten Wochen 190 Tote hinter der libyschen Grenze aufgefunden worden sind, und wer die Bilder von den Aufnahmelagern der Flüchtlinge gesehen hat, muss sich einfach auch die Frage stellen: Was tun wir wirklich, und sind wir bereit, uns der Flüchtlingsproblematik ganz anders zu nähern, nämlich vor allem aus humanitären Gründen? Sind wir bereit, zu akzeptieren, dass wir uns selber, unser Leben, unseren Standard ja auch verändern müssen, um den Menschen wirklich die Hilfe anzubieten, die sie brauchen? Das kann ich bisher nicht sehen!

(Die Rednerin ist damit einverstanden, eine Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte" gemäß Artikel 162 Absatz 8 der Geschäftsordnung zu beantworten.)

Monika Hohlmeier (PPE), *Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte"***.** – Frau Kollegin Zimmer, halten Sie es nicht für höchst unseriös, hier die Behauptung aufzustellen, die definitiv nur der Unwahrheit entspricht, dass man beabsichtige, Flüchtlingsboote zu beschießen und zu bombardieren, und mit Absicht sozusagen den Tod, den Kollateralschaden von Flüchtlingen und Bootsführern in Kauf nimmt? Der Kampf gilt Menschenhändlern, und Sie wissen das. Ich fordere Sie dazu auf, bei der Wahrheit zu bleiben und nicht von etwas zu sprechen, was weder die Außenbeauftrage der Europäischen Kommission noch ein einziger Mitgliedstaat beabsichtigt.

Gabriele Zimmer (GUE/NGL), *Antwort auf eine Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte"***.** – Frau Abgeordnete Hohlmeier, ich habe nicht davon gesprochen, dass irgendwo in dem Text steht, dass man auf die Menschen selber zielen wird. Aber Sie wissen ganz genau: Sobald Streitkräfte im Einsatz sind, sobald Waffen und Militär eingesetzt werden und geschossen wird und sobald Boote zerstört werden, ist die Gefahr riesengroß, dass dabei auch Menschen umkommen. Sie werden nirgendwo in der Welt eine Form der militärischen Intervention finden, bei der es nicht sogenannte Kollateralschäden gibt, bei denen Menschen sterben. Und ich bitte Sie, das endlich mal zur Kenntnis zu nehmen: Eine saubere Intervention in diesem Sinne, wie Sie davon sprechen, wird es nicht geben!

Judith Sargentini, *namens de Verts/ALE-Fractie***.** – Het siert de Europese Commissie dat zij de strijd aangaat met de Raad om vluchtelingen eerlijk over Europa te verdelen en het stemt me dan ook somber dat lidstaat na lidstaat meldt dat ze daar geen zin in heeft. De enige aanpak die blijkbaar bij de Raad gedeeld wordt, is een aanpak van militaire actie, van meer grenscontroles en van meer mensen terugsturen.

Ik hoorde u, commissaris Timmermans, gisteren verhalen over de Hongaarse vluchtelingen die in 1956 met open armen in andere Europese landen ontvangen werden. Die open armen, waar zijn die dan nu? Ze zijn niet bij de Raad, maar ze zijn ook niet bij u, commissaris, noch bij de Commissie. De herziening van Dublin staat niet in de voorstellen en dat wilde u toch zo graag, mijnheer Avramopoulos? We zouden toch gaan kijken wat we gingen doen aan Dublin? Ik vind het niet terug. Ik denk dat er een verschil van mening is in de Commissie en dat u daarom niet met uw voorstellen komt.

U schrijft in uw eigen agenda dat Europa in de nabije toekomst een demografisch tekort gaat zien. Maar daar laat u het bij. Moet ik het dan zelf invullen? Een oud continent omgeven door landen met jonge bevolking kan zich niet beperken tot het bestrijden van illegale migratie door strengere controles. Een rijk continent omgeven door landen in oorlog of in armoede kan zich dat niet permitteren. Als er werk is voor laag geschoolde of laag betaalde krachten dan zul je dat ook moeten faciliteren, want anders zul je illegaliteit en illegaal werken zien toenemen.

In de vorige periode zagen wij de richtlijn voor de seizoensarbeid. Daar hadden wij nu op voort moeten bouwen. Waar blijven de voorstellen voor het faciliteren van de Palestijnse *nannies*, dames die bij ons illegaal werk doen wat niemand anders wil doen. Waar blijven de voorstellen voor circulaire migratie?

Voorzitter, je kunt een agenda maken voor een week. Je kunt een agenda maken voor een paar maanden. Je kunt een agenda maken totdat de zee weer ruw is en de vluchtelingen even aan de andere kant blijven. Maar ik verwacht van de Europese Commissie een agenda voor de komende jaren, voor de komende generatie. En die, Voorzitter, ligt er helaas niet.

(De spreker gaat in op een "blauwe kaart"-vraag overeenkomstig artikel 162, lid 8, van het Reglement.)

Tomáš Zdechovský (PPE), *otázka položená zvednutím modré karty***.** – Vážená paní Sargentiniová, proč dříve, než tady máte plamenný projev o přijímaní uprchlíků z doby komunismu, si nezjistíte něco o tom, jak dnes třeba Česká republika přijímá uprchlíky z Ukrajiny. Víte o tom, že Česká republika je stát s třetím největším počtem uprchlíků z Ukrajiny? Zjišťovala jste si někdy tyto informace? Byla jste někdy v uprchlických táborech v České republice? Viděla jste tu situaci? Prosím, opravte si svoje informace dříve, než tady začnete někoho kritizovat.

Judith Sargentini (Verts/ALE), *"blauwe kaart"-antwoord***.** – Ik neem de uitnodiging graag aan om in de Tsjechische Republiek een vluchtelingenkamp te bezoeken. Ik waardeer het enorm van welk land dan ook als er vluchtelingen opgenomen worden. Ik denk wel dat wij met zijn allen nog steeds niet genoeg doen. Twintigduizend mensen uit vluchtelingenkampen hervestigen is een goed streven waar de lidstaten niet aan willen. Maar het is nog maar een heel klein beetje.

Ik zou ook, en dat is het laatste, willen zeggen dat er bij het opnemen van mensen, het daarna verlenen van een status en het geven van een echt nieuw bestaan aan deze mensen nogal een verschil bestaat tussen de verschillende landen.

Nigel Farage, *on behalf of the EFDD Group***.** – Mr President, I would like to extend huge thanks all of those who have welcomed me back to this institution so warmly.

I do detect, however, in some of the smiles and laughter directed at me, a slight hint of nervousness – and so there jolly well should be because there is going to be a British referendum on whether we stay in or whether we leave this European Union. For the first time in many decades there will be a fundamental debate on the existence of this Union and the need for it in the modern world. I have to say that this referendum would not have happened without UKIP and its people's army of millions of supporters.

It is pretty clear that, actually, when it comes to renegotiation, nothing substantial can be achieved, because already all the big bosses in Europe have said that the freedom-of-movement rules are not up for negotiation and that there will be no treaty change on this point. That, for us, is simply not good enough, and it goes to the heart of the debate this morning. What we want in Britain is an Australian-style points system so that we can choose who comes to live, work and settle in our countries. I would bet that, if such a proposal were put to all of your electorates in your Member States, they too would opt for that policy.

A month ago I warned Mr Timmermans that the common EU asylum policy had absolutely no security checks whatsoever and that there was a genuine threat of ISIS using this policy to infiltrate our countries and to pose great threats to our society. I was laughed at out loud here. People said I had no evidence for it. Well, now even the Libyan intelligence agencies are saying that ISIS are not only making money from trafficking people but are also beginning to send us their terrorists directly. We need to have another think. We must not allow our compassion to imperil our security.

(The speaker agreed to take a blue-card question under Rule 162(8))

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *blue-card question***.** – Mr President, listening to Mr Farage, and thinking more about it, I now have a second thought. If I put a question to Mr Farage, he is probably going to reply in his personal, populist, demagogical way and, if anything, that is going to threaten his political career even further. I really do not want to do that. At the same time, his presence here, his interventions and those of his Group represent for us a huge incentive to continue European integration as much as possible..

(The President cut off the speaker)

Vicky Maeijer (NI). – Vandaag bespreken we de migratieagenda. Een flutstuk eerste klas.

Herverdelen moeten we de duizenden illegale immigranten. Elk land krijgt straks een evenredig aandeel in het aantal illegalen en terroristen. Wie gelooft dat die zich iets van quota zullen aantrekken heeft het dus echt niet begrepen. Zij zullen zich vrij verplaatsen, want onze grenzen zijn weg. En met de toenemende stroom illegale immigranten worden de gevaren alleen maar groter. Niet voor deze gelukszoekers, want voor hen breiden we de reddingsmissies uit, maar voor de inwoners van de Europese Unie.

Als je denkt dat het niet idioter kan, dan is er altijd nog mevrouw Mogherini:

"No refugees or migrants intercepted at sea will be sent back against their will."

zei ze gisteren.

Lachende derden zijn de mensensmokkelaars, want die maakt men rijk. En niet te vergeten de tussen de illegale immigranten meereizende terroristen van de Islamitische Staat, die dood en verderf zullen zaaien in de Europese Unie. De verliezers zijn de inwoners van de Europese landen. Onze grenzen moeten veilig zijn, waterdicht. Échte grensbewaking, zoals in Australië. Zij sturen de illegale immigranten terug en daar verdrinken geen mensen voor de kust. Dát is waar wij naar toe moeten.

Der Präsident. – Meine Damen und Herren! Bevor ich jetzt Frau Hohlmeier das Wort erteile, möchte ich nochmal deutlich sagen: Wir haben dieses Instrument der blauen Karte eingeführt, um in der Debatte ein bisschen animierter, aber auch sachorientiert vorgehen zu können. Wenn diese blauen Karten dazu führen, dass erstens unsere Debatten in der Regel um eine halbe Stunde verlängert werden und die amtierenden Präsidenten sich anschließend beschimpfen lassen müssen, dass sie die Zeiten nicht einhalten, und zweitens wenn sie zur Verlängerung der Redezeiten oder für irgendwelche persönlichen Erklärungen genutzt werden, dann sind sie nicht sinnvoll. Deshalb werde ich sicher mit dem Präsidium darüber nachdenken, wie wir diesen Missbrauch dieses Instruments verhindern können.

Monika Hohlmeier (PPE). – Herr Präsident, meine Herren Kommissare, liebe Ratspräsidentschaft, liebe Kolleginnen und Kollegen! Zunächst einmal begrüße ich die Migrationsagenda der Kommission. Als erstes: Sinnvoll ist ein Krisenmechanismus, der in Zeiten der Krise stattfindet. Dublin macht dann Sinn, wenn wir friedliche Zeiten haben, wenn es wenige Migranten gibt und ein Mitgliedstaat nicht überfordert wird. Ab dem Zeitpunkt, wo ein Mitgliedstaat mit einem Massenzustrom konfrontiert ist, muss es einen funktionierenden Krisenmechanismus und damit auch einen entsprechend sinnvollen Verteilungsmechanismus geben.

Zweitens: Ich begrüße, dass man auch verstärkt über die legalen Wege im Sinne von *Resettlement*, humanitäre Visa, Möglichkeiten eines temporären Status nicht nur nachdenkt, sondern versucht, diese Instrumente zu stärken. Denn wenn man den Kampf gegen die Menschenhändler ernsthaft aufnimmt – und ich glaube, jeder hier in diesem Hause sollte befürworten, Menschenhändler zu bekämpfen, denn sie sind keine Freunde der Flüchtlinge, sondern vielfach Verbrecher, die deren Tod in Kauf nehmen, die sie foltern, die sie umbringen, die sie zum Organhandel nutzen, die sie zu allen Übeln nutzen, die kein Mensch befürworten kann – wenn man den Kampf gegen Menschenhändler, den ich sehr befürworte, ebenso wie eine militärische Aktion gezielter und zielgerichteter Art ernsthaft aufnimmt, dann bedeutet das aber auch, dass wir als Europäische Union einen Beitrag leisten müssen, um die Flüchtlingssituation zu erleichtern und zu verbessern.

Es bedarf aber auch eines effizienten Rückführprogramms für den Fall, wenn jemand unser Asylrecht missbraucht beziehungsweise sich illegal in den Ländern aufhält und ein Mitgliedstaat alleine vielleicht nicht die Kraft hat, diese Menschen zurückzuführen, sondern dazu die Unterstützung der Europäischen Union benötigt.

Eine Kritik möchte ich jedoch sehr deutlich anbringen, und das betrifft das Personal, die Personalwünsche. Dass man mit drei Leuten Europol und mit vier Leuten das EASO verstärkt, kann nicht als ernsthafter Beitrag zu einem europäischen Programm im Bereich Asyl und als Lösung der Flüchtlingssituation betrachtet werden. Entschuldigung, liebe Kommission: Diese zwei Posten sind schlichtweg ein Witz!

PRESIDENZA DELL'ON. ANTONIO TAJANI

Vicepresidente

Enrique Guerrero Salom (S&D). – Señor Presidente, después de la última gran tragedia del Mediterráneo la convocatoria de la reunión de Jefes de Estado y de Gobierno fue tan, tan urgente como tan, tan escasa en contenidos y en compromisos. El Parlamento ha sido mucho más ambicioso las cinco veces que ha abordado este asunto en el Pleno y en la resolución que ha aprobado recientemente.

La Comisión ha sido ambiciosa y concreta y los Estados miembros tenían que haber reaccionado apoyando a la Comisión, señalando: queremos una acción conjunta, queremos ser solidarios para responder a esta crisis humanitaria; estamos dispuestos a poner más medios para afrontarla y estamos preparados para una estrategia a largo plazo que ataje las causas que están detrás de estas tragedias.

Sin embargo, han reaccionado de forma reglamentaria: estamos de acuerdo o no estamos de acuerdo con este principio, con este criterio, con este indicador. Esa no es la manera de reaccionar ante este problema: la manera de reaccionar es con voluntad política y con compromiso. Antes se ha dicho que ahora es el tiempo de las sanciones y no solo de las palabras; yo vuelvo al Eclesiastés: «es tiempo de sembrar y luego vendrá el tiempo de recoger». Si no sembramos ahora, recogeremos muchas más tragedias.

Ryszard Czarnecki (ECR). – Panie Przewodniczący! Olbrzymia większość moich przedmówców reprezentuje kraje – powiedzmy sobie wprost – które przez wieki zawdzięczały bardzo dużo koloniom, których pozycja ekonomiczna była silniejsza niż innych krajów europejskich, ponieważ miały kolonie. Dzisiaj ci imigranci to odsetki od tych zysków, które te państwa, państwa starej Unii, miały z kolonii. Mówię jako to historyk i pogódźcie się Państwo z tą prawdą, że te odsetki trzeba płacić. To po pierwsze.

Po drugie, mój kraj przyjął wiele tysięcy Czeczenów po napaści Rosji ten kraj. Jeszcze tylko w zeszłym roku o azyl w Polsce aplikowało sześć tysięcy osiemdziesiąt czterech obywateli czeczeńskich. To pokazuje, że mój kraj jest otwarty na uchodźców, ale to nie znaczy, że na wszystkie decyzje Unii Europejskiej tym zakresie.

Cecilia Wikström (ALDE). – Herr talman! Jag vill tacka kommissionen för den europeiska migrationsagendan. Jag uppskattar särskilt mycket den holistiska syn som kommer till uttryck. Det är också väldigt glädjande att Europaparlamentet och kommissionen talar samma språk. I detta sammanhang lämnar medlemsländerna en hel del övrigt att önska.

Det som saknas i det här dokumentet är fortfarande en mer långtgående vision för migrationspolitiken i Europa, till exempel hur en gemensam europeisk handläggning av asylärenden för att garantera samma bemötande och delaktighet skulle kunna se ut.

Det är nämligen tillsammans som vi kan göra en gemensam insats, dvs. när alla länder i solidaritet tar sin del av ansvaret för dem som måste fly när vår omvärld står i brand. För om alla 28 länder är med och delar på ansvaret så kan vi tillsammans ge skydd till fler och samtidigt garantera rättssäkerheten i asylsystemet.

Precis som kommissionen, anser även jag att man bör basera den här fördelningen på kvantitativa data. Det är också viktigt att man tar hänsyn till kvalitativa data som språk, kultur och familjeband för att underlätta också för en integration.

Det är omöjligt att lagstifta om solidaritet. Solidaritet måste byggas när tillit byggs. Nu uppmanar jag ordförandeskapet i rådet att ta politiskt ansvar för att medlemsländerna ska sluta att skyffla över ansvaret på någon annan. Det är inte okej att sex länder i EU tar det största ansvaret för mer än 80 procent av de asylsökande, medan 22 länder gör nästan ingenting alls.

Jag tycker också att kommissionen i utvärderingen av Dublinförordningen 2016 ska dra nytta av erfarenheten med omfördelning av vidarebosättning. Hoppas att det kan bli början till slutet för Dublinförordningen och principen om första ankomstland. Den är nämligen en misslyckad kvarleva av 1900-talets rättsliga situation och rättsliga instrument. Asylpolitiken i EU i vår tid kan och bör bli så mycket bättre när vi delar ansvaret med varandra.

Det är nu dags att vi går från ord till handling. Jag välkomnar vad kommissionen har gjort i detta dokument, och det är härligt att Europaparlamentet och kommissionen talar samma språk. Nu måste medlemsländerna leverera!

Presidente. – Prima di dare la parola all'on. Vergiat, volevo informare l'Assemblea che, vista l'ora, visto il numero altissimo di oratori e visto anche il numero altissimo di richieste di «catch the eye», salvo casi eccezionali o per motivi personali non autorizzerò domande «cartellino blu».

Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL). – Monsieur le Président, le programme européen en matière de migrations n'est pas à la hauteur pour empêcher les morts en Méditerranée et pour faire face à la crise humanitaire qui se joue effectivement à nos frontières. On reste dans la même logique avec les quatre piliers. Mais quand nous entendons la réaction des États membres, nous sommes consternés: pas l'ombre d'une hésitation pour se lancer dans une opération militaire à haut risque, y compris pour les migrants. Là, nous avons les moyens financiers et humains. Mais pour sauver des vies humaines, c'est dérisoire. Il suffit de comparer les chiffres.

Les gouvernements réagissent en amalgamant migrants, demandeurs d'asile et réfugiés. Concernant la réinstallation, le gouvernement espagnol nous dit qu'il faudrait intégrer le taux de chômage et l'effort réalisé. Monsieur le Commissaire, je me demande s'ils ont lu vos propositions. La France avance que cela remet en cause le principe de subsidiarité en matière d'asile. Je passe sur les réactions de la Grande-Bretagne, de la Pologne, de la Hongrie, de la République tchèque et des pays baltes qui ne font pas beaucoup d'efforts en la matière. Nous sommes en plein délire.

Les États membres jouent avec les peurs. Ils courent après l'extrême droite. Quand prendront-ils enfin conscience des défis qui se poseront à l'Union européenne dans les années qui viennent, en matière démographique et économique? Toutes les vies humaines ont la même valeur. Où est la solidarité des États membres?

Oui, l'Union doit agir, et les États membres doivent respecter le droit, le droit international, à commencer par le droit d'asile.

Ska Keller (Verts/ALE). – Mr President, I would just like to remind us of what we are actually talking about here. Approximately 2 000 people have died this year alone in the Mediterranean, and to single out just one example of a conflict, Syria has already produced more than four million refugees living outside Syria in camps for four years in unbearable conditions. That is the situation we are talking about.

And what do we do? We argue about 20 000 resettlement places with a 'yes or no' and about quotas with a 'yes or no'. The only thing governments seem to be agreeing on is that they want to send their armies out against smugglers – as if that would help. The only thing that helps against smugglers is to open safe and legal ways of entry for refugees.

Mr Avramopoulos, you were rightly calling for that. But are we then going to stop at 20 000 resettlement places? Is that really all? I think we need to go far beyond that.

Regarding relocation: yes, it is absolutely right to have now a short-term crisis mechanism, but we should not stop there. We need to thoroughly reform the Dublin Regulation, because if a system does not work when it is really needed then it is high time to think about something else.

Solidarity should not remain an empty word here. We need solidarity amongst Member States, but also with those people who are really in need of protection. Mr Timmermans also rightly said that we need to increase acceptance; but for that I think we need governments to really work for that acceptance and to argue for that acceptance, and not claim that people fleeing from war and persecution are a problem that you can send the army against and that this is going to be the solution to it all.

Laura Ferrara (EFDD). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, buongiorno Commissario Avramopoulos, buongiorno Commissario Timmermans. Abbiamo ascoltato la Commissione dire che l'agenda europea sull'immigrazione vuole cambiare le parole in fatti e che il contributo della risoluzione del Parlamento europeo è stato molto importante.

Bene, adesso mi piacerebbe verificare realmente quale impatto avranno sui fatti le proposte che sono state presentate dalla Commissione europea, in primis il meccanismo di reinsediamento temporaneo e poi permanente: ci si appella all'articolo 78 del trattato sul funzionamento dell'Unione europea, che prevede dunque un meccanismo temporaneo per gestire situazioni emergenziali di afflusso massiccio; nessun cenno alla revisione del regolamento di Dublino, nessun cenno alle nuove vie legali di accesso all'Unione europea. Cosa cambia di fatto? Quando verranno indicate come emergenziali determinate situazioni e quando invece rientrerà tutto, diciamo, nell'attività normale?

A me sembra ancora una volta la celebrazione dell'ipocrisia. Di fatto l'Italia, come tanti altri paesi del Mediterraneo, continuerà a ricevere centinaia e centinaia di migranti che continueranno a rischiare la propria vita a bordo dei gommoni. Per cui mi piacerebbe capire, di fatto, qual è la novità che comporta questa agenda dell'Unione europea.

E ancora, riguardo alla ripartizione tra gli Stati membri, non si è parlato del rifiuto annunciato da Francia, Regno Unito, Ungheria. Come si applicano in questo caso la solidarietà e la cooperazione? Si impongono? A me sembra che sia un vero e proprio fallimento di quei principi su cui si fonda l'Unione europea.

E per concludere mi rivolgo al Consiglio: mi sarebbe piaciuto ascoltare qualche notizia in più su quest'operazione militare EUNAVFOR MED. Di cosa si tratta, di fatto? È il famoso bombardamento dei barconi? È in questo modo che realmente si ritiene di risolvere il problema della criminalità organizzata dei trafficanti di essere umani? Possiamo avere qualche ulteriore chiarimento, piuttosto che leggerlo sui giornali?

Udo Voigt (NI). – Herr Präsident! Wir konnten am Anfang dieser Woche in der renommierten deutschen Tageszeitung „Die Welt" lesen: „Unkontrollierte Zuwanderung ist kein Menschenrecht, sondern führt in einen unerklärten Bürgerkrieg." Ich frage die anwesenden Kommissare: Was tun Sie mit Ihrer Politik, mit Ihrer Migrationsagenda? Sie sollten doch eigentlich Europa schützen, Sie sollten Europa verteidigen, Sie sollten die sozialen Errungenschaften dieses Kontinents verteidigen. Stattdessen habe ich mehr und mehr den Eindruck, dass hier Kreuzfahrten in die Hölle organisiert werden. Denn nur, weil Sie die Migration über Lampedusa, die von Kriminellen organisiert wird, dulden, haben sich die Menschen überhaupt erst auf den Weg in die Hölle gemacht.

Herr Timmermans, wenn Sie ein humanitäres Umsiedlungsprogramm wollen, wenn Herr Avramopoulos davon spricht, die umfassende Antwort sei die legale Migration, dann frage ich mich, was wollen Sie denn damit erreichen? Wollen Sie noch mehr billige Humansklaven nach Europa bringen, statt den Menschen dort zu helfen, wo sie herkommen, damit sie auch in ihrer eigenen Heimat eine Zukunft und eine Perspektive haben?

Roberta Metsola (PPE). – Nixtieq li nibda llum billi nirringrazzja lill-Kummissjoni għall-kuraġġ tagħha meta ressqet politika ġdida dwar l-immigrazzjoni. Din hi l-aktar *policy* ambizzjuża li qatt kellna u pass kbir 'il quddiem. Finalment għandna quddiemna rikonoxximent li l-immigrazzjoni hi sfida Ewropea li teħtieġ risposta komuni Ewropea, fejn kull Stat Membru jimxi b'solidarjetà.

Nilqa' b'mod partikolari l-proposta dwar ir-rilokazzjoni u t-tqassim ġust bejn l-Istati Membri ta' individwi li jgawdu protezzjoni internazzjonali. Nistenna b'ħerqa l-leġiżlazzjoni dwar dan.

L-isfida issa hi li jiġi żgurat li l-proposti jgħaddu minn fuq il-karta għall-azzjoni konkreta mill-Istati Membri. Nifhem li hawn Stati li għadhom mhumiex konvinti, però hawnekk m'aħniex qed nitkellmu dwar il-karità. Ebda Stat Membru ma jista' jeżonera lilu nnifsu mir-responsabbiltà li għandu bl-iskuża li ma jinsabx ġeografikament fil-Mediterran.

Il-ftehim mill-Istati Membri li sar nhar it-Tnejn dwar l-operazzjoni navali biex tattakka t-traffikanti huwa wkoll pass. B'hekk se jitnaqqas it-traffikar tan-nies u jfisser ukoll aktar assi fil-baħar li jwassal biex aktar ħajjiet jiġu salvati.

Fl-istess ħin ma nistgħux nippermettu li din il-missjoni tnaqqas mill-*focus* minn fuq il-kriżi umanitarja fil-Mediterran. Kwalunkwe operazzjoni trid timxi id f'id ma' inizjattivi oħra sabiex jiġi żgurat li jkun hemm azzjoni li tolqot kull aspett ta' din il-kwistjoni. Jekk l-Istati Membri huma kapaċi jaqblu dwar azzjoni militari ma hemm ebda skuża biex ma jaqblux li kulħadd għandu jerfa' parti mill-piż biex ikun hemm tqassim ġust tar-responsabbiltà.

L-immigrazzjoni hi realtà. Għandna bżonn nimplimentaw miżuri permanenti u fit-tul. Irridu nħarsu lil hinn mill-mandat politiku tagħna bl-iskadenza li dan għandu. Jeħtieġ, u nagħlaq, li nieħdu d-deċiżjonijiet li jistgħu jkunu iebsa imma li jkunu meħtieġa u li nispera li l-Prim Ministri jkollhom il-kuraġġ li jagħmlu l-istess.

Birgit Sippel (S&D). – Herr Präsident! Wie wollen wir mit den Flüchtlingen im Mittelmeer umgehen? Die Antwort der Mitgliedstaaten bisher: Schleuser bekämpfen, auch mit militärischen Mitteln. Militärische Maßnahmen lehne ich ab. Die Bekämpfung krimineller Schleuser bleibt richtig. Doch ohne sichere Wege nach Europa für Menschen, die vor Krieg und Verfolgung fliehen, lautet die Botschaft: Bleibt weg von Europa! Es ist zynisch, wenn etwa unsere Staaten einerseits warnen, Terroristen des IS könnten auch bei uns brutale Verbrechen begehen, und andererseits Menschen, die genau vor diesen Verbrechen fliehen, nicht aufnehmen.

Jetzt ist die Solidarität aller Mitgliedstaaten gefordert, damit wir Menschen aufnehmen und in unsere Gesellschaften integrieren können. Nein, wir können nicht alle aufnehmen, die nach Europa kommen und hier arbeiten wollen. Wir müssen deshalb auch bei den Fluchtursachen ansetzen. 0,7 % des Bruttoinlandsprodukts etwa sollen für Entwicklungshilfe eingesetzt werden. Doch dieses Ziel erreichen gerade einmal fünf unserer Mitgliedstaaten. Auch andere Politikfelder gehören auf den Prüfstand. Hier würde ich mir mehr internationale Kooperation wünschen.

Und schließlich: Künftig brauchen alle unsere Mitgliedstaaten Zuwanderung in Arbeitsmärkte, in alle Qualifikationsbereiche. Es ist deshalb höchste Zeit, dass wir eine europäische Einwanderungspolitik gestalten. Der Vorschlag der Kommission ist ein erster Schritt in die richtige Richtung. Doch jetzt müssen die Mitgliedstaaten handeln.

Helga Stevens (ECR). – Ik heb de migratieagenda grondig doorgenomen en die geeft een mooie aanzet tot discussie. Toch kan ik het niet laten te herhalen dat het bestaande Europese raamwerk inzake asiel, inclusief de Dublin-regels en het nemen van vingerafdrukken, een goede basis vormt. Dit moet eerst volledig en correct worden uitgevoerd. Uit de praktijk blijkt immers dat het Dublin-systeem niet werkt zoals het hoort.

Bovendien worden economische migranten, dus mensen die geen recht hebben op asiel, niet teruggestuurd. De Commissie zal dus de evaluatie van het Dublin-systeem zeer zorgvuldig moeten aanpakken en ook grondig moeten onderzoeken waarom het niet werkt. Anders riskeren we de foute conclusies te trekken, met als gevolg dat het hele asielsysteem nog meer aan het wankelen gaat. Pas dan kunnen we eventueel praten over herplaatsing, hervestiging en legale migratieroutes. *First things first*.

Nathalie Griesbeck (ALDE). – Monsieur le Président, permettez-moi, en une minute, d'adresser des félicitations et de pousser un cri de colère.

Des félicitations parce qu'à mon tour, je veux saluer la proposition de programme de la Commission européenne. C'est, enfin, une prise de conscience de l'ampleur du phénomène migratoire en Europe. Enfin! Alors que se succèdent depuis cinq ans des naufrages terribles en Méditerranée. Enfin! Alors que nous dénonçons vigoureusement, depuis longtemps, l'échec du système de Dublin. Enfin! Parce que nous plaidons depuis des années pour une révision de la directive «carte bleue».

Cette prise de conscience, qui arrive tard, est une prise de conscience qui a le mérite d'exister et, surtout, de proposer des actions, de formuler des propositions pragmatiques innovantes et – je veux le souligner ici – courageuses.

Un cri de colère aussi parce que je veux, à mon tour, dénoncer les réactions scandaleuses de certains États membres qui sont un peu comme le Janus bifront, le dieu romain aux deux profils, qui, d'un côté, reconnaissent dans leurs États, par des discours compatissants, la nécessité de la solidarité et qui, de l'autre, avec l'autre profil, dès qu'une solution courageuse telle que celle que porte ce programme est mise sur la table, s'y opposent frontalement, comme certains chefs de gouvernement que je ne nommerai pas.

Ce document stratégique est une réelle avancée. Je demande au Conseil d'inciter les États membres à passer des paroles aux actes, à agir et à traduire ces propositions en actions. En même temps, il convient pour nous tous d'exprimer également cette solidarité européenne, avec des mesures de long terme sur les causes, comme cela a été rappelé fort pertinemment ce matin.

Martina Anderson (GUE/NGL). – Mr President, civil war, deprivation and astounding levels of poverty have driven thousands of migrants to risk their lives crossing the Mediterranean to the EU. Traffickers and smugglers have willingly exploited the desperation of those fleeing their homes. As a result, many have perished.

Some argue that military action targeting and destroying smugglers' boats, despite the threat to migrants' lives, will solve the problem. Bonkers! It is clear that military intervention in the Middle East and North Africa has only exacerbated social, economic and ethnic tensions in the region.

Military intervention in Iraq and Libya have created both the conditions for further conflict from which people flee and the instability that allows smugglers and traffickers to operate with relative impunity. We need, without doubt, a humanitarian approach to deal with the horror of the floating cemetery that the Mediterranean has become. We do not need the 'search and destroy' operation that is being advocated. We need EU governments to increase the number of resettlement places, humanitarian admissions and visas for people in need of international protection.

Finally, I want to distance myself and our Group from the shameful behaviour of some of the MEPs in this Chamber this morning who play political football with this issue which is, without doubt, one of the most disturbing issues that we have had to deal with. Shame on each and every one of you.

Jean Lambert (Verts/ALE). – Mr President, I can agree with much of what has just been said. I would also like to remind people that, over the years, this Parliament has called for solidarity between Member States. We have called for the implementation, in a consistent and high-quality way, of a common asylum system and we have called for a common migration policy. I think we are still waiting for a lot of our Member States to actually catch up with those realities.

I also want to stress that, when we are looking at putting in place hotspot teams from the European Asylum Support Office (EASO), and when we are looking at a number of those things, the resources need to follow those commitments. I also welcome the temporary relocation plans and the settlement places. I am really, really upset that my own country is not willing to participate and not willing to step up on this occasion. If we are talking about a holistic system, can we please recognise that measures can be simultaneous, not sequential, and that migration is part of development, not a substitute for it.

Kristina Winberg (EFDD). – Herr talman! Jag vill inte bygga murar. Jag vill bygga flyktingläger, fältsjukhus och skolor till barnen. Jag vill att vi ska jobba för fred i Syrien och i Irak. Jag är övertygad om att människor mår bäst av att stanna kvar i närområdet och att veta att de kan återvända hem när det blir möjligt.

Jag stöder principen om att varje medlemsstat i EU ska ha en oinskränkt rätt att bestämma vem som ska vistas på dess territorium, en oinskränkt rätt att skydda sin befolkning från terror och en oinskränkt rätt att värna sitt samhällssystem, sin demokrati och sitt välfärdssystem.

Jag vill betona att varje nationalstat ska respekteras och att överstatliga beslut inte ska strida mot de rättigheter, friheter och den lagstiftning som respektive nationalstat har. Att tvångsfördela in flyktingar i medlemsstaterna strider mot nationernas rätt till självbestämmande.

Jag vill värna Sverige som nation och dess medborgare. Jag är en svensk politiker och sitter i EU på ett svenskt mandat. Min första prioritet kommer alltid att vara Sverige.

Harald Vilimsky (NI). – Herr Präsident, meine sehr geehrten Damen und Herren! Was in dieser Debatte aus meiner Sicht völlig zu kurz kommt, ist, dass Sie nicht unterscheiden zwischen illegaler Einwanderung, Asyl und legaler Einwanderung. Nicht jeder, der aus Afrika die Reise Richtung Europa antritt, ist automatisch ein Flüchtling. Ganz im Gegenteil: Die Zahlen der Asylverfahren zeigen, dass um die 70 % keinerlei Fluchtgründe haben, sondern in Wahrheit Migranten sind, die nach Europa drängen.

Wenn Sie – ich spreche hier die linken Fraktionen an, und dazu zählt aus meiner Sicht auch die EVP – sagen: „Ja, wir holen alle herein.“, beantworten Sie bitte auch die Frage, wie viele Sie nach Europa hereinlassen wollen. Der afrikanische Kontinent hat 1,2 Milliarden Menschen. Sie sind es den Europäern schuldig, ihnen auch zu sagen, wie viele Sie da nach Europa hereinholen wollen.

Die Lösung kann doch nur jene sein, diesen Menschen auf ihrem Kontinent zu helfen, auf afrikanischem Boden selbst ein Erstaufnahmezentrum zu errichten, um festzustellen, wer überhaupt Fluchtgründe hat, um die Menschen in weiterer Folge auf ihrem Kontinent betreuen zu können, und nicht alle nach Europa hereinzuholen. Denn die europäischen Völker haben auch ein Recht: das Recht auf Schutz ihrer kulturellen Identitäten, das Sie ihnen nicht rauben dürfen.

VORSITZ: ALEXANDER GRAF LAMBSDORFF

Vizepräsident

Brice Hortefeux (PPE). – Monsieur le Commissaire, vous avez présenté un programme européen en matière de migration et cette proposition a au moins un mérite, c'est celle d'exister. Le programme contient d'ailleurs de bonnes propositions – cela a été dit –, à savoir le triplement des moyens financiers de Triton et de Poséidon, le financement de l'opération EU Navfor Med, le renforcement des partenariats, une politique plus robuste en matière de retour. Tout ceci va dans le bon sens mais je suis en revanche très réservé sur votre proposition de relocalisation des demandeurs d'asile.

Mon pays, la France, fait partie des cinq pays qui accueillent d'ores et déjà 75 % des demandeurs d'asile. Chaque année, en réalité, nous accueillons quasiment 300 000 migrants supplémentaires. De surcroît, nous fournissons des moyens importants dans le cadre de l'agence Frontex. Par conséquent, peut-on vraiment décider d'un mécanisme de répartition fondé sur des termes comptables sans tenir compte de nos traditions? Monsieur le Commissaire, je souhaiterais obtenir des précisions. À partir de quel moment prévoyez-vous de déclencher ce mécanisme? Dans quelles conditions la répartition, par exemple, sera-t-elle décidée lors du relevé des empreintes digitales dans les embarcations? Et par qui? Sous quelle autorité?

Monsieur le Commissaire, je pense, comme vous, que la solidarité ne doit pas simplement être un mot mais doit se traduire en actes. Mais la solution ne se trouve pas dans un système de répartition qui serait, par définition, figé et qui risquerait au contraire de favoriser ou d'encourager la pression migratoire et de dépouiller de surcroît les États d'une part essentielle de leur souveraineté.

Jörg Leichtfried (S&D). – Herr Präsident! Der Herr Vizepräsident der Kommission hat von einer Sondersituation gesprochen; ich würde eher sagen, eine Notsituation. Das muss uns einmal bewusst sein: Menschen fliehen vor extremer Gewalt, fliehen in Lebensgefahr, fliehen, weil ihre Freiheit massiv gefährdet ist. Da, glaube ich, gibt es nur eine Antwort, eine kurzfristige Antwort, die heißt Solidarität. Das heißt erstens, retten, wenn man retten kann, und zweitens aber auch Solidarität innerhalb der Europäischen Union. Ich verstehe die Debatte nicht – sage ich jetzt offen –, wo manche meinen, nein, wir brauchen überhaupt niemanden aufzunehmen. Das geht so nicht in einer Notsituation.

Ich möchte auch noch auf etwas zurückkommen, was der Kollege aus Griechenland zuvor gesagt hat, nämlich dass es natürlich auch eine längerfristige Lösung geben muss. Und eine der Möglichkeiten, die wir haben, ist Außenhandelspolitik. Hier sind wir stark. Ich habe nur das Gefühl, wenn wir nicht mehr über Flüchtlingspolitik diskutieren, sondern über Außenhandelspolitik, dann kommen die scheinheiligen Krämerseelen wieder durch bei uns, für die kurzfristige Gewinne der europäischen Konzerne wichtiger sind als Flüchtlingen zu helfen.

Ich bin neugierig, wie die Kolleginnen und Kollegen auf der rechten Seite heute bei den Konfliktmineralien abstimmen werden, wo es darum geht, dass bewaffnete Banden profitieren, die andererseits wieder Menschen in Afrika drangsalieren. Ich bin neugierig, wie abgestimmt wird. Ich bin auch neugierig, wie bei den Außenhandelsabkommen abgestimmt wird, wenn es um Sozialklauseln, um Menschenrechtsklauseln geht. Dann schauen wir, ob auch in diesem Haus Solidarität herrscht oder immer nur das scheinheilige Geplapper stattfindet.

Jussi Halla-aho (ECR). – Mr President, a growing proportion of those who cross the Mediterranean are not, by definition, refugees fleeing from persecution, but rather economic migrants from Western Africa and elsewhere. They are encouraged by European maritime activities and our inefficient return policies.

The population of Africa is expected to reach four billion by the end of this century, so the pressure will not go away. The question is: can Europe indefinitely afford, economically or socially, a massive influx of people for whom the European labour market has very little to offer? Already today we can witness the failed integration in most Western European countries. One may predict that the situation will not improve if the numbers increase dramatically. I think we should pay close attention to how Australia is dealing with this situation and look for a model there.

Gérard Deprez (ALDE). – Monsieur le Président, je tiens à saluer le plan proposé par la Commission parce que je le trouve à la fois structuré, volontaire et courageux, et je dis à la Commission qu'elle a globalement fait du bon travail et que nous la soutiendrons.

Nous la soutiendrons pour faire face à l'urgence humanitaire en Méditerranée, pour mener une lutte impitoyable contre les filières de trafiquants, pour organiser un véritable renforcement de la solidarité entre les États membres en matière d'accueil et pour accentuer la coordination de l'action des agences spécialisées Frontex, Europol et le Bureau européen d'appui en matière d'asile, dont il convient d'accroître considérablement le rôle et les moyens à l'avenir.

Bien sûr, il restera beaucoup à faire, et je regrette les progrès quasi inexistants vers une gestion structurelle commune des frontières extérieures, les progrès trop timides en matière de création de voies légales d'immigration sur le territoire européen et les incohérences de la politique d'asile, qui ne donne pas de chances égales en matière d'accueil aux vrais réfugiés en fonction des pays dans lesquels ils entrent.

Si la Commission s'attaque à ces problèmes, elle bénéficiera de notre soutien déterminé.

Dennis de Jong (GUE/NGL). – Wij zijn de dag erg slecht begonnen. Wij hebben gezien dat de Raad blij was met een besluit dat neerkomt op het inzetten van militairen, terwijl de inzet van militairen in Libië een deel van het probleem was dat aan de vluchtelingenstroom ten grondslag ligt. Wij hebben een Commissie gezien die blij is met een agenda voor migratie, terwijl daar niets in staat over het kapotte Dublin-systeem. Er wordt voorzien in hervestiging van 20 000 mensen in twee jaar tijd. De VN vraagt om honderddertigduizend hervestigingsplaatsen.

In het geheel kun je zeggen dat het Europees asielbeleid, inclusief Dublin, een zootje is. Dat hadden we moeten beginnen vast te stellen vanmorgen vroeg en vervolgens hadden we moeten kijken wat de voorstellen van de VN-vluchtelingenorganisatie zijn. Niemand heeft het actieplan van de VN hier genoemd, terwijl dat wél oplossingen biedt: massale hervestiging, goede humanitaire visa en andere veilige routes om asiel te kunnen vragen en opvang in de regio, waar ook Europa verantwoordelijk voor is. Wij moeten die landen helpen in de regio. Dat had ik willen horen. Het huidige beleid is een behoorlijke schande.

Bodil Ceballos (Verts/ALE). – Herr talman! Kommissionärerna talade om att vi är i en akut krissituation som måste hanteras nu. Jag menar dock att vi kan inte bara släcka bränder, utan vi måste också undvika att de sprider sig. Att skicka militär för att stoppa människosmugglare är kortsiktigt tänkt och leder bara till att smugglarna hittar andra vägar och att människor dör någon annanstans på vägen. Så länge marknaden finns för smugglarna så kommer de att hitta nya och farligare vägar. Jag hoppas att FN kommer att vara klokare än vad ministerrådet är i detta fall.

I princip alla förslag som kommissionen lägger fram handlar om att hålla människor borta från Europa. Det jag saknar i förslagen är det långsiktiga arbetet. Ni talade om grundorsaker när ni talade om det långsiktiga, men ni kopplade till det hur migranterna ska stoppas från att komma hit. Ni sade ingenting om orsakerna till varför de lämnar sina hemländer och att vi måste fokusera på till exempel klimatpåverkan, fattigdomsbekämpning, konfliktlösning etc.

Människor kommer inte hit för att de vill, utan de kommer för att de inte har några andra alternativ. När det gäller det har inte kommissionen kommit med några som helst förslag.

Rolandas Paksas (EFDD). – Pone pirmininke, kolegos, aš kategoriškai pasisakau prieš kvotų taikymą Europos Sąjungos valstybėms vadinamoje imigrantų iš Afrikos perkėlimo programoje. Pasirinktas ne tas kelias. Juo einant problemos nebus išspręstos, tik dar labiau pagilinamos. Ką reiškia kvotos 20 tūkstančių migrantų, kuomet per metus tik Vidužemio jūra Europą pasiekia 150 tūkstančių pabėgėlių? Mums ir vėl siūloma kovoti ne su priežastimis, bet su pasekmėmis. Neprotinga, nelogiška, neefektyvu. Kvotos pabėgėliams – tai ne pieno gamybos kvotos Europos Sąjungos valstybėms, kurias mechaniškai gerokai lengviau sureguliuoti. Kvotų politika iš esmės bus niekinė, ji tik labiau skatins migraciją į Europą, nes taip bus siunčiamas signalas: „Jūs čia laukiami, jumis čia bus pasirūpinta“. Tačiau Afrikos valstybėms, jų vyriausybėms turėtų būti siunčiamas visai kitoks signalas. Tik stabili taika regione, tik tinkama savo sienų kontrolė nuo šiol turi būti vienintelė ir nediskutuojama sąlyga Europos Sąjungos institucijų derybose dėl donorų finansinės, technologinės bei humanitarinės pagalbos ir prekybos sutarčių.

Marine Le Pen (NI). – Monsieur le Président, Mesdames et Messieurs les parlementaires, face au désastre de sa politique d'immigration et à son incapacité à empêcher la submersion migratoire, l'Union européenne nous propose un plan qu'elle seule pouvait inventer: répartir les clandestins entre les divers pays européens et demander un régime d'asile commun. Il est hors de question que les commissaires décident à la place des Français le nombre de clandestins qu'ils doivent accepter sur leur sol.

Par ailleurs, il est évident que cette prise en charge organisée de l'immigration clandestine aura un effet de normalisation et créera un appel d'air supplémentaire. En conséquence, il y aura malheureusement plus de clandestins, plus de naufrages et plus de morts en mer.

L'Union européenne a aussi inventé une justification pour légitimer sa position favorable à une immigration plus importante: l'immigration serait bonne pour la croissance! Ahurissant! Vous avouez, toute honte bue, que votre objectif est de fournir de la main-d'œuvre à bas coût afin de peser à la baisse sur les salaires de tous les travailleurs en Europe, et ce contre l'avis des peuples. Il s'agit donc d'une nouvelle atteinte à la souveraineté de notre pays, d'un affront au peuple français, majoritairement opposé à l'immigration, et d'une manière d'accroître le problème au lieu de le régler.

Comme d'habitude, la volonté de l'Union européenne d'étendre ses pouvoirs conduira à des résultats désastreux.

Anna Maria Corazza Bildt (PPE). – Herr talman! Som vanligt kritiserar extremhögern allt och alla utan att ge några konkreta och genomförbara förslag. Jag beklagar det.

Ingen ska dö i Medelhavet på väg till Europa. Vi ska rädda alla, men vi ska inte ta emot alla. Jag stöder helhjärtat kommissionens agenda och välkomnar särskilt att de förstärker Frontex och Triton-insatsen för att försöka rädda människor i Medelhavet i ett bredare område.

Men fler länder måste bidra och ge resurser, utrustning, logistik och personal till Frontex, asylkontoret och flyktingfonden. Vi har gemensamma regler, ett asylpaket som ska tillämpas fullt ut av alla medlemsländer för en medmänsklig och rättssäker asylpolitik. Motorvägen in i Europa på legal och säker väg är vidarebosättning från flyktingkommissariat. Det är dags att vi går från ett frivilligt till ett bindande system, och rådet måste komma överens om en fördelningsmekanism. Det är dags!

Men det räcker inte. Om vi inte tar krafttag mot smugglare och grov organiserad brottslighet, kommer det inte att vara möjligt att minska den irreguljära migrationen. Om militära medel ska användas, måste det göras enligt folkrätten, med ett tydligt FN-mandat.

Det finns ingen *quick fix*. Det krävs ett helhetsgrepp, men det som saknas är inte fartyg, utan det som saknas är vilja från medlemsländerna. Det är dags att ni tar större och delat ansvar.

Kashetu Kyenge (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, la Commissione ha dato prova di grande coraggio inaugurando quello che spero sarà un cambio radicale della politica migratoria europea. Ora posso dire che il lavoro della Commissione è stato all'altezza delle nostre aspettative, con proposte lungimiranti e coerenti con quanto adottato da quest'Aula.

A questo punto non ci resta che vigilare affinché le misure d'urgenza siano messe in atto quanto prima e soprattutto affinché non si rompa l'alleanza tra la Commissione e il Parlamento. Vigileremo affinché l'operazione di ricerca e soccorso nel Mediterraneo sia condotta con lo stesso coraggio e lungimiranza dell'operazione Mare Nostrum.

Riconosciamoci in quelle persone che fuggono da conflitti e povertà. Anche noi, al loro posto, nella scelta tra una morte certa e una morte probabile non esiteremmo a salire sul primo barcone; almeno io avrei saputo cosa scegliere: la vita, salvarmi, non per approdare a Eldorado ma nella speranza di un futuro migliore. Il fatto che l'operazione di pattugliamento nel Mediterraneo sia stata affidata all'Italia e alla nostra Marina militare è per noi motivo di grande orgoglio nonché fonte di garanzia.

Infine vigileremo affinché gli Stati membri non rimettano in discussione, in un'ottica di consenso elettorale, gli obiettivi di solidarietà a cui sono tenuti ai sensi dei trattati e della Convenzione internazionale. Aggiungo che il fenomeno migratorio non si gestisce con slogan, ma investendo in azioni concrete, coraggiose e lungimiranti, con un approccio olistico.

A coloro che dicono «aiutiamoli a casa loro», ricordo che hanno l'opportunità di farlo ora restituendo le ricchezze naturali derubate – i *conflict mineral* – ai legittimi proprietari: le popolazioni locali.

Branislav Škripek (ECR). – Mr President, it appears to me that the discussion about the European Agenda on Migration is filled with fear and negative emotions. I would like to stress that migrants are not a problem. Migrants are people. For many citizens, it was narrowed just to quotas for Member States. Also, measures against smugglers have a short-term impact. Therefore, I find it more effective to solve causes rather than consequences and I stress and suggest this one:

Last week I accepted an invitation from the democratic self-administration of Rojava in North-East Syria and I visited Jazira/Gozarto Canton. I saw the severe conditions under which Syrian Christians and other minorities like Kurds and Arabs live. We Europeans know little about their bravery when facing ISIS aggression, the Assad regime and other Islamic militants.

I would urge the Commission to use diplomatic, political and economic means for a solution that will focus mainly on regions from where the migration springs, with a special focus on democratic regional initiatives for self-administration.

Maite Pagazaurtundúa Ruiz (ALDE). – Señor Presidente, el Primer Ministro húngaro, Viktor Orbán, dijo «no» ayer a la Agenda Europea de Migración. Lo hizo de forma obtusa y tramposa, al decir que iba a proteger a los húngaros de los emigrantes. No es el único caso, pero sí el más descarado.

Los avisperos de las guerras de las que huyen hombres, mujeres y niños los hemos agitado, en buena parte, las potencias aliadas occidentales. Afrontamos estos dramas ahora con más responsabilidad y solidaridad, y nos urge convertir la tragedia en oportunidad de futuro. Los niños y niñas que huyen son parte de nuestro mejor futuro, si los sabemos acoger.

Señores Comisarios, sobre todas las cosas, no debe volver a ocurrir que 173 millones de euros para asilo y ayuda humanitaria no se empleen, como ocurrió en 2014, por burocracia inaplicable.

Lola Sánchez Caldentey (GUE/NGL). – Señor Presidente, esta política de migración fomenta una Europa fortaleza, y la política migratoria la entienden ustedes como parte de la política de seguridad. Estamos violando sistemáticamente los derechos humanos a ambos lados de las fronteras, pero de esto no se habla aquí. Basta ya de incoherencias y de cinismo. Nos llevamos las manos a la cabeza cuando ocurre una tragedia en el Mediterráneo, pero son nuestras políticas, la exterior y especialmente la comercial, las que llevan a la desesperación a la gente del sur y las obligan a emigrar.

Señorías, ¿se han parado a pensar ustedes en las consecuencias que va a tener la ATCI sobre las migraciones del sur? Empobrecerá todavía más a esta gente y la forzará a emigrar, pero esto a las grandes corporaciones no les importa.

Seamos consecuentes y vayamos a la raíz del problema, fomentando el desarrollo y el bienestar de las gentes de los países del sur, dejando de empobrecerlas. Migración y política comercial son absolutamente inseparables. Hoy votaremos sobre los minerales procedentes de zonas de conflicto y ahí todos nos retrataremos, y se verá de qué lado estamos cada uno.

Eva Joly (Verts/ALE). – Monsieur le Président, quand la Commission propose des quotas de réfugiés, apportant à la crise une amorce de réponse européenne, ce sont les États membres qui, mus par leur égoïsme, torpillent cette solution. Par conséquent, est-il encore utile de discuter de ce programme européen en matière de migrations, quand les États membres se sont déjà accordés sur une opération militaire?

En visant les bateaux, tarira-t-on les flux de migrants qui fuient les guerres et la misère? Non! Viendra-t-on ainsi à bout des trafiquants? Non! Aura-t-on, même provisoirement, réglé la question? Non! Nous ajouterons le chaos au chaos et la souffrance à la souffrance. Avons-nous perdu et la tête et le cœur?

En refusant le minimum de solidarité européenne, les États membres trahissent l'Europe. Quand François Hollande et Manuel Valls s'opposent à la solidarité en Europe, j'éprouve un irrépressible sentiment de honte et je suis en colère de voir l'Europe et ses valeurs foulées aux pieds.

Petr Mach (EFDD). – Pane předsedající, Komise se rozhodla použít čl. 78 odst. 3, aby navrhla kvóty a přerozdělování uprchlíků. V tom článku se ale o kvótách vůbec nemluví. To jste si prostě jenom vymysleli novou pravomoc. V tom článku se mluví o možnosti pomoci členskému státu v nouzi, to může znamenat například finanční pomoc, ale rozhodně tam není nic o kvótách.

Já to považuji opravdu za porušení zásady subsidiarity, považuji to za zásah do suverenity členského státu a kladu si otázku: Jak vás mohlo vůbec napadnout mluvit znovu v Evropě o transportech lidí? Mluvíte o dočasném přerozdělení uprchlíků. My máme v České republice neblahou zkušenost s termínem dočasnost. Bratrská dočasná pomoc sovětské armády v roce 1968 se protáhla na dvacet let.

Κωνσταντίνος Παπαδάκης (NI). – Η νέα στρατηγική της Ευρωπαϊκής Ένωσης για τη μετανάστευση φτιάχτηκε από τα ίδια υλικά με τις προηγούμενες: ενίσχυση της FRONTEX, θωράκιση της Συνθήκης του Σένγκεν, διατήρηση της Συνθήκης του Δουβλίνου, και επιστροφή στο ύψος των κονδυλίων του περσινού έτους στη διάρκεια του οποίου στη Μεσόγειο πνίγηκαν τρεισήμισι χιλιάδες μετανάστες. Οι δε λεονταρισμοί της Ευρωπαϊκής Ένωσης για τους διακινητές των ψυχών συνιστούν το πρόσχημα νέων στρατιωτικών επεμβάσεων για να θησαυρίζουν τα μονοπώλια. Η ελληνική κυβέρνηση δηλώνει ικανοποιημένη και συνυπογράφει αυτή την πολιτική, υλοποιώντας αυτή τη συνεχιζόμενη βαρβαρότητα. Όσο για τον λεγόμενο επιμερισμό των είκοσι χιλιάδων προσφύγων στα υπόλοιπα κράτη μέλη, αυτός δεν αποτελεί τίποτα άλλο παρά το μοίρασμα ενός μόλις δείγματος των τεράστιων κυμάτων μεταναστών-θυμάτων των ιμπεριαλιστικών πολέμων των Ηνωμένων Πολιτειών, της Ευρωπαϊκής Ένωσης και του ΝΑΤΟ στα άθλια στρατόπεδα συγκέντρωσης που διατηρούν η Ευρωπαϊκή Ένωση και οι κυβερνήσεις της. Μία διέξοδος για το λαό υπάρχει: πάλη εδώ και τώρα σε σύγκρουση με την Ευρωπαϊκή Ένωση και τα μονοπώλια για άμεση ανακούφιση των μεταναστών, στήριξή τους με ανθρώπινα κέντρα υποδοχής, κατάργηση των αντιδραστικών κανονισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης.

Arnaud Danjean (PPE). – Monsieur le Président, je voudrais concentrer mon intervention sur la réponse la plus immédiate et la plus spectaculaire qui a été apportée à cette question difficile des migrations, c'est-à-dire l'opération militaire navale en Méditerranée, qui vient d'être lancée. C'est très inhabituel de ma part, mais je vais exprimer les plus grandes réserves et les plus grands doutes sur cette opération.

Je crains que les ambitions affichées soient excessivement difficiles à réaliser. Au mieux, me semble-t-il, ce dispositif aura peut-être – peut-être – un effet dissuasif. Et encore… Il sera extrêmement difficile, juridiquement et opérationnellement, de véritablement s'attaquer aux filières de trafiquants et de passeurs. Le langage martial dont on nous abreuve depuis des semaines est assez compréhensible dans cette situation difficile, mais je pense qu'il peine à couvrir vraiment la réalité des contraintes opérationnelles et juridiques que nous allons rencontrer.

Au-delà des grandes déclarations martiales, il faut engager un travail beaucoup plus approfondi avec et envers les pays africains d'où viennent et par lesquels transitent majoritairement ces vagues de migrations. Nous avons dans ces pays-là des interlocuteurs, nous y avons des points d'appui, y compris sur le plan sécuritaire, et je pense que c'est d'abord là-bas qu'il faut travailler, parce que quand on s'attaque au problème sur les rives de la Méditerranée, c'est qu'il est déjà trop tard.

Claude Moraes (S&D). – Mr President, in a very interesting development last week, one member of the College of Commissioners said that one member of the Council perhaps should have read the press statement in its entirety before commenting. I can say this, but perhaps the Commissioner cannot.

What he was saying was that before making any pronouncements we should understand the Commission is in very difficult circumstances. While people are dying in the Mediterranean and while we are asking for action, we must understand also that the Commission talked about the causes. Many people are asking: why do we not talk about the causes? In fact they mention the causes. It is for us as politicians to convince our citizens that we will talk about the causes; we will talk about all of our citizens and we will do something in the Mediterranean and not let people die.

But we will also talk about many of the mechanisms, which we have talked about before. Jean Lambert said that we had created an asylum system; all of us here have legislated on this, but we have not implemented it. Therefore, let us turn our fire to where it should be: on the Council.

Here we have a Commission proposal which is comprehensive. But we have a choice. There is a low political priority of the tough choices, a resettlement. Let us have some perspective. Many of our colleagues on the other side of the house talk about Australia, a country which last year resettled 200 000 migrants and 14 000 refugees. We are talking about 20 000. So, perspective. Regarding humanity, thousands of people are dying in the Mediterranean, let us rescue them. Regarding the long-term: let us try to ensure that the Council has a high priority on the tough decisions and perhaps a little lower priority on the more easy media shots.

That is what we need to do in this Parliament. Let us get on with it and work in partnership.

Anders Primdahl Vistisen (ECR). – Hr. formand! Ofte i dette hus får man det indtryk, at man befinder sig meget langt fra virkeligheden. Det gælder også i denne sag, hvor man slet ikke medtager i sine overvejelser de advarsler, som selv Frontex kommer med, når det drejer sig om en større »search and rescue operation« i Middelhavet.

Desværre så vi, da italienerne indførte Mare Nostrum, at det havde en meget større tiltrækningskraft på menneskesmuglere og på folk, der i desperation og fattigdom forsøger at flygte til Europa. Allerede i år forventer Frontex, at over en halv million vil søge vejen over Middelhavet. Nogle vil givetvis drukne i tragiske ulykker, men mange vil nå over. Vi vil kun øge antallet af folk, der vil forsøge at komme til Europa på denne måde, i takt med at vi øger vores indsats i de kystnære områder.

Man kan lide det eller lade være, men den eneste humane umiddelbare reaktion, der kan være på situationen i Middelhavet i øjeblikket, er at gå den australske vej og tage brødet ud af munden på menneskesmuglerne og hjælpe flygtningene dér, hvor de er flest, nemlig i deres nærområder.

Ελευθέριος Συναδινός (NI). – Κύριε Πρόεδρε, ο λαϊκός σύνδεσμος «Χρυσή Αυγή», στον ένα χρόνο της εδώ κοινοβουλευτικής παρουσίας του, έχει αναδείξει το πρόβλημα της λαθρομετανάστευσης και έχει προτείνει λύσεις πραγματοποιήσιμες. Χαίρομαι ιδιαίτερα που ενώ κάποιοι μας χαρακτήριζαν γραφικούς και ρατσιστές, τώρα όχι απλά κατανοούν το μέγεθος του προβλήματος – αλλά υιοθετούν και ενστερνίζονται λύσεις που πρώτοι εμείς προτείναμε.

Ρατσισμός, κύριοι, είναι όταν τα κράτη μέλη αδιαφορούν για το τεράστιο φορτίο που υπομένουν οι χώρες εισόδου των μεταναστευτικών ροών, να ζητάς αλληλεγγύη και δημοκρατία από τους άλλους αλλά να μην αποδέχεσαι να γίνεις μέρος της λύσης, να οχυρώνεσαι πίσω από την κατάπτυστη Συνθήκη Δουβλίνο ΙΙ, επειδή έτσι κρατάς τους μετανάστες εκτός της χώρας σου και τους ψηφοφόρους ευχαριστημένους.

Ευτυχώς όμως, ο κύριος Γιούνγκερ, στο νέο σχέδιο δράσης για τη μετανάστευση, υιοθετώντας μέρος του προγράμματος της Χρυσής Αυγής, μιλά για την κατανομή με ποσόστωση ανάμεσα στις χώρες αυτών που ζητούν άσυλο, για επαναπατρισμό όσων δεν πληρούν τις προϋποθέσεις χορήγησης ασύλου, για αποτροπή και επιβίβαση, και καταπολέμηση των κυκλωμάτων διακίνησης.

Τέλος, σας καλώ, ενόψει και της έκθεσης προόδου της Τουρκίας, να την καταδικάσετε με αφορμή την εγκληματική της αμέλεια, αν όχι άρνηση, να καταπολεμήσει τους εμπόρους λαθραίας διακίνησης λαθρομεταναστών.

Salvatore Domenico Pogliese (PPE). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, io ho accolto con moderata soddisfazione l'agenda europea per l'immigrazione che è stata predisposta, perché finalmente si è avuta la consapevolezza che l'immigrazione non è un problema soltanto italiano, maltese, greco o spagnolo, ma è un'assoluta emergenza europea che impone un'articolata risposta da parte di tutta l'Europa.

Ho apprezzato lo sforzo che ha fatto la Commissione nell'invertire la rotta attraverso, per esempio, la triplicazione degli stanziamenti per Frontex e attraverso l'individuazione di quote obbligatorie, non facoltative, per ripartire i richiedenti asilo fra tutti gli Stati membri.

Si poteva fare certamente di più. Si deve soprattutto agire a monte, non a valle, attraverso accordi bilaterali con gli Stati nordafricani nel tentativo di accompagnare il loro processo di sviluppo economico e per il rimpatrio dei migranti illegali, perché bisogna essere assolutamente solidali nei confronti dei richiedenti asilo ma altrettanto intransigenti nei confronti dei clandestini. Si tratta comunque di un primo passo in avanti importante, che deve essere apprezzato.

Quello che mi lascia assolutamente perplesso è invece l'atteggiamento di alcuni Stati membri, che in questi ultimi giorni hanno esternato alcune perplessità e alcune criticità nei confronti dei meccanismi solidaristici individuati. L'egoismo degli Stati non può e non deve prevalere. Adesso deve essere il Consiglio a fare la sua parte, ma non si può assolutamente più tornare indietro.

Sylvie Guillaume (S&D). – Monsieur le Président, le moins qu'on puisse dire, c'est que la Commission européenne n'a laissé personne indifférent avec son programme pour la migration: certains déplorent son manque d'ambition, d'autres crient, au contraire. Tout le monde s'entend toutefois sur une chose: la tâche n'était pas facile.

Comment, en effet, proposer un programme ambitieux et novateur alors que le contexte actuel semble davantage appeler aux recettes minimalistes et aux calculs par le petit bout de la lorgnette électoraliste? Le Conseil européen nous en avait d'ailleurs donné un malheureux exemple en avril dernier.

C'est pourquoi je tiens à saluer la position de la Commission, qui est passée aux actes, et je l'en félicite. Il n'existe pas un discours sur la migration sans le terme «solidarité» mais son application restait sur le terrain du virtuel. Les mécanismes de répartition d'urgence proposés par la Commission visent à briser ce tabou en donnant corps à une solidarité aussi bien entre États membres qu'à l'égard des pays tiers. Bien évidemment, les modalités opérationnelles restent encore à définir, mais c'est un pas dans la bonne direction, que le Parlement appelait de ses vœux depuis bien des années.

Le Parlement réclamait également une approche globale en matière de migrations, et c'est aussi ce qui nous est proposé: le balisage de l'ensemble du parcours migratoire du pays d'origine au pays d'accueil, en passant par le pays de transit. Cela correspond à notre analyse, qui veut que l'on envisage la migration dans une perspective à court, moyen et long termes.

Pour finir, j'aurais, si je peux me permettre, deux suggestions à adresser à la Commission: tout d'abord, poursuivez votre travail de pédagogie et d'explication sur les propositions, pour éviter les confusions stériles qui ont plus à voir avec les discours sensationnels de la peur qu'avec la raison et, ensuite, tenez bon!

Marek Jurek (ECR). – Panie Przewodniczący! Przede wszystkim cieszę się, że jest z nami pani minister Kalniņa-Lukaševica. Gratuluję prezydencji łotewskiej jej osiągnięć, a pani dziękuję za słowa: chcemy zatrzymać napływ imigrantów.

Ale miałem nadzieję, że zobaczymy tutaj pana przewodniczącego Donalda Tuska, który jako przewodniczący Rady powinien być tutaj i bronić ustaleń Rady, która sprzeciwiła się przyjęciu kwot rozsyłania imigrantów po Europie. To jest wbrew ustaleniom państw europejskich i Komisja Europejska popełnia nadużycie, na które przewodniczący Tusk powinien reagować. Niestety jest on zajęty prawdopodobnie prowadzeniem kampanii wyborczej w Polsce, bo chyba zapomniał, że zadaniem przewodniczącego Rady Europejskiej jest obrona jej uzgodnień, obrona uzgodnień państw europejskich, a nie pilnowanie, jak głosują obywatele państw Europy. Dziękuję bardzo.

Matteo Salvini (NI). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, quest'Aula deserta è la migliore riprova del grande interesse che l'Europa ha per i 5 000 morti e per le sorti dell'Italia: guardate quanta gente si sta preoccupando dell'invasione in corso!

L'Australia con la campagna «No Way» dice che chiunque metta piede in Australia senza un documento lo fa per un quarto d'ora e poi viene allontanato. La Francia ha respinto mille clandestini nell'ultima settimana verso l'Italia. L'Austria respinge. L'Ungheria non li vuole. La Gran Bretagna non li vuole.

Qualche genio a Bruxelles ha deciso che bisogna affondare i barconi prima che partano per danneggiare gli scafisti: meglio tardi che mai. Un consulente del governo libico ci ha avvisato: stanno arrivando i terroristi dell'Isis mascherati nei barconi. Stamattina un terrorista marocchino coinvolto nella strage del museo di Tunisi è stato arrestato alle porte della mia Milano.

Siccome l'Europa non esiste, al di là delle chiacchiere e dei minuti di silenzio, faccio appello ai governi nazionali e al governo italiano perché difendano i confini, blocchino le partenze e sospendano Schengen prima che sia troppo tardi.

Ελισσάβετ Βόζεμπεργκ (PPE). – Αξίζουν πραγματικά συγχαρητήρια στην Επιτροπή διότι το φιλόδοξο πρόγραμμα το οποίο εκπονεί σήμερα δείχνει ότι αντιμετωπίζει το πρόβλημα της μετανάστευσης ολιστικά και σφαιρικά. Και είναι πολύ συνεπής ο Επίτροπος, ο κύριος Αβραμόπουλος, στην αρχική του τοποθέτηση πριν από μήνες, όταν μίλησε για 'θωράκιση' της νόμιμης μετανάστευσης ως μοναδικό τρόπο για να καταπολεμηθεί η παράνομη μετανάστευση.

Είναι πολύ σημαντικό ότι προσδοκούμε και στοχεύουμε σε μια κοινή ευρωπαϊκή πολιτική ασύλου, είναι πολύ σημαντικό ότι στοχεύουμε να ελεγχθούν οι διακινητές και, μάλιστα, με έναν τρόπο πρωτότυπο και ουσιαστικό, όχι εκείνον ο οποίος επικρίνεται αλλά εκείνον που πραγματικά δεν διαβάσανε όσοι ασκούν επίκριση, δηλαδή την ίδρυση κέντρων πληροφόρησης σε τρίτες χώρες, αρχής γενομένης απ' τον Νίγηρα, κάτι πολύ καινοτόμο και ουσιαστικό γιατί, ας μην ξεχνάμε ότι οι διακινητές που εκμεταλλεύονται ανθρώπους, εκμεταλλεύονται καταστάσεις και ουσιαστικά 'ποντάρουν' πάνω στην ανθρώπινη ζωή, είναι εκείνοι οι οποίοι με παραπληροφόρηση παρακινούν ανθρώπους σε τεχνητούς παραδείσους.

Το πρόγραμμα της Επιτροπής είναι βεβαίως εφαρμόσιμο και οι ευρωπαίοι πολίτες περιμένουν με φιλοδοξία από εμάς να το θέσουμε σε εφαρμογή, πάντα τηρώντας τις βασικές αρχές της Ευρωπαϊκής Ένωσης και της Ευρωπαϊκής νοοτροπίας που είναι η αμοιβαία εμπιστοσύνη και η αλληλεγγύη. Διαφορετικά, ούτε η δίκαιη κατανομή μπορεί να βρει έδαφος εφαρμογής, ούτε, σε άλλη περίπτωση, μπορούμε εμείς ευπρόσωπα να λέμε ότι ανήκουμε σε μια ευρωπαϊκή οικογένεια που έχει κοινούς κανόνες.

David-Maria Sassoli (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, signor Commissario, la settimana scorsa a Lisbona ho avuto l'onore di rappresentare il Parlamento europeo all'Assemblea parlamentare dell'Unione per il Mediterraneo, dove 33 presidenti di parlamento hanno parlato della necessità di condividere l'accoglienza dei richiedenti asilo dei 28 paesi europei, della partecipazione economica alle attività di soccorso, identificazione e trasferimento e di rendere l'operazione Triton simile a Mare Nostrum.

Le migrazioni, signor Commissario, modificano i riferimenti geografici e impongono nuove responsabilità e sappiamo che l'Europa, quando parla con una voce sola, è un'Europa forte.

Signor Commissario, noi sosteniamo l'idea della Commissione di procedere verso una politica comune sull'immigrazione, così come condividiamo la presa di posizione del Presidente Juncker di lavorare a una politica di difesa europea.

Questo approccio rafforza l'alleanza fra Parlamento e Commissione; sappiamo che siamo all'inizio della legislatura e abbiamo delle sfide importanti, ad esempio quella di trasferire la politica dell'immigrazione e la politica di difesa europea dagli Stati all'Europa perché un'Europa forte è un'Europa che ha più Europa e non meno ……

(Il Presidente interrompe l'oratore)

Ruža Tomašić (ECR). – Gospodine predsjedniče, mislim da bi države same trebale odlučivati koliko azilanata mogu primiti jer npr. Hrvatska nema adekvatne smještajne kapacitete za tražitelje azila čiji se broj u posljednjih nekoliko godina drastično povećao. Sada se od nje traži dodatno zbrinjavanje 1,73% tražitelja azila koji dospiju na obale Italije, Malte ili Grčke. Danas je to jedna brojka, relativno mala, sutra ćemo morati zbrinuti još toliko, narednih mjeseci možda još malo više, i tako u nedogled. Ovakva migracijska politika vodi isključivo u socijalnu katastrofu jer se od države, koja je ušla u sedmu godinu krize, čije se vlastito stanovništvo sve masovnije iseljava i u kojoj je sve više ljudi siromašno zbog nedostatka posla, ne može očekivati da kvalitetno zbrine afričke emigrante. Hrvatska ovim ljudima nažalost nema što za ponuditi – samo bijedu dok čekaju da njihov postupak bude dovršen.

Zato, smatram da problem moramo puno odlučnije rješavati na njegovom izvorištu, u Africi, jer će ovakav priljev migranata dovesti do kolapsa socijalnog i sigurnosnog sustava u više država članica.

Rosa Estaràs Ferragut (PPE). – Señor Presidente, efectivamente, la trágica pérdida de vidas humanas en el Mediterráneo ha conmocionado a todos los ciudadanos del mundo, y especialmente los europeos, por el inaceptable sufrimiento humano. Los ciudadanos esperan que Europa dé una respuesta inmediata, que no esté cruzada de brazos. Se necesitan, por lo tanto, soluciones europeas, porque no podemos acostumbrarnos al sufrimiento de nadie. Es, sin duda, un problema mundial.

Hay desafíos inmediatos. La Comisión los ha planteado bien: acabar con las tragedias humanas, reforzar los mecanismos para afrontar las situaciones de emergencia y, por supuesto, luchar contra este fenómeno y desmantelar todas las redes que organizan estos viajes y se aprovechan de las vidas humanas, mediante una resolución, como se ha dicho, de las Naciones Unidas.

Pero hay retos, también, a más largo plazo: elaborar una nueva política sobre la inmigración legal, elaborar también una nueva política de asilo, salvar vidas, proteger nuestras fronteras y, por supuesto, eliminar todos los incentivos que pueda haber para una inmigración irregular mediante la aplicación de la Directiva de retorno.

Pero es importante distinguir entre asilo e inmigración. Los demandantes de asilo son aquellas personas que están perseguidas por razón de raza, de religión, o por motivos políticos. No sucede así en la emigración: huyen de la pobreza, quieren comer. Pero es verdad que, cuando llegan a un territorio, el territorio que los acoge no los va a distinguir, porque todos necesitarán educación, sanidad y servicios. Por eso es muy importante la ponderación de cuotas; ponderar, de manera más reforzada, el paro, porque, para poder dar una oportunidad de empleo y una oportunidad mejor, es necesario que el paro tenga una ponderación mucho mayor de la que ha establecido, en estos momentos, la Comisión.

Iliana Iotova (S&D). – Monsieur le Président, Monsieur le Commissaire, la proposition que vous faites est un énorme pas en avant, notamment en matière de quotas contraignants de réfugiés pour tous les États membres. Ce n'est que le début et nous attendons un programme spécifique pour la mise en œuvre de ces mesures. Il ne suffit pas de sauver et de recevoir des réfugiés sur le sol européen, il faut aussi apporter une réponse à leur intégration dans nos sociétés pour dissiper les craintes de nos citoyens.

Pourtant, certains États membres veulent bloquer les mesures proposées par la Commission avant même ce premier débat. Ces réactions causent une forte inquiétude. La responsabilité du Conseil est énorme. Nous ne pouvons pas fuir les problèmes quand ils sont devant notre porte. Il faut plutôt faire preuve de solidarité.

Si nous ne prenons pas de mesures urgentes, nous risquons d'approfondir la crise humanitaire à nos frontières extérieures et de favoriser les trafiquants. Le règlement de Dublin devrait être révisé pour prendre en compte les intérêts de tous les pays en Europe. La Commission devrait utiliser tous les leviers pour que le Conseil accepte l'application urgente des mesures proposées.

Kazimierz Michał Ujazdowski (ECR). – Panie Przewodniczący! Wypowiadam się za solidarnością, ale przeciwko centralizmowi, przeciwko lokowaniu imigrantów na podstawie z góry ustalonych kwot. To jest zupełnie błędna polityka. Polityka imigracyjna musi uwzględniać kondycję poszczególnych społeczeństw. Narody Europy Środkowo-Wschodniej znajdują się pod presją emigracyjną ze Wschodu. To jest problem nie mniej ważny niż nacisk, który idzie ze strony Afryki Północnej. Pan poseł Zdechovský z Europejskiej Partii Ludowej mówił o wysiłku państwa czeskiego. Ja też mógłbym wiele powiedzieć o wysiłku państwa polskiego. Ostatnią rzeczą, jaką można robić, to potępiać państwa członkowskie, jak uczynił to pan poseł Verhofstadt. Jeśli kogoś mamy potępiać to te państwa, które najpierw utrzymywały korupcyjne stosunki z dyktaturami w Afryce Północnej, a potem nieopatrznie zdestabilizowały sytuację tam. To są prawdziwi sprawcy nieszczęścia. Działajmy solidarnie, ale bez błędów centralizmu.

Paulo Rangel (PPE). – Senhor Presidente, eu diria que nós temos aqui quatro planos fundamentais. O primeiro plano, que é essencial, é o plano humanitário e aí penso que a União Europeia não se deve poupar a nenhum esforço para resgatar vidas e para tratar com dignidade todos aqueles que chegam às suas fronteiras. Esse é o primeiro plano.

O segundo plano é o plano do asilo e aí devo dizer que este plano comum de asilo e até a ideia de uma política comum de migração e até uma política comum demográfica na União Europeia são boas ideias. E é importante que o esforço seja repartido por todos, mesmo que, para isso, seja necessário alocar fundos europeus. Mas eu penso que os países, é o caso do meu, que recebem menos refugiados têm que estar abertos a receber mais e a partilhar este esforço com os outros que têm mais.

Depois, finalmente, temos o problema da migração, das migrações por razões económicas, e aí, embora eu ache que deva haver uma abertura, critérios comuns e uma política comum, também tem de haver razoabilidade nos critérios. Não podemos, obviamente, abrir as fronteiras de par em par, com toda a facilidade. Seria impossível, seria catastrófico, seria mau para quem vem, seria mau para quem está!

E, finalmente, uma reação contra os traficantes, que tem de ser uma reação militar e que aí, sim, o Conselho, por uma vez, esteve bem.

Miriam Dalli (S&D). – L-aġenda ppreżentata mill-Kummissjoni Ewropea hija pass 'il quddiem, meta tqis li sal-lum ma teżistix politika komuni Ewropea għal realtà daqshekk importanti. Imma rridu naraw li dak li hemm fuq il-karta jibda jitwettaq fir-realtà.

U hawnhekk indur fuq il-gvernijiet tal-Istati Membri tal-Unjoni Ewropea. Għaliex l-aħħar stqarrijiet li rajna minn ċertu mexxejja li m'humiex lesti jilqgħu kwoti ta' rilokazzjoni u *resettlement* juru biss li għandna pajjiżi komdi jħallu pajjiżi bħal Malta, l-Italja u l-Greċja jġorru l-piż waħedhom. Id-diskussjoni m'għandhiex tkun jekk dan il-proċess isirx jew le, iżda fuq kif se jinqasam il-piż, l-hekk imsejħa *distribution key*.

Din l-attitudni turi li m'hemmx impenn biex is-sitwazzjoni tkun indirizzata. Għandna gvernijiet li komdi jħallu lil ħaddiehor iġorr il-piż waħdu.

U appell tal-aħħar anki lill-Kummissjoni Ewropea. Jekk mhux se jkollna reviżjoni tar-regolamenti ta' Dublin se nkunu qegħdin inħallu lil min jabdika mir-responsabilità jibqa' jagħmel dan.

Kinga Gál (PPE). – Elnök Úr, egész Európát érintően súlyos a helyzet, ami az illegális bevándorlást és a menekültügyet illeti. Nemcsak azon déli országokban súlyos, ahol a tragédiák elérik a média ingerküszöbét, hanem olyan államokban is, ahol mindeddig a lakosság nem találkozott ilyen méretekben ezzel a jelenséggel, mint például Magyarországon. Ma Svédország után a legmagasabb itt a bevándorlók száma a lakosság létszámához viszonyítva a Frontex adatai szerint. Hússzorosára nőtt néhány hónap alatt, és legnagyobb részük nem menekültjogi védelemre jogosult, hanem egyértelműen gazdasági bevándorló. Az illegális bevándorlók között különbséget kell tenni ezért a menedékjogra jogosult menekültek és az illegális gazdasági bevándorlók között. Európa nem lesz képes kezelni az egyre súlyosbodó migrációs krízist, ha ezt a különbségtételt nem teszi meg a politika és az azt kibontó szabályozás szintjén egyértelmű következményekkel. A menekültpolitika tekintetében egyértelmű, hogy erkölcsi megfontolások, nemzetközi szerződések, kötelezettségek jelentik a kiindulópontot. Az illegális gazdasági migráció kezelése pedig tagállami hatáskör kell hogy maradjon.

Μιλτιάδης Κύρκος (S&D). – Θέλω να συγχαρώ την Επιτροπή και ειδικά τους υπεύθυνους για το θέμα γιατί, για πρώτη φορά, τίθεται τόσο καθαρά ο επιμερισμός των ευθυνών σε όλα τα κράτη μέλη στη βάση της αλληλεγγύης. Είναι καιρός να δούμε πίσω από το πέπλο της υποκρισίας και το κάθε κράτος μέλος να πάρει θέση στο ερώτημα: «Μπορεί η Ευρώπη να καταπατά τις διεθνείς συνθήκες; Μπορεί να αρνείται άσυλο σε ανθρώπους που προέρχονται από ζώνες θανάτου; Μπορεί να αρνείται την αλληλεγγύη με τα άλλα κράτη μέλη;» Αν η απάντηση είναι όχι, τότε ένας μόνο δρόμος υπάρχει, αυτός που χαράζει η Επιτροπή, ενισχυμένος με τις απαραίτητες νομοθετικές πρωτοβουλίες.

Αν όμως η απάντηση είναι ναι, θα πρέπει να ετοιμαστούμε για μια νέα εποχή όπου οι νόμοι και οι υποχρεώσεις ισχύουν κατ' επιλογή όσων τους αφορούν. Όμως ας μη μείνουμε μόνο στο θέμα των προσφύγων. Οι τέσσερις πυλώνες που προσεγγίζουν τη μετανάστευση απαντούν στις αιτήσεις μας για ολιστική προσέγγιση και αναφορές στους νόμιμους δρόμους για οικονομικούς μετανάστες, στην ενίσχυση των αναπτυσσόμενων περιοχών, στις υποχρεώσεις μας αλλά και στις ανάγκες μιας γερασμένης Ηπείρου, μαζί με το δικαίωμα να νιώθουμε λίγο αισιόδοξοι.

Αν η Επιτροπή δώσει ακόμη μεγαλύτερη σημασία σε πτυχές όπως η μετεγκατάσταση από ζώνες πολέμου και εξασφαλίσει διαφάνεια, αποδοτικότητα και σεβασμό των ανθρωπίνων δικαιωμάτων, θα είμαστε στον σωστό δρόμο.

Barbara Kudrycka (PPE). – W nawiązaniu do tego, co złośliwie sugerował pan Jurek z ECR, chcę oświadczyć, że przewodniczący Rady Donald Tusk przygotowuje właśnie szczyt Partnerstwa Wschodniego, które odbędzie się jutro w Rydze, a nie prowadzi żadnej kampanii, panie pośle.

Natomiast cieszę się z kolei, że Manfred Weber mówił, iż mechanizm solidarności w zakresie relokacji przesiedleń musi być jeszcze dyskutowany. Istotą solidarności bowiem jest dobrowolne współdziałanie partnerów, gdy chcemy, aby była prawdziwie skuteczna. Więc do tego tanga zawsze trzeba dwojga. Solidarność musi iść w parze z możliwościami gospodarczymi i logistycznymi poszczególnych państw. Dlatego Polska będzie gotowa w takim programie uczestniczyć, ale na warunkach zdefiniowanych przez siebie. Już samo ogłoszenie programu przez Komisję, panie komisarzu, wywołało falę antyimigracyjnych, populistycznych zachowań w krajach, których dotyczyć mogą przesiedlenia. Na portalach społecznościowych tysiące osób przyłącza się do antyimigracyjnych ruchów.

Jakie zatem Komisja proponuje działania prewencyjne, aby zapobiec rozprzestrzenianiu się fali ksenofobicznych i antymigracyjnych zachowań? Jakie Komisja proponuje środki na stworzenie programów integrujących uchodźców i tych, które edukują społeczności lokalne? Jakich konkretnych kryteriów użyła Komisja, poza tymi, które są wymienione w agendzie, aby ocenić wydolność ..

(Przewodniczący odebrał mówczyni głos)

Ana Gomes (S&D). – Senhor Presidente, a Agenda Europeia para as Migrações é um começo para dar resposta a um problema que é europeu e exige solidariedade. A operação naval para o Mediterrâneo tem de ter como prioridade salvar vidas e depois destruir as redes de traficantes. E destruir as redes não é destruir os barcos, é destruir-lhes o lucro.

Para isso, são precisas medidas imediatas para abrir vias seguras e legais a quem necessita de proteção e para a imigração, e a longo prazo a ação externa coerente contra as causas que fazem fugir as pessoas dos seus países. Precisamos imediatamente de partilhar o esforço de acolhimento por todos os Estados-Membros. O meu, Portugal, pode e deve fazer mais. É, por isso, deplorável que certos Estados-Membros tenham rejeitado a proposta da Comissão de um esquema de distribuição de acolhimento. Não devem poder travar esse esquema. Virar costas a quem foge da guerra, da opressão e da perseguição é mais do que violar o Direito Internacional e os Tratados é imoral e indigno.

Tomáš Zdechovský (PPE). – Pane předsedající, já bych chtěl říct, že největší omyl této diskuse je to, že uděláme rovnítko mezi solidaritou a kvótami.

Česká republika je dlouhodobě solidární jak s Evropskou unií, tak i s dalšími zeměmi. My opravdu systematicky pracujeme a umožňujeme třeba ukrajinským studentům studovat na českých vysokých školách. Ten imigrační systém, pane komisaři, musí být více propracovaný. Nesmí být jednoznačně zaměřený na jižní státy. Já vím, že mezi jižními státy je ta situace velmi naléhavá, ale stejně tak naléhavá může být situace na východě Evropy. Sledujme situaci na Ukrajině, hrozí tam opravdu další válka. Je tam 850 000 lidí, kteří se nacházejí bez domova, a i toto je potřeba řešit.

Pane komisaři, vyzývám vás, zaměřte opravdu svoji pozornost i na východní Evropu, kterou Česká republika nebo Polsko intenzivně řeší.

Josef Weidenholzer (S&D). – Herr Präsident! Ich begrüße die Vorschläge der Kommission, weil sie ein Schritt in die richtige Richtung sind, aber das Problem ist sehr vielschichtig, und es wird noch vieler Bemühungen bedürfen, es zu lösen. Einen Aspekt möchte ich herausgreifen: die Situation in den Herkunftsregionen. Ich war selbst in den letzten Monaten im Irak und im Libanon, und wenn man diese Erlebnisse hat, dann versteht man auch, warum Menschen nach Europa wollen.

500 000 Kinder gibt es im Libanon, und nur 100 000 dieser Kinder haben die Möglichkeit zum Schulbesuch. Bisher sind nur 8 % der für Irak zugesagten Mittel auch wirklich eingetroffen. Ab Juni wird es in den Flüchtlingslagern im Nordirak Lebensmittelkürzungen geben.

Wenn wir diese Probleme nicht lösen, liebe Kolleginnen und Kollegen, dann wird es zu spät sein – dann wird nämlich unsere Arbeit der des Sisyphos gleichen.

Elisabetta Gardini (PPE). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, più controllo alle frontiere e rimpatri più rapidi per chi non vuole e per chi non ha i requisiti di rifugiato mi sembrano i punti centrali su cui si è focalizzata la Commissione, e ciò mi sembra importantissimo per fare chiarezza, finalmente, su un tema scivoloso e troppe volte ambiguo. È il punto centrale che spaventa i nostri concittadini. E poi la lotta ai criminali che torturano, che uccidono, che sfruttano: sono i nuovi schiavisti della contemporaneità.

La sinistra, ancora, è sempre ambigua: è ambigua, gioca sulle parole, perché dicendo richiedenti asilo, invece di aventi diritto all'asilo, si apre all'immigrazione illegale.

L'Italia è piena di persone a cui è stato rifiutato l'asilo ma poiché fanno ricorso restano in Italia e delinquono perché non hanno un lavoro, come si sostentano? Il mese scorso, a marzo, a Terni, un ragazzo è stato ucciso da una persona a cui era stato rifiutato lo stato di rifugiato perché non ne aveva i requisiti ed è stata una tragedia terribile.

Io ringrazio la Commissione: faticosamente sta facendo chiarezza in tutta questa pericolosa, colpevole e irresponsabile melassa.

Kati Piri (S&D). – Afgelopen maandag hebben de EU-ministers van Defensie en Buitenlandse Zaken besloten een Europese missie in te stellen op de Middellandse Zee, die de criminele netwerken van mensensmokkelaars moet aanpakken. De lidstaten hebben dus laten zien dat, wanneer de politieke wil aanwezig is, zij daadkrachtig en eensgezind kunnen optreden. Echter, de bereidheid om invulling te geven aan de andere aspecten van ditzelfde vluchtelingenprobleem, zoals het creëren van veilige, legale routes voor mensen in nood en het organiseren van solidariteit binnen de EU, blijkt helaas vele malen minder groot.

De Raad durfde aan het begin van dit debat de term "vluchteling" niet eens in de mond te nemen en sprak alleen over de noodzaak om illegale migratie tegen te houden. De Commissie geeft in haar nieuwe migratieagenda terecht aan dat het antwoord op deze humanitaire crisis ligt in een geïntegreerde aanpak. Het wordt dan ook tijd dat ook de Raad tot die conclusie komt en aan de slag gaat met het bieden van een veilig heenkomen voor hen die dat het meeste nodig hebben.

Elmar Brok (PPE). – Herr Präsident, Herr Kommissar, meine Damen und Herren! Ich bin in dieser Debatte manchmal erschrocken. Einer sagt: „Die Quoten allein helfen nicht, deswegen dürfen sie nicht kommen." Der Andere sagt: „Gegen die Schleuser vorzugehen, das allein hilft nicht, deswegen lassen wir das lieber." Jeder entschuldigt es damit, dass das eine alleine nicht funktioniert, dass das andere nicht gemacht werden soll. Ich finde, es muss alles gemacht werden. Es muss zu einer fairen Verteilung kommen, es muss gegen die Schmuggler vorgegangen werden, es muss der Staat Libyen wieder errichtet werden, es muss in Subsahara-Afrika geholfen werden. Alles zusammen muss gemacht werden, und man darf nicht das eine mit dem anderen entschuldigen.

Die Briten sagen: „Wir wollen Boote beschießen, deswegen brauchen wir keine Quote." Ich bin gegen Le Pen und andere und für die Quote, weil unserer eigenen Bevölkerung endlich klar sein muss, dass wir eine faire Verteilung vornehmen. Wer keine Quote will, will keine faire Verteilung, und wer keine faire Verteilung will, will den Populismus stark machen. Das ist der entscheidende Punkt. Hier sollten wir das mal klar machen.

Elena Valenciano (S&D). – Señor Presidente, con respecto a los cuatro millones de personas o más que necesitan a Europa para refugiarse de la guerra y la violencia, hemos escuchado a muchos Gobiernos decir que mil personas son demasiadas. ¡Qué vergüenza, qué vergüenza!

Tras reclamar con insistencia una política común de migración, los Gobiernos de los Estados miembros están frenando la iniciativa —que yo saludo desde aquí— de la Comisión Europea. Y los ciudadanos deben saber que con esta política del avestruz y el cortoplacismo más egoísta, los Gobiernos están frenando una política común de migración y la solidaridad.

Yo creo que la solidaridad humana es prepolítica y refleja lo mejor de los valores de la humanidad. No entiendo que se pueda hacer política con la solidaridad. Pero, además, estamos incumpliendo las convenciones internacionales que nos obligan a ser solidarios, e incluso nuestro propio Tratado. Somos responsables de la parálisis diplomática, política y económica del sur y el oriente del Mediterráneo y, además, nos negamos a salvar a nuestros compatriotas.

Patrizia Toia (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, la Commissione ha dato un bel segno: oltre all'Europa guardiana dei vincoli, c'è un'Europa che, se vuole, è viva e capace. Ma il giorno dopo, ecco di nuovo il balletto degli Stati, tra egoismi e miopie.

È inaccettabile! Mi chiedo, tra l'altro, se la geografia fosse diversa e gli sbarchi fossero stati a Brighton, cosa ci direbbe oggi Cameron.

Signori capi di Stato e di governo, dovete dirlo chiaro ai cittadini: questo non è un episodio, non dura una stagione, quella del bel tempo, e non è casuale: le migrazioni hanno cause e conseguenze che vanno affrontate e a volte le soluzioni hanno dei costi. Certo, c'è un'opinione pubblica spaventata e a volte anche ostile, ma compito delle *leadership* è guidare verso gli obiettivi più lungimiranti. L'Europa non sarebbe neanche nata se i *leader* di allora si fossero fermati di fronte a un'opinione pubblica segnata dai rancori della guerra.

Oggi è in gioco l'essenza stessa dell'Europa, il rispetto dei valori e dei diritti umani. Non è un esercizio di vanità e non è neanche una melassa, come ho sentito dire. È il fondamento della nostra convivenza. Se cominciamo a perderlo, oggi tocca ai rifugiati, domani chissà.

Der Präsident. – Hinsichtlich des nun folgenden *Catch-the-eye*-Verfahrens informiere ich Sie, dass sich schon jetzt 25 Kollegen gemeldet haben. Es wird unmöglich sein, alle aufzurufen. Ich werde versuchen, es so ausgewogen wie möglich zu handhaben, bitte aber bei denjenigen um Verständnis, die heute nicht zum Zug kommen.

Catch-the-eye-Verfahren

Birgit Collin-Langen (PPE). – Herr Präsident, meine sehr verehrten Damen und Herren! Zunächst begrüße ich ganz ausdrücklich die europäische Migrationsagenda der Kommission. Es ist ein erster Schritt in die richtige Richtung, Europa kann hier funktionieren. Aber Europa muss auch solidarisch sein: Jeder muss das tun, was er zu leisten in der Lage ist – auch die Mitgliedstaaten. Es bedarf eines Bündels an Maßnahmen. Elmar Brok hat zu Recht gesagt, alles muss gemacht werden, es kann nicht jeder nur das machen, was er gerade will. Nur so können wir europäische Probleme auch europäisch lösen, nur so kommen wir in dieser Krisensituation voran.

Marlene Mizzi (S&D). – Elf u tmien mitt ruħ mietu dis-sena biss. Elf qasmu l-Mediterran, eluf illegalment u aktar minn mitejn elf jinsabu l-Libja jistennew biex jaqsmu u xorta qed naraw oppożizzjoni minn ċerti Stati Membri għall-introduzzjoni ta' sistema ta' kwota ġusta.

Nilqa' l-aġenda tal-Kummissjoni li tippreżenta punti perfettament immirati u miżuri konkreti li jagħtu ħajja għall-ewwel darba għal kliem bħal mobilizzazzjoni u għajnuna finanzjarja. Iżda għad hemm nieqes soluzzjoni Ewropea bbażata fuq is-solidarjetà.

Nilqa' b'mod partikolari l-proposta tal-Kummissjoni biex tintroduċi kwoti li jorbtu l-pajjiżi Membri jgħinu biex jittaffa l--piż fuq pajjiżi fuq il-periferija tal-Ewropa bħall-Italja u Malta. Iżda nemmen li l-Kummissjoni jeħtieġ li tagħmel pass ieħor u timpenja ruħha li jiġi rivedut ir-Regolament ta' Dublin li mingħajru mhux se jkun possibbli li jinkisbu riżultati konkreti.

Dawn huma biss *short term solutions*. Is-soluzzjoni fit-tul hija li jingħata futur lil dawn l-immigranti f'pajjiżhom. F'sens permezz tal-investiment fl-ekonomija, is-saħħa u l-edukazzjoni. Irridu nibdew illum qabel għada. Hekk biss tista' tissolva l-emoraġġija ta' nies li (id-diskors ġie interrott mill-President peress li kien skada l-ħin).

Mirosław Piotrowski (ECR). – Problem uchodźców z Afryki Północnej i Bliskiego Wschodu jest obecnie najbardziej palącą kwestią w Unii Europejskiej. Komisja Europejska zaproponowała, by kraje Unii przyjęły określoną liczbę uchodźców w zależności od m.in. wielkości PKB i populacji danego kraju. Mój kraj Polska zgodnie z tą propozycją miałby przyjmować pięć procent wszystkich uchodźców. Ostatnio przewodniczący Rady Europejskiej Donald Tusk wypowiedział się na spotkaniu w Gdańsku, że Europa w ciągu najbliższych dwudziestu lat ma przyjąć siedemdziesiąt milionów emigrantów. Oznacza to, że Polska miałaby przyjąć trzy i pół miliona uchodźców. Jest to więc bardzo poważny problem i nie wiem, czy istnieje zgoda obywateli Unii Europejskiej na takie rozwiązanie.

Κώστας Χρυσόγονος (GUE/NGL). – Άκουσα με ενδιαφέρον τον Επίτροπο κύριο Αβραμόπουλο να σημειώνει ότι η Ευρώπη χρειάζεται έναν αριθμό μεταναστών κατ' έτος, οργανωμένα και νόμιμα. Διότι, πράγματι, έχουμε ανάγκη από εργατικά χέρια λόγω της υπογεννητικότητας που υπάρχει στην Ευρώπη. Όμως η υπογεννητικότητα, όπως άλλωστε και τα μεταναστευτικά ρεύματα, δεν είναι φυσικά φαινόμενα. Την υπογεννητικότητα την προκαλούν λανθασμένες φορολογικές, μισθολογικές και κοινωνικό--ασφαλιστικές πολιτικές, οι οποίες δεν επιβραβεύουν τη γέννηση παιδιών και δεν προστατεύουν τη μητρότητα, ενώ τα μεταναστευτικά ρεύματα τα προκαλούν οι άνισοι όροι ανταλλαγής με τις χώρες της περιφέρειας, και οι ιμπεριαλιστικές επεμβάσεις, κατά παράβαση του διεθνούς δικαίου, που προκαλούν χάος στις ίδιες αυτές χώρες.

Αν λοιπόν θέλουμε πραγματική αντιμετώπιση του προβλήματος της μετανάστευσης, πρέπει να αλλάξουμε τρόπο σκέψης και να προτάξουμε την ισορροπία και την ευημερία των ανθρώπινων κοινωνιών και όχι τα κέρδη του κεφαλαίου.

Ivan Jakovčić (ALDE). – Gospodine predsjedniče, htio bih jasno izraziti podršku Komisiji koja je izašla s konkretnim prijedlozima, i zajedno s Vijećem. Definitivno sam uvjeren da napokon stojimo pred ozbiljnim rješenjem i nadamo se svi zajednički u naš zajednički uspjeh.

Ono što želim ovdje posebno naglasiti – jer čujem stalno te teze da nam treba australski model – dame i gospodo, mi smo Europa, a ne Australija. Prema tome, nama treba europski model, kreiran zajedno sa zemljama članicama na način na koji je ovdje predstavljen.

Zaista sam uvjeren da trebamo djelovati i u zemljama odakle dolaze migranti, da trebamo djelovati u smislu uzroka ove nesreće koja se dešava na Mediteranu, a na žalost i na istočnim granicama Europske unije. Zato mislim da trebamo pružiti ruku svakome tko ima potrebe za našom rukom, ali da naravno trebamo biti i vrlo oprezni prema onima koji žele zloupotrijebiti našu ruku.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). – Herr Präsident, Herr Kommissar, meine Damen und Herren! Wir erleben derzeit, dass immer mehr Flüchtlinge vor Krieg, aus Konfliktsituationen flüchten, und ich hoffe, dass Sie heute in der anschließenden Abstimmung einer starken Entschließung, einem starken Gesetzesvorschlag gegen Konfliktmineralien zustimmen, der tatsächlich sicherstellt, dass in diesen Gebieten nicht mehr um Ressourcen Krieg geführt wird, die wir für unsere Handys und Sonstiges brauchen.

Aber jetzt geht es auch darum, zu sehen, was wir hier machen. Ich bin sehr froh, dass viele hier im Haus auch für eine Quotenregelung eintreten. Ich kann Ihnen sagen: In Österreich ist es derzeit so, dass über 70 % der Bevölkerung dafür sind. Und ich sehe wirklich nicht ein, warum nicht auch andere Staaten diese Solidarität erklären. Wir brauchen hier eine gemeinsame Solidarität. Wir müssen das Dublin-System ändern, aber zumindest als ersten Schritt müssen wir einmal sagen: Alle müssen mitmachen, auch diejenigen, die jetzt noch nein dazu sagen.

Und ein letztes: Zeltstädte, wie jetzt in Österreich, für dreihundert Flüchtlinge einzurichten, erscheint mir wirklich als eine Panikreaktion. In diese Richtung darf es nicht gehen.

Csaba Sógor (PPE). — Mr President, the forces driving people away from their homes and pushing them to take on deadly perils to arrive on the shores of Europe – war, persecution, poverty, famine – are huge and will not go away any time soon. The Commission deserves credit for acknowledging the magnitude of the problem and for identifying both short and long-term solutions to address the refugee crisis.

The Agenda rightly identifies the fact that a determined fight against irregular migration and human traffickers should be coupled to a fairer and stronger asylum policy and integrated development action that is capable of addressing, in the long term, the root causes of migration in the countries of origin. We should be hopeful that this paper will fuel the right debates among Member States and eventually bring more solidarity, coherence and efficiency to our asylum and immigration policy.

Monika Flašíková Beňová (S&D). – Chcela by som povedať, že som pomerne sklamaná z mnohých vystúpení, ktoré zazneli v tejto miestnosti. Som sklamaná z tej arogancie, ktorá bola v týchto vystúpeniach voči ľuďom, ktorí prichádzajú sem do Európskej únie ako ľudia, ktorí hľadajú oporu, oporu možno pred smrťou, možno pred hladom. A zvlášť ma desí, keď to počujem od kolegov z krajín, kde naši občania chodia pracovať do iných ekonomicky silnejších krajín. Sú to státisíce občanov z našich krajín, ktorí hľadajú prácu inde, a my sa tu vyjadrujeme urážlivo o ľuďoch, ktorí sem chodia aj z dôvodov ekonomických hľadať si prácu. Chcem preto požiadať kolegyne a kolegov, aby skutočne hľadali správne slová a správne výrazové prostriedky, ako sa budú o migrantoch vyjadrovať. A ešte na margo Komisie: vážený pán komisár, ja vám veľmi držím palce, aby sa všetko to, čo ste nám predložili, aj podarilo. Verím tomu, že sa to podarí aj v prospech tých, ktorí hľadajú v Európe nový život.

Jean Arthuis (ALDE). – Monsieur le Président, je voudrais saluer la Commission et la féliciter pour son engagement. Cette action est une action véritablement européenne, qui engage nos gouvernements à travailler ensemble.

Cela étant dit, Frontex va jouer un rôle très important, et je voudrais vous demander, Monsieur le Commissaire, et à vous aussi, Madame la Présidente, pour quel motif la Pologne n'a toujours pas signé la convention de siège, alors que Frontex est installée à Varsovie depuis 2004. Si l'on veut être pleinement opérationnel et accueillir des collaborateurs qui ne sont pas nécessairement des Polonais à Frontex, il me semble qu'il y a nécessité d'obtenir la signature, enfin, de cette convention de siège.

Je vous remercie pour vos réponses et pour la diligence dont vous ferez preuve à ce sujet.

Ignazio Corrao (EFDD). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, Commissario Avramopoulos, mi fa piacere che, dopo due anni, almeno sia arrivata questa proposta da parte della Commissione, quest'agenda sulla migrazione.

Credo che innanzitutto dovremmo cercare di informare i cittadini, perché io vengo da un paese in cui spesso e volentieri i cittadini chiedono cosa fa l'Europa, dicono che l'Europa ci lascia soli di fronte a questo problema dell'immigrazione – io sono italiano e sono siciliano, quindi vivo in prima persona il problema degli sbarchi, il problema delle morti nel Mediterraneo. Allora bisogna spiegare come funziona l'Unione europea: il Parlamento europeo si è espresso, la Commissione adesso si è espressa, però manca la terza parte, che è il Consiglio, che sono gli Stati. E qui siamo di fronte all'ennesimo caso in cui gli Stati si mostrano egoisti di fronte a quella che è un'emergenza globale, di fronte a quello che è un grande momento in cui l'Europa si dovrebbe mostrare solidale. E allora cosa sento? Sento la Francia che dice che non è d'accordo. Sento la Gran Bretagna con Cameron, che ha appena vinto, che dice che non è interessato a dividersi le

quote. E così facciamo mille passi indietro sull'Unione europea.

(Ende des Catch-the-eye-Verfahrens)

Dimitris Avramopoulos, *Member of the Commission***.** – Mr President, please allow me to start by expressing my thanks to the Members of this House for their mainly positive reactions, encouragement and support of the overall agenda. I have taken note of all their remarks and concerns.

We all know that addressing migratory challenges means making some bold decisions. Starting from the very beginning of the life of this Commission, commitment on this issue has been shown by the Commission itself, President Juncker and myself – you will remember my commitment before the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs (LIBE) during the hearing – and we have delivered results in a very short period.

In the beginning some of you might have believed that we would not be in a position to do so. Well, here we are before you today after the public announcement of the new European Agenda on Migration. The time for decisions has come. Do we want to honour our responsibilities? Do we want to face the new reality throughout Europe? The European Agenda on Migration is not only an emergency response, it is a strategy that will lead Europe – that will lead us – forward in the next five, or even ten, years.

During this period a lot of things will change but we have to strive towards our destination: to adopt and implement a comprehensive European policy on migration. This is why the agenda outlines a broader set of initiatives in the medium term in order to manage migration better. But we all know that any action alone will not be enough to solve the situation. This agenda requires political will and commitment, and this Commission has both.

Solidarity shall not only be a slogan, as many of you have said. We need Member States to participate. We need their support. The important thing is to make a difference and to show that we are able to address the situation together.

This agenda is based on the conviction that the European Union migration policy is not about opening or closing borders. Both of those options are unrealistic. The European Agenda on Migration is about managing migration better so that migration can take place in an orderly, safe and regular manner.

The Commission is already mobilising all its resources to implement these actions and will adopt a package implementing measures next week. Triggering this emergency mechanism means that more needs to be done together for those who are in need of protection. Let me say here that it is not a free ticket to another European country. It has become indispensable.

This package will include, among other things: firstly, a proposal for a decision, based on Article 78(3) of the Treaty, establishing an emergency relocation scheme. This proposal will also give details on how the regulation will work, including necessary safeguards. Secondly, we will present a recommendation on the establishment of a European resettlement scheme. Thirdly, an action plan on smuggling. Fourthly, guidance on fingerprinting. Finally, a public consultation on the future of the Blue Card.

The Commission's European Agenda on Migration completes and deepens the commitments of the European Council and it is a response to the call by Parliament.

Migration is a critical issue for the future of our societies and for the future of Europe. We need to regain people's trust by proving that Europe is able to manage migration in an effective way. That means going beyond words and putting good intentions into practice. The European Agenda on Migration offers a comprehensive approach to address the migratory challenges. As I said before, it must be seen as a package, and all the measures proposed have to be implemented in parallel. No Member State can address this challenge alone.

Thank you for this very fruitful debate. As I said earlier, I count on your support more than ever, knowing that Parliament shares our ambition finally to prevent and plan instead of only reacting to dramatic events.

I hope that you can also help me to get support from Member States and citizens. We need this European Agenda on Migration. I am even more convinced of this after today's debate.

Zanda Kalniņa-Lukaševica, *President-in-Office of the Council***.** – Mr President, I would like to thank you very much for this very important debate today. Parliament's contribution is instrumental in finding the most appropriate answers to the challenges we have. This is one more step in the continued dialogue between our two institutions on the very important issue of migration, which we intend to pursue.

Given the seriousness of the migratory pressure on the EU, all contributions to this debate are welcome, in particular if they can contribute to finding a solution to the challenges we are facing. I can therefore promise you that we will take duly into account Parliament's views on the different aspects of the European Agenda on Migration. In any case, this is just the first phase of a long debate. I am sure that the next Presidencies will also pursue this cooperation with Parliament on this very complex issue of migration.

As I have already said, at the beginning of this debate, as a result of swift action and cooperation between institutions we can already talk about substantial steps taken in the direction of addressing the humanitarian challenge the EU is facing due to migration flows.

I started my speech today by underlining that it is no longer time for words. It is time for deeds. This is the approach of the Council. The Council has already delivered concrete results and decisions. We have prepared the roadmap and have welcomed the presentation of the Agenda by the Commission. We also took the decision to prioritise the tripling of the resources allocated for Frontex and we have decided to establish an EU naval operation. More steps will follow when preparing for the June European Council.

Some of you, in your comments, criticised the Council for its lack of support for the emergency mechanisms under Article 78(3) of the Treaty on the Functioning of the European Union. Such criticism is premature as the Commission's communication was adopted just one week ago. Even if some Member States have already expressed their preliminary views concerning the emergency relocation mechanism, the Council has not yet defined its position.

We are still waiting for the Commission's concrete proposals. Once tabled, the Council will immediately activate its preparatory bodies. We will certainly have another opportunity to discuss the mechanism as decisions on provisional measures may be taken only after consulting Parliament.

I will be honest. It will not be easy to find an agreement in the Council on such a major and sensitive issue as migration policies, just as it is also not easy to find an agreement in this House. What is important at this moment is that the Presidency and the Council stand ready to respond to the Commission's proposal.

This House has today also shown a lot of interest in knowing more about the EU naval operation. EUNAVFOR Med will be conducted in sequential phases and in accordance with the requirements of international law. It will start by surveilling and assessing human smuggling and trafficking networks in the southern-central Mediterranean and will be conducted as soon as possible. The second and third phases of the operation will work to search, seize and disrupt the assets of smugglers, based on international law and in partnership with the Libyan authorities.

The EU CSDP operation is part of a set of comprehensive measures aimed at responding to the immediate need to save lives, address emergency situations and tackle the root causes of irregular migration, as requested by the European Council on 23 April.

The Council agrees with the need to have a European solution. It is important to have a comprehensive approach with a view to providing asylum for those in genuine need, as well as at the same time ensuring the effective return of those who do not have a right to stay. But the most urgent priority is to stop further loss of life.

We look forward to working together with you to find the best and most effective solutions to the crisis we are facing.

Der Präsident. – Vielen Dank dafür! Ich erinnere Rat und Kommission noch einmal an die Frage des Vorsitzenden des Haushaltsausschusses nach der Frage des Sitzstaatsabkommens von Frontex. Wir erwarten hier noch eine Antwort.

Die Aussprache ist geschlossen.

Schriftliche Erklärungen (Artikel 162 GO)

Clara Eugenia Aguilera García (S&D), *por escrito***.** – Con la nueva Agenda Europea sobre Migración la UE está reaccionando ante la presión migratoria sobre Europa y en general en la buena dirección. Se identifican las prioridades, debido a la urgencia de actuar ante la emergencia humanitaria que suponen las incesantes e inaceptables muertes en el Mediterráneo. Se pretende mejorar el Sistema Europeo de Asilo, activando el mecanismo de emergencia previsto en el Tratado de la UE, para distribuir a los refugiados solidariamente entre los Estados miembros. Se pretende reforzar la agencia FRONTEX para que realice además labores de salvamento y rescate en la mar. Se van a explorar nuevas vías legales y seguras para la inmigración legal. Y refuerza la lucha contra la inmigración irregular cooperando con los países emisores y de tránsito, y la lucha contra las redes organizadas de tráfico de personas. La agenda es positiva pero no lo están siendo las reacciones de los gobiernos. La agenda no será eficaz si los Estados empiezan por resistirse a acoger a los rescatados. La UE debe alcanzar una política de migración y de asilo común. Los Estados miembros, deben ser conscientes de que estamos ante una grave emergencia y tenemos la responsabilidad de actuar con «solidaridad interna».

Gerard Batten (EFDD), *in writing***.** – The European Union's agenda on migration is that it should continue unabated under the open borders policy. On 7 May the British people voted into power a Conservative Government. What that guarantees is that unlimited and uncontrolled immigration will continue – as indeed it would if they had elected a Labour Government. The Conservative and Labour parties are committed to keeping the open borders policy, and for more countries to join the EU, such as Turkey with a population of 75 million people. It is totally dishonest of the Tories to talk about controlling immigration and at the same time to support more countries joining the EU. It will not be long before the voters regret their decision.

Ivo Belet (PPE), *schriftelijk***.** – We verwelkomen het actieplan dat de Europese Commissie op tafel legt om de toestroom van vluchtelingen, asielzoekers en migranten doeltreffend aan te pakken. Dwingende quota voor de lidstaten: het is duidelijk niet evident in sommige hoofdsteden, maar het is wel broodnodig. Gewoon doorgaan zoals we nu bezig zijn, is toch totaal geen optie.

Een vijftal lidstaten nemen driekwart van de asielaanvragen voor hun rekening. We weten allemaal dat dit moet veranderen. We rekenen erop dat de Commissie volgende week inderdaad met een goed en haalbaar voorstel komt, dat snel kan worden goedgekeurd, ook in de Raad. Maar vandaag moet al onze aandacht in de eerste plaats gaan naar de redding van de bootvluchtelingen, naar een opgedreven, doeltreffende actie tegen de mensensmokkelaars en tegelijk ook naar een veel intensere samenwerking om onze buitengrenzen te bewaken. Het is een én-én-én strategie. Dat is de enige manier om voor dit actieplan een breed draagvlak bij de bevolking te verkrijgen.

Mario Borghezio (NI), *per iscritto***.** – La politica d'immigrazione presentata dalla Commissione europea è demagogica e del tutto inefficiente. Questo tipo di ripartizione degli immigrati nell'UE, per altro ad oggi non accettata da tutti gli Stati membri, non è certo di per sé una misura tale da arrestare i flussi migratori, né tale da contrastare il fenomeno, ormai palese, di infiltrazione terroristica nei flussi migratori irregolari. La Commissione si ostina a non ripristinare Schengen e a non aiutare questi disperati nel loro paese, uniche soluzioni a questo problema. Troppo drastiche? Allora seguiamo l'Australia: fermare i barconi e rimandarli verso i porti di partenza. I risultati sono zero clandestini e zero vittime nel mare. La politica del buonismo non funziona: che cosa serve ancora a questa Europa per rendersene finalmente conto?

Soledad Cabezón Ruiz (S&D), *por escrito***.** – Con la nueva Agenda Europea sobre Migración la UE está reaccionando ante la presión migratoria sobre Europa y en general en la buena dirección. Se identifican las prioridades, debido a la urgencia de actuar ante la emergencia humanitaria que suponen las incesantes e inaceptables muertes en el Mediterráneo. Se pretende mejorar el Sistema Europeo de Asilo, activando el mecanismo de emergencia previsto en el Tratado de la UE, para distribuir a los refugiados solidariamente entre los Estados miembros. Se pretende reforzar la agencia FRONTEX para que realice además labores de salvamento y rescate en la mar. Se van a explorar nuevas vías legales y seguras para la inmigración legal. Y refuerza la lucha contra la inmigración irregular cooperando con los países emisores y de tránsito, y la lucha contra las redes organizadas de tráfico de personas. La agenda es positiva pero no lo están siendo las reacciones de los gobiernos. La agenda no será eficaz si los Estados empiezan por resistirse a acoger a los rescatados. La UE debe alcanzar una política de migración y de asilo común. Los Estados miembros, deben ser

conscientes de que estamos ante una grave emergencia y tenemos la responsabilidad de actuar con «solidaridad interna».

Lorenzo Cesa (PPE), *per iscritto***.** – Non posso che dichiararmi d'accordo con l'Alto rappresentante dell'Unione per gli Affari esteri e la politica di sicurezza, Federica Mogherini: non ci potrà essere mai una vera soluzione al problema dell'immigrazione finché non ne avremo sradicato le cause profonde, la povertà dei paesi da cui provengono i barconi e l'instabilità causata dalle guerre in Libia ed in Siria.

Accolgo con favore la notizia che le risorse disponibili per le operazioni congiunte Tritone e Poseidone di Frontex sono state triplicate. È chiaro che senza i finanziamenti adeguati non possiamo andare lontano. È necessario però che il problema sia sentito da tutta l'Europa, che tutti i paesi si impegnino per accogliere i migranti che arrivano, secondo una ripartizione di quote. Si è detto di distruggere i barconi con cui i passanti trasportano centinaia di persone, causandone spesso l'affondamento e la morte: può essere una soluzione sul momento, ma è solo un palliativo. Ci vuole, piuttosto, una politica di asilo comune che permetta di identificare e distinguere i profughi che scappano dagli orrori della guerra, dai criminali che cercano di sfuggire alla giustizia. L'agenda della Commissione in materia di migrazione è condivisibile, occorre adesso che tutti insieme ci impegniamo per renderla una realtà.

Carlos Coelho (PPE), *por escrito***.** – A Comissão começou mal com o Programa de Ação dos 10 pontos, mas corrigiu a sua abordagem e a Agenda para a Migração é um documento exequível, multifacetado e que reforça a solidariedade europeia. Inclui medidas dirigidas à raiz dos problemas e à necessidade de articular respostas nos países de origem. Não menos importantes são as medidas, muito necessárias, de resposta à emergência humanitária, à solidariedade no mar e à solidariedade em terra! A ativação da cláusula do artigo 78.º e o reforço, que há muito defendo, das operações Poseidon e Triton são positivas!

Infelizmente, dependemos da vontade dos Estados-Membros, os mesmos que até aqui têm falhado. Por isso, renovo o meu apelo para que disponibilizem meios que permitam salvar vidas, que permitam ir para lá das 30 milhas náuticas, que ajudem os Estados-Membros que, na linha da frente, acolhem as pessoas que fogem. E se combater os traficantes é necessário, tenho bastantes dúvidas que abater os barcos, preventivamente, em território líbio seja eficaz e seguro para os refugiados. A falta de vontade dos Estados-Membros impede-nos de agir de forma eficaz e projeta a imagem de que nada fazemos porque os Estados-Membros nada querem fazer.

Andi Cristea (S&D), *în scris***.** – Pierderile de vieți omenești din Marea Mediterană au șocat Europa, cetățenii europeni așteaptă ca statele membre și instituțiile europene să acționeze pentru a împiedica repetarea acestor tragedii. Avem datoria să identificăm soluții europene, întemeiate pe solidaritate reală și pe conștientizarea faptului că avem o responsabilitate comună, inclusiv aceea de a institui o politică eficace în domeniul migrației. Prin prezentarea acestei agende în materie de migrație, UE arată că este pregătită să identifice soluții la încercările dramatice prin care trec persoanele care fug de războaie, persecuție și sărăcie. Migrația constituie responsabilitatea comună a tuturor statelor membre, prin urmare trebuie să contribuim la abordarea acestei provocări, care nu este doar europeană, ci și una globală. Această agendă reprezintă și o extindere a cooperării noastre cu țările de origine și de tranzit pentru a salva vieți, a combate rețelele ilegale de migranți. Având în vedere că pierderile de vieți omenești în Mediterana sunt cauzate în principal de traficanții care exploatează disperarea migranților, Comisia are datoria să propună inițiative de stimulare a identificării și urmăririi penale a celor implicați în rețelele de traficanți.

Mireille D'Ornano (NI), *par écrit***.** – Devant le terrifiant cimetière méditerranéen, les maîtres de l'Union européenne ont retiré leur masque. Nous connaissions l'incompétence de ces institutions en matière d'immigration car incapables de juguler et de contenir des flux des plus en plus importants. Apparaît désormais au grand jour la perfidie de la Commission et du Conseil qui souhaitent accélérer la submersion migratoire au mépris de la vie de millions d'hommes, de femmes et d'enfants à qui vous faites croire que l'Europe est un eldorado ouvert à tous.

Au lieu d'adopter la méthode australienne de refoulement des migrants qui a prouvé son efficacité et son humanité, vous vous fourvoyez dans une politique de quotas qui ne concernera qu'une infime partie des flux migratoires et qui remplira les poches des passeurs et des mafias prospérant sur ce nouveau système de traite d'êtres humains. Quel paradoxe que celui d'une Union européenne qui se targue d'être à la pointe de l'évaluation des risques mais qui ne mesure pas les conséquences dramatiques et irréversibles d'un appel d'air pour une immigration massive en Europe: insécurité, misère, surpopulation, dépenses sociales incontrôlées et destruction de la cohésion nationale et de l'unité culturelle des nations européennes. Votre irresponsabilité est une violence faite aux peuples.

Ангел Джамбазки (ECR), *в писмена форма.* – Нелегалната имиграция е централен проблем за Съюза и едва ли има държава членка, в която тази тема да не е на дневен ред.

Многократно тук съм повдигал въпроса какво да правим с тази вълна нелегални имигранти. Пак ще кажа, че докато Ислямска държава съществува, докато Аш-Шабаб съществува, докато Близкият Изток и Африка се тресат от конфликти, тази вълна няма да намалее. Ето защо всички приказки за квоти за нелегални имигранти, и тяхното последяващо разпределение в Европа са палиативни мерки.

Решението на проблема не е в квотите. Считам, че тяхното въвеждане е грешка. Лекуваме симптома, а не болестта. Говорим за квоти – как ще разпределяме 20 хил. души между 28 държави членки. А когато тази квота свърши? Тогава какво? Пак ще страдат България, Италия, Испания, Гърция. Само в Италия ще влязат над 50хил. души, само в България ще влязат тази година 30 хил. души. Какво ще ги правим тях?!? Проблемът трябва да се реши като се омиротворят районите, от които идват нелегалните.

Всеки икономически имигрант – да бъде изпратен в родината си. Предлага ни се пак един либерален модел, който само ще преразпределя вълната. Не, благодаря. Няма да подкрепя подобна политика. Тя е против интересите на моята България.

Eugen Freund (S&D), *schriftlich.* – Die Vorschläge der Außen- und Verteidigungsminister zum zukünftigen Umgang mit Flüchtlingen, die über das Mittelmeer einreisen, sind naiv und gefährlich. Ich sage Ihnen auch, warum: Naiv ist, zu glauben, dass Libyen, wo es derzeit zwei völlig zerstrittene Regierungen gibt, eine europäische Streitmacht vor der Küste patrouillieren lassen wird. Und sollte es doch dazu kommen, kann das auch ganz schön gefährlich werden. Nicht nur libysche Milizen könnten dagegen auftreten, auch Kämpfer des sogenannten Islamischen Staates hätten ein perfektes Ziel für ihre Aktionen.

Ich stelle mir auch die Frage, wie man Fischerboote von Schlepperbooten unterscheiden will. Woher will man wissen, ob nicht im Unterdeck ein paar Dutzend Flüchtlinge versteckt sind, wenn man das Boot angreift, um es zu versenken? All das ist ja geplant.

Und auch die Idee mit den Flüchtlingslagern in Nordafrika hat der österreichische Außenminister wieder ausgegraben: Da wird sich schnell herumsprechen, dass nur wenige Menschen durchgelassen werden, also werden sie wieder andere Wege suchen und finden, um nach Europa zu kommen. Ich halte das Ganze nur für ein Ablenkungsmanöver, weil man sich wieder nicht auf Quoten hat einigen können, nach denen die Flüchtlinge gleichmäßig in Europa verteilt werden. Aber die wären jetzt dringend notwendig!

Iratxe García Pérez (S&D), *por escrito.* – La Agenda Europea sobre Migración es la respuesta de la UE en la buena dirección ante la presión migratoria sobre Europa. Se identifican las prioridades de actuación urgentes ante la emergencia humanitaria que suponen las incesantes e inaceptables muertes en el Mediterráneo. Se pretende mejorar el Sistema Europeo de Asilo, activando el mecanismo de emergencia previsto en el Tratado de la UE, para distribuir a los refugiados solidariamente entre los Estados miembros. Se pretende reforzar la agencia FRONTEX para que realice además labores de salvamento y rescate en la mar. Se van a explorar nuevas vías legales y seguras para la inmigración legal. Refuerza la lucha contra la inmigración irregular cooperando con los países emisores y de tránsito, y la lucha contra las redes organizadas de tráfico de personas. Creo que la agenda es positiva pero no así las reacciones de los gobiernos. La agenda no será eficaz si los Estados empiezan negándose a acoger a los rescatados. La UE debe adoptar una política de inmigración y de asilo común. Los Estados miembros deben ser conscientes de que estamos ante una grave emergencia y tenemos la responsabilidad de actuar con «solidaridad interna».

Juan Carlos Girauta Vidal (ALDE), *por escrito.* – Por fin la Unión Europea asume su responsabilidad frente a un fenómeno, la inmigración, que afecta especialmente a ciertos Estados pero que debe ser gestionado por todos. Bienvenido sea el enfoque integral y holístico presentado por la Comisión, que aborda tanto medidas inmediatas — como triplicar la capacidad de las operaciones conjuntas de Frontex y la activación del mecanismo de emergencia para ayudar a los Estados miembros que afronten una afluencia repentina de inmigrantes—, como medidas más a largo plazo, en las que se combina el respeto al imperio de la ley con la protección de los derechos humanos.

Para poder poner en práctica este plan lo antes posible, es necesario que los Estados miembros se pongan de acuerdo para superar cuanto antes las discrepancias sobre las cuotas para el reparto de los solicitantes de asilo.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Michela Giuffrida (S&D), *per iscritto***.** – Erano tutti in piedi in questo Parlamento, un mese fa, per l'ennesima strage. Erano in piedi anche a ottobre scorso. E poi due anni fa, per la strage di Lampedusa. In piedi, e in silenzio. Da allora migliaia di uomini, donne, bambini sono morti ancora. Venivano qua, in Europa, per chiedere che fosse loro riconosciuto un diritto. È la quinta volta, quest'anno, che in quest'Aula si discute di immigrazione. E stamattina molti hanno speso il loro tempo, il nostro tempo, in populismo e demagogia a fini elettorali. Per guadagnare consenso o, è il caso dei più, per non perderlo.

La Commissione europea ci ha finalmente consegnato una coraggiosa agenda sull'immigrazione e c'è chi ancora vuole prendere tempo, e avanza dubbi, dice no. Così come ora emergono i distinguo dei paesi che respingono un piano di condivisione che riguarda soltanto 20 000 persone nella grande Europa. Che deve invece dare dimostrazione di saper governare i flussi migratori e un fenomeno che è figlio di un profondo e rapidissimo cambiamento geopolitico che ci vede impreparati.

A giugno il Consiglio dia seguito alla battaglia che abbiamo condotto in Parlamento e all'agenda che la Commissione europea ha scritto. Perché solidarietà e condivisione non siano solo parole vuote.

Benedek Jávor (Verts/ALE), *írásban***.** – Először is tisztáznunk kell a fogalmakat, hogy elkerülhessük a politikai demagógiát. A bevándorlás és a menekültkérdés ugyanis nem kapcsolódik közvetlenül. Menekültnek kell elismerni azokat, akiket hazájukban vagy a szokásos tartózkodási helyük szerinti országban faji, nemzeti hovatartozásuk, meghatározott társadalmi csoporthoz tartozásuk, vallási, illetve politikai meggyőződésük miatt üldöznek, vagy ettől való félelmük megalapozott. Függetlenül a menekült gazdasági helyzetétől. Ez egy szolidaritási kérdés. Ebben a kérdésben sem az EU-nak, sem a tagállamoknak nincsen választási lehetősége: szolidárisnak kell maradnunk a menekültekkel, és a méretükhöz képest aránytalanul nagy menekültügyi nyomással szembenéző tagállamokkal szemben is. Ez a szolidaritás nem engedi a menekültek kriminalizálását sem. A történelem során magyarok százezreit fogadták be a világ minden pontján, mert különböző rezsimek elől menekülniük kellett. Őket sem kezelték bűnözőkként.

A bevándorlás kérdése annyiban más, hogy az Európai Unió és annak tagállamai eldönthetik, hogy a legális bevándorlást harmadik országokból az EU-ba engedik-e, vagy sem. Ez a kérdés, beleértve Európa demográfiai kihívásait is, valóban napjaink egyik legfontosabb kérdése. De erre a kérdésre Európában közösen, felelősségteljesen, a tényekre alapozva, és nem a polgárok félelmeire és előítéleteire építve kell megoldásokat találnunk. Az ún. nemzeti konzultáció Magyarországon, amely a bevándorlást a terrorizmussal köti össze, és amely politikailag irányított, sarkított kérdéseket tesz fel. Ez minden, csak nem felelős politizálás eredménye.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE), *por escrito***.** – Os números são alarmantes. Nos primeiros meses deste ano 35 mil pessoas conseguiram chegar à União Europeia por via marítima, mas infelizmente mais de 2 mil perderam a vida. Segundo os dados da Organização Mundial das Migrações, desde 2000, que estamos perante a perda de 22 mil pessoas. Estamos perante uma verdadeira catástrofe humanitária. Temos que passar das palavras e intenções à ação. Precisamos de uma Política Comum de Asilo mais sólida, que inclua um regime europeu de reinstalação de refugiados e um sistema de recolocação para situações de emergência. Temos que lutar contra as redes criminosas e os traficantes. Temos que melhorar a política sobre a migração legal. Precisamos sem dúvida de mais Europa e de uma Europa ainda mais solidária.

Aplaudo os esforços da Comissão Europeia, nomeadamente quanto à missão militar naval, no combate aos traficantes que operam na Líbia. Os Estados—Membros devem agora atuar e participar através da disponibilização de recursos e efetivos. Acredito que esta iniciativa deve também ser debatida no seio das instituições multilaterais, porque é um problema mundial. A questão dos milhares de imigrantes à deriva nos mares do Sudeste Asiático não deve ficar esquecida

Péter Niedermüller (S&D), *írásban.* – A Bizottság javaslata fontos előrelépés a közös európai menekültügyi és bevándorlási politikában. Hatékony és gyors intézkedéseket javasol az életmentésre, a mediterrán térséget érintő menekülthullámmal okozta válság emberséges megoldására. Kezdeményezi a menekültek tagállamok közötti elosztását, és pénzügyi és szakmai segítséget nyújt azoknak az országoknak, ahova a menekültek érkeznek. A kidolgozott megoldásokra később is számíthat minden érintett tagállam, így Magyarország is. Kulcsfontosságú, hogy a Bizottság javaslatot tesz a közös európai menekültügyi politika megerősítésére, kitér a legális migráció lehetőségének megteremtésére, gazdasági előnyeinek kihasználására és a bevándorlók hatékony integrálására.

Európa jövőjének egyik döntő kérdése, hogy a migránsoknak valódi lehetőséget nyújtsunk arra, hogy egyenjogú európai polgárokként éljék az életüket. Arra van szükség, hogy megfelelő oktatási lehetőségeket, foglalkoztatási programokat hozzunk létre, gyermekellátásokat biztosítsunk, és közösségi lehetőségéket teremtsünk. Ez a fajta integráció mindannyiunk közös érdeke. Ez teszi lehetővé azt, hogy az Európába újonnan érkezettek is hasznos gazdasági szerepet játszanak, hogy egyenrangú tagjai legyenek a közösségeknek, segít abban, hogy megelőzzük a radikalizációt és az idegenellenséget. Az integrációnak vannak közéleti feltételei is. Minden olyan nyilatkozat, akció, ami hangulatot kelt a migránsokkal szemben, különösen, ha a felelős vezetőktől származik, csak mérgezi a légkört, árt Európának és minden tagállamnak. Indulatok helyett ésszerű párbeszédre, bezárkózás helyett szolidaritásra és együttműködésre van szükségünk.

Marijana Petir (PPE), *napisan.* – Pozdravljam ovaj dokument jer je to dobar korak naprijed da države članice Europske unije podijele na solidaran način odgovornost o migracijama. Obveze na papiru sada se moraju ispoštovati u praksi. Države članice moraju dokazati da su sposobne naći zajednička rješenja za masovni priljev migranta, no to rješenje ne može biti fokusirano samo na EU. Stoga je važno kod zemalja u tranziciji i matičnim zemljama ujednačiti način postupanja kako bi se spriječilo trgovce ljudima da prevoze migrante u EU. Važno je također u matičnim zemljama iz kojih dolaze migranti provesti informativnu kampanju kako bi se odvratilo potencijalne migrante od puta jer se pokazalo da se gotovo 2/3 zahtjeva za azil odbija i da migranti nakon što su prošli izuzetno težak i skup put, na kraju velikom većinom budu vraćeni u zemlje iz kojih su stigli. Pokazalo se i da razvojna pomoć koja stiže iz EU-a u treće zemlje sasvim sigurno nije dobro usmjerena jer ne utječe na poboljšanje kvalitete života lokalnog stanovništva kojem potom da bi pronašlo bolji život doslovce dovodi svoj život u pitanje. Dokument predstavlja značajan korak naprijed u odgovoru na tragedije na Mediteranu i ukoliko bude usvojen, reflektirat će solidarnost među državama članicama.

Tonino Picula (S&D), *napisan.* – Kriza je stvarnost za mnoge građane država članica. Međutim, milijuni ljudi žive u puno brutalnijim uvjetima u našem neposrednom susjedstvu. Njima i EU opterećena problemima predstavlja obećanu zemlju u usporedbi s očajem iz kojeg moraju pobjeći. Izbjeglice su trostruke žrtve; pustošenja u matičnim zemljama, pohlepe krijumčara ljudima, ali i fronta odbijanja u zemljama gdje žele nastaviti živjeti. Izbjeglice ne smiju ostati problem samo članica na čije granice i obale stižu. Komisija je reagirala brzo. Vijeće uz stanovito oklijevanje. Naziru se razlike u onoj mjeri u kojoj Komisija brani zajedničke europske, a Vijeće zastupa interese država članica. EU je prihvatila milijun od ukupno 12 milijuna izbjeglica u svijetu. Libanon zemlja od 6 milijuna stanovnika ima 1,2 milijuna izbjeglica. Ako će Uniju suditi po tome kako se odnosi prema najpotrebitijima u društvu, a migranti svakako to jesu, onda moramo ozbiljno preispitati trenutačne migracijske politike i temeljito ih reformirati. Zato podržavam Komisijine prijedloge.

Andrej Plenković (PPE), *napisan.* – Migracije su postale glavna briga EU-a nastavno na veliki val izbjeglica i brojnih migranata koji kopnom ili brodovima preko Sredozemnog mora dolaze u Europu. Samo u prva dva mjeseca 2015. je zabilježeno 26 600 nezakonitih graničnih prijelaza, kao i 1829 žrtava na morskim graničnim prijelazima. U tu svrhu je Komisija postavila novi Europski program o migracijama kojim se utvrđuju ciljevi zajedničke politike 28 država članica kako bi se usvojili kriteriji i napravila legislativa o migracijama. Postojeći sistem se ne može nositi sa sve većim priljevom migranata koji je dodatno osnažen i ubrzan zaradom koju od njega imaju krijumčari ljudima iz brojnih ratom zahvaćenih područja koja potiču ljude u bijeg i gdje se ne vodi računa o osnovnim ljudskim pravima koje bi migranti trebali imati. Stoga Komisija predlaže obvezne kvote za države članice kako bi se preselili brojni migranti koji su se uspjeli domoći EU-a, kako ne bi zemlje koje su prve na udaru podnijele sav teret po pitanju azila, a radi se dakle o Italiji, Grčkoj i Malti. Novi mehanizam se temelji na veličini države članice, GDP-u, stopi nezaposlenosti i broju postojećih zahtjeva za azilom.

Christine Revault D'Allonnes Bonnefoy (S&D), *par écrit***.** – Le programme européen en matière de migrations constitue un premier pas indéniable vers la mise en place d'une politique migratoire globale de l'Union européenne.

Cette stratégie insiste tant sur la coopération avec les pays d'origine et de transit que sur le renforcement du régime d'asile européen commun. L'Union et ses États membres ne peuvent plus laisser des personnes risquer leur vie pour pouvoir demander l'asile. Afin d'éviter les naufrages, il était nécessaire de proposer une opération navale militaire sous l'égide de l'ONU en Méditerranée pour démanteler les réseaux de passeurs et lutter contre le trafic de migrants. En parallèle, il faut également développer des voies légales et sûres d'accès à l'Union pour les demandeurs. Ambassades, consulats, mise en place d'un système européen de visas humanitaires, traitement des demandes d'asile directement dans les pays tiers sont autant de solutions envisageables. L'Union pourrait également affréter ses propres bateaux pour acheminer en sécurité les réfugiés et les demandeurs d'asile sur notre continent. Aussi, je salue la proposition de la Commission d'aboutir à une répartition plus juste des réfugiés et des demandeurs d'asile entre les États membres bien que les propositions sur les migrations légales manquent d'ambition.

Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (S&D), *por escrito***.** – Con la nueva Agenda Europea sobre Migración la UE está reaccionando ante la presión migratoria sobre Europa y en general en la buena dirección. Se identifican las prioridades, debido a la urgencia de actuar ante la emergencia humanitaria que suponen las incesantes e inaceptables muertes en el Mediterráneo. Se pretende mejorar el Sistema Europeo de Asilo, activando el mecanismo de emergencia previsto en el Tratado de la UE, para distribuir a los refugiados solidariamente entre los Estados miembros. Se pretende reforzar la agencia FRONTEX para que realice además labores de salvamento y rescate en la mar. Se van a explorar nuevas vías legales y seguras para la inmigración legal. Y refuerza la lucha contra la inmigración irregular cooperando con los países emisores y de tránsito, y la lucha contra las redes organizadas de tráfico de personas. La agenda es positiva pero no lo están siendo las reacciones de los gobiernos. La agenda no será eficaz si los Estados empiezan por resistirse a acoger a los rescatados. La UE debe alcanzar una política de migración y de asilo común. Los Estados miembros, deben ser conscientes de que estamos ante una grave emergencia y tenemos la responsabilidad de actuar con «solidaridad interna».

Bronis Ropė (Verts/ALE), *raštu***.** – Globalizacija yra kelias į didesnę gerovę, tačiau bet kuris fundamentalus procesas turi neigiamų pasekmių. Kai kalbame apie prekių judėjimą, galime būti neutralūs, tačiau kai dėl ekonominių sunkumų masiškai migruoja žmonės – turime pirmiausia kalbėti apie žmogišką orumą, etiką, žmogaus teises. Akivaizdu, kad sienų neturinčioje Europoje reikia skatinti solidarumą migracijos klausimais, tai neturi būti vien pasienio valstybių reikalas. Jei Europa buvo solidari su mumis, Baltijos valstybėmis, kai patyrėme Rusijos embargo pasekmes, šiandien turime būti solidarūs su Italija. Solidarumas negali būti dalinis ar vienpusis. Reikia pasveikinti, kad šalys narės susitelkė spręsti šį svarbų klausimą. Tačiau migrantų paskirstymas po skirtingas šalis nėra ilgalaikis sprendimas. Manau, galime investuoti daugiau į migrantų antplūdžio ir krizių prevenciją. Ne mažiau svarbu užtikrinti tinkamą visuomenės informavimą dėl bendros migracijos darbotvarkės įgyvendinimo. Šiuo metu sklando daug stereotipų, baimių, kurias kelia ir politikai šioje salėje. Reikia užtikrinti, kad Europos Sąjungos gyventojai suvoktų mūsų veiksmų pagrįstumą.

Alfred Sant (S&D), *in writing***.** – Europe is finally proposing to deal with resettlement issues for irregular migrants, with proper search-and-rescue arrangements, and with the containment of smuggler gangs. It is to be hoped that European political actors will place solidarity on their political agenda and embrace a fairer allocation system. Other priorities need to be kept in mind. Some migrants are asylum-seekers. A resolution of the problem that caused them to leave home frequently requires military action by the international community which is most often outside the EU's remit.

Irregular migrants are also people who aspire to improve their economic situation as they have limited to zero opportunities back home. Past development aid failed to improve sufficiently the economic conditions in sub-Saharan Africa. We need to understand why this has happened and to convert that understanding into an action programme committed to generating economic growth and jobs. We urgently need a European policy on legal migration. For while the inflows of irregular migrants cause concern, some Member States actually need migrants to replenish their labour force. It is a truism that problems caused by irregular mass migration can only be solved conclusively by improvements that give grounds for hope, in the countries from which migrants originate.

Ivan Štefanec (PPE), *písomne***.** – Je potrebné riešiť príčiny migrácie, nielen jej dôsledky. Je nevyhnutné lepšie adresovať rozvojovú pomoc a snažiť sa prostredníctvom nej zvyšovať životnú úroveň v krajinách, z ktorých prichádza do EÚ najviac migrantov. Taktiež je dôležité zefektívniť rozvojovú pomoc, pripraviť obchodné dohody s tretími krajinami, sprísniť udeľovanie imigračných kvót a brať ohľad na právomoci členských štátov. Súčasná situácia v oblasti migrácie je kritická, a preto je potrebné riešiť problémy migračnej a azylovej politiky EÚ systémovo.

Jutta Steinruck (S&D), *schriftlich***.** – Wir müssen endlich damit aufhören, Migration nach Europa als Bedrohung wahrzunehmen. Solange wir unsere Politik daran ausrichten, werden wir keine moderne Zuwanderungspolitik erreichen. Wir müssen endlich unsere Werte und fundamentalen Rechte für Flüchtlinge anwenden. Deshalb sind die Vorschläge der Kommission zur Erweiterung des Mandats zur Seenotrettung, zur Verteilung von Flüchtlingen auf die Mitgliedstaaten und ein europäisches Programm zur Ansiedlung von Flüchtlingen grundsätzlich zu begrüßen. Allerdings kommen viele der Vorschläge zu spät, wir fordern seit dem Ende der Mission „Mare Nostrum" ein vollumfängliches Seenotrettungsprogramm, warum kommen erst jetzt dazu Vorschläge? Warum sträuben sich die Mitgliedstaaten immer noch gegen eine faire Verteilung der Flüchtlinge in Europa? Wir fordern seit vielen Jahren sichere und legale Wege für Flüchtlinge nach Europa, sodass diese nicht durch Schlepperbanden nach Europa ihr Leben riskieren müssen. Warum sieht auch dazu die vorgelegte Migrationsagenda nichts vor? Wir müssen die Mitgliedstaaten in die Pflicht nehmen, hier endlich Migration als Chance zu erkennen und nicht weiterhin eine menschenverachtende und beschämende Abschottungspolitik zu betreiben.

Tibor Szanyi (S&D), *in writing***.** – Solidarity lays at the foundation of the European Union, including with those people who have been brought to Europe with the recent influx of refugees. I believe the proposals tabled by the Commission to deal with the issue duly reflect this solidarity, consequently I fully support the set of measures for resettlement and relocation drafted in the Agenda on Migration.

Efficient execution of the Agenda requires full backing by all Member States. One particular Member State government, however, is challenging its bases, those of European values, solidarity and humanity. As we heard in this very part-session of Parliament from Hungarian Prime Minister Mr Orbán himself, his government insists on undermining current EU efforts by dealing with all migration and refugee issues under exclusive national competence, rejecting current and future migrants, thereby using arguments that smack of nationalist and populism.

The most appalling aspect of his attack against the Commission's proposals is the fact that Mr Orbán launched this provocation purely to serve his internal political goals, to cover up recent corruption scandals his proxies were involved in. In response to such challenges from the Council I urge Parliament to use its full political weight to back the Commission in this important effort.

Damiano Zoffoli (S&D), *per iscritto***.** – Finalmente l'Europa. Ha vinto la politica. Dopo le forti sollecitazioni del Parlamento, la Commissione europea ha avuto il coraggio di affrontare in maniera decisa un tema che viene purtroppo spesso sottovalutato dai paesi che non si affacciano sul Mediterraneo, ma che è vitale per l'Unione europea, per quello che siamo stati, per quello che siamo oggi e per quello che rappresentiamo nel mondo.

L'accoglienza dei migranti, di chi scappa da situazioni di guerra, di vite umane che vedono nell'Europa una speranza, non è la solita emergenza: non possiamo tirarci indietro dal vivere in un mondo che ormai è globalizzato, possiamo però decidere come farne parte; questo è il nostro compito. E se vogliamo creare davvero un «Unione europea» che non sia tale solo nel nome, dobbiamo essere uniti nell'affrontare questa sfida; ben vengano quindi le «quote obbligatorie» per tutti gli Stati membri e il superamento di fatto degli accordi di Dublino e ben venga anche la riflessione su come arrivare alla radice del problema, intervenendo in Africa con investimenti che favoriscano lo sviluppo innanzitutto delle comunità locali. Una «solidarietà intelligente» che non deresponsabilizza ma che rende tutti protagonisti del proprio futuro.

Inês Cristina Zuber (GUE/NGL), *por escrito***.** – Há duas semanas, a Comissão Europeia, a braços com o incómodo que é ser acusado da responsabilidade de deixar morrer milhares de pessoas no Mediterrâneo, lançou a chamada «Agenda Europeia para a Migração 2015». Neste programa propõe-se a triplicação dos fundos da Operação Tritão e do Programa Frontex, vocacionados para o controlo das fronteiras externas da UE e não para o salvamento e integração dos migrantes e refugiados. Propõe o reforço da cooperação de instituições de cariz policial – como o Eurojust e a Europol – com a política de asilo da UE, nomeadamente para identificação por impressão digital do DNA dos migrantes e para proceder ao repatriamento de todos os que não se considerar necessitarem de proteção especial. Ao invés de resolver o problema através da criação de canais para a migração segura e regular, nomeadamente para os trabalhadores e migrantes não qualificados e para pessoas que procuram o reagrupamento familiar, tal como defendido pelo Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, por numerosas organizações sociais e por todos quantos tenham bom senso e uma pinga de humanidade, pretende rever a Diretiva «Blue Card», concebida para «regular» a imigração de

força—de—trabalho qualificada, exclusivamente consoante as necessidades das empresas na UE, ou seja, selecionando os migrantes «desejáveis» dos «indesejáveis».

8. Composição dos grupos políticos: Ver Acta

9. Composição das comissões e delegações

Der Präsident. – Von der ECR-Fraktion habe ich Anträge auf Benennungen und Änderungen in Ausschüssen und Delegationen erhalten. Die Liste dieser Benennungen und Änderungen wird im Protokoll dieser Sitzung veröffentlicht.

Diese Benennungen gelten als bestätigt, wenn bis zur Genehmigung des vorliegenden Protokolls kein Widerspruch eingeht.

VORSITZ: MARTIN SCHULZ

Präsident

Marek Jurek (ECR). – Panie Przewodniczący! Chciałbym skorzystać z art. 164 Regulaminu dotyczącego możliwości odniesienia się na zakończenie debaty nad rozpatrywanym punktem porządku dziennego do stwierdzeń, które dotyczyły mnie osobiście. Pan przewodniczący Lambsdorff nie przyjął tego zgłoszenia. Chciałbym odpowiedzieć w zakończeniu ostatniego punktu na stwierdzenia pani poseł Kudryckiej, które tutaj padły.

Dziękuję bardzo, otóż Panie i Panowie Posłowie, pani poseł Kudrycka była zdziwiona moim oczekiwaniem, że pan przewodniczący Donald Tusk jako przewodniczący Rady będzie na naszych obradach i będzie bronił stanowiska Rady Europejskiej w kwestiach imigracyjnych, zasady dobrowolności, której sprzeciwiają się ustalenia w stanowisku Komisji Europejskiej, które zapowiedziało kwotowe rozsyłanie imigrantów po państwach Europy. Nie wiem, gdzie jest w tej chwili pan przewodniczący Tusk. Wiem, że w tym tygodniu był na kampanii wyborczej w Polsce, i wiem jedno, że powinien być dzisiaj tutaj obecny i przedstawiać stanowisko Rady, broniąc stanowiska państw Unii Europejskiej, bo to jest jego pierwszy obowiązek! Dziękuję bardzo.

Barbara Kudrycka (PPE). – Panie Przewodniczący! Ponieważ pan Jurek wymienił moje nazwisko, chciałabym wyraźnie odnieść się do tego, o czym powiedział. Otóż reprezentowała Radę pani minister z Łotwy, z prezydencji, która w tej chwili trwa. Natomiast pan szef Rady Europejskiej Donald Tusk w tej chwili przygotowuje – przygotowuje się i przygotowuje Radę Partnerstwa Wschodniego, która odbędzie się w Rydze już jutro i pojutrze. W związku z tym te złośliwe insynuacje pana posła Jurka nie mają nic do rzeczy, ponieważ zarzucił, że prowadzi jakąkolwiek kampanię. To nie jest zgodne z prawdą. Przewodniczący Donald Tusk przygotowuje Radę, szczyt na jutro w Rydze.

Der Präsident. – Meine Damen und Herren, liebe Kolleginnen und Kollegen! Vielleicht zur Klarstellung, Herr Jurek: Der Rat wird vertreten durch die jeweilige amtierende Präsidentschaft. Das heißt, die Anwesenheit der Frau Ministerin heute Morgen ist der ganz normale Vorgang.

Zu Ihrer besseren Orientierung: Herr Tusk ist der Präsident des Europäischen Rates. Das ist ein anderes Organ als der Rat der Europäischen Union. Das muss man schon auseinanderhalten.

(Beifall)

Der Präsident des Europäischen Rates erstattet nach dem Gipfeltreffen der Staats- und Regierungschefs hier Bericht. Dann kommt Herr Tusk.

Wir sind uns aber alle darüber im Klaren, dass die Wortmeldungen nichts mit dem Präsidentschaftswahlkampf in Polen zu tun haben. Das wissen wir alle.

10. Período de votação

Der Präsident. – Wir kommen nun zur Wahl eines Vizepräsidenten gemäß den Artikeln 15, 17 und 20 unserer Geschäftsordnung.

Ich habe die folgenden Kandidaturen erhalten:

— Zunächst hat seine Kandidatur mit seinem Einvernehmen erklärt: Herr Fabio Massimo Castaldo.

— Außerdem ist vorgeschlagen worden mit ihrem Einverständnis: Frau Anneli Jäätteenmäki.

Die Kandidatin und der Kandidat haben mir mitgeteilt, dass sie jeweils mit ihrem Einvernehmen vorgeschlagen wurden.

Die Wahl erfolgt in geheimer elektronischer Abstimmung.

(Der Präsident erläutert das Abstimmungsverfahren. Daran schließt sich eine technische Testabstimmung mit zwei fiktiven Namen an.)

Herr Lucke, Sie haben um das Wort gebeten. Wollen Sie auch kandidieren?

Bernd Lucke (ECR). – Herr Präsident! Nein, ich möchte nicht kandidieren. Aber ich möchte bitten, dass sich die beiden Kandidaten ganz kurz vorstellen, weil ich die zweite Kandidatin überhaupt nicht kenne.

Der Präsident. – Herr Lucke, das ist in unserer Geschäftsordnung nicht vorgesehen. Wahlen finden ohne Aussprache statt. Aber ich habe Ihren Wunsch zur Kenntnis genommen.

Wir kommen jetzt trotzdem zur Abstimmung.

10.1. Eleição de um vice-presidente do Parlamento Europeu (votação)

Der Präsident. – Wir kommen jetzt zur Abstimmung.

(Die Abstimmung wird durchgeführt.)

(Der Präsident gibt das Abstimmungsergebnis bekannt.)

Für Herrn Fabio Massimo Castaldo 285 Stimmen

Für Frau Anneli Jäätteenmäki 301 Stimmen

Damit ist Frau Jäätteenmäki gewählt.

Frau Kollegin, herzlichen Glückwunsch zu Ihrer Wahl und herzlich willkommen im Präsidium! Auf eine gute Zusammenarbeit!

10.2. Calendário dos períodos de sessão do Parlamento - 2016 (votação)

Der Präsident. – Meine Damen und Herren! Zu dem Vorschlag der Konferenz der Präsidenten für den Tagungskalender für 2016, der dem Plenum am Montag, dem 18. Mai, bekanntgegeben wurde, sind keine Änderungsanträge eingereicht worden. Ich erkläre den Tagungskalender somit für gebilligt.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

PRESIDENZA DELL'ON. DAVID-MARIA SASSOLI

Vicepresidente

10.3. Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação com a África do Sul (Protocolo para ter em conta a adesão da Croácia à UE) (A8-0146/2015 - Davor Ivo Stier) (votação)

10.4. Prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo (A8-0153/2015 - Krišjānis Kariņš, Judith Sargentini) (votação)

10.5. Informações que acompanham as transferências de fundos (A8-0154/2015 - Timothy Kirkhope, Peter Simon) (votação)

10.6. Processos de insolvência (A8-0155/2015 - Tadeusz Zwiefka) (votação)

10.7. Autocertificação de importadores de certos minerais provenientes de zonas de conflito e de alto risco (A8-0141/2015 - Iuliu Winkler) (votação)

Bernd Lange *(Vorsitzender des INTA-Ausschusses)***.** – Herr Präsident, liebe Kolleginnen und Kollegen! Aufgrund dieses Abstimmungsergebnisses, das sich gegenüber dem Abstimmungsergebnis des Ausschusses deutlich verändert hat, würde ich gemäß Artikel 61 Absatz 2 der Geschäftsordnung eine kurze Unterbrechung beantragen, so dass ich mit dem Berichterstatter und den Koordinatoren dieses Abstimmungsergebnis gewichten kann. Ich beantrage fünf Minuten Unterbrechung gemäß Artikel 61 Absatz 2.

(La seduta è sospesa per qualche minuto)

Bernd Lange (*Vorsitzender des INTA-Ausschusses***).** – Liebe Kolleginnen und Kollegen! Nachdem wir uns mit den Schattenberichterstattern, dem Berichterstatter und den Koordinatoren besprochen haben, gibt es unterschiedliche Meinungen, was den weiteren Fortgang der Beratungen betrifft. Aber ich glaube, wir sollten im Plenum darüber entscheiden. Deswegen beantrage ich nach Artikel 61 Absatz 2, die Endabstimmung auszusetzen und mit dem Trilog zu beginnen.

(La proposta di rinvio in commissione è approvata)

10.8. Diretiva delegada da Comissão que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o Anexo III da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a uma isenção para a utilização de cádmio em aplicações de iluminação e de retroiluminação de monitores (B8-0464/2015) (votação)

10.9. Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º …/…, que altera o Regulamento (CE) n.º 376/2008 no que diz respeito à obrigação de apresentar um certificado de importação de álcool etílico de origem agrícola, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 2336/2003 que estabelece certas normas de execução do Regulamento (CE) n.º 670/2003 do Conselho que estabelece medidas específicas relativas ao mercado do álcool etílico de origem agrícola (B8-0440/2015) (votação)

Dimitris Avramopoulos, *Member of the Commission***.** – Mr President, the Commission would like to highlight the reasons for the Commission Delegated Regulation repealing Regulation No 2336/2003 on the ethanol market. The Commission adopted this delegated regulation in the framework of its Better Regulation and simplification agenda. This Commission delegated act will remove administrative burdens for operators and administrators without affecting our border protection, allowing the Commission to continue monitoring the ethanol market in the European Union more efficiently.

At its meeting of 20 April 2015, the Council confirmed it had no objection to the Commission delegated regulation and the Commission made a statement to confirm that it will continue to collect the necessary data for monitoring the ethanol market, with particular attention to imports at zero duty.

The Commission invites the European Parliament to reject the motion of objection to the Commission delegated regulation. This will allow the publication of the regulation in the Official Journal of the European Union and its entry into force. This is an opportunity for the European Parliament to align itself with the objective of reducing red tape for European citizens and business and of simplifying European legislation, a shared responsibility to which the European Parliament, the Council and the Commission have committed together. The Commission confirms its commitment to a Better Regulation agenda as illustrated by the Better Regulation package adopted by the College.

10.10. A licença de maternidade (B8-0453/2015) (votação)

Gerard Batten (EFDD). – Mr President, on a point of order, I was under the impression that political posters were not allowed in the Chamber but, when consulting the rule book, I could not actually find it. I notice that the other side of the Chamber is festooned with signs. My eyesight is not good enough to read them from here, but I presume they are of a political nature and therefore I assume that it is OK to display posters of a political nature. So I have therefore written my own hasty poster – 'Vote UKIP'– which I will put here. If it is OK to display political posters I will bring a proper one next time and display it permanently in order to elicit votes from the electorate..

(The President cut off the speaker)

10.11. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (B8-0460/2015) (votação)

10.12. Surto da bactéria Xylella fastidiosa que afeta as oliveiras (RC-B8-0451/2015, B8-0450/2015, B8-0451/2015, B8-0451/2015, B8-0452/2015, B8-0456/2015, B8-0457/2015, B8-0458/2015) (votação)

11. Declarações de voto

11.1. Calendário dos períodos de sessão do Parlamento - 2016

Dichiarazioni di voto orali

Daniel Hannan (ECR). – Mr President, we are all familiar with the arguments against this monthly peregrination between Brussels and Strasbourg. I am not planning to rehearse them again. I would rather hold up this meeting here as a symbol of the immobilism – the resistance to change – that all bureaucracies evolve over time. In fact, if you want a perfect physical symbol of what Milton Friedman calls the tyranny of the status quo, think of the trunks outside our offices. They date from a pre—e—mail age when it was necessary to move paperwork back and forth. Why do we still have them? Because an industry has grown up around their transportation: the lorry drivers, the removal men, and so on. What we see is that the European Union exists primarily for the benefit of its own employees, and that is why it is, in practice, impossible for a government fundamentally to reform the deal in Brussels. This is the classic tyranny of the status quo: it is why the British Government is making such paltry and unambitious demands. We know that, whatever we say, whatever our citizens believe, the system will continue to exist for the benefit of those lucky enough to be employed by it.

Dichiarazioni di voto scritte

Jonathan Arnott (EFDD), *in writing*. – I would like to place on record that I oppose the monthly journeys from Brussels to Strasbourg and back, at a massive cost to the taxpayer.

Jean Arthuis (ALDE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de ce nouveau calendrier de travail du Parlement européen.

Zigmantas Balčytis (S&D), *raštu*. – Balsavau už pasiūlytą 2016 m. plenarinių sesijų kalendorių.

Hugues Bayet (S&D), *par écrit*. – Il s'agissait d'un vote de procédure afin de fixer la suite des plénières.

Dominique Bilde (NI), *par écrit***. –** L'année 2016 comprendra 58 jours de sessions plénières, dont 12 sessions à Strasbourg et 5 mini-sessions à Bruxelles. Ce calendrier n'appelle pas de remarques puisqu'il est le même qu'en 2015 et qu'il ne tend pas à remettre en cause le siège de Strasbourg. J'ai donc décidé de voter pour.

José Blanco López (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la adopción del calendario del Parlamento Europeo para 2016, conforme a la propuesta elaborada por los Grupos políticos y los órganos de la cámara.

Steeve Briois (NI), *par écrit*. – Le prochain calendrier prévoit des modifications concernant notamment les mini-sessions plénières. En effet, au lieu de se tenir sur un jour, elles s'étaleront sur deux, les débats étant fixés le mercredi après-midi et les votes, le jeudi matin. Je me suis abstenu sur le vote du calendrier.

Alain Cadec (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur du calendrier des périodes de session du Parlement européen pour l'année 2016. Je rappelle cependant que, selon les traités, le Parlement européen siège en session plénière à Strasbourg. Le nombre de mini-sessions plénières de Bruxelles devrait donc être réduit.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD), *per iscritto*. – Il Parlamento europeo spende più di 200 milioni di euro l'anno per il mantenimento delle tre sedi (Bruxelles, Lussemburgo e Strasburgo). Purtroppo il nuovo calendario delle tornate conferma lo status quo: ogni mese circa 5 000 persone continueranno a muoversi per raggiungere la sede francese. Questo spreco economico è aggravato dall'inquinamento provocato dagli spostamenti, con 19 mila tonnellate di CO_2 prodotte all'anno, allorché l'Unione europea si è impegnata a ridurre le emissioni di anidride carbonica del 40% entro il 2030. Ho votato quindi contro questo calendario.

Aymeric Chauprade (NI), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de ce changement de calendrier qui permettra un retour à la normale, c'est-à-dire à un rythme permettant un travail optimal et plus efficace des parlementaires en période de sessions plénières à Bruxelles; celles-ci auront à nouveau lieu sur deux jours ce qui permettra de consacrer le mercredi à de véritables débats de fond puisque les votes auront lieu le jeudi.

Salvatore Cicu (PPE), *per iscritto*. – Il Parlamento europeo, come prevede l'articolo 145 del suo regolamento, è stato chiamato a esprimersi sulle date delle tornate per il 2016. Non avendo riscontrato alcuna problematica circa il metodo, ho espresso il mio voto a favore.

Michel Dantin (PPE), *par écrit*. – La présente décision vise à adopter le calendrier des travaux du Parlement européen et de ses périodes de session plénière pour l'année 2016.

Je note que douze sessions plénières ayant lieu à Strasbourg sont prévues au même titre que cinq «mini-sessions» se déroulant à Bruxelles. Dans un contexte de réduction de l'activité législative européenne, en application des engagements de campagne du PPE et de Jean-Claude Juncker pour mieux légiférer, il convient de questionner le bien-fondé de ces mini-sessions et il ne faudrait pas qu'une telle pratique vienne à terme remettre en cause les sessions plénières strasbourgeoises, prévues dans les traités.

Néanmoins, considérant que cette proposition de calendrier respecte la lettre des traités à cet égard, j'ai voté en faveur de ce calendrier mais je resterai attentif et vigilant sur cette question.

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), *γραπτώς*. – Ψηφίσαμε το χρονοδιάγραμμα συνόδων του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου γιατί πρέπει να έχουμε πρόγραμμα!

Lorenzo Fontana (NI), *per iscritto*. – Il calendario per il 2016 è in linea con la metodologia di lavoro del PE. Usiamo comunque questo spazio anche per sottolineare la nostra contrarietà alla doppia sede del Parlamento per i motivi ovvi che abbiamo più volte rimarcato.

Λάμπρος Φουντούλης (NI), *γραπτώς*. – Κατόπιν ελέγχου, διαπιστώθηκε συμβατότητα του χρονοδιαγράμματος των περιόδων συνόδου του Κοινοβουλίου για το έτος 2016.

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *in writing*. – I voted to approve Parliament's calendar of part-sessions for 2016.

Enrico Gasbarra (S&D), *per iscritto*. – Ringrazio il Presidente Schulz e l'Ufficio di presidenza del Parlamento per averci presentato il calendario delle tornate previste nell'anno 2016 e dichiaro il mio voto favorevole alla proposta.

Torno a ricordare l'importanza di dare un segno concreto ai cittadini europei riducendo costi e ostacoli burocratici e usando in modo più efficiente i nostri tempi di lavoro: la doppia sede tra Strasburgo e Bruxelles – pur se comprensibile storicamente e simbolicamente – non è infatti più funzionale ad un corretto svolgimento dei lavori parlamentari; auspico pertanto che il Parlamento, a larga maggioranza, possa tornare a esprimersi per un superamento di tale inutile spreco.

Antanas Guoga (ALDE), *raštu*. – Balsavime palaikiau Europos Parlamento Pirmininkų sueigos pasiūlymą dėl 2016 m. trumpųjų plenarinių sesijų datų.

Ivan Jakovčić (ALDE), *napisan*. – Glasovao sam za odobravanje rasporeda sjednice Parlamenta za 2016. godinu budući da smatram da je prijedlog koji je predstavljen od strane Konferencije predsjednika dobro promišljen, uravnotežen i u skladu s poslovnikom Parlamenta. Nisam ustanovio nikakvu manjkavost ili nedostatak u predloženom prijedlogu.

Marc Joulaud (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la proposition de la Conférence des présidents sur le calendrier des sessions plénière de 2016. Ce calendrier respecte les traités européens et les 12 sessions plénières prévues par an à Strasbourg.

Ce calendrier des sessions a été adopté à une large majorité, ce dont je me félicite.

Philippe Juvin (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la proposition de la Conférence des présidents établissant le calendrier des sessions plénières pour l'année 2016.

Giovanni La Via (PPE), *per iscritto*. – La votazione del calendario delle tornate del Parlamento figura fra le *Internal organisation decisions*, prerogativa di noi deputati. Con voto favorevole ho espresso il mio appoggio all'organizzazione dello stesso formulata per il 2016.

Marine Le Pen (NI), *par écrit*. – J'ai voté pour le calendrier 2016 du Parlement européen, et je me réjouis que, cette année, nous ayons été épargnés des manœuvres devenues traditionnelles visant à contester la position de Strasbourg en tant que siège du Parlement européen.

Νότης Μαριάς (ECR), *γραπτώς*. – Ψήφισα με επιφυλάξεις υπέρ του προταθέντος χρονοδιαγράμματος των περιόδων συνόδου του Κοινοβουλίου για το 2016, διότι το εν λόγω χρονοδιάγραμμα, παρότι προωθεί με επάρκεια και πληρότητα τις νομοθετικές και λοιπές κοινοβουλευτικές δραστηριότητας του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου, εντούτοις λειτουργεί αποκλειστικά με βάση τις θρησκευτικές αργίες της Καθολικής Εκκλησίας και δεν λαμβάνει υπόψη τις θρησκευτικές αργίες των Ορθόδοξων Εκκλησιών παρότι σημαντικός αριθμός βουλευτών αλλά και υπαλλήλων του ΕΚ είναι χριστιανοί ορθόδοξοι και, ως εκ τούτου, υφίστανται διακρίσεις εν προκειμένω κατά την ενάσκηση των θρησκευτικών τους πεποιθήσεων, ιδίως σε σχέση με την εορτή του Πάσχα.

Fulvio Martusciello (PPE), *per iscritto*. – Il calendario annuale dei lavori del Parlamento europeo è fissato ogni anno dal Parlamento su proposta della Conferenza dei presidenti e si suddivide in tornate e in riunioni.

Considero tale strumento fondamentale per garantire la gestione e l'organizzazione dei lavori parlamentari.

Per tale motivo ho votato a favore del calendario delle tornate del Parlamento per l'anno 2016.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *par écrit*. – La détermination du calendrier de ses sessions est l'une des attributions du Parlement.

Fait exceptionnel, dans le calendrier proposé pour 2016 les commémorations nationales importantes sont respectées. Il ne propose de sessions ni le 8 mai, ni le 14 juillet, ni le 11 novembre. Je vote pour et j'encourage vivement cette nouvelle attitude respectueuse de l'histoire.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Concordo com o Calendário dos períodos de sessão do Parlamento para o ano de 2016, daí o meu voto favorável.

Roberta Metsola (PPE), *in writing*. – I chose to support the proposed dates for part-sessions and finalise the days set for plenary duties next year.

Marlene Mizzi (S&D), *in writing*. – I voted to approve Parliament's calendar for 2016.

Sophie Montel (NI), *par écrit***. –** Ce calendrier des sessions plénières du Parlement 2016 n'appelle pas de remarques particulières puisqu'il comprend le même nombre de sessions plénières qu'en 2015, alors que l'on pouvait craindre une baisse de celles-ci étant donné la volonté affichée par le Parlement européen d'augmenter le temps passé par les députés en circonscription pour prêcher la bonne parole européiste.

Ainsi, l'année 2016 comprendra 58 jours de sessions plénières, dont 12 sessions à Strasbourg et 5 mini-sessions à Bruxelles.

J'ai donc voté pour.

Victor Negrescu (S&D), *în scris*. – Am susținut calendarul perioadelor de sesiune ale Parlamentului pentru anul 2016 stabilit de Biroul Parlamentului European și de către grupurile politice.

Marijana Petir (PPE), *napisan*. – Usvajanje rasporeda sjednica Parlamenta za 2016. godinu otvorilo je često postavljano pitanje o ukupnim troškovima Europskog parlamenta za sjednice u dva sjedišta. Poštujući povijesne konotacije grada Strasbourga u povijesnom sjećanju zapadne Europe, a u smislu pomirbe među europskim narodima nakon dvaju velikih ratova u XX. stoljeću, te imajući na umu da glavnina EU-ovih institucija ima sjedište u Bruxellesu, smatram da je nakon 70 godina potrebno okrenuti ovu stranicu i gledati u budućnost. U vrijeme dok jugoistočni dio EU-a grca u dugovima, dok su građani sve siromašniji, a političare, vlade i sve razine državne uprave se svakodnevno proziva zbog nepotrebnog trošenja sredstava prikupljenog od poreznih obveznika, smatram potrebnim ponovno reagirati i zatražiti da se što prije donese odluka o jednom sjedištu Europskog parlamenta.

Tonino Picula (S&D), *napisan*. – Podržavam prijedlog rasporeda sjednica za sljedeću kalendarsku godinu jer ispunjava obveze o regularnom broju plenarnih zasjedanja u Bruxellesu i Strasbourgu te je u potpunosti komplementaran s postojećim Pravilnikom o funkcioniranju Europskog parlamenta.

Andrej Plenković (PPE), *napisan*. – Podržao sam usvajanje rasporeda sjednica Europskog parlamenta jer smatram da uređuje dinamiku sjednica Europskog parlamenta na učinkovit način i sukladno dosadašnjoj praksi. Usvojeni kalendar sjednica Parlamenta za 2016. godinu zadržava dvanaest plenarnih zasjedanja Europskog parlamenta u Strasbourgu u trajanju od četiri dana, te uvodi dvodnevne plenarne sjednice u Bruxellesu. Imajući na umu sve veći opseg posla i ovlasti Parlamenta slijedom stupanja na snagu Lisabonskog ugovora, smatram da će učinkovitosti rada pridonijeti i dvodnevne planirane mini-plenarne sjednice u Bruxellesu.

Salvatore Domenico Pogliese (PPE), *per iscritto*. – La proposta della Conferenza dei presidenti relativa al calendario delle tornate per il 2016 mi trova assolutamente d'accordo, e ho votato per l'approvazione.

Paulo Rangel (PPE), *por escrito*. – De acordo com o Regimento do Parlamento Europeu, foi apresentado o calendário dos períodos de sessão do Parlamento Europeu para o ano de 2016. Votei favoravelmente.

Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la adopción del calendario del Parlamento Europeo para 2016, conforme a la propuesta acordada por los Grupos políticos y los órganos de la cámara.

Claude Rolin (PPE), *par écrit*. – Les députés européens ont voté hier les dates des prochaines séances plénières du Parlement européen pour 2016 à Strasbourg et à Bruxelles. Je préciserai ici que je privilégie toutefois toujours, pour les raisons que nous connaissons, un siège unique pour l'hémicycle européen à Bruxelles. Alors, sur ce, au travail!

Siôn Simon (S&D), *in writing*. – We voted to approve Parliament's calendar of part-sessions for 2016.

Ivan Štefanec (PPE), *písomne*. – V rámci kampane Single Seat (Jedno sídlo) by som chcel upozorniť na nadmerné plytvanie verejnými prostriedkami a tak apelovať na zaradenie menšieho počtu dní na plenárne zasadania v Štrasburgu a prisúdenie väčšieho počtu dní na plenárne zasadania v Bruseli. Tým, že bude Európsky parlament zasadať len v jednom meste, ušetríme daňovým poplatníkom 114 miliónov EUR.

Davor Ivo Stier (PPE), *napisan*. – Podržavam raspored sjednica za 2016. godinu koji je važan za kvalitetnu pripremu rasprava Europskog parlamenta.

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *γραπτώς*. – Κατόπιν ελέγχου, διαπιστώθηκε συμβατότητα του χρονοδιαγράμματος των περιόδων συνόδου του Κοινοβουλίου για το έτος 2016.

Marc Tarabella (S&D), *par écrit*. – Je profite de cette explication de vote pour m'insurger devant le fait que ce calendrier potentiel n'était pas encore en ligne au moment des votes, ce qui dénote un manque de transparence sur quelque chose qui pourtant ne méritait pas le secret ou à tout le moins aucune mention sur le site du PE.

Pavel Telička (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of the 2016 calendar of plenary sittings in Strasbourg and Brussels, adapting Parliament's calendar to the legislative agenda.

Ernest Urtasun (Verts/ALE), *por escrito*. – He votado favorablemente del calendario para 2016, al ser un voto meramente técnico.

Miguel Viegas (GUE/NGL), *por escrito*. – Nada temos a opor.

11.2. Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação com a África do Sul (Protocolo para ter em conta a adesão da Croácia à UE) (A8-0146/2015 - Davor Ivo Stier)

Dichiarazioni di voto scritte

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta recomendación otorga el consentimiento del Parlamento Europeo a añadir a Croacia al acuerdo de comercio y cooperación de la Unión Europea con Sudáfrica, dado que este país accedió a la UE en Julio de 2013 y el acuerdo concernido se firmó en 1999 y entró en vigor en 2004.

Así, aunque supone una modificación técnica que no afecta al fondo del acuerdo de comercio y cooperación, me he abstenido puesto que por principio me opongo a este tipo de acuerdos por ir en beneficio de las multinacionales y de las élites político-financieras en detrimento de los pueblos de las partes concernidas.

Louis Aliot (NI), *par écrit*. – La proposition de décision du Conseil porte sur l'approbation du protocole additionnel à l'accord CDC entre l'Union et l'Afrique du Sud visant à tenir compte de l'adhésion de la Croatie à l'Union. Celui-ci vise donc exclusivement à apporter à l'accord CDC les quelques modifications techniques et linguistiques rendues nécessaires par l'adhésion de la Croatie à l'Union.

J'émets par principe une opposition à un nouvel élargissement de l'UE et à tout ce qui en découle. Cependant, je me suis abstenu sur ce texte car l'accord initial signé à Pretoria en 1999 vise à renforcer la coopération. Je ne peux donc m'opposer au développement des liens entre l'UE et l'Afrique du Sud au moment même où le nouvel ICD a été divisé par trois et ramené à 241 millions d'euros pour la période 2014-2020.

Marie-Christine Arnautu (NI), *par écrit*. – Ce protocole additionnel a été rendu nécessaire par l'adhésion de la Croatie à l'Union. L'accord comporte des modifications techniques et linguistiques.

L'enveloppe d'aide à l'Afrique du Sud va contribuer à aider les plus pauvres, qui ont le plus souffert de la dégradation de la situation économique et politique ces vingt dernières années dans ce pays. Cette aide s'élève à 241 millions d'euros sur la période 2014-2020. Un dialogue politique régulier est mis en place afin de rendre la dotation financière plus effective et efficace.

Cet accord, signé en 1999, visait à renforcer la coopération et à soutenir le processus de transition économique et sociale. Néanmoins, je ne cautionne pas la politique d'élargissement de l'Union, et donc, par souci de cohérence politique, j'ai préféré ne pas voter ce texte.

Jonathan Arnott (EFDD), *in writing*. – Believing that the UK should negotiate its own trade deals, UKIP MEPs customarily vote against such matters.

Jean Arthuis (ALDE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de cette délibération car elle vise uniquement à apporter à l'accord CDC les quelques modifications techniques et linguistiques rendues nécessaires par l'adhésion de la Croatie à l'Union. Sa signature est requise pour permettre à la République de Croatie de devenir partie à l'accord.

Zigmantas Balčytis (S&D), *raštu*. – Balsavau už šį siūlymą. Nauju protokolu atsižvelgiama į Kroatijos įstojimą į ES.

Hugues Bayet (S&D), *par écrit*. – Le 24 septembre 2012, le Conseil a autorisé la Commission à ouvrir des négociations avec l'Afrique du Sud afin de conclure un protocole additionnel à l'accord sur le commerce, le développement et la coopération entre la Communauté européenne et ses États membres, d'une part, et l'Afrique du Sud, d'autre part, pour tenir compte de l'adhésion de la Croatie à l'Union européenne. Ce processus de négociation a abouti le 19 mai 2014.

Le protocole additionnel ne vise qu'à apporter à l'accord sur le commerce, le développement et la coopération les quelques modifications techniques et linguistiques rendues nécessaires par l'adhésion de la Croatie à l'Union.

Dominique Bilde (NI), *par écrit*. – Le rapport propose l'approbation de la conclusion du protocole additionnel qui vise à apporter à l'accord CDC des changements d'ordre technique et linguistique. Ces modifications font suite à l'adhésion de la Croatie à l'Union européenne, qui est devenu le 1er juillet 2013 le 28e État membre de l'Union.

L'accord en question, qui date de 1999 et fut signé à Pretoria, avait pour objectif de soutenir l'Afrique du Sud d'un point de vue économique et social et d'établir un dialogue politique régulier avec cet État. Si cette coopération m'apparaît nécessaire, j'ai en effet toujours promu davantage de dialogue sur la scène internationale, l'approbation du rapport en question reviendrait à penser que je suis en faveur d'un élargissement toujours plus important des frontières de l'Union européenne.

Cela n'est évidemment pas le cas, étant fermement opposée à tout processus d'élargissement et souhaitant un recouvrement total de notre souveraineté nationale. Par conséquent, je m'abstiens.

Mara Bizzotto (NI), *per iscritto*. – La relazione in sé è condivisibile: si tratta di aggiornare con un protocollo aggiuntivo l'accordo esistente fra UE e Sud Africa in seguito all'entrata della Croazia nell'Unione. Ciò che mi ha fatto optare per un'astensione è che ritengo che questo genere di accordi sia da mantenere attivo solo con i paesi che necessitano realmente di aiuti e cooperazione per uscire da una situazione di sottosviluppo, mentre il Sudafrica, pur attraversando un periodo di crisi, ha dimostrato nel recente passato di avere un'economia estremamente flessibile che gli ha permesso in pochi anni di passare ad un livello di sviluppo e ricchezza molto importante rispetto alla precedente fase di povertà.

José Blanco López (S&D), *por escrito*. – La UE y Sudáfrica firmaron el 11 de octubre de 1999 un Acuerdo en materia de comercio, desarrollo y cooperación que entró en vigor el 1 de mayo de 2004 y que tenía como objetivos: reforzar el diálogo bilateral, apoyar a Sudáfrica en su proceso de transición económica y social, fomentar la cooperación regional y la integración económica del país en África Austral y en la economía mundial, y ampliar y liberalizar los intercambios bilaterales de bienes, servicios y capitales. Asimismo, el Acuerdo establecía un diálogo político regular sobre los asuntos de interés común, a nivel tanto bilateral como regional. El acuerdo fue revisado en 2009 para introducir en relación con el desarrollo la exigencia de respeto de los principios democráticos, los derechos humanos y el Estado de Derecho, la cooperación sobre cuestiones de desarme y no proliferación de las armas de destrucción masiva y la cooperación en nuevos ámbitos como la lucha contra el terrorismo y el blanqueo de dinero.

La participación de Croacia en el Acuerdo con Sudáfrica es una consecuencia natural de su adhesión a la UE y por tanto procede dar la aprobación a la celebración de este Protocolo Adicional al Acuerdo con Sudáfrica.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *raštu*. – Balsavau už šią rekomendaciją, kurioje Europos Parlamentas pritaria Europos Sąjungos ir Pietų Afrikos prekybos, plėtros ir bendradarbiavimo susitarimo papildomo protokolo sudarymui. Papildomą protokolą Taryba patvirtino 2014 m. spalio 9 d., o Pietų Afrika – 2014 m. gruodžio mėn. pabaigoje. Papildomu protokolu tik siekiama įtraukti į Pietų Afrikos Respublikos prekybos, plėtros ir bendradarbiavimo susitarimą (PPBS) keletą techninių ir kalbinių pataisų, kurios reikalingos Kroatijai įstojus į Europos Sąjungą. Pasirašyti Papildomą protokolą reikia tam, kad Kroatijos Respublika taptų PPBS Susitariančiąja Šalimi. Papildomu protokolu kroatų kalba įtraukiama į PPBS kalbų, kuriomis tekstas yra autentiškas, sąrašą. Pietų Afrikos Respublikos vyriausybė šiuo metu sprendžia, kuriam įgaliotajam atstovui pavesti pasirašyti Papildomą protokolą. Taryba prieš organizuodama pasirašymą laukia, kol bus priimtas minėtas sprendimas. Kai Protokolas bus pasirašytas, Taryba oficialiai paprašys Europos Parlamento pritarti Protokolo sudarymui.

Biljana Borzan (S&D), *napisan*. – Podržavam ovo Izvješće. S obzirom da je Hrvatska pristupila EU-u 2013. godine, usklađivanje i završetak pregovora o trgovini, razvoju i suradnji s Južnom Afrikom potrebno je prihvatiti u vjeri u dobru suradnju u budućnosti.

Mercedes Bresso (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore di questa relazione perché è importante che la Croazia, in quanto nuovo Stato membro, sia inclusa in tutti i trattati e gli accordi stipulati dall'Unione europea.

Renata Briano (S&D), *per iscritto*. – Il permettere oggi al nuovo Stato membro della Croazia d'essere parte integrante dell'accordo tra Unione europea e Repubblica sudafricana non è solo un atto dovuto verso la Repubblica croata ma è anche un'occasione per ribadire il valore della *partnership* tra UE e Sud Africa, che non si riduce al solo aspetto commerciale ma è anche un buon esempio di cooperazione e sviluppo.

Attualmente circa 4 sudafricani su 10 vivono al disotto della soglia di povertà, il paese è affetto da una grave disuguaglianza (coefficiente di Gini 0,7/1) e il 25% della popolazione è senza lavoro. Il fatto che accanto alla cooperazione economica l'accordo preveda altre disposizioni riferite a rilevanti settori di cooperazione e sviluppo (quali: cooperazione sociale, sulla base di un dialogo organizzato incentrato sulla libertà di associazione; diritti dei lavoratori e dei minori; parità tra uomini e donne; lotta alla violenza sulle donne; cooperazione ambientale, in particolare per quanto concerne il cambiamento climatico; cooperazione culturale; cooperazione in materia di lotta alla droga e al riciclaggio di denaro; cooperazione in materia sanitaria, in particolare per la lotta all'AIDS) lo rendono un buon esempio di cui tener conto per altri accordi futuri.

Steeve Briois (NI), *par écrit*. – Le protocole additionnel ne vise qu'à apporter à l'accord sur le commerce, le développement et la coopération, quelques modifications techniques et linguistiques rendues nécessaires par l'adhésion de la Croatie à l'Union européenne.

L'accord initial signé à Pretoria en 1999 vise à renforcer la coopération et à soutenir l'Afrique du Sud dans son processus de transition économique et social, ainsi qu'à étendre et libéraliser les échanges bilatéraux de biens, services et de capitaux. Ce texte n'ayant qu'une portée technique et juridique, je me suis abstenu.

Daniel Buda (PPE), *în scris*. – Acordul inițial semnat la Pretoria în 1999 dorește să vizeze consolidarea cooperării bilaterale într-o serie de domenii care urmăresc obiective cum ar fi: consolidarea dialogului bilateral, sprijinirea Africii de Sud în procesul de tranziție economică și socială, promovarea cooperării regionale și integrarea economică a țării în cadrul Africii australe și al economiei mondiale. Mai mult, dispoziții importante ale acordului privesc, pe lângă cooperarea economică, o cooperare socială, pe baza unui dialog organizat privind, în special, libertatea de asociere, drepturile lucrătorilor, drepturile copiilor, egalitatea între femei și bărbați, combaterea violenței împotriva femeilor, cooperarea în domeniul mediului, în special în ceea ce privește schimbările climatice, cooperarea culturală, cooperarea în domeniul combaterii drogurilor și a spălării banilor, cooperarea în domeniul sănătății, în special combaterea SIDA. Am votat în favoarea acestui raport deoarece salută noile dispoziții privind dezvoltarea, dispoziții inserate la Kleinmond în 2009, în special cele privind combaterea sărăciei, eficacitatea ajutorului, ODM și legătura dintre migrație și dezvoltare.

Gianluca Buonanno (NI), *per iscritto*. – Voto di astensione. Il voto, di per sé, sarebbe assolutamente pacifico. Si tratta di aggiornare con un protocollo aggiuntivo l'accordo per gli scambi, lo sviluppo e la cooperazione con il Sud Africa, dal momento che oggi l'UE ha uno Stato membro in più. Ciò che mi fa dubitare sulla scelta di un voto positivo è proprio la necessità che un accordo di questo tipo sia in vigore con un paese dall'economia dinamica come il Sud Africa. Il Sud Africa è uno dei cosiddetti «BRICS», ovvero quei paesi che in pochi anni sono passati a livelli di sviluppo e ricchezza molto importanti rispetto a una fase precedente di povertà. Certo, la crisi sta colpendo pesantemente il Sud Africa, con tassi di disoccupazione molto importanti, ma ciò non toglie che accordi di questo tipo debbano restare in vigore solo con paesi che davvero necessitano di aiuti e cooperazione per uscire dal sottosviluppo.

Alain Cadec (PPE), *par écrit*. – Depuis l'adhésion de la Croatie à l'Union européenne en juillet 2013, les traités internationaux conclus par l'Union avec des pays tiers doivent prendre en compte cette nouvelle adhésion.

Ce rapport prend en considération l'adhésion de la Croatie dans l'accord sur le commerce, le développement et la coopération entre la Communauté européenne et ses États membres et la République d'Afrique du Sud. J'ai voté en faveur de ce texte qui approuve ce changement protocolaire.

Nicola Caputo (S&D), *per iscritto*. – Oggi ho votato a favore della raccomandazione sul progetto di decisione del Consiglio relativa alla conclusione, a nome dell'Unione europea e dei suoi Stati membri, del protocollo addizionale dell'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione tra la Comunità europea e i suoi Stati membri, da un lato, e la Repubblica sudafricana, dall'altro, per tener conto dell'adesione della Repubblica di Croazia all'Unione europea.

L'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione («TDCA») tra l'Unione europea e i suoi Stati membri, da un lato, e la Repubblica sudafricana, dall'altro, è stato firmato a Pretoria l'11 ottobre 1999 ed è entrato in vigore il 1º maggio 2004. Considerando che la Repubblica di Croazia ha aderito all'UE diventando il ventottesimo Stato membro, la proposta di decisione del Consiglio mira all'approvazione del protocollo addizionale del TDCA tra l'UE e il Sud Africa, tenendo conto dell'adesione della Croazia all'Unione europea, a nome dell'Unione stessa e dei suoi Stati membri. Ritengo questa proposta logica e quindi ho votato a favore di essa.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD), *per iscritto*. – Ho espresso voto favorevole in quanto il documento non presenta criticità particolari per le quali avrei dovuto votare negativamente.

Aymeric Chauprade (NI), *par écrit*. – J'ai préféré m'abstenir sur ce rapport qui prévoit d'approuver la conclusion d'un protocole additionnel à l'accord sur le commerce et le développement et la coopération entre la Communauté européenne et ses États membres, d'une part, et la République d'Afrique du Sud, d'autre part, afin de tenir compte de l'adhésion à la Croatie à l'Union Européenne.

Certes, le protocole ne vise qu'à apporter à cet accord commercial les modifications nécessaires à la prise en compte de l'adhésion de la Croatie à l'UE; il n'y a donc, en soit, aucune modification de fond sur cet accord signé à Pretoria en 1999, qui a pour but de renforcer la coopération et les politiques de développement à l'égard de l'Afrique du Sud. Par ailleurs, je suis favorable à l'aspect de dialogue politique régulier prévu avec ce pays dans l'accord, d'autant qu'il ne prévoit aucune dotation financière spécifique mais des dispositions portant sur la lutte contre la drogue et le blanchiment d'argent.

Cependant, je ne pouvais me montrer totalement favorable à un accord qui s'inscrit dans une logique d'un élargissement sans fin de l'UE. Je me suis donc abstenu: tout en étant favorable à la coopération avec l'Afrique du Sud, je m'oppose au principe de l'élargissement sans limite.

Salvatore Cicu (PPE), *per iscritto*. – Il provvedimento in esame concerne il progetto di decisione del Consiglio relativa alla conclusione, a nome dell'UE e dei suoi Stati membri, del protocollo addizionale dell'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione tra la Comunità europea e i suoi Stati membri, da un lato, e la Repubblica sudafricana, dall'altro, per tener conto dell'adesione all'UE della Croazia, quale 28º Stato membro, avvenuta il 1º luglio 2013. Ho quindi deciso di votare a favore.

Lara Comi (PPE), *per iscritto*. – L'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione con il Sud Africa mira non soltanto al rafforzamento delle relazioni commerciali con il governo di Pretoria, ma anche all'approfondimento della problematiche legate alla cooperazione allo sviluppo.

In questo contesto, la firma di un protocollo addizionale permetterebbe alla Croazia, in qualità di nuovo Stato membro, di divenire parte contraente del suddetto accordo. Pertanto, alla luce degli importanti risvolti che tale accordo potrebbe rivestire per l'Unione europea, soprattutto in termini di sviluppo e cooperazione, intendo esprimere il mio voto favorevole al presente progetto di risoluzione.

Therese Comodini Cachia (PPE), *in writing*. – Parliament must give its approval for new Member States to be recognised as signatories of the Trade, Development and Cooperation Agreement (TDCA) between the European Community and its Member States and the Republic of South Africa. I have thus voted in favour of this technical measure to take into account Croatia's accession to the EU.

Ignazio Corrao (EFDD), *per iscritto*. – L'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione («TDCA») tra l'Unione europea e i suoi Stati membri, da un lato, e la Repubblica sudafricana, dall'altro, è stato firmato a Pretoria l'11 ottobre 1999 ed è entrato in vigore il 1º maggio 2004.

Il 1º luglio 2013, la Repubblica di Croazia ha aderito all'UE diventando il 28º Stato membro. Il progetto di decisione del Consiglio mira all'approvazione del protocollo addizionale del TDCA tra l'UE e il Sud Africa, che tiene conto dell'adesione della Croazia all'Unione europea, a nome dell'Unione stessa e dei suoi Stati membri. Il protocollo addizionale mira unicamente ad apportare all'accordo di cui sopra i pochi adeguamenti tecnici e linguistici richiesti dall'adesione della Croazia all'UE. La firma del protocollo addizionale è necessaria per consentire alla Repubblica di Croazia di divenire una parte contraente dell'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione. Ho quindi votato favorevolmente.

Javier Couso Permuy (GUE/NGL), *por escrito***.** – Esta recomendación otorga el consentimiento del Parlamento Europeo a añadir a Croacia al acuerdo de comercio y cooperación de la Unión Europea con Sudáfrica, dado que este país accedió a la UE en Julio de 2013 y el acuerdo concernido se firmó en 1999 y entró en vigor en 2004. Así, aunque supone una modificación técnica que no afecta al fondo del acuerdo de comercio y cooperación, me he abstenido puesto que por principio me opongo a este tipo de acuerdos por ir en beneficio de las multinacionales y de las élites político-financieras en detrimento de los pueblos de las partes concernidas.

Miriam Dalli (S&D), *in writing*. – The proposed Council decision aims to approve the Additional Protocol to the EU South Africa TDCA taking into account Croatia's accession to the EU. I voted in favour of this technical adjustment to take note of Croatia's accession.

Michel Dantin (PPE), *par écrit*. – Le présent rapport propose de donner l'accord du Parlement européen à la ratification d'un protocole additionnel approuvé par le Conseil en octobre 2014 visant à permettre l'adhésion de la Croatie à l'accord sur le commerce, le développement et la coopération avec la République d'Afrique du Sud.

Considérant qu'il est normal que la Croatie, étant membre à part entière de l'Union européenne, devienne partie à l'accord sur le commerce, le développement et la coopération avec la République d'Afrique du Sud, j'ai voté en faveur de ce rapport.

Isabella De Monte (S&D), *per iscritto*. – L'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione («TDCA») tra l'Unione europea e la Repubblica sudafricana è stato firmato a Pretoria l'11 ottobre 1999 ed è entrato in vigore il 1º maggio 2004. Il 1º luglio 2013, la Repubblica di Croazia ha aderito all'UE diventando il ventottesimo Stato membro. Ho votato a favore di questo protocollo che mira ad apportare all'accordo TDCA gli adeguamenti tecnici e linguistici richiesti dall'adesione della Croazia all'Unione europea.

Marielle de Sarnez (ALDE), *par écrit*. – Le Parlement a donné son approbation pour que le Conseil puisse conclure au nom de l'UE et de ses États membres l'accord additionnel tenant compte de l'adhésion de la Croatie en 2013 à l'UE dans l'accord sur le commerce, le développement et la coopération (accord CDC) entre la Communauté européenne et la République d'Afrique du Sud, du 11 octobre 1999.

De simples modifications techniques et linguistiques seront apportées pour tenir compte de cette évolution, et pour mettre à jour l'accord existant.

Mireille D'Ornano (NI), *par écrit*. – Je me suis abstenue lors du vote relatif à la recommandation sur l'accord sur le commerce, le développement et la coopération avec l'Afrique du Sud (protocole afin de tenir compte de l'adhésion de la Croatie).

Cette recommandation induit le soutien aux projets d'élargissement de l'Union. Or, ceux-ci menacent à la fois l'identité culturelle et l'économie de nos États. L'entrée de la Croatie dans l'Union est une porte ouverte aux migrants des Balkans occidentaux qui souhaitent rejoindre l'Europe centrale.

Si une coopération accrue avec l'Afrique du sud est souhaitable, un feu vert donné aux institutions supranationales en matière d'élargissement est inenvisageable. Mon abstention était donc nécessaire afin de protéger nos États du gigantisme européen.

Ian Duncan (ECR), *in writing*. – The Trade, Development and Cooperation Agreement (TDCA) between the EU and South Africa was signed in Pretoria on 11 October 1999 and revised in Kleinmond in South Africa on 11 September 2009. The revised agreement from 2009 inserted the new provisions on development, in particular as regards combating poverty, aid effectiveness, the Millennium Development Goals and the link between migration and development.

On 1 July 2013, the Republic of Croatia acceded to the EU. The proposed Council decision aims to approve, on behalf of the EU and its Member States, the additional protocol to the EU-South Africa TDCA taking account of Croatia's accession to the EU.

Ангел Джамбазки (ECR), *в писмена форма*. – Подкрепих доклада на г-н Стиер относно Споразумението за търговия, развитие и сътрудничество (СТРС) с Южна Африка, тъй като с него се предоставяме правото на Съвета да сключи допълнителен протокол с Южна Африка с оглед присъединяването на Хърватия към ЕС.

Допълнителният протокол има единствено за цел само да се направят малки технически и езикови адаптации в СТРС, които са необходими с присъединяването на Хърватия към ЕС. Този протокол обаче е необходим, най-вече, за да позволи на Република Хърватия да стане договаряща се страна по СТРС.

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), *γραπτώς*. – Η Κροατία ανέκαθεν ακολουθεί μια σταθερή ανθελληνική πολιτική σε όλα τα θέματα ενδιαφέροντος της Ελλάδας σε τοπικό, περιφερειακό και διεθνές επίπεδο, όπως στο θέμα της ονομασίας των Σκοπίων, την οικονομική πολιτική σε κοινοτικό επίπεδο κτλ.

Norbert Erdős (PPE), *írásban*. – Szavazatommal támogattam az EU–Dél-Afrika kereskedelmi, fejlesztési és együttműködési megállapodás jegyzőkönyve hatályának Horvátországra történő kiterjesztését. Horvátország az Európai Unió tagja, így az EU által megkötött összes nemzetközi szerződés vonatkozik Horvátországra is. Ehhez meg kell tenni a szükséges jogi lépéseket, ez a jelenlegi is ilyen.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – O novo instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento para o período de 2014-2020 dispõe de um orçamento de 241 milhões de euros para a África do Sul. A par da cooperação económica, o acordo contém outras disposições que abrangem um conjunto de domínios de cooperação muito relevantes para o desenvolvimento, tais como a cooperação social, a cooperação ambiental, em especial em matéria de alterações climáticas, a cooperação cultural, a cooperação no combate às drogas e à lavagem de dinheiro, a cooperação na área da saúde e, em particular, na luta contra a SIDA.

O acordo revisto introduz no acordo inicial um certo número de alterações significativas no domínio do desenvolvimento. Os princípios democráticos, os direitos humanos e o Estado de Direito, a cooperação em matéria de desarmamento e a não proliferação de armas de destruição maciça tornaram-se elementos essenciais no acordo. Fatores que considero positivos e que merecem a minha aprovação.

Edouard Ferrand (NI), *par écrit*. – Je me suis abstenu sur cette résolution parce que je suis opposé à tout nouvel élargissement mais il n'y a pas de possibilité, ici, de s'opposer aux accords bilatéraux UE-Afrique du sud.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – O Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação (ACDC), assinado pela UE e a África do Sul em 1999, visa reforçar a respetiva cooperação em vários domínios.

O ACDC tem como objetivos o reforço do diálogo entre as partes, o apoio à África do Sul no âmbito do seu processo de transição económica e social, a promoção da cooperação regional, a integração económica do país na África Austral e na economia mundial, bem como a expansão e a liberalização do comércio das mercadorias, dos serviços e dos capitais entre as partes. Desde a sua assinatura, este acordo já foi revisto várias vezes de forma a alargar o seu âmbito.

Este relatório pretende aprovar um Protocolo Adicional de modo a introduzir no ACDC algumas adaptações linguísticas necessárias devido à adesão da Croácia.

Apesar de esta revisão ser de ordem eminentemente técnica, não nos podemos abstrair de um dos objetivos gerais deste acordo: a instauração progressiva de uma zona de comércio livre (ZCL) relativa à livre circulação de mercadorias. Sabemos bem as consequências destes acordos comerciais. É também conhecida a nossa posição relativamente ao livre comércio e à desregulação das trocas comerciais.

Monika Flašíková Beňová (S&D), *písomne*. – Cieľom rozhodnutia Rady je v tomto prípade schválenie dodatkového protokolu k Dohode o obchode, rozvoji a spolupráci medzi Európskou úniou a jej členskými štátmi na jednej strane a Juhoafrickou republikou na druhej strane, aby tak bolo zohľadnené pristúpenie Chorvátska k Európskej únií. Momentálne sa čaká nato, koho vláda v Juhoafrickej republike poverí podpísaním predmetného dodatkového protokolu.

Lorenzo Fontana (NI), *per iscritto*. – La relazione, se non considerata attentamente, parrebbe assolutamente pacifica. Si tratta di aggiornare con un protocollo aggiuntivo l'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione con il Sud Africa, dal momento che oggi l'UE ha uno Stato membro in più. La questione che non è rilevata è come nel tempo le economie del mondo con le quali l'UE mantiene dei rapporti cambino e questo, soprattutto nel caso dei cosiddetti BRICS, dovrebbe essere valutato molto più attentamente. Per questo mi asterrò.

Λάμπρος Φουντούλης (NI), *γραπτώς*. – Καταψηφίζω την έκθεση σχετικά με τη συμφωνία για το εμπόριο, την ανάπτυξη και τη συνεργασία με τη Νότια Αφρική (Πρωτόκολλο προκειμένου να ληφθεί υπόψη η προσχώρηση της Κροατίας). Η Κροατία ανέκαθεν ακολουθεί μια σταθερή ανθελληνική πολιτική σε όλα τα θέματα ενδιαφέροντος της Ελλάδας σε τοπικό, περιφερειακό και διεθνές επίπεδο, όπως στο θέμα της ονομασίας των Σκοπίων, την οικονομική πολιτική σε κοινοτικό επίπεδο κτλ.

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *in writing*. – South Africa is a strategic partner for the EU, especially given its influential role in the Southern African region and the continent as a whole. The TDCA is working very well and enables the trade and development perspectives to be combined. I welcome the accession of Croatia, as a new member of the EU, to this important trade and development cooperation relationship.

Enrico Gasbarra (S&D), *per iscritto***. –** Ho votato a favore del protocollo addizionale dell'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione tra UE e Sud Africa, che era necessario aggiornare dopo l'entrata della Croazia come Stato membro.

Sottolineo in particolare alcuni nuovi settori su cui l'accordo è stato particolarmente migliorato: la lotta contro le armi di distruzione di massa; la lotta al finanziamento del terrorismo e alla criminalità organizzata; la lotta alla produzione, al commercio e all'accumulazione delle cosiddette armi «leggere e di piccolo calibro»; la prevenzione delle attività mercenarie; il sostegno incondizionato alla Corte penale internazionale e alla sua attività volta a porre fine all'impunità e far rispettare la giustizia internazionale.

Neena Gill (S&D), *in writing*. – I voted in favour of the Stier report, given that it simply concerns a codification to take into account the accession of Croatia to the European Union.

Tania González Peñas (GUE/NGL), *por escrito*. – Votamos a favor de este informe, que no trata sobre el acuerdo entre la Unión Europea y la República Sudafricana, sino sobre un protocolo adicional que simplemente tiene en cuenta el acceso de la República de Croacia a la UE, pues consideramos lógico que Croacia, como nuevo Estado Miembro de la UE, sea también incluida en el acuerdo. El Acuerdo de Comercio y Cooperación entre la UE y sus Estados Miembros de un lado, y la República Sudafricana de otro, fue firmado en Pretoria el 11 de Octubre de 1999 y entró en vigor el 1 de Mayo de 2004. En Julio de 2013 la República de Croacia entró en la UE.

Theresa Griffin (S&D), *in writing*. – The proposed Council decision aims to approve the Additional Protocol to the EU South Africa TDCA taking into account Croatia's accession to the EU. I voted in favour of this technical adjustment to take note of Croatia's accession.

Antanas Guoga (ALDE), *raštu*. – Balsavau už šį pasiūlymą. Tai procedūrinis sprendimas, įtraukiantis keletą techninių ir kalbinių pataisų, kurios reikalingos Kroatijai įstojus į ES.

Pablo Iglesias (GUE/NGL), *por escrito*. –

Votamos a favor de este informe, que no trata sobre el acuerdo entre la Unión Europea y la República Sudafricana, sino sobre un protocolo adicional que simplemente tiene en cuenta el acceso de la República de Croacia a la UE, pues consideramos lógico que Croacia, como nuevo Estado Miembro de la UE, sea también incluida en el acuerdo. El Acuerdo de Comercio y Cooperación entre la UE y sus Estados Miembros de un lado, y la República Sudafricana de otro, fue firmado en Pretoria el 11 de Octubre de 1999 y entró en vigor el 1 de Mayo de 2004. En Julio de 2013 la República de Croacia entró en la UE.

Carlos Iturgaiz (PPE), *por escrito*. – Voto a favor.Con la entrada de Croacia en la UE, es importante subrayar la importancia de acuerdo que hacen hincapie en la lucha contra la pobreza, la eficacia de la ayuda, los ODM y el vínculo entre migración y desarrollo.

Ivan Jakovčić (ALDE), *napisan*. – Glasovao sam za nacrt zakonodavne rezolucije Europskog parlamenta o nacrtu odluke Vijeća o sklapanju, u ime Europske unije i njezinih država članica, Dodatnog protokola uz Sporazum o trgovini, razvoju i suradnji između Europske zajednice i njezinih država članica, s jedne strane, i Republike Južne Afrike, s druge strane, kako bi se uzelo u obzir pristupanje Hrvatske Europskoj uniji jer su tehničke i lingvističke prilagodbe potrebne kako bi Hrvatska postala punopravna ugovorna strana. Time, i Hrvatska, kao članica Europske unije, postaje dio bilateralne i regionalne suradnje koja je uspostavljena 1999. godine s Republikom Južne Afrike. Ovim se Sporazumom pruža potpora dotičnoj zemlji u ekonomskoj i socijalnoj tranziciji, te smatram da se istovremeno unaprjeđuje politički dijalog u područjima zajedničkog interesa

Jean-François Jalkh (NI), *par écrit*. – J'ai décidé de m'abstenir sur ce vote.

Il s'agit d'un protocole additionnel rendu nécessaire par l'adhésion de la Croatie à l'Union. L'accord comporte des modifications techniques et linguistiques. L'enveloppe d'aide à l'Afrique du Sud va contribuer à aider les plus pauvres pour qui les vingt dernières années ont été particulièrement difficiles. Cette aide s'élève à 241 millions d'euros sur la période 2014-2020. Un dialogue politique régulier est, en plus, mis en place afin de rendre la dotation financière plus effective et efficace.

Cet accord, signé en 1999, visait à renforcer la coopération et à soutenir le processus de transition économique et sociale. Néanmoins, je ne peux pas cautionner la politique d'élargissement de l'Union, et donc, par souci de cohérence politique, j'ai préféré ne pas voter ce texte.

Marc Joulaud (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur du rapport de mon collègue Davor Ivo Stier concernant l'accord sur le commerce, le développement et la coopération avec l'Afrique du Sud. Un protocole d'accord additionnel est actuellement en discussion avec l'Afrique du Sud afin que la Croatie soit prise en compte dans cet accord; étant le dernier État membre à entrer dans l'Union, elle n'était jusqu'ici pas partie à l'accord.

Ce rapport a été adopté à une large majorité, ce dont je me félicite.

Philippe Juvin (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la recommandation sur le projet de décision du Conseil relatif à la conclusion du protocole additionnel à l'accord sur le commerce, le développement et la coopération entre la Communauté européenne et ses États membres, d'une part, et la République d'Afrique du Sud, d'autre part, afin de tenir compte de l'adhésion de la Croatie à l'Union européenne.

Barbara Kappel (NI), *schriftlich*. – Der Bericht zum Abkommen mit Südafrika bewirkt keine Änderung der jetzigen Rechtslage, d. h. er bringt keinen Mehrwert. Ich enthalte mich deshalb meiner Stimme.

Afzal Khan (S&D), *in writing*. – I supported the report as it is of a technical, not a political, nature that takes into account the accession of Croatia to the EU.

Giovanni La Via (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore della relazione del collega Stier concernente la conclusione del protocollo dell'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione con il Sud Africa per tener conto dell'adesione della Croazia. Il mio plauso va alle nuove disposizioni sullo sviluppo introdotte nell'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione, in particolare per quanto concerne la lotta contro la povertà, l'efficacia degli aiuti e il nesso tra migrazione e sviluppo, ricordando sempre l'importanza del rispetto delle norme sulla sicurezza e le clausole di reciprocità.

Marine Le Pen (NI), *par écrit*. – Je me suis abstenue sur l'accord sur le commerce, le développement et la coopération avec l'Afrique du Sud (protocole afin de tenir compte de l'adhésion de la Croatie).

Il s'agit d'une part d'une opposition de principe à tout nouvel élargissement de l'Union européenne. D'autre part, je ne m'oppose évidemment pas aux liens bilatéraux entre l'Union européenne et l'Afrique du Sud.

Philippe Loiseau (NI), *par écrit*. – Je me suis abstenu sur cette proposition d'approuver la conclusion de ce protocole additionnel. La Croatie est en effet membre depuis le 1er juillet 2013. Même si je peux soutenir le développement des relations entre l'Union européenne et l'Afrique du Sud, cette proposition s'inscrit dans le cadre de l'élargissement de cette Union. De plus, l'essentiel de l'aide de coopération à l'Afrique du sud est financé par le budget de l'Union.

Des dispositions sont ainsi prévues pour la lutte contre la drogue et le blanchiment d'argent. Outre mon opposition à la politique d'élargissement de l'Union européenne, j'estime que, comme c'est bien souvent le cas, l'Union européenne mène une politique d'ingérence. D'où mon abstention.

Antonio López-Istúriz White (PPE), *por escrito*. – El Acuerdo en materia de comercio, desarrollo y cooperación (ACDC) entre la UE y sus Estados miembros, por una parte, y la República de Sudáfrica, por otra, fue firmado en Pretoria el 11 de octubre de 1999 y entró en vigor el 1 de mayo de 2004. Fue revisado en Kleinmond (Sudáfrica) el 11 de septiembre de 2009. La firma de este Protocolo Adicional es necesaria para permitir a la República de Croacia convertirse en Parte Contratante del ACDC, ya que el 1 de julio de 2013 se produjo la adhesión de la República de Croacia a la UE.

El objetivo del Protocolo Adicional se limita a formular en el ACDC las pocas adaptaciones técnicas y lingüísticas requeridas por la adhesión de Croacia a la UE, por ello vote favorablemente a este proyecto.

Petr Mach (EFDD), *písemně*. – Hlasoval jsem pro, jelikož jde pouze o dodatek zohledňující vstup Chorvatska do Evropské unie a neznamená změnu věcné podstaty dokumentů.

Ivana Maletić (PPE), *napisan*. – Podržavam preporuku zastupnika Davora Ive Stiera koja daje suglasnost za sklapanje Protokola uz Sporazum o trgovini, razvoju i suradnji između Europske zajednice i njezinih država članica i Republike Južne Afrike, kako bi se uzelo u obzir pristupanje Republike Hrvatske Europskoj uniji.

Sporazum je potpisan 1999., a stupio je na snagu 2004. Svrha Sporazuma je pojačati bilateralnu suradnju povećanjem dijaloga između potpisanih strana, pomoći Južnoj Africi u procesu gospodarske i društvene tranzicije te promicati regionalnu suradnju i integraciju. Revidiran tekst Sporazuma iz 2009. uključio je suradnju na područjima demokracije i ljudskih prava, borbu protiv siromaštva, terorizma i organiziranog kriminala što je veliki problem Južne Afrike.

Budući da je Republika Hrvatska postala članicom Europske unije potrebno je potpisati dodatni Protokol kako bi se Hrvatska uključila u Sporazum i imala iste uvjete kao i ostale države članice te sudjelovala u razvoju Južne Afrike. Izmjene dodatnog protokola su tehničke.

Hrvatsko-južnoafrički odnosi vrlo su dobri i između ove dvije države nikada nije bilo sporova. Uz političke odnose, u posljednje se vrijeme sve više razvija trgovina i gospodarski odnosi. Pomaganjem Južnoj Africi, pomažemo i Hrvatima koji tamo žive, a kojih je najviše u humanitarnim misijama.

Vladimír Maňka (S&D), *písomne*. – Chorvátska republika sa od 1. júla 2013 stala 28. členským štátom Európskej únie.

Podpísanie dodatkového protokolu je potrebné na to, aby sa Chorvátska republika mohla stať zmluvnou stranou Dohody o obchode, rozvoji a spolupráci, ktorá posilňuje spoluprácu medzi členskými krajinami Európskej únie a - Juhoafrickou republikou.

Νότης Μαριάς (ECR), *γραπτώς*. – Ψηφίζω υπέρ της σύστασης σχετικά με το σχέδιο απόφασης του Συμβουλίου που αφορά τη σύναψη, εξ ονόματος της Ευρωπαϊκής Ένωσης και των κρατών μελών της, του πρόσθετου πρωτοκόλλου της συμφωνίας για το εμπόριο, την ανάπτυξη και τη συνεργασία μεταξύ της Ευρωπαϊκής Κοινότητας και των κρατών μελών της, αφενός, και της Δημοκρατίας της Νότιας Αφρικής, αφετέρου, προκειμένου να ληφθεί υπόψη η προσχώρηση της Δημοκρατίας της Κροατίας στην Ευρωπαϊκή Ένωση, διότι ο τίτλος IV-άλλες διατάξεις καλύπτει έναν αριθμό πολύ σημαντικών τομέων συνεργασίας που συνδέονται με την ανάπτυξη, όπως είναι η κοινωνική συνεργασία βάσει ενός οργανωμένου διαλόγου με κύρια θέματα την ελευθερία του συνεταιρίζεσθαι, τα δικαιώματα των εργαζομένων, τα δικαιώματα των παιδιών, την ισότητα γυναικών και ανδρών, την καταπολέμηση της βίας κατά των γυναικών κ.α.

David Martin (S&D), *in writing*. – I welcome the adoption of this report on the decision incorporating Croatia into the EU trade agreement with South Africa.

Dominique Martin (NI), *par écrit*. – Le but de ce vote était de procéder à des modifications de l'accord entre l'UE et l'Afrique du Sud, à la suite de l'adhésion de la Croatie. Il ne s'agissait, en l'occurrence, que de modifications techniques et linguistiques.

Même si nous ne sommes pas opposés au dialogue entre l'UE et l'Afrique du Sud, nous sommes en revanche contre l'élargissement de l'UE et nous étions contre l'adhésion de la Croatie. Aussi, nous nous sommes abstenus.

Fulvio Martusciello (PPE), *per iscritto*. – Sono favorevole all'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione con il Sud Africa.

La base di questo accordo consiste in una intesa di rafforzamento della cooperazione bilaterale in svariati settori, cercando di arrivare ad una serie di obiettivi: un rafforzamento del dialogo bilaterale, un sostegno al Sud Africa nel proprio processo di transizione economica e sociale, una promozione della cooperazione regionale ed un lavoro sulla liberalizzazione di scambi bilaterali di beni, servizi e capitali.

Si tratta sostanzialmente di un accordo che stringe i rapporti fra le due realtà lavorando per un miglioramento del dialogo politico ed economico.

Questi i principali motivi per cui l'accordo mi trova favorevole.

Gabriel Mato (PPE), *por escrito*. – Mi apoyo al proyecto de resolución legislativa de este Parlamento de cara a la decisión del Consejo para celebrar un Protocolo Adicional del Acuerdo en materia de comercio, desarrollo y cooperación entre la Comunidad Europea y sus Estados miembros, por una parte, y la República de Sudáfrica, por otra, para tener en cuenta la adhesión de la República de Croacia a la Unión Europea.

Georg Mayer (NI), *schriftlich*. – Bei der Abstimmung über ein Abkommen über Handel, Entwicklung und Zusammenarbeit mit der Republik Südafrika habe ich mich ebenfalls enthalten. Die generelle Zusammenarbeit mit der Republik Südafrika ist zwar zu begrüßen, jedoch glaube ich, dass die geplante weitere Mittelzuweisung in Höhe von 241 Mio. Euro für den Zeitraum 2014 – 2020 in Anbetracht der gegenwärtigen finanziellen Situation der Union nicht angebracht ist.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *par écrit*. – Un accord sur le commerce, le développement et la coopération (l'accord CDC) entre l'UE et l'Afrique du Sud est en cours depuis 2004.

Pour tenir compte de l'adhésion de la Croatie, il convient de modifier le protocole d'accord pour y inclure la Croatie. Opposé tant aux accords de libre-échange qu'a toute nouvelle adhésion à l'UE, je ne peux que m'opposer à cette modification, même si elle reste purement technique. Je vote contre.

Joëlle Mélin (NI), *par écrit*. – Il s'agit d'un protocole additionnel rendu nécessaire par l'adhésion de la Croatie à l'Union. L'accord comporte des modifications techniques et linguistiques.

L'enveloppe d'aide à l'Afrique du Sud va contribuer à aider les plus pauvres pour qui les vingt dernières années ont été particulièrement difficiles. Cette aide s'élève à 241 millions d'euros sur la période 2014-2020. Un dialogue politique régulier est, en plus, mis en place afin de rendre la dotation financière plus effective et efficace.

Cet accord, signé en 1999, visait à renforcer la coopération et à soutenir le processus de transition économique et sociale. Néanmoins, il n'est pas possible de cautionner la politique d'élargissement de l'Union, et donc, par souci de cohérence politique, j'ai préféré ne pas voter ce texte.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – O ACDC entre a UE e os seus Estados—Membros, por um lado, e a República da África do Sul, por outro, foi assinado em Pretória em 11 de outubro de 1999 e entrou em vigor em 1 de maio de 2004. Foi revisto em Kleinmond (África do Sul) em 11 de setembro de 2009.

A presente proposta visa apenas ratificar o protocolo face à recente adesão da Croácia à UE.

Roberta Metsola (PPE), *in writing*. – I supported this technical measure, as Parliament must give its consent before new Member States can be recognised by signatories of the Trade, Development and Cooperation Agreement. In this case, Parliament had to give its consent on the agreement being amended to take into account the Treaty of Accession of Croatia.

Marlene Mizzi (S&D), *in writing*. – I voted in favour of the proposed Council decision which aims to approve the Additional Protocol to the EU South Africa TDCA taking account of Croatia's accession to the EU, on behalf of the Union and its Member States, and I welcome the accession of Croatia, as a new member of the EU, to this important trade and development cooperation relationship.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE), *por escrito*. – O Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da África do Sul, por outro, foi assinado em Pretória em 1999 e entrou em vigor em 1 de maio de 2004, tendo sido revisto em Kleinmond, na África do Sul, em 11 de setembro de 2009.

Voto favoravelmente a proposta de decisão do Conselho que visa aprovar o Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação entre a UE e a África do Sul tendo em conta a adesão da Croácia à UE, em nome da União e dos seus Estados-Membros. O Protocolo Adicional foi aprovado pelo Conselho em 9 de outubro de 2014 e pela África do Sul no final de dezembro de 2014.

Sophie Montel (NI), *par écrit***.** – Après l'adhésion de la Croatie à l'UE le 1er juillet 2013, devenant de ce fait le 29e État membre, ce rapport vise à approuver la conclusion du protocole additionnel modifiant l'accord CDC par des changements techniques et linguistiques.

Cet accord signé à Pretoria et datant de 1999, avait pour but de soutenir économiquement et socialement l'Afrique du sud en établissant de surcroît un dialogue politique entretenu avec les dirigeants de l'État. Cependant, si cet échange et cette coopération avec les États souverains m'apparaît indispensable au bon fonctionnement des relations internationales, l'acceptation de ce rapport laisserait penser que je suis en faveur d'un élargissement infini des frontières de l'UE.

Or, étant opposée au fait que l'UE puisse jouer un quelconque rôle dans la politique étrangère des États membres, j'ai décidé de m'abstenir.

Claude Moraes (S&D), *in writing*. – I voted in favour of the report, as the changes to the agreement are minor and technical – for example to include Croatian as one of the languages into which documents should be translated. The agreement also establishes a regular political dialogue on issues of mutual interest at both bilateral and regional level (as part of the EU's dialogue with the countries of Southern Africa and the ACP group of countries).

Alessia Maria Mosca (S&D), *per iscritto*. – Accogliamo con favore la raccomandazione sul progetto di decisione del Consiglio sull'allargamento del protocollo addizionale sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione fra la Comunità europea e i suoi Stati membri e la Repubblica sudafricana per tenere conto dell'adesione della Repubblica di Croazia all'Unione europea.

Ne approfittiamo per notare come l'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione sta dando i frutti sperati, sia per quanto riguarda il commercio sia per quanto riguarda le prospettive legate allo sviluppo del Sud Africa. La Repubblica sudafricana è un partner strategico dell'UE soprattutto in vista del ruolo guida che gioca in Africa meridionale e nel continente nel suo insieme.

D'altra parte l'ingresso della Croazia nell'Unione europea è un fatto molto positivo, che rende a nostro parere automatica la necessità di allargare l'accordo con la Repubblica sudafricana.

Croazia e Sudafrica sono due paesi con un passato recente drammatico, seppure in maniera differente, che, anche grazie al rapporto con l'Unione europea, vogliono volgersi al futuro con fiducia e speranza.

Victor Negrescu (S&D), *în scris*. – Am votat recomandarea referitoare la proiectul de decizie a Consiliului privind încheierea, în numele Uniunii Europene și al statelor membre ale acesteia, a protocolului adițional la Acordul pentru comerț, dezvoltare și cooperare dintre Comunitatea Europeană și statele membre ale acesteia, pe de o parte, și Republica Africa de Sud, pe de altă parte, pentru a ține seama de aderarea Republicii Croația la Uniunea Europeană. Acest proiect rezolvă un aspect tehnic generat de aderarea Croației la UE.

Franz Obermayr (NI), *schriftlich*. – Zwar handelt es sich bei dem Abkommen bzw. Protokoll um eine rein technische Maßnahme, dennoch habe ich einige inhaltliche Bedenken, die mich letztlich dazu veranlasst haben, mich der Stimme zu enthalten.

Urmas Paet (ALDE), *kirjalikult*. – Toetasin. Lisaprotokolli allkirjastamine on vajalik, et võimaldada Horvaatia Vabariigil saada ELi uue liikmena selle lepingu osaliseks. Lisaks viiakse sisse mõned keelelised ja tehnilised muudatused.

Aldo Patriciello (PPE), *per iscritto*. – Considerando che il protocollo addizionale mira unicamente ad apportare all'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione tra la Comunità europea e la Repubblica sudafricana i pochi adeguamenti tecnici e linguistici richiesti dall'adesione della Croazia all'UE; che la firma del protocollo addizionale è necessaria per consentire alla Repubblica di Croazia di divenire una parte contraente di tale accordo; che, accanto alla cooperazione economica, altre disposizioni fanno riferimento a una serie di settori di cooperazione molto importanti e legati allo sviluppo, quali la cooperazione sociale, sulla base di un dialogo organizzato che concerne in particolare la libertà di associazione, i diritti dei lavoratori e dei minori, la parità tra uomini e donne, la lotta alla violenza sulle donne, la cooperazione ambientale, in particolare per quanto concerne il cambiamento climatico, la cooperazione culturale, la cooperazione in materia di lotta alla droga e al riciclaggio di denaro e la cooperazione in materia sanitaria, in particolare

per la lotta all'AIDS.

Per tali ragioni ho espresso il mio voto favorevole.

Marijana Petir (PPE), *napisan.* – Sporazum o trgovini, razvoju i suradnji (TDCA) između EU-a i njezinih država članica s Republikom Južnom Afrikom bilateralni je sporazum kojemu je cilj u procesu gospodarske i društvene tranzicije, promicati regionalnu suradnju i gospodarsku integraciju zemlje, globalnu ekonomiju, a proteže i liberalizaciju bilateralne trgovine robama, uslugama i kapitalom. Sporazum također uspostavlja redoviti politički dijalog o pitanjima od zajedničkog interesa na bilateralnoj i regionalnoj razini.

Podržala sam Dodatni protokol ovom Sporazumu jer u tom smislu uređuje odnose Republike Hrvatske kao države članice Europske unije i Republike Južne Afrike te predstavlja mogućnost uspostave učinkovitijih partnerstava i profitabilnijih trgovinskih veza s tim djelom Svijeta. Posebno ističem propisanu retroaktivnu primjenu odredbi Sporazuma od 1. srpnja 2013. godine, zbog koje će hrvatski gospodarstvenici nakon stupanja na snagu Dodatnog protokola moći zatražiti od carinskih tijela povrat uplaćenih carina za robu koja je uvezena od 1. srpnja 2013. godine temeljem naknadno izdanih dokaza o podrijetlu robe.

Florian Philippot (NI), *par écrit.* – Dans la mesure où je m'oppose à tout élargissement de l'Union européenne, je ne peux qu'être opposé aux mesures qui vont dans ce sens.

Néanmoins, il s'agit d'un texte technique pour tenir compte de l'entrée de la Croatie dans l'UE. L'accord initial signé à Pretoria en 1999 vise à renforcer la coopération et à soutenir l'Afrique du Sud dans son processus de transition économique et social, ainsi qu'à étendre et libéraliser les échanges bilatéraux de biens, de services et de capitaux. L'accord met également sur pied un dialogue politique régulier. Il ne serait pas très pertinent de voter contre mais je tiens à marquer mon désaccord avec la politique d'élargissement de l'UE et je préfère donc m'abstenir.

Tonino Picula (S&D), *napisan.* – Predložena Odluka Vijeća ima za cilj odobriti Dodatni protokol uz Sporazum TDCA EU-Južna Afrika uzimajući u obzir pristupanje Hrvatske EU-u, u ime Unije i njezinih država članica. 24. rujna 2012. godine Vijeće je ovlastilo Komisiju za otvaranje pregovora s Južnom Afrikom kako bi se zaključio Dodatni protokol. Ti su pregovori uspješno završeni 19. svibnja 2014. godine. Dodatni protokol je odobren od strane Vijeća 9. listopada 2014. i Južne Afrike krajem prosinca 2014. godine.

Dodatni protokol ima za cilj, između ostalog, unošenje u TDCA nekoliko tehničkih i lingvističkih prilagodbi koje je zahtijevalo pristupanje Hrvatske Europskoj uniji, što je potrebno i kako bi se omogućilo Republici Hrvatskoj da postane ugovorna stranka TDCA-a. Dodatnim protokolom (članak 2.) dodaje se hrvatski jezik na popis izvornih jezika TDCA-a.

Revidirani Sporazum o trgovini, razvoju i suradnji između EU-a i njegovih država članica iz 2009. unosi niz zanimljivih promjena smjernica za borbu protiv pranja novca, financiranja terorizma i organiziranog kriminala, borbu protiv proizvodnje i trgovine malog i lakog naoružanja i njihove akumulacije te prevenciju plaćeničkih djelatnosti. Revidirani Sporazum predstavlja i nepokolebljivu podlogu za djelovanje Međunarodnog kaznenog suda kako bi se stalo na kraj nekažnjivosti i pridonijelo provođenju međunarodne pravde. Zbog navedenih stavki podržavam izvješće kolege Stiera o sklapanju Dodatnog protokola.

Andrej Plenković (PPE), *napisan.* – Kao hrvatski zastupnik u Europskom parlamentu snažno podržavam ovu Preporuku o nacrtu odluke Vijeća o sklapanju, u ime Europske unije i njezinih država članica, Dodatnog protokola uz Sporazum o trgovini, razvoju i suradnji između Europske zajednice i njezinih država članica, s jedne strane, i Republike Južne Afrike (TDCA), s druge strane, kako bi se uzelo u obzir pristupanje Republike Hrvatske Europskoj uniji.

Hrvatska je postala punopravna članica Europske unije 2013. godine i kao takva je preuzela sva prava i obveze koje joj Ugovor o pristupanju nalaže, uključujući i primjenu ovog Sporazuma. Kako aktom o pristupanju Europska unije djeluje u ime država, tako je u ovom slučaju Vijeće provelo sve potrebne pregovore oko dodatnih procedura navedenih u Dodatnom protokolu. Dodatnim protokolom su predviđene tek određene tehničke i lingvističke prilagodbe te njegovim usvajanjem Hrvatska postaje jednom od Ugovornih strana TDCA-a.

Salvatore Domenico Pogliese (PPE), *per iscritto*. – A seguito dell'adesione della Croazia all'Unione europea, è stato necessario avviare dei negoziati con il Sud Africa per l'approvazione del protocollo addizionale dell'accordo tra UE e Sud Africa per tenere conto dell'adesione della Croazia. È una procedura dovuta quando c'è l'adesione di un nuovo Stato membro, per cui ho dato il voto favorevole.

Franck Proust (PPE), *par écrit*. – Le Parlement européen a approuvé ce mercredi la conclusion du protocole additionnel à l'accord sur le commerce, le développement et la coopération avec l'Afrique du Sud, entré en vigueur en 2004.

J'ai voté en faveur de ce texte qui apporte principalement à l'accord original les modifications techniques et linguistiques après l'adhésion de la Croatie à l'Union en juillet 2013.

Paulo Rangel (PPE), *por escrito*. – O Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação (ACDC) entre a UE e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da África do Sul, por outro, foi assinado em Pretória, em 11 de Outubro de 1999 e entrou em vigor em 1 de Maio de 2004. Foi revisto em Kleinmond (África do Sul), a 11 de Setembro de 2009. Este acordo visa reforçar a cooperação bilateral num conjunto de domínios e prossegue vários objetivos, designadamente: reforçar o diálogo bilateral; apoiar a África do Sul no seu processo de transição económica e social; promover a cooperação regional e a integração económica do país na África Austral e na economia mundial; e expandir e liberalizar o comércio bilateral de bens, serviços e capitais. Tendo a República da Croácia aderido à UE, em 1 de Julho de 2013, impunha-se garantir a plena participação deste Estado-Membro nas relações bilaterais com a África do Sul.

Votei, por isso, favoravelmente a presente resolução, que aprova a celebração do Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação com a África do Sul, a fim de ter em conta a adesão da Croácia à UE.

Liliana Rodrigues (S&D), *por escrito*. – Trata-se de um Protocolo Adicional que tem por objetivo introduzir no Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação (ACDC) algumas adaptações de ordem técnica e linguística, necessárias devido à adesão da Croácia à UE e para que esta se torne parte contratante a par dos demais Estados-Membros.

Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (S&D), *por escrito*. – La UE y Sudáfrica firmaron el 11 de octubre de 1999 un Acuerdo en materia de comercio, desarrollo y cooperación que entró en vigor el 1 de mayo de 2004 y que tenía como objetivos: reforzar el diálogo bilateral, apoyar a Sudáfrica en su proceso de transición económica y social, fomentar la cooperación regional y la integración económica del país en el África Austral y en la economía mundial, y ampliar y liberalizar los intercambios bilaterales de bienes, servicios y capitales. Asimismo, el Acuerdo establecía un diálogo político regular sobre los asuntos de interés común, tanto a nivel bilateral como regional. El acuerdo fue revisado en 2009 para introducir en relación con el desarrollo la exigencia de respeto de los principios democráticos, los derechos humanos y el Estado de Derecho, la cooperación sobre cuestiones de desarme y no proliferación de las armas de destrucción masiva y la cooperación en nuevos ámbitos como la lucha contra el terrorismo y el blanqueo de dinero.

La participación de Croacia en el Acuerdo con Sudáfrica es una consecuencia natural de su adhesión a la UE y, por tanto, procede dar la aprobación a la celebración de este Protocolo Adicional al Acuerdo con Sudáfrica.

Claude Rolin (PPE), *par écrit*. – Le 1er juillet 2013, la République de Croatie a adhéré à l'Union européenne et en est devenue le vingt-huitième État membre. La proposition de décision du Conseil soumise au vote ce jour porte sur l'approbation, au nom de l'Union européenne et de ses États membres, du protocole additionnel à l'accord CDC entre l'Union et l'Afrique du Sud visant à tenir compte de l'adhésion de la Croatie à l'Union (le 24 septembre 2012, le Conseil a autorisé la Commission à ouvrir des négociations avec la République d'Afrique du Sud pour la conclusion du protocole additionnel. Ces négociations ont abouti le 19 mai 2014). Le protocole additionnel a été approuvé par le Conseil le 9 octobre 2014, et par l'Afrique du Sud à la fin du mois de décembre 2014. S'en est logiquement suivi le vote au Parlement européen.

Massimiliano Salini (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore della raccomandazione presentata, la quale prevede l'approvazione del protocollo addizionale all'accordo sugli scambi, lo sviluppo e la cooperazione tra l'Unione europea e i suoi Stati membri, da un lato, e la Repubblica sudafricana, dall'altro.

In questo modo anche la Repubblica di Croazia, ultimo paese in ordine cronologico ad aver ottenuto la *membership* europea, potrà partecipare all'accordo in questione.

Lola Sánchez Caldentey (GUE/NGL), *por escrito***.** – Votamos a favor de este informe, que no trata sobre el acuerdo entre la Unión Europea y la República Sudafricana, sino sobre un protocolo adicional que simplemente tiene en cuenta el acceso de la República de Croacia a la UE, pues consideramos lógico que Croacia, como nuevo Estado Miembro de la UE, sea también incluida en el acuerdo. El Acuerdo de Comercio y Cooperación entre la UE y sus Estados Miembros de un lado, y la República Sudafricana de otro, fue firmado en Pretoria el 11 de Octubre de 1999 y entró en vigor el 1 de Mayo de 2004. En Julio de 2013 la República de Croacia entró en la UE.

Lidia Senra Rodríguez (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta recomendación otorga el consentimiento del Parlamento Europeo a añadir a Croacia al acuerdo de comercio y cooperación de la Unión Europea con Sudáfrica, dado que este país accedió a la UE en Julio de 2013 y el acuerdo concernido se firmó en 1999 y entró en vigor en 2004.

Así, aunque supone una modificación técnica que no afecta al fondo del acuerdo de comercio y cooperación, me he abstenido puesto que por principio me opongo a este tipo de acuerdos por ir en beneficio de las multinacionales y de las élites político-financieras en detrimento de los pueblos de las partes concernidas.

Siôn Simon (S&D), *in writing*. – Parliament consented to the Council Decision on the conclusion, on behalf of the European Union and its Member States, of the Additional Protocol to the Agreement on Trade, Development and Cooperation between the European Community and its Member States, of the one part, and the Republic of South Africa, of the other part, to take account of the accession of the Republic of Croatia to the European Union.

Branislav Škripek (ECR), *písomne*. – Hlasoval som za prijatie návrhu uznesenia rozhodnutia Rady o uzavretí dodatkového protokolu k Dohode o obchode, rozvoji a spolupráci medzi EÚ a Juhoafrickou republikou z dôvodu zohľadnenia pristúpenia Chorvátskej republiky k EÚ, nakoľko cieľom tohto uznesenia bolo zavedenie niekoľkých technických a jazykových úprav k tejto dohode, pričom podpísanie dodatkového protokolu bolo potrebné na to, aby sa Chorvátska republika mohla stať zmluvnou stranou DORS.

Davor Škrlec (Verts/ALE), *napisan*. – Podržao sam izmjenu Sporazuma o trgovini, razvoju i suradnji s Južnoafričkom Republikom kako bi se uzelo u obzir pristupanje Hrvatske Europskoj uniji.

Potrebna je ratifikacija ugovora kako bi se primijenila ista pravila, kao što EU ima s Južnoafričkom Republikom o trgovini, razvoju i suradnji, na odnos Hrvatske i Južnoafričke Republike nakon pristupanja Hrvatske u EU.

Dodatni Protokol ima za cilj prilagodbu nekoliko tehničkih i lingvističkih dijelova kao što ulazak Hrvatske u EU to zahtjeva. Potpisivanje Dodatnog protokola je potreban kako bi se Republici Hrvatskoj omogućilo ostvarivanje statusa ugovorne stranke u Sporazumu. Isti dodaje hrvatske izraze koji se koriste u potvrdama o prometu. To postavlja mogućnost privremenog prijelaza robe u ruti ili privremeno skladištenje u Hrvatskoj ili Južnoafričkoj Republici.

Sporazum, koji je prvo potpisan 1999. godine u Pretoriji, uspostavlja redoviti politički dijalog o pitanjima od zajedničkog interesa na bilateralnoj i europskoj razini. Uz gospodarsku suradnju druge odredbe ugovora pokrivaju i mnoga druga područja suradnje, poput društvene suradnje koja se odnosi na slobodu udruživanja, radničkih prava, prava djeteta, ravnopravnosti žena i muškaraca, borbe protiv nasilja nad ženama, okoliš, klimatske promjene, kulturne suradnje i borba protiv AIDS-a.

Davor Ivo Stier (PPE), *napisan*. – Kako je Sporazum o trgovini, razvoju i suradnji između Europske zajednice i njezinih država članica, s jedne strane, i Republike Južne Afrike, s druge strane stupio na snagu 1. svibnja 2004. godine, potrebno je bilo sklopiti Dodatni protokol kako bi se u obzir uzelo pristupanje Republike Hrvatske EU-u.

Važno je naglasiti kako je suglasnost Dodatnog protokola neophodna kako bi Republika Hrvatska postala ugovorna strana u Sporazumu o trgovini, razvoju i suradnji. Time bi se između Europske zajednice i njezinih država članica te Republike Južne Afrike pojačao bilateralni dijalog, proširila bilateralna trgovina dobara, usluga i kapitala te bi se također uspostavio politički dijalog o problemima od zajedničkog interesa na bilateralnoj i regionalnoj razini. Zbog svega navedenog podržavam navedeno izvješće.

Catherine Stihler (S&D), *in writing*. – I voted to give consent on this report, which includes the accession of Croatia in the EU's Trade, Development and Cooperation Agreement with South Africa.

Dubravka Šuica (PPE), *napisan*. – Podržala sam Preporuku o nacrtu odluke Vijeća o sklapanju, u ime Europske unije i njezinih država članica, Dodatnog protokola uz Sporazum o trgovini, razvoju i suradnji (TDCA) između Europske zajednice i njezinih država članica, s jedne strane, i Republike Južne Afrike, s druge strane, kako bi se uzelo u obzir pristupanje Hrvatske Europskoj uniji.

TDCA je potpisan u Pretoriji 11. listopada 1999. te je njegova svrha bila pojačati bilateralnu suradnju u brojnim područjima. Teži više ciljeva: jačanju bilateralnog dijaloga, podršci Južnoj Africi u njezinom procesu gospodarske i društvene tranzicije, promicanju regionalne suradnje i gospodarsku integraciju zemlje unutar južne Afrike i globalne ekonomije, te širenju i liberalizaciji bilateralne trgovine roba, usluga i kapitala.

Cilj predložene odluke Vijeća je odobriti Dodatni protokol uz TDCA između EU-a i Južne Afrike uzimajući u obzir pristupanje Hrvatske EU-u, u ime Unije i njezinih država članica. Dodatni protokol samo nastoji napraviti u TDCA nekoliko tehničkih i jezičnih prilagodbi koje zahtijeva ulazak Hrvatske u EU. Potpisivanje Dodatnog protokola potrebno je kako bi se Republici Hrvatskoj omogućio postanak ugovorne strane TDCA-a. Dodatni protokol dodaje hrvatski jezik na popis izvornih jezika TDCA, te postavlja prijelazne odredbe za robu na putu ili na privremenom skladištenju u Hrvatskoj ili u Južnoj Africi, ili između obje države.

Richard Sulík (ECR), *písomne* – Návrh som podporil, keďže jeho cieľom je len zohľadniť pristúpenie Chorvátska k Európskej únii.

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *γραπτώς*. – Η Κροατία ανέκαθεν ακολουθεί μια σταθερή ανθελληνική πολιτική σε όλα τα θέματα ενδιαφέροντος της Ελλάδας σε τοπικό, περιφερειακό και διεθνές επίπεδο, όπως στο θέμα της ονομασίας των Σκοπίων, την οικονομική πολιτική σε κοινοτικό επίπεδο κτλ.

Marc Tarabella (S&D), *par écrit*. – J'ai voté en faveur du texte. J'en profite pour saluer les nouvelles dispositions sur le développement intégrées à l'accord CDC à Kleinmond en 2009, notamment en ce qui concerne la lutte contre la pauvreté, l'efficacité de l'aide, les OMD et les liens entre migration et développement.

Ruža Tomašić (ECR), *napisan*. – Glasovala sam za Nacrt odluke Vijeća o sklapanju dodatnog Protokola uz Sporazum o trgovini, razvoju i suradnji između Europske zajednice i njezinih država članica kako bi se uzelo u obzir pristupanje Republike Hrvatske Europskoj Uniji. Iako je Protokol tehničke naravi on omogućuje Republici Hrvatskoj da postane ugovorna strana Sporazuma te nastavi zastupati interese hrvatskog gospodarstva u Južnoj Africi. Članstvom u Europskoj uniji Hrvatskoj su otvorene brojne mogućnosti pristupa tržištima obzirom na Sporazume o trgovini koje je Europska Unija sklopila ili će sklopiti s trećim zemljama.

Uz dobre političke odnose trgovina između Republike Hrvatske i Južne Afrike se sve više razvija kao i gospodarski odnosi. Prema tome promjene tehničke naravi kao što je uvođenje hrvatskog jezika na popis službenih jezika u Sporazum o trgovini, razvoju i suradnji smatram iznimno važnim kako bi kao ugovorna stranka mogla donositi i biti pravovaljano obaviještena o tekstovima vezanima za Sporazum.

Estefanía Torres Martínez (GUE/NGL), *por escrito*. – Votamos a favor de este informe, que no trata sobre el acuerdo entre la Unión Europea y la República Sudafricana, sino sobre un protocolo adicional que simplemente tiene en cuenta el acceso de la República de Croacia a la UE, pues consideramos lógico que Croacia, como nuevo Estado Miembro de la UE, sea también incluida en el acuerdo. El Acuerdo de Comercio y Cooperación entre la UE y sus Estados Miembros de un lado, y la República Sudafricana de otro, fue firmado en Pretoria el 11 de Octubre de 1999 y entró en vigor el 1 de Mayo de 2004. En Julio de 2013 la República de Croacia entró en la UE.

Ramon Tremosa i Balcells (ALDE), *in writing*. – On 1 July 2013, the Republic of Croatia acceded to the EU and became its 28th Member State. The proposed Council decision aims to approve the Additional Protocol to the EU-South Africa TDCA taking account of Croatia's accession to the EU, on behalf of the Union and its Member States. (On 24 September 2012, the Council authorised the Commission to open negotiations with South Africa in order to conclude the Additional Protocol. Those negotiations were successfully completed on 19 May 2014).

I support and give consent to the conclusion of the Additional Protocol.

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL), *por escrito***. –** Votamos a favor de este informe, que no trata sobre el acuerdo entre la Unión Europea y la República Sudafricana, sino sobre un protocolo adicional que simplemente tiene en cuenta el acceso de la República de Croacia a la UE, pues consideramos lógico que Croacia, como nuevo Estado Miembro de la UE, sea también incluida en el acuerdo. El Acuerdo de Comercio y Cooperación entre la UE y sus Estados Miembros de un lado, y la República Sudafricana de otro, fue firmado en Pretoria el 11 de Octubre de 1999 y entró en vigor el 1 de Mayo de 2004. En Julio de 2013 la República de Croacia entró en la UE.

Ángela Vallina (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta recomendación otorga el consentimiento del Parlamento Europeo a añadir a Croacia al acuerdo de comercio y cooperación de la Unión Europea con Sudáfrica, dado que este país accedió a la UE en Julio de 2013 y el acuerdo concernido se firmó en 1999 y entró en vigor en 2004.

Así, aunque supone una modificación técnica que no afecta al fondo del acuerdo de comercio y cooperación, me he abstenido puesto que por principio me opongo a este tipo de acuerdos por ir en beneficio de las multinacionales y de las élites político-financieras en detrimento de los pueblos de las partes concernidas.

Miguel Viegas (GUE/NGL), *por escrito*. – O ACDC tem como objetivos o reforço do diálogo entre as partes, o apoio à África do Sul no âmbito do seu processo de transição económica e social, a promoção da cooperação regional, a integração económica do país na África Austral e na economia mundial, bem como a expansão e a liberalização do comércio das mercadorias, dos serviços e dos capitais entre as partes. Desde a sua assinatura, este acordo já foi revisto várias vezes de forma a alargar o seu âmbito.

Este relatório pretende aprovar um Protocolo Adicional de modo a introduzir no ACDC algumas adaptações linguísticas necessárias devido à adesão da Croácia.

Esta revisão é de ordem técnica, mas não nos podemos abstrair de um dos objetivos gerais deste acordo: a instauração progressiva de uma zona de comércio livre (ZCL) relativa à livre circulação de mercadorias

Harald Vilimsky (NI), *schriftlich*. – Bei der Abstimmung über ein Abkommen über Handel, Entwicklung und Zusammenarbeit mit der Republik Südafrika habe ich mich ebenfalls enthalten. Die generelle Zusammenarbeit mit der Republik Südafrika ist zwar zu begrüßen, jedoch glaube ich, dass die geplante weitere Mittelzuweisung in Höhe von 241 Mio. Euro für den Zeitraum 2014–2020 in Anbetracht der gegenwärtigen finanziellen Situation der Union nicht angebracht ist.

Jarosław Wałęsa (PPE), *na piśmie*. – Głosowałem za zatwierdzeniem, w imieniu Unii i jej państw członkowskich, protokołu dodatkowego do umowy o handlu, rozwoju i współpracy między UE a RPA uwzględniającego przystąpienie Chorwacji do UE.

Umowę o handlu, rozwoju i współpracy między państwami członkowskimi UE a Republiką Południowej Afryki podpisano w Pretorii dnia 11 października 1999 r., a weszła ona w życie z dniem 1 maja 2004 r. W dniu 1 lipca 2013 r. Republika Chorwacji przystąpiła do UE i stała się 28. państwem członkowskim. W dniu 24 września 2012 r. Rada upoważniła Komisję do rozpoczęcia negocjacji z RPA w celu zawarcia protokołu dodatkowego. Negocjacje w tej sprawie zakończono pomyślnie w dniu 19 maja 2014 r. Celem protokołu dodatkowego jest wyłącznie wprowadzenie do umowy o handlu, rozwoju i współpracy nielicznych zmian technicznych i językowych koniecznych ze względu na przystąpienie Chorwacji do UE. Podpisanie protokołu dodatkowego jest niezbędne do tego, aby Republika Chorwacji mogła stać się

stroną umowy o handlu, rozwoju i współpracy z RPA.

Θεόδωρος Ζαγοράκης (PPE), *γραπτώς.* – Υπερψήφισα το παρόν κείμενο που καθιστά την Κροατία συμβαλλόμενο μέρος στην συμφωνία εμπορίου, ανάπτυξης και συνεργασίας της ΕΕ και των κρατών μελών της με την Δημοκρατία της Νότιας Αφρικής. Η έκθεση αναπροσαρμόζει τις απαραίτητες λεπτομέρειες στο κείμενο της συμφωνίας, ώστε να καταστεί δυνατή η προσχώρηση της Κροατίας.

Inês Cristina Zuber (GUE/NGL), *por escrito.* – O Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação (ACDC), assinado pela UE e a África do Sul em 1999, visa reforçar a respetiva cooperação em vários domínios.

O ACDC tem como objetivos o reforço do diálogo entre as partes, o apoio à África do Sul no âmbito do seu processo de transição económica e social, a promoção da cooperação regional, a integração económica do país na África Austral e na economia mundial, bem como a expansão e a liberalização do comércio das mercadorias, dos serviços e dos capitais entre as partes. Desde a sua assinatura, este acordo já foi revisto várias vezes de forma a alargar o seu âmbito.

Este relatório pretende aprovar um Protocolo Adicional de modo a introduzir no ACDC algumas adaptações linguísticas necessárias devido à adesão da Croácia.

Apesar desta revisão ser de ordem eminentemente técnica, não nos podemos abstrair de um dos objetivos gerais deste acordo: a instauração progressiva de uma zona de comércio livre (ZCL) relativa à livre circulação de mercadorias. Sabemos bem as consequências destes acordos comerciais.

É também conhecida a nossa posição relativamente ao livre comércio e à desregulação das trocas comerciais.

11.3. Prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo (A8-0153/2015 - Krišjānis Kariņš, Judith Sargentini)

Dichiarazioni di voto orali

Jiří Pospíšil (PPE). – Pane předsedající, já jsem s radostí podpořil tento návrh změny směrnice, který upravuje boj proti špinavým penězům. Toto je velmi silné téma i na národní úrovni, např. v České republice.

Jsem velmi rád, že tento návrh směrnice řeší otázku dalšího postihování anonymních akcií a informování o tom, kdo je reálným vlastníkem jednotlivých obchodních společností. My jsem toto téma řešili i na území České republiky, předložili jsme návrh, který v zásadě ruší anonymní akcie, a já jsem přesvědčen, že to je správná cesta. Jsem také velmi rád, že Evropská unie jde tímto směrem, protože anonymní akcie skýtají velký prostor pro to, jak legalizovat peníze získané z trestné činnosti, nebo peníze, které nemají jasný původ.

Považuji tedy toto dnešní rozhodnutí Evropského parlamentu za krok správným směrem a cestu, kterou můžeme jít a bojovat proti organizovanému zločinu.

Neena Gill (S&D). – Mr President, I voted in favour of the report on the Anti-Money Laundering Directive, given that it provides a crucial tool in the fight against tax avoidance and fraud, and can play a vital role in cutting off a funding stream to terrorists. Therefore, the more transparency we can have, the better. By setting up public registers we increase transparency on the financial flux.

However, as the recent tax scandals show, we remain heavily dependent on the action of whistleblowers working in the business, so we need to convince these whistleblowers to reveal cases of tax avoidance and tax fraud, because Member States are often not willing to do so. We need to have a follow-up step of having a European framework to protect them.

Daniel Hannan (ECR). – Mr President, I have noticed something in this Chamber. Whenever people want to expand the powers of EU bodies – whether it is Europol or Eurojust or any of the quangos attached to the European Union – they always have the last-ditch argument of security, and we are all supposed to say 'Oh security, we will not argue about it then'. There is a parallel with what happened to the FBI in North America: it began acting – exactly as in this report – against money launderers and terrorists and, of course, it eventually became a kind of federal police force for the entire United States.

I have to say, quite apart from feeling less free, I do not feel any more secure handing powers of this kind to the same dolts who gave us the common agricultural policy, the common fisheries policy, the overregulation of small business and the rest of it. I would rather we had intelligence and security services collaborating voluntarily and globally than placing such collaboration under the jurisdiction of the European Union. As my countryman, William Pitt the Younger, put it: 'necessity is the plea for every infringement of human freedom. It is the argument of tyrants; it is the creed of slaves.'

Luke Ming Flanagan (GUE/NGL). – Mr President, given Ireland's experience of both terrorism and the abuse of the financial system, prevention of the use of the financial system for the purpose of money laundering and terrorist financing is something that should be close to the heart of every Irish person.

I do not have to elaborate on how physical terrorism affected Ireland for decades – and there are those who still have not been weaned off it just yet – but there is also another kind of terrorism that is far more widespread and far more endemic. I am talking about financial terrorism, the terror inflicted on peoples all over the world by small, but disproportionately powerful, moneyed interests whose actions are facilitated by captured governments.

Our own government in Ireland has long been captured and is now held prisoner by the IFSC, dancing to its every tune. This is the same financial centre which is so low down on the scale – or so high depending on your perspective – that it was described by no less an outlet than the *New York Times* as the 'Wild West' of finance! It is good to see something being done about it, but the idea that the European Union can do anything about it given that it is a type of financial terrorist itself, well, that is a joke, is it not?

Csaba Sógor (PPE). – Mr President, I am in favour of the adoption of the fourth EU Anti—Money Laundering Directive. As criminal and terrorist networks constantly evolve their tactics and methods, we must also adapt to the new threats posed by them. It was high time to address – and even to go beyond – the recommendations issued by the Financial Action Task Force in 2012 to tackle money laundering and terrorist financing and to have a European legal protection framework built around the highest international standards. The misuse of the financial system to channel illicit money or to finance terrorist activities threatens the good functioning, reputation and stability of the whole international financial system. This is why we needed the current Europe-wide response to address such risks.

Peter Jahr (PPE). – Herr Präsident! Ein Philosoph hat einmal gesagt „Im Strom der Wahrheit schwimmt die Lüge mit". Das ist leider auch hier so. Natürlich wollen wir einen einheitlichen Binnenmarkt, natürlich wollen wir auch dafür sorgen, dass sich die Menschen in Europa frei bewegen können. Natürlich wollen wir auch die Finanzströme vereinfachen, das ist richtig. Aber leider sucht sich auch das Böse in dieser Freiheit seinen Raum.

Wir müssen uns natürlich intensiv mit Geldwäsche und – wie mein Vorredner gesagt hat – mit finanziellem Terrorismus beschäftigen. Deshalb war es richtig, dass die Kommission ergänzend zum aktuellen Vorschlag weitere Vorschläge gemacht hat. Das finde ich außerordentlich wichtig, darum konnte ich auch der Richtlinie zustimmen.

Ich möchte nur um eines bitten: Wir werden auch diese vierte Geldwäsche-Richtlinie kritisch begleiten müssen, denn es ist nun mal so: Auch das Böse und das Schlechte haben manchmal zu viel Phantasie, und sie werden sich weiterentwickeln. Wir müssen ganz einfach an dem Problem dranbleiben.

Marijana Petir (PPE). – Gospodine predsjedniče, podržala sam usvajanje preporuke za drugo čitanje revizije Direktive protiv pranja novca kako bismo nastavili raditi na ovom važnom području, čime će se dodatno osigurati prevencija, istraživanje i otkrivanje slučajeva pranja novca te nedopustivo financiranje terorizma.

S obzirom na realnost oružanih sukoba kojima je Europska unija okružena, podržavam uvođenje dodatnih mjera koje će osigurati transparentnije financijske transfere kako bi se ojačalo unutarnje tržište i dodatno osigurao financijski sustav Unije.

U tom smislu podržavam osiguranje transparentnih informacija putem objave registra stvarnih vlasnika, gdje će države članice trebati osigurati da središnji registri, komercijalni registri ili registri poduzeća u njihovim zemljama sadrže informacije o stvarnim vlasnicima dostupne nadležnim tijelima, osiguravajući pri tome punu odgovornost za pravilnu primjenu zaštite podataka.

Bruno Gollnisch (NI). – Monsieur le Président, lutter contre le blanchiment d'argent et, par conséquent, contre le crime organisé et le terrorisme, oui! Mais croyez-vous un seul instant sérieusement que le crime organisé et le terrorisme passent par les circuits ordinaires des banques? L'effet pervers de ce système, c'est que dans mon propre pays, la France, sous l'effet de la réglementation étatique, on a transformé chaque banquier en espion, en surveillant, en délateur de ses clients.

C'est ainsi, par exemple, qu'ayant remboursé, il y a quelque temps, une dette personnelle d'un montant de 10 000 euros – qui figuraient parfaitement en crédit sur mon compte en banque –, j'ai dû me justifier auprès de ma banquière, qui m'a appelé, trouvant cette transaction anormale et me demandant ce que je faisais de mon argent. J'ai répondu que, à mon âge, les jeunes maîtresses coûtaient plus cher qu'autrefois. C'était inexact, je suis un mari fidèle à son épouse. Cette réponse n'a pas eu l'air de satisfaire. Dès lors, le circuit s'enclenche: on informe Tracfin, la brigade financière enquête..

Ce sont des effets absolument pervers de cette législation. Il en va d'ailleurs exactement de même à la Kredietbank de Bruxelles, dans l'agence du Parlement européen, où même votre passeport européen ne suffit pas à justifier de votre domicile! C'est du terrorisme financier.

Ivana Maletić (PPE). – Gospodine predsjedniče, pitanje sprečavanja pranja novca i terorizma izuzetno je važno na razini svih država članica jer se nesprečavanjem ozbiljno narušava stabilnost financijskog sustava Unije, a u slučaju terorizma stabilnost cijelog društva. Upravo zato smo obvezni boriti se i poduzimati sve radnje protiv ovih aktivnosti. Podržala sam zato i predložene preporuke i izmjene direktive kojima se posebni napori ulažu u prevenciju ovih pojava. Predlaže se definiranje podataka koje mora sadržavati javni registar trgovačkih društava u svrhu kvalitetne razmjene informacija, a predlaže se i da se svakih 6 mjeseci provede procjena rizika kojim pranje novca i financiranje terorizma utječe na tržište s posebnim naglaskom na prekogranične aktivnosti.

Cilj svih nas je prevencija i jačanje zakonodavstva - ovo je korak prema tome.

Dichiarazioni di voto scritte

Clara Eugenia Aguilera García (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de esta propuesta de Directiva porque la solidez, integridad y estabilidad de las entidades financieras y de crédito, así como la confianza en el sistema financiero en su conjunto, podrían verse en grave peligro debido a los esfuerzos de los delincuentes y sus cómplices, ya sea por encubrir el origen de los productos del delito, ya por canalizar el producto de actividades legítimas o ilegítimas a fines terroristas.

Los blanqueadores de capitales y los financiadores del terrorismo podrían aprovechar la libre circulación de capitales y la libre prestación de servicios financieros que trae consigo un espacio financiero integrado para facilitar sus actividades delictivas, por lo que resulta necesario adoptar medidas de coordinación en el ámbito de la Unión.

Además, me felicito porque el Grupo de los Socialistas y Demócratas ha logrado incluir en la futura norma el establecimiento de un registro público de propietarios beneficiarios de los activos financieros, al nivel de los Estados miembros, y cuyo acceso se puede permitir a cualquiera con un «interés legítimo». Es necesario identificar a toda persona física que ostente la propiedad o el control de una persona jurídica. Esta es una herramienta fundamental para luchar contra las sociedades interpuestas.

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL), *por escrito*. – El Consejo europeo se ha negado repetidamente a levantar el secreto sobre muchas de las prácticas fiscales que facilitan el blanqueo de capitales. Sin embargo, la revelación de escándalos como el de LuxLeaks ha permitido presionar para que se abriera, aun parcialmente, tales registros al escrutinio de las autoridades públicas y de aquellas organizaciones y miembros de la sociedad civil con un interés legítimo, en el que se incluye la persecución de los crímenes tributarios. Aunque insuficiente, el compromiso final representa un avance respeto a las posiciones negociadoras anteriores.

El presente informe no tiene voto final, al tratarse de una segunda lectura dentro del proceso de trílogo.

Pascal Arimont (PPE), *schriftlich*. – Ich begrüße die neuen Vorschriften für eine bessere Rückverfolgbarkeit von Geldtransfers und eine effektivere Bekämpfung von Geldwäsche.

Durch diese Richtlinie werden den zuständigen Behörden neue Instrumente in die Hand gegeben, um illegale Aktivitäten – Steuerhinterziehung, Korruption, aber auch die Finanzierung von Terrorismus – effektiver zu bekämpfen. Die zu diesem Zweck vom Parlament geforderten Transparenzregister mit den wirtschaftlichen Nutznießern von Unternehmen, Trusts oder ähnlichen Rechtspersonen sind ein Fortschritt in diesem Sinne.

Marie-Christine Arnautu (NI), *par écrit*. – Ce projet de résolution vise à actualiser la troisième directive anti-blanchiment.

Cette directive applique une approche fondée sur les risques et a pour objectif le renforcement des défenses de l'Union européenne contre le blanchiment de capitaux et le financement du terrorisme. Pour ce faire, le Conseil et le Parlement ont introduit diverses modifications pour préserver l'intégrité et la stabilité du système financier. La Commission serait chargée de coordonner l'évaluation des risques en matière de blanchiment de capitaux et de financement de terrorisme.

La directive prévoit notamment la mise à disposition d'informations sur les bénéficiaires effectifs en ce qui concerne les sociétés. Chaque État membre pourrait consulter ces informations. Le texte prévoit notamment la mise en place de sanctions administratives pécuniaires maximales. Ces mesures me semblent nécessaires pour lutter contre ce problème férocement actuel. J'ai donc voté en faveur du texte.

Jonathan Arnott (EFDD), *in writing*. – I do not approve of the procedure for approval without a vote, and would like to place my views on this subject on record.

Guillaume Balas (S&D), *par écrit*. – J'ai soutenu la directive sur la lutte contre le blanchiment d'argent car il est nécessaire d'adapter le cadre juridique européen de surveillance des circuits financiers et d'assurer une plus grande transparence de leur fonctionnement.

Il s'agit en effet de contraindre les États membres à tenir des registres centraux accessibles aux autorités compétentes (cellules de renseignement financier, banques) ou aux organisations et personnes ayant un intérêt légitime (journalistes d'investigation). De plus, le texte élargit le champ d'application des personnes physiques et morales concernées en abaissant le seuil à 10 000 euros pour les paiements en liquide qui devront faire l'objet d'une surveillance particulière. La directive prévoit également des sanctions financières d'un seuil minimal d'un million d'euros ou de cinq millions d'euros si l'infraction implique des banques ou entités financières. La Commission sera, quant à elle, chargée de coordonner l'évaluation du blanchiment d'argent et du risque de financement du terrorisme touchant le marché intérieur.

J'ai voté pour cette directive car nous devons adopter des règles claires pour renforcer notre contrôler sur les activités illégales de blanchiment d'argent qui profitent à la criminalité organisée et au terrorisme.

Zigmantas Balčytis (S&D), *raštu*. – Balsavau už šį pasiūlymą dėl finansų sistemos apsaugos nuo jos panaudojimo pinigų plovimui ir teroristų finansavimui, kurio tikslas – kovos su pinigų plovimu griežtinimas. Pinigų plovimas kasmet sudaro nuo 2 iki 5 proc. pasaulinio BVP. Pagal naujas taisykles ES valstybių centriniuose registruose turės būti skelbiami tikrieji įmonių savininkai, o ši informacija turės būti prieinama valstybės institucijoms bei asmenims, turintiems teisėtų interesų, pvz., žurnalistams. Taip pat nustatomos naujos lėšų pervedimo taisyklės, kurios turėtų palengvinti pinigų atsekamumą. Derybose su ES Taryba Europos Parlamentui pavyko užtikrinti, kad atnaujinta Pinigų plovimo prevencijos direktyva įpareigotų ES valstybes savo centriniuose registruose skelbti tikruosius įmonių, fondų ir kitų juridinių asmenų savininkus. Be to, bankai, auditoriai, teisininkai, nekilnojamojo turto agentai ir kazino turės atidžiau stebėti įtartinus klientų pervedimus.

Hugues Bayet (S&D), *par écrit*. – La proposition a pour objectif de protéger le système financier contre le blanchiment d'argent et le financement du terrorisme via l'adoption de mesures de prévention, d'enquête et de détection.

Le blanchiment d'argent et le financement du terrorisme créent un risque important pour l'intégrité, le bon fonctionnement et la stabilité du système financier. La nature changeante du blanchiment d'argent et du financement du terrorisme requiert une adaptation permanente de la législation européenne sur le sujet.

À l'heure actuelle et à la suite des différents scandales, il me paraît essentiel de lutter contre ces formes de fraudes.

Ivo Belet (PPE), *schriftelijk*. – Met het naderende einde van het voetbalseizoen zullen velen zich allicht verleid weten om een gok te wagen en in te zetten op wie nu kampioen wordt. Helaas weten we al geruime tijd dat sportweddenschappen ook een gemakkelijke prooi zijn voor maffiosi die de sport willen misbruiken om geld wit te wassen.

Daarom is het belangrijk dat we vandaag de witwaswetgeving hebben uitgebreid door er ook de gokoperatoren in onder te brengen. Zodra er transacties gesignaleerd worden voor 2000 euro of meer, zal er een "klantenonderzoek" moeten worden uitgevoerd.

De uitzondering waarin is voorzien voor lidstaten om weddenschappen met kleine risico's uit te zonderen, zal door de Commissie nauwlettend moeten worden gecontroleerd. Dit mag geen vrijgeleide worden voor lidstaten om er een lakse houding ten aanzien van gokoperatoren op na te houden.

Dominique Bilde (NI), *par écrit*. – Ce texte vise à prévenir l'utilisation du système financier aux fins du blanchiment de capitaux et du financement du terrorisme. Il me semble aller dans le bon sens et être une bonne chose, en cela que le blanchiment de capitaux et le financement du terrorisme sont des objectifs consensuels et de bon sens contre lesquels nous nous devons de lutter de manière extrêmement ferme.

Les évolutions proposées dans ce texte, rendues nécessaires par la nature changeante du financement du terrorisme et du blanchiment de capitaux, me paraissent adaptées et c'est pour ces raisons que je vote pour ce texte.

Mara Bizzotto (NI), *per iscritto*. – Ho votato a favore di questo provvedimento che passa in seconda lettura. Sostengo questo testo che prevede nuovi metodi più stringenti per il controllo a livello finanziario per intercettare movimenti di denaro a fini di riciclaggio o finanziamento del terrorismo.

José Blanco López (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de esta propuesta de Directiva porque la solidez, integridad y estabilidad de las entidades financieras y de crédito, así como la confianza en el sistema financiero en su conjunto, podrían verse en grave peligro debido a los esfuerzos de los delincuentes y sus cómplices, ya sea por encubrir el origen de los productos del delito, ya por canalizar el producto de actividades legítimas o ilegítimas a fines terroristas.

Los blanqueadores de capitales y los financiadores del terrorismo podrían aprovechar la libre circulación de capitales y la libre prestación de servicios financieros que trae consigo un espacio financiero integrado para facilitar sus actividades delictivas, por lo que resulta necesario adoptar medidas de coordinación en el ámbito de la Unión.

Además, me felicito porque el Grupo de los Socialistas y Demócratas ha logrado incluir en la futura norma el establecimiento de un registro público de propietarios beneficiarios de los activos financieros, al nivel de los Estados miembros, y cuyo acceso se puede permitir a cualquiera con un «interés legítimo». Es necesario identificar a toda persona física que ostente la propiedad o el control de una persona jurídica. Esta es una herramienta fundamental para luchar contra las sociedades interpuestas.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *raštu*. – Balsavau už šią rekomendaciją, kurioje pritariama per pirmąjį svarstymą priimtai Tarybos pozicijai, siekiant priimti Europos Parlamento ir Tarybos direktyvą dėl finansų sistemos naudojimo pinigų plovimui ar teroristų finansavimui prevencijos. Šia direktyva siūloma stiprinti vidaus rinką ir, konkrečiai, mažinti tarpvalstybinio judėjimo sudėtingumą, apsaugoti visuomenę nuo nusikalstamumo ir teroristinių aktų, apsaugoti ekonominę Europos Sąjungos gerovę užtikrinant veiksmingą verslo aplinką ir didinti finansinį stabilumą. Išnykus kliūtims vidaus rinkoje lengviau ne tik kurti ar plėtoti teisėtą verslą visoje ES, bet atsiranda ir daugiau galimybių užsiimti pinigų plovimu ir teroristų finansavimu. Todėl pinigų plovimu užsiimantys nusikaltėliai gali bandyti nuslėpti arba užmaskuoti tikrąjį atitinkamo turto pobūdį, šaltinį arba nuosavybės teises. Tinkamam finansų sistemos ir vidaus rinkos veikimui apsaugoti priimta Europos teisės aktų. Tačiau dėl kintančio pinigų plovimo ir teroristų finansavimo grėsmių pobūdžio, kuriam kisti padeda nuolatinė technologijų ir nusikaltėlių naudojamų būdų raida, teisinę sistemą reikia nuolat pritaikyti, kad būtų užkirstas kelias tokioms grėsmėms.

Andrea Bocskor (PPE), *írásban*. – A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam azt a Tanáccsal már leegyeztetett, pénzmosásról szóló új szabályzás elfogadását, amely most első ízben arra kötelezi a tagállamokat, hogy egy központi adatbázisban tüntessék fel a vállalatok, egyéb jogi személyek és vagyonkezelők tényleges tulajdonosait. Az új irányelv célja a pénzmosás, az adózással kapcsolatos bűncselekmények és a terrorizmus finanszírozása elleni fellépés.

A pénzmosás napjainkra az egyik legjövedelmezőbb és legnagyobb szabású üzletté vált a világon. Az IMF szerint a pénzmosás volumene a Föld összes országa egyesített GDP-jének 2–5%-át teszi ki. A most javasolt kezdeményezések végre koordinálják és integrálják a már meglévő normákat, valamint célzottabb és koncentrált, kockázatalapú megközelítést hoznak létre az egész EU-ban a pénzmosás elleni hatékonyabb küzdelem érdekében.

Úgy vélem, hogy a tagállamok számára lehetővé kell tenni, hogy a területükön lévő külföldi jogalanyokat kötelezzék arra, hogy minden gyanús tevékenységükről beszámoljanak az érintett tagállamban működő pénzügyi hírszerző egységnek. A külföldi jogalanyoknak pedig meg kell felelniük az információ átláthatóságával kapcsolatban az adott országban érvényes követelményeknek.

A nyilvántartások összekapcsolhatósága sajnos elengedhetetlen ezen információk felhasználhatósága érdekében az üzleti ügyletek határokon átnyúló jellege és a belső piac összekapcsolhatósága miatt. Ezért a nyilvántartásokat sürgősen össze kell kapcsolni, és a hatóságok és a kötelezett jogalanyok számára hozzáférhetővé kell tenni.

Biljana Borzan (S&D), *napisan*. – Još 2013. je Europska komisija predstavila dva prijedloga za borbu protiv pranja novca i financiranja terorizma. Klub zastupnika socijaldemokrata u EP-u je predložio amandman kojim se traži javna objava korisnika beneficija u korporacijama radi legitimnog javnog interesa. Vjerujem da će izglasani tekst doprinijeti transparentnom sustavu financiranja unutar EU-a.

Daniel Buda (PPE), *în scris*. – UE a arătat de-a lungul timpului faptul că este preocupată de inițierea și aplicarea unor măsuri de combatere a spălării banilor proveniți din săvârșirea unor infracțiuni. Însă, aceste eforturi s-au dovedit a fi insuficiente pe fondul actelor teroriste care zdruncină tot mai des societatea în care trăim. Utilizarea sistemului financiar pentru finanțarea terorismului cum ar fi luarea de ostatici, întocmirea de documente administrative false și conducerea unui grup terorist, reprezintă realități ale societății contemporane, care trebuie combătute cu maximă urgență de către forurile europene și internaționale. Utilizarea sistemului financiar în scopul spălării banilor și finanțării terorismului aduce zilnic prejudicii grave în ceea ce privește stabilitatea sectorului financiar european. Însă, cu ajutorul unor eforturi susținute prin care să se urmărească creșterea gradului de vigilență a băncilor, a celorlalți actori financiari, implicit a clientelei per ansamblu, se va contribui substanțial la stoparea acestor tipuri de infracțiuni și se va institui un proces de examinare mai rapid al tranzacțiilor suspecte. Am votat în favoarea raportului, deoarece luarea de măsuri suplimentare pentru prevenirea utilizării sistemului financiar în scopul spălării banilor și finanțării terorismului întărește stabilitatea și transparența, contribuind astfel la protejarea și încurajarea economiei legale.

Gianluca Buonanno (NI), *per iscritto*. – Voto positivo. La relazione pone l'obiettivo di un maggior controllo a livello finanziario per intercettare movimenti di denaro a fini di riciclaggio o finanziamento al terrorismo.

Soledad Cabezón Ruiz (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de esta propuesta de Directiva porque la solidez, integridad y estabilidad de las entidades financieras y de crédito, así como la confianza en el sistema financiero en su conjunto, podrían verse en grave peligro debido a los esfuerzos de los delincuentes y sus cómplices, ya sea por encubrir el origen de los productos del delito, ya por canalizar el producto de actividades legítimas o ilegítimas a fines terroristas.

Los blanqueadores de capitales y los financiadores del terrorismo podrían aprovechar la libre circulación de capitales y la libre prestación de servicios financieros que trae consigo un espacio financiero integrado para facilitar sus actividades delictivas, por lo que resulta necesario adoptar medidas de coordinación en el ámbito de la Unión.

Además, me felicito porque el Grupo de los Socialistas y Demócratas ha logrado incluir en la futura norma el establecimiento de un registro público de propietarios beneficiarios de los activos financieros, al nivel de los Estados miembros, y cuyo acceso se puede permitir a cualquiera con un «interés legítimo». Es necesario identificar a toda persona física que ostente la propiedad o el control de una persona jurídica. Esta es una herramienta fundamental para luchar contra las sociedades interpuestas.

Alain Cadec (PPE), *par écrit*. – Il nous faut une législation européenne solide en matière de lutte contre le blanchiment des capitaux. Cela nous permettra entre autres de lutter contre le financement du terrorisme.

Cette législation est le résultat d'un compromis liant sécurité et protection des données privées. Dans la lutte contre le terrorisme et le blanchiment des capitaux, nous devons apporter une réponse européenne. Plus de transparence en la matière servira à l'accomplissement de cet objectif. J'ai voté en faveur de ce texte.

Nicola Caputo (S&D), *per iscritto*. – Sono a favore della raccomandazione per la seconda lettura relativa alla posizione del Consiglio in prima lettura in vista dell'adozione della direttiva del Parlamento europeo e del Consiglio relativa alla prevenzione dell'uso del sistema finanziario a fini di riciclaggio o finanziamento del terrorismo, che modifica il regolamento (UE) n. 648/2012 del Parlamento europeo e del Consiglio e che abroga la direttiva 2005/60/CE del Parlamento europeo e del Consiglio e la direttiva 2006/70/CE della Commissione.

Ritengo che sia il riciclaggio di denaro che il finanziamento del terrorismo ostacolino il corretto funzionamento e la stabilità del sistema europeo e mettano a rischio la società e i suoi interessi. L'adozione della direttiva antiriciclaggio rappresenta un significativo passo verso una maggiore efficacia nella lotta a queste problematiche, e quindi mi sono espresso a suo favore.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD), *per iscritto*. – Nonostante riconosca che sono stati compiuti significativi passi in avanti rispetto alla situazione attuale, non sono soddisfatto del compromesso raggiunto in materia di accesso ai registri pubblici. La considero un'occasione mancata per una migliore trasparenza e per l'introduzione di strumenti efficaci nel quadro europeo antiriciclaggio. Per questi motivi ho preferito astenermi.

Jean-Marie Cavada (ALDE), *par écrit*. – Je me félicite de l'adoption des recommandations de Krisjanis Karins et Judith Sargentini ainsi que de Timothy Kirkhope et Peter Simon sur la prévention de l'utilisation du système financier aux fins du blanchiment de capitaux et du financement du terrorisme.

En prévoyant l'obligation pour les États membres de détenir l'information sur les bénéficiaires effectifs des personnes morales et des trusts au sein d'un registre centralisé, mais aussi une harmonisation transfrontalière des compétences au sein de l'Union, tant entre les États membres qu'entre leurs cellules de renseignement financier, ainsi qu'une analyse européenne du financement du terrorisme menée par la Commission, l'Union européenne se dote d'un projet ambitieux qui constitue une avancée majeure en matière de transparence de l'accès à l'information sur les bénéficiaires effectifs.

L'Union sera à n'en pas douter au premier plan de la lutte contre le blanchiment de capitaux et le financement du terrorisme ces prochaines années.

Aymeric Chauprade (NI), *par écrit*. – Je me suis positionné en faveur de cette directive visant à lutter contre le blanchiment de capitaux, lesquels servent notamment au financement du terrorisme. Le texte est en effet le fruit d'un compromis entre le Parlement et le Conseil et va dans le sens d'un renforcement de l'intégrité et de la solidité du système financier européen.

Ainsi, les jeux d'argent et de hasard sont encadrés et les prestataires doivent exercer une diligence raisonnable pour les transactions de 2 000 euros ou plus; le texte est, cela dit, réaliste puisqu'il laisse une latitude aux États membres, qui seraient autorisés à exempter ces services, à l'exclusion des casinos, de certaines obligations, dans des circonstances limitées et justifiées.

Par ailleurs, je suis favorable à l'approche développée par la directive qui se fonde sur une évaluation des risques, lesquels seraient évalués par la Commission pour ceux qui pourraient affecter le marché intérieur.

Je mettrais tout de même un bémol sur la position du Conseil qui ne fait pas de distinction entre les personnes qui exercent ou ont exercé des fonctions importantes sur le territoire national ou à l'étranger.

Caterina Chinnici (S&D), *per iscritto*. – Il testo votato rappresenta un importante passo avanti nel quadro europeo antiriciclaggio: non solo allinea i paesi UE ai più avanzati standard internazionali, ma va ben oltre tali standard.

La direttiva contiene una serie di disposizioni ambiziose, grazie alle quali l'Europa potrà compiere considerevoli passi avanti nella lotta contro il riciclaggio di denaro e il finanziamento del terrorismo. In particolar modo, al fine di accrescere la trasparenza in merito alla proprietà delle società e dei *trust*, il testo approvato introduce un registro centralizzato di informazioni relative alla proprietà effettiva in tutti i paesi europei.

Inoltre, la direttiva riconosce l'importanza di un approccio sovranazionale per contrastare i rischi di riciclaggio di denaro e finanziamento del terrorismo nell'Unione e si muove in questa direzione, affidando alla Commissione europea il compito di condurre una valutazione sovranazionale di tali rischi e di formulare raccomandazioni agli Stati membri affinché questi ultimi vi possano far fronte in modo efficace.

Per questi motivi ho votato a favore

Salvatore Cicu (PPE), *per iscritto*. – Il provvedimento ha come obiettivo il rafforzamento del mercato interno mediante la riduzione della complessità transfrontaliera, la tutela degli interessi della società dalla criminalità e dagli atti terroristici e il contributo alla stabilità finanziaria tutelando la solidità, il funzionamento regolare e l'integrità del sistema finanziario.

L'abbattimento delle barriere nel mercato interno non solo agevola la creazione o lo sviluppo di attività legittime nell'UE, ma può anche offrire maggiori opportunità di riciclaggio e finanziamento del terrorismo. I criminali che svolgono attività di riciclaggio potrebbero quindi cercare di occultare o mascherare la vera natura, l'origine o la proprietà dei beni in questione e trasformarli in proventi apparentemente leciti.

Il riciclaggio di denaro e il finanziamento del terrorismo costituiscono un grave rischio per l'integrità, il funzionamento regolare, la reputazione e la stabilità del sistema finanziario. A tal fine, è stata adottata una normativa europea che necessita di essere costantemente aggiornata, a causa della natura mutevole delle minacce costituite dal riciclaggio e dal finanziamento del terrorismo, facilitata dalla continua evoluzione della tecnologia e dei mezzi a disposizione dei criminali.

Alla luce di tali considerazioni, ho espresso il mio voto a favore.

Carlos Coelho (PPE), *por escrito*. – O combate ao terrorismo está, infelizmente, de novo na agenda mediática. Esta iniciativa, no entanto, é expressão do trabalho continuado e estruturado que a União Europeia tem vindo a desenvolver no combate a este fenómeno.

Com efeito, e apesar de ter sido um processo longo e tecnicamente complexo, este relatório vem aprovar a quarta revisão da Diretiva 2005/60/EC. Visa adaptar o quadro legislativo à crescente complexidade do sistema financeiro, através do aumento da transparência e do controlo de transações.

No combate ao terrorismo, o financiamento é incontornável mostrando-se por isso essencial está alteração. No âmbito da Comissão Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos, demos particular atenção ao equilíbrio - sempre necessário - entre a segurança e o direito à proteção de dados dos cidadãos europeus.

É meu entendimento que ambos os direitos ficam assegurados e a União ficará por isso mais segura, tendo por isso dado o meu voto positivo a este relatório.

Lara Comi (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore della nuova direttiva antiriciclaggio, che ha lo scopo di rafforzare la lotta contro i crimini fiscali e il finanziamento del terrorismo, e che introduce una modifica alla disciplina precedente al fine di rafforzare il mercato interno e favorire una maggiore trasparenza dei movimenti finanziari.

La crescente complessità del settore finanziario richiede, infatti, norme più stringenti atte a garantire la sicurezza tanto dell'economia europea quanto dei suoi cittadini, considerati i fondati sospetti di riciclaggio e finanziamento del terrorismo.

Accolgo, pertanto, con favore la proposta, introdotta dal Parlamento, di obbligare gli Stati membri a tenere dei registri centrali su cui riportare i nomi e le informazioni dei proprietari effettivi di società e di altre entità giuridiche. Tali registri saranno poi resi accessibili ai soli soggetti capaci di dimostrare un «interesse legittimo» in relazione al riciclaggio, al finanziamento del terrorismo e ai reati presupposti associati che potrebbero aiutarne il finanziamento, quali corruzione, crimini fiscali e frode.

Si potrà in questo modo esercitare un più adeguato livello di controllo sui movimenti finanziari, accrescendo la trasparenza senza che siano lesi i diritti alla *privacy* e alla protezione dei dati dei cittadini europei.

Therese Comodini Cachia (PPE), *in writing*. – The revision of directive 2005/60/EC was necessary to strengthen the internal market and to support the fight against terrorism. The main points of the second reading agreement concern the beneficial ownership registers: Member States will have to ensure that central registers, commercial registers or company registers within their territory contain information about beneficial owners that is accessible by competent authorities, obliged entities and the wider public, provided that they can demonstrate a legitimate interest. Further provisions have been agreed to ensure that EU data protection requirements are applied. I voted in favour.

Ignazio Corrao (EFDD), *per iscritto*. – Si tratta della quarta direttiva antiriciclaggio, proposta dalla Commissione nel 2013 per allineare il quadro europeo agli standard internazionali elaborati dalla *Financial Action Task Force*.

Lo scopo della direttiva è di contrastare riciclaggio di denaro, evasione fiscale e finanziamento al terrorismo, accrescendo la trasparenza e migliorando la tracciabilità dei flussi finanziari all'interno dell'UE. La direttiva, votata in Parlamento durante la scorsa legislatura, è uscita sostanzialmente annacquata dalle negoziazioni con il Consiglio durante la Presidenza italiana. Pur di chiudere il *file*, si è accettato un compromesso al ribasso che solleva importanti criticità in merito a trasparenza e implementazione efficace, che dipenderà soprattutto da come questa verrà recepita nei vari Stati membri. L'ampia discrezionalità a livello nazionale rischia inoltre di portare a un'implementazione disomogenea tra Stati membri, creando nuove scappatoie e possibilità di arbitraggio regolamentare. Anche se questa nuova direttiva va nella giusta direzione, le numerose lacune non ci consentono di dare il nostro sostegno al testo finale. Ho quindi deciso di astenermi.

Javier Couso Permuy (GUE/NGL), *por escrito***.** – El Consejo europeo se ha negado repetidamente a levantar el secreto sobre muchas de las prácticas fiscales que facilitan el blanqueo de capitales. Sin embargo, la revelación de escándalos como el de LuxLeaks ha permitido presionar para que se abriera, aun parcialmente, tales registros al escrutinio de las autoridades públicas y de aquellas organizaciones y miembros de la sociedad civil con un interés legítimo, en el que se incluye la persecución de los crímenes tributarios. Aunque insuficiente, el compromiso final representa un avance respeto a las posiciones negociadoras anteriores. El presente informe no tiene voto final, al tratarse de una segunda lectura dentro del proceso de trílogo.

Andrea Cozzolino (S&D), *per iscritto*. – L'obiettivo della Commissione è quello di rafforzare le regole esistenti in materia di anti-riciclaggio di denaro e di trasferimento di fondi, allineandole con le norme internazionali e con le raccomandazioni del GAFI. L'istituzione di un registro pubblico dei beneficiari rappresenta un passo in avanti fondamentale nella lotta contro il riciclaggio di denaro e i casi di finanziamento del terrorismo.

Siamo di fronte a una materia delicata, con implicazioni importanti. I gruppi terroristici internazionali, che hanno sempre maggiore bisogno di far circolare denaro per tenere in vita le loro reti del terrore, utilizzano il riciclaggio per occultare la vera natura, l'origine o la proprietà dei beni, trasformandoli in proventi apparentemente leciti. Il riciclaggio di denaro e il finanziamento del terrorismo costituiscono un grave rischio, con conseguenze potenzialmente devastanti per l'intera società.

Dobbiamo stare al passo con le mutevoli forme che i criminali internazionali fanno assumere ai propri meccanismi e dobbiamo farlo in maniera rapida e coraggiosa, senza paura di scontentare qualche grande gruppo finanziario che utilizza le carenze del sistema per il proprio tornaconto. In caso contrario, disporremo di un'arma obsoleta e inutile contro una delle minacce più gravi di questo inizio di millennio.

Michel Dantin (PPE), *par écrit*. – Le présent rapport vise à réviser la directive 2005/60/CE en vue de renforcer les règles applicables dans le cadre du marché intérieur et prévenir le détournement du système financier européen à des fins criminelles.

Considérant qu'il est nécessaire, dans le contexte actuel de menace terroriste, de rendre les transferts financiers plus transparents et de mieux les contrôler, en vue d'éviter le blanchiment des capitaux permettant le financement des réseaux et des activités terroristes, j'ai également voté en faveur de ce texte.

Rachida Dati (PPE), *par écrit***.** – Par ce rapport, le Parlement valide en deuxième lecture la proposition de la Commission visant à réviser la directive anti-blanchiment.

Les organisations criminelles trouvant toujours de nouveaux moyens pour contourner les règles, il est nécessaire de faire évoluer notre législation. Cela est d'autant plus important que les capitaux blanchis sont des sources de financement du terrorisme et de la prolifération des armes de destruction massive. Depuis longtemps, j'ai appelé à plusieurs reprises à des moyens accrus pour prévenir le financement des activités terroristes. L'adoption de cette directive est l'un de ces moyens, c'est pourquoi j'ai voté en faveur de ce rapport.

Isabella De Monte (S&D), *per iscritto*. – 330 miliardi di euro sono la cifra del riciclaggio in Europa. Indubbiamente, si tratta di un settore nel quale dobbiamo intervenire con forza e decisione. La proposta di direttiva del Parlamento europeo e del Consiglio relativa alla prevenzione dell'uso del sistema finanziario a scopo di riciclaggio dei proventi di attività criminose e di finanziamento del terrorismo va in questa direzione. Si tratta di costruire un appropriato ed equilibrato quadro legislativo che comprenda tutte quelle misure contro il riciclaggio di denaro da parte delle organizzazioni criminali comprendenti quelle che operano nella raccolta di fondi collegati ad attività terroristiche. Per questa ragione, l'impegno europeo deve essere coordinato a livello internazionale inserendosi all'interno del Gruppo d'azione finanziaria internazionale.

Una grande attenzione è stata spesa per le misure di prevenzione attraverso l'istituzione di norme relative agli enti finanziari e a privati. In particolare sono state incoraggiate quelle misure per il riconoscimento dei propri clienti. Dunque, gli Stati membri devono essere in grado di obbligare gli enti di paesi terzi attivi nel loro territorio a seguire i requisiti relativi alla trasparenza nell'Unione europea.

Pertanto, ritengo significativi i passi avanti compiuti in questa direzione per assicurare una dura lotta al riciclaggio e al terrorismo in Europa.

Marielle de Sarnez (ALDE), *par écrit*. – Le total de l'argent blanchi représente 5 % du PIB mondial chaque année. Le Parlement européen a souhaité instaurer des règles plus strictes sur le blanchiment d'argent pour lutter contre l'évasion fiscale et le financement du terrorisme.

Les fraudeurs ne pourront plus utiliser l'anonymat de sociétés et comptes *offshore* pour cacher leurs transactions financières. En effet, les propriétaires d'entreprises devront désormais être inscrits dans des registres centraux tenus par les États membres. Ces registres seront accessibles aux autorités compétentes et à leurs cellules de renseignement financier, ainsi qu'aux personnes ayant un «intérêt légitime» comme les journalistes.

Ces dispositions placent ainsi l'Union européenne au premier plan de la lutte contre le blanchiment de capitaux et le financement du terrorisme.

Andor Deli (PPE), *írásban*. – A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam azt a Tanáccsal már egyeztetett, pénzmosásról szóló új szabályzás elfogadását, amely most első ízben arra kötelezi a tagállamokat, hogy egy központi adatbázisban tüntessék fel a vállalatok, egyéb jogi személyek és vagyonkezelők tényleges tulajdonosait. Az új irányelv célja a pénzmosás, az adózással kapcsolatos bűncselekmények és a terrorizmus finanszírozása elleni fellépés. A pénzmosás napjainkra az egyik legjövedelmezőbb és legnagyobb szabású üzletté vált a világon. Az IMF szerint a pénzmosás volumene a Föld összes országa egyesített GDP-jének 2–5%-át teszi ki. A most javasolt kezdeményezések végre koordinálják és integrálják a már meglévő normákat, valamint célzottabb és koncentrált, kockázatalapú megközelítést hoznak létre az egész EU-ban a pénzmosás elleni hatékonyabb küzdelem érdekében.

Úgy vélem, hogy a tagállamok számára lehetővé kell tenni, hogy a területükön lévő külföldi jogalanyokat kötelezzék arra, hogy minden gyanús tevékenységükről beszámoljanak az érintett tagállamban működő pénzügyi hírszerző egységnek. A külföldi jogalanyoknak pedig meg kell felelniük az információ átláthatóságával kapcsolatban adott országban érvényes követelményeknek. A nyilvántartások összekapcsolhatósága sajnos elengedhetetlen ezen információk felhasználhatósága érdekében az üzleti ügyletek határokon átnyúló jellege és a belső piac összekapcsolhatósága miatt. Ezért a nyilvántartásokat sürgősen össze kell kapcsolni és a hatóságok és a kötelezett jogalanyok számára hozzáférhetővé kell tenni.

Gérard Deprez (ALDE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la nouvelle directive visant à intensifier la lutte contre les infractions fiscales, le blanchiment de capitaux et le financement du terrorisme. J'ai également soutenu le nouveau règlement sur les transferts de fonds qui vise à améliorer la traçabilité des payeurs et des bénéficiaires ainsi que de leurs actifs.

La criminalité financière est un phénomène transfrontalier. Pour la contrer, il est nécessaire que l'UE se dote de règles harmonisées. C'est pourquoi, je me réjouis que les députés aient souhaité aller plus loin que la proposition de la Commission. Le fait de demander aux États membres de tenir des registres centraux reprenant les informations liées aux propriétaires réels de sociétés et de fiducies est une avancée majeure qui va dans le sens d'une plus grande transparence.

Ces nouvelles règles sont une étape importante dans la lutte contre le blanchiment d'argent, la corruption et le financement du terrorisme. Elles garantissent une cohérence avec l'approche suivie au niveau international. Il est maintenant temps que les États membres mettent en œuvre rapidement ces nouvelles règles.

Tamás Deutsch (PPE), *írásban***.** – A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam azt a Tanáccsal már leegyeztetett, pénzmosásról szóló új szabályzás elfogadását, amely most első ízben arra kötelezi a tagállamokat, hogy egy központi adatbázisban tüntessék fel a vállalatok, egyéb jogi személyek és vagyonkezelők tényleges tulajdonosait. Az új irányelv célja a pénzmosás, az adózással kapcsolatos bűncselekmények és a terrorizmus finanszírozása elleni fellépés.

A pénzmosás napjainkra az egyik legjövedelmezőbb és legnagyobb szabású üzletté vált a világon. Az IMF szerint a pénzmosás volumene a Föld összes országa egyesített GDP-jének 2–5%-át teszi ki. A most javasolt kezdeményezések végre koordinálják és integrálják a már meglévő normákat, valamint célzottabb és koncentrált, kockázatalapú megközelítést hoznak létre az egész EU-ban a pénzmosás elleni hatékonyabb küzdelem érdekében.

Úgy vélem, hogy a tagállamok számára lehetővé kell tenni, hogy a területükön lévő külföldi jogalanyokat kötelezzék arra, hogy minden gyanús tevékenységükről beszámoljanak az érintett tagállamban működő pénzügyi hírszerző egységnek. A külföldi jogalanyoknak pedig meg kell felelniük az információ átláthatóságával kapcsolatban adott országban érvényes követelményeknek.

A nyilvántartások összekapcsolhatósága sajnos elengedhetetlen ezen információk felhasználhatósága érdekében az üzleti ügyletek határokon átnyúló jellege és a belső piac összekapcsolhatósága miatt. Ezért a nyilvántartásokat sürgősen össze kell kapcsolni és a hatóságok és a kötelezett jogalanyok számára hozzáférhetővé kell tenni.

Ангел Джамбазки (ECR), *в писмена форма*. – Подкрепих предложението за изменение на директивата относно прането на пари с цел финансиране на международния тероризъм, тъй като смятам, че то е от изключително значение. Действащото европейско законодателство в тази сфера е остаряло и не е в съответствие с международните стандарти, което моментално ни поставя на губещата страна в борбата срещу международния тероризъм.

Всички много добре знаем, че терористичните организации винаги са една стъпка напред, както в използването на нови технологии, така и в намирането на дупки в нашите законодателства. Основно противодействие на заплахата произтичаща от терористичните организации е спирането или частичното намаляване на паричните потоци, финансиращи терористичните дейности. Това е и пряко свързано с парите от производството и нелегалния трафик на дрога, трафика на хора и други дейности, присъщи на организираната престъпност. Връзката между организираната престъпност и тероризма е пряка. Ограничаването на финансовите потоци към терористичните организации и групи ще доведе до ограничаване на терористичната активност.

Тероризмът действа в международен мащаб и именно за това трябва да предприемаме решаващи общи действия и постоянно да адаптираме нормативната уредба, за да можем поне частично да ограничим заплахата произтичаща от незаконните организации, като трафиканти и терористи.

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), *γραπτώς*. – Εφόσον η κύρια πηγή χρηματοδότησης της τρομοκρατίας και η νομιμοποίηση εσόδων είναι κυρίως οι ηλεκτρονικές συναλλαγές μέσω του δαιδαλώδους τραπεζικού συστήματος, η πρόβλεψη εξαιρέσεων στην εφαρμογή κανόνων και περιορισμών είναι εσφαλμένη (όπως η πρόβλεψη εξαιρέσεων στις μεμονωμένες συναλλαγές, η αύξηση του κατωφλίου για τα φυσικά ή νομικά πρόσωπα, το χαμηλό ύψος των διοικητικών χρηματικών προστίμων κτλ).

Norbert Erdős (PPE), *írásban*. – Kiemelten fontos témáról van szó, hiszen minden eszközzel fel kell lépni a bűnszervezetek és a terrorista szervezetek finanszírozása ellen. A szóban forgó jogszabályjavaslat célja ezért a pénzmozgások jobb átláthatóságának a biztosítása. A második olvasatban a Tanáccsal megszületett megállapodás kielégíti a megfogalmazott célkitűzéseket, ezért szavazatommal támogattam a megállapodás szövegének a jóváhagyását.

Eleonora Evi (EFDD), *per iscritto*. – Valuto sicuramente molto positivamente la volontà di questo Parlamento di lavorare su una direttiva che contrasti l'evasione, il riciclaggio e il finanziamento del terrorismo e che aspiri ad introdurre nel sistema europeo maggiore trasparenza e tracciabilità dei flussi finanziari.

Tuttavia non si può non notare che il testo votato per la prima volta in Parlamento nella scorsa legislatura è ora tornato in Aula, per la seconda lettura, gravemente alleggerito dopo le trattative in Consiglio, durante la presidenza italiana. In particolare preoccupa che il registro centrale dei titolari effettivi non sia accessibile se non a chi dimostra di avere un interesse legittimo, non meglio specificato, e alle autorità, contrariamente quindi a quanto richiesto dal Parlamento. Rilevante anche il fatto che si lasci un'amplissima discrezionalità agli Stati membri, il che potrebbe comportare non solo un ulteriore alleggerimento delle norme a livello nazionale, ma anche un'implementazione notevolmente disomogenea della direttiva.

Per queste ragioni, non volendo votare contro un testo che comunque pare andare nella giusta direzione, abbiamo deciso di astenerci dal giudizio.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Os países da UE devem manter um registo central com informações sobre os beneficiários efetivos de sociedades, fundações e outras estruturas, para que seja possível identificar as pessoas que, na realidade, se encontram por trás dessas entidades. Esta diretiva visa apertar a luta contra os crimes fiscais e o financiamento do terrorismo.

As novas regras europeias exigem que sejam criados e mantidos registos centrais em todos os países da UE sobre os beneficiários efetivos de sociedades, fundações, trusts e outras entidades.

Os Estados-Membros deverão assegurar o armazenamento dessas informações num registo situado fora das sociedades, podendo utilizar uma base de dados central que recolha as informações sobre os beneficiários efetivos, o registo comercial ou outro registo central. Nos próximos quatro anos, a Comissão deverá avaliar as condições e os procedimentos técnicos para garantir a segurança e eficácia da interconexão dos registos centrais, através de uma plataforma central europeia. Votei favoravelmente.

Jonás Fernández (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de esta propuesta de Directiva porque la solidez, integridad y estabilidad de las entidades financieras y de crédito, así como la confianza en el sistema financiero en su conjunto, podrían verse en grave peligro debido a los esfuerzos de los delincuentes y sus cómplices, ya sea por encubrir el origen de los productos del delito, ya por canalizar el producto de actividades legítimas o ilegítimas a fines terroristas. Los blanqueadores de capitales y los financiadores del terrorismo podrían aprovechar la libre circulación de capitales y la libre prestación de servicios financieros que trae consigo un espacio financiero integrado para facilitar sus actividades delictivas, por lo que resulta necesario adoptar medidas de coordinación en el ámbito de la Unión.

Además, me felicito porque el Grupo de los Socialistas y Demócratas ha logrado incluir en la futura norma el establecimiento de un registro público de propietarios beneficiarios de los activos financieros, al nivel de los Estados miembros, y cuyo acceso se puede permitir a cualquiera con un «interés legítimo». Es necesario identificar a toda persona física que ostente la propiedad o el control de una persona jurídica. Esta es una herramienta fundamental para luchar contra las sociedades interpuestas.

Edouard Ferrand (NI), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de cette délibération, parce que je suis par principe favorable à toute avancée dans le sens répressif pour lutter sans relâche contre le terrorisme.

Luke Ming Flanagan (GUE/NGL), *in writing*. – Given our own experience of both terrorism and the abuse of the financial system, 'prevention of the use of the financial system for the purpose of money laundering and terrorist financing' is something that should be close to the heart of every Irish person. I do not have to elaborate on how physical terrorism affected Ireland for decades, and there are still those who have not been weaned off it just yet. But there is also another kind of terrorism, terrorism that is far more widespread and far more endemic. I am talking about financial terrorism, the terror inflicted on peoples all over the world by the small but disproportionately powerful moneyed interests, whose actions are facilitated by captured governments. Our own government in Ireland has long been captured and is now held prisoner by the IFSC, dancing to its every tune, the same financial centre which is so low down the scale – or so high, depending on your perspective – that it was described by no less an outlet than the *New York Times* as the 'Wild West' of high finance. Consequently, I had no hesitation voting for this.

Monika Flašíková Beňová (S&D), *písomne* – Nakoľko sa každý rok celosvetovo preperie 615 miliárd až 1,54 biliardy EUR špinavých peňazí a rôzne skupiny organizovaného zločinu naďalej využívajú tradičné metódy prania špinavých peňazí, akými sú fiktívne spoločnosti a účty vedené v zahraničných jurisdikciách, a navyše osoby, ktoré perú špinavé peniaze, taktiež čoraz viac využívajú internet a iné technologické inovácie, pričom dochádza k vzniku poskytovateľov nezákonných finančných služieb vo forme nemonitorovaných platobných platforiem a bánk, je absolútne nevyhnutné, aby došlo k aktualizácii zastaranej smernice o praní špinavých peňazí 2005/60/ES. Najmä v súčasnej zhoršenej bezpečnostnej situácii v Európskej únii nemôžeme dovoliť, aby páchatelia rozsiahlej trestnej činnosti naďalej legalizovali a transformovali svoje prostriedky. Teroristické skupiny sa snažia o zlegalizovanie svojich príjmov, ktoré môžu potom použiť a ohrozovať celú spoločnosť. Európska spoločnosť musí pružnejšie reagovať na hrozby aj vzhľadom na meniaci sa charakter hrozby a technologické zmeny. Nové právne predpisy Európskej únie v predmetnej oblasti nám umožnia účinnejšie reagovať.

Lorenzo Fontana (NI), *per iscritto*. – Voto a favore del testo che pone l'obiettivo di un maggior controllo a livello finanziario per intercettare movimenti di denaro a fini di riciclaggio o finanziamento del terrorismo.

Λάμπρος Φουντούλης (NI), *γραπτώς*. – Η ψήφος μου είναι κατά, εφόσον η κύρια πηγή χρηματοδότησης της τρομοκρατίας και η νομιμοποίηση εσόδων είναι κυρίως οι ηλεκτρονικές συναλλαγές μέσω του δαιδαλώδους τραπεζικού συστήματος, η πρόβλεψη εξαιρέσεων στην εφαρμογή κανόνων και περιορισμών είναι εσφαλμένη (όπως η πρόβλεψη εξαιρέσεων στις μεμονωμένες συναλλαγές, η αύξηση του κατωφλίου για τα φυσικά ή νομικά πρόσωπα, το χαμηλό ύψος των διοικητικών χρηματικών προστίμων κτλ)

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *in writing*. – I welcome the inclusion in this report of our Group's perspective regarding the setting up of a public register on beneficial owners. Access to the public register on beneficial ownership is subject to a 'legitimate interest': this formulation will allow those Member States which wish to be more transparent to adopt a broad definition of legitimate interest. Member States may provide for an exemption to access to all or part of the beneficial ownership information on a case-by-case basis in exceptional circumstances, if this would expose a beneficial owner to the risk of fraud, kidnapping, blackmail, violence or intimidation or if the beneficial owner is a minor or otherwise incapable.

The fourth Anti-Money-Laundering Directive will provide a sound basis for providing maximum transparency in respect of beneficial ownership of corporate structures across the EU.

Kinga Gál (PPE), *írásban*. – A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam azt a Tanáccsal már leegyeztetett, pénzmosásról szóló új szabályzás elfogadását, amely most első ízben arra kötelezi a tagállamokat, hogy egy központi adatbázisban tüntessék fel a vállalatok, egyéb jogi személyek és vagyonkezelők tényleges tulajdonosait. Az új irányelv célja a pénzmosás, az adózással kapcsolatos bűncselekmények és a terrorizmus finanszírozása elleni fellépés.

A pénzmosás napjainkra az egyik legjövedelmezőbb és legnagyobb szabású üzletté vált a világon. Az IMF szerint a pénzmosás volumene a Föld összes országa egyesített GDP-jének 2–5%-át teszi ki. A most javasolt kezdeményezések végre koordinálják és integrálják a már meglévő normákat, valamint célzottabb és koncentrált, kockázatalapú megközelítést hoznak létre az egész EU-ban a pénzmosás elleni hatékonyabb küzdelem érdekében.

Úgy vélem, hogy a tagállamok számára lehetővé kell tenni, hogy a területükön lévő külföldi jogalanyokat kötelezzék arra, hogy minden gyanús tevékenységükről beszámoljanak az érintett tagállamban működő pénzügyi hírszerző egységnek. A külföldi jogalanyoknak pedig meg kell felelniük az információ átláthatóságával kapcsolatban az adott országban érvényes követelményeknek.

A nyilvántartások összekapcsolhatósága sajnos elengedhetetlen ezen információk felhasználhatósága érdekében az üzleti ügyletek határokon átnyúló jellege és a belső piac összekapcsolhatósága miatt. Ezért a nyilvántartásokat sürgősen össze kell kapcsolni és a hatóságok, és a kötelezett jogalanyok számára hozzáférhetővé kell tenni.

Ildikó Gáll-Pelcz (PPE), *írásban*. – A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam azt a Tanáccsal már egyeztetett, pénzmosásról szóló új szabályzás elfogadását, amely most első ízben arra kötelezi a tagállamokat, hogy egy központi adatbázisban tüntessék fel a vállalatok, egyéb jogi személyek és vagyonkezelők tényleges tulajdonosait. Az új irányelv célja a pénzmosás, az adózással kapcsolatos bűncselekmények és a terrorizmus finanszírozása elleni fellépés. A pénzmosás napjainkra az egyik legjövedelmezőbb és legnagyobb szabású üzletté vált a világon. Az IMF szerint a pénzmosás volumene a Föld összes országa egyesített GDP-jének 2–5%-át teszi ki. A most javasolt kezdeményezések végre koordinálják és integrálják a már meglévő normákat, valamint célzottabb és koncentrált, kockázatalapú megközelítést hoznak létre az egész EU-ban a pénzmosás elleni hatékonyabb küzdelem érdekében.

Úgy vélem, hogy a tagállamok számára lehetővé kell tenni, hogy a területükön lévő külföldi jogalanyokat kötelezzék arra, hogy minden gyanús tevékenységükről beszámoljanak az érintett tagállamban működő pénzügyi hírszerző egységnek. A külföldi jogalanyoknak pedig meg kell felelniük az információ átláthatóságával kapcsolatban adott országban érvényes követelményeknek. A nyilvántartások összekapcsolhatósága sajnos elengedhetetlen ezen információk felhasználhatósága érdekében az üzleti ügyletek határokon átnyúló jellege és a belső piac összekapcsolhatósága miatt. Ezért a nyilvántartásokat sürgősen össze kell kapcsolni és a hatóságok és a kötelezett jogalanyok számára hozzáférhetővé kell tenni.

Iratxe García Pérez (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de esta propuesta de Directiva porque la solidez, integridad y estabilidad de las entidades financieras y de crédito, así como la confianza en el sistema financiero en su conjunto, podrían verse en grave peligro debido a los esfuerzos de los delincuentes y sus cómplices, ya sea por encubrir el origen de los productos del delito, ya por canalizar el producto de actividades legítimas o ilegítimas para fines terroristas.

Los blanqueadores de capitales y los financiadores del terrorismo podrían aprovechar la libre circulación de capitales y la libre prestación de servicios financieros, que trae consigo un espacio financiero integrado, para facilitar sus actividades delictivas, por lo que resulta necesario adoptar medidas de coordinación en el ámbito de la Unión.

Además, el Grupo de los Socialistas y Demócratas ha logrado incluir en la futura norma un demanda muy importante, el establecimiento de un registro público de propietarios beneficiarios de los activos financieros, al nivel de los Estados miembros, que permite el acceso a cualquiera con un «interés legítimo». Es necesario identificar a toda persona física que ostente la propiedad o el control de una persona jurídica. Esta es una herramienta fundamental para luchar contra las sociedades interpuestas.

Eider Gardiazabal Rubial (S&D), *por escrito*. – Los blanqueadores de capitales y los financiadores del terrorismo podrían aprovechar la libre circulación de capitales y la libre prestación de servicios financieros que trae consigo un espacio financiero integrado para facilitar sus actividades delictivas, por lo que resulta necesario adoptar medidas de coordinación en el ámbito de la Unión.

Por lo tanto, he votado a favor de esta propuesta de Directiva porque la solidez, integridad y estabilidad de las entidades financieras y de crédito, así como la confianza en el sistema financiero en su conjunto, podrían verse en grave peligro debido a los esfuerzos de los delincuentes y sus cómplices, ya sea por encubrir el origen de los productos del delito, ya por canalizar el producto de actividades legítimas o ilegítimas a fines terroristas.

Además, el Grupo de los Socialistas y Demócratas ha logrado incluir en la futura norma el establecimiento de un registro público de propietarios beneficiarios de los activos financieros, al nivel de los Estados miembros, y cuyo acceso se puede permitir a cualquiera con un «interés legítimo». Es necesario identificar a toda persona física que ostente la propiedad o el control de una persona jurídica. Esta es una herramienta fundamental para luchar contra las sociedades interpuestas.

Elisabetta Gardini (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore di questa raccomandazione con cui si danno istruzioni per la pubblicazione in Gazzetta ufficiale di una importante direttiva che contrasta l'utilizzo del sistema finanziario a fini di riciclaggio o finanziamento del terrorismo.

È necessaria una strategia a 360 gradi dell'Unione europea contro la criminalità e il terrorismo. Oggi abbiamo portato a compimento un importante tassello della nostra strategia in ambito fiscale: è ora necessario procedere spediti anche in tutti gli altri ambiti e vigilerò perché questo avvenga, rendendo la tutela della sicurezza dei cittadini e il contrasto alla criminalità una priorità del Parlamento europeo.

Enrico Gasbarra (S&D), *per iscritto***. –** Mi rallegro per l'importante proposta normativa tesa a rafforzare e ad ampliare le misure della direttiva 2005/60/CE (terza direttiva antiriciclaggio) e le raccomandazioni internazionali del GAFI (Gruppo di azione finanziaria internazionale) su cui essa si fonda.

Condivido la necessità di una maggiore informazione sui trasferimenti monetari, con accertamenti più rigidi su transazioni, beneficiari e ordinanti, l'abbassamento della soglia massima di pagamento in contanti, come anche ritengo di fondamentale importanza per rafforzare la lotta al riciclaggio e ridurre il rischio di finanziamento di azioni terroristiche attraverso il sistema finanziario l'informazione aggiornata e precisa sui titolari effettivi di enti e società negli Stati membri in un registro accessibile ai principali sistemi di confronto e controllo.

Elena Gentile (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore della direttiva che ha creato nuovi strumenti europei per combattere il riciclaggio del denaro, perché ritengo di fondamentale importanza il rafforzamento del quadro normativo e degli strumenti per combattere un fenomeno di portata globale, in linea con le norme vigenti a livello internazionale, spesso non vincolanti.

La nuova normativa, composta di una direttiva e di un regolamento, ha richiesto ben due anni di lavoro e solo nel dicembre 2014 è stato trovato l'accordo politico in Consiglio sotto la Presidenza italiana dell'UE, che ne ha fatto una battaglia qualificante.

La «IV direttiva antiriciclaggio» va ad arricchire il quadro preesistente poiché introduce nuovi elementi molto importanti quali la creazione di registri centrali, richiesti dal PE, in cui confluiscono informazioni sui beneficiari effettivi dei fondi, accessibili alle autorità competenti, alle unità di informazione finanziaria, alle banche o istituzioni finanziarie. Anche altri soggetti, diversi da questi ultimi, possono accedere ai registri centrali se dimostrano di avere un «interesse legittimo». Inoltre è introdotto e chiarito l'obbligo di prendere altre precauzioni nei rapporti con persone politicamente esposte. La direttiva mira infine ad accrescere la chiarezza e l'accessibilità delle informazioni della persona che attua il trasferimento di denaro. I dati a carattere personale sono pienamente protetti.

Tania González Peñas (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo. La directiva introduce una serie de requisitos y reglas para dificultar el lavado de dinero. Por ello de votarse hubiéramos estado a favor.

Theresa Griffin (S&D), *in writing*. – I voted in favour of the Anti-Money-Laundering Regulation as I believe it is essential that we have the most rigorous possible protections in place to stop people from either laundering money or financing terrorism. I am delighted that the final directive calls for central registers of beneficial ownership, which will also help with the ongoing fight against tax evasion and aggressive tax avoidance, and I would call on all Member States to take advantage of the option given in the directive to make those registers publicly accessible.

Françoise Grossetête (PPE), *par écrit*. – Mercredi 20 mai, j'ai voté en faveur d'une nouvelle directive visant à renforcer les règles de l'Union européenne contre le blanchiment de capitaux et le financement du terrorisme.

Les propriétaires réels de société devront désormais être inscrits dans les registres centraux des pays de l'UE, ouverts à la fois aux autorités et aux personnes ayant un «intérêt légitime», comme les journalistes d'investigation.

C'est la première fois qu'une directive contraindra les États membres à tenir de tels registres centraux. Les députés européens ont également approuvé un règlement sur les «transferts de fonds», qui vise à améliorer la traçabilité des payeurs et des bénéficiaires ainsi que de leurs actifs.

Ce vote constitue un signal fort du Parlement européen contre l'évasion fiscale et le financement du terrorisme. L'éradication de telles pratiques illégales nécessite une forte volonté politique et une coopération à tous les niveaux. Tant le blanchiment de capitaux que le financement du terrorisme constituent des obstacles au fonctionnement harmonieux, à la stabilité du système financier et au bien-être de la société.

Sylvie Guillaume (S&D), *par écrit*. – Chaque année, les capitaux blanchis représentent de 2 à 5 % du PIB mondial. Le blanchiment de capitaux, le financement du terrorisme et la criminalité organisée constituent des problèmes majeurs auxquels il convient de trouver une réponse européenne.

Dans ce contexte, il est donc crucial de défendre l'adoption de règles claires qui renforcent la vigilance de tous les professionnels concernés et permettent une transparence financière accrue. La transparence financière est en effet un outil indispensable dans la lutte efficace contre le blanchiment de capitaux. C'est pourquoi j'ai soutenu cette directive anti-blanchiment. Elle contraint notamment, et ce pour la première fois, les États membres à tenir des registres centraux reprenant les informations liées aux propriétaires effectifs de sociétés, ainsi que des trusts. Ces registres n'avaient pas été envisagés par la Commission, c'est le Parlement qui a plaidé pour leur mise en place pour en finir avec l'anonymat des sociétés et comptes offshores exploité par des fraudeurs pour dissimuler leurs transactions financières. Certes, les conditions d'accès à ce registre ne sont pas aussi ambitieuses que nous l'avions défendu, mais c'est un premier pas qu'il faut encourager. Le Parlement restera vigilant pour continuer à défendre un accès aux informations le plus large possible.

Antanas Guoga (ALDE), *raštu*. – Balsavau už pritarimą per pirmąjį svarstymą priimtai Tarybos pozicijai, siekiant priimti Europos Parlamento ir Tarybos direktyvą dėl finansų sistemos naudojimo pinigų plovimui ar teroristų finansavimui prevencijos. Pasaulis nestovi vietoje. Keičiasi ES vidaus rinka, finansų sistemos, ekonominės sąlygos, technologijos. Prie besikeičiančio pasaulio prisitaiko ir nusikaltėliai, užsiimantys pinigų plovimu ar prisidedantys prie terorizmo finansavimo. Dėl tos priežasties nuolat būtina atnaujinti, modernizuoti teisinę sistemą, kad būtų galima tinkamai užkirsti kelią minėtoms grėsmėms.

Sergio Gutiérrez Prieto (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de esta propuesta de Directiva porque la solidez, integridad y estabilidad de las entidades financieras y de crédito, así como la confianza en el sistema financiero en su conjunto, podrían verse en grave peligro debido a los esfuerzos de los delincuentes y sus cómplices, ya sea por encubrir el origen de los productos del delito, ya por canalizar el producto de actividades legítimas o ilegítimas a fines terroristas.

Los blanqueadores de capitales y los financiadores del terrorismo podrían aprovechar la libre circulación de capitales y la libre prestación de servicios financieros que trae consigo un espacio financiero integrado para facilitar sus actividades delictivas, por lo que resulta necesario adoptar medidas de coordinación en el ámbito de la Unión.

Además, me felicito porque el Grupo de los Socialistas y Demócratas ha logrado incluir en la futura norma el establecimiento de un registro público de propietarios beneficiarios de los activos financieros, al nivel de los Estados miembros, y cuyo acceso se puede permitir a cualquiera con un «interés legítimo». Es necesario identificar a toda persona física que ostente la propiedad o el control de una persona jurídica. Esta es una herramienta fundamental para luchar contra las sociedades interpuestas.

Brian Hayes (PPE), *in writing*. – I voted in favour of this report as it is an important milestone towards ensuring that the veil of secrecy is lifted from certain sectors where criminals can launder money. I believe it is up to Member States now to use the two-year implementation period to ensure that the directive is transposed into national law in an efficient manner.

György Hölvényi (PPE), *írásban*. – A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam azt a Tanáccsal már egyeztetett, pénzmosásról szóló új szabályzás elfogadását, amely most első ízben arra kötelezi a tagállamokat, hogy egy központi adatbázisban tüntessék fel a vállalatok, egyéb jogi személyek és vagyonkezelők tényleges tulajdonosait. Az új irányelv célja a pénzmosás, az adózással kapcsolatos bűncselekmények és a terrorizmus finanszírozása elleni fellépés. A pénzmosás napjainkra az egyik legjövedelmezőbb és legnagyobb szabású üzletté vált a világon. Az IMF szerint a pénzmosás volumene a Föld összes országa egyesített GDP-jének 2–5%-át teszi ki. A most javasolt kezdeményezések végre koordinálják és integrálják a már meglévő normákat, valamint célzottabb és koncentrált, kockázatalapú megközelítést hoznak létre az egész EU-ban a pénzmosás elleni hatékonyabb küzdelem érdekében.

Úgy vélem, hogy a tagállamok számára lehetővé kell tenni, hogy a területükön lévő külföldi jogalanyokat kötelezzék arra, hogy minden gyanús tevékenységükről beszámoljanak az érintett tagállamban működő pénzügyi hírszerző egységnek. A külföldi jogalanyoknak pedig meg kell felelniük az információ átláthatóságával kapcsolatban adott országban érvényes követelményeknek. A nyilvántartások összekapcsolhatósága sajnos elengedhetetlen ezen információk felhasználhatósága érdekében az üzleti ügyletek határokon átnyúló jellege és a belső piac összekapcsolhatósága miatt. Ezért a nyilvántartásokat sürgősen össze kell kapcsolni és a hatóságok és a kötelezett jogalanyok számára hozzáférhetővé kell tenni.

Brice Hortefeux (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la directive révisée relative à la prévention de l'utilisation du système financier aux fins du blanchiment de capitaux et du financement du terrorisme.

La lutte contre les menaces terroristes doit être une priorité. Couper les vannes du financement est donc une arme essentielle dans ce combat que nos démocraties doivent mener contre les organisations criminelles et les groupes terroristes.

La présente directive prévoit que les informations sur les bénéficiaires effectifs doivent être conservées dans un registre central tenu par chaque État membre. L'accès aux informations n'est pas seulement réservé aux autorités compétentes mais à toute personne ou organisation capable de démontrer un intérêt légitime à accéder à ces informations.

À mon sens, cette décision répond à deux demandes réclamées par les citoyens: davantage de transparence et de sécurité.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *in writing*. – This legislation will be an important tool in preventing serious criminal activity and I was happy to vote in favour.

Pablo Iglesias (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo.

La directiva introduce una serie de requisitos y reglas para dificultar el lavado de dinero. Por ello de votarse hubiéramos estado a favor.

Carlos Iturgaiz (PPE), *por escrito*. – Voto a favor de la recomendacion de la segunda lectura de un documento que actuliace los reglamentos del Parlamento Europeo y del Consejo para una lucha mas eficaz contra el blanqueo de capitales y la financion del terrorismo.

Ivan Jakovčić (ALDE), *napisan.* – Glasovao sam za Nacrt zakonodavne rezolucije Europskog parlamenta o stajalištu Vijeća u prvom čitanju radi donošenja direktive Europskog parlamenta i Vijeća o sprečavanju upotrebe financijskog sustava u svrhu pranja novca ili financiranja terorizma, o izmjeni Uredbe (EU) br. 648/2012 Europskog parlamenta i Vijeća i o stavljanju izvan snage Direktive 2005/60/EZ Europskog parlamenta i Vijeća i Direktive Komisije 2006/70/EZ, s obzirom da se time želi ojačati EU-ov režim protiv pranja novca. Ukidanjem barijera pri stvaranju unutarnjeg tržišta olakšava se legalno poslovanje u EU-u ali i stvaraju mogućnosti za transferiranje novca iz nelegalnih aktivnosti, pranje novca, financiranje terorizma. Pranje novca i financiranje terorizma uz potencijalno velike posljedice po društvo, stvaraju i rizik za funkcioniranje, reputaciju, integritet i stabilnost financijskog sustava. Ovom se regulativom time želi ujedno štititi postojeći financijski sustav te spriječiti nelegalne financijske aktivnosti. U skladu s promjenama koje se sve brže događaju daljnjom liberalizacijom te razvojem tehnologije a koje su na raspolaganju kriminala, potrebno je prilagoditi pravni okvir koji će spriječiti takve prijetnje.

Jean-François Jalkh (NI), *par écrit.* – Ce projet de résolution vise à actualiser la troisième directive anti-blanchiment. L'approche de cette directive se fonde sur les risques et cherche à renforcer les défenses de l'Union européenne contre le blanchiment de capitaux et le financement du terrorisme

Le Conseil et le Parlement ont donc ajouté des modifications afin de préserver l'indépendance et la stabilité du système financier. Le texte prévoit, en outre, de charger la Commission de coordonner l'évaluation des risques en matière de blanchiment de capitaux et de financement du terrorisme. La directive prévoit notamment la mise à disposition d'informations sur les bénéficiaires effectifs en ce qui concerne les sociétés, et tous les États membres pourraient consulter ces informations. Ces mesures me semblent nécessaires pour lutter contre ce problème férocement actuel. J'ai donc voté en faveur du texte.

Petr Ježek (ALDE), *in writing.* – Following the recent terrorist attacks in Paris, Brussels and Copenhagen, it was crucial that the European Union took decisive action against anti money laundering and terrorist financing. I believe this new directive is part of the answer. It will facilitate the work of Financial Intelligence Units from different Member States to identify and follow suspicious transfers of money, facilitate the exchange of information and ensure full traceability of funds transfers within, to, and from the EU.

Moreover, these new rules reflect the legitimate public demand for increased transparency in this field. It will for the first time oblige EU Member States to keep central registers of information on the ultimate 'beneficial' owners of corporate and other legal entities, as well as trusts, a strong demand from the European Parliament. There is still room for improvement when it comes to the accessibility of the public register, but the directive leaves the door open to those Member States which are ready, to move forward. I strongly encourage them to use the available flexibility to provide unrestricted public registers with access to beneficial ownership information for companies and trusts.

Marc Joulaud (PPE), *par écrit.* – J'ai voté en faveur du rapport de mes collègues Karins et Sagentini concernant le blanchiment de capitaux et le financement du terrorisme. Ce rapport a pour objectif de renforcer le cadre législatif de l'Union afin de lutter plus efficacement contre le blanchiment d'argent et de mieux suivre l'argent blanchit afin de prévenir le financement du terrorisme.

Ce rapport a été adopté à une large majorité, ce dont je me félicite.

Philippe Juvin (PPE), *par écrit.* – J'ai voté en faveur de la recommandation pour deuxième lecture portant sur la lutte contre le blanchiment de capitaux et le financement du terrorisme.

Cette lutte passe notamment par une plus grande transparence des transferts financiers et un renforcement des règles du marché intérieur. Je me félicite de l'adoption de ce rapport.

Barbara Kappel (NI), *schriftlich.* – Bereits bei der Abstimmung über diesen Bericht im Ausschuss ist meine Stimme negativ ausgefallen, da die hier angestoßene Entwicklung auf eine graduelle Abschaffung des Bargelds hinausläuft. Obwohl es sich hier um eine Billigung ohne Abstimmung handelt, möchte ich kundtun, dass ich diesen Vorschlag weiterhin ablehne. Sinnvolle und nachhaltige Maßnahmen zur Bekämpfung von Geldwäsche unterstütze ich jedoch.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Tunne Kelam (PPE), *in writing*. – I voted in favour of this very important legislation that has now passed the last needed step to be adopted.

Corruption is of main concerns for the EU citizens and it costs EU economy about EUR 120 billion annually. It serves as vital help for terrorists, criminal gangs and makes it much easier to bypass sanctions that have been applied to certain third states.

Control on money laundering has been notoriously weak and insufficiently coordinated. Non-transparent money flows stemming from suspicious sources have found their way to the EU, where they benefit criminal groupings, shadow economy and terrorists.

The legislation foresees public registers of beneficial ownership. Member States have to ensure that these central registers, commercial registers or company registers within their territory contain information about the beneficial owners and will be made accessible by competent authorities.

It has to be highlighted that the legislation is very firm on exceptions and did not surrender to the pressure by the banking, gambling and credit card industries which advocated for more exceptions and ambiguous rules.

Afzal Khan (S&D), *in writing*. – I voted in favour of the Anti-Money Laundering Regulation because I believe it is essential that we have the most rigorous possible protections in place to stop people from either laundering money or financing terrorism. I am delighted that the final directive calls for central registers of beneficial ownership, which will also help with the ongoing fight against tax evasion and aggressive tax avoidance, and I would call on all Member States to take advantage of the option given in the directive to make those registers publicly accessible

Ádám Kósa (PPE), *írásban*. – A Fidesz–KDNP és az EPP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam azt a Tanáccsal már leegyeztetett, pénzmosásról szóló új szabályzás elfogadását, amely most első ízben arra kötelezi a tagállamokat, hogy egy központi adatbázisban tüntessék fel a vállalatok, egyéb jogi személyek és vagyonkezelők tényleges tulajdonosait. Az új irányelv célja a pénzmosás, az adózással kapcsolatos bűncselekmények és a terrorizmus finanszírozása elleni fellépés.

A pénzmosás napjainkra az egyik legjövedelmezőbb és legnagyobb szabású üzletté vált a világon. Az IMF szerint a pénzmosás volumene a Föld összes országa egyesített GDP-jének 2–5%-át teszi ki. A most javasolt kezdeményezések végre koordinálják és integrálják a már meglévő normákat, valamint célzottabb és koncentrált, kockázatalapú megközelítést hoznak létre az egész EU-ban a pénzmosás elleni hatékonyabb küzdelem érdekében.

Úgy vélem, hogy a tagállamok számára lehetővé kell tenni, hogy a területükön lévő külföldi jogalanyokat kötelezzék arra, hogy minden gyanús tevékenységükről beszámoljanak az érintett tagállamban működő pénzügyi hírszerző egységnek. A külföldi jogalanyoknak pedig meg kell felelniük az információ átláthatóságával kapcsolatban az adott országban érvényes követelményeknek.

A nyilvántartások összekapcsolhatósága sajnos elengedhetetlen ezen információk felhasználhatósága érdekében az üzleti ügyletek határokon átnyúló jellege és a belső piac összekapcsolhatósága miatt. Ezért a nyilvántartásokat sürgősen össze kell kapcsolni, és a hatóságok és a kötelezett jogalanyok számára hozzáférhetővé kell tenni.

Béla Kovács (NI), *írásban***.** – Mi sem természetesebb, hogy harcolni kell a pénzmosás és a terrorizmus finanszírozása ellen. Ez a javaslat azonban egy trójai faló, elsődlegesen központosító jellegű, nemzetállami kompetenciákat elvonó. Ráadásul a problémát sem a gyökerénél kezeli, a jelenlegi út járhatatlan, ez a spekulációs pénzügyi rendszer nem fenntartható. Időszerű visszatérni a hibás dereguláció előtti rendszerhez, és a gazdasági válságot okozó szabad tőkeáramlás helyébe az ellenőrzött tőkeáramlást kell bevezetni. Így a javaslat ebben a formában elfogadhatatlan, mert a mostani pénzügyi rendszer a fenti reformokkal együtt sem szolgálja a tagországok szélesebb társadalmi rétegeinek érdekeit.

Giovanni La Via (PPE), *per iscritto***.** – Ho votato a favore della raccomandazione dei colleghi Kariņš e Sargentini riguardante la prevenzione dell'uso del sistema finanziario a fini di riciclaggio o finanziamento del terrorismo, successiva alla proposta della Commissione, la quale è una revisione della direttiva 2005/60/CE.

Condivido pienamente la necessità di nuove regolamentazioni che assicurino una maggiore trasparenza. Tutto questo è utile per supportare in maniera decisa la lotta al terrorismo e al crimine organizzato, rafforzando, allo stesso tempo, il mercato interno dell'Unione europea.

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL), *par écrit*. – Ces nouvelles règles de lutte contre le blanchiment d'argent permettent d'avancer dans la divulgation des propriétaires réels d'entreprises et d'entités.

D'après cette nouvelle directive, des registres centraux devront exister dans tous les États de l'Union européenne, listant les propriétaires finaux des entreprises. L'idée est que les administrations, notamment fiscales, puissent disposer d'information sûres qui leur permettent de voir qui possède quoi et ainsi pouvoir estimer la richesse de certains particuliers ou voir précisément entre qui les transactions suspectes sont faites. Ces registres devraient aussi pouvoir être accessibles aux personnes ayant un «intérêt légitime», comme les journalistes d'investigation.

C'est donc un réel progrès, d'autant plus que certains pays européens, dont la France, ont annoncé vouloir rendre publics ces registres. J'ai donc soutenu ce texte et appelle à une mise en place rapide et la plus grande transparence. Je regrette toutefois que les trusts (des structures complexes de possessions d'entreprises ou entités) bénéficieront d'un régime spécifique les exemptant de ces règles: la lutte contre le blanchiment et la fraude fiscale doit s'appliquer à tous et encore plus à ceux qui tentent de cacher leurs patrimoines et transactions par ces structures opaques.

Marine Le Pen (NI), *par écrit*. – Ce rapport a pour objet la prévention de l'utilisation du système financier aux fins du blanchiment de capitaux et du financement du terrorisme. La lutte contre le blanchiment d'argent lié au terrorisme est une priorité pour le Front National.

Face à l'augmentation croissante des actes terroristes et des mécanismes de blanchiment d'argent, il est essentiel d'y répondre rapidement et fermement avec des outils juridiques adaptés. Ce rapport ne couvre qu'un versant de la question du terrorisme, le point essentiel du rétablissement des frontières nationales étant toujours occulté par l'UE.

Javi López (S&D), *por escrito*. – El informe incluye el establecimiento de un registro público de propietarios beneficiarios de los activos financieros, al nivel de los Estados miembros, y cuyo acceso se puede permitir a cualquiera con un «interés legítimo», lo que queda a definición de los Estados miembros. Estando de acuerdo con esta inclusión y con el espíritu del informe, he votado a favor.

Andrejs Mamikins (S&D), *rakstiski*. – Balsojuma plenārsēdē nebija, jo dokuments tika akceptēts pēc piekritības. Šis Kariņa un *Sargentini* ziņojums briest no iepriekšējās leģislatūras, bija arī trialogs ar Eiropas Komisiju.

Νότης Μαριάς (ECR), *γραπτώς*. – Υποστηρίζω τη σύσταση για δεύτερη ανάγνωση σχετικά με τη θέση του Συμβουλίου σε πρώτη ανάγνωση εν όψει της έκδοσης οδηγίας του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου και του Συμβουλίου σχετικά με την πρόληψη της χρησιμοποίησης του χρηματοπιστωτικού συστήματος για τη νομιμοποίηση εσόδων από παράνομες δραστηριότητες ή για τη χρηματοδότηση της τρομοκρατίας, την τροποποίηση του κανονισμού (ΕΕ) αριθ. 648/2012 του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου και του Συμβουλίου, και την κατάργηση της οδηγίας 2005/60/ΕΚ του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου και του Συμβουλίου και της οδηγίας 2006/70/ΕΚ της Επιτροπής, διότι επιτυγχάνεται βελτίωση, από όλα τα ενδιαφερόμενα μέρη, της κατανόησης, του νομοθετικού πλαισίου για την καταπολέμηση της νομιμοποίησης εσόδων από παράνομες δραστηριότητες, αλλά και για τους λόγους που ανέφερα αναλυτικά στην από 19/05/2015 σχετική ομιλία μου στην Ολομέλεια του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου.

David Martin (S&D), *in writing*. – I am pleased that we were able to get a first reading with a view to the adoption of a directive of the European Parliament and of the Council on the prevention of the use of the financial system for the purposes of money laundering or terrorist financing.

Fulvio Martusciello (PPE), *per iscritto*. – La raccomandazione sulla revisione della direttiva 2005/60/CE sulla prevenzione dell'uso del sistema finanziario a fini di riciclaggio o finanziamento del terrorismo giunge ad un accordo conclusivo dopo 2 anni di negoziati. Finalmente abbiamo una revisione della direttiva in grado di aiutare efficacemente la lotta contro il riciclaggio di denaro, l'evasione fiscale e la frode fiscale, con trasferimenti finanziari più trasparenti a supporto della lotta contro il terrorismo e il crimine organizzato.

Gabriel Mato (PPE), *por escrito*. – Debemos evitar a toda costa que nuestro sistema financiero sea utilizado para el blanqueo de capitales o para la financiación del terrorismo.

Por eso mi apoyo claro y contundente a la nueva directiva, que estamos a punto de aprobar definitivamente, para tomar las medidas necesarias que pongan freno a estas actividades delictivas.

Georg Mayer (NI), *schriftlich*. – Die Abstimmung über die Verhinderung der Nutzung des Finanzsystems zum Zwecke der Geldwäsche wurde von mir natürlich unterstützt. Die Eindämmung der Terrorismusfinanzierung ist eines der vorrangigen Ziele, welche die Union in Zeiten des IS und europaweiter Anschläge verfolgen sollte.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *par écrit*. – Selon les calculs du Fonds monétaire international, le blanchiment des capitaux connaît une ampleur considérable et se monte à près de 5 % du PIB mondial.

La nouvelle directive a pour objectif d'améliorer le cadre actuel afin de prévenir l'utilisation du système financier aux fins de la conversion du produit d'activités criminelles en fonds licites. Il s'agit notamment d'améliorer le fonctionnement des registres d'entreprises en rendant obligatoire l'identification du bénéficiaire effectif de l'entreprise ou de la transaction commerciale. Des garanties ont été données quant à la protection des données personnelle en respect des règlements européen. Mais le texte étant axé sur le financement du terrorisme, il élude la question de la libéralisation sauvage des flux de capitaux et les règles financières opaques qui permettent cette fraude. Je m'abstiendrais volontiers pour dénoncer cet «oubli» mais je vote pour, ce qui reste une petite avancée.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Esta nova diretiva sobre o branqueamento de capitais exige que os países da UE mantenham um registo central com informações sobre os beneficiários efetivos de sociedades, fundações e outras estruturas para que seja possível identificar as pessoas que, na realidade, se encontram por trás dessas entidades. A diretiva reforça também o dever de vigilância e a obrigação dos bancos, entre outros, comunicarem transações suspeitas dos clientes.

A presente diretiva sobre o branqueamento de capitais visa apertar a luta contra os crimes fiscais e o financiamento do terrorismo. As novas regras europeias exigem que sejam criados e mantidos registos centrais em todos os países da UE sobre os beneficiários efetivos de sociedades, fundações, trusts e outras entidades. Daí o meu voto favorável.

Roberta Metsola (PPE), *in writing*. – I chose to support the Commission's more robust anti-money laundering measures as it is important that the Union support intelligence forces and investigative task forces in their efforts to combat illicit financial transactions. The new measures will respect the EU data protection requirements but increase the level of transparency amongst companies and the business community.

Marlene Mizzi (S&D), *in writing*. – I approved the new anti-money laundering directive which aims to step up the fight against tax crimes and terrorist financing. The new rules include the obligation for Member States to keep a central register of information on who owns companies and other legal entities. New anti-money laundering rules will help fight tax crime and terrorist financing by making it easier to trace transfers of funds and sources of wealth.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE), *por escrito*. – No intuito de facilitar as atividades criminosas, os branqueadores de capitais e os financiadores do terrorismo estão a tentar tirar proveito da liberdade de circulação dos capitais associados ao espaço financeiro integrado, sendo fundamental que sejam adotadas certas medidas de coordenação a nível da União Europeia e a nível internacional.

Neste sentido, voto favoravelmente a aprovação do presente ato em primeira leitura de acordo com a posição do Conselho.

Sophie Montel (NI), *par écrit*. – Ce rapport a pour objet la prévention de l'utilisation du système financier aux fins du blanchiment de capitaux et du financement du terrorisme.

La lutte contre le blanchiment d'argent lié au terrorisme est un motif impérieux d'intérêt général. Par ailleurs, le contenu de ce texte me paraît approprié à la situation et va donc dans le bon sens.

Face à l'évolution à vitesse grand V du terrorisme et des mécanismes de blanchiment d'argent, il est essentiel d'y répondre rapidement et fermement par un arsenal juridique adapté. Si on peut reprocher à l'UE de jeter une voile pudique sur les questions essentielles, telles que le rétablissement des frontières et d'une certaine forme de contrôle des capitaux, qui tueraient dans l'œuf le blanchiment d'argent, j'ai quand même voté pour ce texte.

Claude Moraes (S&D), *in writing*. – I voted in favour of the fourth EU anti-money laundering directive; it is a key piece of legislation which marks a positive step in the fight against tax crimes and the financing of terrorism and serious crime. It also aligns EU legislation with international standards in that field, guaranteeing at the same time EU fundamental rights standards for citizens.

Alessia Maria Mosca (S&D), *per iscritto*. – Accogliamo con favore la posizione del Consiglio in prima lettura su un tema particolarmente delicato quale la necessaria prevenzione dell'uso del sistema finanziario a fini di riciclaggio o finanziamento del terrorismo.

Siamo particolarmente contenti di votare l'adozione di un atto che ha visto concludersi i negoziati in fase di trilogo durante la Presidenza semestrale italiana. La messa in funzione di un registro dei beneficiari effettivi dei finanziamenti è sicuramente un passo avanti nella direzione di una maggiore trasparenza, che allo stesso tempo può andare incontro agli interessi degli Stati membri quando si trovano a determinare la definizione di interesse legittimo. La direttiva fissa una lista minima di informazioni previste, che sono nome, data di nascita, nazionalità, paese di residenza dei beneficiari e informazioni sull'utilizzo dei fondi.

Il testo è perfettamente conforme e offre l'adeguamento comunitario ai nuovi standard internazionali antiriciclaggio fissati nel 2013.

József Nagy (PPE), *írásban*. – Két követelménye van a terrorizmus elleni küzdelmünk hatékonyságának. Gyorsan kell cselekednünk, ugyanakkor rendkívül megfontoltan. A mai komplex világunkban, amikor a pénzügyi környezet átláthatósága egyre bonyolultabb, muszáj megoldást találnunk a tranzakciók átláthatóságának biztosítására. Éppen ezért üdvözlöm ezt a jelentést. Magam is szorgalmazom a kemény és következetes szabályozás bevezetését a pénzmosás és az adóelkerülés ellen, amely a terrorizmust finanszírozhatja, és a korrupció melegágya. Bűnüldöző szerveink maximális együttműködésére van szükség. Hideg fejjel, következetesen kell eljárnunk, latba vetve a leghatékonyabb fegyvert – a pénzcsatornák elvágását.

Szembe kell nézni a ténnyel, hogy itt egy hatalmi harcról van szó, ahol a fanatikus, korrupt őrület próbálja kiterjeszteni hatalmát egy értékeken, jogon alapuló világ fölé. Mindeközben pedig tudatosítanunk kell, hogy felelősségünk megfékezni a félelmet és a radikalizálódást a polgárok és a köztünk élő kisebbségek viszonylatában.

Victor Negrescu (S&D), *în scris*. – Am votat recomandarea pentru a doua lectură referitoare la poziția Consiliului în primă lectură în vederea adoptării unei directive a Parlamentului European și a Consiliului privind prevenirea utilizării sistemului financiar în scopul spălării banilor și finanțării terorismului, de modificare a Regulamentului (UE) nr. 648/2012 al Parlamentului European și al Consiliului și de abrogare a Directivei 2005/60/CE a Parlamentului European și a Consiliului și a Directivei 2006/70/CE a Comisiei. Acest proiect permite, printre altele, un mai mare control privind activitatea financiară a persoanelor expuse public, interconectarea sistemului de taxare a companiilor sau crearea de registre de transparență.

Norica Nicolai (ALDE), *în scris*. – Am susținut acest raport prin votul meu de astăzi, deoarece acesta aprobă poziția Consiliului privind stoparea utilizării sistemului financiar în scopul spălării banilor și finanțării terorismului. Spălarea banilor este o problemă de importanță majoră în toate economiile lumii, iar UE nu face excepție din acest punct de vedere. Din păcate, pe lângă dauna pe care o aduce economiilor, spălarea banilor este folosită pentru finanțarea unui spectru larg de activități ilegale și transfrontaliere, cum ar fi traficul de droguri, traficul de persoane, și, nu în ultimul rând, terorismul. Este foarte clar că sursele de finanțare ale terorismului la nivel global sunt foarte diverse și este la fel de clar că toate resursele financiare necesare acestuia trec, la un moment dat, printr-un proces de spălare de bani. În acest sens, stabilirea unor limite cu privire la sumele ce pot fi utilizate pentru a face plăți în bani *cash*, o metodă foarte greu de urmărit de către autorități, este necesară.

Luděk Niedermayer (PPE), *písemně*. – Oceňuji výslednou podobu směrnice, která je kompromisem mezi EP a Radou zachovávajícím většinu prvků prosazovaných EP v prvním čtení. Všechny obchodní společnosti registrované v členských státech EU tak budou nově povinny poskytnout informace o svých vlastnících, a to až na úroveň fyzických osob. Tyto informace budou shromažďovány v povinně zřízeném centrálním rejstříku skutečných vlastníků, který bude veřejně přístupný. Považuji to za důležitý krok směrem k větší transparentnosti finančních toků a k omezení daňových úniků. Věřím, že i pro vládu ČR to bude impulzem k přijetí právní úpravy vedoucí k odtajnění vlastníků všech anonymních akciových společností.

Franz Obermayr (NI), *schriftlich*. – Über den Antrag wurde zwar bereits im Ausschuss abgestimmt, und daher wurde er im Plenum ohne weitere Abstimmung genehmigt. Dennoch sehe ich in dem Vorschlag gute Ansätze zur Verhinderung und Bekämpfung von Geldwäsche infolge organisierter Kriminalität, wenngleich die Maßnahmen nur einen ersten Schritt darstellen können. Dennoch hätte ich für den Antrag gestimmt.

Urmas Paet (ALDE), *kirjalikult*. – Toetasin. Rahapesu ja selle seotus terrorismi ning terrorismi rahastamisega on oht igale ühiskonnale. Rahapesu meetodid muutuvad pidevalt, mistõttu tuleb välja töötada järjest uusi vastumeetmeid, et tagada julgeolek ja finantssüsteemi usaldusväärsus.

Maite Pagazaurtundúa Ruiz (ALDE), *por escrito*. – Esta directiva obligará por primera vez a los Estados miembros a registrar los datos de los titulares de las entidades corporativas, esto es, exigir a bancos, auditores, abogados o casinos vigilen con más atención las transacciones sospechosas de sus clientes.

Hay que atajar la financiación del terrorismo a nivel global. Necesitamos más transparencia. Controlar y atacar la impunidad con la que se mueven libremente las grandes sumas de dinero. Esto nos permite luchar contra las organizaciones de una forma directa e interrumpir la corrupción del sistema.

Rolandas Paksas (EFDD), *raštu*. – Pritariu pateiktai pozicijai. Turime dėti daugiau pastangų siekiant apsaugoti visuomenę nuo nusikalstamumo ir teroristinių aktų, taip pat ekonominę Europos Sąjungos gerovę, užtikrinant veiksmingą verslo aplinką. Reikia didinti finansinį stabilumą užtikrinant finansų sistemos patikimumą, tinkamą veikimą ir vientisumą. Todėl labai svarbu užtikrinti, kad ES būtų taikoma efektyvi finansų sistemos naudojimo pinigų plovimui ar teroristų finansavimui prevencijos sistema.

Siekiant įgyvendinti užsibrėžtus tikslus tikslinga išplėsti direktyvos taikymo sritį, kad ji būtų taikoma ne tik kazino, bet ir visam lošimų sektoriui. Be to, į direktyvos taikymo sritį reikia įtraukti mokestinius nusikaltimus. Labai svarbu sugriežtinti sankcijų taikymo režimus. Visų pirma, reikia nustatyti būtiniausias principines taisykles siekiant griežtinti administracines sankcijas. Be to, tikslinga atlikti grėsmės vertinimą ir laiku imtis grėsmės mažinimo priemonių.

Aldo Patriciello (PPE), *per iscritto*. – Considerando la posizione del Consiglio in prima lettura e i pareri del Comitato economico e sociale e della Banca centrale europea; viste le deliberazioni congiunte della commissione per i problemi economici e monetari e della commissione per le libertà civili, la giustizia e gli affari interni, nonché la loro raccomandazione congiunta;

ho espresso il mio voto favorevole.

Florian Philippot (NI), *par écrit*. – Attaquer le financement du terrorisme est sans aucun doute une des méthodes les plus efficaces pour lutter contre ce phénomène qui détruit des pays entiers au Proche-Orient et menace aussi directement les États membres, comme nous l'avons encore hélas constaté à Paris en janvier dernier.

Toutes les mesures permettant un meilleur contrôle des flux financiers doivent être encouragées. C'est pourquoi je soutiens ce texte.

Tonino Picula (S&D), *napisan*. – Preporuka za drugo čitanje 11. svibnja 2015. na poziciji Vijeća u prvom čitanju s ciljem usvajanja direktive Europskog parlamenta i Vijeća o sprječavanju korištenja financijskog sustava u svrhu pranja novca i financiranja terorizma, o izmjenama i dopunama Uredbe (EU) br. 648/2012 Europskog parlamenta i Vijeća, te o ukidanju Direktive 2005/60/EZ Europskoga parlamenta i Vijeća i Komisije 2006/70/EZ. Europski parlament ovim izvješćem usvaja prvo čitanje i odobrava preporuku za drugo čitanje, s obzirom na položaj Vijeća u prvom čitanju (05933/4/2015-C8-0109/2015), a uzimajući u obzir mišljenje Europske središnje banke od 17.svibnja 2013. te mišljenje Europskog gospodarskog i socijalnog odbora od 23.svibnja 2013., imajući u vidu članak 294., stavak 7. Ugovora o funkcioniranju Europske unije te je u skladu s zajedničkim raspravama Odbora za ekonomska i monetarna pitanja i Odbora za građanske slobode, pravosuđe i unutarnje poslove (A8- 0153/2015). Također, ono je u skladu s člankom

294., stavkom 7. Ugovora o funkcioniranju Europske unije.

Zbog svih prethodno navedenih stavki podržavam ovu preporuku kolega Kariņš i Sargentini.

Andrej Plenković (PPE), *napisan.* – Podržavam Izvješća zastupnika Karniša i Sergetini jer smatram da veliki tokovi nezakonitog novca mogu u potpunosti dovesti do destabilizacije financijskog sektora te ugrožavanja jedinstvenog tržišta i međunarodnog razvoja. Čimbenici koji pogoduju nezakonitim aktivnostima i tokovima su tajne korporativne strukture ili porezna utočišta koje je gotovo nemoguće otkriti. Pozdravljam rad Komisije koja će provoditi procjenu rizika koji će obuhvaćati područja unutrašnjeg tržišta koji su izloženi većim rizikom te mogućnost dobivanja informacija o osumnjičenim strankama od država članica i od onih koje nisu članice kako bi se spriječila daljnja zlouporaba financijskog sustava.

Ujedno pozdravljam Izvješće Europskog parlamenta koji predlaže uvođenje registra vlasnika čije će države članice morati osigurati sve informacije o tvrtkama i njihovim „stvarnim vlasnicima" koji se nalaze u EU-u te da se uzmu u obzir podružnice i poslovnice koje se nalaze van jurisdikcije EU-a. Isto tako važno je naglasiti da postoje slučajevi u kojima je potrebno provoditi stroge postupke identifikacije, a to se odnosi na pojedince koji obavljaju javne funkcije u zemljama u kojima je korupcija široko rasprostranjena te ujedno i pozdravljam zahtjev članica da se provjera identiteta stranaka i stvarnih vlasnika napravi prije uspostavljanja poslovnog odnosa i počinjenja transakcija.

Pavel Poc (S&D), *písemně.* – Dle nejnovějších statistik zahrnuje praní špinavých peněz až 2 – 3% světového hrubého domácího produktu ročně. Tyto procenta jasně naznačují, že se jedná o globální problém, který je potřeba urgentně řešit. Zejména v době, kdy nejen Evropu sužují dozvuky ekonomické krize. Podpořil jsem proto směrnici proti praní špinavých peněz. Jsem velmi rád, že má politická skupina uspěla v návrhu vytvořit centrální registry na úrovni členských států, které umožní veřejnosti zjistit, kdo jsou skuteční vlastníci velkých společností a ostatních korporátních entit. Směrnice tak představuje další krok jak ke zvýšení transparentnosti a veřejné kontroly, tak i další výhru v boji proti daňovým únikům. Pevně věřím, že směrnice nebude pouze účinnou překážkou financování terorismu, ale i řešením problému střetu zájmů u politicky aktivních osob.

Salvatore Domenico Pogliese (PPE), *per iscritto.* – Le commissioni competenti – la commissione per i problemi economici e monetari e la commissione per le libertà civili, la giustizia e gli affari interni – avevano votato congiuntamente ed adottato la raccomandazione in seconda lettura della relazione sulla prevenzione dell'uso del sistema finanziario a fini di riciclaggio o finanziamento del terrorismo, raccomandando a larghissima maggioranza che in Plenaria si seguisse la posizione del Consiglio. Come si è visto si è seguita la posizione espressa dalle due commissioni

Franck Proust (PPE), *par écrit.* – Le blanchiment de capitaux menace notre économie mais également la sécurité de nos citoyens. Cette activité illégale peut contribuer notamment à financer certains mouvements terroristes. L'Union essaie de mettre en place des outils législatifs afin de lutter efficacement et à long terme contre le blanchiment d'argent.

Le Parlement européen a adopté la quatrième directive contre le blanchiment de capitaux. Je me suis prononcé en faveur de ce texte qui, pour la première fois, permettra de contraindre les États membres de l'UE à tenir des registres centraux reprenant les informations liées aux propriétaires réels des sociétés.

Paulo Rangel (PPE), *por escrito.* – A presente resolução legislativa aprova a posição do Conselho em primeira leitura, tendo em vista a adoção da diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo. A diretiva tem como objetivo que os Estados—Membros assegurem, nos respetivos territórios, que os registos centrais, os registos comerciais ou os registos das empresas disponham de dados sobre os usufrutuários de produtos financeiros.

Tais informações deverão estar acessíveis às autoridades competentes, bem como ao público em geral, por forma a que possa ser demonstrado se os usufrutuários têm um interesse legítimo nas aplicações financeiras. Pretende-se, assim, reforçar o mercado interno, tornar mais transparentes as transferências financeiras, apoiar a luta contra o terrorismo e o crime organizado e reforçar o sistema financeiro da UE. Votei favoravelmente.

Frédérique Ries (ALDE), *par écrit*. – Le Parlement Européen a mené à bon terme une nouvelle législation stratégique afin de lutter contre le blanchiment de capitaux et le financement du terrorisme. Les outils introduits par cette directive, particulièrement le registre des bénéficiaires effectifs, renforceront les capacités des autorités nationales à détecter et à identifier les milliards d'euros provenant d'activités criminelles.

Les nouvelles règles sont plus souples: elles se concentrent sur les activités à hauts risques et prévoient des mesures simplifiées pour les activités présentant de faibles risques. Cette nouvelle législation permettra un meilleur fonctionnement du marché européen, tout en renforçant la stabilité de nos économies. Nous serons également mieux équipés pour dépister les flux financiers qui soutiennent les groupes terroristes et nous pourrons ainsi mieux lutter contre ce fléau. Il est donc crucial que ces règles soient opérationnelles dans les plus brefs délais.

En adoptant ce texte, nous n'avons pas seulement aligné nos règles sur les recommandations internationales les plus récentes en la matière, notamment celles du Groupe d'action financière, mais nous créons également un exemple pour le reste du monde. Afin que nos efforts aient davantage d'impact, il faudra renforcer notre coopération avec les pays tiers qui vont dans le même sens.

Liliana Rodrigues (S&D), *por escrito*. – O branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo encontram-se demasiadas vezes ligados, colocando em risco a integridade do funcionamento, a reputação e a estabilidade do sistema financeiro. É necessária uma permanente adaptação da estrutura legal na tentativa de tentar conter esta ameaça e proteger o sistema financeiro. Esse objetivo passará por assegurar a consistência das leis nacionais e a flexibilidade na sua implementação, garantindo que as mesmas estejam adaptadas a novas formas de ameaça e em consonância com as medidas seguidas a nível internacional.

Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de esta propuesta de Directiva porque la solidez, integridad y estabilidad de las entidades financieras y de crédito, así como la confianza en el sistema financiero en su conjunto, podrían verse en grave peligro debido a los esfuerzos de los delincuentes y sus cómplices, ya sea por encubrir el origen de los productos del delito, ya por canalizar el producto de actividades legítimas o ilegítimas a fines terroristas.

Los blanqueadores de capitales y los financiadores del terrorismo podrían aprovechar la libre circulación de capitales y la libre prestación de servicios financieros que trae consigo un espacio financiero integrado para facilitar sus actividades delictivas, por lo que resulta necesario adoptar medidas de coordinación en el ámbito de la Unión.

Además, me felicito porque el Grupo de los Socialistas y Demócratas ha logrado incluir en la futura norma el establecimiento de un registro público de propietarios beneficiarios de los activos financieros, al nivel de los Estados miembros, y cuyo acceso se puede permitir a cualquiera con un «interés legítimo». Es necesario identificar a toda persona física que ostente la propiedad o el control de una persona jurídica. Esta es una herramienta fundamental para luchar contra las sociedades interpuestas.

Claude Rolin (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de ce rapport qui prévoit des règles plus strictes concernant le blanchiment d'argent pour lutter contre l'évasion fiscale et le financement du terrorisme. Dorénavant, les propriétaires de sociétés devront être inscrits dans les registres centraux des pays de l'UE, ouverts à la fois aux autorités et aux personnes ayant un «intérêt légitime», tels que les journalistes. Je me félicite en outre de l'adoption de nouvelles règles facilitant le traçage de transferts de fonds.

Tokia Saïfi (PPE), *par écrit*. – J'ai soutenu ce rapport qui a pour objectif de renforcer les défenses de l'Union européenne contre le blanchiment de capitaux et le financement du terrorisme et d'assurer la solidité, l'intégrité et la stabilité du système financier.

Afin de pouvoir prévenir l'utilisation du système financier à des fins de blanchiment de capitaux et de financement de terrorisme, les États membres devront tenir des registres centraux contenant des informations sur les propriétaires de sociétés et d'autres entités légales.

En parallèle, les banques, les auditeurs, les agents immobiliers ou encore les casinos devraient être plus vigilants vis-à-vis des transactions jugées suspectes pouvant être réalisées par leurs clients.

Massimiliano Salini (PPE), *per iscritto*. – Sostengo il testo per la presentazione in seconda lettura. Nel testo presentato, che prende in esame la prevenzione dell'uso del sistema finanziario a fini di riciclaggio o finanziamento dal terrorismo, i relatori concordano con la volontà della Commissione di modificare la direttiva del 2005 al fine di rendere sempre più trasparenti i trasferimenti finanziari. Nello specifico, le commissioni LIBE ed ECON chiedono che sia introdotto un registro dei benefici ricevuti, il quale possa essere consultato dallo Stato per verificare la bontà di tali donazioni.

Lola Sánchez Caldentey (GUE/NGL), *por escrito***.** – Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo.

La directiva introduce una serie de requisitos y reglas para dificultar el lavado de dinero. Por ello de votarse hubiéramos estado a favor.

Lidia Senra Rodríguez (GUE/NGL), *por escrito*. – El Consejo europeo se ha negado repetidamente a levantar el secreto sobre muchas de las prácticas fiscales que facilitan el blanqueo de capitales. Sin embargo, la revelación de escándalos como el de LuxLeaks ha permitido presionar para que se abriera, aun parcialmente, tales registros al escrutinio de las autoridades públicas y de aquellas organizaciones y miembros de la sociedad civil con un interés legítimo, en el que se incluye la persecución de los crímenes tributarios. Aunque insuficiente, el compromiso final representa un avance respeto a las posiciones negociadoras anteriores.

El presente informe no tiene voto final, al tratarse de una segunda lectura dentro del proceso de trílogo.

Remo Sernagiotto (PPE), *per iscritto*. – Nell'attuale contesto internazionale la criminalità organizzata e i terroristi godono di una forza finanziaria sempre più rilevante, spesso alimentata dal riciclaggio di proventi e fondi illeciti. Per contrastare questi fenomeni si rende necessario introdurre nuovi e complessi strumenti che aumentino la trasparenza dei trasferimenti di capitali all'interno del mercato unico. Ritengo possa contribuire a questo scopo l'obbligo per gli Stati membri di tenere registri centrali e di assicurare che i registri commerciali o i registri delle imprese nel loro territorio contengano informazioni sui beneficiari effettivi immediatamente accessibili alle autorità competenti, alle unità di informazione finanziaria e agli enti obbligati come le banche.

Per questo motivo ho oggi deciso di votare a favore della revisione delle norme in materia di antiriciclaggio. Mi auguro infine che una maggiore accessibilità e disponibilità di questi dati possa realmente servire a prevenire il finanziamento del terrorismo.

Siôn Simon (S&D), *in writing*. – I voted in favour of the anti-money laundering regulation because I believe it is essential that we have the most rigorous possible protections in place to stop people from either laundering money or financing terrorism. I am delighted that the final directive calls for central registers of beneficial ownership, which will also help with the ongoing fight against tax evasion and aggressive tax avoidance, and I would call on all Member States to take advantage of the option given in the directive to make those registers publicly accessible.

Branislav Škripek (ECR), *in writing***.** – I voted in favour as I consider that money laundering has to be fought decisively as an unacceptable financial crime. This proposal combats it, and Member States will be obliged to hold central registers of beneficial ownership, accessible to competent authorities under certain conditions.

Davor Škrlec (Verts/ALE), *napisan*. – Smatram kako je iznimno važno spriječiti korištenje financijskog sustava u svrhu pranja novca i financiranja terorizma. Nužnost i proporcionalnost trebali bi biti vodeći principi za europsko zakonodavstvo u problematici pranja novca.

Iako EU ima razvijen okvir za borbu protiv pranja novca i financiranja terorizma, tijekom godina pravila su se razvila i opseg je proširen, sa svakom promjenom išlo se prema cilju uklanjanja mogućnosti koje bi kriminalci i teroristi mogli iskoristiti.

Zalažem se za jačanje unutarnjeg tržišta smanjivanjem prekogranične složenosti, zaštitu društvenih interesa od kriminala i terorističkih činova, podršku financijskoj stabilnosti zaštitom dobrog funkcioniranja i integriteta financijskog sustava te zaštitu gospodarskog prosperiteta Europske unije osiguravanjem učinkovitog poslovnog okruženja.

Monika Smolková (S&D), *písomne***.** – Podľa Medzinárodného menového fondu je rozsah špinavých peňazí obrovský a dosahuje 5 % svetového HDP. Takáto trestná činnosť oslabuje finančný sektor, vedie k strate príjmov v jednotlivých členských štátoch, bráni hospodárskej súťaži a nepriaznivo ovplyvňuje fungovanie trhov. Pranie špinavých peňazí a nezákonná činnosť predstavuje reálnu hrozbu v existujúcom hospodárstve. Z tohto pohľadu je každé opatrenie vítané a je potrebné ho podporiť. Vytvorenie a fungovanie obchodných registrov umožnia identifikáciu skutočného vlastníka podniku alebo obchodnej transakcie pri predchádzaní praniu špinavých peňazí a financovania terorizmu. Obchodné registre by tiež mali pomôcť identifikovať skutočných ziskov spoločností, predovšetkým pri cezhraničných obchodných transakciách. Pri predchádzaní využívaniu finančného systému na účely priania špinavých peňazí je najdôležitejší preventívny prístup, ktorý by mal byť cielený a primeraný pri plnom dodržiavaní právneho poriadku EÚ.

Igor Šoltes (Verts/ALE), *pisno*. – Problematika organiziranega kriminala v povezavi s pranjem denarja je stalno prisotna. Finančna kriza pa je ta pojav v zadnjih letih še dodatno povečala. Polege tega se vedno bolj pojavljajo različni nezakoniti načini ter oblike financiranja terorizma, ki predstavlja vedno večjo grožnjo v EU. Ker je bilo že pred časom ugotovljeno, da omenjena problematika presega okvire nacionalnega delovanja ter postaja širši, globalni izziv, so se države članice zavezale, da okrepijo aktivnosti na tem področju.

Omenjeni aktivnosti sta naslovljeni v Direktivi 2005/60/ES o preprečevanju uporabe finančnega sistema za pranje denarja in financiranje terorizma. Glede na vedno večje aktivnosti na omenjenih področjih menim, da je revizija direktive bila potrebna in dobra.

Zdi se mi prav, da se je povečala zaščita oseb, ki prijavijo sum na pranje denarja ali na pa financiranje morebitnih terorističnih dejanj, saj se bodo tako lahko osebe/organizacije, ki delujejo na tem področju, lažje odkrile.

Pomembno se mi zdi tudi, da se lažje ter hitreje odkrijejo države, ki se ukvarjajo z omenjenimi posli in pomagajo pri pranju denarja. Iz tega razloga sem podprl sprejetje sprememb v direktivi, kar bo boj proti pranju denarja še dodatno podkrepilo.

Renato Soru (S&D), *per iscritto*. – Oggi ho espresso voto favorevole sulla direttiva che fa parte del nuovo pacchetto antiriciclaggio, finalizzata a rafforzare la lotta contro i crimini fiscali e il finanziamento del terrorismo. Con l'approvazione della quarta direttiva antiriciclaggio, l'Unione europea adotta degli standard di trasparenza più rigorosi di quelli vigenti a livello internazionale e si pone dunque in prima linea nel perseguire i crimini fiscali.

Il testo oggi approvato dal Parlamento migliora la proposta della Commissione su un punto in particolare: per la prima volta gli Stati membri saranno obbligati a tenere registri centrali contenenti le informazioni dei proprietari effettivi di società e altre entità giuridiche, come pure dei *trust*. Inoltre, i registri centrali saranno accessibili alle autorità, ai cosiddetti «soggetti obbligati» (quali banche che svolgono il loro dovere di adeguata verifica della clientela) e, con alcune condizioni, alle persone che dimostrino un «interesse legittimo» (ad esempio i giornalisti investigativi o le ONG) in relazione al riciclaggio, al finanziamento del terrorismo e ai reati che potrebbero aiutarne il finanziamento, quali corruzione, cimini fiscali e frode.

Bart Staes (Verts/ALE), *schriftelijk*. – Ik ben blij met deze stemming waardoor we flinke vooruitgang boeken in de strijd tegen witwassen, corruptie en belastingontduiking.

Het Europees Parlement stemde in met een register van uiteindelijke belanghebbenden, zodat overheid, burgers en organisaties kunnen zien welke natuurlijke persoon achter een wirwar van bedrijfsconstructies zit. Transparantie is de grootste vijand van witwassers en belastingontduikers. Dankzij deze wetgeving kan binnenkort iedereen met een onderbouwde aanvraag zien welke schimmige constructies er achter bedrijven schuil gaan.

Criminelen proberen om het geld dat ze zwart verdienen met onder andere corruptie, fraude en drugshandel wit te wassen via een netwerk van bedrijven met ondoorzichtige structuren. Daarmee proberen ze de overheid en burgers om de tuin te leiden. Jaarlijks wordt wereldwijd twee tot vijf procent van onze economie witgewassen. Reken maar uit wat dat de belastingbetaler kost.

Het register van uiteindelijke belanghebbenden maakt ook duidelijk via welke constructies multinationals belasting ontduiken. Belastingontduiking is juridisch legaal, maar moreel onacceptabel. Met dit register in de hand kunnen onderzoekers haarfijn uitpluizen welke multinationals daar lak aan hebben.

De landen van de Europese Unie hebben nu twee jaar de tijd om de richtlijn om te zetten in nationale wetgeving en om een register van uiteindelijke belanghebbenden op te zetten.

Ivan Štefanec (PPE), *písomne*. – Musíme urobiť všetky kroky, aby sme zamedzili praniu špinavých peňazí a financovaniu terorizmu. Je spoločnou úlohou bezpečnostných a finančných orgánov, aby úzko spolupracovali a dochádzalo k včasnej výmene údajov.

Davor Ivo Stier (PPE), *napisan*. – Uzimajući u obzir stajalište Vijeća u prvom čitanju (05933/4/2015 – C8-0109/2015), mišljenje Europske središnje banke od 17. svibnja 2013., mišljenje Europskog gospodarskog i socijalnog odbora od 23. svibnja 2013., te rasprave Odbora za ekonomsku i monetarnu politiku i Odbora za građanske slobode, pravosuđe i unutarnje poslove, te u skladu s člankom 55. Poslovnika, podržavam ovu Preporuku za drugo čitanje o stajalištu Vijeća u prvom čitanju radi donošenja direktive Europskog parlamenta i Vijeća o sprečavanju upotrebe financijskog sustava u svrhu pranja novca ili financiranja terorizma.

Catherine Stihler (S&D), *in writing*. – It is vital that we have rigorous protection in place to prevent money laundering or terrorist financing, and therefore I voted in favour of this regulation. I am delighted that the final directive calls for central registers of beneficial ownership which will also help with the ongoing fight against tax evasion and aggressive tax avoidance. I would call on all Member States to take advantage of the option to make these registers publicly accessible.

Dubravka Šuica (PPE), *napisan*. – Podržavam reviziju direktive 2005/60/EC koju je predložila Komisija, jer je postalo potrebno ojačati unutarnje tržište, učiniti financijske transakcije transparentnijima u financijskom okruženju koje postaje sve složenije, podržati borbu protiv terorizma i organiziranog kriminala, te ojačati financijski sustav EU-a.

Države članice trebaju osigurati da tvrtke i drugi subjekti koji imaju pravnu osobnost, koji su osnovani ili uključeni na njihovom teritoriju, ili upravljani pod njihovim zakonom, moraju pribaviti, držati i prenositi na javni središnji registar, komercijalni registar ili registar tvrtki na njihovom teritoriju adekvatne, točne, važeće i aktualne informacije o njima i o njihovom vlasništvu, u trenutku osnivanja, kao i sve njihove izmjene.

Registri trebaju biti međusobno povezani i dostupni od strane vlasti i obveznika. Države članice mogu odobriti pristup informacijama i drugim strankama te utvrditi pravila na temelju kojih se može pristupiti registru.

Richard Sulík (ECR), *písomne* – Návrh som nepodporil, pretože viacerými spôsobmi vedie k zvýšeniu regulačnej záťaže dotknutých inštitúcií, pričom výsledky týchto opatrení sú otázne. Som presvedčený o tom, že nová regulačná záťaž postihne najmä osoby, ktoré vykonávajú legitímne činnosti v súlade so zákonom, a nie osoby, ktoré sa zúčastňujú na teroristických aktivitách alebo praní špinavých peňazí.

Patricija Šulin (PPE), *pisno*. – Glasovala sem za priporočilo za drugo obravnavo o preprečevanju uporabe finančnega sistema za pranje denarja in financiranje terorizma.

Po oceni Urada Združenih narodov za droge in kriminal se vsako leto po svetu opere od 615 milijard evrov do 1,54 milijarde evrov. To so nepredstavljivi zneski. Pranje denarja je pogosto povezano z organiziranim kriminalom, ki ogroža varnost v naši družbi, spodkopava pravne temelje demokratične države in ogroža vrednote, na katerih je nastala Evropska unija.

Poleg tega pranje denarja resno ogroža stabilnost finančnega sektorja in slabi tržno moč, kar na koncu rezultira v velikih izgubah proračunov držav članic ter proračuna EU. Organizirane kriminalne združbe poleg tradicionalnih načinov pranja denarja vedno pogosteje uporabljajo tudi napredne načine, kar jim omogočajo internet ter druge tehnološke inovacije. Zaradi tega moramo nadaljevati in okrepiti boj proti tistim, ki zlorabljajo svobodo gibanja in notranji trg Evropske unije, ter zagotoviti najvišje standarde preprečevanja pranja denarja.

Νεοκλής Συλικιώτης (GUE/NGL), *γραπτώς*. – Η ανάγκη για πρόληψη της χρησιμοποίησης του χρηματοπιστωτικού συστήματος για τη νομιμοποίηση εσόδων από παράνομες δραστηριότητες καθώς και γενικά για καταπολέμηση του ξεπλύματος βρόμικου χρήματος και της χρηματοδότησης της τρομοκρατίας επιβεβαιώνει τη θέση μας για την ανάγκη να υπάρχει κρατικός έλεγχος στην αγορά. Οι νεοφιλελεύθερες ιδεοληψίες για ελεύθερη και ανταγωνιστική αγορά ενισχύουν και συντηρούν την αχαλίνωτη ανάγκη του μεγάλου κεφαλαίου για πλουτισμό με κάθε κόστος και έτσι οδηγούμαστε σε φαινόμενα όπως νομιμοποίηση εσόδων από παράνομες ενέργειες και χρηματοδότηση της τρομοκρατίας.

Ως εκ τούτου, η οδηγία, παρόλο που δεν πρόκειται να λύσει το πρόβλημα όσο παραμένουν σε ισχύ οι νεοφιλελεύθερες πολιτικές, εν τούτοις αποτελεί ένα βήμα προς τη σωστή κατεύθυνση. Η εξασφάλιση ότι το δημόσιο μητρώο για τους πραγματικούς ιδιοκτήτες μιας επιχείρησης είναι ευρύ και όσον το δυνατό πιο προσβάσιμο και περιέχει πληροφορίες που επιτρέπουν την αναγνώριση της πραγματικής κυριότητας/ιδιοκτησίας μπορούν να βοηθήσουν.

Για τους πιο πάνω λόγους αποφασίσαμε να υπερψηφίσουμε.

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *γραπτώς*. – Εφόσον η κύρια πηγή χρηματοδότησης της τρομοκρατίας και η νομιμοποίηση εσόδων είναι κυρίως οι ηλεκτρονικές συναλλαγές μέσω του δαιδαλώδους τραπεζικού συστήματος, η πρόβλεψη εξαιρέσεων στην εφαρμογή κανόνων και περιορισμών είναι εσφαλμένη (όπως η πρόβλεψη εξαιρέσεων στις μεμονωμένες συναλλαγές, η αύξηση του κατωφλίου για τα φυσικά ή νομικά πρόσωπα, το χαμηλό ύψος των διοικητικών χρηματικών προστίμων κτλ)

József Szájer (PPE), *írásban*. – A pénzmosás napjainkra az egyik legjövedelmezőbb és legnagyobb szabású üzletté vált a világon. A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam azt a Tanáccsal már egyeztetett, pénzmosásról szóló új szabályozás elfogadását, amely most első ízben arra kötelezi a tagállamokat, hogy egy központi adatbázisban tüntessék fel a vállalatok, egyéb jogi személyek és vagyonkezelők tényleges tulajdonosait. Az új irányelv célja a pénzmosás, az adózással kapcsolatos bűncselekmények és a terrorizmus finanszírozása elleni fellépés. A nyilvántartások összekapcsolhatósága sajnos elengedhetetlen ezen információk felhasználhatósága érdekében az üzleti ügyletek határokon átnyúló jellege és a belső piac összekapcsolhatósága miatt. A külföldi jogalanyoknak meg kell felelniük az információ átláthatóságával kapcsolatban adott országban érvényes követelményeknek.

Tibor Szanyi (S&D), *írásban*. – Szavazatommal támogattam a pénzügyi rendszerek pénzmosás vagy terrorizmusfinanszírozás céljára való felhasználásának megelőzése kapcsán készült ajánlás elfogadását. Egyetértek ugyanis azzal, hogy a probléma visszaszorításához a büntetőjogi intézkedéseken túl további célzott intézkedések is kellenek. Kiemelném továbbá, hogy a Szocialisták és Demokraták frakciója szerint sokkal hatékonyabb intézkedéseket kell tenni a harmadik országokban található adóparadicsomok felszámolása érdekében, de magam határozott vagyok abban is, hogy a „kvázi--adóparadicsomok" léte, a titkos és átláthatatlan adómegállapodások az Unió határain belül sem fogadhatóak el. A küzdelmet e téren is erősíteni kell.

Alá kívánom azt is húzni, hogy e probléma szorosan kapcsolódik az egyes tagállamokban jelenlévő kormányzati korrupció kérdésköréhez is, melyet helyenként jogi szabályozásokkal is legalizálni kívánnak. Ugyan az ajánlás e kérdéskörrel nem foglalkozik részleteiben, de hiszem, hogy a jövőben erre is nagyobb figyelmet kell fordítanunk, hiszen mindez az Unió által biztosított forrásokat is negatívan érintheti.

Charles Tannock (ECR), *in writing*. – Along with the report concerning 'information accompanying transfers of funds', this legislation is vital in the fight against terrorism and transnational crime. Crime networks spanning Europe and across the globe benefit from authorities lack of co-operation and profit from being able to exploit the opportunities provided by borders to carry out their illicit activities and evade capture. By working to tackle this at a European level, Member States of the EU will be able to implement a coordinated approach that will help to remove such opportunities, and is a good example of where the European Union is able to offer value added in the fight against crime. It is estimated that money laundering costs the global economy nearly GBP 1 trillion per year and provides the capital to fund human-trafficking, terrorism and corruption. I am also pleased that this legislation finds the right balance between targeting criminals whilst allowing legitimate businesses and individuals to conduct their affairs without unnecessary impediment – the legislation will work on the basis of risk-assessments, only targeting transactions that appear suspi-

cious. As the EU works towards a commitment of 'better regulation', this is a good example and I am pleased to have voted in favour.

Marc Tarabella (S&D), *par écrit*. – Les propriétaires réels de sociétés devront être inscrits dans les registres centraux des pays de l'UE, ouverts à la fois aux autorités et aux personnes ayant un «intérêt légitime», comme les journalistes d'investigation, selon les nouvelles règles convenues avec le Conseil et adoptées en plénière mercredi. La nouvelle directive vise à intensifier la lutte contre les infractions fiscales et le financement du terrorisme. C'est une bonne chose!

Pavel Telička (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of this directive, which introduces the idea of a public register of ultimate ownership. This new directive, if correctly implemented, will increase and improve the fight against money laundering.

Isabelle Thomas (S&D), *par écrit*. – Les capitaux blanchis représentent de 2 à 5 % du PIB mondial par an. Cet argent sale ébranle la stabilité du secteur financier tout en profitant à la criminalité organisée et au terrorisme. Il s'immisce au travers les failles de la législation et ne connaît pas de frontière. Il nous impose d'adapter le cadre juridique. C'est pourquoi je me félicite de l'adoption par le Parlement Européen de cette directive qui prévoit d'accroître la surveillance des circuits financiers et d'assurer une plus grande transparence de leur fonctionnement.

Cette quatrième directive contre le blanchiment des capitaux contraindra, pour la première fois, les États membres de l'UE à tenir des registres centraux. Ces registres devront répertorier toutes informations liées aux propriétaires «effectifs» des sociétés. Ils seront ouverts aux autorités et aux personnes ayant un «intérêt légitime», comme par exemple les journalistes d'investigation. De nouvelles règles facilitant le suivi de transferts de fonds ont aussi été approuvées.

Je salue cette avancée qui a rencontré de nombreuses résistances Certains États membres ont tenté de préserver des intérêts peu avouables. J'insiste sur le fait que ce vote illustre qu'une impulsion politique déterminée ne peut pas être enterrée par quelques intérêts nationaux.

Ruža Tomašić (ECR), *napisan*. – Pranje novca i s njim usko povezani razvoj organiziranog kriminala predstavljaju opasnost za stabilnost pojedinih ekonomija, ali u velikoj mjeri utječu i na globalne ekonomske tokove. Glavni cilj kod transakcija nezakonito stečenog novca je isti ubaciti u financijske tokove ili ga prebaciti izvan zemlje. Stoga smatram da je bliža suradnja država članica i bolja usklađenost nacionalnih pravosudnih sustava itekako potrebna.

Prijedloge koji ukazuju na mjere usmjerene na olakšavanje istrage i procesuiranje nezakonitih aktivnosti vezanih uz razmjenu novca za zločine kao što su terorizam, korupcija i ilegalna trgovina smatram itekako korisnima. Moramo biti svjesni da se ovdje radi o složenom procesu u kojem se konstantno primjenjuju nove tehnike, a kriminalci koji se bave nezakonitim aktivnostima se sve više usavršavaju. Stoga podržavam odredbe kojima se naglasak stavlja na transparentnost te dostupnost informacija o bankovnim i bežičnim transakcijama novca kako se rupe u zakonu ne bi iskorištavale za ilegalne aktivnosti. Propisi koji se temelje na procjeni rizika štite pojedince koji prebacuju novac ili otvaraju poduzeća, a isto tako ukazuju na smanjenje regulatornih opterećenja u odnosu na prethodne zakonodavne propise. Stoga sam glasovala za.

Estefanía Torres Martínez (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo.

La directiva introduce una serie de requisitos y reglas para dificultar el lavado de dinero. Por ello de votarse hubiéramos estado a favor.

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL), *por escrito***. –** Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo.

La directiva introduce una serie de requisitos y reglas para dificultar el lavado de dinero. Por ello de votarse hubiéramos estado a favor.

Ernest Urtasun (Verts/ALE), *por escrito*. – He votado favorablemente de este informe, ya que sitúa en una posición más fuerte al Parlamento frente a la propuesta de la Comisión. Se han clarificado muchas provisiones especialmente en el campo de la protección de datos. En general se fortalece la posibilidad de que la investigación y detección de posible lavado de dinero y financiamiento del terrorismo.

Ivo Vajgl (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of the resolution concerning the prevention of the use of the financial system for the purposes of money laundering or terrorist financing.

Terrorist groups and attacks are on the rise globally and it has been proven that they finance their activities through money laundering channels.

I strongly believe that this resolution and the existence of clear rules within the EU will contribute to the European Parliament's constant battle against terrorist groups that threaten our cohesion and security.

Ángela Vallina (GUE/NGL), *por escrito*. – El Consejo europeo se ha negado repetidamente a levantar el secreto sobre muchas de las prácticas fiscales que facilitan el blanqueo de capitales. Sin embargo, la revelación de escándalos como el de LuxLeaks ha permitido presionar para que se abriera, aun parcialmente, tales registros al escrutinio de las autoridades públicas y de aquellas organizaciones y miembros de la sociedad civil con un interés legítimo, en el que se incluye la persecución de los crímenes tributarios. Aunque insuficiente, el compromiso final representa un avance respeto a las posiciones negociadoras anteriores.

El presente informe no tiene voto final, al tratarse de una segunda lectura dentro del proceso de trílogo.

Miguel Viegas (GUE/NGL), *por escrito*. – Perante os escândalos vindos a público sobre fuga fiscal e branqueamento de capitais, a EU vê-se na obrigação de fazer qualquer coisa para dar resposta à indignação da opinião pública.

O que dizemos é que estes escândalos não são meros abusos ou desajustamentos do sistema. São a expressão concreta das contradições de um sistema que representa neste momento o maior entrave ao desenvolvimento da humanidade.

Criar a ilusão de que é possível criar um mecanismo de controlo que permite moralizar o sistema e alinhá-lo com as aspirações da humanidade é levar os cidadãos europeus ao engano. Conforme questionámos.

Veja-se este exemplo. A Comissão Europeia declarou guerra aos paraísos fiscais. O que é surpreendente é que a mesma Comissão Europeia tenha aprovado em Março último o IV Regime de Benefícios Fiscais do Centro Internacional de Negócios da Madeira, prolongando assim a existência da Zona Franca da Madeira até 2027.

Harald Vilimsky (NI), *schriftlich*. – Bei der Abstimmung zur Änderung der delegierten Verordnung hinsichtlich der Verpflichtung zur Vorlage einer Einfuhrlizenz für Ethylalkohol musste ich mich der Stimme enthalten. Die derzeitige Lizenzierung und Bilanzierung von Ethylalkohol landwirtschaftlichen Ursprungs ist durchaus ausreichend und wird auch konsequent durchgesetzt und überprüft. Weiters würde eine weitere Ausdehnung von Flächen für Biokraftstoff die Bekämpfung des Hungers massiv gefährden.

11.4. Informações que acompanham as transferências de fundos (A8-0154/2015 - Timothy Kirkhope, Peter Simon)

Dichiarazioni di voto orali

Jiří Pospíšil (PPE). – Pane předsedající, já jsem tento návrh podpořil stejně jako předchozí návrh. Tento návrh změny evropské legislativy rozšiřuje informace, které mají být sbírány při jednotlivých převodech peněžních prostředků. Na jedné straně samozřejmě tento sběr informací povede k tomu, že zákazníci mohou mít pocit, že jsou o nich sbírány informace, které jsou jejich privátním prostředím, na druhou stranu je třeba si uvědomit, že dnes je mezinárodní terorismus právě financován z peněz, které proudí do Evropské unie z třetích zemí. A proto je nutné tyto informace sbírat a použít je v případě, že se ukáže podezření z možného financování terorismu.

Já jsem pro ten návrh, ale je nutné říci, že je třeba zajistit, aby tyto informace byly využívány pouze v případě, že dojde k vyšetřování podezřelého a že je zde podezření ze spáchání, řekněme, závažné formy trestné činnosti.

Neena Gill (S&D). – Mr President, I gave my support to the regulation on information accompanying transfers of funds, given that we need stronger measures to tackle tax avoidance and fraud. This means establishing public registers to increase transparency on the financial flux and have better protection at EU level for whistleblowers, given that we are almost completely dependent on them to alert us on the cases of fraud or where taxpayers' money is abused.

We also need a coordinated response from the law enforcement bodies in the Member States and a standardised procedure for financial institutions and payment service providers to combat money laundering. It is simply unacceptable that billions and billions of euros simply continue to fall through the cracks every year.

Ivana Maletić (PPE). – Gospodine predsjedniče, u kontekstu sprječavanja i otkrivanja pranja novca i financiranja terorizma ova uredba ima za cilj unaprijediti nadzor prijenosa novca, određivanjem podataka koji se moraju priložiti pri transakciji financijskih sredstava te ima za cilj ojačati zakonodavstvo i nadležna tijela na razini Unije, a u dijelu propisivanja sankcija.

Uredba se bavi izuzetno osjetljivim pitanjima podataka koji su potrebni za praćenje prijenosa financijskih sredstava i identifikaciju uplatitelja i primatelja. U tom dijelu se rade značajnije promjene jer zbog konstantnog napretka tehnologije dolazi do olakšavanja kriminalnih aktivnosti koje je potrebno spriječiti zaštitnim mjerama koje se dodatno predlažu. U svrhu osiguravanja ispravnosti, cjelovitosti i stabilnosti financijskog sustava podržala sam ovu preporuku za drugo čitanje Uredbe o informacijama koje su priložene prijenosu financijskih sredstava.

Dichiarazioni di voto scritte

Clara Eugenia Aguilera García (S&D), *por escrito*. – He dado mi apoyo a este reglamento que modifica y actualiza una norma de 2006, la cual establece la información que debe figurar sobre el pagador y el receptor de las transferencias bancarias y financieras a los efectos de prevenir el lavado de dinero.

Es particularmente importante que se haya logrado, gracias a la actuación del Grupo de los Socialistas y Demócratas, que todas las transacciones relacionadas con el exterior de la UE sean referenciadas de la misma manera que aquellas de naturaleza intracomunitaria, con excepción de aquellas cuya cuantía sea inferior a 1000 euros, para así no perjudicar a las remesas de los inmigrantes. También se han fortalecido las sanciones por incumplimiento y los mecanismos de control.

La armonización europea de la información relativa a las transferencias bancarias es fundamental para combatir el blanqueo procedente de operaciones ilícitas como el narcotráfico, el terrorismo o el crimen organizado, pero también para colmatar los procesos de la Unión Bancaria y de la llamada Unión de los Mercados de Capital, de modo que los usuarios de servicios financieros no tengan que hacer frente a una disparidad de condiciones en función del Estado miembro en el que fijen su residencia.

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL), *por escrito*. – El objetivo de este informe (que no tiene voto final, al tratarse de una segunda lectura dentro del proceso de trílogo) es el de implementar medidas de control de las transferencias de fondos en el marco de la lucha contra el fraude financiero y el blanqueo de capitales. Aun siendo claramente insuficiente, la existencia de este marco regulatorio es un pequeño paso en la lucha internacional contra el crimen financiero y la evasión fiscal.

Jonathan Arnott (EFDD), *in writing*. – I do not approve of the procedure for approval without a vote, and would like to place my views on this subject on record.

Zigmantas Balčytis (S&D), *raštu*. – Balsavau už šį pasiūlymą dėl informacijos, teikiamos pervedant lėšas, kurio tikslas – kovos su pinigų plovimu griežtinimas. Pinigų plovimas kasmet sudaro nuo 2 iki 5 proc. pasaulinio BVP. Pagal naujas taisykles ES valstybių centriniuose registruose turės būti skelbiami tikrieji įmonių savininkai, o ši informacija turės būti prieinama valstybės institucijoms bei asmenims, turintiems teisėtų interesų, pvz., žurnalistams. Taip pat nustatomos naujos lėšų pervedimo taisyklės, kurios turėtų palengvinti pinigų atsekamumą. Derybose su ES Taryba Europos Parlamentui pavyko užtikrinti, kad atnaujinta Pinigų plovimo prevencijos direktyva įpareigotų ES valstybes savo centriniuose registruose skelbti tikruosius įmonių, fondų ir kitų juridinių asmenų savininkus. Be to, bankai, auditoriai, teisininkai, nekilnojamojo turto agentai ir kazino turės atidžiau stebėti įtartinus klientų pervedimus.

Hugues Bayet (S&D), *par écrit*. – La proposition a pour objectif de réviser le règlement relatif aux informations concernant le donneur d'ordre accompagnant les virements de fonds de manière à augmenter la traçabilité des paiements et à faire en sorte que le cadre de l'UE demeure conforme aux normes internationales en la matière.

Le règlement sur les virements fixe des règles imposant aux fournisseurs de services de paiement de transmettre des informations sur les donneurs d'ordre tout au long de la chaîne des paiements, aux fins de la prévention et de la détection du blanchiment de capitaux et du financement du terrorisme et des enquêtes en la matière.

Le but de la proposition est d'augmenter la transparence en incluant les changements suivants: information sur le donneur d'ordre; faire rentrer les cartes de crédit, les cartes de débit et les téléphones dans le champ d'application du règlement s'ils sont utilisés pour le transfert d'argent; obligation d'établir une procédure basée sur le risque pour déterminer quand un paiement doit être bloqué, suspendu, exécuté…; s'aligner sur les règles de traçabilité du GAFI; renforcer le pouvoir de sanction des autorités compétentes; rendre obligatoire la publication des sanctions.

Dominique Bilde (NI), *par écrit***. –** Ce vote a pour objet l'adoption de la recommandation pour la deuxième lecture relative au règlement concernant les informations accompagnant les transferts de fonds et abrogeant le règlement (CE) nº 1781/2006.

Ce règlement doit permettre de modifier et d'actualiser le règlement anti-blanchiment existant pour améliorer la traçabilité des paiements et mettre en conformité les normes de l'UE en la matière avec le droit international.

Ce règlement va dans le bon sens et propose des mesures fortes comme sur la traçabilité des virements de fonds. De plus, il est prévu tout un arsenal de sanctions administratives, j'ai donc décidé de voter pour.

Mara Bizzotto (NI), *per iscritto*. – Pur essendo in parte condivisibile, rimangono dei passaggi poco chiari in questo testo. Mi sono quindi espressa con un'astensione.

José Blanco López (S&D), *por escrito*. – He dado mi apoyo a este reglamento que modifica y actualiza una norma de 2006, la cual establece la información que debe figurar sobre el pagador y el receptor de las transferencias bancarias y financieras a los efectos de prevenir el lavado de dinero.

Es particularmente importante que se haya logrado, gracias a la actuación del Grupo de los Socialistas y Demócratas, que todas las transacciones relacionadas con el exterior de la UE sean referenciadas de la misma manera que aquellas de naturaleza intracomunitaria, con excepción de aquellas cuya cuantía sea inferior a 1000 euros, para así no perjudicar a las remesas de los inmigrantes. También se han fortalecido las sanciones por incumplimiento y los mecanismos de control.

La armonización europea de la información relativa a las transferencias bancarias es fundamental para combatir el blanqueo procedente de operaciones ilícitas como el narcotráfico, el terrorismo o el crimen organizado, pero también para colmatar los procesos de la Unión Bancaria y de la llamada Unión de los Mercados de Capital, de modo que los usuarios de servicios financieros no tengan que hacer frente a una disparidad de condiciones en función del Estado miembro en el que fijen su residencia.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *raštu*. – Balsavau už šią rekomendaciją, kurioje pritariama per pirmąjį svarstymą priimtai Tarybos pozicijai, siekiant priimti Europos Parlamento ir Tarybos reglamentą dėl informacijos, teikiamos pervedant lėšas, ir kuriuo panaikinamas Reglamentas (EB) Nr. 1781/2006. Atsižvelgdama į tai, kad kinta pinigų plovimo ir teroristų finansavimo grėsmių pobūdis ir kad grėsmių daugėja dėl nuolatinės technologijų ir priemonių, kuriomis disponuoja nusikaltėliai, raidos, Komisija pasiūlė peržiūrėti Reglamentą (EB) Nr. 1781/2006 dėl mokėtojo informacijos, pateikiamos pervedant lėšas, siekiant padidinti mokėjimų atsekamumą ir užtikrinti, kad ES sistema visiškai atitiktų tarptautinius standartus.

Šis pasiūlymas suderinamas su Europos Parlamento ir Tarybos direktyvos dėl finansų sistemos apsaugos nuo jos panaudojimo pinigų plovimui ir teroristų finansavimui pasiūlymu ir jį papildo. Šiomis dviem teisinėmis priemonėmis siekiama bendro tikslo – peržiūrėti esamą Europos Sąjungos pinigų plovimo ir teroristų finansavimo prevencijos sistemą siekiant pagerinti jos veiksmingumą ir kartu užtikrinti jos derėjimą su tarptautiniais standartais. Pasiūlymas taip pat atitinka ES vidaus saugumo strategiją, kurioje nurodytos skubiausiai spręstinos ES saugumo problemos per ateinančius metus ir pasiūlyti penki strateginiai tikslai bei specialūs veiksmai 2011–2014 m. kuriant saugesnę ES. Tarp jų – pinigų plovimo ir terorizmo prevencijos klausimų sprendimas, visų pirma ES sistemos atnaujinimas siekiant didinti informacijos apie faktinę juridinių asmenų nuosavybę skaidrumą.

Biljana Borzan (S&D), *napisan*. – Podržavam ovo Izvješće koje doprinosi jačanju EU institucija u borbi protiv pranja novca, a gotovo jednoglasna podrška na Odborima isto tako daje do znanja kako se uistinu radi o kvalitetnom dokumentu.

Glavna briga ostaju transferi izvan zemalja EU-a. Poboljšano je poglavlje o sankcijama i praćenju, a odredba o zaštiti podataka je bolje usklađena unutar propisa.

Steeve Briois (NI), *par écrit*. – Le projet de règlement a pour objet la révision du règlement (CE) nº 1781/2006 relatif aux informations concernant le donneur d'ordre accompagnant les virements de fonds de manière à améliorer la traçabilité des paiements.

Le renforcement de la législation permet notamment de mieux lutter contre le blanchiment d'argent. Cependant, l'amélioration de la traçabilité des paiements ne doit pas avoir pour effet de porter atteinte à la vie privée des utilisateurs des services bancaires. La Commission européenne ayant tenu compte des revendications des députés en la matière, j'ai donné un avis favorable au texte.

Daniel Buda (PPE), *în scris*. – O acțiune coordonată întreprinsă de statele membre în domeniul transferurilor bancare electronice contribuie la combaterea fraudelor și a acțiunilor care pot avea repercusiuni grave asupra securității și credibilității sectorului financiar al Uniunii. În primul rând, instituțiile financiare și prestatorii de servicii de plată trebuie să se asigure că dețin toate informațiile veridice privind inițiatorii și beneficiarii tranzacțiilor și că cerințele legate de înregistrarea datelor sunt în conformitate cu standardele GAFI.

Monedele virtuale criptate și metodele de plată prin intermediul lor au dus la apariția unor noi activități ilicite în mediul online. Este îngrijorător faptul că din 2008, de când noile metode de plată au fost făcute publice, s-au înregistrat activități ilegale ce au avut ca scop spălarea de bani, pornografia infantilă, traficul de stupefiante, fraude electronice, furt de identitate prin utilizarea monedelor criptate. Prin urmare, autorizarea plății prin intermediul monedelor virtuale ar trebui permisă doar dacă există informații clare cu privire la cei implicați precum și cu privire la obiectul tranzacției. Pentru a preveni transferurile de fonduri ce urmăresc acțiuni frauduloase de spălare a banilor și finanțare a terorismului, este necesară stabilirea unor principii de cooperare cu autoritățile din țările terțe, pentru a permite accesul reciproc la informații complete și urmărirea tranzacțiilor suspecte.

Gianluca Buonanno (NI), *per iscritto*. – Voto di astensione. Il testo non ha portato le modifiche sperate e resta ancora una tracciabilità troppo «pesante» sui trasferimenti di denaro.

Soledad Cabezón Ruiz (S&D), *por escrito*. – He dado mi apoyo a este reglamento que modifica y actualiza una norma de 2006, la cual establece la información que debe figurar sobre el pagador y el receptor de las transferencias bancarias y financieras a los efectos de prevenir el lavado de dinero.

Es particularmente importante que se haya logrado, gracias a la actuación del Grupo de los Socialistas y Demócratas, que todas las transacciones relacionadas con el exterior de la UE sean referenciadas de la misma manera que aquellas de naturaleza intracomunitaria, con excepción de aquellas cuya cuantía sea inferior a 1000 euros, para así no perjudicar a las remesas de los inmigrantes. También se han fortalecido las sanciones por incumplimiento y los mecanismos de control.

La armonización europea de la información relativa a las transferencias bancarias es fundamental para combatir el blanqueo procedente de operaciones ilícitas como el narcotráfico, el terrorismo o el crimen organizado, pero también para colmatar los procesos de la Unión Bancaria y de la llamada Unión de los Mercados de Capital, de modo que los usuarios de servicios financieros no tengan que hacer frente a una disparidad de condiciones en función del Estado miembro en el que fijen su residencia.

Alain Cadec (PPE), *par écrit*. – Une règlementation européenne sur les informations accompagnant les transferts de fonds est une étape nécessaire pour lutter contre le blanchiment des capitaux et le financement du terrorisme.

Nous devons à tous prix apporter une réponse européenne dans ce domaine. Il faut établir un équilibre entre sécurité des citoyens et protection des données privées. J'ai voté en faveur de la mise en place d'un tel règlement.

Nicola Caputo (S&D), *per iscritto*. – Sono a favore della raccomandazione per la seconda lettura relativa alla posizione del Consiglio in prima lettura in vista dell'adozione del regolamento del Parlamento europeo e del Consiglio riguardante i dati informativi che accompagnano i trasferimenti di fondi e che abroga il regolamento (CE) n. 1781/2006.

La raccomandazione in questione approva la posizione del Consiglio in prima lettura, la quale aveva sottolineato che i flussi di denaro illecito derivanti da trasferimenti di fondi e gli sforzi compiuti dai criminali per mascherare l'origine dei loro proventi di attività criminose possono minare l'integrità, la stabilità e la reputazione del settore finanziario e costituire una minaccia per il mercato interno dell'Unione nonché per lo sviluppo internazionale.

Le misure che riguardano i dati informativi che accompagnano i trasferimenti di fondi sono quindi da considerare fondamentali: senza determinate misure di coordinamento a livello dell'Unione, i riciclatori e i finanziatori del terrorismo trarrebbero vantaggio della libertà di circolazione dei capitali all'interno dello spazio finanziario integrato dell'Unione per sostenere le proprie attività criminose.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD), *per iscritto*. – Il pacchetto antiriciclaggio di denaro presentato dalla Commissione nel 2013 contiene due proposte legislative che hanno l'intento di aggiornare il quadro giuridico dell'Unione europea in materia di riciclaggio di denaro e di finanziamento del terrorismo.

Oggi abbiamo votato la raccomandazione del Parlamento europeo sulla posizione del Consiglio in prima lettura in vista dell'adozione del regolamento del Parlamento europeo e del Consiglio riguardante i dati informativi che accompagnano i trasferimenti di fondi e che abroga il regolamento (CE) n. 1781/2006. La delegazione M5S ha deciso di astenersi per coerenza con il voto sulla direttiva antiriciclaggio e per sottolineare le sue perplessità in merito alle esenzioni per alcuni strumenti e soggetti di pagamento, alle deroghe previste e all'ampia discrezionalità lasciata agli Stati membri per quanto riguarda le sanzioni.

Aymeric Chauprade (NI), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de ce rapport entérinant la position du Conseil sur les informations accompagnant les virements de fonds. C'est en effet une problématique importante puisque la traçabilité des fonds touche aux questions de blanchiment d'argent, de financement des activités illicites et criminelles, voire au financement du terrorisme, un enjeu qui, comme chacun sait, me tient à cœur.

On sait que le principe de libre circulation des capitaux, imposé par l'Union Européenne, facilite les malversations financières en détruisant les barrières, ce qui permet une circulation transfrontalière des flux avec des contrôles amoindris. Pour prévenir les risques inhérents à un tel principe, et s'il faut rester dans le cadre d'une zone financière intégrée, le règlement proposé par la Commission et amendé par les parlementaires prévoit ainsi que les établissements financiers communiquent des informations actualisées, appropriées et exactes sur les virements de fonds effectués au nom de leurs clients, de manière à permettre aux autorités compétentes de faire pièce de manière plus efficace au blanchiment de capitaux et au financement du terrorisme.

Un contrôle qui permettra une meilleure transparence et améliorera légèrement la probité des institutions financières.

Salvatore Cicu (PPE), *per iscritto*. – La proposta in esame concerne la revisione del regolamento (CE) n. 1781/2006 riguardante i dati informativi relativi all'ordinante che accompagnano i trasferimenti di fondi al fine di migliorare la tracciabilità dei pagamenti e garantire che il quadro normativo dell'UE continui a essere in linea con gli standard internazionali. Il regolamento sui trasferimenti di fondi prevede norme che impongono ai prestatori di servizi di pagamento di comunicare le informazioni concernenti l'ordinante lungo tutta la catena di pagamento al fine di prevenire, investigare e individuare i casi di riciclaggio di denaro e di finanziamento del terrorismo.

Le modifiche proposte sono finalizzate a colmare alcune lacune nella trasparenza imponendo alcuni requisiti quali le informazioni sul beneficiario, l'estensione della portata a credito a carte, telefoni e dispositivi IT, la verifica dell'identità del beneficiario, il rafforzamento dei poteri sanzionatori delle autorità competenti e la pubblicazione delle sanzioni.

Alla luce di tali considerazioni, ho espresso il mio voto favorevolmente.

Lara Comi (PPE), *per iscritto*. – È indubbio che i flussi di denaro illecito creati dai trasferimenti di fondi possano minare la stabilità e la reputazione del settore finanziario, nonché costituire una minaccia per il mercato interno. L'attuale regolamento (CE) n. 1781/2006, pur garantendo che il quadro normativo dell'UE continui ad essere in linea con gli standard internazionali, presenta ancora alcune lacune giuridiche. Pertanto, in ragione del mutare delle minacce poste dal riciclaggio di denaro e della necessità di procedere al riesame del quadro normativo UE, ho deciso di votare a favore della presente raccomandazione.

Therese Comodini Cachia (PPE), *in writing*. – The purpose of the proposal is to prevent and detect money laundering and terrorist financing when transferring funds, and it strengthens certain aspects of traceability of payments. The proposal is rather technical in its nature but I support the Council's position for the second reading which is identical to the agreed text in the trilogues.

Ignazio Corrao (EFDD), *per iscritto*. – Il regolamento sul trasferimento dei fondi fa parte del pacchetto antiriciclaggio presentato dalla Commissione nel 2013, è stato negoziato in Parlamento durante la scorsa legislatura e approvato in seconda lettura dal Consiglio durante la Presidenza Italiana.

Lo scopo del regolamento è prevenire, investigare e individuare i casi di riciclaggio e finanziamento del terrorismo, migliorando la trasparenza e la tracciabilità dei trasferimenti di fondi da parte delle autorità e forze dell'ordine. In particolare, è imposto l'obbligo ai prestatori di servizi di pagamento di comunicare i dati relativi all'ordinante e al beneficiario di un ordine di pagamento.

In commissione il testo è passato a larga maggioranza. Abbiamo comunque deciso di astenerci non solo per coerenza con il voto sulla direttiva antiriciclaggio, a cui il regolamento è strettamente collegato, ma anche per evidenziare le nostre perplessità in merito a esenzioni per alcuni strumenti di pagamento e soggetti, deroghe e l'ampia discrezionalità lasciata agli Stati membri anche per quanto concerne le sanzioni.

Javier Couso Permuy (GUE/NGL), *por escrito*. – El objetivo de este informe (que no tiene voto final, al tratarse de una segunda lectura dentro del proceso de trílogo) es el de implementar medidas de control de las transferencias de fondos en el marco de la lucha contra el fraude financiero y el blanqueo de capitales. Aun siendo claramente insuficiente, la existencia de este marco regulatorio es un pequeño paso en la lucha internacional contra el crimen financiero y la evasión fiscal.

Michel Dantin (PPE), *par écrit*. – Le présent rapport vise à renforcer la traçabilité des paiements et transferts de fonds dans le cadre du marché intérieur en vue d'éviter et de détecter toutes activités de blanchiment d'argent et de financement du terrorisme.

Ce texte relativement technique est le pendant du rapport visant à prévenir l'utilisation du système financier aux fins du blanchiment de capitaux et du financement du terrorisme, aussi ai-je voté en faveur de ce rapport.

Rachida Dati (PPE), *par écrit***.** – Ce rapport fait partie du dernier paquet législatif proposé par la Commission européenne afin de faire évoluer nos moyens de lutte contre le blanchiment de capitaux.

Son adoption consacre la mise à niveau des normes européennes avec les recommandations du Groupe d'action financière, organisme intergouvernemental dans lequel l'Union européenne est très active.

En matière de virements électroniques de fonds, il est important de garantir une traçabilité précise des donneurs d'ordre et des bénéficiaires sur toute la chaîne de paiement. Le rôle de la commission dans laquelle je siège, celle chargée des libertés civiles, de la justice et des affaires intérieures, était notamment de vérifier qu'une protection des données adéquate soit assurée.

Marielle de Sarnez (ALDE), *par écrit*. – Pour lutter contre le financement du terrorisme, la nouvelle règlementation européenne sur la régulation des transferts de fonds renforce le contrôle par les établissements financiers, des opérations de transfert de fonds, notamment internationaux, en enrichissant les informations fournies, et en limitant substantiellement l'anonymat de ces opérations.

Les mesures proposées permettront de retracer plus précisément l'origine des fonds, en utilisant les informations des cartes de débit et de crédit, ainsi que les données contenues dans les téléphones portables ou autres appareils numériques et informatiques. Le pouvoir de sanctions des autorités compétentes sera également renforcé. Cette législation permettra de mieux surveiller et prévenir les actes de fraudes. Dans le même temps, l'utilisation des données doit se faire dans le respect de la confidentialité et de la vie privée des citoyens européens.

Ангел Джамбазки (ECR), *в писмена форма*. – Подкрепих отмяната на Регламент (ЕО) № 1781/2006 относно информацията, придружаваща паричните преводи, защото смятам, че нормативната рамка на Европейския съюз трябва да се адаптира към сегашния момент, защото терористичните организации се възползват от пролуките в нашето законодателство.

В момента огромни парични потоци от Съюза се вливат в сметките на терористичната организация Ислямска държава – това може да се прекрати или ограничи само чрез въвеждане на по-стриктно законодателство относно информацията, придружаваща паричните преводи.

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), *γραπτώς*. – Εφόσον η κύρια πηγή χρηματοδότησης της τρομοκρατίας και η νομιμοποίηση εσόδων είναι κυρίως οι ηλεκτρονικές συναλλαγές μέσω του δαιδαλώδους τραπεζικού συστήματος, η πρόβλεψη εξαιρέσεων στην εφαρμογή κανόνων και περιορισμών είναι εσφαλμένη (όπως όταν ο χαρακτήρας των προβλεπόμενων κυρώσεων είναι αμιγώς «διοικητικός» υπάρχει ενδεχομένως περίπτωση αμφισβήτησης της αυστηρότητας των προτεινόμενων διοικητικών κυρώσεων, δεν τίθενται εναρμονισμένες συστάσεις και ερμηνευτικές διατάξεις σε ευρωπαϊκό επίπεδο προκειμένου να επιτευχθεί μια πιο ομοιόμορφη εφαρμογή των κανόνων, δεν υπάρχει εξασφάλιση περιπτώσεων (όπως ποινική διαδικασία, χρεοκοπία ή διαδοχή) όπου τα έγγραφα και οι πληροφορίες διαγράφονται μετά την πάροδο διαστήματος 5 ή 10 ετών από τη λήξη της επιχειρηματικής σχέσης κτλ)

Norbert Erdős (PPE), *írásban*. – Ez a jogszabálytervezet a bűnszervezetek és a terrorista szervezetek finanszírozásának megnehezítését célozza . Új információ adásának kötelezettségével a pénzmosást nehezíti meg. A második olvasatban a Tanáccsal megszületett megállapodás kielégíti a megfogalmazott célkitűzéseket, ezért szavazatommal támogattam a megállapodás szövegének jóváhagyását.

Jonás Fernández (S&D), *por escrito*. – He dado mi apoyo a este reglamento que modifica y actualiza una norma de 2006, la cual establece la información que debe figurar sobre el pagador y el receptor de las transferencias bancarias y financieras a los efectos de prevenir el lavado de dinero.

Es particularmente importante que se haya logrado, gracias a la actuación del Grupo de los Socialistas y Demócratas, que todas las transacciones relacionadas con el exterior de la UE sean referenciadas de la misma manera que aquellas de naturaleza intracomunitaria, con excepción de aquellas cuya cuantía sea inferior a 1000 euros, para así no perjudicar a las remesas de los inmigrantes. También se han fortalecido las sanciones por incumplimiento y los mecanismos de control.

La armonización europea de la información relativa a las transferencias bancarias es fundamental para combatir el blanqueo procedente de operaciones ilícitas como el narcotráfico, el terrorismo o el crimen organizado, pero también para colmatar los procesos de la Unión Bancaria y de la llamada Unión de los Mercados de Capital, de modo que los usuarios de servicios financieros no tengan que hacer frente a una disparidad de condiciones en función del Estado miembro en el que fijen su residencia.

Edouard Ferrand (NI), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de cette délibération, parce que je suis favorable à un contrôle plus strict sur tout transfert de fonds.

Monika Flašíková Beňová (S&D), *písomne*. – Od roku 2013 sa Európska komisia snaží o zmenu existujúcich európskych nariadení, ktoré by reagovali na akútnu potrebu zmien a boj proti praniu špinavých peňazí a prevodom finančných prostriedkov teroristických organizácií. Predmetné nariadenie by malo zaviesť jasné a presné pravidlá pre poskytovateľov finančných služieb a sprehľadniť tok peňazí na ceste finančným reťazcom medzi platiteľom a prijímateľom na účely sprehľadnenia, prevencie a ochrany pred praním špinavých peňazí.

Lorenzo Fontana (NI), *per iscritto*. – Voterò con un'astensione poiché il testo non ha portato, in seconda lettura, le modifiche che avremmo voluto dopo il passaggio in prima lettura. Modifiche per non avere una tracciabilità così immotivata su tutti i trasferimenti di denaro.

Λάμπρος Φουντούλης (NI), *γραπτώς*. – Η ψήφος μου είναι κατά, εφόσον η κύρια πηγή χρηματοδότησης της τρομοκρατίας και η νομιμοποίηση εσόδων είναι κυρίως οι ηλεκτρονικές συναλλαγές μέσω του δαιδαλώδους τραπεζικού συστήματος, η πρόβλεψη εξαιρέσεων στην εφαρμογή κανόνων και περιορισμών είναι εσφαλμένη (όπως όταν ο χαρακτήρας των προβλεπόμενων κυρώσεων είναι αμιγώς «διοικητικός» υπάρχει ενδεχομένως περίπτωση αμφισβήτησης της αυστηρότητας των προτεινόμενων διοικητικών κυρώσεων, δεν τίθενται εναρμονισμένες συστάσεις και ερμηνευτικές διατάξεις σε ευρωπαϊκό επίπεδο προκειμένου να επιτευχθεί μια πιο ομοιόμορφη εφαρμογή των κανόνων, δεν υπάρχει εξασφάλιση περιπτώσεων - όπως ποινική διαδικασία, χρεοκοπία ή διαδοχή - όπου τα έγγραφα και οι πληροφορίες διαγράφονται μετά την πάροδο διαστήματος 5 ή 10 ετών από τη λήξη της επιχειρηματικής σχέσης κτλ)

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *in writing*. – This regulation lays down rules for payment service providers to send information on the payer and the payee throughout the payment chain for the purposes of prevention, investigation and detection of money laundering and terrorist financing. A coordinated response from law enforcement bodies in the MS and a standardised procedure for financial institutions and payment service providers is essential to combat money-laundering, which costs many billions annually. The main points of interest of the first reading negotiations concern transfers outside the Union, where all information should be recorded, with the exception of a *de minimis* EUR 1000 threshold, which should make remittances slightly easier. Furthermore, the chapter on sanctions and monitoring has been enforced, and the provisions on data protection have been better aligned within the regulation.

Ildikó Gáll-Pelcz (PPE), *írásban*. – A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam azt a Tanáccsal már egyeztetett, pénzmosásról szóló, új szabályozás elfogadását, amely most első ízben arra kötelezi a tagállamokat, hogy központi adatbázisban tüntessék fel a vállalatok, egyéb jogi személyek és vagyonkezelők tényleges tulajdonosait. Az új irányelv célja a pénzmosás, az adózással kapcsolatos bűncselekmények és a terrorizmus finanszírozása elleni fellépés. A pénzmosás napjainkra az egyik legjövedelmezőbb és legnagyobb szabású üzletté vált a világon. Az IMF szerint a pénzmosás volumene a Föld összes országa egyesített GDP-jének 2–5%-át teszi ki. A most javasolt kezdeményezések végre koordinálják és integrálják a már meglévő normákat, valamint célzottabb és koncentrált, kockázatalapú megközelítést hoznak létre az egész EU-ban a pénzmosás elleni hatékonyabb küzdelem érdekében.

Iratxe García Pérez (S&D), *por escrito*. – He dado mi apoyo a este reglamento que modifica y actualiza una norma de 2006, que establece la información que debe figurar sobre el pagador y el receptor de las transferencias bancarias y financieras a los efectos de prevenir el lavado de dinero.

Es particularmente importante que se haya logrado, gracias a la actuación del Grupo de los Socialistas y Demócratas, que todas las transacciones relacionadas con el exterior de la UE sean referenciadas de la misma manera que las de naturaleza intracomunitaria, con excepción de aquellas cuya cuantía sea inferior a 1000 euros, para no perjudicar a las remesas de los inmigrantes. También se han fortalecido las sanciones por incumplimiento y los mecanismos de control.

La armonización europea de la información relativa a las transferencias bancarias es fundamental para combatir el blanqueo procedente de operaciones ilícitas como el narcotráfico, el terrorismo o el crimen organizado, pero también para complementar los procesos de la Unión Bancaria y de la llamada Unión de los Mercados de Capital, de modo que los usuarios de servicios financieros no tengan que hacer frente a una disparidad de condiciones en función del Estado miembro en el que fijen su residencia.

Eider Gardiazabal Rubial (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de este reglamento que modifica y actualiza una norma de 2006, en la que se establece la información que debe figurar sobre el pagador y el receptor de las transferencias bancarias y financieras a efectos de prevenir el lavado de dinero.

Es particularmente importante que se haya logrado, gracias a la actuación del Grupo de los Socialistas, que todas las transacciones relacionadas con el exterior de la UE sean referenciadas de la misma manera que aquellas de naturaleza intracomunitaria, con excepción de aquellas cuya cuantía sea inferior a 1000 euros, para así no perjudicar a las remesas de los inmigrantes. También se han fortalecido las sanciones por incumplimiento y los mecanismos de control.

La armonización europea de la información relativa a las transferencias bancarias es fundamental para combatir el blanqueo procedente de operaciones ilícitas como el narcotráfico, el terrorismo o el crimen organizado, pero también para colmatar los procesos de la Unión Bancaria y de la llamada Unión de los Mercados de Capital, de modo que los usuarios de servicios financieros no tengan que hacer frente a una disparidad de condiciones en función del Estado miembro en el que fijen su residencia.

Elisabetta Gardini (PPE), *per iscritto*. – In un'ottica di complementarietà con il voto sulla prevenzione dell'uso del sistema finanziario a fini di riciclaggio o finanziamento del terrorismo ho votato sì alla presente raccomandazione che accompagna la precedente, abrogando il precedente regolamento (CE) n. 1781/2006.

Elena Gentile (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore del regolamento sul trasferimento di fondi innanzitutto perché arricchisce e completa un quadro normativo complessivo preesistente e molto importante che riguarda gli strumenti dell'UE per combattere il riciclaggio del denaro. In secondo luogo perché ritengo di fondamentale importanza il rafforzamento del quadro normativo e degli strumenti per combattere un fenomeno di portata globale, in linea con le norme vigenti a livello internazionale, molto importanti ma spesso non vincolanti.

La nuova normativa, composta di una direttiva e di un regolamento, ha richiesto ben due anni di lavoro e solo in dicembre dello scorso anno è stato trovato l'accordo politico in Consiglio, grazie agli sforzi della presidenza italiana dell'UE, che l'ha considerata una priorità del semestre.

Il regolamento sul trasferimento dei fondi riguarda i prestatori di servizi di pagamento, e quindi le banche, e nella fattispecie i dati informativi relativi alla persona che ordina il trasferimento. Esso introduce l'obbligo per le istituzioni finanziarie di includere accurate informazioni sia sull'ordinante che sul beneficiario del trasferimento, e quindi l'obbligo di seguire quest'ultimo lungo tutta la catena di pagamento.

Il lavoro complesso e duro svolto dal PE, e in particolare dai due relatori, ha consentito di raggiungere un risultato finale più ambizioso.

Tania González Peñas (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo. La directiva busca aumentar las exigencias de información en las transferencias bancarias internacionales para dificultar las evasión fiscal. Por ello de votarse hubiéramos estado a favor.

Theresa Griffin (S&D), *in writing*. – This legislation ensures that transfers of funds are fully traceable, by making competent authorities and payment service providers responsible for making sure that information on the payee is included with any transfer of funds.

Antanas Guoga (ALDE), *raštu*. – Balsavau už pritarimą per pirmąjį svarstymą priimtai Tarybos pozicijai, siekiant priimti Europos Parlamento ir Tarybos reglamentą dėl informacijos, teikiamos pervedant lėšas, ir kuriuo panaikinamas Reglamentas (EB) Nr. 1781/2006. Komisija pasiūlė papildyti atitinkamus teisės aktus nuostatomis, kurios palengvintų mokėjimų atsekamumą ir užtikrintų Europos Sąjungos teisinės bazės atitikimą tarptautiniams standartams.

Šia ir kitomis susijusiomis teisinėmis priemonėmis siekiama bendro tikslo – saugesnės Europos Sąjungos. Tai itin svarbu, turint omenyje besikeičiančias aplinkybes bei technologijas, kuriomis naudojasi ir pinigų plovimu ar terorizmo finansavimu besiverčiantys nusikaltėliai.

Sergio Gutiérrez Prieto (S&D), *por escrito*. – He dado mi apoyo a este reglamento que modifica y actualiza una norma de 2006, la cual establece la información que debe figurar sobre el pagador y el receptor de las transferencias bancarias y financieras a los efectos de prevenir el lavado de dinero.

Es particularmente importante que se haya logrado, gracias a la actuación del Grupo de los Socialistas y Demócratas, que todas las transacciones relacionadas con el exterior de la UE sean referenciadas de la misma manera que aquellas de naturaleza intracomunitaria, con excepción de aquellas cuya cuantía sea inferior a 1000 euros, para así no perjudicar a las remesas de los inmigrantes. También se han fortalecido las sanciones por incumplimiento y los mecanismos de control.

La armonización europea de la información relativa a las transferencias bancarias es fundamental para combatir el blanqueo procedente de operaciones ilícitas como el narcotráfico, el terrorismo o el crimen organizado, pero también para colmatar los procesos de la Unión Bancaria y de la llamada Unión de los Mercados de Capital, de modo que los usuarios de servicios financieros no tengan que hacer frente a una disparidad de condiciones en función del Estado miembro en el que fijen su residencia.

Brian Hayes (PPE), *in writing*. – I voted in favour of this report as it is an important proposal that will increase the traceability of payments which are used for money laundering or terrorist financing operations. The proposed changes to the report address gaps where transparency may have been otherwise weaker.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *in writing*. – This report strikes the right balance between the need to prevent money laundering and tax evasion on the one hand and data protection on the other. I was able to support the trilogue agreement.

Pablo Iglesias (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo.

La directiva busca aumentar las exigencias de información en las transferencias bancarias internacionales para dificultar las evasión fiscal. Por ello de votarse hubiéramos estado a favor.

Ivan Jakovčić (ALDE), *napisan*. – Glasovao sam za nacrt zakonodavne rezolucije Europskog parlamenta o stajalištu Vijeća u prvom čitanju radi donošenja uredbe Europskog parlamenta i Vijeća o informacijama koje su priložene prijenosu financijskih sredstava i stavljanju izvan snage Uredbe (EZ) br. 1781/2006 zbog toga što je iznimno važno povećati razinu transparentnosti kada je riječ o financijskim transakcijama. Smatram da je potrebno osigurati potpune informacije o primatelju, definirati koji su novčani iznosi iznad kojih su, kada se radi o inozemnim plaćanjima, potrebne dodatne provjere i kontrole, te osnažiti mogućnost sankcija i unaprijediti koordinaciju institucija i mjerodavnih tijela. Povrh toga, potrebno je precizirati koje su procedure kada prilikom prijenosa transakcijskih sredstava nedostaju informacije o primatelju/platitelju ili su iste nepotpune. Na ovaj se način osnažuje borba protiv organiziranog kriminala i pranja novca.

Marc Joulaud (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur du rapport de mes collègues Kirkhope et Simon concernant les informations accompagnant les transferts de fonds. Ce rapport a pour objectif de supprimer le règlement (CE) nº 1781/2006 afin de créer un nouveau règlement à jour et de pouvoir suivre au mieux les fonds qui peuvent servir au financement du terrorisme et au blanchiment de capitaux.

Ce rapport a été adopté à une large majorité, ce dont je me félicite.

Philippe Juvin (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la recommandation pour deuxième lecture sur les informations accompagnant les transferts de fonds et abrogeant le règlement (CE) nº 1781/2006, afin d'améliorer la traçabilité des virements, de prévenir les actes de blanchiments et de lutter contre le financement du terrorisme.

Barbara Kappel (NI), *schriftlich*. – Bereits bei der Abstimmung über diesen Bericht im Ausschuss ist meine Stimme negativ ausgefallen, da die hier angestoßene Entwicklung die Bürger immer „gläserner" macht und immer mehr Hindernisse bei einfachen Geldüberweisungen vorsieht, die nicht gerechtfertigt sind. Obwohl es sich hier um eine Billigung ohne Abstimmung handelt, möchte ich kundtun, dass ich diesen Vorschlag weiterhin ablehne.

Enrico Gasbarra (S&D), *per iscritto***.** – La proposta che la collega Cora van Nieuwenhuizen ci ha presentato in merito al regolamento sugli indici usati come valori di riferimento negli strumenti finanziari e nei contratti finanziari merita attenzione. Si tratta di un provvedimento di estrema rilevanza, che mira a risolvere quei gravi casi di manipolazione dei valori di riferimento per la determinazione dei tassi di interesse, quali il LIBOR e l'EURIBOR, e dei valori di riferimento per le valute, che in questi anni hanno causato considerevoli perdite ai consumatori e agli investitori oltre a distruggere la fiducia dei cittadini nel settore finanziario.

Ho espresso pertanto con convinzione il mio voto favorevole alla proposta, che rientra nel quadro dei numerosi sforzi che l'Europa sta cercando di realizzare per riportare fiducia e regole nell'economia.

Béla Kovács (NI), *írásban***.** – Az adott javaslatot már elfogadhatónak tartom a pénzmosás és bűncselekmények finanszírozása elleni harc érdekében. Erre valóban alkalmas lehet a nemzetközi átutalások komplex nyomon követése egy olyan rendszer bevezetése által, mely a bankokat és más pénzforgalmi szolgáltatókat kötelezi arra, hogy a megbízó és kedvezményezett adatait az utaláshoz köthetően továbbadják. Ügyelni kell azonban majd a személyiségi jogok tiszteletben tartására és arra, hogy ezen a jogcímen ne lehessen az ügyfeleket további díjakkal terhelni.

Giovanni La Via (PPE), *per iscritto***.** – Votare a favore della relazione dei colleghi Kirkhope e Simon, riguardante i dati informativi che accompagnano i trasferimenti di fondi, ha significato supportare una proposta che mira a migliorare la tracciabilità dei pagamenti nonché a prevenire e individuare il riciclaggio di denaro e il finanziamento del terrorismo, soprattutto in alcune zone dove permangono seri dubbi circa la trasparenza e la tracciabilità dei fondi finanziari.

Marine Le Pen (NI), *par écrit*. – Ce rapport a pour objet l'adoption de la recommandation relative à la position du Conseil en première lecture en vue de l'adoption du règlement du Parlement européen et du Conseil sur les informations accompagnant les transferts de fonds et abrogeant le règlement (CE) nº 1781/2006. Celui-ci vise à modifier et à actualiser le règlement anti-blanchiment existant pour améliorer la traçabilité des paiements et mettre en conformité les normes de l'UE en la matière avec le droit international.

Cette recommandation s'inspire donc des recommandations du Groupe d'action financière internationale (GAFI) mais va parfois plus loin, notamment sur la traçabilité des virements de fonds; les différentes autorités bancaires et financières européennes pourraient émettre des orientations à l'intention des autorités compétentes et des prestataires de services de paiement sur les mesures à prendre. Il est également prévu tout un arsenal de sanctions administratives.

Javi López (S&D), *por escrito*. – Este Reglamento establece la información que debe figurar sobre el pagador y el receptor de las transferencias a los efectos de prevenir el lavado de dinero. Se ha logrado que todas las transacciones relacionadas con el exterior de la UE se referencien de la misma manera, salvo aquellas por debajo de 1 000 euros. También se han fortalecido las sanciones y el control. Estando de acuerdo con estas consideraciones, he votado a favor.

Andrejs Mamikins (S&D), *rakstiski*. – Balsojuma plenārsēdē nebija, jo dokuments tika akceptēts pēc piekritības.

Νότης Μαριάς (ECR), *γραπτώς*. – Υποστηρίζω τη σύστασης για τη δεύτερη ανάγνωση σχετικά με τη θέση του Συμβουλίου σε πρώτη ανάγνωση για την έκδοση του κανονισμού του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου και του Συμβουλίου περί των πληροφοριών που συνοδεύουν τις μεταφορές χρηματικών ποσών και περί κατάργησης του κανονισμού (ΕΚ) αριθ. 1781/2006, διότι επιτυγχάνεται βελτίωση της κατανόησης, από όλα τα ενδιαφερόμενα μέρη, του νομοθετικού πλαισίου για την καταπολέμηση της νομιμοποίησης εσόδων από παράνομες δραστηριότητες αλλά και για τους λόγους που ανέφερα αναλυτικά στην από 19/05/2015 σχετική ομιλία μου στην Ολομέλεια του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου.

David Martin (S&D), *in writing*. – I am pleased we got agreement on the Council position at first reading with a view to the adoption of a regulation of the European Parliament and of the Council on information accompanying transfers of funds.

Fulvio Martusciello (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore del testo sui dati informativi che accompagnano i trasferimenti di fondi in quanto dopo lunghi negoziati con il Consiglio si è giunti finalmente ad una conclusione. Il testo approvato in seconda lettura è in grado di migliorare la tracciabilità dei pagamenti e di combattere il riciclaggio di denaro e il finanziamento del terrorismo attraverso il trasferimento di fondi. Le modifiche proposte fanno riferimento alle aree dove ancora le normative europee non sono in grado di intervenire con precisione.

Gabriel Mato (PPE), *por escrito*. – La UE va a contar próximamente con un nuevo reglamento que va a regular todo lo relacionado con la información que acompaña a las transferencias de fondos, sustituyendo al reglamento que hasta ahora regulaba esta materia.

Mi apoyo, por tanto, al proyecto de resolución legislativa del Parlamento Europeo que hemos aprobado ya en segunda lectura.

Georg Mayer (NI), *schriftlich*. – Auch die Abstimmung über die Übermittlung von Angaben bei Geldtransfers hat meine Zustimmung erfahren. Da auch dieser Vorschlag maßgeblich zur Eindämmung der Terrorismusfinanzierung beitragen kann, da er die Geldwäscherouten der Terrorzellen offenlegt und somit angreifbar macht, ist er nur zu unterstützen.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *par écrit*. – L'insuffisance des exigences d'information efficaces dans le secteur financier permet la fraude massive et le flux d'argent illicite dans ce secteur.

La proposition introduit l'obligation pour les prestataires de services de paiement d'enregistrer des informations sur le donneur d'ordre et le bénéficiaire des fonds lors de l'exécution d'un transfert supérieur à 1 000 euros.

Si quelques améliorations ont été apportées à ce texte en deuxième lecture, notamment sur les moyens de contrôle des informations accompagnant les virements de fonds, cette tentative d'introduction de contrôle du secteur financier ne concerne que la partie émergée de l'iceberg. En effet, ne sont évoqués ni la libéralisation sauvage des flux de capitaux, ni les prix de transferts qui permettent aux grands groupes de ne plus payer d'impôts, ni l'austérité qui décime le contrôle fiscal. Je vote tout de même pour cette petite avancée.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A presente proposta tem como objetivo rever o Regulamento (CE) n.º 1781/2006, relativo às informações sobre o ordenante que acompanham as transferências de fundos (a seguir designado por «Regulamento relativo às transferências de fundos»), por forma a melhorar a rastreabilidade dos pagamentos e a assegurar que o quadro da UE continue a ser plenamente consentâneo com as normas internacionais.

Roberta Metsola (PPE), *in writing*. – I voted in favour of this recommendation as it is important that the Union support intelligence forces and investigative task forces in their efforts to track illicit financial transactions. These measures are intended to strengthen the internal market through an increased level of transparency and increase the traceability of payments to curb money laundering and track terrorist networks.

Marlene Mizzi (S&D), *in writing*. – I approved a 'transfers of funds' regulation, which aims to improve the traceability of payers and payees and their assets. The regulation lays down rules for payment service providers to send information on the payer and the payee throughout the payment chain for the purposes of prevention, investigation and detection of money laundering and terrorist financing. A coordinated response from law enforcement bodies in the Member States and a standardised procedure for financial institutions and payment service providers is essential to combat money--laundering, which costs many billions annually.

– **Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE),** *por escrito*. – Os fluxos maciços de dinheiro ilícito podem prejudicar a estabilidade e a reputação do sector financeiro, ameaçar o mercado único e o desenvolvimento internacional. A evasão fiscal e os mecanismos de não divulgação e dissimulação podem ser utilizados como estratégias aplicadas no branqueamento de capitais, sendo importante que sejam adotadas medidas a nível europeu para combater as atividades ilícitas.

Voto favoravelmente as medidas apresentadas que visam alcançar a plena rastreabilidade das transferências de fundos, investigar o branqueamento de capitais e detetar o financiamento do terrorismo.

Importa ainda assegurar a transmissão de informações ao longo de toda a cadeia de pagamento e prever a criação de um sistema que imponha aos prestadores de serviços de pagamento a obrigação de assegurarem que as transferências de fundos são acompanhadas de informações sobre o ordenante e o beneficiário.

Sophie Montel (NI), *par écrit***. –** Ce vote a pour objet l'adoption de la recommandation relative à la position du Conseil en première lecture en vue de l'adoption du règlement du Parlement européen et du Conseil sur les informations accompagnant les transferts de fonds et abrogeant le règlement (CE) nº 1781/2006. Celui-ci vise à modifier et à actualiser le règlement anti-blanchiment existant pour améliorer la traçabilité des paiements et mettre en conformité les normes de l'UE en la matière avec le droit international.

Cette recommandation s'inspire donc des recommandations du Groupe d'action financière internationale (GAFI) mais va parfois plus loin, notamment sur la traçabilité des virements de fonds; les différentes autorités bancaires et financières européennes pourraient émettre des orientations à l'intention des autorités compétentes et des prestataires de services de paiement sur les mesures à prendre. Il est également prévu tout un arsenal de sanctions administratives. J'ai donc décidé de voter pour ce texte.

Alessia Maria Mosca (S&D), *per iscritto*. – Approviamo con soddisfazione la risoluzione che regolamenta i dati informativi di accompagnamento ai trasferimenti di fondi, che allinea le regole dell'UE agli standard internazionali fissati nel 2013, nello specifico dalla raccomandazione del Gruppo di azione finanziaria. Il testo è in seconda lettura e segue un accordo raggiunto in sede di trilogo sotto la Presidenza italiana.

Siamo particolarmente soddisfatti per il fatto che, con una eccezione riguardante i trasferimenti inferiori a 1 000 euro, sarà obbligatorio fornire le specifiche dei trasferimenti monetari rivolti all'estero. Accogliamo inoltre con favore il rafforzamento del capitolo relativo a sanzioni e monitoraggio, e il fatto che le regole relative alla protezione e pubblicazione dei dati sensibili sono state allineate alle regolamentazioni UE vigenti.

Victor Negrescu (S&D), *în scris*. – Am votat recomandarea pentru a doua lectură referitoare la poziția în primă lectură a Consiliului în vederea adoptării unui regulament al Parlamentului European și al Consiliului privind informațiile care însoțesc transferurile de fonduri și de abrogare a Regulamentului (CE) nr. 1781/2006. Acest document întărește transparența și controlul asupra proveniență fondurilor și transferurilor financiare.

Norica Nicolai (ALDE), *în scris*. – Am votat în favoarea acestui raport pentru că acesta susține documentul negociat cu Consiliul, document ce aduce o serie de reglementări privind informațiile ce trebuie oferite și colectate atunci când este vorba despre transferuri de fonduri. Scopul acestor reglementări nu este acela de a îngreuna munca și birocrația pentru cei implicați în transferuri de fonduri, ci de a asigura o anumită trasabilitate a acestor fonduri pentru a stopa finanțarea activităților ilegale și a celor teroriste.

Luděk Niedermayer (PPE), *písemně*. – Podpořil jsem kompromisní dohodu EP a Rady, na jejímž základě budou mít finanční zpravodajské jednotky a donucovací orgány k dispozici více informací umožňujících lepší dohledatelnost plateb. Výsledná podoba také zajišťuje, že právní rámec EU bude i nadále v plném souladu s mezinárodními standardy. Přínosem je stanovení povinnosti poskytovatelů platebních služeb zasílat v rámci celého platebního řetězce informace nejen o plátci, ale také o příjemci platby za účelem předcházení, vyšetřování a odhalování praní peněz a financování terorismu. Jednotné provádění nových pravidel v rámci celé Evropské unie by mělo zajistit, aby nedocházelo k rozlišování mezi případy zahrnujícími vnitrostátní platby v rámci členského státu a přeshraniční platby mezi členskými státy. Zároveň všechny takové dnes potřebné mechanismy musejí být zcela jasné a přehledné z hlediska způsobu využití informací a obrany proti jejich zneužití.

Franz Obermayr (NI), *schriftlich*. – Über den Vorschlag wurde bereits im Ausschuss abgestimmt, so dass er im Plenum nicht mehr zur Abstimmung stand. Ich hätte mich allerdings der Stimme enthalten, da der Vorschlag zwar einige positive Ansätze zur Bekämpfung beispielsweise von Geldwäsche enthält, aber nicht hinreichend meinen Vorstellungen vom Schutz privater Daten Rechnung trägt.

Urmas Paet (ALDE), *kirjalikult*. – Toetasin. Eelnõu eesmärk on ära hoida rahapesu ning tuvastada ja ära hoida terrorismi rahastamist.

Rolandas Paksas (EFDD), *raštu*. – Pritariu pateiktai pozicijai.

Manau, kad jau atėjo laikas peržiūrėti esamą ES pinigų plovimo ir teroristų finansavimo prevencijos sistemą siekiant pagerinti jos veiksmingumą. Pažymėtina, pinigų plovimo ir teroristų finansavimo grėsmių pobūdis nuolat kinta ir daugėja grėsmių dėl nuolatinės technologijų ir nusikaltėlių turimų priemonių kaitos. Todėl svarbu užtikrinti, kad ES sistema visiškai atitiktų tarptautinius standartus.

Visų pirma, ES turi būti taikomos bendros ir pakankamai griežtos mokėtojo ir gavėjo informacijos, pateikiamos pervedant lėšas, taisyklės. Tokiu būdu bus padidintas mokėjimų atsekamumas. Siekiant užkirsti kelią diskriminacijai, susijusiai su nacionaliniais mokėjimais valstybėje narėje ir tarptautiniais mokėjimais tarp valstybių narių, tarptautinis standartas į nacionalinę teisę turi būti perkeliamas vienodai visoje Sąjungoje.

Aldo Patriciello (PPE), *per iscritto*. – Considerando la posizione del Consiglio in prima lettura e i pareri del Comitato economico e sociale e della Banca centrale europea; viste le deliberazioni congiunte della commissione per i problemi economici e monetari e della commissione per le libertà civili, la giustizia e gli affari interni, nonché la loro raccomandazione congiunta;

ho espresso il mio voto favorevole.

Marijana Petir (PPE), *napisan*. – Predložena uredba kojom se revidira Uredba o prijenosu financijskih sredstava potrebna je kako bi se poboljšala sljedivost plaćanja i osiguralo da zakonodavni okvir Unije ostane u potpunosti usklađen s međunarodnim standardima. Glavni cilj je postaviti takav zakonodavni okvir kojim će se učinkovito spriječiti i otkriti pranje novca i financiranje terorizma tijekom prijenosa financijskih sredstava. Stoga podržavam propisana pravila za pružatelje usluga platnog prometa o slanju informacija o uplatiteljima financijskih sredstava kroz platežni lanac. U uvjetima promjena u pogledu prirode prijetnji pranja novca i financiranja terorizma, koje su olakšane stalnim razvojem tehnologije i sredstava dostupnih kriminalcima, iznimno je važno brzo se prilagoditi. Upravo to se želi postići novom uredbom kroz usklađivanje zakonodavnog okvira u skladu s revidiranim međunarodnim standardima, osiguravanje konzistentnosti između nacionalnih pravila i rješavanje manjkavosti koje se tiču novonastalih prijetnji stoga podržavam usvajanje ove Uredbe.

Florian Philippot (NI), *par écrit*. – Tout ce qui permet davantage de transparence dans les mouvements financiers est positif. Les efforts sont encore bien limités et la réforme des pratiques financières n'est malheureusement pas une véritable priorité. Je soutiens bien sûr ce texte.

Tonino Picula (S&D), *napisan*. – Preporuka za drugo čitanje 11. svibnja 2015. na poziciji Vijeća u prvom čitanju s ciljem donošenja propisa Europskog parlamenta i Vijeća o pitanju zaštite podataka koji prate prijenos sredstava pozivajući se na prvo čitanje (EZ) br. 1781/2006 (05932/2/2015-C8-0108/2015-2013/0024(COD)).

Europski parlament ovim izvješćem usvaja prvo čitanje i odobrava preporuku za drugo čitanje, s obzirom na položaj Vijeća u prvom čitanju (EZ) br. 1781/2006 (05932/2/2015-C8-0108/2015-2013/0024(COD)), a uzimajući u obzir mišljenje Europske središnje banke od 17.svibnja 2013. te mišljenje Europskog gospodarskog i socijalnog odbora od 23.svibnja 2013., imajući u vidu članak 294. stavak 7. Ugovora o funkcioniranju Europske unije te je u skladu s zajedničkim raspravama Odbora za ekonomska i monetarna pitanja i Odbora za građanske slobode, pravosuđe i unutarnje poslove (A8-0154/2015). Također, ono je u skladu s člankom 294. stavkom 7. Ugovora o funkcioniranju Europske unije. Zbog navedenih stavki podržavam ovu preporuku kolega Kirkhopea i Simona.

Andrej Plenković (PPE), *napisan*. – Pranje novca, financiranje terorizma i organizirani kriminal predstavljaju velike probleme koji bi se trebali rješavati na razini Unije budući da tokovi nezakonitog novca putem prijenosa novčanih sredstava mogu naštetiti sigurnosti, integritetu, stabilnosti, ugledu financijskog sektora te za posljedicu ugroziti unutarnje tržište Unije i međunarodni razvoj. Izmjenama Uredbe nastoji se ojačati zaštita EU-a protiv pranja novca i financiranja terorizma te istodobno osigurati dosljednost s pristupom koji se primjenjuje na međunarodnoj razini, posebno s preporukama FATF-a (Financial Action Task Force).

Ujedno važno je za istaknuti kako se ovom Uredbom ne namjeravaju nametnuti nepotrebna opterećenja ili troškovi pružatelja platnih usluga osobama koje se koriste njihovim uslugama. Slijedom navedenog kao i činjenice da provedba i primjena Uredbe kao i Preporuke FATF-a br. 16 predstavljaju relevantna i učinkovita sredstva za sprečavanje i borbu protiv pranja novca i financiranja terorizma, podržao sam ovu preporuku za drugo čitanje Uredbe o informacijama koje su priložene prijenosu financijskih sredstava.

Salvatore Domenico Pogliese (PPE), *per iscritto*. – Anche nel caso dei dati informativi che accompagnano i trasferimenti di fondi ci sono state riunioni congiunte delle due commissioni competenti, la commissione per i problemi economici e monetari e la commissione per le libertà civili, la giustizia e gli affari interni, che hanno votato in maniera quasi plebiscitaria affinché il Parlamento approvi la posizione del Consiglio in prima lettura. Così è stato e me ne rallegro.

Franck Proust (PPE), *par écrit*. – Face au manque de transparence et aux irrégularités concernant les transferts de fonds, l'Union essaye de légiférer afin d'accroître la transparence de ces mouvements financiers. Les députés européens ont adopté ce mercredi un règlement sur les «transferts de fonds».

Je me suis exprimé en faveur de ce texte qui vise à améliorer la traçabilité des payeurs, des bénéficiaires et de leurs actifs.

Paulo Rangel (PPE), *por escrito*. – A presente resolução legislativa aprova a posição do Conselho em primeira leitura, tendo em vista a adoção do regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às informações que acompanham as transferências de fundos e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1781/2006. O regulamento tem como objetivo a melhoria da rastreabilidade dos pagamentos e a prevenção e a deteção de lavagem de dinheiro e de financiamento terrorista quando os fundos são transferidos.

Para esse efeito, pretende-se eliminar as áreas onde as falhas na transparência ainda persistem, assegurando, designadamente: o acesso à informação sobre o pagador; o alargamento do campo de ação aos cartões de crédito e de débito e aos telemóveis e dispositivos digitais; a verificação da identidade do beneficiário; e o reforço dos poderes sancionatórios das autoridades competentes e a publicação das sanções. Votei favoravelmente

Frédérique Ries (ALDE), *par écrit*. – L'adoption de ce nouveau règlement s'inscrit dans les efforts du Parlement européen pour établir un cadre législatif qui donne les outils nécessaires à la prévention et à la détection du blanchiment de capitaux et du financement du terrorisme. Plus spécifiquement, les règles adoptées aujourd'hui améliorent la traçabilité des virements de fonds, dans le droit fil de la révision récente des normes internationales en la matière.

Nous avons fait aujourd'hui le choix d'une plus grande transparence dans un système financier de plus en plus complexe et donc plus exposé à la fraude. Agir pour plus de transparence, c'est donc agir dans l'intérêt des citoyens en luttant contre les opérations de blanchiment d'argent. En effet, celui-ci concerne des sommes colossales – chaque année et à l'échelle internationale, entre 2 % et 5 % du PIB –, des sommes qui ne bénéficient pas à nos économies.

Et les pertes sont encore plus élevées parce que le terrorisme financé par ces fonds blanchis affecte la vie de millions de personnes dans le monde. Cette nouvelle réglementation est importante car elle renforce la transparence tout en assurant que le stockage et les échanges d'information respectent les critères de protection des données personnelles et de la vie privée.

Liliana Rodrigues (S&D), *por escrito*. – A razão de ser desta proposta prende-se com a revisão da regulação respeitante à transferência de fundos, de forma a garantir o respeito pela legalidade, detetando eventuais tentativas de branqueamento de capitais e financiamento terrorista. Devido à constante evolução tecnológica à disposição dos criminosos, que permite ou facilita novas formas de branqueamento de capitais, é necessária uma permanente revisão das formas de atuação a nível internacional.

Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (S&D), *por escrito*. – He dado mi apoyo a este reglamento que modifica y actualiza una norma de 2006, la cual establece la información que debe figurar sobre el pagador y el receptor de las transferencias bancarias y financieras a los efectos de prevenir el lavado de dinero.

Es particularmente importante que se haya logrado, gracias a la actuación del Grupo de los Socialistas y Demócratas, que todas las transacciones relacionadas con el exterior de la UE sean referenciadas de la misma manera que aquellas de naturaleza intracomunitaria, con excepción de aquellas cuya cuantía sea inferior a 1000 euros, para así no perjudicar a las remesas de los inmigrantes. También se han fortalecido las sanciones por incumplimiento y los mecanismos de control.

La armonización europea de la información relativa a las transferencias bancarias es fundamental para combatir el blanqueo procedente de operaciones ilícitas como el narcotráfico, el terrorismo o el crimen organizado, pero también para colmatar los procesos de la Unión Bancaria y de la llamada Unión de los Mercados de Capital, de modo que los usuarios de servicios financieros no tengan que hacer frente a una disparidad de condiciones en función del Estado miembro en el que fijen su residencia.

Claude Rolin (PPE), *par écrit*. – Constatant que l'acte a été adopté conformément à la position du Conseil, en votant ce rapport, nous avons chargé le président du Parlement de signer l'acte avec le président du Conseil, conformément à l'article 297, paragraphe 1, du traité sur le fonctionnement de l'Union européenne.

Massimiliano Salini (PPE), *per iscritto*. – Sostengo il testo per la presentazione in seconda lettura. Anche questa raccomandazione è il frutto del lavoro svolto dalle commissioni LIBE ed ECON ed ha come obiettivo quello di individuare il riciclaggio di denaro ed il finanziamento del terrorismo tramite il trasferimento di fondi.

L'approccio delle commissioni è chiaro: un modo per lottare con le stesse armi dei terroristi è di controllarli anche dal punto di vista economico. Perché questa azione sia efficace è necessario che ogni Stato membro imponga nel proprio territorio dei requisiti in termini di trasferimento di denaro, quali la richiesta d'informazioni del beneficiario ed il rafforzamento dei poteri sanzionatori per le autorità competenti.

Lola Sánchez Caldentey (GUE/NGL), *por escrito***. –** Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo.

La directiva busca aumentar las exigencias de información en las transferencias bancarias internacionales para dificultar las evasión fiscal. Por ello de votarse hubiéramos estado a favor.

Lidia Senra Rodríguez (GUE/NGL), *por escrito*. – El objetivo de este informe (que no tiene voto final, al tratarse de una segunda lectura dentro del proceso de trílogo) es el de implementar medidas de control de las transferencias de fondos en el marco de la lucha contra el fraude financiero y el blanqueo de capitales. Aun siendo claramente insuficiente, la existencia de este marco regulatorio es un pequeño paso en la lucha internacional contra el crimen financiero y la evasión fiscal.

Siôn Simon (S&D), *in writing*. – This legislation ensures that transfers of funds are fully traceable, by making competent authorities and payment service providers responsible for making sure that information on the payee is included with any transfer of funds.

Branislav Škripek (ECR), *in writing.* – I voted in favour of this proposal since it also clarifies the rules on politically—exposed persons and adds several important provisions on data protection.

Renato Soru (S&D), *per iscritto.* – Nel contesto dell'approvazione del pacchetto antiriciclaggio, ho votato a favore anche del regolamento sui trasferimenti di fondi, che mira a incrementare la tracciabilità dei pagatori e dei beneficiari e dei loro beni. L'accordo così raggiunto tra Consiglio e Parlamento consente di ammodernare e rivedere il regolamento esistente sulle informazioni che accompagnano i trasferimenti di fondi, al fine di migliorare la tracciabilità dei pagamenti e allineare il quadro giuridico UE alle norme internazionali, quali le raccomandazioni del *Financial Action Task Force* (FATF).

Davor Ivo Stier (PPE), *napisan.* – Uzimajući u obzir stajalište Vijeća u prvom čitanju (05932/2/2015 – C8-0108/2015), mišljenje Europske središnje banke od 17. svibnja 2013. godine, te preporuku za drugo čitanje Odbora za ekonomsku i monetarnu politiku i Odbora za građanske slobode, pravosuđe i unutarnje poslove (A8-0154/2015), prihvaćam ovu preporuku za drugo čitanje.

Catherine Stihler (S&D), *in writing.* – I supported this resolution, which was a recommendation for a second reading on the Council position at first reading with a view to the adoption of a Regulation of the European Parliament and of the Council on information accompanying transfers of funds.

Dubravka Šuica (PPE), *napisan.* – Podržavam izvješće jer je protok nezakonitog novca veliki problem za Uniju, narušava strukturu, stabilnost i ugled financijskog sektora i prijeti unutarnjem tržištu, kao i međunarodnom razvoju, te izravno ili neizravno potkopava povjerenje građana u vladavinu prava.

Nadalje, glavna točka sporazuma (izvješća) je poboljšanje praćenja plaćanja radi sprječavanja i otkrivanja pranja novca i terorističkog financiranja kod prijenosa sredstava.

Trebamo se usredotočiti na područja na kojima nedostaci u transparentnosti i dalje ostaju, nametanjem nekih glavnih zahtjeva kao što su podaci o primatelju, proširivanjem opsega na kreditne/debitne kartice i mobilne telefone, na digitalne/IT uređaje, zahtijevanjem provjeravanja identiteta korisnika, ojačavanjem ovlasti nadležnih tijela za sankcioniranje i objavljivanjem sankcija.

Dakle, prije prijenosa sredstava, pružatelj usluga platnog prometa primjenjuju mjere dubinske analize stranke, te će provjeriti točnost i potpunost informacija.

Richard Sulík (ECR), *písomne* – Návrh som nepodporil, pretože prináša finančným inštitúciám nové administratívne povinnosti, ktoré zvýšia ich regulačnú záťaž, a nové nariadenia tiež povedú k zníženiu súkromia dotknutých osôb. Podobne ako predložený návrh o boji proti praniu špinavých peňazí a financovaniu terorizmu, aj tento návrh zasiahne najmä nevinné osoby.

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *γραπτώς.* – Εφόσον η κύρια πηγή χρηματοδότησης της τρομοκρατίας και η νομιμοποίηση εσόδων είναι κυρίως οι ηλεκτρονικές συναλλαγές μέσω του δαιδαλώδους τραπεζικού συστήματος, η πρόβλεψη εξαιρέσεων στην εφαρμογή κανόνων και περιορισμών είναι εσφαλμένη (όπως όταν ο χαρακτήρας των προβλεπόμενων κυρώσεων είναι αμιγώς «διοικητικός» υπάρχει ενδεχομένως περίπτωση αμφισβήτησης της αυστηρότητας των προτεινόμενων διοικητικών κυρώσεων, δεν τίθενται εναρμονισμένες συστάσεις και ερμηνευτικές διατάξεις σε ευρωπαϊκό επίπεδο προκειμένου να επιτευχθεί μια πιο ομοιόμορφη εφαρμογή των κανόνων, δεν υπάρχει εξασφάλιση περιπτώσεων - όπως ποινική διαδικασία, χρεοκοπία ή διαδοχή - όπου τα έγγραφα και οι πληροφορίες διαγράφονται μετά την πάροδο διαστήματος 5 ή 10 ετών από τη λήξη της επιχειρηματικής σχέσης κτλ)

Tibor Szanyi (S&D), *írásban.* – Szavazatommal támogattam a pénzátutalásokat kísérő adatokról szóló ajánlás elfogadását, mert hiszem, hogy a tőke szabad mozgása elvének visszaélésszerű kihasználása jelentős mértékben sérti közös érdekeinket, és árt az Európai Uniónak. A pénzmosás és a terrorizmusfinanszírozás megakadályozására uniós szintű, koordinált fellépésre van szükség. A pénzátutalások sokkal átláthatóbbá tétele fontos lépés e cél elérése érdekében.

Marc Tarabella (S&D), *par écrit.* – J'ai voté en faveur de la mesure relative à la position du Conseil en première lecture en vue de l'adoption du règlement du Parlement européen et du Conseil sur les informations accompagnant les transferts de fonds et abrogeant le règlement.

Estefanía Torres Martínez (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo.

La directiva busca aumentar las exigencias de información en las transferencias bancarias internacionales para dificultar las evasión fiscal. Por ello de votarse hubiéramos estado a favor.

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL), *por escrito***. –** Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo.

La directiva busca aumentar las exigencias de información en las transferencias bancarias internacionales para dificultar las evasión fiscal. Por ello de votarse hubiéramos estado a favor.

Ángela Vallina (GUE/NGL), *por escrito*. – El objetivo de este informe (que no tiene voto final, al tratarse de una segunda lectura dentro del proceso de trílogo) es el de implementar medidas de control de las transferencias de fondos en el marco de la lucha contra el fraude financiero y el blanqueo de capitales. Aun siendo claramente insuficiente, la existencia de este marco regulatorio es un pequeño paso en la lucha internacional contra el crimen financiero y la evasión fiscal.

Miguel Viegas (GUE/NGL), *por escrito*. – A diretiva propõe elevar o nível dos deveres de vigilância de clientela a serem exercidos relativamente a «pessoas politicamente expostas», nomeadamente exigindo que essas pessoas, bem como os seus familiares e colaboradores mais próximos, fiquem sujeitas a procedimentos em matéria de vigilância da clientela reforçados. As PPEs passarão agora a incluir não apenas os indivíduos «estrangeiros», mas também os indivíduos «internos» a quem foram cometidas funções públicas proeminentes.

A diretiva proposta prevê regras mais exigentes e regras e procedimentos mais específicos para a identificação dos beneficiários efetivos («beneficial owners») de empresas ou outras pessoas jurídicas ou trusts, embora a definição de beneficiário efetivo permaneça inalterada. Adicionalmente, as empresas ou outras pessoas jurídicas ou trusts serão obrigados a manter registos relativamente à identificação dos seus beneficiários efetivos.

São medidas positivas mas que não convencem e criam a ilusão de que é possível reformar um sistema irreformável que certamente irá encontrar formas de tornear estes regulamentos até ao próximo escândalo.

.

Harald Vilimsky (NI), *schriftlich*. – Auch die Abstimmung über die Übermittlung von Angaben bei Geldtransfers hat meine Zustimmung erfahren. Da auch dieser Vorschlag maßgeblich zur Eindämmung der Terrorismusfinanzierung beitragen kann, da er die Geldwäscherouten der Terrorzellen offenlegt und somit angreifbar macht, ist er nur zu unterstützen.

Beatrix von Storch (ECR), *schriftlich*. – Mit der Entschließung zur Übermittlung von Angaben bei Geldtransfers wird sichergestellt, dass es zukünftig schwieriger sein wird, anonyme Überweisungen zu tätigen. Ich habe dem im Hinblick auf die Fraktionslinie zugestimmt, da in meinen Augen Bargeld das für den anonymen Geldverkehr taugliche Mittel ist und auch bleiben soll. Anonymer bargeldloser Geldverkehr darf jedoch nicht zur Geldwäsche missbraucht werden. Hier wird den Banken zukünftig eine größere Rolle zukommen, die dann das Risiko einschätzen müssen, ob eine Transaktion anrüchig ist.

11.5. Processos de insolvência (A8-0155/2015 - Tadeusz Zwiefka)

Dichiarazioni di voto orali

Jiří Pospíšil (PPE). – Pane předsedající, já jsem podpořil tuto změnu nařízení, která upravuje insolvenční právo. Včera jsem byl též přítomen oné debatě, ale bohužel jsem nestihl říci jeden z podstatných důvodů. Proto jsem se přihlásil také dneska do tohoto vysvětlování. Osobně považuji za největší přínos změny kolizních norem insolvenčního práva skutečnost, že se nově ukládá státům Evropské unie povinnost zavést insolvenční rejstříky.

Jako člověk, který se insolvenčnímu právu věnoval v České republice a připravil jako ministr spravedlnosti nový insolvenční zákon, vím, že insolvenční právo může fungovat pouze, pokud jsou informace pro věřitele a pro dlužníky veřejné a pokud tyto informace nejsou pouze pro jednotlivé státy, ale jsou vzájemně propojené. Kterékoliv firmy se tak mohou informovat o tom, jak na tom jejich potencionální dlužník v jiné části Evropy je a zda proti němu neprobíhá insolvenční řízení.

Myslím si, že v této věci je ta změna revoluční a výrazně zlepší fungování insolvence nejen v jednotlivých státech, ale právě na území celé Evropy.

Neena Gill (S&D). – Mr President, I voted in favour of the Zwiefka report, as I believe we reached a balanced outcome. It is very positive that we updated this legislation after 10 years of its being in force.

The regulation covers 50 000 companies which are yearly involved in cross-border insolvency procedures. It is important for them that we clarified the rules on jurisdiction of the courts, the recognition of judgments and the applicable law in these cases, and I consider the extension of the scope of the rules to hybrid procedures and company restructuring as an important step forward. I also welcome the introduction of the additional criterion of a three-month cooling-off period in order to avoid forum shopping.

Luke Ming Flanagan (GUE/NGL). – Mr President, up to two years ago Ireland had one of the most draconian personal insolvency regimes in the civilised world, legislation that belonged in the era of Charles Dickens. At the time I was a Member of the Irish Parliament and, given the huge mortgage crisis that was unfolding, the government of the day, which is still the government of this day, was forced to introduce new, more modern, more fitting legislation – so they said. As with so much else that they have done, however, rather than enact the new legislation for the benefit of the people, they allowed themselves to be entirely influenced by the banking sector.

Despite clear warnings from those who were trying to assist people in mortgage distress in their dealings at the time with the banks, the government, in the legislation, gave the banks the final veto over whether or not a deal could be made, whether insolvency could be declared. It has been a disaster, so much so that now the government has been forced to move again. They will remove that veto but in the meantime, what of the damage they have done over the last two years, all the unnecessary added stress they have caused? But it is ironic that the European Union, that actually led to the financial crisis in Ireland, is now going to create rules to solve it. Well, hopefully it will, but its past history is not good.

Marijana Petir (PPE). – Gospodine predsjedniče, podržala sam izvješće te se nadam da će predloženom reformom postupci vezani uz stečajeve postati brži i učinkovitiji te imati manje stresan i štetan utjecaj na zaposlenike tvrtki koje se nađu u problemima s likvidnošću.

Naime, stečaj neke tvrtke u bilo kojoj zemlji njezinim radnicima predstavlja najgoru noćnu moru. Tvrtka obično ide u stečaj kada više nema pomoći, a stečajni postupci traju godinama. Prava radnika nalaze se na zadnjem mjestu. Hrvatska je u okolnostima gospodarske krize uvela postupak predstečajnih nagodbi. U hrvatskim primjerima provedenih postupaka bilo je i u najmanju ruku čudnih stvari, od kojih je najčudnija ona u kojoj sud nije imao nadležnosti utvrđivati istinitost stečajnih potraživanja te je dužnik sam utvrđivao tražbinu. Navedeno je u međuvremenu promijenjeno, ali tek nakon nekolicine provedenih postupaka.

Zbog toga smatram da je i ovo izvješće važno, pozdravljam njegovo usvajanje i nadam se da će se ono upravo reflektirati kao poticaj da se promijene i ove loše situacije kojima smo svjedočili u Hrvatskoj.

Ivana Maletić (PPE). – Gospodine predsjedniče, stečajni i predstečajni postupci u državama članicama značajno se razlikuju te tako utječu i na razlike u funkcioniranju jedinstvenog tržišta i na otpornost država članica na ekonomsku krizu.

Ovi postupci moraju biti brzi i učinkoviti, a cilj je izbaciti s tržišta loše subjekte koji svojim neispunjavanjem obveza ugrožavaju one kvalitetne koji dobro posluju. Nema jedinstvenog rješenja na razini Europske unije, ali preporuke po državama članicama u sklopu Europskog semestra su jasne - zakonodavstvo mora biti definirano a procedure što jednostavnije, brze, jasne i otvorene.

Hrvatski zakonodavni okvir na ovom području ocijenjen je kao jedan od najslabijih u Europi i od vlade se traže značajna poboljšanja i promjene. Zbog važnosti koju ova uredba ima za kvalitetno funkcioniranje jedinstvenog tržišta, rado sam danas podržala predložene izmjene i proširenje obuhvata.

Dichiarazioni di voto scritte

Clara Eugenia Aguilera García (S&D), *por escrito*. – Hemos votado a favor de la revisión de este reglamento que establece normas comunes en cuanto al tribunal competente para incoar el procedimiento de insolvencia, al derecho aplicable y al reconocimiento de las resoluciones en caso de que un deudor –tanto si se trata de una sociedad o de un comercio como de un particular– se encuentre en situación de insolvencia, porque tras diez años de su entrada en vigor era mejorable en la aplicación de algunas de sus disposiciones.

La principal novedad que incluye es la de impedir que el deudor desplace sus haberes o el procedimiento judicial de un país a otro con el fin de mejorar su situación desde el punto de vista jurídico foro de conveniencia, evitando de este modo que algunas empresas o deudores cambien repentinamente su sede antes del inicio de un procedimiento de insolvencia. Introduce mayor certeza jurídica y permite que se considere si el cambio de sede responde a razones objetivas o no.

Igualmente se ha conseguido incluir un considerando relativo a los derechos de los trabajadores respecto al establecimiento de un derecho preferente para los mismos, teniendo en cuenta que son los más débiles cuando se inicia un procedimiento de insolvencia.

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL), *por escrito*. – El objetivo de este informe es revisar la regulación europea existente sobre procedimientos de insolvencia transnacionales.

Desde la perspectiva de las trabajadoras y trabajadores, el resultado final de las negociaciones es todavía insuficiente: los procedimientos de insolvencia siguen protegiendo en exceso los intereses de los deudores respeto a la conservación del empleo o en la elección del marco nacional en qué debe abrirse el procedimiento. Sin embargo, deben reconocerse aspectos positivos como un mejor control judicial y administrativo de los procedimientos de insolvencia y que se facilite el mantenimiento de la actividad mientras la compañía reestructura sus actividades y cuentas.

El presente informe no tiene voto final, al tratarse de una segunda lectura dentro del proceso de trílogo.

Pascal Arimont (PPE), *schriftlich*. – Da Insolvenzverfahren zunehmend auch grenzübergreifender Natur sind, schlug die Kommission im Jahr 2012 eine Reform der Insolvenzverordnung vor. Diese wurde im Februar 2014 vom scheidenden Parlament in erster Lesung angenommen. Anschließend nahm der Ministerrat im März 2015 seinen Standpunkt an, der nun dem Parlament vorgelegt wurde. Ich begrüße die diesbezügliche Entschließung, da sie u.a. Gerichte und Insolvenzverwalter aus unterschiedlichen Mitgliedstaaten dazu verpflichtet, enger zusammenzuarbeiten, um grenzübergreifende Insolvenzen besser zu koordinieren.

Marie-Christine Arnautu (NI), *par écrit*. – L'objectif de cette modification apportée au règlement communautaire du 29 mai 2000 est de protéger les créanciers dans le cas d'entreprises transfrontalières.

Ce texte attribue la compétence juridictionnelle à l'État dans lequel l'entreprise a «le centre de ses intérêts principaux» et prévoit ainsi que les créanciers recherchent la juridiction nationale la plus favorable, ce dont je me félicite.

Cependant, la possibilité pour le créancier de recourir à la juridiction de son propre État, dès lors qu'il y possède des biens, est écartée. J'ai donc voté contre ce texte.

Jonathan Arnott (EFDD), *in writing*. – I do not approve of the procedure for approval without a vote, and would like to place my views on this subject on record.

Zigmantas Balčytis (S&D), *raštu*. – Balsavau už šį siūlymą, kurio tikslas – padidinti Europos tarpvalstybinių bankroto bylų nagrinėjimo sistemos veiksmingumą ir taip užtikrinti sklandų vidaus rinkos veikimą ir jos atsparumą ekonomikos krizėms. Bankroto reglamentu nustatyta Europos tarpvalstybinių bankroto bylų nagrinėjimo sistema. Reglamentas taikomas, kai skolininko – fizinio arba juridinio asmens – turtas arba kreditoriai yra ne vienoje valstybėje narėje. Reglamentu nustatyta, kuris teismas kompetentingas iškelti bankroto bylą – pagrindinė byla turi būti keliama valstybėje narėje, kurioje yra skolininko pagrindinių turtinių interesų vieta, o bylos pasekmės pripažįstamos visoje ES. Bankroto reglamentas taikomas visoms valstybėms narėms, išskyrus Daniją, kuri nedalyvauja teisminiame bendradarbiavime.

Hugues Bayet (S&D), *par écrit*. – L'un des objectifs du règlement proposé est de donner une «seconde chance» aux entreprises qui connaissent des difficultés financières en raison de procédures d'insolvabilité transfrontières.

Dans le contexte de la crise économique, il me semble essentiel de stimuler les entreprises afin de stimuler l'emploi et la croissance.

Dominique Bilde (NI), *par écrit***. –** Cette recommandation pour la deuxième lecture présentée par Tadeusz Zwiefka vise à modifier le règlement communautaire du 29 mai 2000 relatif aux procédures d'insolvabilité pour améliorer la protection des créanciers dans le cas où l'insolvabilité d'une entreprise a un caractère transfrontalier.

Plusieurs centaines de milliers d'emplois sont liés à des procédures transfrontalières d'insolvabilité des entreprises et il est proposé de sauver les entreprises jugées solides mais confrontées à des difficultés financières passagères.

Si ces dispositions sont louables, je ne peux que constater qu'elles portent atteintes à la souveraineté des États membres mais aussi que ces défaillances sont le résultat des politiques européennes menées depuis des années. J'ai donc voté contre.

Mara Bizzotto (NI), *per iscritto*. – La relazione Zwiefka sulle procedure d'insolvenza è condivisibile ed equilibrata: essa riguarda un tema estremamente importante soprattutto per le piccole e medie imprese. Ritengo che l'aggiornamento proposto della normativa garantirà miglioramenti soprattutto nei casi di difficoltà finanziarie nella gestione delle procedure di insolvenza transnazionali, e per questi motivi ho sostenuto il testo col mio voto.

José Blanco López (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la revisión de este reglamento que establece normas comunes en cuanto al tribunal competente para incoar el procedimiento de insolvencia, al derecho aplicable y al reconocimiento de las resoluciones en caso de que un deudor –tanto si se trata de una sociedad o de un comercio como de un particular– se encuentre en situación de insolvencia, porque tras diez años de su entrada en vigor era mejorable en la aplicación de algunas de sus disposiciones.

La principal novedad que incluye es la de impedir que el deudor desplace sus haberes o el procedimiento judicial de un país a otro con el fin de mejorar su situación desde el punto de vista jurídico foro de conveniencia, evitando de este modo que algunas empresas o deudores cambien repentinamente su sede antes del inicio de un procedimiento de insolvencia. Introduce mayor certeza jurídica y permite que se considere si el cambio de sede responde a razones objetivas o no.

Igualmente se ha conseguido incluir un considerando relativo a los derechos de los trabajadores respecto al establecimiento de un derecho preferente para los mismos, teniendo en cuenta que son los más débiles cuando se inicia un procedimiento de insolvencia.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *raštu*. – Balsavau už šią rekomendaciją, kurioje pritariama per pirmąjį svarstymą priimtai Tarybos pozicijai, siekiant priimti Europos Parlamento ir Tarybos reglamentą dėl bankroto bylų. Šiuo nauju pasiūlymu iš dalies keičiamas Tarybos reglamentas (EB) Nr. 1346/2000 dėl bankroto bylų. Bankroto reglamentu nustatyta Europos tarpvalstybinių bankroto bylų nagrinėjimo sistema. Reglamentas taikomas, kai skolininko – fizinio arba juridinio asmens – turtas arba kreditoriai yra ne vienoje valstybėje narėje. Reglamentu nustatyta, kuris teismas kompetentingas iškelti bankroto bylą – pagrindinė byla turi būti keliama valstybėje narėje, kurioje yra skolininko pagrindinių turtinių interesų vieta, o bylos pasekmės pripažįstamos visoje ES. Šalutinė byla gali būti keliama skolininko įsisteigimo vietoje; šalutinė byla keliama tik dėl toje valstybėje esančio skolininko turto. Reglamente taip pat įtvirtintos taikytinos teisės nustatymo taisyklės ir tam tikros pagrindinės ir šalutinių bankroto bylų koordinavimo taisyklės. Bankroto reglamentas taikomas visoms valstybėms narėms, išskyrus Daniją, kuri nedalyvauja teisminiame bendradarbiavime pagal Sutartį dėl Europos Sąjungos veikimo.

Bankroto reglamento peržiūros tikslas – padidinti Europos tarpvalstybinių bankroto bylų nagrinėjimo sistemos veiksmingumą ir taip užtikrinti sklandų vidaus rinkos veikimą ir jos atsparumą ekonomikos krizėms. Šis tikslas atitinka dabartinius ES politikos prioritetus – skatinti ekonomikos atsigavimą ir tvarų augimą, investicijas ir darbo vietų išsaugojimą, kaip nustatyta strategijoje „Europa 2020“.

Biljana Borzan (S&D), *napisan.* – Podržavam ovo Izvješće o stečajnom postupku, jer se s njim poboljšava primjena pojedinih odredaba.

Radi se o tehničkim stvarima vezanim uz poboljšavanje same njegove primjene, a svakako da će se u budućnosti morati razmisliti i o poboljšavanju povlaštenih prava radnika na europskoj razini.

Steeve Briois (NI), *par écrit.* – Le projet de règlement du Parlement européen et du Conseil modifie le règlement communautaire du 29 mai 2000 relatif aux procédures d'insolvabilité. Il a pour objet de protéger les créanciers contre les insolvabilités dans le cas d'échanges transfrontaliers.

Ce texte attribue la compétence juridictionnelle à l'État membre dans lequel l'entreprise débitrice a le centre de ses intérêts principaux afin de lutter contre la recherche abusive de la juridiction nationale la plus favorable. A contrario, le texte retire au créancier la possibilité d'ouvrir une procédure secondaire devant les juridictions de son propre État dès lors que le débiteur y possède des biens. Défenseur de la souveraineté juridique, j'ai finalement voté contre ce texte.

Daniel Buda (PPE), *în scris.* – În contextul în care procedurile transfrontaliere de insolvență nu mai constituie o excepție, ci un fenomen curent care afectează nu doar întreprinderile sau grupurile de întreprinderi de mari dimensiuni, dar și IMM-urile, această prropunere a Comisiei este binevenită deoarece este o inițiativă importantă care vizează dreptul Uniunii Europene privind societățile comerciale. Se observă faptul că există anumite domenii ale dreptului insolvenței în care armonizarea este dorită și realizabilă, lucru care este pe deplin valabil în prezent. Mai mult, nu trebuie neglijat nici faptul că disparitățile dintre legislațiile naționale privind insolvența conduc la apariția unor avantaje sau dezavantaje din punctul de vedere al competitivității și la dificultăți pentru întreprinderile cu activități transfrontaliere și ar putea deveni obstacole în calea restructurării cu succes a întreprinderilor insolvente.

Am votat în favoarea raportului deoarece consider că desfășurarea în bune condiții, în mod coordonat a procedurilor de insolvență poate juca un rol important în ceea ce privește evitarea lichidării grupurilor și poate să contribuie la o mai bună valorificare a activelor și la menținerea locurilor de muncă.

Gianluca Buonanno (NI), *per iscritto.* – La relazione Zwiefka è relativa a un tema molto importante, specialmente per le piccole e medie imprese, quello delle procedure di insolvenza. La proposta legislativa va a modificare il regolamento (CE) n. 1346/2000. L'iter è stato molto lungo, anche perché non è stato facile trovare un accordo in seno al Consiglio. In prima lettura il testo ottenne una larghissima maggioranza in Parlamento (589 favorevoli, 69 contrari).

L'aggiornamento della normativa sulle procedure di insolvenza dovrebbe garantire alcuni miglioramenti al mondo delle imprese, specialmente nei casi di difficoltà finanziarie in procedure di insolvenza transnazionali.

Il testo contiene norme contro fenomeni come il cosiddetto *forum shopping* anche grazie a definizioni più precise relativamente al concetto di «centro di principale interesse» di un'azienda e quello di «stabilimento». I registri nazionali di insolvenza dovrebbero collaborare meglio tra di loro nello scambio di informazioni, anche grazie al portale europeo «e--Justice». Sono favorevole alla relazione.

Soledad Cabezón Ruiz (S&D), *por escrito.* – Hemos votado a favor de la revisión de este reglamento que establece normas comunes en cuanto al tribunal competente para incoar el procedimiento de insolvencia, al derecho aplicable y al reconocimiento de las resoluciones en caso de que un deudor –tanto si se trata de una sociedad o de un comercio como de un particular– se encuentre en situación de insolvencia, porque tras diez años de su entrada en vigor era mejorable en la aplicación de algunas de sus disposiciones.

La principal novedad que incluye es la de impedir que el deudor desplace sus haberes o el procedimiento judicial de un país a otro con el fin de mejorar su situación desde el punto de vista jurídico foro de conveniencia, evitando de este modo que algunas empresas o deudores cambien repentinamente su sede antes del inicio de un procedimiento de insolvencia. Introduce mayor certeza jurídica y permite que se considere si el cambio de sede responde a razones objetivas o no.

Igualmente se ha conseguido incluir un considerando relativo a los derechos de los trabajadores respecto al establecimiento de un derecho preferente para los mismos, teniendo en cuenta que son los más débiles cuando se inicia un procedimiento de insolvencia.

Nicola Caputo (S&D), *per iscritto*. – Sono a favore di questa risoluzione al fine di rendere più efficiente ed efficace la procedura di insolvenza transfrontaliera, con benefici per i debitori e i creditori, facilitando la sopravvivenza delle aziende e dando una seconda opportunità agli imprenditori.

Ogni anno la procedura di insolvenza interessa circa 200 000 aziende sul territorio dell'UE, mettendo a repentaglio 1,7 milioni di posti di lavoro. Un quarto di queste procedure di insolvenza presenta una dimensione transfrontaliera.

La nuova legislazione, attraverso la protezione dei creditori e la sopravvivenza delle aziende, contribuirà al mantenimento di posti di lavoro in questo periodo particolarmente difficile.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD), *per iscritto*. – Ho votato a favore della relazione del collega Tadeusz Zwiefka perché il testo mira a migliorare l'efficienza del quadro europeo per la risoluzione dei casi di insolvenza transfrontalieri. I numeri della Commissione europea mostrano che ogni anno la procedura interessa circa 200 000 aziende sul territorio dell'Unione, ovvero quasi 600 società al giorno, mettendo a repentaglio 1,7 milioni di posti di lavoro. Un quarto di queste procedure di insolvenza presenta una dimensione transfrontaliera. Alla luce di quanto esposto, ho votato a favore.

Jean-Marie Cavada (ALDE), *par écrit*. – J'ai voté pour les recommandations de M. Zwiefka, qui valident le texte de compromis issu du trilogue tel qu'adopté en première lecture par le Conseil.

Les nouvelles règles relatives aux procédures d'insolvabilité transfrontalières validées aujourd'hui par le Parlement européen vont faciliter la restructuration des entreprises dont l'insolvabilité a une dimension transfrontalière.

Elles vont également clarifier le processus de désignation des juridictions compétentes et ainsi éviter la pratique dite de *forum shopping* visant à choisir la juridiction susceptible de fournir le jugement le plus favorable.

J'accueille aussi favorablement la création d'un registre électronique visant à améliorer la surveillance des procédures d'insolvabilité transfrontalières dans l'Union.

L'ensemble de ces mesures doit permettre de définir un cadre plus efficace à la fois pour les débiteurs et les créditeurs tout en donnant aux entrepreneurs honnêtes la chance de restructurer leurs entreprises afin de mieux opérer à l'avenir.

Aymeric Chauprade (NI), *par écrit*. – J'ai voté contre ce rapport qui modifie le règlement communautaire du 29 mai 2000 relatif aux procédures d'insolvabilité.

Certes, je reconnais au rapport le mérite d'attribuer compétence aux juridictions de l'État membre dans lequel l'entreprise débitrice a «le centre de ses intérêts principaux», ce qui place le principe de réalité au centre de la procédure.

Cependant, la possibilité pour le créancier d'ouvrir une procédure seconde devant les juridictions de son propre État n'est que trop limitée.

Si je salue la volonté posée par ce texte de protéger les créanciers dans les cas d'insolvabilité d'une entreprise présentant un caractère transfrontalier, je juge l'effort trop mince, d'autant que les mesures proposées constituent une atteinte à la souveraineté nationale, et me suis donc opposé à ce texte.

Salvatore Cicu (PPE), *per iscritto*. – Con il regolamento (CE) n. 1346/2000, l'UE ha istituito un quadro europeo sulle procedure di insolvenza transfrontaliere, che si applica ai casi in cui il debitore, persona fisica o giuridica, abbia beni o creditori in più di uno Stato membro e determina il foro competente per l'apertura della procedura d'insolvenza: la procedura principale va avviata nello Stato membro in cui il debitore ha il centro degli interessi principali, e produce effetti riconosciuti in tutta l'Unione europea; la procedura secondaria può essere avviata nel luogo in cui il debitore ha una dipendenza, e produce effetti limitatamente ai beni che si trovano in quello Stato.

Il regolamento, entrato in vigore nel 2002, richiede di essere aggiornato. L'obiettivo generale della modifica del regolamento è migliorare l'efficienza del quadro europeo per la risoluzione dei casi d'insolvenza, in modo da garantire il buon funzionamento del mercato interno e la sua resilienza in tempi di crisi economica. Alla luce di tali considerazioni, ho votato favorevolmente.

Lara Comi (PPE), *per iscritto*. – Come noto, il quadro comune per le procedure di insolvenza mira ad evitare il trasferimento di beni o di procedimenti giudiziari da uno Stato membro ad un altro, per beneficiare di condizioni più favorevoli e a danno dei creditori. Tuttavia, il regolamento in vigore non armonizza le leggi relative all'insolvenza ma ne regola unicamente i conflitti legislativi nei differenti Stati membri.

Sulla base di tali considerazioni, ho deciso di esprimere il mio voto favorevole alla presente proposta. Ritengo infatti che la presente proposta di regolamento, finalizzata a rendere più efficaci ed efficienti le procedure transnazionali in materia di insolvenza, si ponga maggiormente in linea con gli sviluppi legislativi degli Stati membri e favorisca un migliore ed efficiente funzionamento del mercato interno.

Therese Comodini Cachia (PPE), *in writing*. – The EP adopted the report at first reading in February 2014. The proposed regulation was aimed at making cross-border insolvency proceedings more efficient and effective with a view to ensuring smooth functioning of the internal market and its resilience in economic crises. The EP proposed a more flexible approach with the main focus of the negotiations on jurisdiction and preferential rights of the employees. An early second reading agreement was reached after the trilogues. The main goals of the counteracting of forum shopping has been achieved, and thus I voted in favour.

Javier Couso Permuy (GUE/NGL), *por escrito***.** – El objetivo de este informe es revisar la regulación europea existente sobre procedimientos de insolvencia transnacionales. Desde la perspectiva de las trabajadoras y trabajadores, el resultado final de las negociaciones es todavía insuficiente: los procedimientos de insolvencia siguen protegiendo en exceso los intereses de los deudores respeto a la conservación del empleo o en la elección del marco nacional en qué debe abrirse el procedimiento. Sin embargo, deben reconocerse aspectos positivos como un mejor control judicial y administrativo de los procedimientos de insolvencia y que se facilite el mantenimiento de la actividad mientras la compañía reestructura sus actividades y cuentas. El presente informe no tiene voto final, al tratarse de una segunda lectura dentro del proceso de trílogo.

Michel Dantin (PPE), *par écrit*. – Le présent rapport propose de réviser la législation actuelle portant sur les procédures d'insolvabilité en vue d'intégrer les cas d'insolvabilité transfrontière, qui causent régulièrement des conflits juridiques et de compétences juridictionnelles.

Considérant qu'il ne s'agit pas d'unifier les législations nationales en matière d'insolvabilité mais de règlementer les conflits de droit et de juridictions des États membres, en vue d'assurer le fonctionnement efficace du marché intérieur, j'ai voté en faveur de ce texte.

Rachida Dati (PPE), *par écrit***.** – Par ce vote, le Parlement européen valide l'actualisation de la législation européenne en matière d'insolvabilité transfrontalière des entreprises.

En 2014, j'avais déjà soutenu ce texte en première lecture. En effet, l'harmonisation des normes nationales relatives aux procédures d'insolvabilité permet de renforcer le marché intérieur. Clarifier les champs de compétence des États membres est un gage de sécurité juridique pour les entreprises opérant dans l'Union européenne. À cet égard, je réitère mon soutien à la proposition d'établissement d'un registre européen d'insolvabilité pour vérifier si une procédure a déjà été entamée dans un État membre.

Isabella De Monte (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore di questa proposta di regolamento perché definisce norme più efficienti ed efficaci in materia di procedure di insolvenza transfrontaliere, che contribuiranno a realizzare una delle priorità attuali dell'Unione europea: stimolare la crescita economica. Tali norme faciliteranno la sopravvivenza delle imprese e daranno una seconda opportunità agli imprenditori insolventi.

Ian Duncan (ECR), *in writing*. – The main elements of the Council's position are as follows:

— moving away from a traditional liquidation approach to insolvency to a 'second-chance approach' for businesses and entrepreneurs in financial difficulties when cross-border insolvency proceedings are involved;

— the scope of the proposed Insolvency Regulation is therefore broader than the scope of the current Insolvency Regulation and extends to hybrid and pre-insolvency proceedings;

— the new rules contain a set of safeguards aimed at preventing abusive forum shopping;

— the regulation would impose on Member States an obligation to establish insolvency registers (that contain certain information on the debtor and the insolvency practitioner); these national insolvency registers are to be interconnected and accessible via the European e-Justice portal.

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), *γραπτώς*. – Καταψηφίζουμε. Η συγκεκριμένη θέση δίνει υπερβολικά πολλές δυνατότητες σε εταιρείες οι οποίες θα μπορούσαν να εκμεταλλευτούν τον νόμο για να αποφύγουν την πληρωμή υποχρεώσεων τους. Εντούτοις, αναγνωρίζουμε πως θα πρέπει να υπάρξει και κάποιο είδος προστασίας για τις μικρές και μεσαίες επιχειρήσεις, αντίθετα με το συγκεκριμένο κείμενο που προστατεύει και πολύ μεγάλες εταιρείες.

Norbert Erdős (PPE), *írásban*. – Szavazatommal támogattam a Tanáccsal második olvasatban született megállapodás elfogadását. Az új jogszabály a fizetésképtelenség jogintézmények nemzeti hatáskörben tartása mellett hozzájárul majd a határon átnyúló fizetésképtelenségi eljárások hatékonyabb és egyszerűbb kezeléséhez.

Rosa Estaràs Ferragut (PPE), *por escrito*. – Las cifras facilitadas por la Comisión Europea indican que los procedimientos de insolvencia transfronterizos afectan cada año en la Unión Europea a unas 200 000 empresas, lo que significa que están en juego 1,7 millones de puestos de trabajo. La cuarta parte de esos procedimientos de insolvencia tiene un elemento transfronterizo

Esta propuesta de reglamento tiene por objeto mejorar la eficiencia y la eficacia de estos procedimientos, en beneficio de deudores y acreedores, facilitando así la supervivencia de las empresas y ofreciendo una segunda oportunidad a los empresarios. También adapta el Reglamento actual sobre insolvencia a la evolución que han experimentado las legislaciones nacionales en materia de insolvencia desde la entrada en vigor del Reglamento en 2002.

Jonás Fernández (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la revisión de este reglamento que establece normas comunes en cuanto al tribunal competente para incoar el procedimiento de insolvencia, al derecho aplicable y al reconocimiento de las resoluciones en caso de que un deudor –tanto si se trata de una sociedad o de un comercio como de un particular– se encuentre en situación de insolvencia, porque tras diez años de su entrada en vigor era necesaria su actualización.

La principal novedad que incluye es la de impedir que el deudor desplace sus haberes o el procedimiento judicial de un país a otro con el fin de mejorar su situación desde el punto de vista jurídico, evitando de este modo que algunas empresas o deudores cambien repentinamente su sede antes del inicio de un procedimiento de insolvencia. Introduce mayor certeza jurídica y permite que se considere si el cambio de sede responde a razones objetivas o no.

Igualmente se ha conseguido incluir un considerando relativo a los derechos de los trabajadores respecto al establecimiento de un derecho preferente para los mismos en los procedimientos de insolvencia.

Edouard Ferrand (NI), *par écrit*. – Bien que cette résolution comporte nombre d'éléments positifs, j'ai voté contre parce que je considère que ce type de mesures doit être de la responsabilité des États.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – O presente regulamento contém algumas melhorias relativamente à legislação preexistente que devem ser realçadas.

Nele, no entanto, os trabalhadores são menosprezados e reduzidos à mera qualidade de credores aos quais não se reconhecem privilégios creditórios e a cujos créditos não são concedidas quaisquer garantias específicas.

Do mesmo modo, o regulamento não dispõe inequivocamente sobre a identificação, os modos de escolha e as atribuições dos representantes dos trabalhadores nos processos nos quais ele se aplica e, assim, põe em risco o exercício dos seus direitos de serem informados, de serem consultados e, com maior generalidade, de participarem ativamente em tais processos.

Além disso, o modo como o regulamento define o centro de interesses principais da empresa devedora, de cuja localização depende a escolha do Estado—Membro no qual poderá ser aberto o processo de insolvência principal, não impossibilita que tal localização seja propositadamente escolhida por possuir um ambiente legislativo favorável aos interesses dos acionistas e, assim, desfavorável aos dos trabalhadores o que fornece incentivos aos Estados—Membros para usar o seu direito das sociedades como um instrumento de concorrência legislativa em prejuízo dos direitos dos trabalhadores.

Monika Flašíková Beňová (S&D), *písomne*. – Už od roku 2000 venuje Európska únia mimoriadnu pozornosť tejto problematike, čo dokazuje smernica č. 1346/2000, ktorá jasne definovala európsky rámec pre cezhraničné insolvenčné konania. Jasne a zrozumiteľne určila, ktorý členský štát má jurisdikciu na začatie a otvorenie konkurzného konania a stanovila jednotné pravidlá rozhodného práva. Do platnosti vstúpila v roku 2002 a po rokoch jej používania Európska komisia dospela k záveru, že je potrebné vylepšiť uplatňovanie niektorých ustanovení, pričom ide o veľmi zložité a technické aspekty.

Lorenzo Fontana (NI), *per iscritto*. – Questa raccomandazione ha il mio appoggio. Tratta delle procedure di insolvenza, un tema molto importante e delicato specialmente per le piccole e medie imprese. La proposta legislativa va a modificare il regolamento (CE) n. 1346/2000 in maniera positiva e trova il nostro sostegno.

Λάμπρος Φουντούλης (NI), *γραπτώς*. – Καταψηφίζω τη σύσταση όσον αφορά τις διαδικασίες αφερεγγυότητας, καθώς η συγκεκριμένη θέση δίνει υπερβολικά πολλές δυνατότητες σε εταιρείες οι οποίες θα μπορούσαν να εκμεταλλευτούν τον νόμο για να αποφύγουν την πληρωμή υποχρεώσεών τους. Εντούτοις, αναγνωρίζω πως θα πρέπει να υπάρξει και κάποιο είδος προστασίας για τις μικρές και μεσαίες επιχειρήσεις, αντίθετα με το συγκεκριμένο κείμενο που προστατεύει και πολύ μεγάλες εταιρείες.

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *in writing*. – I welcome the Council Regulation establishing a European framework for cross-border insolvency proceedings. This would determine which Member State has jurisdiction for opening insolvency proceedings and establish uniform rules on applicable law, and provides for recognition and enforcing of insolvency-related decisions as well as for the coordination of main and secondary insolvency.

Our S&D Group amendment managed to avert forum shopping by introducing the additional criteria of a three months cool—off period. The regulation now also allows for the coordination of the proceeding for corporate groups, and calls for a future introduction of preferential rights of employees. I thank the rapporteur and the shadows for the very good job done.

Iratxe García Pérez (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la revisión de este reglamento que establece normas comunes en cuanto al tribunal competente para incoar el procedimiento de insolvencia, al derecho aplicable y al reconocimiento de las resoluciones en caso de que un deudor, tanto si se trata de una sociedad o de un comercio como de un particular, se encuentre en situación de insolvencia, porque tras diez años de su entrada en vigor, era necesario mejorar la aplicación de algunas de sus disposiciones.

La principal novedad que incluye es la de impedir que el deudor desplace sus haberes o el procedimiento judicial de un país a otro con el fin de mejorar su situación desde el punto de vista jurídico foro de conveniencia, evitando de este modo que algunas empresas o deudores cambien repentinamente su sede antes del inicio de un procedimiento de insolvencia. Introduce mayor certeza jurídica y permite que se considere si el cambio de sede responde a razones objetivas o no.

Igualmente se ha conseguido incluir un considerando relativo a los derechos de los trabajadores respecto al establecimiento de un derecho preferente para los mismos, teniendo en cuenta que son los más débiles cuando se inicia un procedimiento de insolvencia.

Eider Gardiazabal Rubial (S&D), *por escrito*. – Estoy a favor de la revisión de este reglamento que establece normas comunes en cuanto al tribunal competente para incoar el procedimiento de insolvencia, al derecho aplicable y al reconocimiento de las resoluciones en caso de que un deudor –tanto si se trata de una sociedad o de un comercio como de un particular– se encuentre en situación de insolvencia, porque tras diez años de su entrada en vigor era mejorable en la aplicación de algunas de sus disposiciones.

La principal novedad que incluye es la de impedir que el deudor desplace sus haberes o el procedimiento judicial de un país a otro con el fin de mejorar su situación desde el punto de vista jurídico foro de conveniencia, evitando de este modo que algunas empresas o deudores cambien repentinamente su sede antes del inicio de un procedimiento de insolvencia. Introduce mayor certeza jurídica y permite que se considere si el cambio de sede responde a razones objetivas o no.

Igualmente se ha conseguido incluir un considerando relativo a los derechos de los trabajadores respecto al establecimiento de un derecho preferente para los mismos, teniendo en cuenta que son los más débiles cuando se inicia un procedimiento de insolvencia.

Elisabetta Gardini (PPE), *per iscritto*. – Il voto di oggi segna l'inizio di una nuova fase per migliaia di imprese. Il nuovo regolamento sulle procedure di fallimento transfrontaliero mette fine alla tradizionale prospettiva ostile della liquidazione, fornendo maggiori garanzie e tutele ai creditori e una seconda *chance* a imprese e imprenditori in difficoltà.

Tra le altre misure, si delineano soluzioni concrete al cosiddetto *forum shopping*, rendendo così più difficile eludere i sacrosanti diritti dei creditori, e si introducono registri elettronici fallimentari in grado di fornire informazioni rilevanti in modo tempestivo a creditori e tribunali, anche al fine di evitare procedure di insolvenza parallele.

Per questi motivi ho convintamente votato a favore di questo provvedimento, augurandomi che si apra davvero una nuova fase in cui le istituzioni siano a fianco delle aziende e degli imprenditori in difficoltà non per punire e liquidare ma per aiutare e ristrutturare.

Enrico Gasbarra (S&D), *per iscritto***.** – Mi congratulo con il collega Zwiefka per aver concluso l'accordo con il Consiglio su un provvedimento atteso da tempo da consumatori e imprese in Europa.

Dichiaro il mio voto favorevole al regolamento: il sistema delle insolvenze a livello europeo viveva infatti in uno stato di incertezza, soprattutto per le situazioni transfrontaliere, e bene ha fatto la Commissione, ormai oltre due anni fa, a proporre una riforma complessiva del settore.

Sottolineo in particolare un aspetto importante introdotto dopo la lettura di Consiglio e Parlamento, ovvero le salvaguardie inserite contro il cosiddetto fenomeno del *forum shopping*. In troppi casi noti imprese e debitori spostavano repentinamente la propria sede prima dell'avvio di procedure di insolvenza o bancarotta: ora il regolamento introduce un quadro giuridico di maggiori tutele nonché la capacità per le corti di valutare se lo spostamento sia genuino o meno.

L'accordo che ci apprestiamo a ratificare fa compiere un passo avanti a tutela dell'economia europea; auspico che sia un segno importante del nuovo indirizzo politico di crescita e attenzione verso cittadini, consumatori e imprese varato con la nuova Commissione.

Elena Gentile (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore della rifusione del regolamento (CE) n. 1346/2000 relativo alle procedure d'insolvenza transfrontaliere innanzitutto perché le procedure d'insolvenza in ambito europeo interessano ogni anno più di 200 000 imprese, di cui un quarto sono transfrontaliere.

La nuova normativa ha richiesto circa tre anni di lavoro e sulla riuscita finale dei negoziati si è particolarmente impegnata la Presidenza italiana dell'UE, che è riuscita a trovare la giusta sintesi politica fra Consiglio e Parlamento europeo. L'obiettivo è di assicurare una seconda *chance* agli imprenditori, contemplando non solo le procedure fallimentari, ma anche quelle ibride e di pre-insolvenza, e inoltre la remissione e la ristrutturazione del debito delle persone fisiche (consumatori e professionisti indipendenti), e dare il via a un registro elettronico utile sia per i creditori, al fine di individuare i beni e ottenere informazioni, sia per evitare procedimenti paralleli. Il registro sarà disponibile nel portale *e-Justice*.

Al fine di prevenire pratiche abusive è stato chiarito il concetto di Centro degli interessi principali (COMI), importante per i gruppi societari transfrontalieri, particolarmente interessati a una disciplina specifica. Le norme in materia d'insolvenza di gruppo sono integrate da norme che consentono il coordinamento delle procedure in materia di gruppi societari.

Tania González Peñas (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo. El resultado es una refundición de la directiva que regula los procedimientos de insolvencia. El interés de los trabajadores es dificultar los procedimientos de insolvencia porque implican a menudo que una empresa pueda echar el cierre sin hacer frente a sus obligaciones salariales. La directiva es insuficiente en este sentido. Por ello de votarse nos hubiéramos abstenido.

Theresa Griffin (S&D), *in writing*. – I voted in support of Council Regulation No 1346/2000 which determines which Member State has jurisdiction for opening insolvency proceedings, establishes uniform rules on applicable law and provides for the recognition and enforcement of insolvency—related decisions, as well as for the coordination of main and secondary insolvency.

Antanas Guoga (ALDE), *raštu*. – Balsavau už pritarimą per pirmąjį svarstymą priimtai Tarybos pozicijai, siekiant priimti Europos Parlamento ir Tarybos reglamentą dėl bankroto bylų. Bankroto reglamentu nustatyta Europos tarpvalstybinių bankroto bylų nagrinėjimo sistema. Nustatoma, jog šis reglamentas taikomas tuomet, kai skolininko – fizinio arba juridinio asmens – turtas arba kreditoriai yra ne vienoje valstybėje narėje. Taip pat nustatytos kitos tokio pobūdžio bankroto bylų vykdymo taisyklės. Reglamentas peržiūrimas, siekiant efektyvesnio Europos tarpvalstybinių bankroto bylų nagrinėjimo sistemos veikimo.

Sergio Gutiérrez Prieto (S&D), *por escrito*. – Hemos votado a favor de la revisión de este reglamento que establece normas comunes en cuanto al tribunal competente para incoar el procedimiento de insolvencia, al derecho aplicable y al reconocimiento de las resoluciones en caso de que un deudor –tanto si se trata de una sociedad o de un comercio como de un particular– se encuentre en situación de insolvencia, porque tras diez años de la entrada en vigor del reglamento original, era mejorable en la aplicación de algunas de sus disposiciones.

La principal novedad que incluye es la de impedir que el deudor desplace sus haberes o el procedimiento judicial de un país a otro con el fin de mejorar su situación desde el punto de vista jurídico foro de conveniencia, evitando de este modo que algunas empresas o deudores cambien repentinamente su sede antes del inicio de un procedimiento de insolvencia. Introduce mayor certeza jurídica y permite que se considere si el cambio de sede responde a razones objetivas o no.

Igualmente se ha conseguido incluir un considerando relativo a los derechos de los trabajadores respecto al establecimiento de un derecho preferente para los mismos, teniendo en cuenta que son los más débiles cuando se inicia un procedimiento de insolvencia.

Brian Hayes (PPE), *in writing*. – I voted in favour of this report as I believe that cross-border insolvency proceedings need to be more efficient and handled in a quicker way. This regulation can work towards the smooth functioning of the internal market and help the resilience of the internal market to economic crises.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *in writing*. – A large proportion of insolvencies involve cross-border issues and this agreement will help resolve possible legal conflicts. I was accordingly happy to support the text.

Pablo Iglesias (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo. El resultado es una refundición de la directiva que regula los procedimientos de insolvencia.

El interés de los trabajadores es dificultar los procedimientos de insolvencia porque implican a menudo que una empresa pueda echar el cierre sin hacer frente a sus obligaciones salariales. La directiva es insuficiente en este sentido. Por ello de votarse nos hubiéramos abstenido.

Ivan Jakovčić (ALDE), *napisan*. – Glasovao sam za nacrt zakonodavne rezolucije Europskog parlamenta o stajalištu Vijeća u prvom čitanju radi donošenja uredbe Europskog parlamenta i Vijeća o stečajnom postupku jer je fenomen stečaja postao prekogranični problem koji osim velikih kompanija zahvaća također mala i srednja poduzeća diljem Europe. Podržavam prijedlog da se trenutačni europski zakon o stečaju modernizira javnim konzultacijama, te da se posebna važnost posveti potrebama malih i srednjih poduzeća kako bi se povećala pravna sigurnost. Smatram također da su pozitivni prijedlozi oko stvaranja europskog registra, kojim bi se vjerovnicima omogućila dostupnost informacija o eventualnim pokrenutim stečajnim postupcima, i rješavanje problema stečaja grupe poduzeća. Time se dodatno ojačava

europska integracija i podržavaju prekogranične poslovne aktivnosti.

Jean-François Jalkh (NI), *par écrit*. – Ce texte vise à modifier le règlement communautaire du 29 mai 2000.

L'objectif de cette modification est de protéger les créanciers dans le cas d'investissement dans des entreprises transfrontalières. Ce texte, soulignons-le, attribue la compétence juridictionnelle à l'État dans lequel l'entreprise a «le centre de ses intérêts principaux». Le créancier est donc invité à rechercher la juridiction nationale la plus favorable. Mais le créancier ne peut malgré tout recourir à la juridiction de son propre État, même s'il y possède des biens. C'est une violation du principe de souveraineté et de citoyenneté. Par conséquent, j'ai décidé de voter contre ce texte.

Marc Joulaud (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur du rapport de mon collègue Tadeusz Zwiefka concernant les procédures d'insolvabilité.

Ce rapport approuve en deuxième lecture la position du conseil à propos de l'harmonisation des différentes procédures d'insolvabilité au sein de l'Union européenne à travers la modification du règlement (CE) nº 1346/2000. Le rapport a été adopté à une large majorité, ce dont je me félicite.

Philippe Juvin (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la recommandation pour deuxième lecture, portant sur les procédures d'insolvabilité.

Afin d'apporter une réponse aux cas d'insolvabilité transfrontières, cette recommandation préconise la création d'un cadre européen unifié qui assure le bon fonctionnement du marché intérieur.

Barbara Kappel (NI), *schriftlich*. – Ein wichtiger Bericht, über den bereits im Ausschuss abgestimmt worden ist. Die Vorschläge sind zu unterstützen, weshalb ich meine Zustimmung noch einmal bekräftigen möchte.

Krišjānis Kariņš (PPE), *rakstiski*. – Es Eiropas Parlamenta plenārsesijā Strasbūrā balsoju par Eiropas Parlamenta un Padomes regulu par maksātnespējas procedūrām.

Šis likumdošanas akts regulē maksātnespējas noteikumus, ja procesā ir iesaistīta vairāk kā viena Eiropas Savienības valsts. Jaunā regula precizē sadarbības noteikumus starp tiesām un maksātnespējas administratoriem un izveido reģistru pārrobežu maksātnespējas lietu uzskaitei, kas ir publiski pieejams.

Uzskatu, ka šis likumdošanas akts veicinās pārrobežu maksātnespējas lietu ātrāku izskatīšanu un uzlabos uzņēmējdarbības vidi kopumā. Šī ir vēl viena joma, kurā noteikumu vienādošana var uzlabot vienotā tirgus darbību.

Afzal Khan (S&D), *in writing*. – I supported the report, as it largely seeks to improve functioning of the regulation, and I am also pleased the S&D Group has managed to get some amendments in aimed at improving the situation of employees and small creditors.

Kateřina Konečná (GUE/NGL), *písemně*. – Dne 19. 5. 2015 jsme na plenárním zasedání ve Štrasburku projednávali důležitou revizi nařízení upravujícího úpadkové (insolvenční) řízení. Na začátek musím říci, že vítám snahy Komise modernizovat insolvenční právo, a to nejen ve světle skandálního zneužívání tohoto práva v České republice. Domnívám se, že předložený návrh může vést ke snížení nechvalně známého „insolvenčního turismu" a k dnes již nutné modernizaci řešení tzv. přeshraničních insolvenčních případů. I přes mou podporu tomuto dokumentu na něm však nadále vidím řadu nedostatků. Dle mého názoru by v rámci plánované revize mělo především dojít ke zvýšení ochrany těch, kteří jsou ohroženi nejvíce, a to zaměstnanců postižených eventuálním úpadkem jejich společnosti. V dnešní době jsou v České republice insolvence společností na denním pořádku, za posledních šest let jen počet zahájených řízení vzrostl téměř 7x. Potřebujeme nejenom širší diskusi o tom, jak firmy před případným bankrotem chránit, ale zejména v kontextu situace v ČR také diskuzi o tom, jak zabránit jejich častému a neregulovanému zneužívání v rámci konkurenčního boje mezi podnikateli. Jako jednu z reálných cest bych viděla např. plošně zbavit věřitele možnosti podávat tzv. věřitelské insolvenční návrhy. Nadále je totiž absolutně nepřípustný stav, kdy se dle dostupných údajů s podobnými praktikami setkala téměř každá desátá společnost v ČR.

Béla Kovács (NI), *írásban***.** – Sok hazai kisvállalkozás ment tönkre amiatt, hogy az általa tisztességgel elvégzett munka után nem tudott hozzájutni az őt megillető bevételhez. Számos zavaros alvállalkozói láncban voltak megtalálhatók olyan cégek, melyek több országban rendelkeztek érdekeltségekkel. Ez a rendelet igen jól szabályozza a több országot érintő fizetésképtelenségi eljárásokat, egyértelműen szolgálja a jogbiztonságot, ezért jó szívvel támogattam. Sokat segíthet a kkv-szektorba tartozó cégeknek, melyek számára az eddigi költséges és bonyolult jogi út járhatatlan volt.

Giovanni La Via (PPE), *per iscritto***.** – Dopo diversi incontri tecnici e triloghi, abbiamo raggiunto un accordo in seconda lettura. Il tema è di stretta attualità e riguarda il fallimento delle imprese e l'insolvenza. La relazione propone, tra i vari punti, una soluzione più ambiziosa sull'insolvenza dei gruppi di imprese proponendo un compromesso per un approccio più flessibile. Per queste ragioni, ho espresso il mio favore a questa relazione.

Marine Le Pen (NI), *par écrit*. – Cette recommandation vise à modifier le règlement communautaire du 29 mai 2000 relatif aux procédures d'insolvabilité pour améliorer la protection des créanciers dans le cas où l'insolvabilité d'une entreprise a un caractère transfrontalier. En effet, 400 000 pertes d'emplois dans l'UE sont liées à des procédures transfrontalières d'insolvabilité des entreprises.

L'idée avancée est de créer une «culture européenne» de «sauvetage et de rétablissement» en redonnant une seconde chance aux entreprises jugées robustes mais faisant face à des difficultés financières. Cependant, on peut objecter que les défaillances des entreprises sont aussi liées à l'austérité budgétaire instaurée par Bruxelles. Par ailleurs, si les intentions sont louables, ces dispositions représentent tout de même une atteinte à la souveraineté nationale des États membres.

Javi López (S&D), *por escrito*. – La propuesta de Reglamento del Parlamento Europeo y del Consejo por el que se modifica el Reglamento (CE) nº 1346/2000 sobre procedimientos de insolvencia es un informe de carácter técnico. El alcance del Reglamento se ha extendido a procedimientos híbridos y reestructuración de empresas. Con el objetivo de evitar un foro de conveniencia, el criterio adicional de tres meses de periodo de reflexión ha sido introducido por una enmienda del Grupo S&D. El Reglamento permite también ahora la coordinación de procedimientos para grupos corporativos.

El Grupo S&D consiguió igualmente incluir un considerando relativo a los derechos de los trabajadores: «Las medidas de armonización adicionales deben introducir también privilegios para los trabajadores». Estando de acuerdo con estas consideraciones, he votado a favor.

Andrejs Mamikins (S&D), *rakstiski*. – Balsojuma nebija, jo dokuments tika akceptēts pēc piekritības.

Νότης Μαριάς (ECR), *γραπτώς*. – Υποστηρίζω τη σύσταση για δεύτερη ανάγνωση σχετικά με τη θέση του Συμβουλίου σε πρώτη ανάγνωση ενόψει της έκδοσης κανονισμού του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου και του Συμβουλίου περί των διαδικασιών αφερεγγυότητας γιατί είναι πλήρης και επαρκής αλλά και για τους λόγους που ανέφερα αναλυτικά στην από 19/05/2015 σχετική ομιλία μου στην Ολομέλεια του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου.

David Martin (S&D), *in writing*. – I am pleased that we got agreement on the Council position at first reading with a view to the adoption of a regulation of the European Parliament and of the Council on insolvency proceedings.

Dominique Martin (NI), *par écrit*. – Ce texte entend protéger les créanciers en cas d'insolvabilité transfrontalière d'une entreprise.

Ce texte contient un point positif en ce sens qu'il attribue compétence aux juridictions de l'État membre dans lequel est installée l'entreprise débitrice. Toutefois, ce texte porte aussi atteinte à la souveraineté des États car il empêche les créanciers d'ouvrir une procédure secondaire devant les juridictions de son propre État d'origine, dès lors que le débiteur y possède des biens. J'ai donc voté contre cette recommandation.

Fulvio Martusciello (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore della raccomandazione per la seconda lettura circa la posizione del Consiglio in prima lettura in vista dell'adozione del regolamento del Parlamento europeo e del Consiglio riguardante le procedure di insolvenza. Per il buon funzionamento del mercato interno sono necessarie procedure che siano efficienti ed efficaci, e per ottenere questo le disposizioni in materia di giurisdizione, riconoscimento e legge applicabile in tale settore dovrebbero far parte di un provvedimento dell'Unione vincolante e direttamente applicabile negli Stati membri.

Jiří Maštálka (GUE/NGL), *písemně*. – Revizi nařízení, které upravuje úpadkové řízení, považuji za významný krok k modernizace insolvenčního práva. Domnívám se, že je zejména potřeba zvýšit ochranu zaměstnanců, kteří jsou případným bankrotem jejich zaměstnavatele postiženi nejvíce. V dnešní době je riziko bankrotů společností bohužel vysoké, např. v České republice vzrostl za posledních 6 let počet insolvenčních návrhů z 5 300 na více než 35 000 případů ročně. Potřebujeme tak širší diskusi o tom, jak firmy před případným bankrotem uchránit. Další problém vidím v tzv. insolvenčním turismu a podávání šikanujících insolvenčních návrhů za účelem likvidace konkurence. To v důsledku znamená, že do insolvenčního rejstříku se mohou dostat i firmy, které ve skutečnosti nikomu nic nedluží. Podle statistiky se v České republice s takovýmto šikanujícím insolvenčním návrhem setkala každá desátá firma. Nemusím jistě dodávat, že taková situace dotčenou firmu vážně poškodí. Podporuji sice snahu modernizovat úpadkové právo, ale protože jsem přesvědčen, že v tomto dokumentu není zaručena dostatečná ochrana zaměstnanců, při hlasování jsem se zdržel.

Gabriel Mato (PPE), *por escrito*. – Mi apoyo a la posición del Parlamento sobre el establecimiento de nuevas reglas sobre los procedimientos de insolvencia transfronterizos. Es importante adoptar normas que den más margen a las empresas que operan en varios países y atraviesan problemas, porque así vamos a evitar su quiebra.

Estamos hablando de unas 50.000 empresas que afrontan cada año procedimientos de insolvencia transfronteriza, y hasta 40.000 personas que pierden su empleo por esta causa, lo que hace urgente actuar para sacar adelante esta iniciativa.

Georg Mayer (NI), *schriftlich*. – Über die Änderung der Verordnung der Europäischen Union in Bezug auf Insolvenzverfahren wurde bereits im Ausschuss abgestimmt, und der Text wurde dem Parlament zur ersten Lesung vorgelegt. Dennoch möchte ich festhalten, dass die Verordnung meine Zustimmung erfahren hätte, da die von MdEP Zwiefka vorgelegten Papiere einige wichtige Änderungen für Insolvenzverfahren bedeuten würden.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *par écrit*. – Le règlement sur l'insolvabilité établit un cadre européen pour les procédures d'insolvabilité transfrontières. Il s'applique dès lors qu'un débiteur, qu'il s'agisse d'une personne physique ou morale, a des actifs ou des créanciers dans plus d'un État membre.

Le règlement vise à mettre en place des procédures favorisant le redressement des débiteurs en grave difficulté financière, de façon à aider les entreprises saines à survivre et à donner une seconde chance aux entrepreneurs. Il permet également de lutter contre l'insolvabilité organisée. Le champ d'application de ce règlement a été élargi en deuxième lecture aux procédures secondaires (où la liquidation n'est pas nécessaire).

Je vote pour ce texte en regrettant tout de même que la définition du siège réel des entreprises ne soit pas établie de manière précise.

Joëlle Mélin (NI), *par écrit*. – L'objectif de cette modification apportée au règlement communautaire datant du 29 mai 2000 est de protéger les créanciers dans le cas d'entreprises transfrontalières.

Le côté positif de ce texte est qu'il attribue la compétence juridictionnelle à l'État dans lequel l'entreprise a «le centre de ses intérêts principaux» et qu'il prévoit ainsi que les créanciers recherchent la juridiction nationale la plus favorable.

Cependant, la possibilité pour le créancier de recourir à la juridiction de son propre État, dès lors qu'il y possède des biens, est écartée. Par conséquent, j'ai voté contre.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A presente proposta altera o Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho, de 29 de maio de 2000, relativo aos processos de insolvência (adiante, «Regulamento da Insolvência» ou «Regulamento»).

O objetivo geral da revisão do Regulamento da Insolvência é reforçar a eficiência do quadro normativo europeu na resolução de casos de insolvência transfronteiriços, a fim de garantir o bom funcionamento do mercado interno e a sua resiliência durante as crises económicas.

Este objetivo está ligado às atuais políticas da UE para promover a recuperação económica e o crescimento sustentável, uma taxa de investimento mais elevada e a preservação de emprego, previstas na estratégia Europa 2020. Daí o meu voto favorável.

Roberta Metsola (PPE), *in writing*. – I chose to support this report on the updated regulation on insolvency as it will streamline cross-border insolvency proceedings amongst Member States. It is important to stress that it will not change national legislation but takes into account the changes that have occurred at the national level since 2002.

Marlene Mizzi (S&D), *in writing*. – I voted in favour of Council Regulation (EC) No 1346/2000 establishing a European framework for cross-border insolvency proceedings, which determines which Member State has jurisdiction for opening insolvency proceedings, establishes uniform rules on applicable law and provides for the recognition and enforcement of insolvency-related decisions as well as for the coordination of main and secondary insolvency.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE), *por escrito*. – Este assunto versa sobre o plasmado no Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho, de 29 de maio de 2000, relativo aos processos de insolvência. O bom funcionamento do mercado interno exige que os processos de insolvência que produzem efeitos transfronteiriços se efetuem de forma eficiente e eficaz. Estes casos ocorrem quando as propriedades, responsabilidades, entre outros, do insolvente situam-se em mais do que um Estado-Membro, ou mesmo quando o insolvente está sujeito a ordenamentos jurídicos de vários Estados-Membros.

As leis sobre a insolvência diferem significativamente entre os Estados—Membros. O Regulamento vigente não uniformiza, não harmoniza sobre as situações de insolvência, antes regula as situações de conflitos entre os sistemas jurídicos de diferentes Estados-Membros.

Voto favoravelmente a presente recomendação, uma vez que defendo o estabelecimento de um procedimento transfronteiriço relativo aos processos de insolvência

Sophie Montel (NI), *par écrit***. –** Cette recommandation vise à modifier le règlement communautaire du 29 mai 2000 relatif aux procédures d'insolvabilité pour améliorer la protection des créanciers dans le cas où l'insolvabilité d'une entreprise a un caractère transfrontalier. En effet, 400 000 pertes d'emplois dans l'UE sont liées à des procédures transfrontalières d'insolvabilité des entreprises. L'idée avancée est de créer une «culture européenne» de «sauvetage et de rétablissement» en redonnant une seconde chance aux entreprises jugées robustes mais confrontées à des difficultés financières.

Cependant, on peut objecter que les défaillances des entreprises sont aussi liées à l'austérité budgétaire instaurée par Bruxelles. Par ailleurs, si les intentions sont louables, ces dispositions représentent tout de même une atteinte à la souveraineté nationale des États membres.

J'ai donc décidé de voter contre.

Claude Moraes (S&D), *in writing*. – I voted in favour of the report as the proposal largely seeks to improve functioning of the regulation. I am also proud that my S&D colleagues managed to get some amendments in aimed at improving the situation of employees and small creditors.

Alessia Maria Mosca (S&D), *per iscritto*. – Accogliamo questa relazione prettamente tecnica riconoscendo con soddisfazione alcuni dati politici.

In primo luogo, l'ambito di applicazione delle procedure di insolvenza è stato allargato per comprendere procedure ibride e ristrutturazioni societarie. Inoltre, crediamo sia importante sottolineare che l'attuale regolamento introduce la possibilità per i gruppi imprenditoriali di procedere in maniera coordinata fra le varie imprese riducendo costi e tempi sia per il privato sia per il settore pubblico. Riconosciamo poi lo sforzo del relatore e dei relatori ombra per inserire un considerando che introduce per il futuro una clausola che tutela gli interessi e le preferenze dei dipendenti nei casi di insolvenza societaria.

Norica Nicolai (ALDE), *în scris*. – Am votat în favoarea acestui raport deoarece consider că reglementările privind procedurile de insolvență trebuie să fie clare. Așa cum apare și în textul pe care acest raport îl susține, este nevoie de o serie de proceduri la nivelul UE pentru declararea insolvenței, mai ales când discutăm despre piață liberă. În acest context, vechile reglementări au fost amendate și modificate pentru a ține pasul cu cele mai noi contexte, ceea ce duce la neclarități și interpretări greșite ale acestora. În aceste condiții, textul adoptat astăzi, care pune toate aceste modificări în acord și aduce îmbunătățiri vechilor proceduri, era necesar pentru a crea claritate și predictibilitate în legislație.

Franz Obermayr (NI), *schriftlich*. – Wäre der Bericht zur Abstimung gestanden, so hätte ich mich der Stimme enthalten, da er zwar einige positive Aspekte wie die Ermutigung zur Aufnahme wirtschaftlicher Aktivitäten enthält. Gleichzeitig aber drückt er ein gewisses Laisser-faire hinsichtlich finanzieller Verantwortung aus, welches ich nicht mittragen kann.

Urmas Paet (ALDE), *kirjalikult*. – Toetasin eelnõu. Põhiliselt on tegemist maksejõuetusõiguse ühtlustamisega olukorras, kus piiriülesed maksejõuetusmenetlused on tavapärane nähtus. ELi siseturu toimimiseks ning majanduskriisidega toimetulekuks on vaja ühtset Euroopa raamistikku.

Maite Pagazaurtundúa Ruiz (ALDE), *por escrito*. – Consideramos que este Reglamento no refleja suficientemente las prioridades de la UE ni las prácticas nacionales actuales en materia de legislación sobre insolvencia.

La crisis actual y los altos niveles de paro, que afectan a más del 25% de la población activa en España, han supuesto que centenares de miles de familias hayan llegado a situaciones límite que, en muchos casos, no les permiten cubrir sus necesidades más básicas. Las consecuencias han sido que muchas familias hayan perdido su vivienda por no poder hacer frente a sus deudas. En este Reglamento, además, hemos intentando poner el acento a la hora de mejorar los deteriorados mecanismos de rescate de las empresas en dificultades, que muchas veces son el único sustento económico para miles de personas.

Rolandas Paksas (EFDD), *raštu*. – Pritariu pateiktai pozicijai, nesi numatomi pakeitimai sukurs geresnes sąlygas apsaugoti finansinių sunkumų turinčias ir ant bankroto ribos esančias įmones.

Visų pirma, naujasis reglamentas padės spręsti praktikoje kylančias problemas, susijusias su nemokumo procedūrų vykdymu, kai jose dalyvauja asmenys iš kelių Europos Sąjungos valstybių narių. Be to, bus užkirtas kelias piktnaudžiavimui teise ieškant palankesnės teisinės padėties. Pagrindinių ir šalutinių nemokumo bylų iškėlimo bei šių bylų tarpusavio santykio klausimai, taip pat klausimai dėl informacijos apie nemokumo procedūras viešinimo ir teismų bei administratorių keitimosi informacija bus sprendžiami efektyviau ir operatyviau. Įsigaliojus pasiūlymo nuostatoms dėl privalomo teismų ir nemokumo procedūrų specialistų bendradarbiavimo pagrindinėje ir šalutinėje bylose bei įmonių grupių narių nemokumo bylose, gali pailgėti nemokumo procesų trukmė, taip pat padidėti nemokumo procesų administracinės išlaidos, tačiau tikėtina, kad tai padės pasiekti geresnio galutinio nemokumų procedūrų rezultato.

Atkreiptinas dėmesys į tai, kad pasiūlymo nuostatos pagerins ekonomikos, verslo ir konkurencijos sąlygas, nes bus sudarytos galimybės efektyviau vykdyti nemokumo procedūras, kuriose dalyvauja subjektai iš kelių Europos Sąjungos valstybių narių.

Aldo Patriciello (PPE), *per iscritto*. – Considerando la posizione del Consiglio in prima lettura e il parere del Comitato economico e sociale europeo;

ho espresso il mio voto favorevole.

Florian Philippot (NI), *par écrit*. – Ce texte modifie le règlement communautaire du 29 mai 2000 relatif aux procédures d'insolvabilité. Il vise à protéger les créanciers dans les cas où l'insolvabilité d'une entreprise présente un caractère transfrontalier. Il a le mérite d'attribuer compétence aux juridictions de l'État membre dans lequel l'entreprise débitrice a le centre de ses intérêts principaux.

La réalité du lieu d'activité de l'entreprise est ainsi retenue comme critère d'attribution de compétence, ce qui permet d'écarter le *forum shopping*, c'est-à-dire la recherche abusive par les débiteurs transfrontaliers de la juridiction nationale la plus favorable.

Ce texte a toutefois le défaut de trop marginaliser la possibilité pour le créancier d'ouvrir une procédure secondaire devant les juridictions de son propre État, dès lors que le débiteur y possède des biens. Ainsi, il porte clairement atteinte à la souveraineté nationale et il est donc hors de question que je le soutienne. Malgré les éléments positifs qu'il contient, je vote donc contre pour défendre la souveraineté des États.

Tonino Picula (S&D), *napisan*. – Podržavam izvješće kolege Zwiefke o preinaci stajališta Vijeća u prvom čitanju radi donošenja uredbe Europskog parlamenta i Vijeća o stečajnom postupku kojim se prihvaća stajalište Vijeća u prvom čitanju jer je u skladu s člankom 294. stavak 7. Ugovora o funkcioniranju Europske unije, člankom 76. Poslovnika Europskog parlamenta i preporukama za drugo čitanje Odbora za pravna pitanja.

Andrej Plenković (PPE), *napisan*. – Radi pravilnog funkcioniranja unutarnjeg tržišta, prekogranični bi se postupci u slučaju nesolventnosti trebali odvijati učinkovito i djelotvorno. Aktivnosti poduzetnika imaju sve više prekogranične učinke pa su iz istog razloga sve više uređene pravom Unije. Istovremeno, nesolventnost takvih poduzetnika utječe na pravilno funkcioniranje unutarnjeg tržišta te postoji potreba za aktom Unije koji bi zahtijevao koordinaciju mjera koje se poduzimaju u vezi s imovinom nesolventnog dužnika.

Stoga, imajući u vidu da se predloženom Uredbom o nesolventnosti želi povećati učinkovitost prekograničnih postupaka u slučaju nesolventnosti kako bi se osiguralo neometano funkcioniranje unutarnjeg tržišta i njegova otpornost u gospodarskim krizama te da je taj cilj i u skladu s trenutačnim političkim prioritetima Europske unije o promicanju gospodarskog oporavka i održivog rasta kao i višoj stopi ulaganja i očuvanju zaposlenosti, kako je navedeno i u strategiji Europa 2020., te o zaštiti razvoja i opstanka poduzeća, kako je navedeno u Zakonu o malom poduzetništvu, podržao sam ovu preporuku za drugo čitanje o stajalištu Vijeća u prvom čitanju radi donošenja uredbe Europskog parlamenta i Vijeća o stečajnom postupku.

Franck Proust (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la proposition concernant la refonte du règlement sur les procédures d'insolvabilité.

Il est nécessaire de clarifier la législation européenne et d'avoir une position commune sur ce dossier.

Paulo Rangel (PPE), *por escrito*. – A presente resolução legislativa aprova a posição em primeira leitura do Conselho, tendo em vista a adoção do regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos processos de insolvência. A insolvência transfronteiriça acontece sempre que os ativos ou os passivos de um devedor estão situados em mais de um Estado ou quando o devedor está sujeito à jurisdição de mais do que um Estado-Membro. A proposta de regulamento aqui em causa, que altera o Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho, de 29 de maio de 2000, relativo aos processos de insolvência, tem por objetivo tornar os processos de insolvência mais eficazes e efetivos, com vista a assegurar o bom funcionamento do mercado interno e a sua resiliência em situações de crise económica.

Para esse efeito, propõe, designadamente: o alargamento do âmbito de aplicação aos ajustamentos e às reorganizações de dívidas; a clarificação das regras jurisdicionais e a melhoria do quadro processual para a determinação da jurisdição; e o estabelecimento de regras detalhadas sobre a cooperação entre os tribunais e os liquidatários. Votei favoravelmente.

Liliana Rodrigues (S&D), *por escrito*. – Esta recomendação pretende estabelecer um conjunto de procedimentos, de forma a melhorar a eficiência na resolução de casos de insolvência transfronteiriços, assegurando, em simultâneo, a fluidez do mercado interno e a resiliência a crises económicas. Com a crescente globalização e internacionalização empresariais, a clarificação de procedimentos é prioritária.

Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (S&D), *por escrito*. – Hemos votado a favor de la revisión de este reglamento que establece normas comunes en cuanto al tribunal competente para incoar el procedimiento de insolvencia, al derecho aplicable y al reconocimiento de las resoluciones en caso de que un deudor –tanto si se trata de una sociedad o de un comercio como de un particular– se encuentre en situación de insolvencia, porque tras diez años de su entrada en vigor era mejorable en la aplicación de algunas de sus disposiciones.

La principal novedad que incluye es la de impedir que el deudor desplace sus haberes o el procedimiento judicial de un país a otro con el fin de mejorar su situación desde el punto de vista jurídico foro de conveniencia, evitando de este modo que algunas empresas o deudores cambien repentinamente su sede antes del inicio de un procedimiento de insolvencia. Introduce mayor certeza jurídica y permite que se considere si el cambio de sede responde a razones objetivas o no.

Igualmente se ha conseguido incluir un considerando relativo a los derechos de los trabajadores respecto al establecimiento de un derecho preferente para los mismos, teniendo en cuenta que son los más débiles cuando se inicia un procedimiento de insolvencia.

Claude Rolin (PPE), *par écrit*. – Constatant que l'acte a été adopté conformément à la position du Conseil, en votant ce rapport, nous avons chargé le président du Parlement de signer l'acte avec le président du Conseil, conformément à l'article 297, paragraphe 1 du traité sur le fonctionnement de l'Union européenne.

Massimiliano Salini (PPE), *per iscritto*. – Sostengo per la presentazione in seconda lettura il seguente testo, che ha come oggetto le procedure di insolvenza. Già nel dicembre 2012 la Commissione ha proposto una revisione delle norme sull'insolvenza transfrontaliera, molto diverse da Stato a Stato, per rendere più efficaci i procedimenti di insolvenza transfrontalieri e per migliorare l'attuale regolamentazione, che si limita invece a regolare i conflitti tra gli Stati membri, senza unificare né armonizzare le leggi sull'insolvenza.

Lola Sánchez Caldentey (GUE/NGL), *por escrito***. –** Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo. El resultado es una refundición de la directiva que regula los procedimientos de insolvencia.

El interés de los trabajadores es dificultar los procedimientos de insolvencia porque implican a menudo que una empresa pueda echar el cierre sin hacer frente a sus obligaciones salariales. La directiva es insuficiente en este sentido. Por ello de votarse nos hubiéramos abstenido.

Lidia Senra Rodríguez (GUE/NGL), *por escrito*. – El objetivo de este informe es revisar la regulación europea existente sobre procedimientos de insolvencia transnacionales.

Desde la perspectiva de las trabajadoras y trabajadores, el resultado final de las negociaciones es todavía insuficiente: los procedimientos de insolvencia siguen protegiendo en exceso los intereses de los deudores respeto a la conservación del empleo o en la elección del marco nacional en qué debe abrirse el procedimiento. Sin embargo, deben reconocerse aspectos positivos como un mejor control judicial y administrativo de los procedimientos de insolvencia y que se facilite el mantenimiento de la actividad mientras la compañía reestructura sus actividades y cuentas.

El presente informe no tiene voto final, al tratarse de una segunda lectura dentro del proceso de trílogo.

Remo Sernagiotto (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore della riforma delle norme in materia d'insolvenza transfrontaliera, grazie alla quale si amplia l'ambito di applicazione del regolamento riguardante le procedure fallimentari e viene chiarito il concetto legale di centro degli interessi principali (COMI).

Questi provvedimenti serviranno a impedire pratiche abusive e opportunistiche del diritto come il ricorso al giudice e alla legislazione di un paese più mite anziché a quella maggiormente competente per giudicare la controversia. Inoltre la nuova disciplina precisa il rapporto tra procedure principali e procedure secondarie e dispone che tutti gli Stati creino registri fallimentari pubblici contenenti informazioni relative all'iter della procedura di insolvenza, nonché al creditore e al debitore insolvente.

Siôn Simon (S&D), *in writing*. – S&D MEPs voted in support of Council Regulation No 1346/2000 which determines which Member State has jurisdiction for opening insolvency proceedings, establishes uniform rules on applicable law and provides for the recognition and enforcement of insolvency—related decisions as well as for the coordination of main and secondary insolvency.

Branislav Škripek (ECR), *písomne*. – Hlasoval som za prijatie uznesenia v druhom čítaní k pozícii Rady na účely prijatia nariadenia Európskeho parlamentu a Rady o insolvenčnom konaní s prihliadnutím na pozitívne stanovisko ECR.

Monika Smolková (S&D), *písomne*. – Podporujem legislatívne uznesenie spravodajcu, ktorým sa schvaľuje pozícia rady pre prijatie nariadenia Európskeho parlamentu a Rady o konkurznom konaní. Jedným z kľúčových cieľov navrhovaného nariadenia o konkurznom konaní je odklon od tradičného likvidačného prístupu na prístup k druhej šanci pre podniky a podnikateľov vo finančných ťažkostiach, pokiaľ ide o cezhraničné konkurzné konania. Pozícia Rady obsahuje aj nové pravidlá, ktorých cieľom je zabrániť zneužívaniu dohadovania o príslušnom súde. Taktiež s cieľom zlepšiť poskytovanie relevantných a včasných informácií veriteľom a zúčastneným súdom a aby sa zabránilo začatiu súbežných konkurzných konaní, nariadenie uloží členským štátom povinnosť zriadiť konkurzné registre. Vnútroštátne registre budú musieť byť prepojené a prístupné prostredníctvom európskeho portálu e-Justice v plnom súlade s európskymi právnymi predpismi

o ochrane údajov. Nariadenie by malo obsahovať aj osobitné ustanovenia o spolupráci a komunikácii medzi súdmi a správcami konkurznej podstaty zapojených do platobnej neschopnosti členov skupín spoločnosti.

Renato Soru (S&D), *per iscritto*. – Ho espresso oggi voto favorevole sulla revisione del regolamento che introduce nuove norme relative alle procedure di insolvenza a livello dell'UE e ne amplia l'ambito di applicazione. L'obiettivo della revisione è rendere più efficienti ed efficaci le procedure di insolvenza transfrontaliere, a vantaggio dei debitori e dei creditori, facilitare la sopravvivenza delle imprese e dare una seconda opportunità agli imprenditori. Le nuove disposizioni assicureranno anche la coerenza dell'attuale regolamento sull'insolvenza con l'evoluzione delle legislazioni nazionali in materia di insolvenza introdotte dopo la sua entrata in vigore nel 2002.

I dati forniti dalla Commissione europea mettono in luce che, nell'Unione europea, queste procedure riguardano ogni anno circa 200 000 imprese; questo vuol dire che sono in gioco 1,7 milioni di posti di lavoro. Poiché circa un quarto di tali procedure di insolvenza presenta un elemento transfrontaliero, risulta evidente la necessità di un intervento legislativo a livello europeo per migliorare il quadro procedurale in questi casi.

Davor Ivo Stier (PPE), *napisan*. – Uzimajući u obzir stajalište Vijeća u prvom čitanju (16636/5/2014 – C8-0090/2015), mišljenje Europskog gospodarskog i socijalnog odbora od 22. svibnja 2013. godine i preporuku za drugo čitanje Odbora za pravna pitanja (A8-0155/2015), prihvaćam ovu preporuku za drugo čitanje.

Catherine Stihler (S&D), *in writing*. – I voted in favour of this report which improves the functioning of the European framework for cross-border insolvency proceedings.

Dubravka Šuica (PPE), *napisan*. – Glasala sam za ovo stajalište Vijeća u prvom čitanju radi donošenja uredbe Europskog parlamenta i Vijeća o stečajnom postupku.

Naime ovom uredbom nastoji se nastaviti promicati „kulturu spašavanja" u EU-u. Osnovni elementi ove uredbe su proširenje područja primjene Uredbe radi obuhvaćanja „preventivnih" stečajnih postupaka kojima se želi spašavati poduzeća, ali i radi obuhvaćanja šireg raspona osobnih stečajnih postupaka. Također se pojašnjavaju kriteriji pravne nadležnosti i poboljšava postupovni okvir za procjenu pravne nadležnosti. Uspostavljanjem sustava poreznih stečajnih registara povećati će se transparentnost za dužnike. Ovom Uredbom povećavaju se izgledi spašavanja trgovačkih društava izbjegavanjem pokretanja sekundarnih postupaka ako su interesi lokalnih vjerovnika zajamčeni na drugi način, te se osigurava pravni okvir za koordinaciju postupaka članova skupina trgovačkih društava. Nužno je uključivanje dodatne mjere za suzbijanje pojave u kojoj potrošači zlorabe mogućnost postizanja povoljnijeg pravnog položaja promjenom pravne nadležnosti.

Richard Sulík (ECR), *písomne* – Návrh som nepodporil, pretože aj keď prináša niektoré menšie zmeny, ktoré môžu zvýšiť efektivitu konkurzných konaní, návrh tiež prináša jednu významnú zmenu, ktorá môže zodpovedné správanie dlžníkov zásadne znížiť. Ide o zmenu prístupu ku konkurznému konaniu, na základe ktorej môžu za dosiahnutia určitých podmienok podnikatelia dostať „druhú šancu", aby mohli prežiť „zdravé firmy". Tento prístup však výrazne zvyšuje morálny hazard, keďže dlžníci si budú vedomí toho, že za svoje prípadné neplnenie záväzkov nebudú zodpovedať v plnej miere. Keďže takáto „druhá šanca" musí byť nutne udelená na úkor záujmov veriteľov, je možné predpokladať, že to ceny úverov zvýši, keďže veritelia pri nich budú musieť zohľadniť vyššie riziko straty peňazí.

Patricija Šulin (PPE), *pisno*. – Glasovala sem za priporočilo za drugo obravnavo o postopkih v primeru insolventnosti. V nekaterih primerih insolventnosti predstavlja veliko težavo nacionalna insolvenčna zakonodaja, ko gre za čezmejno dejavnost in s tem povezano uspešno prestrukturiranje insolventnih podjetij.

Naša skrb mora iti v smer preživetja zdravih podjetij, zato moramo iskati rešitve za učinkovito prestrukturiranje prezadolženih in plačilno nesposobnih podjetij. Pri tem moramo imeti v mislih ves čas tudi zaposlene delavce v takih podjetjih, ki za insolventnost podjetja niso krivi, običajno pa prav slednji potegnejo najkrajši konec, ko v stečajni masi ni dovolj denarja za poplačilo dolgov do zaposlenih. Pozdravljam možnost sodišča, da ugotovi središče glavnih interesov dolžnika ter da je kraj rednega poslovanja dolžnika določen na način, da je to kraj, kjer dolžnik posluje vsaj tri mesece pred začetkom postopka insolventnosti ali začasnega postopka. Kraj bodo na ta način lahko preverile tudi tretje osebe.

Dolgotrajni insolvenčni postopki, ki se vlečejo več let, so pogosto neuspešni, zato je zelo pomembno učinkovito delo stečajnih upraviteljev kot tudi nadzor nad delom le teh.

Pavel Svoboda (PPE), *písemně*. – Podpořil jsem návrh nových pravidel pro insolvenční řízení, protože se domnívám, že jde o dobrý příklad užitečné unijní legislativy, která napomáhá k řešení situací s přeshraničním prvkem, jejichž počet stále narůstá. Především vítám, že se nová pravidla zaměřila také na eliminaci tzv. *forum shopping* a zavádí on-line databázi probíhajících přeshraničních řízení.

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *γραπτώς*. – Η συγκεκριμένη θέση δίνει υπερβολικά πολλές δυνατότητες σε εταιρείες οι οποίες θα μπορούσαν να εκμεταλλευτούν τον νόμο για να αποφύγουν την πληρωμή υποχρεώσεών τους. Εντούτοις, αναγνωρίζουμε πως θα πρέπει να υπάρξει και κάποιο είδος προστασίας για τις μικρές και μεσαίες επιχειρήσεις, αντίθετα με το συγκεκριμένο κείμενο που προστατεύει και πολύ μεγάλες εταιρείες.

Marc Tarabella (S&D), *par écrit*. – Il s'agit d'une mesure administrative orchestrée par le député Simon. J'ai donc bien sûr voté en faveur.

Ruža Tomašić (ECR), *napisan*. – Glasovala sam za preinaku Uredbe o stečajnom postupku kojom se pozornost usmjerava na prekogranične postupke. Uredbom se utvrđuju nova pravila s nizom mjera kojima je cilj sprječavanje zloupotrebe položaja kako bi dužnici koji su zbog određenih razloga postali prezaduženi, nesolventni ili nelikvidni sebi osigurali povoljniji pravni položaj. Stoga se slažem s odlukom prema kojoj su države članice putem elektroničkog registra dužne prikazati relevantne podatke u slučajevima prekograničnih stečajnih postupaka čime će se poboljšati transparentnost, ali i olakšati njihova provedba.

No, kao zastupnica iz zemlje u kojoj se priča tužna priča s više od 19 000 tvrtki koje su ostvarile uvjete za pokretanje stečaja smatram kako se moramo usmjeriti na mjere kojima se omogućuje restrukturiranje dužnika još u onoj fazi u kojoj su zaduženi subjekti zbog nemogućnosti da ispune svoje dospjele novčane obveze nesposobni obaviti plaćanje. Svrsishodnost stečajnih postupaka trebala bi biti u pravednoj raspodjeli dobara, ali na žalost svjedoci smo drugačijih primjera. Stoga smatram da pri kreiranju mjera moramo pronaći najbolje načine kojima ćemo omogućiti poduzećima da ponovno postanu solventna i nastave s radom što je i krajnji cilj samih stečajnih postupaka.

Estefanía Torres Martínez (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta regulación ha sido aprobada sin voto, ya que llega a su etapa final después de haber sido negociada y aprobada con el Consejo. El resultado es una refundición de la directiva que regula los procedimientos de insolvencia.

El interés de los trabajadores es dificultar los procedimientos de insolvencia porque implican a menudo que una empresa pueda echar el cierre sin hacer frente a sus obligaciones salariales. La directiva es insuficiente en este sentido. Por ello de votarse nos hubiéramos abstenido.

Ernest Urtasun (Verts/ALE), *por escrito*. – He votado a favor de que se unifique el criterio a utilizar en caso de las empresas que fruto de la crisis inician un proceso de insolvencia cómo el concurso de acreedores. Pero he aprovechado para denunciar que esta segunda oportunidad que se da a las empresas no se le da a las familias y personas que no pueden hacerse cargo de sus hipotecas y se ven obligadas a pagar toda la deuda y perder su vivienda, cosa que genera una clara discriminación de trato entre empresas y personas.

Ángela Vallina (GUE/NGL), *por escrito*. – El objetivo de este informe es revisar la regulación europea existente sobre procedimientos de insolvencia transnacionales.

Desde la perspectiva de las trabajadoras y trabajadores, el resultado final de las negociaciones es todavía insuficiente: los procedimientos de insolvencia siguen protegiendo en exceso los intereses de los deudores respeto a la conservación del empleo o en la elección del marco nacional en qué debe abrirse el procedimiento. Sin embargo, deben reconocerse aspectos positivos como un mejor control judicial y administrativo de los procedimientos de insolvencia y que se facilite el mantenimiento de la actividad mientras la compañía reestructura sus actividades y cuentas.

El presente informe no tiene voto final, al tratarse de una segunda lectura dentro del proceso de trílogo.

Miguel Viegas (GUE/NGL), *por escrito*. – Este relatório reformula o regulamento relativo aos processos de insolvência. O principal objetivo é proceder à revisão do Regulamento (CE) n.º 1346/2000 sobre insolvências transnacionais.

O regulamento em análise é aplicável aos processos coletivos públicos de insolvência, incluindo os processos provisórios, fundamentados na lei sobre insolvência e nos quais, para efeitos de recuperação, ajustamento da dívida, reorganização ou liquidação.

Harald Vilimsky (NI), *schriftlich*. – Über die Änderung der Verordnung der Europäischen Union in Bezug auf Insolvenzverfahren wurde bereits im Ausschuss abgestimmt, und der Text wurde dem Parlament zur ersten Lesung vorgelegt. Dennoch möchte ich festhalten, dass die Verordnung meine Zustimmung erfahren hätte, da die von MdEP Zwiefka vorgelegten Papiere einige wichtige Änderungen für Insolvenzverfahren bedeuten würden.

Inês Cristina Zuber (GUE/NGL), *por escrito*. – O propósito deste relatório é a reformulação do regulamento relativo aos processos de insolvência. O principal objetivo é proceder à revisão do Regulamento (CE) n.º 1346/2000 sobre insolvências transnacionais.

Este texto é o resultado das negociações com o Conselho. Não tendo havido nenhuma alteração de rejeição, o Presidente declarou-o aprovado.

O regulamento em análise é aplicável aos processos coletivos públicos de insolvência, incluindo os processos provisórios, fundamentados na lei sobre insolvência e nos quais, para efeitos de recuperação, ajustamento da dívida, reorganização ou liquidação: o devedor é total ou parcialmente privado dos seus bens; é nomeado um administrador de insolvência; os negócios ficam sob o controlo e fiscalização de um órgão jurisdicional ou é ordenada uma suspensão temporária de ação executiva.

Nos casos em que apenas existe uma probabilidade de insolvência, decidiu-se na negociação que a finalidade deve ser a de evitar a falência do devedor ou a cessação da sua atividade, o que nos parece positivo. Relativamente aos créditos dos trabalhadores, nada é alterado, não lhes sendo reconhecidos privilégios creditórios, o que consideramos negativo.

11.6. Autocertificação de importadores de certos minerais provenientes de zonas de conflito e de alto risco (A8-0141/2015 - Iuliu Winkler)

Dichiarazioni di voto orali

Neena Gill (S&D). – Mr President, I very much welcome the fact that we did actually postpone the final vote on conflict minerals and that it is going to trilogue. But I am deeply disappointed by the position adopted by the EPP and ECR groups on blocking mandatory due diligence across the supply chain for conflict minerals. They know as well as we do that we will be able to make sure the minerals in our smartphones, tablets and computers are not mined by men, women and children who are exploited like slaves in Third World mines only if all the operators involved, from A to Z, are covered by mandatory rules requiring them to check on the presence of conflict minerals in their supply chains. Otherwise, given that there are hardly any smelters or refiners in the EU, conflict minerals could continue to be sold to suppliers and manufacturers by smelters primarily based in China.

The position of these groups is all the more difficult to understand knowing that the proposed rules do not entail a high price to be paid by companies. Due diligence obligations are tailored to the company's individual circumstances, size, leverage and position in the supply chain. They do not entail bureaucracy, and our group, the S&D Group, has proposed that micro—enterprises be excluded from this regulation.

Beatriz Becerra Basterrechea (ALDE). – Señor Presidente, Europa tiene la oportunidad única y la obligación moral de poner fin al comercio de minerales obtenidos en condiciones que violan los derechos humanos. Tenemos que deshacernos de prejuicios y preguntar a las empresas. Las buenas, las responsables, las que respetan las normas están más que dispuestas a incorporarse a esta cadena de limpieza, trazabilidad y responsabilidad social corporativa. Es fundamental involucrarlas en este empeño conjunto para que puedan realizar sus mejores esfuerzos de transparencia y compromiso.

Como representantes elegidos por la ciudadanía europea, es nuestra obligación actuar de forma inequívoca y tajante, no solo sobre el tratamiento de minerales como el coltán, sino sobre toda la cadena de producción, distribución y suministro. El doctor Mukwege, nuestro premio Sájarov, no ha dejado de reclamarlo. Se lo debemos. Si no actuamos con contundencia, Europa estará siendo cómplice de una auténtica barbarie.

Jude Kirton-Darling (S&D). – Mr President, last year we gave several standing ovations to Dr Mukwege, our Sakharov Prize winner, for his tireless work to treat women and children. They are the real victims of the trade in conflict minerals. Dr Mukwege called for comprehensive and mandatory rules and from across this House we applauded his appeal. Today, we have followed through in our votes.

Voluntary due diligence has been shown to be inadequate, and a narrow focus only on smelters and refineries would only serve to undermine our EU foundation industries in the long term. We have voted for effective and mandatory rules that apply to all the key actors involved in the trade of minerals across the supply chain. I voted for the report today to show that we are willing to follow through on our applause in this Chamber with real action to improve human rights in conflict regions around the world.

Daniel Dalton (ECR). – Mr President, we all want to curtail opportunities for armed groups and break links between minerals and conflicts, but we have to do it sensibly. Unfortunately I cannot support this report because of the last--minute amendment that was pushed in to impose a mandatory – as opposed to voluntary – system.

I support a voluntary system with mandatory due diligence, as the Committee on International Trade had proposed. A mandatory approach will fundamentally damage the economy of conflict-affected areas around the world – for example, the Democratic Republic of the Congo, where mining is almost the only source of income in many areas. The Dodd-Frank Act in the USA showed the folly of a mandatory approach. It showed that it is virtually impossible to comply with such regulations, and companies in the US now avoid most of these areas completely. The end result is that very poor regions cannot sell their minerals at all or sell them to countries with no responsible sourcing schemes – completely undermining the whole idea of the legislation.

This is bad legislation: it will not deal with the real issue and all it will do is penalise the poorest people in the world.

Martina Anderson (GUE/NGL). – Mr President, I voted in favour of this report concerning due diligence for conflict minerals as important amendments, such as amendments 154 and 155, were passed, supporting a meaningful obligatory system. The responsible sourcing by industry and business of minerals from conflict areas is of great importance given that the EU is one of the biggest markets for such minerals. The exports of these minerals by armed groups often finance continuing violence with terrible implications for human rights, as well as arresting development in the countries concerned.

The Commission's proposals did nothing meaningful to address and inform or to avoid importation of conflict minerals into the EU. Unfortunately, the committee proposals were not very ambitious, so I supported progressive, meaningful amendments for the obligatory system of due diligence that would apply to all levels of the supply chain, and that would include all conflict minerals.

Dichiarazioni di voto scritte

Lars Adaktusson (PPE), *skriftlig*. – Årets Sacharov-pristagare, Denis Mukwege, har påmint oss om de oerhörda konsekvenser som exporten av konfliktmineraler innebär för befolkningen i hans land. Eftersom problemet är som störst i just Demokratiska Republiken Kongo och Stora sjöregionen har jag i egenskap av skuggföredragande för EPP-gruppen i utrikesutskottet agerat för en lagstiftning som fokuserar på detta område.

EPP:s linje innebär en tvingande lagstiftning för raffinaderier och importörer. I stort sett samtliga mineraler som köps av EU-företag går genom dessa kanaler, och att fokusera på dessa länkar i leverantörskedjan är en träffsäker åtgärd som lägger grunden för att företag ska kunna idka tillbörlig aktsamhet samtidigt som vi slår vakt om jobb och tillväxt.

Detta tillsammans med ett aktivt EU-stöd till regionala initiativ för konfliktfri mineralutvinning stärker förutsättningarna för den legitima verksamheten och för att bryta kopplingen mellan utvinning av mineraler och finansiering av väpnade grupper.

Att jag förordar denna hållning beror också på att det finns flera lagstiftningsförslag som skrinlagts på grund av oenighet mellan parlamentet och rådet. Nästan samtliga medlemsstater står bakom kommissionens linje om frivillig självcertifiering. Att Europaparlamentet intar en tuffare hållning än kommissionen är bra, men en konstruktiv förhandling med medlemsstaterna är avgörande för att en lagstiftning om konfliktmineraler ska bli verklighet.

Clara Eugenia Aguilera García (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de establecer un sistema obligatorio de trazabilidad de los minerales extraídos en áreas afectadas por conflictos, porque es la única vía para combatir de manera efectiva el nexo entre su comercialización y la financiación de organizaciones violentas armadas.

Hasta la fecha sólo el 4% de las empresas afectadas se han acogido a un sistema de certificación voluntaria para garantizar que los minerales con los que comercian y que llevamos en nuestros móviles, ordenadores y otros muchos productos que usamos a diario, no están manchados de sangre.

El Parlamento Europeo ha concedido el premio Sajarov al Dr. Mukwege, que ha atendido en el Congo a cerca de 40.000 de mujeres y niñas, a las que ha tenido que «recomponer» por las atrocidades a las que habían sido sometidas por los grupos violentos, y aboga por la obligatoriedad del sistema de certificación.

Aun así, el ponente, del Grupo Popular, ha defendido una regulación voluntaria porque «respeta y garantiza el funcionamiento de los mercados y crea un marco viable para las empresas».

Frente a esto, los Socialistas defendemos «respeto y garantía de los derechos humanos y un marco viable para la dignidad de las personas».

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL), *por escrito*. – El objetivo de la presente regulación debería ser el de obtener un mayor control de ciertos minerales o metales originarios de zonas de conflicto y de alto riesgo, para evitar que financien la desestabilización y la violencia en zonas en las que, por el contrario, la presencia de estos materiales debería servir al desarrollo sostenible y pacífico de la economía local.

La regulación tiene enormes carencias que ponen en duda su utilidad: se restringe injustificadamente el número de materiales que deben acreditarse; el control de las importaciones queda en manos de las propias compañías, de quien no cabe esperar que declaren sus actividades en zonas de conflicto; no se toma en cuenta que la mayoría de estos materiales se procesan antes de entrar en el mercado europeo, por lo que la mayor parte del tráfico queda excluido de esta legislación. Por ello, he votado en contra.

Martina Anderson (GUE/NGL), *in writing*. – I voted in favour of the amended proposal on conflict minerals. The proposal concerned minerals whose export profits are often used as a means of funding armed groups in the developing world, which fuels human rights violations, etc. The EU is one of the biggest markets for these materials.

I voted in favour of a number of strong amendments from my political group GUE/NGL and other groups which aimed at getting the system of due diligence made mandatory and expanding the list of minerals included beyond the four proposed by the Commission.

While not all of the amendments I supported were passed, amendments calling for the due diligence system to be made mandatory and applying it throughout the supply chain were adopted.

For this reason I voted in favour of the amended proposal.

Pascal Arimont (PPE), *schriftlich*. – Ich begrüße den Kommissionsvorschlag, der den Einführern aus der EU die Möglichkeit gibt, ihre laufenden Bemühungen, beim rechtmäßigen Handel mit Marktteilnehmern in Konfliktgebieten saubere Lieferketten sicherzustellen, durch eine Selbstzertifizierung weiter zu vertiefen, wodurch letztlich dazu beigetragen werden soll, die Finanzierung bewaffneter Gruppen und Sicherheitskräfte durch Erträge aus dem Mineraliengeschäft in Konfliktgebieten einzudämmen. Ich bin jedoch zugleich der Meinung, dass hierbei einen Schritt weiter gegangen werden sollte, und habe deshalb Änderungsanträge unterstützt, die zumindest vorgelagerte Unternehmen dazu verpflichten würden, die OECD-Leitlinien anzuwenden sowie Informationen über ihre Sorgfaltspflicht in Bezug auf verantwortungsvolle Beschaffung zu veröffentlichen.

Marie-Christine Arnautu (NI), *par écrit*. – Ce texte vise à restreindre et à donner un cadre précis au commerce de minerais dans les zones de guerres ou de conflits violents actuels ou à venir.

Nombre de groupes factieux, de terroristes ou d'islamistes radicaux parviennent à se procurer armes et munitions grâce à l'exploitation de ces minerais dits «de sang». C'est notamment le cas dans la région des Grands Lacs en Afrique. La proposition de la Commission n'est pas, en l'occurrence, satisfaisante puisqu'elle retient un mécanisme d'autocertification pour les entreprises qui importeraient des métaux en Europe.

Le Parlement a imposé que les entreprises vérifient que leur chaîne d'approvisionnement n'est pas corrompue par des minerais de sang. Ce texte, bien qu'animé par une intention louable, n'est pas assez satisfaisant pour que je vote pour. Je me suis donc abstenue.

Jonathan Arnott (EFDD), *in writing*. – Too many amendments were passed on this issue which sought to impose an unacceptable regulatory burden on businesses. Insufficient account was taken of the ability for small businesses to comply with this legislation. For that reason, I felt that I had little choice but to vote against. I believe that there should indeed be tough legislation against the import of conflict minerals, but that legislation should be a) proportionate and b) determined by national parliaments.

Jean Arthuis (ALDE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de cette proposition modifiée car, avec l'adoption de ce rapport, toute fonderie et toute raffinerie européenne ainsi que tout importateur devront dès à présent certifier obligatoirement que leurs minerais importés sont propres et ne proviennent pas de zones de conflits. Dans le même temps, les PME européennes bénéficieront d'une aide financière pour mettre en place une traçabilité sur ces minerais et se voir alors octroyer un label *conflict-free*.

Petras Auštrevičius (ALDE), *in writing*. – The EU is one of the biggest importers of minerals and metals originating in conflict areas. This means that trade of such minerals cannot be treated as an isolated issue but should be considered in the broader EU foreign and security policy context.

Taking this fact into account, the EU should establish regulatory mechanisms in order to make sure that trade in such minerals will not result in financing of military groups or indirectly contribute to human rights violations in the countries of extraction. In the absence of such regulation, such trade subsequently undermines EU peacekeeping efforts and results in ineffectiveness of EU aid.

Therefore, I am convinced that in order for ores and minerals to be sourced responsibly, the supply chain needs to be made more transparent. For this reason, I voted in favour of the EP resolution calling for mandatory compliance on implementing the OECD due diligence guidance on responsible sourcing of gold, tin, tantalum and tungsten originating in conflict—affected and high—risk areas.

Zigmantas Balčytis (S&D), *raštu*. – Balsavau už šį siūlymą, kurio tikslas – atsakingesnė prekyba naudingosiomis iškasenomis iš konflikto zonų. ES yra viena didžiausių alavo, tantalo, volframo ir aukso rinkų – joje veikia daugiau nei 400 šių rūdų ir metalų importuotojų. Nauju reglamentu sukuriama šių importuotojų, pasirinkusių atsakingai importuoti šiuos metalus į ES, pasitvirtinimo ES sistema. Pasitvirtinimui reikia, kad šių metalų ES importuotojai taikytų išsamaus patikrinimo principą stebėdami ir valdydami savo pirkimą ir pardavimą pagal EBPO išsamaus patikrinimo rekomendacijų penkis etapus. Taip siekiama apriboti ginkluotų grupuočių konfliktinėse zonose galimybes finansuoti savo veiklą iš alavo, tantalo, volframo ir aukso kasybos ir prekybos. Pritariu, kad būtina įpareigoti ES lydyklas ir rafinavimo įmones atlikti nepriklausomus auditus, įvertinančius, ar jos atsakingai perka naudingąsias iškasenas. Kad padidintų lydyklų ir rafinavimo įmonių atsakomybę visuomenei bei tiekimo grandinės skaidrumą ir palengvintų atsakingą naudingųjų iškasenų pirkimą, ES turėtų skelbti metinį ES ir pasaulio atsakingų lydyklų ir rafinavimo įmonių sąrašą.

Hugues Bayet (S&D), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de ce texte car il prévoit que l'UE certifie les importateurs européens d'étain, de tantale, de tungstène et d'or; ce qui permettra d'assurer qu'ils n'alimentent pas les conflits et les violations des droits de l'homme dans les zones de conflit.

Nous demandons également à la Commission de fournir aux microentreprises et aux petites et moyennes entreprises (PME) qui le souhaitent une aide financière à la certification à travers le programme COSME de la Commission (programme de l'UE pour la compétitivité des entreprises et des PME).

Il est essentiel de garantir à tous les citoyens des droits de travail décents!

Tiziana Beghin (EFDD), *per iscritto*. – La proposta di regolamento sui minerali dei conflitti è stata inviata direttamente al trilogo perché è stata raggiunta una maggioranza decisiva su alcuni emendamenti chiave proposti dal Movimento Cinque Stelle e dagli altri gruppi. Emendamenti essenziali per rendere la proposta efficace.

La proposta del relatore era fallata, inutile, inefficace e dannosa per i posti di lavoro in Europa, oltre che deleteria per le PMI. Era una proposta figlia di quel compromesso al ribasso che distrugge invece che creare, era una proposta scritta dalla Commissione ad uso e consumo delle multinazionali e a vantaggio dei mercanti di morte.

Io ho un messaggio per la Commissione: avete perso la battaglia! Adesso il Parlamento dovrà esprimere con il Consiglio una nuova posizione e il relatore dovrà capire che non ha una maggioranza per la sua proposta.

Bas Belder (ECR), *schriftelijk*. – Conflictmineralen moeten van de Europese markt geweerd worden. Tegelijkertijd moet worden voorkomen dat de lokale bevolking de dupe wordt van Europese wetgeving. Daarom steun ik een zelfcertificeringssysteem.

Verder wil ik benadrukken dat dergelijke wetgeving niet de oplossing, maar slechts een hulpmiddel is. De EU moet zich op het wereldtoneel inspannen voor het oplossen van conflicten en regeringen ondersteunen bij het doorvoeren van de noodzakelijke hervormingen.

Dominique Bilde (NI), *par écrit*. – Ce rapport concerne le mécanisme européen d'autocertification des importateurs de certains minerais et métaux originaires de zones de conflit ou à haut risque. Ce texte tente de répondre au problème des minerais exploités en zone de conflit, et ce de manière illégale.

Les importateurs de ces métaux ou minerais peuvent obtenir un certificat d'importateur responsable se basant sur un guide de l'OCDE en la matière. Les entreprises concernées doivent garder tous les éléments de traçabilité montrant qu'elles n'achètent pas à des mines illégales. Les vérifications sont faites par les États membres chaque année et les règles liées aux infractions sont faites par les États qui peuvent décider du retrait du certificat d'importateur responsable.

Je me suis abstenue sur ce rapport pour éviter la revente de minerais extraits dans des zones illégales tout en émettant des réserves sur la volonté de certains d'imposer nos valeurs européennes dans tous les pays du globe. Je pense en effet qu'il faut élargir le champ d'application de la législation à d'autres métaux et prendre des mesures beaucoup plus coercitives notamment à destination des entreprises de commercialisation.

José Blanco López (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de establecer un sistema obligatorio de trazabilidad de los minerales extraídos en áreas afectadas por conflictos, porque es la única vía para combatir de manera efectiva el nexo entre su comercialización y la financiación de organizaciones violentas armadas.

Hasta la fecha sólo el 4% de las empresas afectadas se han acogido a un sistema de certificación voluntaria para garantizar que los minerales con los que comercian y que llevamos en nuestros móviles, ordenadores y otros muchos productos que usamos a diario, no están manchados de sangre.

El Parlamento Europeo ha concedido el premio Sajarov al Dr. Mukwege, que ha atendido en el Congo a cerca de 40.000 de mujeres y niñas, a las que ha tenido que «recomponer» por las atrocidades a las que habían sido sometidas por los grupos violentos, y aboga por la obligatoriedad del sistema de certificación.

Aun así, el ponente, del Grupo Popular, ha defendido una regulación voluntaria porque «respeta y garantiza el funcionamiento de los mercados y crea un marco viable para las empresas».

Frente a esto, los Socialistas defendemos «respeto y garantía de los derechos humanos y un marco viable para la dignidad de las personas».

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *raštu*. – Balsavau už šį pranešimą, kuriame dėstoma, kad 2014 m. kovo 5 d. Europos Komisija pateikė pasiūlymą dėl teisėkūros procedūra priimamo akto, kuriuo siekiama apriboti ginkluotų grupuočių konfliktinėse ir didelės rizikos zonose galimybes finansuoti savo veiklą iš naudingųjų iškasenų kasybos ir prekybos gautomis lėšomis. Pagrindinis pasiūlymo tikslas – sudaryti įmonėms palankesnes sąlygas atsakingu būdu įsigyti alavo, tantalo, volframo ir aukso ir skatinti teisėtos prekybos kanalus. Komisija siūlo reglamento projektą (taip pat kaip atsaką į Parlamento rezoliucijas), kuriuo sukuriama alavo, tantalo, volframo ir aukso importuotojų, pasirinkusių atsakingai importuoti šiuos metalus į Sąjungą, pasitvirtinimo ES sistema. ES importuotojams reglamentu suteikiama galimybė nuodugniau vykdyti dabartinę veiklą, kuria siekiama užtikrinti teisėtos prekybos su šalių, kuriose vyksta konfliktai, ekonominės veiklos vykdytojais tiekimo grandinių švarumą. Kad padidintų lydyklų ir rafinavimo įmonių atsakomybę visuomenei bei tiekimo grandinės skaidrumą ir palengvintų atsakingą naudingųjų iškasenų pirkimą, ES siekia skelbti metinį ES ir pasaulio atsakingų lydyklų ir rafinavimo įmonių sąrašą.

Franc Bogovič (PPE), *pisno*. – Ureditev trgovine z minerali, ki predstavljajo največje naravno bogastvo revnih afriških držav, je nujno. Žalostno je, da imajo prebivalci teh držav od tega bogastva zelo malo, kvečjemu še večje trpljenje zaradi posledic njegovega nepoštenega izkoriščanja. Na eni strani imamo tako grozljivo izkoriščanje otrok, žensk in moških, na drugi strani milijonske dobičke trgovcev in tihotapcev z minerali, ki prehajajo v roke skorumpiranih združb in paravojaških milic. Na te grozovitosti je opozoril tudi dobitnik letošnje nagrade Saharov Denis Mukwege.

Glede na to, da je EU eden največjih uvoznikov mineralov, je sprejetje ukrepov za omejitev nepravične trgovine in preusmeritev dobičkov iz naslova te trgovine prvi korak k ozdravitvi ene izmed najbolj nevarnih bolezni, ki šibi afriško celino. Posledice te bolezni so oboroženi konflikti in terorizem, revščina, lakota ter nenazadnje milijoni beguncev.

Prepričan sem, da je ureditev področja trgovine z minerali daleč največja razvojna pomoč, ki jo lahko ponudimo afriškim državam. To je namreč osnova za to, da dobički te trgovine ostanejo v državi in se namenijo razvoju, izobraževanju idr.

Predlagano uredbo, ki uvaja sheme certificiranja v dobavni verigi z minerali ter tako izboljšuje njihovo sledljivost, sem z veseljem podprl.

Biljana Borzan (S&D), *napisan*. – Podržavam prijedlog kolegice Marie Arene da se kontrola uvede tijekom cijelog procesa nabave i uvoza sirovina iz ratnih područja. Potrošači moraju znati da prilikom kupovine primjerice mobilnog telefona ne financiraju ratni sukob.

Lynn Boylan (GUE/NGL), *in writing*. – I voted in favour of the amended proposal on conflict minerals. The proposal concerned minerals whose export profits are often used as a means of funding armed groups in the developing world, which fuels human rights violations, etc. The EU is one of the biggest markets for these materials.

I voted in favour of a number of strong amendments from my political group GUE/NGL and other groups which aimed at getting the system of due diligence made mandatory and expanding the list of minerals included beyond the four proposed by the Commission.

While not all of the amendments I supported were passed, amendments calling for the due diligence system to be made mandatory and applying it throughout the supply chain were adopted.

For this reason I voted in favour of the amended proposal.

Renata Briano (S&D), *per iscritto*. – Nella Repubblica democratica del Congo, in Zimbabwe, nella Repubblica Centrafricana, in Colombia, in Birmania e in altri Paesi i minerali sono estratti sotto il controllo di signori della guerra che sfruttano le popolazioni locali e le pongono in condizioni di schiavitù per finanziarsi con il loro commercio. Negli ultimi 40 anni il 60% dei conflitti avvenuti nei cosiddetti paesi in «via di sviluppo» è stato connesso con il commercio di risorse naturali, permettendo il finanziamento dei gruppi armati colpevoli di violenze contro la popolazione locale. Nella sola Repubblica democratica del Congo i conflitti legati al commercio dei minerali hanno causato dal 1995 ad oggi 3,5 milioni di morti, oltre mezzo milione di stupri e un numero imprecisato di violenze di ogni genere. Altri morti, altre violenze, altri stupri seguiranno se non facciamo qualcosa.

Noi europei rappresentiamo il 35% del commercio mondiale e siamo grandi importatori di stagno, tantalio, tungsteno e oro: per questo abbiamo la responsabilità di non voltarci dall'altra parte. Possiamo e dobbiamo votare a favore di un regolamento vincolante che imponga la pubblica tracciabilità dei minerali importati in Europa sin dal sito di acquisto: dalle nostre decisioni dipende la sorte di milioni di uomini, donne, bambini. Votiamolo tutti insieme.

Daniel Buda (PPE), *în scris*. – Criza financiară ce a lovit din plin sectoarele economice ale țărilor dezvoltate a scos la iveală vulnerabilitatea mecanismelor financiare și a readus în atenție resursele minerale, ca un potențial factor de dezvoltare. Fie că e vorba de metale prețioase sau minereuri și metale rare, esențiale în procesul tehnologic, ele trezesc dezbateri aprinse și conduc la conflicte. Avântul tehnologic înregistrat în ultima perioadă și extinderea pe orizontală a utilizării tehnologiei a dus, implicit, la creșterea cererii de resurse minerale. Există interese foarte mari care stau în spatele companiilor implicate în extracția minereurilor, iar vulnerabilitatea autorităților din zonele bogate în resurse creează premise pentru escaladarea conflictelor și încalcă în mod flagrant drepturile omului. Poate că nu ar trebui ignorat faptul că, dacă în trecut canalele de comunicare erau limitate, ne confruntăm astăzi cu un fenomen inedit datorită creșterii accesului tot mai larg la mediul virtual, care, prin rapiditatea și avalanșa de informații, contribuie semnificativ la intensificarea și perpetuarea conflictelor. Consider că avem nevoie de un cadru reglementat și transparent privind aprovizionarea responsabilă cu minerale în UE, care să asigure atât trasabilitatea minereurilor, cât și faptul că resursele financiare nu urmăresc destinații cu factor de risc în escaladarea conflictelor.

Elmar Brok (PPE), *schriftlich*. – Ein verbindliches System der Herkunftskontrolle bei Mineralien und Metallen aus Konfliktgebieten ist aus Gründen der Menschenrechte und der Vermeidung von Gewalt, Krieg, Verfolgung und Korruption dringend geboten. Ich halte den Ansatz der EVP-Fraktion, dafür einen realistischen und umsetzbaren Einstieg zu finden, für richtig.

Gianluca Buonanno (NI), *per iscritto*. – Mi sono astenuto. Pur comprendendo le ragioni alla base del provvedimento, non è con normative come queste che si può sperare di sradicare fenomeni di violenza, traffici illeciti o finanziamento di gruppi terroristici in aree di conflitto come quella, per esempio, del Congo.

Senza ombra di dubbio eventuali limiti o certificazioni di tipo obbligatorio per le aziende europee non fermeranno quelle cinesi che, anzi, non faranno altro che inserirsi ulteriormente nel mercato delle risorse minerali africane.

Soledad Cabezón Ruiz (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de establecer un sistema obligatorio de trazabilidad de los minerales extraídos en áreas afectadas por conflictos, porque es la única vía para combatir de manera efectiva el nexo entre su comercialización y la financiación de organizaciones violentas armadas.

Hasta la fecha sólo el 4% de las empresas afectadas se han acogido a un sistema de certificación voluntaria para garantizar que los minerales con los que comercian y que llevamos en nuestros móviles, ordenadores y otros muchos productos que usamos a diario, no están manchados de sangre.

El Parlamento Europeo ha concedido el premio Sajarov al Dr. Mukwege, que ha atendido en el Congo a cerca de 40.000 de mujeres y niñas, a las que ha tenido que «recomponer» por las atrocidades a las que habían sido sometidas por los grupos violentos, y aboga por la obligatoriedad del sistema de certificación.

Aun así, el ponente, del Grupo Popular, ha defendido una regulación voluntaria porque «respeta y garantiza el funcionamiento de los mercados y crea un marco viable para las empresas».

Frente a esto, los Socialistas defendemos «respeto y garantía de los derechos humanos y un marco viable para la dignidad de las personas».

Nicola Caputo (S&D), *per iscritto*. – Sono a favore della relazione in questione per chiedere che gli importatori di stagno, tantalio, tungsteno e oro destinati alla produzione di beni al consumo siano obbligati a ricevere la certificazione UE al fine di garantire che non alimentino conflitti e violazioni dei diritti umani nelle zone di guerra.

Ho inoltre votato a favore di un emendamento alla proposta della Commissione europea che introduce la tracciabilità obbligatoria per le 800 000 imprese dell'UE che utilizzano stagno, tungsteno, tantalio e oro, che sono presenti in molti prodotti di consumo in Europa, in particolare nei settori dell'industria automobilistica, dell'elettronica, dell'industria aerospaziale, dell'imballaggio, delle costruzioni, dell'illuminazione, dei macchinari industriali, così come nella gioielleria.

Infine, poiché le fonderie di metallo e le raffinerie d'oro rappresentano l'ultimo stadio in cui l'origine dei minerali può essere effettivamente tracciata, è necessario che queste siano sottoposte a un audit obbligatorio, svolto da soggetti terzi e indipendenti, per controllare se applicano le regole del «dovere di diligenza» progettate per aiutare le imprese del settore a non alimentare conflitti e violazioni dei diritti umani nelle zone di guerra.

Matt Carthy (GUE/NGL), *in writing*. – The proposal from the Commission was concerned with the responsible sourcing of certain minerals by companies in the EU from conflict areas. However, there were a number of problematic provisions in the proposal. A primary concern being that due diligence should be applied throughout the complete supply chain and not just to smelters and refiners. However, as amendments which were tabled in order to strengthen this proposal were passed in the vote, I voted in favour of this proposal.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD), *per iscritto*. – In plenaria siamo riusciti a votare un'importate modifica che mira a rendere obbligatorio, per ogni soggetto parte della catena di lavorazione di metalli preziosi e minerali, l'assicurazione che gli stessi non siano macchiati da violazioni dei diritti umani che spesso intervengono nella relativa filiera. Vista l'importanza dell'emendamento, è stato deciso di rinviare il testo al trilogo, ma sono felice di aver contribuito alla posizione presa dal Parlamento in difesa dei diritti umani.

Jean-Marie Cavada (ALDE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur d'un rapport qui, à mes yeux, pose les fondements d'un système efficace et réaliste et porte un coup d'arrêt au financement des conflits par l'exploitation des minerais de conflit par les belligérants.

En rendant la traçabilité des minerais obligatoire pour les acteurs-clés de la filière, l'on s'assure de la propreté des minéraux importés. Les aides qui seront apportées aux PME européennes dans la mise en œuvre de cette traçabilité rendent cette approche graduelle opérationnelle. L'octroi du label *conflict-free* doit être la consécration d'un système transparent et pacificateur.

Dans trois ans, il sera temps d'évaluer le fonctionnement de ce système et, pourquoi pas, d'accroître les obligations et le nombre de minerais concernés par cette législation si l'applicabilité du processus est démontrée.

Pour l'heure, l'on peut se féliciter d'avoir opté pour une ligne ambitieuse constituant une belle avancée pour la prévention des conflits armés liés aux minerais.

Dita Charanzová (ALDE), *in writing*. – We must have stronger mechanisms that support the respect of human rights and business transparency in the areas where minerals are extracted. To truly change things on the ground, we need a system that will work in practice. This is why I supported a mandatory due diligence system for all smelters, refiners and importers of minerals, because it can realistically be implemented and hit hard where it matters.

It is, however, simply not feasible to include a mandatory approach to all downstream companies in the supply chain. These companies would struggle to obtain the information from all their different suppliers, and it will be the SMEs that will mostly be penalised. If this mandatory system for all actually could work in practice, then it would have my full support. But as we have seen with the US example of Dodd-Frank, going further in legislation does not always mean we get the desired results.

Aymeric Chauprade (NI), *par écrit*. – J'ai préféré m'abstenir sur ce rapport qui prévoit la mise en place d'un mécanisme d'autocertification des importateurs de certains minerais et métaux originaires de zones de conflit ou à haut risque.

Certes, cette procédure permettra de limiter autant que possible ce qu'on appelle communément le trafic des diamants de sang, ou autre métaux précieux acquis de manière illégale ou violente. Le mécanisme européen s'appuierait sur les normes déterminées par l'OCDE en la matière qui permettent aux importateurs de métaux d'obtenir un certificat d'importateur responsable, notamment s'ils remplissent des obligations de diligence à l'égard de leur chaîne d'approvisionnement.

La traçabilité des métaux importée devrait ainsi être garantie et les activités de l'importateur vérifiées par un organisme tiers importateur, les États membres seront quant à eux chargés de vérifier l'application des règlements et, le cas échéant, de prendre les mesures correctives à une infraction constatée.

Cependant, les mesures telles que prévues par le texte conduiront à sanctionner de façon unilatérale les entreprises européennes en alourdissant les coûts de transformation de certains métaux, alors même que les entreprises concurrentes, notamment asiatiques, n'auront certainement pas à se soumettre à de telles contraintes.

Nessa Childers (S&D), *in writing*. – Today the European Parliament has shown that promotion and protection of human rights sits at the top of the agenda. Thanks to the approval of the proposed legislation on conflict minerals, the EU will endeavour to break the links between the trade and extraction of minerals, and the financing of armed conflicts.

Moreover, this proposed legislation will not just be about banning imports from conflict-affected areas, but also about creating a European market for responsibly—traded minerals sourced from conflict regions. We believe that the entire supply chain should be covered and follow internationally agreed 'due diligence'. In other words: a system of checks and reporting.

Lastly, we believe that every citizen in Europe should be sure that what they buy is not financing conflicts and human rights abuses.

Deirdre Clune (PPE), *in writing*. – Breaking the link between mineral extraction and trade and the financing of armed conflicts is the aim of a European Parliament report drafted by Iuliu Winkler MEP on self-certification of importers of minerals and metals originating in conflict-affected and high-risk areas.

We need a regulation which can be put in place soon and helps the people in the relevant conflict regions. We must prevent jeopardising small mines because of unrealistic legislation and that the local people are then unintentionally pushed into unemployment, smuggling or illegal activities.

Birgit Collin-Langen (PPE), *schriftlich*. – Ich habe für die Entschließung zur Kennzeichnung von Konfliktstoffen gestimmt. Mit einem verbindlichen System der Herkunftskontrolle und verpflichtender Transparenzregeln von Konfliktmineralien wollen wir den Zusammenhang zwischen Mineralstoffgewinnung und Handel und die Finanzierung von bewaffneten Konflikten beenden. Wir wollen auch die Menschen in den Konfliktregionen in unseren Fokus rücken. Ich bin mir sicher, dass die vorhandenen mineralischen Ressourcen ein erhebliches Entwicklungspotenzial für Afrika darstellen. Neue europäische Gesetzgebung darf nicht zu weiteren Konflikten und Gewalt in Afrika führen.

Lara Comi (PPE), *per iscritto*. – L'esigenza di spezzare il legame tra il commercio di alcuni minerali e il finanziamento dei conflitti armati si collega con la necessità di preservare e sviluppare un mercato europeo responsabile. In quest'ottica, credo sia importante istituire un sistema di autocertificazione per gli importatori, grazie al quale possano essere pienamente rispettati gli obblighi di *due diligence*.

Al tempo stesso ritengo non vada sottovalutata la ripercussione degli oneri di trasparenza ed autocertificazione, che rischierebbero di indurre gli operatori ad abbandonare le aree di conflitto, indebolendone gli obiettivi di sviluppo socio-economico.

Pertanto, auspicando il raggiungimento di un'ampia intesa politica, ho deciso di esprimere il mio voto positivo alla presente relazione.

Therese Comodini Cachia (PPE), *in writing*. – The main objective of this proposal is to help reduce the financing of armed groups and security forces through mineral proceeds in conflict-affected and high-risk areas by supporting and further promoting responsible sourcing practices of EU companies in relation to tin, tantalum, tungsten and gold originating from such areas. The proposal builds on existing international due diligence frameworks and principles. The EU is a major importer of these minerals and metals, and thus this regulation is likely to have an important impact on trade flows. As some important elements of the proposal which could have guaranteed the system being voluntary and concentrate on the upstream process have been rejected, I abstained.

Ignazio Corrao (EFDD), *per iscritto*. – Il 5 marzo 2014 la Commissione ha presentato una proposta legislativa volta a rendere più difficile, per i gruppi armati nelle zone di conflitto e ad alto rischio, finanziare le proprie attività attraverso l'estrazione e il commercio di minerali. Centrale in questo approccio è rendere più facile per le imprese procurarsi in maniera responsabile stagno, tantalio, tungsteno e oro nonché incoraggiare il ricorso a canali commerciali leciti.

Non ho potuto che votare a favore della presente relazione, in quanto dobbiamo responsabilizzare le persone coinvolte in un modo o nell'altro nell'uso dei minerali di conflitto. A tal fine, è necessario che tutti i soggetti coinvolti nella trasformazione e commercializzazione di questi prodotti garantiscano la tracciabilità di detti minerali (stagno, tantalio, tungsteno, oro). Con il mio voto favorevole intendo dare il mio contributo al fine di responsabilizzare non solo tutti gli attori coinvolti nell'importazione, ma anche le persone fisiche o giuridiche coinvolte nel consumo e nella vendita.

L'obbligatorietà su tutta la catena produttiva di tali misure di trasparenza e certificazione è imprescindibile per la nostra battaglia per la tutela dei diritti/doveri sociali ed ambientali.

Javier Couso Permuy (GUE/NGL), *por escrito***.** – El objetivo de la presente regulación debería ser el de obtener un mayor control de ciertos minerales o metales originarios de zonas de conflicto y de alto riesgo, para evitar que financien la desestabilización y la violencia en zonas en las que, por el contrario, la presencia de estos materiales debería servir al desarrollo sostenible y pacífico de la economía local. La regulación tiene enormes carencias que ponen en duda su utilidad: se restringe injustificadamente el número de materiales que deben acreditarse; el control de las importaciones queda en manos de las propias compañías, de quien no cabe esperar que declaren sus actividades en zonas de conflicto; no se toma en cuenta que la mayoría de estos materiales se procesan antes de entrar en el mercado europeo, por lo que la mayor parte del tráfico queda excluido de esta legislación. Por ello, he votado en contra.

Andrea Cozzolino (S&D), *per iscritto*. – Nelle zone del mondo dilaniate da conflitti, lo sfruttamento e il commercio delle risorse naturali permette ai gruppi armati, spesso colpevoli di violazioni dei diritti umani ai danni delle popolazioni, di finanziarsi. Restare inermi o far finta di non vedere è un crimine che l'Europa non può consentire né tollerare. Come non era tollerabile una iniziativa monca e limitata, quasi una testimonianza, di fronte a un problema enorme e dalle molteplici implicazioni.

Per questo, accogliendo l'invito che da mondi diversi ci è stato inoltrato, come Socialisti&Democratici abbiamo sostenuto con convinzione l'esigenza di ampliare lo spettro di applicazione della normativa, introducendo un regolamento obbligatorio e applicabile alle imprese a tutti i livelli della catena di approvvigionamento di minerali e metalli. Non si tratta di una nostra vittoria: un argomento così drammatico non può annoverare vincitori o vinti. Però siamo felici che la nostra ostinazione abbia fatto aprire gli occhi a molti e, sovvertendo il voto della commissione, abbia permesso l'introduzione di un criterio che riteniamo possa ridurre le capacità di sostentamento e finanziamento dei signori della guerra che da anni, scientificamente, insanguinano ampie regioni del mondo, per renderle instabili e poter più facilmente costruire i propri imperi criminali.

Pál Csáky (PPE), *írásban*. – Fontosnak tartom, hogy előmozdulás történjen a konfliktusok által érintett térségekből származó ásványokra vonatkozóan alkalmazott öntanúsítás uniós rendszerének létrehozásában, ugyanakkor az eredetigazolás kötelezővé tétele a gyártási láncolat előrehaladottabb lépéseiben túlzott gazdasági és adminisztratív terhet róna az európai közép- és kisvállalkozásokra. Támogatom azt az elképzelést, miszerint az ásványok származási országaiban erősíteni kell azokat az ellenőrzési mechanizmusokat, amelyek hozzájárulnak a rendszer forrásainak igazságos elosztásához.

Az európai rendszer céljának egy olyan kiegyensúlyozott szabályozás megalkotása kell legyen, amely elősegíti a fenntartható fejlődést a fegyveres konfliktusok övezte származási országokban, anélkül hogy e szabályok alkalmazásának embargóhoz hasonló gazdasági hatásai lennének.

Tekintettel arra, hogy a kulcsfontosságú kérdések megítélésében az Európai Parlament plénuma nem osztotta maradéktalanul a néppárti frakció által képviselt elveket, tartózkodtam a végső szavazásnál annak érdekében, hogy a párbeszéd az intézményközi egyeztetésben folytatódhasson.

Miriam Dalli (S&D), *in writing*. – I voted in favour of excluding conflict minerals from the EU market, both as raw materials and as manufactured products. I am in favour of a legally binding scheme to ensure traceability of tin, tungsten, tantalum and gold and to make sure that products sold in the EU should never fuel armed militias or foster human rights violations in conflict areas. This vote proves that the European Union cares about human rights and human dignity beyond empty declarations.

Nicola Danti (S&D), *per iscritto*. – Ho votato convintamente a favore della proposta di regolamento che istituisce un sistema europeo di autocertificazione dell'esercizio del dovere di diligenza nella catena di approvvigionamento per gli importatori responsabili di stagno, tungsteno, tantalio, dei loro minerali e di oro, originari di zone di conflitto e ad alto rischio.

Con il voto di oggi abbiamo, infatti, raggiunto il grande obiettivo di aumentare significativamente la tracciabilità di questi minerali e metalli. Dobbiamo però continuare a batterci perché questo Parlamento approvi una proposta ambiziosa ed efficace che contribuisca, da una parte, a spezzare l'inaccettabile legame esistente tra estrazione e commercio di tali risorse e finanziamento dei gruppi armati e che, dall'altra, tenga conto dell'effettiva capacità dei diversi operatori di monitorare e valutare i possibili rischi lungo la propria catena di fornitura, evitando oneri burocratici eccessivi, in particolare per PMI e microimprese.

Credo, inoltre, che riusciremo ad ottenere risultati significativi da questa proposta di regolamento solo se sapremo collocarla nel quadro più ampio di una coerente politica di cooperazione europea.

Michel Dantin (PPE), *par écrit*. – Le présent rapport propose de mettre en place un mécanisme européen d'autocertification pour les importateurs de certains minerais afin de rompre le lien entre l'extraction et le commerce de minerais, d'une part, et le financement des conflits armés, d'autre part.

Le rapport souhaite également soutenir le développement d'un marché européen pour les minerais exploités de manière responsable issus de zones de conflit et améliorer la capacité des opérateurs tout au long de la chaîne d'approvisionnement à se conformer à des devoirs de diligence.

Considérant que dans un dossier aussi complexe, il convenait de proposer un système juste et réaliste permettant d'atteindre les objectifs envisagés, j'ai décidé de soutenir l'établissement d'un système obligatoire en amont de la chaîne concernant les importateurs de minerais et les fonderies et affineries, et un système volontaire, en aval en ce qui concerne les petites et moyennes entreprises.

Soutenant les objectifs de ce rapport mais jugeant que le vote en plénière en faveur d'un système contraignant de traçabilité et de certification sur l'ensemble de chaîne d'approvisionnement, c'est à dire plus de 880 000 entreprises, sera difficile à mettre en place, j'ai décidé de ne pas bloquer les discussions à venir avec le Conseil et je me suis par conséquent abstenu sur ce texte.

Rachida Dati (PPE), *par écrit***. –** Par le vote de ce texte, nous avons franchi une étape importante au Parlement européen concernant l'importation des minerais provenant des zones de conflits armés.

J'ai voté en faveur d'une approche contraignante pour toutes les entreprises qui produisent, importent et transforment l'étain, le tantale, le tungstène et l'or. Cette obligation de transparence doit permettre à l'Union européenne d'arrêter de financer, malgré elle, par l'achat de minerais, les conflits et les violations des droits de l'homme, notamment en Afrique. Le Parlement peut désormais négocier avec le Conseil avec une position forte et ambitieuse.

Malgré la charge administrative qui peut peser sur les entreprises européennes à la suite de notre vote, je reste persuadée que seul un règlement ambitieux est à la hauteur de nos valeurs. L'Union européenne a ainsi aujourd'hui la possibilité d'être précurseur au niveau mondial en matière de transparence et de responsabilité sociétale dans ses rapports commerciaux avec les zones de conflits.

Philippe De Backer (ALDE), *schriftelijk***.** – Ik heb voor dit rapport gestemd omdat ik ervan overtuigd ben dat een strengere aanpak van conflictmineralen nodig is. Het mag niet zo zijn dat de mineralen die in onze huishoudtoestellen terechtkomen, gebruikt worden om conflicten te financieren, met als gevolg onmetelijk menselijk leed. Ik ben tegelijk blij dat we dit hebben kunnen doen op een manier die effectief is en die tegelijk ook haalbaar is voor onze – vaak kleinere – bedrijven, zonder onszelf te verliezen in een kluwen van regels en administratie.

Isabella De Monte (S&D), *per iscritto*. – La proposta di regolamento mira a istituire un sistema europeo di auto-certificazione dell'esercizio del dovere di diligenza per gli importatori europei di stagno, tungsteno, tantalio e di oro. Ho votato a favore di questa proposta perché ha l'obiettivo di contribuire a rompere il legame esistente tra estrazione e commercio di minerali provenienti da zone di conflitto o ad alto rischio e finanziamento di gruppi armati che controllano le zone di estrazione.

Marielle de Sarnez (ALDE), *par écrit*. – Nous avons tous un objectif commun: briser le lien entre l'exploitation des mines et les conflits armés. Pour nous, la traçabilité doit être obligatoire pour tous les acteurs-clés de la filière.

Avec le vote du Parlement européen, toute fonderie, toute affinerie européenne et tout importateur devront dès à présent certifier obligatoirement que leurs minerais importés sont propres et ne proviennent pas de zones de conflits. En même temps, les PME européennes bénéficieront d'une aide financière pour mettre en place une traçabilité sur ces minerais et se voir alors octroyer un label *conflict-free*.

Au bout de trois ans, nous avons une clause de rendez-vous. Nous pourrons faire le point sur ce règlement, évaluer très concrètement ce qui a fonctionné et ce qui n'a pas fonctionné. La Commission pourra alors accroître les obligations, et nous pourrons aussi élargir le nombre de minerais qui sont concernés par cette législation. Cette législation européenne pourra alors servir de modèle afin de créer une dynamique positive dans d'autres régions du monde.

Le Parlement doit désormais négocier avec le Conseil en trilogue sur la base des amendements adoptés en vue d'un compromis en première lecture.

Angélique Delahaye (PPE), *par écrit*. – Je me suis abstenue sur le vote final car le texte adopté en plénière ne me semble pas réaliste, néanmoins je ne souhaitais pas le bloquer par un vote négatif puisque je partage pleinement l'objectif principal, qui est de rompre le financement des groupes armés par le commerce de ces quatre minerais originaires de zones de conflit ou à haut risque.

Je crains que ce qui a été voté soit difficilement applicable car il est demandé à plus de 800 000 entreprises (multinationales comme PME) de mettre en place un système contraignant impliquant notamment la réalisation d'audits. J'ai donc souhaité, via mes votes sur les amendements, soutenir une approche réaliste et progressive allant au-delà de la proposition de la Commission. Je souhaitais la mise en place d'un système obligatoire en amont de la chaîne (importateurs de minerais et fonderies/affineries) et volontaire en aval (entreprises) avec la mise en place d'un label. Cette approche permettait dans un premier temps une responsabilisation des acteurs et dans un deuxième temps, via la révision du règlement, un renforcement des mesures préparées et donc applicables.

Andor Deli (PPE), *írásban*. – Tekintettel arra, hogy a kulcsfontosságú kérdések megítélésében a plénum nem osztotta maradéktalanul a magyar néppárti frakció és az EPP által képviselt elveket, nem tehettem mást, minthogy tartózkodtam a végső szavazásnál annak érdekében, hogy a párbeszéd az intézményközi egyeztetésben folytatódhasson. Az eredetigazolás kötelezővé tétele a gyártási láncolat előrehaladottabb lépéseiben túlzott gazdasági és adminisztratív terhet róna az európai közép- és kisvállalkozásokra, ugyanakkor az ásványok származási országaiban erősíteni kell azokat az ellenőrzési mechanizmusokat, melyek hozzájárulnak a rendszer forrásainak igazságos elosztásához. Ezért célom egy olyan kiegyensúlyozott szabályozás megalkotása, amely elősegíti a fenntartható fejlődést a fegyveres konfliktusok övezte származási országokban, anélkül hogy e szabályok alkalmazásának embargóhoz hasonló gazdasági hatásai lennének.

Gérard Deprez (ALDE), *par écrit*. – Je suis particulièrement heureux du vote ambitieux du Parlement européen en faveur d'une obligation de traçabilité de la chaîne d'approvisionnement et de transformation des minerais et métaux dont l'exploitation est un enjeu majeur dans les zones de conflits.

Toutes les entreprises européennes impliquées dans l'importation, la transformation et la commercialisation de ces minerais et métaux, y compris celles qui se trouvent en amont, devront faire preuve de transparence et fournir des informations sur les mesures qu'elles prennent pour identifier et traiter les risques dans leurs chaînes d'approvisionnement. Celles qui se trouvent en aval devront communiquer la source de leur approvisionnement.

Cette avancée décisive a pu être réalisée grâce au vote des amendements déposés par Louis Michel, moi-même et quelques autres députés. Ce vote donnera un coup d'arrêt, je l'espère, au financement des guerres et rébellions par l'exploitation des minerais de sang. J'attends maintenant que le Conseil prenne ses responsabilités au cours du trilogue qui va s'engager dans les prochains jours.

Tamás Deutsch (PPE), *írásban***.** – Tekintettel arra, hogy a kulcsfontosságú kérdések megítélésében a plénum nem osztotta maradéktalanul a magyar néppárti frakció és az EPP által képviselt elveket, nem tehettem mást, minthogy tartózkodtam a végső szavazásnál annak érdekében, hogy a párbeszéd az intézményközi egyeztetésben folytatódhasson.

Az eredetigazolás kötelezővé tétele a gyártási láncolat előrehaladottabb lépéseiben túlzott gazdasági és adminisztratív terhet róna az európai közép- és kisvállalkozásokra, ugyanakkor az ásványok származási országaiban erősíteni kell azokat az ellenőrzési mechanizmusokat, melyek hozzájárulnak a rendszer forrásainak igazságos elosztásához.

Ezért célom egy olyan kiegyensúlyozott szabályozás megalkotása, amely elősegíti a fenntartható fejlődést a fegyveres konfliktusok övezte származási országokban, anélkül hogy e szabályok alkalmazásának embargóhoz hasonló gazdasági hatásai lennének.

Diane Dodds (NI), *in writing*. – It is absolutely right that action be taken to ensure that the EU supply chain is both protected and regulated in terms of the trade of conflict minerals – which has been proven to fuel criminality and which devastates local communities in war-torn parts of Africa and South America.

As with all legislation, however, there is a balance to be struck. Despite supporting the overarching premise of transparency, I believe it is vital to ensure that reputable firms with long-standing economic benefits are treated fairly and not put under undue regulatory burdens in order to fulfil these requirements. This I feel was the most consistent and proportionate basis upon which to approach this report.

What is needed now is a rigorous review process, in order to safeguard businesses from disproportionate burdens, as well as clear and tangible efforts to ensure that smaller enterprises that stand to be affected have access to funding through relevant EU programmes to tackle the cost of gaining certification.

Ian Duncan (ECR), *in writing*. – The main objective of this proposal is to help reduce the financing of armed groups and security forces through mineral proceeds in conflict-affected and high-risk areas by supporting and further promoting responsible sourcing practices of EU companies in relation to tin, tantalum, tungsten and gold originating from such areas.

Such importers of minerals or metals within the scope of the regulation may self-certify as responsible importers by declaring to a Member State competent authority that they adhere to the supply chain due diligence obligations set out in the regulation. The declaration shall contain documentation in which the importer confirms its adherence to the obligations, including results of the independent third-party audits carried out.

Following the vote in the INTA Committee, the proposal was amended to make such efforts at due diligence a mandatory legal obligation for smelters and refiners which import such minerals into the EU.

Ангел Джамбазки (ECR), *в писмена форма*. – Много е важно ние като Европейски парламент да изпращаме силно послание към въоръжените терористични групи.

Повечето от техните финансови източници са свързани с мините или минералните търговски дейности. Ако искаме да ги спрем, трябва да направим невъзможно за тях финансирането посредством тези високо печеливши пазари. Да не забравяме, че ние сме повече от всякога пряко засегнати от този проблем.

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), *γραπτώς*. – Καταψηφίζουμε την συγκεκριμένη πρόταση γιατί την κρίνουμε ως μη ρεαλιστική και μη εφαρμόσιμη. Είναι εκτός πραγματικότητας το να ζητά η Επιτροπή να εντοπίζονται τα συγκεκριμένα μέταλλα σε όλες τις περιόδους και με τις συνεχώς μεταλλασσόμενες μορφές τους για να επιβάλει την «κοινωνική δικαιοσύνη». Αν θέλει η ΕΕ να σταματήσει να ενισχύει ορυχεία και επιχειρήσεις οι οποίες δεν είναι «πολιτικά ορθές» ή επειδή βρίσκονται σε εμπόλεμες ζώνες μπορεί να πράξει με οικονομικά μέτρα όπως έπραξε, λανθασμένα, άλλωστε και στην περίπτωση της Ρωσίας. Θα ξοδευτούν δισεκατομμύρια χωρίς να υπάρχουν προβλέψιμα αποτελέσματα και στο τέλος το μόνο αποτέλεσμα που θα είναι σίγουρο είναι ότι θα προχωρήσουμε ακόμα ένα βήμα προς την παγκοσμιοποίηση.

Norbert Erdős (PPE), *írásban*. – Egyetértek azzal a törekvéssel, hogy az EU a jelenleginél hatékonyabban léphessen fel a konfliktusos övezetekben működő fegyveres csoportok finanszírozása ellen, amelynek egyik formája, hogy ezek a csoportok ásványbányászat és -kereskedelem révén finanszírozzák tevékenységeiket. Ezért kínáljunk a jelentős ásványok, mint elsősorban az arany, de az ón, tantál, volfrám beszerzésére is alternatív megoldásokat, olyanokat, amelyekkel könnyen és jogszerűen lehet beszerezni ezeket az ásványokat. A javasolt önkéntes öntanúsítási rendszer jó eszköz lehet az importőrök számára, akik úgy döntenek, hogy felelősségteljesen végzik ezt a tevékenységet.

Ezzel a jogszabállyal az Unió hozzájárul azon nemzetközi erőfeszítésekhez, amelyek az erőforrásokban gazdag, de fegyveres konfliktusoknak kitett országok – például az afrikai Nagy-tavak régió – problémáinak megoldására irányulnak. A fentiekre tekintettel szavazatommal támogattam a jogszabály-javaslatot.

Jill Evans (Verts/ALE), *in writing*. – I was happy to vote in favour of the proposal by the Greens/EFA Group to make the legislation stronger, and welcome the support of Parliament for this. A strong and comprehensive legislative response was needed. My constituents in Wales demanded no less.

Eleonora Evi (EFDD), *per iscritto*. – Per *conflict minerals* s'intendono i minerali estratti in zone di conflitto e il cui commercio sovvenziona gruppi armati, omicidi e abominii di ogni genere.

Gli elementi presi in considerazione sono quattro: l'oro, il tungsteno, il tantalio e lo stagno, tutti indispensabili per fabbricare prodotti tecnologici.

La relazione definisce le condizioni necessarie per essere certificati come «importatori responsabili» dei minerali e metalli contemplati. Essa si basa su un regime di dovere di diligenza che consente agli importatori dell'UE di applicare i principi e le misure definiti dall'OCSE e, quindi, di contrastare il rischio di finanziamento dei gruppi armati e delle forze di sicurezza e di ridurre ogni altro effetto negativo, compresi eventuali gravi violazioni associate all'estrazione, al trasporto o al commercio dei minerali in questione.

Il M5S ritiene che esista un punto di equilibrio per non gravare sulle PMI, già martoriate dalla crisi economica, e tutelare allo stesso tempo i diritti umani.

Nei voti in plenaria è prevalsa l'obbligatorietà, proposta dal M5S, sia nell'*upstream* che nel *downstream* e ciò ha determinato il mio voto favorevole all'intera proposta della Commissione così come emendata in plenaria.

Fredrick Federley (ALDE), *skriftlig*. – Det är viktigt att importörer tvingas redovisa att brytningen av mineraler inte finansierar väpnade konflikter, men denna kontroll måste ske på ett praktiskt genomförbart sätt. Min linje i denna omröstning var därför att stödja stenhårda krav men samtidigt undvika att lägga en tung administrativ börda på varje enskild företagare i Europa som säljer varor med mineraler.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Este projeto de resolução estabelece um sistema de autocertificação, no quadro do dever de diligência nas cadeias de aprovisionamento dos importadores de estanho, tungsténio, tântalo e ouro provenientes de zonas de conflito e de alto risco, reduzindo, assim, o financiamento ilegal de exércitos e outros grupos armados em áreas de conflito. O projeto de regulamento dá aos importadores europeus a possibilidade de reforçarem os seus esforços para assegurar cadeias de aprovisionamento transparentes, quando comercializam de forma legítima com empresas e outros atores em países em conflito. Para aumentar a responsabilização, melhorar a transparência das suas cadeias de aprovisionamento e facilitar o aprovisionamento responsável, a UE pretende publicar listas anuais das empresas responsáveis. Com mais de 400 importadores, a UE está entre os maiores mercados para estanho, tungsténio, tântalo e ouro.

Jonás Fernández (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de establecer un sistema obligatorio de trazabilidad de los minerales extraídos en áreas afectadas por conflictos, porque es la única vía para combatir de manera efectiva el nexo entre su comercialización y la financiación de organizaciones violentas armadas.

Hasta la fecha sólo el 4% de las empresas afectadas se han acogido a un sistema de certificación voluntaria para garantizar que los minerales con los que comercian y que llevamos en nuestros móviles, ordenadores y otros muchos productos que usamos a diario, no están manchados de sangre.

El Parlamento Europeo ha concedido el premio Sajarov al Dr. Mukwege, que ha atendido en el Congo a cerca de 40.000 de mujeres y niñas, a las que ha tenido que «recomponer» por las atrocidades a las que habían sido sometidas por los grupos violentos, y aboga por la obligatoriedad del sistema de certificación.

Aun así, el ponente, del Grupo Popular, ha defendido una regulación voluntaria porque «respeta y garantiza el funcionamiento de los mercados y crea un marco viable para las empresas».

Frente a esto, los Socialistas defendemos «respeto y garantía de los derechos humanos y un marco viable para la dignidad de las personas».

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – A escassez persistente de matérias—primas a nível global está na origem de muitos conflitos internos, regionais, crimes contra a humanidade, ingerências, permanentes violações da sua soberania e integridade territorial dos Estados, quase sempre com a cumplicidade de organizações internacionais e potências estrangeiras – interessados em manter o controlo de recursos.

Pese embora os limites óbvios de mecanismos deste tipo, admitimos poder ser pertinente discutir mecanismos de certificação de importadores de minerais provenientes de zonas de conflito e de alto risco, criando mecanismos de rastreabilidade que permitam identificar as matérias-primas originárias destas zonas.

A proposta original apenas contemplava uma parte dos minerais comercializados e não ia além do primeiro elo da cadeia de valor, esquecendo deliberadamente a miríade de produtos finais e intermédios onde estas matérias-primas são incorporadas. Uma proposta de alteração aprovada durante a votação (contra a posição da direita do parlamento e da Comissão Europeia) obviou estas limitações, alargando o leque de matérias-primas contempladas e abarcando outros elos da cadeia de valor, que ficam igualmente sujeitos a regras de rastreabilidade, assim se eliminando um cariz ineficaz e perverso da proposta original.

Apesar de se manterem outro tipo de limitações, votámos favoravelmente, valorizando estas alterações.

Monika Flašíková Beňová (S&D), *písomne*. – Je dôležité, aby sa Európska únia všetkými možnými dostupnými prostriedkami pokúšala o obmedzenie financovania ozbrojených skupín prostredníctvom ťažby a predaja nerastných surovín v konfliktných oblastiach. Európska komisia si od tohto návrhu sľubuje, že dovozcovia špecifických kovov do Európskej únie budú predchádzať poškodzovaniu v dolnej časti reťazca, a to sledovaním a spravovaním svojich nákupov a predaja v súlade s usmerneniami organizácie OECD. Je veľmi dôležité, že Európska únia sa zameriava na všetky spoločnosti na celom svete a nie len na určitú malú skupinu v určitej oblasti. Európska únia musí spolupracovať so zodpovednými podnikmi a podporovať zákonný obchod.

Λάμπρος Φουντούλης (NI), *γραπτώς*. – Καταψηφίζω την συγκεκριμένη έκθεση καθώς την κρίνω ως μη ρεαλιστική και μη εφαρμόσιμη. Είναι εκτός πραγματικότητας το να ζητά η Επιτροπή να εντοπίζονται τα συγκεκριμένα μέταλλα σε όλες τις περιόδους και με τις συνεχώς μεταλλασσόμενες μορφές τους για να επιβάλει την «κοινωνική δικαιοσύνη». Αν θέλει η ΕΕ να σταματήσει να ενισχύει ορυχεία και επιχειρήσεις οι οποίες δεν είναι «πολιτικά ορθές» ή επειδή βρίσκονται σε εμπόλεμες ζώνες, μπορεί να το πράξει με οικονομικά μέτρα όπως έπραξε, λανθασμένα, άλλωστε και στην περίπτωση της Ρωσίας. Θα ξοδευτούν δισεκατομμύρια χωρίς να υπάρχουν προβλέψιμα αποτελέσματα και στο τέλος το μόνο σίγουρο αποτέλεσμα θα είναι ότι θα προχωρήσουμε ακόμα ένα βήμα προς την παγκοσμιοποίηση.

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *in writing*. – I believe voluntary provisions, concerning only a simple link on the supply chain, are not enough to prevent the spread of conflicts. Mandatory transparency requirements for the entire chain would make the real difference.

Kinga Gál (PPE), *írásban*. – Tekintettel arra, hogy a kulcsfontosságú kérdések megítélésében a plénum nem osztotta maradéktalanul a magyar néppárti frakció és az EPP által képviselt elveket, nem tehettem mást, minthogy tartózkodtam a végső szavazásnál annak érdekében, hogy a párbeszéd az intézményközi egyeztetésben folytatódhasson.

Az eredetigazolás kötelezővé tétele a gyártási láncolat előrehaladottabb lépéseiben túlzott gazdasági és adminisztratív terhet róna az európai közép- és kisvállalkozásokra, ugyanakkor az ásványok származási országaiban erősíteni kell azokat az ellenőrzési mechanizmusokat, melyek hozzájárulnak a rendszer forrásainak igazságos elosztásához.

Ezért célom egy olyan kiegyensúlyozott szabályozás megalkotása, amely elősegíti a fenntartható fejlődést a fegyveres konfliktusok övezte származási országokban, anélkül hogy e szabályok alkalmazásának embargóhoz hasonló gazdasági hatásai lennének.

Ildikó Gáll-Pelcz (PPE), *írásban*. – Tekintettel arra, hogy a kulcsfontosságú kérdések megítélésében a plénum nem osztotta maradéktalanul a magyar néppárti frakció és az EPP által képviselt elveket, nem tehettem mást, minthogy tartózkodtam a végső szavazásnál annak érdekében, hogy a párbeszéd az intézményközi egyeztetésben folytatódhasson. Az eredetigazolás kötelezővé tétele a gyártási láncolat előrehaladottabb lépéseiben túlzott gazdasági és adminisztratív terhet róna az európai közép- és kisvállalkozásokra, ugyanakkor az ásványok származási országaiban erősíteni kell azokat az ellenőrzési mechanizmusokat, melyek hozzájárulnak a rendszer forrásainak igazságos elosztásához. Ezért célom egy olyan kiegyensúlyozott szabályozás megalkotása, amely elősegíti a fenntartható fejlődést a fegyveres konfliktusok övezte származási országokban, anélkül hogy e szabályok alkalmazásának embargóhoz hasonló gazdasági hatásai lennének.

Francesc Gambús (PPE), *por escrito*. – Una de nuestras prioridades en política exterior a nivel europeo debe ser evitar que los grupos armados en zonas de conflicto y de alto riesgo accedan a financiación para sus actividades a través de la extracción y el comercio de minerales. Es nuestra obligación fomentar los canales comerciales legítimos e impedir el comercio ilegal e inmoral de estos minerales. Se ha avanzado considerablemente en este aspecto en los últimos años, pero aún deben tomarse medidas a nivel internacional para abordar los problemas en los países ricos en recursos, pero vulnerables a los conflictos armados. Sin menospreciar la importancia que estos minerales tienen en la economía de los países exportadores, debemos regular de la forma más precisa y rigurosa para garantizar que cualquier material llegado a la UE proceda de un comercio acorde con los valores europeos. Por ello he votado a favor del informe.

Iratxe García Pérez (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de establecer un sistema obligatorio de trazabilidad de los minerales extraídos en áreas afectadas por conflictos, porque es la única vía para combatir de manera efectiva el nexo entre su comercialización y la financiación de organizaciones violentas armadas.

Hasta la fecha sólo el 4% de las empresas afectadas se han acogido a un sistema de certificación voluntaria para garantizar que los minerales con los que comercian y que llevamos en nuestros móviles, ordenadores y otros muchos productos que usamos a diario, no están manchados de sangre.

El Parlamento Europeo ha concedido el premio Sajarov al Dr. Mukwege, que ha atendido en el Congo a cerca de 40.000 de mujeres y niñas, a las que ha tenido que «recomponer» por las atrocidades a las que habían sido sometidas por los grupos violentos, y aboga por la obligatoriedad del sistema de certificación.

Aun así, el ponente, del Grupo Popular, ha defendido una regulación voluntaria porque «respeta y garantiza el funcionamiento de los mercados y crea un marco viable para las empresas».

Frente a esto, los Socialistas defendemos «respeto y garantía de los derechos humanos y un marco viable para la dignidad de las personas».

Eider Gardiazabal Rubial (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de establecer un sistema obligatorio de trazabilidad de los minerales extraídos en áreas afectadas por conflictos, porque es la única vía para combatir de manera efectiva el nexo entre su comercialización y la financiación de organizaciones violentas armadas.

Hasta la fecha sólo el 4% de las empresas afectadas se han acogido a un sistema de certificación «voluntaria» para garantizar que los minerales con los que comercian y que llevamos en nuestros móviles, ordenadores y otros muchos productos que usamos a diario, no están manchados de sangre.

El Parlamento Europeo ha concedido el premio Sajarov al Dr. Mukwege, que ha atendido en el Congo a cerca de 40.000 de mujeres y niñas, a las que ha tenido que «recomponer» por las atrocidades a las que habían sido sometidas por los grupos violentos, y aboga por la obligatoriedad del sistema de certificación.

Aun así, el ponente, del Grupo Popular, ha defendido una regulación voluntaria porque «respeta y garantiza el funcionamiento de los mercados y crea un marco viable para las empresas».

Frente a esto, los Socialistas defendemos «respeto y garantía de los derechos humanos y un marco viable para la dignidad de las personas».

Julie Girling (ECR), *in writing*. – Armed conflict, particularly over natural resources, has practically condemned much of Sub-Saharan Africa to poverty and violence. By reducing EU demand for conflict minerals, the incidents of armed militants fighting over natural resources should be diminished.

I believe in taking the strictest possible measures to limit funding to armed groups in conflict zones. These proposals will ensure that corporations incorporate due diligence in provenance in the future.

Sylvie Goddyn (NI), *par écrit*. – Je me suis abstenue sur le mécanisme européen d'autocertification des importateurs de certains minerais et métaux originaires de zones de conflit.

Je suis bien sûr favorable à la non-utilisation des minerais exploités dans les zones de conflit en vue du financer les belligérants. C'est notamment le cas en République Démocratique du Congo et dans la région des Grands Lacs.

L'Europe représente 35 % du commerce mondial des minerais concernés (or, étain, tantale, tungstène). Près de 900 000 sociétés, dont de nombreuses PME, sont parties prenantes de ce commerce.

En vertu du mécanisme présenté par la Commission européenne, les importateurs de ces métaux créent eux-mêmes des certificats d'importateurs responsables, c'est-à-dire s'autocertifient.

Toutefois, le mécanisme, tel qu'il a été amendé par le Parlement européen, devrait obliger les entreprises européennes à s'impliquer pour vérifier que leur chaîne d'approvisionnement n'est pas corrompue par des «minerais de sang».

C'est donc une bonne nouvelle mais il ne s'agit pas encore de l'accord final sur la législation et il reste évident que ce mécanisme repose essentiellement sur le bon vouloir des importateurs.

Theresa Griffin (S&D), *in writing*. – I, along with my Labour colleagues, voted in favour of this resolution as I believe that a fully mandatory system covering all operators upstream and downstream needs to be put in place when it comes to conflict minerals. Human rights abuses are common within the extractive industry and may include child labour, sexual violence, enforced disappearance, forced resettlement and the destruction of ritually or culturally significant sites.

Enrique Guerrero Salom (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de establecer un sistema obligatorio de trazabilidad de los minerales extraídos en áreas afectadas por conflictos, porque es la única vía para combatir de manera efectiva el nexo entre su comercialización y la financiación de organizaciones violentas armadas.

Hasta la fecha sólo el 4% de las empresas afectadas se han acogido a un sistema de certificación voluntaria para garantizar que los minerales con los que comercian y que llevamos en nuestros móviles, ordenadores y otros muchos productos que usamos a diario, no están manchados de sangre.

El Parlamento Europeo ha concedido el premio Sajarov al Dr. Mukwege, que ha atendido en el Congo a cerca de 40.000 de mujeres y niñas, a las que ha tenido que «recomponer» por las atrocidades a las que habían sido sometidas por los grupos violentos, y aboga por la obligatoriedad del sistema de certificación.

Aun así, el ponente, del Grupo Popular, ha defendido una regulación voluntaria porque «respeta y garantiza el funcionamiento de los mercados y crea un marco viable para las empresas».

Frente a esto, los Socialistas defendemos «respeto y garantía de los derechos humanos y un marco viable para la dignidad de las personas».

Sylvie Guillaume (S&D), *par écrit***.** – Les «minerais de conflit» comme l'étain, le tantale, le tungstène ou encore l'or se trouvent dans la plupart des appareils électroniques que nous utilisons quotidiennement. La manne financière qui s'en dégage vient alimenter réseaux criminels, chefs de guerre et milices, responsables d'exactions en tout genre. Chaque jour, ce trafic est organisé par des entreprises opérant en Europe, peu scrupuleuses et peu soucieuses du respect des droits fondamentaux.

Le texte soumis au Parlement et amendé par le groupe S&D impose une obligation de «diligence» sur toute la chaine d'approvisionnement, de l'extraction du minerai jusqu'à la vente du produit de consommation. Cette mesure contraignante aura pour effet d'obliger les entreprises opérant en Europe à se mettre en conformité avec le respect des droits fondamentaux.

J'ai voté pour ce texte car il constitue une avancée majeure propice à la lutte contre un commerce qui alimente la destruction de vies humaines. En adoptant ce texte, le Parlement démontre que les valeurs au fondement du projet européen animent toujours ses acteurs et que l'intérêt supérieur des peuples vaut mieux que la recherche effrénée du profit.

Antanas Guoga (ALDE), *raštu*. – Balsavau už šį pranešimą, kuriame pristatomi Komisijos pateikti pasiūlymai, kaip apriboti ginkluotų grupuočių konfliktinėse ir didelės rizikos zonose galimybes finansuoti savo veiklą iš naudingųjų iškasenų kasybos ir prekybos gautomis lėšomis. Privalome imtis visų įmanomų priemonių, kad būtų nutrauktas ryšys tarp žiauriausių pasaulyje vykstančių karinių konfliktų ir prekybos naudingomis iškasenomis. Komisija pasiūlė sudaryti įmonėms palankesnes sąlygas atsakingu ir skaidriu būdu įsigyti alavo, tantalo, volframo ir aukso. Taip būtų mažinamos galimybės naudoti neteisėtus prekybos kanalus. Komisija taip pat pasiūlė reglamento projektą, kuriuo sukuriama minėtų naudingų iškasenų importuotojų, pasirinkusių atsakingai importuoti šiuos metalus į Sąjungą, pasitvirtinimo ES sistema. Turime dar daugiau padaryti šioje srityje. Komisija privalo užtikrinti, kad dokumente įtvirtintos nuostatos būtų įgyvendintos. Be to, labai svarbu, kad teisiškai skatindami teisėtą prekybą nepamirštumėme ir platesnio spektro priemonių, stabdančių kruvinus konfliktus visame pasaulyje.

Sergio Gutiérrez Prieto (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de establecer un sistema obligatorio de trazabilidad de los minerales extraídos en áreas afectadas por conflictos, porque es la única vía para combatir de manera efectiva el nexo entre su comercialización y la financiación de organizaciones violentas armadas.

Hasta la fecha sólo el 4% de las empresas afectadas se han acogido a un sistema de certificación voluntaria para garantizar que los minerales con los que comercian y que llevamos en nuestros móviles, ordenadores y otros muchos productos que usamos a diario, no están manchados de sangre.

El Parlamento Europeo ha concedido el premio Sajarov al Dr. Mukwege, que ha atendido en el Congo a cerca de 40.000 de mujeres y niñas, a las que ha tenido que «recomponer» por las atrocidades a las que habían sido sometidas por los grupos violentos, y aboga por la obligatoriedad del sistema de certificación.

Aun así, el ponente, del Grupo Popular, ha defendido una regulación voluntaria porque «respeta y garantiza el funcionamiento de los mercados y crea un marco viable para las empresas».

Frente a esto, los Socialistas defendemos «respeto y garantía de los derechos humanos y un marco viable para la dignidad de las personas».

Marian Harkin (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of mandatory certification from all EU importers who source these minerals in conflict zones. The trade of conflict minerals that are mined in areas where there is either armed conflict or weak or non-existent governance or security continues to perpetuate a cycle of conflict and human rights abuses in many fragile areas of the world. When we in the EU buy products containing these minerals we are unwittingly helping to fuel conflict and displace indigenous peoples in many failed or failing states.

This proposal will require all importers to certify that the minerals they import do not originate in conflict areas and demand mandatory compliance from all downstream companies. These companies will now be obliged to provide information on the steps they take to identify and address risks in their supply chains for the minerals and metals concerned.

Brian Hayes (PPE), *in writing*. – Today I voted in favour of the Report on Self-certification of importers of minerals and metals originating in conflict-affected and high-risk areas. The EU is behind the USA in finally dealing with this issue and at last we have arrived at a position where we can now make progress. The legislative outcome will now mean that negotiations will now take place with the Council. I voted in favour of mandatory conditions as against a voluntary code that some wanted. I voted for a proper due diligence regime that would apply and I voted to include all minerals, rather than just four as was originally proposed. While negotiations will now proceed, I believe that a strong position has been reached which will send a clear message that EU businesses must respect developing countries and the materials they import and make.

Anja Hazekamp (GUE/NGL), *schriftelijk*. – De winning van mineralen die EU-landen importeren, zorgt vaak voor gewelddadige conflicten, mensenrechtenschendingen en milieuschade. Het maatregelenpakket dat vandaag is aangenomen, toont de ambitie om mineralen uit conflictgebieden te weren. Dat is een duidelijk signaal. Zo moeten Europese bedrijven rapporteren over de herkomst van mineralen die ze gebruiken, zodat elektronica en mobiele telefoons die zijn gemaakt van grondstoffen uit conflictgebieden, geweerd kunnen worden. Aldus wordt voorkomen dat gewelddadige groeperingen in conflictgebieden hun wapens bekostigen met de verkoop van grondstoffen die in hun regio gewonnen worden. Er komt ook een verplichte certificering voor tin, tantaal, wolfraam en goud, om er zeker van te zijn dat deze niet uit conflictgebieden komen.

De Partij voor de Dieren vindt echter dat we verder moeten gaan, met verplichte passende zorgvuldigheid *(due dilligence)* voor alle soorten grondstoffen en niet slechts deze vier. Ook vind ik dat alle bedrijven die metalen en mineralen verwerken en niet slechts de importeurs, zowel *upstream* als *downstream* in de distributieketen, verplicht moeten aantonen dat hun producten conflictmineraal-vrij zijn. Daarom heb ik me bij de eindstemming over het Commissievoorstel van stemming onthouden en hoop ik dat het Parlement in de onderhandelingen met de Raad deze zaken alsnog geregeld krijgt. Pas dan zal ik volledig instemmen.

Brice Hortefeux (PPE), *par écrit*. – Le Parlement s'est prononcé en faveur d'un mécanisme européen d'autocertification des importateurs de minerais et métaux en provenance de zones de conflit ou à haut risque.

Au-delà de l'objectif unanimement partagé de couper les sources de financement des groupes armés, il y a un devoir de réalisme que nous devons aux citoyens européens. Proposer un système d'autocertification obligatoire à l'ensemble de la chaîne de production est impossible. Comment une PME peut-elle être certaine que le minerai qu'elle utilise pour la fabrication de son produit ne provient pas d'une zone de conflit? Au même titre que le consommateur qui n'est pas responsable du procédé de fabrication du vêtement qu'il porte, je considère que les entreprises qui recourent aux minerais ne peuvent pas être pleinement informées de leur origine.

C'est pourquoi je soutiens une approche graduelle mais plus efficace: un système obligatoire qui s'impose aux premiers acteurs de la chaîne (fonderies/affineries et importateurs) et la création d'un label pour les autres acteurs de la chaîne afin de créer un système d'approvisionnement responsable.

Malheureusement, la position du Parlement est irréaliste. Je crains que les effets soient neutralisés par un excès de contrôle, ce qui sera contraire aux intérêts des populations locales.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *in writing*. – It is clear that a voluntary approach for companies involved in mineral extraction does not prevent conflict minerals from entering the European supply chain. Binding rules are an absolute necessity and I am pleased that Parliament has voted to strengthen the Commission's original proposal.

Ivan Jakovčić (ALDE), *napisan*. – Glasovao sam protiv odgađanja usvajanja prijedloga uredbe Europskog parlamenta i Vijeća o uspostavljanju sustava Unije za samocertificiranje odgovornih uvoznika kositra, tantala i volframa, njihovih ruda i zlata, koji potječu iz sukobima pogođenih i visokorizičnih područja postupanjem s dužnom pažnjom u lancu opskrbe. Uoči glasovanja zatražena je stanka od strane predsjednika Odbora INTA. Nakon više konzultacija isti predsjednik predložio je odgađanje usvajanja ovog izvješća. Kako je došlo do velike podjele unutar ALDE grupe, odlučio sam slijediti prijedloge stranke (iako sam osobno bio sklon mnogim drugim prijedlozima) jer sam očekivao da će se izvješće usvojiti i da će na scenu napokon stupiti dobra Uredba. Međutim, vrlo tijesna većina, praktički „neposlušnih" ALDE zastupnika odgodilo je ovo glasovanje.

Jean-François Jalkh (NI), *par écrit*. – Ce texte vise à restreindre et à donner un cadre précis au commerce de minerais dans les zones de guerres ou de conflits violents ou à venir.

Nombre de groupes factieux, des bandits, et peut-être, demain d'islamistes, parviennent à se procurer armes et munitions grâce à l'exploitation de ces minerais, dit «de sang». C'est notamment le cas dans la région des Grands Lacs en Afrique. Néanmoins, si l'on ne peut qu'être révolté par cette situation, la proposition de la Commission n'est pas, en l'occurrence, satisfaisante puisqu'elle retient un mécanisme d'autocertification pour les entreprises qui importeraient des métaux en Europe. Heureusement, le Parlement est parvenu à amender ce texte: les entreprises doivent donc vérifier que leur chaîne d'approvisionnement n'est pas corrompue par des minerais de sang.

Ce texte, même s'il part d'une intention louable, n'est pas assez satisfaisant pour que je vote pour: je me suis abstenu.

Ramón Jáuregui Atondo (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de establecer un sistema obligatorio de trazabilidad de los minerales extraídos en áreas afectadas por conflictos porque creo que el carácter voluntario de la propuesta de la Comisión era insuficiente y no tendría ningún efecto sobre el terreno. Hasta la fecha sólo el 4% de las empresas afectadas se han acogido a un sistema de certificación voluntaria para garantizar que los minerales con los que comercian y que llevamos en nuestros móviles, ordenadores y otros muchos productos que usamos a diario, no están manchados de sangre.

Es necesario aprobar medidas obligatorias para evitar la compra indirecta de minerales extraídos en zonas afectadas por conflictos y combatir de manera efectiva el nexo entre su comercialización y la financiación de organizaciones violentas.

Marc Joulaud (PPE), *par écrit*. – Je me suis abstenu sur le vote final du rapport de mon collègue Iuliu Winkler à la suite d'une proposition de la Commission européenne visant à instaurer un mécanisme européen volontaire d'autocertification pour les importateurs d'étain, de tantale, de tungstène, de leur minerais et d'or originaires de zones de conflit ou à haut risque.

Il est primordial de mettre fin à tout financement des groupes armés obtenu par le commerce de ces quatre minerais, de lutter contre la corruption et d'assurer une aide au développement efficace; c'est pourquoi j'ai défendu une approche allant au-delà de la proposition initiale de la Commission européenne. J'ai par exemple soutenu la proposition de rendre obligatoire le devoir de diligence pour les premiers acteurs de la chaîne.

Il est cependant regrettable que le texte final ne soit pas opérationnel en raison de la démagogie dont a fait preuve la gauche. Il fixe en effet des objectifs et des instruments inapplicables dans les faits et comporte un certain nombre de contradictions qui contribueront à mettre le Parlement en mauvaise position dans les négociations à venir avec le Conseil et la Commission. Je regrette que les tentations sensationnalistes et médiatiques de certains se fassent au détriment d'une lutte efficace contre le financement des groupes armés.

Barbara Kappel (NI), *schriftlich*. – Es hat mich überrascht, dass Herr Winkler seinen gut gelungenen Bericht, der im Grunde unterstützenswert ist, nach der Abstimmung über den Kommissionsvorschlag direkt in den Trilog schicken möchte. Den Kommissionsvorschlag habe ich abgelehnt, da dieser erhebliche Definitionslücken enthält, mehr Aufwand für KMU bedeutet und wichtige Fragen zur Konformitätsbewertung ungeklärt lässt.

Krišjānis Kariņš (PPE), *rakstiski*. – Eiropas Parlaments plenārsesijā Strasbūrā balsojumā par priekšlikumu Eiropas Parlamenta un Padomes regulai, ar ko izveido Savienības sistēmu konfliktu skartu un augsta riska teritoriju izcelsmes alvas, tantala, volframa, to rūdu un zelta atbildīgu importētāju pašsertifikācijai attiecībā uz piegādes ķēdes pienācīgu pārbaudi jeb tā saucamo konfliktu minerālu regulu, atbalstīju Eiropas Komisijas piedāvājumu dot iespēju šo metālu importētājiem un apstrādātājiem pārbaudes sistēmu ieviest pēc brīvprātības.

Regula attiecas uz metāliem, kurus izmanto augstu tehnoloģiju produktu ražošanā kā, piemēram, mobilie telefoni, datori. Šo metālu importētājiem ir jāveic pārbaudes, lai noteiktu, no kurienes attiecīgie metāli tiek piegādāti, un novērstu iespēju, ka tie varētu tikt importēti no militāro konfliktu zonām.

Pēc brīvprātības principa ieviesta pārbaudes sistēma nepaaugstinātu cenas vai neiznīcinātu atsevišķus uzņēmumus, jo daudzos gadījumos sākuma piegādātāju nemaz nav iespējams uzzināt globālās tirdzniecības ķēžu garuma un komplicētības dēļ. Tā arī tiktu saglabātas daudzas darba vietas, jo šiem metāliem ir jānonāk Eiropā, lai neskaitāmu produktu ražošana vispār varētu notikt. Vēl stingrākas pārbaudes nopietni palielinās uzņēmumu izmaksas, kas atspoguļosies cenās, samazinot Eiropas ražotāju konkurētspēju globālajā tirgū un radot lielākas izmaksas vietējiem patērētājiem.

Gala balsojumā Eiropas Parlamenta vairākums nobalsoja par obligātu un vēl stingrāku pārbaužu ieviešanu, tādēļ balsojumā atturējos, jo uzskatu, ka Eiropas Komisijas piedāvātais teksts ir samērīgs visām iesaistītajām pusēm un sasniegs regulas mērķus.

Afzal Khan (S&D), *in writing*. – This is a historical victory that puts the respect of human rights above the profit of companies. After a long and hard campaign, the S&D Group convinced the rest of the European Parliament to secure a legally binding scheme to ensure the traceability of minerals, to make sure that products sold in the EU do not fuel armed militias or foster human rights violations in conflict areas. There have been voluntary guidelines in place for five years and more than 80% of companies have chosen not to publish any information on their supply chain due diligence. These mandatory requirements, while not burdensome on any one link in the supply chain, will make a huge difference to those on the ground in conflict areas. We now need the support of EU Member State governments to reach an agreement on this legislation.

Kateřina Konečná (GUE/NGL), *písemně*. – Prostor Velkých jezer v Africe je místem, ve kterém často dochází ke konfliktům, v nichž mají zásadní roli nerostné suroviny a kovy. Jen letmý pohled na historii států v této oblasti ležících (tj. Burundi, Demokratická republika Kongo, Keňa, Rwanda, Tanzanie a Uganda) ukazuje, že tato půda je prosáklá krví z občanských válek a genocid. Evropský parlament se rozhodl alespoň trochu pomoci ulehčit těžké situaci, ve které se region nachází. Levicové síly v Evropském parlamentu daly jasně najevo, že si přejí zavedení systému certifikátů, pomocí kterého by bylo jasné, zda nerostné suroviny či kovy nepochází z konfliktních oblasti a nejedná se tedy např. o tzv. krvavé diamanty. V současnosti jsou spotřebitelé často nepřímo spojeni s konflikty, které mají vážné dopady na mírový rozvoj regionu. V těžebním průmyslu běžně dochází k porušování lidských práv, které může zahrnovat dětskou práci, sexuální násilí, násilné zmizení, nucené stěhování a ničení rituálně nebo kulturně významných míst. V prostoru Velkých jezer by mělo docházet k rozvoji demokracie a vzdělanosti, a nikoliv k nelidským praktikám za účelem zvyšování zisku, který pak skončí na účtech samozvaných vůdců či obchodníků se zbraněmi a drogami. Cokoliv to pomůže zastavit, moc ráda podpořím, stejně jako tento návrh.

Ádám Kósa (PPE), *írásban*. – Tekintettel arra, hogy a kulcsfontosságú kérdések megítélésében a plénum nem osztotta maradéktalanul a magyar néppárti frakció és az EPP által képviselt elveket, nem tehettem mást, minthogy tartózkodtam a végső szavazásnál annak érdekében, hogy a párbeszéd az intézményközi egyeztetésben folytatódhasson.

Az eredetigazolás kötelezővé tétele a gyártási láncolat előrehaladottabb lépéseiben túlzott gazdasági és adminisztratív terhet róna az európai közép- és kisvállalkozásokra, ugyanakkor az ásványok származási országaiban erősíteni kell azokat az ellenőrzési mechanizmusokat, melyek hozzájárulnak a rendszer forrásainak igazságos elosztásához.

Ezért célom egy olyan kiegyensúlyozott szabályozás megalkotása, amely elősegíti a fenntartható fejlődést a fegyveres konfliktusok övezte származási országokban, anélkül hogy e szabályok alkalmazásának embargóhoz hasonló gazdasági hatásai lennének.

Kashetu Kyenge (S&D), *per iscritto*. – Con questo voto ha prevalso la coscienza e la responsabilità, oltre l'appartenenza politica. Una coscienza e una responsabilità che sono state più forti delle pressioni esterne e degli interessi in gioco. L'Aula ha scelto di andare oltre l'indifferenza, chiedendo una certificazione obbligatoria per gli importatori europei di stagno, tungsteno, tantalio e oro originari di zone di conflitto e ad alto rischio. Una richiesta sostenuta con forza, raggiungendo l'ambizioso obiettivo di vincolare a questo obbligo l'intera filiera di produzione.

È stato compiuto un grande passo in avanti, con una piena assunzione di responsabilità dell'Europa rispetto ai «minerali del conflitto». Non possiamo più tollerare che i nostri *tablet*, cellulari e computer siano macchiati del sangue di migliaia di persone innocenti. Non possiamo più tollerare l'indifferenza. Ce lo chiedono i cittadini europei, che hanno il diritto di acquistare minerali responsabili.

Giovanni La Via (PPE), *per iscritto***.** – Ho espresso voto negativo al testo finale della proposta del collega Winkler, riguardante l'autocertificazione per gli importatori di alcuni minerali e metalli originari di zone di conflitto e ad alto rischio, principalmente perché alcune fra le prerogative fondamentali da me sostenute non sono state approvate. Pur consapevole di quanto un sistema di autocertificazione da parte delle aziende sia di fondamentale importanza per un etico funzionamento di tutta la filiera produttiva, si deve altresì riconoscere l'impatto negativo di un'autocertificazione obbligatoria, con costi e aggravi burocratici che saranno suscettibili di danneggiare fortemente il settore, potendosi efficacemente tutelare le prerogative e i diritti dell'uomo in altro modo, meno incisivo di quello poi approvato.

Constance Le Grip (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de ce rapport sur la proposition de règlement du Parlement européen et du Conseil instaurant un mécanisme européen d'autocertification, dans le cadre du devoir de diligence relatif aux chaînes d'approvisionnement, pour les importateurs de minerais issus de zones de conflit.

Par ce vote, nous avons exigé que soit adoptée une législation contraignante en matière de traçabilité de l'emploi de quatre minerais: l'étain, le tantale, le tungstène et l'or, extraits dans les pays touchés depuis plusieurs années par la guerre.

La future législation devra ainsi permettre une certification systématique de ces minerais par l'Union européenne afin de s'assurer qu'ils n'alimentent nullement les conflits et les violations des droits de l'homme dans les zones de conflit, tel que le viol, régulièrement employé dans certains pays comme arme de guerre.

Nous avons bien conscience que cette législation contraignante pourrait faire peser un poids, notamment financier, sur certaines entreprises européennes, mais l'enjeu moral et humain est trop important pour que l'Union européenne et le Parlement européen restent passifs sur ce sujet.

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL), *par écrit*. – Ce texte est un progrès sensible qui permet d'encadrer les importations de minerais de zones de conflits et plus particulièrement de la zone des grands lacs.

Ces minerais rares, étain, tantale, tungstène et or, ne doivent plus alimenter les fonds des multiples guérillas et groupes paramilitaires de cette région coupables de violentes exactions, agissant en toute impunité, et forçant souvent les populations locales à participer à l'extraction.

L'Europe, qui est pourtant un des marchés principaux pour la consommation des produits électroniques (notamment les téléphones portables et écrans plasma) utilisant ces minerais, ne pouvait rester les bras croisés et à la traîne. Les États-Unis se sont saisis du problème dès 2010.

C'est pourquoi j'ai soutenu ce texte qui va bien plus loin que les propositions de la Commission en imposant un système obligatoire de certification des minerais. Ce sont donc les 880 000 entreprises européennes utilisant ces métaux qui devront participer à un système de traçabilité sur toute la chaîne d'approvisionnement alors qu'auparavant on se limitait à 19. Ainsi, nous nous assurerons que ces minerais de conflits ne finissent pas dans nos produits et ne financent pas les exactions criminelles et odieuses de ces groupes armés.

Petr Mach (EFDD), *písemně*. – Jde o naivní snahu zabránit porušování lidských práv při těžbě drahých nerostů a minerálů. Avšak tvorba regulací lidem nepomůže. Nanejvýše vyřadí z trhu menší firmy a posílí velké korporace. Nemám nic proti dobrovolné certifikaci firem. Na to ale není potřeba směrnice EU.

Ivana Maletić (PPE), *napisan*. – Podržala sam izvješće zastupnika Iuliu Winklera o uspostavljanju sustava Unije za samo-certificiranje odgovornih uvoznika kositra, tantala i volframa, njihovih ruda i zlata koji potječu iz sukobima pogođenih i visokorizičnih područja postupanjem s dužnom pažnjom u lancu opskrbe.

Cilj je uspostava sustava Unije za samo-certificiranje u skladu s dužnom pažnjom u lancu opskrbe kako bi se naoružanim skupinama i sigurnosnim snagama ograničile mogućnosti za trgovinu kositrom, tantalom i volframom, njihovim rudama i zlatom, a namjena je osiguranje transparentnosti i sigurnosti postupka dobavljanja uvoznika, talionica i rafinerija koji nabavljaju iz sukobima pogođenih i visokorizičnih područja.

Prirodni mineralni resursi u sukobima pogođenim i visokorizičnim područjima, unatoč svojem velikom razvojnom potencijalu, mogu biti uzrokom spora u kojemu prihod ostvaren od njih raspiruje izbijanje ili nastavljanje nasilnog sukoba, potkopavajući nastojanja država na putu razvoja, dobrog upravljanja i vladavine prava. Na tim je područjima razbijanje poveznica između sukoba i nezakonitog iskorištavanja minerala od ključnog značaja za mir i stabilnost.

Светослав Христов Малинов (PPE), *в писмена форма*. – В предишния си мандат Комисията предложи режим на доброволна сертификация за европейските компании, занимаващи се с вноса на т.нар „конфликтни минерали". Днес подкрепих предложението за по-амбициозни мерки и задължителното сертифициране на всички вносители на „конфликтни минерали" от ЕС, за да се гарантира, че търговията с минералите не подхранва конфликти и не допринася за нарушенията на човешките права. Смятам, че задължителното сертифициране ще спомогне за прекъсването на връзката между търговията на минерали и финансирането на дейността на терористични организизации в съответните конфликтни зони.

Опасенията относно ефекта на задължителната схема за сертифициране върху малкия и среден бизнес са основателни, но нека напомня, че Парламентът призова Комисията да предостави подкрепа на МСП да получат този сертификат, покривайки разходите си по процедурата през т.нар. програма на ЕС за конкурентоспособност на предприятията и малките и средни предприятия (COSME).

Приемането на законопроекта в по-обвързващ вариант само по себе си е историческа стъпка напред, но е важно да се отбележи, че текстът ще бъде окончателно финализиран едва след приключването на неформалните преговори с другите европейски институции. Убеден съм, че икономическият интерес не трябва да бъде поставян над ценностите.

Andrejs Mamikins (S&D), *rakstiski*. – Es nobalsoju par atlikšanu, un balsu pārsvars bija tikai 343 pret 331. Šo ziņojumu, rezolūciju atlika pēc mana kolēģa *Bernd Lange* lūguma, un par to bija tas skandalozais balsojums. Turpinājumā Starptautiskās tirdzniecības komiteja lūgs nobalsot par šo normatīvo rezolūciju vēlāk, citā plenārsesijā. Tā ir izcila tieši sociālistu grupas uzvara, jo tautijnieki šodien izskatījās sakauti. *KEY* balsojumos mēs panācām, ko gribējām, bet Tautas partijas grupa bija sašķelta.

Vladimír Maňka (S&D), *písomne*. – Príjmy z ťažby a obchodu s nerastným bohatstvom sú zdrojom financovania ozbrojených konfliktov vo viacerých krajinách sveta. Mnoho podnikateľských subjektov tak svojou činnosťou nepriamo toto financovanie podporuje. Európska únia zároveň patrí k popredným dovozcom a spracovateľom nerastných surovín, pôsobí v nej 400 dovozcov cínu, tantalu, volfrámu a zlata a ich rúd, čo ju zaraďuje medzi najväčšie trhy s týmito kovmi a rudami. Pokladám za dôležité, aby v záujme zvýšenia transparentnosti a informovanosti všetkých hospodárskych subjektov podieľajúcich sa na ťažbe, obchode a spracúvaní nerastov z týchto krajín boli prijaté Európskou úniou a členskými krajinami opatrenia, ktoré povedú k zodpovednému a zákonnému konaniu všetkých dotknutých subjektov.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Νότης Μαριάς (ECR), *γραπτώς*. – Ψήφισα υπέρ της αναβολής της ψήφισης της έκθεσης σχετικά με την πρόταση κανονισμού του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου και του Συμβουλίου που αφορά τη θέσπιση ενωσιακού συστήματος αυτοπιστοποίησης της δέουσας επιμέλειας όσον αφορά την αλυσίδα εφοδιασμού των υπεύθυνων εισαγωγέων κασσιτέρου, τανταλίου και βολφραμίου, των μεταλλευμάτων τους, καθώς και χρυσού, που προέρχονται από περιοχές συγκρούσεων και υψηλού κινδύνου μετά από τη σχετική πρόταση του εισηγητή της έκθεσης.

David Martin (S&D), *in writing*. – I am delighted that we got a majority in Parliament for due diligence from the start to the end of the supply chain for conflict minerals.

Fulvio Martusciello (PPE), *per iscritto*. – Il regolamento che istituisce un sistema europeo di autocertificazione per gli importatori di alcuni minerali e metalli provenienti da zone di conflitto mira a un equilibrio tra un sistema di autocertificazione e obbligatorietà relativo all'indicazione delle quantità di minerali importati. Bisogna stabilire delle regole precise per un commercio responsabile dei 4 materiali indicati dall'OCSE (stagno, tungsteno, tantalio e oro), senza danneggiare il tessuto imprenditoriale europeo che ruota intorno al commercio di questi materiali ma soprattutto facendo in modo che i proventi non vadano ad alimentare i conflitti.

Marisa Matias (GUE/NGL), *por escrito*. – Ao contrário da proposta da Comissão e do Conselho, o relatório final consagra um sistema de traceabilidade obrigatória da origem dos mineirais provenientes de zonas de conflito ou de alto-risco, por isso votei a favor.

Gabriel Mato (PPE), *por escrito*. – Debemos asegurarnos desde el Parlamento Europeo de que existe un comercio de minerales, sobre todo en las zonas del mundo en las que existen mayores conflictos, bajo unas condiciones seguras y que, sobre todo, eviten que se puedan financiar los grupos armados a través de esta actividad.

Por eso, mi apoyo al proyecto de ley que establece una certificación obligatoria para todos los participantes en la cadena de suministro de metales y minerales procedentes de zonas de conflicto y de alto riesgo, porque no podemos permitir que la extracción de minerales tan necesarios para fabricar muchos de los bienes que tanto utilizamos en nuestro día a día sirva para el mantenimiento de actividades ilegales y terroristas.

Georg Mayer (NI), *schriftlich*. – Ich habe dem Vorschlag für eine Selbstzertifizierung durch Einführer bestimmter Mineralien und Metalle aus Hochrisikogebieten meine Absage erteilt. Zwar bedarf die Einführung solcher Rohmaterialien einer Reglementierung, um Rebellen etc. die Finanzierungsgrundlage zu entziehen. Jedoch ist der hierfür vorgelegte Vorschlag nicht streng genug und die Selbstzertifizierung ein ungeeignetes Mittel, um dies zu gewährleisten.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *par écrit***.** – Cette législation vise à réglementer l'extraction par les entreprises européennes de certains minerais et de l'or qui jouent un rôle clé dans le financement de certains groupes armés ou forces de sécurité dans des zones de conflit comme la région des Grands Lacs.

Une certification est donc proposée. Évidemment, les multinationales ne voulaient pas qu'elle soit obligatoire mais seulement facultative. Elles ont été aidées dans ce sens par Marielle de Sarnez, députée européenne du Modem, montée au créneau pour les défendre. Même la version américaine de cette législation, sur laquelle la Commission et le rapporteur s'appuient, est contraignante. Finalement les amendements de mon groupe sont passés. Le texte est ambitieux, je vote pour.

Joëlle Mélin (NI), *par écrit*. – Ce texte vise à restreindre et à donner un cadre précis au commerce de minerais dans les zones de guerres ou de conflits violents ou à venir.

Nombre de groupes factieux, des bandits, et peut-être, demain d'islamistes, parviennent à se procurer armes et munitions grâce à l'exploitation de ces minerais, dit «de sang». C'est notamment le cas dans la région des Grands Lacs en Afrique. Néanmoins, si l'on ne peut qu'être révolté par cette situation, la proposition de la Commission n'est pas, en l'occurrence, satisfaisante puisqu'elle retient un mécanisme d'autocertification pour les entreprises qui importeraient des métaux en Europe. Heureusement, le Parlement est parvenu à amender ce texte: les entreprises doivent donc vérifier que leur chaîne d'approvisionnement n'est pas corrompue par des minerais de sang.

Ce texte, même s'il part d'une intention louable, n'est pas assez satisfaisant pour que je le vote. Je me suis donc abstenue.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Esta proposta visa dificultar o financiamento das atividades de grupos armados em zonas de conflito e de alto risco através da exploração e do comércio de minerais.

Os principais objetivos da proposta de regulamento são impedir que os lucros do comércio de minerais sejam utilizados para financiar conflitos armados, promover um aprovisionamento responsável destes minerais por parte das empresas e favorecer canais legítimos de comércio.

Os minerais em causa - estanho, tântalo, tungsténio, respetivos minérios e ouro - são utilizados, por exemplo, nas indústrias automóvel, de construção, elétrica e eletrónica, estando presentes em produtos de consumo utilizados por muitos europeus, como computadores, impressoras, máquinas de lavar e frigoríficos. Daí o meu voto favorável.

Roberta Metsola (PPE), *in writing*. – While I voted not to postpone the decision, I am pleased that the European Parliament has agreed on robust measures that seek to prevent the trading of commodities that finance armed conflict.

Marlene Mizzi (S&D), *in writing*. – I support strengthening the rules on companies importing minerals such as tin, tantalum, tungsten and gold, which must be certified by the EU to help ensure the income flowing to the producers does not fuel conflicts and human rights abuses. Mineral importers, smelters and refineries, but also manufacturers of consumer products (mobile phones, tablets, washing machines) should ensure that revenues from the minerals they use are not funding conflicts. We must stay true to our goals of solidarity and development.

Sophie Montel (NI), *par écrit***. –** Ce mécanisme d'autocertification européen pour les importateurs responsables d'étain, de tungstène, de minerais et d'or originaires de zones de conflit à haut risque est l'exemple même d'une norme administrative contraignante pour les industriels et probablement inutile dans les effets.

Ce mécanisme ne paraît absolument pas idoine pour répondre aux problématiques exposées dans ce rapport. Comment penser qu'une autocertification, c'est-à-dire l'attribution d'un label par l'entreprise elle-même et avec un contrôle des autorités administratives tout à fait hypothétique, peut avoir un quelconque intérêt? Il s'agit là d'un des nombreux numéros des institutions de l'UE pour se donner bonne conscience face aux évènements tragiques se déroulant dans les zones de conflits, et qui met en évidence leur impuissance totale.

Même si l'intention de ce rapport visant à éviter la revente de ces minerais est louable, il dénote une nouvelle fois une volonté des institutions européennes d'imposer leurs «valeurs» à la terre entière. Il revient aux États membres de prendre leur responsabilité et d'adopter de réelles mesures coercitives. J'ai donc décidé de m'abstenir sur ce texte.

Claude Moraes (S&D), *in writing*. – I am proud to have voted for compulsory checks on the sources of minerals imported from conflict zones. The vote signals intent to not put business interests ahead of fundamental human rights. The proposals ensure a legally binding scheme to ensure traceability of products sold in the EU. This will help safeguard EU industry and ensure that companies will be responsible for ensuring that their suppliers are not fuelling human rights abuse and conflicts across the world.

Luigi Morgano (S&D), *per iscritto*. – Il Parlamento europeo aveva, sul tema dei cosiddetti «minerali dei conflitti», una grande responsabilità: approvare un testo efficace e coerente sul commercio dei minerali provenienti da zone di guerra, che tutelasse le vittime di violenze e sfruttamento.

Questo, purtroppo, è stato fatto solo in maniera parziale. Il testo risultante dall'approvazione degli emendamenti è in alcuni punti contraddittorio; è benvenuto, quindi, il rinvio dello stesso al processo di trilogo per arrivare a soluzioni mirate per un reale rispetto dei diritti umani.

Sarà cura dei rappresentanti del Parlamento ottenere procedimenti obbligatori, con chiari meccanismi per certificazione e tracciabilità della catena di approvvigionamento in minerali, con particolare riguardo ai soggetti importatori di materie prima in Europa. Allo stesso tempo, questi procedimenti dovranno limitare l'impatto sulle piccole e micro-imprese, evitando carichi burocratici onerosi, non risolutivi delle violazioni dei diritti umani.

Tutto questo, nel quadro di una politica di cooperazione e sviluppo che abbia, lo ribadisco, veramente a cuore la tutela dei diritti umani e la crescita economica dei paesi terzi, che contrasti efficacemente le posizioni di rendita di gruppi armati che violano questi diritti e che sia motivo di orgoglio per questo Parlamento e questa Europa.

Alessia Maria Mosca (S&D), *per iscritto*. – L'Europa deve avere il coraggio di chi sa di stare camminando nella direzione giusta: non possiamo permetterci di approvare una norma che serve solo ad acquietare le nostre coscienze. Dobbiamo approvare una norma che contribuisca realmente a eliminare il problema: per questo il gruppo S&D si sta battendo per avere non solo l'obbligatorietà, ma anche l'estensione di quest'ultima a tutta la catena di produzione.

Il nostro gruppo ha lavorato a lungo per garantire l'equilibrio tra la necessità di combattere il fenomeno e quella di non gravare le piccole imprese di obblighi superiori alle loro possibilità. Abbiamo superato questo punto in diversi modi, dall'esenzione delle microimprese (con meno di 9 dipendenti) all'inserimento di una forte flessibilità, in base alla quale gli obblighi per gli operatori variano in base alla loro dimensione e alla posizione nella catena di produzione.

Abbiamo sempre detto di voler stabilire standard, nel mondo. Abbiamo sempre detto che l'Unione europea non si limita alla gestione dell'economia ma si fonda su valori e ideali potenti, come la pace, l'attenzione agli altri, la solidarietà. Questa proposta è un banco di prova importantissimo per dimostrare che non sono solo parole, che l'Europa vuole davvero guidare nell'ambito della tutela dei diritti umani.

Liadh Ní Riada (GUE/NGL), *in writing*. – I voted in favour of the amended proposal on conflict minerals. The proposal concerned minerals whose export profits are often used as a means of funding armed groups in the developing world, which fuels human rights violations, etc. The EU is one of the biggest markets for these materials.

I voted in favour of a number of strong amendments from my political group GUE/NGL and other groups which aimed at getting the system of due diligence made mandatory and expanding the list of minerals included beyond the four proposed by the Commission.

While not all of the amendments I supported were passed, amendments calling for the due diligence system to be made mandatory and applying it throughout the supply chain were adopted.

For this reason I voted in favour of the amended proposal.

Norica Nicolai (ALDE), *în scris*. – Am votat în favoarea raportului propus de Comisia pentru comerț internațional, deoarece acesta are ca temă o problemă pe care am discutat-o și în mandatul precedent, când am activat în cadrul Comisiei pentru drepturile femeii și egalitatea de gen, și anume controlul privind extracția minereurilor în zonele de conflict. Banii ce revin din exploatarea și comercializarea minereurilor provenite din zone de conflict ridică o problemă care ne afectează indirect. În multe dintre aceste cazuri, avem situații clare de exploatare a oamenilor, de sărăcire a populației și, nu în ultimul rând, de susținere financiară a grupurilor teroriste, paramilitare și a mafiilor locale. Este esențial să avem un control mai clar al provenienței minereurilor și să ne asigurăm astfel că nu ajungem să sponsorizăm o formă modernă de sclavie, trupe paramilitare sau chiar grupări teroriste.

Péter Niedermüller (S&D), *írásban*. – A világban fennálló háborús és polgárháborús típusú konfliktusok egyik legfontosabb finanszírozási forrása különböző ércek és fémek kitermelése és értékesítése. Ezeknek a bányászata általában embertelen körülmények között, rabszolga-, kényszer- és gyermekmunkával, a szabadságjogok és munkavállalói jogok semmibevételével, a környezet pusztításával történik. Az ilyen módon keletkező forrásokat az esetek jelentős részében átláthatatlan módon használják fel, diktatórikus rendszerek elnyomó gépezetének fenntartására, fegyverek vásárlására, bűncselekmények és terrorista tevékenység finanszírozására.

Álláspontom szerint azok az alapvető értékek, amelyeken az Európai Unió alapul, megkövetelik, hogy mindent elkövessünk ennek a gyakorlatnak visszaszorítása, olyan szigorú szabályozás megalkotására, amely a piacgazdaság követelményeinek tiszteletben tartása mellett elősegíti az európai gazdasági szereplők etikus és felelős magatartását ebben a kérdésben.

Franz Obermayr (NI), *schriftlich*. – Der Bericht weist einige positive Aspekte auf, um tatsächlich die Finanzierung von Bürgerkriegen und bewaffneten Konflikten einzudämmen. Gleichzeitig beinhaltet er aber auch die Gefahr, dass insbesondere unsere österreichischen kleinen und mittelständischen Unternehmen von einer Zertifizierungsbürokratie erschlagen werden. Mithin hätte ich mich vermutlich der Stimme enthalten.

Younous Omarjee (GUE/NGL), *par écrit***.** – La proposition initiale de la Commission européenne visait à mettre en place un mécanisme européen d'autocertification pour les importateurs d'étain, de tantale, de tungstène, de leurs minerais et d'or originaires de zones de conflit ou à haut risque.

Mais l'importation de ces minerais présents dans de nombreux objets de notre quotidien a des conséquences dramatiques dans les pays importateurs trop souvent ignorées chez nous. L'auto certification est très loin d'être suffisante car elle laissera les industriels dans une position trop confortable face aux massacres perpétués quotidiennement dans le monde pour l'extraction de ces minerais. C'est pourquoi j'ai cosigné des amendements visant à renforcer considérablement cette proposition en créant un mécanisme de surveillance contraignant des chaînes d'approvisionnement, des producteurs jusqu'aux importateurs de ces minerais.

Grâce à ces amendements, la résolution propose désormais un système strict de contrôle des minerais commercialisés sur son territoire. Puisque ces amendements ont été adoptés en plénière, j'ai décidé de voter en faveur de ce rapport très ambitieux qui devra encore faire l'objet d'un accord avec le Conseil.

Urmas Paet (ALDE), *kirjalikult*. – Toetasin ettepanekut. Selle eesmärk on lõhkuda seoseid konfliktide ja mineraalide ebaseadusliku kaevandamise vahel ning seeläbi raskendada konfliktipiirkondades tegutsevate relvarühmituste tegevuse rahastamist maavarade kaevandamise ja müümise teel.

Aldo Patriciello (PPE), *per iscritto*. – Considerando che la Commissione propone una proposta di regolamento che istituisce un sistema europeo di autocertificazione per gli importatori di stagno, tungsteno, tantalio e di oro che scelgono di importare responsabilmente nell'Unione; che l'autocertificazione prevede che gli importatori unionali di questi metalli e minerali esercitino il «dovere di diligenza» *(due diligence)*, vale a dire evitino di arrecare danno sul territorio;

ho espresso il mio voto non favorevole.

Marijana Petir (PPE), *napisan*. – Smatram da je neprihvatljivo da Europska Unija nereguliranim tržištem rudama i metalima, trgujući te aktivnostima financirajući naoružane skupine, indirektno sudjeluje i potiče nastavak sukoba u ovim područjima. Uz djelovanje ovih naoružanih skupina povezani su mnogi teški oblici nepoštivanja ljudskih prava, posebice žena i djece. Kako je temelj na kojem počiva Europska Unija upravo to načelo - poštivanje ljudskih prava, logično je da ova naša zajednica ne smije svijesno biti dionikom u podržavanju nečega što se s tim njezinim načelima ne slaže. Smatram da će postupak samocertificiranja uvoznika, uz uključivanje tijela za nadzor koji će kontrolirati ispravnost provođenja samog postupka, pridonijeti smanjenju kriminalnih radnji u spomenutim područjima te da je nužno što prije postići dogovor oko otvorenih pitanja.

Florian Philippot (NI), *par écrit*. – Ce texte essaie de répondre au problème des minerais rares exploités en zone de conflit de manière illégale et contribuant ainsi au conflit.

Le projet retenu est un mécanisme d'autocertification des entreprises, basé sur un guide de l'OCDE. Les importateurs s'autocertifient en remplissant des obligations de diligence à l'égard de leur chaîne d'approvisionnement. Ils doivent conserver en leur possession les éléments de traçabilité montrant qu'ils n'achètent pas à des mines illégales. Les procédures et activités de l'importateur sont vérifiées par un tiers indépendant. Les États membres seront chargés des vérifications et de l'application du règlement.

Sur le principe, prendre des mesures pour éviter le financement des conflits est une bonne idée. Malheureusement, le mécanisme retenu, celui de l'autocertification, est inefficace sur le terrain et ne pénalisera que les entreprises européennes. Il est évident que les minerais quitteront les zones de conflits pour être transformés par des entreprises de pays moins regardants que ceux de l'UE et reviendront donc sur le sol des États de l'UE sous forme de produits finis. Refusant de donner mon accord à ce mécanisme dont je doute fortement, je préfère m'abstenir.

Tonino Picula (S&D), *napisan.* – Prirodni mineralni resursi u sukobima pogođenim i visokorizičnim područjima unatoč svojem velikom razvojnom potencijalu mogu biti uzrokom spora u kojemu prihod ostvaren od njih raspiruje izbijanje ili nastavljanje nasilnog sukoba, potkopavajući nastojanja na putu razvoja, dobrog upravljanja i vladavine prava. Na tim je područjima razbijanje poveznica između sukoba i nezakonitog iskorištavanja minerala ključan element u jamčenju mira, razvoja i stabilnosti. Kršenja ljudskih prava učestala su u ekstraktivnoj industriji te mogu obuhvaćati dječji rad, seksualno nasilje, prisilni nestanak, prisilno preseljavanje i uništavanje mjesta od ritualne i kulturne važnosti.

Podržavam stoga izvješće o prijedlogu uredbe Europskog parlamenta i Vijeća o uspostavljanju sustava Unije za samocertificiranje odgovornih uvoznika kositra, tantala i volframa, njihovih ruda i zlata koji potječu iz sukobima pogođenih i visokorizičnih područja postupanjem s dužnom pažnjom u lancu opskrbe i usvajanje prijedloga Komisije u prvom čitanju.

Andrej Plenković (PPE), *napisan.* – Podržavam Izvješće o prijedlogu uredbe Europskog parlamenta i Vijeća o uspostavljanju sustava Unije za samocertificiranje odgovornih uvoznika kositra, tantala i volframa, njihovih ruda i zlata koji potječu iz sukobima pogođenih i visokorizičnih područja postupanjem s dužnom pažnjom u lancu opskrbe.

Zemlje bogate mineralima zahvaćene konfliktima se nalaze u začaranom krugu u kojem se pobunjenici financiraju upravo vrijednim iskopinama. Da bi se to prekinulo međunarodne organizacije i EP su pozvali na uspostavu *due dilligence* sistema između kompanija koji vrše iskopine i uvoznika. Prijedlog se odnosi na iskopine 3t i g – kositra, tantala, volframa i zlata, sudjelovanje kompanija je dobrovoljno, odnosi se na bilo koje konfliktima zahvaćeno područje te na kompanije koje vrše topljenje i obradu kao i na uvoznike. Uvoznici koji žele sudjelovati se mogu deklarirati kao odgovorni uvoznici zemlje članice i moraju se ponašati u skladu s predloženim mjerama. Prihvaćeno je da se strogo definira koja su to konfliktna područja te da je dobrovoljno sudjelovanje za uvoznike a za proizvođače obavezno.

Miroslav Poche (S&D), *in writing.* – I am glad at the result achieved by Parliament on the S&D proposals of establishing a EU system for supply chain due diligence self-certification of responsible importers of metal in conflict areas. Regarding continuing conflicts and suffering around the world, it is important that we ensure a disconnection between conflict financing and mineral extraction to promote economic transparency and, most importantly, human rights. It is therefore equally crucial when it comes to making solid changes of situations in high-risk areas to introduce a mandatory scheme of due diligence for the entire supply chain to guarantee the traceability of not only imported metals, but also of all natural resources from such areas. Meanwhile, I am also convinced that special attention and flexibility should be designated to the SMEs along with the requirement of a mandatory self—declaration as a responsible importer.

With the voice of Parliament demanding an exclusion of conflict metals in the EU market, I look forward to a final resolution, in accord with the Commission and Council, being adopted to put the approach of achieving human rights into practice.

Salvatore Domenico Pogliese (PPE), *per iscritto.* – La Commissione europea aveva deciso di adottare nella sua proposta un sistema volontario. Il PPE, per una precisa volontà di protezione di chi opera nella filiera, aveva richiesto, e mi trovo d'accordo, di imporre l'obbligatorietà di indicare le quantità di minerali importati da zone di conflitto solo per quegli importatori che si trovano a monte della filiera (raffinerie e fonderie), mantenendo invece un sistema facoltativo per tutti gli altri.

Condivido la teoria che se ci fossero degli obblighi di trasparenza e autocertificazione per tutti, ci sarebbero degli oneri troppo pesanti per gli importatori stessi, con la conseguenza di indurre gli operatori ad abbandonare quelle zone per altre dove l'obbligo non è previsto, non raggiungendo la finalità di sviluppo che in questi territori si vuole perseguire. Inoltre con la realizzazione di etichetta «imprese responsabili» si impone alla Commissione europea di realizzare una lista di imprese responsabili nell'autocertificazione della provenienza dei minerali.

La tematica in esame è certamente complessa e coinvolge numerosi profili, dagli aspetti di politica estera al rispetto dei diritti umani, dalla promozione della democrazia alla cooperazione allo sviluppo. Visto che il perseguimento delle finalità generali con l'esigenza di tutela del sistema produttivo è stato stravolto a causa di alcuni emendamenti, ho preferito astenermi.

Franck Proust (PPE), *par écrit*. – Les députés européens se sont prononcés sur le rapport relatif à la création d'un mécanisme européen d'autocertification pour les importateurs de minerais (étain, tantale, tungstène, or) afin de rompre le lien entre l'extraction et le commerce de minerais, d'une part, et le financement des conflits armés, d'autre part.

L'objectif du rapport est de soutenir le développement d'un marché dans l'Union pour les minerais issus de zones de conflit exploités de manière responsable, et d'améliorer la capacité des acteurs de la chaîne d'approvisionnement à respecter le devoir de diligence.

Ce vote est un gâchis. Certains pourraient se réjouir des quelques amendements passés à une courte majorité mais ils ne sont pas renforcés par une structure leur permettant d'être appliqués. La Commission et le Conseil étant fermés à toute avancée portant sur la proposition de la Commission, le Parlement aurait pu être en position de force.

Il aurait fallu une approche globale avec des moyens pour lutter contre la corruption, gérer l'aide au développement et y associer un instrument dont la contrainte aurait pu s'échelonner dans le temps pour les 880 000 entreprises européennes. Le Parlement européen aurait pu lancer une action d'envergure; avec ce vote il n'a lancé qu'un appel inaudible.

Paulo Rangel (PPE), *por escrito*. – O presente projeto de regulamento em apreço visa quebrar o círculo vicioso entre a extração, o comércio de minerais e o financiamento de conflitos armados, estabelecendo um sistema europeu de autocertificação para os importadores de estanho, tântalo, tungsténio e ouro. A autocertificação requer que os importadores da UE desses metais e seus minérios cumpram o dever de diligência - isto é, não provoquem efeitos adversos no terreno - através do controlo e da gestão das suas compras e vendas, em conformidade com os cinco passos prescritos no Guia da OCDE sobre o Dever de Diligência. O regulamento permite ainda que os importadores da UE aprofundem os esforços atualmente envidados para garantir cadeias de aprovisionamento justas, ao estabelecerem relações comerciais legítimas com operadores de países afetados por conflitos. Votei favoravelmente.

Christine Revault D'Allonnes Bonnefoy (S&D), *par écrit*. – Je me félicite du vote d'aujourd'hui pour mettre fin à la vente de minerais (or, diamants, tantale, étain, cuivre) au bénéfice de groupes armés et instaurer un devoir de diligence envers toutes les entreprises importatrices dans l'Union Européenne. Ces matières premières sont utilisées tous les jours pour la construction de diverses technologies (portables, tablettes, etc.). Cependant, leur extraction a des conséquences sur la vie de centaines de milliers de personnes.

Le projet initial de la Commission se limitait à la mise en place d'un mécanisme non contraignant d'autocertification européen pour les seules entreprises qui importaient directement les matières premières en amont de la chaîne d'approvisionnement. La portée de ce mécanisme eût alors été très restreinte.

Avec le soutien de la société civile et des citoyens, des parlementaires de gauche et plus particulièrement socialistes et démocrates, nous avons réussi à mettre en place une législation obligatoire pour toutes les entreprises sur la chaîne d'approvisionnement. C'est une victoire face à la droite européenne, qui voulait un mécanisme au rabais. Surtout, c'est une victoire contre le trafic des «minerais de sang», contre les groupes armés et pour la mise en place d'une réelle politique européenne de développement.

Frédérique Ries (ALDE), *par écrit*. – Ce midi, les députés européens ont voté en faveur d'un règlement ambitieux pour mettre fin au financement des conflits armés par l'exploitation d'une série de minerais (l'étain, le tantale, le tungstène et l'or), couramment utilisés dans l'industrie européenne.

Depuis des décennies, l'est du Congo est ravagé par des violences dues à la prolifération de groupes armés qui se nourrissent des revenus générés par les mines illégales, souvent au détriment des populations locales.

Le but de ce règlement est de briser le lien entre le financement de ces groupes et l'exploitation des mines dans les zones de conflits, précisément en Afrique où se concentrent 30 % des ressources mondiales en minerais, où la production minière pèse en moyenne 24 % du PIB et où 27 conflits sont connus pour être liés à ces ressources.

Le texte adopté ce midi par le Parlement européen est réaliste et humaniste, et constitue une excellente base pour la suite des négociations. Il prévoit, grâce à l'adoption des deux amendements déposés par Louis Michel et que j'ai cosignés, un mécanisme de transparence pour tous les acteurs de la chaîne. Reste à convaincre le Conseil de prendre, lui aussi, ses responsabilités face à ce trafic de la mort.

Liliana Rodrigues (S&D), *por escrito*. – Tal como afirmou Gianni Pittella, Presidente do S&D, «ganharam todos aqueles que lutam pelo respeito dos direitos humanos, que devem sempre sobrepor-se a quaisquer interesses multinacionais». Com esta proposta, aumenta a garantia de que a importação pela UE de certos minerais provenientes de zonas de conflito não irá financiar milícias armadas que atentem contra os direitos humanos. Os importadores passarão a ser certificados e obrigados a respeitar determinadas regras sob pena de sanção.

Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de establecer un sistema obligatorio de trazabilidad de los minerales extraídos en áreas afectadas por conflictos, porque es la única vía para combatir de manera efectiva el nexo entre su comercialización y la financiación de organizaciones violentas armadas.

Hasta la fecha sólo el 4% de las empresas afectadas se han acogido a un sistema de certificación voluntaria para garantizar que los minerales con los que comercian y que llevamos en nuestros móviles, ordenadores y otros muchos productos que usamos a diario, no están manchados de sangre.

El Parlamento Europeo ha concedido el premio Sajarov al Dr. Mukwege, que ha atendido en el Congo a cerca de 40.000 de mujeres y niñas, a las que ha tenido que «recomponer» por las atrocidades a las que habían sido sometidas por los grupos violentos, y aboga por la obligatoriedad del sistema de certificación.

Aun así, el ponente, del Grupo Popular, ha defendido una regulación voluntaria porque «respeta y garantiza el funcionamiento de los mercados y crea un marco viable para las empresas».

Frente a esto, los Socialistas defendemos respeto y garantía de los derechos humanos y un marco viable para la dignidad de las personas.

Claude Rolin (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur d'un règlement ambitieux sur la question des minerais des conflits, car je suis convaincu qu'il est nécessaire d'obliger les entreprises à s'assurer que les minerais qu'elles achètent ne servent pas à financer des conflits meurtriers en Afrique centrale.

Je plaide pour que cette traçabilité soit rendue obligatoire et transparente afin que l'exploitation et le commerce de ces minerais qui aboutissent dans nos GSM, tablettes, frigos et télévisions n'entraînent plus, comme c'est le cas actuellement, de graves violations des droits humains. Il est indispensable que la Belgique fasse entendre cette même voix au sein du Conseil de l'Union européenne où se poursuivront les discussions.

Tokia Saïfi (PPE), *par écrit*. – Le financement des groupes armés obtenu par le du commerce de l'étain, du tantale, du tungstène, de leurs minerais et d'or doit cesser.

Par mes votes sur ce texte, j'ai souhaité soutenir une approche réaliste et progressive qui aurait rendu obligatoire le devoir de diligence pour l'amont de la chaine d'approvisionnement, c'est-à-dire les fonderies, affineries et importateurs, et volontaire pour le reste des entreprises de la chaîne. C'est pourquoi je me suis abstenue sur le vote final car une approche obligatoire sur l'ensemble de la chaîne, soit plus de 800 000 entreprises européennes, qu'il s'agisse de multinationales ou de petites ou moyennes entreprises (PME), semble difficile à pouvoir appliquer et mettre en œuvre.

Une approche progressive, grâce notamment à la clause de révision permettant d'élargir progressivement le champ d'application du règlement, aurait été préférable. En m'abstenant, je souhaitais également que les discussions et négociations sur ce texte puissent se poursuivre.

Massimiliano Salini (PPE), *per iscritto*. – A seguito degli emendamenti apportati mi sono astenuto in quanto ritengo che lo scopo di tale relazione, la quale istituisce un sistema europeo di autocertificazione dell'esercizio del dovere di diligenza nella catena di approvvigionamento per gli importatori responsabili di stagno, tungsteno, tantalio, dei loro minerali e di oro, originari di zone di conflitto e ad alto rischio, sia assolutamente condivisibile ma credo che il testo non contribuisca in modo incisivo a combattere tale problema.

Lidia Senra Rodríguez (GUE/NGL), *por escrito*. – El objetivo de la presente regulación debería ser el de obtener un mayor control de ciertos minerales o metales originarios de zonas de conflicto y de alto riesgo, para evitar que financien la desestabilización y la violencia en zonas en las que, por el contrario, la presencia de estos materiales debería servir al desarrollo sostenible y pacífico de la economía local.

La regulación tiene enormes carencias que ponen en duda su utilidad: se restringe injustificadamente el número de materiales que deben acreditarse; el control de las importaciones queda en manos de las propias compañías, de quien no cabe esperar que declaren sus actividades en zonas de conflicto; no se toma en cuenta que la mayoría de estos materiales se procesan antes de entrar en el mercado europeo, por lo que la mayor parte del tráfico queda excluido de esta legislación. Por ello, he votado en contra.

Ricardo Serrão Santos (S&D), *por escrito*. – Apoio inteiramente a criação de um mercado europeu livre de cumplicidade em conflitos sangrentos. Acredito que, se produtores e consumidores se unirem por um mercado de minerais responsável no espaço europeu, ficaremos mais perto de quebrar o vínculo entre a extração e o comércio de minerais e o financiamento de conflitos à escala global.

Considero, no entanto, que as propostas do relatório Winkler ainda ficam aquém de contribuir para uma legislação verdadeiramente ambiciosa, necessária para suprimir a presença dos «minerais de conflito» na União Europeia. Uma legislação que institua o dever de diligência apenas a refinadores e fundidores tem um impacto demasiado limitado. São necessários mecanismos efetivos ao longo de toda a cadeia de produção, desde os importadores da matéria-prima até ao consumidor final. Há que implementar um sistema de certificação de toda a cadeia, responsabilizando todos os intervenientes pela fiabilidade da informação dada ao consumidor final. Assim, votei a favor de estender o dever de diligência a todas as empresas que operam no mercado de minerais, incluindo empresas a jusante da cadeia de abastecimento.

Siôn Simon (S&D), *in writing*. – Labour MEPs voted today for compulsory checks on the sources of minerals imported from conflict zones. Under the proposals, companies must make reasonable checks to ensure the step behind them in the supply chain can verify where the product came from, which will help break the link between armed conflict and the minerals trade. Companies will be responsible for ensuring that their suppliers are not fuelling human rights abuse and conflicts across the world, benefiting both consumers and business.

Branislav Škripek (ECR), *písomne*. – Hlasoval som za. V rozvojových krajinách dochádza k porušovaniu ľudských práv v ťažobnom priemysle. Bežne sa tam stretávame s detskou prácou, so sexuálnym násilím či núteným vysťahovaním. Z obchodu s nerastmi pritom profitujú len organizované a ozbrojené skupiny. Tento systém preto musíme nastaviť tak, aby ľudia neboli zneužívaní. Ľudské práva majú väčšiu cenu, ako o pár eur lacnejší mobil či iná elektronika.

Igor Šoltes (Verts/ALE), *pisno*. – Stranka Zelenih se zavzema predvsem za obvezujočo transparentnost podjetij, ki so vpletena v verigo izdelave in prodajo mineralov, predvsem pa želimo, da se prodaja konfliktnih mineralov v Evropi prepove.

Z glasovanjem je EP izglasoval obvezujočo transparentnost, ko ge za prodajo mineralov, ki prihajajo iz konfliktnih ali pa visoko tveganih območij, vsekakor pa se bomo Zeleni še naprej borili, da bo ta zahteva vključena tudi v obvezujočo zakonodajo.

Predvsem je bilo pomembno, da se pokrije celotna dobavna veriga s področja konfliktnih mineralov. To pomeni, da se ima pregled od faze pridobivanja mineralnih surovin iz konfliktnih in visoko nevarnih področij in potem uporabo le-teh za računalnike, mobilne telefone in morebitno ostalo elektronsko opremo.

Želimo doseči, da bo zakonodaja pokrivala kar se da najširše področje uporabe mineralov v vsakodnevnih potrošniških produktih in da se prepove uvoz konfliktnih mineralov na trg Evropske Unije. Iz tega razloga sem podprl poročilo in glasoval za njegovo sprejetje s strani Evropskega parlamenta.

Renato Soru (S&D), *per iscritto*. – Oggi ho votato a favore del testo che modifica la proposta della Commissione europea relativa all'introduzione di un sistema di tracciabilità obbligatoria per gli importatori UE che utilizzano stagno, tungsteno, tantalio e oro nella fabbricazione di prodotti di consumo, come *smartphone*, *tablet* e computer. Secondo lo schema fortemente voluto dal gruppo dei Socialisti e Democratici e nonostante l'opposizione del blocco conservatore, le 800 000 imprese dell'UE che utilizzano questi 4 minerali per la produzione di beni di uso quotidiano dovrebbero essere obbligate a ricevere la certificazione UE per garantire che non alimentino conflitti sanguinosi e violazioni dei diritti umani nelle zone di guerra, come quelli che affliggono il Congo e la regione dei grandi laghi da molti anni.

L'obbligo di trasparenza riguarda tutta la filiera delle imprese che importano minerali e metalli da zone di conflitti armati, dal sito di origine fino al prodotto finale passando anche dalle fonderie di metallo e raffinerie d'oro, che rappresentano l'ultimo stadio in cui l'origine dei minerali può essere effettivamente tracciata. Per sostenere le micro e piccole-medie imprese che desiderano ottenere la certificazione, il testo votato chiede inoltre alla Commissione di concedere un supporto finanziario, attraverso il programma COSME.

Bart Staes (Verts/ALE), *schriftelijk*. – We stemden vandaag voor een ambitieus pakket van maatregelen om de handel in conflictmineralen tegen te gaan. Alle Europese bedrijven moeten bindend rapporteren over de herkomst van de mineralen die ze gebruiken Dit is een overwinning van mensenrechten op economische belangen!

Ongewild financieren Europese consumenten dood en verderf. Vrijwillige regels over conflictmineralen bestaan al jaren en brengen geen soelaas. Menselijk leed is een globale politieke verantwoordelijkheid. Met bindende wetgeving zorgen we dat de hele Europese consumentenmarkt alleen conflictvrije producten importeert waardoor rebellen in gebieden als Oost-Congo niet langer hun wapens bekostigen met clandestiene mineraalhandel.

In de Verenigde Staten werd al in 2012 bindende wetgeving inzake conflictmineralen ingevoerd. Als de twee grootste consumentenmarkten van de wereld samenwerken om een einde aan de handel in conflictmineralen te maken, schonen we ook de Aziatische markt op. Willen bijvoorbeeld de producenten van *smartphones* in China nog aan ons leveren, dan moeten ook zij kijken of hun mineralen wel eerlijk gewonnen zijn.

Het Europees Parlement zal nu met de lidstaten onderhandelen over de uiteindelijke wetgeving.

Ik roep de Belgische minister van Financiën op bedrijfsbelangen ondergeschikt te maken aan de vele mensenrechtenschendingen die conflictmineralen met zich meebrengen en ervoor te zorgen dat België een echt humaan gelaat krijgt.

Jutta Steinruck (S&D), *schriftlich*. – Ich habe heute für die Entschließung zur Kennzeichnung von Konfliktstoffen gestimmt. Mit einer verbindlichen europäischen Gesetzgebung zur Kennzeichnung von Konfliktmineralien wollen wir der missbräuchlichen Ausbeutung von Mineralienquellen und Kinderarbeit ein Ende setzen. Mit dieser Abstimmung haben wir ein klares Signal gegen Konfliktfinanzierung durch Rohstoffhandel gesetzt. Zwar muss man auch festhalten, dass der Bergbau grundsätzlich eine Quelle wirtschaftlicher Entwicklung sein kann, allerdings führt er bei einer Ausbeutung der Arbeiter auch zu einer negativen wirtschaftlichen Entwicklung, zu Kinderarbeit und zu bewaffneten Konflikten.

Deswegen wollen wir, dass die Regulierung der Verwendung von Konfliktmineralien nicht nur eine freiwillige Zusatzoption ist, sondern für alle Unternehmen verpflichtend wird. Produkte, die wir als selbstverständlich erachten, werden oftmals auf Kosten der schutzbedürftigen Menschen von einem anderen Teil der Erde für uns hergestellt. Diese Ausbeutung wollen wir mit dieser Maßnahme eindämmen. Verbraucher können dadurch davor bewahrt werden, das Leid anderer indirekt mitzufinanzieren.

Davor Ivo Stier (PPE), *napisan*. – Smatram da je važno ukloniti vezu između minerala i sukoba. Također želim naglasiti kako trebamo uredbu koja će biti primjenjiva i primjerena. Trebamo obavezne certifikacije za talionice i prerađivače minerala, te trebamo potaknuti talionice i prerađivače izvan EU-a na odgovorno poslovanje uključivanjem uvoznika u sustav obaveznog certificiranja. Međutim, kada bi išli dalje od certifikacije, to bi moglo biti kontraproduktivno jer to neće samo biti teret za industriju u EU-u, nego također i za zemlje u razvoju. Ne smijemo ograničiti pristup tržištu EU-a za njih, jer bi to moglo prouzročiti gubitak poslova u nerazvijenim zemljama. To nikako ne smije biti cilj uredbe Europske unije. Uvođenjem primjenjivih i primjerenih pravila certificiranja za talionice i prerađivače, te uvoznike minerala i metala stvorit ćemo sustav koji je primjenjiv i učinkovit u naporu da se razbije veza između minerala i sukoba.

Catherine Stihler (S&D), *in writing*. – I strongly supported this report, which calls for compulsory checks on the source of minerals from conflict zones. Millions of people have been killed or displaced due to the trade of conflict minerals, and the real victims of the trade in conflict minerals are children and women. This mandatory system is vital in improving human rights in areas where conflict minerals are mined.

Richard Sulík (ECR), *písomne* – Návrh som podporil, pretože súhlasím s dobrovoľným prístupom k certifikácii a rovnako ako spravodajca som presvedčený, že trhové tlaky na malých a transparentných trhoch, ktorých sa návrh týka, povedú k vysokej miere zapojenia. Ak sa aj niektoré podniky rozhodnú nezapojiť, lepším trestom ako právny trest je potrestanie zákazníkmi na trhu.

Kay Swinburne (ECR), *in writing*. – The main objective of this proposal is to help reduce the financing of armed groups and security forces through mineral proceeds in conflict-affected and high-risk areas by supporting and further promoting responsible sourcing practices by EU companies in relation to tin, tantalum, tungsten and gold originating from such areas. I am confident that my Conservative colleagues are fighting for sound legislation and a measured approach that will deliver this very important objective. I will continue to support their efforts to build a functioning system from the ground up, while allowing for genuine trade in these metals and minerals to continue.

Νεοκλής Συλικιώτης (GUE/NGL), *γραπτώς*. – Η ρύθμιση των διαδικασιών παραγωγής και επεξεργασίας των διάφορων ορυκτών των ευρωπαϊκών διυλιστηρίων και των μεταλλουργικών βιομηχανιών, ούτος ώστε να διακοπεί η σύνδεση μεταξύ εξόρυξης ορυκτών και χρηματοδότησης των συγκρούσεων σε περιοχές όπου πλήττονται από αυτές είναι ένα πολύ σημαντικό βήμα. Η ανάπτυξη πολιτικής στην σφαίρα του εφοδιασμού είναι ένα θετικό βήμα. Εντούτοις, θεωρούμε λανθασμένη την επιλογή της εθελοντικής προσέγγισης και του συστήματος επισήμανσης. Θα ήταν πιο αποτελεσματική η εγκαθίδρυση ενός υποχρεωτικού συστήματος εγγραφής και η ανάπτυξη πολιτικής που να προσεγγίζει στην ολότητα του το ζήτημα και όχι να περιορίζεται μόνο στην αλυσίδα εφοδιασμού. Στόχος πρέπει να είναι η δημιουργία ενός υποχρεωτικού συστήματος, η αποφυγή της εμπορίας ανθρώπων και η μη εισαγωγή διακρίσεων, η εγγραφή της χρήσης ανακυκλωμένων προϊόντων και η διεύρυνση του πεδίου εφαρμογής του κανονισμού σε άλλα προϊόντα. Τα θέματα αυτά δυστυχώς απουσιάζουν από το κείμενο.

Για τους πιο πάνω λόγους αποφασίσαμε να τηρήσουμε αποχή.

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *γραπτώς*. – Είναι εκτός πραγματικότητας το να ζητά η Επιτροπή να εντοπίζονται τα συγκεκριμένα μέταλλα σε όλες τις περιόδους και με τις συνεχώς μεταλλασσόμενες μορφές τους για να επιβάλει την «κοινωνική δικαιοσύνη». Αν θέλει η ΕΕ να σταματήσει να ενισχύει ορυχεία και επιχειρήσεις οι οποίες δεν είναι «πολιτικά ορθές» ή επειδή βρίσκονται σε εμπόλεμες ζώνες μπορεί να το πράξει με οικονομικά μέτρα όπως έπραξε, λανθασμένα, άλλωστε και στην περίπτωση της Ρωσίας. Θα ξοδευτούν δισεκατομμύρια χωρίς να υπάρχουν προβλέψιμα αποτελέσματα και στο τέλος το μόνο σίγουρο αποτέλεσμα είναι ότι θα προχωρήσουμε ακόμα ένα βήμα προς την παγκοσμιοποίηση.

Tibor Szanyi (S&D), *írásban*. – Szavazatommal támogattam a konfliktusok által érintett és nagy kockázatot jelentő térségekből származó ásványok és fémek importőrei körében alkalmazott öntanúsítással kapcsolatos jelentést. Egyetértek azzal, hogy ezekben a térségekben található ásványkincsek – bár a fejlesztés szempontjából óriási lehetőséget jelentenek – ellentmondás tárgyát képezhetik, amennyiben a belőlük származó bevételt a fejlesztésre, jó kormányzásra és jogállamiságra irányuló erőfeszítéseket aláásó erőszakos konfliktusok kirobbantására vagy fenntartására fordítják. Ezeken a területeken a konfliktusok és az ásványok illegális kitermelése közötti kapcsolódás megszakítása kritikus elem a béke, a fejlődés és a stabilitás garantálásában.

A javaslat kiemeli azt a szomorú tényt, hogy a nyersanyag-kitermelő iparágban általánosak az emberi jogi visszaélések, és ezen belül a gyermekmunka, a szexuális erőszak, az erőszakos eltüntetés, a kényszerű kitelepítések, valamint a rituális vagy kulturális szempontból jelentőséggel bíró területek elpusztítása. Éppen ezért fontosnak tartom, hogy e jelenség felszámolására felhívó erős jelzést adott a Parlament a mai nap az Európai Bizottságnak és a Tanácsnak. A Szocialisták és Demokraták frakciója egységesen támogatta a jelentést, ezáltal egy lépést tettünk afelé, hogy megmutassuk, hogy az emberi jogok tiszteletben tartása fontosabb, mint a multinacionális gazdasági érdekek.

Adam Szejnfeld (PPE), *na piśmie*. – Do produkcji większości telefonów komórkowych, tabletów oraz komputerów wykorzystywane są obecnie cenne surowce mineralne, których sposób wydobycia, przeróbki, a nawet wprowadzenia do obrotu budzi niekiedy poważne zastrzeżenia. Okazuje się bowiem, że wykorzystywane minerały bardzo często zostają pozyskiwane z pogwałceniem podstawowych praw człowieka, co można śmiało określić mianem niewolnictwa XXI wieku. Co więcej, zyski z obrotu tego typu minerałami lub ich przetwórstwa są niejednokrotnie przeznaczane na inną nielegalną działalność, w tym – co najgorsze – mogą służyć finansowaniu konfliktów zbrojnych, które pochłaniają dziesiątki, a nawet setki tysięcy istnień, szczególnie w Afryce i Ameryce Łacińskiej.

Problem ten ma również realny wymiar gospodarczy. Nie możemy bowiem pozwolić na to, aby uczciwe firmy, przestrzegające międzynarodowych standardów w zakresie pozyskiwania surowców mineralnych i obrotu nimi, pozostawały z tego tytułu poszkodowane w konkurencji z podmiotami łamiącymi podstawowe zasady. Dlatego opowiadam się za takim kształtem regulacji, który w największym stopniu będzie zapewniał przestrzeganie odpowiednich standardów przez wszystkie przedsiębiorstwa łańcucha dostaw surowców mineralnych.

Dario Tamburrano (EFDD), *per iscritto*. – Questa relazione è importantissima perché tratta dell'istituzione a livello UE di pratiche responsabili d'approvvigionamento da parte delle imprese di minerali e metalli provenienti da zone di conflitto e a rischio, così da ridurre il finanziamento dei gruppi armati in tali zone ed eventuali gravi violazioni associate all'estrazione, al trasporto o al commercio dei minerali in questione, e pertanto le loro conseguenze ambientali.

In Aula si sono votati gli emendamenti presentati, ma non la relazione nel suo complesso poiché si è deciso di procedere direttamente al negoziato con il Consiglio sulla base dei soli emendamenti approvati.

I negoziati però si apriranno forti di un importante emendamento che abbiamo fortemente sostenuto e che istituisce l'obbligatorietà anche da parte delle imprese a valle di adottare tutte le misure per identificare e affrontare i rischi nell'approvvigionamento dei minerali e dei metalli; viene inoltre stabilito l'obbligo d'informazione sulle loro prassi di diligenza ragionevole per un approvvigionamento responsabile. L'obbligatorietà in tutta la catena produttiva di tali misure di trasparenza e certificazione è imprescindibile per la nostra battaglia per la tutela dei diritti/doveri sociali ed ambientali.

Charles Tannock (ECR), *in writing*. – At the core of this report is the very noble aim to help prevent armed militias in some of the poorest parts of the world profiting from the commercial extraction of natural resources (in this case, three specific resources). The Commission presented a very sensible proposal that would have implemented a voluntary scheme, establishing a compromise between the aims of increasing transparency but weighed against the backdrop of international competition that is beyond the reach of the EU/international mandate. Unfortunately, the majority in this Parliament have sought to row against this compromise, opting instead for a mandatory, more proscriptive scheme. The effects of this will be quite simple. European—based companies seeking to conduct business with a corporate-social responsibility agenda will lose business to purely profit-minded rivals from around the world without any such restrictions. This will result in the loss of business, and thus jobs, for companies in the EU and, ironically, to an increase in the exact patterns of behaviour that this legislation is aimed at eradicating.

Marc Tarabella (S&D), *par écrit*. – Je me réjouis du résultat obtenu. Le règlement voté aujourd'hui est une victoire historique qui place le respect des droits humains avant le profit des entreprises.

L'Europe, forte de notre position au Parlement, a une chance de devenir pionnière en matière d'éthique économique. Le Conseil doit désormais prendre en compte le signal du Parlement et travailler à une régulation contraignante qui garantisse la traçabilité des produits que nous consommons en Europe.

Pavel Telička (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of the text calling for a European certification system for smelters and refiners of tin, tantalum, tungsten and gold, in order to stop the exploitative and deadly trade in conflict minerals. This EU legislation should serve as a model to create a positive dynamic in other parts of the world to put an end to the exploitation of minerals that are funding conflicts.

Isabelle Thomas (S&D), *par écrit*. – Le commerce des minerais tel que l'or, les diamants, le tantale, l'étain ou encore le cuivre alimente les conflits armés, notamment en Afrique. Pour s'approprier les terres sur lesquelles se trouvent les minerais, les bandes armées sèment la terreur par le crime et le viol.

Le projet initial de la Commission européenne sur le commerce de ces «minerais de sang», publié en mars 2014, se limitait à un mécanisme facultatif d'autocertification des importateurs, dérisoire au regard des drames engendrés.

Grâce à une gauche rassemblée au Parlement, nous avons pu trouver une majorité pour mettre en place une législation qui oblige les entreprises européennes ou non à indiquer la provenance des minerais sur l'ensemble de la chaine d'approvisionnement. Un pas important a été franchi dans la lutte contre le financement des conflits dans les régions minières.

Cette victoire a été obtenue malgré les protestations d'une grande partie de la droite et de l'extrême droite plus soucieuse de servir les intérêts de quelques firmes que de sauver des populations victimes des violences des bandes armées. Les même qui refuseront d'accueillir les migrants en danger alors même qu'ils auront refusé de s'attaquer aux causes de leur exil.

Ruža Tomašić (ECR), *napisan*. – Zarada od trgovine mineralima koji imaju veliki razvojni potencijal često se koristi kako bi se financirali oružani sukobi i slažem se da ne smijemo dopustiti nastavak ovakve štetne prakse. Također, iznimno je važno u zemljama koje su zahvaćene sukobom ili se ubrajaju u visokorizična područja onemogućiti vezu između sukoba i nezakonitog iskorištavanja minerala. Mnoge države članice doista ovise o uvozu ovih ruda i metala koji se nalaze u električnim uređajima, a koje koristimo u svakodnevnom životu .

No, ne mogu se složiti s osnovnom namjerom Uredbe kojom se nastoji uspostaviti sustav za samocertificiranje na način da se postupa s dužnom pažnjom u lancu opskrbe kako bi se naoružanim skupinama i sigurnosnim snagama ograničile mogućnosti za trgovinu kositrom, tantalom, volframom, njihovim rudama i zlatom. Ne smatram da se na ovakav način može postići željeni učinak jer se mjere temelje na dobrovoljnom postupku samocertificiranja od strane uvoznika. Smatram da bi takav zahtjev doveo do nametanja troškova i nepotrebnih administrativnih posljedica što bi u konačnici utjecalo na konkurentnost malih i srednjih poduzeća kojima dodatni teret ne treba i zbog toga sam glasovala protiv.

Ramon Tremosa i Balcells (ALDE), *in writing*. – I have analysed the different elements of this proposal and in the end I also have to listen to my conscience. I believe the right thing to do is to have a mandatory certification for those who purchase metals or minerals for the production of goods such as our mobile phones, washing machines and fridges.

This is a just thing to do when we know that, for example, the proceeds of conflict minerals and metals has been linked to the funding of militias in the ongoing Congolese conflict which has claimed the lives of 5.4 million people and displaced two million people.

Of course we must make a clear distinction between legitimate mining and trading in blood-stained minerals globally. As I see it, the Commission proposals, which were mostly voluntary measures, did not go far enough.

I supported the amendments with mandatory schemes for smelters and refiners, which are the key players in this market and cover most of the global market.

I think that this is the right way forward as other sectors such as the diamond industry already have a mandatory labelling system and the United States has also passed mandatory legislation in this field.

Mylène Troszczynski (NI), *par écrit*. – Ce projet de règlement pose un principe louable: celui de ne pas encourager le financement de groupes armés qui participent à des actions de guérilla et de terrorisme et aggravent les guerres civiles et interethniques, notamment sur le continent africain.

Ces conflits alimentent également les flux migratoires de réfugiés qui cherchent à fuir les massacres. Par conséquent, nous ne pouvons fermer les yeux sur cette question. Cependant ce texte aboutira à sanctionner économiquement et de manière unilatérale les entreprises européennes importatrices de minerais originaires de zones de conflit. En effet, cette nouvelle réglementation va alourdir les coûts de transformation de certains métaux, ce qui pèsera sur l'industrie sidérurgique européenne.

Enfin, avant de réglementer au nom de la morale, l'Union européenne serait avisée de contrôler d'abord l'emploi de ses fonds sur certaines zones. Je choisis donc l'abstention.

Ernest Urtasun (Verts/ALE), *por escrito*. – He votado favorablemente de este informe que hace obligatoria la normativa que controla la comercialización y manufactura de minerales extraídos en zonas de conflicto. La lucha por la explotación de estos minerales tan preciados, conlleva vulneración masiva de recursos humanos y en algunos casos guerras. En la sesión plenaria se han introducido en pleno enmiendas fundamentales para garantizar una legislación obligatorio y que vincule la fabricación de productos que contengan dichos minerales (Tablets, smartphones, bombillas…) y no sólo las fundiciones.

Ivo Vajgl (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of the resolution concerning the self-certification of importers of minerals and metals originating in conflict-affected and high-risk areas, as I believe that this is a very significant step that Parliament should take in order to guarantee and secure the human rights of people living in the conflict minerals zones.

With this resolution, it is also very important that European consumers will be able to avoid buying certain products that might consist of conflict minerals, and therefore stop indirectly financing conflicts and illegal armed groups.

I strongly believe that this resolution and the creation of a European certification system for smelters and refiners will be the starting point for the further establishment of a transparency mechanism for the entire supply chain and for all key players in the minerals industry.

Marco Valli (EFDD), *per iscritto***. –** Ho sostenuto la proposta in quanto il testo presentava delle indicazioni ben chiare e definite in merito alla tracciabilità obbligatoria e al rispetto delle regole OCSE su tutta la catena di approvvigionamento, dall'estrazione alla distribuzione. È importante contrastare tutti quei proventi che derivano dallo sfruttamento dei minerali nelle zone di conflitto e ad alto rischio, perseguendo così pratiche responsabili di approvvigionamento di materiali quali lo stagno, il tantalio, il tungsteno e l'oro. Gli importatori devono, infatti, riconoscere il loro ruolo capitale e seguire una via responsabile per quanto riguarda minerali e metalli, affidandosi a filiere pulite. Da sottolineare, infine, che il sistema approvato non graverà sulle piccole e medie imprese e che l'opposizione ad un sistema di tracciabilità obbligatoria proviene principalmente dalle multinazionali.

Ángela Vallina (GUE/NGL), *por escrito*. – El objetivo de la presente regulación debería ser el de obtener un mayor control de ciertos minerales o metales originarios de zonas de conflicto y de alto riesgo, para evitar que financien la desestabilización y la violencia en zonas en las que, por el contrario, la presencia de estos materiales debería servir al desarrollo sostenible y pacífico de la economía local.

La regulación tiene enormes carencias que ponen en duda su utilidad: se restringe injustificadamente el número de materiales que deben acreditarse; el control de las importaciones queda en manos de las propias compañías, de quien no cabe esperar que declaren sus actividades en zonas de conflicto; no se toma en cuenta que la mayoría de estos materiales se procesan antes de entrar en el mercado europeo, por lo que la mayor parte del tráfico queda excluido de esta legislación. Por ello, he votado en contra.

Derek Vaughan (S&D), *in writing*. – I voted with S&D colleagues in favour of this resolution because I truly believe that a fully mandatory system covering all operators upstream and downstream needs to be put in place when it comes to conflict-minerals. Human rights abuses are common within the extractive industry and may include child labour, sexual violence, enforced disappearance, forced resettlement and the destruction of ritually or culturally significant sites.

Hilde Vautmans (ALDE), *schriftelijk*. – Het dossier conflictmineralen stond deze week hoog op de agenda. Ik heb met mijn eigen ogen gezien in welke omstandigheden kinderen en vrouwen deze mineralen moesten delven in mijnen in conflictgebieden. Velen schoten het leven erbij in. Ik ben tevreden dat ik, samen met Louis Michel, de verplichting erdoor heb gekregen dat bij elke stap van het delven en de productie een minimum aan informatie over de herkomst medegedeeld wordt. Dit zal op termijn verhinderen dat criminele en terroristische organisaties zich kunnen verrijken door de uitbuiting van zwakkeren bij het delven van deze mineralen en dat zij deze kunnen verkopen op de Europese markt.

Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL), *par écrit*. – L'exploitation de minerais dans les zones de conflit est dénoncée depuis de nombreuses années et a fait l'objet de larges mobilisations citoyennes.

L'Union européenne importe une quantité importante de ces minerais (étain, tantale, tungstène, or…). Leur commerce est souvent la cause même de ces conflits. Il est à l'origine de corruptions massives et alimente le financement des milices armées dans ces régions. Ces entreprises européennes sont donc largement complices directement ou indirectement des crimes commis dans ces régions.

Au moment du vote en plénière, une majorité alternative s'est dégagée afin d'élargir la proposition législative initiale afin d'imposer une obligation de transparence et, donc, d'informations à toutes les entreprises sur la chaîne d'approvisionnement. Cela peut paraître insuffisant mais c'est une première étape.

Le Parlement européen a pris une position qui va être soumise au Conseil. Espérons que cette position sera maintenue.

Permettre que les richesses minières puissent être exploitées au bénéfice des populations est essentiel dans beaucoup de pays parmi les plus pauvres. J'espère que nous pourrons aboutir à de premières avancées en ce domaine. À suivre..

Miguel Viegas (GUE/NGL), *por escrito*. – É óbvia a atual e crescente escassez persistente de matérias-primas a nível global. Importantes recursos minerais com distribuição restrita à escala planetária estão em défice de oferta.

E não é por acaso que algumas das maiores reservas se situam em países devastados por conflitos internos, regionais, crimes contra a humanidade, ingerências, permanentes violações da sua soberania e integridade territorial, quase sempre com a cumplicidade de organizações internacionais e potências estrangeiras – interessados em manter o controlo de recursos. É o caso da região dos Grandes Lagos.

É pertinente, discutir mecanismos de certificação de importadores de minerais provenientes de zonas de conflito e de alto risco, criando mecanismos de rastreabilidade que permitam identificar as matérias-primas originárias destas zonas.

Contudo, esta proposta que apenas contempla uma parte dos minerais comercializados e não vai além do primeiro elo da cadeia de valor, esquecendo deliberadamente a miríade de produtos finais e intermédios onde estas matérias-primas são incorporadas. Não merece o nosso crédito.

Harald Vilimsky (NI), *schriftlich*. – Ich habe dem Vorschlag für eine Selbstzertifizierung durch Einführer bestimmter Mineralien und Metalle aus Hochrisikogebieten meine Absage erteilt. Zwar bedarf die Einführung solcher Rohmaterialien einer Reglementierung um Rebellen etc. die Finanzierungsgrundlage zu entziehen. Jedoch ist der hierfür vorgelegte Vorschlag nicht streng genug und die Selbstzertifizierung ein ungeeignetes Mittel, um dies zu gewährleisten.

Daniele Viotti (S&D), *per iscritto*. – Il voto di oggi ha rappresentato una grande vittoria per i progressisti e in particolare per il gruppo S&D. Avere una filiera dei minerali sicura, trasparente e totalmente legale è infatti una condizione necessaria per assicurare il pieno rispetto dei diritti umani e uno sviluppo sostenibile per i paesi produttori di metalli rari.

Beatrix von Storch (ECR), *schriftlich*. – Das Parlament hat am 20. Mai 2015 über die Entschließung zur „Selbstzertifizierung durch Einführer bestimmter Mineralien und Metalle aus Konflikt- und Hochrisikogebieten" abgestimmt. Ich habe diese Entschließung abgelehnt, weil sie weit über das selbst gesteckte Ziel hinausschießt.

Zwar gibt es in der Tat ein Problem mit der Verwendung von Rohstofferträgen zur Finanzierung von Bürgerkriegen. Sie halten die Konflikte in diesen Regionen dauerhaft am Leben. Ich halte es für begrüßenswert, zur Lösung dieser Frage eine Selbstzertifizierung der Importeure zu etablieren. Ich unterstütze daher den freiwilligen Ansatz der EU-Kommission.

Doch die Mehrheit des Parlaments hat den Vorschlag von der freiwilligen Selbstzertifizierung zur regulierenden Zwangszertifizierung ausgeweitet. Diesen von der Parlamentsmehrheit unterstützten weitergehenden Vorschlag, alle Mineralien und alle Unternehmen einzubeziehen, die diese Materialien nutzen, lehne ich ab. Der Umfang der Nachweispflichten überfordert die Wirtschaft und steht in keinem guten Verhältnis zu der Chance, Frieden in den betroffenen Regionen zu schaffen. Insbesondere kleine und mittelständische Unternehmen haben nun einen immensen Aufwand zu betreiben, um die Herkunft der verbauten Stoffe nachzuweisen.

Es wäre besser gewesen, sich zunächst auf die maßvolle freiwillige Regelung zu beschränken und dann später deren Erfolge zu überprüfen.

Glenis Willmott (S&D), *in writing*. – This vote is for action to exclude conflict minerals from EU markets, and make sure that products sold in the EU do not fuel armed militias or foster human rights violations in conflict areas. Under the proposals, companies must make reasonable checks to ensure the step behind them in the supply chain can verify where the product came from, which will help break the link between armed conflict and the minerals trade. Voluntary requirements have been in place for many years, but very few businesses have taken them up. These new mandatory requirements, while not burdensome on any one link in the supply chain, would make a huge difference to those on the ground in conflict areas. Labour MEPs voted in favour of these new requirements.

Iuliu Winkler (PPE), *în scris***.** – Am votat pentru un sistem voluntar de certificare pe lanțul de aprovizionare al importatorilor de staniu, tantal și tungsten, minereurile acestora și aur - 3TG provenind din zone de conflict și zone cu risc ridicat. Cred că avem nevoie de o abordare integrată a UE în privința acestor zone, iar raportul cu privire la mineralele care provin din zonele de conflict a reprezentat o propunere care implică și responsabilizarea tuturor actorilor implicați în acest sector și este un pilon important al răspunsului integrat al UE. Avem nevoie de consolidarea capacității europene în aceste zone, trebuie să educăm și să responsabilizăm toți actorii implicați, inclusiv industria din UE, dar și guvernele statelor care se confruntă cu conflicte locale armate.

Flavio Zanonato (S&D), *per iscritto*. – Con il voto di oggi abbiamo ottenuto un risultato straordinario: escludere i minerali di conflitto dai mercati europei in tutta la catena di approvvigionamento. Ho votato a favore della tracciabilità obbligatoria di stagno, tantalio, tungsteno e oro per recidere i legami tra il commercio, l'estrazione di questi minerali e il finanziamento dei conflitti armati.

Sappiamo tutti che la negoziazione con il Consiglio e la Commissione sarà difficile, ma il fatto che il Parlamento si sia espresso a favore di un meccanismo obbligatorio di tracciabilità rappresenta una vittoria storica del gruppo socialista e una svolta etica nella politica commerciale dell'Unione europea.

Damiano Zoffoli (S&D), *per iscritto*. – Il Parlamento europeo, introducendo il principio della tracciabilità dei metalli provenienti dalle zone di conflitto, grazie all'impegno determinante dei Socialisti e Democratici, ha voluto segnalare che non ci può essere sviluppo vero senza il rispetto della dignità e della vita delle persone.

Spesso l'Europa viene identificata solo come fonte di obblighi, regole e sanzioni; col voto di oggi ha dimostrato che si può e si deve continuare a sperare in un futuro comune che privilegia il valore della vita più che il mero profitto.

Ora il Consiglio e la Commissione, che devono riformulare una proposta di legge, tengano conto della volontà del Parlamento.

Carlos Zorrinho (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente o Relatório Iuliu Winkler relativo à autocertificação de importadores de certos materiais provenientes da zona de conflito e de alto risco, na convicção de que o meu voto contribuía para proteger direitos das pessoas, bem como para defender a indústria da União Europeia.

Inês Cristina Zuber (GUE/NGL), *por escrito*. – A escassez persistente de matérias-primas a nível global está na origem de muitos conflitos internos, regionais, crimes contra a humanidade, ingerências, permanentes violações da sua soberania e integridade territorial dos Estados, quase sempre com a cumplicidade de organizações internacionais e potências estrangeiras – interessados em manter o controlo de recursos.

Pese embora os limites óbvios de mecanismos deste tipo, admitimos poder ser pertinente discutir mecanismos de certificação de importadores de minerais provenientes de zonas de conflito e de alto risco, criando mecanismos de rastreabilidade que permitam identificar as matérias-primas originárias destas zonas.

11.7. Diretiva delegada da Comissão que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o Anexo III da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a uma isenção para a utilização de cádmio em aplicações de iluminação e de retroiluminação de monitores (B8-0464/2015)

Dichiarazioni di voto scritte

William (The Earl of) Dartmouth (EFDD), *in writing*. – UKIP abstained on a proposal to reject a Commission delegated act, which conditionally allows the use of cadmium in illumination and display lighting applications. We believe it should only be our elected and accountable national governments that decide these things, not unelected EU Commissioners using the undemocratic method of delegated acts to pass wide-reaching rules. We totally oppose the EU deciding what can and cannot be sold on the British market. However, blocking this delegated act will potentially have a far reaching effect on a certain section of British industry. However, of course we recognise the consequences of allowing cadmium to continue to be used, especially when there is new technology in its infancy that does not use cadmium-based dot technology in display screens. UKIP fully supports the development of alternative technology to these hazardous substances.

John Stuart Agnew (EFDD), *in writing*. – UKIP abstained on a proposal to reject a Commission delegated act, which conditionally allows the use of cadmium in illumination and display lighting applications. We believe it should only be our elected and accountable national governments that decide these things, not unelected EU Commissioners using the undemocratic method of delegated acts to pass wide-reaching rules. We totally oppose the EU deciding what can and cannot be sold on the British market. However blocking this delegated act will potentially have a far reaching effect on a certain section of British industry. However, of course we recognise the consequences of allowing cadmium to continue to be used, especially when there is new technology in its infancy that does not use cadmium-based dot technology in display screens. UKIP fully supports the development of alternative technology to these hazardous substances.

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL), *por escrito*. –

He votado a favor de la presente resolución porque el Parlamento ejercita su poder de escrutinio sobre las normativas con las que la Comisión Europea trata de imponer excepciones a la norma atribuyéndose un poder político que no tiene. Los actos delegados permiten que el parlamento se oponga a legislaciones técnicas desarrolladas por la Comisión y en este caso particular la Comisión ha introducido excepciones en los requerimientos establecidos en la Directiva 2011/65/UE sobre sustancias peligrosas en aparatos eléctricos. La Comisión ha tratado de introducir estas excepciones para beneficiar a los productores en contra de la seguridad de los ciudadanos europeos. Es por esto por lo que he decidido votar a favor de la presente resolución que rechaza el acto delegado.

Martina Anderson (GUE/NGL), *in writing*. – Cadmium is a carcinogenic substance which, under the Restrictions of Hazardous Substances Directive has been banned in electronic products in the EU since June 2014, so there are no more products on the EU market which contain this substance. The Commission, in January this year, introduced a delegated act which would see cadmium quantum dots being allowed again in LCD TVs by allowing an exemption for its use.

There are already cadmium-free quantum dot TVs on the market so there is no need to reintroduce toxic cadmium to electronic products. It is vital that the protection of consumers' and workers' health is the priority and for this reason I voted in favour of this resolution to reject any reintroduction of cadmium electronic products into the market.

Zigmantas Balčytis (S&D), *raštu*. – Pritariu pareikštam prieštaravimui dėl 2015 m. sausio 30 d. Komisijos direktyvos, kuria, derinant prie technikos pažangos, iš dalies keičiamos nuostatos dėl kadmio naudojimo apšvietimo įrenginiuose ir vaizduoklių apšvietimo įrenginiuose išimties. Pritariu raginimams Komisijai pateikti naują deleguotąjį aktą, kuriame būtų atsižvelgta į Parlamento poziciją.

Hugues Bayet (S&D), *par écrit*. – Le Parlement européen rejette la proposition d'acte délégué de la Commission européenne car il considère que l'exemption accordée pour l'utilisation du cadmium dans l'éclairage des écrans est basée sur une situation dépassée étant donné que le cadmium peut d'ores et déjà être remplacé par des boites quantiques.

Compte tenu de la dangerosité du cadmium pour la santé humaine ainsi que des dégâts qu'il cause sur l'environnement et au vu des évolutions technologiques, il faut bannir au plus vite l'utilisation du cadmium à des fins d'éclairage d'écrans.

Dominique Bilde (NI), *par écrit*. – Ce texte porte sur une modification de l'annexe III de la directive 2011/65/UE du Parlement européen et du Conseil en ce qui concerne une exemption relative au cadmium dans les applications d'éclairage général et d'éclairage d'écrans. Il prévoit un rejet de l'acte délégué et une mise à jour selon les technologies disponibles en Europe.

Je considère aussi que la justification clé de la Commission pour accorder la nouvelle exemption spécifique est qu'«[i]l n'existe pas encore de boîtes quantiques sans cadmium» et donc que cette justification est manifestement infondée. J'ai donc voté pour ce point.

Mara Bizzotto (NI), *per iscritto*. – Ho supportato col mio voto questa risoluzione che si oppone ad una direttiva delegata della Commissione che modifica l'attuale normativa sulla restrizione dell'uso di determinate sostanze pericolose nelle apparecchiature elettriche e elettroniche. Tale direttiva non rispetta le condizioni per poter concedere le deroghe che vuole introdurre e non sono stati rispettati neppure i tempi tecnici per la presentazione delle richieste di esenzione.

José Blanco López (S&D), *por escrito*. – Cuando se aprobaron las revisiones de las directivas referidas a los residuos de aparatos eléctricos y electrónicos en 2012, el Parlamento y el Consejo convinieron en permitir una exención transitoria al uso del cadmio para determinadas luminarias y pantallas cuánticas de televisores. Dicha excepción expiró el año pasado, por lo que la Comisión Europea presentó un acto delegado para alargar el plazo hasta el 2018 al que ha objetado el Grupo de los Verdes en vista de la alta toxicidad del cadmio como sustancia y la existencia de alternativas por las que consideran que un aplazamiento de la exención no está justificado.

Los socialistas coincidimos en que no hay motivo para alargar más el plazo y consideramos que la industria debe hacer un esfuerzo para potenciar las alternativas ya existentes.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *raštu*. – Balsavau už šią rezoliuciją, kurioje aptariamas klausimas dėl kadmio naudojimo apšvietimo įrenginiuose ir vaizduoklių apšvietimo įrenginiuose išimties. Komisija aiškiai nurodė, kad kol kas nėra apšvietimui skirtų šviesos diodų su kvantiniais taškais (tiek su kadmiu, tiek be jo), ir sutinka, kad nebuvo galima įrodyti teigiamo jų naudojimo poveikio aplinkai. Komisija vis dėlto pratęsė bendros išimties dėl kadmio kvantinių taškų naudojimo apšvietimo įrenginiuose galiojimą iki 2017 m. birželio 30 d. ir taip sudarė sąlygas pramonės atstovams teikti paraiškas dėl konkrečios išimties, jeigu tokie įrenginiai jau būtų ikigamybiniame etape. Pastaruoju metu įvyko didelių naujų pokyčių, susijusių su kvantinių taškų be kadmio technologiją naudojančių įrenginių, dėl kurių būtina atlikti naują vertinimą, prekyba. Todėl Europos Parlamentas pareiškė prieštaravimą dėl 2015 m. sausio 30 d. Komisijos deleguotosios direktyvos, kuria, derinant prie technikos pažangos, iš dalies keičiamos Europos Parlamento ir Tarybos direktyvos nuostatos dėl kadmio naudojimo apšvietimo įrenginiuose ir vaizduoklių apšvietimo įrenginiuose išimties.

Lynn Boylan (GUE/NGL), *in writing*. – Cadmium is a carcinogenic substance which, under the Restrictions of Hazardous Substances Directive has been banned in electronic products in the EU since June 2014 so there are no more products on the EU market which contain this substance. The Commission, in January this year, introduced a delegated act which would see cadmium quantum dots being allowed again in LCD TVs by allowing an exemption for its use.

There are already cadmium-free quantum dot TVs on the market so there is no need to reintroduce toxic cadmium to electronic products. It is vital that the protection of consumers' and workers' health is the priority and for this reason I voted in favour of this resolution to reject any reintroduction of cadmium electronic products into the market.

Mercedes Bresso (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore di questa risoluzione perché ritengo che sia necessaria una ulteriore valutazione concernente l'esenzione relativa al cadmio nelle applicazioni di illuminazione generale e di illuminazione dei sistemi di visualizzazione e che, pertanto, la Commissione debba presentare una nuova proposta a questo riguardo.

Steeve Briois (NI), *par écrit*. – La proposition de résolution porte sur l'interdiction du cadmium, métal lourd et dangereux pour la santé des consommateurs ainsi que pour l'environnement.

Ce métal est encore utilisé pour la fabrication des écrans à LED ainsi que pour les éclairages, grâce à une exemption valable jusqu'au 30 juin 2017. Compte tenu des progrès technologiques réalisés, le cadmium n'est plus indispensable à la fabrication de certains écrans à LED. De plus cette proposition de résolution s'oppose à un acte délégué afin que l'exemption prévue jusqu'en 2017 tienne compte des avancées technologiques et que la Commission intègre la position du Parlement européen.

Pour toutes ces raisons, j'ai voté favorablement à la proposition de résolution.

Daniel Buda (PPE), *în scris*. – Această directivă dorește îmbunătățirea performanțelor de mediu în toate etapele din ciclul de viață a unui produs. Unele materiale folosite în produsele electronice pot conduce la pericole de mediu și sănătate pe durata producției acestora sau la sfârșitul ciclului de viață. Tocmai din aceste motive, UE a restricționat folosirea acestor materiale. Eliminarea cadmiului reprezintă un factor esențial în îndeplinirea acestor obiective, iar prin directiva delegată se dorește eliminarea interdicției de utilizare a cadmiului în aplicațiile de iluminare și de iluminat al sistemelor de afișare. Argumente precum nedisponibilitatea punctelor cuantice fără cadmiu la nivel tehnic, ținând cont de faptul că pe piața UE există o gamă largă de televizoare care au la bază acestă tehnologie, deși proprietățile de economisire a energiei pe care le au punctele cuantice fără cadmiu sunt similare celor cu cadmiu, nu sunt suficient de convingătoare.

Am votat în favoarea acestei propuneri de rezoluție deoarece o astfel de derogare poate fi abordată numai în contextul unei evaluări prealabile, care până în prezent nu a fost realizată.

Gianluca Buonanno (NI), *per iscritto*. – Voto favorevole.

Si tratta dell'obiezione a una direttiva delegata della Commissione che modifica, adattandolo al progresso tecnico, l'allegato III della direttiva RoHS (restrizione dell'uso di determinate sostanze pericolose nelle apparecchiature elettriche ed elettroniche).

La direttiva delegata della Commissione:

a) proroga sino al 30 giugno 2017 l'esenzione 39, che diventa esenzione 39 a) «cadmio in LED II-VI con conversione di colore (< 10 µg Cd per mm^2 di superficie emettitrice luminosa) per uso in sistemi di illuminazione o visualizzazione di stato solido»;

b) introduce una nuova e più specifica esenzione 39 b) «cadmio nei punti quantici (nanocristalli semiconduttori) a base di cadmio per il *downshift* destinati all'utilizzo nelle applicazioni di illuminazione dei sistemi di visualizzazione (< 0,2 µg Cd per mm^2 di superficie dello schermo di visualizzazione)», con scadenza il 30 giugno 2018.

La direttiva delegata non rispetta le condizioni per concedere un'esenzione fissate dall'articolo 5, paragrafo 1, lettera a), della direttiva RoHS per entrambe le esenzioni. In particolare, la motivazione addotta per l'esenzione 39 b) è fondata su una situazione obsoleta per quanto concerne la fattibilità di sostituire il cadmio nei punti quantici.

Inoltre, la domanda di rinnovo dell'esenzione è pervenuta alla Commissione in ritardo di 5 mesi rispetto ai termini fissati dalla direttiva RoHS. Ciononostante, la Commissione l'ha accettata.

Nicola Caputo (S&D), *per iscritto*. – Oggi ho votato a favore della risoluzione del Parlamento sul cadmio nelle applicazioni di illuminazione generale e di illuminazione dei sistemi di visualizzazione.

La risoluzione ha sollevato obiezioni alla direttiva delegata della Commissione del 30 gennaio 2015 che modifica, adattandolo al progresso tecnico, l'allegato III della direttiva 2011/65/UE del Parlamento europeo e del Consiglio per quanto riguarda l'esenzione relativa al cadmio nelle applicazioni di illuminazione generale e di illuminazione dei sistemi di visualizzazione.

Considerando che il cadmio è una sostanza tossica altamente pericolosa, ritengo che estendere una deroga vigente, concedendo allo stesso tempo una nuova deroga per questa sostanza, sia da evitare per garantire la tutela dell'ambiente e della salute pubblica. Inoltre, la deroga potrebbe dare anche un segnale sbagliato all'industria, disincentivandola ad investire in innovazione e ricerca per trovare alternative al cadmio. Infine, la deroga potrebbe portare a distorsioni del mercato a causa dell'importazione di apparecchiature elettriche ed elettroniche contenenti cadmio da paesi terzi a danno di imprese innovative e sensibili dal punto di vista ambientale operanti in Europa.

Per tutti questi motivi ho deciso di votare a favore dell'obiezione del Parlamento.

Matt Carthy (GUE/NGL), *in writing*. – I voted in favour of the final resolution and against the two separates (technical correction after clarification with the Commission).

Cadmium is a carcinogenic substance (the by-product of zinc and copper production) which, under the Restrictions of Hazardous Substances Directive has been banned in electronic products in the EU since June 2014, so there are no more products on the EU market which contain this substance. The Commission, in January this year, introduced a delegated act which would see cadmium quantum dots being allowed again in LCD TVs by allowing an exemption for its use.

There are already cadmium-free quantum dot TVs on the market and the claim from cadmium quantum dot lobbyists that there are not is untrue. It was for these reasons that I voted in favour.

James Carver (EFDD), *in writing*. – UKIP abstained on a proposal to reject a Commission delegated act, which conditionally allows the use of cadmium in illumination and display lighting applications. We believe it should only be our elected and accountable national governments that decide these things, not unelected EU Commissioners using the undemocratic method of delegated acts to pass wide-reaching rules. We totally oppose the EU deciding what can and cannot be sold on the British market. However, blocking this delegated act will potentially have a far reaching effect on a certain section of British industry. However, of course we recognise the consequences of allowing cadmium to continue to be used, especially when there is new technology in its infancy that does not use cadmium-based dot technology in display screens. UKIP fully supports the development of alternative technology to these hazardous substances.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD), *per iscritto*. – Il cadmio è un elemento chimico cancerogeno. La cosiddetta direttiva RoHS *(Restriction of Hazardous Substances)* ne limita fortemente l'uso nelle apparecchiature elettriche ed elettroniche immesse sul mercato dell'Unione europea. Il 1º luglio 2014 scadeva l'esenzione del suo uso nelle applicazioni di illuminazione generale e di illuminazione dei sistemi di visualizzazione (ad esempio i LED). La Commissione europea vorrebbe rinnovare questa esenzione e la nostra delegazione M5S, insieme ad un'amplissima maggioranza del Parlamento europeo, si è opposta a tale scelta, al fine di tutelare la salute dei cittadini europei.

Aymeric Chauprade (NI), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de ce rapport qui a pour but l'interdiction de ce métal lourd et dangereux qu'est le cadmium. Le texte interpelle d'ailleurs la Commission afin qu'elle intègre la position des parlementaires sur le sujet.

Les parlementaires de la commission ENVI ont en effet voulu attirer l'attention de la Commission sur un problème déjà anticipé par les industriels dans le domaine. Le cadmium, en effet, qui a des effets nocifs reconnus pour la santé et l'environnement, est déjà exclu de la fabrication d'écrans par deux des plus gros distributeurs du marché, Samsung et Nanoco, qui l'ont remplacé par des «boîtes quantiques», nanostructures de semiconducteurs sans cadmium ; seules les grosses sociétés américaines continuent de mettre en danger les consommateurs en poursuivant l'utilisation du cadmium.

Je salue la volonté du Parlement de vouloir faire interdire ce produit tout en demandant à la Commission de respecter les vues des parlementaires sur la question.

Salvatore Cicu (PPE), *per iscritto*. – Il 30 gennaio 2015, la direttiva delegata della Commissione ha modificato l'allegato III della direttiva 2001/65/UE sulla restrizione dell'uso di determinate sostanze pericolose nelle apparecchiature elettriche ed elettroniche (direttiva RoHS), il cui allegato II limita, tra l'altro, l'uso del cadmio in dette apparecchiature. Al punto 39, l'allegato III ha previsto una deroga per il cadmio in LED con scadenza il 1º luglio 2014.

La Commissione, dopo aver ricevuto domanda di proroga di tale esenzione sino al 30 giugno 2017, ha approvato la direttiva delegata. Tuttavia, è stato rilevato che: (1) la dichiarazione della Commissione secondo cui non esistono i prodotti in LED (con o senza cadmio) di cui al punto 39 e che, di conseguenza, non è stato possibile condurre una valutazione d'impatto, è erronea e (2) la richiesta di esenzione è giunta oltre il termine previsto ed è stata giudicata dagli esperti incaricati dalla Commissione eccessiva. La Commissione europea è, pertanto, invitata a tenere conto della posizione e delle obiezioni sollevate dal PE e a procedere a una nuova valutazione al fine di presentare un nuovo atto delegato.

Alla luce di tali considerazioni, ho espresso il mio voto favorevolmente.

Lara Comi (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore della risoluzione del Parlamento europeo che solleva obiezioni sulla direttiva delegata della Commissione del 30 gennaio 2015 che modifica l'allegato III della direttiva 2011/65/UE del Parlamento e del Consiglio per quanto riguarda l'esenzione relativa al cadmio nelle applicazioni di illuminazione generale e di illuminazione dei sistemi di visualizzazione.

Infatti, poiché recenti sviluppi tecnologici hanno portato all'introduzione nel mercato dell'Unione di nuove apparecchiature, in particolare di una nuova linea completa di modelli di televisori basata su punti quantici privi di cadmio, condivido le perplessità relative al prolungamento dell'esenzione relativa al divieto di utilizzo di cadmio.

A ciò si aggiunga che, secondo le informazioni disponibili e le perizie di alcuni consulenti indipendenti, dati due televisori di uguali dimensioni, quello dotato di sistema di visualizzazione con punti quantici privi di cadmio sembra mostrare un consumo energetico inferiore rispetto al modello con punti quantici contenenti cadmio, e i test di resa cromatica, rispetto allo standard pertinente, hanno mostrato che i sistemi di visualizzazione basati su punti quantici privi di cadmio consentono risultati equivalenti se non superiori.

Mi unisco pertanto all'invito contenuto nel testo della risoluzione votata di procedere rapidamente a una nuova valutazione dell'esenzione in vigore con lo scopo di revocarla.

Therese Comodini Cachia (PPE), *in writing*. – Annex III of the proposal lists a derogation for 'Cadmium in colour converting for use in solid state illumination or display systems', which is an application for a new exemption with a different formulation and not a renewal of an existing exemption as delegated act. For this reason, the application was acceptable for the Parliament and I voted in favour.

Ignazio Corrao (EFDD), *per iscritto*. – Ho votato a favore della risoluzione in quanto chiede alla Commissione di rivedere il suo atto delegato che prevede al punto 39 dell'allegato III l'estensione dell'esenzione fino al 2017 del cadmio in LED e una fino al 2018 per il cadmio nei punti quantici.

L'atto delegato della Commissione non è giustificato, in quanto il mercato è assolutamente pronto a produrre applicazioni d'illuminazione generale e sistemi di visualizzazione senza alcuna presenza di cadmio, pericoloso per la salute umana. Gli stessi consulenti indipendenti incaricati di valutare l'applicazione per conto della Commissione sono arrivati alla stessa conclusione e hanno raccomandato apertamente di non concedere l'estensione.

Ho votato no al considerando F e al paragrafo 5 poiché, delle domande di esenzione presentate dai produttori di applicazioni d'illuminazione, una è stata presentata oltre i termini stabiliti, e nonostante questa violazione del regolamento è stata ugualmente accettata dalla Commissione.

Javier Couso Permuy (GUE/NGL), *por escrito***.** – He votado a favor de la presente resolución porque el Parlamento ejercita su poder de escrutinio sobre las normativas con las que la Comisión Europea trata de imponer excepciones a la norma atribuyéndose un poder político que no tiene. Los actos delegados permiten que el parlamento se oponga a legislaciones técnicas desarrolladas por la Comisión y en este caso particular la Comisión ha introducido excepciones en los requerimientos establecidos en la Directiva 2011/65/UE sobre sustancias peligrosas en aparatos eléctricos. La Comisión ha tratado de introducir estas excepciones para beneficiar a los productores en contra de la seguridad de los ciudadanos europeos. Es por esto por lo que he decidido votar a favor de la presente resolución que rechaza el acto delegado.

Miriam Dalli (S&D), *in writing*. – I believe that extending an existing derogation granted to cadmium is bad for the environment and for public health. In my opinion it could also send a wrong signal to industry which may, as a consequence, consider discontinuing investment in innovation and research into cadmium-free alternatives. The motion for a resolution objects to the proposed delegated act that extends the life of cadmium in television displays until June 2018 and thus I supported the motion for a resolution.

Michel Dantin (PPE), *par écrit*. – La présente motion vise à objecter l'adoption par la Commission européenne d'une directive déléguée de la Commission modifiant, aux fins de son adaptation au progrès technique, l'annexe III de la directive 2011/65/UE concernant une exemption relative au cadmium dans les applications d'éclairage général et d'éclairage d'écrans.

Le point 39 de ladite annexe de la législation relative à la limitation de l'utilisation de certaines substances dangereuses dans les équipements électriques et électroniques prévoit en effet une dérogation pour le cadmium destiné à être utilisé dans des systèmes d'éclairage ou d'affichage, dont la date d'expiration est fixée au 1er juillet 2014, avec la possibilité d'être prolongée si l'avancement du progrès scientifique et technique ne permet pas le remplacement de cette substance dans les équipements électriques et électroniques par un autre produit.

La directive déléguée adoptée par la Commission européenne prolonge l'exemption prescrite au point 39 jusqu'au 30 juin 2017, ce qui, selon les évaluations des experts et de l'avancement du progrès scientifique et technique, ne se justifie pas, puisque des évolutions considérables ont été observées concernant la disponibilité sur le marché des produits utilisant la technologie des boîtes quantiques sans cadmium.

Considérant par conséquent qu'une telle exemption n'a plus lieu d'être, j'ai voté en faveur de l'objection.

Rachida Dati (PPE), *par écrit***.** – L'Union européenne dispose de normes destinées à limiter l'utilisation de substances nocives dans les équipements électriques et électroniques. Les limitations peuvent toutefois faire l'objet d'exemptions quand cela se justifie. C'est le cas du cadmium, utilisé aux fins d'éclairage et d'allumage des écrans de télévisions, tablettes ou ordinateurs.

Par un acte délégué, la Commission a prolongé les exemptions relatives au cadmium. Or, elle ne disposait pas d'informations étayant suffisamment cette prolongation. C'est pourquoi j'ai voté pour cette résolution, qui appelle la Commission à procéder à une nouvelle évaluation.

Marielle de Sarnez (ALDE), *par écrit*. – Diverses études scientifiques ont montré que le cadmium, métal lourd utilisé dans les écrans de certaines télévisions LCD et autres appareils électroniques, présente des risques élevés pour la santé humaine.

Or, il existe désormais sur le marché de l'Union toute une gamme de nouveaux modèles de téléviseurs utilisant des boîtes quantiques sans cadmium et disponibles auprès de points de vente de premier plan dans les États membres. C'est pourquoi le Parlement européen a refusé d'étendre la dérogation dont bénéficiait jusqu'alors le cadmium dans les applications d'éclairage et d'illumination, faute d'autre solution.

Mireille D'Ornano (NI), *par écrit*. – J'ai voté pour la proposition de résolution sur une exemption relative au cadmium dans les applications d'éclairage général et d'éclairage d'écrans.

Le cadmium est un risque à la fois environnemental et sanitaire. C'est pourquoi au mois de mai 2015, j'ai adressé à la Commission européenne une question écrite dans laquelle je l'interroge sur ses intentions.

Il existe d'ores et déjà d'autres solutions bien plus sûres et respectueuses de l'environnement. Cela signifie que nous ne devons pas attendre 2017 afin de proscrire le cadmium des éléments susdits, tel que l'entend l'acte délégué de la Commission. En effet, nous devons encourager la démarche des scientifiques et des entreprises qui ont mis au point ces nouvelles technologies et qui considèrent que le cadmium est un risque que l'on ne peut plus prendre.

Ian Duncan (ECR), *in writing*. – Directive 2011/65/EU (RoHS Directive) restricts the use of cadmium in electrical and electronic equipment placed on the market in the EU. Cadmium is carcinogenic, and can also cause acute flu-like symptoms, bronchitis and pneumonia.

The proposed delegated act will delay the restriction on cadmium for equipment where it is believed there is currently no safer alternative on the market. It proposes that the restriction on using cadmium in colour converting LEDs such as lamps be delayed until 30 June 2017, and for use in solid state illumination or display systems such as in televisions, until 30 June 2018.

The ECR Group supports the objection resolution and believes that better regulation and innovation should be championed in this area.

Ангел Джамбазки (ECR), *в писмена форма*. – Аз абсолютно подкрепям това предложение, тъй като ЕК не е успяла да хвърли светлина върху това дали такава петиция е била приета след изтичането на крайния срок.

Имало е и много важни нови развития по отношение на търговската наличност на продукти на основани на технологията за квантови точки без кадмий и този делегиран акт трябва да бъде преразгледан и в всички случаи да се предотврати правната несигурност и незаконното действие.

Jill Evans (Verts/ALE), *in writing*. – I voted in favour of this report to object to a delegated act which would have extended the derogation for cadmium in colour converting LEDs (e.g. lamps) until 30 June 2017, and use in solid state illumination/display systems (e.g. televisions) until 30 June 2017. As the rapporteur on the RoHS legislation in 2009 I know how important this decision was and that it was indeed in the interests of my constituents in Wales.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – A diretiva relativa à restrição do uso de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos limita, nomeadamente, a utilização de cádmio nos equipamentos elétricos e eletrónicos. O prolongamento da isenção 39 diz respeito a duas aplicações diferentes dos pontos quânticos com cádmio: uma diz respeito à utilização na iluminação de estado sólido e a outra diz respeito a sistemas de visualização. A Comissão afirma explicitamente que os LED de pontos quânticos (com e sem cádmio) para iluminação ainda não estão disponíveis e reconhece que o respetivo impacto ambiental positivo não pôde, por conseguinte, ser demonstrado. Esta diretiva delegada não cumpre as condições estabelecidas e a justificação dada para a isenção 39 b) baseia-se numa situação desatualizada relativamente à viabilidade da substituição do cádmio em pontos quânticos.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta resolução objeta a Diretiva que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o anexo III da Diretiva 2011/65/EU, no que respeita a uma isenção para o cádmio nas aplicações de iluminação e iluminação de monitores.

Em janeiro de 2015, a Comissão Europeia propôs um ato delegado que prolonga a vida do cádmio em televisores até junho de 2018. A Comissão reintroduz, assim o cádmio no mercado da UE, já que os fabricantes o haviam já retirado das aplicações de iluminação e de retroiluminação de monitores com cádmio à luz do fim desta isenção em julho 2014.

A justificação dada pela Comissão é que «os pontos quânticos livres de Cádmio ainda não estão tecnicamente disponíveis».

No entanto, de acordo com a exposição de motivos da Comissão, para uma das aplicações, não há produtos no mercado usando pontos quânticos (Cd e Cd—livres), por isso é difícil entender por que tal isenção seria ainda necessária. E, de facto, os consultores da Comissão que avaliaram este pedido de isenção não consideram ser justificada na fase atual.

Além disso, de acordo com informações da indústria, existem pelo menos duas empresas que oferecem pontos quânticos Cd-livres, e há produtos com esta tecnologia já no mercado. Como tal, a justificação pela Comissão parece ser incorreta.

Lorenzo Fontana (NI), *per iscritto*. – Voto favorevolmente alla risoluzione tenendo presente l'obiezione alla direttiva delegata della Commissione che modifica, adattandolo al progresso tecnico, l'allegato III della direttiva RoHS (restrizione dell'uso di determinate sostanze pericolose nelle apparecchiature elettriche ed elettroniche).

Λάμπρος Φουντούλης (NI), *γραπτώς*. – Υπερψηφίζω την τροποποίηση της οδηγίας όσον αφορά την εξαίρεση για τη χρήση καδμίου στις εφαρμογές φωτισμού γενικά και φωτισμού οθόνης, εφόσον το κείμενο καταδικάζει μια ενέργεια της Επιτροπής (να δώσει παράταση στην εξαίρεση χρήσης καδμίου στις εφαρμογές φωτισμού και φωτισμού οθόνης), ενέργεια αδικαιολόγητη, παράτυπη και επικίνδυνη για το περιβάλλον και τους ευρωπαίους πολίτες.

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *in writing*. – I voted in favour of objecting to Commission Delegated Directive of 30 January 2015 amending, for the purposes of adapting to technical progress, Annex III to Directive 2011/65/EU of the European Parliament and of the Council as regards an exemption for cadmium in illumination and display lighting applications, considering the fact that rejection of the delegated directive therefore does not ban cadmium quantum dots, but only triggers a new assessment and that therefore there will be no market distortions, as the current exemption stays valid until revocation, with an additional grace period to be granted thereafter.

Francesc Gambús (PPE), *por escrito*. – Actualmente la Directiva 2011/65/UE sobre restricciones a la utilización de determinadas sustancias peligrosas en aparatos eléctricos y electrónicos restringe, entre otras cosas, el uso del cadmio en estos aparatos. La Directiva RUSP prevé exenciones a las restricciones establecidas, siempre que la inclusión de estas sustancias no debilite el grado de protección de la salud y del medio ambiente. Por otra parte, no parece que existan ya televisores con puntos cuánticos de cadmio en el mercado de la Unión. Los puntos cuánticos sin cadmio no solo están disponibles desde el punto de vista técnico, sino que toda una línea de televisores basados en esta tecnología está ya ampliamente disponible en el mercado de la Unión. Por ello he votado a favor.

Enrico Gasbarra (S&D), *per iscritto*. – Considerando il celere avanzamento tecnologico del mercato e la nuova valutazione richiesta dai nuovi prodotti e ritrovati basati su tecnologia a punti quantici privi di cadmio e valutando come obsoleta la richiesta di esenzione 39b, accolgo con favore la proposta di risoluzione sulla direttiva della Commissione in modifica dell'allegato III della direttiva 2011/65/UE in merito all'esenzione del cadmio nelle applicazioni di illuminazione dei sistemi di visualizzazione.

Julie Girling (ECR), *in writing*. – The proposed delegated act will not only permit the use of a carcinogenic substance in the European market but will also stifle innovation in cadmium-free technology.

European regulation should be designed not only to restrict materials that pose an unacceptable public health risk but should also favour innovation. The proposals are out of date and are a symptom of bad regulation. Regulations in areas of technology need to react quickly to constant change, not only for public health but so that European technology firms are not placed at a competitive disadvantage within international markets.

For these reasons I support this objection to the proposed delegated act.

Tania González Peñas (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta modificación porque la restricción de Directiva sobre las Substancias Hazardosas (RoHS en inglés) adoptada en 2011 eximía el uso del cadmio en aplicaciones LEDs y pantallas hasta el 1 de Julio de 2014. En enero de 2015, la Comisión propuso un Acta Delegada que extiende la vida del cadmio en televisiones hasta junio de 2018. De este modo, la Comisión reintroduce efectivamente el cadmio en el mercado europeo una vez las televisiones con cadmio ya han sido retiradas del mercado en vista al fin de esa exención previsto en la regulación para el pasado mes de julio de 2014.

Theresa Griffin (S&D), *in writing*. – I voted in support of the report as the justification given for exemption 39(b) is based on an outdated situation with regard to the practicability of the replacement of cadmium in quantum dots. It therefore calls for a swift reassessment of the existing exemption 39 with a view to its revocation.

Antanas Guoga (ALDE), *raštu*. – Balsavau už Europos Parlamento rezoliuciją dėl Komisijos deleguotosios direktyvos …/…/ES, kuria, derinant prie technikos pažangos, iš dalies keičiamos Europos Parlamento ir Tarybos direktyvos 2011/65/ES III priedo nuostatos dėl kadmio naudojimo apšvietimo įrenginiuose ir vaizduoklių apšvietimo įrenginiuose išimties, nes Europos Komisija paaiškino, jog kol kas nėra apšvietimui skirtų šviesos diodų su kvantiniais taškais (tiek su kadmiu, tiek be jo), ir ji sutinka, kad nebuvo galima įrodyti teigiamo jų naudojimo poveikio aplinkai. Todėl palaikau EP poziciją, kad dėl išimties pateiktas pagrindimas nėra atnaujintas, ir todėl rezoliucijoje raginama skubiai atlikti pakartotinį esamos išimties vertinimą.

Marian Harkin (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of this resolution objecting to an exemption for cadmium in illumination and display lighting applications. The Restriction of Hazardous Substances Directive exemptions from the cadmium ban for certain LED lamps and displays were only supposed to last until 2014; however, the Commission wish to prolong this as to as far as 2018.

I feel a future exemption by the Commission cannot be justified as the current one is already outdated and doesn't recognise new developments in alternative, cadmium-free technologies which have already reached the EU market. Cadmium is a highly toxic and carcinogenic metal and this objection is in line with the aims of the Restriction of Hazardous Substances Directive to minimise the dangers to human health and to the environment. I hope following the vote in favour of the Resolution the Commission will act quickly to reassess the exemption in light of the latest evidence and come to a new decision.

Sylvie Goddyn (NI), *par écrit*. – Le cadmium est un métal lourd, dangereux pour la santé et l'environnement; il est interdit dans de nombreuses applications. La Commission européenne a toutefois accordé une exemption pour les écrans de téléviseurs, notamment les écrans à LED ainsi que pour les éclairages. Cette exemption est valable jusqu'au 30 juin 2017.

Or, la technologie a, comme souvent, anticipé la législation et il existe désormais des «boites quantiques», nanostructures de semi-conducteurs, disponibles sur le marché qui peuvent être sans cadmium. La nouvelle technologie est proposée par deux sociétés, Samsung en Corée et Nanoco en Angleterre. Les boites quantiques avec cadmium sont le fait de trois sociétés américaines. Le cadmium est un sujet préoccupant et le cabinet de ma collègue Mireille d'Ornano a d'ailleurs interrogé la Commission sur la possibilité d'une interdiction.

Cette résolution fait donc objection à un acte délégué pour que l'exemption tienne compte de l'avancée technique et que la Commission intègre la position du Parlement sur le sujet.

Cette proposition de résolution appelle donc au rejet d'un acte délégué. Elle demande la prise en compte de l'avis des élus et vise à interdire un produit dangereux. J'ai donc voté pour.

Pablo Iglesias (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta modificación porque la restricción de Directiva sobre las Substancias Hazardosas (RoHS en inglés) adoptada en 2011 eximía el uso del cadmio en aplicaciones LEDs y pantallas hasta el 1 de Julio de 2014. En enero de 2015, la Comisión propuso un Acta Delegada que extiende la vida del cadmio en televisiones hasta junio de 2018. De este modo, la Comisión reintroduce efectivamente el cadmio en el mercado europeo una vez las televisiones con cadmio ya han sido retiradas del mercado en vista al fin de esa exención previsto en la regulación para el pasado mes de julio de 2014.

Carlos Iturgaiz (PPE), *por escrito*. – Voto a favor subrayando la importancia de la exencion para el cadmio en aplicaciones de iluminacion. La fabricación de televisores sin puntos cuánticos de cadmio en el mercado de la Unión debería tomarse como modelo para permitir que estas tecnologías se instalen en otros productos de iluminación con puntos cuanticos de cadmio.

Ivan Jakovčić (ALDE), *napisan*. – Glasovao sam za rezoluciju Europskog parlamenta o Delegiranoj direktivi Komisije o izmjeni, u svrhu prilagodbe tehničkom napretku, Priloga III. Direktivi 2011/65EU Europskog parlamenta i Vijeća u pogledu izuzeća za uporabu kadmija u osvjetljenju i osvjetljenju zaslona kojom se odbija delegirani akt Europske komisije zbog toga što je izuzetak zabrane kadmija za pojedine LED žarulje i zaslone nedopustiv. Kadmij je visoko toksična supstanca koja je do 2014. godine trebala biti u potpunosti zabranjena, pogotovo zbog toga što su se u međuvremenu razvile alternative koje ne uključuju korištenje kadmija. Smatram da bi izuzetak korištenja kadmija, koji se protegnuo do polovice 2017. godine za žarulje, te do polovice 2018. godine za zaslone, potaknuo bespotreban ulazak na EU tržište proizvoda koji sadrže spomenutu supstancu. Stoga, protivim se takvom rješenju.

Jean-François Jalkh (NI), *par écrit*. – La Commission européenne a accordé une exemption d'interdiction du cadmium pour les écrans de téléviseurs ainsi que pour les éclairages. En effet, le cadmium est un métal lourd et particulièrement nocif pour la santé publique et l'environnement. Certaines entreprises ont néanmoins anticipé la législation en créant des boîtes quantiques, des nanostructures de semiconducteurs, et sans cadmium.

Ces boîtes quantiques sans cadmium ont été mises sur le marché par trois entreprises américaines. Le cadmium préoccupe particulièrement les députés du Front national et nous essayons d'obtenir son interdiction par tous les moyens. La résolution présentée ici prévoit que l'exemption tienne compte de l'avancée technique, qui permet de s'affranchir de l'utilisation du cadmium et donc de l'interdire dans tous les domaines. J'ai donc décidé de voter pour ce texte.

Diane James (EFDD), *in writing*. – UKIP abstained on a proposal to reject a Commission delegated act, which conditionally allows the use of cadmium in illumination and display lighting applications. We believe it should only be our elected and accountable national governments that decide these things, not unelected EU Commissioners using the undemocratic method of delegated acts to pass wide reaching rules. We totally oppose the EU deciding what can and can't be sold on the British market.

However, blocking this delegated act will potentially have a far reaching effect on a certain section of British industry. However, of course we recognise the consequences of allowing cadmium to continue to be used, especially when there is new technology in its infancy that doesn't use cadmium-based dot technology in display screens. UKIP fully supports the development of alternative technology to these hazardous substances.

Marc Joulaud (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la proposition de résolution du parlement européen faisant objection à la proposition de la Commission de maintenir le cadmium dans certains produits électroniques et d'éclairage.

Malgré sa nocivité, le cadmium bénéficiait d'une exemption d'utilisation dans certains produits électroniques et d'éclairage européen. La Commission souhaitait maintenir cette exemption alors que de nouveaux procédés de fabrication de ces objets sans cadmium sont possibles. Dès lors, l'exemption est caduque et mérite d'être retirée.

Cette résolution a été adoptée à une large majorité, ce dont je me félicite.

Philippe Juvin (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de l'objection à la directive déléguée modifiant les dispositions concernant une exemption relative au cadmium dans les applications d'éclairage général et d'éclairage d'écrans.

Barbara Kappel (NI), *schriftlich*. – Cadmium, ein giftiges Material, das sich in zahlreichen LED-Lampen und Fernsehgeräten befindet, sollte verboten werden. Nicht nur aufgrund seiner Toxizität, sondern auch aufgrund von Formalkriterien – der Antrag auf eine Ausweitung der Übergangsfrist zur Abschaffung von Cadmium ist weit nach der offiziellen Deadline eingebracht worden – sollte dem Antrag zugestimmt werden. Ich enthalte mich aber der Stimme, da der Text eine ähnliche Argumentation annimmt wie einst bei der Abschaffung der Glühbirne.

Kateřina Konečná (GUE/NGL), *písemně*. – Směrnice o omezení nebezpečných látek přijatá v roce 2011 ze své působnosti dočasně, do července 2014, vyjmula používání kadmia v LED diodách pro osvětlení a zobrazovací součástky. V lednu tohoto roku však Komise překvapivě navrhla za použití aktu v přenesené pravomoci další prodloužení používání kadmia v televizích, a to až do června roku 2018. Komise tak z mého pohledu chtěla v podstatě znovu zavést kadmium na trh EU, protože s ohledem na ukončení původní výjimky v červenci 2014 již někteří výrobci plně přikročili ke stažení kadmia z jimi vyráběných produktů. Odůvodnění Komise je takové, že dle ní v současnosti ještě nejsou technicky dostupné kvantové tečky bez kadmia. Z mého pohledu se však jedná pouze o obchodní konflikt mezi dvěma skupinami výrobců, kde jedni již potřebnou technologii vyvinuli a úspěšně zavedli, druzí ještě ne a tak žádají Komisi o více času. Vzhledem k tomuto a na základě poskytnuté analýzy právního oddělení Evropského parlamentu, které nás ujistilo, že odmítnutí tohoto aktu v přenesené pravomoci neznamená zákaz kadmia v kvantových tečkách, jelikož původní výjimka zůstává nadále v platnosti, rozhodla jsem se podpořit usnesení, které neumožní prodloužit používání kadmia v diodách. A to také i proto, že mnou podpořené usnesení požaduje nové posouzení prodloužení výjimky.

Giovanni La Via (PPE), *per iscritto***.** – Prendendo atto che la direttiva RoHS limita, tra l'altro, l'uso del cadmio nelle apparecchiature elettriche ed elettroniche (restrizione dell'uso di determinate sostanze pericolose nelle apparecchiature elettriche ed elettroniche), si può constatare come il mercato abbia registrato importanti sviluppi da allora, soprattutto dal punto di vista delle tecniche disponibili. Infatti, si può prevedere che le proprietà dei punti quantici privi di cadmio in termini di risparmio energetico siano simili a quelle dei punti quantici contenenti cadmio.

Alla luce di ciò, e in vista della tutela del diritto alla salute, ho espresso il mio parere favorevole.

Marine Le Pen (NI), *par écrit*. – Cette proposition vise à modifier l'annexe III de la directive 2011/65/UE du Parlement européen et du Conseil relative à une exemption sur le cadmium dans les applications d'éclaire général et d'éclairage d'écrans. Elle exige notamment une actualisation en fonction des technologies connues dans l'UE et donc de rejeter l'acte délégué.

Par ailleurs, le motif avancé par la Commission pour renouveler l'exemption, à savoir qu'il n'existerait pas encore de boîtes quantiques sans cadmium, me paraît parfaitement illégitime et inopérant. J'ai donc voté en faveur de ce point là.

Philippe Loiseau (NI), *par écrit*. – J'ai voté pour.

Cette résolution a pour but l'interdiction du cadmium, métal lourd dangereux pour la santé et l'environnement. Il existe une exemption valable jusqu'au 30 juin 2017 pour les écrans de téléviseurs et pour les éclairages. Le cadmium est un sujet important sur lequel il est en effet utile de légiférer d'autant que la technologie permet la fabrication d'appareils sans cadmium.

Cette résolution prend en compte cette possibilité et veut faire objection à un acte délégué pour que l'exemption ne soit plus possible, puisqu'elle demande le rejet de l'acte délégué avec comme conséquence attendue l'interdiction d'un produit dangereux; je soutiens cette résolution.

Petr Mach (EFDD), *písemně*. – Hlasoval jsem proti, jelikož se domnívám, že návrh Komise v tomto případě výjimečně znamená méně regulací a zbytečných zákazů.

Ivana Maletić (PPE), *napisan*. – Kadmij (Cd) je srebrno-bijel, mekan i plastičan metal koji se može rezati nožem, vući u žice i kovati u listiće, a upotrebljava se za prekrivanje drugih metala osobito željeza i čelika. Zbog toksičnosti kadmija i njegovih spojeva te razvojem svijesti za brigu o okolišu, kadmij se počinje izbacivati iz upotrebe i nadomješta ga se zamjenskim materijalom.

Direktiva 2011/65/EU o ograničenju uporabe određenih opasnih tvari u električnoj i elektroničkoj opremi ograničava, između ostalog, uporabu kadmija u električnoj i elektroničkoj opremi, ali navodi i izuzeća od ograničenja.

Podržala sam prigovor na Delegiranu direktivu Komisije o izmjeni priloga u svrhu prilagodbe tehničkom napretku, a u pogledu izuzeća za uporabu kadmija u osvjetljenju i osvjetljenju zaslona. Komisija tvrdi da se kadmij koristi u zaslonima te da će takvi zasloni imati povoljan učinak zbog njihove niske potrošnje energije te da kvantne točke bez kadmija još uvijek nisu tehnički dostupne.

Rezolucija traži da se izuzeće stavi izvan snage i da Komisija podnese novi delegirani akt koji će uzeti u obzir stajalište Parlamenta budući da se razvojem tehnologije danas proizvode zasloni koji ne sadrže toksični kadmij.

Andrejs Mamikins (S&D), *rakstiski*. – Es biju to 618 deputātu vidū, kuri nobalsoja par. 33 bija pret, 28 atturējās. Apgaismošana, kā arī citas ES līdzīgas sfēras — viss ir strikti reglamentēts.

Νότης Μαριάς (ECR), *γραπτώς*. – Ψηφίζω υπέρ της πρότασης ψηφίσματος σχετικά με την κατ' εξουσιοδότηση οδηγία …/…/ΕΕ της Επιτροπής για την τροποποίηση, με σκοπό την προσαρμογή στην τεχνική πρόοδο, του παραρτήματος ΙΙΙ της οδηγίας 2011/65/ΕΕ του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου και του Συμβουλίου, όσον αφορά εξαίρεση για τη χρήση καδμίου στις εφαρμογές φωτισμού γενικά και φωτισμού οθόνης, διότι αφενός καλεί την Επιτροπή να υποβάλει νέα κατ' εξουσιοδότηση πράξη η οποία να λαμβάνει υπόψη τη θέση του Κοινοβουλίου και αφετέρου ζητεί από την Επιτροπή να εξηγήσει γιατί αποδέχτηκε αίτηση που υποβλήθηκε πέντε μήνες μετά τη λήξη της προθεσμίας.

David Martin (S&D), *in writing*. – I voted for this proposal because I share the concerns that lead to the objection to Commission Delegated Directive of 30 January 2015 amending, for the purposes of adapting to technical progress, Annex III to Directive 2011/65/EU of the European Parliament and of the Council as regards an exemption for cadmium in illumination and display lighting applications.

Dominique Martin (NI), *par écrit*. – Cette résolution porte sur l'interdiction du cadmium.

Ce métal lourd est dangereux pour la santé et l'environnement et est interdit dans la plupart des produits sauf pour quelques écrans de téléviseurs, notamment les écrans LED, et pour les éclairages.

Une autre solution à ce métal existe actuellement sur le marché. Cette proposition de résolution appelle à rejeter un acte délégué, demande la prise en compte de l'avis des élus sur ce sujet et vise, à terme, à interdire ce produit dangereux, je suis donc pour.

Fulvio Martusciello (PPE), *per iscritto*. – La direttiva delegata riguardante l'esenzione relativa al cadmio nelle applicazioni di illuminazione generale e di illuminazione dei sistemi di visualizzazione mi trova favorevole.

Considerando gli importanti sviluppi che il mercato ha registrato, la regolamentazione consente uno sviluppo delle tecnologie utile e gestito in maniera sistemica.

Questo documento avvia una nuova valutazione da cui non risultano distorsioni del mercato, visto che l'attuale esenzione rimane in vigore fino alla revoca più un periodo di tolleranza successivo.

Georg Mayer (NI), *schriftlich*. – Bei der Abstimmung über die delegierte Richtlinie der Kommission habe ich mich der Stimme enthalten. Da zum einen die Einreichfristen nicht eingehalten wurden und zum anderen eine solche Verordnung durchaus sinnvoll und zielführend wäre, war eine Enthaltung die einzig logische Konsequenz.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *par écrit*. – En 2011, l'UE a adopté une directive relative à la limitation de l'utilisation de certaines substances dangereuses dans les équipements électriques et électroniques, principalement le cadmium. Cependant une dérogation était prévue jusqu'en 2014 pour le «cadmium dans les diodes électroluminescentes (DEL) destinées à être utilisées dans des systèmes d'éclairage ou d'affichage par source à l'état solide».

Par un acte délégué la Commission a étendu cette exemption à 2017 considérant que les avancées technologique ne permettent pas de se passer du cadmium: «Il n'existe pas encore de boîtes quantiques sans cadmium». Cette assertion est infondée, il existe par exemple des «gammes de nouveaux modèles de téléviseurs utilisant des boîtes quantiques sans cadmium». La résolution s'oppose à l'entrée en vigueur de l'acte délégué qui sert les industriels peu soucieux de l'environnement. Je vote pour.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Apresentei o meu voto favorável à objeção formulada pelo Parlamento Europeu ao ato delegado sobre a matéria em causa.

A diretiva delegada da Comissão prolonga uma isenção por um período superior, isenção que pode ser relevante no futuro mas que apenas poderá ser concedida com base numa avaliação cuidada e adequada.

Roberta Metsola (PPE), *in writing*. – I voted in favour of this resolution and object to the Commission's delegated regulation as I support the conclusions of the Committee on the Environment, Public Health and Food Safety.

Marlene Mizzi (S&D), *in writing*. – I supported the Commission Delegated Directive …/…/EU amending, for the purposes of adapting to technical progress, Annex III to Directive 2011/65/EU of the European Parliament and of the Council as regards an exemption for cadmium in illumination and display lighting applications.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE), *por escrito*. – A Diretiva 2011/65/EU, relativa à restrição do uso de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, no seu artigo 4.º, n.º 1, limita, nomeadamente, a utilização de cádmio nos equipamentos elétricos e eletrónicos. O anexo III da mesma Diretiva prevê isenções das restrições previstas no artigo 4.º, n.º 1.

O ponto 39 do anexo III contém uma derrogação para «Cádmio presente nos LED II-VI de conversão de cor (teor inferior a 10 µg de Cd por mm^2 de superfície de emissão de luz) para utilização em sistemas de iluminação de estado sólido ou de visualização», que caduca em 1 de julho de 2014. A Comissão indicou que recebeu um pedido de renovação da isenção 39, em dezembro de 2012, e um pedido conexo de isenção mais restrita e específica para a utilização de cádmio nos pontos quânticos em monitores, em maio de 2013.

Os pedidos de renovação de uma isenção devem ser apresentados até 18 meses antes da isenção caducar; que o pedido relativo à isenção específica foi apresentado depois dessa data limite.

Por este motivo votei a favor da presente resolução.

Sophie Montel (NI), *par écrit***.** – Cette proposition vise à modifier l'annexe III de la directive 2011/65/UE du Parlement européen et du Conseil relative à une exemption sur le cadmium dans les applications d'éclairage général et d'éclairage d'écrans. Elle exige notamment une actualisation en fonction des technologies connues dans l'UE et donc de rejeter l'acte délégué.

Par ailleurs, le motif avancé par la Commission pour renouveler l'exemption, à savoir qu'il n'existerait pas encore de boîtes quantiques sans cadmium, me paraît parfaitement illégitime et inopérant. J'ai donc voté en faveur de ce point-là.

Alessia Maria Mosca (S&D), *per iscritto*. – Approviamo la risoluzione sull'esenzione del cadmio dalle applicazioni di illuminazione dei sistemi di visualizzazione poiché riteniamo che la direttiva delegata della Commissione del 30 gennaio 2015 non rispetti le condizioni relative all'esenzione del cadmio contenute nell'articolo 5, paragrafo l, lettera a), della direttiva sulla restrizione dell'uso di determinate sostanze pericolose nelle apparecchiature elettriche ed elettroniche.

Per questo motivo ci riconosciamo nella richiesta avanzata alla Commissione di presentare una nuova versione dell'atto delegato che tenga conto della posizione del relatore e del Parlamento nel suo insieme.

Liadh Ní Riada (GUE/NGL), *in writing*. – Cadmium is a carcinogenic substance which, under the Restrictions of Hazardous Substances Directive has been banned in electronic products in the EU since June 2014, so there are no more products on the EU market which contain this substance. The Commission, in January this year, introduced a delegated act which would see cadmium quantum dots being allowed again in LCD TVs by allowing an exemption for its use.

There are already cadmium-free quantum dot TVs on the market so there is no need to reintroduce toxic cadmium to electronic products. It is vital that the protection of consumers' and workers' health is the priority and for this reason I voted in favour of this resolution to reject any reintroduction of cadmium electronic products into the market.

Luděk Niedermayer (PPE), *písemně*. – Hlasoval jsem proti návrhu usnesení, kterým EP vyslovuje námitku proti směrnici Komise v přenesené pravomoci, kterou se pro účely přizpůsobení technickému pokroku mění příloha III směrnice Evropského parlamentu a Rady 2011/65/EU, pokud jde o výjimku pro použití kadmia v systémech osvětlení a vizualizace. Jsem toho názoru, že výjimka pro použití kadmia, která se týká širšího spektra osvětlovací techniky a vizuální techniky (typicky mobilů, monitorů, televizí, tabletů), je dnes oprávněná. Obecně vzato sice podporuji snižování zdravotních rizik, ale technologie bez přítomnosti kadmia se nezdají být dnes připraveny splňovat požadavky trhu, například vzhledem k nízké energetické účinnosti a problémům s nízkou životností. Dle mých poznatků se na celosvětovém trhu nevyskytuje dostatek technologií bez přítomnosti kadmia. Obávám se, že zneplatnění výjimky bude znamenat zmaření investic vynaložených zvláště osvětlovacím průmyslem v zájmu zvýšení energetické účinnosti, a proto myslím, že může být předčasné.

Franz Obermayr (NI), *schriftlich*. – Positiv hervorzuheben ist der Schutz unserer Gesundheit durch die Eindämmung von Cadmium bei der Verwendung in Beleuchtungskörpern. Es kann nicht angehen, dass die Kommission noch Monate nach einer gesetzten „Deadline" Vorschläge für Ausnahmen für die Verwendung von Cadmium in LED akzeptiert. Jedoch sind mit dem Vorschlag auch Aspekte verknüpft, die den Beigeschmack von Überregulierung und Impraktikabilität haben. Daher habe ich mich der Stimme enthalten.

Younous Omarjee (GUE/NGL), *par écrit***.** – Cette résolution, qui concerne une exemption pour le cadmium dans l'éclairage général d'écran, invite la Commission à présenter un nouvel acte délégué prenant en compte la position du Parlement. En effet, dans une directive de 2011 restreignant des substances dangereuses, une exemption fut faite pour l'utilisation du cadmium dans les éclairages couleur des écrans.

Cette exemption arrivant à échéance d'ici le 1er juillet 2014, la Commission a proposé un acte délégué qui prolonge cette échéance à juin 2018, tandis que la majorité des fabricants avaient déjà retiré le cadmium dans les téléviseurs, rendant la prolongation infondée. J'ai soutenu cette résolution.

Urmas Paet (ALDE), *kirjalikult*. – Toetasin ettepanekut, kuna teema vajab täiendavat analüüsi.

Aldo Patriciello (PPE), *per iscritto*. – Considerando la direttiva delegata della Commissione del 30 gennaio 2015 che modifica, ai fini dell'adeguamento al progresso tecnico, l'allegato III della direttiva 2011/65/UE del Parlamento europeo e del Consiglio per quanto riguarda l'esenzione per il cadmio nelle applicazioni di illuminazione e di visualizzazione,

ho espresso il mio voto favorevole.

Marijana Petir (PPE), *napisan*. – Toksična svojstva kadmija razlog su njegova uvrštavanje u popis Direktive 2011/65/EU o ograničenju uporabe određenih opasnih tvari u električnoj i elektroničkoj opremi. Čudi ova Delegirana direktiva Komisije, a još više dana obrazloženja u uvodnom tekstu uz akt. Smatram da razlozi za izuzećem za ograničenje uporabe kadmija u osvjetljenju i osvjetljenju zaslona nisu valjani niti opravdani. Još više čudi prihvaćanje zahtjeva za izuzećem podnesenom izvan roka i to za opremu koja još nije dostupna na tržištu ili će tek doći na tržište EU-a. U mojoj domovini s pravom bismo taj postupak nazvali pogodovanjem, što je na samoj granici zakonitosti ili čak nezakonito ako se daju netočni podaci ili krivo argumentirani razlozi kako bi se progurao zakonodavni akt. Zbog toga podržavam donošenje ove rezolucije te zaista tražim od Komisije i objašnjenje razloga zbog kojih je donesena ova Delegirana direktiva.

Florian Philippot (NI), *par écrit*. – Cette résolution, soumise par les groupes Verts/S&D/GUE porte sur l'interdiction du cadmium, métal lourd dangereux pour la santé et l'environnement.

Il existe une exemption de cette interdiction pour les écrans de téléviseurs, notamment les écrans à LED ainsi que pour les éclairages. L'exemption est valable jusqu'au 30 juin 2017. Toutefois, la technologie a, comme souvent, anticipé la législation et il existe désormais des «boîtes quantiques», nanostructures de semiconducteurs disponibles sur le marché qui peuvent être sans cadmium.

La nouvelle technologie est proposée par deux sociétés, Samsung en Corée et Nanoco en Angleterre. Les boîtes quantiques avec cadmium sont le fait de trois sociétés américaines. Cette résolution fait donc objection à un acte délégué pour que l'exemption tienne compte de l'avancée technique et que la Commission intègre la position du Parlement sur le sujet.

Considérant que le texte appelle au rejet d'un acte délégué, demande la prise en compte de l'avis des élus et vise à interdire un produit dangereux, je vote pour.

Tonino Picula (S&D), *napisan*. – Podržavam prijedlog rezolucije o izmjeni, u svrhu prilagodbe tehničkom napretku, Priloga III. Direktivi 2011/65/EU Europskog parlamenta i Vijeća u pogledu izuzeća za kadmij u primjenama u osvjetljenju i osvjetljenju zaslona kojom se traži od Komisije da podnese novi delegirani akt koji će uzeti u obzir stajalište Parlamenta.

U skladu s člankom 5. točkom (a) stavkom 1. izuzeća se uvrštavaju u Prilog III., pod uvjetom da se time ne narušava zaštita okoliša i zdravlja propisana Uredbom (EZ) br. 1907/2006 i ako je ispunjen bilo koji od sljedećih uvjeta: ako njihova eliminacija ili zamjena izmjenama u dizajnu ili materijalima i komponentama za koje nije potreban ni jedan od materijala ili tvari navedenih u Prilogu II. nije izvediva iz znanstvenih ili tehničkih razloga; ako nije moguće jamčiti pouzdanost zamjenskih tvari; ili ako je vjerojatno da bi ukupni nepovoljni učinci na okoliš, zdravlje i sigurnost potrošača prouzročeni zamjenom bili veći od ukupne koristi te zamjene za okoliš, zdravlje i sigurnost potrošač.

Također, neovisni konzultanti su u ime Komisije ocijenili zahtjeve i zaključili da na temelju dostupnih informacija u tom trenutku nije bilo moguće opravdati izuzeće za osvjetljenje, te su mu se stoga izričito usprotivili.

Andrej Plenković (PPE), *napisan***.** – Podržao sam prijedlog rezolucije o delegiranoj direktivi Komisije o izmjeni, u svrhu prilagodbe tehničkom napretku, Priloga III. Direktivi 2011/65/EU Europskog parlamenta i Vijeća u pogledu izuzeća za kadmij u primjenama u osvjetljenju i osvjetljenju zaslona. Komisija jasno navodi da LED diode za osvjetljenje s kvantnim točkama (od kamdija ili bez njega) još uvijek nisu tehnički dostupne i temeljem toga je razvidno da se njihov povoljan učinak na okoliš ne može dokazati. Međutim, Komisija je unatoč navedenom produžila opće izuzeće za uređaje za osvjetljenje s kvantnim točkama od kamdija do 30. lipnja 2017. godine i na taj način omogućila industrijama osvjetljenja da podnesu poseban zahtjev za njih budući su ti uređaji već bili u pretproizvodnoj fazi.

Smatram da odbacivanje Delegirane direktive ne znači da će kadmij u kvantnim točkama biti zabranjen, već da će se izraditi nova procjena učinka i da se iz istog razloga ne narušava tržišno natjecanje, s obzirom na to da je trenutačno izuzeće valjano dok ga se ne stavi izvan snage, uz dodatno razdoblje odgode koje će se nakon toga primijeniti.

Salvatore Domenico Pogliese (PPE), *per iscritto*. – Ho condiviso le obiezioni alla direttiva delegata della Commissione. È necessaria una nuova valutazione a seguito degli sviluppi registrati nell'ambito della disponibilità commerciale di prodotti basati sulla tecnologia a punti quantici privi di cadmio. Sono a favore della risoluzione: così com'è, la direttiva delegata non può entrare in vigore. Anche se la direttiva non entra in vigore, ed è importante sottolinearlo, non ci saranno distorsioni di mercato, poiché l'attuale esenzione rimane in vigore fino alla revoca più un periodo di tolleranza successivo.

Franck Proust (PPE), *par écrit*. – Le Parlement européen a voté en faveur de l'objection concernant la directive déléguée UE de la Commission modifiant, aux fins de son adaptation au progrès technique, l'annexe III de la directive 2011/65/UE du Parlement européen et du Conseil en ce qui concerne une exemption relative au cadmium dans les applications d'éclairage général et d'éclairage d'écrans.

J'ai voté pour ce texte et je souligne que l'acte délégué initial nécessite certaines modifications et améliorations pour être pleinement appliqué et applicable.

Julia Reid (EFDD), *in writing*. – UKIP abstained on a proposal to reject a Commission delegated act, which conditionally allows the use of cadmium in illumination and display lighting applications. We believe it should only be our elected and accountable national governments that decide these things, not unelected EU Commissioners using the undemocratic method of delegated acts to pass wide-reaching rules. We totally oppose the EU deciding what can and can't be sold on the British market.

However, blocking this delegated act will potentially have a far-reaching effect on a certain section of British industry. However, of course we recognise the consequences of allowing cadmium to continue to be used, especially when there is new technology in its infancy that doesn't use cadmium-based dot technology in display screens. UKIP fully supports the development of alternative technology to these hazardous substances.

Frédérique Ries (ALDE), *par écrit*. – Le cadmium est classé depuis 1993 comme cancérigène pour l'homme par le Centre international de Recherche sur le Cancer (CIRC), c'est dire sa dangerosité. Ce métal lourd se retrouve dans des produits aussi variés que les piles, les soudures, les pigments de peinture, les engrais et les pesticides, mais aussi dans les applications d'éclairage général et d'éclairage d'écrans.

C'est ce dernier cas qui justifie l'objection adoptée ce midi, à la quasi-unanimité des députés européens, à la proposition formulée par la Commission de prolonger la dérogation pour cette substance prévue dans la directive RoHS (Restriction of Hazardous Substances).

Je souscris aux objections formulées par le Parlement européen, pour au moins deux raisons: La première est liée au principe même de cette législation qui interdit depuis juillet 2006 l'utilisation de substances dangereuses telles que le plomb, le mercure, le cadmium, le chrome hexavalent ou encore les polybromodyphényléthers (PBDE). La seconde raison concerne la dérogation pour le cadmium sur des applications d'éclairage, comme les lampes LED, qui a normalement expiré le 1er juillet 2014. Rien ne justifie donc une extension de la dérogation comme le veut la Commission européenne qui ne doit pas transiger avec la santé des consommateurs européens.

Liliana Rodrigues (S&D), *por escrito*. – A diretiva apresentada pela Comissão não proíbe a utilização de pontos quânticos com cádmio na aplicação de iluminação e de retroiluminação de monitores. Obriga unicamente a uma nova avaliação, uma vez que a resolução não cumpre algumas das condições estabelecidas. Penso que a Comissão deveria apresentar uma nova proposta que cumpra o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e que, sobretudo, garanta a segurança dos consumidores.

Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (S&D), *por escrito*. – Cuando se aprobaron las revisiones de las directivas referidas a los residuos de aparatos eléctricos y electrónicos en 2012, el Parlamento y el Consejo convinieron en permitir una exención transitoria al uso del cadmio para determinadas luminarias y pantallas cuánticas de televisores. Dicha excepción expiró el año pasado, por lo que la Comisión Europea presentó un acto delegado para alargar el plazo hasta el 2018 al que ha objetado el Grupo de los Verdes en vista de la alta toxicidad del cadmio como sustancia y la existencia de alternativas por las que consideran que un aplazamiento de la exención no está justificado.

Los socialistas coincidimos en que no hay motivo para alargar más el plazo y consideramos que la industria debe hacer un esfuerzo para potenciar las alternativas ya existentes.

Claude Rolin (PPE), *par écrit*. – Hier, à une très large majorité (618 voix pour, 33 contre et 28 abstentions), le Parlement européen a opposé son veto au projet de la Commission visant à autoriser, par acte délégué et à titre dérogatoire, l'utilisation prolongée du cadmium dans les applications d'illumination ou d'éclairage d'écrans de télévision utilisant la technologie des points quantiques.

Le cadmium, métal lourd cancérogène, figure parmi les substances dont l'utilisation est limitée dans l'Union européenne au titre de la directive sur la limitation des substances dangereuses dans les équipements électriques et électroniques (directive 2011/65/UE). Bien que la Commission ait invoqué la nécessité d'adapter cette législation au progrès technique et qu'elle ait fait valoir que les points quantiques dépourvus de cadmium n'étaient pas encore techniquement disponibles pour justifier sa proposition visant à exempter le cadmium des dispositions de la directive jusqu'en juillet 2017, son argument ne nous a pas convaincus. D'autres solutions existent et toute une gamme de télévisions utilisant la technologie des points quantiques sans cadmium est largement disponible sur le marché européen. Autrement dit, le projet législatif ne se justifiait pas.

Massimiliano Salini (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore della direttiva delegata della Commissione che modifica l'allegato III della direttiva 2011/65/UE. Sebbene il cadmio sia stato classificato tra le sostanze pericolose da vietare nelle apparecchiature elettriche ed elettroniche immesse sul mercato, come stabilito nella direttiva 2011/65/UE, questo materiale è stato esentato, come previsto dall'allegato III della direttiva citata. L'esenzione del cadmio, qui sostenuta, dipende dal fatto che questo materiale è alla base dei punti quantici, una tecnologia di punta che offre notevoli vantaggi in termini di efficienza energetica e resa cromatica. Il voto a favore della direttiva delegata permette quindi di non ostacolare il progresso scientifico in questo settore.

Lola Sánchez Caldentey (GUE/NGL), *por escrito***. –** Hemos votado a favor de esta modificación porque la restricción de Directiva sobre las Substancias Hazardosas (RoHS en inglés) adoptada en 2011 eximía el uso del cadmio en aplicaciones LEDs y pantallas hasta el 1 de Julio de 2014. En enero de 2015, la Comisión propuso un Acta Delegada que extiende la vida del cadmio en televisiones hasta junio de 2018. De este modo, la Comisión reintroduce efectivamente el cadmio en el mercado europeo una vez las televisiones con cadmio ya han sido retiradas del mercado en vista al fin de esa exención previsto en la regulación para el pasado mes de julio de 2014.

Lidia Senra Rodríguez (GUE/NGL), *por escrito*. – He votado a favor de la presente resolución porque el Parlamento ejercita su poder de escrutinio sobre las normativas con las que la Comisión Europea trata de imponer excepciones a la norma atribuyéndose un poder político que no tiene. Los actos delegados permiten que el parlamento se oponga a legislaciones técnicas desarrolladas por la Comisión y en este caso particular la Comisión ha introducido excepciones en los requerimientos establecidos en la Directiva 2011/65/UE sobre sustancias peligrosas en aparatos eléctricos. La Comisión ha tratado de introducir estas excepciones para beneficiar a los productores en contra de la seguridad de los ciudadanos europeos. Es por esto por lo que he decidido votar a favor de la presente resolución que rechaza el acto delegado.

Ricardo Serrão Santos (S&D), *por escrito*. – É reconhecido o papel regulador da União Europeia promovendo o desenvolvimento sustentável e muitas vezes abrindo caminhos legislativos que passam a normas internacionais. Ao mesmo tempo, através de programas de financiamento como o Horizonte 2020, a União tem catalisado a investigação científica e tecnológica onde assentam grande parte das inovações que reduzem os efeitos poluentes e oferecem aos cidadãos em geral uma melhor qualidade de vida.

O Cádmio é um elemento natural pouco abundante e sem papel relevante nos sistemas vivos. Mesmo em pequenas concentrações, o Cádmio é prejudicial para a saúde humana e animal em geral. Em termos tecnológicos, o Cádmio tem inúmeros usos ainda não passíveis de substituição. No entanto, a Diretiva Delegada proposta permitia a continuação da utilização de Cádmio em monitores, numa perspetiva que já não se justifica.

Penso que há que continuar a promover as soluções sustentáveis e inibir o uso de técnicas e métodos que estejam obsoletos ou que tenham alternativas ambientalmente mais adequadas. Por essa razão, votei no sentido de inviabilizar esta Diretiva Delegada e impor as melhores práticas ambientais e tecnológicas disponíveis.

Siôn Simon (S&D), *in writing*. – We voted in support of the report as the justification given for exemption 39(b) is based on an outdated situation with regard to the practicability of the replacement of cadmium in quantum dots. It therefore calls for a swift reassessment of the existing exemption 39 with a view to its revocation.

Bart Staes (Verts/ALE), *schriftelijk*. – Na een verbod op F-gassen bindt het Europees Parlement nu de strijd aan tegen cadmium. Cadmium is schadelijk voor de gezondheid terwijl er gelijkwaardige alternatieven beschikbaar zijn. Net daarom maakt het Europees Parlement bezwaar tegen een voorstel van de Commissie om het gebruik van cadmium in televisies en lampen toe te staan.

Van nature is cadmium maar in heel lage concentraties in de aardkorst aanwezig. Ons lichaam kan daardoor niet goed omgaan met langdurige verhoogde blootstelling. Dat leidt tot nadelige effecten, van een hoge bloeddruk tot verstoringen in de botvorming.

De Commissie stelde daarom een verbod in op het gebruik van cadmium, echter met één uitzondering: televisies. Door zogenaamde *cadmium quantum dots* in tv's te plaatsen worden ze energiezuiniger. De Commissie oordeelt dat dit voordeel zwaarder weegt dan het nadelige gezondheidseffect dat het gebruik met zich meebrengt.

De Commissie wil deze uitzondering verlengen. Dit terwijl er *cadmium free quantum dots* op de markt verkrijgbaar zijn. De Commissie bezweek ook voor een intensieve lobby van lampenfabrikanten, waardoor het gebruik van cadmium uitgebreid wordt naar lampen. Dit terwijl onderzoek, uitgevoerd in opdracht van de Commissie, deze uitbreiding afraadt. Het is daarom een goede zaak dat het Europees Parlement zich nu in zijn geheel daartegen verzet.

Davor Ivo Stier (PPE), *napisan*. – Upotreba opasnih tvari kao što je kadmij treba s razvojem tehnologije biti svedena na minimum ili u potpunosti izbačena. U konkretnom slučaju postoje alternative korištenju tog elementa u elektronici i osvjetljenju, te one ne iziskuju velike troškove niti su manje učinkovite od kadmija.

Podržavam ovaj prijedlog rezolucije jer većim ograničavanjem korištenja kadmija u elektroničkoj industriji neće biti negativnih utjecaja na tržište te ćemo na taj način raditi na razvoju tehnologije i izbaciti štetne tvari iz uporabe.

Catherine Stihler (S&D), *in writing*. – I supported this resolution which upholds the exemption of the use for cadmium, a toxic and carcinogenic substance, in illumination and display lighting applications.

Dubravka Šuica (PPE), *napisan*. – Glasala sam za ovaj prijedlog rezolucije o Delegiranoj direktivi Komisije o izmjeni, u svrhu prilagodbe tehničkom napretku, Priloga III. Direktivi 2011/65/EU Europskog parlamenta i Vijeća u pogledu izuzeća za uporabu kadmija u osvjetljenju i osvjetljenju zaslona.

Naime, u članku 4. stavku 1. Direktive 2011/65/EU o ograničenju uporabe određenih opasnih tvari u električnoj i elektroničkoj opremi ograničava se i upotreba kadmija u električnoj i elektroničkoj opremi. U Delegiranoj direktivi Komisije, u izuzeću 39(b) traži se produljenje korištenja uređaja za osvjetljenje s kvantnim točkama od kadmija do 30. lipnja 2017., kako bi se industriji osvjetljenja omogućilo da podnese poseban zahtjev za njih s obzirom na to da su ti uređaji već bili u pretproizvodnoj fazi.

Glavno opravdanje Komisije za dodjeljivanje novog posebnog izuzeća je da kvantne točke bez kadmija još nisu tehnički dostupne, dok je s druge strane vodeći proizvođač televizora u 2015. plasirao novu liniju televizora koji koriste kvantne točke bez kadmija, a dostupni su u glavnim maloprodajnim centrima u više država članica. Navedeno opravdanje je netočno, jer kvantne točke bez kadmija ne samo da su dostupne već je na tržištu Unije u ponudi velikih poznatih maloprodajnih trgovina dostupan čitav niz televizora u kojima se ta tehnologija koristi.

Richard Sulík (ECR), *písomne* – Návrh som podporil, pretože sa stotožňujem s kritikou v správe k návrhu. Vzhľadom na dnešnú situáciu v oblasti výrobkov, ktorých sa návrh týka, je už výnimka udelená pre používanie kadmia neopodstatnená.

Pavel Svoboda (PPE), *písemně*. – Hlasoval jsem pro toto usnesení, ve kterém Evropský parlament vznáší námitku proti směrnici Evropské komise udělující výjimku pro použití kadmia v systémech osvětlení a vizualizace. V tomto odvětví se využívá technologie kvantových bodů založená na kadmiu, toxickém prvku. Zmíněnou výjimku lze udělit v případě, kdy technický pokrok neumožňuje nahradit nebezpečný prvek jiným nebo by se jednalo o ekonomicky neúnosný způsob výroby. Ale protože tyto technologie bez použití kadmia již na trhu jsou a jsou výkonnostně srovnatelné s technologiemi založenými na kadmiu či je dokonce předčí, myslím si, že není nutné ani žádoucí výjimku povolit a prodlužovat tak výrobu technologií založených na prvku prokazatelně škodícímu lidskému organizmu. Proto jsem usnesení proti udělení výjimky podpořil.

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *γραπτώς*. – Το κείμενο καταδικάζει μια ενέργεια της Επιτροπής (να δώσει παράταση στην εξαίρεση χρήσης καδμίου στις εφαρμογές φωτισμού και φωτισμού οθόνης), μια ενέργεια η οποία είναι αδικαιολόγητη, παράτυπη και επικίνδυνη για το περιβάλλον και τους ευρωπαίους πολίτες.

Tibor Szanyi (S&D), *írásban*. – Szavazatommal támogattam a világítási és kijelzővilágítási alkalmazásokban használt kadmium mentesítéséről és a műszaki fejlődéshez történő hozzáigazítás céljából történő módosításáról szóló állásfoglalási indítványt. Az indítvány megfogalmazza, hogy a Bizottság egyik irányelvében a kadmiumra vonatkozó új, konkrét mentességet biztosított. Érvük szerint azt kijelzők esetében már használják alacsony az energiafogyasztás miatt, kiemelve pozitív hatásait, és azt, hogy a kadmiummentes kvantumpontok műszakilag még nem kivitelezhetők. Ezzel ellentétben egyetértek azzal, hogy jelentős piaci fejlődés zajlott le, ezért arra lehet számítani, hogy a kadmiummentes kvantumpontok energiatakarékossági tulajdonságai hasonlóak a kadmium kvantumpontokéhoz.

Emellett tény, hogy az ökocímkézési információ alapján az azonos méretű televíziókat összevetve a kadmiummentes kvantumpontokat alkalmazó kijelzők alacsonyabb energiafelhasználást mutattak a kadmium kvantumpontos modellekhez képest. Tehát a Bizottság mentességre adott indokolása elavult helyzeten alapul a kadmiumot tartalmazó kvantumpontok helyettesítésének megvalósíthatósága tekintetében. Az ellentmondásos helyzet rendezése érdekében támogatom azt a kérést a Bizottság felé, hogy ezt a felhatalmazáson alapuló bizottsági irányelvet haladéktalanul helyezze hatályon kívül.

Dario Tamburrano (EFDD), *per iscritto*. – Ho votato a favore della risoluzione poiché chiede alla Commissione di rivedere il suo atto delegato che prevede al punto 39 dell'allegato III l'estensione dell'esenzione fino al 2017 del cadmio nei LED e una fino al 2018 per il cadmio nei punti quantici.

L'atto delegato della Commissione non è per nulla giustificato in quanto, contrariamente a quanto stabilito dalla Commissione, il mercato è assolutamente pronto a produrre applicazioni d'illuminazione generale e sistemi di visualizzazione senza alcuna presenza di cadmio, pericoloso per la salute umana. Gli stessi consulenti indipendenti incaricati di valutare l'applicazione per conto della Commissione sono arrivati alla stessa conclusione e hanno raccomandato apertamente di non concedere l'estensione.

Ho votato no al considerando F e al paragrafo 5 poiché, delle domande di esenzione presentate dai produttori di applicazioni d'illuminazione, una è stata presentata oltre i termini stabiliti, e nonostante questa violazione del regolamento è stata ugualmente accettata dalla Commissione.

Marc Tarabella (S&D), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la directive déléguée de la Commission modifiant, aux fins de son adaptation au progrès technique, l'annexe III de la directive 2011/65/UE du Parlement européen et du Conseil en ce qui concerne une exemption relative au cadmium dans les applications d'éclairage général et d'éclairage d'écrans. Il s'agit d'un texte de réajustement.

Pavel Telička (ALDE), *in writing*. – I decided to support the objection to the delegated act on exemption for cadmium in illumination and display lighting applications. Cadmium is a highly toxic metal the use of which is restricted to cases where there is no substitute: illuminations and display lightings fall under this exception. The exemption came to an end in 2014 and the Commission is asking, through a delegated act, to renew it. I am opposing it because the exception is based on outdated information and may no longer be justified. Opposing the delegated act does not mean immediate banning of cadmium as the exemption will remain until a decision is taken. What I want is to send the decision back to the Commission for a thorough technical assessment, in line with an objective of better regulation.

Ruža Tomašić (ECR), *napisan*. – Glasovala sam za Rezoluciju o delegiranoj direktivi Komisije o izmjeni Priloga III Direktivi 2011/65/EU Europskog Parlamenta i Vijeća u pogledu izuzeća za upotrebu kadmija u osvjetljenju i osvjetljenju zaslona. Tehnološki napredak nam ukazuje da na tržištu postoje puno bolje i manje štetne alternative koje ne koriste tehnologiju koja sadržava kvantne točke od kadmija.

Jasno nam je da je riječ o opasnoj tvari koja se na tržištu Europske Unije koristi u električnoj i elektroničkoj opremi, a uz to je i kancerogena. Upotreba ovako štetnih tvari i u najmanjoj mjeri može imati velike posljedice na okoliš, klimu i stanovništvo. Stoga smatram da je nužno podupirati inovaciju i postići bolju regulaciju u ovom području.

Estefanía Torres Martínez (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta modificación porque la restricción de Directiva sobre las Substancias Hazardosas (RoHS en inglés) adoptada en 2011 eximía el uso del cadmio en aplicaciones LEDs y pantallas hasta el 1 de Julio de 2014. En enero de 2015, la Comisión propuso un Acta Delegada que extiende la vida del cadmio en televisiones hasta junio de 2018. De este modo, la Comisión reintroduce efectivamente el cadmio en el mercado europeo una vez las televisiones con cadmio ya han sido retiradas del mercado en vista al fin de esa exención previsto en la regulación para el pasado mes de julio de 2014.

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL), *por escrito***. –** Hemos votado a favor de esta modificación porque la restricción de Directiva sobre las Substancias Hazardosas (RoHS en inglés) adoptada en 2011 eximía el uso del cadmio en aplicaciones LEDs y pantallas hasta el 1 de Julio de 2014. En enero de 2015, la Comisión propuso un Acta Delegada que extiende la vida del cadmio en televisiones hasta junio de 2018. De este modo, la Comisión reintroduce efectivamente el cadmio en el mercado europeo una vez las televisiones con cadmio ya han sido retiradas del mercado en vista al fin de esa exención previsto en la regulación para el pasado mes de julio de 2014.

Ángela Vallina (GUE/NGL), *por escrito*. – He votado a favor de la presente resolución porque el Parlamento ejercita su poder de escrutinio sobre las normativas con las que la Comisión Europea trata de imponer excepciones a la norma atribuyéndose un poder político que no tiene. Los actos delegados permiten que el parlamento se oponga a legislaciones técnicas desarrolladas por la Comisión y en este caso particular la Comisión ha introducido excepciones en los requerimientos establecidos en la Directiva 2011/65/UE sobre sustancias peligrosas en aparatos eléctricos. La Comisión ha tratado de introducir estas excepciones para beneficiar a los productores en contra de la seguridad de los ciudadanos europeos. Es por esto por lo que he decidido votar a favor de la presente resolución que rechaza el acto delegado.

Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL), *par écrit*. – En janvier 2015, la Commission européenne a proposé au Parlement européen et au Conseil de maintenir l'exemption de l'utilisation de cadmium dans les téléviseurs jusqu'en juin 2018.

Le cadmium est un métal dangereux entrant dans la composition de différents équipements électriques et électroniques et, notamment, dans les écrans de télévisions pour les applications d'éclairage. La toxicité de ce métal est connue et les fabricants retirent peu à peu les équipements contenant cet alliage.

L'exemption de son utilisation devait prendre fin en 2014, mais la Commission a demandé la prolongation de cette exemption, au motif qu'il n'existerait pas de produits de substitution cette substance. Or, selon des informations émanant du secteur industriel, il y a au moins deux entreprises qui offrent des produits sans cadmium.

Cette demande arrive de surcroît tardivement, cinq mois après la fin de l'exemption, et ce sans justification.

Par cette résolution, proposée par la GUE/NGL, les Verts et le groupe socialiste, le Parlement européen demande à la Commission de bien vouloir s'expliquer et de retirer sa proposition.

Miguel Viegas (GUE/NGL), *por escrito*. – Em janeiro de 2015, a Comissão Europeia propôs um ato delegado que prolonga a vida do cádmio em televisores até junho de 2018. A Comissão reintroduz, assim o cádmio no mercado da UE, já que os fabricantes o haviam já retirado das aplicações de iluminação e de retroiluminação de monitores com cádmio à luz do fim desta isenção em julho 2014.

A justificação dada pela Comissão é que «os pontos quânticos livres de Cádmio ainda não estão tecnicamente disponíveis». No entanto, de acordo com a exposição de motivos da Comissão, para uma das aplicações, não há produtos no mercado usando pontos quânticos (Cd e Cd-livres), por isso é difícil entender por que tal isenção seria ainda necessária. E, de facto, os consultores da Comissão que avaliaram este pedido de isenção não consideram ser justificada na fase atual.

Além disso, de acordo com informações da indústria, existem pelo menos duas empresas que oferecem pontos quânticos Cd-livres, e há produtos com esta tecnologia já no mercado. Como tal, a justificação pela Comissão parece ser incorreta.

Harald Vilimsky (NI), *schriftlich*. – Bei der Abstimmung über die delegierte Richtlinie der Kommission habe ich mich der Stimme enthalten. Da zum einen die Einreichfristen nicht eingehalten wurden und zum anderen eine solche Verordnung durchaus sinnvoll und zielführend wäre, war eine Enthaltung die einzig logische Konsequenz.

Θεόδωρος Ζαγοράκης (PPE), *γραπτώς*. – Ψήφισα θετικά. Η συγκεκριμένη πρόταση ψηφίσματος λαμβάνει υπόψη τις νέες, κυρίως εμπορικές εξελίξεις σε σχετικά προϊόντα, ενώ παράλληλα, ζητά να λαμβάνεται υπόψη η θέση του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου.

Inês Cristina Zuber (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta resolução objeta a Diretiva Delegada de 30 de janeiro de 2015, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o anexo III da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita a uma isenção para o cádmio nas aplicações de iluminação e iluminação de monitores, solicitando à Comissão que apresente um novo ato delegado que tenha em conta a posição do Parlamento.

Em janeiro de 2015, a Comissão Europeia propôs um ato delegado que prolonga a vida do cádmio em televisores até junho de 2018. A Comissão reintroduz, assim o cádmio no mercado da UE, já que os fabricantes o haviam já retirado das aplicações de iluminação e de retroiluminação de monitores com cádmio, à luz do fim desta isenção em julho 2014.

No entanto, de acordo com a exposição de motivos da Comissão, para uma das aplicações, não há produtos no mercado usando pontos quânticos (Cd e Cd—livres), por isso é difícil entender por que tal isenção seria ainda necessária. E, de fato, os consultores da Comissão que avaliaram este pedido de isenção não a consideram ser justificada na fase atual.

Uma vez que as respostas fornecidas pela Comissão não foram satisfatórias, esta resolução opõe-se ao ato delegado proposto pela Comissão. Estivemos de acordo.

11.8. Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º …/…, que altera o Regulamento (CE) n.º 376/2008 no que diz respeito à obrigação de apresentar um certificado de importação de álcool etílico de origem agrícola, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 2336/2003 que estabelece certas normas de execução do Regulamento (CE) n.º 670/2003 do Conselho que estabelece medidas específicas relativas ao mercado do álcool etílico de origem agrícola (B8-0440/2015)

Dichiarazioni di voto scritte

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL), *por escrito*. – Se trataba de una objeción a un acto delegado en relación a la importación de alcohol etílico de origen agrícola y el establecimiento de medidas específicas en relación al mercado de este producto.

Hemos propuesto tres enmiendas al texto ya que entendemos que es importante que el problema de acceso a la tierra y su uso para fines alimenticios se viese reflejado en el mismo.

De todas formas he votado a favor de la objeción al acto delegado ya que el seguimiento que existe actualmente de los datos relacionados con el alcohol etílico de origen agrícola y su comercialización asegura una mayor transparencia y conocimiento en cuanto a la evolución del mercado que la propuesta de la comisión de que estos datos sean recogidos por Eurostat. Esto no daría una información tan precisa y se perderían datos sobre un mercado polémico frente al cual soy muy crítica.

Eric Andrieu (S&D), *par écrit*. – Au nom de la simplification, et compte tenu de la part négligeable de la production d'éthanol en Europe, la Commission prévoit de retirer l'alcool éthylique de la liste des produits soumis à l'obligation de présenter un certificat d'importation et de cesser de produire des bilans annuels d'alcool éthylique au sein de l'Union.

Je considère au contraire indispensable de maintenir un suivi du marché de l'alcool éthylique, et pour cela, une transparence et une connaissance du marché sont nécessaires aussi bien pour les acteurs que pour les États membres. La filière européenne, essentiellement alimentée par les secteurs céréalier et viticole, est très concurrencée par l'éthanol brésilien (souvent issu de la canne à sucre), à cause notamment des accords commerciaux conclus par l'Union européenne. Ce produit a en outre plusieurs fois fait l'objet d'importations en contournements. Or, le maintien d'un bilan permet de déceler ces abus commerciaux. J'ajoute que ceux-ci seraient extrêmement utiles pour l'ensemble des négociations commerciales en cours.

Enfin, il ne faudrait pas que cet acte de simplification sur l'alcool éthylique crée demain un précédent pour d'autres productions exposées aussi à la concurrence internationale. Pour toutes ces raisons, je m'oppose à l'acte délégué proposé par la Commission.

Zigmantas Balčytis (S&D), *raštu*. – Balsavau už šį pasiūlymą dėl žemės ūkio kilmės etilo alkoholio rinkos priemonių. Su žemės ūkio kilmės etilo alkoholiu susijusių duomenų tolesnis nagrinėjimas užtikrina ir skaidrumą, ir su rinkos raida susijusias žinias. Rinka vis dar nestabili ir susiduriama su didele konkurencija, ypač dėl importo iš trečiųjų šalių. Tokia informacija taip pat itin naudinga turint mintyje derybas dėl tarptautinio susitarimo ir tyrimų, susijusių su antidempingu. Eurostatas neteikia tokios tikslios informacijos, o tai reiškia, kad veiklos vykdytojai, valstybės narės ir ES institucijos neturi kitos galimybės gauti išsamios informacijos apie padėtį rinkoje. Pritariu išreikštam prieštaravimui dėl Komisijos deleguotojo reglamento.

Hugues Bayet (S&D), *par écrit*. – Le Parlement européen oppose son refus au règlement de la Commission car il considère que le suivi des données relatives à l'alcool éthylique d'origine agricole permet de garantir la transparence et d'assurer la diffusion d'informations concernant l'évolution du marché.

Ces informations sur la situation du marché de l'alcool éthylique d'origine agricole sont extrêmement utiles lors des négociations internationales et des enquêtes anti-dumping.

Dominique Bilde (NI), *par écrit*. – Ce point appelle le vote de la modification du règlement (CE) nº 376/2008 en ce qui concerne l'obligation de présenter un certificat pour les importations d'alcool éthylique d'origine agricole et abrogeant le règlement (CE) nº 2336/2003.

Ce rapport indique que le suivi des données relatives à l'alcool éthylique d'origine agricole permet de garantir la transparence et d'assurer la diffusion d'informations concernant l'évolution du marché qui est instable. Ces informations sont utiles dans le cadre de négociations internationales d'autant plus qu'Eurostat ne fournit pas d'informations aussi précises.

La résolution du Parlement nous demande de faire objection au règlement délégué de la Commission et j'ai donc voté pour cette résolution.

Mara Bizzotto (NI), *per iscritto*. – Ho votato a favore di questa risoluzione. Ritengo che il monitoraggio dei dati relativi all'alcool etilico di origine agricola garantisca la trasparenza e le conoscenze relative all'evoluzione del mercato che deve comunque far fronte alla concorrenza delle importazioni dai paesi terzi. Credo sia imperativo mantenere attivi tutti i sistemi che ci permettono di controllare e contrastare i fenomeni di *dumping* e sostenere le realtà produttive dei nostri territori.

José Blanco López (S&D), *por escrito*. – El seguimiento de los datos relativos al alcohol etílico de origen agrícola garantiza tanto la transparencia como el conocimiento en lo que atañe a la evolución de un mercado que sigue siendo inestable y está sometido a una fuerte competencia, en especial ante las importaciones procedentes de terceros países Considerando. Esta información también es extremadamente útil para la negociación de acuerdos internacionales y las investigaciones antidumping. Como, además, Eurostat no facilita información tan precisa, con lo que no existe una alternativa para que los agentes económicos, los Estados miembros y las instituciones de la UE adquieran pleno conocimiento de la situación del mercado; he considerado necesario votado a favor de presentar objeciones al presente Reglamento Delegado de la Comisión.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *raštu*. – Balsavau už šią rezoliuciją, kurioje aptariamas klausimas dėl reikalavimo pateikti žemės ūkio kilmės etilo alkoholio importo licenciją. Duomenų, susijusių su žemės ūkio kilmės etilo alkoholiu, nagrinėjimas užtikrina ir skaidrumą, ir su rinkos raida susijusias žinias. Rinka vis dar nestabili ir susiduriama su didele konkurencija, ypač dėl importo iš trečiųjų šalių. Tokia informacija itin naudinga turint mintyje derybas dėl tarptautinio susitarimo ir tyrimų, susijusių su antidempingu. Deja, Eurostatas neteikia tokios tikslios informacijos, o tai reiškia, kad veiklos vykdytojai, valstybės narės ir ES institucijos neturi kitos galimybės gauti išsamios informacijos apie padėtį rinkoje.

Andrea Bocskor (PPE), *írásban*. – A kérdéses felhatalmazáson alapuló jogi aktus jelentős könnyítést biztosított volna a bioetanolt importáló vállalkozásoknak. Ugyanis az egyszerűsítés álcája mögé búvva megszüntette volna a negyedéves jelentési kötelezettséget és az etil-alkoholimport-engedélyekkel kapcsolatos eljárási kötelezettségek többségét.

Következésképpen, óriási etanolimport-növekedés menne végbe az uniós piacon, amely a magyar bioetanol-előállítók tönkremenetelét eredményezné. Ezt meg kell akadályoznunk, hiszen a bioetanol gyártása egyrészt stabil jövedelmet biztosít a kukoricát termesztőknek, másrészt jelentős mennyiségű GMO-mentes és egészséges takarmányt állít elő, amelyre nagyobb szükség van most az EU-ban és Magyarországon, mint valaha.

Ez a jogszabály előnybe hozta volna a legjelentősebb bioetanol-exportőr országokat az uniós előállítókkal szemben. Ezen országok közül többel folytat ma az EU szabadkereskedelmi tárgyalásokat, elég a TTIP-re utalnom.

A fentieken túl környezetvédelmi aggályaim is felmerültek. A jelentős etanol-exportőr harmadik országokban GMO növényekből állítanak elő bioetanolt. Másrészt, e helyeken esőerdőket vágnak ki és a földekről elüldözik a gazdákat azért, hogy bioetanol-előállítás céljából hatalmas monokultúrás kukorica-, repce- vagy pálmaültetvényeket létesítsenek. Amennyiben beengednénk nagy mennyiségben a külföldi bioetanolt, akkor az EU is hozzájárulna a fent említett negatív hatásokhoz.

A fentiek miatt szavazatommal támogattam – amely lépés az Európai Néppárt irányvonalának is megfelelt – a felhatalmazáson alapuló jogi aktus megtámadását.

Mercedes Bresso (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore di questa risoluzione perché, a mio avviso, le misure proposte dalla Commissione europea riguardo al monitoraggio dei dati relativi all'alcole etilico di origine agricola non sono soddisfacenti e, pertanto, auspico che la Commissione avanzi un'altra proposta che tenga in debito conto la posizione del Parlamento.

Steeve Briois (NI), *par écrit*. – La présente proposition de résolution fait suite à une proposition par la Commission de modifier le règlement concernant les importations d'alcool éthylique d'origine agricole. La Commission a notamment demandé que soit supprimé le certificat d'importation qui garantissait pourtant une certaine transparence en matière de suivi de données.

La proposition de résolution a pour but de refuser cette suppression afin de lutter contre les dérives libre échangistes de la Commission de Bruxelles. C'est pourquoi j'ai voté pour ce texte.

Gianluca Buonanno (NI), *per iscritto*. – Voto positivo. Secondo l'atto delegato della Commissione l'obbligo di titoli d'importazione non appare più giustificato per la gestione dei mercati agricoli; la COMAGRI ritiene, al contrario, che il monitoraggio dei dati relativi all'alcole etilico di origine agricola (che deriva dal sistema dei titoli) garantisca sia la trasparenza che le conoscenze relative all'evoluzione del mercato, il quale è ancora instabile e deve far fronte a una forte concorrenza, in particolare a causa delle importazioni dai paesi terzi. Esso, infine, si rivela utile in tema di accordi internazionali e per combattere i fenomeni di *dumping*.

Nicola Caputo (S&D), *per iscritto*. – Oggi ho votato a favore della risoluzione del Parlamento europeo sul regolamento delegato della Commissione del 20 febbraio 2015 che modifica il regolamento (CE) n. 376/2008 per quanto riguarda l'obbligo di presentare un titolo per le importazioni di alcole etilico di origine agricola e che abroga il regolamento (CE) n. 2336/2003 recante modalità di applicazione del regolamento (CE) n. 670/2003 del Consiglio che stabilisce misure specifiche relative al mercato nel settore dell'alcole etilico di origine agricola.

L'atto delegato della Commissione prevedeva l'eliminazione dell'obbligo per l'Unione di redigere e pubblicare un bilancio dell'UE per l'alcole etilico di origine agricola e l'obbligo trimestrale per gli Stati membri di fornire informazioni su produzione, smaltimento e scorte. Inoltre esso prevedeva anche l'eliminazione dell'obbligo di presentare un titolo d'importazione per l'importazione di alcole etilico di origine agricola nell'Unione.

Tenuto conto che il monitoraggio dei dati relativi all'alcol etilico di origine agricola garantisce sia la trasparenza che le conoscenze relative all'evoluzione del mercato, il quale è ancora instabile e deve far fronte a una forte concorrenza, in particolare a causa delle importazioni dai paesi terzi, ho votato a favore dell'obiezione al regolamento delegato della Commissione.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD), *per iscritto*. – Ho votato ha favore del testo perché ritengo che il monitoraggio dei dati concernenti l'alcol etilico di origine agricola garantisca la trasparenza dei dati relativi all'evoluzione del mercato. Purtroppo il nostro mercato deve far fronte a una vigorosa concorrenza, in particolare a causa delle importazioni dai paesi terzi. Questi dati raccolti sono degli elementi chiave nell'ambito dei negoziati internazionali e delle inchieste *antidumping*.

Aymeric Chauprade (NI), *par écrit*. – J'ai choisi de soutenir cette résolution qui va dans le sens de la volonté et des intérêts de nos agriculteurs, tout en préservant la biodiversité. La résolution prévoit en effet de maintenir l'existence du certificat d'importation concernant les importations d'alcool éthylique d'origine agricole; ce certificat permet la traçabilité du produit et une certaine transparence favorable à la protection des consommateurs et de notre industrie agro-alimentaire.

Malgré la proposition soulevée par certains députés de la commission AGRI du Parlement européen, je salue donc le travail des députés Michel Dantin, Eric Andrieu, José Bové et Martin Haüsling qui, tenant compte de l'avis des professionnels du secteur, ont déposé cette résolution visant au maintien du certificat; les importations d'alcool éthylique d'origine agricole seront ainsi favorisées et cela permettra également de lutter contre le dumping de certains pays tiers dans le domaine qui représente une menace pour le marché intérieur européen, notamment la France, grande puissance agricole.

Salvatore Cicu (PPE), *per iscritto*. – Il monitoraggio dei dati concernenti l'alcole etilico di origine agricola garantisce sia la trasparenza che le conoscenze relative all'evoluzione del mercato, il quale è ancora instabile e deve far fronte a una forte concorrenza, in particolare a causa delle importazioni dai paesi terzi. Inoltre, tali informazioni si rivelano altresì estremamente utili nell'ambito dei negoziati per gli accordi internazionali e delle inchieste *antidumping*. Tuttavia, l'Eurostat non fornisce informazioni così precise, il che significa che gli operatori, gli Stati membri e le istituzioni dell'UE non dispongono di alternative per essere pienamente informati della situazione del mercato. Il Parlamento, pertanto, solleva obiezioni al regolamento delegato e dichiara che questo non può entrare in vigore. Alla luce di queste considerazioni, ho votato favorevolmente.

Lara Comi (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore della proposta di risoluzione presentata dal Parlamento europeo sul regolamento delegato della Commissione del 20 febbraio 2015 atto a modificare la disciplina esistente in materia di obbligo di presentazione di un titolo per le importazioni di alcole etilico di origine agricola.

Alla luce dei cambiamenti avvenuti nel corso dell'ultimo decennio sul mercato dell'alcole etilico, la Commissione, impegnata negli obiettivi di riduzione degli oneri burocratici e di semplificazione amministrativa, ha ritenuto opportuno intervenire giudicando il monitoraggio del mercato dell'alcole etilico non più necessario e pertanto obsoleto il regolamento (CE) n. 2336/2003.

Tuttavia, considerando che la raccolta dei dati relativi all'alcole etilico di origine agricola è garanzia di trasparenza e che consente di conoscere e sorvegliare l'evoluzione del mercato, che nel caso specifico è ancora instabile e soggetto a forte concorrenza esterna; considerando, inoltre, che l'utilità di tali informazioni si estende altresì ai negoziati internazionali e alle inchieste *antidumping* e che nessun soggetto, nemmeno Eurostat, svolge un lavoro di raccolta di dati in tale ambito, ho deciso di associarmi alle obiezioni sollevate dai colleghi parlamentari al regolamento delegato della Commissione e ho espresso la mia contrarietà alla sua entrata in vigore.

Javier Couso Permuy (GUE/NGL), *por escrito***.** – Se trataba de una objeción a un acto delegado en relación a la importación de alcohol etílico de origen agrícola y el establecimiento de medidas específicas en relación al mercado de este producto. Hemos propuesto tres enmiendas al texto ya que entendemos que es importante que el problema de acceso a la tierra y su uso para fines alimenticios se viese reflejado en el mismo. De todas formas he votado a favor de la objeción al acto delegado ya que el seguimiento que existe actualmente de los datos relacionados con el alcohol etílico de origen agrícola y su comercialización asegura una mayor transparencia y conocimiento en cuanto a la evolución del mercado que la propuesta de la comisión de que estos datos sean recogidos por Eurostat. Esto no daría una información tan precisa y se perderían datos sobre un mercado polémico frente al cual soy muy crítica.

Miriam Dalli (S&D), *in writing*. – I voted in favour of this resolution as I am opposed to the Commission's proposed delegated act due to the fact that the following-up of data relating to ethyl alcohol of agricultural origin should ensure both transparency and knowledge as regards the evolution of the market, while information on the matter is also extremely useful when it comes to anti-dumping investigations.

Michel Dantin (PPE), *par écrit*. – Cet acte délégué vise à supprimer, d'une part, les bilans de marché pour l'alcool éthylique importé dans l'Union et, d'autre part, l'obligation de licences pour les pays tiers souhaitant importer des produits dans l'Union.

J'ai personnellement appelé à rejeter cet acte délégué car ne plus avoir de données globales et précises sur l'importation de ce produit très fragile serait une erreur, en particulier dans le contexte de négociations commerciales avec nos partenaires internationaux.

Par ailleurs, la suppression des licences me semble source de déséquilibre entre nos entreprises européennes et leurs concurrentes étrangères. Je soutiens l'approche globale de simplification de la Commission européenne, mais simplifier ne veut pas dire supprimer, et dans ce cas-ci la suppression ne me semble pas être pertinente.

Pour ces raisons, j'ai voté pour l'objection à l'acte délégué.

Rachida Dati (PPE), *par écrit.* – Par cette résolution, le Parlement a fait objection à un acte délégué de la Commission concernant les certificats d'importation d'alcool éthylique d'origine agricole.

La suppression de tels certificats n'est pas souhaitable. En effet, c'est l'un des moyens dont nous disposons pour obtenir des données précises sur le marché de l'éthanol, au demeurant très concurrentiel. La surveillance de ce marché est utile pour notre politique commerciale.

Par ailleurs, si l'utilisation d'éthanol permet de réduire les émissions de dioxyde de carbone, sa production demande des ressources agricoles pouvant servir à l'élevage ainsi qu'à l'alimentation humaine. C'est une raison de plus pour rester vigilant quant au marché de l'éthanol.

Marielle de Sarnez (ALDE), *par écrit*. – Il est important de maintenir des règles sur le suivi de données relatives à l'alcool éthylique. Celles-ci permettent d'informer les parties prenantes, à savoir le secteur professionnel et les acteurs institutionnels, des évolutions d'un marché très fluctuant soumis à une forte concurrence des pays tiers.

Ces informations sont également très utiles pour rassembler des preuves dans le cadre de procédures anti-dumping. C'est pourquoi le Parlement européen a choisi de maintenir cette obligation de transparence et d'information.

Angélique Delahaye (PPE), *par écrit*. – J'ai voté pour le rejet de cet acte délégué qui vise à supprimer les bilans de marché pour l'alcool éthylique importé dans l'union ainsi que l'obligation de licences pour les pays tiers souhaitant exporter de l'alcool éthylique dans l'Union. En effet, il est important, pour ce marché sensible, de disposer de données précises sur les importations, notamment dans un contexte de négociation d'accords commerciaux internationaux. Les licences d'importation font en outre partie des négociations qu'il n'est pas judicieux d'anticiper.

Andor Deli (PPE), *írásban*. – A kérdéses felhatalmazáson alapuló jogi aktus jelentős könnyítést biztosított volna a bioetanolt importáló vállalkozásoknak. Ugyanis az egyszerűsítés álcája mögé bújva megszüntette volna a negyedéves jelentési kötelezettséget és az etil-alkoholimport-engedélyekkel kapcsolatos eljárási kötelezettségek többségét.

Következésképpen, óriási etanolimport-növekedés menne végbe az uniós piacon, amely a magyar bioetanol-előállítók tönkremenetelét eredményezné. Ezt meg kell akadályoznunk, hiszen a bioetanol gyártása egyrészt stabil jövedelmet biztosít a kukoricát termesztőknek, másrészt jelentős mennyiségű GMO-mentes és egészséges takarmányt állít elő, amelyre nagyobb szükség van most az EU-ban és Magyarországon, mint valaha.

Ez a jogszabály előnybe hozta volna a legjelentősebb bioetanol-exportőr országokat az uniós előállítókkal szemben. Ezen országok közül többel folytat ma az EU szabadkereskedelmi tárgyalásokat. A vámok lebontását és a piacra jutást szabadkereskedelmi tárgyalásokon kell kitárgyalni és nem egy bizottsági jogszabályban eldönteni.

A fentieken túl környezetvédelmi aggályok is felmerülnek. A jelentős etanol-exportőr harmadik országokban GMO növényekből állítanak elő bioetanolt. Másrészt, e helyeken esőerdőket vágnak ki és a földekről elüldözik a gazdákat azért, hogy bioetanol-előállítás céljából hatalmas monokultúrás kukorica-, repce- vagy pálmaültetvényeket létesítsenek. Amennyiben beengednénk nagy mennyiségben a külföldi bioetanolt, akkor az EU is hozzájárulna a fent említett negatív hatásokhoz.

A fentiek miatt és a Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban támogattam a felhatalmazáson alapuló jogi aktus megtámadását.

Tamás Deutsch (PPE), *írásban.* – A kérdéses felhatalmazáson alapuló jogi aktus jelentős könnyítést biztosított volna a bioetanolt importáló vállalkozásoknak. Ugyanis az egyszerűsítés álcája mögé bújva megszüntette volna a negyedéves jelentési kötelezettséget és az etil-alkoholimport-engedélyekkel kapcsolatos eljárási kötelezettségek többségét.

Következésképpen óriási etanolimport-növekedés menne végbe az uniós piacon, amely a magyar bioetanol-előállítók tönkremenetelét eredményezné. Ezt meg kell akadályoznunk, hiszen a bioetanol gyártása egyrészt stabil jövedelmet biztosít a kukoricát termesztőknek, másrészt jelentős mennyiségű GMO-mentes és egészséges takarmányt állít elő, amelyre nagyobb szükség van most az EU-ban és Magyarországon, mint valaha.

Ez a jogszabály előnybe hozta volna a legjelentősebb bioetanol-exportőr országokat az uniós előállítókkal szemben. Ezen országok közül többel folytat ma az EU szabadkereskedelmi tárgyalásokat, elég a TTIP-re utalnom. A vámok lebontását és a piacra jutást szabadkereskedelmi tárgyalásokon kell megtárgyalni, nem pedig egy bizottsági jogszabályban eldönteni.

A fentieken túl környezetvédelmi aggályaim is felmerültek. A jelentős etanol-exportőr harmadik országokban GMO-növényekből állítanak elő bioetanolt. Másrészt, e helyeken esőerdőket vágnak ki, és a földekről elüldözik a gazdákat azért, hogy bioetanol-előállítás céljából hatalmas monokultúrás kukorica-, repce- vagy pálmaültetvényeket létesítsenek. Amennyiben beengednénk nagy mennyiségben a külföldi bioetanolt, akkor az EU is hozzájárulna a fent említett negatív hatásokhoz.

A fentiek miatt szavazatommal támogattam – amely lépés az Európai Néppárt irányvonalának is megfelelt – a felhatalmazáson alapuló jogi aktus megtámadását.

Ian Duncan (ECR), *in writing*. – The Delegated Act aims to remove obligations for Member States to communicate detailed information on ethanol production, for the Commission to publish an annual balance sheet, and for importers to present an import licence. As a result the Delegated text will lead to a reduction of the administrative burden for the Commission and Member States.

The ECR Shadow was opposed to this objection on the grounds that the Delegated Act, as part of the simplification agenda, will lead to a reduction of the administrative burden and reduction in costs for the Member States without any impact on the sector.

Norbert Erdős (PPE), *írásban*. – A kérdéses felhatalmazáson alapuló jogi aktus jelentős könnyítést biztosított volna a bioetanolt importáló vállalkozásoknak. Ugyanis az egyszerűsítés álcája mögé bújva megszüntette volna a negyedéves jelentési kötelezettséget és az etilalkoholimport-engedélyekkel kapcsolatos eljárási kötelezettségek többségét. Következésképpen, óriási etanolimport-növekedés menne végbe az uniós piacon, amely a magyar bioetanol-előállítók tönkremenetelét eredményezné. Ezt meg kell akadályoznunk, hiszen a bioetanol gyártása egyrészt stabil jövedelmet biztosít a kukoricát termesztőknek, másrészt jelentős mennyiségű GMO-mentes és egészséges takarmányt állít elő, amelyre nagyobb szükség van most az EU-ban és Magyarországon, mint valaha. Ez a jogszabály előnybe hozta volna a legjelentősebb bioetanol-exportőr országokat az uniós előállítókkal szemben. Ezen országok közül többel folytat ma az EU szabadkereskedelmi tárgyalásokat, elég a TTIP-re utalnom. A vámok lebontását és a piacra jutást szabadkereskedelmi tárgyalásokon kell kitárgyalni és nem egy bizottsági jogszabályban eldönteni.

A fentieken túl környezetvédelmi aggályaim is felmerültek. A jelentős etanolexportőr harmadik országokban GMO növényekből állítanak elő bioetanolt. Másrészt e helyeken esőerdőket vágnak ki és a földekről elüldözik a gazdákat azért, hogy bioetanol-előállítás céljából hatalmas monokultúrás kukorica-, repce- vagy pálmaültetvényeket létesítsenek. Amennyiben beengednénk nagy mennyiségben a külföldi bioetanolt, akkor az EU is hozzájárulna a fent említett negatív hatásokhoz. A fentiek miatt szavazatommal támogattam a felhatalmazáson alapuló jogi aktus megtámadását.

Edouard Ferrand (NI), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de cette résolution parce qu'elle peut limiter les importations de produits de mauvaise qualité à bas prix, venant concurrencer de façon déloyale les producteurs français et européens.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta resolução refere-se a objeção de um ato delegado que diz respeito à alteração dos regulamentos que se referem à obrigação de apresentar um certificado de importação de álcool etílico de origem agrícola, que estabelecem medidas específicas relativas ao mercado do álcool etílico de origem agrícola e estabelecem certas normas de execução do Regulamento (CE) n.º 670/2003. Esta objeção foi levantada tendo em conta que a produção de álcool etílico de origem agrícola usa solo necessário à produção sustentável de alimentos principalmente no sul da Europa, sendo que a grande produção de biocombustíveis, muito mais rentáveis, poderá dificultar e retirar o acesso à terra aos agricultores e faz com que a luta contra a fome muito mais difícil. Além disso, é necessário um registo dos dados relativos ao álcool etílico de origem agrícola, que assegurem, tanto a transparência como o conhecimento da evolução do mercado, o qual ainda está instável e se confronta com uma forte concorrência, nomeadamente devido à importação de países terceiros, e que as licenças sejam tornadas públicas, de modo a que os Estados-Membros e instituições da UE tenham pleno conhecimento da situação do mercado, já o Eurostat não fornece tal informação precisa.

Lorenzo Fontana (NI), *per iscritto*. – Voto a favore del testo del Parlamento secondo cui, contrariamente alla Commissione, si deve mantenere il monitoraggio dei dati relativi all'alcol etilico di origine agricola poiché garantisce sia la trasparenza che le conoscenze relative all'evoluzione del mercato.

Λάμπρος Φουντούλης (NI), *γραπτώς*. – Υπερψηφίζω τη θέσπιση ειδικών μέτρων σχετικά με την αγορά στον τομέα της αιθυλικής αλκοόλης γεωργικής προέλευσης, εφόσον το κείμενο αφορά την ακύρωση κανονισμού της Επιτροπής, η οποία επιδιώκει την κατάργηση υποχρέωσης προσκόμισης πιστοποιητικού για την αιθυλική αλκοόλη, η παραγωγή της οποίας δημιουργεί μεγάλα προβλήματα κυρίως στις χώρες του Νότου.

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *in writing*. – I voted in favour of this report since I believe that the obligation to present a licence for imports of ethyl alcohol of agricultural origin would have a very positive outcome in a still unstable market, which faces strong competition. Moreover, this obligation would be extremely useful when it comes to international agreement negotiations and anti-dumping investigations.

Ildikó Gáll-Pelcz (PPE), *írásban*. – A kérdéses felhatalmazáson alapuló jogi aktus jogszabály jelentős könnyítést biztosított volna a bioetanolt importáló vállalkozásoknak. Ugyanis az egyszerűsítés álcája mögé búvva megszüntette volna a negyedéves jelentési kötelezettséget és az etil-alkoholimport-engedélyekkel kapcsolatos eljárási kötelezettségek többségét.

Következésképpen, óriási etanolimport-növekedés menne végbe az uniós piacon, amely a magyar bioetanol-előállítók tönkremenetelét eredményezné. Ezt meg kell akadályoznunk, hiszen a bioetanol gyártása egyrészt stabil jövedelmet biztosít a kukoricát termesztőknek, másrészt jelentős mennyiségű GMO-mentes és egészséges takarmányt állít elő, amelyre nagyobb szükség van most az EU-ban és Magyarországon, mint valaha.

Ez a jogszabály előnybe hozta volna a legjelentősebb bioetanol-exportőr országokat az uniós előállítókkal szemben. Ezen országok közül többel folytat ma az EU szabadkereskedelmi tárgyalásokat, elég a TTIP-re utalnom. A vámok lebontását és a piacra jutást szabadkereskedelmi tárgyalásokon kell kitárgyalni és nem egy bizottsági jogszabályban eldönteni.

A fentieken túl környezetvédelmi aggályaim is felmerültek. A jelentős etanol-exportőr harmadik országokban GMO növényekből állítanak elő bioetanolt. Másrészt, e helyeken esőerdőket vágnak ki és a földekről elüldözik a gazdákat azért, hogy bioethanol-előállítás céljából hatalmas monokultúrás kukorica-, repce- vagy pálmaültetvényeket létesítsenek. Amennyiben beengednénk nagy mennyiségben a külföldi bioetanolt, akkor az EU is hozzájárulna a fent említett negatív hatásokhoz.

A fentiek miatt szavazatommal támogattam – amely lépés az Európai Néppárt irányvonalának is megfelelt – a felhatalmazáson alapuló jogi aktus megtámadását.

Tania González Peñas (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta propuesta de resolución.En ella se solicita que se presente un registro de las licencias de importación de alcohol etílico de origen agrícola, de forma tal que ese registro sirva como forma de control acerca de la utilización que se está dando a las parcelas agrarias para cultivos destinados a insumos para biodiesel, con el detrimento que ello conlleva en la lucha por combatir el hambre en el mundo. Este tipo de política ayuda a controlar el incremento de precios en alimentos y verificar la expansión del mercado de biocombustibles.

Theresa Griffin (S&D), *in writing*. – The following-up of data relating to ethyl alcohol of agricultural origin ensures both transparency and knowledge as regards the evolution of the market, which is still unstable and faces strong competition.

Antanas Guoga (ALDE), *raštu*. – Balsavau už Europos Parlamento rezoliuciją dėl 2015 m. vasario 20 d. Komisijos deleguotojo reglamento, kuriuo iš dalies keičiamos Reglamento (ES) Nr. 376/2008 nuostatos dėl reikalavimo pateikti žemės ūkio kilmės etilo alkoholio importo licenciją ir panaikinamas Reglamentas (EB) Nr. 2336/2003, nustatantis tam tikras išsamias Tarybos reglamento (EB) Nr. 670/2003, nustatančio konkrečias žemės ūkio kilmės etilo alkoholio rinkos priemones, taikymo taisykles (C(2015)00861 – 2015/2580(DEA)), nes informacijos apie duomenis, susijusius su žemės ūkio kilmės etilo alkoholiu, neužtikrina Eurostatas, o tokia informacija yra aktuali dėl derybų dėl tarptautinio susitarimo ir tyrimų, susijusių su antidempingu, be to, užtikrina skaidrumą.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Pablo Iglesias (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta propuesta de resolución.En ella se solicita que se presente un registro de las licencias de importación de alcohol etílico de origen agrícola, de forma tal que ese registro sirva como forma de control acerca de la utilización que se está dando a las parcelas agrarias para cultivos destinados a insumos para biodiesel, con el detrimento que ello conlleva en la lucha por combatir el hambre en el mundo. Este tipo de política ayuda a controlar el incremento de precios en alimentos y verificar la expansión del mercado de biocombustibles.

Ivan Jakovčić (ALDE), *napisan*. – Glasovao sam protiv nacrta prijedloga rezolucije Europskog parlamenta o Delegiranoj uredbi Komisije od 20. veljače 2015. o izmjeni Uredbe (EZ) br. 376/2008 u pogledu obveze predočenja dozvole za uvoz etilnog alkohola poljoprivrednog podrijetla i stavljanju izvan snage Uredbe Komisije (EZ) br. 2336/2003 o uvođenju određenih detaljnih pravila za primjenu Uredbe Vijeća (EZ) br. 670/2003 o posebnim mjerama za tržište etilnog alkohola poljoprivrednog podrijetla zbog toga što se ne slažem s mnogim elementima rezolucije.

Podržavam politički prioritet Europske komisije usredotočen na pojednostavljenje, što ne znači da će se nadzor i prikupljanje informacija za tržište etilnog alkohola obustaviti, već će se provoditi kroz manje opterećujuća sredstva . Povrh toga, glasovao sam protiv jer je to također linija grupe ALDE.

Marc Joulaud (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la résolution de mon collègue Michel Dantin, concernant l'importation d'alcool éthylique dans l'Union.

Cette résolution s'oppose à la proposition de la commission de supprimer les bilans des importations d'alcool et l'obligation de licence pour les pays tiers souhaitant importer des produits dans l'Union. Le manque de données qui ferait suite à la suppression des bilans mettrait l'Union dans une position délicate lors de futures négociations commerciales et la suppression des licences favoriserait les pays importateur sans contrepartie pour l'UE.

Cette résolution a été adoptée à une large majorité, ce dont je me félicite.

Philippe Juvin (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de l'objection à l'acte délégué de la Commission portant sur l'importation d'alcool éthylique dans l'Union européenne.

Cet acte délégué appelle à supprimer, entre autres, l'obligation de licences pour les pays tiers souhaitant exporter des produits dans l'Union, ce qui nuirait à la transparence des relations commerciales de l'Union avec ces pays.

Barbara Kappel (NI), *schriftlich*. – Ich stimme für den Antrag, da er die Problematik bei der Produktion von Ethylalkohol aus landwirtschaftlichen Produkten klar benennt. Aufgrund des veränderten Nutzpflanzenmusters im Anbau ist zum Beispiel die Bekämpfung von Hunger erschwert worden.

Ádám Kósa (PPE), *írásban*. – A kérdéses felhatalmazáson alapuló jogi aktus jelentős könnyítést biztosított volna a bioetanolt importáló vállalkozásoknak. Ugyanis az egyszerűsítés álcája mögé bújva megszüntette volna a negyedéves jelentési kötelezettséget és az etil-alkoholimport-engedélyekkel kapcsolatos eljárási kötelezettségek többségét.

Következésképpen, óriási etanolimport-növekedés menne végbe az uniós piacon, amely a magyar bioetanol-előállítók tönkremenetelét eredményezné. Ezt meg kell akadályoznunk, hiszen a bioetanol gyártása egyrészt stabil jövedelmet biztosít a kukoricát termesztőknek, másrészt jelentős mennyiségű GMO-mentes és egészséges takarmányt állít elő, amelyre nagyobb szükség van most az EU-ban és Magyarországon, mint valaha.

Ez a jogszabály előnybe hozta volna a legjelentősebb bioetanol-exportőr országokat az uniós előállítókkal szemben. Ezen országok közül többel folytat ma az EU szabadkereskedelmi tárgyalásokat, elég a TTIP-re utalnom. A vámok lebontását és a piacra jutást szabadkereskedelmi tárgyalásokon kell kitárgyalni és nem egy bizottsági jogszabályban eldönteni.

A fentieken túl környezetvédelmi aggályaim is felmerültek. A jelentős etanol-exportőr harmadik országokban GMO növényekből állítanak elő bioetanolt. Másrészt, e helyeken esőerdőket vágnak ki és a földekről elüldözik a gazdákat azért, hogy bioetanol-előállítás céljából hatalmas monokultúrás kukorica-, repce- vagy pálmaültetvényeket létesítsenek. Amennyiben beengednénk nagy mennyiségben a külföldi bioetanolt, akkor az EU is hozzájárulna a fent említett negatív hatásokhoz.

A fentiek miatt szavazatommal támogattam – amely lépés az Európai Néppárt irányvonalának is megfelelt – a felhatalmazáson alapuló jogi aktus megtámadását.

Giovanni La Via (PPE), *per iscritto***.** – Considerando che il monitoraggio dei dati relativi all'alcole etilico di origine agricola garantisce sia la trasparenza che le conoscenze relative all'evoluzione del mercato, il quale è ancora instabile e deve far fronte a una forte concorrenza, in particolare a causa delle importazioni dai paesi terzi; che tali informazioni si rivelano altresì estremamente utili nell'ambito dei negoziati per gli accordi internazionali e delle inchieste *antidumping*, esprimo il mio voto favorevole a tale proposta.

Marine Le Pen (NI), *par écrit*. – Ce sujet vise à modifier le règlement (CE) nº 376/2008 relatif à l'obligation de présenter un certificat d'importation pour les alcools éthyliques d'origine agricole et abrogeant le règlement (CE) nº 2336/2003. Cette résolution du Parlement européen enjoint les députés à rejeter le règlement délégué de la Commission puisque le suivi des données relatives à ces alcools apporte une garantie de transparence et permet la diffusion d'informations sur l'évolution de ce marché volatile et fortement concurrentiel du fait d'importations de pays tiers, très utiles dans le cadre des négociations commerciales. J'ai donc décidé de voter en faveur de ce texte.

Philippe Loiseau (NI), *par écrit*. – J'ai voté pour. La Commission veut supprimer l'obligation de présenter un certificat d'importation pour l'alcool éthylique d'origine agricole. Je suis intervenu au sein de la commission de l'agriculture pour refuser ce projet, qui va à l'encontre de l'avis des professionnels du secteur. Ceux-ci craignent en effet logiquement qu'il ne favorise trop les importations et qu'il ne les mette en difficulté. La proposition qui est faite consiste à refuser la modification du règlement. Cela correspond à ma demande en commission.

Petr Mach (EFDD), *písemně*. – Hlasoval jsem proti, jelikož se domnívám, že tento návrh Komise výjimečně znamená méně regulací a je spíše pro svobodu podnikání. Nejsem pro zavádění další byrokracie spojené s ethanolem.

Ivana Maletić (PPE), *napisan*. – Uredbu o posebnim mjerama za tržište etilnog alkohola poljoprivrednog podrijetla Komisija je donijela 2003. U svrhu pojednostavljenja i rada programa Komisija utvrđuje nameću li se postojećim pravilima nepotrebni birokratski postupci i administrativno opterećenje, a ova se Uredba našla među njima.

U veljači ove godine izdana je Delegirana uredba s izmjenama postojeće po kojoj se ukida obveza EU-a u pogledu utvrđivanja i objave bilance za etilni alkohol poljoprivrednog podrijetla i tromjesečna obveza država članica o dostavljanju informacija o proizvodnji, raspoloživosti i zalihama. Također, ukida se i obveza predočenja uvoznih dozvola za uvoz etilnog alkohola poljoprivrednog podrijetla, uključujući polaganje osiguranja, u EU.

Podržala sam Rezoluciju koja se protivi stupanju na snagu Delegirane uredbe Komisije budući da ovako gubimo korisne informacije potrebne za međunarodne pregovore na ovom tržištu koje ima veliku konkurenciju iz trećih zemalja.

Νότης Μαριάς (ECR), *γραπτώς*. – Ψηφίζω υπέρ της πρότασης ψηφίσματος σχετικά με τον κατ' εξουσιοδότηση κανονισμό της Επιτροπής της 20ής Φεβρουαρίου 2015 για την τροποποίηση του κανονισμού (ΕΚ) αριθ. 376/2008 όσον αφορά την υποχρέωση προσκόμισης πιστοποιητικού για τις εισαγωγές αιθυλικής αλκοόλης γεωργικής προέλευσης και την κατάργηση του κανονισμού (ΕΚ) αριθ. 2336/2003 για καθορισμό ορισμένων λεπτομερειών εφαρμογής του κανονισμού (ΕΚ) αριθ. 670/2003 του Συμβουλίου για τη θέσπιση ειδικών μέτρων σχετικά με την αγορά στον τομέα της αιθυλικής αλκοόλης γεωργικής προέλευσης, διότι αφενός διατυπώνει αντίρρηση σχετικά με τον κατ' εξουσιοδότηση κανονισμό της Επιτροπής και αφετέρου αναθέτει στον Πρόεδρο του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου να διαβιβάσει το παρόν ψήφισμα στην Επιτροπή και να την ενημερώσει ότι ο κατ' εξουσιοδότηση κανονισμός δεν μπορεί να τεθεί σε ισχύ.

Dominique Martin (NI), *par écrit*. – L'objectif de la proposition de résolution est de s'opposer à la décision de supprimer le certificat d'importation d'alcool éthylique d'origine agricole.

Ce certificat permet la transparence sur le suivi des données et y renoncer signifie faire le jeu des eurocrates pro-libre-échangisme. Nous refusons cette approche et nous refusons le retrait de ce certificat. Nous avons donc voté pour cette proposition de résolution.

Georg Mayer (NI), *schriftlich*. – Bei der Abstimmung über die Änderung der delegierten Verordnung hinsichtlich der Verpflichtung zur Vorlage einer Einfuhrlizenz für Ethylalkohol musste ich mich der Stimme enthalten. Die derzeitige Lizenzierung und Bilanzierung von Ethylalkohol landwirtschaftlichen Ursprungs ist durchaus ausreichend und wird auch konsequent durchgesetzt und überprüft. Weiters würde eine weitere Ausdehnung von Flächen für Biokraftstoff die Bekämpfung des Hungers massiv gefährden.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *par écrit*. – Un règlement de 2003 établit les mesures relatives au marché de l'alcool éthylique d'origine agricole. La Commission a proposé un règlement délégué supprimant certaines obligations. Ainsi l'acte délégué supprime l'obligation pour l'Union d'établir et de publier un bilan de l'Union européenne pour l'alcool éthylique d'origine agricole et l'obligation pour les États membres de fournir des informations sur la production, l'écoulement et les stocks.

Pourtant, le suivi des données relatives à l'alcool éthylique permet de garantir la transparence et d'assurer la diffusion d'informations concernant l'évolution du marché, qui est soumis à une forte concurrence, en raison des importations en provenance de pays tiers. Ces informations se révèlent extrêmement utiles dans le cadre des enquêtes antidumping par exemple. De plus, l'acte supprime l'obligation de présenter un certificat pour l'importation alors même que l'UE importe plus d'un milliard de litres d'alcool éthylique par an.

La résolution s'oppose à cet acte délégué. Je vote pour la résolution.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Votei favoravelmente a objeção ao ato delegado da comissão que altera o Regulamento (CE) n.º 376/2008 que respeita à obrigação de apresentação de um certificado de importação de álcool etílico de origem agrícola.

Partilho da orientação seguida na resolução do Parlamento Europeu ao considerar a transparência e conhecimento da evolução do mercado do produto, essencial no seio de uma concorrência apertada com a importação a países terceiros.

Roberta Metsola (PPE), *in writing*. – I voted in favour of this resolution and object to the Commission's delegated regulation as I support the conclusions of the Committee on Agricultural and Rural Development.

Marlene Mizzi (S&D), *in writing*. – I approved the Commission Delegated Regulation (EU) No …/… amending Regulation (EC) No 376/2008 as regards the obligation to present a licence for imports of ethyl alcohol of agricultural origin and repealing Regulation (EC) No 2336/2003 introducing certain detailed rules for applying Council Regulation (EC) No 670/2003 laying down specific measures concerning the market in ethyl alcohol of agricultural origin.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE), *por escrito*. – Votei a favor da presente resolução, uma vez que é fundamental garantir a transparência e o conhecimento do estado e evolução do mercado relativamente ao álcool etílico de origem agrícola. Trata-se de um mercado que se encontra instável e com forte concorrência, nomeadamente devido à importação de países terceiros. Mais, esses dados são vantajosos quando tratar-se de negociações de acordos internacionais e de investigações *antidumping*.

Sophie Montel (NI), *par écrit*. – Ce sujet vise à modifier le règlement (CE) nº 376/2008 relatif à l'obligation de présenter un certificat d'importation pour les alcools éthyliques d'origine agricole et abrogeant le règlement (CE) nº 2336/2003.

Cette résolution du Parlement européen enjoint les députés à rejeter le règlement délégué de la Commission puisque le suivi des données relatives à ces alcools apporte une garantie de transparence et permet la diffusion d'informations sur l'évolution de ce marché volatile et fortement concurrentiel du fait d'importations de pays tiers, très utiles dans le cadre des négociations commerciales. J'ai donc décidé de voter en faveur de ce texte.

David Martin (S&D), *in writing*. – I voted for the proposal, as regards the obligation to present a licence for imports of ethyl alcohol of agricultural origin and repealing Regulation (EC) No 2336/2003 introducing certain detailed rules for applying Council Regulation (EC) No 670/2003 laying down specific measures concerning the market in ethyl alcohol of agricultural origin, but against all amendments.

Alessia Maria Mosca (S&D), *per iscritto*. – Accogliamo con favore la risoluzione sul regolamento delegato della Commissione del 20 febbraio 2015 che modifica il regolamento sull'obbligo di presentare un titolo per le importazioni di alcool etilico di origine agricola, in cui si sollevano obiezioni riguardo al regolamento della Commissione.

Dato che il settore agricolo europeo è una risorsa imprescindibile della nostra Unione e deve essere promosso e sostenuto quanto più possibile, bisogna gestirne con grande attenzione la regolamentazione.

Nel caso specifico delle importazioni di alcool etilico bisogna considerare che il monitoraggio dei dati garantisce la trasparenza e le conoscenze relative all'evoluzione del mercato dell'UE, che deve far fronte a una decisa concorrenza a causa delle importazioni da paesi terzi. Le informazioni risultano essere particolarmente utili in occasione di trattative commerciali bilaterali e multilaterali e durante le inchieste *antidumping*. Fino a quando non vi saranno dati Eurostat in materia sarà importante mantenere un controllo sul mercato per mezzo dei dati relativi all'alcool etilico di origine agricola, senza i quali non sarebbe possibile essere informati sulla situazione del mercato stesso.

Franz Obermayr (NI), *schriftlich*. – Ich habe mich der Stimme enthalten, da auch der jetzt gemachte Vorschlag keine hinreichende Antwort darauf geben kann, wie der Spagat zwischen Ernährungssicherheit in den Anbauregionen – immerhin blockiert der Anbau von Pflanzen zur Verwendung in Biokraftstoffen die Felder für anderweitige Nutzung – und Rohstoffautonomie der EU gelingen kann.

Urmas Paet (ALDE), *kirjalikult*. – Hääletasin vastu, kuna toetasin Euroopa Komisjoni ettepanekut.

Rolandas Paksas (EFDD), *raštu*. – Nepritariu komiteto pasiūlymui, kuriuo išreiškiamas prieštaravimas deleguotajam teisės aktui.

Visų pirma reikia šalinti esamas biurokratinių kliūtis ir užkirsti kelią nepagrįstai administracinei naštai. Pažymėtina, kad padėtis ES etilo alkoholio rinkoje labai pasikeitė. ES tapo grynąja etanolio importuotoja. Šią rinkos plėtrą paskatino ES biokuro politika.

Atkreiptinas dėmesys į tai, kad ES žemės ūkio kilmės etanolio balanso rengimas ir reikalavimas pateikti importo licencijas nebėra tikslingi ir reikalingi valdant žemės ūkio rinkas. Komisijos pateiktas deleguotasis reglamentas padės supaprastinti ir sumažinti Komisijos, valstybių narių administracijų ir suinteresuotųjų šalių administracinę naštą.

Aldo Patriciello (PPE), *per iscritto*. – Ringrazio il relatore per il lavoro svolto e spero di aver dato il mio contributo.

Marijana Petir (PPE), *napisan*. – Podržala sam ovu rezoluciju kojom Europski parlament ulaže prigovor na Delegiranu uredbu Komisije. Pozivam Komisiju i države članice da još jednom razmisle o svojim stavovima, te da napore za osiguranjem izvora obnovljive energije traže na području EU-a, a ne izvan njega. Uvozom energenata iz obnovljivih izvora ne radimo u korist svoje energetske neovisnosti.

Proizvodnja etilnog alkohola poljoprivrednog podrijetla izvor je zaposlenja i prihoda Europskih poljoprivrednika, a ujedno i njihov doprinos energetskoj neovisnosti Europe. U pojedinim regijama Europe ruralna područja odumiru, ljudi se iseljavaju, a polja zarastaju u šikaru. Smatram pogrešnom politiku kojom se omogućuje olakšani plasman etilnog alkohola poljoprivrednog podrijetla na tržište EU-a iz trećih zemalja dok se naša polja ne obrađuju i naši ljudi nemaju posla. Takvom politikom se omogućava dodatna proizvodnja etilnog alkohola i u zemljama koje se neodgovorno odnose spram zajedničkih nastojanja naše klimatske i energetske politike, te zaštite površina pod šumama.

Smatram pogrešnim ukidanje uvoznih dozvola. Te su uvozne dozvole potrebne kako bi se osigurala sljedivost i jamčilo podrijetlo uvezenog etanola.

Ažurirani statistički podaci potrebni su za pružanje informacija o tržištu te za transparentnost i donošenje politika. Tržište je nestabilno, a podaci su nam potrebni kako bismo odgovorno planirali i vodili energetsku i poljoprivrednu politiku EU-a.

Florian Philippot (NI), *par écrit*. – Lors de la dernière réunion de la commission agriculture et du développement rural, il a été proposé un changement du règlement concernant les importations d'alcool éthylique d'origine agricole.

Il a été demandé que soit supprimé le certificat d'importation qui permet pourtant une certaine transparence sur le suivi des données. Je remarque que les professionnels du secteur sont hostiles à cette modification et que mes collègues sont intervenus pour s'opposer à ce projet.

La résolution proposée au vote a pour but de refuser la décision de supprimer ce certificat. Il s'agit de refuser la politique toujours plus libérale et libre-échangiste de la Commission et de lutter contre le dumping de certains pays tiers qui risquerait d'affaiblir durablement le marché intérieur de l'UE et en particulier de la France. C'est pourquoi je me prononce en faveur de ce texte.

Tonino Picula (S&D), *napisan*. – Podržavam prijedlog Rezolucije Europskog parlamenta o Delegiranoj uredbi Komisije od 20. veljače 2015. o izmjeni Uredbe (EZ) br. 376/2008 u pogledu obveze predočenja dozvole za uvoz etilnog alkohola poljoprivrednog podrijetla i stavljanju izvan snage Uredbe (EZ) br. 2336/2003 o uvođenju određenih detaljnih pravila za primjenu Uredbe Vijeća (EZ) br. 670/2003 o posebnim mjerama za tržište etilnog alkohola poljoprivrednog podrijetla (C(2015)00861–2015/2580(DEA).

Budući da praćenje podataka povezanih s etilnim alkoholom poljoprivrednog podrijetla osigurava i transparentnost i saznanja u pogledu evolucije tržišta koje je i dalje nestabilno i suočeno s jakom konkurencijom, posebno zbog uvoza iz trećih zemalja te da Eurostat ne pruža tako precizne informacije, što znači da ne postoji alternativni način da operateri, države članice i institucije EU-a budu potpuno svjesni stanja na tržištu podržavam ulaganje prigovora na Delegiranu uredbu Komisije.

Andrej Plenković (PPE), *napisan*. – Delegiranim aktom Europska komisija želi ukinuti obvezu utvrđivanja i objave bilance EU-a za etilni alkohol poljoprivrednog podrijetla i tromjesečne obveze država članica u pogledu dostavljanja informacija o proizvodnji, raspoloživosti i zalihama. Također želi se ukinut i obveza predočenja uvoznih dozvola za uvoz u EU etilnog alkohola poljoprivrednog podrijetla, uključujući polaganje osiguranja. Iako podržavam politički prioritet Komisije u smislu pojednostavljenja nepotrebnih administrativnih postupaka, smatram da ovdje nije riječ o nepotrebnim birokratskim propisima. U tom kontekstu treba istaknuti kako praćenje podataka povezanih s etilnim alkoholom poljoprivrednog podrijetla osigurava i transparentnost i saznanja u pogledu evolucije tržišta. Samo tržište je i dalje nestabilno i suočeno s jakom konkurencijom, a posebice zbog uvoza iz trećih zemalja. Ujedno, ove informacije, kako stoji u prijedlogu rezolucije, od iznimne su koristi u pogledu pregovora o međunarodnim sporazumima i antidampinških ispitnih postupaka. Međutim, Eurostat ne pruža tako precizne informacije, što znači da operateri, države članice i institucije EU-a nemaju alternativu kako bi u potpunosti bili informirani o stanju na tržištu. Iz istog razloga Europski parlament je uložio prigovor na Delegiranu uredbu i poručio Komisiji kako ista ne može stupiti na snagu. Slijedom navedenog glasovao sam za ovaj prijedlog.

Salvatore Domenico Pogliese (PPE), *per iscritto*. – Concordo anche in questo caso sul fatto che il regolamento delegato non deve entrare in vigore visto che ci sono dei punti che richiedono maggiore chiarezza. Fino ad oggi le informazioni fornite da Eurostat non sono molto esatte, e di conseguenza gli operatori degli Stati membri non dispongono di alternative per essere informati nel dettaglio sulla situazione del mercato. Il monitoraggio dei dati sull'alcol etilico di origine agricola e le informazioni garantiscono sia la trasparenza sia le giuste conoscenze sull'evoluzione del mercato, che è instabile e soggetto a concorrenza dovuta alle importazioni dai paesi terzi. Spero che la Commissione faccia il necessario in tempi brevi.

Franck Proust (PPE), *par écrit*. – Ce mercredi, le Parlement européen a rejeté la proposition d'un règlement délégué de la Commission modifiant le règlement concernant l'obligation de présenter un certificat pour les importations d'alcool éthylique d'origine agricole.

Ce texte avait pour objectif de supprimer les bilans de marché pour l'alcool éthylique importé dans l'Union mais également l'obligation de licences pour les pays tiers souhaitant importer des produits dans l'Union. J'ai voté contre ce texte puisque j'estime que les deux points précédents sont importants et devraient être maintenus.

Liliana Rodrigues (S&D), *por escrito*. – Como defende a Proposta de Resolução sobre o Regulamento delegado à Comissão, falta ainda um conhecimento mais aprofundado do mercado do álcool etílico de origem agrícola antes de avançar com a certificação de importação.

Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (S&D), *por escrito*. – El seguimiento de los datos relativos al alcohol etílico de origen agrícola garantiza tanto la transparencia como el conocimiento en lo que atañe a la evolución de un mercado que sigue siendo inestable y está sometido a una fuerte competencia, en especial ante las importaciones procedentes de terceros países. Esta información también es extremadamente útil para la negociación de acuerdos internacionales y las investigaciones antidumping. Como, además, Eurostat no facilita información tan precisa, con lo que no existe una alternativa para que los agentes económicos, los Estados miembros y las instituciones de la UE adquieran pleno conocimiento de la situación del mercado, he considerado necesario votar a favor de presentar objeciones al presente Reglamento Delegado de la Comisión.

Claude Rolin (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de ce rapport car le suivi des données relatives à l'alcool éthylique d'origine agricole qu'il instaure permettra de garantir la transparence et d'assurer la diffusion d'informations concernant l'évolution du marché qui demeure instable et qui est soumis à une forte concurrence, notamment en raison des importations en provenance de pays tiers.

Massimiliano Salini (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore del regolamento delegato presentato dalla Commissione, poiché ritengo sia necessario aggiornare la legislazione che riguarda l'etanolo di origine agricola e il suo mercato. L'atto delegato eliminerà l'obbligo per l'Unione di redigere e pubblicare un bilancio dell'UE per l'alcole etilico di origine agricola e l'obbligo trimestrale per gli Stati membri di fornire informazioni su produzione, smaltimento e scorte; l'atto in questione eliminerà anche l'obbligo di presentare un titolo d'importazione per l'etanolo di origine agricola nell'Unione. Il testo proposto è in linea con la priorità politica della Commissione: determinare se le norme vigenti impongono oneri burocratici e amministrativi inutili, oppure sono obsolete o non conformi alle sue priorità.

Lola Sánchez Caldentey (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta propuesta de resolución.En ella se solicita que se presente un registro de las licencias de importación de alcohol etílico de origen agrícola, de forma tal que ese registro sirva como forma de control acerca de la utilización que se está dando a las parcelas agrarias para cultivos destinados a insumos para biodiesel, con el detrimento que ello conlleva en la lucha por combatir el hambre en el mundo. Este tipo de política ayuda a controlar el incremento de precios en alimentos y verificar la expansión del mercado de biocombustibles.

Lidia Senra Rodríguez (GUE/NGL), *por escrito*. – Se trataba de una objeción a un acto delegado en relación a la importación de alcohol etílico de origen agrícola y el establecimiento de medidas específicas en relación al mercado de este producto.

Hemos propuesto tres enmiendas al texto ya que entendemos que es importante que el problema de acceso a la tierra y su uso para fines alimenticios se viese reflejado en el mismo.

De todas formas he votado a favor de la objeción al acto delegado ya que el seguimiento que existe actualmente de los datos relacionados con el alcohol etílico de origen agrícola y su comercialización asegura una mayor transparencia y conocimiento en cuanto a la evolución del mercado que la propuesta de la comisión de que estos datos sean recogidos por Eurostat. Esto no daría una información tan precisa y se perderían datos sobre un mercado polémico frente al cual soy muy crítica.

Siôn Simon (S&D), *in writing*. – The following-up of data relating to ethyl alcohol of agricultural origin ensures both transparency and knowledge as regards the evolution of the market, which is still unstable and faces strong competition.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Branislav Škripek (ECR), *písomne*. – Hlasoval som za. Verím, že Slovenskej republike, ako aj Európe samotnej pomôže udržanie licencii na dovoz poľnohospodárskeho liehu. Skupina štátov ako Francúzsko, Maďarsko, Poľsko a aj Slovensko by bola ohrozená nekontrolovaným dovozom poľnohospodárskeho liehu z tretích krajín.

Davor Ivo Stier (PPE), *napisan*. – Uvoz etilnog alkohola poljoprivrednog podrijetla bi trebao biti u skladu sa standardima Europske unije u okviru transparentnosti, te je stoga nužno pratiti podatke povezane s proizvodom kojim se trguje. To osigurava transparentnost i saznanja u pogledu evolucije europskog tržišta. Podržavam ovaj nacrt prijedloga rezolucije jer ima za cilj poboljšanje uvjeta na europskom tržištu, osnaženje tržišta i povećanje transparentnosti , a to su čimbenici koji su nužni za daljnji rast tržišta.

Catherine Stihler (S&D), *in writing*. – I voted in favour of this resolution regarding the market for ethyl alcohol of agricultural origin.

Dubravka Šuica (PPE), *napisan*. – Podržavam prijedlog rezolucije Europskog parlamenta o Delegiranoj uredbi Komisije od 20. veljače 2015. o izmjeni Uredbe (EZ) br. 376/2008 u pogledu obveze predočenja dozvole za uvoz etilnog alkohola poljoprivrednog podrijetla i stavljanju izvan snage Uredbe (EZ) br. 2336/2003 o uvođenju određenih detaljnih pravila za primjenu Uredbe Vijeća (EZ) br. 670/2003 o posebnim mjerama za tržište etilnog alkohola poljoprivrednog podrijetla, jer praćenje podataka povezanih s etilnim alkoholom poljoprivrednog podrijetla osigurava i transparentnost i saznanja u pogledu evolucije tržišta koje je i dalje nestabilno i suočeno s jakom konkurencijom, posebno zbog uvoza iz trećih zemalja.

EU proizvodi više od 6 milijardi litara etanola poljoprivrednog podrijetla za domaće tržište s potražnjom od približno 7,9 milijardi litara. Stoga je EU postao neto uvoznik etanola. To proširenje rezultat je politike EU-a o biogorivima.

Smatram da su uvozne dozvole potrebne kako bi se osigurala sljedivost i osiguravalo podrijetlo uvoza etanola. Nadalje, ažurirani statistički podaci potrebni su za pružanje informacija o tržištu, te za transparentnost i donošenje politika, budući da Eurostat ne pruža tako precizne informacije, što znači da ne postoji alternativni način da operateri, države članice i institucije EU-a budu potpuno svjesni stanja na tržištu.

Richard Sulík (ECR), *písomne* – Návrh som nepodporil, pretože nesúhlasím s tým, že zrušenie monitorovania údajov súvisiacich s etylalkoholom je zlým krokom. Tento krok totiž povedie k zníženiu administratívnej záťaže u dotknutých subjektov a k zníženiu nákladov na strane orgánov, ktoré by spracovávali tieto údaje, bez zásadných negatívnych dôsledkov.

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *γραπτώς*. – Το κείμενο αφορά την ακύρωση κανονισμού της Επιτροπής, η οποία επιδιώκει την κατάργηση υποχρέωσης προσκόμισης πιστοποιητικού για την αιθυλική αλκοόλη, η παραγωγή της οποίας δημιουργεί μεγάλα προβλήματα κυρίως στις χώρες του Νότου.

Tibor Szanyi (S&D), *írásban*. – Szavazatommal támogattam a mezőgazdasági eredetű etil-alkohol behozatalára vonatkozó engedélybemutatási kötelezettséggel kapcsolatos jelentést. Osztom azt a véleményt, mely szerint a mezőgazdasági eredetű etil-alkohollal kapcsolatos adatok nyomon követése biztosítja mind az átláthatóságot, mind a még mindig instabil, különösen a harmadik országokból származó behozatal miatt erős versennyel megküzdeni kényszerülő piac fejlődésével kapcsolatos ismereteket. Az állásfoglalási indítvány is megfogalmazza, hogy ez az információ rendkívül hasznos a nemzetközi megállapodásokról folytatott tárgyalások és a dömpingellenes vizsgálatok során is. Jelenleg nem áll rendelkezésre ilyen pontos információ, ami azt jelenti, hogy a piaci szereplők, a tagállamok és az uniós intézmények nem tudnak teljes körű tájékoztatást kapni a piaci helyzetről.

Marc Tarabella (S&D), *par écrit*. – Il s'agit d'un réajustement législatif mineur, j'ai donc voté en faveur du règlement délégué (UE) de la Commission modifiant le règlement (CE) nº 376/2008 en ce qui concerne l'obligation de présenter un certificat pour les importations d'alcool éthylique d'origine agricole et abrogeant le règlement (CE) nº 2336/2003 fixant certaines modalités d'application du règlement (CE) nº 670/2003 du Conseil établissant des mesures spécifiques relatives au marché de l'alcool éthylique d'origine agricole.

Estefanía Torres Martínez (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta propuesta de resolución.En ella se solicita que se presente un registro de las licencias de importación de alcohol etílico de origen agrícola, de forma tal que ese registro sirva como forma de control acerca de la utilización que se está dando a las parcelas agrarias para cultivos destinados a insumos para biodiesel, con el detrimento que ello conlleva en la lucha por combatir el hambre en el mundo. Este tipo de política ayuda a controlar el incremento de precios en alimentos y verificar la expansión del mercado de biocombustibles.

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL), *por escrito***.** – Hemos votado a favor de esta propuesta de resolución.En ella se solicita que se presente un registro de las licencias de importación de alcohol etílico de origen agrícola, de forma tal que ese registro sirva como forma de control acerca de la utilización que se está dando a las parcelas agrarias para cultivos destinados a insumos para biodiesel, con el detrimento que ello conlleva en la lucha por combatir el hambre en el mundo. Este tipo de política ayuda a controlar el incremento de precios en alimentos y verificar la expansión del mercado de biocombustibles.

Ángela Vallina (GUE/NGL), *por escrito*. – Se trataba de una objeción a un acto delegado en relación a la importación de alcohol etílico de origen agrícola y el establecimiento de medidas específicas en relación al mercado de este producto.

Hemos propuesto tres enmiendas al texto ya que entendemos que es importante que el problema de acceso a la tierra y su uso para fines alimenticios se viese reflejado en el mismo.

De todas formas he votado a favor de la objeción al acto delegado ya que el seguimiento que existe actualmente de los datos relacionados con el alcohol etílico de origen agrícola y su comercialización asegura una mayor transparencia y conocimiento en cuanto a la evolución del mercado que la propuesta de la comisión de que estos datos sean recogidos por Eurostat. Esto no daría una información tan precisa y se perderían datos sobre un mercado polémico frente al cual soy muy crítica.

Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL), *par écrit*. – Il y a quelques mois, la Commission a transmis au Parlement européen un acte délégué qui devrait permettre de supprimer l'obligation de présenter un certificat pour l'importation d'alcool éthylique d'origine agricole dans l'Union. Ce texte propose également de supprimer l'obligation trimestrielle pour les États membres de fournir des informations sur la production, l'écoulement et les stocks d'alcool et de publier des bilans. C'est donc un énorme recul en matière de traçabilité, de transparence et de garantie de la provenance des produits de consommation tels que l'alcool éthylique d'origine agricole.

La disponibilité et l'actualité des statistiques à ce sujet sont également absolument nécessaires pour être en possession de toutes les informations permettant de pouvoir conduire et d'ajuster les politiques en ce domaine.

J'ai donc voté pour la résolution du Parlement qui s'oppose à cet acte délégué et bloque sa mise en œuvre.

Miguel Viegas (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta resolução refere-se à objeção de um ato delegado que diz respeito à alteração dos regulamentos que se referem à obrigação de apresentar um certificado de importação de álcool etílico de origem agrícola, que estabelecem medidas específicas relativas ao mercado do álcool etílico de origem agrícola e estabelecem certas normas de execução do Regulamento (CE) n.º 670/2003.

Esta objeção foi levantada tendo em conta que a produção de álcool etílico de origem agrícola usa solo necessário à produção sustentável de alimentos principalmente no sul da Europa, sendo que a grande produção de biocombustíveis, muito mais rentáveis, poderá dificultar e retirar o acesso à terra aos agricultores e faz com que a luta contra a fome muito mais difícil. Além disso é necessário um registo dos dados relativos ao álcool etílico de origem agrícola, que assegurem, tanto a transparência como o conhecimento da evolução do mercado, o qual ainda está instável e se confronta com uma forte concorrência, nomeadamente devido à importação de países terceiros, e que as licenças sejam tornadas públicas, de modo a que os Estados-Membros e instituições da UE tenham pleno conhecimento da situação do mercado, já o Eurostat não fornece tal informação precisa.

Harald Vilimsky (NI), *schriftlich.* – Bei der Abstimmung zur Änderung der delegierten Verordnung hinsichtlich der Verpflichtung zur Vorlage einer Einfuhrlizenz für Ethylalkohol musste ich mich der Stimme enthalten. Die derzeitige Lizenzierung und Bilanzierung von Ethylalkohol landwirtschaftlichen Ursprungs ist durchaus ausreichend und wird auch konsequent durchgesetzt und überprüft. Weiters würde eine weitere Ausdehnung von Flächen für Biokraftstoff die Bekämpfung des Hungers massiv gefährden.

Θεόδωρος Ζαγοράκης (PPE), *γραπτώς.* – Υποστήριξα με την θετική μου ψήφο, την πρόταση του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου σχετικά με την αγορά στον τομέα της αιθυλικής αλκοόλης γεωργικής προέλευσης. Θεωρώ, πως το κείμενο λαμβάνει υπόψη κάθε παράμετρο του ζητήματος και θέτει τις προϋποθέσεις για περαιτέρω πρωτοβουλίες.

11.9. A licença de maternidade (B8-0453/2015)

Dichiarazioni di voto orali

Michaela Šojdrová (PPE). – Pane předsedající, chtěla bych vysvětlit, proč jsem se v konečném hlasování zdržela a nepodpořila jsem výsledné usnesení. Myslím, že podpora maminek na mateřské dovolené, vytvoření co nejlepších podmínek pro slučitelnost mateřské a profesní role je v zájmu Evropské unie, ale je především v zájmu členských zemí.

Nemohla jsem souhlasit s tím, že toto usnesení obsahovalo návrh na zavedení povinné otcovské dovolené v rozsahu deseti dnů. Myslím si, že toto je věc, na které se musí dohodnout členské státy, Evropský parlament i Evropská komise. Návrh usnesení rovněž požadoval vrátit se ke starému návrhu směrnice, která je tady projednávána již více než sedm let, a ukazuje se, že je slepou cestou. Proto podporuji raději nový přístup Evropské komise, který přislíbila komisařka Věra Jourová.

Markus Pieper (PPE). – Herr Präsident! Bei der Abstimmung über die Mutterschutzrichtlinie habe ich dagegen gestimmt. Ich bin sehr dafür, junge Mütter in der Arbeitswelt sozial abzusichern, dafür gibt es ja auch vielfältige Regeln in den Mitgliedstaaten. Das Thema Mutterschutz ist aber in Polen anders geregelt als in Malta, in Deutschland oder in Großbritannien. Das hat auch etwas mit sozialen Kulturen und sozialer Verantwortung der Mitgliedstaaten zu tun. Die EU darf diese Dinge nicht nivellieren, wir sollten uns in die Sozialkompetenz der Mitgliedstaaten nicht verantwortlich einmischen. Deshalb habe ich dagegen gestimmt.

Deirdre Clune (PPE). – Mr President, I want to reference the issue of paternity leave. Fathers have got to step up and stay at home, and governments must help them to do that. Shared responsibility for new-born babies is the key to equality in the labour market, but the responsibility will always fall on women unless governments introduce better paternity leave circumstances. Women will always suffer in their careers if they are the ones to take the time off to mind children.

Paternity leave is a real solution to equality in the workplace, but a huge culture shift has to be achieved and governments in the EU are going to have to drive that. I am conscious that employers, particularly in small businesses, would fear the cost of temporarily losing men as well as women to these family-friendly policies, but I urge them to change their views on family life and family time off.

Employees being absent is a cost to business; I recognise that, especially for small businesses. But I think we are going to have to accept that it is a cost to business just like rent, rates, holiday pay, electricity costs and other benefits. Populations need to be replaced and if people stop having children because their careers cannot bear a few months' absence, then the cost to us all would be much greater in the long run.

We have to take a wider society view here and not think of rearing children as something that is best done in one's spare time.

Neena Gill (S&D). – Mr President, I voted in favour of this motion for resolution because it is unacceptable that the Maternity Leave Directive is still blocked in the Council – and now there are rumours it might even be withdrawn as part of the Commission's refit exercise to make EU law lighter.

Yes, we need to have more efficient law-making that focuses on crucial things, but I find it difficult to understand why issues like the participation of women in the labour market and the fight against poverty, which is directly linked to this, would not be seen as key ones, on which the EU should tap the full potential of its ability to move things forward.

It is unbelievable that for an issue as crucial as this one, which affects our entire society, we are still relying on a 1992 directive that has not been adapted to present-day needs.

In the UK, more than half of mothers rely on grandparents when they go back to work, but not everyone is lucky enough to be able to rely on the help of others. That is why I urge the Commission to make sure that the Council finally breaks the deadlock on this crucial issue instead of taking the easy way out and referring it to the bin.

Luke Ming Flanagan (GUE/NGL). – Mr President, I voted in favour of this because I think that is what the European Union was meant to be about. We had a European Union – or a European Community – that Ireland joined whereby we actually managed to gain some more rights, but it seems now the European Union is about pushing back on that. In particular, on paternity leave, my wife and I had a baby eight months ago and, because I decided I would do the right thing and stay at home and help her, I was pilloried in my national media for being lazy, for not trying and for being a bad politician, etc.

So I think the first thing this institution could do, if it is serious about this, would be, if someone is missing on maternity leave or paternity leave, kindly not to mark them down as 'absent, don't care, lazy, couldn't give a bloody damn'. Can you kindly have something put in place so that, if someone does care about their newborn and they want to stay at home and take care of them, it is recognised in here and you are not put down as a layabout for trying to do the right thing, and then your media attacks you, and in particular the female members of that media. Ironic or bloody what?

Marijana Petir (PPE). – Gospodine predsjedniče, izražavam žaljenje jer se oko porodiljne direktive, koja je predložena u 2010. godini i otada blokirana u Vijeću, nije uspio postići dogovor.

Uzimajući u obzir da nacionalna zakonodavstva u većini zemalja članica već imaju osigurana ovakva ili čak i bolja rješenja u odnosu na ono što direktiva predlaže, suzdržala sam se u ovom glasovanju jer smatram da treba ponuditi neka nova rješenja i nove prijedloge.

Napominjem da su zemlje članice ključne za osiguravanje prava majki rodilja i očeva, da budu nesmetano uz svoju djecu u njihovim prvim mjesecima i godinama. S obzirom na postojeće demografsko stanje u Europi, dužnost nam je zakonodavno osigurati da poslodavci pruže ženama radnicama i ujedno bračnim parovima kvalitetne uvjete koji će potaknuti i podržati rađanje i odgoj djece, za što je potrebna prisutnost majki i očeva posebice u njihovim prvim godinama života.

Silvia Costa (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, vorrei ricordare che questa risoluzione si deve assolutamente riconnettere con il fatto che noi abbiamo già deciso nel 1992 di creare un congedo di maternità a livello europeo, quindi non ha senso dire che questa decisione deve rimanere soltanto agli Stati, perché si tratta di far crescere il *welfare*, in particolare riferito alla mamma, al bambino, al padre e alle condizioni della maternità e della conciliazione.

Ma non possiamo rimanere fermi alle 14 settimane che sono previste nella direttiva del 1992 ancora in vigore. Dobbiamo andare avanti anche per garantire una tutela maggiore non solo della salute della donna e del bambino, ma anche per consentire una conciliazione soprattutto in tempi di grande crisi economica e occupazionale, in cui vediamo aumentare la povertà delle donne e dei bambini, le difficoltà ad inserirsi nel mercato lavoro e a rimanerci.

E quindi dobbiamo capire che dare oggi queste opportunità significa, fra l'altro, avere anche una maggiore produttività – per chi è preoccupato dei costi – e questo rende anche più facile la possibilità di accedere al lavoro per tante donne.

Dobbiamo oggi dire con forza, come l'abbiamo detto con la risoluzione, che la Commissione deve riprendere un'iniziativa e soprattutto chiediamo alla prossima Presidenza lussemburghese di riprendere un'iniziativa legislativa, e la mediazione della Commissione sarà necessaria.

Non possiamo lasciar cadere dopo due legislature la possibilità di fare una direttiva finalmente adeguata.

Dichiarazioni di voto scritte

William (The Earl of) Dartmouth (EFDD), *in writing*. – UKIP abstained on the non-legislative and non-binding resolution on the situation of the maternity leave directive. This resolution was more to do with the EU procedural situation than the content of the legislation. UKIP totally opposes the EU creating laws over the UK – the only people that should make such legislation are elected national governments, accountable to voters at the ballot box, not unaccountable EU institutions. Once EU legislation has passed, the only people that can initiate new legislation, begin to repeal or start amendment of it is the EU Commission and they are not elected. However due to misrepresentation by the British press and other parties, UKIP abstained to show that we are not opposed to maternity leave. What we are opposed to is unelected Commissioners in Brussels creating the law.

John Stuart Agnew (EFDD), *in writing*. – UKIP abstained on the non-legislative and non-binding resolution on the situation of the maternity leave directive. This resolution was more to do with the EU procedural situation than the content of the legislation. UKIP totally opposes the EU creating laws over the UK – the only people that should make such legislation are elected national governments, accountable to voters at the ballot box, not unaccountable EU institutions. Once EU legislation has passed, the only people that can initiate new legislation, begin to repeal or start amendment of it is the EU Commission and they are not elected. However due to misrepresentation by the British press and other parties, UKIP abstained to show that we are not opposed to maternity leave. What we are opposed to is unelected Commissioners in Brussels creating the law.

Clara Eugenia Aguilera García (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la resolución sobre el permiso de maternidad porque considero que los derechos de las madres trabajadoras no pueden quedarse encerrados en un cajón.

La propuesta de modificación de la directiva vigente amplia la protección y la seguridad de las trabajadoras que están embarazadas o que han dado a luz recientemente, y también de las madres que han adoptado a un niño menor de un año. Me resulta difícil entender que la UE sea capaz de acordar muchas medidas de índole económica, y cuando hablamos de algo tan relevante como son los derechos de las madres trabajadoras, el Consejo sea incapaz de llegar a un acuerdo, y la Comisión plantee por ello la retirada de la propuesta.

También defiendo la necesidad, recogida en la resolución, de que la Comisión presente una propuesta de directiva sobre el permiso de paternidad y una revisión de la directiva de permiso parental, en aras de lograr una mejor conciliación de la vida familiar y laboral para las madres y los padres. Por último, suscribo igualmente la petición hecha a la Comisión de que presente una nueva propuesta lo antes posible si decide finalmente retirar la que está sobre la mesa.

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL), *por escrito*. – He votado positivamente en la resolución presentada, ya que se trata de un bloqueo de más de cuatro años en la Directiva que modifica la Directiva 92/85/CEE sobre el permiso de maternidad. Se trata de una ampliación y armonización de un derecho de las trabajadoras de toda la UE, ampliando su derecho a la baja por maternidad hasta las 20 semanas, y de al menos 2 semanas para los trabajadores inmediatamente después del parto de ellas; al mismo tiempo, también reafirma la Directiva 2010/18/UE sobre el permiso paternal, que garantiza el permiso mínimo a compartir el permiso hasta los cuatro meses.

Dicha propuesta se había aprobado en primera lectura por el Parlamento pero desde entonces se ha mantenido bloqueada por el Consejo, aduciendo aumento de costes laborales y de la seguridad laboral. En primer lugar, creemos injusto que sean las trabajadoras y trabajadores quienes paguen las consecuencias de la crisis financiera y que ésta repercuta negativamente en sus derechos; por otro lado, retirar por parte de la Comisión esta propuesta legislativa no va a ayudar a romper con la perpetuación de los roles de género asociados a la capacidad reproductiva de las mujeres en el mundo laboral.

Max Andersson (Verts/ALE), *skriftlig*. – Jag har röstat för betänkandet eftersom jag tycker att frågan om föräldraledighet är viktig. Men jag är orolig för att vissa av de förslag som förekommer i diskussionen om höjd miniminivå för föräldraledighet är dåligt utformade, och jag är orolig för att EU ska tvinga på medlemsländerna ett dåligt system. Till exempel finns det en risk för att diskrimineringen av kvinnor på arbetsmarknaden förvärras om man istället för att tillämpa en socialförsäkringsmodell bestämmer att arbetsgivarna ska stå för kostnaden. Detta betänkande består dock inte av att skapa förslag utan syftar framförallt till att diskussionen ska fortsätta.

Pascal Arimont (PPE), *schriftlich*. – Der Mutterschaftsurlaub wird bislang auf EU-Ebene durch eine Richtlinie aus dem Jahre 1992 geregelt, welche eine Mindestdauer von 14 Wochen vorschreibt. Im Zuge eines Kommissionsvorschlags von 2010 beschloss das Europäische Parlament in erster Lesung, die derzeitige Gesetzgebung von 14 auf 20 Wochen auszuweiten. Seit vier Jahren kann der Ministerrat sich hierzu nicht einigen, so dass die Kommission angekündigt hat, ihren Vorschlag zurückzuziehen. Vor diesem Hintergrund begrüße ich die heutige Entschließung des Parlaments, die den Rat eindringlich dazu auffordert, die Verhandlungen wieder aufzunehmen, und die die Kommission ersucht, an der Annäherung der Positionen des Parlaments und des Rates mitzuwirken. Auch befürworte ich den Vorschlag, eine separate Richtlinie auszuarbeiten, die einen bezahlten Vaterschaftsurlaub von mindestens 10 Arbeitstagen vorsieht – wie es in Belgien bereits der Fall ist.

Guillaume Balas (S&D), *par écrit*. – J'ai soutenu la résolution du Parlement européen sur le congé de maternité car il est important d'adopter une véritable législation dans ce domaine pour procéder à une harmonisation européenne. En effet, en 2010 le Parlement européen avait voté pour étendre le congé maternité de 14 à 20 semaines et pour introduire deux semaines de congé de paternité entièrement rémunérées. Il s'agit de concilier la vie professionnelle et la vie privée en augmentant la participation des femmes sur le marché du travail et en soutenant le taux de natalité.

J'ai voté pour cette résolution car nous devons prendre position et envoyer un message au Conseil pour qu'il reprenne les négociations sur ce sujet.

Zigmantas Balčytis (S&D), *raštu*. – Balsavau už šį siūlymą, kurio tikslas – paraginti valstybes nares atnaujinti derybas dėl minimalių motinystės atostogų pailginimo. Daugiau moterų, ypač vyresnio amžiaus moterys, kurių pensija vidutiniškai 39 proc. mažesnė už vyrų pensiją, ir vienišos motinos, nei vyrų gyvena skurde ir atskirtyje. Moterys dažniau negu vyrai dirba ne visą darbo dieną, pagal terminuotas ar laikinąsias darbo sutartis ir moterų skurdą didele dalimi lemia mažų garantijų darbas. Dėl krizės dar labiau sumažėjo gimstamumas ES, nes nedarbas ir netikrumas dėl ateities lėmė tai, kad poros atidėlioja sprendimą turėti vaikų. Valstybės narės turi atnaujinti derybas dėl Motinystės atostogų direktyvos. Pritariu raginimams Komisijai prisiimti sąžiningos tarpininkės vaidmenį ir bendradarbiauti su teisėkūros institucijomis siekiant suderinti Parlamento ir Tarybos pozicijas.

Hugues Bayet (S&D), *par écrit*. – Nous avons appelé à relancer les négociations sur la directive sur le congé maternité. Ce texte est bloqué depuis quatre ans au Conseil!

Nous appelons à prolonger le congé de maternité de 14 à 20 semaines intégralement rémunérées et à introduire deux semaines de congé de paternité entièrement rémunérées. Il est indispensable de garantir ce droit aux femmes et que l'on puisse impliquer les pères dans ce processus sans qu'ils soient discriminés.

Dominique Bilde (NI), *par écrit*. – Cette résolution porte sur la directive maternité, actuellement bloquée faute d'accord entre les États membres.

L'objectif de ce texte est d'améliorer la protection des femmes enceintes et jeunes accouchées en proposant un congé de maternité plus homogène et plus long en le portant à 18 semaines (contre 14 actuellement) comme le préconise l'OIT. De plus, il sera proposé un congé paternité d'au moins 10 jours.

Cette proposition va dans le bon sens car elle permet une égalité des sexes et favorise ainsi le travail des femmes contrairement aux idées véhiculées par certains libéraux (voir par exemple la Suède). Ce texte permet ainsi un équilibre dans la vie privée et familiale entre les hommes et femmes et il promeut une meilleure protection des travailleuses enceintes. Il est vital pour des raisons de santé et de sécurité pour la mère comme le futur enfant.

Enfin, cet encouragement à la maternité est évidemment un argument nataliste, luttant contre le vieillissement de l'Europe et évitant l'idée d'une immigration nécessaire pour relancer la natalité en Europe. J'ai donc voté pour ce texte.

Mara Bizzotto (NI), *per iscritto*. – Ritengo che il principio della parità di trattamento fra donne e uomini comporti l'assenza di qualunque discriminazione, sia essa per la maternità o per la paternità, e la necessità di avere eguali responsabilità familiari.

Per questi motivi ho sostenuto col mio voto questa risoluzione, che richiama il Consiglio ai suoi doveri relativamente alla direttiva sul congedo di maternità ed esorta gli Stati membri a riprendere la fase negoziale ormai in stallo.

Malin Björk (GUE/NGL), *skriftlig*. – Jag röstade ja till mammaledighetsdirektivet.

Beslutet i dag handlade om att uppmana rådet och kommissionen att diskutera frågan och komma med ett förslag. När detta slutliga förslag läggs fram för beslut i parlamentet kommer jag att utvärdera hur bra eller dåligt det är och då avgöra hur jag ska rösta när det är skarpt läge.

Det kunde vara lätt för mig som svensk och EU-kritiker att avfärda ett direktiv som är så kasst jämfört med vårt svenska system. Men när jag möter mina systrar i många EU-länder måste jag också ta fram den internationella feminismen. För så fort någon föreslår betald föräldraledighet, tillgång till barnomsorg som inte kostar skjortan, eller lite arbetstrygghet för gravida kvinnor, då börjar det gruffas på gubb-bänkarna.

Därför röstade jag JA i dag.

José Blanco López (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la resolución sobre el permiso de maternidad porque considero que los derechos de las madres trabajadoras no pueden quedarse encerrados en un cajón.

La propuesta de modificación de la directiva vigente amplia la protección y la seguridad de las trabajadoras que están embarazadas o que han dado a luz recientemente, y también de las madres que han adoptado a un niño menor de un año. Me resulta difícil entender que la UE sea capaz de acordar muchas medidas de índole económica, y cuando hablamos de algo tan relevante como son los derechos de las madres trabajadoras, el Consejo sea incapaz de llegar a un acuerdo, y la Comisión plantee por ello la retirada de la propuesta.

También defiendo la necesidad, recogida en la resolución, de que la Comisión presente una propuesta de directiva sobre el permiso de paternidad y una revisión de la directiva de permiso parental, en aras de lograr una mejor conciliación de la vida familiar y laboral para las madres y los padres. Por último, suscribo igualmente la petición hecha a la Comisión de que presente una nueva propuesta lo antes posible si decide finalmente retirar la que está sobre la mesa.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *raštu*. – Balsavau už šią rezoliuciją, kadangi būtina atblokuoti aklavietėje atsidūrusią Motinystės atostogų direktyvą. Valstybės narės turi kuo skubiau atnaujinti derybas, nes praėjo jau penkeri metai nuo to laiko, kai Europos Parlamentas priėmė savo poziciją dėl šios direktyvos, ir tikrai nėra priimtina, kad Taryba nesiima veiksmų, diskusijos Taryboje sustojo ir taip iškilo pavojus visai teisėkūros procedūrai. Europos Parlamentas yra pasirengęs padėti išeiti iš aklavietės ir ragina Komisiją prisiimti sąžiningos tarpininkės vaidmenį ir konstruktyviai bendradarbiauti su teisėkūros institucijomis, siekiant suderinti Parlamento ir Tarybos pozicijas.

Motinystės atostogų direktyva yra itin svarbi, ypač kai dėl krizės dar labiau sumažėjo gimstamumas ES, o tai lėmė didelis nedarbas, mažai garantijų teikiančios sąlygos ir netikrumas dėl ateities. Be to, ekonomika lėmė tai, kad poros, visų pirma jaunesnio amžiaus moterys, atidėlioja sprendimą turėti vaikų, todėl visoje ES toliau įsitvirtina demografinio senėjimo tendencija. Taigi, tikiuosi, kad Liuksemburgo pirmininkavimo Tarybai metu bus imamasi konkretesnių veiksmų dėl šios direktyvos likimo.

Andrea Bocskor (PPE), *írásban*. – A FIDESZ–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban nem támogattam a szülési szabadságról szóló állásfoglalásra irányuló indítványt, tekintettel arra, hogy a szülési szabadság idejére járó juttatás meghatározásának tagállami hatáskörben kellene maradnia.

Álláspontunk szerint ezen irányelvnek elsősorban – hasonlóan a hatályos irányelvhez – a nők munkahelyi egészségét és biztonságát javító intézkedéseket kell tartalmaznia, míg a munka és családi élet jobb összehangolását más irányelvek, jogalkotási eszközök révén kell biztosítani.

Olyan szabályozás kialakítására van szükség, amely tiszteletben tartja az egyes tagállami rendszerek logikáját és különbözőségeit.

Simona Bonafè (S&D), *per iscritto*. – Ancora oggi in Europa il congedo di maternità è gestito con modalità estremamente diversificate, vi sono livelli di tutela molto difformi. Nella scorsa legislatura il Parlamento aveva chiesto che il congedo minimo in ogni Stato UE passasse da 14 a 20 settimane pienamente retribuite. Sappiamo che la discussione su questa estensione si è bloccata al Consiglio e che la Commissione ritirerà la proposta se la situazione non dovesse sbloccarsi. Con questa risoluzione, che sostengo, intendiamo sollecitare Commissione e Consiglio a non gettare la spugna. Un congedo di maternità ben calibrato può contribuire a migliorare l'equilibrio tra i generi nel mercato del lavoro, senza dimenticare l'evidente sfida demografica che l'Europa vive.

Biljana Borzan (S&D), *napisan*. – Republika Hrvatska ima jedan od najboljih zakona o porodiljnom dopustu. Nažalost, to nije slučaj za mnogo članica EU-a. Moramo raditi na poboljšanju zdravlja i sigurnosti trudnica na radnom mjestu te majki. Na taj način se jedino možemo boriti s demografskim izazovima i smanjiti nejednakosti među spolovima.

Lynn Boylan (GUE/NGL), *in writing*. – I voted in favour of this resolution on the Maternity Leave Directive. It is deplorable that the EU Commission has taken the regrettable decision to withdraw this directive which would have seen 20 weeks of paid maternity leave and paid paternity leave of 2 weeks.

It is extremely disappointing, but unfortunately not unexpected from the new Commission, that they have made this decision which represents a serious step back for gender equality and the active participation of women in the labour market.

Mercedes Bresso (S&D), *per iscritto*. – Ho votato sì a questa risoluzione perché l'aumento della durata del congedo di maternità e la creazione di un congedo di paternità sono due misure necessarie e fondamentali sia per combattere le disparità di genere sia per incentivare le persone a procreare e a creare nuclei familiari. Oltre a ciò, ritengo che sia compito dell'Unione armonizzare il più grande numero possibile di norme, a cominciare da quelli che riguardano i diritti degli individui.

Renata Briano (S&D), *per iscritto*. – Sono soddisfatta che sia stata approvata questa risoluzione della commissione per i diritti della donna e l'uguaglianza di genere, che deplora l'immobilità del Consiglio sulla direttiva del congedo di maternità e ribadisce la volontà di questo Parlamento di porre fine alla situazione di stallo e di svolgere un ruolo attivo nel processo legislativo. È importante portare avanti questa direttiva, sulla quale la nostra Assemblea ha adottato una posizione in prima lettura ben cinque anni fa.

Noi continueremo a soffermarci su questo tema affinché venga riconosciuto e tutelato il diritto della donna al congedo di maternità ed al suo reintegro sul lavoro, senza alcuna discriminazione. Noi ribadiamo con questa risoluzione la nostra volontà a istituire un congedo di paternità retribuito di almeno dieci giorni lavorativi e a consentire agli uomini, ai padri, di esercitare il loro diritto di raggiungere un equilibrio tra lavoro e famiglia.

Qualora questa proposta di revisione fosse ritirata, il nostro gruppo si farà promotore di un'iniziativa legislativa per rivedere la legislazione attuale, al fine di migliorare la salute e la sicurezza delle lavoratrici gestanti o che hanno recentemente partorito o in periodo di allattamento, affrontando così le sfide demografiche e riducendo le disparità tra uomini e donne.

Steeve Briois (NI), *par écrit*. – La présente proposition de résolution porte sur la directive maternité, actuellement bloquée faute d'accord entre les États membres. L'objectif est d'améliorer la protection des femmes enceintes et des jeunes mères à l'arrivée de l'enfant, par l'harmonisation des règles relatives au congé maternité.

À ce titre, il convient de souligner l'absence de corrélation entre la durée du congé maternité et le taux d'emploi des femmes. En effet, les États membres du Nord de l'Europe ont les congés les plus long et le taux d'emploi des femmes le plus élevé.

Favorable à toutes les politiques qui soutiennent la natalité en France et en Europe, j'ai voté pour le texte. En effet, la meilleure arme contre l'immigration massive demeure une natalité féconde chez les femmes de France et d'Europe.

Daniel Buda (PPE), *în scris*. – Familia este un pilon important în ceea ce privește progresul societății, iar sustenabilitatea societății europene este imposibil de obținut fără o demografie sănătoasă, ceea ce presupune protecție pentru mame și copii. Trebuie oferită o nouă perspectivă și o nouă abordare dincolo de chestiunile economice care se află în joc. Retragerea de către Comisia Europeană a propunerii de revizuire a acestei directive ar conduce la privarea drepturilor pe care le au milioane de femei din UE, deoarece aceasta reprezintă un mijloc de protecție a femeilor și un garant al drepturilor lor. Am votat în favoarea acestei propuneri, deoarece consider că această situație trebuie să fie deblocată, iar legiuitorii Uniunii trebuie să ajungă la un acord comun care să răspundă necesităților și așteptărilor familiilor și economiei europene.

Gianluca Buonanno (NI), *per iscritto*. – Ho espresso voto favorevole.

Il principio della parità di trattamento fra donne e uomini comporta l'assenza di qualunque discriminazione, anche per quanto riguarda la maternità, la paternità e il fatto di avere responsabilità familiari, ma un quarto degli Stati membri non prevede il congedo di paternità; se si considera che il tasso di natalità diminuisce nell'Unione europea e che tale tendenza è aggravata dalla crisi, poiché la disoccupazione, la precarietà e l'incertezza del futuro e dell'economia spingono le coppie, e in particolare le donne più giovani, a rimandare la decisione di avere figli, si rafforza ulteriormente la tendenza all'invecchiamento della popolazione nell'intera Unione.

La condivisione delle responsabilità familiari e domestiche tra uomini e donne è una condizione indispensabile per la realizzazione della parità di genere.

Nella risoluzione si deplora la situazione di stallo in seno al Consiglio relativamente alla direttiva sul congedo di maternità e si esortano gli Stati membri a rilanciare i negoziati.

Viene ribadita la disponibilità a elaborare una direttiva separata che istituisca un congedo di paternità retribuito di almeno 10 giorni lavorativi e incoraggi misure, legislative e di altra natura, che consentano agli uomini, e in particolare ai padri, di esercitare il loro diritto di raggiungere un equilibrio tra lavoro e famiglia.

Soledad Cabezón Ruiz (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la resolución sobre el permiso de maternidad porque considero que los derechos de las madres trabajadoras no pueden quedarse encerrados en un cajón.

La propuesta de modificación de la directiva vigente amplia la protección y la seguridad de las trabajadoras que están embarazadas o que han dado a luz recientemente, y también de las madres que han adoptado a un niño menor de un año. Me resulta difícil entender que la UE sea capaz de acordar muchas medidas de índole económica, y cuando hablamos de algo tan relevante como son los derechos de las madres trabajadoras, el Consejo sea incapaz de llegar a un acuerdo, y la Comisión plantee por ello la retirada de la propuesta.

También defiendo la necesidad, recogida en la resolución, de que la Comisión presente una propuesta de directiva sobre el permiso de paternidad y una revisión de la directiva de permiso parental, en aras de lograr una mejor conciliación de la vida familiar y laboral para las madres y los padres. Por último, suscribo igualmente la petición hecha a la Comisión de que presente una nueva propuesta lo antes posible si decide finalmente retirar la que está sobre la mesa.

Alain Cadec (PPE), *par écrit*. – Le droit au congé de maternité doit exister et être respecté dans tous les États membres de l'Union européenne. Je ne mets en aucun cas ce droit en cause. Cependant, je n'estime pas qu'il revienne à l'Union européenne de légiférer en cette matière. Nous avons, dans les traités, un principe important, celui de la subsidiarité. Il doit être respecté. La politique familiale relève de la compétence des États membres. Chaque pays possède des spécificités à la fois culturelles et sociales qui doivent être prises en compte. Dans ce cas précis, c'est le niveau national qui est le plus à même de légiférer sur le congé de maternité.

Je suis donc pour le droit au congé de maternité mais également pour le respect du principe de subsidiarité dans ce domaine. Je me suis donc abstenu sur cette résolution.

Nicola Caputo (S&D), *per iscritto*. – Oggi ho votato a favore della risoluzione in questione per chiedere alla Commissione europea di non ritirare la proposta di direttiva sul congedo di maternità e per esortare i ministri a riprendere i colloqui e a concordare una posizione ufficiale.

In che Europa stiamo vivendo, se chi crea la vita è penalizzato? In che Europa stiamo vivendo, se il parto è sinonimo di povertà? Non possiamo aiutare le madri semplicemente cancellando la proposta di direttiva. Dal 1992, quando è stata approvata la direttiva sul congedo di maternità, non abbiamo compiuto alcun passo in avanti. Le donne non possono aspettare, meritano di essere contemporaneamente donne, madri e lavoratrici senza essere discriminate.

E opportuno sarebbe prevedere anche un congedo di paternità di almeno 10 giorni lavorativi, in aggiunta a quello di maternità.

James Carver (EFDD), *in writing*. – UKIP abstained on the non-legislative and non-binding resolution on the situation of the maternity leave directive. This resolution was more to do with the EU procedural situation than the content of the legislation. UKIP totally opposes the EU creating laws over the UK – the only people that should make such legislation are elected national governments, accountable to voters at the ballot box, not unaccountable EU institutions. Once EU legislation has passed, the only people that can initiate new legislation, begin to repeal or start amendment of it is the EU Commission and they are not elected. However due to misrepresentation by the British press and other parties, UKIP abstained to show that we are not opposed to maternity leave. What we are opposed to is unelected Commissioners in Brussels creating the law.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD), *per iscritto*. – Ho votato a favore della risoluzione per sbloccare lo stallo a cui la direttiva relativa al congedo di maternità è sottoposta. La normativa europea in materia è ferma al 1992 ed andrebbe aggiornata; molti Stati membri hanno infatti già introdotto livelli di tutela più elevati.

Dita Charanzová (ALDE), *in writing*. – The question of maternity leave is a critical topic that must be discussed, however it is my view that in this case the Member State level is best placed to be the most effective and efficient for taking into account the views of our citizens. With so many differences between the Member States and our national laws, it is inappropriate to attempt to apply a 'one size fits all' policy. We should instead be focusing our efforts into those areas where we can commonly create added European value. If this was a resolution on facilitating a better work--life balance for both men and women, it would have my full support. I regret that in this occasion I cannot support this as it stands.

Aymeric Chauprade (NI), *par écrit*. – Je me suis montré favorable à cette proposition de résolution qui se veut une initiative de soutien en faveur de la famille et relève d'une politique bénéfique de natalité. L'objectif louable porté par cette résolution est en effet la protection de la femme enceinte et de la jeune maman, aujourd'hui malheureusement trop souvent victimes d'une situation de grande précarité pour avoir donné la vie.

La résolution propose ainsi des garanties de congés maternité plus homogènes dans les États membres de l'Union, ainsi que la possibilité d'un congé paternité d'au moins dix jours, ce qui permettra aux papas de venir en aide aux mamans dans cette période de grands bouleversements qui suit la naissance d'un enfant.

Le congé maternité dépasse donc la vision purement libérale de la femme comme capital de production, permettant à cette dernière d'avoir une vie de famille tout en lui assurant la possibilité de retrouver un emploi, ce qui rappelle que la femme ne devrait jamais être punie pour avoir choisi de donner la vie ; d'ailleurs, fonder une famille n'est pas incompatible avec le fait d'avoir un emploi puisque la résolution rappelle que les pays comme la Suède ont les congés maternité les plus longs tout en ayant le taux d'emploi des femmes le plus important en Europe.

Nessa Childers (S&D), *in writing*. – Parliament wants fathers to have at least ten working days' paternity leave, in addition to minimum 20 week maternity leave. The Commission has been signalling a worrisome eagerness to kill the proposal within a few months in the name of good legislative housekeeping, but Parliament has overwhelmingly objected today. If we must do it, let's take the opportunity to restart the process rather than sweep our future under the carpet.

Parliament and the Council are EU legislators on an equal footing, and the EU governments must not be allowed to ignore a majority of elected representatives who want to see a modicum of work-life balance at such a critical moment in family life.

This is the kind of short-sighted, counterproductive penny-pinching that undermines the fabric of our societies to no tangible benefit. Fathers too have a right to experience and contribute to the earliest stages of development of their children across the Union. Paid paternity leave legislation is long overdue too.

It's interesting to see how conservative forces harp on about family values when they see fit, and yet show such little enthusiasm for a modest improvement in the conditions of working people's family lives.

Caterina Chinnici (S&D), *per iscritto*. – Come ribadito dalla strategia Europa 2020, una crescita intelligente, sostenibile e inclusiva non può essere perseguita senza porre l'attenzione sul raggiungimento di un giusto equilibrio tra lavoro e famiglia.

Sotto un altro profilo, è un dato acquisito che l'incremento dell'occupazione femminile rappresenta un importante fattore di crescita del PIL, e d'altra parte i dati mostrano che i paesi europei dove oggi si fanno più figli sono anche quelli in cui gli indici di occupazione femminile sono più alti, confermando che è perfettamente possibile conciliare vita familiare e vita lavorativa, a condizione che vi siano adeguati meccanismi di tutela.

La direttiva sul congedo di maternità, che persegue esattamente questo obiettivo, è stata approvata dal Parlamento in prima lettura il 20 ottobre 2010, ed è grave, e non in linea con il principio di leale cooperazione di cui all'articolo 4 del TUE, che il Consiglio non abbia ancora adottato una posizione ufficiale.

L'interrogazione che abbiamo approvato sollecita il Consiglio ad assumersi le proprie responsabilità e ad adottare una posizione ufficiale sulla direttiva, allo scopo di superare la situazione di stallo e, se possibile, avviare un negoziato con il Parlamento.

Per questo ho votato a favore.

Ole Christensen (S&D), *skriftlig*. – I Danmark har fædre siden 1984 haft ret til to ugers fædreorlov inden for de første 14 uger efter fødslen. De danske medlemmer af S&D-gruppen går ind for, at der i EU fastsættes ret til betalt fædreorlov på ti arbejdsdage, men er samtidig af den mening, at der er behov for en klar definition af, hvad 'betalt fædreorlov' dækker over.

Birgit Collin-Langen (PPE), *schriftlich*. – Ich habe gegen den Antrag über den Mutterschaftsurlaub gestimmt, da die EU in diesem Bereich keine Regelungskompetenz hat; dies fällt in den Zuständigkeitsbereich der Mitgliedstaaten. Grundsätzlich bin ich für einen entsprechenden Schutz werdender Mütter. Aber dafür gibt es schon vielfältige Regeln in den Mitgliedstaaten, und wir haben bereits europäische Mindeststandards in diesem Bereich. Die Sozialversicherungssysteme in den 28 Mitgliedstaaten sind schlichtweg zu unterschiedlich, sodass ich eine weitere Harmonisierung für falsch halte. Wir haben in Deutschland ein gut funktionierendes System aus Mutterschutz und Elternzeit – dies müssen wir erhalten und uns nicht in ein europäisches Korsett pressen lassen, das nicht passt!

Therese Comodini Cachia (PPE), *in writing*. – We seem to be focusing on this Directive merely in terms of giving women more weeks as maternity leave. This focus often makes us forget the socio-economic realities of Member States. We cannot allow ourselves to forget demographic data which clearly indicates that Europe is an ageing population, has difficulties in attracting women to employment, and retaining women in employment once they are of child-bearing age. We continuously state that we believe that women are equal partners and contributors in the political, social and economic sector and we are all in favour of gender equality.

It is true that the Commission's proposal to withdraw this dossier does not at first sound very attractive, but it is a pragmatic way of addressing a deadlock. Yet we cannot forget the principles we have declared to adhere to nor the socio-economic realities we face, and so the withdrawal of this dossier should be accompanied by other measures which have the same purpose or end. I voted in favour.

Ignazio Corrao (EFDD), *per iscritto*. – Ho votato a favore della presente risoluzione in quanto il principio della parità di trattamento fra donne e uomini comporta l'assenza di qualunque discriminazione, diretta o indiretta, anche per quanto riguarda la maternità, la paternità e il fatto di avere responsabilità familiari. Voto a favore in quanto ritengo che troppe siano ancora le differenze tra gli Stati membri e credo fermamente che debba essere garantita la possibilità di entrambi i genitori di poter vivere nella maniera più serena e partecipata possibile un momento fondamentale della vita, quale la nascita di un figlio.

Javier Couso Permuy (GUE/NGL), *por escrito***.** – He votado positivamente en la resolución presentada, ya que se trata de un bloqueo de más de cuatro años en la Directiva que modifica la Directiva 92/85/CEE sobre el permiso de maternidad. Se trata de una ampliación y armonización de un derecho de las trabajadoras de toda la UE, ampliando su derecho a la baja por maternidad hasta las 20 semanas, y de al menos 2 semanas para los trabajadores inmediatamente después del parto de ellas; al mismo tiempo, también reafirma la Directiva 2010/18/UE sobre el permiso paternal, que garantiza el permiso mínimo a compartir el permiso hasta los cuatro meses. Dicha propuesta se había aprobado en primera lectura por el Parlamento pero desde entonces se ha mantenido bloqueada por el Consejo, aduciendo aumento de costes laborales y de la seguridad laboral. En primer lugar, creemos injusto que sean las trabajadoras y trabajadores quienes paguen las consecuencias de la crisis financiera y que ésta repercuta negativamente en sus derechos; por otro lado, retirar por parte de la Comisión esta propuesta legislativa no va a ayudar a romper con la perpetuación de los roles de género asociados a la capacidad reproductiva de las mujeres en el mundo laboral.

Miriam Dalli (S&D), *in writing*. – I voted in favour of having better maternity and paternity leave. It was high time to call on the Commission to make a new legislative proposal in order to unblock the discussions on the maternity leave directive and to start negotiations under the Luxembourg Presidency. Now the European Commission must present a new legislative text on maternity leave if it decides to withdraw the current proposal on the table.

Michel Dantin (PPE), *par écrit*. – La présente résolution vise à évoquer l'état des négociations de la proposition d'harmonisation du congé maternité proposé en 2008 et qui visait à allonger le congé maternité obligatoire en Europe de 14 à 18 semaines.

Adopté en 2010 par le Parlement européen, le texte est bloqué au Conseil des ministres depuis. La présente résolution critique la potentielle décision de la Commission européenne de retirer la proposition en application de ses prérogatives institutionnelles. En effet, en application des promesses de campagne du Président Juncker, la Commission européenne avait, lors de l'adoption de son programme de travail 2015, annoncé qu'elle retirerait ladite proposition en cas d'absence de progrès tangibles dans les six prochains mois.

Considérant, au contraire du fond de la présente résolution, qu'il est nécessaire, compte tenu de l'état de blocage des négociations et l'absence de progrès réels des négociations, de sortir de l'impasse institutionnelle et que la Commission européenne retire ledit texte, quitte à proposer une nouvelle copie dans son programme de travail 2016, je me suis abstenu lors du vote de cette résolution.

Rachida Dati (PPE), *par écrit***.** – J'ai toujours été très mobilisée pour défendre le droit des femmes.

Le congé de maternité est ainsi un instrument qui permet aux femmes de trouver un bon équilibre entre vie privée et vie professionnelle. Il est donc crucial que l'Union européenne mette fin à la situation de blocage qui existe actuellement sur cette mesure. Je suis également favorable à la mise en place d'un congé paternité, qui existe d'ailleurs déjà en France. Je n'ai cependant pas souhaité voter en faveur du paragraphe appelant à sa mise en place, car cette résolution devait concerner uniquement la reprise des discussions sur le congé maternité.

Il faut respecter les procédures législatives et ne pas importer d'autres débats dans une résolution à l'objectif clair et spécifique. Le vote de ce paragraphe en plénière m'a ainsi amenée à m'abstenir sur cette résolution.

Dennis de Jong (GUE/NGL), *schriftelijk*. – Hoewel ik de intentie van de resolutie steun, is zwangerschapsverlof primair een nationale bevoegdheid. Daarom ben ik geen voorstander van nieuwe Europese regels op dit gebied en heb ik mij van stemming onthouden.

Isabella De Monte (S&D), *per iscritto*. – Il congedo di maternità è una garanzia importante per stabilire un giusto equilibrio tra la vita familiare e la carriera. Ho votato a favore di questa proposta di risoluzione perché ritengo necessario estendere il congedo di maternità ad almeno 18 settimane, di cui 6 obbligatorie dopo il parto.

Marielle de Sarnez (ALDE), *par écrit*. – Cela fait bientôt quatre ans que la directive sur le projet d'allongement du congé maternité est bloquée au Conseil.

La Commission, qui a proposé en 2010 d'harmoniser a minima la durée du congé maternité et sa rémunération suivant les recommandations de l'Organisation internationale du travail (OIT), à savoir un congé de 18 semaines, ne doit pas céder à la réticence des États membres. C'est un geste fort pour les parents européens, femmes et hommes qui seront ainsi aidés à trouver un meilleur équilibre entre la vie de famille et la vie professionnelle. La Commission ne doit pas laisser cet appel lettre morte.

Angélique Delahaye (PPE), *par écrit*. – Je me suis abstenue sur le vote final de la résolution.

Je crains que le texte tel qu'amendé ne permette pas de sortir de l'impasse actuelle et au contraire ne fasse que renforcer les blocages que nous connaissons depuis cinq ans sur la proposition de directive concernant l'amélioration de la sécurité et de la santé des travailleuses enceintes, accouchées ou allaitantes au travail.

Cette nouvelle position maximaliste du Parlement ne fera que renforcer la Commission européenne dans sa proposition de retirer le projet de directive initial et de prendre de nouvelles initiatives en la matière, en application du programme REFIT, alors que de bonnes choses étaient présentes comme un meilleur partage des responsabilités parentales au sein du couple, une amélioration du taux d'emploi des femmes et un soutien à la natalité.

Andor Deli (PPE), *írásban*. – A FIDESZ–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban nem támogattam a szülési szabadságról szóló állásfoglalásra irányuló indítványt, tekintettel arra, hogy a szülési szabadság idejére járó juttatás meghatározásának tagállami hatáskörben kellene maradnia. Álláspontunk szerint ezen irányelvnek elsősorban – hasonlóan a hatályos irányelvhez – a nők munkahelyi egészségét és biztonságát javító intézkedéseket kell tartalmaznia, míg a munka és családi élet jobb összehangolását más irányelvek, jogalkotási eszközök révén kell biztosítani. Olyan szabályozás kialakítására van szükség, amely tiszteletben tartja az egyes tagállami rendszerek logikáját és különbözőségeit.

Tamás Deutsch (PPE), *írásban***. –** A FIDESZ–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban nem támogattam a szülési szabadságról szóló állásfoglalásra irányuló indítványt, tekintettel arra, hogy a szülési szabadság idejére járó juttatás meghatározásának tagállami hatáskörben kellene maradnia.

Álláspontunk szerint ezen irányelvnek elsősorban – hasonlóan a hatályos irányelvhez – a nők munkahelyi egészségét és biztonságát javító intézkedéseket kell tartalmaznia, míg a munka és családi élet jobb összehangolását más irányelvek, jogalkotási eszközök révén kell biztosítani.

Olyan szabályozás kialakítására van szükség, amely tiszteletben tartja az egyes tagállami rendszerek logikáját és különbözőségeit.

Martina Dlabajová (ALDE), *in writing*. – I voted against the resolution on maternity leave. Parliament has decided to vote for a resolution which would prescribe 20 paid weeks of maternity leave (of which only 6 fully paid) and a call for a different proposal for fathers allowing them to take paid leave for 10 days.

It is hard for me to agree that such proposals would add value, stand for more equal rights for mothers and fathers and would progress gender equality, in particular in relation to working mothers.

First, my question is why do we need to treat parents of one kid in two different pieces of legislation? Second, I find the standards set by both proposals very low and discriminatory towards parents of different sexes. In addition, they would create clear inequality between parents of the same sex.

The Commission should have the right to withdraw this outdated proposal and revise the 2010 Parental Leave Directive to allow both parents, irrespective of their sex, to take, on equal terms, paid leave and to decide who stays at home.

If not, it should be left to the Member States to continue their own policies which, in most cases, are much more generous, dynamic and flexible.

Diane Dodds (NI), *in writing*. – While I share the desire to see fair and comprehensive provision put in place to support both mothers and fathers as they get to grips with shouldering new parental responsibilities, I also believe that the EU should respect the principle of subsidiarity.

It is not for the European Parliament to legislate in this area. Only a few weeks ago, the people of the United Kingdom, including those in my constituency, Northern Ireland, elected members to a new national Parliament at Westminster. It is there – not here in the corridors of Brussels and Strasbourg – that decisions around maternity and paternity leave provision should be taken and enforced.

How often in recent times has this Parliament, through fascination with integration and harmonisation, forgotten that the greatest victories for our citizens come when local elected representatives recognise a local need and commit to bringing forward change to tackle it. That is a principle that is at the very core of the defence of national sovereignty – and is why I opposed this Motion.

Mireille D'Ornano (NI), *par écrit*. – J'ai voté pour la proposition de résolution relative au règlement sur le congé maternité. Celle-ci propose une meilleure protection des femmes enceintes ainsi que la possibilité d'un congé paternité.

J'ai également veillé à ce que ces mesures soient bénéfiques aux entreprises, qui pourront ainsi s'organiser de façon optimale en prévoyant des remplacements, ce qu'elles peinent à réaliser aujourd'hui.

Toutefois, nous devrons porter une attention majeure aux bénéficiaires de cette politique de natalité. En effet, il convient de s'assurer qu'elle profite aux ressortissants européens et non aux populations qui s'installent sur nos territoires afin de jouir de nos politiques sociales.

Ian Duncan (ECR), *in writing*. – The proposed directive on the health and safety at work of pregnant workers and workers who have recently given birth or who are breastfeeding (Maternity Leave Directive) has been blocked in Council since 2010. There is a blocking minority of Member States who do not believe that it is within the EU's legal competence to legislate on the specifics of maternity and paternity leave, notably regarding pay and duration.

The ECR position remains consistent: we would like to see the Commission withdraw the proposal and we remain opposed to the EU legislating on the pay and conditions of maternity and paternity leave

Ангел Джамбазки (ECR), *в писмена форма*. – Директивата за отпуск по майчинство не отговаря на принципите на субсидиарност и в тази връзка аз не мога да подкрепя тази резолюция, която призовава за нейното преразглеждане.

Компетентни в тази сфера са държавите членки и тяхната дума трябва да е последна и да имат право сами да регулират законодателството в това отношение.

В моята държава отпуската по майчинство е платена в продължение на две години. Обмен на добри практики е необходим, но не и европейско законодателство.

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), *γραπτώς*. – Το Συμβούλιο πρέπει να σεβαστεί την απόφαση του Ευρωπαϊκού Δικαστηρίου και να παραθέσει επαρκή αιτιολόγηση για τον λόγο για τον οποίο προσπαθεί να αποσύρει το σχέδιο νόμου για την επέκταση της άδειας μητρότητας. Συμφωνούμε απόλυτα με την συγκεκριμένη πρόταση και ειδικά στο σημείο που τονίζει την ανάγκη να καθιερωθεί και άδεια πατρότητας.

Norbert Erdős (PPE), *írásban*. – A FIDESZ–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban nem támogattam a szülési szabadságról szóló állásfoglalásra irányuló indítványt, tekintettel arra, hogy a szülési szabadság idejére járó juttatás meghatározásának tagállami hatáskörben kellene maradnia.

Álláspontom szerint ezen irányelvnek elsősorban – hasonlóan a hatályos irányelvhez – a nők munkahelyi egészségét és biztonságát javító intézkedéseket kell tartalmaznia, míg a munka és családi élet jobb összehangolását más irányelvek, jogalkotási eszközök révén kell biztosítani.

Olyan szabályozás kialakítására van szükség, amely tiszteletben tartja az egyes tagállami rendszerek logikáját és különbözőségeit.

Rosa Estaràs Ferragut (PPE), *por escrito*. – El principio de igualdad de trato entre mujeres y hombres supone la ausencia de discriminación, directa o indirecta, también en lo que respecta a la maternidad, la paternidad y la asunción de obligaciones familiares; el reparto de las obligaciones familiares y domésticas entre hombres y mujeres es importante en relación al avance en la igualdad de género y a la asunción de derechos. En este sentido, existe la voluntad de elaborar una directiva, teniendo en cuenta siempre el principio de subsidiariedad, que contemple unas bases de los permisos de maternidad y paternidad, y que en la medida de los posible favorezca medidas razonables encaminadas a que las mujeres y los hombres puedan ejercer su derecho a conciliar la vida privada y la vida profesional.

Jill Evans (Verts/ALE), *in writing*. – I voted in favour of this resolution calling on the European Commission not to withdraw draft EU legislation on maternity leave. The European Parliament has in the past voted to increase guaranteed maternity leave from 14 to 20 weeks fully paid and for the mandatory right to paternity leave for fathers. I strongly supported this. I believe that the Parliament's vote should be respected as the voice of citizens in Wales and Europe.

Eleonora Evi (EFDD), *per iscritto*. – Ho votato a favore di questa risoluzione il cui scopo è sollecitare lo sblocco della direttiva sul congedo di maternità, ferma in Consiglio dopo essere stata approvata dal Parlamento nel 2010. Con questa direttiva si punterebbe principalmente a stabilire la durata del congedo di maternità (20 settimane è la proposta del Parlamento) nonché l'entità del sussidio da erogare, che il Parlamento propone sia pari al 100% della retribuzione.

Considerando le numerose disparità ancora presenti tra uomini e donne, soprattutto in ambito lavorativo anche in situazioni normali – si pensi solo, a titolo di esempio, che le pensioni delle donne sono mediamente inferiori del 39% rispetto a quelle dei colleghi uomini – è chiaro che dinanzi alla maternità i doveri naturali della donna rischiano di limitare anche i suoi diritti. Per questo armonizzare la disciplina in materia di congedo di maternità è sicuramente un passo fondamentale verso la riduzione della discriminazione basata sul genere. Auspichiamo quindi che la proposta di direttiva (COM(2008)0637) possa essere finalmente sbloccata prima che rischi di essere ritirata dalla Commissione a giugno nell'ambito del programma REFIT.

Fredrick Federley (ALDE), *skriftlig*. – Det är viktigt med en ambitiös föräldraförsäkring, men jag anser inte att detta är en fråga som sköts bäst på EU-nivå. Jag avstod därför från att stödja denna resolution.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – A licença de maternidade é um instrumento essencial para garantir o equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional. Ganha ainda particular importância face ao evidente envelhecimento da população europeia. No entanto, a sua aplicação varia entre Estados-Membros e as tentativas para melhorar as normas comuns na UE têm sido bloqueadas pelos governos desde 2008. Lamento que o executivo comunitário possa vir a retirar a proposta de revisão da diretiva. Se este for realmente o caso, é importante que apresente uma nova iniciativa legislativa durante a presidência luxemburguesa do Conselho. Propõe-se também que seja elaborada uma diretiva distinta que estabeleça uma licença de paternidade paga de pelo menos dez dias úteis.

Jonás Fernández (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la resolución sobre el permiso de maternidad porque considero que los derechos de las madres trabajadoras no pueden quedarse encerrados en un cajón.

La propuesta de modificación de la directiva vigente amplia la protección y la seguridad de las trabajadoras que están embarazadas o que han dado a luz recientemente, y también de las madres que han adoptado a un niño menor de un año. Me resulta difícil entender que la UE sea capaz de acordar muchas medidas de índole económica, y cuando hablamos de algo tan relevante como son los derechos de las madres trabajadoras, el Consejo sea incapaz de llegar a un acuerdo, y la Comisión plantee por ello la retirada de la propuesta.

También defiendo la necesidad, recogida en la resolución, de que la Comisión presente una propuesta de directiva sobre el permiso de paternidad y una revisión de la directiva de permiso parental, en aras de lograr una mejor conciliación de la vida familiar y laboral para las madres y los padres. Por último, suscribo igualmente la petición hecha a la Comisión de que presente una nueva propuesta lo antes posible si decide finalmente retirar la que está sobre la mesa.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – Tivemos um papel determinante em trazer este assunto à atenção deste Parlamento e em exigir a condenação que consta desta resolução. Por essa razão nos congratulamos com a mesma.

O caso da Diretiva da Maternidade deixa a nu o estado desta União Europeia e aquilo que os povos dela podem esperar. Instrumento e veículo de imposição de profundos retrocessos sociais – cortes salariais, ataques às funções sociais do Estado na saúde, na educação, na segurança social, na redução de direitos sociais e laborais, nas privatizações, etc. –, é ao mesmo tempo um tampão a qualquer medida, pequena que seja, que vise uma melhoria das condições de vida; um avanço, modesto que seja, no sentido do progresso social. O Conselho, que tão prontamente se entende para o retrocesso, não chega a acordo para aumentar a proteção das mães trabalhadoras e dos seus filhos, garantindo-lhes um mínimo de 20 semanas integralmente pagas de licença de maternidade. E perante isto, a Comissão Europeia (a tal que se dizia ser portadora de um novo impulso progressista), resolve mandar para o caixote do lixo a sua proposta e disfarça a decisão –, profundamente política –, travestindo-a de um mero ato administrativo.

Monika Flašíková Beňová (S&D), *písomne*. – Návrh uznesenia o materskej dovolenke je už dlhšiu dobu predmetom sporu medzi Európskym parlamentom a Radou, ktorá ju v minulosti zablokovala. Je veľmi dôležité, aby sa túto patovú situáciu podarilo vyriešiť. Ide o jednoznačný prejav odporu voči právam žien a ich vedomé pošliapavanie. Pracovné podmienky žien sa musia zlepšiť a nato je potrebné začať robiť praktické kroky a nielen neustále o tejto problematike diskutovať. Európa pritom bojuje proti demografickej kríze a riešenia, ktoré Európsky parlament ponúka, sú niektorými inštitúciami neustále odmietané. Európske inštitúcie musia vyslať pozitívny signál a podporiť rodičovstvo a ochranu materstva v Európskej únií.

Lorenzo Fontana (NI), *per iscritto*. – Voto a favore di una maggiore parità di trattamento fra donne e uomini, che comporta l'assenza di qualunque discriminazione, anche per quanto riguarda la maternità, la paternità e il fatto di avere le stesse responsabilità familiari.

Λάμπρος Φουντούλης (NI), *γραπτώς*. – Υπερψηφίζω την έκθεση σχετικά με την άδεια μητρότητας. Το Συμβούλιο πρέπει να σεβαστεί την απόφαση του Ευρωπαϊκού Δικαστηρίου και να παραθέσει επαρκή αιτιολόγηση για τον λόγο για τον οποίο προσπαθεί να αποσύρει το σχέδιο νόμου για την επέκταση της άδειας μητρότητας. Συμφωνώ απόλυτα με την συγκεκριμένη πρόταση και ειδικά στο σημείο που τονίζει την ανάγκη να καθιερωθεί και άδεια πατρότητας.

Ashley Fox (ECR), *in writing*. – I voted against this Motion for a Resolution. I do not believe that it is within the EU's legal competency to legislate on the specifics of maternity and paternity leave, notably pay and duration. This is a matter for Member States and I urge the Commission to withdraw the proposed Maternity Leave Directive.

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *in writing*. – Adopting an ambitious directive on maternity leave would have a number of positive results on the quality of European societies, such as increasing the employment rate of women and the birth-rate in Europe.

I am concerned about the declared intention of the Commission to withdraw such an important proposal if the co-legislators do not find a way out of the deadlock within six months. It is about time for the Council to engage in dialogue and start negotiations with the European Parliament on the Maternity Leave Directive, taking responsibility for refusing the improvements in the safety and health at work of pregnant workers and workers who have recently given birth or are breastfeeding

It is clear that if we want to tackle the issue of gender equality we must ensure that both men and women are entitled to the same rights and that women are allowed to balance their family and professional lives. If we believe that social rights are at the heart of European society we cannot overlook having high standards on Maternity Leave.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Kinga Gál (PPE), *írásban*. – A FIDESZ–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban nem támogattam a szülési szabadságról szóló állásfoglalásra irányuló indítványt, tekintettel arra, hogy a szülési szabadság idejére járó juttatás meghatározásának tagállami hatáskörben kellene maradnia.

Álláspontunk szerint ezen irányelvnek elsősorban – hasonlóan a hatályos irányelvhez – a nők munkahelyi egészségét és biztonságát javító intézkedéseket kell tartalmaznia, míg a munka és családi élet jobb összehangolását más irányelvek, jogalkotási eszközök révén kell biztosítani.

Olyan szabályozás kialakítására van szükség, amely tiszteletben tartja az egyes tagállami rendszerek logikáját és különbözőségeit.

Ildikó Gáll-Pelcz (PPE), *írásban*. – A FIDESZ–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban nem támogattam a szülési szabadságról szóló állásfoglalásra irányuló indítványt, tekintettel arra, hogy a szülési szabadság idejére járó juttatás meghatározásának tagállami hatáskörben kellene maradnia.

Álláspontunk szerint ezen irányelvnek elsősorban – hasonlóan a hatályos irányelvhez – a nők munkahelyi egészségét és biztonságát javító intézkedéseket kell tartalmaznia, míg a munka és családi élet jobb összehangolását más irányelvek, jogalkotási eszközök révén kell biztosítani. Olyan szabályozás kialakítására van szükség, amely tiszteletben tartja az egyes tagállami rendszerek logikáját és különbözőségeit.

Francesc Gambús (PPE), *por escrito*. – Para la Unión Europea, el principio de igualdad de trato entre mujeres y hombres supone uno de sus principales objetivos, englobado en la lucha contra cualquier tipo de discriminación. La maternidad y la paternidad no deben conllevar la discriminación de ninguno de los progenitores. Ambos sexos deben asumir por igual las obligaciones del cuidado de la familia y de las tareas del hogar, por lo que desde la Unión Europea debemos apoyar las medidas de conciliación familiar, más aún considerando la alarmante disminución de la natalidad en la UE. No podemos permitir que la regulación europea sobre los permisos de maternidad y paternidad quede bloqueada en el Consejo, y por ello he votado a favor de la Resolución.

Iratxe García Pérez (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la resolución sobre el permiso de maternidad porque considero que los derechos de las madres trabajadoras no pueden quedarse encerrados en un cajón. La propuesta de modificación de la directiva vigente amplia la protección y la seguridad de las trabajadoras que están embarazadas o que han dado a luz recientemente, y también de las madres que han adoptado a un niño menor de un año. Me resulta difícil entender que la UE sea capaz de acordar muchas medidas de índole económica, y cuando hablamos de algo tan relevante como son los derechos de las madres trabajadoras, el Consejo sea incapaz de llegar a un acuerdo, y la Comisión plantee por ello la retirada de la propuesta. También defiendo la necesidad, recogida en la resolución, de que la Comisión presente una propuesta de directiva sobre el permiso de paternidad y una revisión de la directiva de permiso parental, en aras de lograr una mejor conciliación de la vida familiar y laboral para las madres y los padres. Por último, suscribo igualmente la petición hecha a la Comisión de que presente una nueva propuesta lo antes posible si decide finalmente retirar la que está sobre la mesa.

Eider Gardiazabal Rubial (S&D), *por escrito*. – La propuesta de modificación de la directiva de maternidad vigente amplia la protección y la seguridad de las trabajadoras que están embarazadas o que han dado a luz recientemente, y también de las madres que han adoptado a un niño menor de un año. Me resulta difícil entender que la UE sea capaz de acordar muchas medidas de índole económica, y cuando hablamos de algo tan relevante como son los derechos de las madres trabajadoras, el Consejo sea incapaz de llegar a un acuerdo, y la Comisión plantee por ello la retirada de la propuesta.

He votado a favor de la resolución sobre el permiso de maternidad porque considero que los derechos de las madres trabajadoras no pueden quedarse encerrados en un cajón.

También defiendo la necesidad, recogida en la resolución, de que la Comisión presente una propuesta de directiva sobre el permiso de paternidad y una revisión de la directiva de permiso parental, en aras de lograr una mejor conciliación de la vida familiar y laboral para las madres y los padres. Por último, suscribo igualmente la petición hecha a la Comisión de que presente una nueva propuesta lo antes posible si decide finalmente retirar la que está sobre la mesa.

Enrico Gasbarra (S&D), *per iscritto***.** – Come sancito già nella Carta dei diritti fondamentali dell'Unione, la dignità della persona deve essere rispettata e tutelata e oggi, anche con il voto di questa importante relazione, ci battiamo proprio per un futuro capace di offrire orizzonti socialmente più equi ed ampi, capace di promuovere le politiche della famiglia e di tutelare i diritti delle persone.

I dati purtroppo non sempre ci confortano rispetto agli obiettivi delle politiche sociali e del lavoro che l'Europa cerca di garantire. Ecco pertanto l'enorme divario che ancora riscontriamo tra trattamento economico dell'occupazione femminile e quello maschile, contratti a tempo parziale o precari per le donne e stabili per gli uomini, e conseguente trattamento pensionistico femminile che arriva a toccare anche punte del 39% in meno rispetto a quello maschile.

Bisogna da subito intraprendere tutte le azioni necessarie affinché le discriminazioni siano definitivamente superate, permettendo uguale accessibilità al mondo del lavoro a uomini e donne, medesimo trattamento economico e parità di condizioni, e ancora, ma non ultima, la possibilità di riconciliare vita privata e professionale grazie alla garanzia di un adeguato congedo di maternità, che significherebbe anche la spinta ad allargare le famiglie e fare più figli, assicurando alle mamme e alle famiglie un futuro con meno incertezze.

Julie Girling (ECR), *in writing*. – I have voted against this oral question on the grounds that this directive encroaches too far into Member States' right of subsidiarity and would have a disproportionate cost for the UK.

Parliament's amendments also go beyond the Commission's original proposal and the recommendations of the International Labour Organisation. Additionally there are no legal grounds for the EU to be legislating on paternity leave.

The Conservative Party believes that women's rights are fundamental but sees no benefit for maternity, paternity or parental leave to be legislated on at an EU wide level. The Conservatives have already made considerable and progressive changes in the UK to maternity and parental leave in addition to the provision of childcare to help both mothers and fathers return to work after the birth of a child.

Sylvie Goddyn (NI), *par écrit*. – J'ai voté pour la résolution sur la directive «congé de maternité», actuellement bloquée faute d'accord entre États membres.

L'objectif est d'améliorer la protection des femmes enceintes et jeunes accouchées en proposant un congé de maternité plus homogène dans les pays de l'Union, ainsi qu'un congé de paternité d'au moins dix jours.

Le congé de maternité est une charge d'organisation pour l'entreprise. S'il était plus long, les employeurs percevraient mieux la nécessité de remplacement. Ces postes de remplacement pourraient donc être une opportunité de retour à l'emploi, en particulier pour les femmes qui reviennent elles-mêmes de congé éducatif. On notera que les pays du nord de l'Europe, comme la Suède, ont à la fois la durée de congé de maternité la plus longue et le taux d'emploi des femmes le plus important.

Cet encouragement à la maternité est évidemment une dimension de la politique familiale, qui évite le discours habituel sur l'Europe vieillissante justifiant l'immigration. Une préférence nationale couplée à l'amélioration des conditions de congé maternité serait donc idéale.

Par ailleurs, je rappelle que j'ai questionné la Commission européenne sur l'absence de congé de maternité aux États-Unis, considérant qu'il s'agit d'un obstacle supplémentaire à la signature de l'accord de libre-échange en cours de négociation.

Tania González Peñas (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta propuesta de resolución.

Desde la primera lectura en el Parlamento en octubre de 2010, para la adopción de una Directiva del PE y del Consejo por la que se modifica una Directiva previa sobre el permiso de maternidad, este proceso legislativo se encuentra bloqueado en el Consejo debido a la posición de algunos Estados Miembros. Esta modificación incluía, entre otras medidas, la ampliación del permiso remunerado de maternidad a 20 semanas, 2 semanas de permiso de paternidad remuneradas y la protección de la mujer al reincorporarse al trabajo.

Modificación que corre el riesgo de desaparecer en el proceso de cribado legislativo que, con el pretexto de la eficacia normativa, ha emprendido la Comisión con el Programa de Adecuación y Eficacia de la Reglamentación (REFIT).

Beata Gosiewska (ECR), *na piśmie*. – Głosowałam za przyjęciem rezolucji w sprawie urlopów macierzyńskich, ponieważ uważam, że Rada powinna jak najszybciej wrócić do stołu negocjacji. Komisja zamiast straszyć wycofaniem projektu powinna dołożyć wszelkich starań, aby przełamać ten impas i wypracować wspólne stanowisko Parlamentu i Rady. W obliczu starzenia się naszego kontynentu oraz niskiego przyrostu w większości krajów europejskich przepisy gwarantujące lepsze godzenie życia rodzinnego i zawodowego są niezwykle ważne.

Głosowałam również za zapisem paragrafu nr 5 dotyczącego ustanowienia płatnych urlopów ojcowskich. Ojcowie podobnie jak matki powinni mieć zagwarantowane prawo do godzenia życia prywatnego z zawodowym. Państwa członkowskie powinny uświadomić sobie, że w interesie leży tworzenie prawa, które nie odstrasza młodych od zakładania rodziny, ale ich do tego zachęca.

Theresa Griffin (S&D), *in writing*. – Along with my Labour colleagues I voted in favour of this resolution because it reiterates a willingness to draft a separate directive establishing paid paternity leave of at least 10 working days and encouraging measures, legislative and otherwise, which will enable men, and fathers in particular, to exercise their right to achieve work-life balance.

Sylvie Guillaume (S&D), *par écrit***. –** Alors que le partage des responsabilités familiales et domestiques reste encore largement déséquilibré, au détriment des femmes, et alors qu'un quart seulement des États membres propose un congé paternité, notre responsabilité d'élus européens est de soutenir la mise en place d'une directive sur le congé maternité.

Afin de bousculer l'immobilisme du Conseil qui, à ce jour, refuse de prendre position, j'ai soutenu le vote d'une résolution pour rappeler notre volonté de débloquer cette situation et d'éviter que ce texte ne disparaisse dans les oubliettes du REFIT. Si la Commission devait décider de retirer cette proposition, alors nous lui demanderions de présenter un nouveau texte législatif. Bien au-delà des questions de coûts, j'estime que ce texte est essentiel pour améliorer la santé et la sécurité des travailleuses enceintes, accouchées ou allaitantes au travail, ce qui permettrait en outre de relever les défis démographiques tout en réduisant les inégalités femmes-hommes.

Trop de femmes sont exposées au risque de pauvreté si elles ne reçoivent pas une protection complète durant leur congé maternité, cela n'est pas acceptable. De la même façon, en nous dotant d'un congé paternité au niveau européen, nous défendons la place que les pères doivent prendre dans la vie familiale.

Antanas Guoga (ALDE), *raštu*. – Balsavau už Europos Parlamento rezoliuciją dėl motinystės atostogų, nes ja suteikiame įgaliojimus tęsti derybas dėl motinystės atostogų direktyvos, kurios šiuo metu yra netoleruotinai užstrigusios. Palaikau ne tik aiškesnes ES priemones paskatinti gimstamumą, suteikti aiškesnes sąlygas dėl motinystės atostogų, bet ir balsavau už pataisą sumažinti tėvų diskriminaciją, įtraukiant tėvystės atostogas.

Sergio Gutiérrez Prieto (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la resolución sobre el permiso de maternidad porque considero que los derechos de las madres trabajadoras no pueden quedarse encerrados en un cajón.

La propuesta de modificación de la directiva vigente amplia la protección y la seguridad de las trabajadoras que están embarazadas o que han dado a luz recientemente, y también de las madres que han adoptado a un niño menor de un año. Me resulta difícil entender que la UE sea capaz de acordar muchas medidas de índole económica, y cuando hablamos de algo tan relevante como son los derechos de las madres trabajadoras, el Consejo sea incapaz de llegar a un acuerdo, y la Comisión plantee por ello la retirada de la propuesta.

También defiendo la necesidad, recogida en la resolución, de que la Comisión presente una propuesta de directiva sobre el permiso de paternidad y una revisión de la directiva de permiso parental, en aras de lograr una mejor conciliación de la vida familiar y laboral para las madres y los padres. Por último, suscribo igualmente la petición hecha a la Comisión de que presente una nueva propuesta lo antes posible si decide finalmente retirar la que está sobre la mesa.

Marian Harkin (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of the resolution on the revision of the Maternity Leave Directive as it aims to improve the protection and employment rights of pregnant workers and those who have just given birth or are breastfeeding as well as contribute to a better reconciliation of professional, family and private life.

This resolution reiterates the European Parliament's willingness to end the deadlock, and calls for the Commission to play its role and to engage in a constructive manner with the co-legislators with a view to reconciling the positions of Parliament and the Council.

Hans-Olaf Henkel (ECR), *schriftlich*. – Heute steht auch ein Antrag über den Mutterschaftsurlaub zur Abstimmung. Um hier kein Missverständnis aufkommen zu lassen: Klar, je länger, desto besser. Aber was hat das mit „Europa" zu tun? Wo ist der Mehrwert einer europäischen Lösung? Ich finde ihn nicht, ergo stimme ich heute gegen den Entschließungsantrag.

György Hölvényi (PPE), *írásban*. – A FIDESZ–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban nem támogattam a szülési szabadságról szóló állásfoglalásra irányuló indítványt, tekintettel arra, hogy a szülési szabadság idejére járó juttatás meghatározásának tagállami hatáskörben kellene maradnia. Álláspontunk szerint ezen irányelvnek elsősorban – hasonlóan a hatályos irányelvhez – a nők munkahelyi egészségét és biztonságát javító intézkedéseket kell tartalmaznia, míg a munka és családi élet jobb összehangolását más irányelvek, jogalkotási eszközök révén kell biztosítani. Olyan szabályozás kialakítására van szükség, amely tiszteletben tartja az egyes tagállami rendszerek logikáját és különbözőségeit.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *in writing*. – In the past I have had some misgivings about this House's position on maternity leave and it is clear that compromises will have to be found if we are to achieve a satisfactory outcome. It is not appropriate however for legislation to be simply jammed in the system and I therefore voted in favour of this resolution and would like to see some sort of meaningful progress on the subject matter.

Pablo Iglesias (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta propuesta de resolución.

Desde la primera lectura en el Parlamento en octubre de 2010, para la adopción de una Directiva del PE y del Consejo por la que se modifica una Directiva previa sobre el permiso de maternidad, este proceso legislativo se encuentra bloqueado en el Consejo debido a la posición de algunos Estados Miembros. Esta modificación incluía, entre otras medidas, la ampliación del permiso remunerado de maternidad a 20 semanas, 2 semanas de permiso de paternidad remuneradas y la protección de la mujer al reincorporarse al trabajo.

Modificación que corre el riesgo de desaparecer en el proceso de cribado legislativo que, con el pretexto de la eficacia normativa, ha emprendido la Comisión con el Programa de Adecuación y Eficacia de la Reglamentación (REFIT).

La presente propuesta de resolución insta a que se desbloquee esta situación en el Consejo y se reanuden las negociaciones entre los Estados Miembros. Europa no se puede permitir dejar de seguir avanzando decididamente en igualdad entre hombres y mujeres.

Iliana Iotova (S&D), *par écrit***.** – Je crois que les négociations sur la directive relative au congé de maternité, ou plutôt l'absence de négociations, constituent un exemple à ne pas reproduire.

Il s'agit d'un texte législatif qui a été approuvé par ce Parlement il y a cinq ans, afin de mieux protéger les mères et les femmes enceintes au travail. Voilà pourquoi j'ai voté en faveur de cette résolution.

Ce texte participe ainsi à la réalisation des objectifs majeurs de la stratégie «Europe 2020» et concourt à l'égalité entre les femmes et les hommes; il favorise la relance de l'économie en Europe en améliorant l'intégration des femmes sur le marché du travail et en réduisant les inégalités auxquelles elles font face. Et pourtant, ce texte a été lentement enterré et a failli être définitivement retiré.

Le Parlement n'a cessé de démontrer sa volonté de négocier mais ne peut le faire en l'absence du Conseil, colégislateur, ni sans l'aide et la volonté politique de la Commission européenne.

On nous parle de réintroduire une nouvelle proposition en cas d'échec. Quelle orientation affichera-t-elle alors qu'aucune position officielle n'a été exprimée? Une issue favorable est encore possible mais, pour cela, les trois institutions doivent jouer pleinement leur rôle.

Carlos Iturgaiz (PPE), *por escrito*. – Voto a favor de la elaboración de una directiva específica por la que se establezca un permiso de paternidad remunerado de una duración mínima de diez días laborables y se favorezcan las medidas, legislativas y no legislativas, que permitan a los hombres, y en concreto a los padres, ejercer su derecho a conciliar la vida privada y la vida profesional, y solicita una revisión de dicha Directiva, dado que no consigue sus objetivos de conciliar la vida privada y la vida profesional, con el fin de conseguir el equilibrio en la vida laboral para los dos progenitores, especialmente para las mujeres afectadas por la brecha salarial entre mujeres y hombres, la brecha en materia de pensión de jubilación y la pobreza.

Ivan Jakovčić (ALDE), *napisan*. – Glasovao sam za Prijedlog rezolucije o rodiljnom dopustu jer smatram da diskriminacija nikako ne bi smjela biti prisutna kad je riječ o obitelji i preuzimanju obiteljskih odgovornosti. Žene su često vrlo podcijenjene kad je riječ o stopi nezaposlenosti. Zbog nesigurnosti njihova posla obično su one te koje prve zadesi siromaštvo i socijalna isključenost. Smatram da se trebaju sprovesti mjere u cilju poboljšanja rodne jednakosti poput uvođenja plaćenog rodiljnog dopusta za očeve u četvrtini EU članica koje to dosad nisu imale, te da se radi na povećanju nataliteta Europe koja stari jer se mnogi parovi odlučuju za odgodu zasnivanja obitelji zbog krize i neizvjesnosti u bliskoj budućnosti.

Jean-François Jalkh (NI), *par écrit*. – Actuellement, la directive congé maternité est bloquée car les États membres ne sont pas parvenus à trouver un compromis.

L'objectif de la résolution présentée ici est d'améliorer la protection des femmes enceintes et des jeunes mères en homogénéisant la durée du congé maternité en Union. La résolution prévoit également un congé paternité pour une durée d'au moins dix jours. En allongeant la durée du congé maternité, les entreprises sont dans l'obligation de prévoir des remplacements. Cette initiative, in fine, est un moyen de créer de l'emploi en Union. Ces postes seront aussi une opportunité pour les femmes revenant de congé maternité de retrouver un emploi rapidement.

Les États scandinaves font ici figures d'exemples puisque ce sont les pays où les congés maternité sont les plus longs et où le taux d'emploi des femmes est le plus haut. L'immigration n'est donc pas une nécessité: les femmes peuvent travailler et faire des enfants. Cette résolution défend donc une politique familiale volontariste. Pour l'ensemble de ces raisons, j'ai décidé de voter pour ce texte.

Marc Joulaud (PPE), *par écrit*. – Je me suis abstenu lors du vote de la proposition de résolution sur les congés de maternité. En effet, la proposition de modification de l'actuelle directive sur ce sujet n'est pas suffisante à mes yeux pour garantir l'égalité hommes-femmes, seule une nouvelle directive peut être en mesure de mettre en place cette égalité des sexes face aux congés de maternité et une harmonisation des droits européens sur ce sujet.

Barbara Kappel (NI), *schriftlich*. – Ich begrüße ausdrücklich die Errungenschaft des Mutterschaftsurlaubs, doch bin ich der Meinung, dass nationale Regelungen hier besser greifen als ein „One-size-fits-all"-Ansatz der EU. Um meine Unterstützung für den Mutterschaftsurlaub auszudrücken, gleichzeitig aber eine wenig zielführende Regelung auf EU-Ebene abzulehnen, enthalte ich mich meiner Stimme.

Afzal Khan (S&D), *in writing*. – I strongly support the resolution. It follows four years of deadlock over the 2010 Maternity Leave Directive which aims to extend the minimum length of maternity leave and protect the health and safety of workers who have recently returned to work after giving birth. We strongly deplore the attitude of the Council and urge the Member States to resume negotiations. If women are to play their full part in our economic recovery, and if we are to boost employment, it is clear we need to provide flexibility for mothers returning to the labour market after pregnancy. We are also calling on the Commission to present a separate legislative proposal establishing a paid paternity leave. Fathers must also have the right to achieve a work-life balance.

Kateřina Konečná (GUE/NGL), *písemně*. – Je celkem smutné, že Evropský parlament musí jednou za čas připomenout Komise a Radě, co mají dělat a že by se měly dohodnout. Přesně to je de facto účelem návrhu usnesení o mateřské dovolené, který jsem podpořila.

Evropský parlament projednal návrh změny směrnice o mateřské dovolené v prvním čtení již 20. října 2010 a od té doby tento jediný přímo volený orgán Evropské unie marně čeká na vyjádření Rady. Změna měla spočívat v určení pravidel pro tzv. otcovskou rodičovskou. Jedním z mnoha důvodů pro tuto změnu bylo, že sdílení povinností v rodině a v domácnosti mezi ženami a muži je zásadní podmínkou dosažení rovnosti pohlaví, a vzhledem k tomu, že čtvrtina členských států neumožňuje žádnou otcovskou dovolenou, jevilo se vhodné, aby se k problematice Evropský parlament vyjádřil. Ovšem zdá se, že ostatní orgány na dané téma odmítají diskuzi vést. Při debatě, která byla ani ne den před hlasováním o návrhu usnesení, oznámila komisařka Jourová, že návrh změny směrnice o mateřské dovolené stahuje a učinila z projednávaného dokumentu bezcenný kus papíru. Ještě před půl rokem přitom slíbila: „Budu usilovat o podporu pro směrnici o mateřské a rodičovské (tedy i otcovské) dovolené, která je navržena už od roku 2008."

Ádám Kósa (PPE), *írásban*. – A FIDESZ–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban tartózkodtam a szülési szabadságról szóló állásfoglalásra irányuló indítványt illetően, tekintettel arra, hogy a szülési szabadság idejére járó juttatás meghatározásának tagállami hatáskörben kellene maradnia.

Álláspontunk szerint ezen irányelvnek elsősorban – hasonlóan a hatályos irányelvhez – a nők munkahelyi egészségét és biztonságát javító intézkedéseket kell tartalmaznia, míg a munka és családi élet jobb összehangolását más irányelvek, jogalkotási eszközök révén kell biztosítani.

Olyan szabályozás kialakítására van szükség, amely tiszteletben tartja az egyes tagállami rendszerek logikáját és különbözőségeit.

Béla Kovács (NI), *írásban***.** – Az emberközpontú Európai Unió egy megnyilvánulása az adott állásfoglalás, mely a gyermeket vállalókat hivatott segíteni abban, hogy munkahelyüket ne veszítsék el, és munkájukat könnyebben össze tudják egyeztetni családi és magánéletükkel. Az Európai Parlament végre határozottan kiállt a polgárok érdekei mellett, még a Tanáccsal való konfrontációt is felvállalva. A tudatos gyermekvállalást minden eszközzel elő kell segíteni, mert ebben rejlik Európa jövőjének záloga.

Kashetu Kyenge (S&D), *per iscritto*. – Oggi quest'Aula ha condannato l'inazione del Consiglio di fronte ad un tema importante quale il congedo di maternità. La Commissione deve attivare il suo ruolo di mediatore imparziale fra Parlamento e Consiglio affinché possiamo uscire da questa fase di stallo nella realizzazione di questo obiettivo comune. Si rileva l'importanza della costituzione di una direttiva separata che consenta agli uomini di aver garantito il loro diritto di padri con un congedo di paternità di almeno 10 giorni lavorativi. Attraverso ciò non solo garantiamo un diritto nei confronti dei padri, ma anche e soprattutto ristabiliamo gli equilibri nelle nostre famiglie. La riconciliazione della vita privata e professionale per il raggiungimento di un equilibrio fra famiglia e lavoro è uno degli obiettivi da raggiungere per le famiglie e per la nostra società.

Giovanni La Via (PPE), *per iscritto***.** – Mi sono astenuto dal votare la proposta di risoluzione riguardo il congedo di maternità al fine di rispettare il principio di sussidiarietà, tenendo conto, pertanto, delle differenze strutturali degli Stati membri nonché delle diverse tradizioni storico-culturali in materia, le quali secondo me non sono state debitamente inserite all'interno della suddetta proposta.

Constance Le Grip (PPE), *par écrit*. – J'ai souhaité m'abstenir sur le vote de la résolution sur le congé maternité, car les propositions qu'elle préconise ne nous permettent en rien d'espérer sortir de l'impasse actuelle. Force est de constater que, depuis cinq ans, en raison des positions extrêmes et jusqu'au-boutistes adoptées par le Parlement européen lors de sa première lecture de la proposition de directive, la situation de blocage au Conseil est totale. Celui-ci n'a pas trouvé les conditions d'un démarrage en son sein des discussions sur la position du Parlement, et, en conséquence, en vertu de l'application du programme REFIT, la Commission européenne envisage de retirer le projet de directive initial, totalement enlisé, et de prendre une nouvelle initiative. Proposer d'entrée de jeu, dans la résolution, comme l'ont souhaité les groupes parlementaires de gauche, de nouveaux textes législatifs sur le congé parental ou celui de paternité, ne nous sortira pas de l'impasse politique. Nous avons besoin d'un débat approfondi pour évaluer la meilleure manière de répondre au défi de l'amélioration du cadre européen de protection de la santé des mères et des femmes enceintes et de leur meilleure intégration au marché du travail, et certainement pas de déclarations à l'emporte-pièce, sans résultat tangible à en attendre.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL), *par écrit*. – Actuellement, le congé de maternité est encadré par une directive de 1992 qui accorde un minimum de 14 semaines dont six semaines obligatoires avec une indemnité égale au salaire complet.

La Commission a proposé une révision du texte en 2008 qui portait le minimum à 18 semaines. En 2010 c'est le Parlement qui s'était prononcé pour rallonger le congé à 20 semaines. Mais au niveau des gouvernements, le dossier bloque depuis cette date, et ce malgré les multiples appels du Parlement pour faire avancer le dossier sur la base de 20 semaines de congé minimum pour les mères et deux pour les pères.

En prenant ses fonctions, la nouvelle Commission a fait savoir que si le Parlement et le Conseil ne parvenait pas à un accord d'ici juin, elle retirerait sa proposition. C'est pourquoi j'ai bien évidemment l'adoption de ce texte qui refuse ce chantage de la Commission et appelle les gouvernements européens à enfin débloquer ce dossier, qui représenterait un vrai progrès pour de nombreuses femmes européennes.

Philippe Loiseau (NI), *par écrit*. – J'ai voté pour. Cette résolution a pour objet la directive «maternité», qui est bloquée faute d'accord entre les États membres. Le texte propose un congé de maternité plus homogène dans les pays de l'Union européenne dans le but d'améliorer la protection des femmes enceintes et jeunes accouchées dès l'arrivée de l'enfant. Les pères ne sont pas oubliés puisqu'un congé de paternité d'au moins dix jours est proposé, ce qui est une mesure assez peu répandue et à encourager.

Les pays du nord de l'Europe comme la Suède ont à la fois un congé de maternité de longue durée et le taux d'emploi des femmes le plus important de l'Union européenne. Il n'y a donc pas d'incompatibilité entre les deux mesures. L'extension de la durée du congé parental n'est donc pas un handicap pour l'entreprise et permet au contraire de mieux gérer les absences. De plus, ce genre de mesure favorisant la maternité s'inscrit dans une politique nataliste que le Front national a toujours défendue. Il est temps, en effet, d'arrêter les discours qui déplorent le vieillissement de la population et justifient ainsi l'appel à l'immigration et de commencer à mener une politique favorisant les naissances.

Javi López (S&D), *por escrito*. – La Resolución pide al Consejo que, como colegislador, adopte una posición oficial en relación con la primera lectura del Parlamento y asuma su responsabilidad por rechazar las mejoras de la seguridad y la salud en el trabajo de la trabajadora embarazada, que haya dado a luz o esté en período de lactancia. También pide a la Comisión que indique las medidas concretas adoptadas hasta el momento para acercar las posiciones del Parlamento y del Consejo, y que consulte al Parlamento antes de retirar la propuesta de revisión de la Directiva. Estando de acuerdo con estas consideraciones, he votado a favor.

Krystyna Łybacka (S&D), *na piśmie*. – Popierając rezolucję Parlamentu dotyczącą zmiany dyrektywy w sprawie urlopu macierzyńskiego, głosowałam za równymi prawami kobiet w całej Unii Europejskiej do korzystania z takich samych standardów dotyczących urlopu macierzyńskiego oraz do zachowania godnego wynagrodzenia młodych kobiet. Regulacja dotycząca urlopów macierzyńskich wychodzi naprzeciw unijnym politykom w zakresie godzenia życia prywatnego z zawodowym, przeciwdziałania zmianom demograficznym oraz ochrony zdrowia kobiet. Ponadto rekomendacje zawarte w tej regulacji pośrednio przyczyniają się do realizacji strategii 2020 i pozwalają młodym matkom na godne życie w czasie opieki nad małymi dziećmi. Biorąc pod uwagę fakt, iż projekt ten służy poprawie warunków życia obywatelek Unii oraz jest zgodny z zaleceniami Międzynarodowej Organizacji Pracy dotyczącymi ochrony macierzyństwa, nie powinien zostać wycofany. Zwracam również uwagę, iż projekt ten wzmacnia także ochronę kobiet przed zwolnieniem po zakończeniu okresu macierzyńskiego, co pozwala kobietom na zachowanie większej stabilności zatrudnienia.

Petr Mach (EFDD), *písemně*. – Hlasoval jsem proti, jelikož usnesení volá po zavedení směrnice o mateřské dovolené. Tato záležitost musí zůstat výlučně v pravomoci jednotlivých států s ohledem na domácí situaci.

Vicky Maeijer (NI), *schriftelijk***.** – De PVV heeft vandaag tegen de resolutie voor het heropenen van de onderhandelingen door de Raad over de richtlijn moederschapsverlof gestemd. De PVV is niet tegen extra vrije dagen voor nieuwe vaders en extra rust van pas bevallen moeders. Wij vinden echter dat dit debat niet in het Europees Parlement dient te worden gevoerd omdat sociale uitkeringen een nationale bevoegdheid zijn en ook moeten blijven. Het is dus aan de nationale regeringen om op het niveau van hun eigen land hier beslissingen over te nemen.

Ivana Maletić (PPE), *napisan*. – Europska komisija početkom godine odredila je rok od šest mjeseci u kojem su Parlament i Vijeće trebali dogovoriti o izmjenama Direktive o rodiljnom dopustu. Rok se bliži kraju, ali i dalje nema nikakvih pregovora o temi koja je i demografski i socijalni izazov današnjice.

Podržala sam Rezoluciju zastupnica Marie Arene i Iratxe García Pérez koja izražava žaljenje što Vijeće od listopada 2010. nije odgovorilo na stajalište Parlamenta o izmjenama Direktive i poziva na raspravu o rodiljnom dopustu jer se na ovakav način stvara slika da prava žena i jednako postupanje prema ženama nije dovoljno bitna tema.

Andrejs Mamikins (S&D), *rakstiski*. – Es lepojos, ka biju to 419 deputātu vidū, kuri nobalsoja par; 97 bija pret, 161 atturējās. Eiropas Savienība arvien vairāk tuvojas vienotiem maternitātes atvaļinājumu standartiem, bet Latvija uz visa šī fona izskatās ļoti labi. Dokuments veicinās ne tikai dzimumu līdztiesību, bet arī reāli palīdzēs mazliet pacelt dzimstību ES. Principā šis dokuments ir turpinājums mana S&D grupas kolēģa *Marc Tarabella* aizsāktajai iniciatīvai, aizsargājot sieviešu tiesības un cīnoties par sieviešu tiesībām.

Vladimír Maňka (S&D), *písomne*. – Postavenie žien v súvislosti s ich prirodzeným poslaním – materstvom – a zosúladenie ich súkromného a pracovného života je nutné legislatívne zabezpečiť a vyriešiť.

V členských štátoch EÚ je veľmi nízka pôrodnosť. Pôvodných obyvateľov bude ubúdať. Stupňujúci sa nepriaznivý demografický vývoj v Európe si bezodkladne vyžaduje vytvorenie vhodných legislatívnych podmienok na ochranu materstva, jeho hmotné zabezpečenie, opatrení na zlepšenie podmienok na pracovisku pre tehotné ženy a tiež pre pracovníčky po pôrode, ale aj dostatočný počet škôlok a jaslí. Treba sledovať osvedčené postupy tých krajín EÚ, ktoré majú vyššiu pôrodnosť.

Táto téma je predovšetkým témou ľudskou a sociálnou, nie politickou, preto nemôže byť predmetom nezmyselných a zbytočne dlho trvajúcich debát a procesov.

Νότης Μαριάς (ECR), *γραπτώς*. – Ψηφίζω υπέρ της πρότασης ψηφίσματος σχετικά με την άδεια μητρότητας, γιατί είναι πλήρης και επαρκής αλλά και για τους λόγους που ανέφερα αναλυτικά στην από 19/05/2015 σχετική ομιλία μου στην Ολομέλεια του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου.

Dominique Martin (NI), *par écrit*. – J'ai voté pour cette proposition de résolution.

Une directive maternité était à l'étude mais n'a jamais pu aboutir faute d'accord entre les États membres, c'est pourquoi nous nous félicitons de cette proposition de résolution. Son objectif est d'améliorer la protection des femmes enceintes et des jeunes mères en proposant des congés parentaux plus homogènes entre les États membres.

Nous estimons que ces mesures, couplées avec une préférence nationale, seraient une bonne chose pour la France.

Marisa Matias (GUE/NGL), *por escrito*. – Votei a favor por considerar que é vergonhoso que uma diretiva que visa regular algo tão fundamental como a licença de maternidade e paternidade se arraste durante anos por falta de vontade dos Estados-Membros. Não se pode repetir à exaustão que a Europa tem um problema demográfico, que é preciso aumentar a taxa de natalidade, sem que se criem condições básicas para que quem ser mãe e quem quer ser pai o possam ser de facto.

Gabriel Mato (PPE), *por escrito*. – Es importante que busquemos un acuerdo entre todas las instituciones que componen la UE para desbloquear las negociaciones sobre la directiva relativa al permiso de maternidad, un asunto que lleva demasiado estancado y que debemos resolver, dado que la ciudadanía europea así lo demanda.

Mi apoyo, por tanto, a la resolución en la que desde el Parlamento Europeo pedimos que se retomen las negociaciones y que se adopte una propuesta que responda a lo que espera la sociedad europea de nosotros.

Georg Mayer (NI), *schriftlich*. – Da aus meiner Sicht diese Thematik nicht in den Zuständigkeitsbereich der Europäischen Union fällt, habe ich mich bei der Abstimmung über diese Etnschließung enthalten.

David Martin (S&D), *in writing*. – I voted for this Resolution which deplores the deadlock in the Council regarding the Maternity Leave Directive and urges the Member States to resume negotiations.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *par écrit*. – En octobre 2008, la Commission a proposé de revoir la législation concernant le congé de maternité.

La Commission proposait dans un premier temps, en s'appuyant sur l'OIT, 18 semaines de congé de maternité (contre 14 actuellement). En 2010, le Parlement a établi un congé de maternité de 20 semaines. Depuis la procédure est bloquée par le Conseil qui s'oppose au congé de paternité également proposé et qui s'inquiète du coût de cette mesure. En 2014, la Commission a allongé de six mois le délai pour permettre au Parlement et au Conseil de parvenir à un accord.

La commission de l'égalité des genres demande ici au Conseil de prendre position et donc «d'assumer la responsabilité du refus de l'amélioration de la sécurité et de la santé des travailleuses enceintes, accouchées ou allaitantes au travail».

Je vote pour ce texte et je dénonce l'hypocrisie du gouvernement français dans cette affaire. Il prétend défendre l'égalité des droits entre hommes et femmes, le droit de concilier vie professionnelle et vie familiale et la lutte contre les inégalités salariales et quand il en a l'opportunité trouve cela trop cher.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – O Conselho anda a adiar há cinco anos a legislação sobre esta matéria. Penso que será oportuno voltarmos a reabrir este dossê para se poder chegar a um acordo que seja vantajoso para todas as partes.

Roberta Metsola (PPE), *in writing*. – I chose to support this resolution as it is important that the negotiations on the Maternity Leave Directive between Member States at Council are resumed.

Marlene Mizzi (S&D), *in writing*. – Every family needs sufficient time together at the moment of birth, therefore finding a balance between family life and work is necessary to reach a satisfactory situation for every mother, father and child, as well as for workers and for employers. I therefore supported the Resolution calling on EU countries to resume negotiations on maternity leave in order to improve the working time arrangements for mothers across the EU.

Angelika Mlinar (ALDE), *in writing*. – Despite the existence and general recognition of pregnancy and maternity related rights, women are still discriminated against because of their pregnancy. Following the period of maternity or parental leave, the professional situation of women very often deteriorates and sometimes leads to harassment or to dismissal.

We cannot accept the current situation and the outdated Council Directive in force (92/85/EEC) does not leave room for improvements. The Council has still not responded officially to Parliament's first-reading position of 20 October 2010. If the Commission withdraws the proposal, the only acceptable option is a new legislative initiative.

Parliament is ready to undertake a constructive inter-institutional dialogue demonstrating that citizens' rights and women's rights come first and we are determined to fight discrimination on the grounds of pregnancy, maternity and parenthood.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE), *por escrito*. – A proposta relativa à licença de maternidade, que revê uma diretiva de 1992, foi apresentada pela Comissão Europeia em outubro de 2008, tendo o Parlamento Europeu (PE) aprovado a sua posição em primeira leitura. Nos últimos cinco anos, o Conselho de Ministros da União Europeia, que legisla em pé de igualdade com o PE nesta matéria, não avançou com o trabalho legislativo por falta de vontade política, estando atualmente a proposta bloqueada.

Votei favoravelmente a proposta do Parlamento Europeu, em que se lamenta o bloqueio da revisão da licença de maternidade e que se defende a criação de uma licença de paternidade na União Europeia.

Entendo que a União Europeia tem de avançar rapidamente para a extensão do período de licença de maternidade previsto na legislação europeia das atuais 14 para as 20 semanas pagas a 100%, por forma a ser mais fácil conciliar a vida familiar com a vida profissional.

Atualmente, a União Europeia depara-se com um problema demográfico gravíssimo sendo fundamental que se criem novas condições económicas e sociais que permitam aos pais exercer, da melhor forma possível, as suas responsabilidades familiares.

Sophie Montel (NI), *par écrit***.** – L'objet de la présente résolution est de rendre plus efficace la protection des femmes enceintes ou venant d'accoucher, alors que la directive maternité est suspendue en raison des désaccords persistants entre les États. Elle propose ainsi d'allonger la durée du congé maternité à 18 semaines et par ce fait, d'uniformiser sa pratique (conformément aux recommandations de l'OIT), mais aussi de prévoir un congé de paternité d'au moins 10 jours.

S'il revient, en principe, aux États membres de décider des réformes sociales, il s'agit là d'un impérieux motif d'intérêt général visant à assurer l'égalité des sexes notamment dans l'accès au travail puisque cette mesure est de nature à accroître le taux de participation des femmes. Cette proposition assure donc un équilibre entre vie privée et vie familiale au nom de l'intérêt de l'enfant et pourrait favoriser la natalité dans une Europe vieillissante. J'ai donc décidé de voter en faveur de ce texte.

Luigi Morgano (S&D), *per iscritto*. – Come Vice-Presidente dell'Intergruppo per le politiche familiari, ho votato convintamente a favore di questa risoluzione che invita a rilanciare i negoziati sulla direttiva sul congedo di maternità. Dal 2010 questo testo giace in seno al Consiglio UE senza che vi sia stata alcuna risposta alle pronunce del Parlamento europeo in merito.

Papa Francesco ricordava qui a Strasburgo, in novembre, che la famiglia è «cellula fondamentale ed elemento prezioso di ogni società [che] porta con sé gli elementi fondamentali per dare speranza al futuro». Ma come possono i genitori assumere pienamente il loro ruolo educativo, se non si permette un'equa integrazione dei compiti tra padri e madri, anche con l'istituzione di un congedo di paternità retribuito, né un corretto equilibrio tra carriera professionale e vita familiare? Non possiamo plaudere alle parole del Papa e poi contraddirle con l'inazione.

È giunto il momento per il legislatore europeo di assumersi, quindi, le proprie responsabilità, recuperando la direttiva sul congedo di maternità. Il Parlamento lo ha fatto, approvando questa risoluzione. Chiediamo a Commissione europea e Consiglio UE di fare lo stesso.

Elisabeth Morin-Chartier (PPE), *par écrit***.** – Je me suis abstenue sur le vote final de la résolution sur le congé de maternité car je suis convaincue que la seule issue envisageable pour l'harmonisation du congé de maternité au niveau européen ne passera que par le retrait de la présente directive et l'élaboration d'une nouvelle proposition.

Pour défendre la position de la France, j'ai soutenu la possibilité d'un congé de paternité de 10 jours ouvrables. Je suis également favorable aux mesures sur l'égalité entre les hommes et les femmes, le partage des responsabilités parentales et la conciliation entre la vie professionnelle et vie privée; enfin, je suis contre les inégalités entre les hommes et les femmes en matière de rémunération et de retraites.

Alessia Maria Mosca (S&D), *per iscritto*. – Con questa proposta di risoluzione che votiamo oggi il Parlamento europeo ha l'occasione di dimostrare, con i fatti, la volontà di non abbassare l'attenzione sul tema della tutela non solo della maternità ma della genitorialità in un senso più esteso.

La proposta è bloccata al Consiglio dopo che il Parlamento ha alzato il numero di settimane di congedo di maternità a 20, con un'indennità pari alla totalità della retribuzione, e ha introdotto due settimane di congedo di paternità. Ora rischia di essere ritirata a causa di questa situazione di stallo, e la risoluzione di oggi è un ulteriore tentativo di impedire che ciò avvenga.

Come possiamo parlare di «Unione» quando al suo interno esistono simili disparità e, a seconda dello Stato membro, si passa da 2 a 22 settimane di congedo obbligatorio? Serve una legislazione europea in materia che alzi l'asticella per tutti e che per tutti introduca il congedo di paternità: una scossa culturale che aiuti a comprendere che la famiglia, e la sua cura, riguarda tutti i suoi componenti, non solo le mamme.

Liadh Ní Riada (GUE/NGL), *in writing*. – On the Oral Question and resolution on maternity leave, I voted in favour. The resolution condemns the Commission for suggesting it will withdraw a draft directive to amend legislation on maternity leave by granting 20 weeks paid maternity leave and paternity leave of two weeks.

The amended legislation was submitted by the European Parliament to the Council in 2010 based on implementing a 2000 ILO Convention on work-life balance. The Council has blocked it. This resolution was an important attempt to save the proposed amended legislation from being dumped.

Adequate and fair maternity leave is something everyone should be entitled to. It plays a crucial role in ensuring women can fully participate in the labour force and live fulfilling lives without being discriminated against at work for having children. For these reasons I voted in favour of this resolution.

Norica Nicolai (ALDE), *în scris*. – Am votat în favoarea acestui raport deoarece susțin de ani buni că avem nevoie de o legislație europeană comună în ceea ce privește concediul de maternitate. Așa cum afirmă și documentul adoptat astăzi, problema concediului de maternitate, cea a inegalităților evidente între femei și bărbați pe mai multe planuri sunt probleme foarte mari pentru toate statele, inclusiv România. În acest sens, o legislație europeană care să asigure drepturi și egalități pentru ambii părinți este imperios necesară în baza principiului de a da șanse egale tuturor cetățenilor europeni. În acest sens, regret blocajul în care se află negocierile, sunt în total dezacord cu tergiversarea din acest moment din cadrul Consiliului și susțin poziția raportului care cere deblocarea și urgentarea negocierilor.

Péter Niedermüller (S&D), *írásban*. – A nők és férfiak egyenlő esélyeinek biztosítása, a foglalkoztatás arányának növelése megköveteli, hogy európai szinten is tegyünk azért, hogy minden tagállamban legyen megfelelő és méltó szabályozása a szülési szabadságnak.

Álláspontom szerint egy ilyen közös európai szabályozás elősegítené a magánélet és a munka közötti egyensúly megtalálást. Üdvözlöm a fizetett apasági szabadságot is lehetővé tevő kezdeményezést.

Franz Obermayr (NI), *schriftlich*. – Ich habe der Entschließung zugestimmt, da sie eine deutliche Verbesserung der Stellung von Müttern bietet und zur besseren Vereinbarkeit von Familie und Beruf beitragen kann.

Younous Omarjee (GUE/NGL), *par écrit***.** – Cette résolution fait suite à la décision prise par la Commission de retirer son projet de législation sur un congé de maternité dans l'UE, qui harmoniserait les situations existant en Europe et constituerait un pas en avant pour les droits des femmes, pour l'égalité des genres ainsi que pour une meilleure conciliation travail et vie privée.

La résolution invite le Conseil à reprendre les pourparlers avec le Parlement après quatre ans de blocage du dossier, condamne fermement la proposition de la Commission pour avoir retiré son projet de directive, et l'invite plutôt à jouer un rôle de conciliateur entre les deux colégislateurs.

Si la Commission confirme son retrait, la résolution indique qu'une nouvelle proposition législative devrait être proposée prochainement. J'ai voté en faveur de cette résolution, qui prévoit également l'instauration d'un congé de paternité, et demande l'adoption de mesures permettant aux hommes et pères d'avoir droit à un bon équilibre entre travail et vie familiale.

Urmas Paet (ALDE), *kirjalikult*. – Toetasin ettepanekut. On kahetsusväärne, et läbirääkimised rasedus- ja sünnituspuhkuse direktiivi muutmise üle on ummikusse jooksnud. Sellest tuleks üle saada ning teemaga edasi liikuda.

Rolandas Paksas (EFDD), *raštu*. – Balsavau už šią rezoliuciją.

Visų pirma, reikėtų atnaujinti derybas dėl Motinystės atostogų direktyvos, nes labai svarbu užtikrinti, kad vyrai ir moterys turėtų galimybes tinkamai dalintis atsakomybe už šeimą ir namų ūkį ir tuo pačiu metu aktyviai dalyvauti darbo rinkoje. Tokiu būdu būtų užtikrinamas aukštas moterų ir vyrų užimtumo lygis, pagerinta žmonių gyvenimo kokybė ir stiprinamas ekonominis konkurencingumas.

Reikia pašalinti tarpinstitucinį nestabilumą ir kuo skubiau rasti išeitį iš susidariusios aklavietės. Todėl labai svarbu, kad Komisija prisiimtų sąžiningos tarpininkės vaidmenį ir konstruktyviai bendradarbiautų su teisėkūros institucijomis siekiant suderinti Parlamento ir Tarybos pozicijas.

Manau, kad būtų tikslinga parengti atskirą direktyvą, nustatančią mokamas bent dešimties darbo dienų trukmės tėvystės atostogas, kuri sudarytų sąlygas vyrams, visų pirma tėvams, tinkamai naudotis savo teise į darbo ir asmeninio gyvenimo pusiausvyrą.

Pier Antonio Panzeri (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore dell'appello del Parlamento per il rilancio dell'iniziativa sul congedo di maternità, perché è tempo di porre fine all'*impasse* istituzionale corrente. Il deplorevole silenzio del Consiglio dei ministri non deve essere un pretesto per mettere da parte questo tema, ma al contrario spingerci ad alzare la nostra voce. Il Parlamento europeo e il gruppo dei socialisti non intendono abbandonare le donne in stato di gravidanza, e per questo chiediamo alla Commissione di presentare una nuova proposta legislativa, volta a tutelare la salute delle donne e a salvaguardare il diritto al posto di lavoro. Vogliamo agire per aiutare le donne a trovare un equilibrio tra vita privata e professionale, affinché non siano poste di fronte ad un bivio.

Una legislazione migliore sul congedo di maternità è un passo fondamentale per rafforzare la presenza femminile nel mondo del lavoro.

Aldo Patriciello (PPE), *per iscritto*. – Ringrazio il relatore per il lavoro svolto. Tuttavia, considerando che un quarto degli Stati membri non offre un congedo di paternità, e che la condivisione delle responsabilità domestiche tra uomini e donne è essenziale per il raggiungimento dell'uguaglianza di genere, mi trovo ad appoggiare l'invito diretto agli Stati membri affinché riprendano i negoziati e l'interrogazione orale diretta al Consiglio al fine di capire come rivedere il testo della direttiva 2010/18/EU, con lo scopo unico di adottare le misure di tutela più efficaci.

Per tali ragioni, dunque, ho espresso il mio voto negativo.

Florian Philippot (NI), *par écrit*. – Cette résolution porte sur la directive maternité, actuellement bloquée faute d'accord entre les États membres.

L'objectif est d'améliorer la protection des femmes enceintes et jeunes accouchées à l'arrivée de l'enfant en proposant un congé de maternité plus homogène dans les pays de l'Union, ainsi qu'un congé de paternité d'au moins dix jours (près d'un quart des pays ne proposent pas de congé paternité).

Si cette résolution part d'un bon sentiment, j'estime néanmoins que la politique de la natalité doit rester une prérogative des États membres et ne doit pas être harmonisée de force. Il n'est pas non plus acceptable de passer outre les négociations entre États souverains à l'aide de ce genre de résolution. C'est pourquoi je préfère m'abstenir.

Tonino Picula (S&D), *napisan*. – S obzirom da načelo jednakog postupanja implicira da ne smije biti diskriminacije, direktne ili indirektne, po pitanju majčinstva, očinstva i ravnopravne podjele obiteljskih odgovornosti. S obzirom na strategiju Europa 2020. za pametan, održiv i uključiv rast, kojoj su ciljevi, između ostalog, povećati postotak zaposlenih na 75% te smanjiti za 20 milijuna broj socijalno ugroženih do 2020.godine.

Treba uzeti u obzir da veći broj žena, za razliku od muškaraca, živi u siromašnijim uvjetima, posebice starijih žena čija su mirovinska primanja u prosjeku manja za 39% od primanja muškaraca, kao i samohranih majki te činjenicu da žene češće od muškaraca rade u uvjetima nepunog radnog vremena ili na ugovor o radu na određeno vrijeme. Treba uzeti u obzir i da je financijska kriza utjecala na pad nataliteta u zemljama članicama Europske unije, kao i problematiku što četvrtina zemalja članica ne reguliraju rodiljni dopust za očeve.

S obzirom da Vijeće još nije službeno odgovorilo na prvo čitanje u Parlamentu od 20.10.2010. na prijedlog donošenja Direktive o rodiljnom dopustu u potpunosti Rezoluciju Europskog parlamenta o rodiljnom dopustu.

Miroslav Poche (S&D), *písemně*. – Jsem rád, že Evropský parlament dnes ve svém usnesení vyzval Evropskou komisi k odblokování nového legislativního návrhu týkajícího se směrnice o mateřské dovolené. K zablokování došlo ze strany Evropské rady. Některé členské státy EU nesouhlasily s prodloužením minimální povinné mateřské dovolené na 20 týdnů včetně doporučení Parlamentu vyplácet mateřský příspěvek v plné výši platu po celé toto období, na což Rada odmítla přistoupit. Rada odmítla další debaty na toto téma, což Parlament považuje za nepřijatelné. Nová vyjednávání mohou konečně nastat v rámci nadcházejícího lucemburského předsednictví. Evropská komise obdržela jasný signál o našich prioritách: chceme především ochránit zdraví a bezpečnost těhotných žen v pracovním prostředí i v období následujícím po porodu dítěte. Řada žen je nejvíce ekonomicky ohrožena právě v době mateřských dovolených, nedostatečná ekonomická jistota je vede k odkládání zakládání rodiny do stále vyššího věku. Zároveň jsme vyzvali Komisi k přípravě návrhů na placenou dovolenou pro otce, neboť stejně jako matky by měli dostat příležitost lépe vyvážit svůj pracovní a rodinný život.

Salvatore Domenico Pogliese (PPE), *per iscritto*. – Ho deciso di astenermi, non perché sia contro il congedo di maternità, che appoggio senza dubbio, ma perché ritengo che sarebbe stata una scelta più equilibrata presentare una interrogazione orale al Consiglio.

Franck Proust (PPE), *par écrit*. – Ce mercredi, les députés européens ont réitéré leur volonté de ne pas retirer le projet de directive européenne relatif au congé de maternité. Ce texte est cependant bloqué au Conseil depuis quatre ans.

Je me suis abstenu parce que je considère qu'il serait plus efficace et utile de redonner une seconde vie à cette directive en incitant la Commission à faire une nouvelle proposition.

Julia Reid (EFDD), *in writing*. – UKIP abstained on the non-legislative and non-binding resolution on the situation of the maternity leave directive. This resolution was more to do with the EU procedural situation that the content of the legislation. UKIP totally opposes the EU creating laws over the UK – the only people that should make such legislation are elected national governments, accountable to voters at the ballot box, not unaccountable EU institutions. Once EU legislation has passed, the only people that can initiate new, begin to repeal or start amendment of it is the EU Commission and they are not elected. However due to misrepresentation by the British press and other parties UKIP abstained to show that we are not opposed to maternity leave. What we are opposed to is unelected Commissioners in Brussels creating the law.

Frédérique Ries (ALDE), *par écrit*. – Exaspéré par cinq années de blocage, le Parlement européen a exigé que la Commission sorte la directive «congé de maternité» du frigo!

Voté en 2010, le texte est gelé au Conseil, qui est totalement divisé sur la question. Ce n'est pas une grosse surprise, il faut bien l'avouer: la volonté du Parlement d'allonger le congé de maternité à 20 semaines indemnisé à 100 % rendait tout compromis impossible.

Loin de tenter de déminer, ou de faciliter un rapprochement, la Commission se proposait de procéder au classement vertical, ni plus ni moins. Pas question pour les députés qui réitèrent leur volonté de sortir de l'impasse et demandent à la Commission de bien vouloir jouer son rôle! J'ai bien évidemment soutenu cette demande, tout en continuant de penser qu'à force de charger la barque, le Parlement se tirait une balle dans le pied. À placer la barre trop haute, le risque est de créer de véritables discriminations à l'embauche, ce que confirment l'OCDE, mais aussi les experts des classes moyennes.

Au-delà de la durée du congé, et du niveau d'indemnisation, il est surtout question d'avoir un système qui, à force de vertu, ne pénalise pas in fine les femmes elles-mêmes. Le mieux est parfois l'ennemi du bien.

Liliana Rodrigues (S&D), *por escrito*. – O Parlamento Europeu enviou um claro sinal à Comissão sobre a questão da licença de maternidade. Como afirmou a minha colega Maria Arena, apenas pedimos à Comissão que «não desista das mulheres grávidas, pois há imensas razões para as apoiar» numa Europa cada vez mais envelhecida. A par da licença de maternidade, insistimos ainda com a Comissão para apresentar uma licença de paternidade paga.

Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la resolución sobre el permiso de maternidad porque considero que los derechos de las madres trabajadoras no pueden quedarse encerrados en un cajón.

La propuesta de modificación de la directiva vigente amplia la protección y la seguridad de las trabajadoras que están embarazadas o que han dado a luz recientemente, y también de las madres que han adoptado a un niño menor de un año. Me resulta difícil entender que la UE sea capaz de acordar muchas medidas de índole económica, y cuando hablamos de algo tan relevante como son los derechos de las madres trabajadoras, el Consejo sea incapaz de llegar a un acuerdo, y la Comisión plantee por ello la retirada de la propuesta.

También defiendo la necesidad, recogida en la resolución, de que la Comisión presente una propuesta de directiva sobre el permiso de paternidad y una revisión de la directiva de permiso parental, en aras de lograr una mejor conciliación de la vida familiar y laboral para las madres y los padres. Por último, suscribo igualmente la petición hecha a la Comisión de que presente una nueva propuesta lo antes posible si decide finalmente retirar la que está sobre la mesa.

Claude Rolin (PPE), *par écrit*. – J'ai voté, ce jour, en faveur de cette proposition de résolution qui dénonce le blocage actuel au Conseil de la directive sur le congé de maternité et qui invite instamment les États membres à reprendre les négociations. Ce vote est également l'occasion de déplorer que la proposition de révision de la directive risque d'être retirée par l'exécutif européen dans le cadre de REFIT. Je suis au contraire d'avis qu'il convient de réviser la directive 92/85/CEE du Conseil pour mieux garantir des normes minimales adéquates à l'échelle de l'Union européenne en ce qui concerne les droits en matière de maternité et ainsi améliorer la sécurité et la santé des travailleuses enceintes, accouchées ou allaitantes au travail.

Massimiliano Salini (PPE), *per iscritto*. – Allo stato attuale e sempre tenendo in considerazione lo stallo del Consiglio, le differenze strutturali degli Stati membri – per esempio sul congedo di paternità – nonché le diverse tradizioni storico-culturali in materia, ho deciso di astenermi dal votare la proposta di risoluzione sul congedo di maternità.

Lola Sánchez Caldentey (GUE/NGL), *por escrito***.** – Hemos votado a favor de esta propuesta de resolución.

Desde la primera lectura en el Parlamento en octubre de 2010, para la adopción de una Directiva del PE y del Consejo por la que se modifica una Directiva previa sobre el permiso de maternidad, este proceso legislativo se encuentra bloqueado en el Consejo debido a la posición de algunos Estados Miembros. Esta modificación incluía, entre otras medidas, la ampliación del permiso remunerado de maternidad a 20 semanas, 2 semanas de permiso de paternidad remuneradas y la protección de la mujer al reincorporarse al trabajo.

Modificación que corre el riesgo de desaparecer en el proceso de cribado legislativo que, con el pretexto de la eficacia normativa, ha emprendido la Comisión con el Programa de Adecuación y Eficacia de la Reglamentación (REFIT).

La presente propuesta de resolución insta a que se desbloquee esta situación en el Consejo y se reanuden las negociaciones entre los Estados Miembros. Europa no se puede permitir dejar de seguir avanzando decididamente en igualdad entre hombres y mujeres.

Daciana Octavia Sârbu (S&D), *în scris*. – Azi am votat pentru ca mamele din Uniunea Europeană să aibă un concediu de maternitate asigurat. Comisia Europeană trebuie să vină cu o nouă propunere de directivă privind concediul de maternitate dacă trebuie să retragă actuala propunere, însă eu sper că executivul european va reuși, într-un final, să concilieze pozițiile Parlamentului și ale Consiliului, în favoarea mamelor. Nu e corect ca UE să renunțe să apere drepturile femeilor însărcinate, mai ales că o serie de femei renunță la planurile lor profesionale pentru a avea copii. Populația Europei îmbătrânește și trebuie să ne asigurăm că sunt create condiții adecvate pentru a păstra echilibrul demografic. Cred că un concediu de maternitate de 20 de săptămâni, plătit integral, nu este o cerere absurdă și sper ca statele membre să realizeze acest lucru.

Olga Sehnalová (S&D), *písemně*. – Podpořila jsem usnesení, které opakovaně připomíná odhodlání Evropského parlamentu konstruktivně přispět k odblokování situace v Radě, která brání již několik let přijetí směrnice o mateřské dovolené. Nezájem členských států učinit v této věci pokrok je skutečně politováníhodný, ovšem neměl by být důvodem pro Komisi, aby rezignovala a nepokračovala v úsilí o nalezení východiska.

Lidia Senra Rodríguez (GUE/NGL), *por escrito*. – He votado positivamente en la resolución presentada, ya que se trata de un bloqueo de más de cuatro años en la Directiva que modifica la Directiva 92/85/CEE sobre el permiso de maternidad. Se trata de una ampliación y armonización de un derecho de las trabajadoras de toda la UE, ampliando su derecho a la baja por maternidad hasta las 20 semanas, y de al menos 2 semanas para los trabajadores inmediatamente después del parto de ellas; al mismo tiempo, también reafirma la Directiva 2010/18/UE sobre el permiso paternal, que garantiza el permiso mínimo a compartir el permiso hasta los cuatro meses.

Dicha propuesta se había aprobado en primera lectura por el Parlamento pero desde entonces se ha mantenido bloqueada por el Consejo, aduciendo aumento de costes laborales y de la seguridad laboral. En primer lugar, creemos injusto que sean las trabajadoras y trabajadores quienes paguen las consecuencias de la crisis financiera y que ésta repercuta negativamente en sus derechos; por otro lado, retirar por parte de la Comisión esta propuesta legislativa no va a ayudar a romper con la perpetuación de los roles de género asociados a la capacidad reproductiva de las mujeres en el mundo laboral.

Ricardo Serrão Santos (S&D), *por escrito*. – A licença de maternidade faz parte de um conjunto de condições básicas e imprescindíveis na sociedade contemporânea e desenvolvida. Mulheres e homens devem ter iguais condições de acesso ao mercado de trabalho e, para isso, a ausência da mulher pela maternidade deve fazer parte do sistema. E não, pelo contrário, ser vítima de ostracismo pelo sistema. Na União Europeia, os mercados de trabalho estão cada vez mais integrados. É preciso humanizá-los e introduzir medidas que verdadeiramente retribuam o empenho dos trabalhadores, cujo valor está para além da mera compensação pecuniária. Lutar para que existam normas comuns na implementação da licença de maternidade não é apenas uma questão de igualdade de género. É uma escolha por uma sociedade já envelhecida mas que se quer rejuvenescer, por uma sociedade que recusa reproduzir discriminação. É uma escolha por uma sociedade que está para além do imediato, que tem a capacidade de ouvir as causas silenciosas, mas que, apesar disso, as atende. É uma escolha por um modelo de sociedade com futuro e com o qual desejo comprometer-me.

Siôn Simon (S&D), *in writing*. – Labour MEPs have today called on the Commission to present a new legislative proposal to protect pregnant workers and provide stronger maternity and paternity rights. The resolution – which Tory MEPs voted against – follows four years of deadlock over the 2010 maternity leave directive which aims to extend the minimum length of maternity leave and protect the health and safety of workers who have recently returned to work after giving birth. MEPs also called for legislation to establish paid paternity leave.

Branislav Škripek (ECR), *písomne*. – Rodičovstvo je obrovským darom a zasluhuje si pozornosť a podporu zo strany zamestnávateľov a štátu. Prijatie uznesenia ma za cieľ riešenie situácie žien na materskej dovolenke v rámci EÚ. Síce ide o veľmi dôležitú tému pre ženy i pre rodiny, je treba zdôrazniť, že rodinná politika patrí úplne do kompetencie členských krajín, ktoré môžu určovať pravidlá aj pre materskú dovolenku. Preto som sa pri hlasovaní zdržal.

Davor Škrlec (Verts/ALE), *napisan*. – Podržao sam prijedlog rezolucije o porodiljnom dopustu prema kojemu bi se umjesto dosadašnjih minimalnih 14 tjedana porodiljnog dopusta taj period povećao na minimalnih 20 tjedana. Osim majčinog dopusta, u prijedlogu rezolucije se također traži i dvotjedni plaćeni dopust očeva.

Ovaj nacrt zakona je zapravo ažurirana verzija zakona o porodiljnom dopustu iz 1992. te već četiri godine nema pomaka zbog Vijeća koje se još nije izjasnilo o ovom predmetu.

Prijedlog također predstavlja promjenu stava, u zakonskom smislu, u svezi post-porođajnog perioda kao „bolovanja" i trudnice kao „bolesnice" te istu mjeru snažno pozdravljam.

Monika Smolková (S&D), *písomne*. – V súčasnosti celá EÚ čelí demografickej kríze, každý rok sa rodí menej detí, populácia nám starne. Tým je ohrozený trh práce a celý sociálny a dôchodkový systém pre budúcnosť. Aj z tohto pohľadu je nepochopiteľný prístup Rady, ktorá zablokovala smernicu od roku 2010. Aj keď sociálny systém si určuje každý členský štát samostatne, v rámci celej EÚ by sa malo prihliadať na to, že aj v dôsledku krízy sú ženy najzraniteľnejšou pracujúcou skupinou na trhu práce, že ženy zarábajú oveľa menej ako muži a že po odchode do dôchodku majú dôchodok v priemere o 39 % nižší ako muži. Predĺženie materskej dovolenky na 20 mesiacov a ochrana tehotných žien a čerstvých matiek po návrate do zamestnania musí byť prioritou každého členského štátu, a preto Rada by mala

čo najskôr obnoviť rokovania o európskej smernici o materskej dovolenke. Neobstoja ani výhovorky na ekonomickú krízu a s tým spojené úsporné opatrenia, pretože je potrebné odstraňovať rozdiely pri nerovnosti mužov a žien v odmeňovaní, v zamestnávaní, ale predovšetkým je potrebné vytvoriť všetky predpoklady na to, aby sa rodilo viac detí a aby matky mali preto vytvorené všetky možné uľahčujúce podmienky. Nesúhlas a obavy zamestnávateľov považujem za opodstatnené, preto do politiky materskej dovolenky, záruk výhod a platieb by mal intenzívne vstúpiť každý členský štát.

Igor Šoltes (Verts/ALE), *pisno*. – Predlog spremembe Direktive o porodniškem dopustu je Komisija podala v letu 2008, namenjen pa je bil večji zaščiti nosečih delavk in delavk, ki so pravkar rodile. Spremenjena direktiva naj bi pripomogla k lažjemu usklajevanje zasebnega in poklicnega življenja.

Predlog spremembe direktive bi minimalno trajanje porodniškega dopusta podaljšal s 14 na 18 tednov in priporočil, da delavke prejmejo 100-odstotno nadomestilo. Tudi zaščita pred prekinitvijo pogodbe o zaposlitvi bi bila večja, delavke pa bi se po porodniškem dopustu imele pravico vrniti na isto ali primerljivo delovno mesto in lahko zaprosile za prožni delovni čas.

Parlament je ta predlog potrdil leta 2010, vključno s predlogom spremembe, da se dolžina porodniškega dopusta podaljša na 20 tednov. Žal Svet predloga ni niti sprejel niti zavrnil, posledično pa je nova Komisija naznanila umik predloga o spremembi direktive, če Svet v šestih mesecih ne poda mnenja.

Ker predlog resolucije obravnava neodzivnost Sveta, ki ogroža celoten zakonodajni postopek, ter ga poziva k opredelitvi glede predloga Parlamenta in prevzemu odgovornosti za izboljšanje zdravja in varnosti delavk, sem ga pri glasovanju podprl.

Renato Soru (S&D), *per iscritto*. – Mi sono espresso oggi a favore della risoluzione con la quale il Parlamento europeo chiede alla Commissione europea di non ritirare la proposta di direttiva UE sul congedo di maternità presentata nel 2008, nonostante sia bloccata da quattro anni al Consiglio dei ministri dell'UE.

La risoluzione ribadisce la volontà del Parlamento di superare l'attuale fase di stallo e invita la Commissione a svolgere il suo ruolo di mediatore per riconciliare le posizioni di Parlamento e Consiglio sul testo bloccato oppure, nel caso in cui la Commissione ritirasse la sua proposta, a presentare una nuova iniziativa legislativa entro fine anno.

Si tratta di un testo importante a tutela della salute e sicurezza delle donne in gravidanza sul luogo di lavoro, per evitare di esporle a forme di discriminazione e allontanamento dopo la nascita e assicurare loro piena protezione durante il congedo di maternità (si propone, infatti, un congedo retribuito di 20 settimane). Inoltre, il testo chiede alla Commissione di presentare una proposta sul congedo di paternità retribuito, allo scopo di migliorare l'equilibrio tra vita privata e professionale dei genitori e ridurre il *gender gap*.

Bart Staes (Verts/ALE), *schriftelijk*. – Ik ben heel blij dat het EP vandaag besliste de Commissie op te roepen de herziening van het voorstel rond moederschapsverlof niet terug te trekken. Het betreft de veiligheid en gezondheid van zwangere vrouwen op het werk.

De oude moederschapsrichtlijn dateert van 1992 en weerspiegelt de huidige maatschappelijke realiteit niet meer. Het Parlement nam daarover reeds in 2010 een duidelijke positie in.

De mogelijke terugtrekking van deze cruciale hervorming zou een slag in het gezicht zijn van moeders en vaders wier gezondheid en welzijn versterkt zou worden door de voorstellen. De Europese regels zouden namelijk opgetrokken worden tot op het niveau van de aanbevelingen van de Internationale Arbeidsorganisatie. Het EP stemde in met een verhoging van het gegarandeerde moederschapsverlof van 14 naar 20 weken met behoud van volledige wedde, en voor verplicht recht op vaderschapsverlof voor vaders.

Indien vicevoorzitter Timmermans met "beter wetgeven" paal en perk wil stellen aan veiligheids- en gezondheidsnormen op het werk voor zwangere vrouwen, dan zal hij eerst langs onze Fractie de Groenen moeten passeren. Ik zal me met hand en tand verzetten. Als de Commissie de richtlijn toch zou terugtrekken, onderzoek ik de mogelijkheid om deze beslissing aan te vechten voor het Europees Hof van Justitie.

Ivan Štefanec (PPE), *písomne*. – Na zvýšenie pôrodnosti v EÚ musíme vytvárať lepšie podmienky pre ženy na materskej. Oblasť sociálnych vecí zostáva v kompetencii národných štátov. EÚ by mala vytvárať také podmienky, aby členské štáty mali väčší priestor na predlžovanie materskej dovolenky a zvyšovanie čistého príjmu počas materskej.

Catherine Stihler (S&D), *in writing*. – I am a strong supporter of strengthened maternity and paternity rights, and so I voted in favour of this resolution. In order for people to balance their work and family lives we need a modern maternity leave framework which provides flexibility for mothers returning to work after having a child. To boost employment and economic recovery this needs to be addressed as soon as possible and I call for the Commission to take immediate action.

Richard Sulík (ECR), *písomne* – Návrh som nepodporil, pretože nesúhlasím s tým, aby Európska únia centrálne určovala podmienky a finančnú kompenzáciu za materskú dovolenku pre všetky krajiny EÚ. Som presvedčený o tom, že v tejto oblasti Európska únia výrazne prekračuje svoje kompetencie a rozhodovanie o materskej dovolenke by malo zostať v plnej právomoci členských krajín.

Pavel Svoboda (PPE), *písemně*. – Při hlasování o návrhu usnesení o mateřské dovolené jsem hlasoval proti zejména ze dvou důvodů. Směrnice, k obnovení jejíhož projednávání usnesení vyzývá, je již ve svých základech problematická především kvůli nerespektování principu subsidiarity, jelikož úprava některých konkrétních práv spadá, dle mého názoru, do kompetence členských států. Především však nesouhlasím s tím, aby směrnice o mateřské dovolené řešila otázky, které s tímto tématem dle mého názoru přímo nesouvisejí, např. otázky bioetického či genderového charakteru.

Kay Swinburne (ECR), *in writing*. – The position of the UK Conservative Delegation on this matter remains consistent. We would like to see the Commission withdraw this proposal and we remain opposed to the EU legislating on pay and conditions of maternity and paternity leave.

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *γραπτώς*. – Το Συμβούλιο πρέπει να σεβαστεί την απόφαση του Ευρωπαϊκού Δικαστηρίου και να παραθέσει επαρκή αιτιολόγηση για τον λόγο για τον οποίο προσπαθεί να αποσύρει το σχέδιο νόμου για την επέκταση της άδειας μητρότητας. Υπάρχει ανάγκη να καθιερωθεί και άδεια πατρότητας.

Tibor Szanyi (S&D), *írásban*. – Szavazatommal támogattam a szülési szabadsággal kapcsolatos állásfoglalásra irányuló indítványt, mely a nők és a férfiak közötti egyenlő bánásmód elve mentén fogalmaz meg javaslatokat. Támogatom, hogy az Európai Unióban ne álljon fenn semmiféle közvetlen vagy közvetett megkülönböztetés férfiak és nők között, még a családi kötelezettségek vállalása alapján sem. Az indítvány kezdeményezését támogatom, miszerint egy legalább 10 fizetett szabadnapot biztosító apasági szabadsági rendszer kerüljön kidolgozásra – külön irányelv keretén belül –, illetve hogy tovább kell ösztönzi azokat a jogalkotási és egyéb intézkedéseket, amelyek lehetővé teszik, hogy a férfiak is, különösen az apák, élhessenek a munka és a magánélet közötti egyensúlyhoz fűződő jogukkal. Ezen javaslatokat kiemelten fontosnak tartom ahhoz, hogy egészséges egyensúlyt biztosítsunk a családok életében.

Adam Szejnfeld (PPE), *na piśmie*. – Z uwagi na wyzwania demograficzne, przed którymi stoi dzisiaj Unia Europejska, konieczne jest podjęcie zdecydowanych działań wspierających dzietność, bowiem gwałtowne starzenie się społeczeństw europejskich może doprowadzić do załamania albo znacznego naruszenia systemów emerytalnych.

Mimo iż Polska ma obecnie jeden z najdłuższych w Europie, bo wynoszący aż 12 miesięcy, urlopów macierzyńskich, uważam, iż kompetencje w zakresie określania ich długości powinny pozostać w rękach państw członkowskich. Tylko wówczas możliwe będzie wzięcie pod uwagę przez ustawodawcę szeregu istotnych dla tej kwestii uwarunkowań narodowych i krajowych, jak choćby tradycja czy też poziom rozwoju społeczno-gospodarczego poszczególnych państw. W związku z tym wstrzymałem się od głosu nad rezolucją wzywającą do wznowienia prac nad zmianami w dyrektywie w sprawie urlopu macierzyńskiego.

Dario Tamburrano (EFDD), *per iscritto*. – Ho votato a favore di questa proposta di risoluzione per mandare un messaggio chiaro: il Consiglio UE deve sbloccare i negoziati per la revisione della direttiva sul congedo di maternità, che tiene in stallo dal 2010. In tale anno, infatti, il Parlamento ha approvato la sua ambiziosa posizione per stabilire un congedo armonizzato a livello UE per la maternità stabilito a venti settimane e anche un congedo di paternità di almeno dieci giorni, entrambi retribuiti al 100%. Troppe sono ancora le differenze tra gli Stati membri e credo fermamente che debba essere garantita la possibilità di entrambi i genitori di poter vivere nella maniera più serena e partecipata possibile un momento fondamentale della vita, quale la nascita di un figlio.

Claudia Țapardel (S&D), *în scris*. – Egalitatea de șanse este un principiu *sine qua non* al societății europene. Nu încape îndoială că protecția drepturilor mamelor și încurajarea natalității sunt priorități de urmat în totalitatea politicilor publice la nivel european și, implicit, la nivel național. Blocajele inter-instituționale nu pot sta în calea unor principii de bun simț, naturale, care prevăd norme clare de protecție pentru mamele din Europa și, în același timp, care prevăd asigurarea egalității de șanse între femei și bărbați, inclusiv pe tema creșterii copiilor. Nu putem să ne lăsăm descurajați de atitudinea Consiliului atunci când știm că femeile din Europa sunt plătite mai puțin decât bărbații pentru muncă de valoare egală și să ignorăm statistica rece a faptului că tot ele au pensii mai mici cu 39%. Este momentul să acționăm și este momentul ca și Consiliul European să-și asume angajamentele pe care le are față de cetățenii europeni, angajamente care presupun inclusiv asigurarea protecției mamelor și drepturilor acestora la concediu de maternitate, fie prin modificarea directivelor existente, fie prin inițierea unor noi acte normative.

Marc Tarabella (S&D), *par écrit*. – Je suis un ardent défenseur des droits des femmes. Nous pressons la Commission de ne pas retirer un projet de directive européenne sur le congé de maternité, même s'il fait l'objet d'un blocage de quatre ans au Conseil des ministres, dans une résolution votée mercredi. Les ministres ont également été exhortés à reprendre les négociations et à s'accorder sur une position officielle.

Pavel Telička (ALDE), *in writing*. – Maternity leave is an essential tool for women in today's society and that should be acknowledged. But it is not the responsibility of the EU to legislate on that issue. This is a purely national competence and I believe that the EU should not interfere in such matter. This is why I voted against this resolution.

Isabelle Thomas (S&D), *par écrit*. – De longues années de lutte n'ont pas encore permis d'accéder à une égalité réelle entre les femmes et les hommes. Que ce soit le chômage, les salaires, l'incertitude professionnelle, les conditions sociales des femmes sont souvent plus précaires, ce qui diminue de surcroît la natalité dans les pays membres. Or, le Conseil bloque depuis cinq ans un projet de directive qui permettrait notamment d'étendre le congé de maternité de 14 à 20 semaines.

J'ai voté en faveur de cette résolution parce qu'il est urgent de mettre fin à cette situation. Elle répond à plusieurs de mes engagements: améliorer les conditions de santé et de sécurité pendant la grossesse pour la femme et l'enfant, permettre aux femmes de concilier vie professionnelle et personnelle, soutenir le taux de natalité..

Cette directive appelle le Conseil des ministres à reprendre les négociations et à faire connaître sa position. Il est important de rappeler que malgré les votes des conservateurs de droite et d'extrême droite, le Parlement européen s'est majoritairement exprimé à plusieurs reprises en faveur d'une prise de conscience de la réalité de la condition de la femme et d'une augmentation de leurs droits.

Ruža Tomašić (ECR), *napisan*. – Direktiva o rodiljnom dopustu, odnosno zdravlju i sigurnosti trudnih radnica ili pak radnica koje su nedavno rodile ili doje blokirana je od 2010. godine zbog neslaganja manjeg broja država članica u Vijeću. Smatram da ovo pitanje ne bi trebalo biti u nadležnosti zakonodavstva Unije jer nam je poznato da je dosadašnja praksa europskih zemalja, ali i zemalja koje nisu članice Unije uvelike različita po pitanju ostvarivanja prava na rodiljni dopust. Osim što se to pitanje treba urediti unutar zakonodavnog okvira pojedine države članice smatram da je to stvar i osobnog izbora svake žene. To mišljenje temeljim na potrebi sagledavanja svih prednosti i nedostataka u primjeni odredbi o zaštiti majčinstva u praksi. Držim kako naknade za roditeljski dopust za žene nisu previše poticajne te rezultiraju ranijim povratkom na posao čime se ne može ostvariti osnovni cilj dopusta, a to je kvalitetna briga za dijete.

Države članice dužne su osigurati poštivanje temeljnih prava te tako pronaći balans između zahtjeva poslodavaca i osjetljivih skupina radnika među kojima su trudnice, žene koje su nedavno rodile ili doje kako bi se pristupilo provedbi nediskriminirajućih mjera koje pridonose gospodarskom rastu i oporavku.

Estefanía Torres Martínez (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta propuesta de resolución.

Desde la primera lectura en el Parlamento en octubre de 2010, para la adopción de una Directiva del PE y del Consejo por la que se modifica una Directiva previa sobre el permiso de maternidad, este proceso legislativo se encuentra bloqueado en el Consejo debido a la posición de algunos Estados Miembros. Esta modificación incluía, entre otras medidas, la ampliación del permiso remunerado de maternidad a 20 semanas, 2 semanas de permiso de paternidad remuneradas y la protección de la mujer al reincorporarse al trabajo.

Modificación que corre el riesgo de desaparecer en el proceso de cribado legislativo que, con el pretexto de la eficacia normativa, ha emprendido la Comisión con el Programa de Adecuación y Eficacia de la Reglamentación (REFIT).

La presente propuesta de resolución insta a que se desbloquee esta situación en el Consejo y se reanuden las negociaciones entre los Estados Miembros. Europa no se puede permitir dejar de seguir avanzando decididamente en igualdad entre hombres y mujeres.

Ramon Tremosa i Balcells (ALDE), *in writing*. – The legislation has to adapt to social changes and after twenty years from the current wording of the directive on maternity leave should make it a day.

The profile of the traditional family has evolved in many ways, for example, has increased the number of single-parent families, the role of women in society and in the workplace has also made many steps forward, fortunately. But we need a new law that guarantees gender equality, to facilitate work-life balance.

I ask the Commission not to withdraw the proposed revision of this Directive. I encourage all institutions involved to make an effort for dialogue for the sake of all Europeans.

Mylène Troszczynski (NI), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la résolution qui porte sur la directive «congé maternité», actuellement bloquée faute d'accord entre les États membres.

L'objectif étant d'améliorer la protection des femmes enceintes et des jeunes accouchées en proposant un congé de maternité plus homogène dans les pays de l'Union, ainsi qu'un congé de paternité d'au moins dix jours. Le congé de maternité est une charge d'organisation pour l'entreprise. Avec une durée plus longue, les employeurs percevraient mieux la nécessité de remplacement. Ces postes de remplacement pourraient donc être une opportunité de retour à l'emploi, en particulier pour les femmes qui reviennent elles-mêmes de congé éducatif.

On notera que les pays du nord de l'Europe comme la Suède ont à la fois la durée de congé de maternité la plus longue ainsi que le taux d'emploi des femmes le plus important. Cet encouragement à la maternité est évidemment une dimension de la politique familiale, évitant l'habituel discours sur l'Europe vieillissante justifiant l'immigration. Une préférence nationale couplée à une amélioration des conditions de congé maternité serait donc idéale.

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL), *por escrito***.** – Desde la primera lectura en el Parlamento en octubre de 2010, para la adopción de una Directiva del PE y del Consejo por la que se modifica una Directiva previa sobre el permiso de maternidad, este proceso legislativo se encuentra bloqueado en el Consejo debido a la posición de algunos Estados Miembros. Esta modificación incluía, entre otras medidas, la ampliación del permiso remunerado de maternidad a 20 semanas, 2 semanas de permiso de paternidad remuneradas y la protección de la mujer al reincorporarse al trabajo.

Modificación que corre el riesgo de desaparecer en el proceso de cribado legislativo que, con el pretexto de la eficacia normativa, ha emprendido la Comisión con el Programa de Adecuación y Eficacia de la Reglamentación (REFIT).

La presente propuesta de resolución insta a que se desbloquee esta situación en el Consejo y se reanuden las negociaciones entre los Estados Miembros. Europa no se puede permitir dejar de seguir avanzando decididamente en igualdad entre hombres y mujeres.

Ernest Urtasun (Verts/ALE), *por escrito*. – He votado a favor de esta resolución que se opone a que la Comisión Europea retire el borrador de Directiva de Permiso de Maternidad, que garantizaría un marco común de protección económica y seguridad laboral a las personas que utilizan dicho permiso.

Ivo Vajgl (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of this regulation, concerning Maternity leave because the European Union should renew urgently its maternity leave policy. Our continent is facing dramatic changes in social, demographic and financial terms. Therefore a more up-to-date regulation for new mothers is needed, so we will be able to cover not only the needs of mothers and their families' new-born members but also the needs of the financial market.

Ángela Vallina (GUE/NGL), *por escrito*. – He votado positivamente en la resolución presentada, ya que se trata de un bloqueo de más de cuatro años en la Directiva que modifica la Directiva 92/85/CEE sobre el permiso de maternidad. Se trata de una ampliación y armonización de un derecho de las trabajadoras de toda la UE, ampliando su derecho a la baja por maternidad hasta las 20 semanas, y de al menos 2 semanas para los trabajadores inmediatamente después del parto de ellas; al mismo tiempo, también reafirma la Directiva 2010/18/UE sobre el permiso paternal, que garantiza el permiso mínimo a compartir el permiso hasta los cuatro meses.

Dicha propuesta se había aprobado en primera lectura por el Parlamento pero desde entonces se ha mantenido bloqueada por el Consejo, aduciendo aumento de costes laborales y de la seguridad laboral. En primer lugar, creemos injusto que sean las trabajadoras y trabajadores quienes paguen las consecuencias de la crisis financiera y que ésta repercuta negativamente en sus derechos; por otro lado, retirar por parte de la Comisión esta propuesta legislativa no va a ayudar a romper con la perpetuación de los roles de género asociados a la capacidad reproductiva de las mujeres en el mundo laboral.

Anneleen Van Bossuyt (ECR), *schriftelijk*. – De N-VA is een partij die veel aandacht hecht aan het welzijn van het gezin. In deze resolutie wordt er gepleit voor een verplichte uitbreiding van het moederschapsverlof tot 20 weken. De N-VA-delegatie onthoudt zich van stemming omdat het subsidiariteitsbeginsel moet worden gewaarborgd. Het bepalen van de duur van het moederschapsverlof moet op het niveau van de lidstaten aangepakt worden.

De N-VA-delegatie wijst ook op de zeer specifieke en eerder complexe Belgische context gelet op het bestaan van de verschillende stelsels zoals tijdskredieten en thematische verloven (bijv. ouderschapsverlof). Deze stelsels worden geïntegreerd in een systeem van loopbaanrekening, dat een flexibele en maatgerichte vorm van loopbaanbeleid is en een effectieve en werkbare combinatie tussen arbeid en zorg verzekert.

In de overwegingen wordt bovendien de aandacht gevestigd op de positie van vrouwen op de arbeidsmarkt en hun lage arbeidsparticipatie. De N-VA-delegatie waarschuwt voor het risico dat een verplichte eenzijdige uitbreiding van het moederschapsverlof deze positie nog verder zou kunnen verzwakken.

Derek Vaughan (S&D), *in writing*. – Along with my EPLP colleagues I voted in favour of this resolution because it reiterates its willingness to draft a separate directive establishing paid paternity leave of at least 10 working days and encouraging measures, legislative and otherwise, which enable men, and fathers in particular, to exercise their right to achieve work-life balance.

Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL), *par écrit*. – Cette résolution demande au Conseil de reprendre les pourparlers avec le Parlement européen concernant le congé maternité.

Cela fait quatre ans que le Conseil bloque toute discussion et refuse donc d'officialiser non seulement son refus de la proposition du Parlement, mais également l'idée de toute directive en ce domaine. Face à ce blocage institutionnel, la Commission menace de retirer le projet de directive si le Conseil et le Parlement ne trouvent pas rapidement un compromis.

Le Parlement européen a souhaité soutenir une durée conseillée de congé maternité de 20 semaines, celles-ci étant entièrement indemnisées. Aujourd'hui, onze États membres de l'Union Européenne disposent d'un congé de maternité supérieur à cette durée mais quatorze ne prévoient que six semaines. La France, elle, accorde 16 semaines, dont seulement deux obligatoires avant l'accouchement.

J'ai voté en faveur de cette résolution qui exhorte le Conseil à aller dans le sens de l'amélioration des conditions de vie et de travail des femmes dans l'Union Européenne. En votant cette résolution, je me suis également prononcée en faveur de l'élaboration d'une autre directive concernant le congé de paternité, pour une meilleure égalité des droits entre femmes et hommes afin de réellement concilier vie professionnelle et vie familiale.

Miguel Viegas (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta questão põe a nu a verdadeira natureza da UE. Para cortes nos salários e nos direitos sociais e laborais há sempre acordo. Se os países ficam reféns da usura dos bancos, através de empréstimos da troica, também não há dúvidas e todos estão de acordo. Quanto a enviar forças militares para países soberanos, também não vemos dificuldades em obter acordo.

Mas quando se trata de proteger os direitos das mães trabalhadoras, garantindo—lhes um mínimo de 20 semanas integralmente pagas de licença de maternidade, só vemos silêncio incómodo. A Comissão não tem que retirar esta proposta. Essa é uma decisão política e não administrativa. Quanto à (não) decisão política, serão os povos a julgá-la.

Harald Vilimsky (NI), *schriftlich*. – Da aus meiner Sicht diese Thematik nicht in den Zuständigkeitsbereich der Europäischen Union fällt, habe ich mich bei der Abstimmung über diese Entschließung enthalten.

Daniele Viotti (S&D), *per iscritto*. – Il Parlamento europeo oggi ha inviato un segnale chiaro: la Commissione deve presentare un nuovo testo legislativo riguardo al congedo di maternità qualora volesse davvero ritirare la proposta attuale. La Commissione non può e non deve abbandonare le donne ma, al tempo stesso, deve avere l'ambizione di proporre una strategia chiara e definita per permettere alle madri e ai padri di conciliare gli impegni genitoriali e il lavoro, riducendo in questo modo il *gender gap*.

Beatrix von Storch (ECR), *schriftlich*. – Ich lehnte diese Entschließung ab, weil das Europäische Parlament nicht die geeignete Institution ist, um über diese Fragen zu befinden. Mutterschutz ist ein elementarer Bestandteil der Familienpolitik. Diese ist grundsätzlich eine nationale Aufgabe. Die EU eignet sich jedoch eine Zuständigkeit an, indem sie die Frau der marxistischen Maxime folgend nur als in den Arbeitsmarkt voll integrierte Arbeiterin wahrnimmt, nicht jedoch in ihrer natürlichen Rolle als Mutter. Außerdem fügte die Kommission als Rechtsgrundlage einen Anti-Diskriminierungsparagraphen hinzu. Es ist jedoch keine Benachteiligung, wenn Männer auf natürliche Weise keine Kinder austragen und folglich nicht vom Mutterschaftsurlaub profitieren können.

Das EP ist selbst Schuld am Stillstand der Verhandlungen. Es muss noch einmal daran erinnert werden, dass die Berichterstatterin Edite Estrela (S&D) die Position des Parlaments so maßlos überzog, dass der Ministerrat seitdem ganz zu Recht jede weitere Verhandlung ablehnt. Alle nationalen Delegationen verteidigen ihr eigenes nationales Recht, denn der Mutterschutz ist als Bestandteil der nationalen Familienpolitik tief im kulturellen Bewusstsein der Nationen verankert.

Deswegen ist es Selbstbetrug, wenn sich das EP in dieser Entschließung als „ehrlicher Vermittler" verdingen will. Würde jeder Mitgliedstaat eigenverantwortlich seinen Mutterschutz regeln, wäre daran auch nachvollziehbar, wie Staat und Gesellschaft Mütter und Familien wertschätzen.

Julie Ward (S&D), *in writing*. – Along with my EPLP colleagues I voted in favour of this resolution, deploring the institutional deadlock around the Directive, calling on the Council to resume negotiations, and the Commission to play its role as an honest broker. If the proposed directive does go into REFIT, it must be replaced immediately with a legislative alternative.

The resolution also reiterates Parliament's willingness to draft a separate directive establishing paid paternity leave of at least 10 working days and encouraging measures, legislative and otherwise, which enable men, and fathers in particular, to exercise their right to achieve work-life balance.

I am proud that my colleagues in the Socialist and Democrats Group have remained determined and undeterred on this, to hold Member State governments in the Council of Ministers to account. There must be a push towards strong maternity and paternity leave, empowering women economically across Europe.

Glenis Willmott (S&D), *in writing*. – This motion for a resolution calls for the Commission to come forward with new proposals to unblock discussions on the maternity leave directive. After four years of deadlock, there had been fears that the Commission would withdraw the original proposal without presenting a replacement text. The original Maternity Leave Directive aimed to extend the minimum length of maternity leave and protect the health and safety of workers who have recently returned to work after giving birth. Labour MEPs voted in favour of this resolution because we want to protect the rights of working parents and enable mothers, and fathers, to balance their work and family lives.

Tomáš Zdechovský (PPE), *písemně*. – Debatu o mateřské dovolené je potřeba dle mého názoru na evropské úrovni znovu otevřít. K tomuto tématu se však musí přistupovat konstruktivně a otevřeně, zejména v souvislosti s hledáním uspokojivého řešení pro evropské občany ze všech členských států. Jedná se totiž bezpochyby o politicky komplikovanou záležitost, která zasahuje do subsidiarity států.

Jana Žitňanská (ECR), *písomne*. – Je pravdou, že Slovensko už dnes ženám garantuje v niektorých prípadoch až 34 týždňovú materskú dovolenku, čo je o 14 týždňov viac, ako ustanovuje navrhované znenie smernice. V tomto ohľade by sa teda pre Slovensko nič nezmenilo.

Smernica však obsahuje ustanovenie, podľa ktorého by žena počas 20 týždňov materskej dovolenky poberala 100 % svojho predošlého platu.

I keď na prvé počutie znie tento nápad atraktívne, mnoho členských štátov sa vyjadrilo, že ich štátne rozpočty by takúto zmenu neutiahli. Ak v niektorých krajinách vypláca materskú zamestnávateľ, mohlo by sa zase stať, že by takáto úprava viedla ešte k väčšej diskriminácii žien pri prijímaní do zamestnania, pretože by tak zásadne „zdražila" ženskú pracovnú silu.

Za najpozitívnejšiu časť návrhu možno z môjho pohľadu považovať ustanovenie o dvojtýždňovej otcovskej dovolenke. V súčasnosti existuje ešte osem štátov EÚ, a Slovensko patrí medzi nich, kde muži nemajú nárok ani na jeden jediný deň otcovskej dovolenky. Nemôžu si tak spolu so svojou partnerkou a novorodeniatkom vychutnávať jedny z najvzácnejších okamihov v ich rodinnom živote.

Snaha prijať túto smernicu sa vlečie už sedem rokov. Európsky parlament nebol schopný dosiahnuť zhodu s Radou. Nadišiel čas priznať si, že tento návrh je, aj z dôvodov, ktoré uvádzam, nepriechodný.

Kosma Złotowski (ECR), *na piśmie*. – Kryzys demograficzny w Europie to nie jest już kwestia najbliższej przyszłości, ale realny problem, który coraz bardziej dotyka nasze starzejące się, europejskie społeczeństwo. Unia Europejska nie jest oczywiście remedium na wszystkie problemy z tym związane. To rola państw członkowskich jest tu wiodąca, to one powinny troszczyć się o to, aby polityka społeczna była ukierunkowana na wsparcie rodzin, a zawłaszcza kobiet decydujących się na zawieszenie aktywności zawodowej i urodzenie dziecka. Ta granica między kompetencjami UE i państw członkowskich jest bardzo wyraźna i nikt nie podaje jej w wątpliwość.

Jednak nie możemy ignorować potencjału Wspólnoty do kreowaniu klimatu przyjaznego rodzinie i macierzyństwu. Mamy okazję na poziomie europejskim walczyć z tendencjami starzenia się społeczeństwa i powinniśmy tę okazję wykorzystać. Wsparcie kobiet jest tu niezwykle istotne, ponieważ to one ponoszą największy koszt decyzji o posiadaniu dziecka. Stworzenie rozwiązań pozwalających lepiej współuczestniczyć mężczyznom w opiece nad dzieckiem będzie cenną zachętą do podjęcia decyzji o rodzicielstwie. Uważam, że warto wesprzeć tę rezolucję i zachęcić Radę do bardziej aktywnego działania na rzecz naszej przyszłości.

Inês Cristina Zuber (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta Resolução sobre a Diretiva da Licença de Maternidade condena o bloqueio no Conselho no que respeita a este processo de revisão da Diretiva, exorta a Comissão a desempenhar o papel de mediador e a intervir, de forma construtiva, junto dos colegisladores, a fim de conciliar as posições do Parlamento e do Conselho, apela aos Estados-Membros para reatarem as negociações e reafirma a disponibilidade do Parlamento de pôr termo a este impasse através de negociações.

A aprovação desta Resolução vai no sentido oposto ao da decisão da Comissão Europeia reafirmada no plenário do Parlamento Europeu de vir a retirar a proposta de revisão da diretiva, no quadro do exercício REFIT.

A concretizar-se esta decisão, será afetada a vida de milhões de mães trabalhadoras, que continuarão a ser discriminadas pelo facto de terem tido filhos e impossibilitará a concretização dos sonhos de muitas jovens famílias. Uma decisão que contrasta com a retórica oficial da União Europeia sobre a pretensa defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, do direito à conciliação entre a vida profissional e familiar e do combate às desigualdades salariais (16,4% na UE; 15,7% em Portugal). Votámos a favor.

Marco Zullo (EFDD), *per iscritto***.** – Ho votato a favore della proposta di risoluzione del Parlamento, che chiede alla Commissione europea di non ritirare la proposta di direttiva già approvata nel 2010 dal Parlamento europeo e di invitare invece il Consiglio a riprendere i negoziati.

Sono convinto infatti che, nel merito, sia importante avere una legislazione che garantisca alle madri di combinare la vita privata e lavorativa nel momento in cui intendono avere figli e ai lavoratori di far fronte a tale situazione. Il Parlamento aveva innalzato a 20, con 100% di indennità, le settimane minime di congedo di maternità, rispetto alle 18 proposte inizialmente dalla Commissione.

Vero è che le aspettative del Parlamento europeo erano alte rispetto alla proposta iniziale della Commissione, ma il Consiglio non ha mai preso posizione, visto il disaccordo tra gli Stati, e questo comportamento rischia di far perdere il lavoro di tanti anni.

11.10. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (B8-0460/2015)

Dichiarazioni di voto orali

Ádám Kósa (PPE). – Elnök Úr, a most hatalmas többséggel elfogadott állásfogalás konkrét válaszokat ad az ENSZ számára arról, hogy az Európai Parlament milyen intézkedéseket tett az elmúlt időszakban. Néhány konkrét utalást szeretnék kiemelni. Az első az, hogy a határozat felszólítja a három európai uniós tagállamot, Finnországot, Írországot és Hollandiát, hogy mielőbb ratifikálják az ENSZ-egyezményt, a fogyatékos személyek jogairól szóló egyezményt. A másik konkrét utalás, hogy sürgeti az Európai Bizottságot, hogy mielőbb vonja be az Európai Parlamentet az ENSZ-bizottsággal folytatott párbeszédbe, hogy együtt tudjuk lefolytatni ezt a párbeszédet. A harmadik pedig az, hogy sürgetjük a Bizottságot, hogy az európai akadálymentesítési jogszabálycsomagot mielőbb terjesszék be. A negyedik, hogy az ENSZ-egyezmény végrehajtását ellenőrző uniós keret számára külön költségvetést irányozzanak elő annak érdekében, hogy hatékonyan tudja végezni a munkáját. Szeretném kiemelni, hogy miután az ENSZ megvizsgálta az Európai Uniót, és meghozza ajánlásait, az Európai Parlament három szakbizottsága, az EMPL, a LIBE és a PETI közös jelentést fog készíteni a folyamatról. Végül szeretném megköszönni, mert úgy gondolom, szimbolikus jelentőségű, hogy a frakciók együtt tudtak működni, és egy ilyen átívelő együttműködés született.

Michaela Šojdrová (PPE). – Pane předsedající, chtěla bych vysvětlit, proč jsem hlasovala pro usnesení, kterým Evropský parlament reaguje na otázky Organizace spojených národů v oblasti naplňování práv osob zdravotně postižených.

V otázce rovných pracovních příležitostí pro lidi se zdravotním postižením by měla jít Evropská unie příkladem. Velmi si vážím také kolegů poslanců, kteří zde v Evropském parlamentu pracují s velkým nasazením, ostatně můj předřečník, pan kolega Kósa, je právě jedním z takto velmi aktivních poslanců. O nedostatečné aktivitě Evropské unie svědčí také to, že je stále malé procento zaměstnanců se zdravotním postižením v samotných orgánech a institucích Evropské unie. Vím, že kritika Výboru OSN pro práva lidí s postižením není vždy příjemná, ale nelze ji brát na lehkou váhu a je třeba se jí postavit čelem a aktivně konat.

Neena Gill (S&D). – Mr President, I supported this motion because it is clear that much more needs to be done to make sure that people with disabilities – and their carers – are offered the same opportunities as any other person.

In the UK there are currently 1.3 million disabled people who are available and want to work, but only half of them are employed. Less than a quarter of disabled people have qualifications. Their carers are in a situation that is no better: 81% of at-work parents indicate that finding suitable childcare for a disabled child or children is a major barrier to pursuing a career. In the UK, again, we have 700 000 such children, and across the EU 15 million children, and their families whose options are potentially restricted through the lack of an enforceable entitlement to customised childcare. That is why it is crucial that the EU institutions step up their game to implement the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities. This House can be instrumental in making sure that this happens.

Olga Sehnalová (S&D). – Pane předsedající, v Evropské unii žije 80 milionů lidí se zdravotním postižením, kteří mají jako občané Evropské unie stejná práva jako kdokoliv jiný. Praxe tomu ovšem zdaleka neodpovídá a lidé se zdravotním postižením musí čelit řadě překážek, které si zdraví lidé ani neuvědomují. Ať už například v přístupu ke vzdělání či práci, v dopravě, při hledání samostatného bydlení.

Evropský parlament by měl ve spolupráci s Komisí a Radou pracovat na odstraňování těchto překážek a na konkrétních cílech a základních úkolech, které identifikoval výbor OSN. Ráda bych v této souvislosti apelovala na Evropskou komisi, aby co nejdříve představila přislíbený evropský akt přístupnosti, který zdůrazňuje i doporučení výboru OSN Evropské unii.

Měli bychom mít na zřeteli, že úmluva stanoví pouze minimální standardy ochrany osob s postižením. Evropská unie by se měla snažit prosazovat jejich vyšší úroveň. Usnesení Evropského parlamentu jsem proto samozřejmě podpořila.

Luke Ming Flanagan (GUE/NGL). – Mr President, I am in favour of this because I believe recognising the rights of persons with disabilities is not only of benefit to people with disabilities, but is of benefit to us all because of all that can be offered.

In fact, if you look at the majority of people, they have some form of a disability, whether it be my colour blindness and not being able to use the tube map in London, or whether I have one leg shorter than the other. We all have disabilities one way or another and we all have something to offer.

This is what the European Union should be about. I come from a country where 50 years ago people were put in institutes on the basis that you would hide them from your family in case someone thought that you were the source of evil that created this. It is wonderful, in what is a very flawed world, that this is something that seems to be continuously improving and does give hope.

I am 100% in favour of this, not only for people with disabilities, but because I think it is to the advantage of absolutely everyone.

Deirdre Clune (PPE). – Mr President, I am very happy to support this motion today because it is important that the active inclusion of disabled people and their full participation in society be promoted, in line with the EU human rights approach to disability issues. It is an approach at the core of the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities, and the Commission's disability strategy builds on that convention.

We must prioritise areas such as accessibility, make services and facilities accessible to people with disabilities, and promote the marketing of assistive devices. That is where the digital strategy that has been promoted now will certainly be of enormous benefit to people who have disabilities. In the area of employment, we need to raise significantly the share of persons with disabilities working in the open labour market. We must also promote inclusive education and lifelong learning for individuals with disabilities.

I note that the Commission has welcomed or launched several education initiatives particularly for disabled people, including the European Agency for Development in Special Needs Education, as well as a study of disability and lifelong training. We in this House must welcome all this and promote them and support them.

Marijana Petir (PPE). – Gospodine predsjedniče, svakom čovjeku treba osigurati temeljna ljudska, građanska, politička i društvena prava te zaštitu ljudskog dostojanstva. Različitost ne smije biti razlog za diskriminaciju niti smijemo dopustiti da bilo čiji invaliditet bude razlog koji onemogućava njegovo sudjelovanje u društvu. Upravo sam stoga podržala i ovu rezoluciju.

Uzevši u obzir da u Europskoj uniji živi oko 80 milijuna osoba s invaliditetom, da se oni i dalje suočavaju s diskriminacijom i preprekama u svakodnevnom životu, smatram da trebamo poduzeti sve što je u našoj moći da uklonimo te prepreke. Od presudne je važnosti da se sve države Europske unije počnu pridržavati Konvencije UN-a o pravima osoba s invaliditetom te da implementiraju Europsku strategiju za osobe s invaliditetom u svoje socijalne politike.

Države članice trebaju štititi i promicati ljudska prava osoba s invaliditetom te im omogućiti jednake šanse za sudjelovanje u građanskom, političkom, društvenom, gospodarskom i kulturnom životu.

Silvia Costa (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, secondo le stime effettuate, nell'Unione europea vivono quasi 80 milioni di persone con forme di disabilità gravi e medie.

La Convenzione delle Nazioni Unite sui diritti delle persone disabili, che come si ricordava è stata ratificata dall'Unione europea ma non da tutti gli Stati membri (ne mancano ancora 3), è però un punto di riferimento assoluto perché garantisce il riconoscimento dell'universalità dei diritti umani e della necessità di garantire la piena inclusione attiva delle persone con disabilità, senza discriminazioni.

Perdurano però carenze di dati e di accessibilità a beni e servizi e all'occupazione nonché spesso ai diritti di cittadinanza.

Ho votato a favore perché ritengo che con questa risoluzione facciamo dei concreti passi avanti, innanzitutto chiedendo alla Commissione di approvare il pacchetto per i disabili mirato a queste politiche per avere una linea di bilancio dedicata. Ma soprattutto do la disponibilità come presidente della commissione per la cultura e l'istruzione a cooperare con le altre commissioni, per esempio sul tema dell'inserimento della qualità, dell'inserimento dei disabili nelle scuole e nelle università.

Infine chiediamo un maggiore coinvolgimento del Parlamento e delle associazioni nel monitoraggio della Convenzione.

Ivana Maletić (PPE). – Gospodine predsjedniče, u Europskoj uniji živi 80 milijuna osoba s invaliditetom koje trebaju imati jednaka prava kao svi drugi, prilike za rad i obrazovanje i kvalitetnu svakodnevnicu. Međutim, u svakodnevnom životu susreću se s brojnim preprekama.

Potrebno je cjelovito sagledati probleme s kojima se osobe s invaliditetom susreću, od problema u zdravstvu, obrazovanju, zapošljavanju do uključivanja u društvo i svakodnevnog života u obiteljima ili života samaca. Za svako od područja moramo utvrditi ciljeve i aktivnosti kojima će se ostvariti napredak u kvaliteti života. Socijalna uključenost jedan je od ciljeva na razini strategije Europske unije koji se ne može ostvariti sam po sebi. Potreban je rad svih država članica i svih institucija.

U Hrvatskoj je 520 tisuća osoba s invaliditetom. Najteže su pogođene krizom, vladinim uštedama, nezaposlenošću. Mali korak napravljen je tek nedavno uvođenjem kvota obveznog zapošljavanja.

Još je puno rada na razumijevanju i rješavanja problema osoba s invaliditetom. Ova rezolucija Parlamenta poziva sve na aktivno djelovanje i podizanje svijesti o osjetljivosti problema osoba s invaliditetom te sam je danas rado podržala.

Dichiarazioni di voto scritte

Clara Eugenia Aguilera García (S&D), *por escrito*. – La resolución aprobada hoy sobre la revisión de la aplicación del Convenio de la ONU para los derechos de las personas con Discapacidad reitera las obligaciones contraídas por la UE y sus Estados miembros para la efectiva implementación del principio de accesibilidad y no discriminación de las personas discapacitadas de manera transversal y no sólo en lo relativo a acceso al empleo, para lograr una verdadera autonomía e independencia.

En este sentido, los Socialistas españoles estamos muy satisfechos de haber obtenido el apoyo de la Cámara (566 votos a favor, 84 en contra y 26 abstenciones) a nuestras propuestas de solicitud al Consejo para que desbloquee la Directiva Antidiscriminación, que se encuentra bloqueada desde 2008.

Asimismo, nos congratulamos de haber obtenido el apoyo de la Cámara para pedir a los Estados Miembros que eliminen restricciones al ejercicio del derecho de sufragio activo y pasivo de las personas con discapacidad actualmente en vigor en 21 de los 28 Estados Miembros, por una interpretación restrictiva de la capacidad legal de las mismas y contraviniendo el artículo 12 del CDPD sobre igualdad ante la ley.

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta resolución ya que comparto su contenido cuya principal reivindicación es la mejor objetiva de las condiciones de vida de las personas con discapacidad, a través de un acceso igualitario a los servicios y al mercado de trabajo. Lamento que no se mencione que esto sólo puede hacerse a través de una política que fortalezca los servicios públicos y establezca políticas concretas contra la discriminación que sufren las personas con discapacidad, y aunque insta a los Estados a que cooperen entre sí en estas materias, no fija una prioridad concreta ni marca unos mínimos que deban cumplirse en el seno de la Unión.

Ahora bien, entiendo que la voluntad política de esta resolución es positiva, de ahí mi voto a favor, pero faltan recursos y compromisos concretos a la hora de terminar con la discriminación (doble discriminación en el caso de las mujeres con discapacidad) que sufren estas personas.

Pascal Arimont (PPE), *schriftlich*. – Vor vier Jahren ratifizierten die EU und 25 ihrer Mitgliedstaaten das Übereinkommen der Vereinten Nationen über die Rechte von Menschen mit Behinderungen. Trotzdem gibt es noch viel zu tun. Die Rechte von Menschen mit Behinderungen müssen in der EU auf allen Ebenen berücksichtigt werden: beginnend bei Gesetzesvorschlägen, bei der Umsetzung und schlussendlich besonders bei der Überwachung. Insbesondere der Zugang zu Arbeitsmarkt und Schulbildung, der Transport und die Barrierefreiheit sowie die soziale Sicherheit müssen verbessert werden. Ich begrüße den Entschließungsantrag und zähle insbesondere auch auf die Zusammenarbeit mit der Europäischen Agentur für Grundrechte und dem Europäischen Behindertenforum.

Zigmantas Balčytis (S&D), *raštu*. – Balsavau už šį pasiūlymą, kurio tikslas – Jungtinių Tautų neįgaliųjų teisių konvencijos įgyvendinimas. 80 mln. Europos Sąjungos gyventojų turi negalią. 2008 m. Komisija pasiūlė ES kovos su diskriminacija direktyvą, tačiau ją vis dar blokuoja Taryba. Galiojantys ES teisės aktai, susiję su neįgaliųjų teisėmis, turėtų būti geriau įgyvendinami ir jų įgyvendinimas turėtų būti geriau užtikrinamas, kad visoje ES būtų padidintos galimybės visiems neįgaliesiems šiomis teisėmis pasinaudoti. Pritariu išdėstytiems raginimams rinkti ir platinti statistinius duomenis apie negalią, užtikrinti neįgaliesiems galimybę pasinaudoti prekėmis ir paslaugomis, skatinant neįgaliųjų nepriklausomą gyvenimą bei didinti viešojo sektoriaus institucijų interneto svetainių prieinamumą. Būtina gerinti ES teisės aktų įgyvendinimą, kad būtų užtikrinta neįgaliųjų galimybė keliauti savarankiškai, naudojantis visomis transporto rūšimis, įskaitant viešąjį transportą.

Hugues Bayet (S&D), *par écrit*. – La stratégie européenne 2010-2020 en faveur des personnes handicapées vise essentiellement à donner les moyens aux personnes handicapées de jouir de leurs droits sur un pied d'égalité avec les autres citoyens et à supprimer les obstacles qu'elles rencontrent dans leur vie quotidienne.

Elle a également pour objet de contribuer à l'application pratique des dispositions de la convention, tant au niveau de l'UE qu'au niveau national. Cette stratégie vient soutenir et compléter les mesures prises par les États membres en matière de handicap, une compétence qui leur appartient en premier ressort.

Dominique Bilde (NI), *par écrit*. – L'Union Européenne compte actuellement près de 80 millions de personnes handicapées et il est évident que celles-ci subissent plus de difficultés que les autres pour trouver un emploi malgré toutes les mesures prises dans les différents États membres.

Cette résolution souhaite établir une liste de statistiques concernant les personnes handicapées afin de suivre leur situation, elle invite aussi les trois États membres qui ne l'ont pas encore fait à ratifier la convention des Nations unies relatives aux droits des personnes handicapées et elle encourage aussi l'adaptation des moyens de communications pour ceux-ci comme la mise en accessibilité des sites internet ou la ratification du traité de Marrakech.

Si nous sommes globalement d'accord avec ces mesures qui vont dans le sens de plus de droit pour les personnes handicapées, je pense que ce n'est pas à l'UE de proposer à signature cette convention aux États puisque ces derniers doivent rester souverains en matière d'accords et de conventions internationales qu'ils passent. Je me suis donc abstenue sur cette proposition de résolution.

Mara Bizzotto (NI), *per iscritto*. – Ho sostenuto col mio voto questa risoluzione e chiedo fortemente che la Commissione si attivi a presentare una proposta di normativa europea concreta e attuabile circa l'accessibilità per le persone con disabilità; mi rammarico della mancanza di progressi in seno al Consiglio su questo argomento e auspico che gli Stati membri si attivino per adottare una posizione comune senza ulteriori indugi.

José Blanco López (S&D), *por escrito*. – La resolución aprobada hoy sobre la revisión de la aplicación del Convenio de la ONU para los derechos de las personas con Discapacidad reitera las obligaciones contraídas por la UE y sus Estados miembros para la efectiva implementación del principio de accesibilidad y no discriminación de las personas discapacitadas de manera transversal y no sólo en lo relativo a acceso al empleo, para lograr una verdadera autonomía e independencia.

En este sentido, los Socialistas españoles estamos muy satisfechos de haber obtenido el apoyo de la Cámara (566 votos a favor, 84 en contra y 26 abstenciones) a nuestras propuestas de solicitud al Consejo para que desbloquee la Directiva Antidiscriminación, que se encuentra bloqueada desde 2008.

Asimismo, nos congratulamos de haber obtenido el apoyo de la Cámara para pedir a los Estados Miembros que eliminen restricciones al ejercicio del derecho de sufragio activo y pasivo de las personas con discapacidad actualmente en vigor en 21 de los 28 Estados Miembros, por una interpretación restrictiva de la capacidad legal de las mismas y contraviniendo el artículo 12 del CDPD sobre igualdad ante la ley.

Andrea Bocskor (PPE), *írásban***.** – Egyedülálló történelmi lehetőség, hogy az ENSZ azt vizsgálja, vajon az EU megfelelően hajtja-e végre a fogyatékossággal élő személyeket védő ENSZ-egyezményt. Az Európai Parlament nem mulaszthatja el a lehetőséget, hogy saját nevében is választ küldjön az ENSZ felé. A határozat erről szól, ami konkrét válaszokat ad az ENSZ-nek, mit tesz az Európai Parlament a fogyatékossággal élők érdekében. A határozatban kérjük azt a 3 uniós tagállamot – Finnország, Írország és Hollandia –, akik még nem ratifikálták az Egyezményt, hogy mielőbb tegyék ezt meg, akik pedig már ratifikálták – így maga az EU is –, gyorsítsák fel az Egyezmény végrehajtását. Az Európai Bizottságot sürgetjük, hogy az ENSZ-szel folytatott konstruktív párbeszédbe hivatalosan is vonja be a Parlamentet és alkossa meg a régen várt Európai Akadálymentesítési Jogszabályt.

Az Egyezmény végrehajtását monitorozó EU Framework számára pedig, amelynek az EP is tagja, szükség van forrásra, hogy hatékonyan tudjunk működni. Fontos, hogy az ENSZ végleges jelentése után az Európai Parlament EMPL, LIBE és PETI bizottsága közös jelentést is fog készíteni a témában, várhatóan még idén ősszel. A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam az indítvány elfogadását, mert az elősegíti az ENSZ-egyezmény hatékony végrehajtását.

Biljana Borzan (S&D), *napisan*. – Procjenjuje se da u Europskoj uniji živi preko 80 milijuna osoba s nekim oblikom invaliditeta. Oni, kao punopravni građani, imaju jednaka prava i pripada im pravo na neotuđivo dostojanstvo, jednako postupanje, neovisan život i potpuno sudjelovanje u društvu.

Moramo uzeti u obzir činjenicu da su odredbe UN-ove Konvencije minimalni standardi koji europskim institucijama omogućuju daljnje djelovanje u zaštiti osoba s invaliditetom i borbi protiv diskriminacije. Postojeće zakonodavstvo o pravima osoba s invaliditetom bi trebalo bolje primjenjivati kako bi se povećala dostupnost za sve osobe s invaliditetom u cijeloj Uniji.

Lynn Boylan (GUE/NGL), *in writing*. – I voted in favour of this Joint Motion for a Resolution, tabled by all parliamentary groups. The purpose of this resolution was to call, as MEPs, for the European Parliament to have a formal role in the process of monitoring and commenting on the progress of the implementation of the UN Convention on the Rights of People with Disabilities (UNCRPD).

While the European Parliament is part of the EU Framework to promote, protect and monitor the UNCRPD across the EU, the Commission appears to be excluding Parliament from formally and meaningfully participating in the review process being carried out by the UNCRPD Committee.

The most significant proposals in the Resolution are the statement that the Parliament will respond directly to the CRPD Committee in relation to all questions in the List of Issues that it has competence over. The Resolution lists these. It also calls on the Commission to take Parliament's views into account when it sends its own response to the CRPD Committee.

More than 13% of the population across Ireland are living with a disability. I voted in favour of this report because it is crucial for political representatives, as well as broader civil society and especially disability rights organisations, to be properly included in the review process.

Mercedes Bresso (S&D), *per iscritto*. – Ho scelto di sostenere, con il mio voto, questa risoluzione dal momento che condivido la necessità di approntare una normativa europea sull'accessibilità che permetta ai cittadini affetti da disabilità di godere appieno dei propri diritti.

Renata Briano (S&D), *per iscritto*. – Secondo le stime del 2014 circa 80 milioni di persone nell'Unione europea hanno una qualche forma di disabilità e costituiscono quindi uno dei più grandi e vulnerabili gruppi di persone all'interno della nostra società. È un gruppo non omogeneo, la cui piena integrazione nella vita sociale e lavorativa rappresenta una sfida importante per tutti noi.

Oggi manca ancora una politica dell'Unione all'altezza della situazione: la Commissione ha proposto una direttiva UE contro la discriminazione nel 2008 ma essa è, purtroppo, ancora bloccata dal Consiglio. Ciò nonostante noi crediamo che sia possibile conseguire la piena integrazione e la parità di partecipazione delle persone con disabilità. È possibile creare una società davvero libera, accogliente e senza barriere promuovendo l'attuazione dei diritti umani a tutti i livelli della definizione, dalla programmazione al monitoraggio delle politiche dell'UE, vincolando quindi la Commissione a tener conto delle proposte del Parlamento. Le proposte legislative devono coinvolgere le rappresentanze delle persone disabili nella loro stesura e devono affermare il diritto al lavoro retribuito e ad una adeguata formazione sin dalla scuola primaria come elementi essenziali per permettere alle persone con disabilità di condurre una vita indipendente e di contribuire alla società in cui vivono.

Steeve Briois (NI), *par écrit*. – La présente proposition de résolution à portée déclarative, demande que la question du handicap soit mieux traitée par les différentes institutions de l'Union.

Si cette question est primordiale et doit être mieux intégrée dans les politiques publiques, elle relève d'abord de la compétence souveraine des États membres. La lutte contre le handicap ne doit pas servir de prétexte pour renforcer l'ingérence de la Commission européenne dans les politiques publiques de chaque État membre. C'est pourquoi je me suis abstenu sur le vote de ce texte.

Daniel Buda (PPE), *în scris*. – Fie că ne referim la integrare socială, fie că ne referim la incluziune de ordin economic, persoanele cu dizabilități au nevoie de sprijin continuu. Instrumente precum Convenția Națiunilor Unite privind drepturile persoanelor cu dizabilități, la nivel internațional sau Strategia Europa 2020 pentru persoanele cu handicap, la nivel european, oferă un cadru concret și amplu care reglementează situația respectării drepturilor fundamentale ale persoanelor cu dizabilități. În contextul integrării din punct de vedere economic și social este important de subliniat faptul că aproximativ 80 de milioane de persoane nu pot, deseori, să participe din plin la viața socială și economică din cauza barierelor fizice si comportamentale. Persoanele cu dizabilități sunt mai predispuse la excluderea socială și economică, astfel că trebuie recurs la o abordare integrată a problematicii pentru ca aceste persoane să se bucure de aceleași drepturi.

Am votat în favoarea acestei propuneri de rezoluție deoarece trebuie să fim conștienți de faptul că fiecare cetățean contează, iar problemele de incluziune ale persoanelor cu dizabilități reprezintă un barometru pentru respectarea drepturilor omului în societate.

Gianluca Buonanno (NI), *per iscritto*. – Ho espresso voto favorevole.

Nell'ambito del monitoraggio dell'attuazione della CRPD, l'apposito comitato ONU ha inviato un elenco di questioni in riferimento alla relazione iniziale dell'UE.

Nella risoluzione il Parlamento, oltre a segnalare le risposte e azioni già intraprese dall'UE in riferimento a tale elenco di questioni, assicura una risposta alle domande che gli sono poste direttamente e rivolge un sollecito alla Commissione affinché risponda alle domande ad essa rivolte.

Naturalmente non possono mancare un invito alla Commissione a «presentare una proposta ambiziosa di normativa europea sull'accessibilità» (paragrafo 8) e una sottolineatura circa «la necessità di una cooperazione politica rafforzata in seno al quadro dell'UE» (paragrafo 12).

Soledad Cabezón Ruiz (S&D), *por escrito*. – La resolución aprobada hoy sobre la revisión de la aplicación del Convenio de la ONU para los derechos de las personas con Discapacidad reitera las obligaciones contraídas por la UE y sus Estados miembros para la efectiva implementación del principio de accesibilidad y no discriminación de las personas discapacitadas de manera transversal y no sólo en lo relativo a acceso al empleo, para lograr una verdadera autonomía e independencia.

En este sentido, los Socialistas españoles estamos muy satisfechos de haber obtenido el apoyo de la Cámara (566 votos a favor, 84 en contra y 26 abstenciones) a nuestras propuestas de solicitud al Consejo para que desbloquee la Directiva Antidiscriminación, que se encuentra bloqueada desde 2008.

Asimismo, nos congratulamos de haber obtenido el apoyo de la Cámara para pedir a los Estados Miembros que eliminen restricciones al ejercicio del derecho de sufragio activo y pasivo de las personas con discapacidad actualmente en vigor en 21 de los 28 Estados Miembros, por una interpretación restrictiva de la capacidad legal de las mismas y contraviniendo el artículo 12 del CDPD sobre igualdad ante la ley.

Alain Cadec (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la résolution sur la liste de questions adoptée par le Comité des droits des personnes handicapées des Nations unies à l'égard du rapport initial de l'Union européenne.

Il y a plus de 80 millions de personnes handicapées dans l'Union européenne. Celles-ci sont bien trop souvent victimes de discriminations et sont confrontées à des obstacles considérables. Il est de notre devoir de faciliter le quotidien de ces personnes. Par cette résolution, le Parlement européen assure qu'il répondra à toutes les questions du Comité des droits des personnes handicapées des Nations Unies.

Le Parlement demande également à la Commission européenne et aux États membres d'œuvrer pour une amélioration du respect des droits des personnes handicapées.

Nicola Caputo (S&D), *per iscritto*. – Oggi ho votato a favore della proposta di risoluzione sulla convenzione delle Nazioni Unite sui diritti delle persone con disabilità.

Le persone con disabilità hanno pari diritti, tra cui quelli inalienabili alla dignità, alla parità di trattamento, a una vita indipendente e alla piena partecipazione alla società. Purtroppo, anche in Europa, esse si trovano ad affrontare discriminazioni e ostacoli all'esercizio dei propri diritti in condizioni di parità con gli altri.

La risoluzione approvata dal Parlamento ha quindi chiesto alla Commissione di presentare una proposta ambiziosa per quanto riguarda la normativa europea sull'accessibilità, che coinvolga appieno le persone disabili nell'intero ciclo legislativo. La risoluzione ha anche evidenziato che tale proposta deve comprendere un ampio ventaglio di settori d'intervento in relazione all'accessibilità ai beni e ai servizi per tutti i cittadini dell'UE, favorendo la vita indipendente e la piena inclusione delle persone con disabilità.

Matt Carthy (GUE/NGL), *in writing*. – This Joint Motion for Resolution aimed to wind up the debate on the statement by the Commission on the List of Issues adopted by the United Nations Committee on the Rights of Persons with Disabilities in relation to the initial report of the European Union (2015/2684(RSP)).

The purpose of this report is essentially to call for the Commission to formally and meaningfully include Parliament in the review process, as well as including responses from civil society. It is a Joint Motion for a Resolution by all the Groups.

The proposal for an EU anti-discrimination Directive aims to protect persons with disabilities against discrimination in social protection, health care and (re)habilitation, education, as well as access to and supply of goods and services, such as housing, transport and insurance; deplores the lack of progress within the Council on this proposal and urges Member States to work towards the adoption of a common position without any further delay. This is of fundamental importance in any democracy and it was for these reasons that I voted in favour of the Joint Motion for Resolution.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD), *per iscritto*. – Ho votato a favore perché da sempre mi adopero affinché alle persone con disabilità sia garantita la fruizione di pari opportunità, diritti fondamentali, parità di accesso ai servizi e al mercato del lavoro, nonché gli stessi diritti e doveri in materia di accesso alla previdenza sociale rispetto ai cittadini dello Stato membro nel cui sistema di previdenza sociale esse rientrano, in linea con il principio della parità di trattamento e della non discriminazione.

Dita Charanzová (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of this resolution as I firmly believe that the European Union and its Member States must honour their commitments as signatories to the Convention. For me as rapporteur on Web Accessibility, I would like to especially stress the need to ensure that persons with disabilities are fully included in the digital revolution and our European Digital Single Market.

As we move forward with e-government and e-commerce, all citizens must be able to take part and have full access to information. I hope the Commission will take this into account when drafting the concrete proposals listed in the DSM strategy action plan. I also look forward to the Council adopting its General Approach on Web Accessibility as soon as possible so we can finally make this EU law and make sure no one is left behind in Digital Europe.

Nessa Childers (S&D), *in writing*. – Today, the European Parliament approved, with a resounding majority, this resolution on active inclusion and participation of disabled people in the EU.

On foot of the adoption of the UN Convention on the Right of Persons with Disabilities, Member States should translate the obligations derived from Article 12 of the Convention into national laws, but more importantly ensure the right of all persons with disabilities to vote and to be elected.

Caterina Chinnici (S&D), *per iscritto*. – La risoluzione che abbiamo votato rappresenta un passo importante per la piena attuazione della Convenzione delle Nazioni Unite sui diritti delle persone con disabilità, andando nella direzione del rafforzamento del ruolo del Parlamento europeo nel monitoraggio e nell'implementazione di tale Convenzione, in stretto rapporto con il Comitato ONU incaricato di analizzare i progressi relativi all'attuazione e applicazione della Convenzione.

La risoluzione, inoltre, sollecita la rapida adozione di due provvedimenti legislativi di grande importanza per le persone con disabilità: un atto europeo sull'accessibilità *(European Accessibility Act)* e la direttiva a tutela delle persone a rischio di discriminazione.

Ancora, la risoluzione richiama gli Stati al rispetto dell'obbligo, derivante dall'articolo 12 della Convenzione, di garantire nella propria legislazione nazionale il diritto delle persone con disabilità all'elettorato attivo e passivo.

Più in generale, la risoluzione promuove inoltre l'inclusione e la piena partecipazione delle persone con disabilità alla vita sociale, anche attraverso le loro organizzazioni rappresentative.

Per questi motivi ho votato a favore

Salvatore Cicu (PPE), *per iscritto*. – Nell'UE, 80 milioni di persone vivono con qualche forma di disabilità. Purtroppo, come denunciato dalle numerose petizioni presentate al PE, queste persone devono spesso affrontare discriminazioni e ostacoli all'esercizio dei propri diritti. Per ciò che concerne l'occupazione, nella fascia d'età 20-64 anni meno del 50% delle persone con disabilità ha un lavoro, contro l'oltre 70% delle persone non disabili, mentre per le donne con disabilità questo dato scende al 44%, contro il 65% delle donne non disabili.

L'UE ha formalmente ratificato la Convenzione delle Nazioni Unite sui diritti delle persone con disabilità (CRPD), la quale è stata firmata da tutti i 28 Stati membri dell'UE e ratificata da 25 di essi. La proposta di risoluzione in esame invita la Commissione a consultare in via ufficiale tutte le pertinenti istituzioni, agenzie e organizzazioni e a presentare una proposta ambiziosa sull'accessibilità anche elettronica, raccomanda che i fondi UE siano utilizzati a tale scopo e, infine, invita gli Stati membri che non hanno ratificato la Convenzione a ratificarla senza indugio. Alla luce di tali considerazioni, ho votato favorevolmente.

Carlos Coelho (PPE), *por escrito*. – As pessoas portadoras de deficiência, enquanto cidadãos de pleno direito, beneficiam dos mesmos direitos e têm direito à dignidade inalienável, à igualdade de tratamento, à autonomia e à plena participação na sociedade.

As pessoas com deficiência constituem um dos grupos mais vulneráveis da nossa sociedade e a sua integração no mercado de trabalho apresenta um dos maiores desafios que se colocam às políticas sociais e de mercado de trabalho.

Apoio esta resolução porque considero necessária uma melhor implementação da legislação da EU, que permita aumentar a acessibilidade para todas as pessoas com deficiência na UE.

Por outro lado, os Estados-Membros que ainda não ratificaram a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência devem ratificá-la o mais rapidamente possível.

A fim de garantir a plena mobilidade de todos os cidadãos, é imperativo garantir que as pessoas com deficiência possam viajar de forma autónoma, utilizando todos os meios de transporte, incluindo os transportes públicos.

Lara Comi (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore della proposta di risoluzione presentata dal Parlamento a seguito della Convenzione delle Nazioni Unite sui diritti delle persone con disabilità apprezzando, in particolare, la maggiore attenzione del Parlamento europeo verso i problemi legati alla disabilità e l'impegno nella lotta alla discriminazione e all'isolamento degli individui affetti.

Garantire l'accesso all'occupazione è fondamentale per permettere alle persone con disabilità di condurre una vita indipendente e autonoma. Pertanto mi associo all'invito rivolto agli Stati membri ad adoperarsi perché ciò si realizzi.

Ritengo, inoltre, che tutte le pertinenti organizzazioni della società civile, le agenzie e le istituzioni, in primis il Parlamento, quale espressione della volontà popolare, debbano essere consultate e coinvolte per trovare le risposte più adeguate alle questioni ancora aperte legate al tema della disabilità, per favorire l'implementazione della convenzione CRPD e il monitoraggio dei progressi compiuti.

Infine, mi associo all'invito rivolto alla Commissione perché presenti una proposta ambiziosa di normativa europea sull'accessibilità tale da consentire la fruizione di beni e servizi di qualità per tutti i cittadini dell'UE, favorire la vita indipendente e la piena inclusione delle persone con disabilità e istituire un meccanismo permanente, efficace e indipendente che ne registri gli sviluppi.

Anna Maria Corazza Bildt (PPE), *skriftlig*. – Utifrån varje medlemsstats förutsättningar är det för oss moderater viktigt att understryka att det är de enskilda länderna som bäst kan bekämpa den diskriminering som finns bland medborgare i olika länder och bäst kan se till att alla medborgares rättigheter respekteras.

Javier Couso Permuy (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta resolución ya que comparto su contenido cuya principal reivindicación es la mejor objetiva de las condiciones de vida de las personas con discapacidad, a través de un acceso igualitario a los servicios y al mercado de trabajo. Lamento que no se mencione que esto sólo puede hacerse a través de una política que fortalezca los servicios públicos y establezca políticas concretas contra la discriminación que sufren las personas con discapacidad, y aunque insta a los Estados a que cooperen entre sí en estas materias, no fija una prioridad concreta ni marca unos mínimos que deban cumplirse en el seno de la Unión. Ahora bien, entiendo que la voluntad política de esta resolución es positiva, de ahí mi voto a favor, pero faltan recursos y compromisos concretos a la hora de terminar con la discriminación (doble discriminación en el caso de las mujeres con discapacidad) que sufren estas personas.

Pál Csáky (PPE), *írásban*. – Történelmi lehetőség, hogy az ENSZ azt vizsgálja, az EU megfelelően hajtja-e végre a fogyatékossággal élő személyeket védő ENSZ-egyezményt. Az Európai Parlament ebből az alkalomból saját nevében is választ küld az elfogadott állásfoglalás formájában az ENSZ felé, részletezve, azt, hogy mit tesz az intézmény a fogyatékossággal élők érdekében.

Az EP állásfoglalása kéri azt a 3 uniós tagállamot, akik még nem ratifikálták az egyezményt, hogy mielőbb tegyék ezt meg, akik pedig már ratifikálták – így maga az EU is – gyorsítsák fel az egyezmény végrehajtását. Továbbá sürgeti az Európai Bizottságot, hogy az ENSZ-szel folytatott konstruktív párbeszédbe hivatalosan is vonja be a Parlamentet és alkossa meg a régen várt európai akadálymentesítési jogszabályt.

Az egyezmény végrehajtását monitorozó uniós keret-együttműködés számára, amelynek az EP is tagja, a hatékony működéshez forrásokra van szükség. Az ENSZ végleges jelentése után a Parlament EMPL, LIBE és PETI bizottsága hamarosan közös jelentést készít.

Ez a fogyatékossággal élő személyek jogainak érdekében folytatott nemzetközi szintű intézményi együttműködés például szolgálhat más, ugyanakkor szintén fokozottabb jogi védelmet és figyelmet igénylő személyek, mint a nemzeti kisebbségek jogainak védelmében tett hasonló lépésekre.

Szavazatommal támogattam az indítvány elfogadását, mert az elősegíti az ENSZ egyezmény hatékony végrehajtását.

Miriam Dalli (S&D), *in writing*. – I voted in favour of this resolution. We are an inclusive society which has the responsibility and duty to treat all its citizens equally and with dignity. Persons with different abilities deserve the same treatment and opportunities as anyone else. Empowering persons with disabilities in the field of access to employment can ensure an independent living module to all those who seek it. This combined with a move from institutionalisation to community-based care, a good educational basis for children with disabilities, both physical and intellectual, based on the concept of 'different abilities' rather than 'dis-abilities' can help us fight the social stigma that persons with a disability still face in today's day and age.

Michel Dantin (PPE), *par écrit*. – La présente proposition participe au processus de consultation du Parlement européen par la Commission européenne dans le cadre du travail du Comité de la convention des Nations Unies relative aux droits des personnes handicapées (CDPH), qui surveille l'application par l'Union européenne de ladite convention.

Ce texte appelle notamment la Commission européenne à répondre à toutes les questions qui seraient mises en avant par ledit comité. Le Parlement demande également aux États membres qui ne l'ont pas encore fait de ratifier dans les meilleurs délais la convention des Nations Unies relative aux droits des personnes handicapées.

Cette résolution rappelle également le travail en cours au Parlement sur la proposition de directive antidiscrimination de l'Union, qui vise à prémunir les personnes handicapées contre toutes discriminations et déplore à ce titre l'absence de progrès au Conseil.

Considérant qu'il est nécessaire que l'Union européenne et les États membres respectent leurs obligations internationales et fassent des propositions ambitieuses en vue de facilité l'accessibilité et la participation des personnes handicapées à la vie de la cité, j'ai voté en faveur de cette résolution.

Rachida Dati (PPE), *par écrit***.** – Les États membres ayant tous signé et/ou ratifié la convention des Nations Unies relative aux droits des personnes handicapées, l'Union européenne se doit d'avoir une politique claire en la matière. Il est important que le Parlement participe au suivi de la stratégie européenne en faveur des personnes handicapées. Il est en effet le représentant direct des 500 millions de citoyens européens, dont 80 millions sont des personnes handicapées. En tant que membre de la commission des libertés civiles, de la justice et des affaires intérieures, je suis particulièrement investie dans la garantie des droits fondamentaux de tous les citoyens, dont les personnes handicapées. Nous devons assurer une véritable égalité d'accès à la justice pour ces dernières.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Philippe De Backer (ALDE), *schriftelijk***.** – Meer dan 75 miljoen Europeanen zijn gehandicapt en kunnen niet ten volle hun rechten uitoefenen in onze maatschappij. Dit is voor mij absoluut onaanvaardbaar en ik hoop dat op termijn de Europese Commissie haar verantwoordelijkheid neemt om in Europa aan de vele vragen van deze bevolkingsgroep te voldoen. Ik stemde voor dit verslag, omdat ik de discriminaties die velen onder hen ondergaan niet acceptabel vind.

Andor Deli (PPE), *írásban*. – Egyedülálló történelmi lehetőség, hogy az ENSZ azt vizsgálja, vajon az EU megfelelően hajtja-e végre a fogyatékossággal élő személyeket védő ENSZ-egyezményt. Az Európai Parlament nem mulaszthatja el a lehetőséget, hogy saját nevében is választ küldjön az ENSZ felé. Az állásfoglalás erről szól, és konkrét válaszokat ad az ENSZ-nek arról, mit tesz az Európai Parlament a fogyatékossággal élők érdekében. Az állásfoglalásban kérjük azt a 3 uniós tagállamot – Finnországot, Írországot és Hollandiát – akik még nem ratifikálták az egyezményt, hogy mielőbb tegyék ezt meg, akik pedig már ratifikálták – így maga az EU is – gyorsítsák fel az egyezmény végrehajtását! Az Európai Bizottságot sürgetjük, hogy az ENSZ-szel folytatott konstruktív párbeszédbe hivatalosan is vonja be a Parlamentet és alkossa meg a régen várt európai akadálymentesítési jogszabályt!

Az egyezmény végrehajtását monitorozó EU Framework számára pedig, amelynek az EP is tagja, szükség van forrásra, hogy hatékonyan tudjunk működni. A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam az indítvány elfogadását, mert az elősegíti az ENSZ-egyezmény hatékony végrehajtását.

Isabella De Monte (S&D), *per iscritto*. – La Convenzione sui diritti delle persone con disabilità è un importante documento legislativo adottato dall'Assemblea delle Nazioni Unite il 13 dicembre 2006 che illustra dettagliatamente ciò che dev'essere compiuto dagli Stati affinché anche le persone disabili possano far attivamente parte della società civile non subendo alcun tipo di discriminazione.

L'Unione europea ha firmato la convenzione ONU il 30 marzo 2007. Nonostante gli enormi risultati raggiunti negli ultimi anni, molto resta ancora da fare per offrire ai disabili la possibilità di esercitare i loro diritti in condizioni di parità rispetto agli altri cittadini. Rimuovere tutti quegli ostacoli che le persone affette da disabilità motorie incontrano nella vita di tutti i giorni resta una delle priorità dell'Unione europea.

Marielle de Sarnez (ALDE), *par écrit*. – Le Parlement européen a adopté une résolution traduisant son soutien à la pleine mise en œuvre de la Convention Internationale relative aux droits des personnes handicapées (CIDPH).

L'Union doit veiller à ce que les personnes handicapées puissent exercer pleinement leurs droits sur un pied d'égalité avec les autres citoyens. L'ensemble des instruments législatifs, politiques et programmes européens doivent respecter les dispositions de la Convention consacrant les droits des personnes handicapées, dans les limites du principe de subsidiarité et des compétences propres des États membres et parties à la Convention.

Tamás Deutsch (PPE), *írásban***.** – Egyedülálló történelmi lehetőség, hogy az ENSZ azt vizsgálja, vajon az EU megfelelően hajtja-e végre a fogyatékossággal élő személyeket védő ENSZ-egyezményt. Az Európai Parlament nem mulaszthatja el a lehetőséget, hogy saját nevében is választ küldjön az ENSZ felé. Az állásfoglalás erről szól, és konkrét válaszokat ad az ENSZ-nek arról, mit tesz az Európai Parlament a fogyatékossággal élők érdekében.

Az állásfoglalásban kérjük azt a 3 uniós tagállamot – Finnországot, Írországot és Hollandiát – amelyek még nem ratifikálták az egyezményt, hogy mielőbb tegyék ezt meg, azokat pedig, amelyek már ratifikálták – így magát az EU-t is – arra, kérjük, hogy gyorsítsák fel az egyezmény végrehajtását! Az Európai Bizottságot sürgetjük, hogy az ENSZ-szel folytatott konstruktív párbeszédbe hivatalosan is vonja be a Parlamentet, és alkossa meg a régen várt európai akadálymentesítési jogszabályt!

Az egyezmény végrehajtását monitorozó EU-keret számára pedig, amelynek az EP is tagja, forrásra van szükség, hogy hatékonyan tudjunk működni. Fontos, hogy az ENSZ végleges jelentése után az Európai Parlament EMPL, LIBE és PETI bizottsága közös jelentést is fog készíteni a témában, várhatóan még idén ősszel. A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam az indítvány elfogadását, mert az elősegíti az ENSZ egyezmény hatékony végrehajtását.

Diane Dodds (NI), *in writing*. – Mr President, it is imperative that the European Union continue to fulfil the obligations of the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities, which it ratified in 2011, and which seeks the full integration and enhancement of people living with physical and mental impairments into education, employment and society as a whole.

Today's motion comes in response to a list of questions posed by the UN Committee in April of this year aimed at driving forward change in many areas where problems and obstacles exist. It is positive, I feel, that Parliament has recognised the need to improve independent travel opportunities for those living with disabilities, as well as to safeguard effective access to justice, services, the labour market and improved communication with advocacy groups in this sector.

As an MEP for Northern Ireland, I work closely with many local charities, including Something Special in Eglinton, who provide an outlet in terms of skills training and employment for those living with learning difficulties. These organisations deserve continued EU financial and networking support in order to maximise their transformative work with this section of our community.

Ian Duncan (ECR), *in writing*. – An estimated 80 million people in the European Union have a disability. The Convention on the Rights of Persons with Disabilities is an international human rights treaty of the United Nations intended to protect the rights and dignity of persons with disabilities. The United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD) entered into force on 21 of January 2011. This has been signed by all 28 EU Member States and ratified by 25 of them.

Issues examined in the review include equal rights to vote and stand for elections, criteria for reasonableness and proportionality for accommodation measures, full EU website accessibility, and a proposal for a European Accessibility Act. On the basis of the Commission's reply, the UNCRPD Committee will form its concluding observations by 4 September 2015.

Ангел Джамбазки (ECR), *в писмена форма*. – Проблемът на хората с увреждания в Европейския съюз не е за подценяване.

България стои на едно от последните места в съюза по качество на услуги, които се предлагат на хората с такъв функционален дефицит. По данни от последно преброяване от 2011г. те са половин милион. Евростат сочи, че два пъти повече са отказалите се преждевременно от учене българи с увреждания, в сравнение със средното за ЕС. Да не говорим и за социалното изключване и бедността, с която трябва да се борят.

Конвенцията от 2011 година за правата на хората с увреждания е положителна стъпка и нейното прилага трябва да бъде наблюдавано.

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), *γραπτώς*. – Υπερψηφίζουμε διότι, πράγματι, τα άτομα με αναπηρίες είναι μια ιδιαίτερα ευάλωτη κοινωνική ομάδα, το επίπεδο διαβίωσης της οποίας σήμερα απέχει πολύ από το επιθυμητό. Σημειώνουμε πάντως, πως το κείμενο αυτό, παρά τις καλές προθέσεις, δεν ξεφεύγει από τη συνηθισμένη ιδεοληπτική προσέγγιση και θεωρούμε σχεδόν με βεβαιότητα πως θα προσφέρει ελάχιστα στην επίτευξη του προσδοκώμενου στόχου.

Norbert Erdős (PPE), *írásban*. – Szavazatommal támogattam a fogyatékossággal élő személyek jogairól szóló ENSZ-egyezmény alkalmazásáról szóló parlamenti állásfoglalást. Örülök, hogy az Európai Parlament plenáris ülése elsöprő többséggel szavazta meg Kósa Ádám képviselőtársam jelentését. Kiemelten fontos, hogy az EU teljes körű és hiteles beszámolót tudjon adni ENSZ szakértő bizottságának arról, hogyan ülteti át a hétköznapokba az ENSZ fogyatékossággal élő személyek jogairól szóló egyezményét.

Határozott felszólítást kell küldenünk azon tagállamoknak, amelyek még nem ültették át belső jogukba a fogyatékossággal élő személyek jogairól szóló ENSZ-egyezményt. Továbbá sürgetjük a Bizottságot, hogy az ENSZ-szel folytatott konstruktív párbeszédbe hivatalosan is vonja be a Parlamentet és az EU-keret tagjait, és alkossa meg a régen várt európai akadálymentesítési jogszabályt.

Jill Evans (Verts/ALE), *in writing*. – I voted in favour of this report on the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities. It highlights the aim of an EU anti-discrimination directive to protect those with disabilities against discrimination in social protection, health care and (re)habilitation, education, as well as access to and supply of goods and services. It also criticises the lack of progress within the European Council, and urges Member States to work towards a common position without further delay. I am glad that in Wales we have a Commissioner who can take up such cases and promote positive action.

Eleonora Evi (EFDD), *per iscritto*. – Non potevo che esprimere il mio voto favorevole per questa proposta di risoluzione volta a considerare la lista di questioni sollevate dal Comitato delle Nazioni Unite sui diritti delle persone con disabilità, come seguito alla relazione iniziale dell'UE; tra le altre e molte questioni, l'ONU chiede all'UE quali siano le misure adottate volte a generare consapevolezza nei cittadini e a formarli circa le disposizioni della Convenzione sui diritti delle persone con disabilità (CRPD), come anche chiede all'UE di spiegare quali siano le misure intraprese per garantire, alle persone con disabilità, il diritto alla piena portabilità dei loro diritti assistenziali in caso di movimento all'interno dell'Unione.

Tuttavia in questa risoluzione manca un riferimento al diritto delle persone con disabilità di ricevere assistenza nel proprio ambiente familiare piuttosto che in strutture apposite, e di conseguenza il riferimento a politiche, negli Stati membri, che riconoscano la figura del *family caregiver* quale garanzia di questo diritto. Bisogna infatti ricordare che ancora in troppi paesi europei, tra i quali l'Italia, milioni di persone rinunciano ad un'esistenza dignitosa per dedicarsi a tempo pieno alla cura del proprio familiare disabile, pur non essendo tutelati in maniera alcuna dal proprio Stato.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Segundo as estimativas 80 milhões de pessoas na UE são portadoras de deficiência e, enquanto cidadãos de pleno direito, beneficiam dos mesmos direitos e têm direito à dignidade inalienável, à igualdade de tratamento, à autonomia e à plena participação na sociedade. No entanto, informações fornecidas pela Agência dos Direitos Fundamentais da UE atestam consistentemente que as pessoas com deficiência enfrentam discriminações e barreiras ao exercício dos seus direitos em igualdade de circunstâncias com os demais e a sua integração no mercado de trabalho representa um dos maiores desafios que se colocam às políticas sociais e de mercado de trabalho. A taxa de emprego das pessoas entre os 20 e dos 64 anos é superior a 70%, enquanto a taxa de emprego das pessoas com deficiência é inferior a 50% e a taxa de emprego entre as mulheres sem deficiência é 65%, em comparação com 44% entre as mulheres com deficiência. Considero por isso, que o acesso ao emprego e a não discriminação no local de trabalho constituem elementos fundamentais para uma vida autónoma e independente. Para mim, é fundamental que haja uma proposta ambiciosa de ato legislativo da UE sobre acessibilidade, com o total envolvimento das pessoas portadoras de deficiência ao longo de todo o ciclo legislativo, promovendo a independência e a inclusão integral das pessoas com deficiência e estabelecendo um mecanismo de controlo e aplicação contínuo, efetivo e independente.

Jonás Fernández (S&D), *por escrito*. – La resolución aprobada hoy sobre la revisión de la aplicación del Convenio de la ONU para los derechos de las personas con Discapacidad reitera las obligaciones contraídas por la UE y sus Estados miembros para la efectiva implementación del principio de accesibilidad y no discriminación de las personas discapacitadas de manera transversal y no sólo en lo relativo a acceso al empleo, para lograr una verdadera autonomía e independencia.

En este sentido, los Socialistas españoles estamos muy satisfechos de haber obtenido el apoyo de la Cámara (566 votos a favor, 84 en contra y 26 abstenciones) a nuestras propuestas de solicitud al Consejo para que desbloquee la Directiva Antidiscriminación, que se encuentra bloqueada desde 2008.

Asimismo, nos congratulamos de haber obtenido el apoyo de la Cámara para pedir a los Estados Miembros que eliminen restricciones al ejercicio del derecho de sufragio activo y pasivo de las personas con discapacidad actualmente en vigor en 21 de los 28 Estados Miembros, por una interpretación restrictiva de la capacidad legal de las mismas y contraviniendo el artículo 12 del CDPD sobre igualdad ante la ley.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – Apoiámos esta resolução, embora não possamos deixar de assinalar alguns aspetos essenciais relativamente a esta problemática.

Registe-se que a transparência da prestação de contas, também derivada das obrigações da assinatura da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, se aplica ao próprio funcionamento das instituições da UE, sendo necessário que essa informação seja acessível a todos.

Ser coerente com esta Convenção seria, por exemplo, não incentivar e apoiar cortes nos sistemas públicos de educação que afetam as pessoas com deficiência. Em Portugal, no quadro da política da troica e da pós-troica que são uma e a mesma coisa, foi brutalmente diminuído o número de professores da educação especial e em muitas escolas não existe nem um professor, situação que se agravou nos últimos anos. Existem alunos que por falta de apoios na escola são aconselhados a ficar em casa, encontrando-se os pais completamente desesperados e sem soluções.

São crianças e jovens a quem foi retirado o direito à educação. Será que isto tem alguma coisa a ver com a Convenção que aqui tanto se defende?

Monika Flašíková Beňová (S&D), *písomne*. – Európska únia plne podporuje a propaguje aktívnu inklúziu a plnú účasť osôb so zdravotným postihnutím v spoločnosti. Netreba zabúdať nato, že zdravotné postihnutie je otázkou práv a nie vecou uváženia. Európska komisia prijala v roku 2010 Európsku stratégiu pre osoby so zdravotným postihnutím na roky 2010 – 2020. Medzi hlavné ciele tejto stratégie patrí okrem iného prístupnosť, účasť, rovnosť, zamestnanosť, vzdelávanie a odborná príprava, sociálna ochrana, zdravie a aj externé vzťahy.

Lorenzo Fontana (NI), *per iscritto*. – Voto a favore della risoluzione che incoraggia maggiori sforzi nell'ambito dei diritti delle persone con disabilità.

Λάμπρος Φουντούλης (NI), *γραπτώς*. – Υπερψηφίζω την έκθεση σχετικά με Σύμβαση των Ηνωμένων Εθνών για τα δικαιώματα των ατόμων με αναπηρία, διότι πράγματι τα άτομα με αναπηρίες είναι μια ιδιαίτερα ευάλωτη κοινωνική ομάδα, το επίπεδο διαβίωσης της οποίας σήμερα απέχει πολύ από το επιθυμητό. Σημειώνω πάντως, πως το κείμενο αυτό, παρά τις καλές προθέσεις δεν ξεφεύγει από τις συνηθισμένη ιδεοληπτική προσέγγιση και σχεδόν βέβαια θεωρώ πως θα προσφέρει ελάχιστα στην επίτευξη του προσδοκώμενου στόχου.

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *in writing*. – Considering the fact that the EU is based on the values of human dignity, freedom, democracy, equality, the rule of law and respect for human rights, persons with disabilities must benefit from measures designed to ensure their independence, social and occupational integration and participation in the life of the community.

I truly hope that this resolution will lead to the adoption of the most appropriate and encompassing mechanism to ensure optimal application of the UN Convention on the Right of Persons with Disabilities. Empowering people with disabilities would allow them to fully enjoy their rights and participate in society and in the economy on an equal basis with others.

Kinga Gál (PPE), *írásban*. – Egyedülálló történelmi lehetőség, hogy az ENSZ azt vizsgálja, vajon az EU megfelelően hajtja-e végre a fogyatékossággal élő személyeket védő ENSZ-egyezményt. Az Európai Parlament nem mulaszthatja el a lehetőséget, hogy saját nevében is választ küldjön az ENSZ felé. Az állásfoglalás erről szól, és konkrét válaszokat ad az ENSZ-nek arról, mit tesz az Európai Parlament a fogyatékossággal élők érdekében.

Az állásfoglalásban kérjük azt a 3 uniós tagállamot – Finnország, Írország és Hollandia – akik még nem ratifikálták az egyezményt, hogy mielőbb tegyék ezt meg, akik pedig már ratifikálták – így maga az EU is – gyorsítsák fel az Egyezmény végrehajtását! Az Európai Bizottságot sürgetjük, hogy az ENSZ-szel folytatott konstruktív párbeszédbe hivatalosan is vonja be a Parlamentet és alkossa meg a régen várt európai akadálymentesítési jogszabályt!

Az egyezmény végrehajtását monitorozó EU-keret számára pedig, amelynek az EP is tagja, szükség van forrásra, hogy hatékonyan tudjon működni. Fontos, hogy az ENSZ végleges jelentése után az Európai Parlament EMPL, LIBE és PETI bizottsága közös jelentést is fog készíteni a témában, várhatóan még idén ősszel. A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam az indítvány elfogadását, mert az elősegíti az ENSZ egyezmény hatékony végrehajtását.

Ildikó Gáll-Pelcz (PPE), *írásban*. – Egyedülálló történelmi lehetőség, hogy az ENSZ azt vizsgálja, vajon az EU megfelelően hajtja-e végre a fogyatékossággal élő személyeket védő ENSZ-egyezményt. Az Európai Parlament nem mulaszthatja el a lehetőséget, hogy saját nevében is választ küldjön az ENSZ felé. Az állásfoglalás erről szól, és konkrét válaszokat ad az ENSZ-nek arról, mit tesz az Európai Parlament a fogyatékossággal élők érdekében. Az állásfoglalásban kérjük azt a 3 uniós tagállamot – Finnországot, Írországot és Hollandiát – akik még nem ratifikálták az Egyezményt, hogy mielőbb tegyék ezt meg, akik pedig már ratifikálták – így maga az EU is – gyorsítsák fel az egyezmény végrehajtását! Az Európai Bizottságot sürgetjük, hogy az ENSZ-szel folytatott konstruktív párbeszédbe hivatalosan is vonja be a Parlamentet és alkossa meg a régen várt európai akadálymentesítési jogszabályt!

Az egyezmény végrehajtását monitorozó EU Framework számára pedig, amelynek az EP is tagja, szükség van forrásra, hogy hatékonyan tudjunk működni. Fontos, hogy az ENSZ végleges jelentése után az Európai Parlament EMPL, LIBE és PETI bizottsága közös jelentést is fog készíteni a témában, várhatóan még idén ősszel. A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam az indítvány elfogadását, mert az elősegíti az ENSZ egyezmény hatékony végrehajtását.

Francesc Gambús (PPE), *por escrito*. – He votado a favor de la Resolución sobre la Convención de las Naciones Unidas sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad porque todos los ciudadanos y ciudadanas de la UE deben gozar de los mismos derechos. Desde las instituciones debemos trabajar para garantizar la igualdad de trato, el derecho a la vida independiente y a la plena participación en la sociedad de las personas con discapacidad. Especialmente importante para la plena integración de este colectivo es el acceso al mercado laboral para permitir que las personas con discapacidad tengan una vida independiente, así como lograr una buena base educativa desde la enseñanza primaria.

Iratxe García Pérez (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de la resolución sobre la revisión de la aplicación del Convenio de la ONU para los derechos de las personas con Discapacidad porque reitera las obligaciones contraídas por la UE y sus Estados miembros para la aplicación efectiva del principio de accesibilidad y no discriminación de las personas discapacitadas de manera transversal y no sólo en lo relativo a acceso al empleo, para lograr una verdadera autonomía e independencia.

La resolución pide al Consejo que adopte sin demora una posición sobre la Directiva Antidiscriminación, que se encuentra bloqueada desde su aprobación por el Parlamento en primera lectura en abril de 2009, reivindicación de suma importancia para los socialistas.

Asimismo, los socialistas hemos conseguido el apoyo de la Cámara para pedir a los Estados Miembros que eliminen las restricciones al ejercicio del derecho de sufragio activo y pasivo de las personas con discapacidad, actualmente vigentes en 21 de los 28 Estados Miembros, debido a una interpretación restrictiva de la capacidad legal de las mismas y contraviniendo el artículo 12 del CDPD sobre igualdad ante la ley.

Elisabetta Gardini (PPE), *per iscritto*. – Nella votazione in questione abbiamo richiesto alla Commissione un maggiore coinvolgimento del Parlamento europeo sulla materia e richiamato alla piena implementazione della Convenzione delle Nazioni Unite sui diritti delle persone con disabilità, invitando i tre Stati membri che ancora non hanno ratificato la stessa a procedere al più presto alla ratifica.

È indispensabile che su una materia così importante non ci si perda in inutili discussioni burocratiche e si giunga ad azioni concrete.

Il voto a larga maggioranza di oggi dimostra la determinazione di questo Parlamento a voler rimuovere i rimanenti odiosi ostacoli che limitano i diritti delle persone con disabilità.

Enrico Gasbarra (S&D), *per iscritto***.** – Ho sostenuto con molta convinzione la risoluzione sui diritti delle persone con disabilità. Da troppo tempo la Commissione europea promette di presentare una proposta di normativa europea sull'accessibilità. C'è urgente bisogno di un atto politico che garantisca la piena partecipazione delle persone disabili all'intero ciclo legislativo: tale proposta deve comprendere un ampio ventaglio di settori d'intervento, per favorire la vita indipendente e la piena inclusione delle persone con disabilità e istituire un meccanismo permanente ed efficace. In questo quadro, ci tengo a sottolineare l'esigenza di promuovere l'accessibilità anche elettronica per le persone con disabilità, che è un aspetto poco considerato ma che sta diventando di sempre più stretta urgenza.

Elena Gentile (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore della proposta di risoluzione del Parlamento europeo sull'elenco di questioni adottato dal comitato delle Nazioni Unite sui diritti delle persone con disabilità in riferimento alla relazione iniziale dell'UE.

Le persone con disabilità costituiscono uno dei gruppi più vulnerabili della nostra società e si trovano spesso di fronte ad ostacoli che impediscono la realizzazione della piena parità di diritti con gli altri cittadini.

Nonostante le politiche implementate dagli Stati membri e le strategie europee per garantire un migliore accesso al mercato del lavoro, le persone con disabilità sono ancora soggette a forti discriminazioni. Condivido pertanto la necessità di spingere gli Stati membri a migliorare l'efficacia di tali politiche e permettere una piena partecipazione dei disabili alle attività lavorative e sociali in Europa.

Sono fortemente convinta dell'importanza di una proposta ambiziosa da parte della Commissione sull'accessibilità dei disabili ai beni e servizi per tutti i cittadini dell'UE, in modo da favorire l'indipendenza e la piena inclusione nella società.

Infine auspico una cooperazione politica più forte tra Stati membri e UE e mi compiaccio dell'iniziativa del Parlamento europeo di elaborare regolarmente una relazione congiunta in seno alle commissioni EMPL, LIBE e PETI per monitorare i progressi in materia.

Juan Carlos Girauta Vidal (ALDE), *por escrito***.** – Hay ochenta millones de personas con discapacidad en la Unión Europea, y estas se encuentran demasiado a menudo con discriminaciones y barreras en el ejercicio de sus derechos y en el acceso a la cultura, a la educación y al empleo. La Convención de las Naciones Unidas sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad entró en vigor en enero de 2011 en la Unión Europea, pero tres Estados miembros (Suecia, Holanda e Irlanda) todavía no la han ratificado. El Parlamento hace hoy un llamamiento en favor del respeto y la aplicación de esta Convención, de manera que las personas con discapacidad puedan disfrutar de sus derechos como cualquier otro ciudadano europeo. Yo apoyo este texto, pues todavía queda mucho por hacer para que exista una verdadera igualdad.

Tania González Peñas (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta resolución, que establece que el Parlamento Europeo debe participar plenamente en el seguimiento y la aplicación de los derechos humanos y de todas las acciones que se dirijan a corregir la desigualdad en su acceso. Nos parece fundamental la adopción de dos piezas legislativas clave: la Ley Europea de Accesibilidad y la Directiva general contra la discriminación, siendo ambas parte esencial de la aplicación de la Convención de la ONU. La resolución también pide a los Estados miembros plasmar las obligaciones derivadas del artículo 12 de la Convención de la ONU sobre las leyes nacionales y más específicamente, así como el derecho de todas las personas con discapacidad a votar y ser elegidos.

Theresa Griffin (S&D), *in writing*. – I, along with my S&D colleagues, voted in favour of this resolution because it calls on the Commission to present an ambitious proposal for a European Accessibility Act, with the full involvement of persons with disabilities throughout the legislative cycle. It also stresses the need for this proposal to include a full range of policy areas with regard to the accessibility of goods and services for all EU citizens, fostering the independent living and full inclusion of people with disabilities and establishing an ongoing, effective and independent monitoring and enforcement mechanism.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Enrique Guerrero Salom (S&D), *por escrito*. – La resolución aprobada hoy sobre la revisión de la aplicación del Convenio de la ONU para los derechos de las personas con Discapacidad reitera las obligaciones contraídas por la UE y sus Estados miembros para la efectiva implementación del principio de accesibilidad y no discriminación de las personas discapacitadas de manera transversal y no sólo en lo relativo a acceso al empleo, para lograr una verdadera autonomía e independencia.

En este sentido, los Socialistas españoles estamos muy satisfechos de haber obtenido el apoyo de la Cámara (566 votos a favor, 84 en contra y 26 abstenciones) a nuestras propuestas de solicitud al Consejo para que desbloquee la Directiva Antidiscriminación, que se encuentra bloqueada desde 2008.

Asimismo, nos congratulamos de haber obtenido el apoyo de la Cámara para pedir a los Estados Miembros que eliminen restricciones al ejercicio del derecho de sufragio activo y pasivo de las personas con discapacidad actualmente en vigor en 21 de los 28 Estados Miembros, por una interpretación restrictiva de la capacidad legal de las mismas y contraviniendo el artículo 12 del CDPD sobre igualdad ante la ley.

Sylvie Guillaume (S&D), *par écrit***.** – 80 millions d'Européens sont aujourd'hui en situation de handicap. Trop souvent encore, dans leur quotidien, ces citoyens ne peuvent bénéficier des mêmes droits, de l'égalité de traitement, d'une autonomie et de la pleine participation à la vie sociale, que les personnes valides. Face à cette situation, j'ai voté en faveur d'une résolution adressée en particulier au Comité des droits des personnes handicapées des Nations unies, à la Commission et au Conseil, afin de marquer une étape nouvelle dans les progrès à réaliser pour une égalité réelle de droits pour tous.

Cela passe notamment par: la proposition par la Commission d'un texte ambitieux sur l'accessibilité et la participation pleine et entière des personnes handicapées tout au long du processus législatif; l'adoption rapide de la directive relative à l'accessibilité des sites web d'organismes du secteur public ; le déploiement accru de moyens permettant de développer l'accès à l'emploi pour ces personnes; un accès facilité à la justice; l'utilisation par les États des fonds européens pour renforcer les services aux personnes en situation de handicap; ou encore le déblocage de la directive anti-discrimination. À la suite des Nations unies, l'Europe doit être à la hauteur de ces enjeux.

Antanas Guoga (ALDE), *raštu*. – Balsavau už Europos Parlamento rezoliuciją dėl Jungtinių Tautų neįgaliųjų teisių komiteto patvirtinto klausimų sąrašo, susijusio su pirmine Europos Sąjungos ataskaita, nes pritariu pozicijai, jog, kaip visaverčiai piliečiai, neįgalieji turi lygias teises ir teisę į neatimamą orumą, vienodą požiūrį, nepriklausomą gyvenimą ir visapusišką dalyvavimą visuomenės gyvenime. Todėl rezoliucija raginame visas ES institucijas glaudžiai bendradarbiauti, gerinant neįgaliųjų integracijos sąlygas ES, įskaitant raginimą Komisijai pateikti plataus užmojo pasiūlymą dėl Europos prieinamumo akto, į visą teisėkūros ciklą visapusiškai įtraukiant neįgaliuosius, bei aktyviai konsultuotis su Europos Parlamentu.

Sergio Gutiérrez Prieto (S&D), *por escrito*. – La resolución aprobada hoy sobre la revisión de la aplicación del Convenio de la ONU para los derechos de las personas con Discapacidad reitera las obligaciones contraídas por la UE y sus Estados miembros para la efectiva implementación del principio de accesibilidad y no discriminación de las personas discapacitadas de manera transversal y no sólo en lo relativo a acceso al empleo, para lograr una verdadera autonomía e independencia.

En este sentido, los Socialistas españoles estamos muy satisfechos de haber obtenido el apoyo de la Cámara (566 votos a favor, 84 en contra y 26 abstenciones) a nuestras propuestas de solicitud al Consejo para que desbloquee la Directiva Antidiscriminación, que se encuentra bloqueada desde 2008.

Asimismo, nos congratulamos de haber obtenido el apoyo de la Cámara para pedir a los Estados Miembros que eliminen restricciones al ejercicio del derecho de sufragio activo y pasivo de las personas con discapacidad actualmente en vigor en 21 de los 28 Estados Miembros, por una interpretación restrictiva de la capacidad legal de las mismas y contraviniendo el artículo 12 del CDPD sobre igualdad ante la ley.

Marian Harkin (ALDE), *in writing*. – I shadowed this Resolution on behalf of my Group and was very pleased to support it. As the EU has ratified the United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD), its Institutions as well as the Member States have significant responsibilities to ensure that the rights of persons with disabilities are fully vindicated. This means that both the Commission and Member States must take a human-rights--based approach to disability at all levels of EU and national policymaking.

Unfortunately my own Member State, Ireland is one of the three countries in the EU which has signed but not yet ratified the Convention and I continue to urge the Irish Government to do so as soon as possible in the interest of our disabled citizens and their families. I was particularly pleased that the ALDE amendment calling on Member States to adopt the EU Anti-Discrimination Directive without further delay was carried. This would be a major step forward as the Directive seeks to protect persons with disabilities from discrimination in the areas of social protection, healthcare, education and the supply of goods and services such as housing, transport and insurance.

Brian Hayes (PPE), *in writing*. – I voted in favour of this report because I think Parliament has a role in calling for improved rights for persons with disabilities all across the EU. We should recognise that full inclusion and equal participation of persons with disabilities can only be achieved by taking a human-rights-based approach to disability.

Gunnar Hökmark (PPE), *skriftlig*. – Utifrån varje medlemsstats förutsättningar är det för oss moderater viktigt att understryka att det är de enskilda länderna som bäst kan bekämpa den diskriminering som finns bland medborgare i olika länder och bäst kan se till att alla medborgares rättigheter respekteras.

György Hölvényi (PPE), *írásban*. – Egyedülálló történelmi lehetőség, hogy az ENSZ azt vizsgálja, vajon az EU megfelelően hajtja-e végre a fogyatékossággal élő személyeket védő ENSZ-egyezményt. Az Európai Parlament nem mulaszthatja el a lehetőséget, hogy saját nevében is választ küldjön az ENSZ felé. Az állásfoglalás konkrét válaszokat ad az ENSZ-nek arról, mit tesz az Európai Parlament a fogyatékossággal élők érdekében. Az állásfoglalásban kérjük azt a 3 uniós tagállamot – Finnországot, Írországot és Hollandiát – akik még nem ratifikálták az egyezményt, hogy mielőbb tegyék ezt meg. Akik pedig már ratifikálták – így maga az EU is – gyorsítsák fel az egyezmény végrehajtását. Az Európai Bizottságot sürgetjük, hogy az ENSZ-szel folytatott konstruktív párbeszédbe hivatalosan is vonja be a Parlamentet, és alkossa meg a régen várt európai akadálymentesítési jogszabályt.

Az egyezmény végrehajtását figyelemmel kísérő „EU Framework" számára pedig, amelynek az EP is tagja, szükség van forrásra, hogy hatékonyan tudjon működni. Fontos, hogy az ENSZ végleges jelentése után az Európai Parlament EMPL, LIBE és PETI bizottsága közös jelentést is fog készíteni a témában, várhatóan még idén ősszel. A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam az indítvány elfogadását, mert az elősegíti az ENSZ-egyezmény hatékony végrehajtását.

Richard Howitt (S&D), *in writing*. – The European Union's signing and ratification of the UN Convention was a landmark step, but this resolution allows me to express regret that Parliament and disabled people's organisations were not consulted about the implementation report submitted by the Commission, and to call for them to be included now both in the preparation of answers to the List of Issues and in the European Union delegation to take part in the Constructive Dialogue in Geneva when they are debated. The Commission says that it supports the 'Nothing about us, without us' call, and I hope it will respect it, in this most important opportunity for the lives of disabled people.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *in writing*. – Parliament has today issued a strong call for progress to be made on an anti-discrimination directive and it is imperative that the Member States take full note of that call. Unfortunately many aspects of disability discrimination remain outwith the control of the Scottish Parliament and we now have a majority Tory government at Westminster who are unlikely to prioritise many of the most vulnerable people in society. The SNP in the Scottish, UK and European Parliaments will ensure that the needs of persons with disabilities are at all times fully recognised.

Pablo Iglesias (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta resolución, que establece que el Parlamento Europeo debe participar plenamente en el seguimiento y la aplicación de los derechos humanos y de todas las acciones que se dirijan a corregir la desigualdad en su acceso. Nos parece fundamental la adopción de dos piezas legislativas clave: la Ley Europea de Accesibilidad y la Directiva general contra la discriminación, siendo ambas parte esencial de la aplicación de la Convención de la ONU. La resolución también pide a los Estados miembros plasmar las obligaciones derivadas del artículo 12 de la Convención de la ONU sobre las leyes nacionales y más específicamente, así como el derecho de todas las personas con discapacidad a votar y ser elegidos.

Ivan Jakovčić (ALDE), *napisan*. – Glasovao sam za Nacrt prijedloga rezolucije o popisu pitanja koja je usvojio Odbor Ujedinjenih naroda za prava osoba s invaliditetom u odnosu na početno izvješće Europske unije jer se ističe potreba za kvalitetnijom političkom suradnjom u okviru Unije u cilju poboljšanja uvjeta za dostojanstven život osoba s invaliditetom. U EU-u ima otprilike 80 milijuna osoba s invaliditetom, a neke države članice još uvijek nisu ratificirale Konvenciju UN-a o pravima osoba s invaliditetom. Te se osobe jako često susreću s diskriminacijom pri zapošljavanju, nepoštivanjem njihovih prava na radnom mjestu, u obrazovanju te mnogim drugim područjima života važnim za njihovo samoodređenje i neovisan život. Razvojem i provedbom određenih mjera u EU-u unaprijedila bi se prava i povećala socijalna uključenost takvih osoba u društvu.

Marc Joulaud (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la proposition de résolution sur la convention des Nations unies sur les droits des personnes handicapées.

Le Comité des personnes handicapés de l'ONU a établi une liste de questions à ce sujet qu'il va transmettre à la Commission afin qu'elle y réponde. Dans cette résolution, le Parlement européen se met à disposition du Comité des personnes handicapés des nations unis pour, lui aussi, répondre à ces questions.

Cette résolution a été adoptée à une large majorité, ce dont je me félicite.

Philippe Juvin (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la proposition de résolution concernant la Convention des Nations unies relative aux droits des personnes handicapées.

Il ne s'agit là que de normes minimales et l'Union doit aller au-delà de ces normes afin de mieux protéger les personnes handicapées et de lutter contre les discriminations.

Barbara Kappel (NI), *schriftlich*. – Die Rechte von Menschen mit Behinderungen liegen mir besonders am Herzen. Die Entschließung zielt auf ein barrierefreies Europa ab, das es allen Menschen erlaubt, am wirtschaftlichen und sozialen Leben teilzunehmen. Es sollen nationale Bemühungen bei der Erreichung dieses Ziels unterstützt werden. Ich stimme daher für diesen Entschließungsantrag.

Tunne Kelam (PPE), *in writing*. – I voted in favour of this resolution. I am glad that EPP, my political group, initiated the resolution in question. It addresses shortcomings in providing support to people with disabilities.

One of the priorities is to better ensure that people with a disability will receive adequate state support without unnecessary bureaucratic obstacles. I am concerned about the current state of affairs, especially as there is no proper data on the situation across Europe. I call on the Commission to address the issue of data gathering and sharing. First, we have to map the needs and challenges, and then adequate answers can be provided both on European and national level.

The underlying principle should be enabling every person with disability to lead as independent a life as possible. This means encouraging society as a whole to accept these people as equals, companies to adapt to the special situation of disabled persons and to integrate them better into the job market. Every human being deserves to live a dignified and independent life.

Afzal Khan (S&D), *in writing*. – The EU promotes the active inclusion and full participation of disabled people in society, in line with the EU human rights approach to disability issues. Disability is a rights issue and not a matter of discretion. This approach is also at the core of the UN Convention on the Rights of People with Disabilities (UNCRPD), to which the EU is a signatory. I supported the resolution, as it is consensual and calls on the Commission to present an ambitious legislative proposal on the matter.

Kateřina Konečná (GUE/NGL), *písemně*. – Úmluva Organizace spojených národů o právech osob se zdravotním postižením vstoupila v platnost dne 21. ledna 2011. V návaznosti na pracovní dokument útvarů Komise se však objevil celý seznam otázek, které přijal příslušný výbor OSN a na které má nyní odpovědět Komise. Vzhledem k tomu, že Parlament je jediným přímo voleným orgánem Evropské unie zastupujícím evropské občany, je poněkud smutné, že má omezené pravomoci v oblasti monitorování úmluvy OSN. Evropskému parlamentu tak nezbývá nic než ujistit Výbor OSN pro práva osob se zdravotním postižením, že Evropský parlament odpoví na otázky, které jsou mu přímo adresovány, a zároveň bude naléhat na Komisi, aby přihlížela k postojům Parlamentu při formulování svých odpovědí.

Považovala bych za rozumné, aby se evropské orgány snažily pracovat ve shodě a neškodily tak těm, kteří mají už tak dosti ztíženou pozici. Navzdory stávajícím programům, iniciativám a strategiím na úrovni EU zaměstnanost osob se zdravotním postižením dosahuje méně než 50 % a zaměstnanost žen se zdravotním postižením je na 44 %. Jsem přesvědčena, že je v naší moci osobám se zdravotním postižením pomoci, pokud budeme pracovat ve shodě. Cílem je pomoci, a nikoliv se hašteřit. Hlasovala jsem tedy pro návrh usnesení, které je napsáno v podobném duchu.

Ádám Kósa (PPE), *írásban*. – Egyedülálló történelmi lehetőség, hogy az ENSZ azt vizsgálja, vajon az EU megfelelően hajtja-e végre a fogyatékossággal élő személyeket védő ENSZ-egyezményt. Az Európai Parlament nem mulaszthatja el a lehetőséget, hogy saját nevében is választ küldjön az ENSZ felé. Az állásfoglalás erről szól, ami konkrét válaszokat ad az ENSZ-nek arról, mit tesz az Európai Parlament a fogyatékossággal élők érdekében.

Az állásfoglalásban kérjük azt a 3 uniós tagállamot – Finnország, Írország és Hollandia – akik még nem ratifikálták az egyezményt, hogy mielőbb tegyék ezt meg, akik pedig már ratifikálták – így maga az EU is – gyorsítsák fel az egyezmény végrehajtását! Az Európai Bizottságot sürgetjük, hogy az ENSZ-szel folytatott konstruktív párbeszédbe hivatalosan is vonja be a Parlamentet és alkossa meg a régen várt európai akadálymentesítési jogszabályt!

Az egyezmény végrehajtását monitorozó EU-keret számára pedig, amelynek az EP is tagja, szükség van forrásra, hogy hatékonyan tudjon működni. Fontos, hogy az ENSZ végleges jelentése után az Európai Parlament EMPL, LIBE és PETI bizottsága közös jelentést is fog készíteni a témában, várhatóan még idén ősszel. A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam az indítvány elfogadását, mert az elősegíti az ENSZ egyezmény hatékony végrehajtását.

Béla Kovács (NI), *írásban***.** – Sajnos a tapasztalatok alapján az érintettek kevés eredményét érzékelik a hasonló jellegű állásfoglalásoknak, amin időszerű volna változtatni. Üdvözlendő az anyagban szereplő hatékonyabb megközelítés, megújult, emberközpontúbb szemlélet. Az ajánlást támogattam, bízom benne, hogy a források hatékonyabb felhasználása révén a fogyatékossággal élők jogainak jobb érvényesülésére van esély. Tény, hogy teendő akad még bőven az EU-ban is.

Giovanni La Via (PPE), *per iscritto***.** – Secondo le stime, circa 80 milioni di persone nell'Unione europea hanno una forma di disabilità e le informazioni fornite dall'Agenzia dell'UE per i diritti fondamentali dimostrano sistematicamente che le persone con disabilità si trovano ad affrontare discriminazioni e ostacoli all'esercizio dei propri diritti in condizioni di parità con gli altri. Ho deciso di votare favorevolmente perché sono convinto che sull'argomento serva una cooperazione politica rafforzata in seno al quadro dell'UE, al fine di adottare proposte concrete.

Marine Le Pen (NI), *par écrit***.** – Les députés du Front National se sont abstenus sur la résolution sur la liste de questions adoptée par le Comité des droits des personnes handicapées des Nations unies à l'égard du rapport initial de l'Union européenne. Bien entendu, comme le souligne le considérant A du texte, les personnes handicapées, en tant que citoyens à part entière, bénéficient des mêmes droits et peuvent prétendre à la dignité inaliénable, à l'égalité de traitement, à l'autonomie et à la pleine participation à la vie sociale.

Cependant, c'est aux États membres de veiller à ce que ce principe soit respecté et mis en pratique. Ce texte invite notamment «la Commission à consulter formellement toutes les institutions et agences concernées par la liste de questions, à savoir le Parlement européen, le Comité économique et social européen, le Comité des régions, le Médiateur européen et l'Agence des droits fondamentaux de l'Union européenne». L'implication de toute cette machinerie de l'Union européenne va à l'encontre du principe de subsidiarité.

Javi López (S&D), *por escrito*. – El Convenio, firmado por los 28 Estados miembros, fue ratificado por la mayoría, así como por la Unión Europea en 2011. El Comité de las naciones Unidas para los Derechos de las Personas con Discapacidad revisará la aplicación de la Convención en septiembre este año, de ahí el interés en tener una postura del Parlamento antes de esta revisión. Sobre el texto de la Resolución: introduce peticiones del colectivo clásicas como pedir a la Comisión que presente una propuesta de Ley Europea de Accesibilidad que incluya la accesibilidad a bienes y servicios; pide al Consejo que acelere sus trabajos sobre la propuesta de directiva de accesibilidad de los sitios web de las instituciones públicas; pide que se usen los fondos europeos para promover la accesibilidad y la e-accesibilidad y hace un listado de las acciones del PE para poner en funcionamiento el listado de tareas de la Convención. Estando de acuerdo con estas consideraciones, he votado a favor.

Petr Mach (EFDD), *písemně*. – Jsem si vědom problému, kterým se usnesení zabývá, avšak považuji jej spíše za prázdné řeči o nezaměstnanosti handicapovaných, výzvu ke sběru nových statistik namísto opravdových řešení, která by mohla těmto lidem pomoct se živit sami, např. odstranit regulace pro domácí výrobny.

Andrejs Mamikins (S&D), *rakstiski*. – Invalīdi — Latvijā jau noteikti — ir pamesti un atstāti novārtā. Šī rezolūcija stiprinās invalīdu tiesības, jo minētā ANO Konvencija reāli ļoti labi aizsargā tās. Es nobalsoju par. Tagad vajag ķerties pie lielas ES pretdiskriminācijas direktīvas.

Vladimír Maňka (S&D), *písomne*. – Európska únia sa ratifikáciou stala zmluvnou stranou Dohovoru Organizácie Spojených národov o právach osôb so zdravotným postihnutím. Podpísalo ho všetkých 28 členských štátov a ratifikovalo ho 25 štátov. EÚ tak prijala záväzok vybudovať do roku 2020 Európu bez bariér pre 80 miliónov ľudí s rôznymi formami zdravotného postihnutia.

Napriek tomu, že dohovor nadobudol platnosť v roku 2011, k napĺňaniu jeho obsahu nedochádza tak, ako sa očakávalo, a osoby so zdravotným postihnutím sú naďalej konfrontované s rôznymi formami diskriminácie v porovnaní s ostatnými osobami. Je preto nutné v spolupráci s organizáciami združujúcimi zdravotne postihnuté osoby vypracovať analýzy, ktoré reálne vyhodnotia skutočnosť v oblasti nakladania s právami postihnutých občanov.

Podporujem urýchlené vypracovanie a predloženie opatrení, ktoré povedú k efektívnemu odstraňovaniu bariér a bezodkladnému plneniu záväzkov dohovoru.

Νότης Μαριάς (ECR), *γραπτώς*. – Ψηφίζω υπέρ της πρότασης ψηφίσματος σχετικά με τον κατάλογο θεμάτων που ενέκρινε η Επιτροπή των Ηνωμένων Εθνών για τα Δικαιώματα των Ατόμων με Αναπηρίες σε συνάρτηση με την αρχική έκθεση της Ευρωπαϊκής Ένωσης γιατί είναι πλήρης και επαρκής αλλά και για τους λόγους που ανέφερα αναλυτικά στην από 19/05/2015 σχετική ομιλία μου στην Ολομέλεια του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου.

David Martin (S&D), *in writing*. – I voted for this Resolution which rightly states that paid employment is essential to enable persons with disabilities to lead an independent life, and that the Member States should therefore strive for wider access to employment for people with disabilities so that they can contribute to the society they live in, and should, as a precondition, provide inclusive education for all children with disabilities, including those with learning difficulties, in order to help them acquire a good educational grounding from primary school on so that they can follow a curriculum appropriate to their learning abilities, thereby giving them the opportunity to gain a solid educational background that can help them develop a career or secure a good job which enables them to live an independent life later on.

Marisa Matias (GUE/NGL), *por escrito*. – Votei a favor por entender que a UE ainda tem um longo caminho a percorrer no que diz respeito aos Direitos das Pessoas com Deficiência, não só no domínio do combate à discriminação mas também no que diz respeito à eliminação das barreiras e aumento das acessibilidades e das acessibilidades eletrónicas, ao desenvolvimento de cidades de saúde de elevada qualidade e ao reforço das capacidades e do papel das organizações de pessoas com deficiência.

Gabriel Mato (PPE), *por escrito*. – Mi apoyo a la petición lanzada desde el Parlamento Europeo de que exista una mayor cooperación a partir de ahora para defender los derechos de las personas con discapacidad y para posibilitar que se aplique de forma clara en la UE la Convención de la ONU que protege a este colectivo.

Es necesario que se tenga en cuenta al Parlamento Europeo en todo este proceso, ya que desde aquí estamos trabajando activamente para poder aplicar todas las políticas necesarias para desarrollar los derechos y la igualdad de oportunidades de estas personas con discapacidad.

Georg Mayer (NI), *schriftlich*. – Das Übereinkommen der Vereinten Nationen über die Rechte von Menschen mit Behinderungen konnte von mir nicht unterstützt werden. Die Zugeständnisse, welche die Union an Menschen mit Behinderungen machen müsste, würden nicht zu einer Verbesserung der Lage, sondern zu einer positiven Diskriminierung führen. Diese wiederum würde auf lange Sicht die Situation dieser Menschen sogar noch verschlechtern. Aus diesem Grund habe ich mich der Stimme enthalten.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *par écrit*. – Par ce rapport, un dialogue s'installe entre l'Union Européenne et l'Organisation des Nations Unies sur la question des personnes en situation de handicap.

Le rapport est une réponse aux questions adressées par le comité des Nations Unies sur le handicap à la suite d'un précédent rapport du Parlement sur le sujet. Ce texte non législatif en reste au stade des bonnes intentions et élude certains enjeux tels que l'accès à l'emploi et au logement. De plus, il persiste à parler des personnes handicapées, alors qu'il s'agit de personnes en situation de handicap.

Néanmoins, il demande aux États membres qui ne l'ont pas encore fait de ratifier dans les meilleurs délais la convention des Nations Unies relative aux droits des personnes handicapées. Cette convention, adoptée en 2006, a pour but de «promouvoir, protéger et assurer» la dignité, l'égalité devant la loi, les droits humains et les libertés fondamentales des personnes avec des handicaps en tous genres.

Je vote pour ce texte sans illusion quant à ses effets.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – As pessoas portadoras de deficiência, enquanto cidadãos de pleno direito, beneficiam dos mesmos direitos e têm direito à dignidade inalienável, à igualdade de tratamento, à autonomia e à plena participação na sociedade.

Há 80 milhões de pessoas na União Europeia que são portadoras de deficiência.

São necessárias políticas de integração que nos permitam melhorar a qualidade de vida deste cidadãos europeus de pleno direito. Daí o meu voto favorável.

Roberta Metsola (PPE), *in writing*. – I voted in favour of this joint resolution as I fully support the recommendation for EU funds to be used to promote accessibility and e-accessibility for persons with disabilities. I also support the importance the resolution gives to the need for the Commission to present an ambitious proposal for a European Accessibility Act. It is crucial that persons with disabilities are involved throughout the legislative cycle of any such act.

Louis Michel (ALDE), *par écrit***. –** En tant que fervent défenseur des droits fondamentaux, je considère primordial d'assurer aux 80 millions de concitoyens européens présentant un handicap une jouissance totale de leurs droits. En effet, les personnes handicapées subissent encore trop souvent tous les jours des discriminations contre lesquelles il faut lutter avec la plus grande détermination.

Des réponses complètes doivent être fournies aux questions posées par le Comité des droits des personnes handicapées des Nations Unies. Plus globalement, il me paraît judicieux que la Commission présente dans les plus brefs délais un acte législatif ambitieux destiné à améliorer considérablement l'autonomie et l'intégration des personnes handicapées au sein de nos sociétés.

Marlene Mizzi (S&D), *in writing*. – It is estimated 80 million people in the European Union have a disability and yet persons with disabilities still face discrimination and barriers to exercising their rights on an equal basis with others.I fully support the rights of people with disabilities, who as full citizens, have equal rights and are entitled to inalienable dignity, equal treatment, independent living and full participation in society. Therefore, I have co-signed and voted in favour of the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE), *por escrito*. – As pessoas portadoras de deficiência, enquanto cidadãos de pleno direito, beneficiam dos mesmos direitos e têm direito à dignidade inalienável, à igualdade de tratamento, à autonomia e à plena participação na sociedade.

Segundo as estimativas, 80 milhões de pessoas na União Europeia são portadoras de deficiência e as informações fornecidas pela Agência dos Direitos Fundamentais da UE atestam, consistentemente, que as pessoas com deficiência enfrentam discriminações e barreiras ao exercício dos seus direitos em igualdade de circunstâncias com os demais.

De acordo com a Agência dos Direitos Fundamentais, 21 dos 28 Estados—Membros ainda impõem restrições ao pleno exercício da capacidade jurídica. A Diretiva anti discriminação da UE foi proposta pela Comissão Europeia em 2008, mas continua bloqueada no Conselho e, todos os anos, a Comissão das Petições do Parlamento Europeu recebe petições relacionadas com casos de discriminação em razão da deficiência no acesso ao emprego, ao trabalho independente, aos serviços públicos e à educação. Por estes motivos, voto favoravelmente a presente resolução.

Sophie Montel (NI), *par écrit***.** – Cette résolution relative à la Convention des Nations unies sur les droits des personnes handicapées propose de recourir aux statistiques pour suivre la situation des personnes handicapées dans les États membres, mais aussi de ratifier le traité de Marrakech ou encore de rendre plus accessibles les sites internet. En effet, les 80 millions de personnes handicapées qui vivent dans l'Union connaissent de nombreux obstacles notamment dans l'accès au travail ou aux moyens de communications, et ce malgré les différentes législations nationales allant dans le bon sens. Si je partage les mesures proposées par cette proposition de résolution, j'estime qu'il revient aux États membres de souverainement apprécier et ratifier cette convention des Nations unies, et non à l'UE de proposer sa signature aux États. J'ai donc décidé de m'abstenir lors du vote.

Luigi Morgano (S&D), *per iscritto*. – Il mio voto è, ovviamente, a favore della risoluzione comune relativa alla Convenzione ONU sui diritti delle persone con disabilità. Le stime indicano in 80 milioni le persone che sono affette da disabilità nell'Unione europea: persone che sono cittadini a pieno titolo, cui deve essere garantito il diritto inalienabile alla dignità e alla piena partecipazione alla vita culturale, sociale e politica.

Tuttavia ancora oggi, anche a causa di lacune nei servizi, queste persone sono vittime di discriminazioni e barriere, che rendono loro difficoltoso svolgere una vita indipendente e autodeterminata.

Con questo mio voto favorevole auspico un consolidamento di quello spirito di collaborazione politico volto alla promozione dell'accessibilità e dell'e-accessibilità per le persone disabili, allo sviluppo di servizi sociali e sanitari di qualità (facendo pieno utilizzo dei finanziamenti europei) nonché al rafforzamento della cooperazione tramite e con le organizzazioni delle persone disabili.

Inoltre, come utile strumento per il monitoraggio e per l'attuazione di politiche adeguate, è rilevante la raccolta e conseguente diffusione di dati statistici sulla disabilità, dal settore dell'occupazione a quelli propri della vita quotidiana.

Elisabeth Morin-Chartier (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la proposition de résolution concernant la convention des Nations Unies relative aux droits des personnes handicapées.

Le Comité des droits des personnes handicapées des Nations Unies a adopté une liste de questions relatives au rapport initial de l'Union européenne, à laquelle la Commission doit répondre formellement. Le Parlement européen, en tant qu'institution élue démocratiquement et représentative des citoyens européens, ne pouvait manquer cette opportunité de répondre, lui aussi, aux questions du Comité des droits des personnes handicapées.

Aujourd'hui, en Europe, environ 80 millions de personnes sont handicapées et plus de la moitié d'entre elles n'ont pas de travail. La législation de l'Union européenne n'est pas encore totalement appliquée et la mettre en œuvre permettrait d'améliorer le quotidien et l'accessibilité du monde professionnel aux personnes handicapées! Une meilleure coopération entre les institutions européennes est également nécessaire pour lutter contre les discriminations à l'égard des personnes handicapées.

Alessia Maria Mosca (S&D), *per iscritto*. – Accogliamo positivamente la risoluzione sulla Convenzione ONU sui diritti delle persone con disabilità perché è perfettamente in linea con la direzione intrapresa dall'Unione europea, che da anni si batte per un'attiva inclusione e una piena partecipazione delle persone disabili nella vita pubblica.

L'approccio delineato nella strategia europea per la disabilità 2010-2020 del 2010 combacia con le linee guida della Convenzione ONU, che individua otto aree prioritarie di intervento per combattere le disuguaglianze provocate dalla disabilità.

Le aree individuate – accessibilità, partecipazione, uguaglianza, lavoro, istruzione ed insegnamento, protezione sociale, salute e azione esterna – richiedono tutte un intervento deciso e una forte azione di monitoraggio.

Ciò nonostante, è necessario che la Commissione e il Consiglio coinvolgano il Parlamento nel necessario adeguamento del quadro normativo dell'UE. Siamo convinti che questa risoluzione sia significativa per chiedere alla Commissione europea di presentare in tempi brevi un'ambiziosa proposta legislativa che affronti il tema della disabilità nel suo insieme, e che veda il coinvolgimento attivo di tutti i soggetti istituzionali interessati.

Liadh Ní Riada (GUE/NGL), *in writing*. – I voted in favour of this Joint Motion for a Resolution, tabled by all parliamentary groups. The purpose of this resolution was to call, as MEPs, for the European Parliament to have a formal role in the process of monitoring and commenting on the progress of the implementation of the UN Convention on the Rights for People with Disabilities (UNCRPD).

While the European Parliament is part of the EU Framework to promote, protect and monitor the UNCRPD across the EU, the Commission appears to be excluding Parliament from formally and meaningfully participating in the Review process being carried out by the UNCRPD Committee.

The most significant proposals in the Resolution are the statement that Parliament will respond directly to the CRPD Committee in relation to all questions in the list of issues that it has competence over. The Resolution lists these. It also calls on the Commission to take Parliament's views into account when it sends its own response to the CRPD Committee.

More than 13% of the population across Ireland are living with a disability. I voted in favour of this report because it's crucial for political representatives, as well as broader civil society and especially disability rights organisations, to be properly included in the Review process.

Norica Nicolai (ALDE), *în scris*. – Am susținut prin votul meu de astăzi acest raport referitor la drepturile persoanelor cu handicap. Persoanele cu handicap au probleme foarte mari în găsirea locurilor de muncă și respectarea drepturilor egale și, din păcate, constituie astfel un grup foarte vulnerabil în cadrul societăților noastre. Este imperios necesar ca la nivelul UE să existe o cooperare și o colaborare foarte strânsă între Parlamentul European, Consiliu și Comisie. Totuși, este regretabil că în acest caz importanța Parlamentului European nu a fost respectată, privându-se astfel dezbaterea de aportul cetățenilor. Consider că acest raport subliniază foarte multe dintre problemele cu care se confruntă persoanele cu handicap, fără a încerca să facă o lista exhaustivă a acestora. În acest sens, am susținut și susțin această poziție care încearcă să aducă din nou în dezbatere participarea directă a cetățenilor la deciziile luate pe această temă.

Péter Niedermüller (S&D), *írásban*. – A fogyatékossággal élő 80 millió európai az unió egyenrangú polgára, ennek ellenére a rendelkezésre álló adatok alapján mégsem élveznek egyenlő jogokat és lehetőséget a tagállamok többségében. Álláspontom szerint kulcsfontosságú, hogy széles körű párbeszéd folyjon a civil szervezetek, az uniós intézmények és a tagállamok között a szükséges intézkedésekről, többek között egy határozott akadálymentesítési csomag kialakításáról és az oktatási és foglalkoztatási esélyek javításáról.

Rendkívül sajnálatosnak tartom, hogy még mindig nem született meg a fogyatékkal élő emberek diszkriminációját is tiltó irányelv, amely garantálná az egyenlő hozzáférést a szociális védelem, az egészségügyi ellátás, az oktatás, a lakhatás és a szolgáltatások területén. Ennek elfogadása az európai intézményrendszer egyik legfontosabb feladata kell legyen az előttünk álló időszakban.

Franz Obermayr (NI), *schriftlich*. – Da die Stellung von Menschen mit Behinderung in der EU wie auch in vielen Mitgliedstaaten nach wie vor noch verbesserungswürdig ist und das UN-Übereinkommen hier gute Ansätze liefert, habe ich dem Antrag zugestimmt.

Urmas Paet (ALDE), *kirjalikult*. – Toetasin resolutsiooni ettepanekut. Pean oluliseks tagada puuetega inimestele võrdsed võimalused ja õigused ühiskonnas osalemiseks, see aga eeldab, et kõik osapooled sellesse ka panustaksid. Vastavaid õigusakte tuleb paremini rakendada ning institutsioonidevahelist dialoogi tihendada, aga ka kolmandate osapoolte kaasamist tuleb suurendada.

Maite Pagazaurtundúa Ruiz (ALDE), *por escrito*. – Este año, la Comisión de Naciones Unidas sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad revisará por primera vez cómo la UE ha cumplido con lo establecido en sus obligaciones. Hemos pedido a la Comisión que mejore la recopilación de datos y estadísticas, puesto que sin ellos es imposible evaluar, pero tampoco garantizar unas políticas adecuadas. Además, pedimos a la Comisión que presente una propuesta ambiciosa de Ley europea de accesibilidad, que cuente con la completa participación de personas con discapacidad a lo largo de todo el ciclo legislativo, porque si no será una enorme chapuza.

Pier Antonio Panzeri (S&D), *per iscritto*. – Ho dato il mio voto favorevole alla proposta di risoluzione in quanto ritengo fermamente che debbano essere fatti ancora molti passi in avanti affinché sia garantita una piena ed effettiva inclusione sociale delle persone con disabilità. Le pari opportunità e l'inclusione sociale per tutti sono principi cardine ai quali ogni Stato è tenuto ad uniformarsi attraverso la rimozione delle cause che limitano, o addirittura impediscono, il pieno accesso ai diversi ambiti della vita delle persone. Lo Stato deve garantire un'adeguata istruzione alle persone con maggiori difficoltà di apprendimento in modo da aprire loro la strada per il lavoro e, di conseguenza, permettere una vita dignitosa. Attività di consulenza e supporto anche per le famiglie delle persone affette da disabilità sono un principio cardine del buon funzionamento dello Stato.

Le statistiche ci dicono che sono oltre 80 milioni gli europei affetti da disabilità. La tutela delle fasce più vulnerabili della società è da sempre stata un obiettivo primario; ratificare la Convenzione CRPD e dare risposte all'altezza delle raccomandazioni del comitato CRPD è un passo fondamentale per l'evoluzione positiva dei servizi di base che uno Stato deve assolutamente garantire.

Aldo Patriciello (PPE), *per iscritto*. –Considerando che, come tutti i cittadini, le persone con disabilità hanno diritto a vivere una vita indipendente e alla piena partecipazione alla vita sociale; che l'Agenzia europea per i diritti fondamentali ha pienamente dimostrato che le persone con disabilità sono quotidianamente vittime di discriminazione e devono combattere contro barriere che limitano il libero esercizio dei propri diritti;

ho espresso il mio voto favorevole.

Tonino Picula (S&D), *napisan*. – Dostupnost posla zajedno s nediskriminacijom na radnom mjestu temeljni je element za samoodređenje i neovisan život. Usprkos postojećim programima, inicijativama i strategijama na razini EU-a, stopa zaposlenosti osoba između 20 i 64 godine veća je od 70 %, dok je stopa zaposlenosti osoba s invaliditetom niža od 50 %. Stopa zaposlenosti za žene bez invaliditeta iznosi 65 % u odnosu na onu za žene s invaliditetom koja je 44 %.

Plaćeni posao bitan je kako bi se osobama s invaliditetom omogućio neovisan život i budući da bi države članice stoga trebale stremiti većoj dostupnosti zaposlenja osoba s invaliditetom kako bi one mogle doprinijeti društvu u kojem žive, kao preduvjet za to trebale bi pružiti uključivo obrazovanje za svu djecu s invaliditetom, uključujući i onu s poteškoćama u učenju koje im može pomoći u razvoju karijere ili jamčenju dobrog posla koji im kasnije omogućuje samostalan život.

Budući da je Parlament jedino izravno izabrano tijelo Europske unije koje predstavlja europske građane i stoga u potpunosti poštuje pariška načela od iznimne je važnosti da bude uključen u proces osiguranja svih prava i potpunu uključenost i ravnopravnost osoba s invaliditetom.

Andrej Plenković (PPE), *napisan*. – EU snažno promovira aktivno participaciju i uključivanje osoba s invaliditetom u društvo. U Europi živi otprilike 80 milijuna osoba s invaliditetom te je ovo pitanje izuzetno bitno za EU koji je potpisnik UNCRPD-a. Osobe s invaliditetom nisu homogena grupa, stoga unatoč postignutim pomacima treba raditi na daljnjim inicijativama s ciljem poboljšavanja njihovih prava, s posebnim naglaskom na 8 prioritetnih područja Europske strategije za osobe s invaliditetom.

Na popisu pitanja koji je usvojio Odbor UN-a o pravima osoba s invaliditetom u odnosu na početno izvješće EU-a navedeno je kako se treba raditi na poboljšanju uvjeta kako bi osobe s invaliditetom mogle samostalno putovati svim prijevoznim sredstvima. Vezano uz to moram napomenuti kako sam u prosincu 2014. postavio pitanje Komisiji o problemima osoba s invaliditetom prilikom uvođenja psa vodiča u zrakoplov.

Ono što bih istaknuo, a navedeno je u popisu, jest zabrinutost za nezaposlenost osoba s invaliditetom, koje čine čak 1/6 prosječne radne populacije EU-a, stoga posebno zabrinjava podatak kako je njihova zaposlenost na razini EU-a ispod 50%.

U Hrvatskoj, gdje je oko pola milijuna osoba s invaliditetom, ali i u drugim državama članicama, treba se posebno usmjeriti na korištenje sredstava iz Europskog socijalnog fonda s ciljem njihove uključenosti na tržište rada. Naposljetku, ističem kako sam zajedno s nizom kolega član međuskupine EP-a za osobe s invaliditetom.

Salvatore Domenico Pogliese (PPE), *per iscritto*. – Non mi stancherò di ripetere che le persone con disabilità sono dei cittadini a pieno titolo che devono godere di parità di trattamento ed ambire ad una vita indipendente ed alla partecipazione alla vita della società in cui vivono. Mi rammarica sapere però che ancora oggi, secondo le informazioni fornite dall'Agenzia dell'UE per i diritti fondamentali, le persone con disabilità debbono far fronte ad ostacoli e difficoltà nell'esercizio delle loro condizioni di parità.

Mi felicito di questa risoluzione che spinge ad agire a seguito dell'elenco di questioni della Convenzione delle Nazioni Unite sui diritti delle persone con disabilità. È importante che ci sia una cooperazione sempre più rafforzata fra le varie istituzioni affinché i diritti fondamentali siano accessibili a tutti.

Franck Proust (PPE), *par écrit*. – Dans le cadre de la défense des droits des personnes handicapées, et de la promotion de leur dignité inaliénable, de l'égalité de traitement, de leur autonomie et de leur participation à la vie sociale, le Parlement européen a voté en faveur de la liste de de questions adoptée par le Comité des droits des personnes handicapées des Nations Unies à l'égard du rapport initial de l'Union.

Je me suis exprimé en faveur de ce texte et j'insiste sur le fait que le Parlement devrait être davantage consulté sur ces questions. Le point de vue du Parlement est indispensable sur ces questions et contribue à garantir la défense des valeurs et principes fondamentaux de l'Union.

Frédérique Ries (ALDE), *par écrit*. – Ce midi, le Parlement a invité la Commission à présenter une proposition ambitieuse d'acte législatif visant à favoriser l'autonomie et la pleine intégration des personnes handicapées. Il lui a également demandé de débloquer sa proposition de directive «antidiscrimination» de 2008.

Au sein de l'Union, 80 millions de personnes sont handicapées, soit plus de 15 % de la population. Un Européen sur quatre compte une personne handicapée dans sa famille. Six Européens sur dix connaissent une personne handicapée dans leur entourage proche ou parmi leurs relations.

L'Union européenne a formellement ratifié la convention des Nations Unies relative aux droits des personnes handicapées qui a été signée par les 28 États membres et ratifiée par 25 d'entre eux. Mais il faut aller plus loin. Les personnes handicapées subissent sans cesse des discriminations et sont confrontées à des obstacles quotidiens. Leur vie sociale s'en trouve limitée, notamment en matière d'emploi, de moyens de transport, d'éducation et de formation.

Par son vote de ce midi, le Parlement a réaffirmé sa volonté de mettre fin aux entraves que rencontrent les personnes handicapées dans l'exercice de leurs droits afin de leur permettre de mener une vie indépendante et de participer à la société dans laquelle elles vivent.

Robert Rochefort (ALDE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la résolution sur la liste de questions adoptée par le Comité des droits des personnes handicapées des Nations Unies à l'égard du rapport initial de l'UE.

Si c'est la Commission européenne qui est chargée de répondre aux questions, elle ne doit pas oublier de prendre en compte les observations du Parlement; seul organe directement élu par les citoyens européens.

Les personnes handicapées bénéficient des mêmes droits et peuvent prétendre à la dignité inaliénable et à l'égalité de traitement. Aussi, nous exhortons les États membres à prendre les mesures appropriées en ratifiant la convention des Nations Unies relative aux droits des personnes handicapées ainsi qu'en adoptant, dans les meilleurs délais, une position commune sur la directive «antidiscrimination» de l'UE afin qu'elle puisse être mise en œuvre.

Il est primordial que chaque acteur institutionnel se mobilise afin de soutenir l'un des groupes les plus vulnérables de notre société.

Liliana Rodrigues (S&D), *por escrito*. – A diferença não pode ser encarada como desigualdade, antes como engrandecimento da vida humana. Defendo que a atual legislação da União Europeia deva ser aplicada, a fim de ser respeitada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e para que os Direitos Fundamentais cheguem a todos.

Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (S&D), *por escrito*. – La resolución aprobada hoy sobre la revisión de la aplicación del Convenio de la ONU para los derechos de las personas con Discapacidad reitera las obligaciones contraídas por la UE y sus Estados miembros para la efectiva implementación del principio de accesibilidad y no discriminación de las personas discapacitadas de manera transversal y no sólo en lo relativo a acceso al empleo, para lograr una verdadera autonomía e independencia.

En este sentido, los Socialistas españoles estamos muy satisfechos de haber obtenido el apoyo de la Cámara (566 votos a favor, 84 en contra y 26 abstenciones) a nuestras propuestas de solicitud al Consejo para que desbloquee la Directiva Antidiscriminación, que se encuentra bloqueada desde 2008.

Asimismo, nos congratulamos de haber obtenido el apoyo de la Cámara para pedir a los Estados Miembros que eliminen restricciones al ejercicio del derecho de sufragio activo y pasivo de las personas con discapacidad actualmente en vigor en 21 de los 28 Estados Miembros, por una interpretación restrictiva de la capacidad legal de las mismas y contraviniendo el artículo 12 del CDPD sobre igualdad ante la ley.

Claude Rolin (PPE), *par écrit*. – J'ai bien entendu voté en faveur de cette résolution qui demande aux États membres qui ne l'ont pas encore fait de ratifier dans les meilleurs délais la Convention des Nations Unies relative aux droits des personnes handicapées.

Le texte invite en outre la Commission à présenter une proposition ambitieuse d'acte législatif de l'Union sur l'accessibilité et à faire participer pleinement les personnes handicapées tout au long du processus législatif.

La résolution souligne enfin que cette proposition doit inclure un large éventail de domaines d'action concernant l'accessibilité des biens et des services pour tous les citoyens de l'Union, favoriser l'autonomie et la pleine intégration des personnes handicapées et établir un mécanisme permanent, efficace et indépendant de suivi de mise en œuvre. Continuons ainsi!

Massimiliano Salini (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore della proposta di risoluzione sulla Convenzione delle Nazioni Unite sui diritti delle persone con disabilità. Coerentemente con la posizione adottata da questo Parlamento, giudico inaccettabile che la Commissione europea e il Consiglio non abbiano reso il Parlamento – istituzione rappresentante dei cittadini europei e dei loro interessi – partecipe dei lavori sulla determinazione del Codice di condotta. Codice che serve a verificare che gli Stati membri che hanno ratificato la Convenzione la rispettino appieno. La mancanza di cooperazione tra le tre istituzioni europee ha fatto sì che la CE non si rendesse conto dei problemi che ogni giorno le persone con disabilità riscontrano nella loro vita, anche all'interno delle stesse istituzioni. Sono d'accordo con il testo della risoluzione, che propone da un lato un maggiore investimento dei fondi europei per la promozione dell'accessibilità dei disabili e, dall'altro lato, una maggiore implementazione della legislazione europea già esistente da parte dei paesi membri.

Lola Sánchez Caldentey (GUE/NGL), *por escrito***.** – Hemos votado a favor de esta resolución, que establece que el Parlamento Europeo debe participar plenamente en el seguimiento y la aplicación de los derechos humanos y de todas las acciones que se dirijan a corregir la desigualdad en su acceso. Nos parece fundamental la adopción de dos piezas legislativas clave: la Ley Europea de Accesibilidad y la Directiva general contra la discriminación, siendo ambas parte esencial de la aplicación de la Convención de la ONU. La resolución también pide a los Estados miembros plasmar las obligaciones derivadas del artículo 12 de la Convención de la ONU sobre las leyes nacionales y más específicamente, así como el derecho de todas las personas con discapacidad a votar y ser elegidos.

György Schöpflin (PPE), *írásban*. – Az ENSZ fogyatékossággal élő személyek jogairól szóló egyezménye (CRPD) felülvizsgálatára az ENSZ bizottsága jelentést készít az Európai Unióról, amelynek keretében azt vizsgálja, hogy az EU hogyan ülteti át a hétköznapokba az ENSZ egyezményét. Az ENSZ erre irányuló kérdéseire az Európai Bizottság készíti el a választ, fontos ugyanakkor, hogy az Európai Parlament is hangsúlyozza az ügy jelentőségét. Az állásfoglalás sürgeti, hogy az EU erőteljesebben lépjen fel a fogyatékossággal élő személyek érdekében. Emellett fontos célként emeli ki a CRPD-egyezmény ratifikálásának felgyorsítását. A most elfogadott határozat továbbá felszólítja az Európai Bizottságot, hogy válaszában vegye figyelembe az Európai Parlament álláspontját, valamit hogy erőteljesebben vonja be az ENSZ-szel folytatott párbeszédbe. Mivel a fenti célokkal egyetértek, szavazatommal támogattam az állásfoglalás elfogadását.

Lidia Senra Rodríguez (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta resolución ya que comparto su contenido cuya principal reivindicación es la mejor objetiva de las condiciones de vida de las personas con discapacidad, a través de un acceso igualitario a los servicios y al mercado de trabajo. Lamento que no se mencione que esto sólo puede hacerse a través de una política que fortalezca los servicios públicos y establezca políticas concretas contra la discriminación que sufren las personas con discapacidad, y aunque insta a los Estados a que cooperen entre sí en estas materias, no fija una prioridad concreta ni marca unos mínimos que deban cumplirse en el seno de la Unión.

Ahora bien, entiendo que la voluntad política de esta resolución es positiva, de ahí mi voto a favor, pero faltan recursos y compromisos concretos a la hora de terminar con la discriminación (doble discriminación en el caso de las mujeres con discapacidad) que sufren estas personas.

Siôn Simon (S&D), *in writing*. – MEPs voted in favour of the report on the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities, calling on the Commission to deliver the requested explanation as to how it can ensure in current and future legislation that persons with disabilities are guaranteed equal opportunities, fundamental rights, equal access to services and the employment market, and the same rights and obligations in accessing social security as nationals of the Member State in which they are covered, in line with the principle of equal treatment and non-discrimination, so that all persons with disabilities can enjoy the right to free movement held by all EU citizens.

Branislav Škripek (ECR), *písomne*. – Pri hlasovaní o uznesení o zozname tém, ktorý prijal Výbor Organizácie Spojených národov pre práva osôb so zdravotným postihnutím vo vzťahu k úvodnej správe Európskej únie, som sa zdržal. Toto uznesenie obsahuje veľa dôležitých návrhov, ktoré považujem za veľmi prínosné. Súčasne však odkazuje na doposiaľ neprijatú antidiskriminačnú smernicu, ktorá vo svojej súčasnej podobe so sebou nesie riziko ohrozenia zmluvnej slobody, ako aj nebezpečne nejasnej a veľmi širokej interpretácie, ktorá by vo svojom dôsledku mohla viesť k právnej neistote a tiež k obmedzovaniu občianskych práv a slobôd.

Davor Škrlec (Verts/ALE), *napisan*. – Snažno podržavam Konvenciju UN-a o pravima osoba s invaliditetom. Osobe s invaliditetom moraju imati jednaka prava to jest pravo na dostojanstvo, jednako postupanje, neovisan život i potpuno sudjelovanje u društvu.

Procjenjuje se kako je u Uniji 80 milijuna osoba s invaliditetom, a podaci Agencije EU-a za temeljna prava stalno ukazuju na njihovo suočavanje s diskriminacijom i preprekama u ostvarivanju svojih prava. Riječ je o jednoj od najosjetljivijih skupina u našem društvu, a njihova uključenost na tržište rada predstavlja jedan od najvećih izazova za socijalnu politiku i politiku tržišta rada.

Stoga smatram kako se potpuna uključenost i jednako sudjelovanje osoba s invaliditetom može postići samo pristupom invaliditetu koji se temelji na ljudskim pravima na svim razinama javne politike.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Monika Smolková (S&D), *písomne.* – Zásady Dohovoru OSN o právach osôb so zdravotným postihnutím ukazujú cestu k tomu, aby všetky osoby so zdravotným postihnutím mohli užívať ľudské práva, a zameriavajú sa na poskytovanie nevyhnutnej ochrany a pomoci rodinám, ktoré by mali prispievať k tomu, aby osoby s postihnutím v plnej miere a rovnako mohli uplatňovať svoje práva. Výbor pre petície každoročne dostáva petície, ktoré poukazujú na diskrimináciu z dôvodu postihnutia pri prístupe k zamestnaniu, samostatnej zárobkovej činnosti, verejným službám a vzdelávaniu. Preto by sa finančné prostriedky EÚ mali využívať aj na podporu dostupnosti a elektronickej dostupnosti pre osoby so zdravotným postihnutím, na podporu prechodu od inštitucionálnej starostlivosti na starostlivosť komunity, na rozvoj kvalitných sociálnych a zdravotníckych služieb a na investovanie do budovania kapacít organizácií, ktoré zastupujú osoby so zdravotným postihnutím. Pri tvorbe budúcich politík EÚ a právnych predpisov je potrebné zabezpečiť, aby osoby so zdravotným postihnutím mali rovnaké práva a povinnosti na pracovnom trhu, pri využívaní služieb, pri voľno časových aktivitách a pri osobnom živote.

Renato Soru (S&D), *per iscritto.* – Ho espresso il mio voto a favore della risoluzione in cui il Parlamento europeo esprime il proprio forte sostegno per la piena attuazione della Convenzione delle Nazioni Unite sui diritti delle persone con disabilità. Con questa risoluzione chiediamo che siano tempestivamente adottati due provvedimenti legislativi di grande importanza per le persone con disabilità, ossia un atto europeo sull'accessibilità *(European Accessibility Act)* e la direttiva trasversale a tutela delle persone a rischio di discriminazione. Inoltre, la risoluzione afferma che il Parlamento europeo dovrebbe essere pienamente coinvolto nel monitoraggio e nell'implementazione della Convenzione ONU come pure nel processo di revisione della stessa, mantenendo un dialogo costruttivo tra l'UE e il Comitato ONU incaricato di analizzare i progressi sull'implementazione della Convenzione.

Davor Ivo Stier (PPE), *napisan.* – U Europskoj uniji živi oko 80 milijuna osoba s invaliditetom. Kao jedna od najosjetljivijih skupina u našem društvu susrećemo se s mnogim izazovima i njihova uključenost na tržište predstavlja jedan od najvećih izazova za socijalnu politiku i politiku tržišta rada. Važno je poduzeti radnje kako bi se povećala zaposlenost osoba s invaliditetom i omogućio im se dostojanstven i neovisan život bez diskriminacije i prepreka zaposlenju s kojima se trenutno suočavaju.

Podržavam ovaj nacrt prijedloga jer ima za cilj poboljšanje uvjeta za osobe s invaliditetom i upućuje na potrebu za heterogenim pristupom problemu. Također izražavam potrebu za praćenjem položaja osoba s invaliditetom u svakodnevnom životu, a ne samo u području zapošljavanja.

Catherine Stihler (S&D), *in writing.* – This report aims to uphold the rights of persons with disabilities, tackle discrimination and promote equality, therefore I voted in favour.

Dubravka Šuica (PPE), *napisan.* – Glasovanjem sam podržala Izjavu Komisije o Konvenciji UN-a o pravima s osobama s invaliditetom. Više od 80 milijuna osoba s invaliditetom suočeno je sa znatnim preprekama kad je riječ o pristupu obrazovanju, zapošljavanju te robi i uslugama u EU-u, a posljedice su veća socijalna isključenost i siromaštvo. Treba prihvaćati vrijedne postojeće i potencijalne doprinose osoba s invaliditetom sveopćem blagostanju i raznolikosti njihovih zajednica, te će rezultat promicanja punog uživanja ljudskih prava i temeljnih sloboda od strane osoba s invaliditetom i puno sudjelovanje osoba s invaliditetom biti njihov veći osjećaj pripadnosti i značajan napredak u ljudskom, socijalnom i ekonomskom razvitku društva te iskorjenjivanje siromaštva. Treba istaknuti važnost osobne autonomije i neovisnosti osoba s invaliditetom, uključujući slobodu izbora, te bi im se trebala osigurati mogućnost da budu aktivno uključivane u procese donošenja odluka o politikama i programima, uključujući one koji se izravno odnose na njih. Važna je mogućnost pristupa fizičkom, socijalnom, ekonomskom i kulturnom okruženju kao i obrazovanju, informacijama i komunikaciji, omogućavajući puno uživanje svih ljudskih prava i temeljnih sloboda osobama s invaliditetom.

Patricija Šulin (PPE), *pisno.* – Glasovala sem za resolucijo o pravicah invalidov. V Evropski uniji imamo 80 milijonov invalidov, ki bi jim morali zagotoviti univerzalne pravice ter omogočiti popolno integracijo v družbi na področju izobraževanja, zaposlovanja, trga dela ter kakovostnega preživljanja prostega časa. Eden od ciljev strategije Evropske unije je tudi socialna vključenost. Veliko je bilo že narejenega, še več dela pa nas čaka. Resolucijo sem podprla tudi zaradi tega, ker se strinjam, da je potrebno probleme invalidov obravnavati celovito in ne parcialno.

Νεοκλής Συλικιώτης (GUE/NGL), *γραπτώς*. – Θεωρούμε θετικό βήμα την όποια προσπάθεια βελτίωσης των συνθηκών διαβίωσης των συνανθρώπων μας με αναπηρία. Η ανάγκη εξαφάνισης των όποιων διακρίσεων σε βάρος αυτών των ανθρώπων είναι αναμφισβήτητη. Τα μέτρα που προωθούνται πρέπει να υλοποιούνται με τέτοιο τρόπο ώστε πραγματικά να επωφελούνται τα άτομα που χρειάζονται στήριξη.

Πρέπει να τονίσουμε πως υπάρχουν ακόμα πολλά που μπορούν και πρέπει να γίνουν. Δυστυχώς τα νεοφιλελεύθερα μέτρα της σκληρής λιτότητας που προωθεί η ΕΕ περιορίζουν το κράτος πρόνοιας και πλήττουν πρώτα από όλα τις ευάλωτες ομάδες σαν αυτή των ΑμεΑ. Η θέση μας είναι ότι τα όποια μέτρα πρέπει να συνοδεύονται με μια ολοκληρωμένη κρατική κοινωνική πολιτική που να βοηθάει πραγματικά τα άτομα με αναπηρίες να ζήσουν μια αξιοπρεπή ζωή.

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *γραπτώς*. – Τα άτομα με αναπηρίες είναι πράγματι μια ιδιαίτερα ευάλωτη κοινωνική ομάδα, το επίπεδο διαβίωσης της οποίας σήμερα απέχει πολύ από το επιθυμητό. Σημειώνουμε πάντως, πως το κείμενο αυτό, παρά τις καλές προθέσεις, δεν ξεφεύγει από τις συνηθισμένη ιδεοληπτική προσέγγιση και θεωρούμε σχεδόν με βεβαιότητα ότι θα προσφέρει ελάχιστα στην επίτευξη του προσδοκώμενου στόχου.

József Szájer (PPE), *írásban*. – Egyedülálló történelmi lehetőség, hogy az ENSZ azt vizsgálja, vajon az EU megfelelően hajtja-e végre a fogyatékossággal élő személyeket védő ENSZ-egyezményt. Az Európai Parlament nem mulaszthatja el a lehetőséget, hogy saját nevében is választ küldjön az ENSZ felé. A állásfoglalás erről szól, és konkrét válaszokat ad az ENSZ-nek arról, mit tesz az Európai Parlament a fogyatékossággal élők érdekében. A Fidesz–KDNP képviselőcsoport álláspontjával összhangban szavazatommal támogattam az indítvány elfogadását, mert az elősegíti az ENSZ-egyezmény hatékony végrehajtását.

Tibor Szanyi (S&D), *írásban*. – Szavazatommal támogattam a fogyatékossággal élő személyek jogairól szóló ENSZ-egyezménnyel kapcsolatos állásfoglalásra irányuló indítványt, mivel egyetértek azzal, hogy a fogyatékossággal élők jogai egyenlők a fogyatékosság nélkül élő állampolgárok jogaival, méltóságuk elidegeníthetetlen, és egyenlő bánásmódra, önálló életre és a társadalomban való teljes értékű részvételre jogosultak. Úgy vélem, hogy a fogyatékossággal élők társadalmunk egyik legkiszolgáltatottabb csoportját alkotják, és hogy munkaerő-piaci integrációjuk a szociálpolitika és munkaerő-piaci politika legnagyobb kihívásai közé tartozik.

Támogatom, hogy ösztönözzük azokat a tagállamokat, amelyek még nem ratifikálták a fogyatékossággal élő személyek jogairól szóló egyezményt, és hogy ezt késlekedés nélkül tegyék meg. Az európai akadálymentesítési intézkedéscsomagra irányuló ambiciózus javaslat kidolgozását fontosnak tartom, és azt is, hogy a fogyatékossággal élő személyek teljes mértékben bevonásra kerüljenek a jogalkotási ciklus minden szakaszába. Az akadálymentesítést nem csak fizikai értelemben támogatom, hanem abban az értelemben is, hogy a közszolgáltatások is akadálymentesítésre kerüljenek. Úgy vélem, hogy az indítvány átfogó képet ad a fennálló problémákról, ezek megoldásához pedig egy szintén átfogó jogalkotási munka kell, hogy elinduljon.

Marc Tarabella (S&D), *par écrit*. – J'ai voté en faveur du texte. Nous poussons la Commission à présenter une proposition ambitieuse d'acte législatif de l'Union sur l'accessibilité et à faire participer pleinement les personnes handicapées tout au long du cycle législatif, et soulignons que cette proposition doit inclure un large éventail de domaines d'action concernant l'accessibilité des biens et des services pour tous les citoyens de l'Union, favoriser l'autonomie et la pleine intégration des personnes handicapées, et établir un mécanisme permanent, efficace et indépendant de suivi et de mise en œuvre.

Ramon Tremosa i Balcells (ALDE), *in writing*. – Persons with disabilities have equal rights and are entitled to inalienable dignity, equal treatment, independent living and full participation in society. An estimated 80 million people in the European Union have a disability, therefore it is key to act and keep this in mind in all policies to be taken in the EU.

I call on those Member States which have not already done so to ratify the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities CRPD without delay.

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL), *por escrito***.** – Hemos votado a favor de esta resolución, que establece que el Parlamento Europeo debe participar plenamente en el seguimiento y la aplicación de los derechos humanos y de todas las acciones que se dirijan a corregir la desigualdad en su acceso. Nos parece fundamental la adopción de dos piezas legislativas clave: la Ley Europea de Accesibilidad y la Directiva general contra la discriminación, siendo ambas parte esencial de la aplicación de la Convención de la ONU. La resolución también pide a los Estados miembros plasmar las obligaciones derivadas del artículo 12 de la Convención de la ONU sobre las leyes nacionales y más específicamente, así como el derecho de todas las personas con discapacidad a votar y ser elegidos.

Владимир Уручев (PPE), *в писмена форма*. – Уважаеми колеги,

Хората с увреждания са сред най-уязвимите групи в нашето общество. Около 80 милиона души в Европейския съюз имат някаква форма на увреждане и тяхната интеграция, особено на пазара на труда, представлява едно от най-големите предизвикателства. Въпреки всички съществуващи програми, инициативи и стратегии на равнище ЕС, в Европа има още много какво да се направи в посока равното третиране и премахване на все още съществуващите бариери пред хората с увреждания.

Приетата днес резолюция е гарант за нашия ангажимент да поставим в основата на европейските политики, пълното спазване на Конвенцията на ООН за правата на хората с увреждания, с оглед премахването на всякакви форми на дискриминация спрямо тях и пълноценното им участие в икономическия и обществен живот.

Настоящият документ отразява желанието ни за повече ангажираност и участие при разработването на целенасочени политики за подобряване условията за независим живот, в съзвучие с Конвенцията, тъй като ратификацията ѝ от държавите членки не е равносилна на приложение. Нейното претворяване в дела е наша обща отговорност - на европейските институции и на държавите членки. Това може да бъде постигнато само чрез хармонизиран подход и в непрекъснат диалог и тясно сътрудничество с организациите, представляващи хората с увреждания.

Ivo Vajgl (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities as it will bring significant changes to the lives of people with disabilities, but also immense responsibility for us, the EU. People with disabilities need to be able to enjoy their rights today. We have to guarantee and ensure that people with disabilities will have equal access and equal opportunities and will enjoy social protection and education. This Convention can and will be an important step forward for our continent.

Ángela Vallina (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado a favor de esta resolución ya que comparto su contenido cuya principal reivindicación es la mejora objetiva de las condiciones de vida de las personas con discapacidad, a través de un acceso igualitario a los servicios y al mercado de trabajo. Lamento que no se mencione que esto sólo puede hacerse a través de una política que fortalezca los servicios públicos y establezca políticas concretas contra la discriminación que sufren las personas con discapacidad, y aunque insta a los Estados a que cooperen entre sí en estas materias, no fija una prioridad concreta ni marca unos mínimos que deban cumplirse en el seno de la Unión.

Ahora bien, entiendo que la voluntad política de esta resolución es positiva, de ahí mi voto a favor, pero faltan recursos y compromisos concretos a la hora de terminar con la discriminación (doble discriminación en el caso de las mujeres con discapacidad) que sufren estas personas.

Derek Vaughan (S&D), *in writing*. – We voted with my socialist colleagues in favour of this resolution because it calls on the Commission to present an ambitious proposal for a European Accessibility Act, with the full involvement of persons with disabilities throughout the legislative cycle. It also stresses the need for this proposal to include a full range of policy areas with regard to the accessibility of goods and services for all of the EU.

Hilde Vautmans (ALDE), *schriftelijk*. – Meer dan 75 miljoen Europeanen zijn gehandicapt en kunnen niet ten volle hun rechten uitoefenen in onze maatschappij. Dit is voor mij absoluut onaanvaardbaar en ik hoop dat op termijn de Europese Commissie haar verantwoordelijkheid neemt om in Europa aan de vele vragen van deze bevolkingsgroep te voldoen. Ik stemde voor dit verslag omdat ik de discriminaties die velen onder hen ondergaan niet acceptabel vind.

Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL), *par écrit*. – La convention des Nations Unies relative aux droits des personnes handicapées est entrée en vigueur au sein de l'Union Européenne le 21 janvier 2011.

L'Union européenne compte 80 millions de personnes handicapées et nombre d'entre elles subissent des discriminations et sont confrontées à des obstacles dans l'exercice de leurs droits. Elles constituent l'un des groupes les plus vulnérables de notre société et leur intégration professionnelle est un grand défi politique. Nul ne doute qu'elles doivent bénéficier des mêmes droits que tous ceux et toutes celles qui vivent sur le territoire de l'UE mais encore faut-il que ceux-ci soient effectifs.

Il faut donc prendre toutes les mesures nécessaires dans les domaines de la protection sociale, des soins de santé, de l'adaptation et de la réhabilitation, de l'éducation, de l'accès aux biens et aux services, mais aussi du logement, des transports et de l'emploi, afin qu'elles bénéficient d'une réelle égalité de traitement, d'un maximum d'autonomie et d'une pleine participation à la vie sociale.

Cette résolution va dans le bon sens même si elle n'a qu'une portée symbolique. J'ai donc voté pour.

Miguel Viegas (GUE/NGL), *por escrito*. – A transparência da prestação de contas sobre o funcionamento das próprias instituições europeias é hoje imprescindível. É também necessário que essa informação seja acessível a todos.

Ser coerente com esta Convenção é também, por exemplo, não incentivar e apoiar cortes nos sistemas públicos de educação que afetam as pessoas com deficiência.

Em Portugal, no quadro da política da troica e da pós-troica que são uma e a mesma coisa, foi brutalmente diminuído o número de professores da educação especial e em muitas escolas não existe nem um professor, situação que se agravou nos últimos anos. Existem alunos que por falta de apoios na escola são aconselhados a ficar em casa, encontrando-se os pais completamente desesperados e sem soluções.

São crianças e jovens a quem foi retirado o direito à educação. É esta a hipocrisia onde estamos metidos.

Harald Vilimsky (NI), *schriftlich*. – Das Übereinkommen der Vereinten Nationen über die Rechte von Menschen mit Behinderungen konnte von mir nicht unterstützt werden. Die Zugeständnisse, welche die Union an Menschen mit Behinderungen machen müsste, würden nicht zu einer Verbesserung der Lage, sondern zu einer positiven Diskriminierung führen. Diese wiederum würde auf lange Sicht die Situation dieser Menschen sogar noch verschlechtern. Aus diesem Grund habe ich mich der Stimme enthalten.

Julie Ward (S&D), *in writing*. – I voted with my socialist colleagues in favour of this resolution because it calls on the Commission to present an ambitious proposal for a European Accessibility Act, with the full involvement of persons with disabilities throughout the legislative cycle. It also stresses the need for this proposal to include a full range of policy areas with regard to the accessibility of goods and services for all EU citizens, fostering independent living and full inclusion of people with disabilities and establishing an ongoing, effective and independent monitoring and enforcement mechanism.

This vote was of particular personal interest. Firstly, due to the need to take into account the diversity existing among persons with disabilities by adopting specific actions and strategies which address the perspective of children, women & girls and persons identifying as LGBTI with disabilities who might suffer from multiple forms of discrimination and have even more specific needs. That must include ensuring their contribution to the public debate and their participation in decision making, in order to respect the principle reflected in the parliamentary Disability Intergroup's motto: 'Nothing about us without us'. Secondly, it stresses the importance of taking disability into account in the EU development and Humanitarian Aid strategy. The EU must adopt a disability and development policy.

Iuliu Winkler (PPE), *în scris***. –** Am votat rezoluția cu privire la lista de probleme adoptate de Comitetul Organizației Națiunilor Unite pentru drepturile persoanelor cu handicap în legătură cu raportul inițial al Uniunii Europene. Comisia trebuie să vină cu o propunere ambițioasă referitoare la un Act european privind accesibilitatea, prin implicarea deplină a persoanelor cu handicap pe parcursul ciclului legislativ, și să promoveze o viață independentă și incluziunea deplină a acestora. Este salutară și recomandarea cu privire la utilizarea fondurilor UE pentru a promova accesibilitatea și e-accesibilitatea pentru persoanele cu dizabilități, tranziția de la îngrijirea instituțională la îngrijirea în cadrul comunității, dezvoltarea unor servicii sociale și de sănătate de calitate și pentru a investi în edificarea capacităților organizațiilor care reprezintă persoanele cu handicap.

Θεόδωρος Ζαγοράκης (PPE), *γραπτώς*. – Υποστήριξα με θέρμη την παρούσα πρωτοβουλία που αφορά τον κατάλογο θεμάτων που ενέκρινε η Επιτροπή των Ηνωμένων Εθνών για τα Δικαιώματα των Ατόμων με Αναπηρίες σε συνάρτηση με την αρχική έκθεση της Ευρωπαϊκής Ένωσης. Το ψήφισμα αυτό λαμβάνει υπόψη, μεταξύ άλλων, τη Σύμβαση των Ηνωμένων Εθνών για τα Δικαιώματα των Ατόμων με Αναπηρίες (CRPD), καθώς και τις σχετικές επίσημες θέσεις που έχουν τεθεί σε ισχύ από την ΕΕ. Αποτελεί ένα ακόμη σημαντικό βήμα για την υπεράσπιση των δικαιωμάτων των ατόμων με αναπηρία, τόσο σε επίπεδο πολιτικών ελευθεριών και δικαιοσύνης αλλά και σε επίπεδο απασχόλησης και κοινωνικών υποθέσεων.

Marco Zanni (EFDD), *per iscritto*. – Secondo le stime, 80 milioni di persone nell'Unione europea hanno una forma di disabilità e le informazioni fornite dall'Agenzia dell'UE per i diritti fondamentali dimostrano sistematicamente che si trovano ad affrontare discriminazioni e ostacoli all'esercizio dei propri diritti in condizioni di parità con gli altri.

Non è concepibile che, nonostante tutti i programmi, le iniziative e le strategie esistenti a livello dell'UE, il tasso di occupazione delle persone di età compresa tra i 20 e i 64 anni sia superiore al 70%, mentre quello delle persone con disabilità inferiore al 50%. Un lavoro retribuito è essenziale per permettere alle persone di condurre una vita indipendente, e pertanto gli Stati membri dovrebbero adoperarsi per ampliare l'accesso all'occupazione delle persone con disabilità affinché esse possano contribuire alla società in cui vivono, fornendo anche un'istruzione inclusiva che consenta di seguire un percorso adeguato alle proprie capacità di apprendimento dando loro l'opportunità di conseguire un solido bagaglio formativo.

È sicuramente necessario che l'Unione europea abbia un dialogo strutturale permanente con le persone con disabilità attraverso le loro organizzazioni rappresentative nel pieno rispetto dell'articolo 4.3 della Convenzione delle Nazioni Unite, condizione centrale per un'efficace attuazione della Convenzione stessa.

Tomáš Zdechovský (PPE), *písemně*. – Domnívám se, že je absolutně nutné, aby byla odstraněna jakákoliv omezení práv osob se zdravotním postižením, především pak v oblasti sociální ochrany, vzdělávání a přístupu ke službám, jako je doprava nebo ubytování. Osoby se zdravotním postižením musí mít rovná práva a být plnohodnotně zapojeni do společnosti.

Jana Žitňanská (ECR), *písomne*. – V Európskej únii žije viac ako 80 miliónov ľudí so zdravotným postihnutím, ktorí na rozdiel od zdravých občanov nemôžu naplno využívať slobody, na ktorých je Európska únia postavená. Žiaľ, ešte uplynie veľa času, kým budeme môcť povedať, že celý starý kontinent sa skutočne dokáže postarať o tých najzraniteľnejších. Únia by mala byť pri dodržiavaní záväzkov, ktoré z Dohovoru vyplývajú, príkladom a podporovať bezbariérovosť nielen v jednotlivých členských štátoch, ale aj cezhranične. Bariéry by nemali byť ani v prístupe zdravotne znevýhodnených osôb k zdravotnej starostlivosti. V okamihu, keď odstránime všetky tieto prekážky, budeme môcť povedať, že právo na slobodu pohybu je naozaj výsadou všetkých.

Inês Cristina Zuber (GUE/NGL), *por escrito*. – A transparência da prestação de contas, também derivada das obrigações da assinatura da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, sobre o funcionamento das próprias instituições europeias é hoje imprescindível. É necessário que essa informação seja acessível para todos.

Mas coerente com esta Convenção seria, por exemplo, não incentivar e apoiar cortes nos sistemas públicos de educação que afetam as pessoas com deficiência. No meu país, Portugal, no quadro da política da troica e da pós—troica que são uma e a mesma coisa, foi brutalmente diminuído o número de professores da educação especial e em muitas escolas não existe nem um professor, situação que se agravou nos últimos anos. Existem alunos que por falta de apoios na escola são aconselhados a ficar em casa, encontrando-se os pais completamente desesperados e sem soluções.

São crianças e jovens a quem foi retirado o direito à educação. Será que isto tem alguma coisa a ver com a Convenção que este Parlamento tanto diz defender? No entanto, estando de acordo com os princípios defendidos na resolução, embora critiquemos as políticas concretas que não os aplicam, votámos favoravelmente.

11.11. Surto da bactéria Xylella fastidiosa que afeta as oliveiras (B8-0450/2015, B8-0451/2015, B8-0451/2015, B8-0452/2015, B8-0456/2015, B8-0457/2015, B8-0458/2015)

Dichiarazioni di voto orali

Rosa D'Amato (EFDD). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, devo complimentarmi con i miei colleghi per aver appena votato una proposta di risoluzione che è praticamente in linea con l'implementing decision della Commissione.

A questo punto mi domando quale sia il vero ruolo del Parlamento. Abbiamo lavorato per giorni per riconfermare le stesse decisioni della Commissione stessa? Ok, siamo d'accordo sulle misure di controllo per le importazioni, assolutamente d'accordo sugli aiuti agli agricoltori e alla ricerca, ma in questa risoluzione non vi è alcun cenno alla necessità di un'analisi costi-benefici, a medio e a lungo termine, sulle strategie di eradicazione del patogeno. Non vi è nessuna volontà, inoltre, di riconsiderare le misure proposte alla luce delle evidenze scientifiche che da più parti sono state fino ad ora presentate, e con questo faccio riferimento all'esclusione della vite dalle piante potenzialmente ospiti di Xylella o ai danni per la salute e l'ambiente dovuti all'uso di fitofarmaci su larga scala.

Con l'applicazione di questa decisione si potranno eradicare alberi sani all'interno del raggio di cento metri dall'albero infetto e si vieterà l'impianto di tutte le specie solo perché potenzialmente ospiti, a prescindere da eventuali controlli e dal monitoraggio. Parliamo di misure, quindi, miopi e che avranno sicuramente conseguenze europee a causa delle ricadute sociali, ambientali ed economiche.

Ma la mia è una previsione purtroppo fin troppo facile. Per questo, come già mi ha suggerito il capo gabinetto in un recente incontro, abbiamo deciso di unire le nostre forze e la nostra voce con le principali organizzazioni di agricoltori e di ambientalisti sia italiane che europee: parlo di Federbio, parlo di Copagri, della CIA, di PAN Europe. Abbiamo appena finito di presentare e di redigere un position paper comune e condiviso, lo presenteremo quindi alla Commissione. Sono alternative supportate, tra l'altro, da direttive comunitarie e approvate anche da esponenti del mondo accademico e scientifico.

A questo punto dubito che le autorità competenti possano voltare lo sguardo dall'altra parte e non assumersi le proprie responsabilità.

Massimo Paolucci (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, le nostre terre (il Salento) e i nostri agricoltori sono stati duramente colpiti da un'epidemia che regole e controlli europei non sono stati in grado di arginare. I nostri agricoltori sono vittime, non colpevoli.

Gli ulivi non rappresentano solo la principale fonte di reddito, ma anche un forte tratto identitario. La Puglia e il Salento, senza i loro grandi ulivi secolari, sarebbero come Parigi senza la sua celebre torre. È positiva, dunque, la decisione presa dal Comitato per la salute delle piante di non proseguire nella folle idea di eradicare milioni di ulivi nelle zone infette.

Ma non basta: occorrono interventi, almeno tre. Primo: risorse a titolo di Orizzonte 2020 per sviluppare conoscenze scientifiche che ci permettano di debellare questa malattia ancora poco conosciuta. Secondo: misure urgenti della Commissione per compensare i gravi danni subiti dagli agricoltori e dagli operatori. E terzo: una gestione razionale delle zone cuscinetto.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, υπερψήφισα το ψήφισμα που κατέθεσα από κοινού με άλλους συναδέλφους για τη λήψη μέτρων για την αντιμετώπιση των καταστροφικών αποτελεσμάτων του βακτηρίου της Xylella fastidiosa.

Το ψήφισμα εγκρίνει τη λήψη συγκεκριμένων μέτρων και ζητά: πρώτον, να υπάρξει οικονομική στήριξη των ελαιοπαραγωγών που πλήττονται από την Xylella· δεύτερον, να αρχίσει εκστρατεία ενημέρωσης των ελαιοπαραγωγών· τρίτον, να ληφθούν μέτρα απαγόρευσης εισαγωγής φυτών από τρίτες χώρες που ευθύνονται για την εξάπλωση της Xylella στην Ευρώπη.

Η Xylella είναι ένα επικίνδυνο βακτήριο που, εάν δεν ληφθούν άμεσα μέτρα, οι ελαιοπαραγωγοί στην Ελλάδα και στη Μεσόγειο θα υποστούν τεράστια οικονομική καταστροφή.

Χαιρετίζουμε λοιπόν την υιοθέτηση του ψηφίσματος μας για την Xylella και καλούμε την Ευρωπαϊκή Επιτροπή και τα κράτη μέλη να προχωρήσουν στην άμεση υλοποίηση του.

Marijana Petir (PPE). – Gospodine predsjedniče, problemi s kojima se suočavaju talijanski maslinari izaziva strah i za njihove susjede pa tako i za hrvatske maslinare. Ono što ih najviše brine je manjak relevantnih i pouzdanih informacija.

Podržala sam ovu rezoluciju jer upozorava na gotovo katastrofalno stanje s kojim se susreću maslinari. Zahvalna sam jer su prihvaćeni moji prijedlozi koji se odnose na olakšavanje pristupa informacijama i razmjenu iskustava te izradu sveobuhvatnih smjernica za primjenu preventivnih mjera, mjera suzbijanja i nadzora s jasno naznačenim obuhvatom i trajanjem tih mjera.

Mjere za obeštećenje proizvođača maslina ne smiju se zanemarivati. Nedostatna kompenzacija za nastale štete stvara otpor prema provedbi mjera, a njihova neučinkovita provedba može biti samo okidač za širenje bolesti.

Hrvatski maslinari žele jasne odgovore, a komunikacija o tim pitanjima mora biti brza i učinkovita, i to ne samo između nadležnih tijela već i s proizvođačima maslina.

Dichiarazioni di voto scritte

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL), *por escrito*. – He votado en contra de la presente resolución porque no refleja el daño real que la tala masiva de árboles puede acarrear a los habitantes de la Región de Puglia, en Italia. No se tienen garantías de que los tratamientos químicos aprobados erradicarán esta grave enfermedad, mientras que acarreará graves costes a los agricultores y no se pone freno a las importaciones de regiones infectadas. Nuestro grupo parlamentario de la Izquierda Europea ha propuesto una resolución alternativa con el grupo de los Verdes y el Movimiento Cinco Estrellas de Italia, que señalaba los riegos ambientales de los tratamientos propuestos y de la necesidad de ayudar a los agricultores afectados. De cara a los importantes riesgos que esta enfermedad puede suponer para nuestro país no creemos que esta resolución proponga las medidas apropiadas de control de importaciones internacionales para evitar la propagación y es por esto por lo que he decidido votar en contra.

Eric Andrieu (S&D), *par écrit*. – La bactérie *Xyllela fastidiosa*, responsable de la mortalité des oliviers et susceptible d'affecter d'autres espèces végétales, est une vraie menace pour l'économie agricole des zones méditerranéennes.

Je me félicite qu'à la suite des mesures de protection prises par la France, l'Union lui ait emboîté le pas. Le 29 avril, celle-ci a pris des dispositions visant à détruire les arbres infectés, à contrôler et à limiter sur son territoire tout mouvement de matériel végétal depuis les zones touchées, et à interdire toute importation dans l'Union de plantes en provenance des pays tiers d'où est apparue la bactérie. Mais nous aurions bien tort de nous arrêter là. Cet épisode sanitaire pose de nouveau le problème du contrôle des végétaux importés en Europe.

Il y a un an, nous avions ce débat sur la protection des végétaux contre l'importation d'organismes nuisibles. Devant les défaillances répétées de l'actuel dispositif de contrôle aux frontières extérieures de l'Union, j'avais proposé de le changer. Je n'avais pas été entendu. La résolution du Parlement exhorte la Commission à revoir ce système de contrôle phytosanitaire afin de mieux protéger le territoire de l'Union.

J'appuierai cette demande comme celle appelant à venir en soutien aux zones touchées par la *Xyllella fastidiosa*.

Marie-Christine Arnautu (NI), *par écrit*. – La proposition de résolution sur la propagation de *Xylella fastidiosa* fait partie des textes importants qu'il est nécessaire de voter, de mettre en œuvre et d'accompagner afin de veiller à leur efficacité.

S'il est ardu de lutter efficacement contre cette bactérie, la proposition de résolution souligne que l'arrachage semble être une solution adéquate. Les pesticides ciblés constituent à ce jour des sources d'inquiétudes trop importantes. Une politique de protectionnisme, limitant l'importation de produits venant de régions touchés par *Xylella*, trouve ici tout son sens. L'Union européenne préfère pourtant condamner les États membres qui choisissent cette voie, les accusant de ne pas respecter les règles du libre-échange. Malgré ces réserves, j'ai décidé de voter pour ce texte.

Jonathan Arnott (EFDD), *in writing*. – It would be nonsensical for a British MEP to vote on this issue. We have negligible olive trees in the United Kingdom. This is a matter which could, and should, be determined by the countries concerned.

I do not know whether the proposed measures are good or bad, helpful or counterproductive to countries with olive trees. It is not for me to judge.

I therefore abstained, and hope that other MEPs will extend the same courtesy to the United Kingdom. Better yet, we should stop taking action at EU level on issues which do not affect all of the countries within the European Union.

Zigmantas Balčytis (S&D), *raštu*. – Balsavau už šią rezoliuciją, kurios tikslas – paraginti ES imtis priemonių, kad būtų užkirstas kelias alyvmedžiams Apulijos regione, Italijoje, kenkiančios bakterijos *Xylella fastidiosa* plitimui ir būtų išvengta papildomos žalos. Bakterija *Xylella fastidiosa* yra labai pavojinga ir kelia labai didelę tiesioginę grėsmę tam tikrų kultūrų auginimui Pietų Europoje. Bakterija gali padaryti pražūtingų nuostolių, turinčių didžiulių ekonominių, ekologinių ir socialinių padarinių. Iki šiol daugiausia dėmesio buvo skiriama kovos su protrūkiu vidaus veiksmams ir nebuvo numatyta priemonių, kuriomis būtų užkirstas kelias ligos plitimui į ES iš trečiųjų šalių. Pritariu raginimams Komisijai taikyti prieš bakteriją *Xylella fastidiosa* nukreiptas tikslines priemonės, siekiant užtikrinti, kad infekuota medžiaga nepatektų į ES. Pritariu raginimams Komisijai ir valstybėms narėms kompensuoti augintojams už naikinimo priemones ir prarastas pajamas, t. y. pajamas ne tik už žemės ūkio produkciją, bet ir už kultūros paveldą, istoriją ir su turizmu susijusią veiklą.

Hugues Bayet (S&D), *par écrit*. – La bactérie *Xyllella fastidiosa* est actuellement en train de décimer les oliviers dans le Sud de l'Italie.

On considère que 10 % des arbres de la région de Lecce – soit plusieurs milliers d'hectares – sont déjà infectés. Il est donc urgent que la Commission européenne prenne toutes les mesures nécessaires pour éviter une propagation de la bactérie à d'autres régions de l'Italie et à d'autres États membres.

Enfin, la Commission doit également prendre des mesures visant à soutenir financièrement les agriculteurs touchés par l'épidémie.

Beatriz Becerra Basterrechea (ALDE), *por escrito***. –** A pesar de que la Comisión Europeo ha intentado contener el brote de la Xylella que afecta a los olivos, la enfermedad sigue extendiéndose, causando estragos en el sur de Italia y aumentando los temores en países dónde este sector es clave.

A través de esta resolución pedimos, entre otras cosas, que se compense al sector por las pérdidas y que se restrinjan las importaciones de plantas desde zonas afectadas de terceros países. Lamentamos que, una vez más, la Comisión llegue tarde a la hora de aplicar medidas preventivas (ya ocurrió con la mancha negra procedente de Suráfrica que afectó principalmente a España) y que no disponga de determinación a la hora de revisar la legislación relativa a los controles fitosanitarios. Con todo ello, esperamos que la Comisión tenga en cuenta lo que en este parlamento hemos aprobado.

Dominique Bilde (NI), *par écrit*. – La bactérie *Xylella fastidiosa* a été importée d'Amérique centrale et elle détruit actuellement les oliviers de la région des Pouilles en Italie.

Le danger est le risque évidemment de propagation aux autres pays européens de la bactérie mais il est convenu que lutter scientifique contre celle-ci est difficile et que la préférence va à l'arrachage, ce qui n'est pas entièrement satisfaisant.

La France, pour faire face à cette bactérie, a décidé provisoirement d'interdire les importations de végétaux des régions infectées. Il convient en effet de soutenir une limitation des importations et un meilleur contrôle de celles-ci. J'ai voté pour ce texte car il encourage justement le contrôle de ces importations.

Mara Bizzotto (NI), *per iscritto*. – Considerando che la natura della *Xyella fastidiosa* non è del tutto conosciuta e che vi sono diversi pareri scientifici contrastanti sulle misure da mettere in atto per combattere questo batterio, e preso inoltre atto che la stessa EFSA ha dichiarato la probabile scarsa efficacia dell'eradicazione quale intervento contrastante, soprattutto in casi di propagazione già avvenuta, ho deciso di astenermi nel voto di questa risoluzione.

José Blanco López (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de esta resolución que solicita a la Comisión la adopción de medidas más eficaces para impedir la propagación de la Xylella fastidiosa en la UE.

La Xylella fastidiosa es una bacteria con un enorme potencial patógeno sobre gran número de plantas que puede causar graves pérdidas en la agricultura europea y en la cadena agroalimentaria. Su aparición en Italia con 9 millones de olivos afectados, - al parecer por contagio de una planta ornamental infectada que entró por Rotterdam- pone de manifiesto el mal funcionamiento de la protección fitosanitaria de la UE frente a importaciones de terceros países y la lentitud de la Comisión para reaccionar ante un problema que, si no se consigue atajar a tiempo, puede ser devastador para los olivos del sur de Europa y cuya propagación también amenaza a los cítricos y al viñedo. Es necesario pues revisar el sistema fitosanitario oficial de la UE aplicable a las importaciones, introducir un sistema preventivo para los controles de las importaciones, poner en marcha el establecimiento obligatorio del pasaporte fitosanitario del olivo y utilizar todos los fondos e instrumentos que sean posibles para contribuir a la recuperación económica de las zonas afectadas.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *raštu*. – Balsavau už šią rezoliucijos dėl alyvmedžiams kenkiančios bakterijos „Xylella fastidiosa“ protrūkio. Šios bakterijos sukeliama augalų liga jau nuniokojo didelius augaviečių plotus trečiosiose šalyse, pvz., vynuogynus Kalifornijoje ir citrusinių augalų giraites Brazilijoje, ir yra plačiai paplitusi JAV ir Lotynų Amerikoje. Šiuo metu nėra nesveikų augalų gydymo būdų ir pažeisti augalai paprastai lieka užkrėsti visą savo gyvenimo ciklą arba greitai nunyksta. Šia liga apsikrėtę gali būti įvairūs augalai, įskaitant ligos požymių neturinčius laukinius augalus, Europos Sąjungoje. Komisija ne visada pakankamai greitai reaguoja į būtinybę užkirsti kelią augalų ligų iš trečiųjų šalių patekimui į ES, nes importo kontrolės sistema griežtai grindžiama reaktyviu požiūriu, kuris nesuteikia pakankamos apsaugos nuo tokių kenksmingųjų organizmų kaip bakterija „Xylella“. Todėl Europos Parlamentas ragina Komisiją patikrinti užkrato šaltinį ir peržiūrėti ES oficialią fitosanitarinio importo sistemą, siekiant apsaugoti EU teritoriją. Be to, Taryba ir Komisija turėtų atnaujinti diskusijas dėl ES oficialios fitosanitarinės kontrolės sistemos peržiūros, siekiant apsaugoti ES teritoriją.

Franc Bogovič (PPE), *pisno*. – Bakterija Xylella fastidiosa predstavlja veliko nevarnost in neposredno ogroža gojenje nekaterih kmetijskih rastlin v južni Evropi, kot so oljke, mandlji, breskve, agrumi idr.

Ta bakterija namreč povzroča veliko škodo na oljčnih nasadih v južnoitalijanski deželi Apuliji, kar lahko za to deželo pomeni veliko okoljsko in gospodarsko škodo. Največji problem pa predstavlja nenavadno hitro širjenje te bolezni na preostala območja in rastline, ki se gojijo v državah južne Evrope.

Prepričan sem, da je znotraj EU treba čim prej sprejeti učinkovite ukrepe za preprečitev širjenja bakterije Xylella fastidiosa. Ti ukrepi naj bodo v prvi vrsti usmerjeni v najbolj ogrožene kmetijske rastline in zagotovijo učinkovito zaščito pred širjenjem bakterije. Zaostriti pa je treba tudi nadzor na vstopnih točkah EU, predvsem v pristaniščih.

Za zagotavljanje učinkovitega nadzora oz. preprečevanje širjenja pa je treba zagotoviti dovolj finančnih in človeških virov, kmetom pa je treba omogočiti koriščenje finančne podpore za izvajanje ustreznih kmetijskih praks za boj proti tej nevarni bakteriji.

Predlagano resolucijo sem podprl, saj po mojem mnenju Evropski komisiji nalaga sprejetje ključnih ukrepov, s katerimi bi se omejilo širjenje te bakterije. V nasprotnem primeru se kmetom s teh območij obeta velika katastrofa.

Mario Borghezio (NI), *per iscritto*. – La risoluzione comune dei principali gruppi del Parlamento non era convincente: pur rimarcando le lacune della Commissione sul ritardo e la superficialità con i quali ha gestito l'emergenza *Xylella* (segnalata per tempo dall'Italia), non rivolgeva alla stessa alcun invito alla revisione dell'attuale piano di eradicazione messo in campo, sulla cui attendibilità la stessa EFSA si dichiara oggi scettica. Mi sono perciò astenuto sul voto finale, appoggiando, al contrario, solo la risoluzione B8-0450/2015 che invitava la Commissione a rivedere il proprio piano per il contenimento della malattia.

Biljana Borzan (S&D), *napisan*. – Prošla 2014. godina ostat će upamćena kao jedna od najgorih po pitanju maslinarstva, odnosno uroda maslina. Osim nedostatka padalina, države članice EU-a u kojima je maslinarstvo znatan dio poljoprivredne proizvodnje suočile su se s najezdom nametnika koji oštećuje plod i čini ga neupotrebljivim. Primjerice, Hrvatska je zabilježila najgori urod u zadnjih 40 godina.

Nadalje, Europska agencija za sigurnost hrane (EFSA) u siječnju je izdala znanstveno mišljenje u kojem upozorava na širenje bakterije *Xylella fastidiosa* koja napada ne samo masline već i kulture poput citrusa i vinove loze. Nadam se da će Komisija, u skladu sa svojim ovlastima, poduzeti odlučne mjere kako bi se njeno širenje zaustavilo.

Osim očite gospodarske štete i ugrožene egzistencije europskih maslinara, nedostatak ulja na tržištu i posljedično poskupljenje mogu imati utjecaj na javno zdravlje europskih građana. Maslinovo ulje je zdravija alternativa uobičajenim vrstama jestivog ulja i kao takvo blagotvornije djeluje na kardiovaskularni sustav ljudskog tijela.

Mercedes Bresso (S&D), *per iscritto*. – Ho scelto di votare a favore di questa risoluzione poiché ritengo che la Commissione dovrebbe porre in essere misure di profilassi, nei confronti dei prodotti infetti provenienti dai paesi terzi, più efficaci e che dovrebbe seriamente pensare a indennizzare i produttori per le misure di sradicamento e le perdite di reddito che l'epidemia di *Xylella fastidiosa* ha causato finora e sta ancora causando.

Renata Briano (S&D), *per iscritto*. – La *Xylella fastidosa* non è un problema italiano, ma europeo. Purtroppo questo non era scontato, viste le prime decisioni adottate dalla Francia con il decreto del 2 aprile 2015 che ha bloccato tutte le importazioni di piante dall'Italia, con un danno per le produzioni anche lontane centinaia di chilometri dall'area oggetto dell'epidemia. Misure ingiustificate di questo tipo, che perseguono di fatto fini protezionistici, aggiungono danno al danno e richiedono un intervento di coordinamento da parte delle istituzioni europee.

Invece proprio grazie al lavoro del Parlamento europeo su questa risoluzione si sono fatti passi da gigante, chiarendo i problemi da noi sollevati.

Come prima risposta il divieto di importazione di piante infette (se ne sono trovate anche in Francia e in altri paesi) risolve il problema alla radice.

Allo stesso modo aver evitato l'eradicazione totale delle piante della zona infetta con l'attuazione di misure meno radicali è di fondamentale importanza da un punto di vista sociale, economico e ambientale.

Infine gli aspetti più rilevanti sono legati a un maggiore investimento nel campo della ricerca scientifica e nelle misure di compensazione economica per gli agricoltori e per i vivaisti a risarcimento delle perdite subite.

Steeve Briois (NI), *par écrit*. – Importée d'Amérique centrale, la bactérie *Xylella* détruit actuellement de nombreux champs d'oliviers dans la région des Pouilles en Italie.

Le risque de propagation est maximal et les solutions pour lutter contre ce fléau ne sont pas dépourvues d'effets secondaires. La plus efficace étant la limitation des importations provenant des zones touchées par la bactérie, l'Union européenne a pourtant accusé la France de ne pas respecter les règles de libre circulation des biens sur le marché commun. C'est pourquoi toute proposition de résolution visant à la limitation des importations et au renforcement des contrôles doit être soutenue pour lutter contre la propagation de cette bactérie. J'ai voté pour le texte.

Daniel Buda (PPE), *în scris*. – Răspândirea bacteriei Xylella fastidiosa care în prezent a afectat culturile de măslini din nordul Italiei, dar care în viitor riscă să se extindă și la vița de vie, piersici, citrice și plante ornamentale ridică un serios semnal de alarmă asupra măsurilor care se impun pentru a opri extinderea și pentru a preveni răspândirea ei. Din păcate, în prezent nu există un tratament pentru plantele infectate, iar un număr important de plante sălbatice purtătoare de bacterie nu prezintă simptome vizibile, ceea ce creează dificultăți în identificarea și stoparea răspândirii bacteriei. Pentru prevenirea apariției unor noi focare, sunt de părere că trebuie interzise importurile din zonele în care a fost identificată bacteria și ar trebui impuse măsuri de control strict și monitorizare a plantelor din zonele suspecte. Am co-semnat rezoluția privind răspândirea bacteriei Xylella fastidiosa deoarece sunt convins că trebuie să reacționăm ferm și să depunem toate eforturile de care dispunem pentru crearea unei proceduri de carantină pentru a opri extinderea bolii, deoarece efectele ei pot fi dezastruoase pentru întreg sectorul agricol european.

Gianluca Buonanno (NI), *per iscritto*. – Mi sono astenuto. Ad oggi la natura del batterio infestante non è completamente conosciuta e, di conseguenza, esistono diversi pareri scientifici contrastanti circa le misure di difesa fitosanitarie da mettere in campo. Tra queste vi è quella dell'eradicazione delle piante infette e potenzialmente infette.

La Lega Nord si è chiaramente espressa contro questa misura, elemento cardine della proposta della Commissione. Nonostante infatti l'eradicazione sia stata, in passato, una misura utile per fenomeni analoghi, anche se non uguali, che hanno aggredito altre specie vegetali (la vite, ad esempio, nei confronti della quale si procedette ad un piano di estirpazione degli impianti), le recenti posizioni espresse dall'EFSA riconoscono la sostanziale scarsa efficacia dell'intervento, specie a fronte della propagazione già avvenuta della malattia.

Trattandosi di alberi secolari e, comunque, che entrano in produzione dopo molti anni (decenni, rispetto ai livelli di produzione di una pianta storica), che costituiscono anche elemento fondamentale del paesaggio rurale di quelle terre e rappresentano perciò un valore economico, turistico e sociale non trascurabile, la nostra posizione precauzionale risulta ampiamente giustificata.

Alain Cadec (PPE), *par écrit*. – *Xylella fastidiosa* est une bactérie qui menace directement la production de certaines plantes notamment les oliviers.

La bactérie a déjà provoqué de nombreux dégâts dans le Pouilles en Italie. Dans certaines régions, la propagation de cette bactérie a des conséquences économiques et sociales considérables. Avec cette résolution, nous demandons à la Commission et aux États membres d'agir le plus rapidement possible pour faire cesser la contamination des plantes ainsi que pour dédommager les producteurs concernés. J'ai voté en faveur de cette résolution.

Nicola Caputo (S&D), *per iscritto*. – Oggi ho votato a favore della risoluzione in questione per sollecitare la Commissione e gli Stati membri a compensare i coltivatori, in particolare in Puglia, per le misure di eradicazione e la perdita di reddito, compreso quello proveniente da attività connesse al turismo. Invito anche la Commissione a utilizzare tutti i fondi e gli strumenti possibili per aiutare la ripresa economica delle zone colpite e ad incoraggiare i coltivatori ad adottare misure preventive.

Al momento non è disponibile nessun trattamento per le piante malate. La Commissione dovrebbe quindi promuovere e intensificare gli sforzi nella ricerca, accrescendo la collaborazione internazionale e occupandosi con urgenza della questione.

Accolgo con favore la decisione dell'UE di limitare le importazioni di piante provenienti da aree colpite di paesi terzi, come per esempio le importazioni di piante di caffè provenienti da Costa Rica e Honduras, ma sottolineo anche che i tempi di reazione della Commissione spesso non sono abbastanza rapidi per evitare che le malattie delle piante si diffondano all'interno dell'UE. Per salvaguardare il territorio, il sistema di controllo fitosanitario ufficiale dell'UE dovrebbe essere rivisto e, se necessario, la Commissione dovrebbe introdurre misure per le importazioni più restrittive.

Matt Carthy (GUE/NGL), *in writing*. – *Xylella fastidiosa* is a plant pathogenic bacterium that was detected in olive trees in Apulia province in Italy in October 2013. The bacteria-affected olive trees in the region could have a potential impact on 8 000 workers in the olive culture sector risk who are at risk of losing their livelihoods. Olive production is one of the Apulia region's most important agricultural sectors, accounting for 11.6% (or EUR 522 million) of the total value of agricultural production in the region and 30% of the value of Italian olive production in 2013.

The EU Commission proposed to remove and destroy infested plants, and all host plants within a radius of 100m, irrespective of their health status. This could lead to desertification and destruction of agricultural heritage, without clear scientific evidence of its effectiveness in preventing the spread of the pathogen.

There is another solution, different to the removal or destruction of all affected plants. My Group tabled an alternative resolution calling on the Commission to consider alternative solutions that will also safeguard the agro-food sector and the environment in the region.

It was for these reasons that I voted against this Joint Motion for Resolution.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD), *per iscritto*. – Il batterio della *Xylella fastidiosa* è una piaga che sta gravemente colpendo le olivicolture nel sud del nostro paese. Ho votato contro la risoluzione proposta in merito in quanto prevede l'eradicazione di tutte le piante potenzialmente suscettibili di essere state contagiate, anche se sane, in un raggio fino a 100 metri dalle zone colpite, in modo da creare «zone cuscinetto». Si tratta di una misura di prevenzione esagerata, priva di chiari supporti scientifici, che metterà in ginocchio l'economia dell'intera regione andando a colpire un fiore all'occhiello della produzione italiana della zona.

Aymeric Chauprade (NI), *par écrit*. – J'ai voté favorablement à cette proposition de résolution commune qui s'attaque au grave problème de la bactérie *Xylella*, laquelle représente un danger considérable pour les exploitations d'oliviers, notamment en Italie.

Cette bactérie, importée d'Amérique centrale, constitue un véritable risque de propagation puis de destruction de l'ensemble des plants d'oliviers sur le continent européen; la proposition de résolution commune propose de limiter les importations en la matière, ce qui semble être la solution la plus réaliste et efficace, la solution de l'arrachage ayant présenté ses limites et l'utilisation des pesticides soulevant de nombreuses questions de sécurité alimentaire et environnementale.

À noter l'attitude positive des autorités françaises, qui ont très vite décidé d'interdire les importations de végétaux des régions infectées, mesure de santé publique qui peut justifier une exception au régime de libre-échange qui régit le marché intérieur européen.

Ole Christensen (S&D), *skriftlig*. – I de særlige tilfælde, hvor for eksempel en sygdom som xylella fastidiosa forårsager alvorlige økonomiske skader for europæisk landbrugsproduktion, kan det være relevant at give mulighed for økonomisk kompensation fra EU. Dog skal en sådan kompensation ikke omfatte tab i kulturarv, historie og turismerelaterede aktiviteter.

Salvatore Cicu (PPE), *per iscritto*. – La *Xylella fastidiosa* costituisce una minaccia immediata altamente pericolosa per la produzione di determinate colture nell'Europa meridionale e l'epidemia che sta colpendo gli ulivi in Puglia ha già provocato gravi danni non solo ai produttori ma all'intera catena di produzione olivicola. Il settore olivicolo della Puglia rappresenta l'11,6%, pari a 522 milioni di EUR, del valore totale della produzione agricola della regione e il 30% del valore della produzione olivicola italiana. Il primo focolaio è stato notificato alle autorità italiane nell'ottobre 2013, ma da allora la situazione è drasticamente peggiorata. L'EFSA, vista la difficoltà nel contrastare la *Xylella* una volta che si è diffusa in una zona di produzione, ha sottolineato la necessità di iniziative di prevenzione.

S'invita, pertanto, la Commissione a impedire l'importazione di materiale infetto, a indennizzare i produttori per le misure di sradicamento e le perdite di reddito, a realizzare campagne di informazione, a istituire una banca dati aperta, con un elenco delle autorità competenti negli Stati membri e a livello UE, e a informare periodicamente, o quando ritenuto necessario, il PE in merito alla minaccia rappresentata dalla *Xylella* o da altri organismi.

Alla luce di queste considerazioni, ho espresso il mio voto favorevolmente.

Lara Comi (PPE), *per iscritto*. – Ho votato a favore della risoluzione sul caso italiano della *Xylella fastidiosa*. Condivido la critica sollevata alla Commissione europea in merito ai ritardi nella gestione della problematica, come pure l'insufficienza delle misure adottate fino ad aprile 2015, volte solo a combattere l'epidemia e non a evitare l'importazione di materiale infetto da paesi extra UE. Condivido l'auspicio a introdurre misure volte a impedire o a restringere l'importazione di piante infette, come quelle già adottate per le piante di Coffea infette provenienti da Honduras e Costa Rica, e ogni altra azione utile.

Il punto centrale resta senz'altro la richiesta a Commissione e Stati membri di provvedere all'indennizzo a favore dei produttori delle piante che saranno eradicate in termini non solo di danno alla produzione agricola, ma anche al patrimonio culturale, storico e turistico. Ritengo giusto utilizzare tutti i fondi e gli strumenti a disposizione per reperire risorse finanziarie e consentire che la ripresa economica delle aree colpite avvenga nella maniera più rapida possibile. Bisogna incrementare anche gli sforzi per migliorare la ricerca al fine di accrescere le conoscenze scientifiche e individuare le cure adeguate per debellare queste malattie, come pure creare una banca dati aperta per lo scambio di informazioni e migliori pratiche.

Therese Comodini Cachia (PPE), *in writing*. – *Xylella fastidiosa* is a highly dangerous bacterium of immediate threat to production, especially in southern Europe. The spread of *Xylella fastidiosa* bacteria in Italy has caused severe damage to olive trees. *Xylella* has many hosts and could attack other plants, including almond, peach and citrus trees, ornamental plants and vineyards. The resolution calls for effective measures to prevent the spread of *Xylella fastidiosa* bacteria beyond Italy and compensate growers, and suggests stepping up and promoting increased international networking. I have thus voted in favour as further spread of *Xylella fastidiosa* could lead to unprecedented and devastating losses, with dramatic economic, environmental and social consequences.

Anna Maria Corazza Bildt (PPE), *skriftlig*. – Jag röstade för resolutionen om nödåtgärder för att stävja utbrottet av *Xylella fastidiosa* som slagit ut stora delar olivproduktionen i södra Italien och delar av Spanien. Jag anser att åtgärder måste vidas eftersom detta är av stor vikt för att Europas konsumenter ska känna sig säkra.

Xylella är mycket smittsamt och riskerar att sprida sig ytterligare. Trots det, anser jag att kontroller vid införsel från tredje land måste vara riskbaserade och proportionella. Det får inte innebära att vi stänger våra gränser för handel.

Javier Couso Permuy (GUE/NGL), *por escrito***.** – He votado en contra de la presente resolución porque no refleja el daño real que la tala masiva de árboles puede acarrear a los habitantes de la Región de Puglia, en Italia. No se tienen garantías de que los tratamientos químicos aprobados erradicarán esta grave enfermedad, mientras que acarreará graves costes a los agricultores y no se pone freno a las importaciones de regiones infectadas. Nuestro grupo parlamentario de la Izquierda Europea ha propuesto una resolución alternativa con el grupo de los Verdes y el Movimiento Cinco Estrellas de Italia, que señalaba los riegos ambientales de los tratamientos propuestos y de la necesidad de ayudar a los agricultores afectados. De cara a los importantes riesgos que esta enfermedad puede suponer para nuestro país no creemos que esta resolución proponga las medidas apropiadas de control de importaciones internacionales para evitar la propagación y es por esto por lo que he decidido votar en contra.

Andrea Cozzolino (S&D), *per iscritto*. – L'epidemia di *xylella* colpisce uno dei settori agricoli più importanti, in particolare per la Puglia, regione da sempre a vocazione agricola. Non solo, ma il rischio è che si metta in ginocchio, oltre al settore agricolo, anche l'intera catena di produzione, compresa la trasformazione e la commercializzazione. Purtroppo in questo momento non esistono rimedi e la semplice eradicazione delle piante infette non sarebbe, da sola, sufficiente a debellare la malattia, per cui gli sforzi devono essere concentrati sulla prevenzione e sulla ricerca.

Da un lato, quindi, è necessario attivare tutte le procedure di tutela fitosanitaria che consentano di contenere l'epidemia scongiurando il rischio di una sua ulteriore diffusione. Per altro verso, vanno potenziati gli sforzi nel campo della ricerca, semplificando l'utilizzo dei fondi e dei finanziamenti a disposizione degli istituti, per identificare gli agenti patogeni e i vettori che causano la diffusione della malattia. Nel frattempo, la Commissione e gli Stati membri devono assumere tutte le iniziative per garantire il risarcimento dei produttori e dei territori, che stanno patendo perdite non solo in termini di produzione agricola futura ma anche di patrimonio culturale e storico.

Miriam Dalli (S&D), *in writing*. – I voted in favour of having more means to ensure the detection of harmful organisms at points of entry in the EU and for the Commission to take targeted measures against Xylella fastidiosa. I am in favour of the Commission taking effective measures to avoid the spread within the EU, in particular by targeting the crops most at risk. We need preventive measures and real help should be given to those who are most affected.

Nicola Danti (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore della risoluzione del Parlamento europeo sull'epidemia di *Xylella fastidiosa* che colpisce gli ulivi.

La *Xylella fastidiosa* sta danneggiando fortemente non solo i produttori olivicoli italiani, ma più in generale il turismo e le attività di *marketing* legate a questo settore e rischia di diffondersi in altri paesi dell'Unione.

È necessario mettere in atto misure immediate volte a combattere l'epidemia, ma altrettanto importante dev'essere la strategia di prevenzione: con questa risoluzione il Parlamento chiede, infatti, alla Commissione di rivedere il sistema ufficiale europeo di controlli fitosanitari, per impedire che questa e nuove epidemie provenienti da paesi terzi colpiscano i territori europei.

Abbiamo bisogno di una risposta forte dell'Unione europea, che solo con politiche incisive e coerenti potrà rispondere alle sfide che il mondo globalizzato dei mercati interconnessi ci pone e non mancherà di porci in futuro.

Michel Dantin (PPE), *par écrit*. – Cette épidémie illustre les risques majeurs d'une ouverture sans contrôle de nos frontières européennes aux produits agricoles et aux plantes venus de l'étranger.

Le risque est aujourd'hui patent pour la santé végétale et animale. La solution réside d'abord dans le renforcement des contrôles des produits aux frontières de l'Union, c'est une nécessité. De plus, des procédures d'indemnisation devraient être engagées en faveur des agriculteurs touchés par cette épidémie.

Le financement de la recherche est également un impératif. Nos scientifiques doivent très rapidement trouver des solutions pour éradiquer la bactérie et préserver les cultures encore existantes. Ces différents points étant présents dans la résolution, j'ai voté en faveur de ce texte.

Rachida Dati (PPE), *par écrit***. –** Depuis 2013, la bactérie Xylella fastidiosa fait des ravages dans le secteur oléicole italien. Cette résolution du Parlement intervient pour éviter la propagation d'une crise phytosanitaire dans plusieurs pans de l'agriculture et de l'horticulture européennes. Des mesures ont déjà été prises pour lutter contre la bactérie au niveau local dans la région des Pouilles, toutefois il faut mettre en place un plan d'action plus global. Cette résolution invite alors à une vigilance accrue aux douanes à l'entrée sur le territoire de l'Union, pour les marchandises importées et les voyageurs. En effet, la bactérie se transmet tant par les plantes infectées elles-mêmes que par les insectes. Enfin, je me réjouis que le Parlement prenne en compte les menaces sur les moyens de subsistance des populations des zones touchées en leur apportant une indemnisation.

Isabella De Monte (S&D), *per iscritto*. – L'epidemia di *Xylella fastidiosa,* oltre ad avere conseguenze drammatiche sul piano economico, ambientale e sociale, mette a serio rischio l'olivicoltura pugliese. L'Unione europea deve attivarsi per fare tutto il possibile per affrontare il problema e prevenirne così la diffusione in altre regioni. La Commissione europea dovrà inoltre investire maggiormente nel campo della ricerca, per studiare e analizzare questo batterio allo scopo di trovare soluzioni per eradicarlo.

Marielle de Sarnez (ALDE), *par écrit*. – La région des Pouilles, dans le sud de l'Italie, est victime depuis 2013 d'une épidémie de *Xylella fastidiosa*, bactérie qui affecte les oliviers. Déjà 10 % des oliveraies de la province de Lecce ont été infectés. Portée par des insectes vecteurs, cette bactérie est déjà en train de se propager aux régions voisines. Un cas suspect a même été signalé près de Nice.

L'absence de traitement pour soigner les plantes contaminées, le grand nombre d'espèces susceptibles d'être infectées, et la probabilité de sa dissémination dans l'Union européenne, font de cette bactérie une menace très sérieuse pour l'agriculture. C'est pourquoi le Parlement européen demande à la Commission , afin d'éviter de nouveaux dommages, de prendre des mesures ciblées comme la suppression et destruction des plantes hôtes répertoriées (agrumes, oliviers, vignes, pruniers, amandiers, tabacs, lauriers roses, chênes, ronces…) dans un rayon de cent mètres autour de toute plante atteinte par *Xylella fastidiosa*.

En parallèle, des aides devront être attribuées aux agriculteurs pour la reconstitution des stocks d'oliviers et des autres cultures arborées affectées.

Angélique Delahaye (PPE), *par écrit*. – J'ai voté pour cette résolution qui exhorte la Commission européenne à combattre avec détermination la propagation de *Xylella fastidiosa* sur le territoire européen.

Un ensemble d'actions est nécessaire, notamment le renforcement des mesures de prévention et de lutte contre la dissémination de cette maladie, la mise au point de moyens de lutte efficaces, l'indemnisation des producteurs, mais aussi un contrôle strict des importations de produits végétaux. La lutte contre *Xylella* illustrera la détermination de l'Union européenne à protéger son territoire et son agriculture des risques sanitaires croissants dus à l'augmentation des échanges commerciaux et à l'insuffisance des moyens phytosanitaires.

Mireille D'Ornano (NI), *par écrit*. – J'ai voté pour la proposition de résolution relative à la propagation de la bactérie *Xylella fastidiosa* qui infecte les oliviers. Celle-ci est un fléau qui menace les oliveraies du pourtour méditerranéen.

Elle s'est largement propagée à travers les Pouilles et des inquiétudes sont vives quant à la région de Corse notamment. Il convient d'être responsable et prudent en faisant tout notre possible pour stopper la bactérie. D'une part, l'épidémie des oliviers est une préoccupation environnementale, particulièrement pour la France et l'Italie. D'autre part, elle est un risque économique important qui pèse sur de nombreux oléiculteurs.

Afin de limiter la propagation et d'éradiquer la bactérie, il convient de contrôler les importations et d'interdire celles qui proviennent des zones touchées. En effet, la gestion optimale des flux de marchandises est l'unique solution viable et sensée.

Ангел Джамбазки (ECR), *в писмена форма*. – Това е абсолютно необходимо да се подкрепи, тъй като това вредно заболяване вече причинява катастрофални щети. Ние трябва активно да защитим нашите региони, които са под пряка заплаха.

Аз лично съм много притеснен за това заболяване и възможното му разпространение в България. Нашите регионални продукти са от отлично качество, така че ние трябва да задържим тази ситуация и да избягваме всякакъв приток на бактерии от трети страни; тя вече е причинила достатъчно щети.

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), *γραπτώς*. – Θετικό, διότι υπάρχουν λύσεις για την καταπολέμηση της νόσου χωρίς συνέπειες για το περιβάλλον.

Norbert Erdős (PPE), *írásban*. – Szavazatommal támogattam a Xylella fastidiosa elleni közös fellépés erősítésére és a hatékonyság növelésére felszólító parlamenti állásfoglalást. Egyrészt a Bizottságnak biztosítania kell, hogy elegendő pénzügyi és humán erőforrás álljon rendelkezésre e növénykárosító elleni stratégiák végrehajtásához. A termelőknek megfelelő pénzügyi támogatást kell kapniuk a Xylella fastidiosa elleni küzdelemben döntő jelentőségű bevált mezőgazdasági gyakorlatok alkalmazásához. Továbbá uniós kártalanításban szükséges részesíteni az olajfák kivágása miatt kárt szenvedett gazdákat. Végül megfelelő forrásokat kell allokálni a Xylella fastidiosa és az egyéb veszélyes növényi károsítókat érintő kutatásokra. A Horizont 2020 program forrásait többek között pont az ilyen esetekre kellene elkülöníteni.

Jill Evans (Verts/ALE), *in writing*. – I voted in favour of this report on the outbreak of *Xylella Fastidiosa*. It is currently having a disastrous effect on thousands of square miles of olive trees, mainly in southern Italy, but has been seen recently in other Member States and in other plants too. It is vital that we protect our agriculture in Wales by taking early and preventative action.

Eleonora Evi (EFDD), *per iscritto*. – La *Xylella fastidiosa* è un batterio che sta colpendo le olivicolture nel sud Italia, in particolare la Puglia. La risoluzione prevede che vengano eliminate tutte le piante in un raggio di 100 metri dalle zone che sono affette dal batterio; questa è ritenuta una misura precauzionale eccessiva che, peraltro, non è supportata da prove scientifiche concrete. Ho votato contro perché la versione finale approvata dal Parlamento non recepisce alcuni degli emendamenti chiave da noi proposti. Di conseguenza, la versione finale della risoluzione rischia di mettere in seria difficoltà le realtà imprenditoriali locali piccole e grandi compromettendo una delle eccellenze italiane.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – A «Xylella fastidiosa» constitui uma gravíssima ameaça direta à produção de determinadas culturas na Europa Meridional, nomeadamente de oliveiras, amendoeiras, pessegueiros e plantas ornamentais. A estirpe que está a infetar as oliveiras da região da Apúlia, no sul de Itália, é diferente da estirpe causadora da doença na videira ou em citrinos noutras partes do mundo. A produção de azeitona na região da Apúlia constitui um dos mais importantes sectores agrícolas, representando 11,6 % (ou seja, 522 milhões de euros) do valor total da produção agrícola da região e 30 % do valor da produção de azeitona na Itália, em 2013;

Concordo com a necessidade de a Comissão Europeia adotar medidas eficazes no sentido de impedir a propagação de Xylella fastidiosa na União Europeia e com a compensação dos produtores pelas medidas de erradicação e pela perda de rendimentos, que implicam perdas não apenas em termos de produção agrícola mas também em termos históricos, de património cultural e de atividades relacionadas com o turismo.

Edouard Ferrand (NI), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de cette délibération car elle constitue une première prise de conscience de la nécessaire lutte contre cette bactérie faisant de grave ravages dans les plantations d'oliviers, même si elle ne va pas assez loin quant aux mesures restrictives d'importation.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – Em 2013, foi notificada pela primeira vez pelas autoridades italianas a ocorrência da infeção pela bactéria Xyllela fastidiosa. Trata-se de uma infeção bacteriana que afeta principalmente oliveiras.

A falta de tratamentos eficazes para curar plantas infetadas por este microorganismo, o largo espetro de infeção de espécies vegetais suscetíveis, assim como a grande probabilidade de contaminação, fazem com que esta bactéria tenha o estatuto de séria ameaça.

Esta resolução pede à Comissão que tome medidas não só para travar este surto, mas também para proteger o sector de futuros surtos através de medidas preventivas. Pede apoios aos agricultores visados que veem as suas culturas destruídas e incentivos para os agricultores que tomarem medidas efetivas na prevenção da infeção, e para os que tenham práticas agrícolas apropriadas para lidar com este problema. Pede ainda fundos para os institutos de investigação, a fim de aumentar o conhecimento cientifico acerca da Xyllela fastidiosa e para que se consiga identificar a natureza da ligação entre o patogénico, os sintomas e o desenvolvimento da doença.

Apesar de considerarmos que a resolução apresentada pelo nosso grupo continha uma abordagem mais correta e completa desta problemática, consideramos que a resolução aprovada contém um conjunto mínimo de medidas necessárias nesta fase de emergência.

Monika Flašíková Beňová (S&D), *písomne*. – Xylella fastidiosa je baktéria, ktorá sa do Európy dostala zo Spojených štátov amerických v priebehu roku 2013. Táto nákaza zasiahla najmä olivovníky v južnej Európe, a to špeciálne v oblasti Apúlskeho regiónu v južnom Taliansku, a má potenciál ohroziť v budúcnosti aj ďalšie regióny a plodiny, čo by mohlo mať veľmi dramatické ekonomické, environmentálne a sociálne vplyvy. Musíme urobiť všetko čo je v našich silách, aby sme zastavili ďalšie šírenie tejto nákazy do susedných regiónov.

Λάμπρος Φουντούλης (NI), *γραπτώς*. – Υπερψηφίζω τις εκθέσεις στο σύνολό τους για την επιδημία Xylella fastidiosa, ένα βακτήριο που προσβάλλει τα ελαιόδεντρα. Η ΕΕ πρέπει να λάβει μέτρα και οι λύσεις που θα δοθούν δεν πρέπει να είναι προσωρινές και επιφανειακές αλλά να βοηθήσουν τις πληγείσες περιοχές. Υπάρχουν λύσεις για την καταπολέμηση της νόσου χωρίς συνέπειες για το περιβάλλον.

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *in writing*. – The phytosanitary emergency affecting olive groves in Southern Europe, especially in the Apulia region of Southern Italy, potentially threatening other crops and regions, has assumed unprecedented and serious proportions, with dramatic economic, environmental and social consequences. On 28 April the standing Committee for Plant Health of the European Commission adopted a new decision aiming to stop the disease spreading to other regions. Also imports of plants from regions known to be susceptible will be subject to strict conditions. Member State experts also backed a ban on imports of coffee plants from Honduras and Costa Rica due to the risk from the pest. As a result France has since lifted its ban on plant imports from areas hit by the bacteria in light of the reinforced EU action.

Francesc Gambús (PPE), *por escrito*. – La *Xylella fastidiosa* representa una amenaza inmediata y muy peligrosa para la producción de determinados cultivos en el sur de Europa, entre los que se incluyen los olivos, los almendros, los melocotoneros y las plantas ornamentales. Actualmente no se dispone de ningún tratamiento para curar *in situ* las plantas enfermas, y las plantas afectadas tienden a seguir infectadas a lo largo de toda su vida o a morir rápidamente. Considerando lo difícil que resulta detener la propagación de la *Xylella fastidiosa* una vez afecta a una zona de producción, debe darse prioridad a las medidas de prevención centradas en las importaciones y la contención de los brotes, a la vez que se intensifican los intercambios en el ámbito de la investigación. Por ello he votado a favor.

Elisabetta Gardini (PPE), *per iscritto*. – L'emergenza *Xylella fastidiosa* ha mostrato chiaramente i limiti del sistema di gestione delle frontiere dell'Unione europea. Per questo, davanti alla disgrazia che stiamo vivendo nella Regione Puglia, abbiamo voluto lanciare un segnale forte di sostegno alle migliaia di agricoltori coinvolti – prime vittime di questa situazione drammatica – proponendo compensi per le misure di eradicazione e le perdite di reddito derivanti. Affinché un tale dramma non si ripeta nell'UE, abbiamo ugualmente chiesto che il sistema di controllo fitosanitario ufficiale dell'UE sia rivisto e che siano introdotte misure più restrittive per le importazioni a rischio.

Sylvie Guillaume (S&D), *par écrit***.** – La Xylella fastidiosa constitue une grave menace pour la production de certaines cultures dans le sud de l'Europe, notamment les oliviers. Elle provoque d'ores et déjà d'importants dommages dans les Pouilles, en Italie, et elle pourrait entraîner des conséquences économiques, environnementales et sociales, bien au-delà. Aucun traitement n'est disponible actuellement pour soigner les plantes contaminées qui restent infectées tout au long de leur vie ou flétrissent rapidement. Compte tenu de la difficulté à endiguer la propagation de Xylella fastidiosa une fois qu'elle a infesté une région de production, il est nécessaire de donner la priorité aux mesures préventives ciblant les importations.

Malheureusement, la Commission se concentre essentiellement sur des mesures internes visant à lutter contre l'épidémie, sans tenir compte de la nécessité de prendre des mesures visant à empêcher l'introduction de la maladie dans l'Union européenne en provenance de pays tiers C'est pourquoi j'approuve cette résolution qui demande à la Commission de prendre rapidement toutes les mesures nécessaires pour limiter l'expansion de la maladie et aux États membres d'indemniser les producteurs pour les mesures d'éradication et la perte de revenus qui seraient liées à ces mesures.

Hans-Olaf Henkel (ECR), *schriftlich*. – Heute soll unter anderem über den „Massenhaften Befall von Olivenbäumen mit Xylella fastidiosa" abgestimmt werden. Zugegeben, ich wusste nicht, dass durch diese pflanzliche Krankheit Olivenbäume in Südeuropa absterben und damit die Existenz von vielen Olivenbauern bedroht wird. Aber warum sollte sich ein Abgeordneter aus Berlin mit diesem Problem befassen? Da weder Eichen, Buchen noch Fichten von dieser Krankheit bedroht sind, eine grenzüberschreitende Gefahr also per definitionem ausgeschlossen ist, habe ich gegen diesen Entschließungsantrag stimmen müssen. Man kann nicht dauernd Subsidiarität predigen und dann dem Zentralismus Tür und Tor öffnen.

Brice Hortefeux (PPE), *par écrit*. – L'épidémie qui frappe actuellement les oliviers en Italie est un phénomène mal connu des citoyens français. Il n'en est pas moins dangereux puisqu'il menace désormais les vignes et 300 000 autres espèces végétales. Compte tenu du risque que cela représente, il y a urgence à réagir en imposant des contrôles drastiques dans les ports européens pour limiter au maximum la contagion.

Le problème de cette épidémie, si elle n'est pas contenue, est qu'elle peut se propager aux espèces animales et représente peut-être même un risque pour l'homme. À ce jour, les scientifiques ne sont pas parvenus à élaborer un dispositif d'éradication de la bactérie. Seules les mesures d'abattage des plantes ont permis de limiter la propagation mais cette solution impacte fortement les activités des producteurs et exploitants.

Face à ce phénomène, nous devons mettre en place un contrôle strict des importations de produits végétaux et faciliter au maximum les recherches. Autrement, c'est toute l'agriculture européenne qui est en danger.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *in writing*. – The outbreak of Xylella fastidiosa is already serious in parts of Italy and has the potential to be devastating across the Mediterranean area and southern Europe. This is a major threat to rural industry and culture in the areas affected as well as to consumers across the EU. My Group has called for strict quarantine measures to be implemented and it is disappointing that the majority in this House have not opted to follow that call.

Pablo Iglesias (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado en contra de esta resolución ya que consideramos que las medidas que se plantean no solo son insuficientes, sino que atentan contra el futuro del sector agrícola del olivar. La escalada en el foco de infección es una realidad constatable ante esta situación alarmante la propuesta que se hace desde la comisión es la erradicación como solución de carácter urgente. Para nosotros es inviable plantear tal escenario como único camino a frenar el contagio masivo. Estas medidas no reflejan las indemnizaciones por pérdidas ni la edad de los olivos, así como las particularidades que conlleva la producción de cada uno de ellos.

En esta resolución no se niega en ningún momento la posibilidad de recalificar el suelo agrícola para otros usos distintos del de origen ante una eliminación de los arbustos infestados. Así como tampoco se hace hincapié en la importancia de la sostenibilidad de la tierra y de la protección de los sectores que viven de ella.

Ivan Jakovčić (ALDE), *napisan*. – Glasao sam za Rezoluciju Europskog parlamenta o epidemiji bakterije *Xylelle fastidiose* koja napada stabla maslina s obzirom da mi je dobro poznat problem te sam aktivno bio uključen i podržavao druge prethodne inicijative vezano na ovu temu kao što je pismeno pitanje i usmeno pitanje u Europskom parlamentu te sam u pripremi Rezolucije sudjelovao kao koordinator grupe zastupnika ALDE-a. Problematika ove bakterije je za mene posebno važna i zabrinjavajuća s obzirom na veliki razvoj koji je maslinarstvo postiglo u Istri. Kako sam dijelom i osobno svojim prethodnim političkim djelovanjem sudjelovao u tom procesu, posebno sam zainteresiran za suzbijanje širenja *Xilelle fastidiose*. Eventualno širenje na druga područja Mediterana u razmjerima koji se događaju u regiji Apuliji imalo bi katastrofalne posljedice.

Zalažem se za brze mjere koje ce imati za cilj suzbijanje *Xilelle fastidiose*, ali i uzeti u obzir postupnost mjera ukoliko je to moguće kako se mjerama uklanjanja ne bi postigli ireverzibilni učinci na nasadima. EU mora također na adekvatan način pomoći maslinarima u pogođenim područjima.

Jean-François Jalkh (NI), *par écrit*. – La proposition de résolution sur la propagation de *Xylella fastidiosa* fait partie des textes importants qu'il est nécessaire de voter, de mettre en œuvre et d'accompagner afin de veiller à leur efficacité.

S'il est ardu de lutter efficacement contre cette bactérie, la proposition de résolution souligne que l'arrachage semble être une solution adéquate. Les pesticides ciblés constituent à ce jour des sources d'inquiétudes trop importantes. D'autre part, il est important de souligner ici qu'une politique de protectionnisme, limitant l'importation de produits venant de régions touchés par *Xylella*, trouve tout son sens. L'Union européenne préfère pourtant condamner les États membres qui choisissent cette voie, les accusant de ne pas respecter les règles du libre-échange.

Pour toutes ces raisons, j'ai décidé de voter pour ce texte.

Marc Joulaud (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la proposition de résolution sur la bactérie *Xylella*.

Cette bactérie qui ravage les oliviers du sud de l'Italie, et plus précisément dans la région des Pouilles, doit absolument être stoppée. Le Parlement demande ainsi à la commission d'agir le plus rapidement contre ce fléau pour notre agriculture et de tout faire afin d'éviter sa propagation dans le reste de l'Union européenne.

Cette résolution a été adoptée à une large majorité, ce dont je me félicite.

Jarosław Kalinowski (PPE), *na piśmie*. – Jednym z celów naszej pracy w komisji AGRI jest zapewnienie konsumentom żywności najwyższej jakości. Nie możemy przewidzieć wszystkich przeciwności, ale mamy możliwości, aby zapobiegać chorobom i zanieczyszczeniom żywności oraz odpowiednio reagować w przypadku ich wystąpienia.

Tak też powinno być tym razem. Nauczeni już wielokrotnym doświadczeniem (choroba ASF w Polsce, „kryzys ogórkowy" w Niemczech) powinniśmy stworzyć odpowiednie narzędzia, by taki problem, wybuchający na określonym terenie, nie skazywał konsumentów na zagrożenie zdrowia, a producentów na impas w branży i ogromne straty we własnych przedsiębiorstwach, a przede wszystkim utratę tysięcy miejsc pracy.

Każdy przypadek powinniśmy potraktować szczególnie, gdyż poszczególne obszary mają swoje charakterystyczne uwarunkowania i inaczej będą reagowały na kryzys.

W Apulii od kilku tysięcy lat uprawia się oliwki, dlatego też narzędzia tu zastosowane powinny w sposób szczególny podchodzić do epidemii tu występującej. Przede wszystkim należy uruchomić instrument finansowy, który zapewni wsparcie rolnikom podczas kryzysu i pozwoli na szybkie uporanie się z problemem i powrót na rynek.

Chciałbym podkreślić, że taki instrument powinien być stale dostępny, aby można było go natychmiastowo uruchomić w razie potrzeby.

Barbara Kappel (NI), *schriftlich*. – Das Bakterium Xylella fastidiosa richtet riesige Zerstörungen an, sodass eine Verbreitung um jeden Preis verhindert werden muss. Die Forderung nach einer besseren Erforschung ist ebenso wichtig wie eine Vermeidung der Bekämpfung durch umweltfeindliche Maßnahmen wie Rodungen. Ich stimme daher für diese Entschließung und unterstütze die darin gemachten Vorschläge.

Afzal Khan (S&D), *in writing*. – The outbreak of *Xylella fastidiosa* demonstrates the inadequacies of the EU phytosanitary control system, combined in this case, as it seems, with the weak response from the Italian authorities. Nevertheless, since the outbreak is highly contagious and might pose threat to other species of plants across Europe, a sign of solidarity and swift action is needed.

Béla Kovács (NI), *írásban***.** – Most az olajfákon van a sor és az ajánlás erre hatékony megoldáscsomagot kínál, így támogatandó. A jövőre nézve azonban el kell gondolkodni a hasonló és időről időre törvényszerűen felmerülő gondok gyökerein, a probléma tágabb összefüggésein. Az EU-s mezőgazdasági modell monokultúra jellegén, amely a biológiai sokféleségre gyakorolt káros hatása miatt az agro-ökológiai rendszerek stabilitását nagyban veszélyezteti. Az áruk globális szabad-kereskedelmén, mely a kórokozók terjedésének alapja.

Enrico Gasbarra (S&D), *per iscritto***.** – Sono purtroppo a tutti noti gli ingenti danni provocati dal batterio «Xylella fastidiosa» per la regione Puglia, i cui agricoltori, proprietari di aziende e vivai sono ormai da due anni alle prese con questo fenomeno che ha portato a decimazioni della produzione, blocco del mercato, embarghi da Algeria, Marocco e Francia, e soprattutto vedono ora abbattersi una nuova scure sulla loro già difficile situazione: un nuovo piano per arginare i rischi che prevedrà un abbattimento preventivo di circa 296mila piante attualmente sotto sigilli in quanto considerate ospiti del batterio. Una quarantena precauzionale che si tradurrà, per gli agricoltori, in una vera e propria rovina economica e per il territorio in una difficile impresa di riconquista del tradizionale richiamo ambientalistico degli uliveti e della fama internazionale degli olii salentini, conosciuti e amati a livello mondiale. A fronte di questa difficile emergenza, appoggio pertanto con pieno supporto la richiesta di intervenire come Ue nel più breve tempo possibile con una compensazione e un sostegno a fronte delle gravi perdite subite da agricoltori e proprietari di terreni, promuovendo altresì lo scambio di buone pratiche e dando testimonianza concreta di un Unione europea pronta ad intervenire nelle emergenze nazionali non solo con misure di ardua applicazione ma anche con interventi che si traducano in supporto, comprensione e condivisione dei mali, dei rischi e della ricerca comune del superamento degli stessi, per un ritorno alla valorizzazione delle grandi eccellenze che caratterizzano i paesi membri e l'Unione stessa.

Elena Gentile (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore della proposta di risoluzione comune sull'epidemia di *Xylella fastidiosa* che colpisce gli ulivi, approvata a seguito del dibattito del 30 aprile scorso.

La *Xylella* minaccia gravemente l'agricoltura europea e soprattutto dell'Europa meridionale a causa della sua inarrestabile propagazione, dell'assenza di trattamenti delle piante di provata efficacia e del numero di specie vegetali suscettibili d'infezione.

L'UE deve rafforzare le misure di prevenzione, vista la provenienza del batterio da piante importate dal Costarica. Ho sostenuto pertanto la richiesta del Parlamento di rafforzare la legislazione UE sui controlli fitosanitari e di dotare gli Stati delle risorse necessarie per controllare e impedire l'ingresso nell'UE di fitopatie provenienti da paesi terzi, sospendendo le importazioni di piante provenienti da paesi infetti.

Ho approvato la richiesta fatta alla Commissione d'indennizzare i produttori per le misure di sradicamento e le perdite di reddito subite, utilizzando le risorse europee per la ripresa economica delle aree colpite.

Mi pare necessaria un'ulteriore riflessione sulla necessità di riqualificare la nostra agricoltura riorientandola verso pratiche meno invasive.

Non ho potuto, quindi, non condividere le perplessità sull'uso intensivo dei pesticidi e la richiesta di sostegno finanziario agli agricoltori che adottano pratiche agronomiche di contrasto al batterio e ai suoi vettori.

Neena Gill (S&D), *in writing*. – I urge the Commission to act swiftly on the outbreak of *Xyllella fastidiosa* in the Southern Italian region of Apulia, and, in particular, to verify the source of the infection and to review the EU official phytosanitary control system, to take all necessary measures against the importation of plants affected by *Xylella* by controlling imports into the European Union and ensure the traceability of susceptible plants imported. I also encourage the Commission to analyse the best means of compensating producers for the destruction of their crops.

Julie Girling (ECR), *in writing*. – With the free movement of goods being a vital component of the Common Market, it is absolutely necessary for Italy, as well as the EU collectively, to take the prescribed action to prevent the spread of *Xylella Fastidiosa* to the rest of the market.

Import controls are one of the EU's most effective tools for preventing undesirable substances and diseases from entering the market and a risk-based approach is of course the most logical way to determine which products are safe for importing.

Although the eradication of infected plants will negatively impact the important olive growing regions of southern Italy in the short term, to allow this disease to spread further would not be in the interest of growers.

The Conservative Party believes that coordinated measures by EU Member States are needed to preserve the wellbeing of the Common Market, which benefits the economies of the UK and EU as a whole, so I voted in favour of this resolution.

Tania González Peñas (GUE/NGL), *por escrito*. – Hemos votado en contra de esta resolución ya que consideramos que las medidas que se plantean no solo son insuficientes, sino que atentan contra el futuro del sector agrícola del olivar. La escalada en el foco de infección es una realidad constatable ante esta situación alarmante la propuesta que se hace desde la comisión es la erradicación como solución de carácter urgente. Para nosotros es inviable plantear tal escenario como único camino a frenar el contagio masivo. Estas medidas no reflejan las indemnizaciones por pérdidas ni la edad de los olivos, así como las particularidades que conlleva la producción de cada uno de ellos.

En esta resolución no se niega en ningún momento la posibilidad de recalificar el suelo agrícola para otros usos distintos del de origen ante una eliminación de los arbustos infestados. Así como tampoco se hace hincapié en la importancia de la sostenibilidad de la tierra y de la protección de los sectores que viven de ella.

Theresa Griffin (S&D), *in writing*. – The Commission should ensure that sufficient financial and human resources are available to implement the relevant strategies, including financial support for farmers to apply appropriate agricultural practices for the management of *Xylella fastidiosa* and its vectors. This resolution urges the Commission to promote intensified research efforts without delay, with a view to increasing scientific knowledge of *Xylella fastidiosa* and positively identifying the nature of the link between the pathogen, the symptoms and the development of disease.

Françoise Grossetête (PPE), *par écrit*. – Mercredi 20 mai, j'ai voté en faveur de nouvelles mesures visant à éviter la propagation de la bactérie *Xylella fastidiosa* qui infecte les oliviers. Elles prévoient notamment que les États membres devront notifier toute apparition de la bactérie et délimiter la zone touchée. En cas de nouveau foyer, ils devront détruire dans un rayon de 100m toutes les plantes susceptibles d'accueillir la bactérie.

Je salue l'instauration de telles mesures européennes dont la mise en place permettra d'améliorer l'efficacité de la lutte contre cette bactérie tueuse d'oliviers. Le financement de la recherche est primordial pour permettre à nos scientifiques de trouver des solutions rapides à la contamination et préserver les cultures encore existantes. Ce sont plus de 300 000 espèces végétales qui sont menacées, dont les agrumes et la vigne. Il faut donc agir vite et mettre en œuvre tous nos moyens à l'échelle européenne pour endiguer l'épidémie.

Antanas Guoga (ALDE), *raštu*. – Balsavau už rezoliuciją dėl alyvmedžiams kenkiančios bakterijos „Xylella Fastidiosa" protrūkio, nes šios ligos pasekmės peržengė kontinentų ribas, nėra nesveikų augalų gydymo būdų, trūksta prevencinių priemonių užkrato plėtrai sustabdyti, o importo reguliavimas iš trečiųjų šalių yra sudėtingas ir ilgas procesas. Todėl būtina kuo skubiau užtikrinti ES teritorijos apsaugą patikrinant užkrato šaltinį ir atnaujinti tarpinstitucinį darbą sprendžiant šią problemą.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Sergio Gutiérrez Prieto (S&D), *por escrito*. – He apoyado con mi voto la Resolución del PE porque insta a la Comisión a revisar el sistema de control fitosanitario oficial de la UE y reclama compensación económica para los productores afectados por las medidas de erradicación recientemente acordadas por la Comisión, a las que también da su aprobación.

La Delegación socialista española lleva tiempo interpelando a la Comisión sobre la grave amenaza que el brote de Xylella supone para el olivar español y otras producciones, como cítricos y vid, que podrían verse afectadas. Hemos insistido en la necesidad de que el debate en Pleno fuera acompañado de una propuesta de Resolución para reflejar la posición del Parlamento Europeo. Si bien es cierto que el texto aprobado rebaja nuestras expectativas -no incluye las enmiendas socialistas: implantación del pasaporte fitosanitario para el olivo y exigencia de que se implante un sistema de «lista positiva» (sólo entra el material vegetal que figure en la lista) para las importaciones de plantas a la UE- la Resolución pone de manifiesto la gravedad de la situación para la agricultura del sur y pide incremento de las inspecciones a los Estados miembros para impedir la propagación de la bacteria.

Giovanni La Via (PPE), *per iscritto***.** – Ho votato a favore della proposta di risoluzione comune relativa all'epidemia di *Xylella fastidiosa* che colpisce gli ulivi in Puglia, causando gravi conseguenze economiche, ambientali e sociali. Il nostro obiettivo deve essere quello di evitare la diffusione del parassita, ma è fondamentale prevedere un piano di aiuti e sussidi adeguati per gli agricoltori, per risarcirli dei gravi danni subiti a causa dell'emergenza *Xylella*. Al contempo, devono essere rafforzati i controlli alle frontiere ed aumentati i fondi destinati alla ricerca scientifica.

Constance Le Grip (PPE), *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la résolution appelant à un renforcement, au niveau de l'Union européenne, des mesures de lutte contre l'épidémie de *Xylella fastidiosa*, une bactérie qui touche en particulier les oliviers dans le sud de l'Europe.

Par cette résolution, adoptée à une écrasante majorité des députés européens, nous avons appelé la Commission européenne et les États membres à indemniser les producteurs pour les mesures qu'ils ont dû mettre en place pour tenter d'éradiquer cette bactérie et pour les pertes de revenus générées, y compris les pertes liées à des activités touristiques.

Nous avons également souligné la nécessité d'agir vite et de mettre en œuvre tous les moyens disponibles à l'échelle européenne pour endiguer l'épidémie qui touche principalement les cultures agricoles dans le sud de l'Europe, notamment en France.

Enfin, cette résolution appelle la Commission européenne à promouvoir une intensification de la recherche, y compris une collaboration internationale renforcée, notamment en mettant plus de fonds disponibles à disposition des instituts de recherche, en vue d'améliorer nos connaissances scientifiques sur la bactérie *Xylella fastidiosa* et donc de lutter plus efficacement contre ses effets dévastateurs sur la santé végétale et animale.

Marine Le Pen (NI), *par écrit*. – Cette proposition de résolution est relative à la propagation de *Xylella fastidiosa*, qui infecte les oliviers. Il s'agit d'une bactérie en provenance d'Amérique centrale et qui sévit actuellement dans le sud de l'Italie.

Ce texte accroît les contrôles des importations et permet notamment l'interdiction temporaire d'importations de produits végétaux en provenance des régions contaminées, et ce afin d'éviter une contagion aux autres pays de l'UE, étant donné qu'il est pour l'instant très difficile de lutter contre elle. J'ai donc voté en faveur des mesures envisagées par ce texte.

Philippe Loiseau (NI), *par écrit*. – J'ai voté pour. La bactérie Xylella fastidiosa fait des ravages dans les plantations d'oliviers de la région des Pouilles en Italie. C'est une bactérie qui a été importée d'Amérique centrale. Au vu de la gravité de la situation économique dans la région des Pouilles causée par cette bactérie, il est en effet urgent de prendre des décisions.

Il apparaît difficile de lutter contre la bactérie Xylella fastidiosa de manière scientifique. L'arrachage des plants infectés a été décidé avec l'utilisation de pesticides, ce qui est toujours délicat. Mais il faut absolument éviter la propagation de la maladie. Pour cela, le point central réside dans la limitation et l'augmentation des importations. Cette proposition de résolution, même si elle ne fait pas assez de place aux possibilités d'action des États, a le mérite de demander la limitation des importations de végétaux et des contrôles accrus sur ce qui rentre sur le territoire des États membres de l'Union européenne. Ceci étant dit, il conviendrait que la Commission réfléchisse aussi aux possibilités de soutenir la diversité génétique des végétaux, comme des animaux, ce qui pourrait être un gage de sécurité contre les épidémies.

Petr Mach (EFDD), *písemně*. – Jelikož se problém olivovníků netýká České republiky, jejíž občany zastupuji, nechal jsem rozhodnout kolegy, kterých se záležitost týká.

Ivana Maletić (PPE), *napisan*. – *Xylella fastidiosa* patogena je bakterija iznimno opasna za masline. Trebamo obratiti pozornost i na činjenicu da bakterija napada vinovu lozu i agrume. Bakterija je uvezena iz trećih zemalja, točnije Srednje i Južne Amerike, a posljedice njenog djelovanja najviše osjete maslinari na jugu Italije.

U Republici Hrvatskoj sve tri vrste su od velike važnosti za sektor poljoprivrede. Maslinici i vinogradi 2013. su zauzimali površinu veću od 45 tisuća hektara i godišnje proizveli 50 tisuća hektolitara maslinovog ulja i više od 1200 tisuća hektolitara vina.

Podržavam rezoluciju koja poziva Komisiju na povećan angažman i bržu reakciju u svrhu zaustavljanja daljnjeg širenja bakterije jer ćemo u suprotnome osjetiti posljedice u gospodarstvu, okolišu i društvu.

Prema procjeni Europske agencije za sigurnost hrane, čak jedanaest milijuna stabala u izravnoj je opasnosti od obolijevanja na jugu Italije, dok cijela Hrvatska ima šest milijuna stabala. S obzirom da od 2013. kada je Italija prijavila zarazu nije pronađeno adekvatno rješenje, ovu situaciju trebamo uzeti kao primjer da problem ne treba rješavati kada se pojavi nego ga spriječiti pa nam je potreban jaki preventivni sustav. Prevencija treba uključivati i podizanje svijesti o posljedicama koje su danas katastrofalne jer se zaražena stabla masline neće više moći koristiti.

Vladimír Maňka (S&D), *písomne*. – Baktéria baktériou Xylella fastidiosa, ktorá napáda olivovníky, predstavuje vážnu hrozbu pre južné územia Európskej únie. Má účinky na rýchly pokles produkcie olivovníkov a spôsobuje ich odumieranie. Používanie pesticídov sa javí ako málo účinné, navyše má ďalšie negatívne vplyvy. Je potrebné, aby Komisia v spolupráci s odbornými inštitúciami a členskými štátmi EÚ bezodkladne revidovala doteraz prijaté opatrenia a predložila postupy, ktoré zamedzia ďalšiemu šíreniu tejto baktérie.

David Martin (S&D), *in writing*. – The EU model of agriculture is increasingly based on unhealthy agricultural systems which are not resilient, with very limited attention to biodiversity and crop rotation in the case of non-perma-crop monocultures, a lack of beneficial organisms, and biodiversity declining in general, thus making it relatively easy for exotic plants and animals to establish themselves; resistance to pesticides used as insecticides is accelerated by the excessive and uncontrolled use of these products, thereby jeopardising any phytosanitary successes achieved.

Dominique Martin (NI), *par écrit*. – *Xylella fastidiosa* est une bactérie importée accidentellement d'Amérique centrale qui détruit actuellement les oliviers de la région des Pouilles, en Italie. Peu de mesures semblent possibles pour empêcher la propagation: l'arrachage est inacceptable et un traitement par pesticide est assez mal vu. La solution temporaire adoptée par la France est de limiter les importations de produits provenant de zones infectées.

Cette proposition de résolution propose, au niveau européen, une limitation des importations et la mise en place d'une protection du territoire européen, ce que nous soutenons. J'ai donc voté pour.

Marisa Matias (GUE/NGL), *por escrito*. – Votei a favor por entender que é imprescindível que a Comissão pondere soluções açlternativas ao programa de erradicação, tendo em conta os riscos de desertificação e de destruição do património agrícola, que preservem o sector agroalimentar e o ambiente da região da Apúlia.

Gabriel Mato (PPE), *por escrito*. – La «Xylella fastidiosa» se ha convertido en una verdadera amenaza para el olivar en algunos puntos del Sur de Europa y tenemos que poner las medidas necesarias para que esta bacteria no se extienda a otros territorios y a otros cultivos.

Por tanto, mi apoyo a la resolución que pide a la Comisión que se tomen todas las medidas necesarias para evitar que se siga extendiendo esta bacteria, así como para tratar de que haya unos controles más rigurosos en las entradas de plantas de terceros países, con el fin de que en el futuro no vuelvan a introducirse estas plagas tan dañinas para nuestra agricultura.

Georg Mayer (NI), *schriftlich*. – Durch den massenhaften Befall von Olivenbäumen mit Xylella fastidiosa besteht nicht nur die Gefahr der Zerstörung des landwirtschaftlichen Erbes, sondern auch, dass in den betroffenen Regionen rund 8000 Menschen ihren Arbeitsplatz verlieren werden. Die betroffenen Gebiete in Italien müssen „gesäubert" werden, damit die Verbreitung des Bakteriums in Europa verhindert wird, vor allem vor dem Hintergrund, dass auch schon in Kalifornien und Costa Rica große Gebiete aufgrund der Verbreitung dieses Bakteriums zerstört wurden. Außerdem halte ich die Forderung nach der Erforschung des Bakteriumstammes und die Schaffung zusätzlicher, weniger umweltfeindlicher Maßnahmen für sinnvoll. Deswegen habe ich für diese Entschließung gestimmt.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *par écrit*. – La bactérie *Xylella fastidiosa* est arrivée en Europe depuis un gros foyer infectieux en Californie en 2013. Aujourd'hui répandue dans le sud de l'Italie, elle constitue une menace immédiate très dangereuse pour de nombreuses cultures du sud de l'Europe: oliviers, amandiers, pêchers et les plantes. Elle constitue également une menace potentielle pour les vignes et les agrumes.

Pour limiter la contamination la résolution propose des restrictions à l'importation en provenance des foyers de la bactérie. Mais elle laisse la Commission élaborer «des lignes directrices détaillées en vue de la mise en œuvre de mesures de prévention et de lutte contre la maladie, en précisant clairement leur champ d'application et leur durée, auxquelles les autorités et services compétents des États membres pourront se référer».

La Commission européenne étant totalement soumise aux pressions des lobbies et particulièrement celui des produits phytosanitaires, sa solution sera sûrement à grand renfort de pesticides. C'est au contraire un modèle d'agriculture paysanne, d'exploitation réduite et en polyculture qui permettra de lutter contre ces bactéries en renforçant la résilience des plantes. Je vote contre ce texte

Joëlle Mélin (NI), *par écrit*. – La proposition de résolution sur la propagation de *Xylella fastidiosa* fait partie des textes importants qu'il est nécessaire de voter, de mettre en œuvre et d'accompagner afin de veiller à leur efficacité.

S'il est ardu de lutter efficacement contre cette bactérie, la proposition de résolution souligne que l'arrachage semble être une solution adéquate. Les pesticides ciblés constituent à ce jour des sources d'inquiétudes trop importantes. D'autre part, il est important de souligner ici qu'une politique de protectionnisme, limitant l'importation de produits venant de régions touchés par *Xylella*, trouve tout son sens. L'Union européenne préfère pourtant condamner les États membres qui choisissent cette voie, les accusant de ne pas respecter les règles du libre-échange.

Pour toutes ces raisons, j'ai voté pour.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A bactéria Xylella fastidiosa é uma bactéria que infeta mais de 300 espécies vegetais (incluindo oliveiras, amendoeiras, videiras e citrinos) cujo tratamento nem sempre é eficaz, uma vez que se aloja no interior da árvore, dificultando o seu combate, e que se transmite sobretudo através de plantas contaminadas.

Surgiu uma praga na região da Apúlia, em Itália, e mais de meio milhão de oliveiras já foram infetadas.

Este não é um problema de Itália, Portugal ou Espanha.

Infelizmente, e como demonstra o relatório de janeiro da European Food Safety Authority, é um problema europeu que tem todas as condições para se agravar. É muito provável o alastramento da doença a outros países da União Europeia.

Portugal é, como se sabe, o quarto maior produtor mundial de azeite. Por isso, e como membro efetivo da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, este é um assunto que me preocupa muitíssimo. Daí o meu sentido de voto.

Roberta Metsola (PPE), *in writing*. – I chose to support this joint motion for a resolution as it urges the Commission to also implement strong measures to prevent *Xylella fastidiosa* from entering the EU from third countries. The resolution also stresses the need for greater screening and scanning methods to be utilised to detect harmful organisms at points of entry into the Union.

Louis Michel (ALDE), *schriftelijk***.** – Het pathogeen Xylella fastidiosa, ook olijfbomenpest genoemd, heeft ernstige proporties aangenomen. Deze plantenziekte veroorzaakt een zeer zwaar economisch verlies voor de volledige productieketen van de olijfindustrie in Italië. Sinds de eerste vaststelling van deze ziekteverwekker in 2013 in Italië werden reeds meer dan 1 miljoen bomen aangetast. Gevreesd wordt dat deze bacteriële infectie, overgebracht door insecten, ondertussen meer dan 11 miljoen olijfbomen bedreigt en dat bij uitbreiding meerdere zuiderse teelten risico lopen op besmetting.

Voorlopig is Xylella fastidiosa zelf nog niet te bestrijden en moet men vooral inzetten op het tegengaan van verdere verspreiding in de EU. Hiertoe is het aan te bevelen drastische fytosanitaire maatregelen te nemen. Zo moeten de specifieke controles op de import van planten die mogelijk drager zijn van deze ziekte worden gestroomlijnd en opgevoerd, en is het aan te bevelen enkel planten te vervoeren afkomstig van productiezones die bacterievrij zijn.

Ook is het nodig het gebruik van pesticiden in de strijd tegen krekels, de voornaamste verspreider, zorgvuldig op te volgen. In elk geval moet de Commissie het wetenschappelijk onderzoek naar efficiënte en duurzame bestrijdingsmiddelen intensifiëren en moeten de Commissie en de lidstaten de beste aanpak kiezen voor een snel economisch en landschappelijk herstel van de getroffen regio's.

Marlene Mizzi (S&D), *in writing*. – I welcomed the Resolution on measures to prevent the spread of the *Xylella fastidiosa* bacterium damaging olive trees. The Resolution is calling for EU import restrictions on plants from affected areas in third countries, agrees that growers be compensated for their losses, and suggests stepping up funding for research to combat the bacterium, which may attack other plants.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE), *por escrito*. – A Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, num recente parecer científico sobre a avaliação do risco representado pela Xylella fastidiosa, demonstrou que «a utilização intensiva de tratamentos com inseticidas para limitar a transmissão da doença e controlar o inseto vetor pode ter repercussões diretas e indiretas no ambiente ao alterar redes tróficas inteiras, com consequências em cadeia, afetando, deste modo, diferentes níveis tróficos».

Não obstante, no caso em apreço, o setor agroalimentar da Apúlia é uma das indústrias mais importantes da região e os sindicatos avaliam em 8000 o número de trabalhadores do setor oleícola em risco de perder o emprego.

Voto favoravelmente a presente resolução pela solicitação à Comissão de uma análise custo-benefício da estratégia de erradicação, pelo apelo para que se pondere a aplicação de medidas alternativas, consoante a extensão da propagação da bactéria, os vegetais afetados e a estirpe da bactéria, e por incitar a Comissão a limitar a utilização em larga escala de pesticidas e a aplicar a Diretiva 2009/128/CE que estabelece um quadro de ação a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas.

Sophie Montel (NI), *par écrit***.** – Cette proposition de résolution est relative à la propagation de *Xylella fastidiosa*, qui infecte les oliviers. Il s'agit d'une bactérie en provenance d'Amérique centrale et qui sévit actuellement dans le sud de l'Italie.

Ce texte accroît les contrôles des importations et permet notamment l'interdiction temporaire d'importations de produits végétaux en provenance des régions contaminées, et ce afin d'éviter une contagion aux autres pays de l'UE étant donné qu'il est pour l'instant très difficile de lutter contre elle. J'ai donc voté en faveur des mesures envisagées par ce texte.

Claude Moraes (S&D), *in writing*. – I believe that the outbreak of *Xylella fastidiosa* demonstrates the inadequacies of the EU phytosanitary control system, combined in this case, as it seems, with the weak response from the Italian authorities. Nevertheless, since the outbreak is highly contagious and might pose a threat to other species of plants across Europe, a sign of solidarity and swift action is clearly needed.

Alessia Maria Mosca (S&D), *per iscritto*. – Alla luce dell'emergenza fitosanitaria che da alcuni mesi colpisce gli uliveti del Sud Italia, ma che potrebbe potenzialmente espandersi ad altre colture e regioni d'Europa, intendiamo esortare il Consiglio e la Commissione a riprendere la discussione sulla revisione del sistema dei controlli fitosanitari ufficiali sulle importazioni dell'UE in modo da proteggere e salvaguardare il territorio europeo, evitando nel contempo un impatto negativo sugli scambi commerciali globali.

Riteniamo necessario non solo prevedere un'adeguata compensazione dei produttori per le perdite economiche subite, ma anche potenziare gli sforzi di ricerca, promuovendo una maggiore collaborazione a livello internazionale e mettendo i finanziamenti a disposizione di tutti gli istituti nazionali di ricerca. Occorre, infatti, approfondire le conoscenze scientifiche sulla *Xylella fastidiosa* ed identificare con certezza gli agenti patogeni ed i vettori che causano la diffusione della malattia, potenzialmente pericolosa per tutte le colture e le aree europee.

Franz Obermayr (NI), *schriftlich*. – Ich habe dem Antrag zugestimmt, da der Bakterienbefall den Bestand der Olivenbäume in Italien massiv gefährdet. In Kalifornien und auf Costa Rica wurden durch das Bakterium bereits massive Schäden verursacht. Der hier zur Abstimmung stehende Antrag behandelt dementsprechend nicht nur die Bekämpfung des Bakteriums, sondern auch dessen Erforschung und stellt einen Beitrag zum Arbeitsplatzschutz wie auch für die Umwelt dar.

Younous Omarjee (GUE/NGL), *par écrit***. –** Xylella fastidiosa est une bactérie particulièrement dangereuse qui s'attaque aux oliviers et aux arbres en général. Elle est très contagieuse et il n'existe aujourd'hui aucun moyen de lutte efficace. La résolution commune invite la Commission à prendre des mesures énergiques contre l'épidémie, visant à limiter sa contagion dans l'UE, telles que l'arrêt de l'importation d'arbres des régions touchées. Le Parlement demande une indemnisation des producteurs victimes et propose des financements supplémentaires aux zones touchées pour un rapide redressement. J'ai voté en faveur de cette résolution.

Urmas Paet (ALDE), *kirjalikult*. – Toetasin resolutsiooni ettepanekut. Bakteri *Xylella fastidiosa* puhang on kahjustanud juba suuri alasid Itaalias, on väga nakkav erinevatele taimedele ning sellega seoses võimeline tekitama suurt majanduslikku, keskkonnaalast ja ka sotsiaalsete tagajärgedega kahju. Seetõttu tuleb arendada välja nakkusega võitlemise strateegia, mis sisaldab ennetavaid meetmeid ning tõhusat imporditavate taimede kontrolli.

Maite Pagazaurtundúa Ruiz (ALDE), *por escrito*. – A pesar de que la Comisión Europeo ha intentado contener el brote de la Xylella que afecta a los olivos, la enfermedad sigue extendiéndose, causando estragos en el sur de Italia y aumentando los temores en países dónde este sector es clave.

A través de esta resolución pedimos, entre otras cosas, que se compense al sector por las pérdidas y que se restrinjan las importaciones de plantas desde zonas afectadas de terceros países. Lamentamos que, una vez más, la Comisión llegue tarde a la hora de aplicar medidas preventivas (ya ocurrió con la mancha negra procedente de Suráfrica que afectó principalmente a España) y que no disponga de determinación a la hora de revisar la legislación relativa a los controles fitosanitarios. Con todo ello, esperamos que la Comisión tenga en cuenta lo que en este parlamento hemos aprobado.

Rolandas Paksas (EFDD), *raštu*. – Balsavau už šią rezoliuciją. Alyvmedžiams kenkiančios bakterijos „Xylella Fastidiosa" protrūkis kelia milžinišką grėsmę svarbiam Europos žemės ūkiui sektoriui.

Būtina ES lygiu imtis veiksmų, siekiant užkirsti kelią šios bakterijos plitimui, kadangi epidemijos mastas yra labai didelis.

Visų pirma, reikia nustatyti priemones, kuriomis būtų užkirstas kelias ligos plitimui į ES iš trečiųjų šalių. Reaguojant į šį protrūkį reikėtų vadovautis atsargumo principu. Siekiant apsaugoti ES teritoriją nuo bakterijos „Xylella fastidiosa", Komisiją turėtų atlikti naikinimo strategijos sąnaudų ir naudos analizę trumpuoju ir ilguoju laikotarpiais.

Manau, kad turėtų būti nustatytos demarkacinės zonos. Be to, labai svarbu, kad būtų apribotas pesticidų naudojimas dideliu mastu, nes tai kelia pavojų žmonių ir gyvūnų sveikatai bei aplinkai.

Aldo Patriciello (PPE), *per iscritto*. – Da meridionalista ed esponente politico di un territorio drammaticamente colpito dal problema, non posso che esprimere il mio voto favorevole riguardo al lavoro svolto dai miei colleghi in merito alla questione della *Xylella fastidiosa*, che rappresenta una minaccia immediata e altamente pericolosa. Il problema non può e non deve essere contingentato alla produzione di talune colture dell'Europa meridionale, fra cui l'olivo, il mandorlo e il pesco (come anche le piante ornamentali), ma deve essere considerato una minaccia che potrebbe portare a perdite devastanti e senza precedenti, con ingenti conseguenze economiche, ambientali e sociali per migliaia di cittadini europei.

Florian Philippot (NI), *par écrit*. – La bactérie *Xylella fastidiosa* a été importée d'Amérique centrale et elle détruit actuellement les oliviers de la région des Pouilles en Italie.

Il y a bien entendu un risque de propagation. Des mesures doivent être prises au niveau européen. Lutter contre ses ravages est scientifiquement difficile; la solution retenue a été l'arrachage, ce qui ne semble pas être le plus satisfaisant. L'utilisation de produits pesticides ciblée est plus efficace mais nourrit des inquiétudes sur leurs effets.

Le gouvernement français a préventivement décidé d'interdire les importations de végétaux des régions infectées, ce qui a d'ailleurs provoqué des critiques, la France étant accusée de ne pas respecter les règles du libre-échange. Il convient donc de soutenir toute proposition de limitation des importations et de protection du territoire européen et le renforcement des contrôles. Comme la résolution propose ce genre de mesures, je vote pour.

Tonino Picula (S&D), *napisan*. – Bakterija *Xylelle fastidiosa* je iznimno opasna bakterija koja je već uzrokovala znatne gubitke u maslinarskom sektoru na jugu Italije gdje će biti posječeno ukupno 11 milijuna zaraženih stabala. Prisutnost bakterije *Xylelle fastidiose* uzrokuje ozbiljnu gospodarsku štetu ne samo proizvođačima maslina nego čitavom proizvodnom lancu, turizmu te marketinškim aktivnostima jer maslinarstvo je mnogo više od poljoprivredne grane. Ono je temelj tisućljetnih kultura na Mediteranu. Obzirom na to da bolest prenose kukci, ugroženi su maslinici i ostalih mediteranskih zemalja. Paralelno s širenjem epidemije bakterije *Xylelle fastidiose* na jugu Italije u Hrvatskoj je prošlogodišnji urod maslina bio čak 90% niži od prosječnog zbog pojave bolesti maslinove muhe. Očekivanja od uroda ove godine su jednako loša.

U raspravi o ovoj temi na plenarnom zasjedanju u travnju predstavnik Komisije je izjavio da će Komisija pronaći način kako financijski pomoći maslinarima, kroz programe ruralnog razvoja ili Horizon 2020. Nastavno na izjavu Komisije i usvajanje ove rezolucije Europskog parlamenta nadam se da će Komisija poduzeti konkretne mjere. Komisija je, kako bi spriječila širenje epidemije bakterije *Xylelle fastidiosa,* dodijelila dodatnih sredstava malinarskom sektoru diljem Europe koji je prošle godine snažno pogođen epidemijom spomenute bakterije, ali i drugim oboljenjima poput maslinove muhe i paunovog oka.

Andrej Plenković (PPE), *napisan*. – Podržavam prijedlog rezolucije o epidemiji bakterije *Xylella fastidiosa* koja napada masline iz razloga što je epidemija već sada napravila posljedice neviđenih razmjera u južnoj Europi, posebno u južnoj Italiji s dramatičnim ekonomskim, društvenim i ekološkim posljedicama. Zabrinjavajućom činjenicom smatram da *fastidiosa* ima širok raspon domaćina, uključujući mnoge vrste u EU-u kao što su maslina, limun, vinova loza, badem, breskve, šljive i niz drugih. Zbog velikih poteškoća oko zaustavljanja širenja epidemije, EU mora poduzeti sve potrebne mjere kako bi se što prije spriječilo njeno širenje na ostale države članice. Pozdravljam mjere EU-a koje zahtijevaju od država članica da obavijeste ukoliko dođe do epidemije te da zaustavljanje širenja infekcije mora biti iskorjenjivanjem biljaka odmah na mjestu i u radijusu od 100m, bez obzira na zdravstveno stanje biljke.

Smatram da provedba strogih mjera usredotočenih na uvoz posebice iz država zaraženih epidemijom i država trećeg svijeta moraju biti prioritet jer sprječavanje kretanja zaraženih biljaka i kukaca jedino može pomoći da se spriječi širenje štetnika u druge države i područja EU-a. Zbog geografskog položaja i povezanosti s Italijom opasnost postoji i za Hrvatsku kojoj bi ova epidemija donijela nepopravljivu štetu posebice iz podataka koji pokazuju da u Hrvatskoj ima između 2.5 - 3.5 milijuna stabala.

Salvatore Domenico Pogliese (PPE), *per iscritto*. – La risoluzione che abbiamo approvato a larga maggioranza in Plenaria sulla *Xyella fastidiosa* è di estrema importanza vista la situazione catastrofica che il batterio sta creando in Puglia e specialmente nel Salento. La Commissione dovrà tener conto di ciò che è indicato nella risoluzione, specialmente quando si parla di eradicazione degli ulivi già infettati e di quelli sani ma solo se entro una fascia di cento metri dai nuovi focolai. Era altresì di grande importanza che nella risoluzione si chiedessero risarcimenti per gli agricoltori penalizzati dall'epidemia, che in questo momento versano in una situazione economico-finanziaria molto difficile. Bisogna, come indicato, spingere per degli studi e una ricerca scientifica sul contrasto del batterio più incisivi; si potrebbe anche pensare a dei fondi specifici per questa emergenza vista la gravità della situazione. Anche un maggiore controllo alle frontiere è una misura necessaria, attraverso misure per le importazioni più restrittive che proteggano le nostre colture.

Franck Proust (PPE), *par écrit*. – Depuis 2013, la bactérie *Xylella fastidiosa* a ravagé les oliviers dans le sud de l'Italie et menace de s'étendre au pourtour méditerranéen. Cette bactérie représente un risque majeur pour le territoire européen. Il est alors primordial de mettre en œuvre des mesures d'urgence à l'échelle européenne pour endiguer ce phénomène.

Ainsi, les députés européens ont adopté une motion de résolution commune concernant les mesures de l'Union. J'ai voté en faveur de ce texte et je souligne le caractère urgent de la situation. Mais nous devons aller plus loin. J'insiste particulièrement sur la nécessité de renforcer les mesures de prévention et de décontamination et de modifier le règlement relatif aux maladies des plantes afin de renforcer les contrôles aux frontières des produits importés.

Frédérique Ries (ALDE), *par écrit*. – Xylella fastidiosa, un nom barbare pour une bactérie récemment découverte dans le sud de l'Italie, dans la province de Lecce plus exactement, et qui a déjà causé des dommages considérables aux oliveraies de cette région.

Le Parlement européen a pris très au sérieux cette menace en adoptant ce midi une résolution sur cet agent pathogène qui inquiète autorités et monde agricole. Cette dernière fait suite à la décision prise le 28 avril par les experts des vingt--huit pays de l'Union européenne de renforcer les mesures de prévention et en particulier d'interdire l'importation pour les caféiers en provenance du Honduras et du Costa Rica, puisque trois plants de caféiers ont été analysés comme contaminés par Xylella le 15 avril dernier.

Constatant que Xylella fastidiosa constitue une menace immédiate très dangereuse pour la production d'autres cultures, telles que les amandiers, les pêchers et les plantes ornementales, les députés européens demandent à la Commission de coopérer au mieux avec les États membres concernés en s'appuyant sur l'expertise de l'Autorité européenne de sécurité des aliments. L'EFSA a d'ailleurs déjà exprimé dans une communication l'importance de cibler les importations de plantes hôtes afin d'éviter que 2015 ne soit l'année de la dissémination de cette bactérie en Europe.

Robert Rochefort (ALDE), *par écrit*. – J'ai soutenu la résolution sur la propagation de la bactérie *Xylella fastidiosa*.

Cette bactérie menace sérieusement la production de certaines cultures du Sud de l'Europe telles que les oliviers, les amandiers mais également les vignes ou les agrumes. Ce phénomène entraîne des graves conséquences environnementales, sociales et économiques avec des pertes sur le plan de la production agricole ainsi que sur les activités liées au patrimoine ou à la culture.

Nous devons prendre des mesures efficaces afin d'éviter la propagation de cette bactérie mais également venir en aide aux producteurs. Il faut cibler les cultures les plus exposées, indemniser les producteurs, utiliser les fonds disponibles pour contribuer au redressement économique des zones touchées ou encore mettre en œuvre des mesures préventives.

Alors que la propagation est difficile à endiguer une fois qu'une région est infestée, la prévention et la sensibilisation sont essentielles dans les zones de l'UE susceptibles d'être touchées. Nous souhaitons être continuellement informés par la Commission européenne de toute évolution de la situation afin de rester attentifs aux dangers de *Xylella fastidiosa*.

Liliana Rodrigues (S&D), *por escrito*. – Trata-se de uma proposta de resolução comum relativa ao surto da bactéria Xylella fastidiosa, que afeta principalmente oliveiras, amendoeiras, pessegueiros, vinhas e pomares de citrinos. Devem ser tomadas em conta as diretivas expressas na proposta, de maneira a evitar a sua propagação, sem, todavia, esquecer a recuperação económica das áreas afetadas.

Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (S&D), *por escrito*. – He votado a favor de esta resolución que solicita a la Comisión la adopción de medidas más eficaces para impedir la propagación de la *Xylella fastidiosa* en la UE.

La *Xylella fastidiosa* es una bacteria con un enorme potencial patógeno sobre gran número de plantas que puede causar graves pérdidas en la agricultura europea y en la cadena agroalimentaria. Su aparición en Italia, con 9 millones de olivos afectados - al parecer por contagio de una planta ornamental infectada que entró por Róterdam-, pone de manifiesto el mal funcionamiento de la protección fitosanitaria de la UE frente a importaciones de terceros países y la lentitud de la Comisión para reaccionar ante un problema que, si no se consigue atajar a tiempo, puede ser devastador para los olivos del sur de Europa y cuya propagación también amenaza a los cítricos y al viñedo. Es necesario, pues, revisar el sistema fitosanitario oficial de la UE aplicable a las importaciones, introducir un sistema preventivo para los controles de las importaciones, poner en marcha el establecimiento obligatorio del pasaporte fitosanitario del olivo y utilizar todos los fondos e instrumentos que sean posibles para contribuir a la recuperación económica de las zonas afectadas.

Claude Rolin (PPE), *par écrit.* – Le Parlement européen a adopté une résolution demandant des mesures supplémentaires pour éviter la propagation de la bactérie *Xylella fastidiosa* qui infecte les oliviers dans les Pouilles, en Italie. À noter que *Xylella fastidiosa* constitue une menace immédiate très dangereuse pour la production de certaines cultures dans le sud de l'Europe, notamment les oliviers, les amandiers et les pêchers ainsi que les vignes et les agrumes. La bactérie pourrait également entraîner des pertes colossales sans précédent et de graves conséquences économiques, environnementales et sociales.

Le Parlement a donc invité la Commission à prendre des mesures ciblées pour éviter la propagation de *Xylella fastidiosa* dans l'Union. Il lui a été demandé d'indemniser les producteurs à la suite des mesures d'éradication et de la perte de revenus, et d'utiliser tous les fonds et instruments possibles pour contribuer au redressement économique des zones touchées. Le Parlement a également demandé le déblocage de moyens plus importants pour veiller à la détection des organismes nuisibles aux points d'entrée dans l'Union. Enfin, le Parlement a exigé la création d'une base de données publique qui permette d'échanger des informations et d'élaborer des lignes directrices détaillées en vue de l'application de mesures de prévention et de lutte contre la maladie.

Tokia Saïfi (PPE), *par écrit.* – La bactérie *Xylella* est responsable de l'épidémie actuelle qui touche particulièrement les oliviers dans le sud de l'Europe.

Afin de combattre cette épidémie, il est nécessaire de renforcer les contrôles des produits aux frontières de l'Union car sans cela, nous risquons de devoir abattre les plantes contaminées et de mettre en péril les exploitants européens.

En parallèle de ces actions, il est nécessaire de renforcer le financement de la recherche afin de trouver au plus vite des solutions pour éradiquer la bactérie et préserver les cultures en place. Plus de 300 000 espèces végétales sont actuellement menacées, d'où l'urgence et la nécessité d'agir au plus vite; c'est en ce sens que j'ai soutenu cette résolution.

Massimiliano Salini (PPE), *per iscritto.* – Ho votato a favore della proposta di risoluzione sull'epidemia di *Xylella fastidiosa* che colpisce gli ulivi. È tempo che l'Europa intervenga per risolvere un problema che ha seriamente danneggiato una coltura e un prodotto derivato che ci ha reso famosi in tutto il mondo.

Il batterio in oggetto, giunto in Italia con l'importazione di piante ornamentali di caffè dall'America centrale, ha colpito le distese di uliveti di cui la Puglia è ricca, obbligando i coltivatori a sradicare e bruciare le piante perché infette e pericolose anche per la fauna. Sono d'accordo affinché la Commissione possa aumentare i controlli sull'importazione, compensare i danni e stanziare risorse adeguate, ad esempio nel quadro del programma Orizzonte 2020, per svolgere ricerche e analisi sulla *Xylella fastidiosa* e i suoi vettori e per individuare rimedi.

Lola Sánchez Caldentey (GUE/NGL), *por escrito***.** – Hemos votado en contra de esta resolución ya que consideramos que las medidas que se plantean no solo son insuficientes, sino que atentan contra el futuro del sector agrícola del olivar. La escalada en el foco de infección es una realidad constatable ante esta situación alarmante la propuesta que se hace desde la comisión es la erradicación como solución de carácter urgente. Para nosotros es inviable plantear tal escenario como único camino a frenar el contagio masivo. Estas medidas no reflejan las indemnizaciones por pérdidas ni la edad de los olivos, así como las particularidades que conlleva la producción de cada uno de ellos.

En esta resolución no se niega en ningún momento la posibilidad de recalificar el suelo agrícola para otros usos distintos del de origen ante una eliminación de los arbustos infestados. Así como tampoco se hace hincapié en la importancia de la sostenibilidad de la tierra y de la protección de los sectores que viven de ella.

Lidia Senra Rodríguez (GUE/NGL), *por escrito.* – He votado en contra de la presente resolución porque no refleja el daño real que la tala masiva de árboles puede acarrear a los habitantes de la Región de Puglia, en Italia. No se tienen garantías de que los tratamientos químicos aprobados erradicarán esta grave enfermedad, mientras que acarreará graves costes a los agricultores y no se pone freno a las importaciones de regiones infectadas. Nuestro grupo parlamentario de la Izquierda Europea ha propuesto una resolución alternativa con el grupo de los Verdes y el Movimiento Cinco Estrellas de Italia, que señalaba los riegos ambientales de los tratamientos propuestos y de la necesidad de ayudar a los agricultores afectados. De cara a los importantes riesgos que esta enfermedad puede suponer para nuestro país no creemos que esta resolución proponga las medidas apropiadas de control de importaciones internacionales para evitar la propagación y es por esto por lo que he decidido votar en contra.

Remo Sernagiotto (PPE), *per iscritto*. – L'epidemia di *Xylella fastidiosa* che si sta diffondendo nel Sud Italia ha provocato gravi danni al settore agricolo, in particolare agli uliveti della Puglia. In queste circostanze è auspicabile una maggiore coordinazione e sinergia tra le misure d'emergenza disposte dall'Unione e gli interventi nazionali e regionali al fine di prevenire, controllare ed eradicare il batterio. È importante che i mezzi messi in campo per combattere il patogeno siano proporzionati agli obiettivi, in modo da preservare il più possibile il territorio e l'ambiente. Inoltre mi auguro che siano tenuti nella dovuta considerazione i sacrifici sopportati dagli agricoltori predisponendo opportune e adeguate forme di compensazione.

Ho pertanto deciso di votare a favore di questa risoluzione nella speranza che possa contribuire ad una migliore comprensione e soluzione del problema a livello europeo.

Ricardo Serrão Santos (S&D), *por escrito*. – Vivemos num contexto de mercado globalizado, em que as nossas fronteiras estão mais abertas, mas em que a permeabilidade é, obviamente, controlada. Este controlo compreende um tipo de fiscalização que deve pautar-se pela reciprocidade relativamente às práticas dos nossos parceiros comerciais e pelo risco associado à origem dos produtos. As doenças dos animais e das plantas podem ter efeitos devastadores do ponto de vista económico e ambiental e o risco de disseminação é, neste contexto, elevado. A fiscalização nas fronteiras deve ser efetuado de forma eficaz, mas esta eficácia dificilmente é absoluta. É uma competência que, pela sua natureza, cabe à esfera da União Europeia implementar, apoiando-se naturalmente nas capacidades dos Estados-Membros. Em caso de surto de doenças de animais e plantas exige-se a mobilização de todos os meios para a contenção da propagação e, para isto, impõe-se a solidariedade europeia.

Siôn Simon (S&D), *in writing*. – The Commission should ensure that sufficient financial and human resources are available to implement the relevant strategies, including financial support for farmers to apply appropriate agricultural practices for the management of Xylella fastidiosa and its vectors. This resolution urges the Commission to promote intensified research efforts without delay, with a view to increasing scientific knowledge of Xylella fastidiosa and positively identifying the nature of the link between the pathogen, the symptoms and the development of disease.

Davor Škrlec (Verts/ALE), *napisan*. – Smatram kako epidemija bakterije *Xylella fastidiosa* koja napada stabla maslina predstavlja veliku opasnost i kako je potrebno brzo reagiranje odgovarajućih tijela u suzbijanju iste. Bakterija se pojavila u regiji Apulija u južnoj Italiji te je kao potencijalna prijetnja nasadima u drugim regijama poprimila ozbiljne razmjere bez presedana s dramatičnim gospodarskim, okolišnim i društvenim posljedicama. Metoda iskorjenjivanja koju je predložila Komisija kako bi se spriječilo širenje zaraze trebala bi biti proporcionalna razini katastrofa s ciljem promicanja dobrog agronomskog upravljanja i zdravlja bilja, uključujući u odabiru najprimjerenije metode nadzora prijenosnika. Uravnotežen i biološki raznolik agronomski ekosustav koji je otporniji na invazivne nametnike jedan je od načina sprečavanja podložnosti bolestima bilja i širenju tih bolesti.

Izražavam i iznimnu zabrinutost u kontekstu Republike Hrvatske koja se nalazi u neposrednoj blizini zaraženog područja.

Igor Šoltes (Verts/ALE), *pisno*. – Leta 2013 se je v južni Italiji, v Apuliji, pojavilo propadanje oljk. Hitra širitev in uničujoči učinki bakterije Xylella fastidosa so zelo zaskrbljujoči. Bakterija povzroča škodo na različnih rastlinah, v Evropi pa so za zdaj najbolj ogrožene oljke. Leta 2013 je bilo okuženih 8.000 ha nasadov, v letu 2014 pa se je okuženo območje še povečalo. Omenjeni pojav predstavlja veliko grožnjo oljčnim nasadom in pridelovalcem oljk v Evropi, zato je potrebno ukrepati in širjenje bolezni kar se da hitro omejiti oziroma ustaviti.

Popolni posek oljčnih nasadov in uporaba strupov na ogromnih površinah vsekakor niso sprejemljivi in so ekološko neprimerni. Poleg tega obstaja verjetnost, da se s posekom bolezen ne bo izkoreninila in bi po uničenju prvega milijona oljčnih dreves našli nov milijon okuženih. Razmisliti bi bilo treba o drugačnih ukrepih, kot je na primer zdravljenje oljčnih dreves z vbrizgavanjem „zdravila" proti bakteriji xylella fastidiosa. Problematika je zelo resna, če se je ne bomo lotili premišljeno in hitro. Z ukrepi, ki so bili predlagani v resoluciji, se ne strinjam in tudi kot član zelenih se zavzemam za okolju prijazne prijeme, ki ne bodo dodatno obremenili narave in rastlinja. Zato sem glasoval proti omenjeni resoluciji.

Renato Soru (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore della risoluzione relativa all'epidemia causata dal batterio *Xylella fastidiosa*, che sta decimando gli alberi di ulivi in ampie zone della regione Puglia e minaccia di diffondersi in altre aree.

Nel testo chiediamo alla Commissione europea due misure urgenti: compensare in tempi rapidi i produttori che hanno subito perdite in seguito alle eradicazioni di olivi eseguite per arginare il contagio del batterio *Xylella fastidiosa* oltre i confini dell'Italia; intensificare gli sforzi nella ricerca e nella prevenzione, destinando maggiori finanziamenti e collaborazione internazionale.

Il testo sostiene, inoltre, la decisione dell'UE di limitare le importazioni di piante provenienti dalle aree affette di paesi terzi, in particolare le importazioni di piante di caffè provenienti da Costa Rica e Honduras; tuttavia, per evitare che epidemie del genere si diffondano ancora nel territorio dell'Unione, è anche necessario rivedere il sistema di controllo fitosanitario dell'UE, introducendo, se necessario, ulteriori restrizioni alle importazioni.

Davor Ivo Stier (PPE), *napisan*. – *Xylella fastidiosa* je opasna bakterija koja može prouzročiti velike gubitke u poljoprivredi. Potaknuti slučajevima u Brazilu i Kaliforniji, nužno je brzo reagirati i spriječiti daljnje širenje zaraze koja može pogoditi mnoge poljoprivredne kulture kao što su stabla maslina, badema, bresaka, te ukrasnog bilja. Također, potencijalna je prijetnja i drugim kulturama kao što su vinove loze i agrumi. Podržavam ovaj prijedlog rezolucije jer su osim brze reakcije za sprječavanje daljnje zaraze *Xylellaom fastidiosaom* potrebne i aktivnosti kojima je cilj sprječavanje novih zaraza drugim vrstama bakterija i bolesti, kao što su istraživanje i veća kontrola uvoza zaražene robe u Europsku uniju.

Catherine Stihler (S&D), *in writing*. – I support this resolution on the outbreak of outbreak of *Xylella fastidiosa* affecting olive trees. This outbreak is highly contagious and could pose a serious threat to other species of plants across the European Member States, therefore swift action is needed.

Dubravka Šuica (PPE), *napisan*. – Glasovanjem sam podržala Prijedlog rezolucije o epidemiji bakterije *Xylella fastidiosa* koja napada stabla maslina. *Xylella* je vrlo opasna neposredna prijetnja proizvodnji pojedinih usjeva u južnoj Europi, uključujući stabla maslina, badema, bresaka i ukrasnog bilja te potencijalna prijetnja drugim kulturama, kao što su vinogradi i stabla citrusa, te može dovesti do neslućenih i razornih gubitaka, s dramatičnim ekonomskim, ekološkim i društvenim posljedicama. Bakterija već uzrokuje teška oštećenja maslinika u regiji Apulja u južnoj Italiji, potencijalno prijeteći drugim usjevima i regijama. *Xylella* je već opustošila, razorila i upropastila velike površine proizvodnje u trećim zemljama, poput vinograda u Kaliforniji i nasada citrusa u Brazilu. Pozdravljam odluku koju je u travnju 2015. donijela Europska komisija da se zaustavlja uvoz zaraženih sadnica kave iz Kostarike i Hondurasa. Treba promicati pojačane istraživačke napore bez odgode, uključujući označavanje sredstava raspoloživih za istraživačke institute, za unaprijeđivanje našeg znanstvenog znanja o Xylelli i pozitivno identificiranje patogena - uzročnika smrti maslina. Europska komisija i države članice trebaju nadoknaditi proizvođačima mjere iskorjenjivanja i gubitak prihoda – što uključuje gubitak ne samo u vidu poljoprivredne proizvodnje, nego i u vidu kulturne baštine, povijesti te djelatnosti vezanih uz turizam.

Richard Sulík (ECR), *písomne* – Návrh som podporil, pretože súhlasím s opatreniami na boj proti baktérii Xylella fastidiosa. Vzhľadom na možné šírenie nákazy v rámci EÚ ide o problém, ktorý sa naozaj týka celej Európskej únie, a teda o problém, ktorý je v kompetencii EÚ.

Patricija Šulin (PPE), *pisno*. – Glasovala sem za resolucijo o izbruhu bakterije Xyella fastidiosa, ki napada oljke, saj predstavlja sprejem ukrepov za boj proti hudim posledicam bakterije. V Sloveniji, v slovenski Istri, v manjši meri tudi na območju Goriških brd, ima oljkarstvo zelo dolgo tradicijo. V Sloveniji je okrog 1.900 ha oljčnikov. Slovenska pridelava oljčnega olja je v primerjavi z ostalimi državami članicami pridelovalkami oljčnega olja sicer zanemarljiva, vendar pa oljčno olje dosega visoko kakovost. Podprla sem to resolucijo, ki opozarja na katastrofalno stanje, s katerim se soočajo oljkarji. Podpiram tudi pripravo ustreznih smernic za ukrepe v boju proti širjenju te bolezni.

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *γραπτώς*. – Υπάρχουν λύσεις για την καταπολέμηση της νόσου χωρίς συνέπειες για το περιβάλλον.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Tibor Szanyi (S&D), *írásban*. – Szavazatommal támogattam az olajfákat érintő Xylella fastidiosa fertőzés kitörésével kapcsolatos állásfoglalásra irányuló indítványt, mivel egy rendkívül veszélyes, közvetlen fenyegetést jelentő fertőzés megoldását szorgalmazza. Fontosnak tartom megjegyezni, hogy a címben szereplő olajfák mellett a kórokozó veszélyt jelent a mandula- és barackfákra, dísznövényekre is. Az indítvány felhívja a figyelmet arra, hogy a baktérium típusától függően potenciális fenyegetést jelent a szőlőkre, a citrusfélékre és más növényekre, továbbá drámai gazdasági, környezeti és szociális következményeket maguk után vonó, soha nem látott mértékű és pusztító károkat okozhat. Ennek értelmében ez nem csak a dél-európai termelési régiókra veszélyes.

Egyetértek azzal, hogy egy ilyen fertőzés súlyos gazdasági károkat okoz, nem csak a termelők, hanem az egész termelési lánc (ezen belül a szövetkezeti és magántulajdonban lévő üzemek), a turizmus és a forgalmazók számára is. A kialakult fenyegetés feloldásának egyik eleme, hogy a fertőzött termékek Unióba való behozatalát megakadályozzuk célzott intézkedések révén, szükség esetén szigorúbb intézkedések bevezetésével. Bízom benne, hogy az EU megtalálja a megoldást a fertőzés megállítása érdekében, ehhez azonban, úgy vélem, gyorsabban kell reagálni az ilyen típusú fertőzések felszámolása érdekében. Ezzel kapcsolatban egyetértek az indítvány azon javaslatával, mely szerint felül kell vizsgálni az EU hivatalos növény-egészségügyi ellenőrző rendszerének megvalósítását.

Dario Tamburrano (EFDD), *per iscritto*. – La risoluzione comune era troppo debole, e secondo me più dannosa che utile alla biodiversità mediterranea. Il problema non è certo nella quantità o qualità dei pesticidi che verranno usati per abbattere l'agente patogeno, anche perché non è ancora chiaro dal punto di vista scientifico se la malattia si sia sviluppata per le ragioni che hanno condotto alle prime eradicazioni. Sull'agente che causa il disseccamento rapido degli ulivi sono necessari altri studi e vi è il sospetto fondato che all'origine dell'epidemia vi sia invece la trascuratezza con cui vengono tenuti gli ulivi. La politica agricola comune penalizza i piccoli produttori, questo è un dato di fatto: da qui, la mancanza di cure agli uliveti, l'indebolimento delle piante e il facile successo dei patogeni.

La risoluzione che aveva presentato il Movimento 5 Stelle voleva porre l'accento sui rischi di desertificazione e di distruzione del patrimonio agricolo che l'attuale programma di eradicazione porta con sé. Sarebbe stata molto più utile, almeno per porre qualche dubbio alle autorità italiane ed europee, per lo meno al fine di porsi le giuste domande. Ancora una volta, viva l'Europa.

Marc Tarabella (S&D), *par écrit*. – L'UE doit prendre des mesures fortes, ciblées et efficaces, pour prévenir la propagation de la bactérie Xylella fastidiosa au-delà de l'Italie, où elle endommage gravement les oliviers, selon une résolution adoptée par le Parlement mercredi. Les députés se félicitent des restrictions européennes à l'importation de plantes des zones touchées dans les pays tiers et demandent que les producteurs soient indemnisés pour leurs pertes.

Pavel Telička (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of the resolution calling for further measures to prevent the spread of the *Xylella fastidiosa* bacterium destroying olive trees in Italy. *Xylella fastidiosa* is a dangerous threat to the production of certain crops and urgent measures are needed. Indeed it is urgent to take initiatives to avoid the spread of *Xylella fastidiosa* within the EU, in particular by targeting the crops most at risk, while not neglecting other crops that could also be seriously affected by the disease. We should also bring support to the producers affected by this bacterium.

Isabelle Thomas (S&D), *par écrit*. – *Xylella fastidiosa* est une bactérie qui menace la production agricole en Europe. Elle a récemment pénétré en Italie, et met en danger plus de 150 espèces de végétaux. Elle a déjà des conséquences dramatiques dans les Pouilles où des millions d'oliviers ont été arrachés, sans aucune garantie d'éviter l'épidémie.

Face à ce danger, nous avons constitué une majorité de députés afin d'enjoindre la Commission à prendre les mesures nécessaires pour arrêter la propagation de la bactérie. Ainsi, le système actuel de contrôle à l'importation de végétaux, très défaillant, sera révisé pour que la dissémination des maladies soit empêchée. Cela doit se traduire par la délivrance de passeports phytosanitaires par exemple. Je déplore et m'inquiète toutefois que certains renforcement de la réglementation comme la mise en quarantaine des produits susceptibles d'avoir été infectés par *Xyllela fastidiosa* n'aient pas convaincu une majorité de députés.

Enfin j'espère que la Commission européenne réagira rapidement à notre demande de mobilisation de fonds pour venir en aide aux zones touchées par cette bactérie.

Ruža Tomašić (ECR), *napisan.* – Podržala sam Prijedlog rezolucije jer smatram da pojava bakterije Xylella fastidiosa koja napada stabla maslina u Italiji predstavlja ozbiljnu opasnost za europske maslinare. Hrvatska kao susjedna zemlja i zemlja s dugom i bogatom tradicijom uzgoja i prerade maslina izložena je velikom riziku pojave ove bolesti. Kako za ovu bakteriju ne postoji lijek potrebno je poduzeti sve moguće preventivne mjere i mjere kontrole uvoznih proizvoda. Na taj način bi se moglo zaustaviti njezino širenje i udomaćivanje u drugim područjima što bi moglo rezultirati teškim posljedicama poput smanjenog uroda i velikih šteta, a što bi na kraju zahtijevalo još skuplje mjere kontrole.

Stoga podržavam donošenje odredbi koje će pomoći pri obuzdavanju i eventualnom iskorjenjivanju ove bolesti. Kako bi borba s ovim problemom bila učinkovita maslinarima je potrebno osigurati odgovarajuće naknade za gubitak stabala kao i dodatna sredstva i informacije kako bi se na pravovaljan način mogli izboriti s pojavom ove bolesti.

Estefanía Torres Martínez (GUE/NGL), *por escrito.* – Hemos votado en contra de esta resolución ya que consideramos que las medidas que se plantean no solo son insuficientes, sino que atentan contra el futuro del sector agrícola del olivar. La escalada en el foco de infección es una realidad constatable ante esta situación alarmante la propuesta que se hace desde la comisión es la erradicación como solución de carácter urgente. Para nosotros es inviable plantear tal escenario como único camino a frenar el contagio masivo. Estas medidas no reflejan las indemnizaciones por pérdidas ni la edad de los olivos, así como las particularidades que conlleva la producción de cada uno de ellos.

En esta resolución no se niega en ningún momento la posibilidad de recalificar el suelo agrícola para otros usos distintos del de origen ante una eliminación de los arbustos infestados. Así como tampoco se hace hincapié en la importancia de la sostenibilidad de la tierra y de la protección de los sectores que viven de ella.

Ramon Tremosa i Balcells (ALDE), *in writing.* – This is an important resolution as it tackles several issues affecting our agriculture sector. Making sure that imported food products do not bring any infections that may spread to Europe has relevance in safeguarding our own agriculture.

This is an important resolution for the olive tree sector, but it is also very important for the whole of the agriculture sector. It creates a precedent to encourage the Commission to be proactive and faster in tackling these situations. Hence, I welcome this resolution to mitigate the big problem of the outbreak of Xylella fastidiosa but I also welcome it because it raises awareness in the EU institutions that more needs to be done, and faster sometimes, to safeguard EU producers and consumers.

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL), *por escrito***. –** Hemos votado en contra de esta resolución ya que consideramos que las medidas que se plantean no solo son insuficientes, sino que atentan contra el futuro del sector agrícola del olivar. La escalada en el foco de infección es una realidad constatable ante esta situación alarmante la propuesta que se hace desde la comisión es la erradicación como solución de carácter urgente. Para nosotros es inviable plantear tal escenario como único camino a frenar el contagio masivo. Estas medidas no reflejan las indemnizaciones por pérdidas ni la edad de los olivos, así como las particularidades que conlleva la producción de cada uno de ellos.

En esta resolución no se niega en ningún momento la posibilidad de recalificar el suelo agrícola para otros usos distintos del de origen ante una eliminación de los arbustos infestados. Así como tampoco se hace hincapié en la importancia de la sostenibilidad de la tierra y de la protección de los sectores que viven de ella.

Ernest Urtasun (Verts/ALE), *por escrito.* – He votado en contra de esta resolución porqué no da respuesta al problema de la rápida propagación y los efectos devastadores de la plaga de bacteria Xylella fastidiosa. Actualmente está afectando a Italia pero supone una potencial amenaza para todo el meditarraneo, especialmente para los pequeños agricultores y cultivadores de olivos y cítricos. Por tanto la respuesta europea debería estar a la altura, ya que el uso masivo de pesticidas, además de debilitar gravemente la biodiversidad, deja las zonas dónde se han utilizado sin ningún tipo de resistencia natural a plagas posteriores.

Ivo Vajgl (ALDE), *in writing*. – I voted in favour of the resolution concerning the 'Outbreak of *Xylella fastidiosa* affecting olive trees' in Southern Europe, as we should act immediately and secure the EU's olive oil production but also the main source of income of thousands Southern Europeans.

It is our mission to find solutions and take effective measures, so we should prevent the further spread of this bacterium. The European Parliament should safeguard not only EU olive oil and olive production but should also take all the necessary measures so that *Xylella fastidiosa* will not attack other plants.

I believe that this resolution is extremely significant since *Xyllela fastidiosa* is an enemy of Europe's agriculture, its tourism and therefore its economy and demands an immediate solution and action.

Marco Valli (EFDD), *per iscritto*. – Il contagio *Xylella* sta mettendo in serio pericolo milioni di alberi di ulivo e l'economia di interi territori. Il batterio arrivato dall'America Latina sta distruggendo, infatti, un patrimonio di piante secolari. È preoccupante l'attuale programma di eradicazione su vasta scala adottato dalla Commissione, considerati i potenziali rischi di desertificazione e di distruzione del patrimonio agricolo affiancati dalla mancanza di chiare prove scientifiche della reale efficacia della strategia adottata per prevenire la diffusione dell'agente patogeno. In questa direzione, ritengo quindi essenziale valutare soluzioni alternative che salvaguardino anche il comparto agroalimentare e l'ambiente delle regioni interessate. È inoltre importante garantire sostegni concreti agli agricoltori coinvolti affinché sia possibile adottare pratiche agricole adeguate per contrastare la *Xylella* e i suoi vettori, assicurando altresì un risarcimento confacente per le fonti di sussistenza e il reddito perduti in caso di eradicazione degli ulivi e di altre piante potenzialmente ospiti del batterio. Per i motivi di cui sopra, ho pertanto sostenuto la proposta di risoluzione B8-0450/2015.

Ángela Vallina (GUE/NGL), *por escrito*. – He votado en contra de la presente resolución porque no refleja el daño real que la tala masiva de árboles puede acarrear a los habitantes de la Región de Puglia, en Italia. No se tienen garantías de que los tratamientos químicos aprobados erradicarán esta grave enfermedad, mientras que acarreará graves costes a los agricultores y no se pone freno a las importaciones de regiones infectadas. Nuestro grupo parlamentario de la Izquierda Europea ha propuesto una resolución alternativa con el grupo de los Verdes y el Movimiento Cinco Estrellas de Italia, que señalaba los riegos ambientales de los tratamientos propuestos y de la necesidad de ayudar a los agricultores afectados. De cara a los importantes riesgos que esta enfermedad puede suponer para nuestro país no creemos que esta resolución proponga las medidas apropiadas de control de importaciones internacionales para evitar la propagación y es por esto por lo que he decidido votar en contra.

Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL), *par écrit*. – La culture des oliviers est un élément constitutif de la culture et de l'agriculture en Méditerranée. L'olivier fait partie du patrimoine, de l'histoire et, bien entendu, de l'économie de tout le pourtour méditerranéen notamment dans le Sud de la France et en Corse.

La propagation de la bactérie *Xylella fastidiosa* est un danger qui concerne toute l'Europe. L'Union Européenne peut agir pour favoriser la coordination de la lutte contre cette menace mais les mesures prises de «stricte éradication dans les zones infectées» conduit à la destruction de nombreuses plantes hôtes: oliviers mais aussi agrumes, vignes, pruniers, amandiers, tabacs, lauriers roses, chênes, ronces… dans un rayon de cent mètres autour de la plante contaminée.

De surcroît, l'utilisation massive et irraisonnée de pesticides est un danger pour la biodiversité, la santé humaine et animale. Chaque solution envisagée devrait faire l'objet d'une analyse des coûts et avantages à court et à long termes.

Des mesures de surveillance et de confinement comme des pratiques agricoles appropriées sont plus adaptées pour préserver et protéger les territoires et la biodiversité et donc pour apporter une réponse environnementale durable.

J'ai donc voté contre cette résolution.

Miguel Viegas (GUE/NGL), *por escrito*. – Esta resolução pede à Comissão que tome medidas não só para travar este surto, mas também para proteger o sector de futuros surtos através de medidas preventivas. Pede apoios aos agricultores visados que veem as suas culturas destruídas e incentivos para os agricultores que tomarem medidas efetivas na prevenção da infeção, e para os que tenham práticas agrícolas apropriadas para lidar com este problema. Pede ainda fundos para os institutos de investigação, a fim de aumentar o conhecimento científico da Xyllela fastidiosa, e para que se consiga identificar a natureza da ligação entre o patogénico, os sintomas e o desenvolvimento da doença. Acolhemos favoravelmente.

Harald Vilimsky (NI), *schriftlich*. – Durch den massenhaften Befall von Olivenbäumen mit Xylella fastidiosa besteht nicht nur die Gefahr der Zerstörung des landwirtschaftlichen Erbes, sondern auch, dass in den betroffenen Regionen rund 8000 Menschen ihren Arbeitsplatz verlieren werden. Die betroffenen Gebiete in Italien müssen „gesäubert" werden, damit die Verbreitung des Bakteriums in Europa verhindert wird, vor allem vor dem Hintergrund, dass auch schon in Kalifornien und Costa Rica große Gebiete aufgrund der Verbreitung dieses Bakteriums zerstört wurden. Außerdem halte ich die Forderung nach der Erforschung des Bakteriumstammes und die Schaffung zusätzlicher, weniger umweltfeindlicher Maßnahmen für sinnvoll. Deswegen habe ich für diese Entschließung gestimmt.

Daniele Viotti (S&D), *per iscritto*. – Ho votato a favore perché ritengo necessario un impegno dell'Unione europea nel sostegno agli agricoltori che stanno fronteggiando l'epidemia di *Xylella*. La Commissione dovrà mettere in campo strumenti di prevenzione e controllo ma, al tempo stesso, aiutare chi, a causa di questo morbo, sta rischiando moltissimo in termini economici e sociali.

Beatrix von Storch (ECR), *schriftlich*. – Mit meiner Fraktion habe ich der Entschließung zum Befall der Olivenbäume in Italien durch ein Bakterium zugestimmt. Olivenbäume in Italien werden von dem Bakterium Xylella fastidiosa angegriffen. Die Anwesenheit des Bakteriums in Italien wurde zum ersten Mal im Jahr 2013 entdeckt. Seitdem wurde es von Insekten in der Region Puglia verbreitet. In letzter Zeit wurde die Präsenz des Bakteriums auch in der Provinz Lecce festgestellt.

Ende April hat die Kommission Maßnahmen für die strikte Bekämpfung und Eindämmung in Italien vorgeschlagen. Experten der EU-Mitgliedstaaten waren sich einig, dass verstärkte Maßnahmen nötig sind, um eine weitere Ausbreitung zu verhindern. Ein risikobasierter Ansatz wurde in Bezug auf den Import vereinbart; die Einfuhr von Kaffeepflanzen aus Honduras und Costa Rica wurde gestoppt.

Die ECR-Fraktion will die umgehende Einführung von Eindämmungs- und Bekämpfungsmaßnahmen. Freier Handel ist ein sehr hohes Gut, findet aber seine Grenzen, wenn die Einfuhr der Produkte Schädigungen bei Dritten hervorruft.

Θεόδωρος Ζαγοράκης (PPE), *γραπτώς*. – Υπερψήφισα το παρόν ψήφισμα. Η προσβολή των ελαιόδεντρων από το βακτήριο Xylella fastidiosa έχει λάβει επιδημικές διαστάσεις στην περιοχή της Απουλίας, γεγονός που εγκυμονεί σοβαρούς κινδύνους για την ελαιοπαραγωγή στη Νότια Ευρώπη αλλά και άλλες καλλιέργειες όπως οι αμυγδαλιές, οι ροδακινιές και τα καλλωπιστικά φυτά. Σε άλλες του εκφάνσεις, το βακτήριο αποτελεί κίνδυνο και για τα αμπέλια και τα εσπεριδοειδή. Η παρούσα πρωτοβουλία θέτει τις προϋποθέσεις για λήψη μέτρων ώστε να στηριχτούν οι παραγωγοί και να ενισχυθούν οι μηχανισμοί προστασίας των καλλιεργειών.

Marco Zanni (EFDD), *per iscritto*. – Migliaia di ulivi eradicati o tagliati e ridotti a tronchi morti. È questo il triste scenario che si prospetta nel Salento, in Puglia, dove il batterio *Xylella fastidiosa* ha colpito le coltivazioni di olivi creando una vera e propria psicosi collettiva.

Questa risoluzione chiede di stanziare più fondi per la ricerca e per le aree colpite da questo batterio e un'intensificazione dei controlli alle frontiere oltre che un risarcimento a tutti gli agricoltori danneggiati dal diffondersi del batterio. Si è voluto imporre uno stop alle importazioni di piante di caffè infette da Honduras e Costa Rica ed è stato richiesto un controllo maggiore ai confini e all'interno degli stessi paesi membri per evitare il diffondersi del batterio, che non colpisce solo gli ulivi, ma anche molti altri tipi di piante. Inoltre, la Commissione è stata invitata ad elaborare degli orientamenti esaustivi per mettere in atto misure preventive e di controllo della malattia, che possano essere utilizzati come strumento di supporto anche dalle autorità e dai servizi competenti degli Stati membri.

In questo testo manca però un'analisi costi-benefici sulle strategie di eradicazione del patogeno, che potrebbero far eradicare alberi sani solo perché potenzialmente ospiti a prescindere da eventuali controlli.

Flavio Zanonato (S&D), *per iscritto*. – Oggi ho votato a favore della risoluzione sullo scoppio dell'epidemia di *Xylella fastidiosa*. La risoluzione invita la Commissione a prendere misure mirate contro la diffusione della *Xylella*, al fine, tra gli altri, di impedire l'importazione di materiale infetto nell'UE.

Trovo particolarmente opportuno chiedere alla Commissione l'applicazione di misure più severe, come l'autorizzazione delle importazioni da soli siti di produzione non colpiti dall'epidemia.

Concludo rinnovando l'invito alla Commissione affinché riveda l'attuazione del sistema di controllo fitosanitario europeo al fine di proteggere e salvaguardare il nostro territorio dall'epidemia.

Inês Cristina Zuber (GUE/NGL), *por escrito*. – Em 2013, foi notificada pela primeira vez pelas autoridades Italianas, a ocorrência da infeção pela bactéria Xyllela fastidiosa, tendo esta infetado toda a província da Apúlia, no sul de Itália. Na auditoria realizada à região a comissão auditora verificou que, aquando da auditoria, nenhuma medida tinha sido tomada pelas autoridades italianas para travar a infeção e a contaminação na região, existindo já varias zonas afetadas. Trata-se de um infeção bacteriana que afeta, na Europa, principalmente oliveiras, podendo infetar várias outras árvores de fruto. Em fevereiro de 2014 foram adotadas medidas de emergência que foram detalhadas em julho do mesmo ano. São propostas medidas concretas para travar este surto, como a proibição de importação de plantas sem certificado de fitossanidade que exclua a infeção por Xyllela fastidiosa, a proibição da movimentação de plantas para plantação, com a exceção das sementes e das plantas presentes na lista dos anexos da diretiva. Outras recomendações referem-se à suspensão de emissão de passaportes das plantas hospedeiras, à destruição imediata da totalidade da planta infetada, a eliminação e limpeza obrigatória de ervas circundantes e ao tratamento obrigatório com inseticidas dos viveiros para controlo dos vetores da infeção. Votámos a favor.

(La seduta, sospesa alle 14.20, è ripresa alle 15.00)

Președinte: ADINA-IOANA VĂLEAN

Vicepreședinte

12. Correções e intenções de voto: ver Ata

13. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

14. Relatório de 2014 referente aos progressos realizados pela Turquia (debate)

President. – The next item is the debate on the Council and Commission statements on the 2014 Progress Report on Turkey (2014/2953 (RSP)).

Zanda Kalniņa-Lukaševica, *President-in-Office of the Council***.** – Madam President, I would like to thank Parliament for giving me the opportunity to address you on the important issue of EU-Turkey relations.

Let me begin by emphasising that Turkey is very significant partner for the EU. Its dynamic economy provides a valuable contribution to the prosperity of the European continent. I would like to underline, in this regard, the important regional role of Turkey and its active involvement in its wider neighbourhood. The European Union has repeatedly re-affirmed the importance it attaches to our relations.

Two days ago the EU-Turkey Association Council held its 53rd meeting in Brussels. It was a valuable meeting for relations between the EU and Turkey, despite diverging positions on certain issues. I want to start today with positive developments in our relations.

There have been a number of important positive signals in our relations over the last year. First, we welcome the dialogue and cooperation on foreign policy issues, in particular, active counterterrorism dialogue between the EU and Turkey and exchange of best practices on the prevention of radicalisation and recruitment to terrorism. The attacks in Paris, Belgium and Denmark prove how important such steps are. We should develop closer cooperation against ISIL/Da'esh and its funding networks, and enhance our efforts to stem the flow of foreign fighters.

Secondly, we acknowledge the important regional role Turkey plays. Here I would like to praise the considerable efforts made by Turkey in hosting around two million refugees fleeing the violence in Syria and Iraq. The EU will continue to support Turkey so it can deal effectively with the increasing flow of refugees, including through financial assistance.

Thirdly, we have seen the ratification of the EU readmission agreement and the ongoing dialogue on visa liberalisation. In this regard, we expect a full and effective implementation of the agreement by Turkey in respect of all EU Member States. This applies equally to the visa roadmap.

Now let me turn to the accession negotiations with Turkey. Further progress in the accession negotiations requires political will and courage and is in the interests of us all. In this context, we welcome the strong commitment to EU accession displayed by the Turkish Government in its EU strategy and look forward to its concrete follow-up. Progress under Chapter 17 on economic and monetary policy would in due course further support economic dialogue between Turkey and the EU and encourage alignment with the aquis.

Mentioning Chapter 17 brings me to reiterate that active and credible accession negotiations, which respect the EU's commitments and establish conditionality, will enable our relations to achieve their full potential. In line with the negotiating framework, the EU continues to encourage Turkey to develop its foreign policy, in coordination with the EU, and to progressively align with the EU's common foreign and security policy.

I would also like to remind you that Turkey needs to commit itself fully to good neighbourly relations and to the peaceful settlement of disputes, in line with the negotiating framework and previous European Council conclusions. I would recall that on 24 October 2014 the European Council expressed serious concern about the tension in the eastern Mediterranean. It urged Turkey to respect the sovereignty of Cyprus over its territorial sea and the sovereign rights of Cyprus in its exclusive economic zone.

Under those circumstances, the European Council considers it more important than ever to ensure a positive climate so that negotiations for a comprehensive Cyprus settlement can resume. Turkey's commitment and contribution in concrete terms to such a comprehensive settlement is crucial and we certainly welcome the resumption of talks, which took place on 15 May 2015.

The opening of further negotiation chapters continues to deepen our fulfilment of the requirements of the negotiating framework and accession partnership. Turkey's full and non-discriminatory implementation of the additional protocol to the Association Agreement in respect of all Member States could also provide a significant boost to the negotiation process.

Let me reiterate that the EU is determined to continue to help Turkey in its reform efforts with a view to advancing the negotiations as soon as the respective conditions are met. The pace of negotiations can be accelerated by Turkey advancing in the fulfilment of benchmarks, by meeting the requirements of the negotiation framework and by respecting its contractual obligations towards the EU.

This brings me to my next point, which concerns domestic developments in Turkey. The EU extends its strongest political support to the renewed efforts for a peaceful settlement of the Kurdish issue. We encourage further engagement by all parties to move the process forward.

Concerning the ongoing reforms, we welcome the continued implementation of reforms adopted in previous years and, in particular, measures announced in the democratisation package. We are, however, concerned about undue interference by the executive in the judiciary, frequent changes to key legislation without the due consultation of stakeholders, and restrictions on access to information.

The Council, in its conclusions of December 2014, addressed the issue of the rule of law and respect for human rights – including the rights of women, children and persons belonging to minorities – freedom of religion and property rights. Freedoms and reforms should also enhance the implementation of all the judgments of the European Court of Human Rights.

Last year we also expressed regret at the continued response by the Government to the alleged cases of corruption. These actions have cast serious doubts over the independence and impartiality of the judiciary and demonstrated an increasing intolerance of political opposition, public protest and critical media. The police raids and the detention of a number of journalists and media representatives in Turkey in December 2014, on which this House also issued a resolution expressing its concerns, call into question respect for media freedom, which is a core principle of democracy.

Let me underline that legislation on the right of association and the right of assembly should be brought into line with European standards. In this regard, we emphasise the important role of the constitutional court and we note positively the growing engagement of civil society in Turkey. It should be further supported and encouraged as a legitimate stakeholder. We consider that stepping up cooperation with the EU and strengthening common activities in the area of the rule of law and fundamental rights will bring Turkey closer to the EU and speed up work on possible future discussions in these key areas.

To conclude, we firmly believe that the EU should remain the anchor of political and economic reforms in Turkey and we continue to encourage work on the implementation of reforms.

Finally, I would like to thank the rapporteur, Mrs Kati Piri, for the tremendous work she has put into the resolution. The number of amendments is impressive and testifies to the great importance Parliament attaches to the EU's relations with Turkey. Thank you all for a well-balanced and comprehensive end product.

Christos Stylianides, *Member of the Commission***.** – Madam President, I am here today to deliver the following statement on behalf of Commissioner Hahn, who is responsible for neighbourhood policy but unfortunately could not be here today due to the Riga Summit.

First, I would like to thank the rapporteur on Turkey, Mrs Kati Piri, for delivering a high-quality report and for her endless efforts in procuring compromises. The report is balanced and addresses the key elements of EU—Turkey relations both in terms of achievements and challenges.

In order to tackle the serious global and regional challenges that we share, we need to engage Turkey even more. The human tragedies in the Mediterranean, the threat posed by terrorist groups, the severe conflicts in our neighbourhood, the economy and climate change are all issues we cannot effectively face alone.

Concerning migration and border management: as you know from the European Council meeting in April, there is more generally a pressing need to reinforce our cooperation with Turkey on managing these issues, including the fight against the smuggling of migrants. At a working dinner last Sunday, Frederica Mogherini, Johannes Hahn and Turkey's ministers Çavuşoğlu and Bozkir agreed to work together to prepare a plan on reinforced cooperation. This also underlines the high level of importance we attach to the visa liberalisation dialogue.

The situation in Syria and Iraq has called for the reinforcement of our cooperation on foreign policy issues and counter-terrorism. Turkey has made remarkable efforts to host about 2 million Syrian and Iraqi refugees and deserves our full support in coping with this immense burden.

Turning to the Cyprus issue, the Commission believes that the time has come for all involved to embrace the current opportunity to solve the problem. The Commission stands firmly behind the UN envoy Espen Eide in his efforts to get the communities in Cyprus to successfully continue the settlement talks. The Commission strongly encourages all the relevant stakeholders, including Turkey, to contribute to a positive climate.

Turkey has marked a renewed commitment to the accession process, notably through a new EU strategy and corresponding action plans. It is in the interest of both the EU and Turkey that the EU remains the anchor for Turkey's political and economic reforms. We are, in particular, determined to fully tap into the huge potential of our economic relations.

The Commission is also actively working towards developing a high-level economic dialogue and making progress towards the opening of Chapter 17 on economic and monetary policy, for which technical preparations are underway. Last week, Commissioner Malmstrom and the Turkish Minister for the Economy, Zeybekçi, building on important preparatory work, have endorsed the process of enhancing and deepening EU-Turkey trade relations and of upgrading the customs union agreement to improve its structure and function.

The Commission will now be launching internal procedures, including a comprehensive impact assessment, in order to seek negotiating directives from the Council. The Commission intends to keep the relevant committees of this Parliament regularly informed on this important process.

Regarding energy security: in March, Vice President Maroš Šefčovič launched a high-level energy dialogue and attended the start of works on the TANAP Trans-Anatolian Gas Pipeline which, once completed, will contribute to Europe's energy security.

Regarding developments in Turkey, we share most of the views and concerns raised in your report on the rule of law and the protection of fundamental rights and freedoms. These are key areas where Turkey needs to prove its commitment to the accession process. We hope to see Turkey re—engage in reforms, in line with European standards and values, and actively consult all stakeholders. Providing a clear roadmap for reforms and defining the opening benchmarks for Chapters 23 and 24 will be in the interest of both Turkey and the EU.

The Commission is ready to help, including through pre-accession assistance. Our assistance is to be based on sector reform strategies and will be result-oriented with the aim of increasing its impact and visibility.

To conclude, the Commission has high expectations for our cooperation with Turkey. After the election, I hope to see the new government and parliament re-energise the EU agenda in Turkey. It will also be an excellent opportunity for Members of the European Parliament to engage with their Turkish counterparts in a constructive manner on both positive achievements and challenges.

Kati Piri, *on behalf of the S&D Group***.** – Madam President, my thanks to the Council and Commission for their contributions to this debate. The EU and Turkey are important strategic partners and it is in the interests of both to have close and effective cooperation. We encourage Turkey to accelerate the pace of negotiations by clearly committing itself to respecting democratic values and principles. Parliament continues to support the EU accession process of Turkey as the cornerstone of our relations. However, in the report which will be voted on tomorrow we asked the Commission to reassess the way in which the negotiations with Turkey have been conducted so far, and how things can be further improved and intensified.

At a time when we ourselves are having intensive discussions in the EU – and indeed this morning in this Chamber – about how adequate protection can be given to refugees, we commend and praise all the efforts made by the Turkish Government in hosting more refugees than any other country in the world today. If we want to make sure that those in need of protection can find a safe haven in the region, we need to step up our efforts actively to assist Turkey in providing adequate shelter, healthcare and education for refugees and their children.

Another area in which we strongly support and encourage efforts by the Turkish Government and all other stakeholders is the drive to achieve a comprehensive and sustainable conclusion to the peace process with the Kurdish community. But there is also clear concern in this Parliament about certain developments in Turkey. These are issues at the core of the negotiation process, such as the independence of the judiciary, freedom of expression and the freedom of the press. The pressure put on media outlets and journalists, which often results in the intimidation, dismissal or even arrest of journalists and widespread self-censorship, is of great concern to all of us.

The recently adopted security package is, in our view, very wide in scope and bypasses the judiciary. Most investigations into the events that occurred in Gezi Park in May and June 2013 are still pending, and too little progress has been made in identifying the alleged perpetrators.

We believe that the EU should remain a benchmark for reforms in the country. That means that we do not want to shut the door to Turkey, but we are calling for more dialogue and intensified engagement. The European Parliament report provides several proposals in areas where we believe it is of mutual benefit to increase cooperation. These are foreign and security policy, anti-terrorism, energy security and also, of course, specifically, the field of fundamental rights. Delivering the official opening benchmarks and a subsequent opening of Chapters 23 and 24, which has just been referred to by the Commission representative here, is the best way to promote truly effective reforms. We are ready to support Turkey in developing solid democratic institutions and effective legislation based on respect for human rights, the rule of law and defence of the interests of all sectors of Turkish society.

Finally, Parliament also reiterates its strong support for the reunification of Cyprus on the basis of a fair, comprehensive and viable settlement for both communities there. We very much welcome the fact that the leaders of both communities have officially resumed negotiations under the auspices of the UN, and we believe that there is a unique window of opportunity now for a shared solution to the benefit of all Cypriots. We expect that Turkey and all relevant stakeholders will play a positive and constructive role in this delicate process.

Let me mention here my gratitude and my thanks to all the shadow rapporteurs on the Turkey report, because if this had not been a joint exercise it would have been very difficult for me to stand here. I am happy that we have a united position on this here in Parliament.

Renate Sommer, *im Namen der PPE-Fraktion***.** – Frau Präsidentin! Zunächst einmal gestatten Sie mir, dass ich mich ausdrücklich bei der Parlamentsberichterstatterin Kati Piri bedanke: Wir haben ja über viele Wochen und Monate miteinander verhandelt. Gleichzeitig möchte ich den Berichterstattern der übrigen Fraktionen danken. Das waren schwierige Gespräche, die wir hatten, und wir sind zu sehr guten Einigungen gekommen – und jeder in diesem Haus weiß, wie schwierig das beim Thema Türkei ist. Also das muss man wirklich schätzen und anerkennen.

Und etwas ganz Besonderes muss man auch anerkennen. Wir befinden uns in diesem Jahr in einem Jubiläumsjahr. Im Oktober jährt sich zum zehnten Mal die Aufnahme der Beitrittsverhandlungen mit der Türkei. Aber genau mit Beginn dieser Verhandlungen erlahmte der Reformwille in diesem Land, und jetzt gibt es – im Gegenteil – seit Jahren fast nur noch Rückschritte. Die Türkei entfernt sich Schritt für Schritt weiter von der Europäischen Union.

Es geht hier nicht nur darum, dass dieses Land nach wie vor in keinem einzigen Punkt die Kopenhagener Vor-Beitrittskriterien erfüllt. Es geht um massive Eingriffe in die Grundrechte und Grundfreiheiten, und natürlich thematisieren wir das in unserer Entschließung. Demokratische Prinzipien und Rechtsstaatlichkeit derart mit Füßen zu treten, ist ungeheuerlich für ein Land, das seit mehr als fünfzehn Jahren Beitrittskandidat ist. Auch die Politik gegenüber der Republik Zypern hat sich nicht verändert. Da muss ich gar nicht drauf eingehen, das werden noch genug andere Kollegen tun. Dramatische Entwicklungen, wir hoffen auf Besserung.

Und in dieser Situation muss ich wirklich sagen, ich halte es für falsch, die Öffnung neuer Verhandlungskapitel zu fordern. Denn das würde ja auch noch die AK-Partei im momentan laufenden Wahlkampf unterstützen. Sie würden es als Belohnung für ihre antidemokratische Politik verkaufen.

Ich meine viel eher, dass wir eine Neubewertung des Verhandlungsprozesses brauchen. Darüber sollte die Kommission und sollte der Ministerrat genauso nachdenken, wie wir es in unseren Gesprächen im Vorfeld dieser Entschließung gemacht haben. Ja, die Türkei ist wichtig für uns – als vertrauensvoller Nachbar, als Handelspartner mit Blick auf die Versorgungssicherheit für Energie und natürlich auf die Bekämpfung des Terrors. Und ja, die Türkei leistet so viel für die Flüchtlinge, die sie aufgenommen hat, dafür verdient sie unsere Anerkennung und Unterstützung. Und gestatten Sie mir noch einen letzten Satz: Aber nein, die Türkei hat sich leider nicht weiter an die grundlegenden Werte der Europäischen Union angenähert – das Gegenteil ist der Fall. Und das ist eine traurige Situation. Wir müssen das als Europäisches Parlament deutlich sagen, das ist unsere Aufgabe.

Geoffrey Van Orden, *on behalf of the ECR Group***.** – Madam President, it is some 50 years, I think, since Turkey first put forward its application to join the European Community. I must say I welcome the Commissioner's undertaking to re-energise the relationship with Turkey but, in spite of lip service to Turkish accession, there is a fundamental dishonesty about whether or not Turkey will ever join the sort of EU that we have today. I have to say that many – not just in my own country but across Europe – would like to see a fundamentally different sort of European Union: a less tightly knit community of sovereign nations, with overlapping circles of engagement, an end to ever closer union, and a primary focus on making a success of the single market. I would suggest that this is the sort of European Union that would be far more hospitable to Turkey.

The resolution reflects the ambivalence on the European Union side, recognising on the one hand the importance of Turkey's position as a strategic partner, and particularly its significance in economic and energy relations, while on the other hand there is so much about Turkey itself which is subject to criticism. We cannot go on offering insults and expecting progress in return.

Energy cooperation is a crucial issue. We should oppose the Turkish Stream project, which would bring Russian gas across the Black Sea to Turkey, and work towards the opening of Chapter 15 in order to encourage Turkey to continue to engage with the European Union instead. May I ask the Commission what other specific barriers there are to opening the energy chapter with Turkey?

For many, the continued division of Cyprus is a useful obstacle to progress in relations with Turkey, and if the EU really wanted to do something useful it would devote much political effort to helping to resolve the Cyprus issue. Such a resolution would even be helpful in boosting economic and political confidence in Greece, may I add.

Instead, the European Union continues to make lame, one-sided demands about, for example, the additional protocol, or fails to fulfil its own promises with regard to Northern Cyprus. The new president of Northern Cyprus, Mr Akıncı, has shown a great willingness to reach an accommodation. What more will the EU do to help?

We need to make sure that Turkey continues to play its vital role as a strong ally in NATO and a partner of the European Union: part of the alliance confronting terrorism and instability in the Middle East and across the Black Sea, with a prosperous economy and anchored firmly in the democratic family of nations. We need to do more to help Turkey in this direction.

Alexander Graf Lambsdorff, *im Namen der ALDE-Fraktion***.** – Frau Präsidentin! Vor zehn Jahren wurden die Beitrittsverhandlungen mit der Türkei aufgenommen. Auf Empfehlung der Kommission wurde das vom Rat beschlossen. Diese Entscheidung war schon damals zutiefst unehrlich und deswegen unklug. Es gibt eine ganze Reihe von Ländern, die nicht im entferntesten daran denken, die Türkei jemals in die Europäische Union hineinzulassen. Das wissen unsere Freunde in Ankara, das wissen unsere Freunde in Istanbul, das wissen unsere Freunde in der Türkei.

Wenn der Rat hier heute Mittag erklärt, die Europäische Union sei nach wie vor der Anker der politischen Reformen in der Türkei, dann frage ich mich: Auf welchem Planeten leben Sie eigentlich? Die Türkei reformiert sich so, wie sie das selber möchte, in die Richtung, in die sie gehen möchte, in die Richtung, in die die demokratisch gewählte Regierung das Land führen möchte. Leider ist das eine Richtung, die mit dem ersten Kopenhagener Kriterium, dem politischen Kriterium, wenig zu tun hat. Wir haben es von Ihnen selber, Frau Ratspräsidenten, gehört. Die Pressefreiheit ist in eklatanter Gefahr, die Unabhängigkeit der Justiz ist nicht gewährleistet, die Versammlungsfreiheit ist nicht gewährleistet – das sind essentielle Kriterien für die Aufnahme eines Landes in die Europäische Union.

Aber genau deswegen fragen wir nach einer Neubewertung dieses gesamten Prozesses, und zwar einer konstruktiven Neubewertung. Niemand in diesem Haus bestreitet, dass die Türkei ein wichtiger strategischer Verbündeter der Europäischen Union sein muss. Es gibt so viel Gutes, das wir miteinander tun könnten – in der Energiepolitik, bei den Kontakten von Mensch zu Mensch, in der Visa-Erleichterung. Es gibt so viel – Forschung, Universitäten, Kultur. Doch alles wird überlagert durch einen Beitrittsprozess, der zu einer Vergiftung der Beziehungen geführt hat, weil er so zutiefst unehrlich ist. Und deswegen, glaube ich, ist es wirklich entscheidend, diese Neubewertung gemeinsam konstruktiv vorzunehmen, damit die Europäische Union und die Türkei auch im hundertsten Jahr des Bestehens der Republik Türkei 2023 noch immer Partner und Freunde sind und dieser Prozess nicht dazu geführt hat, dass wir uns voneinander abwenden.

Τάκης Χατζηγεωργίου, *εξ ονόματος της ομάδας GUE/NGL.* – Αγαπητοί συνάδελφοι, η έκθεση, για μας που συζητάμε, έχει αρκετά θετικά στοιχεία, δυστυχώς όμως και κάποια αρνητικά. Θα πω στη συνέχεια γι αυτά. Προσωπικά, θα σταθώ κυρίως στη νέα προσπάθεια επίλυσης του Κυπριακού, θέμα που απασχολεί έντονα και την παρούσα έκθεση επειδή υπάρχουν πραγματικές δυνατότητες επίλυσης.

Θεωρώ ότι η Ευρωπαϊκή Ένωση δια των εκπροσώπων της πρέπει να παρακολουθήσει στενά αυτή τη νέα διαδικασία. Καλώ, ως εκ τούτου, τον Πρόεδρο του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου, τους εκπροσώπους της Επιτροπής και, όλως ιδιαιτέρως, τον κύριο Γιούνγκερ, να είναι παρόντες στις διαπραγματεύσεις, προκειμένου να διασφαλίζεται πως οι προτάσεις που κατατίθενται συνάδουν με το κοινοτικό κεκτημένο και πως η τελική λύση θα διατρέχεται από τις βασικές αρχές και αξίες της Ευρωπαϊκής Ένωσης.

Αν λοιπόν οι δύο ηγέτες – χαιρετίζω εδώ την ανάδειξη του Μουσταφά Ακιντζί στην ηγεσία των Τουρκοκυπρίων – καταλήξουν σε συμφωνία για την εσωτερική πτυχή του Κυπριακού, τότε θα πρέπει να αυξηθεί η πίεση στην Τουρκία για θέματα που, κυρίως, αφορούν την ίδια και που είναι οι εγγυήσεις και ο στρατός. Κράτος μέλος δεν έχει ανάγκη εγγυήσεων και επεμβατικών δικαιωμάτων· ο δε στρατός με τη λύση πρέπει να αποσύρεται άμεσα.

Η έκθεση έχει θετικές αναφορές όσον αφορά την Κύπρο, το κουρδικό, τα ανθρώπινα δικαιώματα στην Τουρκία. Δεν συμφωνούμε όμως με το άνοιγμα των υπό αναφορά κεφαλαίων. Ευχαριστώ την κύρια Piri για τον υψηλό πολιτικό πολιτισμό που επέδειξε κατά την διάρκεια όλων των συζητήσεων των εκπροσώπων των πολιτικών ομάδων μαζί της.

Η λύση θα εκπέμψει λαμπρό μήνυμα τόσο εντός της Ευρωπαϊκής Ένωσης όσο και εκτός. Και αυτό το μήνυμα νομίζω πως το έχει ανάγκη η γηραιά Ήπειρος.

Bodil Ceballos, *för Verts/ALE-gruppen.* – Fru talman! Jag vill börja med att tacka föredraganden som har haft ett oerhört tålamod när hon har försökt få igenom de kompromisser som alla grupper skulle stå bakom, särskilt med tanke på hur uppfattningarna spretar mellan olika grupper, och det spretar också mellan olika länder. Själv kommer jag från Sverige, där det finns ett mycket starkt politiskt stöd för ett turkiskt medlemskap. Därför känns det mycket märkligt att vissa grupper här inte kunde acceptera formuleringar som handlar om anslutning, utan att vi måste hamna på formuleringar om förhandlingar istället. Jag och min grupp, den gröna gruppen, hade önskat att vi hade fortsatt att tala om anslutning och inte bara om förhandlingar.

Även om vi är för en anslutning till unionen, känner vi också att det är vårt ansvar att kritisera när utvecklingen går i fel riktning. Det gör den ju uppenbarligen sedan några år tillbaka när det gäller till exempel mediefriheten och möjligheten för oppositionen att agera fritt.

Senast igår fick vi nya uppgifter om försök att stoppa kritiska medieröster från att använda statlig infrastruktur för kommunikation. Det är självklart inte acceptabelt och ännu ett i raden av inskränkningar i yttrande- och mediefriheten.

Det är snart val i Turkiet. Förhoppningen hos oss, och inte minst hos befolkningen i Turkiet, är att valen ska vara fria, transparenta och rättvisa, men det ser tyvärr inte ut att bli så, vilket vi måste kunna kritisera.

En annan fråga som jag vill passa på att lyfta är fred med kurderna – att det är dags. Det är också viktigt att hjälpsändningar till kurdiska delen av Syrien, till Rojava, kommer fram. Vi får fortsatt information om att hjälpsändningar skickas tillbaka, och det kan vi inte heller acceptera.

I det läge där vi idag står, där Mellanöstern är i lågor, också vid Turkiets gräns, har vare sig Turkiet eller kurderna något att vinna på en fortsatt konflikt dem emellan. En lösning på den kurdiska frågan är avgörande för en fredlig utveckling i hela regionen. Där har Turkiet en nyckelroll att spela.

Jag vill också passa på att be om stöd för vårt ändringsförslag 9 som handlar om den stora byggboom som Turkiet är inne i. Den har skett till stora delar på bekostnad av miljö- och naturintressen. Vi skulle vilja ha parlamentets stöd att uppmana Turkiet att i framtida projekt göra konsekvensbedömningar på samma sätt som vi gör för projekt här i Europeiska unionen.

Marco Affronte, *a nome del gruppo EFDD***.** – Signora Presidente, onorevoli colleghi, sappiamo che la Turchia è un partner strategico per l'Unione europea in termini economici, di geopolitica e di sicurezza energetica, ma sappiamo anche che Ankara non sta adottando le riforme necessarie e manca di un quadro giuridico adeguato, basato sulla democrazia e sullo Stato di diritto.

Come dobbiamo considerare un governo che continua a non voler riconoscere i pieni diritti sociali e politici ai cittadini di origine curda? Come dobbiamo interpretare la mancata attuazione per il nono anno consecutivo delle disposizioni contenute nell'Accordo di associazione CE-Turchia? Come possiamo accettare in Europa uno Stato che non è in linea con i valori fondamentali su cui è basata l'Unione europea, senza un sistema giudiziario indipendente, in cui i diritti più basilari della giustizia, della libertà e della sicurezza sono ancora negati, uno Stato in cui i lavoratori non hanno il diritto di protestare o di scioperare?

Alla luce di tutto questo ci chiediamo se la Turchia abbia realmente intenzione di fare tutto il possibile per soddisfare i criteri richiesti per l'adesione o se non sia necessario, invece, iniziare un momento di riflessione sul processo stesso di adesione.

Γεώργιος Επιτήδειος (NI). – Κυρία Πρόεδρε, όπως όλοι γνωρίζουμε, από το 2000 και μετέπειτα, οπότε και άρχισαν οι συζητήσεις για την ένταξη της Τουρκίας στην Ευρωπαϊκή Ένωση, μικρή έως ελάχιστη πρόοδος έχει σημειωθεί. Η εκάστοτε τουρκική κυβέρνηση γνωρίζει πολύ καλά ότι η χώρα δεν πληροί τα κριτήρια της Κοπεγχάγης ώστε να γίνει πλήρες μέλος της Ευρωπαϊκής Ένωσης. Παρόλα αυτά, αντί να προσπαθήσει να σημειώσει κάποια πρόοδο, κατηγορεί την Ευρωπαϊκή Ένωση ότι είναι υπεύθυνη για τις καθυστερήσεις που σημειώνονται στις διαδικασίες εντάξεως τις οποίες και ζητεί να επιταχυνθούν.

Και η μεν Τουρκία πολύ καλά κάνει και ακολουθεί αυτή την πολιτική η οποία εξυπηρετεί τα συμφέροντά της. Η απορία μου είναι, γιατί στο Ευρωκοινοβούλιο, αλλά και στα άλλα Όργανα της Ευρωπαϊκής Ενώσεως, υπάρχουν επίσημοι οι οποίοι, αντί να απαιτήσουν από την Τουρκία να φανεί συνεπής ως προς τις υποχρεώσεις της, πιέζουν αυτούς που ζητούν το αυτονόητο να δεχθούν τη συμπεριφορά της Τουρκίας και να συναινέσουν στο άνοιγμα και άλλων κεφαλαίων, όπως το κεφάλαιο 15 που αφορά την ενέργεια, για να κάνει δήθεν η Τουρκία τις απαιτούμενες μεταρρυθμίσεις.

Αυτή η πολιτική είναι και ουτοπική και ενισχύει την προκλητικότητα της Τουρκίας. Όσο η Τουρκία απειλεί την Ελλάδα με πόλεμο, και όσο αρνείται την οντότητα της Κύπρου, της οποίας κατέχει παρανόμως ένα τμήμα, οι Έλληνες εθνικιστές θα είμαστε φρουροί στην Κερκόπορτα της Ευρωπαϊκής Ενώσεως για να μην επιτρέψουμε στην Τουρκία να αλώσει και αυτόν τον διεθνή οργανισμό.

Cristian Dan Preda (PPE). – Doamnă Președinte, aș vrea în primul rând să vă spun că nu mă exprim astăzi în calitate de coordonator al PPE pentru politică externă fiindcă grupul nostru este foarte divizat în chestiunea Turciei. Vreau doar să evoc ceea ce am spus atunci când, în luna februarie, împreună cu alți colegi din Comisia pentru afaceri externe am fost în Turcia și am avut întâlniri cu cele mai înalte oficialități ale țării: cu președintele, cu primul ministru, cu ministrul pentru Afaceri Europene. Le-am spus, de pildă, interlocutorilor noștri că suntem pe cale să discutăm, să dezbatem și să votăm o rezoluție despre genocidul la adresa armenilor și, așa cum știți, am făcut acest lucru. Le-am spus, de asemenea, interlocutorilor noștri că vom discuta raportul doamnei Kati Piri , care era cu noi acolo, și că unii dintre noi, cel puțin, suntem favorabili deschiderii unor noi capitole de negociere cu Turcia. Și cred că trebuie să ne ținem cuvântul. Acesta este motivul pentru care mâine voi vota în favoarea tuturor acelor amendamente care cer deschiderea unor noi capitole: că este vorba despre justiție și stat de drept, că este vorba despre energie. Cred că este că important pentru noi să aprofundăm dialogul cu Turcia; pe de altă parte, sigur că nu putem uita evoluțiile politice interne și așteptăm cu mare interes alegerile din Turcia de peste câteva săptămâni. Este o chestiune foarte sensibilă legată, de altfel, de Partidul Popular Democrat, formațiunea pro-kurdă.

(Vorbitorul a acceptat să răspundă la trei întrebări adresate în conformitate cu procedura „cartonașului albastru" (articolul 162 alineatul (8) din Regulamentul de procedură)

Urmas Paet (ALDE), *sinise kaardi küsimus***.** – Hea kolleeg. Aastaid on Euroopa Liit rääkinud, kui väga oleks vaja teha Türgiga julgeoleku- ja välispoliitikaalast koostööd, arvestades kõike seda, mis toimub laiemas Lähis-Idas. Ometi mingisugust erilist koostööd kahjuks ei toimu, sama puudutab energiapoliitikat.

Millised võiksid teie meelest olla need konkreetsed sammud, mis Euroopa Liit peaks juba lähiajal oma sõnade kinnituseks astuma, et ka tegelikult Türgiga rohkem välispoliitikat kooskõlastada ja ühtlustada ning samuti energiapoliitikas rohkem teineteist siduda?

Tibor Szanyi (S&D), *Kékkártyás kérdés***.** – Tisztelt Képviselő Úr, Ön azt mondta a felszólalásában, hogy az Ön frakciója meglehetősen megosztott Törökország vonatkozásában, vagy kérdésében. Tudná ezt nekem konkretizálni, hogy melyik az az egy vagy két legfontosabb kérdés, ahol Ön törésvonalat lát? Melyek ezek?

Σοφία Σακοράφα (GUE/NGL), *ερώτηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Θα ήθελα να ρωτήσω τον κύριο Preda αν θα ζητούσα να ανοίξει οποιοδήποτε κεφάλαιο τη στιγμή που στη χώρα του περιπολούσαν πλοία, απειλούσαν με *casus belli* τον ζωτικό της χώρο, αν η χώρα του είχε λάβει πρόσφατα κάποιο σημείωμα που θα εξέδιδε το Υπουργείο Εξωτερικών της Τουρκίας και θα δέσμευε και τα νησιά της, όπως έκαναν στη δική μας τη χώρα, αν θα κατείχαν τη μισή χώρα του, θα μίλαγε αυτή τη στιγμή για ανοίγματα κεφαλαίων;

Cristian Dan Preda (PPE), *Răspuns la trei întrebări adresate în conformitate cu procedura „cartonașului albastru"* – Doamna Președintă, chestiunea energiei, sigur, știm cu toții că este o problemă foarte sensibilă în relațiile noastre, nu doar cu Turcia, ci și cu alți parteneri și Grupul PPE tocmai se pregătește să definească o poziție foarte clară, inclusiv despre dimensiunea externă a securității energetice. Turcia, la rândul ei, trebuie să aleagă: nu cred că poate avea drept partener și Uniunea și adversarii strategici ai Uniunii. În privința divizării PPE, o să-l dezamăgesc pe colegul meu, dar mă rezum să spun acest lucru: avem un raportor din umbră care s-a pronunțat și vom vedea mâine - nu este locul aici pentru un seminar pe această temă, dar cred că este corect să asumăm faptul că nu suntem în consens în această privință. În fine, în privința ultimei chestiuni legate de deschiderea capitolelor, părerea mea este aceea că, blocând deschiderea unor noi capitole cu Turcia, am împins-o să se îndepărteze de pozițiile noastre în chestiuni care sunt esențiale, și priviți situația în domeniul politicii externe. Din păcate, dacă acum câțiva ani era o cvasi-similaritate în privința poziției de politică externă, astăzi ele se suprapun în prea mică măsură, de aceea, cred că trebuie să ajutăm în mod inteligent Turcia și să renunțăm la opozițiile care vin uneori din pasiuni naționaliste și populiste, aș adăuga.

Richard Howitt (S&D). – Madam President, firstly I warmly congratulate my colleague Kati Piri on this first report and recognize the very broad support she has in our Group, even if other Groups are not able to say the same in theirs.

As for myself, let me be clear that I am someone who has argued over a long period for constitutional reform in Turkey, as reflected in paragraph 6 of the report. That does not mean a super-presidency, as proposed by some. Three weeks ahead of the parliamentary elections it highlights the danger of any one party obtaining a majority, which could threaten the need to win a cross-party consensus for any constitutional change. I note the recent survey showed 60% of the Turkish public is against adoption of the presidential system.

Next, the Kurdish issue. The message for the European Parliament today for all parties is that the peace talks with the PKK must continue in good faith. Any question against this would be deeply ironic, given the importance of the Kurdish population in bringing security to the region.

To those on the opposite side of this House who have argued against the opening of Chapters, let us address the unrest in the region, because surely this supports the case in the resolution for opening Chapter 31 on foreign policy. There is no strategy for promoting conflict resolution, counter terrorism, non-sectarianism and non-proliferation across the whole of the Middle East and North Africa that does not seriously include Turkey within its process.

To those who are concerned about the new Gazprom deal announced between Russia and Turkey, which is by no means their first energy deal, I would say that this is an argument for opening the energy Chapter to secure Europe's interest, and not to fight shy of it.

Above all, any Member who is genuine in expressing concern about human rights and democracy in the country should join with us in calling for the opening of Chapters 23 and 24 on fundamental rights. If Europe really is open to Turkish accession it is these Chapters which should be open most.

Anna Elżbieta Fotyga (ECR). – Pani Przewodnicząca! Polska była pierwszym państwem europejskim, które ponad 600 lat temu nawiązało stosunki dyplomatyczne z Turcją. Te stosunki sprawdziły się w czasach dla nas najtrudniejszych, kiedy Polska rozszarpana przez swoich sąsiadów nie istniała na mapach świata.

W dobie wielkich wyzwań geopolitycznych, zagrożenia terroryzmem, wojną hybrydową, o której nie wiadomo, kiedy się zaczyna, jak przebiega i kiedy się kończy, powinniśmy pamiętać, że Turcja jest naszym sojusznikiem.

Nedzhmi Ali (ALDE). – Madam President, I would like to congratulate the rapporteur for her huge efforts on the preparation of the draft motion for a resolution and the intention to provide a suitable framework for EU-Turkey relations. Unfortunately, the last version has been modified and the whole philosophy of the motion has been changed.

There is a disproportionate emphasis on the negative elements, without referring to the positive steps undertaken by the Turkish Government. Such an approach could increase the Euroscepticism within Turkish society and threaten the positive trend of public approval for EU membership. Instead of tolerating positive attitudes towards the EU within society, we could achieve a negative effect.

Analysis of the official visit of the delegation of the Committee on Foreign Affairs (AFET) to Ankara has not been taken into consideration. There is no clearly stated position on opening chapters, especially chapters 23 and 24, which could provide the Turkish Government with impetus for implementation of reforms.

Noting that Turkey plays a key role in the region, in regard to the refugees from the Middle East it should be stressed that sustainment of almost two million Syrian refugees costs nearly USD 6 billion, while financial and political support from the international community is very limited.

Turkey has a strategic role as a partner of the EU and a member of NATO and its geopolitical importance in addressing security and stability in the region is crucial. The cooperation between the EU and Turkey is of mutual interest, so we need each other in order to overcome the security challenges more than ever.

Κώστας Χρυσόγονος (GUE/NGL). – Αυτό που συζητούμε σήμερα κακώς επιγράφεται «Έκθεση προόδου της Τουρκίας» ως υποψήφιας για ένταξη χώρας. «Έκθεση οπισθοδρόμησης» θα έπρεπε να ονομάζεται γιατί αυτό συμβαίνει στην πραγματικότητα.

Μια κυβέρνηση, όπως η τουρκική, που απαντάει στις κατηγορίες για διαφθορά στελεχών της απολύοντας τους αρμόδιους δικαστές και εισαγγελείς και απαγορεύοντας προσωρινά το YouTube και το Twitter, προφανώς δεν σέβεται ούτε το κράτος δικαίου ούτε την ελευθερία της έκφρασης.

Μια κοινωνία, όπως η τουρκική, όπου ανήλικα κορίτσια υποχρεώνονται από τους συγγενείς τους σε γάμο παρά τη θέλησή τους, προφανώς δεν σέβεται την ισότητα των φύλων.

Μια χώρα, όπως η Τουρκία, που κατέχει στρατιωτικά μέρος της επικράτειας άλλου κράτους, δηλαδή της Κύπρου, και διεξάγει παράνομες έρευνες στην υφαλοκρηπίδα του και, ακόμη, αμφισβητεί τις υφιστάμενες διεθνείς συνθήκες και την ελληνική κυριαρχία σε αριθμό νησιών του Αιγαίου, προφανώς δεν σέβεται το διεθνές δίκαιο.

Η τουρκική υποψηφιότητα για ένταξη στην Ένωση είναι μια φάρσα.

Ska Keller (Verts/ALE). – Frau Präsidentin! In der Türkei läuft vieles falsch. Die Probleme wurden bereits genannt: Minderheitenrechte, Frauenrechte, die Freiheit, sich auszudrücken, sei es online oder offline, Medienfreiheit, Pressefreiheit. Es gibt viele Probleme. Auch das neue Gesetz, das DemonstrantInnen und AktivistInnen kriminalisiert, wurde bereits genannt.

Genau wegen all dieser Probleme sollten wir doch gerade jetzt erst recht den Beitrittsprozess ernster nehmen, denn ein Beitrittsprozess ist unsere beste Möglichkeit, die Akteurinnen und Akteure für einen Wandel in der Türkei zu unterstützen. Wenn wir die Brücken abreißen, hilft das niemandem. Grundrechte und Justiz sollten immer am Anfang und in der Mitte, im Kern, eines Beitrittsprozesses stehen. Diese Kapitel müssen endlich geöffnet werden. Sie hätten von Anfang an geöffnet werden sollen.

Es ist sehr, sehr spät. Wir sollten es besser jetzt, als später angehen. Das sind unsere Kernwerte, denn Europa ist mehr als ein Binnenmarkt. Es reicht nicht, auf die Marktmöglichkeiten zu gucken. Wir müssen den Rechtsstaat stärken, die Demokratie und die Rechte der Menschen vor Ort. Darum geht es, aber genau das können wir mit einem ernsthaften und glaubhaften Beitrittsprozess erreichen.

William (The Earl of) Dartmouth (EFDD). – Mr President, this afternoon part of the town of Palmyra in Syria fell to Islamic State. Palmyra is around the same distance from the border of Turkey as Strasbourg is from Frankfurt.

Should Turkey become a Member State, all the EU Member States – and especially the UK, which I represent – would all have borders with Iran, Iraq, and Syria. Let us be clear. The British Liberal Democrats, the British Labour Party, and especially the British Conservatives, who should all be ashamed of themselves, are all cheerleaders for Turkey to become a Member State of the European Union.

I urge these parties, and people over there, in their own national interest, and in the interest of all Member States, to consider that, whatever their rationalisation may have been to have this pro-Turkish policy when it was formulated, the facts on the ground have changed.

Turkey is no longer a credible candidate to be a Member State of the European Union. Further – and this is a separate point, because our security would be at risk – Turkey is a persistent and systematic violator of the human rights of its own people. If the European Convention on human rights means anything, and I have to say I think it does not, there is no way that Turkey can be a Member State. I urge Members, therefore, to support my amendment tomorrow.

Κώστας Μαυρίδης (S&D), *ερώτηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Θα ήθελα να ρωτήσω το εξής, επειδή έχει μιλήσει για συγκυρία, για να ανοίξει ο δρόμος της Τουρκίας προς την Ευρωπαϊκή Ένωση. Εάν πραγματικά το επιθυμεί, δεν θα ήταν καλύτερα να ανοίξει «λεωφόρος» για την Τουρκία, να ζητηθεί από τον Ερντογάν να αποσύρει τα τουρκικά στρατεύματα κατοχής από το ευρωπαϊκό έδαφος της Κυπριακής Δημοκρατίας, να στηρίξει μια λύση στη βάση των αρχών και αξιών του κοινοτικού κεκτημένου.

Γι' αυτό είμαστε εμείς στην Ευρωπαϊκή Ένωση. Αυτό θα δείξει ότι έχουμε πολιτικές διαφορές αλλά ότι, πάνω από όλους μας, είναι οι κανόνες δικαίου της Ευρωπαϊκής Ένωσης. Ποια είναι η άποψή σας γι' αυτό;

(Ο ομιλητής επιθυμεί να θέσει μία ερώτηση με γαλάζια κάρτα στην Ska Keller)

Ska Keller (Verts/ALE), *blue-card answer.* – If I understood correctly, you are asking about the Cyprus question. As the Commissioner mentioned, I think we now have a unique window of opportunity that we need to use. I think the European Union should do its utmost to support the resolution process in Cyprus. It is absolutely right that we have a big problem there and that the Turkish army should not be in Cyprus. But let us use that opportunity. In the past, opportunities have unfortunately not been used, but we should go ahead now because we really should not have this unresolved problem and crisis in the middle of the European Union. I also think that the accession process in Turkey could be a vital tool to, let us say, give a little push towards a solution.

Edouard Ferrand (NI). – Madame la Présidente, j'avais prévu une intervention un peu plus conventionnelle mais je voudrais répondre, ce soir, à M[me] Keller et à M. Ali. Je voudrais solennellement dénoncer le rôle ambigu de la Turquie tant au Proche-Orient qu'en Europe!

Depuis dix ans, au Parlement européen, vous voulez nous imposer à marche forcée l'entrée de la Turquie en Europe! Je dis non, non et non! Je m'opposerai à l'entrée de la Turquie en Europe parce qu'elle ne représente pas les règles fondamentales de l'Union européenne! Elle occupe illégalement un territoire à Chypre et elle n'a pas dénoncé le génocide des Arméniens! Et vous vous obstinez aujourd'hui à nous faire croire que la Turquie est aujourd'hui un pays démocratique! Allez voir ce qui se passe au parc Gezi, allez voir ce qui se passe dans les minorités chrétiennes! Ce que vous voulez, en fait, c'est une Europe turque! Moi, je dénonce justement le fait que la Turquie impose à l'Europe ses choix de civilisation. Il faut défendre ici, aujourd'hui, l'acquis civilisationnel d'une Europe chrétienne.

Francisco José Millán Mon (PPE). – Señora Presidenta, las relaciones de la Unión Europea con Turquía son muy importantes. La Unión Europea tiene con Turquía antiguos y numerosos vínculos, incluida una unión aduanera. Y, además, es un país candidato a la adhesión con el que, como todos sabemos, se están llevando a cabo las negociaciones correspondientes. La adhesión requiere importantes reformas en Turquía. Los estándares europeos en materia de Estado de Derecho, independencia del poder judicial y respeto de los derechos humanos son los que deben orientar esas reformas, que tienen que avanzar.

Pero, por otra parte, Turquía está viviendo una situación difícil por su vecindad con Siria e Irak y la consiguiente ola de refugiados. Debemos seguir prestándoles ayuda humanitaria. Y además, Turquía y varios Estados miembros de la Unión Europea tienen como vecinos países del Mediterráneo sur que afrontan graves retos de seguridad y estabilidad. Por todo ello, es necesaria la cooperación entre la Unión Europea y Turquía en materia de seguridad y de lucha contra el terrorismo, como también es imprescindible la cooperación en materia migratoria. Y, por ello, celebro la entrada en vigor reciente del Acuerdo en materia de readmisión.

También debemos cooperar en materia energética. Turquía es muy necesaria para diversificar las vías de aprovisionamiento energético de Europa. Y conviene, también, tener informada a Turquía de las negociaciones que estamos llevando a cabo con los Estados Unidos sobre el acuerdo de comercio e inversión.

Turquía es un importante actor regional y posee una ubicación estratégica. El diálogo y la cooperación con Turquía en materia de política exterior y de seguridad se hace cada vez más necesario en un contexto regional muy difícil.

(El orador acepta responder a una pregunta formulada con arreglo al procedimiento de la «tarjeta azul» (artículo 162, apartado 8, del Reglamento))

William (The Earl of) Dartmouth (EFDD), *blue-card question.* – Thank you very much for taking the question. You mentioned – as almost nobody else has, that I am aware of – that Turkey is already a member of the EU customs union. As Turkey is already a member of the EU customs union – as you correctly, and perceptively, mentioned – why is it necessary for Turkey to become a full Member State, which means we have free movement of people, massive cohesion fund payments and the rest?

Francisco José Millán Mon (PPE), *respuesta de «tarjeta azul».* – La unión aduanera. No tenemos los otros componentes, que son muy numerosos, de la Unión Europea. Desde luego, comprendo que es lícito que Turquía quiera aspirar a la integración total. La unión aduanera es una parte, pero una parte solo de lo que es la unión política y de la adhesión plena a la Unión Europea. Es solo una parte, no el todo.

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Victor Boştinaru (S&D). – Doamnă Președinte, încep prin a reitera susținerea Grupului Socialiștilor și Democraților pentru integrarea Turciei în Uniunea Europeană. Felicit raportoarea pentru excelentul raport, pentru munca extraordinară pe care a făcut-o pentru a realiza compromisurile care vor permite adoptarea acestui raport. Avem de ales între izolarea Turciei, pe care o sugerează unii, și angajarea dialogului cu aceasta, oricât ar fi de dificil. Știm că doar așa putem influența evoluțiile din Turcia. Avem de ales între a împinge Turcia în brațele Rusiei sau a menține Turcia în cooperare instituționalizată cu lumea euroatlantică. Din această perspectivă, sugerez trei direcții importante: 1) cooperarea în domeniul umanitar, unde Turcia deja contribuie semnificativ la preluarea celui mai mare număr de refugiați din Siria; 2) cooperarea în domeniul politicii externe în lupta împotriva terorismului, în stoparea finanțării pentru grupările teroriste ca și în stoparea traficului de arme, identificarea și izolarea combatanților străini; 3) închei prin a susține importanța deschiderii capitolului XV în domeniul energiei, singurul care ne va permite să reducem dependența de importurile de gaze de la un singur furnizor, și anume Rusia.

Mark Demesmaeker (ECR). – Haast als een ritueel evalueert de Europese Unie de vooruitgang in de betrekkingen met Turkije. Bij elke stap vooruit zet het land er twee terug. Ook dit jaar hebben we een vergrootglas nodig om structurele vooruitgang te zien.

Want na tien jaar toetredingsonderhandelingen heeft Turkije nog steeds grote moeilijkheden met de fundamentele vrijheden, zoals de persvrijheid, de vrijheid van meningsuiting en de vrijheid van godsdienst.

De manier waarop Ankara een groot corruptieschandaal in de doofpot stopte, wordt door de Commissie hevig veroordeeld. Hiervoor mogen we de ogen niet sluiten. Jaar na jaar neemt het leiderschap van de republiek meer autoritaire trekjes aan, een tendens die samenvalt met de opkomst van Erdoğan, eerst als premier en sinds vorig jaar ook als president. Ik houd mijn hart vast voor de gevolgen van de parlementsverkiezingen in juni. Met nog meer macht voor Erdoğan zou Turkije wel eens voorgoed kunnen afglijden naar een autoritaire staat.

Twee bedenkingen bij dit verslag. Eén: waar wil de EU naartoe met een land dat zich steeds meer afkeert van Europese normen en waarden? En twee: wegen de bejubelde Turkse inspanningen op het vlak van visaliberalisering en als handelspartner nog langer op tegen de steeds verdergaande afbraak van de rechtsstaat?

Marietje Schaake (ALDE). – Madam President, the annual progress report has sadly become a regress report. The concerns we have on the rule of law, separation of powers, human rights and fundamental freedoms are now even more substantial than in previous years as a result of the passing of security laws, restrictions on press and internet freedom, and an acknowledgment that evidence in a mass trial was actually doctored. That leads to key questions about fair trial and due process.

I have always fought for the accession process as I believed it would lead to a win-win situation for the people in the EU and Turkey alike, and I am sad to share how sombre I am about where things stand.

Now, are we only highlighting concerns? No. We also clearly stressed the importance of updating the customs union and of a common coordinated approach to foreign policy and humanitarian matters, but it must be crystal clear that an effective and credible EU—Turkey partnership can only be based on solidly shared values and a common understanding of democratic principles, such as are laid down in the Copenhagen criteria.

Νεοκλής Συλικιώτης (GUE/NGL). – Αγαπητοί συνάδελφοι, αυτό το Σώμα πριν από λίγους μήνες καταδίκασε τις παραβιάσεις της κυπριακής ΑΟΖ από την Τουρκία. Πώς αιτιολογείται σήμερα το αίτημα της εισηγήτριας για άνοιγμα του κεφαλαίου της ενέργειας; Για να ανοίξει το κεφάλαιο, πρέπει η Τουρκία πρώτα να υπογράψει και να κυρώσει τη Σύμβαση για το Δίκαιο της Θάλασσας, να αναγνωρίσει την Κυπριακή Δημοκρατία και να σεβαστεί τα κυριαρχικά της δικαιώματα.

Το ψήφισμα αναφέρει κριτικά τις εξελίξεις στην Τουρκία, αλλά η Ευρωπαϊκή Ένωση πρέπει να εμμείνει στην ανάγκη υλοποίησης όλων των κριτηρίων της Κοπεγχάγης και των συμβατικών υποχρεώσεων της Τουρκίας, πρώτα και κύρια, προς όφελος του ίδιου του τουρκικού λαού. Χαιρετίζουμε τις εκκλήσεις προς την Τουρκία να ξεκινήσει την απόσυρση του κατοχικού στρατού από την Κύπρο, να στηρίξει το έργο της ΔΕΑ, να εφαρμόσει την απόφαση 550 του Συμβουλίου Ασφαλείας του ΟΗΕ για την Αμμόχωστο και το συμπληρωματικό Πρωτόκολλο και, ιδιαίτερα, να συμβάλει εποικοδομητικά στη λύση του Κυπριακού, στη βάση της διζωνικής δικοινοτικής ομοσπονδίας με μία κυριαρχία μία ιθαγένεια και μία διεθνή προσωπικότητα.

Επιμένουμε όμως και στην ανάγκη να τερματιστεί άμεσα ο εποικισμός και να αποστρατιωτικοποιηθεί η Κύπρος.

Ernest Maragall (Verts/ALE). – Señora Presidenta, gracias, señora Piri, por su capacidad para conseguir acuerdos y, aún más, por su paciencia frente a las diversas intransigencias.

El informe contiene, en primer lugar, una crítica tan dura como necesaria a la actuación del Gobierno turco en el ámbito de la calidad democrática y el respeto de los derechos básicos de sus ciudadanos. En segundo lugar, un reconocimiento explícito de la falta de liderazgo de la Unión Europea en el último período y una valoración positiva del papel estratégico de Turquía en el ámbito económico y geopolítico. En tercer lugar, la necesidad de dar nuevo impulso a las conversaciones sobre todos los capítulos pendientes —especialmente, claro, los capítulos 23 y 24, pero también el 15—. Lo contrario, por cierto, sería precisamente dar justificación a las actitudes de nacionalismo victimista que el partido mayoritario quiere convertir en argumento electoral. En cuarto lugar, la esperanza recuperada en un eventual acuerdo con Chipre, respecto del cual Europa debe mostrar serenidad sin interferencias y hacer toda su aportación, de manera discreta pero positiva, al éxito de las conversaciones. Y, por último, una cierta expectativa de que los kurdos puedan ejercer en el próximo período un rol central en el sistema democrático turco.

Por eso, si no se altera el equilibrio conseguido, vamos a dar apoyo a esta Resolución. Trabajemos para que la Turquía del día siguiente a las elecciones vuelva a ser el amigo interlocutor positivo, coherente con los criterios de Copenhague, que Europa quería tener cuando, hace diez años, iniciamos las conversaciones.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD). – Signora Presidente, onorevoli colleghi, approfitto anche per ringraziare di vero cuore i colleghi che hanno sostenuto oggi la mia candidatura e il principio del pluralismo in questa casa.

Ringrazio la collega Piri per il suo lavoro su questa relazione. Lei, giustamente, sottolineava che l'adesione può essere potenzialmente una preziosa occasione per la democratizzazione turca. La vera domanda che dobbiamo porci però è: la Turchia intende sfruttare veramente questa occasione?

Non mi sembra che abbia imboccato finora la strada nel giusto senso di marcia. Ovviamente conosciamo bene le persistenti lacune nel rispetto dei valori UE e dei principi della libertà di espressione, conosciamo anche molto bene le riforme, o meglio le controriforme, che ci sono state dal punto di vista costituzionale per quanto riguarda i diritti delle opposizioni politiche, ed è forse superfluo ricordare che 48 000 siti tra il 2007 e il 2014 sono stati bloccati dalle autorità turche, purtroppo seguendo alcune tendenze antidemocratiche di chiusura alle forze di opposizione.

Finché non ci sarà una giusta soluzione della questione cipriota, il riconoscimento del genocidio armeno e un'equità anche nei confronti del popolo curdo, io credo che questa volontà non ci sarà da parte della Turchia e spero che il popolo turco, invece, nelle elezioni di giugno segni un punto di rottura da questo punto di vista.

Κωνσταντίνος Παπαδάκης (NI). – Κυρία Πρόεδρε, η «έκθεση προόδου» για την Τουρκία αποτελεί κρίκο στην ενταξιακή διαδικασία στην Ευρωπαϊκή Ένωση που συνιστά επώδυνη επιλογή για τον τουρκικό λαό, που θα σημάνει νέα κέρδη για τα ευρωενωσιακά και τα τουρκικά μονοπώλια. Η έκθεση ανοίγει δρόμο για νέα κεφάλαια διαπραγματεύσεων που αποτελούν κυριολεκτικά επιβράβευση για τη συνεχιζόμενη κατοχή της Κύπρου, την αυξημένη επιθετικότητα και τις παραβιάσεις της Τουρκίας, τόσο στην κυπριακή ΑΟΖ όσο και στον ελληνικό εναέριο και θαλάσσιο χώρο.

Για αυτό και τα πρόσφατα εύσημα της Ευρωπαϊκής Επιτροπής στην Τουρκία, επικαλούμενη τα κριτήρια της ΚΕΠΠΑ, αποκαλύπτουν πόσο επικίνδυνη για τους λαούς είναι η πολιτική της Ευρωπαϊκής Ένωσης και η ΚΕΠΠΑ· οι δε συστάσεις και τα ευχολόγια της έκθεσης που επαναλαμβάνονται κάθε χρόνο, όπως για το *casus belli* για την Κύπρο, δεν μπορούν να κρύψουν τις επιδιώξεις των μεγάλων ιμπεριαλιστικών συμφερόντων για την ενέργεια στην Νοτιοανατολική Μεσόγειο.

Οι λαοί όμως έχουν άλλα κριτήρια και συμφέροντα, και με την πάλη τους ενάντια στην Ευρωπαϊκή Ένωση, τα μονοπώλια και τα σχέδιά τους και τους ανταγωνισμούς τους, μπορούν να επιβάλουν τα δικά τους συμφέροντα.

Μανώλης Κεφαλογιάννης (PPE). – Κυρία Πρόεδρε, στην Επιτροπή Εξωτερικών Υποθέσεων ψήφισα την έκθεση για την Τουρκία. Όμως τώρα κάνω δεύτερες σκέψεις, και αυτό λόγω της προσπάθειας ανοίγματος συγκεκριμένων κεφαλαίων.

Αναρωτιέμαι γιατί πρέπει να ανοίξει το κεφάλαιο 23 και 24 για τη δικαιοσύνη και τα ατομικά δικαιώματα όταν έχουμε τα γεγονότα στο πάρκο Γκεζί και τις αθρόες συλλήψεις δημοσιογράφων και την παραβίαση των ατομικών δικαιωμάτων; Για ποιον λόγο πρέπει να ανοίξει το κεφάλαιο 15 για την ενέργεια από μια χώρα που δεν σέβεται και δεν επικυρώνει το δίκαιο της θάλασσας, τη Συνθήκη UNCLOS και παράνομα εκδίδει οδηγίες Navtex για την ΑΟΖ γειτονικών κρατών μελών της Ευρωπαϊκής Ένωσης;

Για ποιον λόγο πρέπει να ανοίξει το κεφάλαιο 31 που αφορά την εξωτερική πολιτική και την πολιτική άμυνας και ασφάλειας, όταν η Τουρκία διατηρεί ακόμη το *casus belli*, δηλαδή την απειλή πολέμου σε κράτος μέλος της Ευρωπαϊκής Ένωσης, και μάλιστα σε ισχύ;

Νομίζω ότι, τρεις εβδομάδες πριν από τις εκλογές, κάνουμε ένα πολύ μεγάλο δώρο στη σημερινή κυβέρνηση της Τουρκίας. Πρέπει μάλλον να ανοίξουμε τους δείκτες αναφοράς του Συμβουλίου, τα λεγόμενα «Benchmarks», και όχι να ανοίξουμε νέα κεφάλαια.

(Ο αγορητής συμφωνεί να απαντήσει σε ερώτηση «γαλάζια κάρτα» (άρθρο 162, παράγραφος 8 του Κανονισμού)).

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE), *blue-card question***.** – Just one short question, Mr Kefalogiannis. We were in negotiations together in which you participated in your capacity as the Chair of the EP/TGNA Joint Parliamentary Committee. Your statements now indicate that you have serious problems accepting vast swathes of Turkish policy—making.

Do you think you should continue in your function as Chair of the JPC, because apparently you have really serious problems with Turkey?

Μανώλης Κεφαλογιάννης (PPE), *απάντηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Κοιτώντας τα δημοκρατικά σας συστήματα, αντιλαμβάνομαι ότι η ερώτησή σας είναι τουλάχιστον ατυχής γιατί γνωρίζετε πολύ καλά ότι στη θέση αυτή δεν είμαι διορισμένος αλλά είμαι εκλεγμένος· και όχι μόνο είμαι εκλεγμένος, αλλά συμπροεδρεύω και με τον ομόλογό μου στην Τουρκία ο οποίος είναι απόλυτα ικανοποιημένος από τον τρόπο που ασκώ τα καθήκοντά μου και νομίζω ήτανε λάθος σας να θέτετε ένα τέτοιο ερώτημα.

Javi López (S&D). – Señora Presidenta, en primer lugar, quiero agradecer a la ponente, Kati Piri, la labor que ha llevado a cabo: un gran trabajo, duro, arduo y con negociaciones muy complejas para llegar a un acuerdo y tener el informe que hoy tenemos.

El informe hace dos cosas. Formula una crítica adecuada y necesaria del deterioro del Estado de Derecho, de la calidad democrática, del derecho a la libertad de expresión y de la justicia independiente que se ha producido durante los últimos años en Turquía, unas preocupaciones hondas que también se han expresado en diferentes ocasiones en este Parlamento. Asimismo plasma el reconocimiento, también necesario, de la solidaridad de Turquía con los refugiados, del papel que ejerce en la zona en términos estratégicos o, también, por lo que respecta a la relaciones con Europa en el ámbito energético.

Pero lo que tenemos que tener claro es que el proceso de adhesión de Turquía debe ser la palanca necesaria —y la regulación tiene que ir en este sentido— para que se produzcan avances en materia de reformas democráticas, teniendo en cuenta los criterios de Copenhague y los valores que han sustentado a la Unión Europea para su construcción.

Bas Belder (ECR). – Ik wilde eigenlijk één zaak bij de Europese Commissie aankaarten. Een heel ernstige zaak. Op 18 april 2007 vond in het Turkse Malatya een drievoudige moord op christenen plaats, een gruwelijke moord. Een martelmoord die door de verdachten respectievelijk de daders zelfs met hun telefoons is gefilmd. Ze zijn ook ter plaatse gearresteerd.

Nu zijn we acht jaar verder en wat blijkt? Deze verdachten bevinden zich op vrije voeten, tot schrik en ontsteltenis van de nabestaanden die zij tijdens de zittingen zelfs bedreigden. Ook tot schrik en ontsteltenis van de leden van de kleine Turkse protestantse gemeenschap, want die voelen zich onveilig gezien de intimidatie door de daders tijdens de rechtszitting. Zij vragen zich af: wat is nog het recht voor christenen in Turkije? Ik heb vanmiddag nog eens met hen gebeld om te vragen of er al enig schot zit in deze zaak. Er zijn al 101 zittingen geweest.

Mijn dringende vraag is aan de Commissie om bij de Turkse justitiële autoriteiten navraag te doen: hoe gaat het verder met deze moordzaak? De daders bevinden zich immers op vrije voeten onder zogenaamd huisarrest.

Σοφία Σακοράφα (GUE/NGL). – … Έχουν περάσει δέκα χρόνια από την ημέρα που ξεκίνησαν οι διαπραγματεύσεις για την ένταξη της Τουρκίας στην Ευρωπαϊκή Ένωση. Δέκα χρόνια κατά τα οποία η Τουρκία συνεχίζει να κατέχει με στρατό ευρωπαϊκό έδαφος - τη μισή Κύπρο - και να παραβιάζει συστηματικά τα κυριαρχικά δικαιώματα των γειτόνων της, να περιφρονεί τις διεθνείς συνθήκες και αποφάσεις, όπως στην περίπτωση της κυπριακής ΑΟΖ και των ερευνών, και να παραβιάζει επίσης τον ευρωπαϊκό εναέριο χώρο. Μόνο το τελευταίο δεκαοχτάμηνο έγιναν περίπου δύο χιλιάδες εφτακόσιες παραβιάσεις. Κύριοι συνάδελφοι, αν δεν αποσυρθεί ο κατοχικός στρατός από την Κύπρο, αν δεν εφαρμοστεί το πρόσθετο πρωτόκολλο και δεν αναγνωριστεί η Κυπριακή Δημοκρατία, αν δεν αρθεί το casus belli απέναντι στην Ελλάδα, μέλος Ευρωπαϊκής Ένωσης, και δεν σταματήσουν οι παραβιάσεις ευρωπαϊκών εναέριων και υδάτινων συνόρων, καμία διεύρυνση δεν μπορεί να συμβεί, κανένα κεφάλαιο δεν μπορεί να ανοίξει, και καμία εμβάθυνση δεν μπορεί να αποφασιστεί στην τελωνειακή ένωση. Κύριοι συνάδελφοι, αν πραγματικά θέλουμε να εξελίξουμε τις σχέσεις μας με την Τουρκία, οφείλουμε να παραμείνουμε ανυποχώρητοι σε αυτές τις προϋποθέσεις.

Marcel de Graaff (NI). – Turkije heeft alle vooruitgang sinds Atatürk afgebroken. Christenen, Koerden politieke oppositie, journalisten, rechters, vrouwen worden systematisch met geweld onderdrukt. Het beest van Ankara heeft IS vrij spel gegeven in de strijd om Kobanî en daarmee zijn ware agenda onthuld.

Turkije is op weg naar een islamofascistische dictatuur onder leiding van de gevaarlijke islamist Erdoğan. En wat doet de EU? Het beloont dit wangedrag. Het voedt het beest dat ons straks de keel afbijt. Het geeft niet minder, maar meer geld aan dictator Erdoğan, die zojuist 300 miljoen heeft uitgegeven aan een megalomaan paleis, vijftig keer groter dan het Witte Huis, waarin hij de sultan uithangt.

Voorzitter, dit land mag nooit lid worden van de EU. Ik eis van deze Commissie directe beëindiging van alle financiering van deze islamitische dictatuur, gedetailleerde verantwoording over de besteding van de miljarden die het door en door corrupte Turkije heeft ontvangen en onmiddellijke stopzetting van het onderhandelingsproces.

Андрей Ковачев (PPE). – Г-жо Председател, дълбоко съм убеден, че Европейският съюз трябва да продължи активно да подкрепя всеки в Турция, който желае демокрация и проевропейската интеграция на страната.

За нас е стратегически важно да имаме надежден съюзник, съсед и партньор в лицето на Република Турция. Регионалните и глобални предизвикателства подчертават ясната необходимост от засилване на сътрудничеството по приоритетни теми като енергийната сигурност и диверсификацията на доставките, стабилността в Близкия Изток и противодействието на нерегламентираната миграция, което е особено актуално в контекста на обсъждането на нова солидарна миграционна политика на ЕС.

Процесът на преговори за присъединяване на Турция към ЕС е от самото начало с отворен край, но той представлява силен стимул за провеждането на реформи и демократични процеси в страната и възможност да бъде реализиран пълният потенциал на стратегическото ни партньорство.

Приветствам възобновяването на активния диалог през последните месеци, който е жизнено важен за укрепването на взаимното доверие и се надявам да даде нов тласък на реформите в страната.

Преодоляване на критичните моменти в ключови области като зачитането на основните права, върховенството на закона, решенията на проблемите със съседите, които представляват ценностният фундамент на Европейския съюз, са условия, без които не може да продължи процесът на евроинтеграция.

Ратификацията и влизането в сила на Споразумението за реадмисия е стъпка в правилната посока, но е важно да се гарантира неговото пълно и ефективно приложение.

България и Турция имат обща сухопътна граница, която същевременно е и външна граница на Европейския съюз. Ние отдаваме особена важност на пълноценното сътрудничество с турските власти в посока засилване на сигурността на границата, борба с трафика на хора и стоки, енергийната инфраструктура и икономиката.

(Ораторът приема да отговори на въпрос, зададен чрез вдигане на синя карта (член 162, параграф 8 от Правилника за дейността)).

Ангел Джамбазки (ECR), *въпрос, зададен чрез вдигане на синя карта.* – Уважаеми колега, как ще коментирате все по-авторитарното отношение и поведение на министър-председателя Давутоглу и на президента Ердоган, които вървят в една много ислямистка посока и в този смисъл не смятате ли, че с тяхната политика те отдалечават Турция от Европейския съюз и Турция върви по свой път, особено в контекста и на „Турски поток“, и на заливането на България с нелегалните имигранти?

Андрей Ковачев (PPE), *отговор на въпрос, зададен чрез вдигане на синя карта.* – Аз затова в началото казах, че в наш интерес е активно да подкрепяме тези среди в Турция, които желаят проевропейска интеграция и желаят демокрация.

Това, което виждаме, за съжаление, е недемократично развитие на страната и разбира се отдалечаване на страната от, така да кажем, европейския коридор, защото нека да не говорим за пълноправно членство в Европейския съюз.

Самите преговори се водят с отворен край още от самото начало на преговорния процес, когато беше решено в Люксембург да се стартират преговори с Република Турция, те са с отворен край. Накрая на този преговорен процес, ако се стигне до там, то тогава ще се решава въобще за какво става въпрос – за пълноправно членство, за някакъв вид партньорство или за това, което е сегашното *status quo* с митническия съюз.

Така че наше желание, според мен, и мое желание е да мотивираме тези сили в Турция, които искат демокрация, искат спазване на правата на човека, на всички малцинства, религиозни, етнически и т.н. и това е в интерес на Европейския съюз.

Δημήτρης Παπαδάκης (S&D). – Κυρία Πρόεδρε, οι σχέσεις Ευρωπαϊκής Ένωσης-Τουρκίας βρίσκονται σε ένα κομβικό σημείο όπου πρέπει να διαφανεί πραγματικά εάν θέλει η κυβέρνηση της Τουρκίας να αποτελέσει χώρα μέλος της ευρωπαϊκής οικογένειας. Τα ψέματα, οι τακτικές και οι σκοπιμότητες πρέπει να τελειώσουν και το μήνυμα από την Ευρωπαϊκή Ένωση πρέπει να είναι ξεκάθαρο.

Η Τουρκία οφείλει να αποδείξει έμπρακτα ότι σέβεται τα ανθρώπινα δικαιώματα, την κυριαρχία των γειτονικών κρατών και το διεθνές δίκαιο. Η αποχώρηση των τουρκικών κατοχικών στρατευμάτων από την Κύπρο, η αναγνώριση της Κυπριακής Δημοκρατίας, ο σεβασμός των ελευθεριών και δικαιωμάτων των ίδιων των πολιτών της Τουρκίας, η επίλυση του Κουρδικού προβλήματος, η εναρμόνιση με τις αρχές και τις αξίες της Ευρωπαϊκής Ένωσης πρέπει να είναι μονόδρομος για την Τουρκία.

Θέλουμε την Τουρκία στην Ευρωπαϊκή Ένωση ως δύναμη ειρήνης και σταθερότητας και όχι ως παράγοντα αστάθειας και ανωμαλίας που δημιουργεί προβλήματα στην περιοχή.

Amjad Bashir (ECR). – Madam President, let me start by thanking the rapporteur for her hard work and balanced approach in dealing with this delicate matter. Regardless of the opinions held across this House, I think that we can all agree that it is in everyone's interest for Turkey to be a safe, democratic and prosperous country. While I take on board some of the concerns expressed by colleagues, I am afraid that the default negative position adopted by some keeps pushing Turkey further away instead of drawing it into the fold. Though this may be exactly what some want, we should not be surprised to see that constantly boxing Turkey out has frustrated Turkish moderates and fostered the isolationist sentiment the many in this House are so quick to condemn. Let us adopt a more cohesive approach that rewards positive developments. It is the only way that we will be able to genuinely evaluate whether or not the EU can take its relationship with Turkey to the next level.

Mario Borghezio (NI). – Signora Presidente, onorevoli colleghi, diciamo le cose come stanno: la Turchia è una grande potenza regionale che non ha alcuna intenzione, e forse neanche alcun interesse, di contenere le sue enormi aspirazioni militari, geopolitiche, espansioniste: il caso di Cipro lo dimostra. C'è anche Cipro fra i membri dell'Unione europea, ma non è difesa.

Ricordo non solo le denunce dell'opposizione, che sono molteplici e circostanziate, circa le connivenze (si è parlato di ambiguità della Turchia sulla questione del terrorismo, di 50 000 terroristi accolti, secondo un portavoce dell'opposizione), ma anche le denunce di organismi internazionali i quali segnalano già nel 2014 il rinvenimento di armi di produzione turca datate di quell'anno nelle zone di conflitto. Quindi ci sono prove provate. La questione è stata oggetto di una mia interrogazione e la signora Mogherini dice che ci sarà un'azione di sollecitazione perché la Turchia faccia il rintracciamento di queste armi. Ma quando ci daranno una risposta?

La realtà è che la Turchia di Erdoğan ci prende in giro. La realtà è che è guidata da un *leader* che risponde in maniera minacciosa e mafiosa alle parole moderate di pace del Papa, colpevole solo di avere usato il termine «genocidio», perché il genocidio fa paura a questa Turchia. Ricordare il genocidio è nostro dovere – il genocidio degli armeni! – e voi, l'Europa vile, non avete il coraggio di interrompere questi ..

(La Presidente interrompe l'oratore)

Elnökváltás: ILDIKÓ GÁLL–PELCZ

alelnök asszony

Köszönöm szépen Képviselő Úr megértését! Úgy vélem, hogy azért jelzett, mert nem kíván ebben a vitában tovább részt venni, szerintem ez egy bölcs döntés volt. Majd egy későbbi szakaszban visszatérünk hozzászólására.

Ελένη Θεοχάρους (PPE). – Η έκθεση για την Τουρκία είναι απαράδεκτη διότι θέτει στο περιθώριο την Κυπριακή Δημοκρατία και την εκθέτει σε σοβαρούς κινδύνους, αποσυνδέει το κυπριακό από την ενταξιακή διαδικασία, προωθεί το άνοιγμα κεφαλαίων χωρίς η Τουρκία να έχει εκπληρώσει τις υποχρεώσεις της προς την Κυπριακή Δημοκρατία και προς την Ένωση, προάγει την εμβάθυνση της τελωνειακής ένωσης χωρίς η Τουρκία να έχει εφαρμόσει το πρόσθετο πρωτόκολλο και αρνείται να περιλάβει στην παράγραφο για το Κυπριακό την αντιδήλωση της 21ης Σεπτεμβρίου η οποία είναι αναπόσπαστο τμήμα του κοινοτικού κεκτημένου και η οποία καθορίζει ρητώς ότι η Ευρωπαϊκή Ένωση αναγνωρίζει στο νησί ένα κράτος, την Κυπριακή Δημοκρατία, η οποία εντάχθηκε στην Ένωση ως ενιαίο κράτος με βάση το Πρωτόκολλο 10.

Επιπλέον επιτρέπει στην Τουρκία να συμμετέχει στα Συμβούλια Εξωτερικών και Άμυνας και προωθεί το άνοιγμα του κεφαλαίου για την ασφάλεια ενώ ο τουρκικός στρατός εξακολουθεί να κατέχει την Κύπρο και ο τουρκικός στόλος να παραβιάζει καθημερινά τις θάλασσές μας.

Εάν το Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο ψηφίσει την έκθεση, εκθέτει την Κυπριακή Δημοκρατία σε άμεσο κίνδυνο διάλυσης και μετατροπής της σε προτεκτοράτο της Τουρκίας και καθιστά αυτό το προτεκτοράτο Δούρειο Ίππο για να κατακλυστεί η Ευρωπαϊκή Ένωση από φανατικούς ισλαμιστές.

Το Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο δεν έχει αρμοδιότητα να καθορίσει την πολιτειακή μορφή της λύσης του κυπριακού προβλήματος και, συνεπώς, η προώθηση συγκεκριμένης λύσης, η οποία νομιμοποιεί το συνεχιζόμενο έγκλημα πολέμου που διεξάγει η Τουρκία σε βάρος της Κύπρου, εκθέτει και την Ευρωπαϊκή Ένωση σε σοβαρούς κινδύνους. Το Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο έχει ηθική υποχρέωση να διασφαλίσει ότι η λύση θα διέπεται από τις αρχές και τις αξίες της Ευρωπαϊκής Ένωσης και θα κατοχυρώνει τα ανθρώπινα δικαιώματα του κυπριακού λαού.

Όσον αφορά τους πρόσφυγες που προστατεύει η Τουρκία, ας αναλογιστούμε για πόσα εκατομμύρια πρόσφυγες είναι υπεύθυνος ο τουρκικός στρατός και το ίδιο το τουρκικό κράτος.

(Ο αγορητής συμφωνεί να απαντήσει σε ερώτηση «γαλάζια κάρτα» (άρθρο 162, παράγραφος 8 του Κανονισμού)).

Doru-Claudian Frunzulică (S&D), *blue-card question*. – This may be food for thought for my Greek Cypriot friends and colleagues, whom I appreciate very much. Ms Theocharous, do you not think that issues with Turkey could be settled more easily within the process of Turkey's accession to the European Union? If Turkey is kept outside the European Union, things will become more difficult. This situation has to be used by all of us.

Ελένη Θεοχάρους (PPE), *απάντηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Έχω πει πάρα πολλές φορές ότι θα θέλαμε έναν δημοκρατικό γείτονα, προοδευτικό και σύγχρονο, που να προστατεύει – εφόσον έχει τόσο μεγάλη δύναμη όση έχει η Τουρκία – και όλους τους μικρούς λαούς τριγύρω.

Δυστυχώς όμως, η Τουρκία θέλει να ενταχθεί στην Ευρωπαϊκή Ένωση με τους δικούς της όρους και να κηδεμονεύει την ίδια την Ευρωπαϊκή Ένωση. Γι' αυτό, δεν προχωρεί σε δημοκρατικές διαδικασίες και αλλαγές που να μας επιτρέπουν και εμάς να νοιώθουμε ασφάλεια.

Αν εσείς νοιώθετε ασφάλεια με αυτή την Τουρκία η οποία δεν σέβεται ούτε καν τον ίδιο της τον λαό και παραβιάζει βασικά ανθρώπινα δικαιώματα, τότε τι να πω εγώ; Δεν έχω να πω τίποτα περισσότερο.

Ναι! θα θέλαμε μια δημοκρατική Τουρκία στην Ευρωπαϊκή Ένωση για να νοιώθουμε και εμείς καλύτερα και πιο ασφαλείς.

Eugen Freund (S&D). – Frau Präsidentin! Wenn es einen schwierigen Bericht gibt, dann trifft das sicher auf den Fortschrittsbericht mit der Türkei zu – gerade deshalb möchte ich Kati Piri danken, dass sie diese Aufgabe so großartig wahrgenommen hat. Es ist kein Geheimnis, dass hier viele Interessen aufeinanderstoßen: das Interesse jener, die die Türkei niemals in der EU sehen wollen, der endlose Konflikt mit Zypern und mit Griechenland, das – ich sage das unter Anführungszeichen- –, „westliche" NATO-Mitglied einerseits, andererseits eine Türkei, die sich immer mehr von genau diesen westlichen Grundwerten entfernt. Ich erwähne in diesem Zusammenhang nur den beschämenden Umgang mit Journalisten, oder wie das Internet für politische Zwecke missbraucht wird.

Und dann ist da noch die Türkei, die eine wichtige Rolle im Nahostkonflikt spielt und die knapp vier Mal so viele Flüchtlinge aufgenommen hat wie ganz Europa zusammen. Also Gegensätze wohin man blickt. Ich hoffe im Interesse Europas und der Türkei, dass im nächsten Bericht die Zahl der Gegensätze abgenommen hat.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, η Τουρκία συνεχίζει την προκλητική της στάση απέναντι στην Κύπρο και την Ελλάδα. Πριν λίγες ώρες, τουρκικά μαχητικά αεροπλάνα παραβίασαν για άλλη μια φορά τον ελληνικό εναέριο χώρο μεταξύ της Χίου και της Σάμου.

Και ενώ η Τουρκία συνεχίζει να κατέχει παράνομα το 37% του εδάφους της Κύπρου – ενός κράτους μέλους της Ευρωπαϊκής Ένωσης – η ίδια η Ευρωπαϊκή Ένωση συνεχίζει να θωπεύει την Άγκυρα. Και μάλιστα, η έκθεση που συζητούμε προτείνει να ανοίξουν και νέα κεφάλαια του προενταξιακού διαλόγου Ευρωπαϊκής Ένωσης-Τουρκίας.

Την ώρα που η Τουρκία δεν αναγνωρίζει καν την Κύπρο, την ώρα που η Τουρκία διατηρεί το *casus belli* κατά της Ελλάδας σε περίπτωση που η πατρίδα μου επεκτείνει τα χωρικά της ύδατα στα δώδεκα μίλια, την ώρα που η Τουρκία αμφισβητεί τα κυριαρχικά δικαιώματα της Ελλάδας και της Κύπρου, η έκθεση επιχειρεί να αναβαθμίσει τη θέση της Τουρκίας στον πολιτικό διάλογο με την Ένωση. Είναι λοιπόν απαράδεκτη η έκθεση που συζητούμε.

Επισημαίνω, τέλος, για άλλη μια φορά, ότι είμαι αντίθετος με την οποιαδήποτε μελλοντική ένταξη της Τουρκίας στην Ευρωπαϊκή Ένωση.

Franz Obermayr (NI). – Frau Präsidentin! Es ist wirklich bedauerlich, dass heute bei dieser wichtigen Diskussion so wenige Kollegen im Saal sind. Umso erfreulicher ist es für mich, dass die Galerie voll besetzt ist mit jungen Zuhörern. Ich begrüße herzlich meine Landsleute, die Korpsstudenten der Montanuniversität Leoben aus Österreich.

Wenn wir heute über den Fortschrittsbericht der Türkei reden, wäre es doch angebracht, über einen Rückschrittsbericht zu sprechen. Wie mir erst diese Woche die Kommission bestätigte, wird derzeit geprüft, ob die Heranführungshilfe, nämlich circa 700 bis 750 Millionen im Jahr, nicht auszusetzen ist, was ich eigentlich schon öfter gefordert habe. Interessant, dass man offensichtlich nach Jahren auch daran denkt, es tatsächlich zu tun. Ein überfälliger Schritt angesichts der schwerwiegenden anhaltenden Verstöße der Türkei gegen Meinungsfreiheit, Demokratie und Rechtsstaatlichkeit. Die Lage in Zypern bleibt weiter angespannt.

Das Land unter Sultan Erdoğan hat sich ja längst von seinem laizistischen Erbe losgesagt, das öffentliche Leben wird zunehmend unter das Diktat des Islams gestellt.

Das wirft natürlich die Frage auf: Wer ist überhaupt noch für einen Beitritt der Türkei? 72 % meiner österreichischen Landsleute sprechen sich eindeutig dagegen aus. Es wäre ehrlicher, die Verhandlungen abzubrechen und andere Lösungen anzudenken.

László Tőkés (PPE). – Elnök Asszony, Törökországnak feltett szándéka az Unióhoz való csatlakozás, és hajlandóságot mutat hatékony reformok bevezetésére, jó szomszédsági viszonyok kialakítására és a szükséges nemzetközi normák elfogadására. Mindazonáltal, az országban még mindig elmulasztják a szólás- és a sajtószabadság biztosítását, hiányoznak a korrupció elleni küzdelem törvényes keretei, a hatalmi ágak szétválasztása és az igazságszolgáltatás függetlensége komoly kívánnivalókat hagy maga után, a török szomszédsági kapcsolatok pedig igen feszültek. Törökországnak stratégiai fontosságú szerepe van a keleti és a déli európai szomszédságpolitika viszonylatában, kiváltképpen is a szíriai és az iraki terrorizmus elleni harcban. Hasonlóképpen fontos szerepet tölt be az európai energiabiztonság vonatkozásában. Ezeket szem előtt tartva, a vele fenntartott együttműködést folytatni kell.

Mindazonáltal az európai-török párbeszédnek az értékek alapján kell megmaradnia. Joggal várhatjuk el, hogy Törökország teljesítse saját vállalásait az alapvető emberi jogok biztosítása tekintetében, tartózkodjon minden olyan cselekménytől, mely káros kihatással van a szomszédsági kapcsolatokra, rendezze Görögországhoz és Ciprushoz fűződő viszonyát, és Örményországgal való kapcsolatát normalizálja. Egy évszázaddal az örmény genocídium után ez a lépés immár nem tűr további halasztást.

Νίκος Ανδρουλάκης (S&D). – Όλοι κατανοούμε ότι η Τουρκία είναι ένας σημαντικός εταίρος της Ευρωπαϊκής Ένωσης. Η πρόοδος όμως και η ομαλή συνέχιση των ενταξιακών διαπραγματεύσεων εξαρτώνται πλέον αποκλειστικά από εκείνην.

Όπως σημειώνεται και στο ψήφισμα του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου, πρέπει να προχωρήσει στις απαραίτητες μεταρρυθμίσεις και να συμμορφωθεί πλήρως με τα κριτήρια της Κοπεγχάγης.

Η διασφάλιση του κράτους δικαίου, της ανεξαρτησίας της δικαιοσύνης και η ελευθερία του Τύπου ανήκουν στον πυρήνα των ευρωπαϊκών αξιών και αρχών που οφείλει να σέβεται. Συγχρόνως, η Τουρκία πρέπει να εξομαλύνει τις διμερείς τις σχέσεις. Πρακτικές, όπως συνεχείς παραβιάσεις του ελληνικού εναέριου χώρου, οι παράνομες υποθαλάσσιες έρευνες στο Αιγαίο και στην Ανατολική Μεσόγειο, καθώς και η άρνησή της να άρει το *casus belli* κατά της Ελλάδας και να αναγνωρίσει την Κυπριακή Δημοκρατία, πρέπει να τερματιστούν.

Θέλουμε μία Τουρκία η οποία θα αποτελεί πηγή σταθερότητας για την περιοχή και θα σέβεται τις ευρωπαϊκές αξίες και το κοινωνικό κεκτημένο.

(Ο αγορητής συμφωνεί να απαντήσει σε ερώτηση «γαλάζια κάρτα» (άρθρο 162, παράγραφος 8 του Κανονισμού)).

Илхан Кючюк (ALDE), *въпрос, зададен чрез вдигане на синя карта.* – Г-н Андрулакис, аз идвам от Балканите и единственият начин да не бъдат провокирани стари наслоения, останали от историята на Балканите, е страните да получат своята европейска перспектива.

В тази връзка, не смятате ли за нужно, че Кипър и Република Турция биха могли да решат своите проблеми бидейки част от Европейския съюз?

Νίκος Ανδρουλάκης (S&D), *απάντηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Είναι προφανές ότι τα Βαλκάνια είναι μία περιοχή η οποία έχει βιώσει τις τελευταίες δεκαετίες πολύ δύσκολες στιγμές. Όμως, το συμπέρασμα όλων των διεργασιών στην περιοχή μας είναι ο σεβασμός στους ευρωπαϊκούς κανόνες. Όσο λοιπόν η Τουρκία δεν προχωρεί σε μια τέτοια πάγια τακτική, είναι προφανές ότι δεν θα υπάρχει καμία ομαλοποίηση στις σχέσεις και η προσπάθεια να προχωρήσει η ενταξιακή διαδικασία θα υπονομεύεται συνεχώς από την ακραία της στρατηγική.

Anders Primdahl Vistisen (ECR). – Fru formand! Som tiden går, står det mere og mere klart, at det var en fejl at indlede optagelsesforhandlinger med Tyrkiet. Tyrkiet er en utrolig vigtig spiller i regionen, landet er medlem af NATO, og det bør være et demokratisk samfund, som vi kan have et naturligt samarbejde med i EU.

Men medlemsskab af EU har vist sig at være den forkerte vej for Tyrkiet. Vi ser i dag, at fundamentale rettigheder såsom ytringsfrihed, pressefrihed og frihed til at samles og demonstrere bliver trådt under fode af det, der indtil for få år siden var et Tyrkiet, der var på vej i en vestlig retning, et Tyrkiet, der var på vej mod et egentligt demokrati i den forståelse, vi har af begrebet i den vestlige verden.

Derfor synes jeg, det er helt klart, at EU-medlemsskabet, man har stillet dem i udsigt, har haft den modsatte effekt af, hvad man havde håbet. Man er gået væk fra Atatürk og mod islamismen, og hvis den udvikling fortsætter, så håber jeg, vi får stoppet optagelsesforhandlingerne, hellere i dag end i morgen.

Eduard Kukan (PPE). – Madam President, first of all, I would like to thank the rapporteur for the good work on this progress report. I think we should see the EU integration process as a vehicle to enhance reforms in the country. We need to stay focused on the reforms' processes such as strengthening the rule of law, independence of the judiciary and unconditional respect for fundamental freedoms, including freedom of association, expression and freedom of the media. Turkey should be encouraged to intensify its dialogue with the EU and the Venice Commission in order to converge to the EU aquis.

I would also like to stress the importance of Turkey as a major regional and international player. In the security context, Turkey remains a key NATO ally which can play an increasingly positive and constructive role in all regional constellations. This includes relations with the EU Member States, EU candidate countries in the western Balkans and Turkey's troubled neighbourhood in the south-east. We need to see an increased complementarity in the EU's and Turkey's foreign and security policy issues. In the current security environment a closer relation between Turkey and the European Union is to the benefit of both.

(The speaker accepted to take a blue-card question under Rule162(8))

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), *ερώτηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Κύριε Kukan, ήθελα να σας ρωτήσω το εξής: λαμβάνοντας υπόψη τη μέχρι τώρα συμπεριφορά που επιδεικνύει η Τουρκία, τι σας κάνει να πιστεύετε ότι η χώρα αυτή, πραγματικά, ενδιαφέρεται να ενταχθεί στην Ευρωπαϊκή Ένωση, ενδιαφέρεται να προχωρήσει στις μεταρρυθμίσεις αυτές που πρέπει να γίνουν, και τις οποίες πολύ σωστά αναφέρατε, και τι σας κάνει πάλι να πιστεύετε ότι, αν αυτή η χώρα ενταχθεί στην Ευρωπαϊκή Ένωση με τους όρους που θέλει και όχι με τους όρους που πρέπει, θα αποτελέσει - όπως είπατε και εσείς - ένα καλό στήριγμα για την ασφάλεια και όλα αυτά τα ωραία και ευχάριστα που προσπαθούμε να πούμε και να δεχθούμε ότι θα συμβούν αν η Τουρκία γίνει μέλος της Ευρωπαϊκής Ένωσης.

Eduard Kukan (PPE), *blue-card answer***.** – First of all I do not believe that Turkey will become an EU member on its own terms. You are underestimating the European Union if you say that. And I did not say that I believe that; I said that Turkey – whether you like it or not – is a candidate country which is going through the accession negotiations.

Whatever you say, this is the truth, and I repeat that the European Commission is the body which defines with whom we are going to start accession negotiations. It is a process – nobody wants to accept Turkey now. It is a matter of years. I do not know how this process is going to end.

Jan Zahradil (ECR). – Paní předsedající, Turecko se za posledních dvanáct let změnilo způsobem, jakým se nezměnilo za celé dekády předtím. Já se obávám, že jsme nedokázali tyto změny dostatečně reflektovat. Samozřejmě, že se nám některé tyto změny nelíbí, ale myslím, že bychom je měli vzít na vědomí a respektovat.

Turecko změnilo své paradigma ve vnímání Evropské unie, změnilo svoji vnitřní politiku, změnilo svoji zahraniční politiku, která je daleko asertivnější. V každém případě Turecko zůstává důležitým hráčem v regionu, zůstává klíčovým geopolitickým hráčem, pokud jde o zajištění bezpečnosti a také energetické bezpečnosti Evropské unie. Turecko si zaslouží také vysoký kredit za svůj přístup k uprchlíkům, protože kdyby nezachytávalo uprchlíky ze Sýrie a z Iráku, pak by už dávno byli v Evropě.

Bez ohledu na jeho vstup do Evropské unie jsme odsouzeni ke spolupráci s Tureckem. Myslím, že bychom ho neměli zahánět do kouta a rozhodně, pokud by byla přerušena předvstupní pomoc teď, v klíčovém období před volbami, považoval bych to za velmi špatný signál.

(Řečník souhlasil s tím, že odpoví na otázku položenou zvednutím modré karty (čl. 162 odst. 8 jednacího řádu).)

Petras Auštrevičius (ALDE), *blue-card question***.** – I do appreciate your constructive approach towards Turkey's involvement in the reform process and, indeed, we should follow this line. Would you envisage any new instruments for Turkey? And, especially, what should the Commission provide in order to speed up these reforms and make them irreversible?

Jan Zahradil (ECR), *blue-card answer***.** – I do not see the necessity of introducing any new measures or any new instruments. I think, and I can only repeat what my predecessor Mr Kukan has said, that we are in the course of a negotiation process. I think that the trustworthiness of any international organisation, and the European Union first and foremost, should be measured also according to whether it is able to fulfil its promises. Once we have started the negotiation process we have to go on with that and we have to make a final evaluation at the end of this process, not stop it in the meantime or change the conditions in the meantime.

Anna Maria Corazza Bildt (PPE). – Madam President, the European Parliament is sending mixed messages to Turkey. We call for the acceleration of reforms but we slow down on the prospects for membership. Why should we have a say in Turkey's internal policies if we then tell them that Europe will never be their home?

Accession negotiation is the highway to change. I share concerns regarding censorship, freedom of expression and the independence of the judiciary, but I think that opening the chapters on justice and fundamental freedom is the best way to promote democratic reforms. We should also move forward on visa liberalisation.

This is not about rewarding the current government: it is about engaging long-term to build trust with the people of Turkey. We must look beyond the rhetoric and actions coming from Ankara now. Yes, more needs to be done, but we do see some progress in the peace process with the Kurdish community, dialogue with Cyprus, the readmission agreement and the Istanbul Convention on Violence against Women.

Being punitive does not lead anywhere. Let us be pragmatic. Turkey is strategic for the EU. We share major challenges: migration, human trafficking, terrorism and jihadism, energy and trade. Let us be clear, Turkey is not ready to become a member yet, but let us give them the same chance as other candidate countries, without double standards. Our uncertainty has a price, which is the undermining of pro-European consensus and policies in Turkey. Is it really the case that Turkey is turning its back on Europe? Or are we turning our backs on the people of Turkey?

(The speaker agreed to take a blue-card question under Rule 162(8)).

Ελένη Θεοχάρους (PPE), *ερώτηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Κυρία Bildt, πώς κρίνετε τη στάση της Τουρκίας να εφαρμόζει τη συμφωνία επανεισδοχής με τα 27 κράτη μέλη αλλά όχι με την Κυπριακή Δημοκρατία την οποία χαρακτηρίζει με τον προσβλητικό όρο, τον οποίο προτιμώ να μην σας μεταφράσω από τα Τουρκικά, και πώς κρίνετε το γεγονός ότι, για τους Κύπριους πολίτες δεν επιτρέπεται η έκδοση βίζας παρά μόνο εάν παραδεχτούν ότι προέρχονται από αυτή την «ελληνοκυπριακή διοίκηση του Νότου» – όπως χαρακτηρίζεται η Κυπριακή Δημοκρατία; Και ξέρετε ότι η Ευρωπαϊκή Ένωση αναγνωρίζει την Κυπριακή Δημοκρατία.

Anna Maria Corazza Bildt (PPE), *blue-card answer.* – Thank you very much. I would like to say that there has been, just in the past week, progress in confidence-building measures on resolving the conflict in Cyprus. I do not think that using the fact that you are a Member of the European Parliament constantly just to harass and attack Turkey is constructive for a long-term, fair, win-win solution for all the people of Cyprus.

Charles Tannock (ECR). – Madam President, despite the Turkish Government's declaration that its priority is EU membership, today's progress report shows this wanting. Humanist civil rights, particularly for journalists, continue to be undermined and corruption is widespread.

The opportunity for reopening talks in Cyprus following the welcome election of Mustafa Akıncı in occupied northern Cyprus has been undermined by Ankara's attitude to Cyprus's oil exploration rights. Meanwhile, Turkey, in spite of its NATO membership, remains at best ambivalent towards ISIS terrorism and hostile to Israel. It is also regrettable, on the centenary of the Armenian genocide, that Turkey refuses to open the border with Armenia or recognise this historic crime. Meanwhile, President Erdoğan continues to aggrandise his office into that reminiscent of an Ottoman sultan whilst boosting his ties with Putin's Russia. Turkey has great geopolitical potential, as has been said by many, as a strategic country with huge economic and energy security roles and a vibrant and rich culture. Let us hope that the muted tone of the period report will be the beginning of a rapprochement rather than a harbinger of a deteriorating relationship between Turkey and the European Union.

Dubravka Šuica (PPE). – Gospođo predsjednice, prošlo je deset otkad je Turska otvorila pregovore zajedno s mojom, ili našom, domovinom Hrvatskom. Evo mi smo već dvije godine punopravna članica, a kad je Turska u pitanju stanje nije baš tako dobro.

Svi priznajemo da nam je Turska važna iz strateških razloga i ta činjenica je nepobitna, i važno je unaprijediti dijalog i razgovore između Europske unije i Turske. Ali istovremeno, moramo priznati i biti svjesni da stanje ljudskih prava u Turskoj nije na zavidnoj razini. Isto tako, moramo biti svjesni da se izvršna vlast miješa u sudbenu vlast. Isto tako znamo da stanje medija i slobode govora nije na zavidnoj razini. Isto tako znamo da se jednakost spolova ne uvaža u Turskoj. Isto tako znam da se kopenhaški kriteriji također ne poštuju. Sve su to činjenice koje ne govore u prilog zagovarateljima što ranijeg pristupa Turske.

Ciparsko pitanje nije riješeno. S ovog mjesta pozivam predstavnika Ujedinjenih naroda da nastavi taj proces mogućeg pomirenja, približavanja dviju strana.

U svakom slučaju, nisam za to da se otvaraju nova poglavlja zbog predizborne retorike ili predizborne kampanje. Dakle, potrebno je smireno pogledati uvažavajući važnost Turske za Europsku uniju, ali istovremeno vodeći računa da se prihvate europske vrijednosti.

Ангел Джамбазки (ECR). – Г-жо Председател, категорично не споделям ентусиазма в част от представителите в тази зала по отношение на т.нар. напредък на Турция.

Днешната турска власт може да бъде характеризирана като авторитарна, тоталитарна и недемократична и всичко това е твърде далеч от т.нар. европейски ценности, за които много се говори в залата.

Във външнополитически план тази недемократичност се изразява в продължаващата подкрепа за Ислямска държава – финансова, военна и логистична; продължаващата окупация на Кипър; продължаващите провокации към държавата Израел; в продължаващия трафик на мигранти срещу Гърция и България, с които се застрашава тяхната икономика и национална сигурност.

Продължава също така недопустимата намеса на правителството на Турция във вътрешните работи на суверенна държава член на Европейския съюз, каквато е България.

Във вътрешен план имаме все по-голяма липса на свобода на словото, потъпкване на правата на журналистите, липса на правосъдие и на съдебна система; имаме също така и фрапантно погазване на религиозните свободи. Само да напомня на всички в залата, които иначе са демократични и толерантни, че в Турция не може да бие камбана.

Тази Турция, днешна Турция не е Европейска държава и който не е разбрал това ще плати за това по-късно.

Esther de Lange (PPE). – Er is al heel veel gezegd in dit debat. Aan de ene kant uit de rapporteur, die voor dit verslag veel werk heeft verzet, kritiek. Dat is terecht, want er is de afgelopen jaren en maanden in Turkije het nodige gebeurd wat niet strookt met Europese waarden. De voorbeelden zijn al genoemd.

Maar aan de andere kant stel ik ook vast dat deze rapporteur en dat dit verslag meer dan ooit nieuwe hoofdstukken wil openen in de onderhandelingen met Turkije. Laten we er niet omheen draaien, beste collega's, dat zal in Ankara gezien worden als een beloning en een aanmoediging, terwijl er wat mij betreft geen reden is tot vreugde en dit ook niet het signaal is dat wij willen afgeven. Sla ik daarmee dan de deur dicht richting Turkije? Neen, zeker niet. We moeten in gesprek blijven met deze belangrijke buurman. We moeten voortgang op kern*benchmarks* blijven volgen en natuurlijk de ontwikkeling van de rechtsstaat van onderop blijven ondersteunen.

Maar we moeten elkaar misschien in dit Parlement en richting de Europese Commissie ook eens diep in de ogen durven kijken. Want we zijn met z'n allen een proces ingegaan, dat gericht is - als hadden we oogkleppen op - op lidmaatschap en lidmaatschap alleen. Wellicht kunnen we ook tot de conclusie komen van beide kanten dat het beter is om te investeren - vanuit een kritische *spirit* — in een alternatief partnerschap. Het vergt politieke moed om soms af te wijken van de gebaande paden en het vooraf vastgelegde standaardparcours. De EVP is in elk geval bereid om ook vanuit die constructieve *spirit* naar die alternatieven te kijken en ik hoop dat dat realisme ook bij andere collega's zal doordringen.

Jarosław Wałęsa (PPE). – Pani Przewodnicząca! Jak co roku spotykamy się tutaj, aby ocenić, czy i jakie zmiany na lepsze miały miejsce na drodze Turcji do przystąpienia do Unii Europejskiej. Dzisiaj – jak zawsze – chciałbym skupić się na jednym bardzo ważnym aspekcie, który również został poruszony w tym sprawozdaniu. Chodzi mi o wolność prasy i procesy sądowe dziennikarzy, którzy są aresztowani pod różnymi pretekstami za rzekome rozpowszechnianie poglądów i propagandę organizacji terrorystycznych z powodu poruszania w swojej pracy niewygodnych dla władz w Ankarze tematów. W 2014 roku organizacja Reporterzy bez Granic zakwalifikowała Turcję jako jeden z krajów, w którym dziennikarze byli przedmiotem największej liczby aresztowań, gróźb, procesów i ataków fizycznych. Aresztowania są faktem i musimy jako Parlament Europejski nalegać, aby toczące się procesy sądowe przeciwko dziennikarzom prowadzone były w sposób przejrzysty, z poszanowaniem prawa i w odpowiednich warunkach.

Bendt Bendtsen (PPE). – Fru formand! Tyrkiet er en vigtig strategisk partner for EU. Det gælder politisk, det gælder økonomisk, og det er måske årsagen til, at Europa—Parlamentet går på kompromis med Københavnskriterierne fra 1993.

Københavnskriterierne har både et økonomisk og et politisk aspekt. Det økonomiske kriterium om en fungerende markedsøkonomi vil nok ikke give problemer. Men hvad med de politiske kriterier, som kræver, at landet skal have stabile institutioner, der sikrer demokrati, retsstatsforhold, respekt for menneskerettigheder og beskyttelse af mindretal? Man var i 1993 enige om, at når optagelsesforhandlinger påbegyndes, er det en forudsætning, at kandidatlandet opfylder det politiske kriterium.

Tyrkiet mangler europæiske værdier. Ytringsfriheden lider, journalister og fagforeningsledere forfølges, og religiøse mindretal knægtes. Altså, de grundlæggende forudsætninger er overhovedet ikke i orden. Nu taler kollegaer i salen om åbningen af nye kapitler. Havde Tyrkiet været et lille land, havde døren været lukket. Jeg er meget enig i, at man er nødt til at se på et alternativt partnerskab i stedet.

Λευτέρης Χριστοφόρου (PPE). – Αγαπητοί συνάδελφοι, αν πραγματικά θέλαμε σήμερα να είμαστε ειλικρινείς, αντικειμενικοί και αξιόπιστοι, θα λέγαμε όλοι με μία φωνή ότι η Τουρκία παίρνει «απροβίβαστο» και δεν περνά τις εξετάσεις όσον αφορά την αξιολόγησή της για την Ευρωπαϊκή Ένωση. Γιατί πιστεύω ότι εδώ μέσα δεν υπάρχει πρόοδος, και καλώ οποιονδήποτε να μου επισημάνει έστω και ένα μικρό βήμα που έγινε στα κεφαλαιώδη ζητήματα.

Η Τουρκία συνεχίζει να μην σέβεται και να μην εφαρμόζει το Πρωτόκολλο της Αγκύρας, που αυτό είναι ευθεία προσβολή και πρόκληση προς όλα τα κράτη μέλη της Ευρωπαϊκής Ένωσης. Η Τουρκία συνεχίζει να μη σέβεται το διεθνές δίκαιο και το δίκαιο της θαλάσσης· συνεχίζει να παραβιάζει δικαιώματα τόσο μέσα στην Τουρκία όσο και εκτός Τουρκίας· συνεχίζει να κατέχει ευρωπαϊκό έδαφος και να δημιουργεί 200.000 ευρωπαίους προσφυγές πολίτες στην Κύπρο.

Πιστεύω ότι η πιθανότητα να ανοίξουν κεφάλαια για την Τουρκία αποτελεί πρόκληση αλλά, ταυτόχρονα, είναι και επιβράβευση για την Τουρκία και θα χαθεί και το οποιοδήποτε κίνητρο για να υπάρξει σήμερα βελτίωση στην χώρα αυτή.

Οφείλω όμως να επισημάνω ότι αυτή τη στιγμή γίνεται ένας πραγματικά ουσιαστικός διάλογος για επίλυση του κυπριακού προβλήματος και καλώ την Ευρωπαϊκή Ένωση, το Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο και όλους να συμβάλουν ούτως ώστε πραγματικά να εξευρεθεί μια δίκαιη και βιώσιμη λύση για το κυπριακό πρόβλημα, όπως αυτό καθορίζεται και μέσα από το θετικό στοιχείο της έκθεσης για επανένωση της Κύπρου, άμεση επιστροφή της πόλης της Αμμοχώστου, εφαρμογή των ανθρωπίνων δικαιωμάτων, εφαρμογή των αρχών και αξιών της Ευρωπαϊκής Ένωσης τις οποίες δεν υιοθέτησε και δεν σεβάστηκε μέχρι σήμερα η Τουρκία όπως θα έπρεπε να σεβαστεί.

„Catch the eye" eljárás

Csaba Sógor (PPE). – Elnök Asszony, üdvözlöm, hogy a Külügyi Bizottság által benyújtott indítvány külön kitér a kurd közösséggel történő megbékélés fontosságára, egyben szorgalmazza, hogy a török kormány erősítse a kurdok kulturális és politikai jogait, valamint az őket megillető egyenlő bánásmódot. A Külügyi Bizottság meglátásához csatlakozva én is fontosnak vélem, hogy az Európai Bizottság különítsen el forrásokat az Előcsatlakozási Támogatási Eszköz keretében a Törökország délkeleti részén élők társadalmi-gazdasági reintegrációját elősegítő programokra a kurd letelepedési folyamat megerősítése érdekében. Törökországnak nagyon sok területen kell előrehaladást elérnie a csatlakozási folyamat során, az egyik kulcsfontosságú dolog pedig a nemzeti kisebbségek jogainak érvényesülése, köztük kiemelten a kurd közösség helyzetének a javítása. Remélem, hogy ez a terület a csatlakozási folyamat során megkapja a kellő hangsúlyt.

Nicola Caputo (S&D). – Signora Presidente, onorevoli colleghi, la Turchia è un partner strategico per l'Unione europea. Da quando nel 2005 sono stati avviati i negoziati di adesione molti progressi sono stati compiuti, ma molte questioni rimangono ancora sul tappeto.

Penso agli episodi che in diverse occasioni hanno sollevato dubbi circa l'indipendenza, l'imparzialità e l'efficienza del sistema giudiziario, la separazione dei poteri e il rispetto del principio dello Stato di diritto, che costituiscono il fulcro dei criteri politici di Copenaghen. Penso al problema rappresentato dalla corruzione, registrata anche nel rapporto *Transparency international* che colloca la Turchia al 64º posto. Ma criticità si registrano anche nel rapporto con la stampa e i media: «Reporter senza frontiere» ha classificato nel 2014 la Turchia come uno dei paesi in cui i giornalisti sono stati maggiormente esposti a minacce e aggressioni fisiche.

La Turchia è insomma chiamata a impegnarsi molto di più per soddisfare i criteri di Copenaghen. È arrivato il momento di procedere a un allineamento ai parametri dell'Unione europea che passa necessariamente attraverso l'attuazione di riforme adeguate ed efficaci. La Turchia dovrà compiere questi sforzi per giungere a un rafforzamento delle sue istituzioni e del processo di democratizzazione, elementi indispensabili per essere considerata un paese avanzato e maturo.

Ivan Jakovčić (ALDE). – Gospodine predsjedniče, u ovome Parlamentu vrlo često govorimo, svaki put, na svakoj sjednici o problemima migracije, izbjeglica, energetskim problemima Europske unije.

Turska nam je u tome saveznik. Turska nam je saveznik kad govorimo o 2 milijuna izbjeglica i kad govorimo o onome što znači mogućnost drugačijeg snabdijevanja energijom. I zato što nam je saveznik, imamo pravo govoriti o problemima koji postoje da bi Turska napredovala prema Europskoj uniji i ulasku u Europsku uniju. Zato što ti problemi postoje, zato što smo saveznici, moramo jasno reći da dok ne dođe do odgovarajućih demokratskih promjena i reformi u Turskoj, ona ne može postati dio Europske unije. Ali zato mislim da je upravo proces pregovaranja i otvorenost prema partnerima u Turskoj, uzimajući sve u obzir, vrlo važan moment kako bismo stvorili regionalni mir u tom dijelu Europe, odnosno svijeta.

Εμμανουήλ Γλέζος (GUE/NGL). – Το βασικό θέμα που νομίζω πρέπει να μας απασχολήσει όλους είναι ένα: υπάρχει απόφαση του Οργανισμού Ηνωμένων Εθνών και του Συμβουλίου Ασφαλείας που καλεί την Τουρκία να αποσύρει τα στρατεύματα εισβολής και κατοχής της Κύπρου. Από εκεί πρέπει να ξεκινάμε! Γιατί δεν εφαρμόζει η Τουρκία τις αποφάσεις του Οργανισμού Ηνωμένων Εθνών;

Και όχι μόνο αυτό: έχει προβεί σε εθνοκάθαρση του τμήματος που κατέκτησε στη Βόρεια Κύπρο. 200.000 Τουρκοκύπριοι αναγκάστηκαν να φύγουν γιατί έχει προβεί σε εθνοκάθαρση. Ποιος έχει μιλήσει ως τώρα γι αυτό το θέμα; Όλοι μιλάνε και λένε ότι είναι ο μεγάλος στρατηγικός εταίρος. Προκαλώ όλους αυτούς που το ισχυρίζονται να το αναιρέσουν διότι τους καταγγέλλω, επίτηδες, ότι είναι πληρωμένοι πράκτορες της Τουρκίας και το λέω για να μου κάνουν μήνυση ώστε να φτάσει το θέμα στα δικαστήρια για να κινηθεί μία έρευνα παντού γύρω από το θέμα.

Birgit Collin-Langen (PPE). – Frau Präsidentin! Seit 15 Jahren ist die Türkei Beitrittskandidat, vor zehn Jahren wurden die Beitrittsverhandlungen eröffnet. Seitdem gab es leider nicht nur keinen Fortschritt, sondern nein: es gab Rückschritte. Die Türkei hat sich immer weiter von den Werten der EU entfernt: Religionsfreiheit, Meinungsfreiheit, Pressefreiheit, Versammlungsfreiheit, etc. Das muss man artikulieren, darauf muss man hinweisen. Das heißt aber nicht, dass die Türkei nicht ein in vielerlei Hinsicht wichtiger Partner der EU ist. Deshalb müssen wir einen Moment innehalten, das Verhältnis der EU zur Türkei und der Türkei zur EU neu bewerten und auf eine neue Grundlage stellen.

Κώστας Μαυρίδης (S&D). – Κύρια Πρόεδρε, καταρχήν θα ήθελα να εκφράσω τις ευχαριστίες μου προς τη συνάδελφό μου, την κυρία Kati Piri, για την εργασία που έχει κάνει η οποία ήταν κάθε άλλο παρά εύκολη. Ωστόσο, θα συνοψίσω, επειδή μάλλον είμαι από τους τελευταίους ομιλητές, την κοινή διαπίστωση σχεδόν όλων, ξεκινώντας από τα δεξιά μου μέχρι και το άλλο σημείο του ημικυκλίου.

Η διαπίστωση είναι μία: ότι σε αυτή την έκθεση προόδου της Τουρκίας, ουσιαστικά δεν υπάρχει πρόοδος! Και το ερώτημα, αγαπητοί συνάδελφοι στο οποίο όλοι πρέπει να απαντήσουμε, είναι το εξής: αυτή η διαδικασία που μας έφερε εδώ, και απευθύνομαι και στον αγαπητό μου συνάδελφο, τον κύριο Van Orden, είναι η διαδικασία που ξεκίνησε πριν δέκα χρόνια, όταν η Κυπριακή Δημοκρατία έκανε κάτι που πολλοί δεν θα έκαναν ποτέ: με το ένα τρίτο του εδάφους της, κατεχόμενο από την Τουρκία, αποφάσισε να δώσει ημερομηνία έναρξης ενταξιακών διαπραγματεύσεων στην Τουρκία, συμφωνώντας με όλα τα κράτη μέλη στην οικογένειά μας στην Ευρωπαϊκή Ένωση. Και φτάσαμε σε αυτό το σημείο σήμερα.

Διερωτώμαι λοιπόν, δεν υπάρχει άλλη μέθοδος εκτός από το συνεχές άνοιγμα των κεφαλαίων για να πιέσουμε την Τουρκία προς τη σωστή κατεύθυνση; Αυτό είναι το ερώτημα κύριε Van Orden και σας παρακαλώ μην ξανα-αποκαλέσετε το κατεχόμενο ..

(Η Πρόεδρος διακόπτει τον ομιλητή)

Doru-Claudian Frunzulică (S&D). – Madam President, yes, Turkey still faces issues in relation to freedom of the press, freedom of justice, internet freedom, the construction of the Ilısu dam and the Akkuyu nuclear plant. But, at the same time, Turkey is a strategic partner of the European Union on security and defence issues, on energy security, on economic issues and on foreign policy as well. It is of outstanding strategic importance to the EU in addressing challenges and threats in Europe's eastern and southern neighbourhood.

Turkey is a bridge between Europe, the Middle East and Asia: a country strong both economically and militarily, and the sole NATO member close to the Middle East, Central Asia and the Caucasus. The European Union needs Turkey and Turkey needs the European Union. All the issues with Turkey can be settled in the process of negotiating Turkey's accession to the European Union.

Josu Juaristi Abaunz (GUE/NGL). – Señora Presidenta, me gustaría incidir en tres puntos en los cuales este Parlamento podría —y, en mi opinión, debería— ser mucho más rotundo y eficaz. En primer lugar, sacar al PKK de la lista de organizaciones terroristas de la Unión Europea y exigir la puesta en libertad inmediata de Abdulá Ocalan, algo evidente para muchos de nosotros y de nosotras y, por supuesto, para el pueblo kurdo, pero que, además, es el único camino a seguir para negociar una paz justa y duradera.

En segundo lugar, debemos urgir a Turquía a que abra la frontera en Kobane para la ayuda humanitaria y de reconstrucción. Por último, en estos días previos a las cruciales elecciones del 7 de junio, se han producido decenas de ataques contra militantes y sedes del partído político HDP. Debemos exigir a Ankara que deje de instigar o tolerar esos ataques y se implique de lleno en el proceso de paz.

(„A catch the eye" eljárás vége.)

Quarta-feira, 20 de maio de 2015

Christos Stylianides, *Member of the Commission***.** – Madam President, I would like to thank all Members of this House who expressed their support for the Commission's comprehensive agenda on Turkey. This includes work in crucial areas such as energy, migration, the economy and modernisation of the customs union. This recognises the importance of the shared challenges in EU-Turkey relations. The Commission is committed to developing these relations further.

I also share many of your concerns, of course. The rule of law and fundamental freedoms – such as freedom of assembly, freedom of expression, freedom of the media – and the independence of the judiciary are all core principles of democratic societies. It is up to Turkey to ensure that both the legal framework and its implementation in these areas are in line with European standards. The Commission is prepared to work with the new Turkish Parliament and Government on these issues.

Regarding the issue of Cyprus, I would like to echo the comments made here today that there is now a window of opportunity to find a lasting solution to this very crucial issue. The Commission would like to encourage all involved to make decisive progress in the settlement talks with the support of the UN. Such progress could also add new momentum to Turkey's accession process.

To conclude, the Commission underlines that we must be prepared to step up our efforts in further engaging with Turkey after the upcoming elections. The enlargement process provides the most suitable framework for cooperation and performance.

Thank you very much for your attention and for this very rich discussion.

Zanda Kalniņa-Lukaševica, *President-in-Office of the Council***.** – Madam President, the debate today clearly shows that we need to continue to encourage political and economic reforms in Turkey. This is the best way forward and we should continue down this road. Answering the question by Mr Lambsdorff on whether the EU is the anchor of reforms in Turkey, the Council's answer is clear: both sides, including Turkey, have much to gain from the process of political and economic reforms.

During the debate, many of you also mentioned energy issues. Let me assure you that the Council fully supports the strengthening of EU-Turkey energy cooperation with the aim of facilitating and integrating energy markets. Here, I would like to refer also to the proposal by the Commission on energy union, which points to Turkey as an important strategic energy partner. The EU is committed to developing energy and climate diplomacy where it can use all its foreign policy instruments.

In this debate we also heard several Members calling for the opening of further negotiation chapters, for example Chapters 23 and 24. Let me remind you that negotiating chapters may only be opened in compliance with the rules of the Intergovernmental Conference, according to the established procedures and in line with the negotiation framework. Unanimity in Council is required for this process. As a Presidency, we are committed to continuing the process. Together with the Member States and the Commission we are doing what we can to move things forward.

I shall not take more time and will conclude by recalling that, ultimately, it is Turkey's own ability and willingness to move forward which will determine the pace of the negotiations. Turkey's own progress in addressing benchmarks, as well as the requirements of the negotiating framework and accession partnership, continue to be the primary determining factors. Advancing the negotiations will not only require further general reform efforts, but also a great deal of political courage from Turkey. We join the Commission in expressing hope that the EU agenda will be re-energised in Turkey after the elections. I thank you very much for this debate and thank you once again for your attention.

Elnök asszony. – Egy állásfoglalásra irányuló indítványt juttattak el hozzám, melyet az eljárási szabályzat 123. cikkének (2) bekezdésével összhangban nyújtottak be.

A vitát lezárom.

A szavazásra 2015. május 21-én, csütörtökön kerül sor.

Írásbeli nyilatkozatok (162. cikk)

Dominique Bilde (NI), *par écrit***.** – Cette proposition concerne le rapport de suivi 2014 sur la Turquie et détaille les multiples évolutions de ce pays au regard de son statut de pays candidat à l'adhésion à l'Union européenne.

Même si ce rapport comporte des critiques à l'égard de la Turquie et de l'administration Erdoğan, notamment sur le respect des droits fondamentaux, la liberté d'expression, les droits de l'homme ou la justice, nous ne pouvons nier que l'UE et le rapport restent favorables à l'élargissement et l'arrivée de la Turquie au sein de l'Union. À cet effet, j'ai déjà déposé une proposition de résolution contre l'entrée de la Turquie dans l'UE et l'arrêt des négociations d'autant plus que celle-ci refuse toujours de reconnaître l'État Chypriote. La Turquie, par son histoire, par sa culture ou par son régime ne peut pas fondamentalement adhérer à l'UE.

Enfin, les financements, déjà importants pour sa pré-adhésion, risquent de devenir insoutenables si nous devons répartir une part effective du budget à la Turquie si elle venait à adhérer à l'UE.

Sophie Montel (NI), *par écrit***.** – Le commissaire chargé de la politique européenne de voisinage et des négociations d'élargissement a reconnu vouloir placer la Turquie parmi les pays prioritaires durant cette législature et ce sont ainsi 14 chapitres sur 35 qui ont déjà été ouverts dans le cadre du processus d'adhésion.

Le 29 mai 2005, lors du référendum sur le projet de Constitution européenne, les Français ont pourtant majoritairement voté contre, et ce au motif notamment qu'ils ne voulaient pas voir entrer la Turquie dans l'Union européenne. Dix ans plus tard, sous la pression américaine, les dirigeants de l'UE sont, eux, toujours prêts à tout accepter et à fermer les yeux sur bien des zones d'ombre: situation des minorités, liberté d'expression, respect des droits fondamentaux, reconnaissance officielle de l'existence légale de la République chypriote, capacités financières de la Turquie…

En outre, à force de prôner sans cesse l'élargissement, l'Union européenne ne fonctionne plus, c'est là une réalité. Si nouvel élargissement il devait y avoir, alors les peuples européens devraient être consultés. C'est le fondement même de la démocratie. Nul doute alors que dans ces conditions, la Turquie n'entrerait pas dans l'Union européenne.

15. Situação na Etiópia (debate)

Elnök asszony. – A következő pont a Bizottság alelnökének és az Unió külügyi és biztonságpolitikai főképviselőjének nyilatkozata az etiópiai helyzetről (2015/2703 (RSP)).

Christos Stylianides, *Member of the Commission***.** – Madam President, on behalf of the Vice-President of the Commission/High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, Federica Mogherini, I welcome the opportunity to discuss the situation in Ethiopia just four days before elections take place there.

It is indeed important that we can exchange views on this very important country. To start with, the Commission wishes to recognise Ethiopia's active role in regional and international efforts to build a more secure and peaceful Horn of Africa region. Ethiopia is notably leading Intergovernmental Authority on Development (IGAD) mediation efforts in South Sudan. It has contributed a significant number of troops to the African Union mission to Somalia, in particular, fighting al-Shabaab with considerable success. This illustrates Ethiopia's importance as a partner for the European Union in terms of regional peace and stability.

We have common interests and similar positions on a number of global issues – on migration and displacement, for instance. Ethiopia is a key country of origin and transit, as well as a destination. It is host to more than 680 000 refugees, with all the difficulties this entails. It is actively involved in the Khartoum Process.

The recent killing of Ethiopian Christian migrants by ISIS in Libya has brought the issue of migration, as well as terrorism, to the top of the agenda in Ethiopia, and the government has expressed an interest in expanding cooperation on these matters with the European Union.

On climate change, Ethiopia's policy in global discussion is in line with the European Union position. The European Union intends to sign the Lima Declaration on cooperation with Ethiopia, as several EU Member States have already done.

In terms of economic development and poverty reduction, Ethiopia is considered in many ways a success story for Africa. The assistance that the EU and its Member States have been providing is bearing fruit in terms of progress towards the Millennium Development Goals for social and economic growth. The IMF estimate for economic growth in the current year, 2015, is 7.5-8.5%, which is rather impressive for the region. Moreover, according to a recent report by the World Bank, poverty in Ethiopia fell by one third between 2000 and 2011. These are remarkable achievements and I am glad that our support contributed to them.

But we all know there is another side to the coin: as in many post-conflict situations, democratic transition in Ethiopia is taking time and does not always go smoothly. The Commission is well aware that the political environment is not conducive to transparent, credible and inclusive elections – and this is a concern which we have raised with the government during our Article 8 political dialogues and bilateral meetings, including at the highest level.

We have repeatedly highlighted the need for genuine political dialogue with the opposition, and for full respect for freedom of speech, freedom of association and freedom of the press, as provided for by the Ethiopian Constitution. The government's line is that their primary concern is stability and security for their people, and that they cannot permit destabilisation of the country which would jeopardise social and economic progress.

Thus, we cannot say that we agree on everything, but we have an ongoing open dialogue on these issues, sometimes with constructive results. We are, for example, discussing the possibility of cooperating on improving the quality of the Ethiopian media, both public and private, as an outcome of a recent Article 8 dialogue on the media.

Turning to the elections, you are all aware that progress in following up implementation of the recommendations of previous election observation missions has been lacking. The reports of 2005 and 2010 have unfortunately been rejected. We have not received an invitation for the elections that will take place next Sunday, and therefore the European Union will not send an election observation mission. Similarly, we have decided against financially supporting the UNDP electoral programme.

The situation of journalists, bloggers, members of the opposition and other individuals is a major cause for concern. They have been imprisoned for having expressed their opinions publicly. The space for the media and political parties has been gradually reduced since just before the start of the electoral period in 2014.

The EU delegation, together with Member States present in Addis Ababa, is closely following the situation and monitors all the relevant trials. We also discuss these issues, including the use of the anti-terrorism proclamation to stifle dissent, with the Ethiopian authorities, and the authorities are fully aware of our concerns and positions.

Our global partnership with Ethiopia therefore does not mean that the European Union is indifferent to the difficulties that the Ethiopian population continues to face, as discussed in the Human Rights Subcommittee meetings in January this year and in September 2014, when the EU issued a statement on the political and human rights situation in Ethiopia. We will certainly continue to follow the situation closely and to react publicly when necessary.

I will be happy to hear your views on EU engagement with Ethiopia.

PRZEWODNICTWO: RYSZARD CZARNECKI

Wiceprzewodniczący

Davor Ivo Stier, *u ime kluba PPE***.** – Gospodine predsjedniče, gospodine povjereniče, s 94 milijuna stanovnika Etiopija je druga zemlja u Africi po broju stanovnika i jedna od ključnih država za stabilnost i razvoj kontinenta koji sasvim sigurno ima stratešku važnost za našu europsku sigurnost upravo zbog svih razloga koje ste, vi povjereniče, prije spomenuli.

Zbog toga sa zabrinutošću gledamo sužavanje demokratskih sloboda, a o tome svjedoči zatvaranje oporbenih političara i novinara koji su kritični prema vladajućoj Narodnoj revolucionarnoj demokratskoj fronti. Kao i u drugim afričkim zemljama, u Etiopiji je vidljiva ta poveznica između nedostatka slobode, dobrog upravljanja i siromaštva. Stoga je važno da izbori koji će se održati ovaj vikend budu fer, slobodni, da vlada trenutno i bezuvjetno oslobodi političke zatvorenike i novinare. Afirmacija pravne države te pokretanje inkluzivnog procesa pomirbe su doista ključni preduvjet za održiv razvoj u Etiopiji.

Naša razvojna suradnja stoga mora biti usmjerena prema tim ciljevima, da podupiremo Etiopiju i kao važnog partnera u toj regiji. Zašto? Jer je za nas važno da Etiopija nastavi s konstruktivnom regionalnom suradnjom. Iako je siromašna država, danas prihvaća više od 680 tisuća izbjeglica, a i isto tako nam je važno da Etiopija ostane pouzdan partner u borbi protiv radikalnih i terorističkih organizacija poput Al Shabaaba.

No upravo zbog toga, jer želimo Etiopiju kao snažnog partnera moramo se zauzeti za poštivanje ljudskih prava u Etiopiji, promovirati dobro upravljanje i vladavinu prava. Od vlade očekujemo da pokrene ozbiljan vjerodostojan proces dijaloga s oporbom kako bi se ostvarila nacionalna pomirba i produbio proces demokratizacije.

Kashetu Kyenge, *a nome del gruppo S&D***.** – Signor Presidente, onorevoli colleghi, l'Etiopia è un attore fondamentale per la pace nella regione del Corno d'Africa, per la Somalia, per l'Eritrea e per il Sud Sudan, ma per poter svolgere il ruolo internazionale che le spetta è necessario che la pace sia raggiunta anche al suo interno.

Non può esserci aiuto allo sviluppo senza progressi nel processo di democratizzazione del paese. L'Etiopia si appresta al voto domenica, come abbiamo appena sentito. Un voto del quale però conosciamo già l'esito. L'Unione ha scelto di non inviare osservatori per questa elezione.

Signor Presidente, siamo i principali fornitori di aiuti a questo paese: abbiamo per questo il dovere e la responsabilità di vigilare sul rispetto dei diritti umani e delle diversità, promuovendo la buona *governance* e incentivando il processo di democratizzazione.

Sono ancora troppi, troppi, gli abusi oggi commessi nel paese. Urgessa Danana, Obsa Abdissa, Tadesse Sime (giovani studenti), Birehanu Diriba (insegnante): sono solo alcuni dei nomi di persone arrestate dal governo etiope, identificati nei giorni scorsi dalla Lega per i diritti umani del Corno d'Africa. In 50 sono stati arrestati in una manifestazione di studenti, 20 feriti – questo solo nel mese di aprile — in un paese dove i media sono imbavagliati. I *blogger*, come quello appartenente al gruppo «Zona 9», in carcere da un anno senza processo, e i giornalisti sono quotidianamente intimiditi e arrestati. Neanche un passaporto dell'Unione europea ferma gli abusi del governo contro l'informazione: l'hanno scoperto i giornalisti svedesi Martin Schibbye e Joan Person, arrestati nel 2011 e rilasciati dopo ben 14 mesi di carcere.

L'Etiopia sta conoscendo in questi anni un *boom* economico. È arrivato il momento che anche il regime compia passi avanti verso una società più equa e rispettosa dei diritti della persona.

Mirosław Piotrowski, *w imieniu grupy ECR***.** – Panie Przewodniczący! Szanowni Państwo! Niebawem w Etiopii odbędą się wybory. Choć od dawna obserwuje się tam ograniczenie swobód obywatelskich, wolności mediów, a w poprzednich wyborach odnotowano wiele nieprawidłowości – o czym mówił przed chwilą pan komisarz – to Unia Europejska nadal udziela pomocy Etiopii poprzez m.in. Europejski Fundusz Rozwoju. Musimy wobec tego zapewnić przynajmniej skuteczną kontrolę wydatkowania tych środków, skoro są problemy z zewnętrzną obserwacją wyborów.

Etiopia to ważny kraj dla Unii Europejskiej, choćby z punktu widzenia problemu migracji. Niedawno około 30 etiopskich uchodźców, chrześcijan, zostało w brutalny sposób zamordowanych przez islamskich terrorystów w Libii, co spowodowało rozruchy społeczne w Etiopii. Trzeba więc bezwzględnie wysłać tam misję obserwacyjną – choć wiemy, że nie zaproszono tam Unii Europejskiej – gdyż niepokoje społeczne mogą doprowadzić do destabilizacji jednego z najludniejszych krajów Afryki, a co za tym idzie, zwiększyć liczbę nielegalnych uchodźców w Europie.

Louis Michel, *au nom du groupe ALDE***.** – Monsieur le Président, Monsieur le Commissaire, je rentre d'une mission à Addis-Abeba où je me suis entretenu avec le Premier ministre du contexte des prochaines élections, de la situation dans le pays mais aussi de la situation régionale.

L'image et l'opinion que j'ai de Hailemariam Desalegn sont celles d'un Premier ministre au-dessus de la mêlée. Le grand intérêt, c'est qu'il est étranger aux querelles ethniques mais aussi aux querelles religieuses. Il est musulman, Meles Zenawi était chrétien et pourtant, ils s'entendaient très bien. Dans le contexte de ce pays, c'est évidemment une qualité indéniable.

Avec 5 328 kilomètres de frontières, l'Éthiopie doit faire face à la fragilité de ses voisins. C'est d'autant plus risqué que l'Éthiopie est, sans aucun doute, dans la ligne de mire de la mouvance islamiste liée à Al-Qaïda. Elle a accepté, en janvier 2014, que ses troupes soient intégrées à la force d'intervention de l'Union africaine en Somalie. Je suis résolument d'avis qu'il est essentiel pour l'Union européenne de mener un dialogue politique intense avec ce pays-clé de la région.

Je rappelle que le pays compte 90 millions d'habitants. Cela n'est pas rien. C'est un géant dans la Corne de l'Afrique et il joue évidemment un rôle important pour la stabilité.

Les États-Unis, d'ailleurs, ont compris depuis longtemps l'importance de soutenir ce pays. Je pense que nous devons aider l'Éthiopie dans son rôle de leader dans la lutte contre le terrorisme dans la Corne de l'Afrique. Le pays a été tiré vers le haut, quoique en pensent d'aucuns, par la dimension visionnaire de feu le Premier ministre Meles Zenawi. Son successeur semble s'inscrire dans cette continuité en mettant l'accent sur la modernité, la jeunesse et la responsabilisation. Mais, c'est vrai qu'il y a un point noir, c'est évidemment le travail qui reste à faire sur l'aspect des droits de l'homme. Nous devons les aider sur ce plan en intensifiant le caractère politique d'un dialogue préférentiel avec les autorités de ce pays.

Lidia Senra Rodríguez, *en nombre del Grupo GUE/NGL***.** – Señor Presidente, señor Comisario, yo me pregunto cómo se puede proponer o decir que Etiopía es un modelo de erradicación de la pobreza en la zona, cuando estamos hablando de un Gobierno que ha puesto a disposición de empresas extranjeras más de diez millones de hectáreas de tierra, de un Gobierno que está poniendo en marcha proyectos de embalses, como Gibe III o Renacimiento —por cierto, construidos por una multinacional italiana—, y, además, está poniendo en marcha grandes plantaciones, como en Kuraz, que amenazan el río Omo y el lago Turkana, que son el sustento de miles y miles de personas y de los pueblos que viven del río y del lago, que, además, están sufriendo intimidación y represión para que no opongan resistencia.

Esto, señor Comisario, causará más hambre, más pobreza y más muertes en un país donde ya el 80 % de la población vive con menos de dos dólares al día. Creo que este es un modelo para los intereses de las grandes transnacionales de la Unión Europea, pero no para los intereses de las personas que viven en el país.

Transmita, por favor, a la señora Mogherini, de parte de nuestro Grupo, que ponga fin a la avaricia occidental. Parar estos proyectos es lo más útil que podemos hacer para combatir el terror y salvar vidas.

Jordi Sebastià, *en nombre del Grupo Verts/ALE***.** – Señor Presidente, señor representante de la Comisión, me ha dejado bastante perplejo. Me está usted hablando de una Etiopía que no tiene nada que ver con la que yo conozco.

Todo el mundo sabe que las elecciones en Etiopía son una farsa. Etiopía es el cuarto país que más ayuda al desarrollo recibe de la Unión Europea y también es el país donde a los observadores electorales que envió este Parlamento no se les permite la entrada; el país donde periodistas suecos son encarcelados con la sola acusación de haber entrado en la zona de Ogadén. Hay organizaciones independientes que denuncian la persecución sistemática de los opositores políticos, de los periodistas y blogueros independientes que critican al Gobierno y de los grupos étnicos como los oromo, ogadén, o sidama. El Gobierno etíope no permite la entrada de observadores ni de periodistas en la zona de Ogadén, donde se calcula que el 30 % de las mujeres han sido violadas, muchas de ellas por agentes gubernamentales.

Me pregunto a qué espera la Unión Europea para condenar al Gobierno etíope y para exigir el inmediato respeto de los derechos humanos. ¿A qué estamos esperando para condicionar nuestra ayuda a la creación de una misión que investigue las violaciones de derechos humanos, las persecuciones y las torturas?

Los pueblos de Etiopía no merecen el castigo que sufren en manos de ese Gobierno tolerado y ayudado por la Unión Europea. ¿Podemos asegurar que ninguna parte de la ayuda de la Unión Europea se está destinando a la represión?

Tenemos una responsabilidad importante en el sufrimiento de miles de personas y no podemos mirar hacia otro lado. De lo contrario, seremos cómplices. Es hora de actuar ya.

James Carver, *on behalf of the EFDD Group***.** – Mr President, there are concerns in this Chamber about human rights in Ethiopia. It is only right that Ethiopia should be encouraged to respect the rights of its citizens, but it would be foolish to take a holier-than-thou approach to diplomacy.

Take, for example, the issue of villagisation, which revolves around the removal of people to villages in new areas often far from their tribal lands, all in the name of commercialising agriculture. Before emitting the usual gasps of horror, the EU and the Member States need to look in the mirror and genuinely consider whether the foreign aid they have provided is being used to support this policy.

Ethiopia fulfils many humanitarian obligations, as we have heard from the Commissioner: not least, accommodating more than 650 000 refugees, the largest number in Africa, including populations from South Sudan, Eritrea and Somalia. Ethiopia enjoys good relations with the West, and it is essential that this regional power, in a deeply troubled part of the world, is allowed to continue developing its economy alongside regional stability, including that of its promising neighbour Somaliland, which craves and deserves international recognition.

Instead of a reactionary response to the crisis in the Mediterranean, and in an attempt to stop further migration, we should pursue instead the proactive development of the country through trade – an area in which the European Union has, of course, been destructive. Ethiopia's top export (accounting for 28%) is coffee, which can face third-country tariffs of up to 9%. If Africa is truly to be allowed to develop, then the EU must lift its protectionist tariffs and stop mumbling into its own, cheaper coffee.

Marie-Christine Arnautu (NI). – Monsieur le Président, sans préjuger du choix souverain des électeurs éthiopiens, le Premier ministre M. Hailemariam Desalegn, sera probablement reconduit lors des élections générales de dimanche. Je souhaite que les États membres de l'Union européenne apportent leur soutien au gouvernement éthiopien, un des rares îlots de stabilité et de développement en Afrique orientale.

À ce jour, les Européens sont les grands absents du développement éthiopien et laissent la Chine agir en maître en Éthiopie. Outre un soutien accru au développement, via l'implantation d'entreprises européennes, il conviendrait de coopérer plus activement, et notamment militairement, avec l'Éthiopie dans sa lutte contre l'islamisme radical, à l'intérieur comme à l'extérieur de ses frontières.

En contrepartie, il faudrait demander à l'Éthiopie plus d'efficacité dans sa lutte contre l'émigration de ses forces vives, notamment via la Libye. Cette émigration clandestine met en danger de mort les migrants qui, outre le risque de naufrage en Méditerranée, se retrouvent, en tant que chrétiens, sous la menace des massacres commis par le prétendu État islamique en Syrie.

Bogdan Brunon Wenta (PPE). – Panie Przewodniczący! Panie Komisarzu! 24 maja bieżącego roku obywatele Etiopii pójdą do urn, aby zagłosować w wyborach powszechnych. Istnieje jednak ogromna obawa, że wybory mogą nie spełnić podstawowych międzynarodowych standardów, a ich wyniki mogą okazać się niewiarygodne ze względu na represyjny system polityczny.

Podstawą demokracji, nowoczesnego społeczeństwa oraz źródłem prawomocności ustroju politycznego jest pluralizm polityczny. Przeprowadzenie wyborów wymaga zapewnienia wolnej i uczciwej procedury oraz równych szans dla wszystkich kandydatów. Dlatego rząd Etiopii powinien zapewnić demokratyczną debatę polityczną oraz przestrzeganie kodeksu wyborczego. Walka z korupcją oraz zapewnienie wolności wypowiedzi to podstawowe podstawy przejrzystych oraz uczciwych wyborów.

Jednak władze Etiopii stosują działania, które eliminują opozycję polityczną poprzez prześladowania i naruszenia praw człowieka. Znane przypadki arbitralnych aresztowań niezależnych dziennikarzy i blogerów, przetrzymywania więźniów politycznych, wysiedlenia mniejszości etnicznych, dyskryminacja chrześcijan, a także pozasądowe egzekucje czy tortury i przemoc seksualna to przestępstwa, których w dużej części dopuszczają się etiopskie wojska. Działania Unii powinny wpłynąć na władze Etiopii, aby doprowadzić do przestrzegania przez nie umowy z Kotonu odnośnie praw człowieka, w tym wolności słowa, oraz Międzynarodowego paktu praw obywatelskich i politycznych, a także przeprowadzenia niezwłocznego dochodzenia w sprawie poważnych zarzutów o tortury i gwałt na nieletnich w Ogadenie dokonanych przez etiopskie siły zbrojne.

Josef Weidenholzer (S&D). – Herr Präsident! Das Horn von Afrika spielt für unsere Sicherheit offensichtlich eine ganz wichtige Rolle, und Äthiopien ist dabei ein zentrales Element. Seine Regierung vermittelt den Eindruck, dass sie diese Sicherheit garantieren kann, und sie wird von uns dafür auch belohnt. Die jetzigen Wahlen, die sogenannten Wahlen, dienen der Fortschreibung dieser Rolle. Und wir, liebe Kolleginnen und Kollegen, sollten nicht glauben, dass Sicherheit mit Ruhe gleichgesetzt werden kann. Nachhaltige Sicherheit bedeutet Rechtsstaatlichkeit, Menschenrechte und dass alle *Stakeholder* mitreden können.

Besondere Sorge bereitet mir und vielen anderen die Lage in Ogaden. Und wenn wir nicht auf diese Sorgen eingehen, wenn wir nicht versuchen, hier eine andere Entwicklung in die Wege zu leiten, dann bereiten wir wirklich den Boden für den Extremismus vor. Nur mit der Illusion einer scheinbaren Sicherheit werden wir den Extremismus in dieser Region nicht bekämpfen können.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, il 24 maggio ci saranno nuove elezioni in Etiopia, il secondo paese più popoloso d'Africa. Saranno altre elezioni farsa e tristi, perché tutt'al più i sondaggi ci diranno se il partito ora al governo, l'EPRDF, avrà il 99%, il 99,5% o il 100% dei seggi.

Questo paese ha purtroppo il record di giornalisti imprigionati in tutto il continente. Io ho partecipato personalmente come osservatore per l'Unione europea alle elezioni in Tunisia e in Nigeria proprio nel continente africano. Ho visto negli occhi di quei popoli cosa vuol dire la speranza in una vera democrazia e dico a voi, colleghi, che non basta una crescita economica a doppia cifra e qualche contingente di soldati per dimenticarci che cosa sono e come vengono violati quotidianamente lo Stato di diritto e le libertà civili e politiche in Etiopia.

Lo dobbiamo chiedere a noi stessi, lo dobbiamo chiedere anche alla Cina, che la sta colonizzando in modo selvaggio. Noi non possiamo più chiudere gli occhi e dobbiamo essere sempre e comunque coerenti con i nostri valori, costi quel che costi.

Steeve Briois (NI). – Monsieur le Président, l'Éthiopie est devenue une grande puissance régionale et un véritable pôle de stabilité dans la Corne de l'Afrique. Avec un taux de croissance de 10,5 % pour l'année 2013, elle récolte les fruits d'un modèle de développement fondé sur une économie dirigée par un État fort et structuré.

Dans un continent africain frappé par de nombreuses guerres civiles et tentatives de putsch, l'Éthiopie fait figure de modèle en matière de stabilité politique, et ce compte tenu de sa très forte diversité ethnique et religieuse. Les élections législatives qui se dérouleront ce dimanche sont les premières depuis le décès, en 2012, du très populaire Premier ministre M. Zenawi. Elles ne doivent donc pas servir de prétexte à une quelconque ingérence morale de l'Union européenne et des pays occidentaux dans des affaires internes d'un gouvernement certes autoritaire, mais qui a obtenu de spectaculaires résultats en matière de réduction de la pauvreté. La survenance de troubles pourrait engendrer un cycle de déstabilisation dont personne ne peut prédire l'issue.

Enfin, je déplore que les États membres de l'Union portent une attention limitée au potentiel économique que représente l'Éthiopie, avec qui nous gagnerions à renforcer nos liens de coopération dans l'optique d'échanges économiques équitables.

Alessia Maria Mosca (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, ogni sforzo da parte dell'Etiopia di promuovere crescita economica e riduzione della povertà, di sostegno allo sviluppo e al benessere che riconosciamo e applaudiamo può essere però seriamente minato se, al contempo, non c'è uno sforzo per garantire uno sviluppo democratico sostenibile. E non può esserci tale sviluppo se si limita la libertà di espressione e di informazione, che ne è condizione necessaria e, nondimeno, è uno dei valori fondamentali su cui abbiamo costruito il nostro vivere collettivo.

È per questo che non possiamo tacere come Unione europea su quanto sta avvenendo in generale in Etiopia e in particolare in vista delle prossime elezioni politiche. La situazione economica non può essere giudicata in maniera indipendente e non giustifica alcuna azione di soppressione dei diritti civili e umani.

L'Europa ha il dovere di non lasciare soli i cittadini e gli operatori dell'informazione perché anche così aiutiamo lo sviluppo sostenibile in questo paese.

Julie Ward (S&D). — Mr President, I would like to thank Josef Weidenholzer and many other colleagues for speaking on this issue, which sadly does not reach mainstream Western media. I have been working with civil society groups from Ogaden in Ethiopia, and it was important for me to speak out on the situation as there has been no level playing field for opposition voices. Ethiopia will have its elections next week without an EU election observation mission, and this is happening while the government cracks down on journalists and civil society and persecutes the Ogaden Oromo and other ethnic groups, targeting women and children. Rape and torture have been systematically used to spread fear, and the Ogaden region is effectively under government embargo.

Meanwhile, Ethiopia is the fourth largest recipient of EU aid and receives 45% of its budget through foreign aid. The EU must make a clear public statement, outlining its concerns about the upcoming elections before 24 May and making clear its commitment to human rights and democracy in solidarity with the people of Ethiopia. It must also ensure the EU aid money is not being used or implicated in ethnic persecution and human rights violations. A more secure and peaceful Ethiopia must not come at the price of human rights abuses or sham elections with no healthy opposition.

(The speaker agreed to take a blue-card question under Rule 162(8))

James Carver (EFDD), *blue-card question***.** – Thank you for taking my blue card, Mrs Ward. Do you not accept why everybody in this Chamber is concerned about allegations of human rights abuse? The greatest threat to the Horn of Africa is the rise of Islamic fundamentalism. Do you not agree with me that Ethiopia should actually be given credit for the huge work she is doing to combat extremism in that area, and for actually being able to have a far better approach to women's rights and children's rights than that which is being offered by Islamic fundamentalists?

Julie Ward (S&D), *blue-card answer***.** – I spend a lot of my time working with civil society groups and I work with unrepresented people who have no voice. I speak here, I use my position to give power and voice to those people who do not have a voice.

The organisations that I have worked for have brought forward huge abuses of human rights in respect of violence against women and girls in Ethiopia by the government there.

So yes, I stand up for human rights, and I think one of the worst threats against our security and democracy is the fact that we are not represented equally in the world. Women and men do not have equal representation. I see that as a massive problem for us in society.

(Interjection from the questioner)

I have answered the question. The biggest threat, Mr Carver, is the threat that men hold the balance of power.

Ana Gomes (S&D). – Senhor Presidente, as eleições na Etiópia, agendadas para 24 de maio, não serão justas nem livres. As recomendações das missões de observação eleitorais europeias e outras, de 2005 e 2010, não foram recebidas nem seguidas pelo governo. Esta é a verdadeira razão porque não haverá este ano missão de observação eleitoral europeia e não, como diz o governo na sua propaganda, por razões financeiras.

A Alta Representante seguiu as recomendações deste Parlamento.

Os partidos da oposição dizem que o EPRDF no poder tem minado os seus esforços para registar candidatos. Desde o ano passado, mais membros de partidos da oposição têm de novo vindo a ser presos e perseguidos. O único membro da oposição no Parlamento não irá concorrer à reeleição devido à interferência do Estado no seu partido. O pluralismo político e as liberdades de expressão, associação e imprensa são muito mais restritos hoje do que há dez anos, quando eu fui Chefe da Missão de Observação Eleitoral na Etiópia. Nenhum outro país africano tem tantos jornalistas e tantos *bloggers* presos, falsamente acusados de terrorismo, como Eskinder Nega e Reeyot Alemu e muitos outros.

A Etiópia é o maior beneficiário africano da ajuda ao desenvolvimento por parte da União Europeia e é um aliado-chave da União Europeia e dos Estados Unidos em matéria de segurança na região, o que explica a indigna lenidade sobre as graves violações dos direitos humanos, as leis antidemocráticas na Etiópia e a repressão feroz sobre a sua maioria Oromo e sobre as suas minorias, designadamente no Ogaden.

A União Europeia tem de ser audível, exigindo ao governo da Etiópia que liberte todos os jornalistas e opositores políticos, incluindo Andargachew Tsige, um cidadão etíope e britânico, líder da oposição no exílio, que foi sequestrado em julho de 2014 no Iémen e extraditado para a Etiópia.

Ao não promover as vozes para a democracia na Etiópia, a União Europeia está a trair os seus valores e a promover tensões inter-religiosas, extremismo antiocidental no país, um sentimento contraproducente contra os interesses da Etiópia e contra os nossos interesses.

Este é um país estratégico na região. Nós não podemos ficar calados. Nós temos que exigir uma mudança de estratégia, de política para com a Etiópia, que seja, efetivamente, onde temos imensa influência e que, efetivamente, faça a diferença.

Conto consigo, Sr. Stylianides!

Pytania z sali

Marijana Petir (PPE). – Gospodine predsjedniče, stanje u Etiopiji je alarmantno i poziva na uzbunu u nekoliko aspekata. U nedjelju će u Etiopiji biti održani parlamentarni izbori, a pluralizam stranačkog sustava je prisutan samo deklarativno i nad opozicijskom strankama se provodi represija.

Sloboda medija kao jedno od temeljnih načela demokracije ne samo da je ograničena, nego su novinari dovedeni u situaciju birati između autocenzure ili uhićenja, a mnogi su prisiljeni pobjeći iz vlastite zemlje. Iako većinom kršćanska, Etiopija je danas 22. zemlja na svijetu po progonu kršćana.

Kršćane progone ekstremne skupine koje zagovaraju stvaranje islamske države, a koje u islamu ne mogu imati svoje uporište niti nasilje opravdavati pozivajući se na Boga. Protiv njih se moramo boriti snažnije zajedničkim snagama. Duboko uznemiruje i nasilan program preseljenja stanovništva iz ruralnih područja pod krinkom poboljšanja njihovih životnih uvjeta.

Poljoprivredna je važna za lokalno stanovništvo, ona im osigurava život, stoga se treba usprotiviti i hitno zaustaviti nasilno otimanje poljoprivrednog zemljišta iz ruku lokalnog stanovništva.

Nicola Caputo (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, si fa ancora troppo poco per l'Etiopia, uno dei paesi dell'Africa con maggiori difficoltà economiche e sociali.

In questo paese il dato più preoccupante è rappresentato da un'aspettativa di vita tra le più basse del mondo, che non supera i 49 anni. Il motivo principale dell'elevata mortalità è la mancanza del bene principale per l'essere umano: l'acqua. Ancora oggi le donne devono percorrere a piedi svariati chilometri per raggiungere i pochissimi pozzi presenti e si calcola che in Etiopia ogni 20 secondi una persona muoia per insufficienza d'acqua e per le conseguenze di scarse condizioni igieniche. Il paese deve far fronte inoltre a un altissimo tasso di emigrazione, fenomeno che costringe i giovani anche istruiti a sfuggire dalla disoccupazione cercando lavoro altrove. Altra questione che desta preoccupazione è la difficile convivenza tra cristiani e musulmani.

Il governo locale ha disposto negli ultimi giorni un piano d'investimento importante per lo sviluppo industriale. Un provvedimento certamente positivo, ma che risulta inutile se non vengono risolte prima le emergenze che impediscono alla popolazione di vivere in condizioni accettabili.

L'Europa dovrebbe essere capace di intervenire più concretamente per sollevare il paese da questa grave situazione e garantire condizioni di vivibilità.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, στις 19 Απριλίου το ISIS δημοσιοποίησε βίντεο με τον αποκεφαλισμό στη Λιβύη τριάντα χριστιανών απ' την Αιθιοπία με σκοπό να τρομοκρατήσει τον πληθυσμό της Αιθιοπίας, χώρα στην οποία τα δύο τρίτα των 100 εκατομμυρίων κατοίκων της είναι χριστιανοί.

Στόχος των Τζιχαντιστών είναι να χρησιμοποιήσουν και στην Αιθιοπία την θρησκεία και τη φτώχεια για να προωθήσουν τα σκοτεινά τους συμφέροντα. Όμως σήμερα, εκατοντάδες χιλιάδες άνδρες και γυναίκες της Αιθιοπίας αναγκάζονται να εγκαταλείψουν τη χώρα τους που πλήττεται από τη φτώχεια, την ανεργία, την πολιτική αστάθεια, και τις συλλήψεις αντιφρονούντων.

Πρέπει λοιπόν να διασφαλιστούν οι όροι διεξαγωγής δημοκρατικών εκλογών, η ελευθερία του Τύπου και τα δικαιώματα της αντιπολίτευσης.

Ανησυχούμε λοιπόν σοβαρά για την κατάσταση της πολυπληθούς αυτής χριστιανικής χώρας και η Ευρωπαϊκή Ένωση πρέπει να συμβάλει στη σταθερότητα της περιοχής, στην οικονομική ανάπτυξη της Αιθιοπίας, στη λειτουργία του κράτους δικαίου και στην προστασία των δημοκρατικών δικαιωμάτων. Πρέπει, επιτέλους, η Αιθιοπία να πάψει να αποτελεί ξέφραγο αμπέλι για τις μεγάλες κινεζικές και ιταλικές πολυεθνικές επιχειρήσεις.

Ivan Jakovčić (ALDE). – Gospodine predsjedniče, u ovom Parlamentu imam osjećaj da ponekad raspravljamo isključivo. Ova rasprava mi sliči pomalo i na onu raspravu koju smo vodili kada smo govorili o Turskoj.

Ajmo si reći one stvari koje su pozitivne i dobre za Etiopiju, one stvari koje su korisne za Europsku uniju, za Europu. Kada bi bila u Europi, Etiopija bi bila najveća zemlja po broju stanovnika. Etiopija je danas faktor stabilnosti u vrlo nemirnom dijelu svijeta i na neki način je zaštita naših interesa u tom svijeta. I zato ja jesam za nastavak pomoći Etiopiji, ali sam naravno i za to, za što govore kolege i ukazuju na nedemokratske postupke sadašnje vlasti.

Međutim, molim svakoga ovdje da uzme u obzir i da pokuša balansirati vrijednosti kada govorimo o Etiopiji, Turskoj ili o kad god govorimo o nekoj zemlji za koju imamo poseban interes.

Gianluca Buonanno (NI). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, ho sentito il dibattito: qui, a seconda di chi parla, qualcuno dice che l'Etiopia è un disastro, qualcun altro dice che il PIL è al 10 % – ce l'avesse l'Europa il PIL al 10 %! – qualcuno dice che ogni x secondi muore un etiope e qualcun altro invece dice che finalmente stanno uscendo dalla miseria. Mettetevi d'accordo!

Però, secondo me, al di là dell'Etiopia, forse è meglio che si parli di più di Europa. Vogliamo parlare dei nostri anziani? Vogliamo parlare dei nostri giovani senza lavoro? O vogliamo parlare della Libia? Dove gli europei, quelli che parlano qua, questi ipocriti che sono qua, hanno bombardato la Libia e Gheddafi, e adesso abbiamo lo schifo, in Libia. Abbiamo lo schifo e arrivano i clandestini con i terroristi, con i barconi, come è successo oggi in Italia. E abbiamo un governo di farabutti in Italia che dice che non è vero. Ecco, questa è l'Africa che intende l'Europa?

Svegliatevi!!

Doru-Claudian Frunzulică (S&D). – Mr President, Ethiopia is certainly a very important partner of the European Union. It is a key state with an important strategic position in the area, although I am deeply concerned that elections in Ethiopia will not meet international or African Union standards for fairness or credibility due to a repressive political environment and efforts by the Ethiopian Government to limit political pluralism and the independent media.

Ethiopia now has the second largest number of journalists in exile in the world, and the highest number of imprisoned journalists in Africa. Opposition parties have routinely been denied access to state media and prevented from holding public campaign events. The ruling party has used its control over municipal governments to deny permission for opposition rallies and, on several occasions, police have forcibly disbanded and arrested peaceful protesters. These kinds of violations of human rights and the right to freedom are not acceptable and must be formally condemned.

(Koniec pytań z sali.)

Christos Stylianides, *Member of the Commission***.** – Mr President, thank you for this debate at such a timely moment. I agree with most of the concerns you have raised on our partnership, but this partnership has many aspects and facets, some more controversial than others. We should bear in mind the substantial positive developments that this country and its people have seen, as well as the constructive and critical role in the region and beyond that Ethiopia plays.

Our aim is to continue to engage with Ethiopia while strengthening our messages on democratisation, on human rights, on fundamental freedoms. After the heat of the elections we will certainly further deepen our engagement with the authorities on the long-term democratisation of the country. If Ethiopia wants to maintain stability and to achieve middle income status by 2025, it is essential that the population is provided with the opportunity to openly express its views.

Federica Mogherini, the High Representative, intends to visit Ethiopia some time soon to see the situation for herself and to personally discuss issues of concern with the country's leadership. This is the situation. Thank you for your attention and for this very rich debate.

(Nastąpiła przerwa w debacie.)

Przewodniczący. – Zamykam debatę.

16. Situação na Antiga República Jugoslava da Macedónia (debate)

Przewodniczący. – Kolejnym punktem porządku dnia jest oświadczenie Wiceprzewodniczącej Komisji i Wysokiej Przedstawiciel Unii do Spraw Zagranicznych i Polityki Bezpieczeństwa w sprawie sytuacji w byłej Jugosłowiańskiej Republice Macedonii (2015/2704 (RSP)).

Christos Stylianides, *Member of the Commission, on behalf of the Vice-President of the Commission/High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy.* – Mr President, thank you for this opportunity to make a statement on behalf of Vice-President Federica Mogherini on the situation in the former Yugoslav Republic of Macedonia, which is very fluid.

You are all familiar with the tragic events in Kumanovo in the north of the country close to Kosovo and Serbia. We have expressed our condolences to the families and friends of those killed and injured. We understand that these events were predominantly criminally and not inter-ethnically motivated. The Commission therefore welcomes the fact that all parties, exceptionally, came together in a multi-ethnic way to condemn the activities. One of the parties also played an important role in helping to negotiate a solution without further bloodshed.

Let me now turn to the long-term political crisis from which those events cannot be a distraction. In response to the EU's and others' calls for political accountability for what is being revealed in the wiretaps, which the opposition are making public, we note the resignation last week of two ministers and the head of state security. We have already said that this is a concrete step towards political accountability and that we hope that this development will contribute to restoring faith in state institutions.

In this context we have also followed the two sets of demonstrations that were held in Skopje on Sunday and Monday. It is important that people were able to freely express their views on both occasions. This was done in a peaceful manner. A calm and appropriate handling from all sides will remain important. From the outset of the political crisis, the European Union has called for the restoration of normal political dialogue between the main government and opposition parties. I welcome that three of your colleagues responded to my colleague Johannes Hahn's proposal to facilitate dialogue between these two parties.

As you will be aware, three distinguished Members of this Parliament, Mr Vajgl, Mr Howitt and Mr Kukan, together with Commissioner Hahn, met here in Strasbourg yesterday and in the early morning hours of today with the Prime Minister of the Former Yugoslav Republic of Macedonia, Mr Gruevski and the leader of the opposition, Mr Zaev. This was an important meeting. It is clear that both sides are taking these facilitation efforts very seriously. In-depth discussions on divergent viewpoints took place and further dialogue will be needed.

The Commission commends the confirmation of the commitment of the parties to the EU integration process and democratic principles as well as their agreement to put the interests of the country first. We urge all sides to continue their engagement in this spirit; we welcome in this respect their readiness to meet again under the umbrella of this facilitation effort. Also, we welcome the fact that the four main party leaders met in Skopje on 14 and 18 May and that they have agreed to meet again on 26 May in an attempt to find a way forward, because the citizens of this country deserve better than a political stalemate. A stalemate that drags on simply does not respond to the aspirations of the population.

We call on the leaders of the country to take their responsibilities seriously and put the interests of the state above those of their parties. In parallel, the European Union has been calling on the relevant authorities to investigate all allegations of potential wrongdoing, including those being made public in the wiretaps, in a transparent and independent manner. The Commission has also sent a team of senior legal experts to look into some of the systemic issues on which the Commission had previously expressed concern. Arising from the wiretaps, these systemic issues need to be addressed to get this candidate country back on the right track as it deserves.

In conclusion: our collective approach to this crisis is a good example of how various EU institutions and services can work together using our various tools to deliver a clear European message. In all of this, we are also working very closely with our international partners on the ground to improve the situation.

Eduard Kukan, *on behalf of the PPE Group***.** – Mr President, first of all I would like to congratulate the Commissioner for giving a very excellent speech, a very good analysis. He was speaking directly to the point, which was very helpful.

First of all, let me express my hope that this discussion here and now will reflect our support to Macedonia, to its people and their European ambitions. I believe that the country is at a turning point. In this difficult situation we should be clear and decisive in carrying our message of support. Macedonia is facing a really difficult political crisis, doubled with the extreme security challenges that would shake the basis of any political system in Europe. After last week's event in Kumanovo we know how serious the situation can get. The deep political crisis in the country needs to get more of our attention as well.

There are serious revelations coming from the wire-tapping scandal which have to be addressed by the relevant authorities. At the same time, politicians need to address the question of political accountability. In this situation we have to see reflection, political responsibility and more political dialogue. This needs to come from all sides of the political spectrum and across ethnic lines.

In a country with such severe challenges, it is important that the democratic institutions and mechanism work. This concerns especially the parliament, which is *the* platform for a political dialogue and mechanism for political oversight. It is important that all politicians show responsibility and openness. I mean the politicians in Macedonia, but also the politicians in this very House.

Please, let us keep in mind that the European integration processes are in this situation one of the few tools which could help to overcome this crisis. We need to get Macedonia back on track.

(The speaker agreed to take a blue-card question under Rule 162(8))

Εμμανουήλ Γλέζος (GUE/NGL), *ερώτηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Θέλω να ρωτήσω τον συνάδελφο εάν γνωρίζει πότε ήρθαν οι σημερινοί κάτοικοι της περιοχής αυτής στον τόπο αυτό. Πότε ήρθαν ακριβώς, σε ποιά χρονολογία;

Eduard Kukan (PPE), *blue-card answer***.** – I do not know, please explain to me.

Richard Howitt, *on behalf of the S&D Group***.** – Mr President, we meet on the day after the latest cross-party mediation talks – the contents of which must remain confidential – in a process in which I am proud to take part on behalf of my group. The meeting last night, which was prolonged, dealt with the contentious issues, including commitment to the European perspective agreed by all parties, in a process which is continuing.

To my fellow members of the European Parliament, I wish to make some comments of my own, not about the talks, but about the country. Firstly, the one-sided call to end the parliamentary boycott, without taking decisive measures to address the failings of the political institutions, is a partisan, not a cross-party, answer and it is therefore not an answer.

Secondly, my group has never actively supported any parliamentary boycott or even the publication of wiretap tapes, and, if jointly we are to succeed, then members of the EPP Group – not Mr Kukan – should show the same discipline by not blaming the opposition, or indeed my own Group. Thirdly, no-one suggests that the leaked surveillance tapes which prompted this crisis are entirely fabricated, and this Parliament should support the demarche from the EU ambassadors that there must be accountability for the wrongdoing identified.

Fourthly, the reforms in the very areas which have caused concern – the judiciary, the media, electoral practices, civil society – have already been part of progress reports, action plans and the high-level accession dialogue, so that any fresh commitment to address them must demonstrate why this time it will be different.

Fifthly, no-one is above the law but, if an opposition leader is put in jail, our solidarity would be not simply with him but with the very notion of democracy in the country, which itself will be called into question by such a step.

Last weekend I stood at the site of the terror attacks in Kumanovo amidst burnt-out houses whose walls were pockmarked with bullet holes and where the view through shattered windows revealed interiors buried in rubble. The families I talked to had hidden for their lives from a 30—hour firefight and suffered the trauma of witnessing 18 people dead. We all hoped that this was a one-off event with no repercussions for inter-ethnic relations, but the families told me they believe the event to be linked to the breakdown of political stability. This lack of trust is, in itself, dangerous.

I have repeatedly warned that Europe's failure to start accession talks risks a return to conflict, and this deadly attack is a tragic and urgent reminder that this warning is crying out to be heard. What happened in Kumanovo, and in the country, may not be the direct responsibility of Europe, but if we expect the political parties of the country to exercise their responsibilities – and we do expect that – then they can reasonably expect Europe to exercise ours.

Ангел Джамбазки, *от името на групата ECR***.** – Г-н Председател, уважаеми колеги, на първо място заявявам своето дълбоко съболезнование към семействата на всички загинали служители на Министерство на вътрешните работи по време на полицейската операция.

На второ място заявявам категоричната си подкрепа за териториалната цялост и независимост и суверенитет на братската ни държава.

Безспорно тази държава се намира в момента в една от най-тежките си политически кризи. Правителството в Скопие дължи страшно много отговори, отговори на обвиненията в корупция, отговори на записите, които изтичат в публичното пространство и показват един недемократичен начин на управление. Затова местната власт дължи обяснение на своите избиратели, на своите граждани.

От друга страна, подкрепям напълно интеграцията на държавата в Европейския съюз и в НАТО, но това става само през договор за добросъседство, това става само през категоричното отричане на реч на омразата, на кражбата на общата история, на злоупотребяването с нея, на признаването на всички права и законни интереси на повече от най-малко деветдесетте хиляди македонски граждани с българско национално съзнание.

Категорична подкрепа на основата на приятелство и на основата на добросъседство.

(Ораторът приема да отговори на въпрос, зададен чрез вдигане на синя карта (член 162, параграф 8 от Правилника за дейността)).

Ivan Jakovčić (ALDE), *pitanje koje je podizanjem plave kartice postavio***.** – Gospodine Dzhambazki, pažljivo sam vas slušao i zanima me da li zaista vi iskreno mislite da FYROM ili Republika Makedonija - kako mi to kažemo u Hrvatskoj treba zbog stabilnosti na Balkanu postati članica Europske unije, NATO-a i da bi bilo dobro da i vaša zemlja, vaša vlada i Bugarska, susjedi i Grčka pomognu Makedoniji na tom putu, odnosno FYROM-u, da se ovdje nitko ne uvrijedi? Znate zašto kažem Republika Makedonija, jer dolazim iz Hrvatske.

Ангел Джамбазки (ECR), *отговор на въпрос, зададен чрез вдигане на синя карта***.** – Уважаеми колега, доколкото разбрах въпроса, да, смятам, че при изпълнението на европейските критерии и при запазването на правата и законните интереси на всички свои граждани, това е единствената възможност тази държава да запази своята териториална цялост – при спазването на европейските критерии и запазването на правата и законните интереси на всички свои граждани и постигането на договор за добросъседство с всички свои съседи.

Ivo Vajgl, *v imenu skupine ALDE***.** – Spoštovani predsedujoči, spoštovani gospod komisar, tudi jaz bi se vam rad zahvalil za izvrstne besede in zelo natančen uvod, ki ste ga nam dali v to razpravo.

Pred kratkim smo v tem parlamentu z veliko večino podprli Makedonijo kot državo, ki si jo želimo v članstvu Evropske unije, in poudarili pri tem, da že vrsto let izpolnjuje večino pogojev za začetek pogajanj o članstvu. Da se to ni zgodilo že doslej in v času, ko smo odprli vrata kandidatkam, ki v mnogočem zaostajajo za Makedonijo, je edini razlog absurdni spor o imenu države.

Povod za današnjo razpravo na žalost ni samo želja ponoviti pozitivno stališče do napredka Makedonije kot kandidatke, ampak resna politična kriza s tragičnimi dogodki v Kumanovu, ki so nas opozorili, da v tem delu jugovzhodne Evrope obstajajo še znani meddržavni in medetnični problemi, k tem pa je treba prišteti še nove grožnje agresivnega islamskega šovinizma in že tako prozorni poskusi zaplesti Makedonijo v geostrateške načrte Rusije.

Stanje v Makedoniji zahteva več razumevanja Evropske unije za to potencialno članico. Čas je, da se za ime najde kompromis oziroma da se pogajanja z Makedonijo začnejo in ta problem odstrani do njihovega zaključka.

Makedonijo je v okviru celovitega koncepta kolektivne varnosti v Evropi treba podpreti v prizadevanju, da postane članica Nato. Nasprotovanje sosednje Grčije, države, ki od nas pričakuje pomoč in solidarnost in ju tudi uživa, je treba zavrniti in to državo pozvati, naj upošteva skupne interese.

V teh dnevih se dogaja nekaj bizarnih stvari. Danes je albanski premier zagrozil, da bo blokiral vstop Makedonije v Nato.

Makedonski politiki, ki so odgovorni za zaostrovanje notranje krize, morajo prevzeti odgovornost za evroatlantsko prihodnost države. Prav včeraj smo v Parlamentu po več kot desetih urah dogovarjanja z voditeljema dveh največjih makedonskih strank sprejeli platformo za preseganje krize z dialogom. Naj bo doseženo soglasje začetek konca politične krize in resnega napora za stabilizacijo države!

(Govornik se je strinjal, da bo sprejel vprašanje, postavljeno z dvigom modrega kartončka (člen 162(8)).

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), *ερώτηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Κύριε συνάδελφε, άκουσα με πολλή προσοχή την τοποθέτησή σας και διαπίστωσα ότι μόλις τώρα διαπράξατε μία απρέπεια: χαρακτηρίσατε ως ανόητη τη διαμάχη της Ελλάδας με τα Σκόπια για το θέμα του ονόματος. Και σας ερωτώ: Εάν αυτό συνέβαινε στη δική σας χώρα, εάν τα Σκόπια είχαν επεκτατικές βλέψεις στη δική σας χώρα, εάν καθ' οιονδήποτε τρόπο έθιγαν τη δική σας χώρα, θα είσαστε τόσο άνετος για να πείτε αυτά τα οποία είπατε;

Ivo Vajgl (ALDE), *blue-card answer***.** – I would just like to say that I think that, in these times when we are facing far more important issues in this world, this problem looks like an artificial conflict, and I would say stop it. It makes no sense anymore.

Σοφία Σακοράφα, *εξ ονόματος της ομάδας GUE/NGL***.** – Κύριε Πρόεδρε, μόλις πριν από δύο μήνες, στη συζήτηση της ετήσιας έκθεσης προόδου για την FYROM, είχα τονίσει ότι η πολιτική της επιβράβευσης όλων αυτών των αρνητικών που συνθέτουν τη σημερινή κατάσταση της χώρας, μόνο ανασταλτικά θα μπορούσε να λειτουργήσει για την πρόοδο της.

Δυστυχώς τα γεγονότα στο Κουμάνοβο με επιβεβαίωσαν με τον τραγικότερο τρόπο. Στη γειτονική μας χώρα υπάρχουν σοβαρά προβλήματα στη λειτουργία κράτους δικαίου, τον σεβασμό των ανθρωπίνων δικαιωμάτων, την εφαρμογή της διεθνοτικής συμφωνίας της Αχρίδας, τον σεβασμό της αρχής της καλής γειτονίας και το έλλειμμα της δημοκρατίας στη χώρα.

Σε αυτά ακριβώς οφείλουμε, ως Ευρωπαϊκή Ένωση, να εστιάσουμε την προσοχή μας.

Όλες οι άλλες αιτιάσεις περί εξωτερικών ευθυνών δεν κάνουν τίποτα άλλο από το εξωραΐζουν την πραγματικότητα, να διαιωνίζουν αυτή την τραγική κατάσταση και να βαθαίνουν, φυσικά, την κρίση.

Η συνέχιση αυτής της τακτικής και της πολιτικής, πέρα από όλα τα άλλα, συνιστά ευθεία υπονόμευση των αρχών της Ευρωπαϊκής Ένωσης – ας μην το ξεχνάμε αυτό – και αποτρέπει οποιαδήποτε δυνατότητα προόδου και εξέλιξη της χώρας που λέγεται FYROM.

Tamás Meszerics, *on behalf of the Verts/ALE Group***.** – Mr President, we in the Green Group, are in full agreement with all our colleagues who say that the situation in Macedonia is serious and even fraught with further danger.

While the crisis is obviously regional in its origin and it is fundamentally an internal Macedonian political crisis, it is not entirely surprising that a country waiting for 10 years for the start of the accession negotiations may lose its political balance. Actually, Macedonia has become the Prince of Wales of European accession: it has been waiting for the start for a decade by now. Although we generally support the new Greek Government in breaking with the policies of its predecessors and we welcome its anti-austerity programmes, we think that there is now a very important opportunity for this new Greek Government to break with the past and revise their policies vis-à-vis Macedonia.

I commend the efforts of our three colleagues in bringing the Macedonian political leaders to the negotiating table. However, we believe that the promise to continue the talks is not enough now. The government of Macedonia should immediately initiate fully transparent and impartial investigations both into the Kumanovo tragedy and the allegations in the wire-tapping crisis. If they feel unable to do that, they should step down and someone else should do it. We believe there is much to be built upon in Macedonian politics, but this building needs to be done right now.

(The speaker agreed to take a blue-card question under Rule 162(8))

Σοφία Σακοράφα (GUE/NGL), *ερώτηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Θα σας θυμίσω, κύριε συνάδελφε, κάτι που είπαν οι πρέσβεις για την κυβέρνηση της FYROM μετά τη συνάντησή τους με τον κύριο Γκρούεφσκι: έχουμε εκφράσει, λένε, τις ανησυχίες μας στον πρωθυπουργό ότι η κυβέρνηση δεν έχει σημειώσει πρόοδο σχετικά με τις δημοσιοποιηθείσες καταγγελίες περί κατάχρησης εξουσίας.

Αυτό δημιουργεί σοβαρές αμφιβολίες κατά πόσο η κυβέρνηση της χώρας είναι προσηλωμένη στις δημοκρατικές αρχές και αξίες της ευρω-ατλαντικής κοινότητας. Η συνεχιζόμενη αποτυχία θα βλάψει την πρόοδό της στην Ευρωπαϊκή Ένωση.

Θα ήθελα να ξεκαθαρίσουμε, για μια ακόμη φορά, ότι η Ελλάδα στηρίζει την ευρωπαϊκή προοπτική της FYROM με την προϋπόθεση ότι θα γίνονται σεβαστά τα κριτήρια της Κοπεγχάγης και θα σημειωθεί πρόοδος στις σχέσεις καλής γειτονίας.

Δεν πιστεύετε ότι θα πρέπει να σταματήσει αυτή η φάρσα, να ξεκινάμε διαπραγματεύσεις για χώρες που παραβιάζουν το διεθνές δίκαιο και οι κυβερνήσεις τους δεν δείχνουν κανένα ενδιαφέρον να συμμορφωθούν με τις αρχές και τις αξίες Ευρωπαϊκής Ένωσης;

Tamás Meszerics (Verts/ALE), *blue-card answer***.** – Yes, we are in full agreement, except that there are no negotiations going on for the accession of Macedonia for the time being, precisely because Greece is blocking them.

Gerard Batten, *on behalf of the EFDD Group***.** – Mr President, Commissioner Stylianides has usefully described the situation in the former Yugoslav Republic of Macedonia. He described the violence and killings in the north and he referred to the long-running political crisis in the country. I am sure he understates the seriousness of the nature of the problem, but never mind, because he tells us that the EU is sending legal experts to sort out the systematic problems there. The Commissioner is confident that FYROM can soon be brought back on track in its candidate process in joining the European Union.

Indeed, as recently as 11 March this Parliament voted in favour of the progress report on FYROM's entry into the EU. Like so many countries before it, it does not matter how corrupt or unsuitable FYROM is. From the European Union's point of view, what is important is that it brings another entry country into its great empire. Good luck to your legal experts in sorting out its problems. I sincerely wish them luck.

Σωτήριος Ζαριανόπουλος (NI). – Οι επικίνδυνες εξελίξεις στη FYROM και την ευρύτερη περιοχή δεν αποτελούν έκπληξη. Είναι συνέπεια και συνέχεια της επέμβασης των Ηνωμένων Πολιτειών, του ΝΑΤΟ και της Ευρωπαϊκής Ένωσης στην περιοχή. Η καλλιέργεια κρατικών μεγάλοϊδεατισμών και αλυτρωτισμών, αξιοποιώντας το προτεκτοράτο του Κοσσυφοπεδίου, εθνοτικών και θρησκευτικών διενέξεων, η αλλαγή συνόρων, η εναλλαγή αστικών κυβερνήσεων πατώντας στη λαϊκή δυσαρέσκεια για την αντεργατική πολιτική που ακολουθείται, γίνονται εργαλεία για το ξαναμοίρασμα του πλούτου, τον έλεγχο του δικτύων μεταφοράς στην περιοχή – ιδιαίτερα της ενέργειας – από επιχειρηματικούς ομίλους.

Τα δικά τους συμφέροντα και τους ανταγωνισμούς τους με τα ρωσικά και αμερικανικά μονοπώλια εξυπηρετούν και αποτυπώνουν οι εκθέσεις προόδου της Ευρωπαϊκής Ένωσης. Οι λαοί της FYROM, των Βαλκανίων, έζησαν ειρηνικά στον Σοσιαλισμό. Στον καπιταλισμό γεύτηκαν βαρβαρότητα, πόλεμο, φτώχεια, εκμετάλλευση.

Επιβάλλεται να είναι σε επαγρύπνηση για να ακυρώσουν τη συνέχιση των ιμπεριαλιστικών επεμβάσεων, τα νέα δεινά που συνεπάγεται η ένταξη της FYROM και άλλων χωρών στην Ευρωπαϊκή Ένωση και το ΝΑΤΟ.

Alojz Peterle (PPE). – Najprej bi se rad zahvalil gospodu komisarju Stylianidisu za jasne besede. Makedonija - nekdanja jugoslovanska republika, se kot država kandidatka sooča z notranjepolitično krizo in večletno blokado odprtja pristopnih pogajanj. Po tragičnem incidentu v Kumanovem je politična stabilizacija te države še bolj pomembna zanjo in za širšo regijo kot prej. V tem smislu pozdravljam in podpiram začetek političnega dialoga med pozicijo in opozicijo, vključno s strankami makedonskih Albancev, ki naj bi vodila v normalno delovanje makedonskega parlamenta in prenesla vanj politično debato o ključnih vprašanjih države. Hvaležen sem komisarju Hahnu in kolegom Kukanu, Howittu in Vajglu za vsa prizadevanja v podporo omenjenemu dialogu.

Pozdravljam tudi politično kulturo na političnih shodih pred nekaj dnevi. Pozivam pa k taki dinamiki dogovarjanja, da bo po dolgem času mogoče polno delovanje skupnega parlamentarnega odbora, ki je nujen element v pristopnem procesu kandidatke. Prepričan sem, da je treba in da je mogoče v interesu politične stabilnosti, boljšega sosedstva in verodostojne evropske perspektive doseči vsem koristen napredek v pristopnem procesu, ne da bi kdo pri tem izgubil obraz.

Storiti moramo vse, da notranji ne zunanji vzroki ne bi pripeljali do novega konfliktnega žarišča na evropskih tleh. Ne podcenjujmo političnega, medetničnega, medverskega, in posttotalitarnega vidika Zahodnega Balkana, ki doslej ni odpravil vseh virov nestabilnosti. Stabilnost, varnost in evropska perspektiva Makedonije - nekdanje jugoslovanske republike, ni samo v njenem interesu, zato tudi ni samo njena odgovornost.

(Govornik se je strinjal, da bo sprejel vprašanje, postavljeno z dvigom modrega kartončka (člen 162(8)).

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *ερώτηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Κύριε Πρόεδρε, ήθελα να ρωτήσω τον κύριο συνάδελφο – που τους αποκαλεί Μακεδόνες – εγώ που κατάγομαι και γεννήθηκα και μεγάλωσα στην Καστοριά, έναν νομό της Μακεδονίας, της Ελλάδος, πώς θα με αποκαλούσε ο κύριος συνάδελφος; Σκοπιανό;

Alojz Peterle (PPE), *odgovor na vprašanje, postavljeno z dvigom modrega kartončka***.** – Torej, če ste se rodili v grški Makedoniji, potem si težko predstavljam, kako bi se imenoval kot nekdo iz Skopja, kot ste dejali.

Ampak jaz v tem ne vidim velikega problema. Vsak ima svojo identiteto in lahko v skladu z njo živi, naj živi tu ali tam.

Knut Fleckenstein (S&D). – Herr Präsident, Herr Vizepräsident, liebe Kolleginnen und Kollegen! Auch ich möchte mich bei unseren Kollegen Vajgl, Kukan und Howitt und auch bei Kommissar Hahn für ihre Vermittlungsbemühungen bedanken. Das ist eine schwere Aufgabe, und diese schwere Aufgabe lautet, einen Neuanfang zu vereinbaren, ohne das gesamte Land ins Chaos zu stürzen oder friedlichen Protest in Gewalt ausarten zu lassen.

Ich war am Wochenende in Skopje und habe gesehen, wie mehrere zehntausend Menschen für eine Umkehr hin zu mehr Demokratie demonstriert haben, hin zu mehr Freiheit der Justiz und der Medien und zu mehr Aktivitäten gegen Korruption und Kriminalität. Dabei war es nicht so wichtig, dass da auch Sozialdemokraten geredet haben. Viel wichtiger war, dass dort eine breite Reihe von NGO waren, dass es dort Menschen gab mit unterschiedlichster ethnischer Herkunft und dass es friedlich lief. Friedlich, weil die Demonstranten friedlich waren und weil die Polizei und die Behörden sich klug verhalten haben. Diese Haltung bringt das Land näher an die EU heran, und deshalb sollten wir dies auch unterstützen.

Unser Beileid gilt den Familien und Freunden derjenigen, die in Kumanovo gestorben sind. Aber ich bin ganz sicher, dass es sich dort nicht um einen ethnischen Konflikt, sondern um Kriminalität handelt. Und deshalb sollten wir aufpassen bei unseren Worten, dass wir es nicht zu einem ethnischen Konflikt hochreden. Ich wünsche unseren Vermittlern Glück und Erfolg. Dazu gehört auch Kompromissbereitschaft, und zwar nicht nur auf einer Seite, sondern auf allen Seiten.

Aber machen wir uns nichts vor: Kein Regierungschef in der Europäischen Union – bis auf einen vielleicht – würde es überleben, wenn dermaßen Nachrichten über ihn und die Arbeit seiner Regierung offengelegt werden, wie das in den letzten Tagen über diese Abhörgeschichte geschehen ist.

Николай Бареков (ECR). – Г-н Председател, като представител на Република България съм силно обезпокоен от опитите крехкият етнически мир в региона да бъде представен като заложник на тесноправителсвени интереси.

Дори руският външен министър Лавров днес се намеси и говори как България и Албания искат да си поделят Македония. Това е пълна глупост и спекулация разбира се.

Умишленото изместване на вниманието от тежките вътрешни проблеми в бивша югославска република Македония с етническото противопоставяне на регионална основа може да измести фокуса и да нанесе тежки дълготрайни последици в Балканския регион.

Единственият път на БЮРМ е да спазва Пътната карта на Европейския съюз, като една от главите са правата на малцинствата.

Правата на българското малцинство в Македония не се спазват, за разлика от правата на други малцинства. Съболезнования за убитите македонски полицаи, но животът и имуществото на 100 000 български граждани и европейски граждани са застрашени в кандидатка за членство в Европейския съюз.

Как Македония да влезе в Европейския съюз, като държавата не спазва правата на европейските граждани?

(Ораторът приема да отговори на въпрос, зададен чрез вдигане на синя карта (член 162, параграф 8 от Правилника за дейността)).

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), *ερώτηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Σας ευχαριστώ, κύριε συνάδελφε, που αποδέχεστε την ερώτησή μου. Είπατε προηγουμένως ότι πολιτικές σκοπιμότητες κρατούν όμηρο τη χώρα της FYROM. Ήθελα να μου διευκρινίσετε εάν αυτή η παρατήρηση απευθύνεται στην ηγεσία της χώρας η οποία, όχι μόνο δεν πληροί τα κριτήρια της Κοπεγχάγης αλλά και δεν κάνει τίποτε προς αυτή την κατεύθυνση, ή έχετε κάτι άλλο στο μυαλό σας;

Николай Бареков (ECR), *отговор на въпрос, зададен чрез вдигане на синя карта***.** – Благодаря за въпроса, имам предвид единствено преговорите на Македония с Европейския съюз.

Аз съм български гражданин и европейски парламентарист, но три четвърти от моите роднини също са родени в Македония – и в гръцка, и в българска, и в македонска Македония.

Нека да не слагаме личните си пристрастия и нашето лично минало върху съдбата на една държава, която трябва да бъде запазена в цялост. Просто искам да кажа, че Македония е длъжна да спазва правата на всички граждани, в това число и на българското малцинство в Македония.

Jozo Radoš (ALDE). – Gospodine predsjedniče, kolegice i kolege, važno je napomenuti da nakon tragičnih događaja u Kumanovu nije došlo do međuetničkog sukoba. Jednako je tako važno napomenuti da su prosvjedi u vrlo napetoj političkoj atmosferi prošli bez sukoba, što govori o zrelosti makedonskog društva i šansama izlaska iz krize.

Naravno da su za događaje u Makedoniji najodgovornije vlasti, zbog zlouporabe vlasti, ali sigurno je da je tome doprinio i gubitak europske perspektive koju ta zemlja ima punih 10 godina. Zato pozivam europske institucije da otvore europsku perspektivu Makedoniji, a kolegama koji u tome pomažu, g. Vajglu, Kukanu i Howittu, čestitam i zahvaljujem.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). – Mr President, I think every one of us was shocked by this brutal attack and the killing of Albanians in Kumanovo a couple of days ago.

The situation is very sensitive and of concern. It is like reviving ghosts of the past, and this has to be investigated, including the allegations that it might have been instigated also even by the Gruevski Government, or even with Russian influence. If the Gruevski Government cannot answer this themselves, including the allegations – or the fact – of wiretapping, then they really do have to step down.

Let me take two things that are clear: this attack in Kumanovo, according to my information, was not an Islamist attack, it was mere terrorist criminals. It is also not an ethnic conflict, which is important to say, and I was very glad to see last Sunday Albanian and Slavic Macedonians demonstrating together peacefully in Skopje, even uniting their flags. So this is an important signal that should take us further.

One last thing: I would like to call on the European People's Party to stop defending politicians of their own political family who simply have drifted away from the democratic path and from the rule of law.

(The speaker agreed to take a blue-card question under Rule 162(8))

Karol Karski (ECR), *pytanie zadane przez podniesienie niebieskiej kartki***.** – Panie Przewodniczący! Chciałbym zwrócić się do pani przewodniczącej Lunacek z pytaniem, gdyż pochodzi pani z państwa położonego w takim miejscu Europy – odpowiednio daleko, ale i odpowiednio blisko Bałkanów. Jaki jest pani pogląd na kwestię nazwy tego państwa? Ja mam wrażenie, że ciężko żyje się w państwie – trudno, aby było stabilnym państwem takie, którego obywatele nawet nie wiedzą, jak to ich państwo powinno się nazywać. Natomiast mam pytanie, jak z pani punktu widzenia wygląda ten problem.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE), *blue-card answer.* – Thank you Mr Karski for this question. It gives me the chance to talk about the part that I did not manage to mention in my first one minute.

I would support very strongly all of those in this House who call on the Greek Government – on the Tsipras government which I personally, and my political group, have lots of sympathies with, in their fight against austerity and to get the social situation back on track – to really be a government that can help people, with the support of the European Union.

But I think the Tsipras government could also take the chance of making something new in the European Union, paving the way for an agreement on the name of Macedonia, and let Macedonia start accession negotiations with the European Union.

Ignazio Corrao (EFDD). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, Gruevski, da una parte, e Zaev, dall'altra, si sono incontrati qui ieri. Abbiamo cercato una mediazione, una mediazione difficile tra due parti che sono in una situazione di dibattito politico abbastanza infuocato.

Intanto vediamo in Macedonia la gente che sfila per le strade, in un clima che diventa sempre più incandescente. Questo credo che sia, in parte, anche il risultato di 10 anni o più di attesa nel procedimento di adesione all'Unione europea, il che ha fatto sì che, al posto di fare dei passi avanti per quel popolo nell'andare verso uno Stato di diritto, si sono fatti dei passi indietro.

Allora io credo che in questa sede noi, colleghi, ci dobbiamo interrogare se abbiamo delle responsabilità, come Unione europea, nell'aver perso così tanto tempo, e soprattutto se alcuni Stati hanno avuto delle responsabilità. Io colgo l'appello fatto dalla collega Lunacek, soprattutto nei confronti del governo greco, che si è appena insediato, per fare qualche passo avanti importante in tal senso.

Ελευθέριος Συναδινός (NI). – Κύριε Πρόεδρε, το Δεκέμβριο του 2012, το Ευρωπαϊκό Συμβούλιο ομόφωνα αποφάσισε ότι η FYROM, για να έχει ευρωπαϊκή προοπτική, οφείλει να προωθήσει και να σεβαστεί τις σχέσεις καλής γειτονίας, να εφαρμόσει τις αναγκαίες μεταρρυθμίσεις και να συμβάλει στην επίλυση του θέματος ονομασίας υπό την αιγίδα του ΟΗΕ.

Πιστεύει κάποιος σε αυτή την αίθουσα ότι οι Έλληνες θα παραδώσουμε δυόμισι χιλιάδες χρόνια Ιστορίας, πολιτισμού και κληρονομιάς για να συμφωνήσουμε στην άνευ όρων υπογραφή του πιστοποιητικού βάφτισης της FYROM; Πιστεύει κάποιος ότι αν τους ονομάσετε Μακεδόνες, Θράκες, Σπαρτιάτες, Αθηναίους, τότε πραγματικά αυτό το μόρφωμα κράτους έχει θέση στην Ευρωπαϊκή Ένωση;

Η FYROM έχει ανοιχτά μέτωπα στο εξωτερικό αλλά κυρίως στο εσωτερικό. Απλά, ανατρέξτε στις εκθέσεις προόδου της Επιτροπής ή του ΟΑΣΕ, αναρωτηθείτε γιατί η FYROM βρίσκεται σε διένεξη με την Ελλάδα, τη Βουλγαρία - για ιστορικούς λόγους - και την Αλβανία - για φυλετικούς μειονοτικούς λόγους.

Αναλογιστείτε αν το Κουμάνοβο σήμερα, ή το Τέτοβο παλιότερα, είναι γεγονότα ήσσονος σημασίας. Ταξιδέψτε στον Περλεπέ, στην Αχρίδα και στο Μοναστήρι και μιλήστε περί μακεδονισμού. Θα εκπλαγείτε απ' τις απαντήσεις. Είναι δύσκολο η Ελλάδα να αποδέχεται στωικά τις συνεχείς ύβρεις, ακόμα και από εκπροσώπους κρατών μελών της Ευρωπαϊκής Ενώσεως, και τη συνεχή αναφορά τους στους 'κακούς Έλληνες' που αρνούνται την ευρωπαϊκή προοπτική της FYROM. Η αδιαλλαξία και η αμετροέπεια έχουν κάποια όρια.

(Ο αγορητής συμφωνεί να απαντήσει σε ερώτηση «γαλάζια κάρτα» (άρθρο 162, παράγραφος 8 του Κανονισμού)).

Petras Auštrevičius (ALDE), *blue-card question.* – Indeed, this should not be a philosophical discussion: what name? what region? what to call citizens born in Greek Macedonia and in the Former Yugoslav Republic of Macedonia? By the way, some countries have recognised Macedonia under the name of Macedonia because the question came up for them even later.

But my question is: this is very much about regional cooperation, about engagement and really practical things that might be changed because of bilateral and multilateral relations. I ask you, what are the practical steps you might recall from the Greek side, recently, taken in order to involve Macedonia in the regional cooperation and to help this country to undertake some of the reforms it so needs?

Ελευθέριος Συναδινός (NI), *απάντηση «γαλάζια κάρτα»***.** – Δεν θα πρέπει η χώρα των Σκοπίων να εκφράζει αλυτρωτικές και επεκτατικές βλέψεις εναντίον άλλων χωρών, όπως είναι οι γειτονικές χώρες: η Βουλγαρία, η Αλβανία και η Ελλάδα.

Cristian Dan Preda (PPE). – Monsieur le Président, il y a deux mois, quand on a discuté de la Macédoine, je disais que même s'il s'agissait d'un rapport de progrès sur ce pays, on avait du mal à utiliser ce mot et qu'il s'agissait plutôt d'une stagnation que de progrès. À l'heure actuelle, on se demande tous s'il ne s'agit pas véritablement de quelque chose de pire, c'est-à-dire d'une régression au vu de la crise politique qui continue.

En fait, le gros problème de la Macédoine vient de cette absence de culture de compromis, de dialogue véritable. D'une part, je salue, comme les autres collègues, le fait qu'une troïka du Parlement européen (Kukan, Vajgl, Howitt) tente de débloquer la situation et, d'autre part, je me demande tout de même quelle est la stratégie des socialistes qui, au même moment, avec des figures importantes, sont dans la rue pour y contester le gouvernement. Ce n'est pas une attitude facile à lire, à la fois dans la négociation et dans la rue.

Je suis content que M[me] Lunacek s'intéresse aux relations entre le PPE et l'état de droit, aux grands sujets, mais j'aimerais aussi que la même attitude se développe à l'égard des premiers ministres socialistes en Europe et des gouvernements qui ont dans leur rangs, par exemple en Roumanie, des ministres condamnés. Vous n'en avez peut-être pas entendu parler, mais je crois qu'il faut être juste et ne pas utiliser la rue pour démolir des institutions, et ce n'est pas la question du PPE, c'est une crise politique très grave. Je tiens à ajouter, à la différence de ce que les socialistes, les libéraux et les Verts disent, qu'il y a une dimension ethnique dans cette crise politique, et elle est très dangereuse. Il ne suffit pas d'entendre ici les socialistes, les libéraux et les Verts dire qu'il ne s'agit pas d'un problème d'ethnies. Vous le savez très bien: la région peut exploser à tout moment.

(L'orateur accepte de répondre à une question «carton bleu» (article 162, paragraphe 8, du règlement))

Ulrike Lunacek (Verts/ALE), *blue-card question***.** – Mr Preda, this is one thing that as Greens we criticise – be it EPP, Social Democrats and even sometimes our own people where they are in government – so do not worry, that is not our problem here. But what I meant was what we have seen – and I do not refer to the debate yesterday we had with Mr Orbán, but am now referring to Mr Gruevski – that some of your political family have still been on his side even though he has been going a very sort of authoritarian way recently – for more than just months. That is something I think you should not keep defending.

Cristian Dan Preda (PPE), *réponse «carton bleu» à Ulrike Lunacek***.** – Madame, que répondre à tout cela? Je ne veux pas transformer ce débat, qui porte sur une crise politique très grave dans un pays très important pour nous, en un débat sur le groupe PPE.

Je ne crois pas que la bonne attitude pour débloquer des crises politiques soit de trouver des boucs émissaires parce que vous êtes maintenant politiquement plus faibles et que vous voulez occuper l'agenda politique, vous, les Verts.

(L'orateur accepte de répondre à une question «carton bleu» (article 162, paragraphe 8, du règlement))

Ангел Джамбазки (ECR), *въпрос, зададен чрез вдигане на синя карта***.** – Г-н Председател, уважаеми колеги, не разбирате ли че тук въпросът не е спор между ЕНП, между зелени, леви и други подобни? Тук въпросът е за териториалната цялост и сигурността на една държава на Балканите, а тези които сме от Балканите знаем какво значи това.

Тук става дума за етническо противопоставяне, възможно и опасно, тук става дума за нарушени човешки права, става дума за корупция.

Според мен спорът не е в отношението между левите и десните, а е за сигурността на целия регион.

Cristian Dan Preda (PPE), *réponse «carton bleu»***.** – Tout à fait d'accord, Monsieur, il faut se concentrer sur la Macédoine. Néanmoins, il ne faut jamais oublier qu'on peut faire aussi du mal en encourageant dans les Balkans, dans différents pays, des solutions qui relèvent plutôt de l'improvisation idéologique. Malheureusement, nous en avons eu beaucoup d'exemples dans un passé récent.

Λάμπρος Φουντούλης (NI). – Κύριε Πρόεδρε, νομίζω ότι έγινε κατάχρηση του θεσμού της μπλε κάρτας μεταξύ του κυρίου Preda και της κυρίας Lunacek.

Δεν άκουσα καμία ερώτηση απ την κυρία Lunacek, αλλά απλώς είχαν μια πολιτική αντιπαράθεση.

Sergei Stanishev (S&D). – Mr President, there used to be times when Macedonia was among the forerunners for EU accession in the Western Balkans. However, today we are facing a very deep political crisis and we should be aware that it is not just a momentous situation; it is about very fundamental issues which are enshrined in the European idea. We should ask ourselves how we got here and how the European Union underestimated what was going on in the Republic of Macedonia for such a long time as a way of government, establishing quite an authoritarian regime which is subduing the media and the economy and putting pressure on the judiciary. This is a very serious problem.

I was there on Sunday at the civil rally which gathered in Skopje. I was not there to teach or preach; I was there to listen, and I saw people of different ethnic origins, of different political affiliations and people from NGOs and from the media. They were standing together for democratic values. As one of the speakers from the students' movement said, it is not about power, but about how the state will be functioning, and this should not be repeated. This is what we have to take into consideration in our attitude towards the situation in Macedonia, because the crisis is deep and the EU has responsibility.

Филиз Хюсменова (ALDE). – Г-н Председател, уважаеми колеги, лидерът на българската либерална партия Движение за права и свободи г-н Лютви Местан написа в началото на годината писмо до всички либерални лидери в Европа, че е време Европейският съюз да отвори врати за Западните Балкани.

Ситуацията в Македония доказва проницателността на тази теза и ни провокира да настояваме за проактивна политика на Съюза за по-бързото ѝ интегриране като гаранция за запазване на териториалната ѝ цялост и на мира в нея.

Ръководството на държавата трябва да положи усилия за разрешаване на политическата криза и Македония бързо да върви към европейските ценности и стандарти, към гарантиране на правата и свободите, включително на българската общност. Добър пример е българският етнически модел, който осигури мирен преход от тоталитаризъм към демокрация в страната ни.

Надявам се, че Македония и Европейският съюз ще се срещнат на полето на демокрацията и спазването на правата на всички граждани.

Gianluca Buonanno (NI). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, prima volevo salutare il pubblico presente: voi che siete qui a guardare, guardate quanti sono i deputati che si danno da fare. Sapete quanto costa questo giochino? 250 milioni di euro all'anno. Questa è l'Europa dello sperpero.

Per quanto riguarda invece FYROM – perché si chiama FYROM e non Macedonia – nessuno di voi ha parlato di un interesse molto, molto particolare che hanno gli Stati Uniti e cioè quello di non far passare il gasdotto. E magari non sono proprio gli Stati Uniti che fomentano i movimenti che ci sono a FYROM, proprio perché così il gasdotto non passa e perché FYROM, diciamo così, si sta portando verso le tematiche russe, perché FYROM, comunque, sta guardando a soluzioni diverse? Non pensate che forse gli americani, come fanno in tutto il mondo, ci vogliono mettere il becco e quando non ci riescono fomentano le rivoluzioni, fomentano i gruppi per ribellarsi magari a qualche altra cosa?

Provate a pensarci un po' meglio invece di dormire tutto il giorno.

(L'oratore accetta di rispondere a una domanda «cartellino blu» (articolo 162, paragrafo 8, del regolamento))

Ivan Jakovčić (ALDE), *pitanje koje je podizanjem plave kartice postavio***.** – Gospodine Buonanno, hvala što ste prihvatili moju plavu karticu. Jednostavno više ne mogu sjediti ovdje, a da ne reagiram.

Došao sam u 9 sati i do sada sjedim ovdje. Vaš predsjednik Salvini došao je jutros i govorio o migraciji, došao je unutra i prvo što je rekao: „Ova sala je prazna, a tako važna tema. Zašto nikoga ovdje nema?" Kad je završio govor, izašao je i više se nije pojavio. Da li smatrate da je to licemjeran govor, kao što je i ovaj vaš govor licemjeran?

Przewodniczący. – To nie było pytanie.

Stanislav Polčák (PPE), *blue-card question***.** – My question is really simple and short. Do you stay here in the plenary session all the time?

Gianluca Buonanno (NI), *risposta a una domanda «cartellino blu»***.** – Lei dovrebbe prima istruirsi sulla mia storia: io faccio anche il sindaco, in Italia, votato da 21 anni consecutivamente. Comunque sia, io sono qua, guardi i miei dati e le mie percentuali di voto e quello che faccio. Credo di essere tra i primi 50 di tutti i 751 deputati di Strasburgo e Bruxelles. E siccome sono uno che dice le cose in faccia, dico quello che penso; sono un uomo del popolo, qualche volta dico anche le parolacce, ma preferisco dire qualche volta le parolacce che fare l'ipocrita come tanti di voi – non ce l'ho con tutti ma con un po' sì – che magari fanno i salamelecchi, ridono e scherzano e poi se ne fregano del popolo europeo. Chiaro?

Андрей Ковачев (PPE). – Г-н Председател, политическият елит в Македония трябва да положи максимални усилия за постигането на решение на настоящата криза и да не търси противопоставяне и конфликт, както във вътрешнополитически, така и във външнополитически план.

За съжаление през последните 9 години премиерът Груевски отдалечи страната от нейния европейски път, който ние тук винаги сме подкрепялии ще продължим да подкрепяме. Не видяхме воля обаче за подобряване на демократичните практики и гарантирането на равнопоставеността на всички граждани, независимо от тяхната национална идентичност.

Точно обратното – отношенията на страната със съседите се влошиха в резултат на нежеланието да се приеме протегнатата ръка и да се загърбят порочните практики от тоталитарното комунистическо югославско минало като манипулиране на историческите факти за сметка на агресивното налагане на новосформирана македонска идентичност.

Европейският съюз има интерес от стабилна и демократична Македония, в която свободата на медиите и разделението на властите са гарантирани, а личните и колективни права и свободи на македонските граждани се уважават.

Остават въпросителните и пред геополитическия избор на страната. Македония не поддържа санкциите срещу Руската федерация, Лавров преди малко си позволи да каже, че Македония е жертва на Запада и България и Албания искат да си я поделят, неясно остава отношението на Македония и спрямо кризата в Украйна.

Македонските граждани заслужават прозрачно и отговорно управление, което да гарантира бързото приемане в Европейския съюз и е недопустимо да стават заложници на политическото оцеляване на един или друг партиен лидер, който се опитва да се олицетвори със страната!

(Ораторът приема да отговори на въпрос, зададен чрез вдигане на синя карта (член 162, параграф 8 от Правилника за дейността)).

Tibor Szanyi (S&D), *Kékkártyás kérdés***.** – Bár sok mindenben egyetértek azzal, Képviselő Úr, amit mondott, de azért van itt nekem egy komoly problémám. Ön helyénvalónak tartja-e, ezt tényleg kérdezem, helyénvalónak tartja-e egyoldalúan Macedóniára tolni a felelősséget, miközben az európai intézmények teljes mértékig elbizonytalanították ennek az országnak – meg más országoknak is – a bővítési perspektíváit, vagy az ebben való hitet. Én azt gondolom, hogy itt minimum két félnek a felelősségét kell kimondani. A Balkán mindig is lőporos hordó volt, itt Európa nem mondhatja azt, hogy „Jaj, Istenem, ti vagytok a rosszak és mi jók vagyunk!" Nem, nem, nem. Kérdezem Önt: Ön ilyen egyoldalúnak látja a helyzetet?

Андрей Ковачев (PPE), *отговор на въпрос, зададен чрез вдигане на синя карта***.** – Разбира се, уважаеми колега, че отговорността винаги е двупосочна улица, както и солидарността – протегнатата ръка трябва да бъде приета от другата страна. Но откакто е независима страна в последните повече от 25 години Македония не успя да създаде такъв климат със своите съседи, а и да докаже сега на европейска сцена, че наистина иска добросъседство, защото налагането, аз казах в моето изказване, на една идентичност, която не отговаря на историческата истина – няма доказателства в историята за такава – няма как да не породи конфликти в настоящето.

Настояще и бъдеще, зависимо от оценките на миналото не е добро, затова ние сме отправили към Македония многократно в нашите доклади за напредък тези препоръки, които селективно се четат в Скопие.

Tonino Picula (S&D). – Gospodine povjereniče, Makedonija je zemljopisno mala zemlja, ali je opterećena ozbiljnim unutarnjim razorima u turbulentnom geopolitičkom okruženju. Dok većina u Uniji Makedoniju doživljava kroz prizmu spora oko imena s Grčkom, opća situacija se pogoršava iz godine u godinu.

Optužbe za ilegalno prisluškivanje tisuće građana, prijetnje novinarima, optužbe za manipulaciju terorizmom, ali i događanje terorizma, široko rasprostranjena korupcija, često neprepoznatljivo razlikovanje stranačkih i državnih aktivnosti - samo su neki od problema. Posljedica je duboka podijela u društvu bez volje za elementarnim političkim dijalogom. To je realna slika države koja je eurointegracijski put započela prije Hrvatske.

Održavanje *status quo* samo će umnožavati probleme s kojima se zemlja suočava, ali prava opasnost je da oni postanu kronični ili da se preliju preko njenih granica. To zahtijeva preuzimanje odgovornosti na svim stranama i hitno političko rješenje. Takvom rješenju Europska unija može doprinijeti, ako primjerice, članice - makedonski susjedi konačno pruže Skopju iskrenu priliku da nastavi putem koji je predugo blokiran.

Anna Záborská (PPE). – Macedónsko už desať rokov čaká na prístupové rokovania. Za eskalovanie napätia po minuloročných voľbách nesie vinu aj Európska únia. Hoci volební pozorovatelia nenašli závažné nedostatky, nepochopiteľné vyjadrenia zo strany Komisie aj niektorých členských štátov boli vítanou zámienkou pre druhú najväčšiu stranu, aby spochybnila výsledky volieb a neprevzala mandáty. Napríklad holandská veľvyslankyňa označila za veľký problém, citujem: „Nedostatočné rozlišovanie medzi stranickými a štátnymi aktivitami počas volebnej kampane.“ Podľa takéhoto kritéria môžeme pritom spochybniť všetky výsledky volieb v polovici členských štátov.

Som priateľkou Macedónska. Navštívila som ho naposledy len pred pár týždňami. Macedónsko je napriek hlbokej vnútornej kríze ešte stále demokratický štát, ktorý patrí do Európskej únie. Apelujem na Komisiu, aby urýchlene začala rokovania o vstupe Macedónska s otvoreným koncom. Zároveň sa obraciam na politikov a občanov Grécka s prosbou o ústretovosť v otázke názvu mladej republiky. Pretože stabilita na Balkáne je v záujme nás všetkých.

Andrej Plenković (PPE). – Gospodine potpredsjedniče Czarnecki, povjereniče Stilianides, hvala na vašem izlaganju. Prije svega želim izraziti potporu Makedoniji na njenom europskom putu i kao relativno susjedna zemlja, budući da dolazim iz Hrvatske, ali i zemlja koja je jedan dio europskog puta paralelno prolazila s Makedonijom i žao mi je da oni koji su još 2000. na zagrebačkom samitu parafirali Sporazum o stabilizaciji i pridruživanju, 15 godina kasnije nisu u stanju otvoriti pristupne pregovore.

Mislim da je to loše i nije dobro i ta frustracija je dio ovoga što vidimo u posljednjih nekoliko tjedana. Smatram da bi makedonska opozicija, dakle socijalistička stranka trebala ne bojkotirati Parlament nego u njemu sudjelovati, da bi se vladajuća koalicija trebala također u ovoj situaciji prihvatiti i političke odgovornosti za ono što nije dobro, a da bismo zajedničkim naporima i povjerenika Hahna i naših kolega zastupnika morali naći paket rješenje koje bi stabiliziralo zemlju, da se ne ponove ovakvi teroristički napadi kao što je bio u Kumanovu i dobro je da albanske etničke stranke nisu nimalo reagirale na provokacije.

U tom smislu velika je politička odgovornost na Europskoj uniji, za kvalitetnu europsku budućnost Makedonije.

Milan Zver (PPE). – Država, ki se je zadnje desetletje tako uspešno razvijala, je v težkih preizkušnjah. Razloga za destabilizacijo Makedonije sta vsaj dva. Prvi je politični. Opozicijski socialisti po hudem porazu na volitvah po trditvah vlade bojkotirajo, demonstrirajo, celo prisluškujejo vladi in istočasno obtožujejo vlado, da prisluškuje. Glede na ostrino potez socialistov lahko ugotovimo, da smo podobno zgodbo že videli v primeru Bolgarije in Slovenije, pa tudi Madžarske. Teroristični napad v Kumanovem je drugi razlog za destabilizacijo. Lahko bi celo zanetil medetnične spopade. V zadnjem desetletju so v Makedoniji uspešno reševali medetnične odnose na podlagi vsestranske inkluzije. Toda makedonski Albanci so za ceno konstruktivne drže zahtevali hitrejše evropske integracije. Mislim, da če bi evropske integracije potekale hitreje, bi bile razmere v Makedoniji in regiji stabilnejše. Bojim se, da bo ranljiva Makedonija postala žrtev različnih interesov, če ji ne bomo pravočasno pomagali.

Μαρία Σπυράκη (PPE). – Κύριε Πρόεδρε, κύριε Επίτροπε, το γεγονός ότι η Πρώην Γιουγκοσλαβική Δημοκρατία της Μακεδονίας είναι ευάλωτη σε επεισόδια, όπως αυτά στο Κουμάνοβο, αναδεικνύει ότι στη χώρα υπάρχει σοβαρό έλλειμμα στη λειτουργία της δημοκρατίας. Η κυβέρνηση της Πρώην Γιουγκοσλαβικής Δημοκρατίας της Μακεδονίας δεν σέβεται τη συμφωνία της Αχρίδας και, άρα, τα δικαιώματα της πολύ ισχυρής, σε σχέση με τον τοπικό πληθυσμό, αλβανικής μειονότητας.

Αλλά δεν είναι μόνο αυτό. Η αντιπολίτευση δεν κάθεται στα έδρανα της Βουλής στα Σκόπια από την ώρα που έγιναν εκλογές· η κυβέρνηση δεν έχει πείσει ότι διενεργείται ανεξάρτητη έρευνα για τις τηλεφωνικές υποκλοπές στις οποίες, παρεμπιπτόντως, πρωταγωνιστεί ο εξάδελφος του πρωθυπουργού Γκρουέφσκι, οποίος βρίσκεται μάλιστα και εδώ, στο Στρασβούργο – συνοδεύει τον πρωθυπουργό, σύμφωνα με τον Τύπο.

Ο πρωθυπουργός Γκρουέφκσι μιλάει για ξένο δάκτυλο στην πολιτική ζωή της χώρας, την ώρα που η Ρωσία, δια του Σεργκέι Λαβρόφ, βλέπει πίσω από την αναταραχή που προκάλεσαν οι υποκλοπές, προσπάθεια να αποτραπεί η συμμετοχή των Σκοπίων στον αγωγό 'Turkish Stream'.

Όλα αυτά είναι σενάρια συνωμοσίας, ενώ η είναι φανερό ότι δεν υπάρχει σεβασμός των δικαιωμάτων, όχι μόνο των Αλβανών αλλά και των Ρομά, και οι ελευθερίες του Τύπου καταστρατηγούνται. Έχουμε ευθύνη να κάνουμε συστάσεις στις υποψήφιες χώρες στην περιοχή, με πρώτη την Πρώην Γιουγκοσλαβική Δημοκρατία της Μακεδονίας, ώστε να πέσει η ένταση.

Και, αλήθεια, μετά απ όλα αυτά, πιστεύει κανένας εδώ ότι το μοναδικό εμπόδιο για να ξεκινήσουν οι διαπραγματεύσεις της Πρώην Γιουγκοσλαβικής Δημοκρατίας της Μακεδονίας με την Ευρωπαϊκή Ένωση είναι η διαφορά τους με την Ελλάδα; Θέλουμε στα αλήθεια να ανοίξουμε την πόρτα της Ένωσης σε μια χώρα που καταστρατηγεί βασικές αρχές στη λειτουργία της δημοκρατίας;

Marijana Petir (PPE). – Gospodine predsjedniče, prije svega izražavam najdublju sućut obiteljima poginulih makedonskih policajaca koji su brutalno ubijeni u terorističkom napadu u Kumanovu. Nadam se da će naručitelji tog vandalskog čina biti otkriveni, počinitelji kažnjeni i da će se poduzeti sve sigurnosne mjere kako se ista situacija ne bi više ponovila.

Da je Makedonija primljena u NATO umjesto što je se ostavilo u čekaonici, vjerujem da do ovakvog nemilog događaja ne bi niti došlo. Žalosti me što cjelokupna situacija nije potaknula makedonsku oporbu na povratak u Parlament koji je pravo mjesto za traženje najboljih rješenja za dobrobit makedonskog naroda i europski put Makedonije.

No, krivca za dramatičnu situaciju u Makedoniji prije svega treba tražiti u okrilju EU-a, konkretnije Vijeća, koje unatoč svim rezolucijama Europskog parlamenta još uvijek postavlja prepreke Makedoniji za otvaranje pregovora.

Da je Makedonija otpočela pregovore s EU-om, sasvim sigurno ne bi imali pokušaje da se dođe na vlast bez izbora i da se napada njen suverenitet.

Još jednom ću ponoviti: Makedonija je ispunila sve potrebne uvjete i zaslužila je da joj se otvore pregovori. Bilateralni problem oko imena, treba rješavati tijekom pregovora, po modelu Hrvatske i Slovenije jer se pokazao uspješnim.

Stabilnost u Makedoniji važna je za stabilnost cijele regije ali i EU-a. Makedonija ne smije više biti u čekaonici za članstvo u Europskoj uniji i NATO-u niti zbog makedonskog naroda niti zbog vjerodostojnosti EU-a.

Pytania z sali

Γεώργιος Κύρτσος (PPE). – Κύριε Πρόεδρε, υπάρχουν τέσσερις βασικές προϋποθέσεις για να αναπτύξει η Ευρωπαϊκή Ένωση τη συνεργασία της με την Πρώην Γιουγκοσλαβική Δημοκρατία της Μακεδονίας και να ανοίξει ο δρόμος για μια μελλοντική ένταξη.

Πρώτον, πρέπει να εκδημοκρατισθεί το πολιτικό σύστημα, το οποίο έχει αυταρχικά χαρακτηριστικά. Δεύτερον, πρέπει να σταματήσει η κυριαρχία του οργανωμένου εγκλήματος και των παρακρατικών ομάδων. Τρίτον, πρέπει να υπάρξει σεβασμός προς την αλβανόφωνη μειονότητα της χώρας για να αποτραπεί η επανάληψη του εμφυλίου.

Τέταρτον, πρέπει να λυθεί το ζήτημα της ονομασίας με έναν έντιμο συμβιβασμό που θα ικανοποιεί τόσο τα Σκόπια όσο και την Αθήνα.

Επειδή είμαι Έλληνας, και μπορεί να θεωρήσετε ότι δίνω αποκλειστική σημασία στο τέταρτο σημείο, καλώ αυτούς που ασκούν εξουσία στα Σκόπια να ξεκινήσουν τη μακρά ευρωπαϊκή τους πορεία βελτιώνοντας την κατάσταση στα τρία πρώτα ζητήματα.

Ruža Tomašić (ECR). – Gospodine predsjedniče, aktualno stanje u Makedoniji vrlo je alarmantno. Vlast je nestabilna, međuetničke tenzije dugo nisu bile na višoj razini, ne postoji vladavina prava pa tako ni preduvjet za normalan gospodarski razvoj, a bujajuće nezadovoljstvo građana prelilo se na ulice.

Kad tome dodamo i zastoj u procesu euroatlantskih integracija postaje sasvim jasno kako Makedonci nemaju puno razloga za optimizam. Pretvaranje trenutnog beznađa u trajno stanje zemlju bi moglo odvući u propast i to moramo spriječiti, jer čini se kako i makedonske sigurnosne službe posustaju što ovo zapaljivo stanje čini dodatno opasnim za sigurnost cijele Jugoistočne Europe.

A do nas je svih hoćemo li ugasiti ovaj plamen ili čekati dok se ne razbukti u veliki požar.

Илхан Кючюк (ALDE). – Г-н Председател, уважаеми колеги, проблемът в Македония не е проблем само на държавата Македония. Това е проблем на Балканите, а не на последно място и на самия Европейски съюз.

Дългогодишната принудителна изолация на Македония е една от основните причини за сегашната ѝ криза.

Не бива да абсолютизираме критерия страните предварително да са решили всички свои двустранни въпроси. Абсолютизирането означава да кажем на всички балкански страни, че членството им в Европейския съюз е невъзможно.

Затова, г-н Председател, искам да кажа, че на Балканите има теми, които могат да бъдат решени не преди, а със самото членство в Европейския съюз. Интегрирането на Западните Балкани не е заради техните политически елити, не е дори заради техните министър-председатели, а заради гражданските общества на тези млади демокрации.

Европейският съюз не трябва да оставя Западните Балкани да стоят в привидно неутралното поле между Изтока и Запада.

Завършвайки, но не на последно място, интеграцията на Западните Балкани е най-надеждната превенция срещу радикализацията на тези млади общества. Именно затова ние, българските либерали, ще подготвим среща през месец септември, за да обсъдим нова интеграционна стратегия на всички страни от региона.

Κώστας Χρυσόγονος (GUE/NGL). – Πολλοί ευρωβουλευτές αναφέρθηκαν στο ζήτημα της ονομασίας της FYROM και στη διαφορά της με την Ελλάδα. Πρέπει να σας πω ότι οι ελληνικές κυβερνήσεις διαχρονικά έχουν επιδείξει ετοιμότητα, συμβιβασμό στο θέμα αυτό – και το έχουν δηλώσει άλλωστε.

Το πρόβλημα προέρχεται από την άλλη πλευρά: προέρχεται απ' αυτό που είπε ακριβώς ο ευρωβουλευτής του Ευρωπαϊκού Λαϊκού Κόμματος, ο κύριος Preda, ότι δεν υπάρχει νοοτροπία συμβιβασμού εκ μέρους του πολιτικού συστήματος των Σκοπίων και, ειδικότερα, εκ μέρους της κυβέρνησης Γκρουέφσκι η οποία, με τον τρόπο αυτό, δηλαδή με τον αποπροσανατολισμό του λαού της σε θέματα παρωχημένα, όπως είναι θέματα εδαφικών διεκδικήσεων τα οποία κατ' ουσίαν υποκρύπτονται κάτω απ το ζήτημα της ονομασίας, θέλει να τραβήξει την προσοχή των πολιτών από τα τρέχοντα προβλήματα στα οποία επιδεικνύει μία εντελώς αυταρχική διάθεση.

Συνεπώς, το ζήτημα βρίσκεται από εκείνη την πλευρά και όχι απ την πλευρά της Ελλάδος.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, δεν ζήτησα μπλε κάρτα. Ήθελα να σας επισημάνω διαδικαστικά το εξής: έχουν δοθεί πάρα πολλές μπλε κάρτες. Εμείς περιμένουμε εδώ για τη διαδικασία 'Catch-the-Eye' – ήμουν από τους πρώτους που ζήτησα να παρέμβω με τη διαδικασία 'Catch-the-Eye' – και θα ήταν λάθος αν συνεχιζόταν αυτή η τακτική.

Θα ήθελα να προτείνω λοιπόν ότι όσοι είναι ομιλητές να μην κάνουν χρήση μπλε κάρτας διότι έτσι λαμβάνουν τον λόγο δύο φορές, και όσοι κάνουν χρήση μπλε κάρτας να μην μπορούν να συμμετάσχουν στη διαδικασία 'Catch-the-Eye'. Με αυτόν τον τρόπο μπορούμε να μιλούμε όλοι.

Αυτό σας υπέδειξα άτυπα. Δεν θέλω να κάνω ερώτηση στο συνάδελφο.

Igor Šoltes (Verts/ALE). – Makedonija se je znašla v zelo težkem položaju in če smo pred še nekaj meseci govorili o Makedoniji, o njeni poti v evropske integracije in izpolnjevanju pogojev za to, smo se sedaj lahko prepričali, da je seveda mir izjemno krhka kategorija.

Kaj oziroma kje se je zataknilo v primeru Makedonije, seveda preden bo to pokazal resnično čas, koliko so to vplivali zunanji faktorji, koliko je tu teorij zarote, koliko seveda se želi vplivati na geostrateški položaj Makedonije z ene ali druge strani..

Dejstvo pa je, da je Makedonija seveda postala sod smodnika, ki lahko eksplodira in lahko resno ogrozi regijo in zato seveda je potrebna aktivna vloga tudi Parlamenta in ravno zato bi se želel posebej zahvaliti gospodu Vajglu, Kukanu in gospodu Howittu za dosedanje delo in v nadaljevanju nelahkega dela predvsem zaželel veliko hrabrosti, modrosti in nepristranosti.

(Govornik se je strinjal, da bo sprejel vprašanje, postavljeno z dvigom modrega kartončka (člen 162(8)).

Urmas Paet (ALDE), *sinise kaardi küsimus***.** – Peaaegu 10 aastat tagasi oli Makedoonia üks kõige rohkem Euroopa Liidu ja NATO suunas liikunud Lääne-Balkani riike, kuid siis sai ta igal aastal eitava vastuse sellele, et alustada näiteks Euroopa Liiduga liitumiskõnelusi. Selge, et motivatsioon selles riigis on nende aastatega tohutult vähenenud, kuna Euroopa Liit ei ole soovinud sisulisi kõnelusi alustada.

Kuidas Teie hindate, kui palju on see, et Makedoonia on saanud aastaid „ei" nii Euroopa Liidult kui NATOlt, tegelikult mõjutanud seda olukorda, kuhu Makedoonia kipub täna jälle jõudma?

Igor Šoltes (Verts/ALE), *odgovor na vprašanje, postavljeno z dvigom modrega kartončka***.** – Mislim, da je to vprašanje zelo na mestu in nekaj odgovorov smo slišali tudi v današnji razpravah.

Res je, dolgo dolgo se vleče ta pot Makedonije v Evropsko unijo, in jasno je, da to ima svoje posledice.

In opozoril bi tudi na to: Makedonija je ena od držav tega področja, kjer je mir krhek, poleg tega bi pa seveda opozoril še na Bosno in Hercegovino, ki je tudi v tem procesu nekaj časa, ne toliko, ampak kljub temu tudi tam opozarjajo na to, da neke aktivnosti se morajo pravočasno začeti, da ne pride tudi do težav, ki smo jim priča v Makedoniji.

(Koniec pytań z sali)

Seán Kelly (PPE). – Mr President, I have not spoken already; I came in here to the debate and I must say I found it extremely frustrating, like my Greek friend. You allowed one blue card, two blue cards; a lot of them were not even questions. You allowed blue cards under 'catch the eye' which I heard previous Presidents saying was not allowed.

I think it has disrupted the debate, and if this is going to continue, nobody would want to come in here. I came in here, like my colleague over there, in good faith. I wanted to listen to the debate; I put up my hand for 'catch the eye' and, under the conditions which you have called out, I qualified and you did not call me. What is going on?

Christos Stylianides, *Member of the Commission***.** – Mr President, our political initiative, both Commission and European Parliament, as all of us have already mentioned, is ongoing. It is important to safeguard a constructive approach from all sides so that this initiative achieves its mission. This is very important for me. Vice-President Federica Mogherini and Commissioner Hahn will continue to be closely involved and will be happy to keep you informed of further developments. I think they have the opportunity to inform you of any further developments on this very critical issue.

This has been a very controversial debate, but at the same time a very rich debate. I think now all of us have expressed our wish to have a very concrete outcome of this ongoing initiative by Commissioner Hahn and the Members of the European Parliament.

Εμμανουήλ Γλέζος (GUE/NGL). – Γιατί δεν μου επιτρέπετε να μιλήσω; Προηγουμένως δώσατε τον λόγο στον άλλο συνάδελφο, γιατί δεν επιτρέπετε και σε μένα να λάβω τον λόγο; Επιτέλους, σεβαστείτε με, είμαι 93 χρονών και είμαι από το πρωί εδώ! Θέλω να μιλήσω, να πω για ποιο λόγο έχετε κάνει παραβίαση και δεν με αφήνετε να εκφραστώ.

Przewodniczący. – Chciałem przypomnieć artykuł 162 naszego Regulaminu, który w punkcie 12 mówi: „Posłowie, którzy nie zabierali głosu w danej debacie mogą, nie częściej niż raz w sesji miesięcznej, złożyć pisemne oświadczenie o długości nieprzekraczającej 200 słów, które zostaje załączone do pełnego sprawozdania z debaty". Bardzo proszę, aby korzystać z tego punktu. Sam z tego korzystam jako poseł i też proponuję, aby inne osoby, którym nie mogłem udzielić głosu, z tego korzystały. Jeszcze raz przepraszam tych wszystkich, którym nie udzieliłem głosu.

Debata została zamknięta.

VORSITZ: ULRIKE LUNACEK

Vizepräsidentin

Νότης Μαριάς (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, θα πρέπει να ξεκαθαρίσουμε λίγο τους κανόνες λειτουργίας. Υπάρχουν μια σειρά συνάδελφοι: εγώ, ο κύριος Jakovčić και άλλοι, που επιθυμούμε πολλές φορές να χρησιμοποιήσουμε τη διαδικασία 'Catch-the--Eye'. Για να γίνει αυτό, θα πρέπει να υπάρξει επαρκής χρόνος μετά το τέλος των ομιλητών.

Επειδή ήσασταν παρούσα και στη συζήτηση, εάν όσοι είναι ομιλητές και είναι γραμμένοι και ξέρουν ότι σίγουρα θα μιλήσουν για ένα θέμα, ασκούν και το δικαίωμα της μπλε κάρτας, στερούν, εκ των πραγμάτων, χρόνο από αυτούς που είναι στο 'Catch--the-Eye'.

Δεύτερον, εσείς εκεί στο Προεδρείο, μπορείτε να δείτε πόσοι βουλευτές έχουν ζητήσει να ομιλήσουν σύμφωνα με τη διαδικασία 'Catch-the-Eye' και, αναλόγως, εάν δεν υπάρχουν, να χρησιμοποιείτε τη μπλε κάρτα. Εάν όμως υπάρχουν πολλοί ομιλητές, τότε θα πρέπει να έχει προτεραιότητα αυτός που έχει ζητήσει να ομιλήσει με τη διαδικασία 'Catch-the-Eye'.

Εγώ λοιπόν σας λέω ότι, για το θέμα των Σκοπίων, είχα ζητήσει πρώτος να μιλήσω στη διαδικασία αυτή [……] και το έλεγξα ..

(Η Πρόεδρος διακόπτει τον ομιλητή)

10 seconds please. Ok, now count 10 seconds.

(The President cut off the speaker)

(συνέχεια της προηγούμενης παρέμβασης του Νότη Μαριά)

… Είχα λοιπόν ζητήσει πρώτος τον λόγο για Catch-the-Eye. Το ήλεγξα με το Προεδρείο και ήμουν πρώτος.

Δεν διαμαρτύρομαι γιατί δεν μου δόθηκε ο λόγος αλλά για τον τρόπο με τον οποίο έγινε η διαδικασία. Θα μπορούσαμε κάλλιστα να έχουμε μιλήσει όλοι στο Catch-the-Eye και να μην γίνεται κατάχρηση της μπλε κάρτας. Να το ξέρω λοιπόν, να κάνω και εγώ στην επόμενη συζήτηση δέκα ερωτήσεις με τη μπλε κάρτα. Σας παρακαλώ πολύ, οργανώστε τη συζήτηση ….

(Η Πρόεδρος διακόπτει τον ομιλητή)

President. – Let me simply explain to you. I was here during the debate, I listened to the debate, and then I was waiting for Mr Czarnecki to finish. It is the prerogative of the President to decide how many catch-the-eyes and how many blue cards he or she gives. In the agenda we had five minutes for catch-the-eye, which usually means one person per group. We also have a practice whereby, when we give catch-the-eye, we look to see who has not yet spoken. Those who have had blue cards are not called in catch-the-eye and those who have not spoken can speak. I am not going to discuss how my colleague was doing that; there is a rule that it is up to the President to decide how many catch-the-eye speeches he or she gives, so this is all I can say. We now have a different debate and I will switch to German.

Written statements (Rule 162)

Светослав Христов Малинов (PPE), *в писмена форма***.** – По време на днешното заседание в Страсбург с колегите от Европейския парламент обсъдихме ситуацията в Република Македония. Протестите и безредиците, които избухнаха там преди няколко дни, са повод и за присъствието в Европейския парламент на македонския премиер Никола Груевски и на лидера на опозицията – Зоран Заев.

Изключително важна и позитивна новина е, че когато има криза в Македония, Европейският съюз се явява посредникът. Освен това, е много важен и фактът, че въпреки различията си и двамата политици категорично определят като приоритет членството на страната в ЕС.

Заключенията от това и от предишни заседания са, че този проблем не е нов и е доста сериозен. За да не продължи задълбочаването на кризата в страната е нужна по-бърза интеграция на Македония. Без начало на преговори за членство в ЕС демокрацията в страната ще бъде в опасност.

Трябва да се обърне внимание и на факта, че най-раздразнена от цялата ситуация е Русия. Тя за пореден път се опитва да се намесва в политиката на държава на Балканите, която споделя ценностите на Обединена Европа, иска да е член на Европейския съюз и се стреми да се развива демократично.

17. Cimeira da Parceria Oriental (21-22 de maio) (debate)

Die Präsidentin. – Als nächster Punkt der Tagesordnung folgt die Aussprache über die Erklärung der Vizepräsidentin der Kommission und Hohen Vertreterin der Union für Außen- und Sicherheitspolitik zum Gipfel der Östlichen Partnerschaft (21.-22. Mai) (2015/2610(RSP)).

Seán Kelly (PPE). – Madam President, can you tell us what your policy is going to be during this debate on the blue cards? Will you take one, will you take two, will you take them under catch-the-eye and how many catch-the-eyes are there going to be? I think it is reasonable to ask that because, as you can see, Members are getting totally frustrated with the way things are being done.

President. – Mr Kelly, I understood your question. As you have seen, I have just arrived. I have not seen the whole list. I am going to look at it and I am going to look at the time to see where we stand right now, and then I will decide whether I will take blue cards or not, whether I take one or two or whether I just take them for the first speakers of the Groups, and I will let you know.

Zanda Kalniņa-Lukaševica, *President-in-Office of the Council, on behalf of the Vice-President of the Commission/High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy***.** – Madam President, honourable Members, allow me to start by thanking the European Parliament for the opportunity to debate the Eastern Partnership just before the Riga Summit, which will gather the Heads of State from the European Union and the Eastern Partnership partner countries from 21 to 22 May in Riga.

Almost six years ago in Prague, we set out our vision of bringing the relationship between the EU and its Eastern European partners to a new level by deepening our bilateral engagement and building a multilateral framework for cooperation and dialogue.

Since then, we have achieved good progress in our partnership. We have a better understanding of the different interests, needs and ambitions of our partner countries within the Eastern Partnership. In Riga, we will take stock of the considerable achievements we have witnessed since Vilnius and chart a positive agenda for the future.

Since the last Eastern Partnership Summit in Vilnius, the signing of Association Agreements and Deep and Comprehensive Free Trade Area (DCFTA) agreements brought to a new level our cooperation with Georgia, Moldova and Ukraine.

The Association Agreements, including DCFTAs, with Georgia and the Republic of Moldova are already provisionally applied and the initial indications are very promising. Trade is already increasing between the EU and the partners concerned.

As regards Ukraine, the recent EU Summit with Ukraine reconfirmed that the provisional application of the Ukrainian DCFTA will start on 1 January 2016. As you are aware, Commissioner Cecilia Malmström, is holding trilateral talks with her Ukrainian and Russian counterparts to ensure that provisional application on 1 January takes place in the best possible environment.

The Riga Summit will be an opportunity to review the early stages of the implementation of Association Agreements and DCFTAs and to demonstrate the EU's strong commitment to deepening our cooperation. The summit will reaffirm the importance of reforms which consolidate the rule of law and a competitive market economy as the best prospect for guaranteeing a European future for our partners.

We will highlight the EU's commitment to supporting efforts devoted to advance cooperation in institution-building, mobility and people-to-people contacts, market opportunities and interconnections.

Therefore, I would like to stress that, on the margins of the Riga Summit, three large-scale side events will take place: the media conference on the role of the media in the Eastern Partnership, the civil society conference and the business forum. These events will emphasise the increasing role of civil society and business contacts as an integral part of the Eastern Partnership policy.

Let me stress that the EU values our relationship with all six of our Eastern partners and we are ready to work for more tailor-made arrangements with them. For partners with Association Agreements, the path ahead is laid out in those agreements. For the other partners, there is work to be done.

We have reached an understanding with Armenia on the scope of our future relationship and we hope that the Council allows negotiations to begin on a new contractual agreement with Armenia. The relevant negotiating mandate is being prepared.

We currently await Azerbaijan's ideas on how it sees its future relations with the European Union. Once we have received these, we will give serious consideration as to the kind of relationship that both sides need and expect.

We are also exploring ways to further deepen our critical engagement with Belarus.

We are convinced that developing bilateral relations in this differentiated way is the best way to ensure that all six partners have a stake in the Eastern Partnership and therefore remain committed to this unique framework.

We have moved forward in the area of mobility. Since April last year, Moldova has enjoyed a visa-free regime with the Schengen area. Nearly half a million people have been able to take advantage of it.

Both Georgia and Ukraine have made good progress in implementing the benchmarks of their Visa Liberalisation Action Plans. Fulfilling the actions required in the recent Commission progress reports would allow these countries to complete their respective implementation of all the Visa Liberalisation Action Plans' second-phase benchmarks. The Commission will continue to monitor and to do its utmost to support them and will report on progress by the end of 2015.

The finalisation of the negotiations with Belarus on the visa facilitation agreement and readmission agreement and the launch of the Mobility Partnership in June is foreseen.

Let me stress that the Eastern Partnership Riga Summit is taking place in a new geopolitical environment where borders have been changed by force and where partners (and indeed Member States) have been subjected to considerable pressure. Let me stress once again that we do not share the zero-sum thinking based on rival spheres of influence or the use of coercion.

Let me be absolutely clear: neither the Eastern Partnership nor the bilateral relations between the EU and any of its partners have ever, nor will they ever, be directed against anyone. But let me be equally clear, the EU will continue to stand up for our partners as they make free, sovereign choices about their foreign and trade policies.

In addition to being a major opportunity to reconfirm our commitment to the Eastern Partnership, the summit in Riga will also be a valuable occasion to get our partners' views on the future of the European Neighbourhood Policy. We want to make sure that in redesigning our policy for the future we have listened to our partners and taken their views fully into account.

Let me re-state that we offer our Eastern European partners a genuine partnership. We do not impose choices on our partners. Differentiation in our bilateral relations will need to be further enhanced, taking account of each partner`s ambitions and needs. The full engagement of partners' governments is crucial in bringing about the necessary reforms.

Nevertheless, no government is able to succeed in such an endeavour without the broad support of the people. Successful transformation is only possible if it emerges as a result of joint efforts of society as a whole.

The nurturing of constituencies for reform able to influence national decision-making is imperative. Local authorities, parliamentarians

(including this House), the business community and civil society have a very important role to play in the Eastern Partnership.

We therefore count on this House to help us stand with our partners in delivering the chance their citizens desire.

President. – I now have an answer for Mr Kelly and also for all the others who wanted to know. I will allow at the end one catch—the—eye per political group, and I will take blue cards according to how the debate is going. I will also retain the privilege not to allow blue cards, and I will not take a blue card from anybody who is on the list of speakers for this item.

Jacek Saryusz-Wolski, *on behalf of the PPE Group***.** – Madam President, my first two sentences do not count in my speaking time because they are informal. I think it is deplorable that the Commission chair is empty at such an important debate. If this is a signal of the importance which the Commission attaches to the Eastern Partnership programme, then I am sorry for Riga. Now, please start my time.

The Eastern Partnership is a well-designed policy of strategic importance and it is very much needed by the EU because it impacts on economics, prosperity and security and because the primary mission of the Union is peace. And it is very much needed by our neighbours because they want to transform themselves in line with the European model. The Eastern Partnership is a work in progress and it will continue, with necessary modifications and reinforcements. There was an attempt by Russia to derail the Eastern Partnership by pressing for Ukraine to refuse to sign it in Vilnius. Euromaidan gave a clear answer and stood up to the Russian pressure, and the people of Ukraine said: we want European values. Then Russia waged a war against their choice, but Russia will fail in trying to stop the Eastern Partnership and the free choices of free peoples.

An old rule says 'When a bear charges, do not retreat'. In Riga, the EU will stick to its plan and will stay on course. When somebody tries to stop you, you have two choices: either to backtrack or to progress further with redoubled energy. The second is our choice because, firstly, it is the strong will of our partners and, secondly, it is in the fundamental interest of the EU and it reflects our values. Thirdly, if we do not defend freedom and democracy in our neighbourhood, then our own freedom, democracy and prosperity will be in danger.

Knut Fleckenstein, *im Namen der S&D-Fraktion***.** – Frau Präsidentin, liebe Kolleginnen und Kollegen! Die Östliche Partnerschaft hat ja ein klares Ziel. Sie bietet den Nachbarn der EU einen Rahmen für politische und wirtschaftliche Zusammenarbeit an, sie ermöglicht intensive Handelsbeziehungen und größeren gesellschaftlichen Austausch. Die Östliche Partnerschaft ist ein Angebot der möglichst engen Zusammenarbeit eben auch an Nachbarn, die nicht Mitglieder der EU sein oder werden wollen. Also steht auch weiterhin einer guten Zusammenarbeit mit Armenien und Aserbaidschan unter diesem Aspekt nichts im Wege, nur weil sie das Angebot eines Assoziierungsabkommens und erweiterten Freihandelsabkommens abgelehnt haben. Wohl aber müssen sich auch dort Außenhandel und Außenbeziehungen an unseren Werten orientieren können.

Es ist nützlich, dass die Kommission eine Überprüfung der Nachbarschaftspolitik angestoßen hat. Und angesichts der gewaltigen sicherheitspolitischen Herausforderungen in der Nachbarschaft, die z. T. auch Herr Saryusz-Wolski angesprochen hat – aktuell jetzt in der Ukraine –, ist trotzdem wohl nicht der richtige Moment, die bisherige Politik komplett zu verändern. Aber der Gipfel in Riga muss ein deutliches Zeichen setzen, dass die EU ihre Zusammenarbeit mit den östlichen Partnern nicht nur besser, sondern auch effizienter gestalten möchte. Mehr Solidarität, ja, aber auch mehr Effizienz und Effektivität im Konkreten mit den einzelnen Partnern. Es ist an der Zeit, sich auf die Stärken der Östlichen Partnerschaft zu besinnen, auf die konkreten Angebote der Zusammenarbeit und Unterstützung für die Stärkung der staatlichen Institutionen, für demokratische Reformen, für verbesserte regionale Zusammenarbeit.

Und ein letzter Punkt: Der georgische Präsident hat neulich im Auswärtigen Ausschuss gesagt, für die Östliche Nachbarschaft ist die gute Zusammenarbeit der Länder nach Westen und Osten wichtig. Und auch das sollten wir zumindest mittelfristig in unseren Gedanken mit berücksichtigen.

Mark Demesmaeker, *namens de ECR-Fractie***.** – De ontwerptekst voor de top van Riga over de toekomst van het oostelijk nabuurschap, zoals die is aangenomen door de lidstaten, ontgoochelt. Want van alle eerdere grote verklaringen over Europese solidariteit en de verdediging van onze principes, vind ik slechts een flauw afkooksel terug. Geen echte ambitie, geen duidelijke strategie, terwijl die net zo broodnodig zijn. De druk die Rusland de voorbije jaren heeft uitgeoefend op de drie geassocieerde partnerlanden Georgië, Moldavië en Oekraïne is enorm. Dit plaatst ons voor nieuwe geopolitieke uitdagingen.

Ik lees geen veroordeling van de opbouw van Russische troepen aan onze Europese oostgrenzen of van hun aanwezigheid in Oekraïne. Integendeel. Rusland wordt uitgenodigd om de voorwaarden van het vrijhandelsakkoord met Oekraïne te bepalen.

Vorige week was ik samen met enkele van mijn collega's hier in Kiev en in het oosten van Oekraïne. We zagen de desastreuse gevolgen van de door Rusland gesteunde agressie. Heel direct voor de vele families die onder vuur lagen: dit hier is een schrapnel, een granaatscherf van een Russisch Grad-projectiel dat de woning van een familie in Marioepol verwoestte. Gevolgen ook voor het hele land.

Ik wil hier waarschuwen. Het conflict zuigt het bloed uit het land, niet alleen financieel, maar ook psychologisch. De bevolking raakt vermoeid en ontgoocheld. Hervormingen vragen offers van de mensen. Zij moeten van Europa toch het gevoel krijgen dat hun inspanningen beloond zullen worden. Er dreigt een sfeer van defaitisme. Wij mogen deze mensen niet verliezen. Ze verwachten vanuit Riga een duidelijk en positief signaal. Duidelijker en positiever dan nu het geval is in de ontwerptekst. Daarom vraag ik dat de Unie consequent is en durf toont. Geef een Europees perspectief! Bied Oekraïne en Georgië een duidelijke termijn voor visaliberalisatie!

Petras Auštrevičius, *on behalf of the ALDE Group***.** – Madam President, the Eastern Partnership launched five years ago is an example of the European Union in real action. Despite all the difficulties – and even open attacks – the Eastern Partnership is something we should be proud of today. The ALDE Group fully supports the Eastern Partnership policy, as it represents a highly effective stimulus for furthering democratic change and the process of reform in the partner countries in Eastern Europe. As a result, we have today three associated partners of the EU on the map of Europe: Georgia, Moldova and Ukraine.

We all know the price they are paying for their European choice: the one of unprecedented military, political and economic pressures and propaganda. We initiated an open letter to the EU heads of state and their governments concerning the declaration of the Riga Summit. This letter has been signed by 98 Members of this House. We believe that the Riga Summit should act in an ambitious way and in the spirit of solidarity with our associated partners.

Firstly, we call on the EU leaders in Riga to recognise the future membership perspective of Georgia, Moldova and Ukraine. Clarity on this, along with the criteria and requirements, will be the right step and is needed today, not tomorrow. Secondly, we urge in Riga to commit to extending the visa-free regime to the citizens of Georgia and Ukraine by setting definite deadlines, hopefully by the end of this year, for the completion of their visa liberalisation plans. It is EU policy vis-à-vis Russia which has failed, to everybody's regret, and it is the Eastern Partnership which proved to bring positive results.

Helmut Scholz, *im Namen der GUE/NGL-Fraktion***.** – Frau Präsidentin, Frau Ministerin!

Der morgen in Riga beginnende Gipfel zur Östlichen Partnerschaft wird ein Gipfel der Widersprüche sein. Das zeigen bereits die Ankündigungen zum Gipfel, in denen man zwar von differenzierten Beziehungen spricht, aber zugleich die Fortsetzung der bisherigen EU-Politik, ungeachtet der Erwartungen der Partner, ankündigt. Offensichtlich haben Sie Recht, Herr Saryusz-Wolski, wenn Sie auf das Ausbleiben der Kommission hier im Plenarsaal verweisen.

Widersprüche kennzeichnen auch die inhaltlichen Schwerpunkte des Gipfels: Verstärkung der Rechtsstaatlichkeit – ja. Aber wir haben zu fragen, was die EU konkret unternimmt, damit in Moldau nicht korrupte Oligarchen mal so einen Ministerpräsidenten aus dem Amt kippen, die Ukraine nicht entgegen unseren Grundwerten nach Gutdünken Parteien verbieten kann. Gut drei Viertel der Bevölkerung der Ukraine bescheinigen nach einer gerade publizierten Umfrage des Gorschenin-Instituts der Regierung in Kiew, dass es keine realen, tiefgreifenden und seit den Majdan-Protesten lang erwarteten Reformen gibt. Das sind Realitäten, an denen sich der Gipfel zu messen hat.

Eine weitere Realität für Riga ist, dass es Menschenrechte und Demokratie nur schwer geben kann, wenn man die sozialen Rechte, die Fragen der sozialen Gerechtigkeit von Anbeginn außen vor lässt: Arbeitslosenraten von knapp 20 % in Armenien und Georgien – bei den Jugendlichen liegen diese noch sehr viel höher – und eine sich fast halbierende Frauenerwerbsquote wie in Moldau signalisieren tiefgreifende sozialökonomische Transformationsprozesse, die mehr erfordern als die „Entwicklung von Marktchancen".

Diesen Fragen müssen wir uns stellen – wir, der Rat und die Kommission –, denn die Östliche Partnerschaft ist mehr als Geopolitik, sie ist vor allem gemeinsam gestaltete Politik und Entwicklung.

Tamás Meszerics, *on behalf of the Verts/ALE Group***.** – Madam President, if there is one policy amongst our common external policies that is in desperate need of a review, it is our neighbourhood policy and more specifically, the Eastern Partnership. Compared to its original aims and admissions, it is far from an unqualified success. Therefore our Group has welcomed the review process initiated by Commissioner Hahn and the work on its broad conclusions as well – so far.

Differentiation, which is the core word of this review, is reasonable and probably unavoidable in the Eastern Partnership. Nevertheless, we should not forget that three of the partnership countries signed an Association Agreement with us and under the DCFTAs, they are aligning their economies with that of the European Union. They should be offered primarily a credible European perspective, and we should help them in the short and the medium term to offset the social costs which are associated with that economic alignment.

The more-for-more principle of neighbourhood policies in general makes sense only if it also implies a less-for-less policy. We believe it would be right and proper to increase the more-for-more financial allocations which are currently at 20 % and direct them towards the associated countries.

In order to be credible, the European neighbourhood policy requires proper financial support. The EUR 2 billion allocated yearly both to southern and eastern neighbours allows neither a credible commitment nor an ambitious policy. We think we should certainly revisit that number in the forthcoming mid-term review.

So in short, we need a credible commitment to our partners, both in the south and in the east.

Fabio Massimo Castaldo, *a nome del gruppo EFDD***.** – Signora Presidente, onorevoli colleghi, ci avviciniamo a questo grandissimo appuntamento della conferenza che avremo molto presto sulla politica di vicinato orientale. Devo concordare con chi ha detto che è ben triste trovare il seggio della Commissione vuoto: si vede che non è una priorità, anche se sembra assurdo pensarlo.

Come ci stiamo avvicinando, però, a questo vertice? Da parte nostra ribadisco che è giusto, per ogni paese che rispetti i criteri di Copenaghen, coltivare delle ambizioni e delle prospettive europee. Purtroppo, però, è evidente che in molti dei nostri paesi partner la corruzione, l'architettura statuale, l'indipendenza del sistema giudiziario sono degli enormi problemi, degli scogli da affrontare.

Da parte nostra, penso che bisogni assolutamente rivolgere in questo senso i finanziamenti e gli aiuti della cooperazione che noi stanziamo annualmente nei confronti dei paesi partner e non, appunto, per seguire delle folli corse alla polarizzazione e agli armamenti che non sono sicuramente la priorità delle popolazioni coinvolte.

Speriamo che, appunto, questo vertice possa essere un'occasione per ribadirlo.

Janusz Korwin-Mikke (NI). – Madam President, when you are going to open a discussion with somebody, you should know the truth. In some cases you may be shocked by your opponent. So everybody knows that Boris Nemtsov has been killed in Russia, but nobody knows that it is much safer to be an opposition politician or an independent journalist in Moscow than in Kiev.

In Ukraine over the last few weeks, Oles Buzina, Oleh Kalashnikov, Oleksandr Puklushenko, Olga Moroz, Serhiy Sukhobok, Stanislav Melnik, and plenty of Hungarians, Moldovans, Jews, Gagauz and Russians, have been killed by the Ukrainian nationalists. I understand that the fascists, who are growing in influence in the European Union, look on in sympathy at the nationalists in Ukraine, but it is the truth that will make us free.

Cristian Dan Preda (PPE). – Madame la Présidente, le partenariat oriental est marqué par quelque chose de bizarre parce qu'avant le sommet de Vilnius, en novembre 2013, on parlait déjà de l'échec de ce sommet. Nous risquons d'avoir la même attitude maintenant, quelques heures avant l'ouverture, car certains évoquent un échec. Mais, au fond – et on le sait maintenant –, le sommet de Vilnius n'a pas été un échec, si on tient compte, comme certains collègues l'ont déjà dit, du bilan qu'on peut dresser depuis 2013. On a rappelé la signature des accords d'association, les progrès accomplis dans la facilitation des visas et toute une série d'avancées.

Certes, nous sommes tous conscients que les sociétés auxquelles s'applique cette politique du partenariat oriental attendent non seulement un bilan du passé récent mais aussi une promesse, un message, un engagement pour l'avenir. Je pense que c'est notre point fort. Selon moi, nous devons parler de l'avenir. Nous devons définir un idéal politique et un engagement politique de l'Europe envers ces pays du partenariat oriental. Autrement, avec notre pessimisme et notre autostigmatisation, nous ne résisterons pas à la propagande russe qui n'a qu'un seul message et qu'une seule définition du partenariat oriental, à savoir une entreprise contre Moscou. C'est ce qui est dit.

Je trouve que, face à cela, il nous faut du courage. Il faut le courage de l'engagement et il faut être très clair sur l'avenir européen des pays du partenariat oriental. Il serait en effet dommage, aujourd'hui, que nous soyons, dans nos propositions, plus modestes qu'il y a deux ou quatre ans à Varsovie. Voilà ma proposition.

Tonino Picula (S&D). – Gospođo predsjednice, važnost predstojećeg summita Istočnog partnerstva u Rigi ne smije se podcijeniti zbog promijenjenih geopolitičkih okolnosti nakon ruske aneksije Krima i agresije u istočnoj Ukrajini. Nacrt deklaracije poslan zemljama istočnog partnerstva ne ohrabruje. Sadrži znatno slabiji tekst nego deklaracija iz Vilniusa 2013. godine, iako su Ukrajina, Moldavija i Gruzija u međuvremenu potpisale Sporazum o pridruživanju. Ako već ne želimo davati lažne nade, s čim se slažem, zar je zamagljena perspektiva i dvojbe oko vizne liberalizacije sve što nam je preostalo?

Naši partneri ne smiju ostati usamljeni pod pritiskom, a mi samo promatrači. Ovaj summit može i treba biti jedinstvena prilika Uniji da pokaže svoju neupitnu predanost Istočnom partnerstvu. On treba dati promišljeni odgovor na pitanje u kojoj mjeri Rusija i EU na istim prostorima danas mogu biti partneri, a u kojoj ostaju suparnici. Morali bi poslati nedvosmislenu poruku da će EU nastaviti aktivno i ujedinjeno podržavati svoje istočne partnere u njihovim reformama i vanjskopolitičkim opredjeljenjima.

Karol Karski (ECR). – Pani Przewodnicząca! Chcę po pierwsze powiedzieć, że mamy do czynienia z sytuacją absolutnie żenującą, iż w punkcie dotyczącym oświadczenia wysokiej przedstawiciel w sprawie szczytu Partnerstwa Wschodniego nie ma przedstawiciela Komisji. I jednocześnie mamy świadomość, że ten szczyt jest niezwykle ważny, może nawet najważniejszy w historii Partnerstwa Wschodniego, bo z jednej strony mamy do czynienia z państwami Partnerstwa, które zawarły umowy stowarzyszeniowe z Unią i teraz znalazły się w ciężkiej sytuacji, a z drugiej strony mamy do czynienia z samą Unią, która próbuje pogodzić różne przeciwstawne interesy.

Tekst, który zostanie przyjęty na szczycie, powinien być twardy i zdecydowany. Powinniśmy potwierdzić w nim europejską perspektywę Ukrainy, Gruzji i Mołdawii, powinniśmy również zadeklarować utworzenie ruchu bezwizowego dla Ukraińców i Gruzinów już w roku 2016. W tekście tym powinniśmy także stanowczo nazwać po imieniu działania Rosji: rosyjską agresję na Ukrainę, aneksję Krymu. Jeśli się cofniemy, jeśli ten tekst będzie słabszy, zostanie on odebrany przez Rosję jako przyzwolenie do działania. Nie możemy do tego dopuścić.

Urmas Paet (ALDE). – Loomulikult, idapartnerluse poliitika on väga oluline poliitika, kuid kahjuks pean ma olema homme algava tippkohtumise osas kriitiline.

Võiks ju eeldada, et see tippkohtumine astub edasi konkreetse sammu idapartnerite, ennekõike Ukraina, Moldova ja Gruusia toetamisel, kuid paraku näitavad kõik märgid, et tulemas on kõnepidu, kus olulisi otsuseid ei tule. Ja see on väga kurb, et Euroopa Liit ei tee otsust Ukraina kodanike viisavabaduse kohta, kuigi sellist tugevat positiivset sõnumit vajab Ukraina ühiskond praeguses olukorras hädasti.

Samuti on piinlik, et Euroopa Liit ei suuda üheselt ja selgelt kinnitada, et Ukrainal on selge Euroopa perspektiiv. Seda, et Ukraina toetamise osas mõnes Euroopa Liidu liikmesriigis entusiasm raugeb, näitab seegi, et aasta jooksul ei ole veel kaheksa liikmesriiki suutnud ratifitseerida Ukrainaga sõlmitud assotsieerimis- ja vabakaubanduslepingut. Ma väga loodan, et siiski lähematel nädalatel, pärast tippkohtumist, suudab Euroopa Liit ennast nende otsuste osas kokku võtta ja otsused ära teha.

Miloslav Ransdorf (GUE/NGL). – Paní předsedající, Východní partnerství byla dobrá, ba vynikající myšlenka, ale Komise ji pomohla zničit tím, že se podřídila zcela americké politice nepřátelství vůči Rusku. Došlo k destrukci Ukrajiny. Tam je v současné době inflace 60 %, panuje technický *default* národní banky. Je třeba říci, že od Majdanu vlastně zkrachovalo 46 bank na Ukrajině. Průměrný měsíční příjem je v současné době 40 EUR.

Přitom v současné době se Američané stahují, jak ukazuje schůzka v Soči mezi Kerrym, Lavrovem a Putinem a návštěva Victorie Nulandové v Moskvě. Myslím si, že je nevyšší čas, abychom přestali hrát hlupáky a udělali totéž, abychom se stáhli.

Bronis Ropė (Verts/ALE). – Šiandieną Rusija leidžia suprasti: tai, kas vyksta Ukrainoje, gali pasikartoti ir kitose Rytų kaimynystės šalyse. Esant tokiai ekonominiams ir saugumo užtikrinimo grėsmei Europos Sąjunga turi būti dar labiau vieninga ir stipri parodydama paramą Rytų partnerystės šalims. Šiandien turime kalbėti apie realią paramą, kuri būtų apčiuopiama ir galėtų duoti abipusės naudos. Turime užtikrinti, kad Rytų partnerystės šalys būtų geriau informuotos apie Parlamento, Komisijos bei Tarybos darbą ir būsimus teisės aktus. Tam būtina finansuoti Rytų partnerystės šalių žurnalistų darbą čia, Strasbūre ir Briuselyje. Turime skatinti regioninį bendradarbiavimą, intensyviau remti projektus, susijusius su dalinimusi patirtimi, įgūdžių ir žinių plėtra. Šiandien daug šnekame apie būtinas reformas Rytų partnerystės šalyse, tačiau jos turi tapti ne tik priemone tapti Europos Sąjungos narėmis, bet ir pačių Gruzijos, Ukrainos, Moldovos žmonių siekiu, kuris padės jiems paties užsitikrinti gerovę. Todėl kviečiu visus investuoti į Rytų partnerystės šalių žmones perduodant Europos pamatinių idėjų stiprybę.

Bill Etheridge (EFDD). – Madam President, I look on with interest at this. I see the summit is tomorrow, and you spoke about the achievements which have already been achieved, including the dealings with Ukraine. It is a peculiar definition of achievement if you look at the sorry state of affairs in that country at the moment, and my thoughts – and I am sure all of our thoughts – go to the people who are suffering there.

The constant drive by this place to expand its influence and authority, to take in more countries, does not seem to know any bounds or limits – even when you know that you are heading out into the sphere of influence of where Russia is, you know the situation there, and you know that it is putting peace at further risk. This seems a reckless method. It is almost like the enemy on Star Trek called The Borg, who just cannot help but assimilate. They take individuality and make everyone the same; everyone is under their sphere of control and it is their sole purpose for existence.

The more I am in this place, the more I feel that this is a very serious version of that. You cannot help but seek to expand constantly, grow, influence, and it needs to stop. You need to stop. Take a breath, and just think about what is going on. So, once again, I despair when I hear these things, and I truly hope that nothing bad will come of this summit.

Zoltán Balczó (NI). – Elnök Asszony, a keleti partnerség megfelelő keret lehetne arra, hogy az EU hat volt szovjet köztársasággal jó politikai és gazdasági kapcsolatot alakítson ki. Az együttműködés szintjét azonban erőltetve nem lehet emelni. Ha egy országnak az EU iránt elkötelezett kormánya van, az nem jelenti azt, hogy társulási megállapodásra is alkalmas. Ukrajna esete is ezt bizonyítja. Az USA támogatásával hatalomra kerülő politikai erők első intézkedéseik között a kisebbségek nyelvhasználatát akarták korlátozni. A burjánzó korrupció, az oligarchák uralma, a szélsőséges fegyveres csoportok állami legalizálása mind ellentétes azzal, amit európai értéknek tekintünk. És azt is el kell fogadnunk, hogy vannak olyan országok, amelyek az EU-hoz közeledve nem kívánják Oroszországhoz fűződő kapcsolatukat feladni. Ne kényszerítsük őket választásra!

Andrej Plenković (PPE). – Gospođo potpredsjednice Lunacek, večerašnja rasprava o 4. sastanku na vrhu Istočnog partnerstva koji će se ovog tjedna održati u Rigi u političkom smislu izuzetno je važna za vjerodostojnost vanjske politike EU. Poruke koje smo dali 6 zemalja, prije svega ovih 5 koje su bile angažiranije, tu ne mislim na Bjelorusiju koja ima specifičan status već neko vrijeme, su sada u bitno različitom položaju nego što su bile za vrijeme samita u Vilniusu.

Ono što je važno u Rigi, važno je da konstatiramo napredak na europskom putu određenih zemalja, pogotovo one tri zemlje čije su vlasti odlučne u nastavku europskog puta: to su Ukrajina, Moldova i Gruzija i na nama je da njihove aspiracije i želje pratimo s instrumentima i politikama koje su na raspolaganju. U tom pogledu snažna provedba Sporazuma o pridruživanju, financijska pomoć, građenje institucija, pomoć u reformama, osobito jačanje vladavine prava i borba protiv korupcije moraju biti prioriteti i naših politika i naših financijskih instrumenata.

Signali narodima ovih zemalja, posebice u smislu olakšavanja viznog režima i njegove liberalizacije bitni su za percepciju Unije u javnostima tih država članica. Nakon naših poruka proteklih godina važno je da nema razočaranja a važno je da i svi oni drugi, a to su susjede ovih zemalja, znaju da ove zemlje imaju pravo samostalno i suvereno odlučivati o svojoj budućnosti, a mi im u toj europskoj budućnosti trebamo pružiti ruku.

Victor Boștinaru (S&D). – Madam President, since the last summit on the Eastern Partnership in Vilnius many things have changed with our Eastern partners and in particular those that signed Association Agreements with the EU and which are confronted with dramatically increasing external pressure. In Ukraine, in fact, this external pressure is a war, with no insignia and Russian troops spending their 'holidays' in eastern Ukraine in armoured vehicles. The EU is seen as, and should concretely represent for the Eastern Partnership countries, a reliable partner which stands by them, helps them in their effort for reforms but also acknowledges their progress when this has been made.

Low ambition in Riga will mean a dramatic impact – a negative one – on Europe and on our eastern side. I call on both sides, the Commission and the Member States, to make sure that the Riga Summit sends the positive message our Eastern partners need. The EU cannot and must not suffocate the expectations and aspirations of our partners and their people, but must rather encourage and compensate their efforts, show them that the European integration path is even more open than before and offer them messages and opportunities that can also counter the heavy pressure from Russian propaganda.

From this point, I see a clear and important step that should be taken, namely the free visa regime for Georgia and Ukraine. Let us not give something else, but something we can do and which should be done according to the efforts those countries have made. It is the first and the most important sign that their future lies with Europe and we should continuously fight for this.

Finally, I unconditionally back, and I proudly join, the letter initiated by our colleague, Mr Auštrevičius.

Kosma Złotowski (ECR). – Pani Przewodnicząca! Rozpoczynający się jutro szczyt Partnerstwa Wschodniego to kolejna okazja, aby Unia Europejska przestała symulować aktywną politykę wobec swoich wschodnich sąsiadów i zaczęła prowadzić ją naprawdę. Jeśli to, co dzieje się obecnie na Ukrainie, jeśli rosyjskie zbrojenia i groźby nie są wystarczającą motywacją, aby nakreślić konkretny plan wsparcia naszych partnerów na Wschodzie Europy, to chyba już nic nie będzie w stanie nas do tego zmusić.

Ukraina to obecnie temat pierwszorzędny: pogłębiający się chaos, groźba bankructwa i kolejna rosyjska ofensywa niszczą ten kraj i niszczą architekturę bezpieczeństwa w naszym najbliższym sąsiedztwie. Czy naprawdę stać nas tylko na kolejne ogólniki? Realne warunki i perspektywa członkostwa w Unii, wsparcie gospodarcze i skuteczna pomoc w modernizacji instytucji publicznych oraz stworzenie przyjaznego programu wizowego – te kwestie muszą znaleźć się w konkluzjach szczytu. Czekają na to nie tylko mieszkańcy Ukrainy, ale także Mołdawii i Gruzji. Siłą Rosji, Szanowni Państwo, jest nasza bezsilność i niezdecydowanie. Szczyt w Rydze może pokazać, że stać nas na stanowczość i powinniśmy to wykorzystać, ale pani komisarz tutaj nie ma.

Ivo Vajgl (ALDE). – Mislim, da mi boste vzeli na koncu besedo, zato ker je težko povedati kompliciranо stvar zelo hitro in kratko.

Oboje, Vzhodno partnerstvo in Unija za Mediteran sta bili neki inovaciji v evropski politiki, ki se nista obnesli, dolgo se nista obnesli in zaradi tega smo prišli danes do tega, da se pogovarjamo o tem, da je potrebna temeljita revizija.

Obe organizaciji sta postali ujetnici odprtih bilateralnih vprašanj in geostrateških interesov. Mislim pa, da moramo za obe iskati pravzaprav smisel ne v širjenju političnega vpliva, ampak v širjenju prostora svobod, prostora vrednot, ki so nam skupne in za katere želimo, da bi bile tudi v tem delu sveta.

Še vedno sem prepričan, da če bi tako pojmovali vlogo partnerstev, potem tudi vojna v Ukrajini ne bi bila neizogibna.

Javier Couso Permuy (GUE/NGL). – Señora Presidenta, la Asociación Oriental, tal y como se está planteando en Riga, no nos gusta. Sus tratados de asociación, sus áreas de libre comercio son en realidad armas de control político en una relación económica profundamente desigual. Los países del sur sabemos muy bien lo que significa esto: más deuda, más desindustrialización y el camino a la subalternidad.

En este marco, en vez de calmar e integrar, hemos apoyado un desplazamiento ilegal del poder, la desestabilización y la guerra. Y seguimos agitando el tablero, con una OTAN que crea herramientas y capacidades en una dirección agresiva. Para más inri, inventamos una palabra fetiche, «la guerra híbrida», que sirve tanto para calificar o descalificar las relaciones de Grecia con Rusia como para atacar a los medios de comunicación. Todo ello para mayor gloria de los deseos de Estados Unidos, el socio número uno, y en la dirección contraria a una Europa integrada justamente y verdaderamente independiente.

Tatjana Ždanoka (Verts/ALE). – Mrs Kalniņa-Lukaševica, I do not share your optimism, as the Eastern Partnership in its actual form is a trigger for conflict. The only way for the EU to stop this trend is to prevent any further deterioration of the increasingly fractured relationship with Russia and to stop the pressure on the people of the countries of the Eastern Partnership.

The fatal mistake made by the EU is in its interpretation of the partnership, which was assumed to be a character of genuine imperial expansion of the European Union in the East. The civil war in Ukraine is a poisonous fruit of this fatal distortion.

Today, 40 years after the Helsinki Final Act was adopted, there is an urgent need to convene a new conference on common security in Europe and just this appeal might be made at the Riga Summit. If the participants will not do it, then civil society will. The role of the EU must be to unite, not divide.

Jean-Luc Schaffhauser (NI). – Madame la Présidente, Madame la représentante de M[me] Mogherini, à la veille du sommet de Riga, il convient de faire un bilan de la politique du partenariat oriental: aucune des promesses de l'après-guerre froide n'a été tenue.

Nous aurions pu créer une zone de prospérité, premier pas d'une Europe indépendante, unissant l'Est et l'Ouest. Au lieu de cela, à chaque fois qu'un pays représentait un pont entre l'Est et l'Ouest, la politique de l'Union a dressé les uns contre les autres des peuples, sommés de choisir leur appartenance à l'Ouest et à l'OTAN, qu'il s'agisse de la Serbie, de la Géorgie ou de l'Ukraine, pour citer les pays en conflit. Nous avons certainement dépassé les 10 000 victimes en Ukraine. Pour quel bilan?

D'autres confrontations auront lieu tant que nous soutiendrons une politique belliciste et d'extension de l'OTAN contre l'intérêt de l'Europe et des Européens. Nous sommes à un moment favorable grâce à M. Kerry et à une politique réaliste voulue également par la haute représentante. Alors, sortons du manichéisme, n'ayons pas deux poids, deux mesures pour une grande Europe unie. C'est cela, être Européen aujourd'hui.

Tunne Kelam (PPE). – Madam President, the Riga Summit should not become a summit of little political commitment, as some forecast. It is said that some Member States are reluctant to commit themselves to any new agreements or promises. Some others see it as a last chance to save the partnership, but what we need is the opposite. The EU must demonstrate its unwavering political commitment toward our eastern neighbours on the very difficult road towards democracy.

I very much like the declaration by the Latvian Presidency that we need genuine partnership, and I hope that the Latvian Presidency could implement it in Riga's decisions also. I am one of the signatories of MEPs' letters to the Riga Summit, so let me repeat the appeal: for next year, a visa-free regime for two countries, Ukraine and Georgia, and a clear European perspective for the three countries which are clearly willing to have this perspective.

Our duty is also to guarantee that these countries could freely choose their paths, and the EU approach should be better tailored to each participant. But our message today should be that we cannot let these countries down by loosening our commitment.

These nations are welcome to the European family – and better sooner than later.

Andrejs Mamikins (S&D). – Godātie kolēģi! Vissvarīgākais Rīgas Austrumu partnerības samita uzdevums ir atbildēt uz jautājumu — vai būs Austrumu partnerības programmas reforma pēc formas un, galvenais, pēc satura, vai nu šo projektu gaida fragmentācija un pakāpeniska nāve. Diemžēl slimības pazīmes jau ir acīmredzamas. Pirmā no tām — it kā šajā samitā netiks pieņemts praktiski neviens svarīgs lēmums, ko no mums gaida mūsu partneri. Piemēram, nav skaidrs, kāpēc nav ieviests bezvīzu režīms ar Gruziju, kura jau ir izpildījusi visus nosacījumus. Es zinu, ka Komisija plāno tuvākajā laikā pieņemt pozitīvu lēmumu, bet man nav skaidrs, kāpēc tas netika izdarīts.

Tas ir attieksmes jautājums. Mēs pat nepamanām, ka rīkojamies augstprātīgi. Problēma ir tā, ka Eiropas Savienība šajās attiecībās mēģina spēlēt lielā brāļa lomu, bet tā ir liela kļūda. Mūsu partneriem pret to ir alerģija no iepriekšējiem laikiem. Viņi grib piedalīties programmā kā līdztiesīgi partneri. Ja šī līdztiesība nebūs panākta, mēs nevaram gaidīt pozitīvus rezultātus. Mums noteikti jāsāk ar Austrumu partnerības programmas reformu. Paldies!

Marek Jurek (ECR). – Pani Przewodnicząca! Zawsze pamiętajmy, że umacnianie niepodległości państw, które powstały na Wschodzie po rozpadzie Związku Sowieckiego, określa sam sens naszej współpracy. Bill Etheridge mówił – zanim wyszedł z tej sali – o tym, że realizm nakazuje respektować rosyjską strefę wpływów. No, jeżeli my będziemy mówili takim językiem, to przekreślimy nie tylko polityczny, ale w ogóle moralny sens Europy.

Ale pamiętajmy jeszcze o jednym: my bardzo często na tej sali słyszymy: nasze wartości, nasze wartości. Może czas, żebyśmy pomyśleli o tym, że te narody, z którymi rozmawiamy na Wschodzie Europy – Ukraińcy, Gruzini – chcą nam przynieść również swoje wartości, z których możemy wiele skorzystać. Europa powinna każdego dnia dziękować, że życie chrześcijańskie przetrwało lata prześladowań sowieckich, ale czy o tym piszemy w naszych rezolucjach, czy tak przyjmowaliśmy „Marsz Rodziny" w Tbilisi? Pamiętajmy o tym.

Jaromír Štětina (PPE). – Paní předsedající, rižský chystaný summit Rady Evropské unie bude příležitostí diferencovat vztahy Evropské unie s každou jednotlivou zemí šestice Východního partnerství. Druhou stranou mince bude naopak hledání jednotné společné pozice Evropské unie k zemím Východního partnerství.

Co je společným jmenovatelem pro šest zemí? Tři země Východního partnerství jsou ve válečném stavu, Arménie válčí s Ázerbájdžánem, Ukrajina je v hybridní válce s Ruskou federací. Tři země mají část svého území okupovánu, Gruzie Abcházii a Jižní Osetii, Moldavsko levý břeh Dněstru, Ukrajina Krym a část Donbasu. Šestou zemí je Bělorusko, země, která se netají obavami z vnějších bezpečnostních rizik. Společným jmenovatelem pro politiku Evropské unie k zemím Východního partnerství je ve všech případech imperiální a násilná politika Ruské federace.

Rád bych požádal pana komisaře Hahna, aby našel odvahu nazývat věci pravými jmény. Rusko rozpoutalo hybridní válku proti Evropě. Rusko vede hybridní válku proti zemím Východního partnerství, jejichž národy projevují snahu vymanit se z područí autokratického kremelského režimu a přihlásit se k evropským demokratickým hodnotám.

Prezident mé země Václav Havel kdysi řekl, že Rusku pomůžeme tím, že o něm budeme říkat pravdu. Rusko se stalo opět reaganovskou říší zla. Především pro šestici Východního partnerství.

Tibor Szanyi (S&D). – Elnök Asszony, a Bizottság, illetve a főképviselő asszony nevében is fellépő tanácsi képviselő által az elmondottak biztatóak abból a szempontból, ami a rigai csúcs egyik legfontosabb eredménye kell legyen, nevezetesen, hogy az Európai Unió vegye vissza kezdeményező és irányító szerepét legfontosabb, egyben legbizonytalanabb szomszédságunkban. Mindezek során azonban vegyük észre az elefántot a szobában! Legnagyobb keleti partnerségi partnerünket, Ukrajnát külső agresszió érte, az országban háború folyik, s hasonló agresszív orosz hatalmi törekvéseknek a térség több más országa is ki van téve. Ebben a helyzetben kell tehát az EU-nak hiteles és vonzó demokratikus európai alternatívát kínálni.

Éppen a hitelesség érdekében a jövőben nem fordulhat elő, hogy az Unió politikailag felkészületlenül szembesül egy válsággal határai mentén, vagy hogy kritikus helyzetek megoldásában egyes nagy tagállamok veszik át a Közösség szerepét. Ezért arra kérem és biztatom a főképviselőt és a Bizottságot, hogy az EU teljes egységében kívánja ezt a felelősséget felvállalni.

David McAllister (PPE). – Frau Präsidentin, meine sehr geehrten Damen und Herren! Das klare politische Signal von diesem Gipfel in Riga sollte lauten: Die Europäische Union setzt ihre enge Zusammenarbeit mit den Partnern der Östlichen Nachbarschaft konsequent und engagiert fort. Angesichts mancher befremdlicher Wortmeldungen, die ich heute in dieser Debatte gehört habe – sowohl von Vertretern des ganz linken Randes als auch des ganz rechten Randes –, möchte ich einmal mehr betonen: Die Östliche Partnerschaft bedeutet nicht, dass sich die Partnerländer zwischen der EU und Russland entscheiden müssen. Es geht nicht um die Frage „entweder - oder", es geht vielmehr um die Frage „sowohl - als auch".

Die Östliche Partnerschaft richtet sich gegen niemanden, auch nicht gegen Russland. Es ist den Ländern der Östlichen Partnerschaft vielmehr selbst vorbehalten, zu entscheiden, inwieweit sie mit der Europäischen Union zusammenarbeiten wollen. Nicht alle Länder können und wollen sich in der gleichen Geschwindigkeit und in den gleichen Politikfeldern an die Europäische Union annähern. Deshalb wird es auch darum gehen, bei der Zusammenarbeit mit den Partnerländern maßgeschneiderte Konzepte für jedes der sechs Länder zu entwerfen.

Gleichzeitig darf die Europäische Union aber auch nicht müde werden, die Bedeutung unserer europäischen Werte wie Demokratie, Rechtsstaatlichkeit und Menschenrechte hervorzuheben. Auch das sollte ein Thema des bevorstehenden Gipfels in Riga sein.

Eduard Kukan (PPE). – Madam President, the current situation to the east of our borders resembles a return to the old politics of influence between the West and the East. The concept of the Eastern Partnership in this situation is an important framework for engagement. Our ultimate goal is for the EU to have more democratic, more prosperous and more integrated neighbours. We need to get back to these basics. To be successful we have to clearly demonstrate that we are prepared to fully engage our political capital for our neighbours. We have to be all-in. We can do that by sending strong, united and encouraging messages through this summit.

I repeat: our neighbourhood policy needs to be more politically driven. This means to propose a clear and courageous vision for our neighbours and to match our words with deeds. It concerns especially those who have clearly voiced their European ambitions. They need this signal from us now more than ever.

Andi Cristea (S&D). – Madam President, as we speak history is being written and age-defining changes are under way. In the coming years, we should be able to look back to now with the conviction that we did the right thing and provided the right response to the critical challenges facing Eastern Europe. I will focus on the element of ambitions and membership perspective: we need to do more for those who have real and tangible European ambitions, for those who have decided on the European path.

Of course, much needs to be done, and words are less credible than concrete and tangible actions, but the EU should send a clear signal to Moldova, Georgia and Ukraine that their future is with the 28 Member States as long as they genuinely fulfil their obligations and show real commitment to the Association Agreements' reform agenda. We cannot ask them to implement harsh reforms without having light at the end of the tunnel. If they deliver, they should be considered serious candidates on the road to the EU.

Bogdan Andrzej Zdrojewski (PPE). – Przede wszystkim chciałbym zwrócić uwagę na to, że politykę wobec naszych partnerów wschodnich cechowała zawsze pewna niekonsekwencja, naiwność, niestabilność i te wszystkie elementy powodowały, iż, krótko mówiąc, byliśmy nieskuteczni. Mam wrażenie, że od pięciu lat w tej materii uczyniliśmy jednak pewien postęp. Nadal, być może, jesteśmy nie wystarczająco konsekwentni, nadal, być może, nie zawsze jesteśmy w stanie sformułować dobrą ofertę, ale generalnie rzecz biorąc, chcę podkreślić, że mamy w tej materii postęp.

To, na co chcę w tej chwili zwrócić uwagę szczególną to to, aby w ramach Partnerstwa Wschodniego jednak tych naszych partnerów traktować bardzo indywidualnie, aby budować oferty pod ich adresem, uwzględniając różnice, jakie niewątpliwie – jeżeli chodzi o te poszczególne państwa – istnieją, są bardzo mocne i bardzo często uwarunkowane kulturowo.

Korzystając z końcówki tego czasu, jaki mam, chcę odnieść się do kilku zarzutów, które padły pod adresem pani wysokiej komisarz. Otóż chcę zwrócić uwagę, że pani wysoka komisarz dość często jednak gości na tej sali i chcę w tej materii ją przynajmniej częściowo usprawiedliwić.

Doru-Claudian Frunzulică (S&D). – Madam President, Ms Kalniņa-Lukaševica said that we, the European Union, are offering a genuine partnership to these three countries. Unfortunately, we are offering less than expected. We are making a step back in comparison with the last Eastern Partnership in Vilnius. These countries need a real European perspective. This is what they are looking for and, unfortunately, at this summit that is going to start tomorrow, we are transforming these three countries into kind of buffer states. It is a step back; like a concession offered to Russia.

Also, I agree with the Council in supporting the earliest possible ratification by all Member States of the Association Agreements and the Deep and Comprehensive Free Trade Area with Georgia, Moldova and Ukraine. These agreements are fundamental in order to strengthen political association and economic integration.

Dubravka Šuica (PPE). – Gospođo predsjednice, činjenica je da se nalazimo u sasvim novoj geopolitičkoj situaciji od zadnjeg samita 2013., činjenica je da se granice mijenjaju silom, da su neke naše države članice podložne pritiscima, da ovih 6 država o kojima govorimo se nalaze u potpuno različitim situacijama i situacija se može usporediti možda u tri države. U svakom slučaju situacija je različita nego 2013.

Smatram da Unija mora nastaviti svoj put, moramo saslušati naše partnere, moramo (kao što je rekla predstavnica Vijeća) im pružiti puno ozbiljno partnerstvo, jer je to jedini način kako ćemo se oduprijeti Rusiji.

Činjenica je da nas Rusija nije uspjela skrenuti s puta koji smo zacrtali i na tome moramo inzistirati. Ne moramo ih nužno smatrati neprijateljima, ali u ovom slučaju su oni naši suparnici.

Činjenica je da građani ovih država očekuju promjene. I zato moramo ustrajati na ovome putu, moramo im ponuditi europsku perspektivu. Sporazum o pridruživanju je potpisan - to je ipak razlika. U svakom slučaju naš primarni cilj je mir i stoga moramo ustrajati na tom našem osnovnom principu. Dakle, ne samo solidarnost nego čvrsta podrška.

Michael Gahler (PPE). – Frau Präsidentin! Ich wünsche mir ein Gipfelergebnis, von dem sich unsere östlichen Partner ermuntert fühlen können, ermuntert im Hinblick auf eine europäische Perspektive, soweit sie diese anstreben. Mein Eindruck ist, dass einige sich für diese Perspektive entscheiden wollen – und es ist kein Müssen von unserer Seite –, denn nur eine solche Perspektive wird Demokratie, Freiheit und Rechtsstaatlichkeit in diesem Teil Europas verankern.

Wir alle wissen, wie diesbezüglich die russische Perspektive aussieht. Konkret heißt das, dass wir nicht hinter die Erklärung von Vilnius 2013 zurückfallen dürfen und dass wir im Hinblick auf die seither erfolgte russische Aggression deutlich machen, dass wir den Menschen – insbesondere in der Ukraine, aber auch in Georgien – neben den milliardenschweren Hilfen, insbesondere Richtung Ukraine, auch etwas ganz Konkretes liefern, was uns nichts kostet, aber was unsere Verpflichtung und unsere Sympathie mit ihnen deutlich macht: Und das ist aus meiner Sicht eine konkrete und kurzfristig erfolgende Visumbefreiung. Das steht auch in dem Brief, der schon von anderen Kollegen erwähnt wurde.

Ich denke, dass wir auf diesem Weg, anlässlich dieses Gipfels, eine sehr präzise Aussicht geben müssen, damit die Menschen auch ganz für sich persönlich das Gefühl haben, dass sie Teil dieses freien Europa sind.

László Tőkés (PPE). – Elnök Asszony, a Krím félsziget elcsatolása és az orosz-ukrán háborús válság nyomán egészen új geopolitikai helyzet alakult ki a keleti partnerség országainak viszonylatában. A keleti partnerországok rigai csúcstalálkozójára immár ebben, a kihívásokkal teli, rendkívül komplex viszonyrendszerben kerül sor. Éppen ezért a találkozónak eme gyökeresen megváltozott, kedvezőtlen körülmények között kell bátorító és megerősítő üzenetet intéznie az egymás között is megosztott partnereinkhez, kiváltképpen pedig az európai társulási egyezményt tavaly aláíró Ukrajnához, Moldovához és Grúziához. A háború elkerülése és a térség biztonsága érdekében az Uniónak mindenek előtt politikai megoldást kell találnia az orosz-ukrán, orosz-európai válságra. Keleti partnereit viszont biztosítania kell további elkötelezett támogatása felől, megbízható útitervet és jövőképet kínálva számukra európai csatlakozásuk folytatásához.

PRÉSIDENCE DE MME Sylvie GUILLAUME

Vice-présidente

Michał Boni (PPE). – Madam President, there are many expectations related to the Riga Summit; because of the aggressive stance of Russia, we would like to have stronger achievements. If the Riga Summit could be a game changer in that area, I see small progress.

We are talking about the accession process of three countries. We are working on new measures in the redefined Neighbourhood Policy for economic growth and energy cooperation, for civic society development and the rule of law, as a foundation. We are supporting reforms, which are crucial. We are on the road with all countries, including Armenia and Azerbaijan. I am not sure if it concerns Belarus.

What is needed the most? To give a positive signal to the societies. Under the present threats from Russia, they should feel that they are beneficiaries in many areas. Examples: concrete visa liberalisation offers should be clearly presented to Georgia and Ukraine; a promising description of the EU membership perspective is needed.

Andrzej Grzyb (PPE). – Pani Przewodnicząca! Przed szczytem Partnerstwa zastanawiamy się, jakie osiągnęliśmy cele, bo ono osiągnęło dobre rezultaty, choć niepełne. Pewnie osiągnęlibyśmy lepsze rezultaty, gdyby było więcej determinacji, również w Wysokiej Izbie, aby potwierdzić aspiracje państw członkowskich Partnerstwa. Ta inicjatywa nie była skierowana przeciwko komukolwiek, w szczególności przeciwko Rosji, a często próbuje się tutaj podkreślać, że tak było.

Partnerstwo jest zróżnicowane, dlatego że budowane jest w relacji z sześcioma członkami, którzy mają różne oczekiwania, różne aspiracje i ambicje, a to wymaga elastycznego i zróżnicowanego podejścia. Ma niezaprzeczalne osiągnięcia, do których należą m.in. umowy o stowarzyszeniu z Ukrainą, Mołdawią, Gruzją; również konkretne projekty, które zostały sfinansowane z funduszu sąsiedztwa. Konieczne są reformy w krajach członkowskich Partnerstwa, jednak ze względu na zróżnicowanie ambicji powinny być dostosowane do oczekiwań partnerów. Z satysfakcją witam deklarację, w której mówi się o aspiracjach i europejskim wyborze Ukrainy, Mołdawii, Gruzji i innych krajów Partnerstwa.

Seán Kelly (PPE). – Madam President, firstly I want to thank your predecessor in the chair for clarifying the position regarding blue-cards and, as a result, we have had a very structured debate. So I thank you for that. Secondly, I have been here in Parliament for six years now. I think it is the first time I have seen the Council here – sometimes they have been criticised for not being here, sometimes unfairly – but a debate of this nature without the Commission is unbelievable. The only thing we can do is to show that their inertia will be replaced by our determination to ensure there is a successful outcome in Riga.

And above all, these countries, I think, have shown very bravely that they have declared 'East is beast, West is best'. But we must respond equally courageously by having a successful outcome in Riga and, above all, having visa-free travel for them by 2016, if at all possible. This will give encouragement to the citizens and therefore proceed in the path which they have taken independently. We should encourage and respect that.

Interventions à la demande

Krzysztof Hetman (PPE). – Pani Przewodnicząca! Zbliżający się szczyt Partnerstwa Wschodniego będzie niewątpliwie dużym sprawdzianem dla całej tej inicjatywy, dlatego też oczekiwania względem niego są ogromne. Jednym ze szczególnie istotnych punktów, które mają zostać poruszone, jest w moim przekonaniu współpraca w zakresie bezpieczeństwa energetycznego i połączeń międzysystemowych. Przeprowadzone w 2014 r. przez Komisję Europejską testy wytrzymałościowe analizujące potencjalne skutki wstrzymania dostaw gazu z Rosji jednoznacznie wskazały, że zwiększona koordynacja i współpraca między państwami członkowskimi w sposób znaczący mogą złagodzić potencjalne skutki braku dostaw. W obecnej, niestabilnej sytuacji międzynarodowej Europa musi zwracać szczególną uwagę na bezpieczeństwo energetyczne, dlatego też bardzo liczę na konkretne propozycje w zakresie wzmocnienia bezpieczeństwa energetycznego, w tym rozwoju połączeń międzysystemowych w krajach Partnerstwa Wschodniego.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, δράττομαι της ευκαιρίας στη συζήτηση για την ανατολική εταιρική σχέση, για να αναφερθώ σε ένα σοβαρό ζήτημα που αφορά τους ελληνικούς πληθυσμούς που κατοικούν στη Γεωργία, σε μια περιοχή όπου, παραδοσιακά, πριν από αρκετές δεκαετίες, κατοικούσαν πάνω από 150.000 Έλληνες οι περισσότεροι εκ των οποίων, μετά την κατάρρευση της Σοβιετικής Ένωσης, ήρθαν στην Ελλάδα· εξακολουθούν όμως να παραμένουν εκεί 15.000 Έλληνες.

Το πρόβλημα που υπάρχει είναι ότι, μετά την αποχώρησή τους από τη Γεωργία, όπου ήταν και πολίτες της Γεωργίας, άφησαν τα σπίτια τους, που ήταν δικά τους, ήταν ιδιοκτησία τους. Ωστόσο, μετά την αποχώρησή τους, έγινε παράνομη κατάληψη των ίδιων των σπιτιών τους.

Παρά τις προσπάθειες που έχουμε κάνει, συνεχίζει αυτή η παράνομη κατάληψη των σπιτιών των Ελλήνων πολιτών και οι αρχές της Γεωργίας δεν λαμβάνουν μέτρα για την αποκατάσταση της νομιμότητας και την προστασία των περιουσιακών δικαιωμάτων των Ελλήνων πολιτών. Ζητούμε λοιπόν αυτό το θέμα να ληφθεί σοβαρά υπόψη σήμερα από την Προεδρία του Συμβουλίου.

Ivan Jakovčić (ALDE). – Gospođo predsjednice, želim uspjeh summitu u Rigi jer sam uvjeren da građani svih ovih šest zemalja i te kako žele europsku perspektivu ili barem vide Europsku uniju kao nešto vrlo pozitivno.

Sjećam se kako je to bilo ranijih desetljeća kad smo mi i mnogi ovdje koji su kolege i kolegice ulazili u Europsku uniju. Zato želim uspjeh ovom summitu u Rigi jer vjerujem da naši prioriteti moraju biti očuvanje mira i gospodarska suradnja sa zemljama koje se tiču Istočnog partnerstva. Ali, naš uvjet moraju biti europske vrijednosti, a pogotovo ljudska prava, sloboda medija i sve ono što sažeto možemo reći da čine naše društvo i čine ovu Europsku uniju.

Dakle, želim jasno reći, ne stvaramo neprijatelje, nije ovo potez protiv Rusije, nego stvaramo partnerstvo u želji da nam svi, na kraju krajeva, budu partneri.

(Fin des interventions à la demande)

Zanda Kalniņa-Lukaševica, *President-in-Office of the Council, on behalf of the Vice-President of the Commission/High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy.* – Madam President, first of all, please allow me to underline that today, and for this particular debate, I am talking on behalf of the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy/Vice-President Ms Mogherini, so we should take that into account.

At the same time, as a Presidency I can only underline that several Commissioners are already in Riga today because, as I mentioned, several side events – for example the first Eastern Partnership Media Conference, have started already. So we do appreciate also, as a Presidency, the very good cooperation with the Commission on preparation of this Eastern Partnership Summit and it is very important to have several Commissioners in Riga today already.

Coming back to our debate, please allow me, once again on behalf of the High Representative, to underline that we have listened carefully to all that has been said here today during the debate. Please rest assured that we will be taking into consideration all the comments and proposals made by Members.

Let me reiterate that the Riga Summit will demonstrate that the Eastern Partnership remains our priority and will send a clear political signal that, firstly, the EU is strongly committed to its Eastern Partnership and determined to pursue closer tailor-made relations with its independent and sovereign Eastern European partners. We will therefore continue to give every support to those partners which have taken on mobilisation on the most ambitious reform commitments through all the association agreements.

The summit marks a new level in our relations with our partners, the most ambitious: our bilateral association agreements with the three partners.

Secondly, our partnership involves six partner countries. I cannot stress enough the importance of maintaining the inclusivity of the partnership. The EU will therefore continue to engage strongly with all partners whatever their individual level of relations with the EU.

Thirdly, we will step up our strategic communication efforts to explain what the relations with our partners are about and what they are not about, and we will certainly argue that they are not directed against any third party. We will therefore continue our dialogue with those who challenge this.

Several Members also raised the question of the European perspective for Georgia, Moldova and Ukraine and the strength of the reflections in the Riga Declaration. Let me first of all stress that the drafting process of the joint declaration of the Eastern Partnership Summit is still ongoing.

Negotiations are of an inclusive nature between both our Member States and partners. Negotiations are still ongoing and therefore, at this stage, we still await the final outcome of these negotiations. The agreed consensus will have to reflect each country's specific needs, priorities and aspirations and the common interests they share with the EU, as well as the EU's interests, while making a realistic assessment of what can be achieved within the next few years.

In this context, Riga should highlight first and furthermost that we have moved to a new level in our relations with the three partners with whom we have signed the most ambitious ever bilateral association agreements, but it should also signal our readiness to work for more tailor-made agreements with others to ensure that the Partnership remains an inclusive framework.

I believe we share the opinion that preparation for the Eastern Partnership Summit in Riga is of such utmost importance that we could take much more time to discuss several topics and more details. But respecting your agenda, I will save time and, in concluding, I will just mention that I highly appreciate your commitment and support for the Eastern Partnership, and that relations with national parliaments and the role of Euronest in promoting and consolidating the Eastern Partnership are highly important. Together we must help partners realise their full potential.

I thank you very much for all your contributions and your support for the Eastern Partnership policy and I thank you very much that you do care about the need for us to have a successful Riga Summit.

La Présidente. – Le débat est clos.

Déclarations écrites (article 162)

Andrea Bocskor (PPE), *írásban***.** – Az utóbbi idők egyik legfontosabb, az EU keleti szomszédjait érintő, eseményének tartom a május 21–22-i Rigában megrendezésre kerülő Keleti partnerségi csúcstalálkozót, ahol a tanácskozó felek a fő hangsúlyt az államépítés előmozdítására és a jogállamiság érvényre juttatására, az újabb piaci lehetőségek feltárására, az energiabiztonságra, a mobilitás és a civilek közötti kapcsolatok erősítésének megtárgyalására helyezik.

Az Euronest alelnökeként, a csúcstalálkozó résztvevői számára megfogalmazott üzenetbe, olyan fontos kérdéseket kértem belefoglalni, melyek az utóbbi évben legtöbbet szenvedett keleti partnerségi országot, Ukrajnát érintik. Kértem, hogy essen szó a reformok mielőbbi végrehajtásáról Ukrajnában, különös tekintettel a decentralizációra és kisebbségi jogokra, továbbá, hogy Ukrajna garantálja és tartsa tiszteletben az alapvető és egyenlőségen alapuló emberi és politikai jogokat az országban élő minden nemzetiség számára.

Úgy gondolom, hogy e kérdések megvitatása és mielőbbi megoldása elősegítik, hogy Ukrajna kilábaljon a mély gazdasági és szociális krízisből. Ezen kívül felhívtam a figyelmet a határokon átnyúló és határ menti együttműködések, közös projektek fontosságára, melyek elősegítik, hogy az Európai Unió és keleti partnerei között szorosabb kapcsolat alakuljon ki.

Agnieszka Kozłowska-Rajewicz (PPE), *na piśmie***.** – Stopniowa liberalizacja reżimu wizowego dążąca do wprowadzenia ruchu bezwizowego to jeden z głównych narzędzi zbliżania społeczeństw Unii Europejskiej i krajów Partnerstwa Wschodniego. Od pierwszego szczytu w Pradze w 2009 r. większość partnerów poczyniła znaczne postępy we wdrażaniu wymaganych przez Unię Europejską reform. Mołdawii udało się znieść wizy już w kwietniu 2014 r. Ze szczytem Partnerstwa Wschodniego w Rydze wiązane są nadzieje na decyzje w sprawie perspektywy zniesienia wiz z kolejnymi państwami, Gruzją i Ukrainą, oraz wprowadzenia ułatwień wizowych z Białorusią. Kwestia liberalizacji reżimu wizowego ma znaczenie polityczne, społeczne i ekonomiczne, dlatego jej przyspieszenie jest kluczowym elementem kształtującym wzajemne relacje. Ruch bezwizowy jest szansą na zacieśnienie współpracy między UE a krajami Partnerstwa Wschodniego; podczas pierwszego roku obowiązywania skorzystało z niego pół miliona obywateli Mołdawii. Otwarte granice mają ogromne znaczenie nie tylko dla wymiany handlowej, kulturalnej i społecznej, ale pobudzają również aspiracje demokratyczne i dążenia wolnościowe, na których oparta jest idea wspólnej Europy. Trudne reformy, z którymi muszą się zmierzyć nasi wschodni partnerzy, są wyczekiwane zarówno przez mieszkańców krajów Partnerstwa Wschodniego, jak i UE, gdyż mają wpływ na zwiększenie bezpieczeństwa w regionie. Liczymy na to, że już od 2016 roku z prawa o ruchu bezwizowym skorzystają obywatele Gruzji i Ukrainy.

Csaba Molnár (S&D), *írásban.* – Tisztelt Elnök Úr! Másfél éve a keleti partnerségi csúccsal a Majdan téri tüntetések vették kezdetüket, amelynek során Ukrajna világossá tette, hogy kelet helyett Európához tartozna, az autoriter múlt helyett a nyugatos polgári fejlődést választja. Azóta Oroszország katonai erővel csatolta el a Krím-félszigetet, folyamatosan Kelet-Ukrajna destabilizálására törekszik. A mostani rigai csúcson Európának csattanós választ kell adnia az orosz fenyegetésre. Az újabb Ukrajnának folyósított pénzügyi támogatás, a társulási és szabadkereskedelmi megállapodás hatályba lépése ebbe az irányba mutatnak.

Az EU-nak megfelelő politikai és gazdasági erőforrással kell felvérteznie a keleti partnerség politikáját, hogy a partnerországokat ellensúlyozzuk az orosz büntetőintézkedésekkel szemben. A további erőszak megakadályozása, valamint Ukrajna politikai és gazdasági stabilitása az EU kiemelt érdeke. Ukrajnát nem hagyhatjuk cserben, miután elhúztuk előtte az uniós csatlakozás mézesmadzagát. Az EU azonban Ukrajnával szemben sem engedhet elveiből: az ukrán igazságszolgáltatás függetlensége, a szilárd jogállamiság, a demokratikus alapelvek és a korrupció visszaszorítása nem alku tárgyai. Fontos ugyanakkor, hogy ha az EU „befelé" nem tudja érvényesíteni az értékek tiszteletét, hogyan várhatjuk el, hogy „kifelé", a keleti partnerség országaitól ezt megkövetelje? Ezért is fontos az Unió számára, hogy mi történik saját tagállamaiban, például Magyarországon.

Csaba Sógor (PPE), *írásban.* – A keleti partnerség keretében megvalósuló többoldalú együttműködés egyik fontos területe az államépítés elősegítése és a jogállamiság megszilárdítása a partnerországok számára. Ez az ukrán helyzet fényében különös jelentőséggel bír, hiszen a biztonságpolitikai szempontjaink érvényesítése mellett mindannyiunknak az az érdeke, hogy Ukrajna megerősödve kerüljön ki a válságból. Nem csupán gazdasági szempontból van szükség az ország megújulására, hanem az intézményrendszer stabilitása, a korrupció visszaszorítása, a jogállamiság valódi érvényesülése szempontjából is.

Ezzel összefüggésben és az idő előrehaladásával egyre többször kell beszélnünk a minszki megállapodásnak azon részéről, amely az alkotmányos reformról, a decentralizációról, valamint a nemzeti kisebbségek jogainak szavatolásáról szól. Azt gondolom, hogy a keleti partnerségi csúcstalálkozón ezeket a témákat sem kerülhetik meg a felek.

18. Composição das comissões e delegações : Ver Acta

19. Cimeira UE-CELAC (de 10-11 de junho) (debate)

La Présidente. – L'ordre du jour appelle le débat sur la déclaration de la vice-présidente de la Commission et haute représentante de l'Union pour les affaires étrangères et la politique de sécurité sur le sommet UE-CELAC (10 et 11 juin) (2015/2637(RSP)).

Zanda Kalniņa-Lukaševica, *President-in-Office of the Council, on behalf of the Vice-President of the Commission/High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy.* Madam President, honourable Members, we have the next topic on our agenda. I am glad to participate in this discussion on the next summit between the EU and the Community of Latin America and Caribbean States (CELAC), which will take place on 10 and 11 June 2015 in Brussels for the first time.

It will be the second summit held with CELAC as a counterpart, but the eighth ever, since our partnership with the region was launched in Rio back in 1999. As Members are well aware, events all around Europe's neighbourhood keep a good deal of attention focused there. But the EU, as a global player, does not lower its guard in its relations with other regions of the world. In some areas, we find regions which are luckily more stable, sometimes giving the false impression that the international community is less in demand.

Latin America and the Caribbean is such a region, and the upcoming Summit of Heads of State and Government in June will be a critical moment to infuse new dynamism into our relations. We want to create a real partnership for the next generation. Under the general heading 'Shaping our common future: working for prosperous, cohesive and sustainable societies for our citizens,' we intend to highlight the many dimensions of our relations.

Features such as a common cultural heritage, common values, a strong belief in regionalism and in an effective multi-lateralism – if combined well – have the capacity to unlock opportunities through our cooperation with the region.

The strategic bi-regional partnership that unites the EU and the region has been active for over 15 years. In this time, we have strengthened our relations, making the EU the main investor and a key trading partner, with 26 association or free trade agreements out of 33 countries. However, on the political front, we can still do more to tackle effectively global issues together. This is why part of the summit's discussion will focus on exploring possible areas of convergence as regards key international processes.

Negotiations around climate change, the post-2015 development agenda or the international debate on drugs issues, in view of the Special Session of the United Nations General Assembly in 2016, will be the object of one of the three working sessions.

In order to materialise our common priorities, we also intend to adopt a reviewed and expanded EU-CELAC Action Plan, which will include new areas of cooperation such as higher education and citizen security. This shows how much we are linked.

Citizen security in Latin America and the Caribbean affects stability in our neighbourhood, through organised crime along the 'cocaine route', right into Europe. Our scientific communities on both sides of the Atlantic are working together on similar projects; they will link up more easily through a fibre-optic cable connection which the EU will promote.

The summit will also serve to highlight some historical developments taking place in the region. We will manifest our support to the ongoing reforms in Cuba. The summit will encourage the peace talks in Colombia and confirm the willingness to support peace implementation, including through an EU trust fund.

As a reflection of the change that the region has experienced in the last 10 to 15 years, the summit will also present new, innovative modalities of cooperation, for instance by means of triangular cooperation schemes. These will enable us to join forces with the more developed countries of the region in support of the less developed ones.

We must recognise that the region is diverse, and that while CELAC is certainly an inclusive political dialogue framework for our bi-regional relations, we need also to engage with the sub-regions and bilaterally. This is why, in the afternoon of the 11 June, we will hold two high-level political dialogue meetings, specifically with the Caribbean and with Central American countries.

As was said before, the EU and CELAC share a strategic bi-regional partnership. Allow me to highlight the concept of 'strategic'. I started out pointing out the challenges of instability very close to our borders. Through our relations with third countries and regions, it is also our intention to reinforce alliances around the fundamental principles of the international order which are currently under attack. Basic principles such as the rule of law, territorial integrity and sovereignty affect us all equally, beyond any particular geographical location.

Finally, I would like to highlight that the EU's relations with the region are not limited to governmental relations. In fact, it is our aim that relations become ever-stronger between citizens, and their representatives. In this sense, I welcome very much the work being done by the Euro-Latin American Parliamentary Assembly (EuroLat), which will hold its Plenary Session just a few days before the Summit.

The EuroLat conclusions will be presented to the summit alongside other preparatory events, and will certainly enrich its outcome, precisely as a reflection of the multiple layers that we find in the relations with the region.

Luis de Grandes Pascual, *en nombre del Grupo PPE.* – Señora Presidenta. Señora Kalniņa-Lukaševica, celebramos este debate a la vista de la próxima Cumbre UE—CELAC. Es verdad, como ha dicho la señora Kalniņa-Lukaševica, que es la segunda ya bajo este formato, lo cual es buena muestra del dinamismo de este organismo de integración regional, que, desde luego, apoyamos desde sus inicios.

En un mundo, Señorías, cada vez más integrado económicamente, pero más fragmentado en lo político, en el que desgraciadamente las crisis no son la excepción, sino una constante, es de capital importancia reforzar la vitalidad de nuestra relación birregional.

Particular interés despierta igualmente profundizar en nuestras relaciones económicas y comerciales. En este sentido, esperamos desde este Parlamento que se proceda a la revisión de los acuerdos con México y Chile. Confiamos en una pronta reactivación de las negociaciones con el Mercosur. Y esperamos que el proceso para la aprobación del acuerdo con Ecuador se desarrolle con la mayor celeridad posible, pudiéndose integrar de esa forma el país en el exitoso Acuerdo Comercial Multipartes con Colombia y Perú.

Señora Presidenta, esperamos que la Comisión Europea acelere el proceso para la exención de visados a los ciudadanos de Colombia y Perú, puesto que no tiene ya ningún sentido que este asunto se demore más.

Celebramos también los cambios que se están produciendo en Cuba y el avance de nuestras negociaciones con La Habana. Puede que asistamos a un hito histórico si todos están a la altura de las circunstancias.

Como amigos, confiamos en que en Colombia se pueda alcanzar una paz duradera.

Nada sería más gratificante que en ese querido país se cambiaran las balas por votos, como en una ocasión escuchamos decir al Presidente Santos aquí, en esta propia Cámara.

Pero también, Señorías, desde el respeto al pueblo venezolano, hemos de condenar sin paliativos la inaceptable deriva del Gobierno del Presidente Maduro.

Confiamos en que, con ocasión de la Cumbre, Venezuela no sea protagonista por sus salidas de tono sino por su participación positiva. Y, en este punto, encontrará seguro comprensión y solidaridad.

Señorías, América Latina es la región del mundo que más elementos tiene en común con Europa. Europa debe mirar a América Latina por su propio valor y por constituir parte esencial de las relaciones atlánticas.

Ramón Jáuregui Atondo, *en nombre del Grupo S&D***.** – Señora Presidenta, señora Ministra, yo creo que en los últimos años hemos perdido un tiempo precioso para mantener la relación que América Latina merece con la Unión Europea. Creo que estamos corriendo un serio riesgo de que los países más dinámicos de América Latina empiecen a mirar más hacia el Pacífico que hacia el Atlántico. De hecho, la Alianza del Pacífico es una de las alianzas económicas más dinámicas en este momento en América Latina, en gran parte como consecuencia de un conjunto de inversiones y de acuerdos comerciales, no solamente con Corea o con Japón, también y sobre todo con China.

Yo creo que en los últimos años, señora Ministra, el Consejo y la Unión Europea en general no han estado suficientemente próximos a América Latina. Hemos perdido un tiempo precioso a pesar de que, como usted decía, somos una alianza birregional estratégica fundamental porque tenemos una gran cantidad de elementos comunes —como una historia común, lenguas comunes y creencias en valores, en democracia, en derechos humanos que son comunes— para hacer mucho y bueno en el conjunto del mundo: América Latina y la Unión Europea.

Este conjunto de reflexiones son las que expondremos desde Eurolat a la Cumbre de Jefes de Estado, aceptando muy gustosamente la invitación que nos ofrecen en esa dirección. Pero el mensaje fundamental es que hay que intensificar nuestro trabajo con América Latina; que hay que ayudar, efectivamente, a celebrar nuevos y mejores acuerdos con los países con quienes ya tenemos acuerdos políticos y comerciales; que hay que liberar de la obligación de visado, como se ha dicho, a Colombia y Perú; que hay que ayudar en Cuba; que hay que ayudar en Colombia; que hay que ayudar también a la democracia en Venezuela. Hay que ayudar, es decir, dialogar, y, por tanto, facilitar que no se destruya la democracia en ese país, y probablemente va a haber que enviar algunos mensajes concretos para que la democracia en Venezuela se salve y se asegure. Estos son los mensajes que vamos a enviar, señora Ministra.

José Inácio Faria, *em nome do Grupo ALDE.* – Senhora Presidente, Senhora Ministra, caros Colegas, no próximo mês de junho realizar-se-á em Bruxelas a segunda Cimeira UE-CELAC subordinada ao tema: construir o nosso futuro comum, trabalhar para criar sociedades prósperas, coesas e sustentáveis para os nossos cidadãos. Esta é uma oportunidade única para aprofundar o diálogo político sobre inovação para o crescimento sustentável, educação, segurança e alterações climáticas.

Será também um momento decisivo para corrigir alguns insucessos nas relações entre as regiões da América Latina e da Europa. O impasse no acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul fez com que alguns desses países privilegiassem a acordos preferenciais de comércio com o Japão e os Estados Unidos.

A União Europeia, na sua qualidade de maior investidor nos países da CELAC, não pode ficar para trás. Acredito, pois, que teremos de reforçar as nossas relações bilaterais com alguns países latino-americanos, como é o caso do Brasil, verdadeira potência regional.

Gostaria de citar, como exemplo, a necessidade de se acelerar a construção de um cabo submarino digital, que ligará a América Latina à Europa via Brasil-Portugal. Outro exemplo será o fortalecimento do setor aeronáutico nos dois lados do Atlântico através da cooperação com empresas como a brasileira Embraer, cujos avultados investimentos no meu país têm sido um caso de sucesso.

Para terminar, faço votos de que a afirmação deste nosso futuro comum passe necessariamente pelo reforço do apoio às negociações de paz na Colômbia, à abertura do diálogo com Cuba e à defesa intransigente dos valores da democracia na Venezuela, país este que a Sra. Representante do Conselho se esqueceu de mencionar.

Marina Albiol Guzmán, *en nombre del Grupo GUE/NGL.* – Señora Presidenta, la próxima Cumbre Unión Europea— Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) nos permite comparar dos modelos de integración regional radicalmente diferentes, el de esta Unión Europea de Maastricht, de la OTAN, de la troika, una Unión Europea donde aumentan las desigualdades, donde crece el paro, donde crece la pobreza y donde también aumentan la represión y el recorte de libertades, y otro modelo, el de América Latina, el del ALBA impulsado por la Venezuela de Hugo Chávez, que pone el énfasis en la solidaridad, la justicia y la cooperación, el de la CELAC, que se marca como objetivos la lucha contra la pobreza, el fomento de la educación y la lucha contra el cambio climático.

Así que, absténgase la Unión Europea de dar lecciones a América Latina. Tenemos poco que enseñar y mucho que aprender. Por eso, esperamos que la próxima Cumbre sea en un marco de igualdad, de relaciones simétricas y de respeto a la soberanía de los países de América Latina. Superen ya las posturas colonialistas de esta Europa que se cree el ombligo del mundo. Que la Cumbre sirva para dar por finiquitada la posición común de la Unión Europea respecto a Cuba. Que sirva para un apoyo claro al proceso de paz en Colombia. Que proporcione justicia y reparación para las víctimas, que dé solución al problema de acceso a la tierra y que elimine para siempre sus políticas de injerencia.

Ernest Urtasun, *en nombre del Grupo Verts/ALE.* – Señora Presidenta, señores representantes del Servicio Exterior, creo que la Cumbre pueden ser dos cosas, y sería una cumbre fallida: puede ser una foto más, de la que no sale prácticamente nada, o puede ser otra fiesta del librecambismo neoliberal, que es lo que hemos visto en los últimos años y a lo que estamos acostumbrados.

O puede ser otra cosa. Puede ser un nuevo impulso para una nueva agenda que aborde determinados retos globales que interesan tanto a los latinoamericanos como a nosotros: ya sean las cuestiones de la deuda, de lo que tanto podemos y debemos aprender de América Latina, o las cuestiones del cambio climático, que espero sean un elemento central.

También yo creo replantear de una cierta manera las relaciones comerciales entre los dos bloques, entre otras cosas porque estoy convencido de que el relato del libre comercio —que ha sido un poco el que ha articulado durante los últimos años las relaciones entre los dos bloques— está absolutamente agotado y, por lo tanto, o bien la Unión Europea tiene algo nuevo que ofrecer a América Latina, o bien el diálogo quedará evidentemente encallado y eso, evidentemente, no beneficiaría a nadie.

Fabio Massimo Castaldo, *a nome del gruppo EFDD***.** – Signora Presidente, onorevoli colleghi, qualcuno si lamentava giustamente del fatto che rischiamo di essere sorpassati nelle relazioni appunto dall'Alleanza del Pacifico. E io non mi stupisco per niente, peraltro, perché purtroppo abbiamo ancora l'arroganza, l'illusione di essere il punto di riferimento, ma soprattutto abbiamo questa voglia di concentrare le nostre relazioni con il Sud America esclusivamente dal lato economico e commerciale.

Ed ecco perché si perde: l'Europa perde ogni volta in cui rinuncia a mettere al primo posto le relazioni politiche, le relazioni fondate anche sulla lotta alla corruzione, al riciclaggio di denaro, al cambiamento climatico, ogni volta in cui diventa rinunciataria e pensa semplicemente alla vile pecunia, come avrebbe detto qualcuno.

Invece noi dobbiamo mettere al centro della nostra relazione con il Sud America uno sviluppo come dicevo più armonioso e a 360 gradi. Dobbiamo conquistare i nostri partner sudamericani prima col cervello e con il cuore e forse dopo con le tasche, ma purtroppo molti di noi questo ancora non l'hanno capito.

Francisco José Millán Mon (PPE). – Señora Presidenta, confío en que la próxima Cumbre Unión Europea—CELAC marque el inicio de un refuerzo de las relaciones entre la Unión Europea y América Latina y el Caribe.

Desde que tomó posesión de su cargo, la señora Mogherini puso de manifiesto su compromiso con el fortalecimiento de esta relación tan importante. Porque los difíciles retos que estamos viviendo en la vecindad oriental o en el mundo árabe no pueden ser pretexto para que la Unión Europea olvide, o margine, o posponga a América Latina. Los vínculos históricos, económicos, culturales que la unen con Europa son muy estrechos. Además, esta parte de las Américas es también, diría, un aliado natural de la Unión Europea para afrontar los retos globales. Pienso en cambio climático, energía, seguridad, desarrollo, desarme y un largo etcétera.

Compartimos con estos países, como ya se ha dicho, una misma visión del ser humano y también diría que del mundo. La Unión Europea y América Latina comparten también una apuesta por los procesos de integración. Además, permítanme decir que, dados los numerosos acuerdos económicos y comerciales que unen a muchos países latinoamericanos con la Unión Europea y también con los Estados Unidos, la conclusión de las negociaciones de la ATCI abriría las perspectivas de un gran espacio económico triangular, en el que podrían estar presentes también muchos países latinoamericanos, además de Canadá.

Vuelvo a la Cumbre. En esa próxima Cumbre, además de importantes retos globales, debieran estar presentes numerosos retos de interés birregional. Ya se han citado la modernización de los acuerdos con México y con Chile, el impulso a la negociación con Mercosur, los retos de seguridad en Centroamérica y el Caribe, la cooperación en materia educativa y tecnológica, y la fijación —y termino ya— de una fecha concreta, por fin, para la supresión de los visados a los ciudadanos de Colombia y Perú.

En fin, deseo que la Cumbre sea coronada con un gran éxito y sea un impulso, que necesitamos, a la relación de América Latina con la Unión Europea.

Carlos Zorrinho (S&D). – Senhora Presidente, Senhora Ministra, no atual contexto geoestratégico todas as cimeiras são muito importantes, sobretudo se a União Europeia puder participar nessas cimeiras com uma visão clara das suas prioridades, com uma visão clara para consolidar uma globalização sustentável, pacífica e centrada nos interesses das pessoas. De facto, o reforço das relações entre a União Europeia e a CELAC é uma grande oportunidade para reequilibrar as relações entre os grandes blocos económicos e políticos à escala global, aproximando espaços territoriais que estão ligados por uma história comum e por valores com raízes humanistas muito fortes.

Importa, no entanto, que desta cimeira não resultem apenas boas intenções. Existe aqui um espaço alargado para um trabalho comum na consolidação dos processos de estabilização democrática e de abertura e no aprofundamento e desenvolvimento de acordos de comércio livre que contenham as normas sociais e ambientais que constituem uma referência europeia para a nova globalização.

A nossa expectativa quanto aos avanços que poderão ser conseguidos nesta cimeira é muito elevada. Esperamos uma resposta concertada para os desafios colocados pela instabilidade na Venezuela e pela oportunidade de abertura económica e política em Cuba. Esperamos um novo impulso para os processos de comércio livre, em particular com o Mercosul, esperamos uma visão articulada para a Cimeira do Clima de Paris e sinais claros de vontade de cooperação no processo de transição energética. Esperamos uma visão convergente quanto à regulação da nova economia digital para que o acesso ao conhecimento, às oportunidades de negócio, à proteção da privacidade, à neutralidade da Net sejam marcas comuns de um novo ciclo de globalização que emergirá com o novo quadro tecnológico.

Nós vivemos numa União Europeia tolhida pelos seus fantasmas e incongruências internos. Mas tenho que reconhecer que a ação da Alta Comissária para a Política Externa tem sido corajosa e clarificadora. Por isso, temos esperança e desejamos que esta cimeira seja um fator de esperança. Não pode ser para cumprir calendário, não pode servir apenas para cumprir calendário.

Σοφία Σακοράφα (GUE/NGL). – Κύριοι συνάδελφοι, στις σημερινές κρίσιμες συνθήκες, όπου οι ψυχροπολεμικές φωνές εντείνονται, η προσπάθεια για παραπέρα ανάπτυξη σχέσεων με την περιοχή αυτή αποτελεί απάντηση σε όσους συνεχίζουν να προτείνουν αδιέξοδες πολιτικές επεμβάσεων, αποκλεισμών και εμπάργκο.

Αποτελεί απάντηση σε αυτές τις φωνές που υποστήριξαν στο παρελθόν την αποσταθεροποίηση της περιοχής, με την ενορχήστρωση πραξικοπημάτων, με την επιβολή διδακτορικών καθεστώτων και με τον οικονομικό και εμπορικό αποκλεισμό.

Τις φωνές που σήμερα στηρίζουν εξωτερικές απόπειρες αποσταθεροποίησης δημοκρατικά εκλεγμένων κυβερνήσεων - όπως αυτή της Βενεζουέλας - και κλείνουν τα μάτια στις διώξεις και τις καταπατήσεις των θεμελιωδών δικαιωμάτων των ιθαγενών και των υπερασπιστών των ανθρωπίνων δικαιωμάτων, αδιαφορώντας για τις αποικιοκρατικές συμπεριφορές των πολυεθνικών εταιριών.

Απέναντι σε όλα αυτά, κύριοι συνάδελφοι, οφείλουμε να αγωνιστούμε, ώστε οι σχέσεις μας να θεμελιώνονται στη βάση της ισότητας, του αμοιβαίου σεβασμού, της κυριαρχίας του κάθε κράτους, στην αρχή της μη παρέμβασης στις εσωτερικές υποθέσεις και στον σεβασμό των αρχών των ανθρωπίνων δικαιωμάτων και των αρχών του διεθνούς δικαίου αλλά και της ειρήνης.

Davor Ivo Stier (PPE). – Señora Presidenta, señora Ministra, la Cumbre de junio nos va a brindar una nueva oportunidad para fortalecer los lazos con América Latina, que para Europa debe tener una importancia estratégica. Una de las cuestiones cruciales es el desarrollo sostenible en esta región, en donde la mayoría de los países son países de renta media, pero que con políticas correctas y con el apoyo de la Unión en la implementación de esas políticas, podrían finalmente cruzar ese umbral que todavía los separa del mundo desarrollado.

Varias veces en el pasado América Latina pareció estar bien encaminada, acercándose a ese umbral, pero luego las instituciones se desmoronaban y se volvía a foja cero. El desarrollo político e institucional es, por lo tanto, la asignatura pendiente en varios países latinoamericanos. El caudillismo o la tentación de reformar constituciones para permitir las reelecciones presidenciales son síntomas de la fragilidad institucional que impide el desarrollo.

Sin duda, como se ha dicho, la situación más aguda en este momento es la de Venezuela, pero no es la única. Por eso es importante que la atención de Europa en los programas de cooperación se focalice en el fortalecimiento de las instituciones democráticas en América Latina.

Constanze Krehl (S&D). – Frau Präsidentin, Frau Ministerin! Die Europäische Union ist seit zwölf Jahren durch ein Assoziierungsabkommen erfolgreich mit Chile verbunden. Es ist viel erreicht worden: Chile gehört mittlerweile zu den stabilsten Ländern in Lateinamerika. Die wirtschaftliche Entwicklung ist sehr positiv gewesen, und wir haben jetzt einen Zeitpunkt erreicht, wo man einfach sagen muss: Nach zwölf Jahren muss ein solches Assoziierungsabkommen modernisiert werden.

Wir als Europäische Union haben großes Interesse daran, dass der politische Dialog weitergeführt wird, dass wir stärker kooperieren, vor allen Dingen in Bereichen wie sozialer Zusammenhalt, Energiepolitik, Bildungspolitik, Zusammenarbeit – da auch mit Forschungseinrichtungen in Europa und in Chile – und natürlich auch beim Handel. Die chilenische Präsidentin Bachelet hat darüber hinaus vorgeschlagen, dass in einem neuen Assoziierungsabkommen zwischen der EU und Chile auch Gender-Politik aufgenommen wird und die LGBTI-Rechte dort ihren Platz finden.

Wir begrüßen das außerordentlich und erwarten vom EU-CELAC-Gipfel, dass man dieses Engagement, dieses Abkommen zu modernisieren, auch unterstützt und noch mal einen richtigen Schub voranbringt. Ich glaube, das brauchen wir nicht nur in den Beziehungen zu Chile, sondern insgesamt in der Zusammenarbeit mit den lateinamerikanischen Ländern.

Inês Cristina Zuber (GUE/NGL). – Senhora Presidente, na segunda Cimeira da CELAC, em 2014, os governos latino-americanos, por unanimidade, aprovaram uma proclamação em que declaram a América Latina e as Caraíbas como zona de paz e livre de colonialismo. É no respeito por essa proclamação que esperamos que a Cimeira União Europeia-CELAC e a Assembleia EUROLAT, que a precede, se realizem. Com base, aliás, nos princípios que a própria CELAC proclamou para si e que não admitem outro tipo de relações, aliás como ficou provado na última Cimeira das Américas que se realizou no Panamá: o multilateralismo, o diálogo, as soluções pacíficas, o respeito incondicional pela Carta das Nações Unidas e pelo direito internacional e o direito inalienável de cada país a escolher a sua forma de organização política e económica.

E esperamos ainda, por exemplo, que aprendam com algumas políticas, por exemplo políticas do governo venezuelano recentemente galardoadas pela FAO de combate à pobreza, à miséria e à fome.

Francisco Assis (S&D). – Senhora Presidente, Senhora Ministra, num mundo cada vez mais globalizado e simultaneamente fragmentado é importante promover uma cooperação cada vez mais intensa entre as várias regiões do globo e a União Europeia tem que fazer opções e a opção por um relacionamento mais intenso com a América Latina é quase uma opção natural, que decorre justamente da grande proximidade cultural entre estas duas regiões.

Já perdemos demasiado tempo no passado. É altura de recuperarmos esse tempo perdido. Nós estamos hoje e negociar, a União Europeia está a negociar um grande acordo transatlântico com os Estados Unidos. Isso é um passo muito importante para criar, de facto, um grande espaço euro-atlântico. Mas não podemos ignorar a importância das relações com a América Latina, nem podemos correr o risco de que essas relações sejam desvalorizadas e, por isso, da nossa parte temos que fazer um grande esforço no sentido de reforçar a cooperação já existente aos mais diversos níveis.

Muitos dos países sul-americanos têm passado recentemente por experiências democráticas com sucesso, que tiveram crescimento económico, promoveram a criação de classes médias consistentes, que vieram dar mais força às suas opções políticas. Há hoje razões acrescidas para procurarmos incrementar este relacionamento.

Quero referir-me especificamente a uma questão que me parece da maior importância, a questão do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul. Temos definitivamente que superar os obstáculos que têm impedido a concretização desse acordo e a União Europeia tem também, dentro de si própria, de superar essas mesmas dificuldades. É tempo de superar egoísmos nacionais que ponham em causa uma vontade comum de avançar para a concretização de um acordo da maior importância para todos estes países.

Interventions à la demande

Ricardo Serrão Santos (S&D). – Senhora Presidente, dou as boas-vindas à cimeira que se realizará em Bruxelas entre a União Europeia e a Comunidade de Estados da América Latina e das Caraíbas. São mil milhões de pessoas e o potencial de cooperação entre as duas grandes comunidades é enorme.

As ideias e as propostas resultantes desta cimeira irão informar as políticas e os chefes de Estado e de governo de forma a aumentar e fortalecer o investimento e a cooperação. Assim, gostaria de relembrar o papel fundamental que esta cimeira representa na promoção de maior cooperação científica entre a Europa e a América Latina e Caraíbas.

Da última cimeira, resultou um plano de ação que deu prioridade à cooperação científica com o objetivo de criar uma área de conhecimento EU-CELAC. Esta iniciativa parece muito importante e apelo a que continue a ser promovida e a que sejam dados passos nesse sentido nesta próxima cimeira. Há que garantir o acesso a financiamento assegurando, por exemplo, que programas como o Horizonte 2020 permaneçam robustos.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, η δεύτερη Διάσκεψη Κορυφής Ευρωπαϊκής Ένωσης-χωρών Λατινικής Αμερικής και Καραϊβικής (CELAC) θα μπορούσε, υπό ορισμένες προϋποθέσεις, να αποτελέσει ιστορική συνάντηση. Για να γίνει όμως αυτό, θα πρέπει να επικεντρωθεί στο «*follow up*», στη συνέχεια που πρέπει να δοθεί στην εφαρμογή της απόφασης που έλαβε η Γενική Συνέλευση του ΟΗΕ, τον Σεπτέμβριο του 2014, και αφορά τις διαδικασίες διαγραφής του κρατικού χρέους, καθώς, τόσο οι χώρες της Λατινικής Αμερικής όσο και οι χώρες της ευρωπαϊκής περιφέρειας που τέθηκαν σε μνημόνια, αντιμετωπίζουν μια τεράστια κρίση δημοσίου χρέους.

Γιατί, χωρίς τη διαγραφή του επονείδιστου χρέους, δεν μπορεί να υπάρξει ανάπτυξη στην Ευρωπαϊκή Ένωση και τη Λατινική Αμερική οι οποίες έχουν κατακλειστεί από στρατιές ανέργων και από εκατομμύρια φτωχών λόγω των πολιτικών της λιτότητας.

Επιπλέον, η κοινή πρωτοβουλία για την έρευνα και την καινοτομία πρέπει να στοχεύσει στην κοινωνική ένταξη των εκατομμυρίων ανέργων νέων επιστημόνων τόσο στην Ευρώπη όσο και στη Λατινική Αμερική. Ο διάλογος για τη μετανάστευση θα μπορούσε να συμβάλει στην ανταλλαγή καλών πρακτικών.

Ivan Jakovčić (ALDE). – Gospođo predsjednice, želim uspjeh ovom 8. summitu EU-CELAC koji će se održati u Bruxellesu jer postoji mnogo razloga zašto želimo takav uspjeh. Postoje oni ljudski razlozi, postoje oni kulturni, ekonomski, politički razlozi. Zaista, ljudska povezanost i sve ono što nas vezuje uz Latinsku Ameriku za Europu je tako važno, i zato želim uspjeh ovom summitu.

Ono što želim posebno naglasiti svakako su dobri razvoji događaja na Kubi, u Venezueli, a vjerujemo da će tako nešto slično biti uskoro i u Kolumbiji. Želimo ipak da Venezuela dosegne daleko bolje vrijednosti od onih koje ima danas.

Ali, ono na što želim upozoriti je još nešto: to je problem dolaska kokaina iž tih zemalja koje će biti prisutne na CELAC-u, na ovom summitu, i zato molim da se o tome ozbiljno razgovara kao i o jednom detalju – *xylelli fastidiosi* – o kojoj smo pričali ovdje, a koja je došla iž Kostarike u Europu.

Doru-Claudian Frunzulică (S&D). – Madam President, the EU-CELAC summit is fundamental in order to strengthen relations between European, Latin-American and Caribbean countries. This will be a useful platform to discuss regional and global issues with our partners. Hopefully this year we will have the chance to talk about EU-Cuba relations, about the Venezuela situation and about the Colombian peace process, as well as about the trade agreement with Mexico and the revitalisation of trade agreements with Mercosur. I completely agree with Ms Mogherini when she states that we share cultural and historical roots and a wish for peace and prosperity. I would also like to underline the importance of the EuroLat Parliamentary Assembly to strengthening the monitoring of democracy and legitimisation as part of cooperation between countries.

(Fin des interventions à la demande)

Zanda Kalniņa-Lukaševica, *President-in-Office of the Council, on behalf of the Vice—President of the Commission/on behalf of the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy.* – Madam President, in just a few weeks' time we will have 61 heads of state and government in Brussels – about one third of the United Nations membership, representing around a billion citizens.

But, as the saying goes, we are much more than the sum of our parts. Over the last few years, the EU and CELAC have accumulated a considerable stock of political and economic capital, which is the reflection of a modern relationship developing in terms of equality and mutual respect. Today's debate has put forward ideas and perceptions which show that, while the region is indeed diverse, there is no one-size-fits-all approach. It also presents itself as a constructive partner with whom we can work and achieve things.

Several of you mentioned development cooperation with Latin America. The EU continues to provide aid to the poorest Latin American countries at bilateral level with development cooperation, and it increased regional cooperation to foster integration. The overall budget for 2014-2020 under the Development Cooperation Instrument is about EUR 2.4 billion.

You also asked about trade negotiations. Commissioner Malmström is planning a meeting with Mercosur ministers in the margins of the summit to try to relaunch negotiations on trade agreements.

Moments such as the upcoming summit will serve to reaffirm this relationship of equals and explore the modalities in which, together, we can address common challenges. But summits, whichever they may be, are just another stepping stone in the process. What is essential is to ensure a proper follow-up of what is discussed by leaders. This is why we will also propose at the summit to reinstall ministerial meetings in the year between the summits so as to strengthen our relations and ensure continuity.

Thank you very much for this debate.

La Présidente. – Le débat est clos.

(La séance est suspendue quelques instants)

Déclarations écrites (article 162)

Dita Charanzová (ALDE), *in writing***.** – Now is the time to infuse new vibrancy into our relations with Latin America and the Caribbean. I truly hope that the upcoming EU-CELAC Summit will mark the start of a renewed focus on many important areas of cooperation. The Summit provides the perfect opportunity to send a clear message on how to strengthen our trade ties with the region. I expect a clear political push for the upgrade of our trade relations with Mexico, as well as new momentum to our longstanding negotiations with Mercosur. Both sides must begin taking steps now to move forward.

While highlighting trade relations with the region, Europe must also be active in supporting civil society in Latin America. A strong civil society is vital to the democratic process. We must give additional support to countries such as Cuba during its transition to ensure that fundamental rights are respected throughout the process. The human rights situation in Venezuela is worsening. Supporting civil society there is key to ensuring a peaceful and democratic solution to the current crisis. As a first step, all political prisoners must be freed.

20. Iniciativa para o Emprego dos Jovens (debate)

La Présidente. – L'ordre du jour appelle le débat sur la question orale au Conseil sur l'initiative pour l'emploi des jeunes – nécessité d'une mise en œuvre rapide au niveau des États membres, de Marita Ulvskog, au nom de la commission de l'emploi et des affaires sociales (O–000051/2015 – B8-0551/2015) (2015/2679(RSP)).

Marita Ulvskog, *author***.** – Madam President, the crisis has caused youth unemployment to reach alarming levels in many Member States and regions. Many young people are deprived of taking on a first job and are thus obstructed from assuming independent adult lives. In 2013, to urgently help address the situation, the Youth Employment Initiative was adopted. The purpose of this initiative is to provide funding to promote youth employment in the most affected regions of the European Union, including by establishing youth guarantee schemes.

With a view to ensuring swift implementation, the Youth Employment Initiative was front-loaded and expenditure was made eligible as of 1 September 2013. Yet well over one year into the programme, the results on the ground do not meet initial expectations. Measures designed to allow for a quick uptake of funds have not led to a quick and efficient mobilisation of the Youth Employment Initiative, and opportunities to urgently address youth unemployment have been left unused. The initiative was initially proposed by the European Council, yet at present – over one-and-a-half years after expenditure was made eligible – Member States' use of its resources falls far short of expectations, and progress is uneven.

Besides a lack of liquidity to launch the Youth Employment Initiative, an issue now addressed by the proposed substantial increase in pre-financing, what is holding Member States back? How does the Council intend to urgently encourage swift and efficient implementation? The Member States faced with the highest youth unemployment rates and hardest hit by the crisis are, on average, lagging behind in using Youth Employment Initiative resources and implementing Youth Guarantee schemes, while long-term policies are needed to address this issue.

What specific hurdles do they face? What improvements can the Council promise? Can the Council ensure sound funding for the Youth Employment Initiative once the frontloading funds have been used? Parliament is expecting a quick, efficient and result-oriented use of the additional pre-financing within 12 months after the entry into force of the amending regulation.

What measures does the Council envisage in order to assure the young unemployed, and Parliament, of this swift use of funds? How does it intend to report on progress to the young unemployed, to Parliament, and to other stakeholders involved? Can the Council promise an assessment of progress six months after the entry into force of the amending regulation? How does the Council intend to proceed where those results do not meet expectations, even after the current increased pre-financing?

Zanda Kalniņa-Lukaševica, *President-in-Office of the Council.* – Madam President, I am grateful for this opportunity to discuss with you the youth labour market situation in the European Union. The Presidency attached great importance to improving the conditions of groups facing the biggest challenges to accessing or remaining in employment. These groups include, in particular, young people, and among them especially those without proper education and skills.

Fighting youth unemployment and ensuring sustainable labour market integration remains a top priority for the EU. Indeed, the Europe 2020 strategy has put a special focus on implementing effective measures to address youth unemployment.

The reality is that youth unemployment is still at a very high level in several Member States, leading to underutilised talents, the loss of human resources and, in some cases, leaving damaging consequences for the rest of the working life.

In this context, the Youth Guarantee, together with the financial provisions of the Youth Employment Initiative, are highly relevant: both measures seek to support the fight against youth unemployment in the most affected regions, namely those with youth unemployment rates above 25%.

As a positive example, I would like to underscore the experience of Latvia. Latvia is one of the countries which started the implementation of the Youth Guarantee as of January 2014. We can already see the first results: the youth unemployment rate decreased by 3.8% in 2014. A lot depends on the programmes implemented by the Member States. Nevertheless, it is already clear that more needs to be done.

Despite the promising stimulus, the Youth Employment Initiative and the Youth Guarantee are not a panacea to solve Europe's youth unemployment problems. They are part of a range of tools to address the issue.

As we all know, the shorter implementation period of the Youth Employment Initiative compared to the Multiannual Financial Framework cycle means that concrete progress in the first years will be crucial for the overall success of the Initiative. This can help to tackle the problem faced by the millions of young Europeans who are without a job and who do not have adequate access to education or training.

Therefore, I am convinced that the honourable Members of the European Parliament share my view that any further delay in the implementation of the Youth Employment Initiative is likely to weaken the impact of actions undertaken by Member States to combat youth unemployment.

One of the main obstacles in the implementation of the Youth Employment Initiative is the lack of sufficient cash flow to provide advance payments to beneficiaries. The Presidency wants to highlight the importance and timeliness of the current legislative proposal to accelerate the implementation of the Youth Employment Initiative. I therefore fully agree with the European Parliament that making funding available to Member States earlier in the implementation process is a key condition for improving the performance and generating tangible results soon. Sufficient liquidity at the beginning of the implementation process will allow for faster delivery of the relevant policy measures set out in the national Youth Guarantee Implementation Plans.

We can be proud that the current amending legislative proposal has been finalised in record time. The Council adopted the draft proposal yesterday. Today, immediately after your vote, we, together with President Schulz, co—signed the text already. After the publication, which will occur in the coming week, Member States will be able to receive pre-financing.

In total, the initial pre-financing made available from the specific allocation for the Youth Employment Initiative will be increased to about EUR 1 billion in 2015.

I would like to take this opportunity to reaffirm that the Council will continue to actively monitor developments concerning the youth employment situation and the implementation by the Member States of the Youth Guarantee and the Youth Employment Initiative. At the same time, we need to keep in mind that the causes behind youth unemployment are complex. The increase in funding is complementary to other measures and reforms that Member States have to make in order to tackle the different crisis-related and structural problems behind the youth employment situation. All in all, to significantly reduce unemployment, we need to do more to create new jobs.

Last but not least, let me also underscore the important role the Social Partners play in this context.

Elisabeth Morin-Chartier, *au nom du groupe PPE***.** – Madame la Présidente, je voudrais dire ce soir à notre représentante du Conseil que les États membres ont voulu cette initiative pour l'emploi des jeunes. C'est leur invention. Ils ont fait de la communication à bon compte sur l'initiative pour l'emploi des jeunes. Parfois même, je dois dire, ils ont créé la confusion entre la garantie jeunesse et l'initiative pour l'emploi des jeunes. Mais cette initiative pour l'emploi des jeunes correspond à un véritable besoin des citoyens; vous parliez de l'importance du nombre de jeunes chômeurs qui appelle une réaction très forte.

Pourtant, au cours de la première année de fonctionnement de cette initiative pour l'emploi des jeunes, on a observé dans les États membres une véritable faiblesse dans la mise en œuvre. Il y a quelques bons exemples – vous les citiez à l'instant –, mais ce n'est pas le cas partout. Était-ce un manque de financement? Nous avons réagi aussitôt au quart de tour. Sur ce sujet, pour une fois, la réaction de l'Union européenne a été d'une rapidité exceptionnelle. Et, en trois mois, nous faisons passer le préfinancement de 1 % à 3 %.

Merci à tous les groupes politiques qui nous ont aidés à réagir. Merci au Conseil et merci à la Commission. Mais nous ne lâcherons rien parce que ce que nous voulons, c'est que ce dispositif soit utilisé. J'ai vu beaucoup de ministres qui confondaient encore garantie jeunesse et initiative pour l'emploi des jeunes. J'ai vu beaucoup de gens qui avaient besoin d'information, de communication.

Nous voulons vraiment que cette initiative soit mise en œuvre, alors aidez-nous et faites pression sur les États membres.

Brando Benifei, *a nome del gruppo S&D***.** – Signora Presidente, onorevoli colleghi, cara rappresentante del Consiglio, sono lieto di avere nuovamente la possibilità di affrontare il grave tema della disoccupazione giovanile a poche settimane dall'approvazione del provvedimento per l'aumento della somma di prefinanziamento per l'iniziativa a favore dell'occupazione giovanile.

Oggi il Parlamento europeo chiede agli Stati membri una dimostrazione di serietà nell'affrontare la piaga della disoccupazione dei giovani europei. Abbiamo bisogno di ricevere rassicurazioni sul fatto che il Consiglio sia disposto a battersi per i suoi giovani, a qualunque costo: «ready to do whatever it takes», per usare una terminologia a noi tutti ben nota.

Lo abbiamo detto in precedenza, lo ripeto oggi: il Parlamento ha fatto un gioco di squadra con la Commissione e il Consiglio nell'approvare la modifica al regolamento FSE, permettendo così lo sblocco di risorse per gli Stati in tempi record. È giunto però ora il momento di produrre risultati, di lanciare i programmi e superare in modo definitivo gli ostacoli.

Non si tratta solo di un problema di natura finanziaria, però. Innanzitutto bisognerà risolvere grossi problemi legati a un eccesso di burocrazia nella registrazione ai programmi sia per i giovani sia per le aziende, i partner che vorrebbero associarsi. Inoltre sarà essenziale potenziare l'aspetto della comunicazione riguardo a questi programmi, che è ad oggi assolutamente insufficiente. Tanti ragazzi, soprattutto quelli che più ne hanno bisogno, non conoscono nemmeno l'esistenza della garanzia per giovani e dell'iniziativa per l'occupazione giovanile. Questo è francamente assurdo.

Dobbiamo cambiare la marcia in fretta. Bisogna aumentare gli sforzi affinché i giovani ricevano offerte di qualità, impedendo il rischio che questi strumenti diventino un'anticamera alla precarietà o addirittura uno strumento di sfruttamento. Tutto ciò va portato avanti dagli Stati membri, con l'aiuto della Commissione e con la vigilanza del Parlamento. Essi devono essere all'altezza di una sfida che può definire o costare le sorti di un'intera generazione.

L'iniziativa a favore dell'occupazione giovanile da sola non è in grado di creare nuovi posti di lavoro. Non esistono bacchette magiche: a fianco dell'utilizzo rapido ed efficiente di tutte le risorse offerte dall'Unione serve associare una politica di crescita dell'economia che passi dagli investimenti in settori strategici. In sostanza serve quindi una politica industriale europea, la capacità di distribuire reddito in un'Unione ancora troppo marchiata dalle disuguaglianze per lasciare un futuro migliore alle prossime generazioni.

(L'oratore accetta di rispondere a una domanda «cartellino blu» (articolo 162, paragrafo 8, del regolamento))

Tibor Szanyi (S&D), *Kékkártyás kérdés***.** – Igen, én is azt gondolom, amit Ön, hogy minőségi munkahelyekre van szükség, de vajon Ön lát-e olyan ellenőrző, értékelő rendszert, amely valóban garantálni tudja, hogy a pénzfelhasználás során a kormányok ne csak valamiféle „alibi" állásokról gondoskodjanak, ne csak pénzt költsenek úgy általában, ne csak statisztikát javítsanak, hanem valódi, ellenőrizhető módon nyújtsanak segítséget a fiataloknak?

Brando Benifei (S&D), *risposta a una domanda «cartellino blu»***.** – Credo che sia necessario un misto di azioni: da una parte, una capacità di far crescere l'economia in modo che i lavori, i posti lavoro che si creano siano veri e si faccia in modo che questi progetti, questi fondi europei, non diventino dei sussidi, quindi delle politiche di sussidio, ma siano davvero degli attivatori del lavoro; dall'altra parte, serve che la Commissione, con indicazioni chiare, e il Parlamento vigilino sugli Stati membri. Quindi, servono entrambe le cose.

Anthea McIntyre, *on behalf of the ECR Group***.** – Madam President, unemployment in my country and in my own region of the West Midlands has in fact been declining significantly over the last few years. Unemployment amongst the 16-24 year olds has been falling rapidly over the last year. Yet it edged down only slightly in the 3 months to March and, as a result, youth unemployment now stands at 15.9%, and the most recent figures from the CBI show that unemployment actually rose last month in the West Midlands.

So whatever the statistics tell us, what I know is that we still have six and a half thousand 16-24 year olds unemployed in the city of Birmingham. So we need to take a very good look at what is, and what is not, successful.

The Youth Employment Initiative has fallen very short of expectations. I find the Court of Auditors report very worrying and I particularly welcome the opportunity of an exchange of views with Iliana Ivanova, in the Employment Committee next week, on the ECA's special report. If the Youth Employment Initiative is not having a positive impact, we should be looking carefully at why this is the case and, in a week when we see the better regulation package announced by Vice President Timmermans, let us make sure that we help SMEs, because that is where growth comes, and that is where jobs for young people will come.

Marian Harkin, *on behalf of the ALDE Group***.** – Madam President, the reason we are here this evening is to ask searching questions about the Youth Employment Initiative. Some of those questions have been put already. They include: why has the uptake been so slow, what is the delay, what improvements can we expect, and when?

I do not need to quote the youth unemployment figures. All of us in this House know that they are unacceptably high. The EU institutions have put forward the Youth Employment Initiative as their response to youth unemployment. We are supposed to be adding value at European level and yet, so far, unfortunately, there seems to be little European added value.

If we are to be successful, the Council must play its role (and it is a hugely important role) in implementing the Youth Employment Initiative. There is plenty of flexibility within the Youth Employment Initiative: the possibility to provide traineeships and apprenticeships, the provision of first job experience, targeted and well-designed wage and recruitment subsidies, job and training mobility measures and start-up support for young entrepreneurs.

The Council has already told us that the Youth Employment Initiative and the Youth Guarantee are not a panacea. We know that, but they are substantial and the reason we are pushing the Council is because we are genuinely concerned about the delay regarding this issue of youth unemployment. As our question says, we are expecting a quick, efficient and result-oriented use of the additional pre-financing.

My colleague, Anthea McIntyre, has spoken about the issues raised by the Court of Auditors in regard to the Youth Guarantee. We have already had an exchange of views with the Court of Auditors and some of these issues need to be addressed: the fact that there was no proper ex-ante assessment carried out and that Member States did not provide accurate and complete information in regard to the source of funding used to support their Youth Guarantee implementation plans. These issues need to be addressed but, crucially, we are expecting Member States to take on their full responsibility and immediately implement the Youth Employment Initiative.

Tania González Peñas, *en nombre del Grupo GUE/NGL***.** – Señora Presidenta, más allá de las dudas razonables planteadas en la pregunta de Marita Ulvskog existe un problema estructural, y es que las políticas de recortes sociales están conduciendo a los países que las aplican hacia un cambio de modelo en el que la precariedad y la pobreza se convierten en la norma, un modelo en el que es normal trabajar y no llegar a final de mes. Para llevar a cabo políticas expansivas y de creación de empleo, debemos, entre otras cosas, encontrar una solución razonable y dialogada al problema de la deuda en el sur de Europa, democratizar el Banco Central Europeo y abordar en nuestros países una reforma fiscal progresiva que aumente los impuestos sobre los más ricos.

Mientras tanto, medidas como la Iniciativa de Empleo Juvenil y la Garantía Juvenil funcionan más bien como una excusa para transferir fondos públicos a las empresas, abaratando la contratación temporal de menores de 26 años y partiendo de una premisa errónea: la falta de empleabilidad de los jóvenes.

Los jóvenes no necesitan más formación, sino una nueva política económica que inyecte dinero público en la economía y cree empleo de calidad y socialmente útil. El autoempleo juvenil actualmente conlleva, en muchos casos, el endeudamiento y la quiebra de un negocio que no tiene mercado ni consumidores. Si seguimos empobreciendo a la población y recortando en fondos públicos, la demanda de los bienes y servicios que pueden aportar empresas privadas, cooperativas y autónomos va a seguir contrayéndose y limitando sus posibilidades.

Reiteramos nuestra apuesta por un nuevo rumbo económico que coloque en el centro la creación de empleo útil y de calidad.

Terry Reintke, *on behalf of the Verts/ALE Group***.** – Madam President, we are having this debate today because the Committee on Employment and Social Affairs has posed an oral question to the Council under the title 'Youth Employment Initiative – need for swift implementation at Member State level'.

As important as this question is, I would assume that at least 99% of EU citizens do not have a clue what an oral question actually is and what this debate is about. So I thought I should explain. It is stated in the question that the financial and economic crisis 'has caused youth unemployment to reach alarming levels in many Member States'. Let me translate this statement briefly and bluntly.

Neo-liberal policies, following a deregulation agenda, have messed up European economies and created massive levels of youth unemployment in recent years. The group most affected by this are young people who had no opportunity to influence the policies that led to this situation. Now, as a reaction to this, we see a common pattern – youth is blamed, the EU reacts, the EU allocates money. For me, it is still far too little, but, well, the EU allocated money to fight youth unemployment that is now supposed to be spent by the Member States in the regions most affected by youth unemployment.

The oral question reads: 'results on the ground do not meet initial expectations'. Wow! This sentence is almost too diplomatic to even be translated, but I will try. Many Members of this Parliament, including me, are simply outraged by the fact that the money allocated to the Member States for the Youth Employment Initiative has still, after 22 months, not been properly taken up. We, as parliamentarians, thus use this tool of an oral question to tell the Member States very clearly that we need to see action now. I hope that many citizens will follow this example and go out on the streets, write letters and pose questions to their governments, urging them to take action.

Laura Agea, *a nome del gruppo EFDD***.** – Signora Presidente, onorevoli colleghi, grazie alla rappresentanza del Consiglio; io mi sono chiesta più volte il perché di un'inefficacia così tanto evidente di un'iniziativa che doveva avere uno scopo ben preciso, ahimè, quello di risolvere il problema della disoccupazione e non di incrementare l'occupazione. Perché noi purtroppo ad oggi stiamo lavorando nell'emergenza di un problema gravissimo, quale la disoccupazione, che non ci permette ovviamente di fare progetti a lungo termine, che non ci permette minimamente di pensare al futuro, di creare occupazione e di innovare.

La collega Morin-Chartier ha fatto una precisazione: ha detto che molto spesso si confonde l'iniziativa per l'occupazione giovanile con la garanzia per giovani, e questa è una problematica che molto spesso hanno i ministri e i capi di governo. Molto spesso, purtroppo, sono costretta a dire che in molti non sanno probabilmente neanche che cosa è l'iniziativa per l'occupazione giovanile e ugualmente non sanno che cos'è la garanzia per giovani, e non fare la differenza tra le due e stabilire quale è l'una e quale è l'altra. Questo è ancora più grave, perché se si sapesse quali sono le opportunità, se si facessero dei programmi specifici che tengano conto veramente delle esigenze dei nostri giovani, beh, forse si potrebbero fare delle politiche estremamente più efficaci, cosa che nel mio paese, purtroppo, non avviene. Abbiamo mancato tutti gli obiettivi.

Io posso chiedere una cosa, perché continuo a vergognarmi del modo in cui vengono sprecate le occasioni fornite dall'Unione europea: fate un monitoraggio attento di come vengono utilizzate queste risorse dai paesi e dagli Stati membri, vigilate, controllate i programmi, controllate le modalità d'attuazione, controllate dove e come vengono spesi i soldi, perché vi posso garantire che i giovani che hanno beneficiato di queste risorse in Italia si contano sulle dita di una mano – lasciatemi passare il paragone, che non regge tanto, ma questa è la realtà. Questa è la realtà e bisogna prenderne atto.

Io invito a un monitoraggio, a un controllo attento e continuo di come vengono utilizzati questi soldi.

Verónica Lope Fontagné (PPE). – Señora Presidenta, hemos de reconocer que los resultados obtenidos todavía no cumplen las expectativas y, por ello, debemos trabajar conjuntamente para convertir la Iniciativa en un instrumento útil y efectivo. Uno de los principales obstáculos a la implementación parece solucionado. El incremento de la prefinanciación permitirá que los Estados miembros que no eran capaces de adelantar fondos por problemas de liquidez puedan poner en marcha las acciones necesarias para que los jóvenes se incorporen al mercado laboral.

Por ello, debemos ser capaces de identificar y solventar otros obstáculos que puedan existir. Pero yo soy optimista, y permítanme que, por ello, ponga de ejemplo a mi propio país. España es uno de los países con mayores tasas de desempleo juvenil. Cuenta con un modelo descentralizado que ralentiza, en algunos casos, su implementación, pero, pese a estas dificultades, es uno de los primeros que ha puesto en marcha las medidas necesarias. Ya disponemos de más de cuarenta y ocho mil inscripciones, un 43 % de mujeres, que, gracias al incremento de prefinanciación y a las campañas de publicidad en marcha, se verán multiplicadas exponencialmente. También puede ayudar mucho la cooperación con las cámaras de comercio, una mayor implicación de las empresas y una mejora de los asesoramientos en la búsqueda de empleo para alcanzar los objetivos.

Jutta Steinruck (S&D). – Frau Präsidentin! Es ist traurig, wie lange das dauert und wie die Chancen vieler junger Europäerinnen und Europäer durch Initiativlosigkeit vergeudet, ja vernichtet werden. Aber wir hier im Europäischen Parlament werden bei der Bekämpfung der Jugendarbeitslosigkeit nicht locker lassen. Deswegen ist es uns auch wichtig gewesen, heute diese Anfrage zur mündlichen Beantwortung an den Rat zu stellen. Denn vom Ziel, die Jugendarbeitslosigkeit in Europa zu reduzieren oder gar auf null zu fahren, sind wir ja nach wie vor Lichtjahre entfernt.

Seit Jahren gibt es wirksame Gipfel, öffentliche Konferenzen, schöne Worte, viele Versprechungen – aber nichts hat sich getan. Und immer wieder wurden Gründe und Probleme aufgezeigt für den Misserfolg. Erst war kein Geld da, dann wurde Geld zur Verfügung gestellt. Dann war Geld da, aber es wurde nicht abgerufen. Dann waren Ko- oder Vorfinanzierung das Problem, das haben wir jetzt auch gelöst. Aber jetzt darf es endlich keine Ausreden mehr geben. Jetzt müssen die Mitgliedstaaten endlich handeln und wirklich sichtbare Initiativen vorweisen. Helfen Sie der Jugend, bitte!

Jana Žitňanská (ECR) – Vieme, že návrh Komisie o navýšení predfinancovania iniciatívy pre mladých sa tu v Parlamente stretol s významnou podporou. Táto podpora ale nie je bianko šekom. Je predovšetkým o tom, že už nebudú existovať výhovorky, pre ktoré program nefunguje tak, ako by mal. Ak napriek navýšeniu nie sme schopní ponúkať mladým zručnosti a prácu, ktorú sme im sľúbili, ukáže to predovšetkým na pochybnosť takýchto schém. Ak totiž aktivizácia nezamestnaných dobre fungovala napríklad vo Fínsku a teraz zlyháva v štátoch, kde je najviac potrebná, ukazuje to, že problém s nezamestnanosťou je komplikovanejší a vyžaduje si iné riešenia. Európska únia síce vie pomôcť, ale len tým naozaj pripraveným. Preto ma dnes naozaj najviac zaujíma odpoveď Rady na poslednú otázku, a síce: ak aj napriek uplynutému času, navýšeniu prostriedkov a odbornej pomoci nie sú členské štáty schopné efektívne pomáhať mladým, sme si stále istí, že nepoznáme lepšie spôsoby pomoci?

Martina Dlabajová (ALDE). – Paní předsedající, iniciativa na podporu zaměstnanosti mladých je kromě reforem trhu práce jedním z důležitých nástrojů ke zvyšování aktivity mladých lidí na pracovním trhu. Proto považuji zprávu o tom, že Evropská rada zvýšila předběžné financování v roce 2015 o téměř jednu miliardu EUR za velice důležitou. O to více mě těší, že ke schválení v Evropské komisi, Parlamentu i Radě došlo v rekordně krátkém čase. Efektivní a smysluplná spolupráce je totiž jedinou cestou, která může vést k lepší budoucnosti mladých.

Všichni jsme si vědomi toho, že rozdíly v nezaměstnanosti mezi jednotlivými členskými státy jsou propastné. V některých zemích je dokonce vyšší počet mladých lidí bez práce než těch zaměstnaných. Jiné země jsou na tom s pracovním uplatněním mladých naopak tak dobře, že na prostředky z iniciativy vůbec nedosáhnou. Věřím, že nyní po schválení předfinancování Evropskou radou se celý proces implementace urychlí. Je znepokojující, že ještě po více než roce od spuštění iniciativy nevidíme reálné výsledky a možnosti, které jsou k dispozici, zůstávají nevyužity. Jsou příčinou této situace administrativní překážky? Nebo vágní definice typu „kvalitní zaměstnání“, které stanovují těžko definovatelné a hodnotitelné cíle?

Ráda bych osobně vyzvala členské státy, aby se této velké příležitosti změnit neradostnou situaci na trhu práce chopily zodpovědně a opravdu účinně využily podanou ruku. Jak vy, zástupci Rady, chcete členské státy motivovat?

Karima Delli (Verts/ALE). – Madame la Présidente, Madame la représentante du Conseil, j'ai un message très simple à faire passer. Dites à Mesdames et Messieurs les chefs d'État ou de gouvernement: «Arrêtez le bla bla. Faites preuve d'audace. Faites réellement preuve de courage. Faites en sorte que la priorité de vos choix politiques soit l'emploi des jeunes!» À ce jour – c'est une honte –, selon la Cour des comptes, aucun emploi n'a été créé grâce à l'initiative européenne pour la jeunesse. Le retard à l'allumage, dont les États membres se sont rendus coupables, n'est plus justifiable puisqu'on l'a dit, l'enveloppe a été augmentée. Bien sûr, il faut améliorer les dispositifs administratifs pour soutenir activement les jeunes et les prémunir de pauvreté et de l'exclusion, mais il faut bâtir l'avenir.

Les chefs d'État ou de gouvernement doivent comprendre qu'on connaît les secteurs d'avenir. Quels sont-ils? Les énergies renouvelables, l'isolation thermique. On connaît aussi le numérique. C'est là qu'il faut vraiment investir. Pourquoi? Parce que tous ces débouchés sont des débouchés solides, durables et non délocalisables.

Mesdames et Messieurs les chefs d'État ou de gouvernement, vous n'avez aujourd'hui plus le droit de faire de la communication. La jeunesse n'est plus une variable d'ajustement.

Jonathan Arnott (EFDD). – Madam President, well who could possibly have guessed that we would end up here – a headline EU policy involving taxpayers' money that just has not worked out. It kind of sums up the European Union really, does it not? A big idea, splashing about taxpayers' money like cologne, and the results are ineffective and disappointing. And when countries realise that this EU state intervention is not right for their countries, what does this Parliament seek to do but try to force them to do it the EU way anyway!

There is such a simple alternative: British taxpayers funding British projects with British knowledge to get British young people into work; German taxpayers funding German projects; Latvian taxpayers funding Latvian projects. It is so simple and straightforward. It does not have to be the EU way. Stop interfering and leave countries to spend their own money to support their own young people.

Joëlle Mélin (NI). – Madame la Présidente, M[me] la présidente de la commission de l'emploi et des affaires sociales a très bien fait de poser sa dernière question. Que faire si l'augmentation des préfinancements ne donne aucun effet dans les douze mois?

Sans doute est-elle frappée par la grâce de la lucidité car, les mêmes causes produisant les mêmes effets, l'utilisation incohérente des fonds européens, en l'occurrence le FSE, continuera de conforter le chômage des jeunes au lieu de le diminuer. En effet, plus de chômage égale plus de charges sociales, égale moins d'embauches: cercle vicieux que tous les États membres connaissent bien.

Il est donc urgent de quitter la sphère des mots et des jargons utilisés depuis plus de 30 ans dans cette institution et de passer aux actes: allégeons les contraintes européennes sur les États et les entreprises, tout particulièrement les TPE et les PME; libérons les contraintes normatives en matière de formation professionnelle et d'emploi; levons les freins à l'entrepreneuriat et aux énergies. Stop donc aux sommes colossales déversées dans des puits sans fond et sans contrôle!

Rendez-vous dans un an. Hélas, sauf surprise, les résultats négatifs sont connus d'avance.

Agnes Jongerius (S&D). – Het is bijna zomer en het is bijna acht jaar nadat de grote financiële crisis in Europa toesloeg. Banken wankelden, bedrijven gingen over de kop en de werkloosheid liep pijlsnel op. Zes lichtingen schoolverlaters kwamen op de arbeidsmarkt zonder al te beste vooruitzichten. Overal in Europa is de werkloosheid onder jongeren torenhoog.

Het Europees Parlement heeft zich ingezet voor een nieuw perspectief voor de jongeren uit de meest getroffen regio's. Mede door deze inzet is er nu geld beschikbaar voor prefinanciering. Programma's om jongeren naar de arbeidsmarkt te begeleiden hoeven niet langer te wachten tot regeringen in hun land de medefinanciering rond hebben. Zij hoeven geen tijd te verspillen.

Maar *noblesse oblige*, adel verplicht. Over zes maanden willen wij weten of wij op de goede koers zijn, want wij willen niet een achtste lichting schoolverlaters zonder perspectieven op de arbeidsmarkt.

Enrique Calvet Chambon (ALDE). – Señora Presidenta, señora Presidenta en ejercicio del Consejo, si en algo se juega su credibilidad Europa, si en algo se juega, de cara a nuestros votantes y de cara a la ciudadanía europea, la posibilidad del proyecto europeo, es en acabar con la lacra del desempleo masivo y brutal. Es fundamental para el futuro de nuestros jóvenes en particular.

Si el Consejo ha decidido tomar las riendas de esto, me parece muy bien. Pues que se busque la vida, pero que haga trabajar a los Estados miembros, que no vengan con excusas absolutamente inútiles frente al drama que se vive: que si la descentralización administrativa; que si no tienen capacidades administrativas; que si el dinero les llega tarde. Miren ustedes: ¡no estamos de broma! Lo último que he oído es que, además, hablar de empleos de calidad hace que no puedan ser recogidos determinados proyectos. Es un absurdo. Queremos incluir a los jóvenes y ¡tienen que hacerlo ahora!

Javi López (S&D). – Señora Presidenta, lo que tenemos claro es que no acaba de arrancar la Iniciativa de Empleo Juvenil. Aun habiendo hecho un esfuerzo en la prefinanciación de los Estados, sabiendo que los objetivos de déficit estaban ahogando la financiación de este programa para algunos Estados, no acaba de funcionar.

Tenemos cinco millones de jóvenes parados —cinco millones de jóvenes parados de menos de 25 años— y resulta que el Eurobarómetro hace poco nos ha recordado que solo ocho de cada diez ha oído hablar de esta Iniciativa —solo ocho de cada diez—, y habla de la eficacia que estamos teniendo. Pero pongamos algún ejemplo: se ha puesto el ejemplo de España. España es importante, no solo porque tiene mucho desempleo juvenil, sino sobre todo porque es el primer país en recursos. Pues resulta que de los 800 000 parados jóvenes sólo 48 000 se han registrado, y digo «registrado» porque sólo se han registrado; eso no quiere decir que hayan encontrado un empleo, ni que se estén formando. Y, además, resulta que los recursos se van a dedicar a deducciones fiscales, es decir, van a despedir a tu padre para contratarte a ti por la mitad del precio con subvención de la Unión Europea. ¡Eso es un escándalo!

Yana Toom (ALDE). – Madam President, I would like to raise some concerns regarding the measurement of the efficiency of the Youth Guarantee in some Member States. For impact assessment we need certain criteria and the youth unemployment rate is only one of them.

In Eastern and Southern Europe, we can observe rapid changes to young populations due to emigration. For example, in Estonia the youth unemployment rate went down from about 17% at the beginning to about 12 % at the end of 2014: what a success story! But if unemployment rates fall basically due to a youth exodus, these figures cannot prove the efficiency of the program. The Commission shall also consider the unemployment rates of key social groups.

In my country, the annual unemployment rate for ethnic Estonians is 1.6 times lower than for Russian speakers. Russian speakers made up 27% in this age group, but their unemployment rate was almost 21%. This aggregated statistical data is crucial for the adequate analysis of any measures, including the Youth Guarantee.

Emilian Pavel (S&D) – Doamnă Președinte, aș dori să încep prin a saluta decizia de suplimentare a fondurilor de prefinanțare privind Inițiativa angajării tinerilor. Pentru un impact cât mai mare, încurajez Comisia să aloce și mai multe resurse programelor care vizează combaterea șomajului, punând accentul pe încurajarea antreprenoriatului în rândul tinerilor și femeilor și să lucreze împreună cu statele membre, cu Fondul european de investiții, cu Banca Europeană de Investiții pentru a crea un grup consultativ menit să dezvolte mecanisme de finanțare pentru noile afaceri ale tinerilor și femeilor,în fiecare stat membru. Acest lucru le va facilita dezvoltarea. Doar așa le vom putea păstra ideile creative în Uniunea Europeană. În ceea ce privește sistemul de educație, în opinia mea, acesta trebuie să fie ancorat în realitate și cât mai practic. Pentru realizarea acestui lucru trebuie să insistăm pe lângă statele membre să îmbunătățească și să intensifice relațiile între principalii actori implicați, respectiv guverne, angajatori, instituții de învățământ publice sau private și, nu în ultimul rând, organizațiile societăților civile în fiecare stat membru. În calitate de reprezentant al tineretului, consider că școala trebuie să ofere debușeuri reale absolvenților și să le asigure o tranziție cât mai ușoară către câmpul de muncă.

Siôn Simon (S&D). – Madam President, this scheme had been running for a year before – in March 2014 — the Tory Government of the UK even presented any programmes to draw down any money whatsoever. They then only proposed to draw down a minimum amount. There were EUR 206 million available to the UK, tens of millions of euros available to help put young people in my region of the West Midlands back into work. The United Kingdom Government, led by these Conservatives has now put in a minimal proposition to draw it down a year late. And, of course, they refuse to accept the basic rules that apply to everybody else in the Union, that govern this scheme, to enable the money to be drawn down. They will not in fact draw it down unless it is done in their own special different way. The result is that young people in the West Midlands, tens of thousands of them, remain unemployed.

Георги Пирински (S&D). – Г-жо Председател, въпросът, който се обсъжда, всъщност е един: какво е отношението на Съвета по въпросите на изпълнението на така шумно рекламираната вече няколко години младежка гаранция?

Във въпросите, които бяха зададени на Съвета и не получиха отговор в началното изявление, обръщам внимание на два. Ще се ангажира ли Съветът да представи оценка за хода на изпълнението на тази гаранция, шест месеца след като тя влиза в сила съгласно поправения регламент и какво ще прави Съветът в случай че та тази гаранция очевидно не работи?

Това са въпросите, на които искаме отговор, това е задължението на Съвета във всяко свое заседание в състав министри на труда и социалните въпроси, на първо място да поставя как се изпълнява гаранцията.

Evelyn Regner (S&D). – Frau Präsidentin! 153 Milliarden pro Jahr – diese Summe kennt hier in diesem Hause wohl jeder – sind die Kosten, die die Jugendarbeitslosigkeit in Europa verursacht. Trotzdem gibt es in vielen Ländern immer noch Probleme beim Einreichen von Projekten und bei der Abholung der Gelder.

Ich möchte darauf hinweisen, dass die Jugendlichen selbst nun dieses Programm bereits kritisieren, und zwar genau deshalb, weil die Mittel bei den jungen Menschen so gar nicht ankommen. Ich möchte Sie, sehr geehrte Vertreterinnen des Rates, auf eine Kampagne des Europäischen Gewerkschaftsbundes und seiner Jugendverbände aufmerksam machen: *Back to our Future*. Diese Kampagne zeigt deutlich, welches Bild der europäischen Politik bei den Jugendlichen entstanden ist. Für Bankenrettungen sind binnen kürzester Zeit unvorstellbare Summen zur Verfügung gestellt worden. Aber wenn es um die jungen Menschen geht, kommt viel zu wenig Geld viel zu spät an.

Ich denke, dass dieses Gefühl der jungen Menschen keinesfalls trügt. Ich hoffe, dass alle Mitgliedstaaten bald dasselbe behaupten können wie das Europäische Parlament, nämlich ihre Aufgaben gemacht zu haben.

Thomas Mann (PPE). – Frau Präsidentin! Uns geht es – das spürt man bei allen – um 5 Millionen junge Menschen, die ohne Ausbildung sind, ohne Arbeit, ohne Perspektive. Wir wollen nicht mit schönen Worten trösten, wir wollen konkrete Maßnahmen, also europäische Jugendgarantie plus Jugendbeschäftigungsinitiative.

Nur, wenn die 6 Milliarden Euro – und es sind mehr – nicht abgerufen werden, wenn die regionalen Institutionen sich in den Kompetenzen nicht einig sind, wenn die Kofinanzierung in Problemregionen und in Krisenstaaten nicht ausreicht, heißt das doch nur, dass wir die Verhinderer von effektivem Handel verhindern.

Daher frage ich Sie, Frau Ratsvertreterin: Wird die Jugendgarantie besser umgesetzt, wenn der Vorschussbetrag von 1 % auf 30 % steigt? Werden Sie das Thema bei den Ratsgipfeln ständig auf die Tagesordnung setzen? Beziehen Sie die Sozialpartner ein? Sorgen Sie dafür, dass die kleinen und mittelständischen Unternehmen selbstverständlich dabei sind?

Wir im Europäischen Parlament wollen die Betroffenen niemals allein lassen. Diese Botschaft ist, glaube ich, angekommen. Hoffentlich können Sie die Mitgliedstaaten davon überzeugen.

Miapetra Kumpula-Natri (S&D). – Arvoisa puhemies ja neuvoston edustaja, nuorisotyöttömyysaloite otettiin kiitollisena vastaan, kun se hyväksyttiin vuonna 2013.

Vaalien alla puhuttiin hyvin monen puolueen toimesta nuorille, että tämä on myös teidän mantereenne, Eurooppa toimii myös teidän hyväksenne. Missä on unionin uskottavuus, jos nuorille luvataan suurin kirjaimin, mutta tämä raha, joka on myös käytettävissä, ei konkretisoidu heille saakka?

Nuorisotyöttömyyden hoitoon ei saa väsyä millään tasolla. On kamppailtava jatkuvasti uusien keinojen ja käytänteidenkin löytämiseksi. Kaikkia keinoja ja työkaluja tulee käyttää, ja koko yhteiskunta, julkinen sektori, yritykset, pienyritykset ja kansalaisjärjestöt täytyy ottaa mukaan, löytää projekteja ja jakaa hyviä ideoita, unohtamatta myöskään pehmeämpiä aloja. Tekemätöntä työtä Euroopassa riittää.

En suostu puhumaan kadotetusta sukupolvesta. Myös lama-ajan nuorille ja sukupolvelle on pystyttävä tarjoamaan avaimia itsenäiseen elämään, kokemusta ja koulutusta, jotta he voivat viedä Eurooppaa eteenpäin.

Interventions à la demande

Sofia Ribeiro (PPE). – Senhora Presidente, passados dois anos do lançamento da Iniciativa para o Emprego Jovem esta ainda não está a ser implementada em toda a União como era esperado, com prejuízo para os jovens europeus. A taxa de desemprego jovem permanece em níveis absurdamente elevados, numa altura em que são disponibilizadas todas as condições para sua total implementação, pelo que exorto o Conselho a rapidamente ajudar a resolver esta situação.

No sentido de motivar os Estados-Membros que ainda não implementaram esta iniciativa, gostaria de aqui deixar o exemplo do meu país, Portugal, que, após um programa duríssimo de assistência financeira, implementou a Iniciativa Jovem e apesar de manter números inaceitáveis de desemprego jovem, começa a verificar os efeitos da aplicação deste programa, nomeadamente: nas diversas medidas da Garantia Jovem, nestes últimos dois anos, estão envolvidos cerca de 246 mil jovens; no último ano apenas, assistimos à diminuição de 2,2% do desemprego correspondente a cerca de 15 mil jovens entre os 15 e os 24 anos, mas se estendermos esta faixa dos 15 aos 34, como foi proposta deste Parlamento, então temos menos 50 mil jovens envolvidos desempregados.

Victor Negrescu (S&D). – Doamnă Președinte, șapte milioane de tineri șomeri, șapte milioane de persoane al căror viitor este pus sub semnul întrebării - un proiect precum Inițiativa privind angajarea tinerilor ar fi trebuit să genereze noi locuri de muncă, mai ales în zonele defavorizate. În schimb, proiectele lipsesc, chiar dacă rata de prefinanțare pentru acestea a crescut. Nu ne mai putem permite să așteptăm ca statele membre să se trezească. În consecință, dacă nu sunt în stare statele, propun ca aceste fonduri să fie transformate în programe gestionate direct de către Uniunea Europeană și în granturi și ajutoare *de minimis* pentru tineri, școli sau compania angajatoare. Trebuie să realizăm că tinerii șomeri nu mai pot aștepta să se miște birocrațiile naționale și au nevoie de măsuri care să fie ușor de înțeles, de utilizat și de a accesat. Fiecare zi care trece înseamnă mai mult decât o etapă procedurală și o zi din viața a șapte milioane de tineri europeni, care și-au pierdut speranța că pot duce un trai normal. Pentru că unora din statele membre nu le pasă!

Νότης Μαριάς (ECR). – Η λιτότητα έχει γεμίσει στρατιές ανέργων την Ευρωπαϊκή Ένωση. Έχουμε πάνω από πέντε εκατομμύρια ανέργους νέους. Στην Ελλάδα, τον Νοέμβριο του 2014, το ποσοστό ανεργίας ήταν 50,5%. Τον Ιανουάριο του 2015, στην Ιταλία το ποσοστό ανεργίας των νέων έφτασε το 41,5%, στην Ισπανία 50,9%. Αν θέλουμε πραγματικά να παταχθεί η ανεργία των νέων, πρέπει να αλλάξουμε πολιτική, πρέπει να σταματήσει η πολιτική της λιτότητας, πρέπει να γίνει διαγραφή του επονείδιστου χρέους .

Δεύτερον, πόσο είναι το ποσό το οποίο διατίθεται για να στηρίξουμε την απασχόληση των νέων; Έξι δισεκατομμύρια ευρώ για την πρωτοβουλία για την απασχόληση, δέκα δισεκατομμύρια ευρώ για την εγγύηση για τη νεολαία. Αλλά ο κύριος Ντράγκι διαθέτει 1,1 τρισεκατομμύρια ευρώ για την ποσοτική χαλάρωση. Και τέλος, ξέρετε γιατί δεν αποδίδουν τα μέτρα αυτά; Διότι χρειάζεται κρατική συγχρηματοδότηση. Τα κράτη μέλη δεν διαθέτουν τα κεφάλαια αυτά. Στην Ελλάδα, για τη συγχρηματοδότηση της πρωτοβουλίας, το ελληνικό κράτος θα πρέπει να διαθέσει 160 εκατομμύρια ευρώ, ούτως ώστε η Ευρωπαϊκή Ένωση να διαθέσει άλλα 160 εκατομμύρια ευρώ.

Андрей Новаков (PPE). – Г-жо Председател, моите 60 секунди днес ще ползвам, не за да посочвам проблемите, а за да предлагам решения.

Ако ще се занимаваме с решаването на младежки проблеми, то по-добре да го направим с младежки подход и на езика на младите хора. Опитът ни научи, че няма значение колко пари сме похарчили за заетост, това , което се брои накрая, е колко млади хора са си намерили работа.

Нека да сме крачка напред, нека да преминем от субсидиарна заетост към насърчаване на младежкото предприемачество, нека да събудим предприемача у всеки млад човек навън, нека служители в бюрата по труда не са просто чиновници, нека махнат вратовръзките си и отидат на терен при тези, които се нуждаят от тях. Нека използваме смартфоните с борбата с младежката безработица, нека службите по заетостта имат приложение, така че да са близо до младите хора.

Накрая, но не на последно място, младите хора мразят опашките, те мразят да се редят пред гишета, мразят бюрокрацията и многото документи. Нека да премахнем тази бюрокрация, нека дадем шанс на младите и те ще преобърнат Европа.

Илхан Кючюк (ALDE). – Г-жо Председател, колеги, усилията за преодоляване на проблема с тревожно високите нива на младежката безработица трябва да бъдат общи, целенасочени, ориентирани към ефективни действия.

Оценявам предприетите до този момент действия, насочени към повишаване на младежката заетост, особено Инициативата за младежка заетост, но въпреки направените усилия в тази посока, към февруари 2015 г. близо 5 млн. млади хора са били без работа в Европейския съюз.

Съзнавайки сериозните затруднения, които държавите членки изпитват при стартиране на оперативните програми, подпомагане по линия на Инициативата за младежката заетост и аз бях сред онези членове на Европейския парламент, които подкрепиха предложението на Европейската комисия за повишаване размера на предварителното им финансиране.

Знам, че само по себе си отпускането на допълни средства няма да реши проблема. Затова бих искал да запита Съвета: какви действия възнамерявате да предприемете по отношение на приложенията на т.нар. средства и как мислите адекватно да отчитате постигнатите резултати?

Soraya Post (S&D). – Herr talman! Vi måste tänka på att arbetslöshet inte bara beror på bristen på arbete eller på bristande utbildningsnivå. För en stor grupp människor i EU handlar arbetslöshet i första hand om rasism och diskriminering.

Romerna har alltid varit bland de mest marginaliserade grupperna i EU. I de dåliga tider som har varit är det naturligtvis mycket hårdare. Arbetslösheten bland romer är tre gånger högre än bland majoritetsbefolkningen. Romska ungdomar är överrepresenterade i gruppen ungdomar som inte arbetar eller studerar i EU. Därför måste medlemsländerna göra särskilda satsningar på romska ungdomar i sina ungdomsgarantier, och EU:s ungdomsinitiativ måste också riktas särskilt till romer. Detta är en avgörande fråga för att Europas unga romer ska kunna få en chans till ett bättre liv än sina föräldrar och för att vi ska kunna få slut på den antiziganism som råder. Hoppas ni tar med er det.

Marijana Petir (PPE). – Gospođo predsjednice, poštovana kolegice, drago mi je što ste postavili pitanje o provedbi Inicijative za zapošljavanje mladih. Dobro ste zaključili kako države članice koje se suočavaju s najvišim stopama nezaposlenosti mladih i najviše su pogođene krizom, uglavnom zaostaju u korištenju sredstava Inicijative za zapošljavanje mladih i provedbi programa Jamstva za mlade. Hrvatska trpi šestu godinu recesiju, stopa nezaposlenosti mladih približila se 40 % što je prema podacima Eurostata druga najveća stopa nezaposlenosti mladih u Europi, mladi odlaze tražeći posao u drugim državama članicama, a Vlada nije do veljače 2015. iskoristila niti jedan euro iz ove Inicijative.

Postavili ste i pitanje: Kako Vijeće namjerava u kratkom roku potaknuti brzu i učinkovitu provedbu? Ja sam mišljenja da Vijeće teško može potaknuti rad nesposobnih vlada. Tu promjenu mogu samo napraviti birači u državama članicama.

Момчил Неков (S&D). – Уважаема г-жо Председател, макар че измина повече от година от изпълнението на Инициативата за младежка заетост, резултатите на местно ниво са далеч от очакваните.

На мнение съм, че трябва да използваме ефикасно не само наличните финансови инструменти, но и да пристъпим към така необходимите образователни реформи. Трайното решение на този проблем минава през образователни промени, които предлагат разнообразни форми на неформално обучение, акцентират върху практическия опит и стимулират предприемаческият дух и иновативното мислене на младите хора.

Не на последно място, смятам, че схемите за младежка заетост трябва да се адаптират според конкретните проблеми на държавите членки. В България например, едно от най-сериозните предизвикателства продължава да бъде трудният преход от училище към заетост. Наред с това, в контекста на демографската криза, в моята страна емиграцията на висококвалифицирани специалисти продължава да нараства.

Съветът трябва не само да следи за бързото и ефикасно изпълнение на програмата, но и да познава добре проблемите и трудностите, пред които са изправени държавите членки и да действа.

(Fin des interventions à la demande)

Zanda Kalniņa-Lukaševica, *President-in-Office of the Council***.** – Madam President, let me use this opportunity to signal once again the high political importance of the Youth Employment Initiative and to thank Parliament for the very fruitful cooperation that allowed us to react promptly to the challenge of youth unemployment. Members have asked what is holding Member States back. At this point in time, it is still difficult to fully assess the actual progress on the ground, as the reporting cycle at EU level has not yet started.

Aside from the financial liquidity issue, which is the most pressing one, I could refer to three other challenges to the sufficiently speedy mobilisation and uptake of Youth Employment Initiative measures: firstly, some Member States lack the implementing structures; secondly, there is the matter of finalising the designation of competent authorities, which has also been emphasised by some Member States; and, thirdly, there are a number of issues related to the administrative capacity of the national, regional and local structures implementing Youth Employment Initiative measures.

So how does the Council intend to urgently encourage swift and efficient implementation? The Council considers, in line with the European Parliament, that sufficient liquidity will also allow for a faster implementation of the relevant policy measures set out in the national Youth Guarantee implementation plans. The new proposal to increase pre-financing should contribute to a quicker mobilisation of resources and thus to increasing the capacity of national authorities to launch calls for projects and to process applications more speedily. The additional pre-financing will be paid to Member States immediately after the entry into force of the amending regulation. A positive impact could be expected soon.

On the other hand, the implementation of the Youth Guarantee requires both structural reforms and measures targeting individuals. Member States are currently implementing a mix of national youth employment policies on the basis of their individual needs and priorities, with the Youth Guarantee Scheme representing one of these measures. All relevant Member States have submitted their Youth Guarantee implementation plans and the implementation at national level is being regularly monitored by the Council, based on contributions from the Committee on Employment and Social Affairs in a multilateral and indicator-based process. Exchange of experience between Member States is also important, as well as impact evaluation of the measures carried out.

To conclude, I would like to underline that Member States are currently in the process of submitting structured data reports on the implementation of the Youth Employment Initiative. These reports will provide an overview, also limited, of the progress made by Member States in the implementation of the Youth Employment Initiative, which will feed into the Commission's analysis of further measures and into the regular monitoring by the Council.

Effective monitoring is thus one of the preconditions of successful implementation and continuity of sound funding. In this respect the Council, on the basis of the work of the Committee on Employment and Social Affairs, is pursuing a multilateral surveillance on implementation and undertaking a peer review on the progress in the implementation of the reforms addressed in the country-specific recommendations.

Last but not least, based on the experience of 2014 and with little improvement of the youth employment figures in some of the hardest-hit Member States, it can be expected that this issue will be addressed in the framework of the 2015 European Semester debate. In any case, the Council will discuss this issue in more detail at the June session in conjunction with a special report of the Court of Auditors.

Member States will also have to further strengthen their efforts, focus on implementing relevant structural reforms and deliver quality measures to enable young people to participate in the labour market, training or education. These will also be very important measures.

To sum up, the Council shares the view that more needs to be done to fight youth unemployment. I have just mentioned a few examples of measures underway in the Council and the Commission with the aim to make the system more effective. I cannot promise Members a miracle solution tomorrow, but I can firmly say that hard work is being done to find a solution as soon as possible.

La Présidente. – Le débat est clos.

Déclarations écrites (article 162)

Κώστας Χρυσόγονος (GUE/NGL), *γραπτώς.* – Το 2013 δημιουργήθηκε η Ευρωπαϊκή Πρωτοβουλία για την Απασχόληση των Νέων. Τότε, η ανεργία των νέων στην Ευρώπη των 28 άγγιζε το 23% περίπου. Σχεδόν 2 χρόνια μετά, τον Οκτώβριο του 2014, ο μέσος όρος της ανεργίας των νέων στην Ευρωζώνη ήταν επίσης περίπου 23%. Δηλαδή μία πρωτοβουλία στην οποία, μέχρι το 2020, θα δώσουμε 6 δις ευρώ, έχει μέχρι στιγμής φέρει πενιχρά, αν όχι μηδαμινά, αποτελέσματα. Η ανεργία των νέων συνεχίζει να καλπάζει. Στις χώρες του ευρωπαϊκού νότου, πάνω από το 40% των νέων, και ειδικότερα στην Ελλάδα περίπου το 50% είναι άνεργοι. Το τραγικό αυτό φαινόμενο επιδεινώθηκε ακόμη περισσότερο κατά τα χρόνια της κρίσης και της λιτότητας. Αυτό δείχνει περίτρανα ότι τα μέτρα που επιβάλλουν οι κυρίαρχες πολιτικές και κοινωνικές δυνάμεις στην Ευρωπαϊκή Ένωση όχι μόνο δεν μας βγάζουν από το αδιέξοδο, αλλά μας βυθίζουν πιο βαθιά σε αυτό. Τελικά ποιο πιστεύουμε ότι είναι το μέλλον μιας Ευρώπης που διαρκώς γερνάει και που η μορφωμένη και ικανή νεολαία της μένει αναξιοποίητη; Χρειάζεται να δημιουργήσουμε τις προϋποθέσεις για ανάπτυξη με την ενίσχυση της πραγματικής οικονομίας, που με τη σειρά της θα δημιουργήσει ευκαιρίες απασχόλησης.

Krzysztof Hetman (PPE), *na piśmie***.** – Uważam, że w swoim pytaniu posłanka Ulvskog podniosła ważną kwestię. Chciałbym zwrócić uwagę, że problem niedostatecznego bądź nie dość szybkiego wykorzystania środków dotyczy nie tylko instrumentu gwarancji dla młodzieży, ale także ogólnie środków z polityki spójności. Dlatego powinniśmy zastanowić się, jaka jest tego przyczyna oraz jak możemy temu zaradzić. Uważam, że zwiększenie i przyspieszenie absorbcji środków można zapewnić poprzez maksymalne możliwe uproszczenie procedur. Ponadto warto rozważyć dodatkowe wsparcie ze strony Komisji, zarówno informacyjne, jak i techniczne, które mogłoby ułatwić państwom członkowskim i beneficjentom pozyskiwanie i wykorzystywanie środków. Miejmy na uwadze, że gwarancje dla młodzieży to unikalny środek pomocowy stworzony w celu szybkiej poprawy dramatycznej sytuacji na rynku pracy. Dlatego apeluję do Komisji przede wszystkim o elastyczność w działaniu i proaktywną postawę.

Dominique Martin (NI), *par écrit***.** – Le Parlement a approuvé la décision d'augmenter le préfinancement du Fonds social européen afin de soutenir les États membres dans leur lutte contre le chômage des jeunes.

Bien que l'on ne puisse qu'admirer cette décision, et cette volonté d'une mise en œuvre rapide, cela ne règle pas les problèmes préexistants: les règles européennes en matière de déficits budgétaires empêchent toujours les États d'avancer les fonds, aucune analyse d'impact n'a été faite et l'on ne connaît donc toujours pas le coût global de cette mise en œuvre, le suivi du dispositif par la Commission est toujours bancal et il n'y a toujours aucune garantie que les fonds promis seront débloqués par l'UE. La vraie faiblesse de l'Union n'est pas un manque de préfinancement ou de rapidité, c'est l'absence d'une vraie politique de l'emploi, de soutien aux États membres, c'est l'échec socio-économique des politiques européennes.

La seule solution, nous ne le répéterons jamais assez, est de protéger nos productions contre le dumping social, de pratiquer un protectionnisme avisé à l'échelon de chaque État membre et de leur permettre de prendre les mesures nécessaires pour créer de l'emploi et sortir de la crise. Il n'y a qu'ainsi que nous pourrons aider les jeunes.

Alessia Maria Mosca (S&D), *per iscritto***.** – Il caso dell'iniziativa a favore dell'occupazione giovanile è, purtroppo, la dimostrazione esemplare che, se non si ha un progetto chiaro ed efficace di come strutturare una politica pubblica, il suo finanziamento, anche ingente, non basta. Il lavoro non si crea solo immettendo liquidità nel sistema, va ripensato completamente il nostro sistema occupazionale, soprattutto nella parte di accesso al lavoro ma anche nella formazione e nell'orientamento professionale. Si tratta di un elemento troppo importante per essere lasciato ai singoli Stati: dovrebbero esserci delle linee guida uguali per tutti, a livello europeo, che permettano l'utilizzo più efficace dei finanziamenti che l'Unione eroga nel quadro della IOG. Ogni politica, ma soprattutto quelle relative all'occupazione, andrebbe fatta seguire da una valutazione che permetta di individuarne i punti di forza e di debolezza, per poter agire su questi ultimi. A maggior ragione su una politica così centrale, come quella relativa al contrasto della disoccupazione giovanile, dobbiamo iniziare a farlo.

Ева Паунова (PPE), *в писмена форма***.** – Ние от ЕНП виждаме Европа като проектът на работещите хора. Защото само истинска заетост може да доведе до останалите неща, към които се стремим – социално включване, политическа ангажираност и професионална активност.

Бъдещето на Европа като проект на работещите обаче е силно заплашено, имайки предвид статистиките, според които 15.4% от младежите в Европа между 15 и 29-годишна възраст са извън заетост или образование.

Пред опасността в някои държави да имаме загубено бъдещо поколение, което може да изпадне от социалната мрежа, ЕК и ЕП одобриха финансиране по инициативата за младежка заетост в размер на 1 милиард евро само за 2015 г.

Идвам от държава, където делът на хората, които не са заети с образование, преквалификация или работа е един от най-високите в Европа. Затова искам да отбележа, че това решение е особено важно и то развързва ръцете на националните правителства да използват този фонд. Надявам се, че всички те ще харчат тези средства разумно, с ясен план и ще търсят реален ефект. След година ние всички трябва да отчетем постигнатото. За да сме сигурни, че след 20 години ще има кой да движи икономиката на Европа.

Czesław Adam Siekierski (PPE), *na piśmie***.** – Europa boryka się z problemami natury społecznej, z jednej strony związanymi ze starzeniem się społeczeństw, jak również trudnościami w kontekście podejmowania pracy przez osoby młode. Sytuacja ta jest dostrzegana przez państwa członkowskie, które podejmują indywidualne działania w tym zakresie. Oprócz krajowego wsparcia na rzecz zatrudnienia ludzi młodych państwa członkowskie mogą również skorzystać ze środków Europejskiego Funduszu Społecznego (EFS) oraz środków przeznaczonych na Inicjatywę na rzecz zatrudnienia ludzi młodych w kontekście ram finansowych 2014–2020. Problem bezrobocia wśród ludzi młodych jest bardzo złożony, a jego przyczyny są odmienne w różnych państwach członkowskich. Z uwagi na różne natężenie problemu w zależności od kraju oraz istotne różnice w sprawności, z jaką realizowane są działania, szczególną uwagę należy zwrócić na przypadki, w których udzielane wsparcie jest najbardziej potrzebne, oraz na te, gdzie jest ono najmniej skuteczne. Młodzi ludzie są przyszłością UE, dlatego w działania mające na celu umożliwienie im dobrego startu w życie zawodowe powinno być zaangażowanych możliwie najwięcej podmiotów – zarówno publicznych, jak i prywatnych.

Claudia Tapardel (S&D), *în scris***.** – Atât în calitate de europarlamentar român, cât și de reprezentantă a tinerilor social-democrați din România știu că tinerii europeni au rămas într-o perioadă de criză. Dacă Europa a depășit în mare măsură perioada austerității nejustificate și criza economico-financiară, tinerii europeni sunt azi într-o criză de identitate. Șomajul, deși a început să fie redus în cadrul anumitor state membre, este încă suficient de mare încât să ne punem întrebări serioase referitoare la viitorul Europei. Inițiativa Europeană pentru tineri, construită pe cadrul Garanției europene pentru tineri, program propus de S&D și PES, are nevoie de măsuri șoc pentru a da rezultate mai bune. Finanțarea de urgență a măsurilor de asistență acordată tinerilor în statele membre unde șomajul este ridicat în rândul acestei categorii este foarte importantă. Vrem ca, în termen de patru luni de la terminarea ultimei forme de învățământ sau de la intrarea în șomaj a oricărui tânăr european, să avem instrumentele necesare pentru a-i oferi acestuia o slujbă, un program de specializare și pregătire, un *internship* sau un program de ucenicie. Dacă vrem să apăsăm pedala de accelerație, este bine să o facem acum, prin fonduri de pre-finanțare alocate de Comisie în cadrul Inițiativei Europene pentru Tineri.

21. Atividades baleeiras japonesas na Antártida (debate)

La Présidente. – L'ordre du jour appelle le débat sur la déclaration du Conseil sur la chasse à la baleine par les Japonais dans l'Antarctique (2015/2702(RSP)).

Zanda Kalniņa-Lukaševica, *President-in-Office of the Council*. Madam President, the last point in today's agenda: Japanese whaling activities in the Antarctic. The issue of Japanese whaling activities in the Antarctic is not new, but it gained new prominence in 2010 when Australia filed an application with the International Court of Justice against Japan's programme called JARPA II.

In its application, Australia contested the legality of JARPA II as being incompatible with the International Convention on the Regulation of Whaling. The International Court delivered its judgment on 31 March 2014 and found against Japan on a number of counts.

We read this judgment with great interest, as we consider it offers a definitive interpretation of the Convention and its Schedule, and clarifies the legal framework for scientific whaling. It is an important milestone for all contracting governments to the International Whaling Commission (IWC), certainly when it comes to assessing the necessity of having recourse to lethal methods of sampling where non-lethal alternatives exist.

The Presidency, at that time, on behalf of the EU and its Member States, expressed this view at the meeting of the International Whaling Commission held in September 2014, in Portorož, in Slovenia.

We supported the adoption of Resolution 2014-5, called 'Whaling under Special Permit', which offers, among other elements, directions for the Scientific Committee to consider when assessing new and existing special permit research programmes.

Yesterday, the IWC Scientific Committee began its meeting in San Diego. Japan has submitted a proposal for a new special permit research programme in the Antarctic Ocean, which is currently being reviewed under what is known as the 'Annex P process'.

The findings of the Expert Panel set up by the Scientific Committee will be reviewed and the Scientific Committee should make a recommendation to the IWC. The European Union and its Member States have always favoured an approach that would preserve both the independence of the Scientific Committee, as a scientific forum, and the policy prerogatives of the IWC as the ultimate decision-making authority under the International Convention. Under this approach, policy matters should not be discussed in San Diego.

We remain ready to engage politically with Japan at the appropriate level and in the appropriate forum, once the Scientific Committee has issued its recommendations to the International Whaling Commission.

Alojz Peterle, *v imenu skupine PPE***.** – Pred dobrim letom smo tu brez glasu proti sprejeli resolucijo v zvezi s pogajanji za sklenitev sporazuma o strateškem partnerstvu med Evropsko zvezo in Japonsko. Z njim želimo določiti številna področja strateškega sodelovanja, med drugim tudi na področju znanosti, okolja, klimatskih sprememb in upravljanja ribjega staleža.

Zdi se mi prav, da postavimo po jasni sodbi Mednarodnega sodišča in odzivu Japonske nanjo vprašanje kitolova tudi v okvir prizadevanj za sklenitev omenjenega sporazuma, v katerem je eno od temeljnih izhodišč spoštovanje in uveljavljanje načel mednarodnega prava. Predpostavljam, da delita Evropska zveza in Japonska tudi mnenje o pomenu biodiverzitete v globalnem okviru.

Pričakujem, da Japonska, tako kot druge države, katerih ribiči še lovijo kite, ne bo sledila samo odločitvi Mednarodnega sodišča, ampak bo svoj znanstveni interes v zvezi s kiti uredila v skladu z mednarodnimi pravili, naraščajočo zavestjo o ogroženosti kitov in s pozornostjo do resolucije Evropskega parlamenta iz leta 2012, v kateri smo se zavzeli za konec kitolova v znanstvene namene.

Renata Briano, *a nome del gruppo S&D***.** – Signora Presidente, onorevoli colleghi, provengo da una zona geografica nota per il Santuario dei Cetacei, un'area marina internazionale caratterizzata da una significativa presenza di questi mammiferi, fondamentale dal punto di vista ecologico. Non mi dilungo ulteriormente sull'importanza della loro tutela riconosciuta dall'Unione europea, che ne proibisce la cattura.

Ma non è ovunque così. Il Giappone ha annunciato di voler riprendere il suo programma di uccisione delle balene in Antartide per motivi scientifici, nonostante una sentenza della Corte internazionale di giustizia dell'Aia che appena un anno fa ha giudicato necessaria la sospensione di questa pratica in quanto priva di fini scientifici, anche perché – diciamolo – le cosiddette prove scientifiche finivano spesso negli scaffali dei supermercati nipponici. Già, non nascondiamoci dietro un dito: dietro la ricerca scientifica si vuole mascherare un'attività prettamente commerciale.

L'intenzione del Giappone, quindi, è palesemente in contrasto con la moratoria internazionale sulla caccia commerciale ai giganti del mare imposta nel 1986 dalla *International Whaling Commission*, organismo istituito per tutelare i cetacei a rischio di estinzione.

Non possiamo stare a guardare e permettere che questa mattanza abbia ancora luogo con il complice silenzio delle istituzioni. L'Europa si oppone senza se e senza ma. Si discute adesso, in questi giorni, degli accordi commerciali tra UE e Giappone. Ecco, ritengo che anche in quella sede di accordo l'Europa debba essere più ambiziosa e debba imporre come condizione la cessazione di pratiche annoverabili come pesca illegale.

Catherine Bearder, *on behalf of the ALDE Group***.** – Madam President, in 1986 the International Whaling Commission adopted a ban on commercial whaling for very good reasons: whales are endangered. However, since then over 30 000 whales have been killed and Japan has contributed to this massacre, because it is one of only three countries continuing to hunt whales.

It justifies this under scientific research, but the rest of the world has always seen this as an excuse to continue whale hunting for food. The ICJ ruled this March that there was a lack of scientific merit in Japan's whale hunting programs, yet, since the court's ruling, Japan has announced another 12-year whaling program. It is truly horrifying that Japan continues such practices with no sign of scientific reports; there are just no excuses for the killing of whales.

If it must study, Japan should carry out non-lethal research and stop killing highly endangered species. It is possible and rewarding and much more productive. Japan has plenty of other meat to eat, and as the Japanese have become better informed the demand for whale meat has plummeted, but still Japan continues to subsidise this killing. We and the international community must discourage these barbaric acts. I thank the Council for its actions to get Japan to stop these barbaric practices. The EU trades with Japan and has ties with Japan. What next, then, does the Council plan to say to Japan? Stop now or suffer the consequences?

Anja Hazekamp, *namens de GUE/NGL-Fractie***.** – Walvissen zijn al vijftig jaar beschermd en al sinds de jaren tachtig geldt een internationaal verbod op de commerciële walvisjacht. En nu, bijna dertig jaar later, zijn er nog steeds landen die lak hebben aan dat verbod, zoals IJsland, Noorwegen en Japan. Zij jagen onder valse voorwendselen en doden daarbij ieder jaar 1 500 walvissen. En wat heeft Europa gedaan om deze misdrijven te voorkomen? Helemaal niets.

Het wordt tijd dat Europa in actie komt. Veel walvisachtigen worden bedreigd en zullen uitsterven als we nu niets doen. Bovendien is de jacht op walvissen ronduit gruwelijk. Japanse walvisvaarders achtervolgen de dieren tot in de ijzige wateren van de Zuidelijke Oceaan om ze vervolgens een harpoen in hun lijf te schieten. Een lange en gruwelijke doodsstrijd volgt. Dan is er nog een ander punt. In Taiji, Japan, worden jaarlijks vele duizenden dolfijnen een baai ingejaagd, daar bij elkaar gedreven en gedood. Een groot bloedbad is het gevolg!

Ik zou het toejuichen als de Raad met een duidelijk standpunt komt, zoals bijvoorbeeld Nederland al heeft gedaan in de strijd tegen de walvisjacht. De walvisjacht moet stoppen en dat kan ook, als Europa via zijn handelsbeleid druk uitoefent op Japan. En dan ga je dus niet verder onderhandelen over een handelsverdrag, want landen die dieren laten uitsterven om geld te verdienen, die verdienen geen steun.

Voorts ben ik van mening dat de Europese landbouwsubsidies moeten worden afgeschaft.

Marco Affronte, *a nome del gruppo EFDD***.** – Signora Presidente, onorevoli colleghi, è importante che nazioni come il Giappone rispettino le sentenze della Corte internazionale di giustizia, specialmente su questioni che implicano la gestione di beni comuni. La sentenza della Corte è stata chiara: la caccia alle balene condotta dal Giappone in Antartico non ha fini scientifici e di fatto è illegale.

La proposta del Giappone di riprendere la baleneria non è diversa dal programma precedente ed è dunque contraria nella forma e nello spirito al giudizio espresso dalla Corte. Anche gli esperti della *International Whaling Commission* hanno dichiarato che la nuova richiesta sottoposta dal Giappone non è scientificamente giustificata.

Questo Parlamento deve spingere la Commissione e tutti gli Stati membri a rendere chiaro al governo del Giappone che ci aspettiamo la sua piena conformità alle sentenze della Corte e alle decisioni della *International Whaling Commission* e, ovviamente, non ci deve essere alcuna ripresa della caccia alle balene in Antartico nella prossima stagione.

Anche in vista della candidatura del Giappone per il Consiglio di sicurezza, lo stesso Giappone dovrebbe dare il buon esempio e desistere da ogni azione contraria all'ordine internazionale.

Gilles Lebreton (NI). – Madame la Présidente, le Japon viole le droit international qui interdit, depuis 1986, la chasse commerciale à la baleine. Il continue en effet à pratiquer cette chasse en prétendant qu'il s'agit d'une chasse scientifique. Son objectif serait d'étudier l'âge des baleines pour en découvrir le taux de reproduction. Ce n'est pas crédible, car il n'est pas nécessaire de tuer des baleines pour les étudier, on peut tout simplement les observer par satellite ou avec des caméras sous-marines.

En réalité, le Japon se moque de nous. C'est bien une chasse commerciale qu'il pratique. S'il a tué 11 000 baleines entre 1987 et 2013, c'est pour les manger. La Cour internationale de justice a d'ailleurs ordonné au Japon, le 31 mars 2014, d'arrêter la chasse à la baleine dans l'Antarctique. Le Japon a obéi pendant un an, mais il vient d'annoncer qu'il tuerait 333 baleines dans l'Antarctique en 2015. Il est urgent de faire pression sur le Japon pour le contraindre à respecter le droit international. Il faut protéger les baleines qui, à en croire l'écrivain cubain Enrique Serpa, incarnent la force dans le monde protéiforme de la mer.

Jo Leinen (S&D). – Frau Präsidentin! Ich glaube, wir sind alle empört, dass es seit 30 Jahren diese Schutzvorschriften für die Wale gibt und sich Japan einfach nicht daran hält. Das ist ein ganz, ganz schlechtes Beispiel für Vertrauen und auch für Solidarität zum Schutz der Arten und des Naturkapitals, und ich frage mich, was denn noch passieren muss, um Japan Einhalt zu gebieten. Die Frage geht natürlich an den Rat und an die Kommission: Was tun wir jetzt? Weiter zugucken, weiter zuhören, oder intervenieren wir? Mit dem politischen und auch ökonomischen Druck, den die Europäische Union ausüben kann, würden wir sicherlich auch noch andere Partner in der Welt finden.

Das wissenschaftliche Programm ist ja eindeutig ein Vorwand. Die meisten Wale landen im Supermarkt und nicht in den Laboratorien. Man weiß das, und trotzdem lässt man sich immer wieder vertrösten – von dem Programm 1, dem Programm 2. Jetzt sind wir bei dem Programm 3, und das Zynische dabei ist, dass bei dem Programm 3 noch 81 Wale mehr getötet werden als bei dem Programm 2. Also offensichtlich ist der Bedarf für die „Wissenschaft" erheblich gestiegen, obwohl man andere Methoden hat.

Wir haben keine Geduld mehr, und wir fordern die EU auf, jetzt drastischere Maßnahmen gegenüber Japan einzuleiten!

Stefan Eck (GUE/NGL). – Frau Präsidentin! Je später der Abend, desto interessierter die Zuhörer. Der Saal ist fast leer, aber es geht ja nur um Tiere!

Doch zum Thema: Japan jagt Wale angeblich für wissenschaftliche Zwecke. 2014 hat der Internationale Gerichtshof entschieden, dass Japan den Walfang einstellen muss, weil dies eben nicht wissenschaftlichen Zwecken dient. Die Japaner wollen in diesem Jahr die Waljagd in der Antarktis wieder aufnehmen. Die Fangquote soll sogar erhöht werden: von 252 auf 333 Minkwale.

Die meisten gejagten Walarten sind heute in ihrem Bestand bedroht. Es ist eine Schande, dass angesichts dieser Tatsache Japan und zwei andere Staaten einfach stur weitermachen. Denn wenn diese majestätischen Meeressäuger von der Weltbühne verschwinden, ist die Erde um ein Wunder ärmer geworden. Ich möchte an dieser Stelle meinen Freund, Kapitän Paul Watson, von Sea Shepherd zitieren: „Zuerst stirbt das Meer, dann stirbt der Mensch".

Der Europäische Rat steht in der Pflicht, alles daran zu setzen, dass Japan den Walfang aufgibt, und zwar komplett.

Doru-Claudian Frunzulică (S&D). — Madam President, the matter of whaling activities in Japan is absolutely not of subsidiary importance and cannot be left out in our talks with Japan. Our reason is that the protection of biodiversity and of the environment is at the core of our European principles and values and, if we do not want to be called irresponsible, incoherent and weak, we must always take this into consideration in our relationship with other countries.

This is a matter of having the holistic ambitious and far-sighted view that we owe to European citizens and to the entire world population. Moreover, I believe we must think twice before skipping talks on important matters and before engaging with a partner that does not respect international law. Japan must comply with the spirit and the letter of the International Court of Justice ruling and refrain from further whaling activities in the Antarctic until such time as the International Whaling Commission gives a contrary opinion – all the more so given our shared interest in the rules —based international order and effective multilateralism.

I do not understand nor support the exclusion of an environmental interest in our talks with Japan. We should honestly represent our citizens' concerns, make their voices heard and solve this issue once and for all. I therefore strongly invite Vice—President Mogherini to raise this issue at the upcoming EU-Japan Summit on 29 May.

Ricardo Serrão Santos (S&D). – Senhora Presidente, como cientista, como deputado e cidadão, aceito a caça e a pesca mesmo nos casos contrários à minha cultura, mas a caça à baleia japonesa, feita ao abrigo de uma pseudopesquisa científica, não é admissível. Há pareceres de reputados cientistas, emitidos sob a égide da Comissão Baleeira Internacional, que apontam a falta de fundamentação científica da caça japonesa. Ao mesmo tempo, a zona mais meridional do nosso planeta deve ser um local de paz e pesquisa científica, tal como consta no Tratado da Antártida.

Quero ainda referir que o que se passa, anualmente, com os mamíferos marinhos na cidade de Taiji, no Japão, é inaceitável. O uso de animais para a alimentação humana nunca justificará a sua tortura, nem no Japão nem em lado nenhum. Por esta razão, o Japão foi expulso da Associação Mundial de Jardins Zoológicos e Aquários. Nos Açores, em Portugal, a caça à baleia foi há muito abandonada e substituída por uma lucrativa atividade de observação de cetáceos em meio selvagem. Esse é o caminho e o único caminho a seguir em relação aos grandes cetáceos.

Interventions à la demande

Marijana Petir (PPE). – Gospođo predsjednice, poštovanje odluke međunarodnoga suda pitanje je zakonitog ponašanja u međunarodnim odnosima. Nepoštovanje odluka međunarodnih tijela upravo je suprotno od toga. Premda je međunarodni sud zabranio kitolov u komercijalne svrhe, ostavio je mogućnost izlova u znanstvene svrhe. Riječ je o pukotini kojom je omogućeno Japanu, ali i Norveškoj i Islandu, da nastave „kontrolirani izlov kitova pod krinkom znanosti". Ta je pukotina tijekom godina prerasla u pravnu rupu kroz koju, ne da samo jedan kit može proći, već ih može proći više od 10.000 jer ih je upravo toliko izlovljeno.

Pitanje je hoće li Japan, poput Norveške i Islanda, pronaći način da poput svojih međunarodnih partnera, koji su mu omogućili nastavak tzv. „kontroliranog ulova", ne zloupotrebljava dobru vjeru ostatka međunarodne zajednice.

Naš je problem, problem Europske unije, kako ćemo reagirati na kršenje odluke međunarodnog suda. Ignoriranje problema neće pomoći niti kitovima, niti Japanu, a niti međunarodnom pravu.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, παρότι από το 1986 η εμπορική φαλαινοθηρία έχει απαγορευθεί σε διεθνές επίπεδο, τα ιαπωνικά φαλαινοθηρικά συνέχιζαν να εξολοθρεύουν 1000 φάλαινες κάθε χρόνο, χρησιμοποιώντας τα «παραθυράκια» της διεθνούς νομοθεσίας περί φαλαινοθηρίας για «δήθεν» επιστημονικούς σκοπούς.

Πριν ένα χρόνο, το Διεθνές Δικαστήριο της Χάγης, με μια πρωτοπόρα απόφαση, απαγόρευσε τη φαλαινοθηρία, αποφασίζοντας ότι το επιστημονικό πρόγραμμα JARPA II ήταν μια βιτρίνα για να συνεχίσει η Ιαπωνία την εμπορική φαλαινοθηρία.

Τώρα η Ιαπωνία προσπαθεί να λάβει εξαίρεση για την ερχόμενη αλιευτική περίοδο από τη διεθνή επιτροπή φαλαινοθηρίας, για να συνεχίσει κάτω από τον μανδύα της «δήθεν» επιστημονικής έρευνας για φαλαινοθηρικούς σκοπούς, ενώ, στην πράξη, αυτό που κάνει είναι να προχωρήσει σε φαλαινοθηρία για εμπορικούς σκοπούς στην Ανταρκτική. Και αυτό είναι κάτι που δεν θα πρέπει να το επιτρέψει η διεθνής κοινότητα.

Για τον λόγο αυτό, η Ευρωπαϊκή Ένωση πρέπει να λάβει αποφασιστικά μέτρα για να σταματήσει την ιαπωνική φαλαινοθηρία στην Ανταρκτική.

(Fin des interventions à la demande)

Zanda Kalniņa-Lukaševica, *President-in-Office of the Council.* – Madam President, the EU and its Member States are strongly committed to the protection of whales. As I mentioned in my introductory remarks, the International Court of Justice (ICJ) Judgment of March 2014 has, in our opinion, offered the definitive interpretation of the Convention and the schedule when it comes to scientific whaling.

It is expected that the Scientific Committee, following Resolution 2014-5, will also put forward a proposal to the International Whaling Commission (IWC) on the update of the Annex P procedure in order to fully take into account the findings of the ICJ in its judgment.

We are following these developments closely and remain ready to engage with all other IWC parties in discussing how best to enhance the conservation status of whales worldwide and how to bring all whaling operations within the IWC.

La Présidente. – Le débat est clos.

Déclarations écrites (article 162)

David Martin (S&D), *in writing*. – I am strongly opposed to the hunting of cetaceans (whales, dolphins, and porpoises). I believe the hunting of these creatures involves unacceptable cruelty and that well-managed, responsible tourism is the only truly sustainable use of these animals. I therefore strongly support the maintenance of the International Whaling Commission's global moratorium on commercial whaling. Japan is legally bound by the IWC moratorium yet carries out large-scale whaling for so called 'scientific research'. There is no valid scientific or other reason for these hunts and I urge Japan to cease its activities immediately. Japan does great harm to its reputation by carrying on these hunts and is undermining the global moratorium on commercial whaling.

22. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Ata

23. Encerramento da sessão

(La séance est levée à 23 h 25)